JORNAL OFICIAL
Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso

Índice

Associação Mato-Grossense dos Municípios - AMM-MT 4
Camara Municipal De Castanheira 4
Camara Municipal de Água Boa 5
Camara Municipal de Apiacás 7
Camara Municipal de Cáceres 8
Camara Municipal de Cotriguaçu 9
Camara Municipal de Diamantino 9
Camara Municipal de São José do Rio Claro 9
Camara Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade 9
Consórcio Intermunicipal Complexo Nascentes do Pantanal 10
Consórcio Intermunicipal Portal do Araguaia 11
Prefeitura Municipal de Água Boa 11
Prefeitura Municipal de Alto Garças 17
Prefeitura Municipal de Alto Paraguai 26
Prefeitura Municipal de Apiacás 53
Prefeitura Municipal de Araputanga 54
Prefeitura Municipal de Aripuanã 56
Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Araguaia 81
Prefeitura Municipal de Cáceres 82
Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis 108
Prefeitura Municipal de Campo Verde 109
Prefeitura Municipal de Campos de Júlio 115
Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte 121
Prefeitura Municipal de Canarana 122
Prefeitura Municipal de Carlinda 123
Prefeitura Municipal de Chapada dos Guimarães 148
Prefeitura Municipal de Cláudia 152
Prefeitura Municipal de Cocalinho 152
Prefeitura Municipal de Colíder 154
Prefeitura Municipal de Comodoro 158
Prefeitura Municipal de Confresa 160
Prefeitura Municipal de Conquista D`Oeste 174
Prefeitura Municipal de Cotriguaçu 192
Prefeitura Municipal de Cuiabá 200
Prefeitura Municipal de Curvelândia 200
Prefeitura Municipal de Diamantino 200
Prefeitura Municipal de Dom Aquino 203
Prefeitura Municipal de Feliz Natal 207
Prefeitura Municipal de General Carneiro 210
Prefeitura Municipal de Guarantã do Norte 212
Prefeitura Municipal de Indiavaí 212
Prefeitura Municipal de Itanhangá 212
Prefeitura Municipal de Itiquira 239
Prefeitura Municipal de Jangada 240
Prefeitura Municipal de Jauru 240
Prefeitura Municipal de Juara 245
Prefeitura Municipal de Juruena 260
Prefeitura Municipal de Lambari d´Oeste 262
Prefeitura Municipal de Luciara 262
Prefeitura Municipal de Marcelândia 262
Prefeitura Municipal de Matupá 262
Prefeitura Municipal de Mirassol d´Oeste 264

Prefeitura Municipal de Nobres 268
Prefeitura Municipal de Nortelândia 268
Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento 268
Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes 272
Prefeitura Municipal de Nova Guarita 275
Prefeitura Municipal de Nova Marilândia 275
Prefeitura Municipal de Nova Maringá 277
Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde 283
Prefeitura Municipal de Nova Nazaré 285
Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena 286
Prefeitura Municipal de Nova Ubiratã 287
Prefeitura Municipal de Nova Xavantina 292
Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Norte 299
Prefeitura Municipal de Novo Mundo 299
Prefeitura Municipal de Novo Santo Antônio 300
Prefeitura Municipal de Paranatinga 300
Prefeitura Municipal de Pedra Preta 307
Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo 309
Prefeitura Municipal de Planalto da Serra 314
Prefeitura Municipal de Poconé 316
Prefeitura Municipal de Pontal do Araguaia 316
Prefeitura Municipal de Ponte Branca 327
Prefeitura Municipal de Poxoréu 328
Prefeitura Municipal de Ribeirão Cascalheira 329
Prefeitura Municipal de Rondolândia 329
Prefeitura Municipal de Rosário Oeste 330
Prefeitura Municipal de Salto do Céu 330
Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato 333
Prefeitura Municipal de Santa Terezinha 338
Prefeitura Municipal de Santo Afonso 339
Prefeitura Municipal de Santo Antônio de Leverger 340
Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste 348
Prefeitura Municipal de São Félix do Araguaia 367
Prefeitura Municipal de São José do Povo 368
Prefeitura Municipal de São José do Rio Claro 368
Prefeitura Municipal de São José do Xingu 372
Prefeitura Municipal de São Pedro da Cipa 372
Prefeitura Municipal de Tabaporã 373
Prefeitura Municipal de Tangará da Serra 373
Prefeitura Municipal de Terra Nova do Norte 375
Prefeitura Municipal de União do Sul 376
Prefeitura Municipal de Vale de São Domingos 381
Prefeitura Municipal de Várzea Grande 382
Prefeitura Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade 395
Prefeitura Municipal de Vila Rica 395

APRESENTAÇÃO

DIRETORIA DA AMM BIÊNIO 2017/2018

Presidente de Honra: Deputado Ondanir Bortolini, Nininho

Presidente: Neurilan Fraga - Ex-Prefeito de Nortelândia

Primeiro Vice-Presidente: Mauro Rosa da Silva - Água Boa

Segundo Vice-Presidente: Luciane Borba Azóia Bezerra - Juara

Terceiro Vice-Presidente: Thelma Pimentel Figueiredo - Chapada dos Guimarães

Quarto Vice-Presidente: Josair Geremias Lopes - Dom Aquino

Quinto Vice-Presidente: Arnóbio Vieira de Andrade - Marcelândia

Secretário Geral: Adalto José Zago - Apiacás

Primeiro Secretário: Altir Antônio Peruzzo - Juína

Segundo Secretário: Atail Marques do Amaral - Poconé

Tesoureiro Geral: Marcos de Sá Fernandes da Silva - Santa Cruz do Xingu

Primeiro Tesoureiro: Silvio José de Morais Filho - Araguainha

Segundo Tesoureiro: Beatriz de Fátima S. Lemes - Nova Monte Verde

CONSELHO FISCAL

1. Juvenal Alexandre da Silva - Nova Marilândia
2. Mauriza Augusta de Oliveira - Nova Brasilândia
3. José Mauro Figueiredo - Arenápolis

SUPLENTES DO CONSELHO FISCAL

1. Jossimar José Fernandes - Nortelândia
2. Leocir Hanel - Nobres
3. Eugênio Pelachim - Porto Estrela

Gerente de Comunicação
Malu Sousa

Responsável pelo Jornal Oficial AMM
Noides Cenio da Silva - (65) 2123-1270

Entre em Contato: jornaloficial@amm.org.br (65) - 2123 - 1270

O Diário Oficial dos Municípios do Estado do Mato Grosso
é uma solução voltada à modernização e transparência da gestão municipal

ASSOCIAÇÃO MATO-GROSSENSE DOS MUNICÍPIOS - AMM-MT

LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO 026/2018

EXTRATO DO CONTRATO 026/2018

OBJETO: contrato de trabalho individual e na melhor forma de direito, as partes acima identificadas e ao final assinadas, doravante simplesmente designadas CONTRATANTE e CONTRATADO. **CONTRATANTE:** ASSOCIAÇÃO MATO-GROSSENSE DOS MUNICÍPIOS – AMM.

CONTRATADA: BRASILCARD ADMINISTRADORA DE CARTÕES LTDA CNPJ/MF: 03.817.702/0001-50

VALOR ESTIMADO: R$ 720.000,00 (setecentos e vinte mil reais)

VIGÊNCIA: 29/11/2019.

Cuiabá (MT) 30 de Novembro 2018.

NEURILAN FRAGA

PRESIDENTE

LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO 027/2018

EXTRATO DO CONTRATO 027/2018

OBJETO: contrato de trabalho individual e na melhor forma de direito, as partes acima identificadas e ao final assinadas, doravante simplesmente designadas CONTRATANTE e CONTRATADO. **CONTRATANTE:** ASSOCIAÇÃO MATO-GROSSENSE DOS MUNICÍPIOS – AMM.

CONTRATADA: JOSYANE CARLA DE LIMA MACHADO RG n2394933-3 SESP/MT

VALOR ESTIMADO: R$ 1.200,00 (um mil e duzentos reais)

VIGÊNCIA: 22/12/2018.

Cuiabá (MT) 03 de Dezembro 2018.

NEURILAN FRAGA

PRESIDENTE

LICITAÇÃO
EXTRATO DO 3° TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 026/2015

EXTRATO DO 3° TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 026/2015

OBJETO: Contratação de Empresa Especializada do ramo de Tecnologia da Informação para realizar Migração/Conversão, Treinamento e Fornecimento de Licenças de uso de Softwares com referida manutenção e consultoria técnica administrativa, contábil, financeira, elaboração de pareceres técnicos, orientação de pessoal para os setores de Contabilidade, Tesouraria, Orçamento, Planejamento, Recursos Humanos, Folha de Pagamento, Protocolo, Almoxarifado, Compras e Licitação, Frotas, Patrimônio, Portal da Transparência, para atender a AMM - Associação Mato-Grossense dos Municípios, conforme especificações e condições constantes no edital e seus anexos..

CONTRATADA:ÁGILI SOFTWARES BRASIL LTDA CNPJ/MF Nº 26.804.377/0004-30

VALOR ADITADO: R$ 86.027,64 (Oitenta e seis mil vinte e sete reais e sessenta e quatro centavos)

PRAZO ADITADO: 12 (DOZE) MESES.

Cuiabá, 05 de Dezembro de 2018.

NEURILAN FRAGA

PRESIDENTE

LICITAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N° 010/2018

ASSOCIAÇÃO MATO-GROSSENSE DOS MUNICÍPIOS (AMM)

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N° 010/2018

OBJETO: visando **A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE LICENÇA DE USO DE SOFTWARE GERENCIADOR DE PUBLICAÇÕES DE ATOS OFICIAIS POR MEIO ELETRÔNICO, ATRAVÉS DE TECNOLOGIA WEB DE COMPUTAÇÃO EM NUVEM, ESTRUTURA FÍSICA DE SERVIDORES, BANDO DE DADOS E DOMÍNIOS DE USO ILIMITADO DE OPERAÇÕES E DEMANDAS EXIGIDAS, INCLUSO TODOS OS ITENS DE MANUTENÇÃO CORRETIVA E EVOLUTIVA E SUPORTE AO FUNCIONAMENTO ININTERRUPTO DO CONJUNTO DE FERRAMENTAS**, para atender a Associação Mato-Grossense dos Municípios – AMM. **HOMOLOGA** o presente certame, Pregão Presencial nº 10/2018 tipo menor preço global, sendo PARA A EMPRESA **RICHARD LOPES DOS SANTOS-EPP CNPJ 18.804.888/0001-80 com o valor global de R$ 504.000,00 (Quinhentos e quatro mil reais).**

Cuiabá (MT), 10 de Dezembro de 2018.

NEURILAN FRAGA

PRESIDENTE

LICITAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N° 010/2018

ASSOCIAÇÃO MATO-GROSSENSE DOS MUNICÍPIOS (AMM)

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N° 010/2018

OBJETO: visando **A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE LICENÇA DE USO DE SOFTWARE GERENCIADOR DE PUBLICAÇÕES DE ATOS OFICIAIS POR MEIO ELETRÔNICO, ATRAVÉS DE TECNOLOGIA WEB DE COMPUTAÇÃO EM NUVEM, ESTRUTURA FÍSICA DE SERVIDORES, BANDO DE DADOS E DOMÍNIOS DE USO ILIMITADO DE OPERAÇÕES E DEMANDAS EXIGIDAS, INCLUSO TODOS OS ITENS DE MANUTENÇÃO CORRETIVA E EVOLUTIVA E SUPORTE AO FUNCIONAMENTO ININTERRUPTO DO CONJUNTO DE FERRAMENTAS**, para atender a Associação Mato-Grossense dos Municípios – AMM. **ADJUDICA** o presente certame, Pregão Presencial nº 10/2018 tipo menor preço global, sendo PARA A EMPRESA **RICHARD LOPES DOS SANTOS-EPP CNPJ 18.804.888/0001-80 com o valor global de R$ 504.000,00 (Quinhentos e quatro mil reais).**

Cuiabá (MT), 10 de Dezembro de 2018.

NEURILAN FRAGA

PRESIDENTE

CAMARA MUNICIPAL DE CASTANHEIRA

LEGISLATIVO
EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº 01/2018

ALTERA A REDAÇÃO DO § 6º, DO ARTIGO 92, DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE CASTANHEIRA, ESTADO DE MATO GROSSO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Presidente da Câmara Municipal de Castanheira, Estado de Mato Grosso, faz saber que o Plenário ***APROVOU*** *e a Mesa Diretora, nos termos do § 2º, do artigo 49, da Lei Orgânica Municipal,* ***PROMULGA*** *a presente* ***EMENDA À LEI ORGÂNICA*** *do Município de Castanheira, Mato Grosso:*

Art. 1º O parágrafo 6º, do artigo 92, da Lei Orgânica do Município de Castanheira, Estado de Mato Grosso, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 92

(...)

§ 6º - *Os projetos de lei do plano plurianual, das diretrizes orçamentárias e do orçamento anual serão enviados pelo Chefe do Poder Executivo à Câmara Municipal, nos seguintes prazos:*

I - *o projeto de lei do plano plurianual* ***(PPA****), para vigência até o final do primeiro exercício financeiro do mandato subsequente, será encaminhado* ***até 31 de Julho*** *do primeiro exercício financeiro do mandato e devolvido para* ***sanção até 15 de Setembro;***

II - *o projeto de lei de diretrizes orçamentárias (****LDO****), para vigência no exercício financeiro subsequente, será encaminhado* ***até 31 de Julho*** *e devolvido para* ***sanção até 15 de Setembro;***

III - *o projeto de lei orçamentária (****LOA****), para vigência no exercício financeiro subsequente, será encaminhado até* ***30 de Setembro*** *e devolvido para* ***sanção até 20 de Dezembro.***

Art. 2º O Poder Executivo fica autorizado a custear a impressão do novo texto da Lei Orgânica, encadernado na quantidade máxima de 500 (quinhentas) unidades.

Art. 3º Esta Emenda à Lei Orgânica Municipal entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Castanheira - MT, 7 de dezembro de 2018.

JOÃO CARLOS MARIA

Presidente da Câmara

AMAZILES ELETO VILARINO

Primeira Secretária

AMILCAR PEREIRA RIOS

Segundo Secretário

CAMARA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA

CÂMARA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA - MT
RESOLUÇÃO Nº 008/2018

De 03 de dezembro de 2018

"Concede Título de Cidadã Águaboense a Senhora INEZ TRENTIN ZANDONÁ e, dá outras providências".

José Ari Zandoná, Presidente da Câmara Municipal de Água Boa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e regimentais que lhe são concedidas, faz saber, que a Câmara Municipal aprovou em Sessão Ordinária do dia 03 de dezembro de 2018 e Ele Promulga, a seguinte Resolução:

Art. 1º - Fica concedido o **"Título de Cidadã Águaboense"** a Ilustríssima Senhora **INEZ TRENTIN ZANDONÁ.**

Art. 2º - O respectivo título será entregue a homenageada, em Ato Solene de Entrega de "Títulos", a ser convocado pela Presidência da Câmara Municipal, em data a ser agendada por esta Casa de Leis.

Art. 3º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Plenário "José Nogueira Paniago", aos 04 de dezembro de 2018.

José Ari Zandoná/DEM

Presidente

CÂMARA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA - MT
RESOLUÇÃO Nº 012/2018

De 04 de dezembro de 2018

"Concede Título de Cidadão Águaboense ao Ilustríssimo Senhor CELSO MENDEL e, dá outras providências".

José Ari Zandoná, Presidente da Câmara Municipal de Água Boa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e regimentais que lhe são concedidas, faz saber, que a Câmara Municipal aprovou em Sessão Ordinária do dia 04 de dezembro de 2018 e Ele Promulga, a seguinte Resolução:

Art. 1º - Fica concedido o **"Título de Cidadão Águaboense"** ao Ilustríssimo Senhor **CELSO MENDEL.**

Art. 2º - O respectivo título será entregue ao homenageado, em Ato Solene de Entrega de "Títulos", a ser convocado pela Presidência da Câmara Municipal, em data a ser agendada por esta Casa de Leis.

Art. 3º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Plenário "José Nogueira Paniago", aos 05 de dezembro de 2018.

José Ari Zandoná/DEM

Presidente

CÂMARA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA - MT
RESOLUÇÃO Nº 007/2018

De 03 de dezembro de 2018

"Concede Título de Cidadãos Águaboenses ao Casal, Senhora: ILDA CANDIDA DE BRITO e ao Senhor: JOAQUIM RODRIGUES DIAS e, dá outras providências".

José Ari Zandoná, Presidente da Câmara Municipal de Água Boa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e regimentais que lhe são concedidas, faz saber, que a Câmara Municipal aprovou em Sessão Ordinária do dia 03 de dezembro de 2018 e Ele Promulga, a seguinte Resolução:

Art. 1º - Fica concedido o **"Título de Cidadãos Águaboenses"** ao Casal, Ilustríssima Senhora **ILDA CANDIDA DE BRITO** e ao Senhor **JOAQUIM RODRIGUES DIAS.**

Art. 2º - O respectivo título será entregue aos homenageados, em Ato Solene de Entrega de "Títulos", a ser convocado pela Presidência da Câmara Municipal, em data a ser agendada por esta Casa de Leis.

Art. 3º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Plenário "José Nogueira Paniago", aos 04 de dezembro de 2018.

José Ari Zandoná/DEM

Presidente

CÂMARA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA - MT
RESOLUÇÃO Nº 009/2018

De 03 de dezembro de 2018

"Concede Título de Cidadão Águaboenses ao Casal: Ilustríssimo Senhor JACY GIACOMOLLI e a Ilustríssima Senhora ASSUNTA LOURDES GIACOMOLLI e, dá outras providências".

José Ari Zandoná, Presidente da Câmara Municipal de Água Boa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e regimentais que lhe são concedidas, faz saber, que a Câmara Municipal aprovou em Sessão Ordinária do dia 03 de dezembro de 2018 e Ele Promulga, a seguinte Resolução:

Art. 1º - Fica concedido o **"Título de Cidadãos Águaboenses"** ao Ilustríssimo Senhor **JACY GIACOMOLLI** e a Ilustríssima Senhora **ASSUNTA LOURDES GIACOMOLLI.**

Art. 2º - O respectivo título será entregue aos homenageados, em Ato Solene de Entrega de "Títulos", a ser convocado pela Presidência da Câmara Municipal, em data a ser agendada por esta Casa de Leis.

Art. 3º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Plenário "José Nogueira Paniago", aos 04 de dezembro de 2018.

José Ari Zandoná/DEM

Presidente

CÂMARA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA - MT
RESOLUÇÃO Nº 010/2018

De 04 de dezembro de 2018

"Concede Título de Cidadão Águaboense ao Senhor JOÃO BATISTA DA ROCHA e, dá outras providências".

José Ari Zandoná, Presidente da Câmara Municipal de Água Boa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e regimentais que lhe são concedidas, faz saber, que a Câmara Municipal aprovou em Sessão Ordinária do dia 04 de dezembro de 2018 e Ele Promulga, a seguinte Resolução:

Art. 1º - Fica concedido o **"Título de Cidadão Águaboense"** ao Pastor, Ilustríssimo Senhor **JOÃO BATISTA DA ROCHA** e dá outras providências.

Art. 2º - O respectivo título será entregue ao homenageado, em Ato Solene de Entrega de "Títulos", a ser convocado pela Presidência da Câmara Municipal, em data a ser agendada por esta Casa de Leis.

Art. 3º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Plenário "José Nogueira Paniago", aos 05 de dezembro de 2018.

José Ari Zandoná/DEM

Presidente

CÂMARA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA - MT
RESOLUÇÃO Nº 011/2018

De 04 de dezembro de 2018

"Concede Título de Cidadão Águaboense ao Senhor PEDRO DIAS COSTA e, dá outras providências".

José Ari Zandoná, Presidente da Câmara Municipal de Água Boa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e regimentais que lhe são concedidas, faz saber, que a Câmara Municipal aprovou em Sessão Ordinária do dia 04 de dezembro de 2018 e Ele Promulga, a seguinte Resolução:

Art. 1º - Fica concedido o **"Título de Cidadão Águaboense"** ao Pastor, Ilustríssimo Senhor **PEDRO DIAS COSTA** e, dá outras providências.

Art. 2º - O respectivo título será entregue ao homenageado, em Ato Solene de Entrega de "Títulos", a ser convocado pela Presidência da Câmara Municipal, em data a ser agendada por esta Casa de Leis.

Art. 3º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Plenário "José Nogueira Paniago", aos 05 de dezembro de 2018.

José Ari Zandoná/DEM

Presidente

CÂMARA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA - MT
RESOLUÇÃO Nº 006/2018

De 03 de dezembro de 2018

"Concede Título de Cidadão Águaboense ao Senhor Dr. JOSÉ EUGÊNIO DE PAIVA e, dá outras providências".

José Ari Zandoná, Presidente da Câmara Municipal de Água Boa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e regimentais que lhe são concedidas, faz saber, que a Câmara Municipal aprovou em Sessão Ordinária do dia 03 de dezembro de 2018 e Ele Promulga, a seguinte Resolução:

Art. 1º - Fica concedido o **"Título de Cidadão Águaboense"** ao Ilustríssimo Senhor, **Dr. JOSÉ EUGÊNIO DE PAIVA.**

Art. 2º - O respectivo título será entregue aos homenageados, em Ato Solene de Entrega de "Títulos", a ser convocado pela Presidência da Câmara Municipal, em data a ser agendada por esta Casa de Leis.

Art. 3º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Plenário "José Nogueira Paniago", aos 04 de dezembro de 2018.

José Ari Zandoná/DEM

Presidente

CÂMARA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA - MT
RESOLUÇÃO N° 003/2018

De 18 de junho de 2018.

"ALTERA O ARTIGO 84, E ACRESCENTA O *ARTIGO 84 A*, A RESOLUÇÃO N° 008/2007, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2007 - REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA – MATO GROSSO E, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Presidente da Câmara Municipal de Água Boa, Estado de Mato Grosso, Senhor **JOSÉ ARI ZANDONÁ,** no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica Municipal e pelo Regimento Interno da Câmara Municipal, faz saber que a Câmara Municipal aprovou em Sessão Ordinária do dia 17 de Setembro de 2018 e ele promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º - Fica alterado o Artigo o 84, da Resolução n° 008/2007, 18 de dezembro 2007, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Água Boa – Mato Grosso, remuneram-se os artigos subsequentes, o qual passa a constar da seguinte forma:

[...]

SEÇÃO XIV

DO PEDIDO DE VISTA

Art. 84 – "*Os pedidos de vista de proposições, poderão ser requeridos verbalmente ou por escrito por qualquer vereador, em qualquer fase de tramitação do projeto."* (Emenda Modificativa nº 014/2018).

§ 1º. Será vedado o pedido de vistas de proposição aos Vereadores Autores e Coautores do respectivo Projeto. (Emenda Supressiva nº 013/2018).

§ 2º. Não se admitirá, pedido de Vistas de Vereador membro da Comissão, após a apreciação pela mesma. (Emenda Supressiva nº 013/2018)

§ 1º. O pedido de vista de proposições respeitará os seguintes prazos:

I – quinze dias, no caso de tramitação ordinária;

II – não se admitirá vistas no caso de projetos em regime de urgência e urgência urgentíssima aprovada;

§ 2º. Quando o pedido de vista for realizado por mais de um vereador, o prazo será em conjunto, ficando disponível uma cópia integral do projeto para cada um dos vereadores que realizarem a solicitação.

§ 3º - "*Será único o pedido de vista por Projeto pelos Vereadores*". (Emenda Aditiva nº 015/2018).

Art. 2º - Fica acrescido artigo o 84 A, da Resolução n° 008/2007, 18 de dezembro 2007, Regimento Interno da Câmara Municipal de Água Boa – Ma-

to Grosso, remuneram-se os artigos subsequentes, o qual passa a constar da seguinte forma:

Art. 84 A - *Os pedidos de vista de proposições na Comissão, poderão ser requeridos verbalmente ou por escrito por qualquer vereador, cabendo aos membros da Comissão, por maioria simples, deferi-lo ou não.*

§ 1º. Será vedado o pedido de vistas de proposição aos Vereadores Autores e Coautores do respectivo Projeto.

§ 2º. O pedido de vista de proposições respeitará os seguintes prazos:

I – quinze dias, no caso de tramitação ordinária;

II – não se admitirá vistas no caso de projetos em regime de urgência e urgência urgentíssima aprovada;

§ 3º. Quando o pedido de vista for realizado por mais de um vereador, o prazo será em conjunto, ficando disponível uma cópia integral do projeto para cada um dos vereadores que realizarem a solicitação.

Plenário "José Nogueira Paniago", aos 18 de Setembro de 2018.

José Ari Zandoná

Presidente

CÂMARA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA - MT
RESOLUÇÃO Nº 002/2018

De 13 de março de 2018.

"*ALTERA O ARTIGO 44, DA RESOLUÇÃO N.º 008/2007, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2007 – REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA-MT*".

José Ari Zandoná, Presidente da Câmara Municipal de Água Boa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e regimentais que lhe são concedidas, faz saber, que a Câmara Municipal aprovou em Sessão Ordinária do dia 17 de Setembro de 2018 e Ele Promulga, a seguinte Resolução:

Art. 1º - Altera-se o ***Artigo 44***, da Resolução nº 008/2007, de 18 de dezembro de 2007 – Regimento Interno da Câmara Municipal de Água Boa, passando a vigorar com a seguinte redação:

SEÇÃO IV

DA COMISSÃO GERAL

Art. 44 – Na primeira Sessão Ordinária de cada início de legislatura e do biênio seguinte, a Mesa Diretora procederá à escolha, em Plenário, através de votação nominal, de 05 (cinco) Vereadores Titulares e 02 (dois) Vereadores Suplentes, que farão parte da Comissão Geral da Câmara Municipal, para o mandato de 02 (dois) anos, *que serão qualificado como 1º e 2º suplente e que farão parte da Comissão Geral da Câmara Municipal, para o mandato de 02 (dois) anos.* (Emenda Modificativa nº 011/2018) (Alterado pela Resolução nº 008/2009).

§1º - Logo que constituída a Comissão Geral, os vereadores escolhidos reunir-se-ão para eleger o respectivo presidente, vice-presidente e relator.

§ 2º - O Presidente da Comissão Geral será substituído pelo vice-presidente, em suas faltas e impedimentos.

§ 3º - Na falta do relator, será designado um relator Ad Hoc, dentre os membros presentes, ou o Presidente reserva para si o relato.

§ 4º - O relator não poderá emitir parecer quando a matéria em apreciação seja de sua autoria e/ou quando for o interessado no assunto.

§ 5º - Será realizada em casos excepcionais, nova eleição de membros suplentes, a ser convocada pela Mesa Diretora, para a Composição da Comissão Geral no caso de licenças ou pedidos de afastamento, não podendo a mesma ficar composta por número inferior a 05 (cinco) membros. (Emenda Supressiva nº 010/2018)

§ 5º - Poderão ser eleitos para a Comissão Geral, quaisquer dos nobres partícipes que integram o quadro de Vereadores da Câmara Municipal de Água Boa, exceto o Presidente da Casa Legislativa.

§ 6º - *Os Suplentes assumirão lugar na Comissão quando o membro Titular estiver afastado ou licenciado.* (Emenda Aditiva nº 012/2018).

Art. 2º - Ficam revogadas as Leis e Resoluções em contrário.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Plenário "José Nogueira Paniago", aos 18 de Setembro de 2018.

José Ari Zandoná

Presidente

CAMARA MUNICIPAL DE APIACÁS

CAMARA MUNICIPAL / CONTABILIDADE
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO Nº 003/2018 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2018

A Presidente da Câmara Municipal de Apiacás - MT, Senhora **Regina Pizoli da Silva**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei, após a adjudicação da Comissão Permanente de Licitação, na pessoa de sua presidente Sra. Caroline Alvares Costa Torres, **HOMOLOGA** o processo licitatório nº 003/2018 de Modalidade Tomada de Preços nº 001/2018, à empresa **WELLINGTON SANT'ANNA LOPES,** CNPJ – 19.006.021/0001-42, Endereço – Rua Sabiá n.º 14, bairro: União Apiacás MT, o seguinte objeto: Reforma e Ampliação do prédio da Câmara Municipal de Vereadores de Apiacás, distribuídos conforme croquis, mapas e planilhas partes integrantes desse certame, para atender a Câmara Municipal de Apiacás, ao preço de **R$ 53.950,63** (cinquenta e três mil, novecentos e cinquenta reais e sessenta e três centavos).

Apiacás 10 de dezembro de 2018.

Regina Pizoli da Silva

Presidente da Câmara de Vereadores de Apiacás

CAMARA MUNICIPAL / CONTABILIDADE
CERTIDÃO DE NÃO INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS

CERTIDÃO DE NÃO INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS

Processo Licitatório nº 003/2018

Pregão Presencial nº 001/2018

A Presidente da Comissão de Licitação da Câmara Municipal de Apiacás MT, Senhora **Caroline Alvares Costa Torres**, nomeada pela Portaria nº 001/2018, **CERTIFICA** que, a empresa **WELLINGTON SANT'ANNA LOPES,** CNPJ – 19.006.021/0001-42, Endereço – Rua Sabiá n.º 14, bairro: União Apiacás MT, abre mão da **INTERPOSIÇÃO DE QUAISQUER RECURSOS**, conforme o que estabelece o artigo 38, Inciso VIII da Lei 8.666/93, referente a Tomada de Preços nº 001/2018, o qual tem o seguinte objeto: Reforma e Ampliação do prédio da Câmara Municipal de Vereadores de Apiacás, distribuídos conforme croquis, mapas e planilhas partes integrantes desse certame, para atender a Câmara Municipal de Apiacás.

Apiacás 10 de dezembro de 2018.

Caroline Alvares Costa Torres

Presidente da CPL

CAMARA MUNICIPAL / CONTABILIDADE
TERMO DE ADJUDICAÇÃO

TERMO DE ADJUDICAÇÃO

PROCESSO Nº 003/2018 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2018

A Presidente da Comissão de Licitação da Câmara Municipal de Apiacás MT, Senhora **Caroline Alvares Costa Torres**, nomeada pela Portaria nº 001/2018, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei, em conformidade com o artigo 43, inciso VI da lei nº 8.666/93, **ADJUDICA** o processo licitatório nº 003/2018 de Modalidade Tomada de Preços nº 001/2018, após a análise documental efetuada pela CPL e, após a desistência de eventuais recursos administrativos à empresa **WELLINGTON SANT'ANNA LOPES,** CNPJ – 19.006.021/0001-42, Endereço – Rua Sabiá n.º 14, bairro: União Apiacás MT, o seguinte objeto: Reforma e Ampliação do prédio da Câmara Municipal de Vereadores de Apiacás, distribuídos conforme croquis, mapas e planilhas partes integrantes desse certame, para atender a Câmara Municipal de Apiacás, ao preço de **R$ 53. 950,63** (cinquenta e três mil, novecentos e cinquenta reais e sessenta e três centavos).

Apiacás 10 de dezembro de 2018.

Caroline Alvares Costa Torres

Presidente da CPL

CAMARA MUNICIPAL / CONTABILIDADE
PORTARIA N.º 049/2018

PORTARIA N.º 049/2018

Dispõe sobre a concessão de de férias com abono pecuniário ao servidor efetivo josé teixeira costa, e dá outras providências.

Art. 1º - A Presidente da Câmara de Vereadores de Apiacás/MT, Regina Pizolli da Silva, no uso de suas atribuições legais previstas no Regimento Interno desta casa de Leis e na Lei Orgânica Municipal, **Resolve CONCEDER de férias ao servidor público José Teixeira Costa**, com abono pecuniário, com efeitos a partir do dia 10/12/2018 a 30/12/2018.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação ou afixação, revogando-se as disposições em contrário.

CÂMARA MUNICIPAL DE APIACÁS-MT, 10 de dezembro de 2018.

REGINA PIZOLLI DA SILVA

Vereadora – Presidente

CAMARA MUNICIPAL / CONTABILIDADE
ATA DE RESULTADO DE LICITAÇÃO TP Nº 001/2018

ATA DE ABERTURA E JULGAMENTO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO - 003/2018

MODALIDADE: TOMADA DE PREÇO n° 001/2018

TIPO: Menor preço Global.

Aos 07 (sete) dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezoito às 08:00 (oito), horas (horário de Mato Grosso), na sede da Câmara Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, na sala de reuniões da Comissão Permanente de Licitação, reuniram-se: **Caroline Alvares Costa Torres**, **Leilson Balduino Feitosa**, houve a ausência do membro da CPL José Eder da Luz, presente também para acompanhar o processo, o Controladora Interno Sra. Kátia Regina da Silva. A Comissão Permanente de Licitação instituída pela Portaria nº 001/2018, de 04 de janeiro de 2018, através da presidente iniciou a sessão de abertura e julgamento para habilitação e proposta de preços na contratação de empresa para**Ampliação e Reforma do Prédio da Câmara Municipal de Vereadores de Apiacás, distribuídos conforme a seguir:** Reforma e Ampliação do prédio da Câmara Municipal de Vereadores de Apiacás, distribuídos conforme croquis, mapas e planilhas partes integrantes desse certame, para atender a Câmara Municipal de Apiacás. A Presidente da CPL recebeu os envelopes para proceder a abertura da documentação apresentada pela uma única empresa participante ao certame. Após observar os envelopes foi constatado que a seguinte empresa entregou seus envelopes devidamente lacrados: **WELLINGTON SANT'ANNA LOPES,** CNPJ – 19.006.021/0001-42, Endereço – Rua Sabiá n.º 14 bairro União Apiacás MT e o Sr. Wellington Sant'Anna Lopes como responsável e proprietário da empresa. Os trabalhos tiveram início com a CPL e licitante, que a todo o procedimento acompanha, rubricando os envelopes de documentos de Habilitação, após análise de toda a documentação pela CPL, a Presidente declarou que a empresa atendeu a todos os itens exigidos no edital e declara a empresa Habilitada para concorrer ao certame. Por apresentar a documentação conforme solicitado em edital,encerrada a fase de habilitação a presidente questionou o representante da empresa licitante que a tudo presenciou e com tudo concorda, sobre a intenção de interpor recurso contra os atos praticados até o momento, respondendo o mesmo de forma negativa. Na sequencia foi rubricado e passou-se para abertura e análise da proposta de preços da obrada empresa habilitada, após aberto o envelope com a proposta comercial todos os presentes rubricam também, todas as planilhas e verificou-se que a empresa apresenta a proposta pelo valor global da obra de **R$ 53.950,63** (cinquenta e três mil, novecentos e cinquenta reais e sessenta e três centavos). Em ato contínuo, a empresa participante é declarada vencedora do presente certame por estar com sua documentação e proposta conforme solicitado no edital. A presidente questiona o representante da empresa licitante presente que a tudo presenciou se concorda com todos os atos praticas, ou se há a intenção de interpor recursos administrativos, e o mesmo declara abrir mão de qualquer tipo de recurso. A reunião é encerrada às 8:45hs. Nada mais havendo a relatar nesta oportunidade, eu, **Leilson Balduino Feitosa** lavrei a presente ata que vai assinada por mim, secretário da CPL, demais presente, e representante da empresa participante deste certame

CAROLINE ALVARES COSTA TORRES LEILSON BALDUINO FEITOSA

Presidente CPL Secretário da CPL

WELLINGTON SANT ANNA LOPES

19.006.021/0001-42

Wellington Sant Anna Lopes

Representante

CAMARA MUNICIPAL DE CÁCERES

CAMARA MUNICIPAL DE CÁCERES
EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ELEIÇÃO DA MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES-MT, BIÊNIO 2019/2020

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, *no uso de suas prerrogativas legais e regimentais,torna pública a convocação para Eleição da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Cáceres, Estado de Mato Grosso, para o Biênio 2019/2020, mediante as condições estabelecidas neste edital, e, em concordância com o Art. 19 e seguintes da Lei Orgânica Municipal, e Art. 16, in fine, do Regimento Interno;*

1 DAS DISPOSIÇÕES

1.1. A Eleição para a Mesa Diretora da Câmara de Vereadores de Cáceres-MT, para o Biênio 2019/2020, será realizada na Sessão Ordinária do dia 17 de dezembro de 2018.

1.2. Este edital será publicado no Diário Oficial dos Municípios - AMM, no local de costume no prédio da Câmara Municipal, e no site eletrônico da Câmara Municipal de Cáceres-MT.

Câmara Municipal de Cáceres-MT, 10 de dezembro de 2018.

Domingos Oliveira dos Santos

Presidente da Câmara Municipal de Cáceres-MT.

Biênio 2017/2018

CAMARA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU

CÂMARA MUNICIPAL
PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO N° 007/2018

SENHORA: PATRICIA FERNANDA GRAEFF - Data: 10/12/2018 – PRORROGAÇÃO DE PRAZO PARA: 09/01/2019.

CAMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINO

CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINO
EDITAL DE PREGAO PRESENCIAL Nº. 005/2018

CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINO-MT

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N 005/2018

OBJETO: Contratação de empresa de radiodifusão para realizar transmissões ao vivo das sessões realizadas no plenário da Câmara Municipal, bem como, transmitir a gravação das sessões que por ventura forem realizadas fora do plenário, desde que não haja a possibilidade de se fazer a transmissão ao vivo, e ainda, veicular convites, avisos e informativos conforme a necessidade da Câmara Municipal.

TIPO: Menor preço.

DATA DE ABERTURA: 21 de dezembro de 2018.

HORÁRIO: 14h00min.

LOCAL: Sede da Câmara Municipal de Diamantino, sito Av. Desembargador J.P.F. Mendes, 2.345 – Jardim Eldorado – Diamantino/MT. Fone: (65) 336-1419. O procedimento licitatório será regido de acordo com os termos da Lei 8.666 de 21.06.93 e alterações posteriores.

HORÁRIO DE ATENDIMENTO: das 12h00min as 18h00min de segunda a sexta feira.

EDITAL COMPLETO E SEUS ANEXOS: Deverá ser retirado na Câmara Municipal de Diamantino junto a CPL, ou pelo sitio www.camaradiamantino.mt.gov.br.

Diamantino – MT, 10 de dezembro de 2018.

PAULO CEZAR DA CRUZ FONSECA

Pregoeiro

CAMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO

CÂMARA MUNICIPAL
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2018 - EDITAL COMPLEMENTAR Nº 002

DIVULGA RESULTADO DAS SOLICITAÇÕES DE ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO.

A Presidente COMISSÃO EXAMINADORA DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO, nomeada pela Portaria nº 019/2018, de 29 de novembro de 2018, em cumprimento ao disposto no item 17.6 do Edital do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2018, torna público o que segue:

1. DIVULGA-SE O RESULTADO DAS SOLICITAÇÕES DE ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO, DEFERIDAS E INDEFERIDAS, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL COMPLEMENTAR.

Fica aberto o prazo de recurso relativo à divulgação das **SOLICITAÇÕES DE ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO,** a partir das 00h do dia **11/12/2018** até às 23h59 do dia **12/12/2018**, nos termos do Edital.

A íntegra deste Edital poderá ser consultada no mural da Câmara Municipal de São José do Rio Claro, no site oficial - www.saojosedorioclaro.mt.leg.br e no site da empresa organizadora – www.grupoatame.com.br/concurso/

São José do Rio Claro, 10 de dezembro de 2018.

Marta Cristina Bartolomeu Moro

Presidente da Comissão Examinadora do Processo Seletivo Simplificado

RELAÇÃO DE PEDIDOS DE ISENÇÃO – DEFERIDOS E INDEFERIDOS ANEXO I

01 - CONTADOR			
Código	**Nome**	**Deferido**	**Motivo**
0000000006	FABRICIO FARIA SOUZA	SIM	
0000000005	GRACIELI DA SILVA MAGRI	SIM	
0000000003	IVAN FRANCISCO DA COSTA JÚNIOR	SIM	

CAMARA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE

CÂMARA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SS. TRINDADE
DECRETO LEGISLATIVO Nº 011/2018

"CONCEDE MOÇÃO DE APLAUSO AOS INTEGRANTES DA GUARDA MIRIM DE VILA BELA DA SS TRINDADE - MT"

A CÂMARA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE, Estado de Mato Grosso, nos termos do Art. 105 do Regimento Interno – RI desta Casa Legislativa, DECRETA, eu Presidente, Promulgo o seguinte:

DECRETA:

Art. 1º - Concede **MOÇÃO DE APLAUSO AOS INTEGRANTES DA GUARDA MIRIM DE VILA BELA DA SS TRINDADE - MT:**

JULIANA NILZA DE CARVALHO PASSINI - PRESIDENTE DA GUARDA JUSTINO FRAZÃO DE ALMEIDA – VICE PRESIDENTE EDNEIDE RIBEIRO L. DE CAMPOS – 1ª SECRETÁRIA JUSTINA DA MATA NASCIMENTO – 2ª SECRETÁRIA JORGE GONÇALVES – 1º TESOUREIRO ISAIAS GONÇALVES DE ALMEIDA – 2º TESOUREIRO INSTRUTORES: EDNO GERALDES NUNES ADÃO ALESSANDRO DE MELO CÁSSIO VINICÍUS DAMACENO DE SOUZA ROBSON FERREIRA MARTINS ALUNOS: AGNER DANIEL DA S. POQUIVIQUI CARLA CAMILA COELHO NUNES ELISA SAMARA GOMES DE JESUS GEOVANNA DE OLIVEIRA SANTOS RAIRA MORAIS DE ALMEIDA RAMISSA NARIELY CORREIA DE CASTRO LUDIMILA RODRIGUES CEBALHO ROBERT SANTANA MELO LUKAS EDUARDO CREPALDE GUSTAVO ASSUNÇÃO RAMOS JOÃO PEDRO G. DA FONSECA COELHO FELIPE GERALDES DE JESUS IOHANA DE MELO CARVALHO

Art. 2º - A entrega da referida moção de aplauso será no dia 20 de dezembro de 2018 as 20h00min no plenário da Câmara Municipal.

Art. 3º - As despesas decorrentes da execução do presente Decreto Legislativas correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessárias.

Art. 4º - Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam as disposições em contrário.

SALA DAS SESSÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE, MATO GROSSO, 10 DE DEZEMBRO DE 2018.

_____

FLÁVIO FERREIRA DE SOUZA

PRESIDENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SS. TRINDADE
DECRETO LEGISLATIVO Nº 012/2018

"CONCEDE MOÇÃO DE APLAUSO"

A CÂMARA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE, Estado de Mato Grosso, nos termos do Art. 105 do Regimento Interno – RI desta Casa Legislativa, DECRETA, eu Presidente, Promulgo o seguinte:

DECRETA:

Art. 1º - Concede **MOÇÃO DE APLAUSO AO SR. SIDNEY EDUARDO LOBO DOS SANTOS**, Pelos relevantes serviços prestados ao nosso Munícipio.

Art. 2º - A entrega da referida moção de aplauso será no dia 20 de dezembro de 2018 as 20h00min no plenário da Câmara Municipal.

Art. 3º - As despesas decorrentes da execução do presente Decreto Legislativas correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessárias.

Art. 4º - Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam as disposições em contrário.

SALA DAS SESSÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE, MATO GROSSO, 10 DE DEZEMBRO DE 2018.

_____

FLÁVIO FERREIRA DE SOUZA

PRESIDENTE

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL COMPLEXO NASCENTES DO PANTANAL

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA

O Presidente do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social, Ambiental e Turístico do Complexo Nascentes do Pantanal, Prefeito WEMERSON ADÃO PRATA, no uso de suas atribuições e Considerando a Resolução Administrativa Nº 22/2018;

CONVOCA os Prefeitos dos Municípios membros do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social, Ambiental e Turístico do Complexo Nascentes do Pantanal, para a Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada no Município de São José dos Quatro Marcos, às 14:30 horas do dia 17 / 12 / 2018, segunda-feira, no Plenário da Câmara de Vereadores, com a seguinte pauta:

1. Apreciação da Resolução Normativa nº 57/2018 que cria o PAC - Plano de Ação do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social, Ambiental e Turístico do Complexo Nascentes do Pantanal para o Exercício de 2019;

2. Apreciação da Resolução Normativa nº 58/2018 que estima a receita e fixa a despesa do Consorcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social, Ambiental e Turístico do Complexo Nascentes do Pantanal para o **Exercício de 2019;**

3. Eleição dos membros titulares e suplentes do Conselho Diretor e do Conselho Fiscal do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social, Ambiental e Turístico do Complexo Nascentes do Pantanal para o biênio 2019/2020;

4. Outros assuntos de momento.

Comunica que as normas, procedimentos e critérios para o Processo Eleitoral estão estabelecidas na Resolução Administrativa Nº 22/2018 e Portaria Nº 20/2018 que institui a Comissão Eleitoral, publicados no site do Consórcio: www.nascentesdopantanal.org.br

Fica estabelecido que a Ficha de Inscrição para o Processo Eleitoral deverá ser entregue antes do início da Assembleia diretamente ao Secretario Executivo nos termos do CAPITULO III da Resolução Administrativa Nº 22/2018, e tornadas públicas no local da realização da Assembleia antes de seu início.

A convocação a que se refere este edital será feita via e-mail aos prefeitos, lembrando que o suplente direto do Prefeito é o Vice-Prefeito(a).

São José dos Quatro Marcos-MT, 07 de dezembro de 2018.

Wemerson Adão Prata

Presidente

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Assembleia Geral de Instalação do Consórcio Público **AGERR/Pantanal**

Consoante com a Cláusula 99ª do Protocolo de Intenções os Prefeitos dos Municípios de Salto do Céu e Rio Branco, respectivamente Wemerson Adão Prata e Antonio Xavier de Araújo, considerando que os Municípios de Araputanga, Curvelândia, Figueirópolis D'Oeste, Jauru, Lambari D'Oeste, Mirassol D'Oeste, Reserva do Cabaçal, Rio Branco e Salto do Céu, ratificaram mediante lei o Protocolo de Intenções assinado,

CONVOCAM os Prefeitos dos Municípios que já ratificaram o Protocolo de Intenções para a Assembleia Geral de Instalação do Consórcio Público denominado de AGÊNCIA REGIONAL DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE SANEAMENTO DO COMPLEXO NASCENTES DO PANTANAL **- AGERR/PANTANAL**, a ser realizada no Município de São José dos Quatro Marcos, às 14:00 horas do dia **17 / 12 / 2018**, segunda-feira, no Plenário da Câmara de Vereadores, com a seguinte pauta:

1. Ato de Fundação e Instalação do consórcio regional de regulação com a leitura do Preâmbulo do Protocolo de Intenções. Apresentação das leis municipais que autorizam o município a participar do consórcio;

2. Eleição e posse do Presidente, Vice-Presidente e Conselho Fiscal;

3. Apreciação da Resolução Normativa que trata das regras de regulação.

4. Outros assuntos de momento.

A Assembleia Geral de Instalação do consórcio público **AGERR/Pantanal** será presidida pelo Prefeito presidente do Consórcio Nascentes do Pantanal. (§ 2º da Cláusula 99ª)

A convocação a que se refere este edital será publicada no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso, e enviado correspondência eletrônica aos Prefeitos, lembrando que o suplente direto do Prefeito é o Vice-Prefeito.

São José dos Quatro Marcos-MT, 07 de dezembro de 2018.

Wemerson Adão Prata - Prefeito de Salto do Céu e **Antonio Xavier de Araújo -** Prefeito de Rio Branco

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL PORTAL DO ARAGUAIA

RESULTADO PR 01

RESULTADO DE LICITAÇÃO

Resultado de Licitação PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº. 01/2018

O PRESIDENTE DO CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO, ECONOMICO, SOCIAL E AMBIENTAL-PORTAL DO ARAGUIA/MT, através do **PREGOEIRO**, torna público, que no Pregão Presencial nº. 01/2018, com o objeto registro de preços para licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, por Sistema de Registro de Preços (SRP), do tipo MAIOR DESCONTO LINEAR GLOBAL "futura e eventual" contratação de empresa(s) especializada(s) para prestação de serviços de implantação, execução e manutenção de dispositivos de transposição de obstáculos, concomitantemente com serviços de recuperação e manutenção de vias e acessos dos municípios consorciados**, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA DO EDITAL**.

Obteve o seguinte resultado as empresas: ECOPONTES –SISTEMAS ESTRUTURAIS SUSTENTAVEIS LTDA CNPJ 13.613.420/0001-95 E NG ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA CNPJ 04.326.648/0001-03, **sagraram-se vencedoras dos seguintes itens: ITEM 01: com o percentual de 1%(um por cento)**. **Foram recebidos os documentos de HABILITAÇÃO das empresas vencedoras onde foram julgadas e consideradas devidamente HABILITADAS as empresas** ECOPONTES –SISTEMAS ESTRUTURAIS SUSTENTAVEIS LTDA CNPJ 13.613.420/0001-95 E NG ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA CNPJ 04.326.648/0001-03; **O Processo Administrativo referente à licitação acima, encontra-se a disposição dos interessados na sala licitações da referida Prefeitura, localizada na Aveinda Delson Rodrigues s/n Bairro Centro , neste município de General Carneiro/MT, de segunda à sexta-feira no horário de atendimento ao público.**

General Carneiro -MT, 23 de Novembro de 2018.

ELIEZIO DIAS DA SILVA

Pregoeiro

RESULTADO PR 02

RESULTADO DE LICITAÇÃO

Resultado de Licitação PREGÃO PRESENCIAL Nº. 02/2018

O PRESIDENTE DO CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO, ECONOMICO, SOCIAL E AMBIENTAL-PORTAL DO ARAGUIA/MT,, através do **PREGOEIRO**, torna público, que no Pregão Presencial nº.02/2018, com o objeto REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL **AQUISIÇÃO DE VEICULOS TIPO PICK-UP, NOTEBOOKS E CAMERAS FOTOGRAFICAS , CONFORME CONVÊNIO N. 080124/2017 /MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO/CAIXA**, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DOS MUNICIPIOS PARTICIPANTES DO CIDESPA,CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA DO EDITAL

Obteve o seguinte resultado a empresa: DOMANI DISTRIBUIDORA DE VEICULOS LTDA CNPJ- 01.016.616/0001-13 , **sagrou-se vencedora dos seguintes itens: ITEM 01: R$ 59.300,00; itens 02 e 03 não hove interressados; Foram recebidos os documentos de HABILITAÇÃO da(s) empresa(s) vencedora onde foram julgadas e consideradas devidamente HABILITADA a empresa** DOMANI DISTRIBUIDORA DE VEICULOS LTDA CNPJ- 01.016.616/0001-13 **O Processo Administrativo referente à licitação acima, encontra-se a disposição dos interessados na sala licitações da referida Prefeitura, localizada na Aveinda Delson Rodrigues s/n Bairro Centro , neste município de General Carneiro/MT, de segunda à sexta-feira no horário de atendimento ao público.**

General Carneiro -MT, 26 de Novembro de 2018.

ELIEZIO DIAS DA SILVA

Pregoeiro Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA

RETIFICAÇÃO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – N° 003/2018

EDITAL DE DIVULGAÇÃO 004/2018

A Prefeitura Municipal de Água Boa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, por meio desta Comissão Organizadora do Processo Seletivo Simplificado, instituída através do Decreto Municipal nº 3248 de 29 de outubro de 2018, tendo em vista o atendimento de necessidade de interesse público, em cumprimento aos princípios constitucionais da legalidade, da impessoalidade, da moralidade e da eficiência, e ainda em cumprimento à Lei Federal 11350 de 05 de outubro de 2006, Lei Federal 13595 de 05 de janeiro de 2018 e a Lei Municipal 887 de 15 de dezembro de 2006**,** e demais Legislações aplicáveis à espécie; torna público a presente retificação ao Edital do Processo Seletivo Simplificado nº 003/2018, conforme segue:

1- DAS ALTERAÇÕES:

1.1 No item 4 – INSCRIÇÕES, onde está:

4.1 –A inscrição deverá ser efetuada na sede da Prefeitura Municipal de Água Boa, situada na Avenida Planalto, nº 410 Bairro Centro, de 26 de novembro a 10 de dezembro de 2018, das , das 08:00h às 11:00h e das 14:00h às 17:00h.

Passa a ter a seguinte redação:

4.1 –A inscrição deverá ser efetuada na sede da Prefeitura Municipal de Água Boa, situada na Avenida Planalto, nº 410 Bairro Centro, de 26 de novembro a 13 de dezembro de 2018, das , das 08:00h às 11:00h e das 14:00h às 17:00h.

1.2- No item Anexo I – CARGOS e SALÁRIOS, onde está:

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E CULTURA

Nomenclatura	C/H	Vagas	Venc. (R$)	Requisitos Especiais
Apoio Administrativo Educacional - Motorista (Sede Urbana)	40	CR	R$ 1.882,56	Ensino Médio, CNH categoria "D" e comprovante de curso de Transporte Coletivo e Escolar – apresentar documentos comprobatórios no ato da inscrição.
Apoio Administrativo Educacional – Vigia (Sede Urbana)	40	CR	R$ 1.329,57	Ensino Médio – apresentar documentos comprobatórios no ato da inscrição.
Apoio Administrativo Educacional – Vigia (Sede Urbana)	40	CR	R$ 1.085,06	Ensino Fundamental - apresentar documentos comprobatórios no ato da inscrição.

Apoio Administrativo Educacional - Infra- estrutura/Nutrição (Sede Urbana)	30	CR	R$ 1.329,57	Ensino Médio - apresentar documentos comprobatórios no ato da inscrição.
Técnico Administrativo Educacional (S.Urbana)	40	CR	R$ 1.748,15	Ensino Médio - apresentar documentos comprobatórios no ato da inscrição.
Técnico em Desenvolvimento Infantil(S.Urbana)	40	CR	R$ 1.748,15	Ensino Médio - apresentar documentos comprobatórios no ato da inscrição.
Professor/Intérprete de Libras (SEDE)	Até 40	CR	R$ 3.693,30	Licenciatura Plena (em qualquer área), com curso básico e avançado de Libras - apresentar documentos comprobatórios no ato da inscrição.
			R$ 2.092,84	Ensino Médio – Curso básico e avançado de Libras - apresentar documentos comprobatórios no ato da inscrição
Professor - Pedagogia (Sede Urbana) – Educação Infantil	Até 40	CR	R$ 3.693,30	Licenciatura Plena em Pedagogia - apresentar documentos comprobatórios no ato da inscrição.
Professor - Pedagogia (Sede Urbana) – Anos Iniciais	Até 40	CR	R$ 3.693,30	Licenciatura Plena em Pedagogia - apresentar documentos comprobatórios no ato da inscrição.
Professor Educação Física (Sede Urbana)	Até 40	CR	R$ 3.693,30	Licenciatura Plena (Educação Física/Bacharel) Registro no Conselho Educação Física e apresentar a cédula ou declaração no ato da inscrição (CREF). - apresentar documentos comprobatórios no ato da inscrição.
Apoio Administrativo Educacional - Motorista (PA Santa Maria)	40	CR	R$ 1.882,56	Ensino Médio, CNH categoria “D” e comprovante de curso de Transporte Coletivo e Escolar. - apresentar documentos comprobatórios no ato da inscrição.
Apoio Administrativo Educacional - Vigia (PA Santa Maria)	40	CR	R$ 1.329,57	Ensino Médio - apresentar documentos comprobatórios no ato da inscrição.
Apoio Administrativo Educacional - Infra- estrutura (PA Santa Maria)	30	CR	R$ 1.329,57	Ensino Médio - apresentar documentos comprobatórios no ato da inscrição.
Professor/Intérprete de Libras (PA Santa Maria)	Até 40	CR	R$ 3.693,30	Licenciatura Plena (em qualquer área), com curso básico e avançado de Libras - apresentar documentos comprobatórios no ato da inscrição.
			R$ 2.092,84	Ensino Médio – Curso básico e avançado de Libras - apresentar documentos comprobatórios no ato da inscrição.
Professor - Pedagogia (PA Santa Maria)	Até 40	CR	R$ 3.693,30	Licenciatura Plena em Pedagogia- apresentar documentos comprobatórios no ato da inscrição.
Professor – Magistério (PA Santa Maria)	Até 40	CR	R$ 2.462,20	2º Grau Magistério - apresentar documentos comprobatórios no ato da inscrição.
Professor – Matemática/Ciências Biológica (PA Santa Maria)	Até 40	CR	R$ 3.693,30	Licenciatura Plena (Matemática/Ciências Biológicas) - apresentar documentos comprobatórios no ato da inscrição.
Professor – Letras (PA Santa Maria)	Até 40	CR	R$ 3.693,30	Licenciatura Plena (Letras) - apresentar documentos comprobatórios no ato da inscrição.
Professor – História/Geografia (PA Santa Maria)	Até 40	CR	R$ 3.693,30	Licenciatura Plena (História / Geografia) - apresentar documentos comprobatórios no ato da inscrição.
Professor – Leigo (PA Santa Maria)	Até 40	CR	R$ 2.092,84	Ensino Médio - apresentar documentos comprobatórios no ato da inscrição.
Apoio Administrativo Educacional - Motorista (PA Jaraguá)	40	CR	R$ 1.882,56	Ensino Médio, CNH categoria “D” e comprovante de curso de Transporte Coletivo e Escolar- apresentar documentos comprobatórios no ato da inscrição.
Apoio Administrativo Educacional - Vigia (PA Jaraguá)	40	CR	R$ 1.329,57	Ensino Médio - apresentar documentos comprobatórios no ato da inscrição.
Apoio Administrativo Educacional - Infra- estrutura (PA Jaraguá)	30	CR	R$ 1.329,57	Ensino Médio - apresentar documentos comprobatórios no ato da inscrição.
Professor/Intérprete de Libras (PA Jaraguá)	Até 40	CR	R$ 3.693,30	Licenciatura Plena (em qualquer área), com curso básico e avançado de Libras - apresentar documentos comprobatórios no ato da inscrição.
			R$ 2.092,84	Ensino Médio – Curso básico e avançado de Libras - apresentar documentos comprobatórios no ato da inscrição.
Professor - Pedagogia (PA Jaraguá)	Até 40	CR	R$ 3.693,30	Licenciatura Plena em Pedagogia- apresentar documentos comprobatórios no ato da inscrição.
Professor – Magistério (PA Jaraguá)	Até 40	CR	R$ 2.462,20	2º Grau Magistério - apresentar documentos comprobatórios no ato da inscrição.
Professor – Matemática / Ciências Biológica (PA Jaraguá)	Até 40	CR	R$ 3.693,30	Licenciatura Plena (Matemática/Ciências Biológicas) - apresentar documentos comprobatórios no ato da inscrição.
Professor – Letras (PA Jaraguá)	Até 40	CR	R$ 3.693,30	Licenciatura Plena (Letras) - apresentar documentos comprobatórios no ato da inscrição.
Professor – História/Geografia (PA Jaraguá)	Até 40	CR	R$ 3.693,30	Licenciatura Plena (História / Geografia) - apresentar documentos comprobatórios no ato da inscrição.
Professor – Leigo (PA Jaraguá)	Até 40	CR	R$ 2.092,84	Ensino Médio - apresentar documentos comprobatórios no ato da inscrição.
Apoio Administrativo Educacional - Motorista (PA Serrinha)	40	CR	R$ 1.882,56	Ensino Médio, CNH categoria “D” e comprovante de curso de Transporte Coletivo e Escolar - apresentar documentos comprobatórios no ato da inscrição.
Apoio Administrativo Educacional - Vigia (PA Serrinha)	40	CR	R$ 1.329,57	Ensino Médio - apresentar documentos comprobatórios no ato da inscrição.
Apoio Administrativo Educacional - Infra- estrutura (PA Serrinha)	30	CR	R$ 1.329,57	Ensino Médio - apresentar documentos comprobatórios no ato da inscrição.
Técnico Administrativo Educacional (PA Serrinha)	40	CR	R$ 1.748,15	Ensino Médio - apresentar documentos comprobatórios no ato da inscrição.
Técnico em Desenvolvimento Infantil	40	CR	R$ 1.748,15	Ensino Médio - apresentar documentos comprobatórios no ato da inscrição.
Professor/Intérprete de Libras (PA Serrinha)	Até 40	CR	R$ 3.693,30	Licenciatura Plena (em qualquer área), com curso básico e avançado de Libras - apresentar documentos comprobatórios no ato da inscrição.
			R$ 2.092,84	Ensino Médio – Curso básico e avançado de Libras - apresentar documentos comprobatórios no ato da inscrição.
Professor - Pedagogia (PA Serrinha)	Até 40	CR	R$ 3.693,30	Licenciatura Plena em Pedagogia- apresentar documentos comprobatórios no ato da inscrição.
Professor – Magistério (PA Serrinha)	Até 40	CR	R$ 2.462,20	2º Grau Magistério - apresentar documentos comprobatórios no ato da inscrição.
Professor – Matemática / Ciências Biológica (PA Serrinha)	Até 40	CR	R$ 3.693,30	Licenciatura Plena (Matemática/Ciências Biológicas) - apresentar documentos comprobatórios no ato da inscrição.
Professor – Letras (PA Serrinha)	Até 40	CR	R$ 3.693,30	Licenciatura Plena (Letras) - apresentar documentos comprobatórios no ato da inscrição.
Professor – História/Geografia (PA Serrinha)	Até 40	CR	R$ 3.693,30	Licenciatura Plena (História /Geografia) - apresentar documentos comprobatórios no ato da inscrição.

Professor – Leigo (PA Serrinha)	Até 40	CR	R$ 2. 092,84	Ensino Médio - apresentar documentos comprobatórios no ato da inscrição.

Apoio Administrativo Educacional - Motorista (PA Jandira)	40	CR	R$ 1. 882,56	Ensino Médio, CNH categoria “D” e comprovante de curso de Transporte Coletivo e Escolar - apresentar documentos comprobatórios no ato da inscrição.
Apoio Administrativo Educacional - Vigia (PA Jandira)	40	CR	R$ 1. 329,57	Ensino Médio - apresentar documentos comprobatórios no ato da inscrição.
Apoio Administrativo estrutura (PA Jandira) Educacional - Infra-	30	CR	R$ 1. 329,57	Ensino Médio – apresentar documentos comprobatórios no ato da inscrição.
Professor/Intérprete de Libras (PA Jandira)	Até 40	CR	R$ 3. 693,30	Licenciatura Plena (em qualquer área), com curso básico e avançado de Libras - apresentar documentos comprobatórios no ato da inscrição.
			R$ 2. 092,84	Ensino Médio – Curso básico e avançado de Libras - apresentar documentos comprobatórios no ato da inscrição.
Professor – Pedagogia (PA Jandira)	Até 40	CR	R$ 3. 693,30	Licenciatura Plena em Pedagogia- apresentar documentos comprobatórios no ato da inscrição.
Professor – Magistério (PA Jandira)	Até 40	CR	R$ 2. 462,20	2º Grau Magistério - apresentar documentos comprobatórios no ato da inscrição.
Professor – Matemática / Ciências Biológica (PA Jandira)	Até 40	CR	R$ 3. 693,30	Licenciatura Plena (Matemática/Ciências Biológicas) - apresentar documentos comprobatórios no ato da inscrição.
Professor – Letras (PA Jandira)	Até 40	CR	R$ 3. 693,30	Licenciatura Plena (Letras) - apresentar documentos comprobatórios no ato da inscrição.
Professor – História/Geografia (PA Jandira)	Até 40	CR	R$ 3. 693,30	Licenciatura Plena (História/Geografia) - apresentar documentos comprobatórios no ato da inscrição.
Professor – Leigo (PA Jandira)	Até 40	CR	R$ 2. 092,84	Ensino Médio - apresentar documentos comprobatórios no ato da inscrição.
Apoio Administrativo Educacional - Motorista (PA Gleba Martins)	40	CR	R$ 1. 882,56	Ensino Médio Completo, CNH categoria “D” e comprovante de curso de Transporte Coletivo e Escolar - apresentar documentos comprobatórios no ato da inscrição.
Apoio Administrativo Educacional - Infra- estrutura (PA Gleba Martins)	30	CR	R$ 1. 329,57	Ensino Médio - apresentar documentos comprobatórios no ato da inscrição.
Professor/Intérprete de Libras (PA Gleba Martins)	Até 40	CR	R$ 3. 693,30	Licenciatura Plena (em qualquer área), com curso básico e avançado de Libras - apresentar documentos comprobatórios no ato da inscrição.
			R$ 2. 092,84	Ensino Médio – Curso básico e avançado de Libras - apresentar documentos comprobatórios no ato da inscrição.
Professor - Pedagogia (PA Gleba Martins)	Até 40	CR	R$ 3. 693,30	Licenciatura Plena em Pedagogia - apresentar documentos comprobatórios no ato da inscrição.
Professor – Magistério (PA Gleba Martins)	Até 40	CR	R$ 2. 462,20	2º Grau Magistério - apresentar documentos comprobatórios no ato da inscrição.
Professor – Matemática / Ciências Biológica (PA Gleba Martins)	Até 40	CR	R$ 3. 693,30	Licenciatura Plena (Matemática/Ciências Biológicas) - apresentar documentos comprobatórios no ato da inscrição.
Professor – Letras (PA Gleba Martins)	Até 40	CR	R$ 3. 693,30	Licenciatura Plena (Letras) - apresentar documentos comprobatórios no ato da inscrição.
Professor Martins) – História/Geografia (PA Gleba Martins)	Até 40	CR	R$ 3. 693,30	Licenciatura Plena (História/Geografia) - apresentar documentos comprobatórios no ato da inscrição.
Professor – Leigo (PA Gleba Martins)	Até 40	CR	R$ 2. 092,84	Ensino Médio - apresentar documentos comprobatórios no ato da inscrição.
Apoio Administrativo Educacional - Infra- estrutura (Aldeia Tripá)	30	CR	R$ 1. 329,57	Ensino Médio - apresentar documentos comprobatórios no ato da inscrição.
Apoio Administrativo Educacional - Infra- estrutura (Aldeia Tripá)	30	CR	R$ 954,00	Ensino Fundamental - apresentar documentos comprobatórios no ato da inscrição.
Apoio Administrativo Educacional - Infra- estrutura (Aldeia Tripá)	30	CR	R$ 954,00	Ensino Fundamental Incompleto- apresentar documentos comprobatórios no ato da inscrição.
Professor - Pedagogia (Aldeia Tripá)	Até 40	CR	R$ 3. 693,30	Licenciatura Plena em Pedagogia - apresentar documentos comprobatórios no ato da inscrição.
Professor – Magistério (Aldeia Tripá)	Até 40	CR	R$ 2. 462,20	2º Grau Magistério - apresentar documentos comprobatórios no ato da inscrição.
Professor – Leigo (Aldeia Tripá)	Até 40	CR	R$ 2. 092,84	Ensino Médio - apresentar documentos comprobatórios no ato da inscrição.
Apoio Administrativo Educacional - Infra- estrutura (Aldeia Babaçú)	30	CR	R$ 1. 329,57	Ensino Médio - apresentar documentos comprobatórios no ato da inscrição.
Apoio Administrativo Educacional - Infra- estrutura (Aldeia Babaçú)	30	CR	R$ 954,00	Ensino Fundamental - apresentar documentos comprobatórios no ato da inscrição.
Apoio Administrativo Educacional - Infra- estrutura (Aldeia Babaçú)	30	CR	R$ 954,00	Ensino Fundamental Incompleto- apresentar documentos comprobatórios no ato da inscrição.
Professor - Pedagogia (Aldeia Babaçú)	Até 40	CR	R$ 3. 693,30	Licenciatura Plena em Pedagogia- apresentar documentos comprobatórios no ato da inscrição.
Professor – Magistério (Aldeia Babaçú)	Até 40	CR	R$ 2. 462,20	2º Grau Magistério - apresentar documentos comprobatórios no ato da inscrição.
Professor – Leigo (Aldeia Babaçu)	Até 40	CR	R$ 2. 092,84	Ensino Médio - apresentar documentos comprobatórios no ato da inscrição.

INSTRUTOR DE OFICINA ESPORTIVA (Basquete, Futsal, Handebol, Vôlei, Futebol de Campo, Natação, Tênis de Quadra, Skate, Atletismo)	Até 40	CR	R$ 3. 693,30	Ensino Superior em Educação Física/Bacharel - Registro no Conselho de Educação Física - apresentar documentos comprobatórios no ato da inscrição (CREF).
		CR	R$ 2. 215,98	Provisionado - apresentar documentos comprobatórios no ato da inscrição.
		CR	R$ 2. 092,84	Ensino Médio (cursando Educ. Física)
INSTRUTOR DE OFICINA KARATÊ-DÔ (Comprovar no ato da inscrição)- ser faixa preta a partir do 3º DAN em Karatê-Dô tradicional Registro na Federação de Karatê-Dô, ser filiado a Confederação Brasileira de Karatê-Dô.	Até 40	CR	R$ 3. 693,30	Ensino Superior em Educação Física- apresentar documentos comprobatórios no ato da inscrição.
INSTRUTOR DE OFICINA KARATÊ-DÔ (Comprovar no ato da inscrição)- ser faixa preta a partir do 2º DAN em Karatê-Dô tradicional Registro na Federação de Karatê-Dô, ser filiado a Confederação Brasileira de Karatê-Dô.	Até 40	CR	$ 2. 092,84	Ensino Médio - apresentar documentos comprobatórios no ato da inscrição.
INSTRUTOR DE OFICINA MUAI THAY (Comprovar no ato da inscrição) - graduação em KRU PUH CHUAY)	Até 40	CR	R$ 3. 693,30	Ensino Superior em Educação Física- apresentar documentos comprobatórios no ato da inscrição.

INSTRUTOR DE OFICINA MUAI THAY (Comprovar no ato da Inscrição) - graduação em KRU PUH CHUAY)	Até 40	CR	R$ 2.092,84	Ensino Médio- apresentar documentos comprobatórios no ato da inscrição.
INSTRUTOR DE OFICINA JIU JTSU (Comprovar no ato da contratação - faixa roxa)	Até 40	CR	R$ 3.693,30	Ensino Superior em Educação Física- apresentar documentos comprobatórios no ato da inscrição.
INSTRUTOR DE OFICINA JIU JTSU (Comprovar no ato da inscrição- faixa roxa)	Até 40	CR	R$ 2.092,84	Ensino Médio- apresentar documentos comprobatórios no ato da inscrição.
INSTRUTOR DE OFICINA TAEKWONDO Ser **Faixa Preta** a partir do 3º DAN em Taekwondo e Registro na CBTKD (Confederação Brasileira de Taekwondo).	Até 40	CR	R$ 3.693,30	Ensino Superior em Educação Física. Apresentar documentos comprobatórios no ato da inscrição.
INSTRUTOR DE OFICINA TAEKWONDO Ser **Faixa Preta** a partir do 2º DAN em Taekwondo eRegistro na CBTKD (Confederação Brasileira de Taekwondo).	Até 40	CR	$ 2.092,84	Ensino Médio - Apresentar documentos comprobatórios no ato da inscrição.
PROFESSOR DE ACADEMIA	Até 40	CR	R$ 3.693,30	Ensino Superior em Educação Física (Bacharel) - Registro no Conselho Educação Física(CREF). Apresentar documentos comprobatórios no ato da inscrição.
INSTRUTOR DE OFICINA DE DANÇA (Comprovar ato da Inscrição experiência profissional específica através de declaração emitida por instituição de trabalho no mínimo 1 ano).	Até 40	CR	R$ 3.693,30	Ensino Superior - apresentar documentos comprobatórios no ato da inscrição.
INSTRUTOR DE OFICINA DE DANÇA (Comprovar ato da Inscrição experiência profissional específica através de declaração emitida por instituição de trabalho no mínimo 1 ano).	Até 40	CR	R$ 2.092,84	Ensino Médio - apresentar documentos comprobatórios no ato da inscrição.
INSTRUTOR DE OFICINA DE DANÇA Balé (Comprovar ato da Inscrição experiência profissional específica através de declaração emitida por instituição de trabalho no mínimo 1 ano).	Até 40	CR	R$ 3.693,30	Ensino Superior - apresentar documentos comprobatórios no ato da inscrição.
INSTRUTOR DE OFICINA DE DANÇA balé (Comprovar ato da Inscrição experiência profissional específica através de declaração emitida por instituição de trabalho no mínimo 1 ano).	Até 40	CR	R$ 2.092,84	Ensino Médio - apresentar documentos comprobatórios no ato da inscrição.
INSTRUTOR DE OFICINA DE DANÇA Zumba (Comprovar ato da Inscrição experiência profissional específica através de declaração emitida por instituição de trabalho no mínimo 1 ano).	Até 40	CR	R$ 3.693,30	Ensino Superior - apresentar documentos comprobatórios no ato da inscrição.
INSTRUTOR DE OFICINA DE DANÇA Zumba (Comprovar ato da Inscrição experiência profissional específica através de declaração emitida por instituição de trabalho no mínimo 1 ano).	Até 40	CR	R$ 2.092,84	Ensino Médio - apresentar documentos comprobatórios no ato da inscrição.
INSTRUTOR DE OFICINA DE HIP HOP (Comprovar ato da Inscrição experiência profissional específica através de declaração emitida por instituição de trabalho no mínimo 1 ano).	Até 40	CR	R$ 3.693,30	Ensino Superior - apresentar documentos comprobatórios no ato da inscrição.
INSTRUTOR DE OFICINA DE HIP HOP (Comprovar ato da Inscrição experiência profissional específica através de declaração emitida por instituição de trabalho no mínimo 1 ano).	Até 40	CR	R$ 2.092,84	Ensino Médio - apresentar documentos comprobatórios no ato da inscrição.
INSTRUTOR DE OFICINA DE CAPOEIRA (Comprovar ato da Inscrição experiência profissional específica através de declaração emitida por instituição de trabalho no mínimo 1 ano).	Até 40	CR	R$ 3.693,30	Ensino Superior - apresentar documentos comprobatórios no ato da inscrição.
INSTRUTOR DE OFICINA DE CAPOEIRA (Comprovar ato da Inscrição experiência profissional específica através de declaração emitida por instituição de trabalho no mínimo 1 ano).	Até 40	CR	R$ 2.092,84	Ensino Médio - apresentar documentos comprobatórios no ato da inscrição.
INSTRUTOR DE OFICINA DE TEATRO (Comprovar ato da Inscrição experiência profissional específica através de declaração emitida por instituição de trabalho no mínimo 1 ano).	Até 40	CR	R$ 3.693,30	Ensino Superior - apresentar documentos comprobatórios no ato da inscrição.
INSTRUTOR DE OFICINA DE TEATRO (Comprovar ato da Inscrição experiência profissional específica através de declaração emitida por instituição de trabalho no mínimo 1 ano).	Até 40	CR	R$ 2.092,84	Ensino Médio - apresentar documentos comprobatórios no ato da inscrição.
INSTRUTOR DE OFICINA DE MÚSICA – Banda/Orquestra/Sopro/Percussão. - (comprovar ato da Inscrição experiência profissional específica através de declaração emitida por instituição de trabalho no mínimo 1 ano).	Até 40	CR	R$ 3.693,30	Ensino Superior - apresentar documentos comprobatórios no ato da inscrição.
INSTRUTOR DE OFICINA DE MÚSICA – Banda/Orquestra/Sopro/Percussão. - ((comprovar ato da Inscrição experiência profissional específica através de declaração emitida por instituição de trabalho no mínimo 1 ano).	Até 40	CR	R$ 2.092,84	Ensino Médio - apresentar documentos comprobatórios no ato da inscrição.
INSTRUTOR DE OFICINA DE CORDAS – Violão/Viola/Violino. (Comprovar ato da Inscrição experiência profissional específica através de declaração emitida por instituição de trabalho no mínimo 1 ano).	Até 40	CR	R$ 3.693,30	Ensino Superior - apresentar documentos comprobatórios no ato da inscrição.
INSTRUTOR DE OFICINA DE CORDAS – Violão/Viola/Violino. (Comprovar ato da Inscrição experiência profissional específica através de declaração emitida por instituição de trabalho no mínimo 1 ano).	Até 40	CR	R$ 2.092,84	Ensino Médio - apresentar documentos comprobatórios no ato da inscrição.

Passa a ter a seguinte redação:

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E CULTURA

Nomenclatura	C/H	Vagas	Venc. (R$)	Requisitos Especiais
Apoio Administrativo Educacional - Motorista (Sede Urbana)	40	CR	R$ 1.882,56	Ensino Médio, CNH categoria “D” e comprovante de curso de Transporte Coletivo e Escolar.
Apoio Administrativo Educacional – Vigia (Sede Urbana)	40	CR	R$ 1.329,57	Ensino Médio.

Apoio Administrativo Educacional – Vigia (Sede Urbana)	40	CR	R$ 1.085,06	Ensino Fundamental.
Apoio Administrativo Educacional - Infra- estrutura/ Nutrição (Sede Urbana)	30	CR	R$ 1.329,57	Ensino Médio.
Técnico Administrativo Educacional (S.Urbana)	40	CR	R$ 1.748,15	Ensino Médio.
Técnico em Desenvolvimento Infantil(S.Urbana)	40	CR	R$ 1.748,15	Ensino Médio.
Professor/Intérprete de Libras (SEDE)	Até 40	CR	R$ 3.693,30	Licenciatura Plena (em qualquer área), com curso básico e avançado de Libras.
			R$ 2.092,84	Ensino Médio – Curso básico e avançado de Libras.
Professor - Pedagogia (Sede Urbana) – Educação Infantil	Até 40	CR	R$ 3.693,30	Licenciatura Plena em Pedagogia
Professor - Pedagogia (Sede Urbana) – Anos Iniciais	Até 40	CR	R$ 3.693,30	Licenciatura Plena em Pedagogia
Professor Educação Física (Sede Urbana)	Até 40	CR	R$ 3.693,30	Licenciatura Plena (Educação Física/Bacharel).
Apoio Administrativo Educacional - Motorista (PA Santa Maria)	40	CR	R$ 1.882,56	Ensino Médio, CNH categoria “D” e comprovante de curso de Transporte Coletivo e Escolar.
Apoio Administrativo Educacional - Vigia (PA Santa Maria)	40	CR	R$ 1.329,57	Ensino Médio.
Apoio Administrativo Educacional - Infra- estrutura (PA Santa Maria)	30	CR	R$ 1.329,57	Ensino Médio.
Professor/Intérprete de Libras (PA Santa Maria)	Até 40	CR	R$ 3.693,30	Licenciatura Plena (em qualquer área), com curso básico e avançado de Libras.
			R$ 2.092,84	Ensino Médio.
Professor - Pedagogia (PA Santa Maria)	Até 40	CR	R$ 3.693,30	Licenciatura Plena em Pedagogia.
Professor – Magistério (PA Santa Maria)	Até 40	CR	R$ 2.462,20	2º Grau Magistério.
Professor – Matemática/Ciências Biológica (PA Santa Maria)	Até 40	CR	R$ 3.693,30	Licenciatura Plena (Matemática/Ciências Biológicas) -
Professor – Letras (PA Santa Maria)	Até 40	CR	R$ 3.693,30	Licenciatura Plena (Letras)
Professor – História/Geografia (PA Santa Maria)	Até 40	CR	R$ 3.693,30	Licenciatura Plena (História / Geografia)
Professor – Leigo (PA Santa Maria)	Até 40	CR	R$ 2.092,84	Ensino Médio
Apoio Administrativo Educacional - Motorista (PA Jaraguá)	40	CR	R$ 1.882,56	Ensino Médio, CNH categoria “D” e comprovante de curso de Transporte Coletivo e Escolar.
Apoio Administrativo Educacional - Vigia (PA Jaraguá)	40	CR	R$ 1.329,57	Ensino Médio.
Apoio Administrativo Educacional - Infra- estrutura (PA Jaraguá)	30	CR	R$ 1.329,57	Ensino Médio.
Professor/Intérprete de Libras (PA Jaraguá)	Até 40	CR	R$ 3.693,30	Licenciatura Plena (em qualquer área), com curso básico e avançado de Libras.
			R$ 2.092,84	Ensino Médio – Curso básico e avançado de Libras.
Professor - Pedagogia (PA Jaraguá)	Até 40	CR	R$ 3.693,30	Licenciatura Plena em Pedagogia.
Professor – Magistério (PA Jaraguá)	Até 40	CR	R$ 2.462,20	2º Grau Magistério.
Professor – Matemática / Ciências Biológica (PA Jaraguá)	Até 40	CR	R$ 3.693,30	Licenciatura Plena (Matemática/Ciências Biológicas).
Professor – Letras (PA Jaraguá)	Até 40	CR	R$ 3.693,30	Licenciatura Plena (Letras).
Professor – História/Geografia (PA Jaraguá)	Até 40	CR	R$ 3.693,30	Licenciatura Plena (História / Geografia).
Professor – Leigo (PA Jaraguá)	Até 40	CR	R$ 2.092,84	Ensino Médio.
Apoio Administrativo Educacional - Motorista (PA Serrinha)	40	CR	R$ 1.882,56	Ensino Médio, CNH categoria “D” e comprovante de curso de Transporte Coletivo e Escolar.
Apoio Administrativo Educacional - Vigia (PA Serrinha)	40	CR	R$ 1.329,57	Ensino Médio.
Apoio Administrativo Educacional - Infra- estrutura (PA Serrinha)	30	CR	R$ 1.329,57	Ensino Médio.
Técnico Administrativo Educacional (PA Serrinha)	40	CR	R$ 1.748,15	Ensino Médio.
Técnico em Desenvolvimento Infantil	40	CR	R$ 1.748,15	Ensino Médio.
Professor/Intérprete de Libras (PA Serrinha)	Até 40	CR	R$ 3.693,30	Licenciatura Plena (em qualquer área), com curso básico e avançado de Libras.
			R$ 2.092,84	Ensino Médio– Curso básico e avançado de Libras.
Professor - Pedagogia (PA Serrinha)	Até 40	CR	R$ 3.693,30	Licenciatura Plena em Pedagogia.
Professor – Magistério (PA Serrinha)	Até 40	CR	R$ 2.462,20	2º Grau Magistério.
Professor – Matemática / Ciências Biológica (PA Serrinha)	Até 40	CR	R$ 3.693,30	Licenciatura Plena (Matemática/Ciências Biológicas).
Professor – Letras (PA Serrinha)	Até 40	CR	R$ 3.693,30	Licenciatura Plena (Letras).
Professor – História/Geografia (PA Serrinha)	Até 40	CR	R$ 3.693,30	Licenciatura Plena (História /Geografia).
Professor – Leigo (PA Serrinha)	Até 40	CR	R$ 2.092,84	Ensino Médio.

Apoio Administrativo Educacional - Motorista (PA Jandira)	40	CR	R$ 1.882,56	Ensino Médio, CNH categoria “D” e comprovante de curso de Transporte Coletivo e Escolar.

Apoio Administrativo Educacional - Vigia (PA Jandira)	40	CR	R$ 1.329,57	Ensino Médio.
Apoio Administrativo estrutura (PA Jandira) Educacional - Infra-	30	CR	R$ 1.329,57	Ensino Médio.
Professor/Intérprete de Libras (PA Jandira)	Até 40	CR	R$ 3.693,30	Licenciatura Plena (em qualquer área), com curso básico e avançado de Libras.
			R$ 2.092,84	Ensino Médio – Curso básico e avançado de Libras.
Professor – Pedagogia (PA Jandira)	Até 40	CR	R$ 3.693,30	Licenciatura Plena em Pedagogia.
Professor – Magistério (PA Jandira)	Até 40	CR	R$ 2.462,20	2º Grau Magistério
Professor – Matemática / Ciências Biológica (PA Jandira)	Até 40	CR	R$ 3.693,30	Licenciatura Plena (Matemática/Ciências Biológicas).
Professor – Letras (PA Jandira)	Até 40	CR	R$ 3.693,30	Licenciatura Plena (Letras).
Professor – História/Geografia (PA Jandira)	Até 40	CR	R$ 3.693,30	Licenciatura Plena (História/Geografia).
Professor – Leigo (PA Jandira)	Até 40	CR	R$ 2.092,84	Ensino Médio.
Apoio Administrativo Educacional - Motorista (PA Gleba Martins)	40	CR	R$ 1.882,56	Ensino Médio Completo, CNH categoria “D” e comprovante de curso de Transporte Coletivo e Escolar.
Apoio Administrativo Educacional - Infra- estrutura (PA Gleba Martins)	30	CR	R$ 1.329,57	Ensino Médio - apresentar documentos comprobatórios no ato da inscrição.
Professor/Intérprete de Libras (PA Gleba Martins)	Até 40	CR	R$ 3.693,30	Licenciatura Plena (em qualquer área), com curso básico e avançado de Libras
			R$ 2.092,84	Ensino Médio – Curso básico e avançado de Libras.
Professor - Pedagogia (PA Gleba Martins)	Até 40	CR	R$ 3.693,30	Licenciatura Plena em Pedagogia
Professor – Magistério (PA Gleba Martins)	Até 40	CR	R$ 2.462,20	2º Grau Magistério.
Professor – Matemática / Ciências Biológica (PA Gleba Martins)	Até 40	CR	R$ 3.693,30	Licenciatura Plena (Matemática/Ciências Biológicas) .
Professor – Letras (PA Gleba Martins)	Até 40	CR	R$ 3.693,30	Licenciatura Plena (Letras)
Professor Martins) – História/Geografia (PA Gleba Martins)	Até 40	CR	R$ 3.693,30	Licenciatura Plena (História/Geografia).
Professor – Leigo (PA Gleba Martins)	Até 40	CR	R$ 2.092,84	Ensino Médio.
Apoio Administrativo Educacional - Infra- estrutura (Aldeia Tripá)	30	CR	R$ 1.329,57	Ensino Médio.
Apoio Administrativo Educacional - Infra- estrutura (Aldeia Tripá)	30	CR	R$ 954,00	Ensino Fundamental.
Apoio Administrativo Educacional - Infra- estrutura (Aldeia Tripá)	30	CR	R$ 954,00	Ensino Fundamental Incompleto.
Professor - Pedagogia (Aldeia Tripá)	Até 40	CR	R$ 3.693,30	Licenciatura Plena em Pedagogia
Professor – Magistério (Aldeia Tripá)	Até 40	CR	R$ 2.462,20	2º Grau Magistério.
Professor – Leigo (Aldeia Tripá)	Até 40	CR	R$ 2.092,84	Ensino Médio.
Apoio Administrativo Educacional - Infra- estrutura (Aldeia Babaçú)	30	CR	R$ 1.329,57	Ensino Médio.
Apoio Administrativo Educacional - Infra- estrutura (Aldeia Babaçú)	30	CR	R$ 954,00	Ensino Fundamental
Apoio Administrativo Educacional - Infra- estrutura (Aldeia Babaçú)	30	CR	R$ 954,00	Ensino Fundamental Incompleto.
Professor - Pedagogia (Aldeia Babaçú)	Até 40	CR	R$ 3.693,30	Licenciatura Plena em Pedagogia.
Professor – Magistério (Aldeia Babaçú)	Até 40	CR	R$ 2.462,20	2º Grau Magistério
Professor – Leigo (Aldeia Babaçu)	Até 40	CR	R$ 2.092,84	Ensino Médio.

INSTRUTOR DE OFICINA ESPORTIVA (Basquete, Futsal, Handebol, Vôlei, Futebol de Campo, Natação, Tênis de Quadra, Skate, Atletismo)	Até 40	CR	R$ 3.693,30	Ensino Superior em Educação Física/Bacharel - Registro no Conselho de Educação Física.
		CR	R$ 2.215,98	Provisionado.
		CR	R$ 2.092,84	Ensino Médio .
INSTRUTOR DE OFICINA KARATÊ-DÔ	Até 40	CR	R$ 3.693,30	Ensino Superior em Educação Física. Ser faixa preta a partir do 3º DAN em Karatê-Dô tradicional Registro na Federação de Karatê-Dô, ser filiado a Confederação Brasileira de Karatê-Dô.
INSTRUTOR DE OFICINA KARATÊ-DÔ	Até 40	CR	$ 2.092,84	Ensino Médio. Ser faixa preta a partir do 2º DAN em Karatê-Dô tradicional Registro na Federação de Karatê-Dô, ser filiado a Confederação Brasileira de Karatê-Dô.
INSTRUTOR DE OFICINA MUAI THAY	Até 40	CR	R$ 3.693,30	Ensino Superior em Educação Física. graduação em KRU PUH CHUAY)
INSTRUTOR DE OFICINA MUAI THAY	Até 40	CR	R$ 2.092,84	Ensino Médio. graduação em KRU PUH CHUAY)
INSTRUTOR DE OFICINA JIU JTSU	Até 40	CR	R$ 3.693,30	Ensino Superior em Educação Física. Ser faixa roxa.
INSTRUTOR DE OFICINA JIU JTSU	Até 40	CR	R$ 2.092,84	Ensino Médio. Ser faixa roxa.
INSTRUTOR DE OFICINA TAEKWONDO	Até 40	CR	R$ 3.693,30	Ensino Superior em Educação Física. Ser **Faixa Preta** a partir do 3º DAN em Taekwondo e Registro na CBTKD (Confederação Brasileira de Taekwondo).

INSTRUTOR DE OFICINA TAEKWONDO	Até 40	CR	$ 2.092,84	Ensino Médio. Ser **Faixa Preta** a partir do 2º DAN em Taekwondo eRegistro na CBTKD (Confederação Brasileira de Taekwondo).
PROFESSOR DE ACADEMIA	Até 40	CR	R$ 3.693,30	Ensino Superior em Educação Física (Bacharel).
INSTRUTOR DE OFICINA DE DANÇA	Até 40	CR	R$ 3.693,30	Ensino Superior.
INSTRUTOR DE OFICINA DE DANÇA	Até 40	CR	R$ 2.092,84	Ensino Médio.
INSTRUTOR DE OFICINA DE DANÇA Balé	Até 40	CR	R$ 3.693,30	Ensino Superior.
INSTRUTOR DE OFICINA DE DANÇA balé	Até 40	CR	R$ 2.092,84	Ensino Médio.
INSTRUTOR DE OFICINA DE DANÇA Zumba	Até 40	CR	R$ 3.693,30	Ensino Superior.
INSTRUTOR DE OFICINA DE DANÇA Zumba	Até 40	CR	R$ 2.092,84	Ensino Médio.
INSTRUTOR DE OFICINA DE HIP HOP	Até 40	CR	R$ 3.693,30	Ensino Superior.
INSTRUTOR DE OFICINA DE HIP HOP	Até 40	CR	R$ 2.092,84	Ensino Médio.
INSTRUTOR DE OFICINA DE CAPOEIRA	Até 40	CR	R$ 3.693,30	Ensino Superior.
INSTRUTOR DE OFICINA DE CAPOEIRA	Até 40	CR	R$ 2.092,84	Ensino Médio.
INSTRUTOR DE OFICINA DE TEATRO	Até 40	CR	R$ 3.693,30	Ensino Superior.
INSTRUTOR DE OFICINA DE TEATRO	Até 40	CR	R$ 2.092,84	Ensino Médio.
INSTRUTOR DE OFICINA DE MÚSICA – Banda/Orquestra/Sopro/Percussão. -	Até 40	CR	R$ 3.693,30	Ensino Superior.
INSTRUTOR DE OFICINA DE MÚSICA – Banda/Orquestra/Sopro/Percussão. -	Até 40	CR	R$ 2.092,84	Ensino Médio.
INSTRUTOR DE OFICINA DE CORDAS – Violão/Viola/Violino.	Até 40	CR	R$ 3.693,30	Ensino Superior.
INSTRUTOR DE OFICINA DE CORDAS – Violão/Viola/Violino.	Até 40	CR	R$ 2.092,84	Ensino Médio.

II – Os demais itens do Edital nº 003/2018 permanecem inalterados**.**

Água Boa, 07 de dezembro de 2018.

Eberson Mateus dos Santos

Presidente da Comissão do Processo Seletivo Simplificado 003/2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS - SECRETATIRA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL Nº 066/2018

RESULTADO DE JULGAMENTO

PROCESSO Nº 127/2018

PREGÃO PRESENCIAL Nº 66/2018

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS, por intermédio de sua Pregoeira e Equipe de Apoio, designado(s) pela Portaria n° 215/2018, torna público, para conhecimento dos interessados, o resultado final obtido do processo supracitado, cujo objeto é:**REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE SISTEMA PEDAGÓGICO DE ENSINO P/ ALUNOS E PROFESSORES DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL, C/ FORMAÇÃO DE PROFES. E GESTORES ESCOLARES, FORNEC. MAT. DIDÁTICO E DE APOIO PARA ALUNOS E PROFES. E MAT. PARADIDÁTICOS PARA PAIS DOS ALUNOS DA REDE MUNIC. ENSINO, CONF. CRONOG. PREVISTO EM CALENDÁRIO ESCOLAR, DEVIDAMENTE APROVADO PELA SEC MUN EDUCAÇÃO E TODAS AS ATIVIDADES NECES. À IMPLANTAÇÃO DE UM SISTEMA DE ENSINO COMPATÍVEL COM A PROPOSTA PEDAGÓGICA,** sagrando-se vencedor(a) a(s) empresa(s) para os itens a seguir: ITENS 1, 2, 3 e 4 - SEFE - SISTEMA EDUCACIONAL FAMILIA E ESCOLA LTDA, inscrita no CNPJ sob o n° 00.874.813/0001-00, com o valor total de R$ 642.039,00 (seiscentos e quarenta e dois mil e trinta e nove reais). Não havendo interposição de recurso, os objetos da licitação ficam adjudicados à classificada conforme acima mencionado. Informações mais detalhadas com a equipe de apoio e pregoeira pelo fone/fax (66) 3471-2450, e-mail:licitacaoag2017-2020@hotmail.com. Alto Garças - MT, 07 de dezembro de 2018. **Alessandra da Silva Dias-Pregoeira.**

PREFFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS/SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 099, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2018

"**Abre Crédito Suplementar no valor de R$ 126.155,60 (cento e vinte e seis mil, cento e cinquenta e cinco reais e sessenta centavos), em favor da Secretaria Municipal de Saúde, Gabinete do Prefeito e da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Obras, e, dá outras providências**".

O PREFEITO MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS, **Estado de Mato Grosso**, no uso de suas atribuições legais e autorizado pela Lei Municipal nº 1131 de 22 de dezembro de 2017.

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto Crédito Suplementar no valor de **R$ 126.155,60 (cento e vinte e seis mil, cento e cinquenta e cinco reais e sessenta centavos)**, destinados ao reforço das dotações orçamentárias abaixo:

PROJETO/ATIVIDADE	ELEMENTO DE DESPESA	VALOR
2.052	3.3.71.70.00.00.00.00	36.425,60
2.118	3.3.90.30.00.00.00.00	6.000,00
2.005	3.3.90.39.00.00.00.00	1.000,00
2.082	3.3.90.39.00.00.00.00	80.000,00
2.040	3.3.90.39.00.00.00.00	2.730,00
TOTAL		**126.155,60**

Art. 2º. Para cobertura do Crédito aberto no artigo anterior, serão utilizados recursos de acordo com o art. 43, inciso III da Lei 4.320/64, resultantes de anulação parcial das dotações orçamentárias abaixo:

PROJETO/ATIVIDADE	ELEMENTO DE DESPESA	VALOR
2.057	3.3.90.14.00.00.00.00	1.999,00
2.057	3.3.90.39.00.00.00.00	698,00
2.058	3.3.90.14.00.00.00.00	1.000,00
2.092	3.3.90.34.00.00.00.00	1.000,00
2.092	3.3.90.36.00.00.00.00	1.000,00
2.092	3.3.90.39.00.00.00.00	3.354,42
2.092	3.3.90.92.00.00.00.00	500,00
2.119	3.3.90.39.00.00.00.00	13.120,99
2.119	3.3.90.34.00.00.00.00	4.629,00
2.119	3.3.90.30.00.00.00.00	15.124,19
2.005	3.3.90.35.00.00.00.00	1.000,00
2.110	3.3.90.30.00.00.00.00	30.000,00
2.110	3.3.90.39.00.00.00.00	50.000,00
1.057	4.4.90.52.00.00.00.00	2.730,00
TOTAL		**126.155,60**

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Alto Garças – MT, em 13 de Novembro de 2018.

CLAUDINEI SINGOLANO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS - SECRETATIRA DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 61/2018 PREGÃO N° 66/2018

ESTADO DO MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

Processo Nº.: 127/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 66/2018

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 61/2018

No dia 7 do mês de Dezembro do ano de 2018, compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS , Estado de MATO GROSSO, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 03.133.097/0001-07, com sede administrativa localizada na RUA DOM AQUINO 346, bairro CENTRO, CEP nº. 78770-000, nesta cidade de Alto Garças/MT, representado pelo(a) PREFEITO MUNICIPAL, o Sr(a). CLAUDINEI SINGOLANO, inscrito no CPF sob o nº. 051.358.398-01, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 66/2018, Processo Licitatório nº. 127/2018, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE SISTEMA PEDAGÓGICO DE ENSINO P/ ALUNOS E PROFESSORES DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL, C/ FORMAÇÃO DE PROFES. E GESTORES ESCOLARES, FORNEC. MAT. DIDÁTICO E DE APOIO PARA ALUNOS E PROFES. E MAT. PARADIDÁTICOS PARA PAIS DOS ALUNOS DA RED Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
3615	SEFE - SISTEMA EDUCACIONAL FAMILIA E ESCOLA LTDA	1, 2, 3, 4

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº: ..... (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
SEFE - SISTEMA EDUCACIONAL FAMILIA E ESCOLA LTDA	00.874.813/0001-00	ENDRIGO LEITE GOMES	065.435.129-54

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:
REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE SISTEMA PEDAGÓGICO DE ENSINO P/ ALUNOS E PROFESSORES DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL, C/ FORMAÇÃO DE PROFES. E GESTORES ESCOLARES, FORNEC. MAT. DIDÁTICO E DE APOIO PARA ALUNOS E PROFES. E MAT. PARADIDÁTICOS PARA PAIS DOS ALUNOS DA RED
Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO GLOBAL, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 3615 - SEFE - SISTEMA EDUCACIONAL FAMILIA E ESCOLA LTDA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	LIVROS DIDATICOS - EDUCACAO INFANTIL DE 04 E 05 ANOS. COM SISTEMA PEDAGOGICO DE ENSINO, CONTENDO TREINAMENTO DE DOCENTES, FORNECIMENTO DE MATERIAL, SUPORTE PEDAGOGICO CONTINUADO E PORTAL EDUCACIONAL. DE DIVERSIFICADAS MATERIAS.	UN	SEFE	460,000	304,0000	139.840,00
2	LIVRO DIDATICO - EDUCACAO INFANTIL DE 02 E 03 ANOS. COM SISTEMA PEDAGOGICO DE ENSINO, CONTENDO TREINAMENTO DE DOCENTES, FORNECIMENTO DE MATERIAL, SUPORTE PEDAGOGICO CONTINUADO E PORTAL EDUCACIONAL. DE DIVERSIFICADAS MATERIAS.	UN	SEFE	330,000	304,0000	100.320,00
3	LIVRO DIDATICO - EDUCACAO FUNDAMENTAL DO 1• AO 5• ANO. COM SISTEMA PEDAGOGICO DE ENSINO, CONTENDO TREINAMENTO DE DOCENTES, FORNECIMENTO DE MATERIAL, SUPORTE PEDAGOGICO CONTINUADO E PORTAL EDUCACIONAL. DE DIVERSIFICADAS MATERIAS.	UN	SEFE	857,000	414,0000	354.798,00

Fornecedor: 3615 - SEFE - SISTEMA EDUCACIONAL FAMILIA E ESCOLA LTDA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
4	LIVROS DIDATICOS - EDUCACAO FUNDAMENTAL DE LINGUA INGLESA DO 1• AO 5• ANO. COM SISTEMA PEDAGOGICO DE ENSINO, CONTENDO TREINAMENTO DE DOCENTES, FORNECIMENTO DE MATERIAL, SUPORTE PEDAGOGICO CONTINUADO E PORTAL EDUCACIONAL. DE DIVERSIFICADAS MATERIAS.	UN	SEFE	529,000	89,0000	47.081,00

2.2. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na aliena "d" do inciso II do caput e do §5° do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5° do art. 65 da Lei n° 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados:

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com conseqüente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4°, da Lei n° 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;

4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4° do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.

4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.

4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 4° do Decreto Municipal n° 010/2013;

5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços “de oficio” através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

5.1.6. Emitir a autorização de compra;

5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contrações por outros meios permitidos pela legislação;

5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;

b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;

d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;

e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal n° 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;

f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4° do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar o prazo estabelecido no termo de referência do edital da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 30 (trinta) dias, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea “a”, da Lei n° 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será sustado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;

b) cancelamento do preço registrado;

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;

b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

a) advertência, por escrito, nas falta leves;

b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;

c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei n° 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Alto Garças para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Alto Garças,7 de Dezembro de 2018.

_____

CLAUDINEI SINGOLANO
PREFEITO MUNICIPAL

Empresas Participantes:

SEFE - SISTEMA EDUCACIONAL FAMILIA E ESCOLA LTDA CNPJ: 00.874.813/0001-00 _____

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI

SECRETARIA DE RECEITA E CONTROLE/CONTABILIDADE
DECRETO 99/2018 PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI
RUA PRESIDENTE MEDICI, 470, BELA VISTA, 78.410-000
Telefone: (065) 3396.1468, Fax: (065) 3396.1468
CNPJ: 03.648.532/0001-28
e-mail: jeniceliaxaxim@hotmail.com

DECRETO SUPLEMENTAR N° 99/2018

SÚMULA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

O Senhor DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES, Prefeito Municipal de Alto Paraguai, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido da Lei Municipal 508/2017, e em consonância com o lei Federal 4320/64

DECRETA

SUPLEMENTACAO PARA REFOR€O DE DOTA€AO ORCAMENTARIA PARA CONTRAPARTIDA PATRULHA AGRICOLA DA SEC MUN DE AGRICULTURA.Art.1.§ Fica aberto no Orcamento do Exercicio 2018, Credito Adicional Suplementar, oriundo de Anulacao Parcial ou Total de Dotacoes, adicionando recursos nas seguintes dotacoes orcamentarias e fontes / destinacao de recursos:

09.002-DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMEN

09.002.20.608.0018.1054.4.4.9.0.52.00.00.00|100000000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	R$ 141.000,00

Sub-Total:R$ 141.000,00

Total Parcial Suplementado: R$ 141.000,00

Art. 2§ - Para cobertura aos creditos abertos no Art. 1§, serao utilizados recursos de Anulacao Parcial ou Total de Dotacoes Orcamentarias, conforme o Inciso III, Art. 43, da Lei Federal 4.320/64, tamb,m de acordo com o Art. 1§ e Art. 3§ da Lei Municipal 509/2017, Reduzindo recursos das seguintes Dotacoes:

06.002-DEPARTAMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL

06.002.12.361.0010.2030.3.3.9.0.30.00.00.00|101000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 56.000,00
06.002.12.361.0010.2030.3.3.9.0.39.00.00.00|101000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 68.000,00

Sub-Total:R$ 124.000,00

06.003-DEPARTAMENTO DA EDUCACAO INFANTIL

06.003.12.365.0010.2035.4.4.9.0.51.00.00.00|122000000 OBRAS E INSTALACOES	R$ 17.000,00

Sub-Total:R$ 17.000,00

Total Parcial Reduzido: R$ 141.000,00

Art.3º - Este decreto lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Paraguai, 01 de Junho de 2018.

DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI

SECRETARIA DE RECEITA E CONTROLE/CONTABILIDADE
DECRETO 100/2018 PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI
RUA PRESIDENTE MEDICI, 470, BELA VISTA, 78.410-000
Telefone: (065) 3396.1468, Fax: (065) 3396.1468
CNPJ: 03.648.532/0001-28
e-mail: jeniceliaxaxim@hotmail.com

DECRETO SUPLEMENTAR N° 100/2018

SÚMULA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

O Senhor DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES, Prefeito Municipal de Alto Paraguai, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido da Lei Municipal 508/2017, e em consonância com o lei Federal 4320/64

DECRETA

Art.1.§ Fica aberto no Orcamento do Exercicio 2018, Credito Adicional Suplementar, oriundo de Anulacao Parcial ou Total de Dotacoes, adicionando recursos nas seguintes dotacoes orcamentarias e fontes / destinacao de recursos:

02.001-GABINETE DO PREFEITO

02.001.04.122.0003.2003.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 1.785,00

Sub-Total:R$ 1.785,00

02.004-ASSESSORIA JURIDICA

02.004.04.122.0003.2005.3.3.9.0.14.00.00.00|100000000 DIARIAS - CIVIL	R$ 75,00

Sub-Total:R$ 75,00

03.004-DEPARTAMENTO DE TRIBUTACAO E FISCALIZACAO

03.004.04.123.0003.2009.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 160,00

Sub-Total:R$ 160,00

03.005-AGENCIA MUNICIPAL DE TRANSITO

03.005.04.129.0003.2021.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 500,00

Sub-Total:R$ 500,00

04.005-DEPARTAMENTO DE ADMINISTRACAO

04.005.04.122.0003.2010.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 21.850,00

Sub-Total:R$ 21.850,00

05.002-DEPARTAMENTO DE VIACAO, OBRAS E SERVICOS PU

05.002.15.451.0014.2017.3.3.9.0.36.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 10.280,00
05.002.26.782.0017.2019.3.3.9.0.36.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 3.465,00
05.002.15.451.0014.2017.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 3.000,00
05.002.15.451.0014.1013.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 38.000,00
05.002.25.752.0015.2018.3.3.9.0.36.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 2.475,00
05.002.04.122.0003.2014.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 500,00
05.002.04.122.0003.2014.3.3.9.0.92.00.00.00|100000000 DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	R$ 2.400,00

Sub-Total:R$ 60.120,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI
RUA PRESIDENTE MEDICI, 470, BELA VISTA, 78.410-000
Telefone: (065) 3396.1468, Fax: (065) 3396.1468
CNPJ: 03.648.532/0001-28
e-mail: jeniceliaxaxim@hotmail.com

DECRETO SUPLEMENTAR N° 100/2018

05.005-DEPARTAMENTO DE AGUA E ESGOTO

05.005.17.512.0015.2020.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 900,00
05.005.17.512.0015.2020.3.3.9.0.36.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 2.000,00

Sub-Total:R$ 2.900,00

06.002-DEPARTAMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL

06.002.12.361.0010.1026.3.3.9.0.39.00.00.00|101000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 21.000,00
06.002.12.361.0010.2027.3.3.9.0.39.00.00.00|101000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 10.000,00

Sub-Total:R$ 31.000,00

06.003-DEPARTAMENTO DA EDUCACAO INFANTIL

06.003.12.365.0010.2036.3.3.9.0.30.00.00.00|101000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 2.465,00
06.003.12.365.0010.2034.3.3.9.0.30.00.00.00|101000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 6.680,00
06.003.12.365.0010.2038.3.3.9.0.39.00.00.00|101000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 350,00

Sub-Total:R$ 9.495,00

06.005-FUNDEB

06.005.12.361.0010.2047.3.1.9.0.11.00.00.00|119000000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 1.000,00

Sub-Total:R$ 1.000,00

07.002-DEPARTAMENTO DE SAUDE

07.002.10.122.0003.2049.3.3.9.0.93.00.00.00|102000000 INDENIZACOES E RESTITUICOES	R$ 2.400,00
07.002.10.305.0009.2057.3.3.9.0.36.00.00.00|102000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 1.400,00
07.002.10.301.0009.2051.3.3.9.0.36.00.00.00|142000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 2.750,00
07.002.10.303.0009.2055.3.3.9.0.30.00.00.00|102000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 5.200,00
07.002.10.122.0003.2049.3.3.9.0.14.00.00.00|102000000 DIARIAS - CIVIL	R$ 600,00
07.002.10.301.0009.1038.3.3.9.0.39.00.00.00|102000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 8.000,00
07.002.10.304.0009.2056.3.3.9.0.30.00.00.00|102000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 1.510,00
07.002.10.122.0003.2049.3.3.9.0.30.00.00.00|102000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 1.310,00
07.002.10.302.0009.2058.3.3.9.0.39.00.00.00|114000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 81.460,00

Sub-Total:R$ 104.630,00

08.002-DEPARTAMENTO DE AÇÃO SOCIAL

08.002.08.244.0006.2064.3.3.9.0.36.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 2.000,00
08.002.08.244.0006.2063.3.3.9.0.30.00.00.00|129000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 2.510,00
08.002.08.244.0006.2066.3.3.9.0.39.00.00.00|129000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 2.500,00
08.002.08.244.0006.2063.3.3.9.0.39.00.00.00|129000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 2.810,00
08.002.08.244.0006.2063.3.3.9.0.36.00.00.00|129000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 6.435,00
08.002.08.244.0006.2064.3.3.9.0.36.00.00.00|129000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 6.000,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI
RUA PRESIDENTE MEDICI, 470, BELA VISTA, 78.410-000
Telefone: (065) 3396.1468, Fax: (065) 3396.1468
CNPJ: 03.648.532/0001-28
e-mail: jeniceliaxaxim@hotmail.com

DECRETO SUPLEMENTAR N° 100/2018

08.002.08.244.0006.2063.3.3.9.0.36.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 6.465,00
08.002.08.244.0006.2064.3.3.9.0.30.00.00.00|129000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 7.600,00
08.002.08.244.0006.2066.3.3.9.0.30.00.00.00|129000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 2.065,00
08.002.08.244.0006.2066.3.3.9.0.36.00.00.00|129000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 4.290,00

Sub-Total:R$ 42.675,00

09.001-GABINETE DO SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO E

09.001.20.122.0003.2069.3.3.9.0.36.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 1.500,00
09.001.20.122.0003.2069.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 850,00
09.001.20.122.0003.2069.3.3.9.0.14.00.00.00|100000000 DIARIAS - CIVIL	R$ 300,00

Sub-Total:R$ 2.650,00

10.002-DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS FUNDIÁRIOS

10.002.21.122.0013.1063.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 12.120,00

Sub-Total:R$ 12.120,00

12.001-GABINETE DO SECRETARIO DE CULTURA E DESPORT

12.001.13.122.0003.2075.3.3.9.0.14.00.00.00|100000000 DIARIAS - CIVIL	R$ 110,00

Sub-Total:R$ 110,00

Total Parcial Suplementado: R$ 291.070,00

Art. 2§ - Para cobertura aos creditos abertos no Art. 1§, serao utilizados recursos de Anulacao Parcial ou Total de Dotacoes Orcamentarias, conforme o Inciso III, Art. 43, da Lei Federal 4.320/64, tamb,m de acordo com o Art. 1§ e Art. 3§ da Lei Municipal 509/2017, Reduzindo recursos das seguintes Dotacoes:

02.001-GABINETE DO PREFEITO

02.001.04.122.0003.2004.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 2.750,00

Sub-Total:R$ 2.750,00

03.004-DEPARTAMENTO DE TRIBUTACAO E FISCALIZACAO

03.004.04.123.0003.2009.3.1.9.0.11.00.00.00|100000000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 5.000,00

Sub-Total:R$ 5.000,00

04.005-DEPARTAMENTO DE ADMINISTRACAO

04.005.04.122.0003.2010.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 2.200,00
04.005.04.122.0003.2010.3.1.9.0.11.00.00.00|100000000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 5.000,00

Sub-Total:R$ 7.200,00

05.002-DEPARTAMENTO DE VIACAO, OBRAS E SERVICOS PU

05.002.26.782.0017.1012.4.4.9.0.30.00.00.00|100000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 3.000,00
05.002.26.782.0017.2019.4.4.9.0.30.00.00.00|130000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 24.000,00
05.002.26.782.0017.1012.4.4.9.0.30.00.00.00|130000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 11.785,50

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI
RUA PRESIDENTE MEDICI, 470, BELA VISTA, 78.410-000
Telefone: (065) 3396.1468, Fax: (065) 3396.1468
CNPJ: 03.648.532/0001-28
e-mail: jeniceliaxaxim@hotmail.com

DECRETO SUPLEMENTAR N° 100/2018

05.002.26.782.0017.1012.4.4.9.0.51.00.00.00|100000000 OBRAS E INSTALACOES	R$ 2.928,97
05.002.04.122.0003.2014.3.1.9.0.13.00.00.00|100000000 OBRIGACOES PATRONAIS	R$ 138.000,00
05.002.26.782.0017.2019.4.4.9.0.30.00.00.00|100000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 5.285,53
	Sub-Total:R$ 185.000,00

06.002-DEPARTAMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL

06.002.12.361.0010.2030.3.3.9.0.39.00.00.00|101000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 2.510,00
06.002.12.366.0010.2031.3.1.9.0.13.00.00.00|101000000 OBRIGACOES PATRONAIS	R$ 3.500,00
	Sub-Total:R$ 6.010,00

06.003-DEPARTAMENTO DA EDUCACAO INFANTIL

06.003.12.365.0010.2037.3.3.9.0.39.00.00.00|115000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 22.000,00
06.003.12.365.0010.2037.3.3.9.0.36.00.00.00|115000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 260,00
	Sub-Total:R$ 22.260,00

07.002-DEPARTAMENTO DE SAUDE

07.002.10.301.0009.2052.3.1.9.0.13.00.00.00|102000000 OBRIGACOES PATRONAIS	R$ 40.000,00
	Sub-Total:R$ 40.000,00

08.002-DEPARTAMENTO DE AÇÃO SOCIAL

08.002.08.243.0006.2068.3.3.9.0.30.00.00.00|100000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 2.042,79
08.002.08.243.0006.2068.3.3.9.0.30.00.00.00|143000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 2.807,21
	Sub-Total:R$ 4.850,00

10.001-GABINETE DO SECRETÁRIO DE ASSUNTOS ESTRATÉG

10.001.21.122.0003.2074.3.1.9.0.13.00.00.00|100000000 OBRIGACOES PATRONAIS	R$ 18.000,00
	Sub-Total:R$ 18.000,00
	Total Parcial Reduzido: R$ 291.070,00

Art.3º - Este decreto lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Paraguai, 01 de Junho de 2018.

DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI

SECRETARIA DE RECEITA E CONTROLE/CONTABILIDADE
RREO- 5º BIMESTRE 2018 PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI MT

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI MT, PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PUBLICO INTERNO, **DEVIDAMENTE INSCRITA NO CNPJ: 03.648.532/0001-28, TORNA PUBLICO O CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO ART 52, DA LEI COMPLEMENTAR 101 DE 04 DE MAIO DE 2000 (LRF- LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL), O RREO RELATÓRIO RESUMIDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 5º BIMESTRE DE 2018.**

ALTO PARAGUAI, 10 DE DEZEMBRO DE 2018.

Diane Vieira de Vasconcellos Alves

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DESPESAS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO DE 2018 - BIMESTRE SETEMBRO/OUTUBRO

RREO – ANEXO 01 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º) — Em reais

DESPESAS	Dotação Inicial (d)	Dotação Atualizada (e)	Despesas Empenhadas			Despesas Liquidadas			Despesas Pagas Até o Bimestre (j)	Inscritas em Restos a Pagar Não Processadas (k)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)	Saldo (g) = (e - f)	No Bimestre	Até o Bimestre (h)	Saldo (i) = (e - h)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	20.731.600,00	21.800.637,41	2.549.385,94	18.103.707,09	3.696.930,32	1.876.599,69	16.164.306,46	5.636.330,95	14.805.026,41	
DESPESAS CORRENTES	17.855.600,00	20.219.133,57	2.428.475,36	17.137.750,56	3.081.383,01	1.845.994,57	15.486.820,71	4.732.312,86	14.129.538,66	
Pessoal e Encargos Sociais	10.461.900,00	11.125.143,65	1.548.629,05	8.802.642,11	2.322.501,54	1.006.158,88	8.117.322,67	3.007.820,98	7.389.019,74	
Juros e Encargos da Dívida	33.000,00									
Outras Despesas Correntes	7.360.700,00	9.093.989,92	879.846,31	8.335.108,45	758.881,47	839.835,69	7.369.498,04	1.724.491,88	6.740.518,92	
DESPESAS DE CAPITAL	2.751.000,00	1.456.503,84	120.910,58	965.956,53	490.547,31	30.605,12	677.485,75	779.018,09	675.487,75	
Investimentos	2.644.000,00	1.136.193,84	144.570,65	730.313,55	405.880,29	8.163,66	515.883,12	620.310,72	513.885,12	
Inversões Financeiras										
Amortização da Dívida	107.000,00	320.310,00	-23.660,07	235.642,98	84.667,02	22.441,46	161.602,63	158.707,37	161.602,63	
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	125.000,00	125.000,00			125.000,00			125.000,00		
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	80.500,00									
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	20.812.100,00	21.800.637,41	2.549.385,94	18.103.707,09	3.696.930,32	1.876.599,69	16.164.306,46	5.636.330,95	14.805.026,41	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/REFINANCIAMENTO (XI)										
Amortização da Dívida Interna										
Dívida Mobiliária										
Outras Dívidas										
Amortização da Dívida Externa										
Dívida Mobiliária										
Outras Dívidas										
SUBTOTAL C/ REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	20.812.100,00	21.800.637,41	2.549.385,94	18.103.707,09	3.696.930,32	1.876.599,69	16.164.306,46	5.636.330,95	14.805.026,41	
SUPERÁVIT (XIII)							891.055,79		2.250.335,84	
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	20.812.100,00	21.800.637,41	2.549.385,94	18.103.707,09	3.696.930,32	1.876.599,69	17.055.362,25	4.745.275,16	17.055.362,25	
RESERVA DO RPPS										

Emissão: 10/12/2018 10:11:11
Portaria 495 de 06 de Junho de 2017.
Page 1 de 2
Homolc[illegible]

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DESPESAS

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO DE 2018 - BIMESTRE SETEMBRO/OUTUBRO

RREO – ANEXO 01 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º) — Em reais

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (e)	Despesas Empenhadas			Despesas Liquidadas			Despesa Pagas Até o Bimestre (j)	Inscritas em Restos a Pagar Não Processadas (k)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)	Saldo (g) = (e - f)	No Bimestre	Até o Bimestre (h)	Saldo (i) = (e - h)		
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	80.500,00									
DESPESAS CORRENTES	500,00									
Pessoal e Encargos Sociais	500,00									
Juros e Encargos da Dívida										
Outras Despesas Correntes										
DESPESAS DE CAPITAL	80.000,00									
Investimentos	80.000,00									
Inversões Financeiras										
Amortização da Dívida										
RESERVA DE CONTINGÊNCIA										

Emissão: 10/12/2018 10:11:11

Portaria 495 de 06 de Junho de 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO DE 2018 - BIMESTRE SETEMBRO/OUTUBRO

RREO – Anexo 02 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") em Reais

FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas			SALDO (c) = (a-b)	Despesas Liquidadas			SALDO (e) = (a-d)	INSC. RESTOS A PAGAR NÃO PROC. (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/total d)		
DESPESAS (Exceto Intra-Orçamentárias) (I)	19.850.600,00	20.919.637,41	2.549.385,94	18.103.707,09	100,00	2.815.930,32	1.876.599,69	16.164.306,46	100,00	4.755.330,95	0,00
LEGISLATIVA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
JUDICIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ESSENCIAL A JUSTIÇA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ADMINISTRAÇÃO	4.402.300,00	4.344.129,71	406.159,36	3.755.700,93	20,74	588.428,78	336.544,47	3.322.099,90	20,55	1.022.029,81	0,00
Administração Geral	3.369.400,00	3.407.661,04	369.013,21	2.965.534,24	16,38	442.126,80	297.669,37	2.701.339,37	16,71	706.321,67	0,00
Administração Financeira	975.500,00	871.198,91	34.502,79	732.143,27	4,04	139.055,64	37.271,10	580.827,38	3,59	290.371,53	0,00
Formação de Recursos Humanos	22.400,00	21.810,00	0,00	21.810,00	0,12	0,00	0,00	5.810,00	0,03	16.000,00	0,00
Administração de Receitas	35.000,00	43.459,76	2.643,36	36.213,42	0,20	7.246,34	1.604,00	34.123,15	0,21	9.336,61	0,00
DEFESA NACIONAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SEGURANÇA PÚBLICA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RELAÇÕES EXTERIORES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ASSISTÊNCIA SOCIAL	1.387.500,00	1.501.932,90	235.239,81	1.368.285,09	7,55	133.647,81	183.742,65	1.243.260,54	7,69	258.672,36	0,00
Assistência ao Idoso	45.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Assistência ao Portador de Deficiência	8.500,00	715,00	0,00	715,00	0,00	0,00	0,00	715,00	0,00	0,00	0,00
Assistência à Criança e ao Adolescente	180.000,00	146.255,69	16.105,22	139.656,41	0,77	6.599,28	8.036,12	118.890,30	0,73	27.365,39	0,00
Assistência Comunitária	843.000,00	1.097.265,75	181.379,82	1.004.394,46	5,54	92.871,29	160.952,80	929.033,39	5,74	168.232,36	0,00
Administração Geral	311.000,00	257.696,46	37.754,77	223.519,22	1,23	34.177,24	14.753,73	194.621,85	1,20	63.074,61	0,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SAÚDE	4.825.000,00	5.857.528,42	715.770,32	5.181.483,99	28,62	676.044,43	455.615,60	4.593.958,13	28,42	1.263.570,29	0,00
Atenção Básica	1.814.000,00	1.891.129,05	273.706,78	1.575.219,77	8,70	315.909,28	192.500,43	1.425.939,37	8,82	465.189,68	0,00
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	1.782.000,00	2.437.941,18	379.376,70	2.258.957,75	12,47	178.983,43	147.798,24	1.893.531,94	11,71	544.409,24	0,00
Suporte Profilático e Terapêutico	370.000,00	310.152,18	12.889,69	237.173,53	1,31	72.978,65	27.327,47	234.518,03	1,45	75.634,15	0,00
Vigilância Sanitária	68.000,00	69.837,83	60,00	36.126,54	0,19	33.711,29	0,00	27.027,29	0,16	42.810,54	0,00
Vigilância Epidemiológica	175.000,00	174.326,54	22.374,63	121.372,27	0,67	52.954,27	17.034,73	101.129,03	0,62	73.197,51	0,00
Administração Geral	616.000,00	974.141,64	27.362,52	952.634,13	5,26	21.507,51	70.954,73	911.812,47	5,64	62.329,17	0,00
TRABALHO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
EDUCAÇÃO	5.594.000,00	5.856.287,81	900.445,87	5.109.468,76	28,22	746.819,05	590.881,18	4.588.213,08	28,38	1.268.074,73	0,00
Ensino Fundamental	3.847.000,00	4.171.786,17	682.650,17	3.780.846,66	20,88	390.939,51	433.893,76	3.403.143,31	21,05	768.642,86	0,00
Educação Infantil	1.456.000,00	1.398.173,77	185.650,49	1.057.675,77	5,84	340.498,00	128.653,53	932.469,01	5,76	465.704,76	0,00
Educação de Jovens e Adultos	25.000,00	200,01	0,00	200,00	0,00	0,01	0,00	200,00	0,00	0,01	0,00
Administração Geral	266.000,00	286.127,86	32.145,21	270.746,33	1,49	15.381,53	28.333,89	252.400,76	1,56	33.727,10	0,00
CULTURA	280.000,00	203.387,54	5.442,20	175.003,22	0,96	28.384,32	16.816,82	159.888,14	0,98	43.499,40	0,00
Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico	10.000,00	2.280,00	0,00	280,00	0,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	2.280,00	0,00
Difusão Cultural	140.000,00	28.295,56	1.160,00	24.255,56	0,13	4.040,00	0,00	19.102,23	0,11	9.193,33	0,00
Administração Geral	130.000,00	172.811,98	4.282,20	150.467,66	0,83	22.344,32	16.816,82	140.785,91	0,87	32.026,07	0,00
DIREITOS DA CIDADANIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
URBANISMO	661.300,00	585.587,63	19.679,01	445.536,20	2,46	140.051,43	32.080,26	440.062,44	2,72	145.525,19	0,00
Infra-Estrutura Urbana	661.300,00	585.587,63	19.679,01	445.536,20	2,46	140.051,43	32.080,26	440.062,44	2,72	145.525,19	0,00
HABITAÇÃO	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Habitação Urbana	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SANEAMENTO	634.000,00	526.405,30	-1.697,60	523.429,30	2,89	2.976,00	85.646,90	490.421,78	3,03	35.983,52	0,00

Emissão: 10/12/2018 10:12:45
Portaria 495 de 06 de Junho de 2.017.

Page 1
Homolo

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO DE 2018 - BIMESTRE SETEMBRO/OUTUBRO

RREO – Anexo 02 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") em Reais

FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas			SALDO (c) = (a-b)	Despesas Liquidadas			SALDO (e) = (a-d)	INSC. RESTOS A PAGAR NÃO PROC. (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/total d)		
Saneamento Básico Urbano	634.000,00	526.405,30	-1.697,60	523.429,30	2,89	2.976,00	85.646,90	490.421,78	3,03	35.983,52	0,00
GESTÃO AMBIENTAL	63.000,00	49.687,69	10.161,79	49.484,69	0,27	203,00	9.383,79	47.516,69	0,29	2.171,00	0,00
Recuperação de Áreas Degradadas	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	48.000,00	49.687,69	10.161,79	49.484,69	0,27	203,00	9.383,79	47.516,69	0,29	2.171,00	0,00
CIÊNCIA E TECNOLOGIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AGRICULTURA	424.500,00	455.707,29	62.129,42	266.937,24	1,47	188.770,05	17.367,17	191.641,24	1,18	264.066,05	0,00
Promoção da Produção Agropecuária	284.500,00	299.776,52	45.121,72	113.748,96	0,62	186.027,56	4.384,30	63.943,10	0,39	235.833,42	0,00
Administração Geral	140.000,00	155.930,77	17.007,70	153.188,28	0,84	2.742,49	12.982,87	127.698,14	0,79	28.232,63	0,00
ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	191.000,00	138.886,05	10.756,88	114.618,78	0,63	24.267,27	3.935,17	107.550,44	0,66	31.335,61	0,00
Administração Geral	191.000,00	138.886,05	10.756,88	114.618,78	0,63	24.267,27	3.935,17	107.550,44	0,66	31.335,61	0,00
INDUSTRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
COMÉRCIO E SERVIÇOS	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Turismo	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
COMUNICAÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ENERGIA	137.000,00	45.004,03	2.689,00	44.992,45	0,24	11,58	2.689,00	42.270,45	0,26	2.733,58	0,00
Energia Elétrica	137.000,00	45.004,03	2.689,00	44.992,45	0,24	11,58	2.689,00	42.270,45	0,26	2.733,58	0,00
TRANSPORTES	857.000,00	1.091.037,83	178.944,53	960.005,70	5,30	131.032,13	137.506,68	884.322,01	5,47	206.715,82	0,00
Transporte Rodoviário	851.000,00	1.091.037,83	178.944,53	960.005,70	5,30	131.032,13	137.506,68	884.322,01	5,47	206.715,82	0,00
Administração Geral	6.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPORTO E LAZER	244.000,00	139.055,21	3.665,35	108.760,74	0,60	30.294,47	4.390,00	53.101,62	0,32	85.953,59	0,00
Desporto Comunitário	134.000,00	49.775,80	1.814,32	36.355,40	0,20	13.420,40	3.710,00	28.865,70	0,17	20.910,10	0,00
Lazer	110.000,00	89.279,41	1.851,03	72.405,34	0,39	16.874,07	680,00	24.235,92	0,14	65.043,49	0,00
ENCARGOS ESPECIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	125.000,00	125.000,00	0,00	0,00	0,00	125.000,00	0,00	0,00	0,00	125.000,00	0,00
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (II)	80.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	19.931.100,00	20.919.637,41	2.549.385,94	18.103.707,09	100,00	2.815.930,32	1.876.599,69	16.164.306,46	100,00	4.755.330,95	0,00

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesa Empenhada			SALDO (c) = (a-b)	Despesas Liquidadas			SALDO (e) = (a-d)	INSC. RESTOS A PAGAR NÃO PROC. (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/total d)		
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	80.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
LEGISLATIVA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
JUDICIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ESSENCIAL A JUSTIÇA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ADMINISTRAÇÃO	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Financeira	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEFESA NACIONAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SEGURANÇA PÚBLICA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RELAÇÕES EXTERIORES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ASSISTÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Emissão: 10/12/2018 10:12:45
Portaria 495 de 06 de Junho de 2.017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO DE 2018 - BIMESTRE SETEMBRO/OUTUBRO

RREO – Anexo 02 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") em Reais

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesa Empenhada			SALDO (c) = (a-b)	Despesas Liquidadas			SALDO (e) = (a-d)	INSC. RESTOS A PAGAR NÃO PROC. (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/total d)		
TRABALHO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
EDUCAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CULTURA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DIREITOS DA CIDADANIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
URBANISMO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
HABITAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SANEAMENTO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
GESTÃO AMBIENTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CIÊNCIA E TECNOLOGIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AGRICULTURA	80.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	80.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INDUSTRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
COMÉRCIO E SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
COMUNICAÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ENERGIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSPORTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPORTO E LAZER	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ENCARGOS ESPECIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	**80.500,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**

Emissão: 10/12/2018 10:12:45
Portaria 495 de 06 de Junho de 2.017.
Page 3
Homolo

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LIQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
NOVEMBRO/2017 A OUTUBRO/2018

RREO – ANEXO 03 (LRF, Art. 53, inciso I)

Em reais

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES)	PREVISÃO ATUALIZADA 2018
	NOV/17	DEZ/17	JAN/18	FEV/18	MAR/18	ABR/18	MAI/18	JUN/18	JUL/18	AGO/18	SET/18	OUT/18		
RECEITAS CORRENTES (I)	1.984.782,04	2.997.590,52	1.661.139,66	1.900.562,31	1.529.881,11	1.905.572,09	2.154.330,46	1.838.381,40	2.092.861,36	1.614.628,64	1.462.456,59	1.549.606,02	22.691.792,20	21.717.350,00
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	59.975,09	-96.128,22	42.826,17	83.040,01	61.664,86	174.641,88	86.258,10	55.536,62	91.969,87	60.611,07	111.330,83	69.788,43	801.514,71	791.350,00
IPTU	6.634,67	6.171,67	3.724,75	2.966,07	9.168,33	12.679,02							41.344,51	136.000,00
ISS	24.181,75	-193.073,58	17.763,70	32.017,29	28.978,23	26.422,16	3.429,83	4.426,64	2.906,16	1.634,28	3.076,95	390,46	-47.846,13	323.700,00
ITBI	23.319,67	1.999,40	1.544,67	31.638,96	3.846,60	98.488,30							160.837,60	105.000,00
IRRF		86.711,30		41,60		20,45				110,00			86.883,35	170.000,00
Outros Impostos, Taxas e Contrib. de Melhoria	5.839,00	2.062,99	19.793,05	16.376,09	19.671,70	37.031,95	82.828,27	51.109,98	89.063,71	58.866,79	108.253,88	69.397,97	560.295,38	56.650,00
Contribuições			21.289,86	23.764,39									45.054,25	405.000,00
Receita Patrimonial	10.732,37	50.343,87	6.164,09	4.117,88	4.521,58	4.681,45	5.006,34	3.816,73	2.998,85	2.645,87	1.523,07	72,35	96.624,45	211.000,00
Rendimentos de Aplicação Financeira			6.164,09	4.117,88	4.521,58	4.681,45	5.006,34	3.816,73	2.998,85	2.645,87	1.523,07	72,35	35.548,21	210.500,00
Outras Receitas Patrimoniais	10.732,37	50.343,87											61.076,24	500,00
Receita Agropecuária														
Receita Industrial														
Receita Serviços	4.561,94	16.083,75	8.019,95	10.231,77	7.518,83	12.190,12	29.709,06	28.225,60	27.369,17	32.297,85	30.176,19	21.956,94	228.341,17	
Transferências Correntes	1.551.403,60	3.022.989,17	1.582.216,40	1.779.408,26	1.456.175,84	1.659.087,10	2.008.714,49	1.750.447,05	1.970.523,47	1.519.073,85	1.319.426,50	1.457.788,30	21.077.254,03	20.301.000,00
Cota Parte do FPM	613.017,20	819.902,19	749.435,19	979.476,19	658.819,03	690.750,29	847.718,43	793.848,01	914.478,80	680.183,81	512.995,14	582.759,15	8.843.383,43	9.480.000,00
Cota Parte do ICMS	385.160,48	371.366,72	341.568,35	288.022,44	280.939,29	248.231,94	362.221,04	248.044,99	395.275,61	336.177,91	287.593,73	476.181,77	4.020.784,27	3.480.000,00
Cota Parte do IPVA	13.605,35	4.277,65	18.182,87	19.009,11	25.593,37	27.136,11	29.763,80	26.271,88	29.794,01	19.385,33	14.412,26	16.457,82	243.889,56	272.000,00
Cota Parte do ITR	6.763,52	5.534,15	4.152,53	551,39	2.697,18	36,96	358,37	3.243,36	78,96	70,75	18.531,50	52.831,33	94.850,00	96.000,00
Transferência da LC 87/1966	1.226,83	1.226,83	1.192,79	1.192,79	1.192,79	1.192,79	1.192,79	1.192,79	1.192,79		1.192,79	1.192,79	13.188,77	19.000,00
Transferência LC 61/1989														13.100,00
Transferências FUNDEB	172.347,31	560.355,33	250.669,42	245.633,89	219.640,66	205.331,83	280.170,35	210.898,58	265.090,36	240.743,48	201.357,81		2.852.239,02	2.380.000,00
Outras Transferências Correntes	359.282,91	1.260.326,30	217.015,25	245.522,45	267.293,52	486.407,18	487.289,71	466.947,44	364.612,94	242.512,57	283.343,27	328.365,44	5.008.918,98	4.560.900,00
Outras Receitas Correntes	358.109,04	4.301,95	623,19			54.971,54	24.642,47	355,40					443.003,59	9.000,00
DEDUÇÕES (II)	203.954,60	240.216,04	222.906,26	257.704,29	193.848,26	193.469,55	248.250,81	214.520,12	193.100,46	207.402,02	166.944,99	225.910,63	2.568.228,03	2.513.400,00
Contrib. Servidor para o Plano de Previdência														
Comp. Financeira entre Regimes de Previdência														
Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	203.954,60	240.216,04	222.906,26	257.704,29	193.848,26	193.469,55	248.250,81	214.520,12	193.100,46	207.402,02	166.944,99	225.910,63	2.568.228,03	2.513.400,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	**1.780.827,44**	**2.757.374,48**	**1.438.233,40**	**1.642.858,02**	**1.336.032,85**	**1.712.102,54**	**1.906.079,65**	**1.623.861,28**	**1.899.760,90**	**1.407.226,62**	**1.295.511,60**	**1.323.695,39**	**20.123.564,17**	**19.203.950,00**

Emissão: 10/12/2018 10:14:00
Portaria 495 de 06 de Junho de 2017.

Page 1 de
Homologado

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO À OUTUBRO DE 2018 - BIMESTRE SETEMBRO/OUTUBRO

RREO – ANEXO 04 (LRF, art. 53, inciso II) — Em reais

PLANO PREVIDENCIÁRIO

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre 2018	Até o Bimestre 2017
RECEITAS CORRENTES (I)				
Receita de Contribuições dos Segurados				
Civil				
Ativo				
Inativo				
Pensionista				
Militar				
Ativo				
Inativo				
Pensionista				
Receita de Contribuições Patronais				
Civil				
Ativo				
Inativo				
Pensionista				
Militar				
Ativo				
Inativo				
Pensionista				
Em Regime de Parcelamento de Débitos				
Receita Patrimonial				
Receitas Imobiliárias				
Receitas de Valores Mobiliários				
Outras Receitas Patrimoniais				
Receita de Serviços				
Outras Receitas Correntes				
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS				
Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS (II)				
Demais Receitas Correntes				
RECEITAS DE CAPITAL (III)				
Alienação de Bens, Direitos e Ativos				
Amortização de Empréstimos				
Outras Receitas de Capital				
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS - (IV) = (I + (III - II))	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
			Até o Bimestre 2018	Até o Bimestre 2017	Até o Bimestre 2018	Até o Bimestre 2017	Em 2018	Em 2017
ADMINISTRAÇÃO (V)								
Despesas Correntes								
Despesas de Capital								
PREVIDÊNCIA (VI)								
Benefícios - Civil								
Aposentadorias								
Pensões								
Outros Benefícios Previdenciários								

Emissão: 10/12/2018 10:14:49 — Page 1 de 2
Portaria 495 de 06 de Junho de 2017 — Homologado

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO Á OUTUBRO DE 2018 - BIMESTRE SETEMBRO/OUTUBRO

RREO – ANEXO 04 (LRF, art. 53, inciso II) — Em reais

Benefícios - Militar								
Reformas								
Pensões								
Outros Benefícios Previdenciários								
Outras Despesas Previdenciárias								
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS								
Demais Despesas Previdenciárias								
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (VII) = (V + VI)								
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VIII) = (IV VII)								

RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
VALOR	

RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
VALOR	

APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO PREVIDÊNCIÁRIO DO RPPS	APORTES REALIZADOS
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar	
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos	
Outros Aportes para o RPPS	
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	

BENS E DIREITOS DO RPPS	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	2018	2017
Caixa e Equivalentes de Caixa		
Investimentos e Aplicações		
Outros Bens e Direitos		

Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO DE 2018 - BIMESTRE SETEMBRO/OUTUBRO

RREO – ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III) — Em reais

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	Até OUTUBRO / 2018
		RECEITAS REALIZADAS (a)
RECEITAS CORRENTES (I)	19.203.950,00	15.585.362,25
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	791.350,00	837.667,84
IPTU	136.000,00	28.538,17
ISS	323.700,00	121.045,70
ITBI	105.000,00	135.518,53
IRRF	170.000,00	172,05
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	56.650,00	552.393,39
Contribuições	405.000,00	45.054,25
Receita Patrimonial	211.000,00	35.548,21
Aplicações Financeiras (II)	210.500,00	35.548,21
Outras Receitas Patrimoniais	500,00	0,00
Transferências Correntes	17.787.600,00	14.378.803,87
Cota-parte do FPM	7.740.000,00	6.003.381,04
Cota-parte do ICMS	2.784.000,00	2.611.405,83
Cota-parte do IPVA	217.600,00	180.805,44
Cota Parte do ITR	76.800,00	66.015,80
Transferências da LC 87/1996	15.200,00	8.349,61
Transferências da LC 61/1989	13.100,00	0,00
Transferências do FUNDEB	2.380.000,00	2.119.536,38
Outras Transferências Correntes	4.560.900,00	3.389.309,77
Demais Receitas Correntes	9.000,00	288.288,08
Outras Receitas Financeiras (III)	0,00	0,00
Receitas Correntes Restantes	9.000,00	288.288,08
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (IV) = ((I) - (II + III))	18.993.450,00	15.549.814,04
RECEITAS DE CAPITAL (V)	1.608.150,00	1.470.000,00
Operações de Crédito (VI)	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (VII)	0,00	0,00
Alienação de Bens	70.000,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (VIII)	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (IX)	0,00	0,00
Outras Alienações de Bens	70.000,00	0,00
Transferências de Capital	1.538.150,00	1.470.000,00
Convênios	728.150,00	1.470.000,00
Outras Transferências de Capital	810.000,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Não Primárias (X)	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Primárias	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XI) = ((V) - (VI + VII + VIII + IX + X))	1.608.150,00	1.470.000,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XII) = (IV + XI)	**20.601.600,00**	**17.019.814,04**

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Até OUTUBRO / 2018					
		DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS (b)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
						LIQUIDADOS	PAGOS (c)
DESPESAS CORRENTES (XIII)	20.219.133,57	17.138.830,56	15.485.039,71	14.129.538,66	452.969,42	114.309,11	113.856,37
Pessoal e Encargos Sociais	11.125.143,65	8.802.642,11	8.117.322,67	7.389.019,74	104.572,47	2.264,60	2.264,60
Juros e Encargos da Dívida (XIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	9.093.989,92	8.336.188,45	7.367.717,04	6.740.518,92	348.396,95	112.044,51	111.591,77
Transferências Constitucionais e Legais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Correntes	9.093.989,92	8.336.188,45	7.367.717,04	6.740.518,92	348.396,95	112.044,51	111.591,77
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (XV) = (XIII - XIV)	20.219.133,57	17.138.830,56	15.485.039,71	14.129.538,66	452.969,42	114.309,11	113.856,37
DESPESAS DE CAPITAL (XVI)	1.456.503,84	965.956,53	677.485,75	675.487,75	434.086,90	11.458,00	7.438,00
Investimentos	1.136.193,84	730.313,55	515.883,12	513.885,12	434.086,90	11.458,00	7.438,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Crédito (XIX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XX)	320.310,00	235.642,98	161.602,63	161.602,63	0,00	0,00	0,00
DESP. PRIM. DE CAPITAL (XXI) = (XVI - XVII - XVIII - XIX - XX)	1.136.193,84	730.313,55	515.883,12	513.885,12	434.086,90	11.458,00	7.438,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XXII)	125.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXIII) = (XV + XXI + XXII)	**21.480.327,41**	**17.869.144,11**	**16.000.922,83**	**14.643.423,78**	**887.056,32**	**125.767,11**	**121.294,37**

RESULTADO PRIMÁRIO - Acima da Linha (XXIV) = [XIIa - (XXIIIa + XXIIIb + XXIIIc)]	**1.368.039,57**

META FISCAL PARA O RESULTADO PRIMÁRIO	VALOR CORRENTE
Meta fixada - Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	**0,00**

Emissão: 10/12/2018 às 12:16
Portaria 495 de 06 de Junho de 2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO DE 2018 - BIMESTRE SETEMBRO/OUTUBRO

RREO – ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III) — Em reais

JUROS NOMINAIS	Até OUTUBRO / 2018
	VALOR INCORRIDO
JUROS E ENCARGOS ATIVOS (XXV)	35.548,21
JUROS E ENCARGOS PASSIVOS (XXVI)	0,00

RESULTADO NOMINAL - Acima da Linha (XXVII) = XXIV + (XXV - XXVI)	**1.403.587,78**

META FISCAL PARA O RESULTADO NOMINAL	VALOR CORRENTE
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	**0,00**

ABAIXO DA LINHA		
CALCULO DO RESULTADO NOMINAL	SALDO	
	Em 31/Dez / 2017 (a)	Até OUTUBRO / 2018) (b)
DÍVIDA CONSOLIDADA (XXVIII)	2.889.396,20	2.889.396,20
DEDUÇÕES (XXIX)	1.722.632,86	3.522.768,08
Disponibilidade de Caixa	1.722.260,02	3.521.037,24
Disponibilidade de Caixa Bruta	2.986.415,80	3.902.609,44
(-) Restos a Pagar Processados (XXX)	1.264.155,78	381.572,20
Demais Haveres Financeiros	372,84	1.730,84
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XXXI) = (XXVIII - XXIX)	1.166.763,34	-633.371,88
RESULTADO NOMINAL - Abaixo da Linha (XXXII) = (XXXIa - XXXIb)		**1.800.135,22**

AJUSTE METODOLÓGICO	Até OUTUBRO / 2018)
VARIAÇÃO SALDO RPP = (XXXIII) = (XXXa - XXXb)	882.583,58
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTES (IX)	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS NA DC (XXXIV)	2.889.396,20
OUTROS AJUSTES (XXXV)	0,00
RESULTADO NOMINAL AJUSTADO - Abaixo da Linha (XXXVI) = (XXXII - XXXIII - IX + XXXIV + XXXV)	**3.806.947,84**

RESULTADO PRIMÁRIO - Abaixo da Linha (XXXVII) = XXXVI - (XXV - XXVI)	**3.771.399,63**

INFORMAÇÕES ADICIONAIS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	418.843,52
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00
Superávit Financeiro Utilizado para Abertura e Reabertura de Créditos Adicionais	418.843,52
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	0,00

Emissão: 10/12/2018 às 12:16
Portaria 495 de 06 de Junho de 2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO DE 2018 - BIMESTRE SETEMBRO/OUTUBRO

RREO – Anexo 07 (LRF, art. 53, inciso V) em Reais

PODER/ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS						Saldo Total (e + k)
	Inscritos		Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo e = (a + b) - (c + d)	Inscritos		Liquidados (h)	Pagos (i)	Cancelados (j)	Saldo k = (f + g) - (i - j)	
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro 2017				Em Exercícios Anteriores (f)	Em 31 de Dezembro 2017					
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	159.246,03	1.104.909,75	887.056,32		377.099,46	55.602,32	287.167,43	125.767,11	121.294,37		221.475,38	598.574,84
EXECUTIVO	159.246,03	1.104.909,75	887.056,32		377.099,46	55.602,32	287.167,43	125.767,11	121.294,37		221.475,38	598.574,84
GABINETE DO PREFEITO	4.596,58	18.505,92			23.102,50	7.202,75	6.983,36	428,55	428,55		13.757,56	36.860,06
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACO E FINANCAS	26.814,26	16.909,92	14.778,69		28.945,49		1.600,00				1.600,00	30.545,49
SECRETARI A MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTAO - S	19.167,72	46.392,18	42.832,61		22.727,29	18.654,56	87.335,38	30.919,31	30.919,31		75.070,63	97.797,92
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA ESTRUTURA E SANEAMEN	34.585,87	474.168,20	435.924,05		72.830,02	3.903,95	46.398,04	5.870,00	5.870,00		44.431,99	117.262,01
SEC MUN DE SAUDE	64.234,86	279.046,12	232.448,80		110.832,18	16.764,33	101.220,86	81.348,07	76.875,33		41.109,86	151.942,04
SECRETARI A MUNICIPAL DE SAUDE - SMS	9.170,73	208.659,05	141.914,31		75.915,47	6.954,07	20.551,78	3.911,18	3.911,18		23.594,67	99.510,14
SECRE. DE AGRICULTURA, DESENV. ECONOM. E M. AMBIE	676,01	35.669,86	13.662,10		22.683,77	2.122,66	13.302,09				15.424,75	38.108,52
SECRETARI A MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO		21.053,28	990,54		20.062,74		9.444,12	3.290,00	3.290,00		6.154,12	26.216,86
SECRETARI A MUNI CI PAL DE ASSUNTOS ESTRATÉGI COS		4.505,22	4.505,22				331,80				331,80	331,80
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)												
TOTAL (III) = (I + II)	**159.246,03**	**1.104.909,75**	**887.056,32**		**377.099,46**	**55.602,32**	**287.167,43**	**125.767,11**	**121.294,37**		**221.475,38**	**598.574,84**

PODER/ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS						Saldo Total (e + k)
	Inscritos		Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo e = (a + b) - (c + d)	Inscritos		Liquidados (h)	Pagos (i)	Cancelados (j)	Saldo k = (f + g) - (i - j)	
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro				Em Exercícios Anteriores (f)	Em 31 de Dezembro					
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS)												

Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO DE 2018 - BIMESTRE SETEMBRO/OUTUBRO

RREO – ANEXO 09 (LRF, art.53, § 1º, inciso I) em Reais

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a – b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO [1] (I)			

DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS INSCRITA EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	SALDO NÃO EXECUTADO (f) = (d – e)
DESPESAS DE CAPITAL	1.456.503,84	348.456,96	677.485,75		1.108.046,88
(-) INCENTIVOS FISCAIS A CONTRIBUINTE					
(-) INCENTIVOS FISCAIS A CONTRIBUINTE POR INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS					
DESPESAS DE CAPITAL LÍQUIDA (II)	1.456.503,84	348.456,96	677.485,75		1.108.046,88
RESULTADO PARA A APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-1.456.503,84	-348.456,96			-1.108.046,88

Fonte:

Notas:
[1] Operações de Crédito descritas na CF, art. 167, inciso III

Emissão: 10/12/2018 10:20:44
Portaria 495 de 26 de Junho de 2017.

Page 1
Homolo

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO DE 2018 - BIMESTRE SETEMBRO/OUTUBRO

RREO – Anexo 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III) — em Reais

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO A REALIZAR (c) = (a - b)
RECEITAS DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	70.000,00		70.000,00
Receita de Capital - Alienação de Bens Móveis	70.000,00		70.000,00
Receita de Capital - Alienação de Bens Imóveis			

DESPESAS	Dotação Atualizada (d)	Despesas Empenhadas (e)	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas (f)	Despesas Inscritas em Restos a Pagar Não Processados	Pagamento de Restos a Pagar (g)	Saldo a Pagar (h) = (d - e)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)							
Despesas de Capital							
Investimentos							
Inversões Financeiras							
Amortização da Dívida							
Despesas Correntes dos Regimes de Previdência							
Regime Próprio dos Servidores Públicos							

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	2017 (i)	2018 (j) = (Ib - (IIf + IIg))	SALDO ATUAL (k) = (IIIi + IIIj)
VALOR (III)			

Fonte:

Emissão: 10/12/2018 10:21:54
Portaria 495 de 06 de Junho de 2017.

Page 1 de 1
Homologado

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO DE 2018 - BIMESTRE SETEMBRO/OUTUBRO

RREO – ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35) — em Reais

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a) x 100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	734.700,00	734.700,00	285.274,45	38,83
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	83.000,00	83.000,00	2.819,49	3,40
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	105.000,00	105.000,00	135.518,53	129,07
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	318.500,00	318.500,00	119.766,71	37,60
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	170.000,00	170.000,00	172,05	0,10
Imposto Territorial Rural - ITR				
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	2.300,00	2.300,00	981,45	42,67
Dívida Ativa dos Impostos	48.900,00	48.900,00	19.922,41	40,74
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	7.000,00	7.000,00	6.093,81	87,05
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	12.580.100,00	12.580.100,00	10.994.015,11	87,39
Cota-Parte FPM	8.700.000,00	8.700.000,00	7.410.464,04	85,18
Cota-Parte ITR	96.000,00	96.000,00	82.552,33	85,99
Cota-Parte IPVA	272.000,00	272.000,00	226.006,56	83,09
Cota-Parte ICMS	3.480.000,00	3.480.000,00	3.264.257,07	93,80
Cota-Parte IPI-Exportação	13.100,00	13.100,00		
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	19.000,00	19.000,00	10.735,11	56,50
Desoneração ICMS (LC 87/96)	19.000,00	19.000,00	10.735,11	56,50
Outras				
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	**13.314.800,00**	**13.314.800,00**	**11.279.289,56**	**84,71**

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Semestre (d)	% (d/c) x 100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	1.495.600,00	1.495.600,00	1.389.775,55	92,92
Provenientes da União	1.246.600,00	1.246.600,00	1.389.775,55	111,49
Provenientes dos Estados	249.000,00	249.000,00		
Provenientes de Outros Municípios				
Outras Receitas do SUS				
TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS	175.000,00	175.000,00	450,46	0,26
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE				
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE				
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	**1.670.600,00**	**1.670.600,00**	**1.390.226,01**	**83,22**

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		Inscritas em Restos a Pagar não Processados[7]
			Até o Bimestre (f)	% (f/e) x 100	Até o Bimestre (g)	% (g/e) x 100	
DESPESAS CORRENTES	4.363.600,00	5.354.509,15	4.706.172,35	87,89	4.207.733,86	78,58	
Pessoal e Encargos Sociais	2.231.300,00	2.473.888,44	2.023.553,18	81,80	1.934.343,28	78,19	
Juros e Encargos da Dívida							
Outras Despesas Correntes	2.132.300,00	2.880.620,71	2.682.619,17	93,13	2.273.390,58	78,92	
DESPESAS DE CAPITAL	461.400,00	494.319,27	475.311,64	96,15	386.224,27	78,13	
Investimentos	461.400,00	494.319,27	475.311,64	96,15	386.224,27	78,13	
Inversões Financeiras							
Amortização da Dívida							
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	**4.825.000,00**	**5.848.828,42**	**5.181.483,99**	**88,59**	**4.593.958,13**	**78,54**	

Emissão: 10/12/2018 10:23:12 — Page 1
Portaria 495 de 06 de Junho de 2.017. — Homolo

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO DE 2018 - BIMESTRE SETEMBRO/OUTUBRO

RREO – ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35) — em Reais

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		Inscritas em Restos a Pagar não Processados [7]
			Até o Bimestre (h)	% (h/IVf) x 100	Até o Bimestre (i)	% (i/IVg) x 100	
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS							
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL							
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	2.150.440,00	2.621.763,35	2.042.893,31	39,43	1.636.265,04	35,62	
Recursos de Transferência do Sistema Único de Saúde - SUS	2.150.440,00	2.260.973,35	1.682.103,31	32,46	1.277.274,04	27,80	
Recursos de Operações de Crédito							
Outros Recursos		360.790,00	360.790,00	6,96	358.991,00	7,81	
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS							
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA[1]							
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS[2]							
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE NÃO FOI APLICADA EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE EM EXERCÍCIOS ANTERIORES							
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	**2.150.440,00**	**2.621.763,35**	**2.042.893,31**	**39,43**	**1.636.265,04**	**35,62**	
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)	**2.674.560,00**	**3.227.065,07**	**3.138.590,68**	**60,57**	**2.957.693,09**	**64,38**	

PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%)= (VI(h ou i) / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15,00 %	**26,22**
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VI(h ou i) - (15,00 * IIIb)/100]	**1.265.799,66**

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA	INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
Inscritos em 2018					
Inscritos em 2017	20.551,78		3.911,18	16.640,60	20.551,78
Inscritos em 2016					
Inscritos em 2015					
Inscritos em 2014					
Inscritos em Exercícios Anteriores ao de Referência - 2014					
TOTAL	**20.551,78**		**3.911,18**	**16.640,60**	**20.551,78**

CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, § 1º e 2º	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS		
	Saldo Inicial	Despesas Custeadas no exercício de referência (j)	Saldo Final (Não Aplicado)
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2018			
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2017			
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2016			
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2015			
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2014			
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em Exercícios Anteriores ao de Referência - 2014			
TOTAL			

Emissão: 10/12/2018 10:23:12 — Page 2
Portaria 495 de 06 de Junho de 2.017. — Homolo

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO DE 2018 - BIMESTRE SETEMBRO/OUTUBRO

RREO – ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35) em Reais

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26	LIMITE NÃO CUMPRIDO		
	Saldo Inicial	Despesas Custeadas no exercício de referência (k)	Saldo Final (Não Aplicado)
Diferença de limite não cumprido em 2017			
Diferença de limite não cumprido em 2016			
Diferença de limite não cumprido em 2015			
Diferença de limite não cumprido em 2014			
Diferença de limite não cumprido em 2013			
Diferença de limite não cumprido em Exercícios Anteriores ao de Referência - 2013			
TOTAL			

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		Inscritas em Restos a Pagar não Processados [7]
			Até o Bimestre (l)	% (l/total l) x 100	Até o Bimestre (m)	% (m/total m) x 100	
Atenção Básica	1.814.000,00	1.890.569,05	1.575.219,77	30,40	1.425.939,37	31,04	
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	1.782.000,00	2.433.141,18	2.258.957,75	43,60	1.893.531,94	41,22	
Suporte Profilático e Terapêutico							
Vigilância Sanitária	68.000,00	69.837,83	36.126,54	0,70	27.027,29	0,59	
Vigilância Epidemiológica	175.000,00	170.986,54	121.372,27	2,34	101.129,03	2,20	
Alimentação e Nutrição							
Outras Subfunções	986.000,00	1.284.293,82	1.189.807,66	22,96	1.146.330,50	24,95	
TOTAL	**4.825.000,00**	**5.848.828,42**	**5.181.483,99**	**100,00**	**4.593.958,13**	**100,00**	

FONTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI

1 Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.
2 O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h" deverá ser o mesmo apresentado no "total j".
3 O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h" deverá ser o mesmo apresentado no "total k".
4 Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012
5 Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012
6 Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento será feito com base na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.
7 Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICOS PRIVADAS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO DE 2018 - BIMESTRE SETEMBRO /OUTUBRO

RREO – Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28) em Reais

IMPACTOS DAS CONTRATAÇÕES DE PPP	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	REGISTROS EFETUADOS EM 2018	
		No Bimestre	Até o Bimestre
TOTAL DE ATIVOS	0,00	0,00	0,00
Ativos Constituídos pela SPE	0,00	0,00	0,00
TOTAL DE PASSIVOS	0,00	0,00	0,00
Obrigações decorrentes de Ativos Constituídos pela SPE	0,00	0,00	0,00
Provisões de PPP	0,00	0,00	0,00
Outros Passivos	0,00	0,00	0,00
ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	0,00	0,00	0,00
Obrigações Contratuais	0,00	0,00	0,00
Riscos Não Provisionados	0,00	0,00	0,00
Garantias Concedidas	0,00	0,00	0,00
Outros Passivos Contigentes	0,00	0,00	0,00

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE 2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027
Do Ente Federado, exceto estatatais não dependentes (**I**)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Das Estatais Não-Dependentes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PPP A CONTRATAR (**II**)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL) (**III**)	18.717.133,68	18.961.295,26	19.208.641,88	19.459.215,10	19.713.057,00	19.970.210,22	20.230.717,96	20.494.623,97	20.761.972,59	21.032.808,72	21.307.177,87
TOTAL DESP. CONSIDERADAS P/ LIMITE (**IV = I + II**)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS / RCL (%) (V / **III**)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Emissão: 10/12/2018 10:25:03 Page 1 de
Portaria 495 de 06 de Junho de 2.017. Homologad

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO DE 2018

RREO - Anexo 08 (LDB, art 72) **em Reais**

RECEITAS DO ENSINO

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)	RECEITAS REALIZADAS % (c) = (b/a)x100
1-RECEITA DE IMPOSTOS	564.700,00	564.700,00	285.102,40	50,49 %
1.1-Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana IPTU	136.000,00	136.000,00	28.538,17	20,98 %
1.1.1-IPTU	83.000,00	83.000,00	2.819,49	3,40 %
1.1.2-Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do IPTU	53.000,00	53.000,00	25.718,68	48,53 %
1.2-Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos ITBI	105.000,00	105.000,00	135.518,53	129,07 %
1.2.1-ITBI	105.000,00	105.000,00	135.518,53	129,07 %
1.2.2-Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ITBI				
1.3-Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza ISS	323.700,00	323.700,00	121.045,70	37,39 %
1.3.1-ISS	318.500,00	318.500,00	119.766,71	37,60 %
1.3.2-Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ISS	5.200,00	5.200,00	1.278,99	24,60 %
1.5-Receita Resultante do Imposto Territorial Rural ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)				
1.5.1-ITR				
1.5.2-Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ITR				
2-RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	13.360.100,00	13.360.100,00	10.994.015,11	82,29 %
2.1-Cota-Parte FPM	9.480.000,00	9.480.000,00	7.410.464,04	78,17 %
2.1.1-Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	8.700.000,00	8.700.000,00	7.410.464,04	85,18 %
2.1.2-Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	390.000,00	390.000,00		
2.1.3-Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea e	390.000,00	390.000,00		
2.2-Cota-Parte ICMS	3.480.000,00	3.480.000,00	3.264.257,07	93,80 %
2.3-ICMS-Desoneração L.C. nº87/1996	19.000,00	19.000,00	10.735,11	56,50 %
2.4-Cota-Parte IPI-Exportação	13.100,00	13.100,00		
2.5-Cota-Parte ITR	96.000,00	96.000,00	82.552,33	85,99 %
2.6-Cota-Parte IPVA	272.000,00	272.000,00	226.006,56	83,09 %
2.7-Cota-Parte IOF-Ouro				
3-TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	**13.924.800,00**	**13.924.800,00**	**11.279.117,51**	**81,00 %**

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)	RECEITAS REALIZADAS % (c) = (b/a)x100
4-RECEITA DA APLIC. FINANC. DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO				
5-RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	267.800,00	267.800,00	228.926,44	85,48 %
5.1-Transferências do Salário-Educação	158.800,00	158.800,00	44.277,55	27,88 %
5.2-Transferências Diretas - PDDE	6.000,00	6.000,00		
5.3-Transferências Diretas - PNAE	33.000,00	33.000,00		
5.4-Transferências Diretas - PNATE	58.000,00	58.000,00		
5.5-Outras Transferências do FNDE	12.000,00	12.000,00	184.648,89	538,74 %
5.6-Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE				
6-RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	649.000,00	649.000,00	218.375,01	33,65 %
6.1-Transferências de Convênios	649.000,00	649.000,00	218.375,01	33,65 %
6.2-Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios				
7-RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO				
8-OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO				
9-TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	**916.800,00**	**916.800,00**	**447.301,45**	**48,79 %**

Emissão: 10/12/2018 10:18:57
Portaria 495 de 26 de Junho de 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO DE 2018

RREO - Anexo 08 (LDB, art 72) — **em Reais**

FUNDEB

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10-RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	2.516.020,00	2.516.020,00	2.198.803,00	87,39 %
10.1-Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB (20% de 2.1.1)	1.740.000,00	1.740.000,00	1.482.092,80	85,18 %
10.2-Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB (20% de 2.2)	696.000,00	696.000,00	652.851,41	93,80 %
10.3-ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB (20% de 2.3)	3.800,00	3.800,00	2.147,02	56,50 %
10.4-Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB (20% de 2.4)	2.620,00	2.620,00		
10.5-Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadado Destinados ao FUNDEB (20% de ((1.5 - 1.5.5) + 2.5)	19.200,00	19.200,00	16.510,46	85,99 %
10.6-Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB (20% de 2.6)	54.400,00	54.400,00	45.201,31	83,09 %
11-RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	2.380.000,00	2.380.000,00	2.119.536,38	89,06 %
11.1-Transferências de Recursos do FUNDEB	2.380.000,00	2.380.000,00	2.119.536,38	89,06 %
11.2-Complementação da União ao FUNDEB				
11.3-Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB				
12-RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 10)	**-136.020,00**	**-136.020,00**	**-79.266,62**	**58,28 %**

SE RESULTADO LÍQUIDO DA TRANSFERÊNCIA (12) > 0] = ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB
SE RESULTADO LÍQUIDO DA TRANSFERÊNCIA (12) < 0] = DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB

DESPESAS DO ENSINO

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i) [7]
			Até o Bimestre (e)	% (f) = (e/d) x 100	Até o Bimestre (g)	% (h) = (g/d) x 100	
13-PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	2.479.900,00	2.298.423,41	1.945.616,98	84,65 %	1.779.235,26	77,41 %	166.381,72
13.1-Com Educação Infantil	639.900,00	450.438,41	273.399,48	60,70 %	238.442,82	52,94 %	34.956,66
13.2-Com Ensino Fundamental	1.840.000,00	1.847.985,00	1.672.217,50	90,49 %	1.540.792,44	83,38 %	131.425,06
14-OUTRAS DESPESAS	315.950,00	925.584,54	948.848,57	102,51 %	796.021,48	86,00 %	152.827,09
14.1-Com Educação Infantil	87.200,00	285.708,96	325.316,97	113,86 %	268.556,91	94,00 %	56.760,06
14.2-Com Ensino Fundamental	228.750,00	639.875,58	623.531,60	97,45 %	527.464,57	82,43 %	96.067,03
15-TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	**2.795.850,00**	**3.224.007,95**	**2.894.465,55**	**89,78 %**	**2.575.256,74**	**79,88 %**	**319.208,81**

DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB	VALOR
16-RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB	
16.1-FUNDEB 60%	
16.2-FUNDEB 40%	
17-DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB	
17.1-FUNDEB 60%	
17.2-FUNDEB 40%	
18-TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)	

Emissão: 10/12/2018 10:18:57
Portaria 495 de 26 de Junho de 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO DE 2018

RREO - Anexo 08 (LDB, art 72) — **em Reais**

INDICADORES DO FUNDEB	VALOR
19-TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)	2.575.256,74
19.1-Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério [1] (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100) %	83,94
19.2-Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100) %	37,56
19.3-Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 +19.2))	-21,50

CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE	VALOR
20-RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2017 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS	62.443,12
21-DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2018 [2]	62.443,12

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTES DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB

DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS [7] (i)
			Até o Bimestre (e)	% (f) = (e/d) x 100	Até o Bimestre (g)	% (h) = (g/d) x 100	
22-EDUCAÇÃO INFANTIL	1.249.600,00	1.339.519,42	1.022.584,68	76,34 %	901.486,92	67,30 %	121.097,76
22.1-Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	727.100,00	736.147,37	598.716,45	81,33 %	506.999,73	68,87 %	91.716,72
22.2-Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	522.500,00	603.372,05	423.868,23	70,25 %	394.487,19	65,38 %	29.381,04
23-ENSINO FUNDAMENTAL	3.487.000,00	4.181.957,48	3.794.830,09	90,74 %	3.406.355,17	81,45 %	388.474,92
23.1-Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	2.068.750,00	2.487.860,58	2.295.749,10	92,28 %	2.068.257,01	83,13 %	227.492,09
23.2-Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	1.418.250,00	1.694.096,90	1.499.080,99	88,49 %	1.338.098,16	78,99 %	160.982,83
24-ENSINO MÉDIO							
25-ENSINO SUPERIOR							
26-ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR							
27-OUTRAS	27.900,00	3.891,30	3.891,30	100,00 %	3.891,30	100,00 %	
28-TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (22+23 + 24 + 25 + 26 + 27)	**4.764.500,00**	**5.525.368,20**	**4.821.306,07**	**87,26 %**	**4.311.733,39**	**78,04 %**	**509.572,68**

DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL	VALOR
29-RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)	-79.266,62
30-DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO	
32-DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB	62.443,12
33-DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS	336.106,89
34-RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO {4}	
35-CANCELAMENTO NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (45 j)	
36-TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (29 + 30 + 32 + 33 + 34 + 35) {6}	**319.283,39**
37-TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((22 + 23) (36)) {6}	**3.988.558,70**
38-PERCENTUAL APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS ((37) / (3) x 100) % {6} - LIMITE CONSTITUCIONAL 25% {5}	**35,36**

Emissão: 10/12/2018 10:18:57
Portaria 495 de 26 de Junho de 2017.
Page 3 de 4
Homologad

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO DE 2018

RREO - Anexo 08 (LDB, art 72) **em Reais**

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

Outras Despesas Custeadas com Receitas Adicionais para Financiamento do Ensino	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS[7] (i)
			Até o Bimestre (e)	% (f) = (e/d) x 100	Até o Bimestre (g)	% (h) = (g/d) x 100	
39-DESPESAS CUSTEADAS C/ APLIC. FINANC. DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO							
40-DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO							
41-DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO							
42-DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	686.600,00	174.060,50	171.484,10	98,52 %	160.910,10	92,44 %	10.574,00
43-TOTAL OUTRAS DESP. CUSTEADAS C/RECEITAS ADIC. P/FINANC. DO ENSINO (39 + 40 + 41 + 42)	686.600,00	174.060,50	171.484,10	98,52 %	160.910,10	92,44 %	10.574,00
44-TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (28 + 43)	5.451.100,00	5.699.428,70	4.992.790,17	87,60 %	4.472.643,49	78,48 %	520.146,68

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2018 (j)
45-RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	221.873,88	
45.1-Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino		
45.2-Executadas com Recursos do FUNDEB	221.873,88	

CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA	FUNDEB	SALÁRIO EDUCAÇÃO
46-DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	62.443,12	
47-(+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	2.119.536,38	44.277,55
48-(-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE		
48.1-Orçamento do Exercício		
48.2-Restos a Pagar		
49-(+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	1.667,33	
50-(=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE	2.183.646,83	44.277,55
51-(+) Ajustes	37.330,34	
51.1-Retenções	37.330,34	
51.2-Conciliação Bancária		
52-(=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO	2.220.977,17	44.277,55

Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI

1-Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

2 - Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos á conta dos Fundos, inclusive relativos á complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subseqüente, mediante abertura de crédito adicional."

3 - Caput do artigo 212 da CF/1988

4 - Os valores referentes á parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada á educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício.

5 - Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

6 - Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento poderá ser feito com base na despesa empenhada ou na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.

7 - Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITAS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO DE 2018 - BIMESTRE SETEMBRO/OUTUBRO

RREO – ANEXO 01 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º) — Em reais

RECEITAS	Previsão Inicial	Previsão Atualizada (a)	Receitas Realizadas				Saldo a Realizar (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b / a)	Até o Bimestre (c)	% (c / a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	20.812.100,00	20.812.100,00	2.919.206,99	14,03	17.055.362,25	81,95	3.756.737,75
RECEITAS CORRENTES	19.203.950,00	19.203.950,00	2.619.206,99	13,64	15.585.362,25	81,16	3.618.587,75
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	791.350,00	791.350,00	181.119,26	22,89	837.667,84	105,85	-46.317,84
Impostos	734.700,00	734.700,00	181.119,26	24,65	744.795,05	101,37	-10.095,05
Taxas	56.650,00	56.650,00			92.872,79	163,94	-36.222,79
Contribuição de Melhoria							
CONTRIBUIÇÕES	405.000,00	405.000,00			45.054,25	11,12	359.945,75
Contribuições Sociais							
Contribuições Econômicas							
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Socia							
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pú	405.000,00	405.000,00			45.054,25	11,12	359.945,75
RECEITA PATRIMONIAL	211.000,00	211.000,00	1.595,42	0,76	35.548,21	16,85	175.451,79
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado							
Valores Mobiliários	210.500,00	210.500,00	1.595,42	0,76	35.548,21	16,89	174.951,79
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, P							
Exploração de Recursos Naturais							
Exploração do Patrimônio Intangível							
Cessão de Direitos							
Demais Receitas Patrimoniais	500,00	500,00					500,00
RECEITA AGROPECUÁRIA							
RECEITA INDUSTRIAL							
RECEITA DE SERVIÇOS			52.133,13		207.695,48		-207.695,48
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais							
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Tra							
Serviços e Atividades Referentes à Saúde							
Serviços e Atividades Financeiras							
Outros Serviços			52.133,13		207.695,48		-207.695,48
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	17.787.600,00	17.787.600,00	2.384.359,18	13,40	14.378.803,87	80,84	3.408.796,13
Transferências da União e de suas Entidades	9.724.900,00	9.724.900,00	1.279.887,54	13,16	8.139.770,15	83,70	1.585.129,85
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de su	5.682.700,00	5.682.700,00	903.113,83	15,89	4.119.497,34	72,49	1.563.202,66
Transferências dos Municípios e de suas Entidades							
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências de Outras Instituições Públicas	2.380.000,00	2.380.000,00	201.357,81	8,46	2.119.536,38	89,06	260.463,62
Transferências do Exterior							
Transferências de Pessoas Físicas							
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identifica							
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	9.000,00	9.000,00			80.592,60	895,47	-71.592,60
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	500,00	500,00					500,00
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	1.500,00	1.500,00			75.469,06	31,27	-73.969,06
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Púb							
Demais Receitas Correntes	7.000,00	7.000,00			5.123,54	73,19	1.876,46
RECEITAS DE CAPITAL	1.608.150,00	1.608.150,00	300.000,00	18,65	1.470.000,00	91,41	138.150,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO							
Operações de Crédito - Mercado Interno							
Operações de Crédito - Mercado Externo							
ALIENAÇÃO DE BENS	70.000,00	70.000,00					70.000,00
Alienação de Bens Móveis	70.000,00	70.000,00					70.000,00
Alienação de Bens Imóveis							
Alienação de Bens Intangíveis							
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS							
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1.538.150,00	1.538.150,00	300.000,00	19,50	1.470.000,00	95,57	68.150,00
Transferências da União e de suas Entidades	1.518.150,00	1.518.150,00			1.170.000,00	77,07	348.150,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de su	20.000,00	20.000,00	300.000,00	500,00	300.000,00	500,00	-280.000,00
Transferências dos Municípios e de suas Entidades							
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências de Outras Instituições Públicas							
Transferências do Exterior							
Transferências de Pessoas Físicas							
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identifica							
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL							
Integralização do Capital Social							
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro							
Resgate de Títulos do Tesouro							
Demais Receitas de Capital							
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)							
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	20.812.100,00	20.812.100,00	2.919.206,99	14,03	17.055.362,25	81,95	3.756.737,75
OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO (IV)							
Operações de Crédito - Mercado Interno							
Mobiliária							
Contratual							
Operações de Crédito - Mercado Externo							
Mobiliária							
Contratual							
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	20.812.100,00	20.812.100,00	2.919.206,99	14,03	17.055.362,25	81,95	3.756.737,75
DÉFICIT (VI)							
TOTAL (VII) = (V + VI)	20.812.100,00	20.812.100,00	2.919.206,99	14,03	17.055.362,25	81,95	3.756.737,75

Emissão: 10/12/2018 10:11:08
Portaria Nº 495, de 06 de Junho de 2017.
Page 1 de 2
Homolo

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITAS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO DE 2018 - BIMESTRE SETEMBRO/OUTUBRO

RREO – ANEXO 01 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º) — Em reais

SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES					418.843,52		
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS							
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais					418.843,52		
Reabertura de Créditos Adicionais							

Emissão: 10/12/2018 10:11:08 — Page 2 de 2
Portaria Nº 495, de 06 de Junho de 2017. — Homolo

PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS

PREFEITURA MUNICIPAL
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO N° 099/2018

PREGÃO PRESENCIAL Nº 061/2018

A Prefeitura Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, comunica aos interessados que será aberta licitação na modalidade Pregão Presencial 061/2018, no dia 21/12/2018 às 8:00 horas, (Horário de Mato Grosso). Este pregão será regido pelo Decreto Municipal nº. º 0156/2008, Lei Fede-

ral 10.520/2002, com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/93, suas alterações e demais disposições Legais aplicáveis. OBJETO: AQUISIÇÃO DE DOIS VEÍCULOS TIPO ÔNIBUS URBANO,PARA TRANSPORTE DE ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, COMBUSTÍVEL DIESEL, VEICULO USADO, ANO DE FABRICAÇÃO 2011 OU ACIMA. O Edital contendo as instruções estará à disposição dos interessados na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Apiacás – MT. Informações pelo telefone (66) 3593-1344- RAMAL – 230, ou no site da Prefeitura http://www.apiacas.mt.gov.br/.

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 321/2018

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE FÉRIAS REGULAMENTARES NO MÊS DE DEZEMBRO/2018 À SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ADALTO JOSÉ ZAGO, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são concedidas por Lei...

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder Férias regulamentares às Servidoras:

Nome: (1141) IVONE HOISSA TEIXEIRA

Cargo Efetivo: (368) Analista Tributária

Lotação: Secretaria Municipal de Administração

Período Aquisitivo: 01/07/2016 à 30/06/2017.

Nome: (1274) SUZANA APARECIDA DE SOUZA

Cargo Efetivo: (221) Trabalhadora Braçal

Lotação: Secretaria Municipal de Administração

Período Aquisitivo: 03/10/2015 à 02/10/2016.

Art. 2° - Esta Portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação ou afixação nos lugares de costumes, revogadas as disposições em contrário.

Registra-se,

Cumpra-se,

Publica-se

Apiacás-MT. 03 de Dezembro 2018.

ADALTO JOSÉ ZAGO

-Prefeito Municipal-

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 329/2018

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE FÉRIAS REGULAMENTARES NO MÊS DE DEZEMBRO/2018 À SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ADALTO JOSÉ ZAGO, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são concedidas por Lei...

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder Férias regulamentares à Servidora:

Nome: (1599) ANTONIA DE JESUS

Cargo Eletivo: (363) Conselheira Tutelar

Lotação: Secretaria Municipal de Assistência Social

Período Aquisitivo: 10/01/2017 à 09/01/2018.

Art. 2° - Esta Portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação ou afixação nos lugares de costumes, revogadas as disposições em contrário.

Registra-se,

Cumpra-se,

Publica-se

Apiacás-MT. 10 de Dezembro 2018.

ADALTO JOSÉ ZAGO

-Prefeito Municipal-

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPUTANGA

LICITAÇÕES
AVISO DE RESULTADO DO JULGAMENTO DE HABILITAÇÃO JURIDICA DA CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 002/2018

A Prefeitura Municipal de Araputanga-MT, através da sua Comissão Permanente de Licitação, torna público, aos interessados, que o julgamento da Habilitação Jurídica da Concorrência Pública nº 002-2018 que tem o Objeto - Contratação de Pessoa Jurídica para Execução de Pavimentação Asfáltica e Drenagem de Águas Pluviais, referente ao Contrato de Repasse nº 785979/2013/Ministério das Cidades/Caixa e a Prefeitura Municipal de Araputanga/MT, resultou na HABILITAÇÃO JURÍDICA das empresas Braga Construções e serviços Ltda, inscrita no CNPJ nº 09.302.764/0001-06 e Construtora Crisanto Eireli, inscrita no CNPJ nº 13.325.900/0001-50 e na INABILITAÇÃO JURÍDICA da empresa S. A. Lima Construções Eireli, inscrita no CNPJ nº 13.908.247/0001-52

Intima ainda aos interessados do resultado acima para que, se desejarem, interponha recurso administrativo nos termos do Art. 109 da Lei 8.666/93. Informa também que os autos do certame ficam desde já disponíveis para exame de quaisquer interessados.

Araputanga-MT, 10 de dezembro de 2018.

LEANDRO DA ROCHA DE SOUZA

Presidente da CPL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - RECURSOS HUMANOS
REPUBLICAÇÃO DA PORTARIA INTERNA 52/2018 DRH

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE AFASTAMENTO DE FÉRIAS COLETIVAS AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE ARAPUTANGA/MT, A PARTIR DE 20/12/2018.

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPUTANGA/MT, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1.º - Efetuar afastamentos de Férias **aos Servidores Públicos Municipaisda Prefeitura Municipal de Araputanga, no mês de dezembro de 2018.**

Art. 2.º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registra-se, publica-se, cumpra-se.

Araputanga-MT, 04 de dezembro de 2018.

N O M E	ADMISSÃO	PERÍODO AQUISITIVO	PERIODO DE GOZO
ADAIR SILVÉRIO	31/07/2006	31/07/2018 à 30/07/2019	20/12/18 à 03/01/19
ADELSON LUIZ BATISTA	01/07/1995	02/01/2016 á 01/01/2017	20/12/18 à 18/01/19
ADRIANO TELES ELEODORO	04/08/2011	04/08/2016 à 03/08/2017	20/12/18 à 18/01/19
ALBERTO EVERALDO DA SILVA	07/02/2003	07/02/2017 à 06/02/2018	20/12/18 à 18/01/19
ALESSANDRO FÉLIX PASCOIN	19/09/2011	19/09/2017 à 18/09/2018	20/12/18 à 18/01/19
ANA MARIA BATISTA DA SILVA	01/04/1988	01/04/2016 à 31/03/2017	20/12/18 à 18/01/19

ANA PAULA ALVES DE NOVAIS	02/07/2017	02/07/2018 à 01/07/2019	20/12/18 à 18/01/19
ANSELIS CORREA DA SILVA	31/07/2006	31/07/2018 à 30/07/2019	20/12/18 à 03/01/19
ANTONIA DORALUCIA DE SANTANA	17/08/2006	28/01/2018 à 27/01/2019	20/12/18 à 18/01/19
ANTONIO BALBINO	12/02/2003	12/02/2018 à 11/02/2020	20/12/18 à 25/01/19
ANTONIO CESAR FERREIRA	02/01/2017	02/01/2018 à 01/01/2019	20/12/18 à 18/01/19
APARECIDO ALVES DE OLIVEIRA	07/02/2003	07/02/2016 à 06/02/2017	20/12/18 à 18/01/19
APARECIDO GABRIEL DA SILVA	13/02/1996	13/02/2016 à 12/02/2017	20/12/18 à 18/01/19
AURELITA FERREIRA GOMES	01/11/1996	01/11/2016 à 31/10/2017	20/12/18 à 18/01/19
AVELOMAR MEQUIAS DE OLIVEIRA	07/08/2006	07/08/2017 à 06/08/2018	20/12/18 à 18/01/19
BEATRIZ VAZ DA SILVA	19/06/2018	19/06/2018 à 18/06/2019	20/12/18 à 18/01/19
BENACY BERNADES DA COSTA	14/07/2006	14/07/2016 à 13/07/2017	20/12/18 à 18/01/19
BRUNO DE LARRANHAGAS CRUZ	02/01/2017	02/01/2018 à 01/01/2019	20/12/18 à 18/01/19
CATARINO MENDES FERREIRA	14/07/2006	14/07/2016 à 13/07/2017	20/12/18 à 18/01/19
CÉLIO MARCIO FIGUEIRO TORRES	01/06/2006	01/08/2016 à 31/07/2017	20/12/18 à 18/01/19
CHARLES GARCIA DE BRITO	01/02/2007	01/02/2016 à 31/01/2017	20/12/18 à 18/01/19
CHRISCIANY MORAES PEREIRA FRANÇA	17/10/2006	17/10/2017 à 16/10/2018	20/12/18 à 18/01/19
CÍCERO GUILHERME FALIVENE DE SOUSA	08/08/2011	04/05/2017 à 03/05/2018	20/12/18 à 18/01/19
CLARIANE DE ALMEIDA TOLEDO E GODOY	13/03/2012	06/10/2017 á 05/10/2018	20/12/18 à 18/01/19
CLAUDIOMIRO BRASOROTO DE OLIVEIRA	28/06/1994	28/06/2017 à 27/06/2018	20/12/18 à 18/01/19
CLEIDIANE DA ROCHA GENELHU	01/02/2007	01/02/2017 à 31/01/2018	26/12/18 à 25/01/19
DAIANE ALVES FERREIRA	10/08/2011	10/08/2016 à 09/08/2017	20/12/18 à 18/01/19
DAIANY SOUZA LIMA	01/08/2011	01/08/2016 à 31/07/2017	20/12/18 à 18/01/19
DALVAN NONATO ALVES	23/09/2011	23/09/2017 à 22/09/2018	20/12/18 à 18/01/19
DARTANHAM NERUDA LOPES ADAMS	15/02/2013	15/02/2016 à 14/02/2017	20/12/18 à 18/01/19
DJAMIL CARLOS PEREIRA LEITE	05/09/2011	05/09/2017 à 04/09/2018	20/12/18 à 18/01/19
DOMINGOS ANTONIO DA CONCEIÇÃO	14/06/1996	20/06/2016 à 19/06/2017	20/12/18 à 18/01/19
DULCINÉIA XAVIER DE LIMA	17/10/2006	17/10/2015 à 16/10/2016	20/12/18 à 18/01/19
EDILSON DA CRUZ RICARDO	01/09/2006	01/09/2017 à 31/08/2018	20/12/18 à 18/01/19
EDINERITO ANTONIO DA SILVA	31/07/2006	31/07/2018 à 30/07/2019	20/12/18 à 03/01/19
EDIO CESARIO DOS SANTOS	01/08/1995	01/08/2017 à 31/07/2018	20/12/18 à 18/01/19
EDSON DE OLIVEIRA RIOS	01/06/1983	01/06/2015 à 31/05/2016	20/12/18 à 18/01/19
ELENIR DOS SANTOS FERREIRA	12/02/2003	12/02/2018 à 11/02/2019	20/12/18 à 18/01/19
ELIENE XAVIER DE LIMA	04/08/2006	04/08/2018 à 03/08/2019	20/12/18 à 18/01/19
EMERSON JOSE DO PRADO	02/08/2011	01/08/2016 à 31/07/2017	20/12/18 à 18/01/19
ENIO GONCALVES DA SILVA	01/10/1995	03/07/2018 à 02/07/2019	20/12/18 à 18/01/19
FÁBIA UTSCH MATOS	12/02/2003	12/02/2017 à 11/02/2018	20/12/18 à 18/01/19
FABIANA DA SILVA RAMOS	20/05/2009	20/05/2016 à 19/05/2017	20/12/18 à 18/01/19
FABIANE LOPES DE CASTRO	02/04/2009	02/04/2018 à 01/04/2019	20/12/18 à 18/01/19
FABIANO DE OLIVEIRA FREIRE	24/02/2003	24/02/2016 à 23/02/2017	20/12/18 à 18/01/19
FABIO ANDRÉ TEIXEIRA DOS SANTOS	02/01/2017	02/01/2018 à 01/01/2019	20/12/18 à 18/01/19
FRANCISCO JOSÉ SOARES	22/08/1994	22/08/2017 à 21/08/2018	20/12/18 à 18/01/19
FRANCISCO MEDEIROS DA SILVA	01/04/1987	01/04/2017 à 31/03/2018	20/12/18 à 18/01/19
FRANCISCO TIBURCIO DE CARVALHO	12/03/2018	12/03/2018 à 11/03/2019	20/12/18 à 18/01/19
GENIVALDO DOS SANTOS	07/02/2003	07/02/2017 à 06/02/2018	20/12/18 à 18/01/19
GERONIMA MARIA DA SILVA MEIRA	01/12/1993	01/12/2012 à 30/11/2013	28/11/18 à 27/12/18
GILMAR DA SILVA ROSA	31/07/2006	10/01/2018 à 09/01/2019	20/12/18 à 18/01/19
GILMAR DE SOUZA SILVA	17/02/2003	17/02/2014 à 16/02/2015	20/12/18 à 18/01/19
GIULIANA FRANCESCA MARCELO E MARIANO	22/08/2011	22/08/2016 à 21/08/2017	20/12/18 à 18/01/19
GIVANILDO APARECIDO GONÇALVES	02/09/2011	02/09/2015 à 01/09/2016	20/12/18 à 18/01/19
GLEICIANE HAUGO DOS REIS	15/08/2011	15/05/2017 à 14/05/2018	20/12/18 à 18/01/19
HUDSON RICARDI MIRANDA DE ARRUDA	01/09/2011	01/09/2017 à 31/08/2018	20/12/18 à 18/01/19
JEYKSI JHONIS DA SILVA	19/08/2011	19/08/2016 à 18/08/2017	20/12/18 à 18/01/19
JILVAM SILVESTRE DE ANDRADE	06/10/2011	06/10/2017 á 05/10/2018	20/12/18 à 18/01/19
JOAO ANDRADE JÚNIOR	01/03/1995	01/02/2017 à 31/01/2018	20/12/18 à 04/01/19
JOAO EDMUNDO FARIA DOS SANTOS	01/05/1995	13/08/2018 à 12/08/2019	20/12/18 à 18/01/19
JOÃO PEREIRA DE LIMA	01/01/1991	01/01/2017 à 31/12/2017	20/12/18 à 18/01/19
JOSEILTON DOS SANTOS CARAPIA	10/04/2013	10/04/2017 à 09/04/2018	20/12/18 à 18/01/19
JUAREZ RODRIGUES DOS REIS	23/07/2009	23/07/2017 à 22/07/2018	20/12/18 à 18/01/19
JULIANA DOS SANTOS LEITE	22/06/2012	22/06/2016 à 21/06/2017	20/12/18 à 18/01/19
JUNIO CESAR PEREIRA	01/07/2003	01/07/2013 à 30/06/2014	20/12/18 à 18/01/19
JURACY CARDOSO DE SIQUEIRA	03/06/2013	03/06/2017 à 02/06/2018	20/12/18 à 18/01/19
LEANDRO CANOVA TEIXEIRA AGOSTINHO	06/10/2011	06/10/2015 à 05/10/2016	20/12/18 à 18/01/19
LEANDRO DA ROCHA DE SOUZA	27/07/2006	08/01/2017 à 07/01/2018	20/12/18 à 18/01/19
LINDINALRA DE OLIVEIRA SOUZA MARQUEZINI	01/08/2006	01/08/2016 à 31/07/2017	20/12/18 à 18/01/19
LINDINALVA DE SOUZA ANDRADE	01/02/1995	01/02/2018 à 31/01/2019	20/12/18 à 18/01/19
LINDINALVA DE SOUZA ANDRADE	31/07/2006	31/07/2018 à 30/07/2019	20/12/18 à 18/01/19
LINDOCRÉIA DOS SANTOS CAMARGO	09/02/2007	09/02/2017 à 08/02/2018	20/12/18 à 18/01/19
LINDOMAR VAZ DA SILVA	27/06/1988	31/03/2016 à 30/03/2017	20/12/18 à 18/01/19
LUCIANA LINA DE BARROS CHAVES	03/08/2007	13/02/2016 à 12/02/2017	20/12/18 à 18/01/19
LUCIENE VIEIRA RAMOS	31/03/2009	31/03/2016 à 30/03/2017	20/12/18 à 18/01/19
LUIS CARLOS HENRIQUE	24/03/2003	30/06/2017 à 29/06/2018	20/12/18 à 18/01/19
MANOEL CEZARIO RIBEIRO DE LIMA	14/07/2006	14/07/2017 à 13/07/2018	20/12/18 à 18/01/19
MANOEL FERREIRA SOBRINHO	01/10/1989	07/05/2017 à 06/05/2018	20/12/18 à 08/01/19
MARCIA RODRIGUES DE OLIVEIRA	01/08/2008	01/08/2017 à 31/07/2018	20/12/18 à 18/01/19
MARIA DE FATIMA NEVES	01/06/1993	01/06/2017 à 31/05/2018	20/12/18 à 18/01/19
MARIA IZAULINA DA CUNHA	01/02/2007	01/02/2017 à 31/01/2018	20/12/18 à 18/01/19
MARIA JOSÉ JUSTO DA SILVA	12/08/2013	12/08/2017 à 11/08/2018	20/12/18 à 18/01/19
MARIA JULIA PEREIRA DE ARRUDA	19/01/2010	19/01/2017 à 18/01/2018	20/12/18 à 18/01/19
MARIA NASSALETE CARAPIA	03/08/2011	03/08/2017 à 02/08/2018	20/12/18 à 18/01/19
MARILIN SILVA ALBUQUERQUE	06/07/2009	06/07/2015 à 05/07/2016	20/12/18 à 18/01/19
MILTON APARECIDO CORREA	01/07/1983	01/07/2013 à 30/06/2014	20/12/18 à 18/01/19
MONICA FERREIRA DOS SANTOS	05/08/2011	05/08/2016 à 04/08/2017	20/12/18 à 18/01/19
NADIR VIEIRA	07/02/2003	10/08/2017 à 09/08/2018	20/12/18 à 18/01/19
NELSON RAMOS DE ANDRADE	01/03/1995	01/03/2017 à 28/02/2018	20/12/18 à 18/01/19
NILMA JOSÉ DOS SANTOS LEMES	08/08/2011	08/08/2016 à 07/08/2017	20/12/18 à 03/01/19
PAULO CESAR FRNACISCO XAVIER	06/02/2017	06/02/2018 à 05/02/2019	20/12/18 à 18/01/19
PEDRO GOMES MACIEL	14/07/2006	14/07/2016 à 13/07/2017	20/12/18 à 18/01/19
RONALDO EDSON SCHIAVINATO	01/10/1996	01/10/2013 à 30/09/2014	20/12/18 à 18/01/19

ROOZEVELT INÁCIO MAMEDES JUNIOR	08/08/2011	08/08/2016 à 07/08/2017	20/12/18 à 18/01/19
ROSIRON RODRIGUES GUIMARÃES	05/03/2008	05/03/2017 à 04/03/2018	20/12/18 à 18/01/19
SANDER DA SILVA LEMES	31/07/2006	31/07/2018 à 30/07/2019	24/12/18 à 07/01/19
SANDRA ROSA CAMPOS	01/03/2017	01/03/2018 à 28/02/2019	20/12/18 à 18/01/19
SERGIO LUIZ PIRES SALOMÉ	25/08/2011	25/08/2017 à 24/08/2018	20/12/18 à 18/01/19
SIVALDO DE OLIVEIRA	31/07/2006	31/07/2018 à 30/07/2019	20/12/18 à 03/01/19
SOLANGELA BARBOSA DOS SANTOS	12/02/2009	12/02/2016 à 11/02/2017	20/12/18 à 18/01/19
VALDECIR CARLOS BERALDO	17/02/2003	17/02/2015 à 16/02/2016	20/12/18 à 18/01/19
VALERIA CARVALHO GARCIA ALVES	01/08/2006	01/08/2017 à 31/07/2018	20/12/18 à 18/01/19
VALERIA RAMOS NEVES HENRIQUE	08/03/2018	08/03/2018 à 07/03/2019	20/12/18 à 18/01/19
VALMIR PEREIRA	05/08/2011	05/08/2017 à 04/08/2018	20/12/18 à 18/01/19
VANILSA DA SILVA	08/08/2011	08/08/2017 à 07/08/2018	20/12/18 à 18/01/19
VANILTON SOARES DE SOUZA	26/09/2011	26/09/2016 à 25/09/2017	20/12/18 à 18/01/19
VERA LUCIA DA SILVA	01/12/2009	01/12/2016 à 30/11/2017	20/12/18 à 18/01/19
VICENTE ANDREOTTO JUNIOR	12/11/2012	12/11/2017 à 11/11/2018	20/12/18 à 18/01/19
VINICIUS FELIPE NOGUEIRA	19/03/2012	19/03/2015 à 18/03/2016	20/12/18 à 18/01/19
WILLIE DOUGLAS MARTES FERREIRA	22/11/2012	22/11/2016 à 21/11/2017	20/12/18 à 18/01/19
ZÉLIA DIAS DA SILVA	01/08/1995	01/08/2017 à 31/07/2018	20/12/18 à 18/01/19
ZENAIDE APARECIDA DOS SANTOS MORAES	14/07/2006	14/07/2017 à 13/07/2018	20/12/18 à 18/01/19

OVÍDIO DE FREITAS GODOY

Diretor de Recursos Humanos

Portaria 07/2017

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 06/2018

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE JOSÉ MARTINS ARAÚJO MENDES, PARA SUBSTITUIR CONSELHEIRO TUTELAR EM GOZO DE FÉRIAS.

GIULIANA F. MARCELO E MARIANO, Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente de Araputanga-MT, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear **JOSÉ MARTINS ARAÚJO MENDES,** 1ª suplente no processo de escolha dos Conselheiros Tutelares de Araputanga-MT com eleição realizada no dia 23 de novembro de 2018, para substituir conselheiros tutelares, no exercício de suas funções, durante o período de gozo de férias;

Art. 2º - Uma vez nomeado, convocado exercerá suas funções no período de 17/12/2018 a 16/03/2019.

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Araputanga, Estado de Mato Grosso, aos 26 de novembro de 2018.

NELSON RAMOS DE ANDRADE

VICE-PRESIDENTE DO C.M.D.C.A

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIPUANÃ

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL COMPLEMENTAR 006/2018

EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

A Prefeitura do Município de Aripuanã, por determinação do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de acordo com o Edital Nº 001/2018 Processo Seletivo Simplificado nº. 004/2018 para atender situação excepcional de interesse público para suprir a demanda, a fim de se proceder a Contratação Temporária da Educação Básica, **COMUNICA** aos candidatos abaixo relacionados à **HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇOES**, para o processo seletivo simplificado para admissão de pessoal em caráter temporário e excepcional interesse público.

Aripuanã, 07 de dezembro de 2018.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA Nº 004/2018

CIDADE MORENA

PEDAGOGIA / NORMAL SUPERIOR - DEFERIDAS

Nº DA INSCRIÇÃO	NOME DO(A) CANDIDATO(A)	NÚMERO DO RG	ORGÃO EXPEDIDOR	CPF
24	CLECIANARA SIGESMUNDO DA SILVA ROCHA	25033379	SEJSP/MT	056.983.521-60
28	VALKIRIA MARIA TAVARES DE OLIVEIRA ROCHA	19156340	SSP/MT	035.420.211-13
32	ROSANGELA CARDOSO SOUZA	17566851	SSP/MT	023.754.671-08
644	RONILDA WESTPHAL	0828445-8	SES/MT	840.396.981-34

CIDADE MORENA

PEDAGOGIA / NORMAL SUPERIOR - INDEFERIDAS

Nº DA INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	NÚMERO DO RG	ORGÃO EXPEDIDOR	CPF	OBSERVAÇÃO
52	ESTELA INACIO DOS SANTOS	21370427	SSF/MT	036.918.461-06	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL
140	EDIMILSON PEREIRA DOS SANTOS	784449	SESP/RO	803.420.942-20	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL
141	EDIMILSON PEREIRA DOS SANTOS	784449	SESP/RO	803.420.942-20	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL
142	EDIMILSON PEREIRA DOS SANTOS	784449	SESP/RO	803.420.942-20	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL
143	EDIMILSON PEREIRA DOS SANTOS	784449	SESP/RO	803.420.942-20	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL
176	SÁID DE SOUZA PEREIRA	31235115	SESP/MT	461.743.115-20	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL

177	SÁID DE SOUZA PEREIRA	31235115	SESP/MT	461.743.115-20	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL
253	AGENILDA PEREIRA VIANA	18500803	SSP/MT	014.592.561-74	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL
257	JAQUELINE NUNES DA SILVA	2629482-6	SSP/MT/MT	054.707.381-08	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL
356	KARINA VERÔNICA DURIGAN	14826097	SESP/MT	006.778.971-46	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL
360	MARIA DAS DORES GOMES DE SOUZA	016714022001-8	MA/MT	977.277.093-87	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL
434	DAVID GABRIEL DA SILVA QUEIROZ	2048618-9	SSP/MT	067.233.261-21	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL
476	MARINEZ RAIMONDI LARA	1205788-6	SSP/MT	935.566.751-53	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL
647	ELIANA REIS DA SILVA OLIVEIRA	865008	SESDC/RO	680.574.402-44	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL
679	SANDRA MENEGATE DOS REIS	1245021	SSP RO/RO	004.641.742-79	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL
684	CLEUDIANE DE LIMA VIANA REIS	020632272002-0	PUBLICO/MT	017.135.673-00	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL
716	ROSELI APARECIDA DE FRANÇA	6623510-6	SSP/PR	941.008.299-49	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL
720	MARIA APARECIDA DOS SANTOS	1821728	SPTC/ES	794.671.302-97	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL

COMUNIDADE MILAGROSA

PEDAGOGIA / NORMAL SUPERIOR - DEFERIDAS

Nº DA INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	NÚMERO DO RG	ORGÃO EXPEDIDOR	CPF
115	CLAUDEMIR SILVA ROMÃO	579045	SSP/RO	595.352.372-68
246	ADRIANA CARDOSO DE OLIVEIRA	9.883.827 9	SPR/PR	029.162.441-31
328	FRANCILENE BENICIA DE OLIVEIRA BORGES	14354233	SMT/MT	967.056.471-91
357	VERÔNICA BISPO SILVA	25724924	SSP/MT	051.338.951-27
578	MARISA PEREIRA FERNANDES	1070957	SSP/RO	005.062.972-76
704	EDIRLENE PEREIRA MARINS	1260910-2	SSP/MT	870.893.861-04

COMUNIDADE MILAGROSA

PEDAGOGIA / NORMAL SUPERIOR - INDEFERIDAS

Nº DA INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	NÚMERO DO RG	ORGÃO EXPEDIDOR	CPF	OBSERVAÇÃO
8	EMARIZETE ALVES DE SOUZA	750565	SSP/RO	750.130.022-49	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL
260	RONILDA WESTPHAL	0828445-8	SESP/MT	840.396.981-34	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL
292	FERNANDA FELICIANO PINTO	10124128	SSP/MT	795.611.871-91	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL
391	CHILE ALVES DE OLIVEIRA	23307382	SSP/MT	040.787.251-55	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL
392	CHEILE ALVES DE OLIVEIRA	23307382	SSP/MT	040.787.251-55	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL
393	CHEILE ALVES DE OLIVEIRA	23307382	SSP/MT	040.787.251-55	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL
591	GESLAINE RUFINO DOS PASSOS	2310346-9	SSP/MT	050.115.841-35	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL
703	EDIRLENE PEREIRA MARINS	1260910-2	SSP/MT	870.893.861-04	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL

COMUNIDADE MILAGROSA

LÍNGUA PORTUGUESA - DEFERIDAS

Nº DA INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	NÚMERO DO RG	ORGÃO EXPEDIDOR	CPF
205	ANA PAULA ALVES DOS SANTOS	21620407	SSP/MT	045.058.001-64
631	SEBASTIÃO JOSÉ DAMASCENO NETO	530153	SSP/MT/MT	362.213.091-15

COMUNIDADE MILAGROSA

LÍNGUA PORTUGUESA - INDEFERIDAS

Nº DA INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	NÚMERO DO RG	ORGÃO EXPEDIDOR	CPF	OBSERVAÇÃO
677	ANDREIA PEREIRA DA SILVA	1616252-0	SSP/MT	008.938.711-25	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL
678	ANDREIA PEREIRA DA SILVA	1616242-0	SSP/MT	008.938.711-25	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL

COMUNIDADE MILAGROSA

HISTÓRIA - DEFERIDAS

Nº DA INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	NÚMERO DO RG	ORGÃO EXPEDIDOR	CPF
116	ANA MARIA SANTOS DO CARMO	0567866-8	SSP/AM	572.016.412-04
206	JEOVANE MACHADO DOS SANTOS	105204116	SESP/PR	040.214.561-55
325	JANETE ANTONIA BEZERRA	932459	SSP/RO	829.536.512-68

COMUNIDADE MILAGROSA

HISTÓRIA - INDEFERIDAS

Nº DA INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	NÚMERO DO RG	ORGÃO EXPEDIDOR	CPF	OBSERVAÇÃO
201	JEOVANE MACHADO DOS SANTOS	105204116	SESP/PR	040.214.561-55	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL

COMUNIDADE MILAGROSA

CIÊNCIAS NATURAIS - DEFERIDAS

Nº DA INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	NÚMERO DO RG	ORGÃO EXPEDIDOR	CPF

68	PAULO VENCESLAU SOARES	1422273	SSP/RO	268.344.018-90
327	NILCEIA VERICIMA FERREIRA	14752697	SMT/MT	033.494.651-45

COMUNIDADE MILAGROSA

CIÊNCIAS NATURAIS - INDEFERIDAS

Nº DA INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	NÚMERO DO RG	ORGÃO EXPEDIDOR	CPF	OBSERVAÇÃO
611	ISABELLA CRISTINA MACHADO MALAQUIAS TELES	7256021	SSP-GO/GO	775.248.372-91	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL

COMUNIDADE MILAGROSA

EDUCAÇÃO FÍSICA - NÃO HOUVE INSCRIÇÕES DEFERIDAS

COMUNIDADE MILAGROSA

EDUCAÇÃO FÍSICA - INDEFERIDAS

Nº DA INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	NÚMERO DO RG	ORGÃO EXPEDIDOR	CPF	OBSERVAÇÃO
297	ALINNY APARECIDA DE MATTOS	2423971-2	SSP/MT	046.531.331-07	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL

COMUNIDADE MILAGROSA

ENSINO MÉDIO MAGISTÉRIO - DEFERIDAS

Nº DA INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	NÚMERO DO RG	ORGÃO EXPEDIDOR	CPF
21	RAINARA COUTO ANDRADE	27674975	SSP/MT	062.998.551-00

COMUNIDADE MILAGROSA

ENSINO MÉDIO MAGISTÉRIO - NÃO HOUVE INSCRIÇÕES INDEFERIDAS

PROJETO LONTRA

LICENCIATURA EM PEDAGOGIA / NORMAL SUPERIOR - DEFERIDAS

Nº DA INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	NÚMERO DO RG	ORGÃO EXPEDIDOR	CPF
57	ALEXANDRO MOREIRA DA ROCHA	16162480	SESP/MT	010.838.541-86
349	WILSILENE DE OLIVEIRA BORGES	53523715-7	SSP/SP	032.771.831-57
478	FRANCINEIA XAVIER DA SILVA	11953144	SSP/MT	974.175.131-15
695	SAID DE SOUZA PEREIRA	31235115	SSP/MT	461.743.115-20

PROJETO LONTRA

LICENCIATURA EM PEDAGOGIA / NORMAL SUPERIOR - INDEFERIDAS

Nº DA INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	NÚMERO DO RG	ORGÃO EXPEDIDOR	CPF	OBSERVAÇÃO
293	FERNANDA FELICIANO PINTO	1012418	SSP/MT	795.611.871-91	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL
331	WILSILENE DE OLIVEIRA BORGES	53523715-7	SSP/SP	032.771.831-57	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL
332	WILSILENE DE OLIVEIRA BORGES	53523715-7	SSP/SP	032.771.831-57	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL
333	WILSILENE DE OLIVEIRA BORGES	53523715-7	SSP/SP	032.771.831-57	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL
334	WILSILENE DE OLIVEIRA BORGES	53523715-7	SSP/SP	032.771.831-57	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL
335	WILSILENE DE OLIVEIRA BORGES	53523715-7	SSP/SP	032.771.831-57	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL
336	WILSILENE DE OLIVEIRA BORGES	53523715-7	SSP/SP	032.771.831-57	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL
337	WILSILENE DE OLIVEIRA BORGES	53523715-7	SSP/SP	032.771.831-57	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL
338	WILSILENE DE OLIVEIRA BORGES	53523715-7	SSP/SP	032.771.831-57	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL
339	WILSILENE DE OLIVEIRA BORGES	53523715-7	SSP/SP	032.771.831-57	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL
340	WILSILENE DE OLIVEIRA BORGES	53523715-7	SSP/SP	032.771.831-57	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL
341	WILSILENE DE OLIVEIRA BORGES	53523715-7	SSP/SP	032.771.831-57	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL
342	WILSILENE DE OLIVEIRA BORGES	53523715-7	SSP/SP	032.771.831-57	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL
343	WILSILENE DE OLIVEIRA BORGES	53523715-7	SSP/SP	032.771.831-57	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL
344	WILSILENE DE OLIVEIRA BORGES	53523715-7	SSP/SP	032.771.831-57	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL
345	WILSILENE DE OLIVEIRA BORGES	53523715-7	SSP/SP	032.771.831-57	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL
346	WILSILENE DE OLIVEIRA BORGES	53523715-7	SSP/SP	032.771.831-57	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL
347	WILSILENE DE OLIVEIRA BORGES	53523715-7	SSP/SP	032.771.831-57	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL
348	WILSILENE DE OLIVEIRA BORGES	53523715-7	SSP/SP	032.771.831-57	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL
694	SAID DE SOUZA PEREIRA	31235115	SSP/MT	461.743.115-20	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL

PROJETO LONTRA

LICENCIATURA EM LÍNGUA PORTUGUESA - NÃO HOUVE INSCRITOS

PROJETO LONTRA

LICENCIATURA EM MATEMÁTICA - NÃO HOUVE INSCRIÇÕES DEFERIDAS

PROJETO LONTRA

LICENCIATURA EM MATEMÁTICA - INDEFERIDAS

Nº DA INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	NÚMERO DO RG	ORGÃO EXPEDIDOR	CPF	OBSERVAÇÃO
494	MARCILENE SILVA DE SOUZA	190903508	190903608/MT	033.869.481-11	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL
648	MARCILENE SILVA DE SOUZA	190903508	MT/PR	033.869.481-11	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL
711	MARCELO LIMA PORTELA	22295135	SSP/MT	060.296.311-79	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL

CONSELVAN

LICENCIATURA EM LÍNGUA PORTUGUESA - DEFERIDAS

Nº DA INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	NÚMERO DO RG	ORGÃO EXPEDIDOR	CPF
17	SILVANA FERREIRA DA SILVA	549966	RO/RO	498.208.932-91
144	LIENE LUQUE DOS SANTOS.	17815894	SSP/MT	017.294.281-00
406	VILMA RAIMUNDO DO COUTO FELBERG	2419639-8	SSP/MT	718.991.032-87
607	MARIA DO CARMO FERREIRA VIEIRA	14978148	SSP/MT	008.323.801-80

CONSELVAN

LICENCIATURA EM LÍNGUA PORTUGUESA - INDEFERIDAS

Nº DA INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	NÚMERO DO RG	ORGÃO EXPEDIDOR	CPF	OBSERVAÇÃO
405	VILMA RAIMUNDO DO COUTO FELBERG	2419639-8	SSP/MT	718.991.032-87	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL

CONSELVAN

LICENCIATURA EM HISTÓRIA - DEFERIDAS

Nº DA INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	NÚMERO DO RG	ORGÃO EXPEDIDOR	CPF
350	MARINETE LUCIANA DE OLIVEIRA BOONI	763292	SSP/RO	771.545.762-00

CONSELVAN

LICENCIATURA EM HISTÓRIA - INDEFERIDAS

Nº DA INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	NÚMERO DO RG	ORGÃO EXPEDIDOR	CPF	OBSERVAÇÃO
106	ANA MARIA SANTOS DO CARMO	0567866-8	SSP/AM	572.016.412-04	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL
532	MARINETE LUCIANA DE OLIVEIRA BOONI	763292	SSP/RO	771.545.762-00	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL
558	CLAUDINEIA GALDINO	937505	SESDC/RO	873.243.692-00	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL
559	CLAUDINEIA GALDINO	9375505	SESDC/RO	873.243.692-00	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL
560	CLAUDINEIA GALDINO	937505	SESDC/RO	873.243.692-00	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL

FAZENDA TRÊS RIOS

LICENCIATURA EM PEDAGOGIA / NORMAL SUPERIOR DEFERIDAS

Nº DA INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	NÚMERO DO RG	ORGÃO EXPEDIDOR	CPF
162	FLAVIANA DE SOUSA MENDES	19899599	SSP/MT	020.212.521-16
352	BEATRIZ RIBEIRO JARDIN	1142139	SSP/RO	005.103.202-36

FAZENDA TRÊS RIOS

LICENCIATURA EM PEDAGOGIA / NORMAL SUPERIOR INDEFERIDAS

Nº DA INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	NÚMERO DO RG	ORGÃO EXPEDIDOR	CPF	OBSERVAÇÃO
289	DAIARA DE ALMEIDA SILVA	1301627	SESDC/RO	029.365.192-25	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL

COMUNIDADE SÃO LOURENÇO

LICENCIATURA EM PEDAGOGIA / NORMAL SUPERIOR- NÃO HOUVE INSCRIÇÕES DEFERIDAS

COMUNIDADE SÃO LOURENÇO

LICENCIATURA EM PEDAGOGIA / NORMAL SUPERIOR- INDEFERIDAS

Nº DA INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	NÚMERO DO RG	ORGÃO EXPEDIDOR	CPF	OBSERVAÇÃO
175	ALDERLI FIDELIS	510351	SSP/RO	369.526.802-68	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL

COMUNIDADE SÃO LOURENÇO

LICENCIATURA EM MATEMÁTICA - DEFERIDAS

Nº DA INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	NÚMERO DO RG	ORGÃO EXPEDIDOR	CPF
564	ALDERLI FIDELIS	510351	SSP/RO	369.526.802-68

COMUNIDADE SÃO LOURENÇO

LICENCIATURA EM MATEMÁTICA - INDEFERIDAS

Nº DA INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	NÚMERO DO RG	ORGÃO EXPEDIDOR	CPF	OBSERVAÇÃO
310	ALDERLI FIDELIS	510351	SSP/RO	369.526.802-68	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL
697	OSMAR SILVEIRA	3.898.692-2	SSP/PR	453.621.909-97	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL
713	OSMAR SILVEIRA	3.898.692-9	SSP/PR	453.621.909-97	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL
722	OSMAR SILVEIRA	3.898692-9	SSP/PR	453.621.909-97	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL

COMUNIDADE SÃO LOURENÇO

ENSINO MÉDIO MAGISTÉRIO - DEFERIDAS

Nº DA INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	NÚMERO DO RG	ORGÃO EXPEDIDOR	CPF
102	ADRIANA SANTOS DE FREITAS	1994419-5	SSP/MT	029.310.251-19
575	AILTON PEREIRA DOS SANTOS	1305943-2	SSP/AM	883.058.211-53

COMUNIDADE SÃO LOURENÇO

ENSINO MÉDIO MAGISTÉRIO - NÃO HOUVE INSCRIÇÕES INDEFERIDAS

COMUNIDADE AR2

LICENCIATURA EM PEDAGOGIA / NORMAL SUPERIOR - DEFERIDAS

Nº DA INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	NÚMERO DO RG	ORGÃO EXPEDIDOR	CPF
13	ANE GLAUCIELLE FERREIRA	16173040	SECRETARIA DE SEGURA/MT	943.798.581-20
283	ELENICE DOS SANTOS SOUZA.	1149758	SESDCIIECF/RO	052.040.531-58
355	JUSSIMARA SOUZA PAES	2183655-8	SSP/MT	035.832.081-02
411	LUZINEIA LIMA DA CONCEIÇÃO	0740480-8	SSP/MT	021.612.891-95

COMUNIDADE AR2

LICENCIATURA EM PEDAGOGIA / NORMAL SUPERIOR - INDEFERIDAS

Nº DA INSCRI-ÇÃO	NOME DO CANDIDATO	NÚMERO DO RG	ORGÃO EXPEDIDOR	CPF	OBSERVAÇÃO
38	JUSSIMARA SOUSA PA-ES	21833655-8	SECRETSRIA DE SEGURA/ MT	035.832. 081-02	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDI-TAL

SEDE DO MUNICÍPIO

CURSO DE ENSINO SUPERIOR EM NUTRIÇÃO - DEFERIDAS

22	NATIELE GUARNIER	1260602	SSP/RO	022.427.562-30
469	DEBORA ADAMS DE OLIVEIRA	24122220	SSP/MT	051.016.791-86
639	ANGELA EVANGELISTA XAVIER	8066216	SSP/MG	005.471.516-40

SEDE DO MUNICÍPIO

CURSO DE ENSINO SUPERIOR EM NUTRIÇÃO - INDEFERIDAS

Nº DA INSCRI-ÇÃO	NOME DO CANDIDATO	NÚMERO DO RG	ORGÃO EXPEDI-DOR	CPF	OBSERVAÇÃO
472	CLAUDIA FERREIRA DOS SANTOS	16784570	SSP/MT	729.660. 761-00	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDI-TAL
512	PATRÍCIA JULIANA RIBEIRO ROMAN LOZA	3691777	SSP/GO	904.925. 011-49	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDI-TAL

SEDE DO MUNICÍPIO

CURSO DE ENSINO SUPERIOR EM PSICOLOGIA - DEFERIDAS

Nº DA INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	NÚMERO DO RG	ORGÃO EXPEDIDOR	CPF
6	OLIVANILDO DA SILVA FRAZÃO	1519781407	SSP/BA	050.212.175-00
9	TAMIRIS ÉVELIN KURUNCZI CARNEIRO	1950629	SSP/MS	050.777.421-38
88	JULIANE PRASNIEVSKI	1089278	SESDC/RO	006.962.982-01
160	ALINE GEREMIAS COSTA	991834	SSP/RO	940.216.782-04
251	AIRTON MESQUITA COÊLHO	891516	SSP/RO	326.696.312-15
268	GISSELI VILAS BOAS COSTA	17203287	SSP/MT	013.470.741-98
581	SANDIELLY DE OLIVEIRA BRITO	2217098-7	SSP/MT	054.743.381-63
599	ROSIMEIRE NEVES DA SILVA	536703	SSP/RO	565.790.392-72

SEDE DO MUNICÍPIO

CURSO DE ENSINO SUPERIOR EM PSICOLOGIA - INDEFERIDAS

Nº DA INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	NÚMERO DO RG	ORGÃO EXPEDIDOR	CPF	OBSERVAÇÃO
664	VALÉRIA MENEGATE DOS REIS	1294548	SESDEC/RO	004.641.822-98	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL
710	ALINE NUNES MARINHO	901837	SESDEC/RO	853.906.742-00	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL
717	MICHELY DIAS TOMAZI	2218411-2	SSP/MT	035.396.571-50	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL

SEDE DO MUNICÍPIO

TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL - TDE - DEFERIDAS

Nº DA INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	NÚMERO DO RG	ORGÃO EXPEDIDOR	CPF
2	SIMONE OLIVEIRA DA CHAGA	2199197-9	SSP/MT	043.227.391-30
5	RAFAEL FALEIROS	45654428-8	SSP/SP	294.735.348-09
7	MANOELA EVELINE FREITAS DE SOUZA	26542498	SSP/MT	057.306.341-96
10	MARCELO SOMBRA MILNICZUK	31119956	SESP/MT	061.283.031-45
18	GREICE KELI VALENTE BATISTA	16161718	SSS/MT/MT	011.698.191-17
19	LISANDRA VASCO GONÇALVES	17534275	SSP/MT	016.758.051-56
26	EDNA FERREIRA FERNANDES	933627	RO/RO	898.966.532-91
30	CRISTIANE DE CASTRO DO NASCIMENTO	936868	SESDC/RO	891.230.262-00
35	ILANA MENEGAT DOS SANTOS	27880419	SSP/MT	061.247.681-27
43	QUEZIA NUNES JUNKES DE SOUZA	31054250	SSP/MT	061.151.711-64
45	BRUNA PITERI DA ROCHA	21594341	SSP/MT	035.047.061-80
48	WISLA NATALIA MAZUREK	21223106	SSPMT/MT	048.712.951-25
51	GLEICE KELLI DE ALMEIDA CARQUEUS	18925502	SSP /MT	024.344.261-07
53	JANAINA CRISLEY D`AGOSTIN	1380778-1	SSP/MT	929.961.241-20
54	ADRIELE PATRICIA LIMA	2774556-2	SSP/MT	050.967.091-16
55	TAYNARA STEFHANY JOSE CELLARIUS	32575130	SSP/MT	477.285.468-13
59	CLAUDIA DOS SANTOS BARBOSA	12444464	SSP/MT	009.175.871-89
63	FABIANA SANTOS CRUZ	29688531	SESP/MT	060.984.461-05
64	KEILA DE JESUS	2722290-0	SSP/MT	060.430.291-62
71	DIVANEIDE DA SILVA LOPES LIMA	18985335	SSP/MT/MT	019.888.291-27
75	TAIZA GONÇALVES COLETTI	2363994-6	SEJUSP/MT	054.035.251-90
81	AMANDA ARANTES NUNES SCHUASSB	32130171	SSP/MT	508.407.622-91
91	PATRICIA VIEIRA DA SILVA	2070288-4	SSP/MT	029.493.111-21
98	TATIANE APARECIDA NEVES	22340670	MT/MT	029.402.391-77
99	MARIA CONCEIÇÃO ALVES DOS SANTOS	2180792-2	SSP/MT	051.939.451-80
103	VITOR GABRIEL DO NASCIMENTO	2916860-0	SSP/MT	061.856.091-26
105	THALIA ANASTÁCIO FERREIRA	27709230	SESP/MT	056.718.771-30
110	TAISE CRISTINA BUENO	21570493	SSP/MT	057.050.651-40
111	PATRÍCIA MIRANDA DE ARRUDA	15414817	SSP/MT	007.228.741-11
113	ÉRICA ROCHA DE OLIVEIRA	30526060	SSP/MT	067.870.051-64
114	FRANCIANE NAVIS GARCIA	1736675-5	SSP/MT	020.161.831-10
117	ROSANGELA LUZIA VERAO FERREIRA	16367588	SSP/MT	027.866.671-00
118	JULIANA ALVES DIAS	2218452-0	SSP/MT	035.639.901-07
119	IONE PEREIRA DA SILVA	24239313	MT/MT	033.652.021-29
120	RAFAEL SOMBRA MANZANO	27012484	SSP/MT	059.556.991-98
129	ANA CARLA MORAES BOTONI	2175258-3	SSP-MT/MT	046.952.491-03
134	TAMIRES CALDEIRA PEREIRA	29242126	SSP/MT	030.099.182-75
137	CESAR HENRIQUE HUBINER	8614974-5	SSP/PR	839.701.429-20
159	MARIELI MANOEL GONÇALVES	26294753	SSP/MT	056.022.291-24
164	SOELI LOPES DOS REIS SILVA	190642894	SSP/MT	033.478.041-12
174	MAÍRA DO NASCIMENTO PINHEIRO	2065927-0	SSP/MT	031.376.111-64
178	IONAR APARECIDA MAGALHÃES DA COSTA	21223971	SSP/MT	032.595.971-40
179	SANDRA FREIRE	32428771-5	SSP/MT	686.172.242-15
182	EDIONES NASCIMENTO DA SILVA	2386371-4	SSP/MT	055.719.651-50
194	CRISTIANE MARCELA THOMAZI	12204293	SJ/MT	916.309.831-87
197	VANESSA GIACOMONI MIRANDA	1124273	SSDC/RO	022.301.632-21
208	SUÉLLEN ANDRADE DE OLIVEIRA MARTINS	20394543	SEJSP/MT	032.210.981-70
216	MARIA DIAS DA COSTA SILVA	2771975-8	SSP/MT	674.218.732-87
226	JESSICA DHIEYLA RUIVO CALISTRO	26690870	AM/SSPAM	022.723.892-36
227	NAIARA GONCALVES DE SOUZA	1333060	SSP/MT	014.733.702-05
228	JOCEANE BATISTA FERREIRA	24238856	SSP/MT	610.077.652-91
233	FRANCINEIDE CARVALHO BUENO	2308660-2	SSP/MT	041.548.731-56
234	SIRLENE MARIA CHRIST	94270359	SSP/PR	046.949.809-98
235	NATALIA VICENTE	2847401-5	SESP/MT	063.067.491-44
236	DANYELLE FRANCISCA CRAVO CANESTRARO	5102254512	SJS/RS	021.079.270-14
237	SUELENN MAIHARA DE MIRANDA SOUZA	18152686	SSP/MT	034.412.521-10
239	MARIZA DA SILVA	15093239	SSP/PR	001.806.921-51
258	JUCILENE PRA DA SILVA FERNANDES	1054424	SESDC/RO	003.111.652-30
259	TAUANI DIELI VIEIRA DA SILVA	3073410-0	SSP/MT	061.164.821-04
264	MARCOS DIONES DE LIMA	23458410	SSP/MT	058.161.261-21
266	TAILA RAIESSA LOUREIRO DOS SANTOS	27271129	SSP/MT	061.925.201-43
271	BERENICE LUCIMAR LEITE	17271010	SSP/MT	028.033.111-86
272	MARINA ADRIANA MAZUREK	31053947	SESP/MT/MT	063.851.771-06
274	MARIA SILVANA XAVIER	1980581-0	SSP/MT	026.229.531-86
280	ALINE ANTONIA SCHOENBERGER	19621027	SSP/MT	048.655.361-24
284	DÉBORA CRISTINA LARA	17114403	SSP/MT	019.317.521-50
294	NAMIE OKA FALEIROS	29533880	SSP/MT	568.348.701-30
296	MANOEL JESUS COSTA	13279696	SSP/MT	002.101.501-57
304	KEILA INÁCIO BARBOSA	23657189	SSP/MT	054.870.851-70
306	ROSIANE CARVALHO DIAS	225177	ARIPUANÃ /MATO GROSSO	045.390.641-93

315	ILZA RODRIGUES XAVIER	334635767	SSP/SP	264.356.118-07
322	LORRAINE DE OLIVEIRA ARAUJO	3001096-9	SESP/MT	070.721.101-86
330	DARLIANE SOUZA DA CUNHA	24257516	SSP/MT	045.961.141-02
361	MARIA APARECIDA DE SOUZA GOMES	32263872	SSP/PR/PR	003.469.171-58
363	KELLY DE SOUSA SILVA	1279443	SESDEC/RO	068.353.169-77
388	GLAUDENIA MARIA DE JESUS	25098390	SEJSP/MT	042.930.163-41
390	DIÉLE MAZUREK	7582221	SESP/SC/PR	062.580.281-01
399	REGIANE ROCHA DA SILVA	19906889	SSP-MT/MT	025.477.071-10
403	VIVIANE DE ANDRADE GALINDO	20641192	SSP/MT	027.045.721-60
408	REGIANI CRISTINA BENTO	2525709-9	ARIPUANÃ/MATO GROSSO	050.378.601-21
410	RAQUEL GONÇALVES DA CRUZ	21295565	SSP/MT	858.280.922-00
415	DJORGENES SCHIMAINSKI DE MORAES	289176091	DIC/RJ	040.142.521-59
417	DORALUCE COTRIN DE OLIVEIRA	20095163	SSP/MT	035.706.451-85
431	ELIENE SANTOS DE LANA	1399137	SSP/RO	038.595.772-63
437	MARIA LURDES ZOMER	31679099	SSP/MT	316.561.882-87
438	ERICA SILVA DA SOUZA	1021627	SSPRO/RO	998.070.412-87
459	SILVÂNIA PINHATI BARROSO	24242934	SSP/MT	047.995.561-18
471	ELOIR DE ARAUJO	1584982-1	SSP/MT	706.922.549-00
473	LINDINES PEREIRA DA SILVA	24492922	SEJSP/MT	055.875.511-99
477	MARINEZ RAIMONDI LARA	1205788-6	SSP/MT	935.566.751-53
483	SANDRA CABRAL ALEXANDRINO	2148540-2	SSP/MT	034.152.321-66
493	LUCÉLIA XAVIER VIANA	17612969	SSP/MT	021.963.141-70
496	LORENA FERREIRA DOS SANTOS MARTINEZ	32506317	SSP/MT	010.048.142-67
497	MARIA LUCIA MEDINA MARAFIGO	867407	SSP/MT	858.291.881-04
503	ELIZÂNGELA CANGUÇÚ LARA	2449168-3	SEJEP/MT	047.646.441-26
504	TANIELY SANTOS DE ANDRADE CANGUCU	23191589	SSP/MT	050.265.761-84
505	ELIZANDRA ALVES DE CAMARGO	22984020	SSP/MT	053.043.441-54
507	MARIA DAS DORES GOMES DE SOUZA	016714022001-8	SES/MA	977.277.093-87
513	ANA LUCIA DE SOUZA	17184800	SSP/MT	023.572.431-98
525	SARA DA COSTA VIANA	28474430	SSP/MT	062.588.941-00
530	JANAINA PAZ	2748064-0	SESP/MT	061.607.591-08
535	ELAINE CRISTINA SANTANA DE SOUZA	284746-6	SSP/MT	056.986.351-10
536	SOLANGE MARTINS DA SILVA	2990352-1	SSP/MT	060.837.551-90
570	ABBA DOS SANTOS	22532242	SSP /MT	057.996.631-36
580	DANIELA SOUSA SILVA E SILVA	2612431-9	MT/SSPMT	055.677.211-37
586	TALITA WILLE DIAS	2381975-8	SSP/MT	061.281.751-20
594	ALANDIA MAYRA DE FIGUEIREDO	2614118-3	MT/MATO GROSSO	053.907.461-63
597	VANESSA RODRIGUES DE BRITO	1228834	SESDEC/RO	542.284.502-10
598	ADRIELI STEPHANY OLIVEIRA REIS	1326024	SESDC-RO/RO	067.678.411-96
601	FABIANA RODRIGUES PINHEIRO	18270840	SES/MT	016.901.701-07
602	JONATHAN RAFAEL VIEIRA DE AMORIM	22034986	SSP/MT	044.699.431-69
610	LEILA LIMA DE MOURA	922885	RO/RO	876.127.392-91
613	SAMARA ALVES DA COSTA	24491209	MT/MT	045.646.151-57
620	OURISÁRIA RODRIGUES NOGUEIRA	22866051	SSP/MT	045.316.511-70
627	CAROLINE MICAELLA VITURINO SEGALA	21549907	SSP/MT	046.699.221-14
632	KARINA SANTOS RECK	1375867-5	SSP/MT	919.984.921-68
636	DEBORA PEREIRA DOS SANTOS	24241865	SEJSP/MT	047.953.551-50
637	DIRCE DE SOUZA	773212	SSP/RO	755.013.762-53
640	KACIÉLLI ZEMBRANI	19674147	SSP/MT	013.550.081-82
641	CARLOS DANIEL CARDOSO	24642592	SEJSP/MT	062.498.341-25
655	CÉLIA FERREIRA MENDES DOS SANTOS	1518269-0	SSP/MT	963.913.321-34
667	ALEXIA DORADO CABALLERO	27798879	SESP/MT	060.653.531-40
673	WESLEY TIAGO ALENCAR DA ROSA	14139766	SSP/MT	006.276.851-45
682	THAIANE KEROLLEN DE OLIVEIRA LUCAS	23819235	SSP/MS	065.938.321-70
685	MIRELI SANTOS DE MATTOS	2983997-1	SSP/MT	073.895.721-67
686	LAIR EDUARDO DO NASCIMENTO	695617	SSP/RO	569.935.522-72
693	LUCIANA DE CAMPOS SANTOS DA SILVA	1796448-2	SSP/MT	650.817.571-87
701	MARIA VANESSA RODRIGUES DE SOUZA	20446470	SSP/MT	029.871.481-78

SEDE DO MUNICÍPIO

TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL - TDE - INDEFERIDAS

Nº DA INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	NÚMERO DO RG	ORGÃO EXPEDIDOR	CPF	OBSERVAÇÃO
11	MARCIELI APARECIDA FLOR	23819219	SSP/MT	061.533.951-47	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL
12	KATIANI NASCIMENTO GRASEL	2412224-6	08 09 2009/MT	044.379.361-16	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL
23	DIVANEIDE DA SILVA LOPES LIMA	1898533-5	SSP/MT/MT	019.888.291-27	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL
41	VERA LUCIA PADILHA	924421	SESDEC/RO	815.114.852-72	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL
42	ERISSON DOS SANTOS SOUZA	1331545	SSP/RO	013.187.172-21	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL

56	FERNANDA LUZIA DA SILVA	25650475	SSP/MT	051.453.701-99	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL
58	CLAUDIA DOS SANTOS BARBOSA	12444464		009.175.871-89	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL
66	GENEDALVA LUCENA DA SILVA	1512254-9	SSP/MT/MT	876.603.851-00	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL
82	AGDA ADAIANI DA ROSA SILVA	2304429-2	SSP/MT	054.641.381-10	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL
84	AGDA ADAIANI DA ROSA SILVA	2304429-2	SSP/MT	054.641.381-10	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL
93	TATIANE APARECIDA NEVES	22340670	MT/MT	029.402.391-77	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL
94	TATIANE APARECIDA NEVES	22340670	MT/MT	029.402.391-77	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL
95	TATIANE APARECIDA NEVES	22340670	MT/MT	029.402.391-77	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL
96	TATIANE APARECIDA NEVES	22340670	MT/MT	029.402.391-77	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL
97	TATIANE APARECIDA NEVES	22340670		029.402.391-77	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL
107	PATRÍCIA MIRANDA DE ARRUDA	15265501	SSP/MT	007.228.741-11	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL
108	KLEMIR MARQUES MARTINS MOURA	2358449-1	SSP/MT	057.231.841-30	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL
158	KLEMIR MARQUES MARTINS MOURA	2358449-1	SSP/MT	057.231.841-30	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL
163	SOELI LOPES DOS REIS SILVA	190642894	SSP/MT	033.478.041-12	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL
169	LUANA MARTINS DOS ANJOS	20039077	SSP/MT	033.165.541-14	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL
183	SAMANTHA FREDERICO	1442736	SSDC/RO	049.250.221-80	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL
185	WILLIAN DE OLIVEIRA BORGES	22805419	SSP/MT	048.333.491-08	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL
209	SUÉLLEN ANDRADE DE OLIVEIRA MARTINS	20394543	SEJSP/MT	032.210.981-70	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL
212	NAIARA GONCALVES DE SOUZA	1333060	SSP/MT	014.733.702-05	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL
231	MARIANA PEREIRA DE ARAÚJO	2726947-7	SSP/MT	064.095.891-58	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL
254	ANA GABRIELE VITCEL ZANELLA	26749653	SSP/MT	056.597.841-19	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL
255	CRISTINA DE CARVALHO	748538	SSP/RO	704.346.112-04	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL
275	ALINE ANTONIA SCHOENBERGER	19621027	SSP/MT	048.655.361-24	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL
276	ALINE ANTONIA SCHOENBERGER	19621027	SSP/MT	048.655.361-24	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL
277	ALINE ANTONIA SCHOENBERGER	19621027	SSP/MT	048.655.361-24	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL
278	ALINE ANTONIA SCHOENBERGER	19621027	SSP/MT	048.655.361-24	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL
279	ALINE ANTONIA SCHOENBERGER	19621027	SSP/MT	048.655.361-24	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL
295	MANOEL JESUS COSTA	13279696	SSP/MT	002.101.501-57	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL
303	KEILA INÁCIO BARBOSA	23657189	SSP/MT	054.870.851-70	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL
314	ILZA RODRIGUES XAVIER	334635767	SSP/SP	264.356.118-07	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL
321	LORRAINE DE OLIVEIRA ARAUJO	3001096-9	SESP/MT	070.721.101-86	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL
362	KELLY DE SOUSA SILVA	1279443	SESDEC/RO	068.353.169-77	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL
366	LUCIA PEREIRA CALDAS	20633882	SSP/MT	060.154.101-40	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL
367	ROSINEIDE SIMÃO FERREIRA	19498764	SSP/MT	023.030.521-06	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL
368	ROSINEIDE SIMÃO FERREIRA	19498764	SSP/MT	023.030.521-06	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL
380	JACIRA SANTOS SILVA	2560907-6	SSP/MT	053.356.281-38	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL
394	PATRICIA VIEIRA DA SILVA	20702884	SSP/MT	029.493.111-21	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL
400	LUCÉLIA XAVIER VIANA	17612969	SSP/MT	021.963.141-70	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL
420	SOLANGE MARTINS DA SILVA	2990352-1	SSP/MT	060.837.551-90	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL
421	SILVANIA PINHATI BARROSO	2424293	SSP/MT	047.995.561-18	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL
422	SILVANIA PINHATI BARROSO	2424293	SSP/MT	047.995.561-18	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL
427	GISELE ANDRADE DE VASCONCELOS MARQUES	25368966	SEJUSP/MT	052.191.961-46	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL

433	LUZINETE PANCINI	862963	SSP/RO	090.026.067-02	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL
451	JOICE RODRIGUES SÉRGIO	1967421-0	DR AROLDO MENDES DE /MT	024.322.651-90	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL
457	SOLANGE MARTINS DA SILVA	2990352-1	SSP/MT	060.837.551-90	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL
458	SOLNGE MARTINS DA SILVA	2990352	SSP/MT	060.837.551-90	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL
461	SOLANGE MARTINS DA SILVA	2990352-1	SSP/MT	060.837.551-90	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL
462	SOLANGE MARTINS DA SILVA	2990352-1	SSP/MT	060.837.551-90	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL
464	FRANCISCA SOUZA SILVA	18164315	SSP/MT	019.063.021-38	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL
474	MARINEZ RAIMONDI LARA	1205788-6	SSP/MT	935.566.751-53	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL
482	SANDRA CABRAL ALEXANDRINO	2148540-2	SSP/MT	034.152.321-66	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL
484	KLEMIR MARQUES MARTINS	23584491	SSPMT/MT	057.231.841-30	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL
487	GLEYCIANE DA SILVA	8002761	PC/PA	812.624.502-68	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL
495	ELIANDRA VASCO GONÇALVES	21310017	SSP/MT	757.892.301-30	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL
499	OSMARINA PINHEIRO DA SILVA	27051110	SESP/MT	920.678.591-53	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL
500	ELIZÂNGELA CANGUÇÚ LARA	2449168-3	SEJEP/MT	047.646.441-26	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL
501	ELIZÂNGELA CANGUÇÚ LARA	2449168-3	SEJEP/MT	047.646.441-26	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL
502	ELIZÂNGELA CANGUÇÚ LARA	2449168-3	SEJEP/MT	047.646.441-26	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL
510	MANOEL JESUS COSTA	13279696	SSP/MT	002.101.501-57	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL
518	SILVIA LETICIA GATI DA SILVA	896317	SSP/RO	853.459.112-15	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL
526	JESSICA LEMES FERREIRA DA SILVA	9866973	SESP/MT	027.187.461-90	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL
528	MARIA APARECIDA DE SOUZA GOMES	32263972	SSP/PR	003.469.171-58	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL
533	SILVÂNIA PINHATI BARROSO	24242934	SSP/MT	047.995.561-18	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL
534	ELAINE CRISTINA SANTANA DE SOUZA	284746-6	SSP/MT	056.986.351-10	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL
541	DIEGO SYONAITON MARQUES	22760687	SSP/MT	063.015.461-99	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL
542	DIEGO SYONAITON MARQUES	22760687	SSP/MT	063.015.461-99	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL
543	DIEGO SYONAITON MARQUES	22760687	SSP/MT	063.015.461-99	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL
544	DIEGO SYONAITON MARQUES	22760687	SSP/MT	063.015.461-99	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL
545	DIEGO SYONAITON MARQUES	22760687	SSP/MT	063.015.461-99	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL
546	DIEGO SYONAITON MARQUES	22760687	SSP/MT	063.015.461-99	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL
547	DIEGO SYONAITON MARQUES	22760687	SSP/MT	063.015.461-99	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL
548	NAMIE OKA FALEIROS	29533880	SSP/MT	568.348.701-30	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL
561	OTAISE MAIARA MARTINS DA SILVA	136556	SSP/MT	060.837.471-71	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL
562	ACSA DAS CHAGAS SIMÃO	27038920	SSP/MT	060.162.651-60	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL
571	LUCIENE XAVIER COTRIN	13782592	MT/MT	980.703.391-87	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL
574	ALANA SILVA MARTINS	29241928	SSP/MT	016.685.122-11	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL
589	LYNARHA DA SILVA VIERA	29469899	SSP/MT	072.322.731-42	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL
590	BEATRIZ MARQUES MOREIRA	7708227	SSP/MT	041.726.102-00	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL
592	SANDRA REGINA DE MOURA	390888	SSP/RO/RO	669.496.532-04	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL
604	AURISLEIA ALVES MOREIRA	20789467	SSP/MT	030.496.151-50	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL
617	VIVIANE NAIARA GONÇALO VIEIRA	2888359-4	SSP/MT	069.191.661-60	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL
621	ALINE CORRÊA LIMA	20290357	SSP/MT	028.019.631-86	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL
622	MARILETE MARTA SILVA CRUZ	16929292	SSP/MT	015.229.991-24	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL
630	KETILLEN DA SILVA COUTO	28781422	SSP/MT	068.490.441-17	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL

654	MAELI JEMIMA RODRIGUES DE SOUZA	2359685-6	SSP/MT	059.140.661-66	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL
668	POLIANA MORAES ALMEIDA	28870794	SSP/MT	063.946.541-24	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL
674	LETÍCIA CAROLINE DOS SANTOS LEAL	2610630-2	SSP/MT	055.457.621-08	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL
687	MARIA DE LOURDES SILVA ALVES	11622717	SSP/MT	824.055.651-53	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL
689	BRUNA FERNANDES RIBEIRO	26749521	SSP/MT	058.299.461-65	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL
705	YASMIN GAYESKI@HOTMAIL.COM	2611969	SSP/MT	059.972.391-28	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL
707	YASMIN GAYESKI TEIXEIRA	26111969	SSP/MT	059.972.391-28	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL
712	GILVANE GNOATTO	17046599	SSP/MT	015.956.391-79	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL
714	ANA CLÁUDIA DA COSTA TAVARES	26168707	SSP/MT	058.695.151-22	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL
715	IDA BEGONHA E COUSO CABRAL	3091746	SSP/DF	508.441.482-53	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL
719	LUCIANO PINTO LIZO VALENTE	23.256.969-1	SSP/SP	581.725.768-89	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL

CONSELVAN

TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL - TDE - DEFERIDAS

Nº DA INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	NÚMERO DO RG	ORGÃO EXPEDIDOR	CPF
27	ERICA APARECIDA DA COSTA	31786375	MT/MT	840.543.282-53
31	JOSIANE RAMOS COELHO	24536768	SSP/MT	043.577.501-48
33	AMANDA CAROLINE PINHEIRO DOS SANTOS	2819801-8	MT /MT	059.959.431-46
86	FÁTIMA APARECIDA DA SILVA	807352	SSP/RO	022.581.561-30
90	JUCINEIDE DE ALMEIDA CAETANO	28273079	SSP/MT	062.233.641-05
126	ADELINA BRAUN PROCHNOW	3183760-3	SESP /MT	089.010.681-92
127	EDIMAR DA SILVA LEÃO	2705095-5	SESP /MT	059.900.381-27
173	DEIVITI ALVES LEMOS	958223	SESDC/RO	976.838.412-34
270	LEDYVANE DA SILVA	836493	RO/RO	033.647.871-23
401	ZENILDA RODRIGUES COTRIM	1066649	SESDCRO/RO	004.404.412-77
508	FLAVIA RIBEIRO MORO CAPE	26136090	SSPMT/MT	058.895.401-22
509	LEIDILAINE DOS SANTOS PEREIRA	26139308	SSP/MT	064.237.041-98
540	THAÍS LIMA PORTO	21140863	SSPMT/MT	036.124.481-96
567	VANDERLEIA FERREIRA FARIAS	1145067	SSP/RO	011.004.962-46
623	IVANILDE DE SOUZA SANTOS	244801	SSP/RO	469.030.892-68
663	ELAINE APARECIDA PEREIRA DE SOUSA	592219	SSP/RO	595.389.452-04

CONSELVAN

TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL - TDE - INDEFERIDAS

Nº DA INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	NÚMERO DO RG	ORGÃO EXPEDIDOR	CPF	OBSERVAÇÃO
15	ÉLIDA DA COSTA SATHER	21933227	SSP/MT/MT	059.553.441-44	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL
25	FATIMA APARECIDA DA SILVA	807352	SSP/MT	022.581.561-30	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL
80	FERNANDA MACIEL DA SILVA	24122548	SSP/MT	047.437.491-23	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL
83	ÉRICA OLIVEIRA DA FONSECA	3127376 -9	SECRETARIA DE ESTADO/MT	011.301.152-08	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL
85	ANA CAROLINA DA SILVA PAULUK	24239054	SSP/MT	046.861.501-67	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL
89	RAQUEL DA SILVA ROMEIRO	21934479	SSP/MT	058.947.931-81	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL
146	SIRLANE BARBOSA	26134667	SSP/MT	071.584.821-62	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL
147	SIRLANE BARBOSA	26134667	SSP/MT	071.584.821-62	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL
148	SIRLANE BARBOSA	26134667	SSP/MT	071.584.821-62	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL
149	SIRLANE BARBOSA	26134667	SSP/MT	071.584.821-62	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL
150	SIRLANE BARBOSA	26134667	SSP/MT	071.584.821-62	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL
151	SIRLANE BARBOSA	26134667	SSP/MT	071.584.821-62	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL
152	SIRLANE BARBOSA	26134667	SSP/MT	071.584.821-62	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL
153	SIRLANE BARBOSA	26134667	SSP/MT	071.584.821-62	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL
154	SIRLANE BARBOSA	26134667	SSP/MT	071.584.821-62	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL

155	SIRLANE BARBOSA	26134667	SSP/MT	071.584.821-62	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL
156	SIRLANE BARBOSA	26134667	SSP/MT	071.584.821-62	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL
170	DEUZELI DA SILVA	631719	RO/RO	713.758.642-20	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL
190	JOÃO PEDRO MARTINS DE OLIVEIRA	28872916	SSP/MT	069.126.181-46	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL
435	MARIA LUCIA GALVÃO	287053	RO/RO	286.268.002-82	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL
456	MARIA LUCIA GALVÃO	287053	RO/RO	286.268.002-82	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL
522	ANTONIO ROBERTO DE MAGALHAES	788020	SSP/RO	615.285.362-15	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL
539	THAÍS LIMA PORTO	21140863	SSPMT/MT	036.124.481-96	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL
566	VANDERLEIA FERREIRA FARIAS	1145067	SSP/RO	011.004.962-46	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL

COMUNIDADE AR2

TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL - TDE - DEFERIDAS

Nº DA INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	NÚMERO DO RG	ORGÃO EXPEDIDOR	CPF
121	BRUNA GOMES DE OLIVEIRA	29512409	SSP/MT	059.801.161-76
123	CARLA RODRIGUES DA SILVA	2951244-1	SSP/MT	072.283.381-46
124	LIDIANI GOMES DE OLIVEIRA DAMACENA	2885785-2	SSP/MT	059.801.031-98

COMUNIDADE AR2

TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL - TDE - INDEFERIDAS

Nº DA INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	NÚMERO DO RG	ORGÃO EXPEDIDOR	CPF	OBSERVAÇÃO
122	CARLA RODRIGUES DA SILVA	2951244-1	SSP/MT	072.283.381-46	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL

COMUNIDADE MILAGROSA

TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL - TDE - DEFERIDAS

Nº DA INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	NÚMERO DO RG	ORGÃO EXPEDIDOR	CPF
221	BEATRIZ CRISTINA DE PAULA	20039417	SSP/MT/MT	018.657.021-02
307	ZENILDA MEURER	17592488	SSP/MT	014.095.471-67
359	MARIA ROZANIA RICARTE AMARO FELICIANO	14125650	SSP/MT	023.086.471-67
428	MARIZA VAZ PINHEIRO GALDINO	31467148	SMT/MT	023.432.439-21
475	JOCIMEIRE APARECIDA DE JESUS CAMPOS RABELO'	15451038	SSP/MT	971.801.901-44
619	FRANCIELI MARAFON	15677214	SSP/MT	012.610.311-99
628	FERNANDA FELICIANO PINTO	10124128	SSP/MT	795.611.871-91
629	ANA CLAUDIA GONÇALVES DE LIMA	1828892	SSP/MS/MS	042.404.921-06
656	GESLAINE RUFINO DOS PASSOS	2310346-9	SSP/MT	050.115.841-35

COMUNIDADE MILAGROSA

TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL - TDE - INDEFERIDAS

Nº DA INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	NÚMERO DO RG	ORGÃO EXPEDIDOR	CPF	OBSERVAÇÃO
681	CHEILE ALVES DE OLIVEIRA	23307382	SSP/MT	040.787.251-55	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL

CIDADE MORENA

TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL - TDE - DEFERIDAS

Nº DA INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	NÚMERO DO RG	ORGÃO EXPEDIDOR	CPF
308	JOCILENE DE JESUS DA SILVA	22981144	SSP/MT	037.629.561-97
351	ROSILENE DA SILVA	19803648	SSP/MT	025.013.941-35
412	KELEN CRISTINA PITOL	2629485-0	SSP/MT	055.320.101-88
436	DAVID GABRIEL DA SILVA QUEIROZ	2048618-9	SSP/MT	067.233.261-21
449	GRAZIELE LATCZUK DE QUEIROZ	2539954-3	SSP/MT	052.634.071-14
453	JAÍNE EICHENBERG	15182568	SSPMT/MT	050.781.681-17

CIDADE MORENA

TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL - TDE - INDEFERIDAS

Nº DA INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	NÚMERO DO RG	ORGÃO EXPEDIDOR	CPF	OBSERVAÇÃO
238	ANA LÚCIA DE SOUZA	1718480-0	SSP/MT	023.572.431-98	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL
241	MARIA SILVANA XAVIER	1980581-0	SSP/MT	026.229.531-86	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL

244	MARIA ROZANIA RICARTE AMARO FELICIANO	14125650	SSP/MT	023.086.471-67	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL
444	GRAZIELE LATCZUK DE QUEIROZ	2539954-3	SSP/MT	052.634.071-14	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL
445	GRAZIELE LATCZUK DE QUEIROZ	2539954-3	SSP/MT	052.634.071-14	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL
446	GRAZIELE LATCZUK DE QUEIROZ	2539954-3	SSP/MT	052.634.071-14	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL
447	GRAZIELE LATCZUK DE QUEIROZ	2539954-3	SSP/MT	052.634.071-14	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL
448	GRAZIELE LATCZUK DE QUEIROZ	2539954-3	SSP/MT	052.634.071-14	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL
452	JAÍNE EICHENBERG	15182568	SSPMT/MT	050.781.681-17	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL
653	GERMONICA RODRIGUES DOS SANTOS	27223035	SSP/MT	060.787.621-25	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL
721	GERMONICA RODRIGUES DOS SANTOS	27223035	SSP/MT	060.787.621-25	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL

PROJETO LONTRA

TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL - TDE - DEFERIDAS

Nº DA INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	NÚMERO DO RG	ORGÃO EXPEDIDOR	CPF
180	MARCILEIA ANDRADE FRANK CARVALHO	24723363	SSP/MT	063.568.451-98
247	KELY ALVES DA SILVA	4484529	DGPC/GO	005.266.911-40

PROJETO LONTRA

TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL - TDE - NÃO HOUVE INSCRIÇÕES INDEFERIDAS

FAZENDA TRÊS RIOS

TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL - DEFERIDAS

Nº DA INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	NÚMERO DO RG	ORGÃO EXPEDIDOR	CPF
136	GESSICA BRITES SIMÕES	538654442	SSP/SP	426.820.948-48
370	NAHIANE MATTOS DA CRUZ	22181938	MT/MT	038.428.211-31

FAZENDA TRÊS RIOS

TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL - INDEFERIDAS

Nº DA INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	NÚMERO DO RG	ORGÃO EXPEDIDOR	CPF	OBSERVAÇÃO
135	GESSICA BRITES SIMÕES	538654442	SSP/SP	426.820.948-48	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL
215	NAHIANE MATTOS DA CRUZ	22181938	MT/MT	038.428.211-31	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL
353	NAHIANE MATTOS DA CRUZ	22181938	MT/MT	038.428.211-31	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL
709	LUCIENE COSTÓDIO ROSSW	28437012	SSP/MT	037.680.471-80	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL

COMUNIDADE SÃO LOURENÇO

TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL - DEFERIDAS

Nº DA INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	NÚMERO DO RG	ORGÃO EXPEDIDOR	CPF
576	ARTEMISA ALVES DOS SANTOS	2127226-3	SSP/MT	035.612.381-22

COMUNIDADE SÃO LOURENÇO

TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL - INDEFERIDAS

Nº DA INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	NÚMERO DO RG	ORGÃO EXPEDIDOR	CPF	OBSERVAÇÃO
577	THALIA PEREIRA DOS SANTOS	2945193-0	SSP/MT	071.963.711-27	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL
633	FRANCISCA SOUZA SILVA	18164315	SSP/MT	019.063.021-38	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL

SEDE DO MUNICÍPIO

APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - MERENDEIRA - DEFERIDAS

Nº DA INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	NÚMERO DO RG	ORGÃO EXPEDIDOR	CPF
39	IVONETE MENEGAT	10403833	SSP/MT	016.461.031-65
76	JUCELIA VIEIRA DA SILVA	17534321	SSP/MT	020.255.181-45
138	GISLAINE MARQUEZIM BENTO	6709489-1	SSP/PR	000.885.599-47
414	EDNA DE BRITO GRAPIUNA	15582981	SSP/MT	008.861.771-89
511	JOICE RODRIGUES SÉRGIO	1967421-0	AROLDO MENDES DE PAI/MT	024.322.651-90
563	MAURINA DA CONCEIÇÃO ALVES	208106	SSP/RO	629.221.732-91
569	APARECIDA NASCIMENTO EPAMINONDAS	17874491	SSP/MATO GROSSO	037.849.621-22
579	MARLI APARECIDA DA SILVA DE JESUS	1950711-9	SSP/MT	990.531.361-34
583	ELIANA MARTINS DOS SANTOS	934450	SSP/RO	035.183.201-73
645	ANGELINA ARAUJO SILVA	429925	SSP/RO	727.638.762-34
649	MARIA RITA DE SOUZA	14040352	SSP/MG	930.003.321-20

702	ADRIANA FERREIRA PEREIRA	25147293	SSP/MT	062.572.821-10

SEDE DO MUNICÍPIO

APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - MERENDEIRA - INDEFERIDAS

Nº DA INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	NÚMERO DO RG	ORGÃO EXPEDIDOR	CPF	OBSERVAÇÃO
104	DILMA DOS SANTOS CALEGARINE	59764667	SESP/PR	499.290.462-91	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL
192	JOCEANE BATISTA FERREIRA	24238856	SSP/MT	610.077.652-91	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL
200	GEOVANA DE SOUZA SPERSSATO	1087931_5	SSP/MT	000.843.241-47	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL
267	TEREZA LINS PEREIRA	1164737-0	SJ/MT	000.424.611-03	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL
371	JACIRA SANTOS SILVA	2560907-6	SSP/MT	053.356.281-38	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL
374	SARA DA COSTA VIANA	2847443-0	SESP/MT	062.588.941-00	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL
442	POLIANA MORAES ALMEIDA	28870794	SSP/MT	063.946.541-24	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL
568	APARECIDA NASCIMENTO EPAMINONDAS	17874491	SSP/MATO GROSSO	037.849.621-22	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL
680	ANDRÉIA MENEGATE DOS REIS	1204635	SSP RO/RO	004.641.772-94	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL
696	FRANCIELI PRIMIOS ROMEIRO GONZAGA	1233012	SSP/RO	014.021.631-69	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL

CONSELVAN

APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - MERENDEIRA - DEFERIDAS

Nº DA INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	NÚMERO DO RG	ORGÃO EXPEDIDOR	CPF
34	MARIA INACIO ALVES	31650040	SSP/MT	350.651.332-04
37	ROZINEIDE LEITE DA ROCHA SANTOS	477536	SSP/RO	420.100.982-34
171	TANIA ANA CAETANO	10488634	SJ/MT	004.128.271-07
202	SILMARA SANTOS BASTOS	955439	RO/RO	910.569.772-72
210	EDIVANIA BONRRUQUE DA SILVA	20094230	SSP/MT	020.719.902-77
302	RAFAELA CORTES DIAS DE OLIVEIRA	802828	SSESDC/RO	804.749.932-72

CONSELVAN

APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - MERENDEIRA - INDEFERIDAS

Nº DA INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	NÚMERO DO RG	ORGÃO EXPEDIDOR	CPF	OBSERVAÇÃO
29	LEILA COSTA DE OLIVEIRA	1131948	SSP/RO	709.887.142-72	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL
62	RAQUEL CORREIA CRISTO	24485993	SSP/MT	025.115.982-56	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL
242	MARIA APARECIDA TIMM BRAVIN	947966	SSP/RO	905.945.502-97	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL
301	RAFAELA CORTES	802828	SEDC/RO	804.749.932-72	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL
377	SANDRA MARIA ANGELI	77554050	SSP/PR	006.767.549-29	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL
378	SANDRA MARIA ANGELI	77554050	SSP/PR	006.767.549-29	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL
379	SANDRA MARIA ANGELI	77554050	SSP/PR	006.767.549-29	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL
409	LILIAN NAYARA COSTA DE SOUZA	3108443-5	SSP/MT/MT	078.583.331-51	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL
626	GEISIANE FERREIRA DA SILVA	259556132	SEJSP/MT	054.957.721-13	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL

COMUNIDADE AR2

APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - MERENDEIRA - DEFERIDAS

Nº DA INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	NÚMERO DO RG	ORGÃO EXPEDIDOR	CPF
70	ROSILENE MESSIAS BATISTA	15889424	SSP/MT	007.385.511-12
125	ELAINE RODRIGUES DA SILVA	2843475-7	SSP/MT	704.814.771-79
207	MARINALVA DE OLIVEIRA SILVA	18438571	MT/MT	038.800.721-40
439	MARIA LUIZA FIUZA BARBOSA	28435443	SSP/MT	704.816.561-89

COMUNIDADE AR2

APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - MERENDEIRA - INDEFERIDAS

Nº DA INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	NÚMERO DO RG	ORGÃO EXPEDIDOR	CPF	OBSERVAÇÃO
191	MARCELA REIS DA SILVA	17478340	MT/MT	019.240.631-07	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL

COMUNIDADE MILAGROSA

APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - MERENDEIRA - DEFERIDAS

Nº DA INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	NÚMERO DO RG	ORGÃO EXPEDIDOR	CPF
596	JAQUELINE SILVA SOUZA MIRANDA	2611189-6	SSP/MT	055.480.651-73

COMUNIDADE MILAGROSA

APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - MERENDEIRA - INDEFERIDAS

Nº DA INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	NÚMERO DO RG	ORGÃO EXPEDIDOR	CPF	OBSERVAÇÃO
612	ILDA DE QUADROS LIMA	9370820	SSP/MT	004.183.561-14	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL

CIDADE MORENA

APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - MERENDEIRA - DEFERIDAS

Nº DA INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	NÚMERO DO RG	ORGÃO EXPEDIDOR	CPF
419	ANA PAULA ALVES SILVA	637653	SSP/TO	982.377.561-34

CIDADE MORENA

APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - MERENDEIRA - INDEFERIDAS

Nº DA INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	NÚMERO DO RG	ORGÃO EXPEDIDOR	CPF	OBSERVAÇÃO
616	MARCILENE DE BRITO TENÓRIO	1044936	RO/RO	013.255.542-51	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL

PROJETO LONTRA

APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - MERENDEIRA - DEFERIDAS

Nº DA INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	NÚMERO DO RG	ORGÃO EXPEDIDOR	CPF
624	MARIA CRISTINA TAVARES	661856	SSP/RO	906.392.861-00

PROJETO LONTRA

APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - MERENDEIRA - INDEFERIDAS

Nº DA INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	NÚMERO DO RG	ORGÃO EXPEDIDOR	CPF	OBSERVAÇÃO
651	LUCIANA DE CAMPOS SANTOS DA SILVA	1796448-2	SSP/MT	650.817.571-87	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL

COMUNIDADE SÃO LOURENÇO

APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - MERENDEIRA - DEFERIDAS

Nº DA INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	NÚMERO DO RG	ORGÃO EXPEDIDOR	CPF
112	ROSANGELA CONSTÂNCIA DE ALMEIDA	2056754-5	SSP/MT	041.251.821-08
638	PATRICIA PEREIRA DOS SANTOS	2924191-0	SSP/MT	070.952.311-41
683	VALTELINA FERREIRA DOS SANTOS	2016731-8	SSP/MT	033.610.101-52

COMUNIDADE SÃO LOURENÇO

APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - MERENDEIRA - NÃO HOUVE INSCRIÇÕES INDEFERIDAS

FAZENDA TRÊS RIOS

APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - MERENDEIRA - DEFERIDAS

Nº DA INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	NÚMERO DO RG	ORGÃO EXPEDIDOR	CPF
16	SILVANIA MONELLI COSTODIO	19912072	SSP/MT	007.543.061-43
354	LUCIANA RIBEIRO DA SILVA JARDIN	1491164	SSP/RO	782.846.192-53
358	MIRIAN SAMPAIO RIBEIRO DE CAMPOS	2616838	SSP/MT	055.661.031-89

FAZENDA TRÊS RIOS

APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - MERENDEIRA - NÃO HOUVE INSCRIÇÕES INDEFERIDAS

SEDE DO MUNICÍPIO

APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - ZELADORA - DEFERIDAS

Nº DA INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	NÚMERO DO RG	ORGÃO EXPEDIDOR	CPF
1	LAURA PEREIRA DA SILVA	24239550	SSP/MT	045.274.341-95
36	ROSANY LEITE VIEIRA	2947263	SSP/MT	038.682.613-70
50	DANIELA FERREIRA ALVES DE SOUSA	15159540	SSP/MT	034.914.111-81
60	NEURINHA MARQUES CORREIA	2777496-1	SSP/MT/MT	351.763.262-72
65	JESIANA MOURA DOS SANTOS LIMA	989151	SSDC/RO	820.103.902-53
72	ROSANGELA DA SILVA SANTOS	3257488-6	MT/MT	622.183.792-87
74	AURENI VERGE MARTINS	1215898-4	SSP/MT	003.618.901-41

77	REGIANE RODRIGUES DOS SANTOS	20031246	SSP/MT	038.712.531-03
92	ELIANE APARECIDA DOS SANTOS GONÇALVES	19690304	SSP/MT	016.329.441-03
139	FLAVIA SOUZA RAMOS	26618389	SSP/MT	056.974.951-45
161	ELENILDA NEVES BARBOSA	3153073-7	SESP/MT	896.101.722-53
189	TALITA DA SILVA	2104170-9	SSP/MT	723.704.592-04
217	JEANE MACHADO FERREIRA	20544022	SSP/MT	021.707.661-03
225	JULIANA DA SILVA CHRISTO	26855690	SSP/MT	024.117.481-32
232	ANDRESSA GOMES DOS SANTOS COUTO	25182188	SSP/223	052.221.261-10
269	DAIANA NAIARA SOUZA DE CARVALHO	2304436-5	SSP/MT	041.286.471-10
300	THAIS DOS SANTOS	2988795-0	SSP/MT	061.857.001-23
305	REGIANE PINHEIRO DE OLIVEIRA	974455	SSP/RO	003.674.392-55
309	ROSINEIDE PAULO BORGES DA SILVA	2840594-3	MT/MATO GROSSO	010.639.842-38
320	JUCELDA CHAVES DOS SANTOS	21570701	SSP/MT	041.079.891-60
323	GISLAINE SILVEIRA DE SOUSA	2423953-4	SSP/MT	048.357.591-76
324	MARIA DE LOURDES BARBOSA	2908992-1	SSP/MT	449.289.802-63
389	ELCILENE DE SOUZA ROSSW	28437187	SSP/MT	704.796.361-84
407	LINDAURA FERREIRA DE LIMA	2009534-1	SSP/MT	746.983.701-91
416	ADELÍRIA GULARTE	31235190	SSP/MT	277.033.982-68
443	LUCIANA FERNANDES ROSA PEREIRA	24070637	SSP/MT	045.963.681-20
454	MARIA LUZIMAR DA SILVA SANTOS	24114480	SSP/MT	037.539.451-61
515	ITAMAR SOUSA SILVA SPANHOL	2087149-0	MT/SSPMT	037.960.471-06
529	FRANCINEIDE CARVALHO BUENO	2308660-2	SSP/MT	041.548.731-56
584	GREICIANE MOREIRA ALVES	23819944	SSP/MT	053.647.781-77
593	GRACILENE VELA ARARA	3185546-6	MT/MT	013.171.731-63
600	DAIZE CORRÊA GONÇALVES	2442213	SSP/MT	856.420.291-34
634	MARCIELI APARECIDA FLOR	23819219	SSP/MT	061.533.951-47
643	CRISTINA MARIA DA SILVA	16327594	SSP/MT	010.988.721-26
666	ESTELA INACIO DOS SANTOS	21370427	SSP/MT	036.918.461-06
675	VALDIRENE VIEIRA DE SOUZA	17608945	SSP/MT	474.619.262-68

SEDE DO MUNICÍPIO

APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - ZELADORA - INDEFERIDAS

Nº DA INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	NÚMERO DO RG	ORGÃO EXPEDIDOR	CPF	OBSERVAÇÃO
67	GLEICE KELEN ONORA DOS SANTOS	2044800-7	SSP/MT	982.996.202-44	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL
100	ANDRESSA GOMES DOS SANTOS COUTO	25182188	SSP/MT	052.221.261-10	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL
101	MARIA APARECIDA DA SILVA	709622	SSP/RO	685.345.072-87	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL
128	FLAVIA SOUZA RAMOS	26618389	SSP/MT	056.974.951-45	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL
157	KATIANE GUAREZ MARQUES	2308632-7	SSPMT/MT	045.258.361-64	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL
184	ROGELINA FERNANDES	11482885	MT/MT	974.834.861-04	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL
186	SAMANTHA FREDERICO	1442736	SSDC/RO	049.250.221-80	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL
188	ADRIANE GUAREZ	2046223-9	SSPMT/MT	031.653.071-99	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL
193	SAMANTHA FREDERICO	1442736	SSDC/RO	049.250.221-80	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL
195	VIVIANE DOS SANTOS SILVA	24239780	SSP/ARIPUANÃ	046.699.461-37	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL
198	LUCIANA FERNANDES ROSA PEREIRA	24070637	SSP/MT	045.963.681-20	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL
199	LUCIANA FERNANDES ROSA PEREIRA	24070637	SSP/MT	045.963.681-20	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL
245	VANESSA SELES MOURA ROMEIRO	2280513-3	MT/MT	910.012.182-72	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL
318	JUCELDA CHAVES DOS SANTOS	21570701	SSP/MT	041.079.891-60	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL
319	JUCELDA CHAVES DOS SANTOS	21570701	SSP/MT	041.079.891-60	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL
369	JAQUELINE NUNES DA SILVA	26294826	SSP/MT/MT	054.707.381-08	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL
429	LUZINETE PANCINI	862963	SSP/RO	090.026.067-02	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL
430	LUZINETE PANCINI	862963	SSP/RO	090.026.067-02	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL
488	NALZIRA SABINO DA SILVA	16331842	SSP/MT	010.655.161-26	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL
514	ITAMAR SOUSA SILVA SPANHOL	2087149-0	MT/SSPMT	037.960.471-06	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL
516	KETILLEN DA SILVA COUTO	28781422	SSP/MT	068.490.441-17	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL
618	SUELE RODRIGUES DOS SANTOS	2613523-0	MT/MATO GROSSO	867.441.602-06	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL

646	TATIANA RODRIGUES PINHEIRO	18880258	SSP/MT	019.608.401-69	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL
650	PATRICIA RAIANE PONTES DOS SANTOS	24491853	SSP/MT	062.932.891-96	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL
708	MARCILENE SABINA DE SOUZA MACIEL	25478907	SSP/MT	052.632.111-39	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL

CONSELVAN

APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - ZELADORA - DEFERIDAS

Nº DA INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	NÚMERO DO RG	ORGÃO EXPEDIDOR	CPF
20	ROSELI DA SILVA	29556058	SSP/MT	072.656.331-56
46	SUELY GOMES DE OLIVEIRA	18137830	MT/MT	004.650.402-84
61	ROSELI PADILHA LARA	887904	SSP/RO	842.540.922-53
78	ÉLIDA DA COSTA SATHER	21933227	SSP/MT	059.553.441-44
133	ALAINE BATISTA DE OLIVEIRA	23008091	MT/MT	027.159.362-81
145	JOSILENE PINHEIRO DE OLIVEIRA	876954	SSP/RO	825.596.782-68
165	VANESSA LOPES FERREIRA	1910522-3	SSP/MT	020.528.461-23
220	VALERIA RAMOS COELHO	26139260	SSP/MT	072.882.951-76
248	VANESSA DE CARVALHO SIMÕES	2535250-4	SSP/AM	024.812.792-63
290	RITA EDAVINA E SILVA CARVALHO	28783921	SSP/MT	065.583.971-29
291	TATIANE EDAVINA E SILVA	28902726	SSP/MT	066.071.321-70
381	PATRICIA ALVES DA SILVA	20778643	SSP/MT	897.088.572-20
387	MARIA APARECIDA NASCIMENTO DE JESUS	31036813	SSP/MT	075.298.061-06
404	LEILIANE JESUS DE CARVALHO	29463939	SSP/MT	072.216.761-00
413	JOZIVANE PEGO DA SILVA	23862963	SSP/MT	055.875.361-22
418	JOILZA DA CONCEIÇÃO DA SILVA	23913037	SSP/MT	049.368.271-69
424	ERICA DOS SANTOS OLIVEIRA	29015561	SSP-MT/MT	064.392.791-30
468	GILVANA MANN CARRIEL	2683229-1	SSP/MT	051.392.111-73
498	NELMA FALDIN BERTOLDI	1393814	SEDESC/RO	009.901.442-40
573	IRANI RIBEIRO DE OLIVEIRA	18589030	JUINA/MATO GROSSO	023.487.901-73
603	MARIA APARECIDA DE JESUS SANTOS	1268507	SSP/RO	943.276.292-00
659	JULIANA MENDES FARIAS SANTANA DE SOUZA	24483427	SSP/RO	974.953.362-34
665	NEUZA VANZELI DOS REIS SILVA	336777	SESP/RO	871.608.462-49
690	VANESSA CRISTINA VIEIRA DA SILVA	20020090	SSP/MT	027.718.731-17

CONSELVAN

APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - ZELADORA - INDEFERIDAS

Nº DA INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	NÚMERO DO RG	ORGÃO EXPEDIDOR	CPF	OBSERVAÇÃO
14	SIMONE FERNANDES DE SOUZA	20021798	MT /MT	026.248.531-11	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL
49	PRISCILA MARTINS DOS SANTOS	1060748	SECRETÁRIA DE ESTADO/SÃO MATEUS ES	961.556.552-00	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL
69	LUZIA APARECIDA LOURENCO DOS SANTOS FRANCISCO	1270804	MINITRO ANDREAZZA /RO	001.455.552-24	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL
167	GEOVANA MANN CARRIEL	2683229-1	SSP/MT	051.392.111-73	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL
196	LEILIANE JESUS DE CARVALHO	29463939	SSP/MT	072.216.761-00	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL
222	GEOVANA MANN CARRIEL	2683229-1	SSP/MT	051.392.111-73	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL
223	GILVANA MANN CARRIEL	2683229-1	SSP/MT	051.392.111-73	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL
262	MARTA VIDAL FERREIRA	1562593	PIS/RO	055.056.752-63	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL
263	MARTA VIDAL FERREIRA	1562593	PIS/RO	055.056.752-63	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL
285	LUCILENE MENDONÇA DOS SANTOS	2613958-8	SEJSP/MT	070.736.461-28	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL
286	RITA EDAVINA E SILVA CARVALHO	28783921	SSP/MT	065.583.971-29	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL
287	TATIANE EDAVINA E SILVA	28902726	SSP/MT	066.071.321-70	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL
288	TATIANE EDAVINA E SILVA	28902726	SSP/MT	066.071.321-70	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL
383	FABIOLA PAREIRA MENDES	2310314-0	SSP/MT	062.749.131-65	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL
384	FABIOLA PAREIRA MENDES	2310314-0	SSP/MT	062.749.131-65	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL
385	FABIOLA PAREIRA MENDES	2310314-0	SSP/MT	062.749.131-65	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL
386	FABIOLA PAREIRA MENDES	2310314-0	SSP/MT	062.749.131-65	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL
423	ERICA DOS SANTOS OLIVEIRA	29015561	SSP-MT/MT	064.392.791-30	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL

506	ROSIANE BEZERRA DA SILVA SANTOS	1224933	CACOAL/RO	014.380.382-40	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL
582	GABRIELA GOMES DA SILVA	17752979	MG/MG	112.931.066-31	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL
657	JULIANA MENDES FARIAS SANTANA DE SOUZA	24483427	SSP/RO	974.953.362-34	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL
658	JULIANA MENDES FARIAS SANTANA DE SOUZA	24483427	SSP/RO	974.953.362-34	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL
692	MADALENA MARQUES DA SILVA	25171887	SSP/MT	051.152.261-46	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL

COMUNIDADE MILAGROSA

APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - ZELADORA - DEFERIDAS

Nº DA INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	NÚMERO DO RG	ORGÃO EXPEDIDOR	CPF
181	ELENILDA MARIA INACIO	22466193	SSP/MT	039.341.161-32
229	THAYNARA APARECIDA DE PAULA CAMPANHARO	2487525-2	SSP/MT/MT	049.940.021-69

COMUNIDADE MILAGROSA

APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - ZELADORA - INDEFERIDAS

Nº DA INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	NÚMERO DO RG	ORGÃO EXPEDIDOR	CPF	OBSERVAÇÃO
224	THAYNARA APARECIDA DE PAULA CAMPANHARO	2487525-2	SSP/MT/MT	049.940.021-69	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL
489	MARIA HELENA MARTINS	16372077	SSP/MT	957.136.891-15	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL
490	MARIA HELENA MARTINS	16372077	SSP/MT	957.136.891-15	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL
491	MARIA HELENA MARTINS	16372077	SSP/MT	957.136.891-15	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL
608	BEMVINDA BARRIOS PORTILHO DOS SANTOS	30573122	SSP/MT	931.052.311-53	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL

CIDADE MORENA

APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - ZELADORA - DEFERIDAS

Nº DA INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	NÚMERO DO RG	ORGÃO EXPEDIDOR	CPF
460	JULIANA MORAIS WODZIK	29870461	SSP/MT	074.442.821-10

CIDADE MORENA

APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - ZELADORA - INDEFERIDAS

Nº DA INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	NÚMERO DO RG	ORGÃO EXPEDIDOR	CPF	OBSERVAÇÃO
616	MARCILENE DE BRITO TENÓRIO	1044936	RO/RO	013.255.542-51	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL

PROJETO LONTRA

APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - ZELADORA - DEFERIDAS

Nº DA INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	NÚMERO DO RG	ORGÃO EXPEDIDOR	CPF
249	MARLETI MATIAS SABINO	21808333	SSP/MT	003.367.151-61
466	FRANCIÉLI APARECIDA BORGES FERNANDES	22419918	SSP/MT	037.306.941-38
479	GESSICA PEREIRA DA SILVA ROCHA	24492671	SEJSP/MT	757.893.531-34

PROJETO LONTRA

APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - ZELADORA - INDEFERIDAS

Nº DA INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	NÚMERO DO RG	ORGÃO EXPEDIDOR	CPF	OBSERVAÇÃO
465	FRANCIÉLI APARECIDA BORGES FERNANDES	22419918	SSP/MT	037.306.941-38	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL
517	AGENILDA PEREIRA VIANA	18500803	SSP/MT	014.592.561-74	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL

SEDE DO MUNICÍPIO

APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - VIGIA - DEFERIDAS

Nº DA INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	NÚMERO DO RG	ORGÃO EXPEDIDOR	CPF
3	EDMAR OLIVEIRA RODRIGUES	339672006	SSP/SP/SP	265.799.578-08
187	ALADIO DIAS DA SILVA	24490903	SSP/MT	475.720.781-68
214	CARLOS ALEXANDRE BENTO	2727024-6	SSPMT/MT	063.927.721-70
282	LUCAS APARECIDO PACHECO DA SILVA	19109571	SSP/MT	044.026.981-46
298	JORGE PACIEGA GALINDO	28474228	SSP/MT	203.951.911-49
426	NIVAIR PAULINO DOS SANTOS	911286	SSP/MT	550.909.231-91

441	MARIA DO SOCORRO DA SILVA	31061141	SECRETARIA MUNICIPAL/ARIPUANA	696.577.772-91
481	OSMAR PIQUES	59001132	SSP/MT	919.398.289-53
486	ROGERIO RENAN SOUZA SILVA	1058883	RO/MT	002.030.462-50
492	JOAO GABRIEL GALDINO DE ARAÚJO	1232548	SESDEC/RO	022.065.002-05
527	JOSUEL FERREIRA ROMEIRO	2381742-9	MT/MATO GROSSO	045.480.171-86
557	JHONATAN GOMES DA SILVA	1360957	SSDC/RO	035.385.052-76
585	DEMETRIO BASTISTA	2889291-7	SSP/MT	151.598.108-89
614	SAMUEL PEREIRA DE SOUZA	15764079	SSP/MT	005.210.921-67
615	GLEBSON FERREIRA DE BRITO	12066460	SSP/MT	721.703.521-04
676	LUCAS DIAS DA SILVA	27920682	SSP/MT	062.036.931-03

SEDE DO MUNICÍPIO

APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - VIGIA - INDEFERIDAS

Nº DA INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	NÚMERO DO RG	ORGÃO EXPEDIDOR	CPF	OBSERVAÇÃO
213	CARLOS ALEXANDRE BENTO	2727024-6	SSPMT/MT	063.927.721-70	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL
250	MANOEL MARTINS DA SILVA	1745298	SSP/MT	303.729.331-49	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL
252	CAROLINE RAMOS CARDOSO	2246508-1	2246508-1/ 2246508-1	038.296.621-06	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL
281	LUCAS APARECIDO PACHECO DA SILVA	19109571	SSP/MT	044.026.981-46	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL
329	RENATO CARDOSO DO PRADO	15092828	SSP/MT	829.862.232-49	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL
364	JULIANO TOBIAS PEREIRA	19393962	SSP/MT	035.668.331-18	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL
365	JULIANO TOBIAS PEREIRA	19393962	SSP/MT	035.668.331-18	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL
463	OSMAR PIQUES	59001132	SSP/MT	919.398.289-53	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL
485	VICTOR LUCAS DA SILVA	26867273	MT/MT	059.133.711-86	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL
549	JHONATAN GOMES DA SILVA	1360957	SSDC/RO	035.385.052-76	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL
550	JHONATAN GOMES DA SILVA	1360957	SSDC/RO	035.385.052-76	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL
551	JHONATAN GOMES DA SILVA	1360957	SSDC/RO	035.385.052-76	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL
552	JHONATAN GOMES DA SILVA	1360957	SSDC/RO	035.385.052-76	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL
553	JHONATAN GOMES DA SILVA	1360957	SSDC/RO	035.385.052-76	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL
554	JHONATAN GOMES DA SILVA	1360957	SSDC/RO	035.385.052-76	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL
555	JHONATAN GOMES DA SILVA	1360957	SSDC/RO	035.385.052-76	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL
556	JHONATAN GOMES DA SILVA	1360957	SSDC/RO	035.385.052-76	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL
587	EMERSON APARECIDO RIGO ROMUALDO	23025514	SSP/MT	039.674.751-58	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL
588	ELIAS DA SILVA SANTOS	26294877	RO/MT	055.797.381-37	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL
635	ALDENORA MARIA FEITOZA DA SILVEIRA	RG 1666477-9	SSP/MT	972.093.921-49	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL

CONSELVAN

APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - VIGIA - DEFERIDAS

Nº DA INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	NÚMERO DO RG	ORGÃO EXPEDIDOR	CPF
132	RAFAEL CAPO ROSA	1031198	RO/RO	000.909.362-13
168	HAYLLEN COUTO FELBERG	2788038-9	SESP/MT	076.290.781-96
211	JOSÉ CARLOS PADILHA DE LARA	1154255	SSP/RO	999.800.612-00
273	FRANCIS NEY OLIVEIRA RUIZ	1622427	SESDEC/RO	636.832.372-87
312	PATRICK MIRANDA NASCIMENTO DA SILVA	2381910-3	SEJSP/MT	049.898.601-28
376	ELOCIR EISING	87646041	SSP/MT	966.877.381-00
382	JONACI BOONI	1456050	SSP/RO	043.458.302-22
396	ELIZEU MARCOS MORAIS	26141191	SSP/MT	054.822.621-03
609	LUIS CARLOS RIBEIRO DA SILVA	22633243	SSP/MT	041.140.241-23

CONSELVAN

APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - VIGIA - INDEFERIDAS

Nº DA INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	NÚMERO DO RG	ORGÃO EXPEDIDOR	CPF	OBSERVAÇÃO
87	ALEX UTT	97639078	SESP/PR	047.915.859-25	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL

243	GILDOMAR JOÃO DE LIMA	803528	SESP/RO	691.021.122-72	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL
265	YURI UTIKOSKI GOMES	32414250	SSP/MT	083.406.931-82	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL
311	GLADSTONE MIRANDA SILVA	26831805	SSP/MT	059.079.821-95	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL
395	ELIZEU MARCOS MORAIS	26141191	SSP/MT	054.822.621-03	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL
397	JOILZA DA CONCEIÇÃO DA SILVA	23913037	SSP/MT	049.368.271-69	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL
523	ANTONIO ROBERTO DE MAGALHAES	788020	SSP/RO	615.285.362-15	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL
565	LUCAS VINICIUS PEGO PINTO	28405412	MT/MT	083.675.011-01	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL

COMUNIDADE AR2

APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - VIGIA - DEFERIDAS

Nº DA INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	NÚMERO DO RG	ORGÃO EXPEDIDOR	CPF
131	HOMERO ESTELINO TAVARES DE MOURA	2842727-0	SSP/MT	071.114.071-56
440	LUIZ CARLOS DOS SANTOS JUNIOR	25024221	SSP/MT	067.497.441-76
520	ODAIR JOSE GARCIAS CRUZ	17581770-0	MT/MT	013.968.001-23

COMUNIDADE AR2

APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - VIGIA - INDEFERIDAS

Nº DA INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	NÚMERO DO RG	ORGÃO EXPEDIDOR	CPF	OBSERVAÇÃO
40	RONI DAMACENA DA SILVA DE OLIVEIRA	26672090	SSP/MT	058.189.931-83	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL
130	HOMERO ESTELINO TAVARES DE MOURA	2842727-0	SSP/MT	071.114.071-56	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL
519	ODAIR JOSE GARCIAS CRUZ	17581770-0	MT/MT	013.968.001-23	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL

COMUNIDADE MILAGROSA

APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - VIGIA - DEFERIDAS

Nº DA INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	NÚMERO DO RG	ORGÃO EXPEDIDOR	CPF
203	JOÃO VICTOR DOS SANTOS CORDEIRO	31084508	SESP/MT	082.555.821-26
432	MARLUCIA ROBERTO DA SILVA	834260	SRO/RO	797.687.922-72
595	WELLINTON OLIVEIRA BORGES	527031732	SSP/SP	407.103.938-81

COMUNIDADE MILAGROSA

APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - VIGIA - INDEFERIDAS

Nº DA INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	NÚMERO DO RG	ORGÃO EXPEDIDOR	CPF	OBSERVAÇÃO
625	EDUARDO CHAVES MONTEIRO	23638354	MT/MT	052.129.991-89	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL

CIDADE MORENA

APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - VIGIA - NÃO HOUVE INSCRIÇÕES DEFERIDAS

CIDADE MORENA

APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - VIGIA - INDEFERIDAS

Nº DA INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	NÚMERO DO RG	ORGÃO EXPEDIDOR	CPF	OBSERVAÇÃO
299	REGIANE DOS SANTOS SILVA	18476333	MT/MT	851.695.522-20	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL
313	REGIANE DOS SANTOS SILVA	18476333	SSP/MT	851.695.522-20	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL
642	REGIANE DOS SANTOS SILVA	18476333	SSP/MT	851.695.522-20	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL

PROJETO LONTRA

APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - VIGIA - DEFERIDAS

Nº DA INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	NÚMERO DO RG	ORGÃO EXPEDIDOR	CPF
240	FRANCISCA DO NASCIMENTO LIMA	11135808	SEJSP/AC	634.040.522-34
470	ERASMO JUNIOR ACUNÃ	22998047	SSP/MT	037.535.381-08
605	LUCAS RODRIGUES PEREIRA	27798755	SESP/MT	061.984.201-67

PROJETO LONTRA

APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - VIGIA - INDEFERIDAS

Nº DA INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	NÚMERO DO RG	ORGÃO EXPEDIDOR	CPF	OBSERVAÇÃO
698	ASSIS ANTONIO BRAU	29290970	SSP/MT	706.721.891-86	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL

699	ASSIS ANTONIO BRAU	29290970	SSP/MT	706.721.891-86	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL
700	ASSIS ANTONIO BRAU	29290970	SSP/MT	706.721.891-86	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL

COMUNIDADE SÃO LOURENÇO

APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - VIGIA - DEFERIDAS

Nº DA INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	NÚMERO DO RG	ORGÃO EXPEDIDOR	CPF
109	ANDERSON ALVES DOS SANTOS	2835611-0	SSP/MT	066.069.721-16

COMUNIDADE SÃO LOURENÇO

APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - VIGIA - INDEFERIDAS

Nº DA INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	NÚMERO DO RG	ORGÃO EXPEDIDOR	CPF	OBSERVAÇÃO
706	LAERCIO ALVES DOS SANTOS	2705100-5	SSP/MT	059.750.331-10	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL

SEDE DO MUNICÍPIO

APOIO ADMINISTRATIVO OPERACIONAL - MOTORISTA - DEFERIDAS

Nº DA INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	NÚMERO DO RG	ORGÃO EXPEDIDOR	CPF
166	SERGIO LIMA DOS SANTOS	1595495-1	SSP/MT	008.207.061-08
172	LUCAS NUNES ALVES	2518950-0	SSP/MT	051.663.391-00
204	GILSON ALVES DE MORAIS	21933260	SSP/MT	045.876.681-09
219	ADENIZIO AFONSO DA SILVA	16367146	SSP/MT	008.982.701-54
230	DEMICIANO DE MATOS	38669450	SSP/SP/SP	356.160.278-98
373	GIOVANE CESARIO SABINO	774268	RO/RO	743.537.722-87
375	RENATO CARDOSO DO PRADO	15092828	SSP/MT	829.862.232-49
425	CILSO APARECIDO PEREIRA	543837	SSP/PR	468.818.912-53
455	OSNI FERREIRA DE ANDRADE	264319	SSP/MT	299.712.681-91
521	CLODOALDO LEMES DOS SANTOS	73304814	SSP/PR	024.255.659-06
538	VILSON FERREIRA SANTANA	518023	SSP/RO	576.305.502-00
572	LAZARO ANTERIO DE SOUZA	16626567	SSP/MT/MT	976.977.101-53
606	SAMUEL DE FREITAS	21484937	SSP/MT	027.644.291-18
661	VANDERLEI LADISLAU MACIEL	15213919	CACUAL RONDÔNIA /MATO GROSSO	015.740.761-67
672	GEFERSON DE VARGAS VITCEL	16979877	SSP/MT	004.802.631-08
688	JURANDI DA CUNHA	0838487-8	SSP/MT	631.358.761-87
691	EDUARDO CHAVES MONTEIRO	23638354	MT/MT	052.129.991-89

SEDE DO MUNICÍPIO

APOIO ADMINISTRATIVO OPERACIONAL - MOTORISTA - INDEFERIDAS

Nº DA INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	NÚMERO DO RG	ORGÃO EXPEDIDOR	CPF	OBSERVAÇÃO
4	FLÁVIO SOUZA PAIVA	16825241	MT/MT	001.741.361-37	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL
44	FEENANDO BEZERRA MACHADO	2116811-3	SSP/MT	038.020.151-85	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL
47	OZIAS BEHGALLI PASSOS	13675575	MT/MT	932.086.001-78	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL
73	ROGELINA FERNANDES	1148288-5	MT/MT	974.834.861-04	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL
218	ADENIZIO AFONSO DA SILVA	16367146	SSP/MT	008.982.701-54	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL
256	DAVID GOMES	21714347	SSP/MT	041.024.721-93	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL
261	FERNANDO BEZERRA MACHADO	2116811-3	SSP/MT	038.020.151-85	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL
326	ROSIETE PEREIRA MENEZES	15092828	SSP/MT	829.862.232-49	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL
372	GIOVANE CESARIO SABINO	774268	RO/RO	743.537.722-87	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL
398	VILSON FERREIRA SANTANA	518023	SSP/RO	576.305.502-00	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL
402	JEFERSON FERNANDO BARROS KLAT	23430621	SSP/MT	033.086.461-02	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL
450	GECIVAN FRANCISCO DA CRUZ	28171136	SESP/MT	065.091.311-61	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL
467	LUIZ IVAN MEDEIROS DE ARAUJO SILVA	2154998	SSP /PB	007.519.384-16	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL
480	VALMIR GOMES DE OLIVEIRA	749755	SSP/MT	482.070.471-00	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL
524	GEOVANE CESÁRIO SABINO	774268	SESP/RO	743.537.722-87	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL
531	VILSON FERREIRA SANTANA	518023	SSP/RO	576.305.502-00	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL
537	VILSON FERREIRA SANTANA	518023	SSP/RO	576.305.502-00	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL

652	**RAFAEL DA SILVA OLIVEIRA**	**21243883**	**SSP/MT**	**033.326.521-17**	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL
660	**VANDERLEI LADISLAU MACIEL**	**15212919**	**CACUAL RONDÔNIA /MATO GROSSO**	**015.740.761-67**	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL
662	**GILMAR MARIANO DOS SANTOS**	**20394381**	**SSP/MT**	**031.921.291-23**	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL
669	**RAFAEL DA SILVA OLIVEIRA**	**21243883**	**SSP/MT**	**033.326.521-17**	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL
670	**GEFERSON DE VARGAS VITCEL**	**16979877**	**SSP/MT**	**004.802.631-08**	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL
671	**GEFERSON DE VARGAS VITCEL**	**16979877**	**SSP/MT**	**004.802.631-08**	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL
718	**RENATO FOVIZ DA ROCHA**	**23006587**	**SSP/MT**	**855.793.002-04**	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.5 DO EDITAL

FAPEMA-FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE ARIPUANÃ/MT

ATESTADO DE CREDENCIAMENTO 001/2018			
Ente Federativo	Prefeitura Municipal de Aripuanã	**CNPJ**	03.507.498/0001-71
Unidade Gestora do RPPS	Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Aripuanã-FAPEMA	**CNPJ**	20.136.064/0001-21
Instituição Administradora			
Razão Social	BANCO COOPERATIVO SICREDI S/A	**CNPJ**	01.181.521/0001-55
Número do Termo de Análise de Credenciamento		Nº 001/2018	
Data do Termo de Análise de Credenciamento		10/12/2018	
Instituição Gestora			
Razão Social	CONFEDERAÇÃO SICREDI	**CNPJ**	03.795.072/0001-60
Número do Termo de Análise de Credenciamento		Nº 001/2018	
Data do Termo de Análise de Credenciamento		10/12/2018	
Outros			
Razão Social		**CNPJ**	
Número do Termo de Análise de Credenciamento			
Data do Termo de Análise de Credenciamento			
Parecer final quanto ao credenciamento da(s) Instituições(s):	Atesto, que o BANCO COOPERATIVO SICREDI S/A Entregou no prazo determinado toda documentação exigida, em conformidade com a Nota Técnica (Nº 17/2017/CGACI/DRPSP/SPPS/MF) emitida pela Secretaria de Previdência, o Questionário Padrão *Due Diligence* para as instituições e fundos devidamente assinados e autenticados.		
Classe(s) de Fundo(s) de Investimento que as Instituições foram credenciadas para administração ou gestão de recursos alocados pelo RPPS (Resolução CMN nº 3.922/2010):			

Fundo(s) de Investimento Analisado(s)	**CNPJ**	**Data da Análise**
Sicredi Fc FI RF Performance LP	07.277.931/0001-80	10/12/2018
Sicredi Fc Cred Privado Executive LP	21.170.347/0001-52	10/12/2018
Sicredi Fc FI Institucional RF Ima B LP	11.087.118/0001-15	10/12/2018
Sicredi FI Institucional RF IRF M LP	13.081.159/0001-20	10/12/2018
Sicredi FI Institucional RF IRF M 1 LP	19.196.599/0001-09	10/12/2018
Sicredi FIC Ações Ibovespa	06.051.151/0001-55	10/12/2018

Data		**10/12/2018**	
Responsáveis pelo Credenciamento:	**Cargo**	**CPF**	**Assinatura**
Andreia Cristina Medeiros	Secretária de Administração e Gestora do FAPEMA	616.510.101-10	
Suzana de Moraes	Presidente do Comitê de Investimentos	006.318.531-89	
Lilian Jaqueline Bilieri Giacobbo	Membro do Comitê de Investimentos	031.965.089-86	
Geslane Silva dos Anjos	Membro do Comitê de Investimentos	036.700.101-22	

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL COMPLEMENTAR 005/2018

EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

A Prefeitura do Município de Aripuanã, por determinação do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de acordo com o Edital Nº 001/2018 Processo Seletivo Simplificado nº. 005/2018 para atender situação excepcional de interesse público para suprir a demanda, a fim de se proceder a Contratação Temporária da Educação Básica, **COMUNICA** aos candidatos abaixo relacionados à **HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇOES**, para o processo seletivo simplificado para admissão de pessoal em caráter temporário e excepcional interesse público.

Aripuanã, 07 de dezembro de 2018.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA CADASTRO DE RESERVA Nº 005/2018

SEDE DO MUNICÍPIO

PROFESSOR PEDAGOGIA - LICENCIATURA EM PEDAGOGIA / NORMAL SUPERIOR - DEFERIDAS

Nº DA INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	RG	ÓRGÃO EXPEDIDOR	CPF
4	LUZINETE CARVALHO DOS SANTOS	26294770	SSP/MT	054.203.751-33
5	VILMA FERREIRA SANTANA	653448	SSP/MT	639.067.592-53
11	CLEYTIANA CATTANI PEREIRA	21135118	SSP/MT/MT	022.250.231-23
15	ALESSANDRA ANDRADA DA SILVA	1563794-8	SSP/AM	514.283.852-15
17	LUZIA VIAL DA SILVA	523562	SSP/RO	575.036.992-72
19	MEIRELENE LUIZ LOPES AGUILAR	719284	SSP/RO	691.081.452-53
21	TIANE DA CONCEIÇÃO SILVA	21141223	SSP/MT	034.737.141-86
28	JOCÉLIA DE SOUSA SILVA	107011598-0	SSP/MA	961.581.073-87
29	MARCIA TATIANE FISCHER	18386245	SSP/MT	022.972.111-71
31	ANDREIA MIRIAN DELLA ROSA	1136334-7	SSP/MT	815.103.141-72
38	JACY DE CARVALHO XAVIER	1760840-6	SSP/MT	013.462.551-05
42	GENIVANIA DOS SANTO ARAUJO TIBURTINO	28205234	SSP/MT	518.028.052-49
43	ALINE ALVES DIAS	1990139-9	SSP/MT	040.741.071-63
46	ANGELA LUCI DE OLIVEIRA	1718502-5	SSP/MT	582.635.862-91
47	MARLENE ALVES DE CARVALHO SANTOS	265337	RO/MT	248.798.002-87
52	SANDRA FERREIRA CANDIOTTO	11529369	SSP/MT	654.497.702-00
55	LUCIMARA LONDERO	1560620	SSP/MT/MT	003.469.441-20
63	GLAUCIENE ASSUNÇÃO	15988074	SSP/MT	843.780.182-68
65	MIRIAN CRISTINA MANZANO	18925286	SSP/MT	021.646.791-80
74	NOELI DA SILVA BRETA	707589	SSP/RO/RO	680.794.002-53
75	ROSIMEIRE ANDRADE DE JESUS	16175131	SSP/MT	733.182.641-72
88	MARY LUCIA DE OLIVEIRA	966370	SSP/MT	786.070.941-49
89	JURACI DE NAZARE	23168722	SSP/MT	038.353.489-57
90	CRISTINA DE CARVALHO	748538	SSP/RO	704.346.112-04
91	ANA PAULA CELESTINO AZEVEDO ZAMBIASI	2148503-8	SSP/MT	038.758.401-35
93	REGIANE STRELOW ROYER	2823855-9	SESP/MT	797.287.742-49
94	ALEXANDRA DE SOUZA OLIVEIRA	1394815	SSP/MS	001.588.881-97
95	MARIA APARECIDA DE MORAES	1430516-0	MT/29111999	943.184.331-53
96	JULIANA MEIRE DE AVILA	22042555	SSP/MT	038.446.021-60
98	ELIANA RODRIGUES CARNEIRO	141335051	GO/MT	938.796.281-49
99	LUCIA SOUZA LIMA SCHULZ	423590	SSP/RO	828.336.481-20
107	ELAINE MARCELINO DA SILVEIRA	12139246	SJ/MT	947.323.451-15
110	MAURICIO INACIO NUNES	92087310	SSP/PR	019.470.131-06
112	ELIZA ESSER COELHO	12053546	SSP/MT	004.557.481-28
116	EDILAINE PIERRI NEVES	42.157.882-8	SP/SP	061.803.736-55
117	LILIAN NUNES JUNKES DE SOUZA	27574493-0	SP/SP	260.986.928-23
119	BRUNA CRISTINA ALVES PEREIRA	23162721	SSP/MT	049.893.931-63
121	MEIRIANI APARECIDA CERCHI	23863161	SSP/MT	059.058.031-02
125	KARINA VERÔNICA DURIGAN	14826097	SESP/MT	006.778.971-46
127	LUCIENE MARTA DE SOUZA	2159756-1	MT/MT	034.510.811-64
130	CLAUDILENE CABRAL CUNHA	1086301	SSP/RO	006.398.312-57
131	MARTA APARECIDA LOPES DA SILVA	32194790	SSP/MT	419.423.102-34
133	CARMEM TERESINHA CEOLIN	596782	SSP/RO	498.989.652-15
135	MARLEIDE COTRIN DE OLIVEIRA	2477639-4	SEJ/SP/MT	049.548.731-77
136	MARIZA DONATO	34.313.901-7	SSP/SP	962.412.841-34
137	ANDREIA COSTA SILVA	2318792_1	SSP/MT	025.223.251-83
139	ROSELI OLIVEIRA DE MATTOS	21400482	SSPMT/MT	993.825.631-72
140	CLOTILDE LEAL DA SILVA MARTINS	11055510-1	SJ/MT	634.045.089-04
143	MARCIA OLIVERA NOGUEIRA	3950276	SSP/MT	033.385.389-01
155	CLAUDINEIA DOS SANTOS	1253012-3	SSP/MT	945.562.451-68
158	VERONICA FERREIRA DA SILVA	16868684	SJSP/MT	031.722.891-92
159	REGIANE DE SOUZA	771787	SSP/RO	830.191.892-68
161	ELISÂNGELA DE OLIVEIRA SANTANA	1443353-2	SSP/MT/MT	737.261.411-20
162	SOLANGE FRANCISCA DOS SANTOS	3105398-0	SSP/MT	968.478.912-20
169	ELIZETE CRISPIM CANGUÇÚ	2355782-6	SSP/MT	046.938.711-41
170	ELISANGELA OLIVEIRA DE LANA MONTEIRO	32692307	SSP/MT	003.969.892-09
174	GILVANE GNOATTO	17046599	SSP/MT	015.956.391-79
175	SANDRA DOS REIS MANDINGA	14815737	SSP/MT	003.693.481-09
176	ANA DO CARMOS ALVES	20502559	SSP/MT	326.785.842-91
178	FABIANA BATISTA DE MENEZES	1140471	SEDESC/RO	010.506.782-22
179	GRACIELI MARIA PAULUK	15764206	SSP/MT	006.367.021-62
181	OURANY NOGUEIRA GUTKOSKI	16995457	SSP/MT	014.383.401-09
183	ELIANE BEZERRA DOS SANTOS	18896944	SSP/MT	024.312.431-76
187	RENATA PEREIRA CARVALHO	15070999	SSP/MT	009.345.441-40
190	ADILA SOMBRA PERRUT	17800374	SSP/MT	017.275.031-80

193	SUZETE DE FATIMA RECK	14134969	SSP/MT	937.721.901-97
194	SÔNIA MARIA FERREIRA DE SOUZA	5315421	POLÍCIA CIVIL /PA	893.604.002-20
195	FABRICIA NAIARA SOUZA DA SILVA	21135193	SSP/MT	030.752.681-00
202	CRISTINA CAVALCANTE DE LIMA	1551550-8	SSP/MT	003.634.601-28
209	ELIZABETE CAVALCANTE PEREIRA	863576	SEJSP/MT	838.666.551-34
210	ANA PAULA SOUZA GOMES	1359133	SSDC/RO	016.607.551-58
211	CLAUDEMARA ESTEFANI PAZ TESTE	25248987	SSP/MT	065.001.041-88
213	GEZIANI DA SILVA GOMES	828858	SSP/RO	789.986.202-78

SEDE DO MUNICÍPIO

PROFESSOR PEDAGOGIA - LICENCIATURA EM PEDAGOGIA / NORMAL SUPERIOR - INDEFERIDAS

Nº DA INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	RG	ÓRGÃO EXPEDIDOR	CPF	OBSERVAÇÃO	Cargo
1	GENIVANIA DOSS SANTOS ARAUJO TIBURTINO	28405234	SSP/MT	518.028.052-49	EM DESCUMPRIMENTO AO ITEM 5.5 DO EDITAL	SEDE - Professor Pedagogia/ Normal Superior
2	JUSSIMARA SOUSA PAES	2183655-8	SECRETARIA DE SEGURA/MT	035.832.081-02	EM DESCUMPRIMENTO AO ITEM 5.5 DO EDITAL	SEDE - Professor Pedagogia/ Normal Superior
7	ANA PAULA SOUZA GOMES	1359133	SSDC/RO	016.607.551-58	EM DESCUMPRIMENTO AO ITEM 5.5 DO EDITAL	SEDE - Professor Pedagogia/ Normal Superior
10	MARIA LUCIA GALVÃO	287.053	RO/RO	286.268.002-82	EM DESCUMPRIMENTO AO ITEM 5.5 DO EDITAL	SEDE - Professor Pedagogia/ Normal Superior
13	MIRIAN CRISTINA MANZANO	18925286	SSP/MT	021.646.791-80	EM DESCUMPRIMENTO AO ITEM 5.5 DO EDITAL	SEDE - Professor Pedagogia/ Normal Superior
23	RONILDA WESTPHAL	828445-8	SSP/MT	840.396.981-34	EM DESCUMPRIMENTO AO ITEM 5.5 DO EDITAL	SEDE - Professor Pedagogia/ Normal Superior
25	MAURICIO INACIO NUNES	92087310	SSP/PR	019.470.131-06	EM DESCUMPRIMENTO AO ITEM 5.5 DO EDITAL	SEDE - Professor Pedagogia/ Normal Superior
26	ROSIANE CARVALHO DIAS	22935177	ARIPUANÃ /MATO GROSSO	045.390.641-93	EM DESCUMPRIMENTO AO ITEM 5.5 DO EDITAL	SEDE - Professor Pedagogia/ Normal Superior
32	FABIULA LEITE DOS SANTOS	19250762	SSPMT/MT	021.186.721-79	EM DESCUMPRIMENTO AO ITEM 5.5 DO EDITAL	SEDE - Professor Pedagogia/ Normal Superior
33	FABIULA LEITE DOS SANTOS	19250762	SSPMT/MT	021.186.721-79	EM DESCUMPRIMENTO AO ITEM 5.5 DO EDITAL	SEDE - Professor Pedagogia/ Normal Superior
34	FABIULA LEITE DOS SANTOS	19250762	SSPMT/MT	021.186.721-79	EM DESCUMPRIMENTO AO ITEM 5.5 DO EDITAL	SEDE - Professor Pedagogia/ Normal Superior
36	ANA PAULA CELESTINO AZEVEDO ZAMBIASI	2148503-8	SSP/MT	038.758.401-35	EM DESCUMPRIMENTO AO ITEM 5.5 DO EDITAL	SEDE - Professor Pedagogia/ Normal Superior
37	ANA PAULA CELESTINO AZEVEDO ZAMBIASI	2148503-8	SSP/MT	038.758.401-35	EM DESCUMPRIMENTO AO ITEM 5.5 DO EDITAL	SEDE - Professor Pedagogia/ Normal Superior
41	GLAUCIENE ASSUNÇÃO	159880	SSP/MT	843.780.182-68	EM DESCUMPRIMENTO AO ITEM 5.5 DO EDITAL	SEDE - Professor Pedagogia/ Normal Superior
44	MARIA VANESSA RODRIGUES DE SOUZA	40446470	SECRETARIA DA RECEIT/MS	029.871.481-78	EM DESCUMPRIMENTO AO ITEM 5.5 DO EDITAL	SEDE - Professor Pedagogia/ Normal Superior
48	VANDERLEI PEREIRA DE SOUZA	2988761-5	SECRETARIA FA RECEIT/MS	062.632.371-12	EM DESCUMPRIMENTO AO ITEM 5.5 DO EDITAL	SEDE - Professor Pedagogia/ Normal Superior
49	VANDERLEI PEREIRA DE SOUZA	2988761-5	SECRETARIA FA RECEIT/MS	062.632.371-12	EM DESCUMPRIMENTO AO ITEM 5.5 DO EDITAL	SEDE - Professor Pedagogia/ Normal Superior
50	VANDERLEI PEREIRA DE SOUZA	2988761-5	SECRETARIA FA RECEIT/MS	062.632.371-12	EM DESCUMPRIMENTO AO ITEM 5.5 DO EDITAL	SEDE - Professor Pedagogia/ Normal Superior
51	GESSICA BRITES SIMÕES	538654442	SSP/SP	426.820.948-48	EM DESCUMPRIMENTO AO ITEM 5.5 DO EDITAL	SEDE - Professor Pedagogia/ Normal Superior
56	SILVANA BARBOSA	32429720	SSP/MT	007.667.782-66	EM DESCUMPRIMENTO AO ITEM 5.5 DO EDITAL	SEDE - Professor Pedagogia/ Normal Superior
57	ELIANA RODRIGUES CARNEIRO	14135051	PORANGATU/GO/MATO GROSSO	938.796.281-49	EM DESCUMPRIMENTO AO ITEM 5.5 DO EDITAL	SEDE - Professor Pedagogia/ Normal Superior
58	ELIANA RODRIGUES CARNEIRO	14135051	PORANGATU/GO/MATO GROSSO	938.796.281-49	EM DESCUMPRIMENTO AO ITEM 5.5 DO EDITAL	SEDE - Professor Pedagogia/ Normal Superior
60	GLAUCIENE ASSUNÇÃO	15988074	SSP/MT	843.780.182-68	EM DESCUMPRIMENTO AO ITEM 5.5 DO EDITAL	SEDE - Professor Pedagogia/ Normal Superior
68	DILMA DOS SANTOS CALEGARINE	59764667	SESP/PR	499.290.462-91	EM DESCUMPRIMENTO AO ITEM 5.5 DO EDITAL	SEDE - Professor Pedagogia/ Normal Superior
69	DILMA DOS SANTOS CALEGARINE	59764667	SESP/PR	499.290.462-91	EM DESCUMPRIMENTO AO ITEM 5.5 DO EDITAL	SEDE - Professor Pedagogia/ Normal Superior
82	BRUNA CRISTINA ALVES PEREIRA	2376272	SSP/MT	049.893.931-63	EM DESCUMPRIMENTO AO ITEM 5.5 DO EDITAL	SEDE - Professor Pedagogia/ Normal Superior
83	BRUNA CRISTINA ALVES PEREIRA	2376272	SSP/MT	049.893.931-63	EM DESCUMPRIMENTO AO ITEM 5.5 DO EDITAL	SEDE - Professor Pedagogia/ Normal Superior
84	LORRAINE DE OLIVEIRA ARAUJO	30010969	SSPMT/MT	070.721.101-86	EM DESCUMPRIMENTO AO ITEM 5.5 DO EDITAL	SEDE - Professor Pedagogia/ Normal Superior
85	MARIA APARECIDA TIMM BRAVIN	947966	000/RO	905.945.502-97	EM DESCUMPRIMENTO AO ITEM 5.5 DO EDITAL	SEDE - Professor Pedagogia/ Normal Superior
87	JURACI DE NAZARÉ	2316872-2	SSP/MT	038.353.489-57	EM DESCUMPRIMENTO AO ITEM 5.5 DO EDITAL	SEDE - Professor Pedagogia/ Normal Superior
92	ROSIANE CARVALHO DIAS	22935177	ARIPUANÃ /MATO GROSSO	045.390.641-93	EM DESCUMPRIMENTO AO ITEM 5.5 DO EDITAL	SEDE - Professor Pedagogia/ Normal Superior
97	FRACIELLY JARUCHEWSKY SANATA	1149755	SSP/RO	007.867.112-48	EM DESCUMPRIMENTO AO ITEM 5.5 DO EDITAL	SEDE - Professor Pedagogia/ Normal Superior
103	DAIANE AIURI CENTURIÃO DE OLIVEIRA	23044195	SSP/MT	043.075.151-61	EM DESCUMPRIMENTO AO ITEM 5.5 DO EDITAL	SEDE - Professor Pedagogia/ Normal Superior
109	MAURICIO INACIO NUNES	92087310	SSP/PR	019.470.131-06	EM DESCUMPRIMENTO AO ITEM 5.5 DO EDITAL	SEDE - Professor Pedagogia/ Normal Superior

111	MARLEIDE COTRIN DE OLIVEIRA	24776394	SSP/MT	049.548.731-77	EM DESCUMPRIMENTO AO ITEM 5.5 DO EDITAL	SEDE - Professor Pedagogia/ Normal Superior
113	MARILZA GONÇALVES DA SILVA	604821	SSP/MT	501.250.791-68	EM DESCUMPRIMENTO AO ITEM 5.5 DO EDITAL	SEDE - Professor Pedagogia/ Normal Superior
118	BRUNA CRISTINA ALVES PEREIRA	23762721	SSP/MT	049.893.931-63	EM DESCUMPRIMENTO AO ITEM 5.5 DO EDITAL	SEDE - Professor Pedagogia/ Normal Superior
124	KARINA VERÔNICA DURIGAN	14826097	SESP/MT	006.778.971-46	EM DESCUMPRIMENTO AO ITEM 5.5 DO EDITAL	SEDE - Professor Pedagogia/ Normal Superior
134	VANESA DIAS AMARAL	16965019	SSP/MT	011.329.821-89	EM DESCUMPRIMENTO AO ITEM 5.5 DO EDITAL	SEDE - Professor Pedagogia/ Normal Superior
141	DULCINÉIA CORRÊA MENEZES	532.500	SSP/RO	573.431.952-04	EM DESCUMPRIMENTO AO ITEM 5.5 DO EDITAL	SEDE - Professor Pedagogia/ Normal Superior
152	DULCINEIA CORREA MENEZES	532500	SSP/RO	573.431.952-04	EM DESCUMPRIMENTO AO ITEM 5.5 DO EDITAL	SEDE - Professor Pedagogia/ Normal Superior
157	REGIANE DE SOUZA	771787	SSP/RO	830.191.892-68	EM DESCUMPRIMENTO AO ITEM 5.5 DO EDITAL	SEDE - Professor Pedagogia/ Normal Superior
189	FRANCIELI COSTA MELLO	21670946	SSP/MT/MT	037.642.871-60	EM DESCUMPRIMENTO AO ITEM 5.5 DO EDITAL	SEDE - Professor Pedagogia/ Normal Superior
191	ERICA CAROLAINE DA CRUZ RAMALHO	26294931	SSP/MT	056.287.891-27	EM DESCUMPRIMENTO AO ITEM 5.5 DO EDITAL	SEDE - Professor Pedagogia/ Normal Superior
192	YASMIN GAYESKI TEIXEIRA	26111969	SSP/MT	059.972.391-28	EM DESCUMPRIMENTO AO ITEM 5.5 DO EDITAL	SEDE - Professor Pedagogia/ Normal Superior
197	MICHELINE KÊNIA GONÇALVES DA SILVA	63304789	SSP-PE/PE	010.250.494-62	EM DESCUMPRIMENTO AO ITEM 5.5 DO EDITAL	SEDE - Professor Pedagogia/ Normal Superior
201	ELIANA REIS DA SILVA OLIVEIRA	865008	SESDC/RO	680.574.402-44	EM DESCUMPRIMENTO AO ITEM 5.5 DO EDITAL	SEDE - Professor Pedagogia/ Normal Superior
203	ELIANA REIS DA SILVA OLIVEIRA	865008	SESDC/RO	680.574.402-44	EM DESCUMPRIMENTO AO ITEM 5.5 DO EDITAL	SEDE - Professor Pedagogia/ Normal Superior
212	MARIA VANESSA RODRIGUES DE SOUZA	20446470	MS/UNIVERSIDADE FEDERAL	029.871.481-78	EM DESCUMPRIMENTO AO ITEM 5.5 DO EDITAL	SEDE - Professor Pedagogia/ Normal Superior
214	MARIA VANESSA RODRIGUES DE SOUZA	2044647-0	SSP-MT/MT	029.871.481-78	EM DESCUMPRIMENTO AO ITEM 5.5 DO EDITAL	SEDE - Professor Pedagogia/ Normal Superior
218	ELIANE PEREIRA DE MELO	848544	SSP/RO	766.801.002-59	EM DESCUMPRIMENTO AO ITEM 5.5 DO EDITAL	SEDE - Professor Pedagogia/ Normal Superior
219	SIRLEI FUNAIAMA VIEIRA	1129971-1	SJ/MT	776.866.401-91	EM DESCUMPRIMENTO AO ITEM 5.5 DO EDITAL	SEDE - Professor Pedagogia/ Normal Superior

SEDE DO MUNICÍPIO

PROFESSOR LÍNGUA PORTUGUESA - LICENCIATURA EM LÍNGUA PORTUGUESA - DEFERIDAS

Nº DA INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	RG	ÓRGÃO EXPEDIDOR	CPF
3	NEIVA MARIA ALVES DE ABREU	20641214	SSP/MT	036.301.861-14
9	SIRLEI VICENTE DE JESUS	1405904	SSP/MT	935.653.641-49
24	ELIZABETH GOMES DOS SANTOS	829417	SSP/MT	536.466.571-20
81	IZAIAS DA COSTA SANTANA	762457	SSP/MT	529.810.452-53
100	FÁBIO BATISTA GARCIA	1698203-7	SSP/MT	864.523.981-72
105	CREUSA OFMANN FORTUNATO	18991203	SSP/MT	019.173.981-23
106	RAQUEL SOARES FREITAS	2001010086101	SSP/CE	531.983.011-49
128	KARINA SIGNOR SCHMITZ	24491179	SSP/MT	757.892.481-87
129	RAFAELLE CASTRO COSTA	330080120070	SSP/MA	046.302.533-43
132	NAIR SILVA TEIXEIRA	1242917-1	SSP/MT	857.207.801-06
142	JUCILEI CHAVES DOS SANTOS	18105807	SSP/MT	020.898.841-69
150	VAGNER ANTÔNIO NICLOTTI	1906638-4	SSP/MT	022.073.101-24
182	ESTELA NASCIMENTO DUARTE LOPES	410261075	SSP/SP	362.837.798-67

SEDE DO MUNICÍPIO

PROFESSOR LÍNGUA PORTUGUESA - LICENCIATURA EM LÍNGUA PORTUGUESA - INDEFERIDAS

Nº DA INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	RG	ÓRGÃO EXPEDIDOR	CPF	OBSERVAÇÃO
12	CREUSA OFMANN FORTUNATO	1899120-3	SSP/MT	019.173.981-23	EM DESCUMPRIMENTO AO ITEM 5.5 DO EDITAL
66	SARAH DE SOUZA FORTUNATO	7519680	SS/MT/MT	786.322.851-49	EM DESCUMPRIMENTO AO ITEM 5.5 DO EDITAL
67	SARAH DE SOUZA FORTUNATO	7519680	SS/MT/MT	786.322.851-49	EM DESCUMPRIMENTO AO ITEM 5.5 DO EDITAL
77	IZAIAS DA COSTA SANTANA	762457	SSP/MT	529.810.452-53	EM DESCUMPRIMENTO AO ITEM 5.5 DO EDITAL
78	IZAIAS DA COSTA SANTANA	762457	SSP/MT	529.810.452-53	EM DESCUMPRIMENTO AO ITEM 5.5 DO EDITAL
79	IZAIAS DA COSTA SANTANA	762457	SSP/MT	529.810.452-53	EM DESCUMPRIMENTO AO ITEM 5.5 DO EDITAL
80	IZAIAS DA COSTA SANTANA	762457	SSP/MT	529.810.452-53	EM DESCUMPRIMENTO AO ITEM 5.5 DO EDITAL
108	TANIA ANDREIA NEVES	231816376	SSP/SP	169.825.548-99	EM DESCUMPRIMENTO AO ITEM 5.5 DO EDITAL
151	SANDRA DOS REIS MANDINGA	14815737	SSP/MT	003.693.481-09	EM DESCUMPRIMENTO AO ITEM 5.5 DO EDITAL
160	NEUDILÉIA BENTES FERREIRA	19248580	SSPMT/MT	740.257.082-72	EM DESCUMPRIMENTO AO ITEM 5.5 DO EDITAL
215	ALINE CORRÊA LIMA	20290357	SSP/MT	028.019.631-86	EM DESCUMPRIMENTO AO ITEM 5.5 DO EDITAL

SEDE DO MUNICÍPIO

PROFESSOR CIÊNCIAS NATURAIS - LICENCIATURA EM CIÊNCIAS NATURAIS - DEFERIDAS

Nº DA INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	RG	ÓRGÃO EXPEDIDOR	CPF
40	PATRÍCIA KOVALSKI DA SILVA	23584220	SSP/MT	048.881.291-77
149	PATRICIA TAVARES RODRIGUES	17037760	SEJUSP/MT	011.648.141-25

SEDE DO MUNICÍPIO

PROFESSOR CIÊNCIAS NATURAIS - LICENCIATURA EM CIÊNCIAS NATURAIS - INDEFERIDAS

Nº DA INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	RG	ÓRGÃO EXPEDIDOR	CPF	OBSERVAÇÃO
177	ANTONIO ROBERTO DE MAGALHAES	788020	SSP/RO	615.285.362-15	EM DESCUMPRIMENTO AO ITEM 5.5 DO EDITAL

SEDE DO MUNICÍPIO

PROFESSOR MATEMÁTICA - LICENCIATURA EM MATEMÁTICA - DEFERIDAS

Nº DA INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	RG	ÓRGÃO EXPEDIDOR	CPF
54	LIDIANI GOMES DE OLIVEIRA DAMACENA	2885785-2	SSP/MT	059.801.031-98
61	SUZANA ZMUDA	19906498	SEJSP/MT	008.479.571-95
62	ANDRE GUSTAVO DA FONSECA	93343166	SSP/PR	044.533.199-24
123	JONATAS DA CRUZ SANTOS	25368508	SJSP/MT	051.545.801-50
188	WEBSTER SOARES DE SOUZA	24472387	SSP/MT	050.051.481-08

SEDE DO MUNICÍPIO

PROFESSOR MATEMÁTICA - LICENCIATURA EM MATEMÁTICA - INDEFERIDAS

Nº DA INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	RG	ÓRGÃO EXPEDIDOR	CPF	OBSERVAÇÃO
27	ADABE DA CRUZ SANTOS	29356768	SSP/MT	063.467.561-33	EM DESCUMPRIMENTO AO ITEM 5.5 DO EDITAL
122	JONATAS DA CRUZ SANTOS	25368508	SJSP/MT	051.545.801-50	EM DESCUMPRIMENTO AO ITEM 5.5 DO EDITAL
196	MARILETE MARTA SILVA CRUZ	16929292	SSP/MT	015.229.991-24	EM DESCUMPRIMENTO AO ITEM 5.5 DO EDITAL

SEDE DO MUNICÍPIO

PROFESSOR EDUCAÇÃO FÍSICA - LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA E REGISTRO NO CREF - DEFERIDAS

Nº DA INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	RG	ÓRGÃO EXPEDIDOR	CPF
16	GREICE KELLEN DE SOUZA FORTUNATO DE OLIVEIRA	16981030	SSP/MT	020.123.891-80
22	MARIA SOCORRO DOS SANTOS	652501	SSP/RO	634.976.892-20
144	MARY GLAYCIÂNE GULARTE DOS SANTOS	1025091	SEDESC/RO	014.174.782-09

SEDE DO MUNICÍPIO

PROFESSOR EDUCAÇÃO FÍSICA - LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA E REGISTRO NO CREF - INDEFERIDAS

Nº DA INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	RG	ÓRGÃO EXPEDIDOR	CPF	OBSERVAÇÃO
86	ANDRE AUGUSTO CAMPOS OLIOZI	23591374	SSP/MT	059.700.651-29	EM DESCUMPRIMENTO AO ITEM 5.5 DO EDITAL
216	ANDRE AUGUSTO CAMPOS OLIOZI	23591374	SSP/MT	059.700.651-29	EM DESCUMPRIMENTO AO ITEM 5.5 DO EDITAL

SEDE DO MUNÍCIPIO

PROFESSOR DE HISTÓRIA - LICENCIATURA EM HISTÓRIA - DEFERIDAS

Nº DA INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	RG	ÓRGÃO EXPEDIDOR	CPF
45	KEYLA CRISTINA FERREIRA JARDIM FERNANDES	13169947	SSP/MT	709.020.971-72
53	ROSIMAR LINHAUS DA CONCEIÇÃO	1166656	SSP/RO	015.307.182-60
208	ADILSON DE SOUZA PEREIRA	571546	SSP/RO	867.378.991-53

SEDE DO MUNÍCIPIO

PROFESSOR DE HISTÓRIA - LICENCIATURA EM HISTÓRIA - INDEFERIDAS

Nº DA INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	RG	ÓRGÃO EXPEDIDOR	CPF	OBSERVAÇÃO
39	ROSIMAR LINHAUS DA CONÇEIÇÃO	1166656	SSP/RO	015.307.182-60	EM DESCUMPRIMENTO AO ITEM 5.5 DO EDITAL
166	ALEXSANDRA MARIA DA ROSA	14034700	SSP/MT	920.174.951-15	EM DESCUMPRIMENTO AO ITEM 5.5 DO EDITAL
167	ALEXSANDRA MARIA DA ROSA	14034700	SSP/MT	920.174.951-15	EM DESCUMPRIMENTO AO ITEM 5.5 DO EDITAL
168	ALEXSANDRA MARIA DA ROSA	14034700	SSP/MT	920.174.951-15	EM DESCUMPRIMENTO AO ITEM 5.5 DO EDITAL
173	VILSON ALVES DA ROCHA JUNIOR	101498859	SSP/MT	070.018.209-89	EM DESCUMPRIMENTO AO ITEM 5.5 DO EDITAL
180	TADEU AUGUSTO DE GODOI	124199557	SSP/PR	080.251.209-70	EM DESCUMPRIMENTO AO ITEM 5.5 DO EDITAL
204	ADILSON DE SOUZA PEREIRA	571546	SSP/RO	867.378.991-53	EM DESCUMPRIMENTO AO ITEM 5.5 DO EDITAL
205	ADILSON DE SOUZA PEREIRA	571546	SSP/RO	867.378.991-53	EM DESCUMPRIMENTO AO ITEM 5.5 DO EDITAL
206	ADILSON DE SOUZA PEREIRA	571546	SSP/RO	867.378.991-53	EM DESCUMPRIMENTO AO ITEM 5.5 DO EDITAL
207	ADILSON DE SOUZA PEREIRA	571546	SSP/RO	867.378.991-53	EM DESCUMPRIMENTO AO ITEM 5.5 DO EDITAL

SEDE DO MUNICÍPIO

PROFESSOR DE GEOGRAFIA - LICENCIATURA EM GEOGRAFIA - DEFERIDAS

Nº DA INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	RG	ÓRGÃO EXPEDIDOR	CPF
120	FABIO SPINA MORO CAPE	23824336	SSP/MT	062.528.311-23
146	LENNON CUNHA LUSTOSA	4579215	SPTC/GO	016.339.171-85
156	REGINA P SANTANA	6994083	SSP/GO	410.348.668-69
165	GEANE BATISTA DE MENEZES	706692	SSP/RO	679.678.502-97
199	TADEU AUGUSTO DE GODOI	124199557	SSP/PR	080.251.209-70

SEDE DO MUNICÍPIO

PROFESSOR DE GEOGRAFIA - LICENCIATURA EM GEOGRAFIA - INDEFERIDAS

Nº DA INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	RG	ÓRGÃO EXPEDIDOR	CPF	OBSERVAÇÃO
104	PAULA CLEANE LEMES GOMES	22983139	SSP/MT	043.609.871-70	EM DESCUMPRIMENTO AO ITEM 5.5 DO EDITAL
163	GEANE BATISTA DE MENEZES	706692	SSP/RO	679.678.502-97	EM DESCUMPRIMENTO AO ITEM 5.5 DO EDITAL
164	GEANE BATISTA DE MENEZES	706692	SSP/RO	679.678.502-97	EM DESCUMPRIMENTO AO ITEM 5.5 DO EDITAL
198	PEDRO HUGO SOUZA SANTOS	1225596	SSP/RO	015.360.372-06	EM DESCUMPRIMENTO AO ITEM 5.5 DO EDITAL

CONSELVAN

PROFESSOR PEDAGOGIA - LICENCIATURA EM PEDAGOGIA/ NORMAL SUPERIOR - DEFERIDAS

Nº DA INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	RG	ÓRGÃO EXPEDIDOR	CPF
8	ROSALINA RODRIGUES DE CARVALHO SILVA	16570863	SSP/MT	010.588.881-88
14	DAIANE DE SOUZA THEOTONIO	1023159	SESDEC/RO	002.691.042-08
20	ELZA MOREIRA CARDOSO	1083755	SESDEC/RO	006.173.812-32
30	CLAUDETE RODRIGUES DA MATA	1576430-3	SSP/MT	003.106.091-94
35	CESAR RAMALHO DE BARROS	28404793	SSP/MT	816.989.502-25
64	FABIULA LEITE DOS SANTOS	19250762	SSP/MT	021.186.721-79
70	DEUZELI DA SILVA	631719	SESP/RO	713.758.642-20
72	LUZIA DE OLIVEIRA SANTOS	608623	SSP/RO	641.485.132-91
73	HELIENE WANDEL REI DE JESUS	780494	SESP/RO	756.078.752-53
101	OSIANE JUSTINO DA SILVA	18077293	SSP/MT	020.169.451-41
114	LUCIANE DA SILVA	17191009	SSP/MT	012.096.861-47
126	LUCIANA RAIMUNDA DO COUTO	18949630	SSP/MT	030.459.611-69
138	SILVANA BARBOSA	32429720	SSP/MT	007.667.782-66
145	CLEIDIANE DE SOUZA THEOTONIO	925.772.702-59	SESDEC/RO	925.772.702-59
148	GLEICIELLY SILVA DE SOUZA	1082335	SSDC/RO	006.782.612-10
153	SIMONE SALDANHA DE JESUS	730813	SSP/RO	837.899.012-53
154	NEUSA INACIO ALVES	31650066	SSP/MT	422.260.152-72
172	ROSALINA RODRIGUES DE CARVALHO SILVA	16570863	SSP/MT	010.588.881-88
186	ROSANGELA RODRIGUES DOS SANTOS	814621	SESP/RO	016.933.161-02
200	JOAO CARLOS LOPES FERRREIRA	18138250	SSP/MT	034.320.241-77

CONSELVAN

PROFESSOR PEDAGOGIA - LICENCIATURA EM PEDAGOGIA/ NORMAL SUPERIOR - INDEFERIDAS

Nº DA INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	RG	ÓRGÃO EXPEDIDOR	CPF	OBSERVAÇÃO
6	GLAUCIENE ASSUNÇÃO	1598807_4	SSP/MT	843.780.182-68	EM DESCUMPRIMENTO AO ITEM 5.5 DO EDITAL
18	ERICA APARECIDA DA COSTA	31786375	MT/MT	840.543.282-53	EM DESCUMPRIMENTO AO ITEM 5.5 DO EDITAL
59	SILVANA BARBOSA	32429720	SSP/MT	007.667.782-66	EM DESCUMPRIMENTO AO ITEM 5.5 DO EDITAL
71	IRENILDA GOMES DA SILVA SANTOS	911887	SSP/RO	808.562.092-87	EM DESCUMPRIMENTO AO ITEM 5.5 DO EDITAL
76	ROSANGELA RODRIGUES DOS SANTOS	814621	SSP/RO	016.933.161-02	EM DESCUMPRIMENTO AO ITEM 5.5 DO EDITAL
102	DAIANE DE SOUZA THEOTONIO	1023159	SESEDEC/RO	002.691.042-08	EM DESCUMPRIMENTO AO ITEM 5.5 DO EDITAL
115	JOÃO CARLOS LOPES FERREIRA	18138250	SSP/MT	034.320.241-77	EM DESCUMPRIMENTO AO ITEM 5.5 DO EDITAL
147	WEMERSON TAX MAGESWSCK	1038503	SESDC/RO	982.154.342-15	EM DESCUMPRIMENTO AO ITEM 5.5 DO EDITAL
171	ROSALINA RODRIGUES DE CARVALHO SILVA	16570863	SSP/MT	010.588.881-88	EM DESCUMPRIMENTO AO ITEM 5.5 DO EDITAL
184	ROSANGELA RODRIGUES DOS SANTOS	814621	SESP/RO	016.933.161-02	EM DESCUMPRIMENTO AO ITEM 5.5 DO EDITAL
185	ROSANGELA RODRIGUES DOS SANTOS	814621	SESP/RO	016.933.161-02	EM DESCUMPRIMENTO AO ITEM 5.5 DO EDITAL
217	CASSIA REGINA OLIVEIRA LEITE	21434999	SSP/MT	036.074.511-33	EM DESCUMPRIMENTO AO ITEM 5.5 DO EDITAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ARAGUAIA

RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 20/2018

A Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Araguaia/MT, através da **PREGOEIRA**, torna público, que no Pregão Presencial nº.20/2018, com o objeto **AQUISIÇÃO DE CAMINHÃO (USADO), COM IMPLEMENTO COMPACTADOR DE LIXO DE CAPACIDADE MÍNIMA DE 15M³, EM PERFEITO ESTADO DE CONSERVAÇÃO, TRAÇÃO 6X2 , COM PNEUMÁTICA NO TRUCK, ANO 2010 OU SUPERIOR, MOTOR DIESEL COM POTENCIA MÍNIMA 250 CV, CAIXA DE 05 MARCHAS SINCRONIZADAS, E UMA MARCHA A RÉ, PNEUS SEM CÂMARA NO MÍNIMO 295/80 ARO 22,5 EM BOM ESTADO DE RODAGEM, DIREÇÃO HIDRÁULICA, LIFT, ILUMINAÇÃO TRASEIRA, GIROFLEX, SIRENE DE RÉ E DEMAIS EQUIPAMENTOS OBRIGATÓRIOS CONFORME EXIGENCIAS DO CONTRAN, GARANTIA MÍNIMA DE 90 (NOVENTA) DIAS DE MOTOR, CAIXA E DIFERENCIAL, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES DESCRITAS TERMO DE REFERÊNCIA ANEXO I DO EDITAL**,

Obteve o seguinte resultado, O senhor **JOEL DA SILVA BARROS**, inscrito no CPF: 108.055.718-09,sagrou-se vencedor do **ITEM 01:** no valor de **R$**

130.000,00 (Cento e trinta mil reais); estando devidamente **HABILITADO.**

O Processo Administrativo referente à licitação acima, encontra-se a disposição dos interessados na sala licitações da referida Prefeitura, localizada na Aveinda Jose Humario Carlos Ferreira, s/n, Centro , neste município de Bom Jesus do Araguaia/MT, de segunda à sexta-feira no horário de atendimento ao público.

Bom Jesus do Araguaia -MT, 10 de Dezembro de 2018.

RONIELY GOMES DE O. MESQUITA

Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES

GESTÃO DE PESSOAS/SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO ADITIVO Nº 253 ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO TEMPORÁRIO DEZEMBRO 2018/SME EMENTA: ADITIVO CONTRATUAL – PROCESSOS SELETIVO SIMPLIFICADO DE PROVAS E TÍTULOS N° 005/2015; 006/2017 E 001/2018

Celebram as partes o presente Aditivo de Prorrogação do Contrato nº **161**, firmado entre o Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n° 03.214.145/0001-83, neste ato representado pela Secretária Municipal de Educação, Antônia Eliene Liberato Dias, ora denominada contratante, e senhor(a) **MARILENE ROSA DE OLIVEIRA CAMPOS,** denominado(a) contratado(a), no cargo de **PROFESSORA LICENCIADA EM PEDAGOGIA,** para exercer sua função na Escola Municipal Isabel Campos, considerando a obrigatoriedade do cumprimento do calendário escolar conforme a Lei de Diretrizes e Base - LDB para o termino do ano letivo, que se regerá pelas Clausulas a seguir:

Art. 1º) Fica o presente Contrato Temporário de Prestação de Serviço prorrogado a partir de 22/12/2018 até 23/01/2019 e poderá extinguir com fundamentos previsto na Lei 1931/2005.

Art.2° O presente Aditivo Contratual poderá ser rescindido a qualquer tempo por interesse da administração pública com fundamento na Lei 1931/2005, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.

Parágrafo único- Haverá a rescisão antecipada prevista nesta clausula em caso de concurso público, tão logo preenchida vaga por servidor efetivo regularmente aprovado aplicando-se na hipótese deste artigo as regras da Lei mencionada no caput.

Art.3° Todas as demais cláusulas do Contrato Principal permanecerão em vigor, as quais haverão de ser interpretadas à luz das modificações introduzidas pelo presente aditivo.

Art.4° Por estarem, assim, justas e contratadas, assinam o presente em vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo.

Cáceres, 05 de Dezembro de 2018

_____

_____

Antônia Eliene Liberato Dias

Contratado (a) Secretária Municipal de Educação

TESTEMUNHAS:

NOME: _____ NOME:_____

RG Nº: _____ RG Nº:_____

CPF Nº: _____ CPF Nº: _____

SERVIÇO DE SANEAMENTO AMBIENTAL ÁGUAS DO PANTANAL EXTRATO PUBLICAÇÃO DO CONTRATO 30/2018

O Serviço de Saneamento Ambiental Aguas do Pantanal, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ 22.794.608/0001-78, comunica:

CONTRATO Nº 30/2018 SSAAP

CONTRATANTE: SERVIÇO DE SANEAMENTO AMBIENTAL AGUAS DO PANTANAL

CONTRATADO: DIA DE FESTA LTDA-ME.

VALOR: **R$ 81.894,80 (Oitenta e um mil, oitocentos e noventa e quatro reais e oitenta centavos**).

Órgão/Unidade: 04.18.0.1

Funcional- Programática: 17.512.1007.2211

Natureza da Despesa: 3.3.90.30

Fonte de recursos: 100 - Rec. Ordinário

Cáceres- 24 de novembro de 2018

PAULO DONIZETE DA COSTA

Diretor Executivo

GESTÃO DE PESSOAS/SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO ADITIVO Nº 254 ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO TEMPORÁRIO DEZEMBRO 2018/SME EMENTA: ADITIVO CONTRATUAL – PROCESSOS SELETIVO SIMPLIFICADO DE PROVAS E TÍTULOS N° 005/2015; 006/2017 E 001/2018

Celebram as partes o presente Aditivo de Prorrogação do Contrato nº **418**, firmado entre o Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n° 03.214.145/0001-83, neste ato representado pela Secretária Municipal de Educação, Antônia Eliene Liberato Dias, ora denominada contratante, e senhor(a) **SIMONE FERREIRA VITTORAZI,** denominado(a) contratado(a), no cargo de **PROFESSORA LICENCIADA EM PEDAGOGIA,** para exercer sua função na Escola Municipal Isabel Campos, considerando a obrigatoriedade do cumprimento do calendário escolar conforme a Lei de Diretrizes e Base - LDB para o termino do ano letivo, que se regerá pelas Clausulas a seguir:

Art. 1º) Fica o presente Contrato Temporário de Prestação de Serviço prorrogado a partir de 22/12/2018 até 25/01/2019 e poderá extinguir com fundamentos previsto na Lei 1931/2005.

Art.2° O presente Aditivo Contratual poderá ser rescindido a qualquer tempo por interesse da administração pública com fundamento na Lei 1931/2005, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.

Parágrafo único- Haverá a rescisão antecipada prevista nesta clausula em caso de concurso público, tão logo preenchida vaga por servidor efetivo regularmente aprovado aplicando-se na hipótese deste artigo as regras da Lei mencionada no caput.

Art.3° Todas as demais cláusulas do Contrato Principal permanecerão em vigor, as quais haverão de ser interpretadas à luz das modificações introduzidas pelo presente aditivo.

Art.4° Por estarem, assim, justas e contratadas, assinam o presente em vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo.

Cáceres, 05 de Dezembro de 2018

_____

_____

Antônia Eliene Liberato Dias

Contratado (a) Secretária Municipal de Educação

TESTEMUNHAS:

NOME: _____ NOME:_____

RG Nº: _____ RG Nº:_____

CPF Nº: _____ CPF Nº: _____

GESTÃO DE PESSOAS/SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO ADITIVO Nº 255 ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO TEMPORÁRIO DEZEMBRO 2018/SME EMENTA: ADITIVO CONTRATUAL – PROCESSOS SELETIVO SIMPLIFICADO DE PROVAS E TÍTULOS N° 005/2015; 006/2017 E 001/2018

Celebram as partes o presente Aditivo de Prorrogação do Contrato nº **165**, firmado entre o Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n° 03.214. 145/0001-83, neste ato representado pela Secretária Municipal de Educação, Antônia Eliene Liberato Dias, ora denominada contratante, e senhor(a) **AUDIRA BARROS LOPES,** denominado(a) contratado(a), no cargo de **AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS,** para exercer sua função na Escola Municipal Raquel Ramão da Silva, considerando a obrigatoriedade do cumprimento do calendário escolar conforme a Lei de Diretrizes e Base - LDB para o termino do ano letivo, que se regerá pelas Clausulas a seguir:

Art. 1º) Fica o presente Contrato Temporário de Prestação de Serviço prorrogado a partir de 01/01/2019 até 31/03/2019 e poderá extinguir com fundamentos previsto na Lei 1931/2005.

Art.2° O presente Aditivo Contratual poderá ser rescindido a qualquer tempo por interesse da administração pública com fundamento na Lei 1931/ 2005, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.

Parágrafo único- Haverá a rescisão antecipada prevista nesta clausula em caso de concurso público, tão logo preenchida vaga por servidor efetivo regularmente aprovado aplicando-se na hipótese deste artigo as regras da Lei mencionada no caput.

Art.3° Todas as demais cláusulas do Contrato Principal permanecerão em vigor, as quais haverão de ser interpretadas à luz das modificações introduzidas pelo presente aditivo.

Art.4° Por estarem, assim, justas e contratadas, assinam o presente em vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo.

Cáceres, 05 de Dezembro de 2018

_____

_____

Antônia Eliene Liberato Dias

Contratado (a) Secretária Municipal de Educação

TESTEMUNHAS:

NOME: _____ NOME:_____

RG Nº: _____ RG Nº:_____

CPF Nº: _____ CPF Nº: _____

SERVIÇO DE SANEAMENTO AMBIENTAL ÁGUAS DO PANTANAL PORTARIA Nº 067/2018 - SSAAP

O Diretor Executivo do Serviço de Saneamento Ambiental Águas do Pantanal, Município de Cáceres/MT, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 3º inciso VI, da Lei Complementar nº 106, de 07/10/2015.

CONSIDERANDO as disposições contidas na Lei n. º 2.476/2015 que estabeleceu regime jurídico próprio autárquico ao Serviço de Saneamento Ambiental Águas do Pantanal, com denominação atribuída pela Lei 2.520/ 2016;

CONSIDERANDO os Princípios Constitucionais que regem a Administração Pública, em especial o da legalidade, impessoalidade, moralidade, eficiência e publicidade:

CONSIDERANDO a natureza ininterrupta da prestação dos serviços essenciais de saneamento ambiental;

CONSIDERANDO o **Contrato Administrativo Nº 30/2018-SSAAP**, tem como objeto a contratação de empresa especializada em fornecimento de materiais de iluminação e os demais acessórios para sua instalação, em conformidade com a descrição e quantitativos do objeto (item 2 do Termo de Referência), para atender o Termo de Colaboração para Educação Ambiental e Ressocialização nº 001/2018, celebrado entre o Serviço de Saneamento Ambiental Águas do Pantanal, Conselho da Comunidade de Cáceres/MT, Secretaria Municipal de Turismo e Cultura e Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Saneamento.

RESOLVE:

Art. 1º. Designar o Coordenador de almoxarife , Patrimônio e transporte **Jefferson Rodrigo de Almeida Torquato,** Matrícula Nº44, para exercer a fiscalização do **Contrato Administrativo Nº 30/2018-SSAAP.**

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Cáceres/MT, 24 de novembro de 2018.

Paulo Donizete da Costa

Diretor Executivo

GESTÃO DE PESSOAS/SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO ADITIVO Nº 256 ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO TEMPORÁRIO DEZEMBRO 2018/SME EMENTA: ADITIVO CONTRATUAL – PROCESSOS SELETIVO SIMPLIFICADO DE PROVAS E TÍTULOS N° 005/2015; 006/2017 E 001/2018

Celebram as partes o presente Aditivo de Prorrogação do Contrato nº **166**, firmado entre o Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n° 03.214. 145/0001-83, neste ato representado pela Secretária Municipal de Educação, Antônia Eliene Liberato Dias, ora denominada contratante, e senhor(a) **SUELI DAS DORES GASPAR,** denominado(a) contratado(a), no cargo de **AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS,** para exercer sua função na Escola Municipal Raquel Ramão da Silva, considerando a obrigatoriedade do cumprimento do calendário escolar conforme a Lei de Diretrizes e Base - LDB para o termino do ano letivo, que se regerá pelas Clausulas a seguir:

Art. 1º) Fica o presente Contrato Temporário de Prestação de Serviço prorrogado a partir de 01/01/2019 até 25/01/2019 e poderá extinguir com fundamentos previsto na Lei 1931/2005.

Art.2° O presente Aditivo Contratual poderá ser rescindido a qualquer tempo por interesse da administração pública com fundamento na Lei 1931/ 2005, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.

Parágrafo único- Haverá a rescisão antecipada prevista nesta clausula em caso de concurso público, tão logo preenchida vaga por servidor efetivo regularmente aprovado aplicando-se na hipótese deste artigo as regras da Lei mencionada no caput.

Art.3° Todas as demais cláusulas do Contrato Principal permanecerão em vigor, as quais haverão de ser interpretadas à luz das modificações introduzidas pelo presente aditivo.

Art.4° Por estarem, assim, justas e contratadas, assinam o presente em vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo.

Cáceres, 05 de Dezembro de 2018

_____

_____

Antônia Eliene Liberato Dias

Contratado (a) Secretária Municipal de Educação

TESTEMUNHAS:

NOME: _____ NO-ME:_____

RG Nº: _____ RG Nº:_____

CPF Nº: _____ CPF Nº: _____

GESTÃO DE PESSOAS/SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO ADITIVO Nº 257 ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO TEMPORÁRIO DEZEMBRO 2018/SME EMENTA: ADITIVO CONTRATUAL – PROCESSOS SELETIVO SIMPLIFICADO DE PROVAS E TÍTULOS N° 005/2015; 006/2017 E 001/2018

Celebram as partes o presente Aditivo de Prorrogação do Contrato nº **267**, firmado entre o Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n° 03.214.145/0001-83, neste ato representado pela Secretária Municipal de Educação, Antônia Eliene Liberato Dias, ora denominada contratante, e senhor(a) **JANETE DE OLIVEIRA SALES,** denominado(a) contratado(a), no cargo de **PROFESSORA LICENCIADA EM EDUCAÇÃO FÍSICA,** para exercer sua função na Escola Municipal Raquel Ramão da Silva, considerando a obrigatoriedade do cumprimento do calendário escolar conforme a Lei de Diretrizes e Base - LDB para o termino do ano letivo, que se regerá pelas Clausulas a seguir:

Art. 1º) Fica o presente Contrato Temporário de Prestação de Serviço prorrogado a partir de 22/12/2018 até 23/01/2019 e poderá extinguir com fundamentos previsto na Lei 1931/2005.

Art.2° O presente Aditivo Contratual poderá ser rescindido a qualquer tempo por interesse da administração pública com fundamento na Lei 1931/2005, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.

Parágrafo único- Haverá a rescisão antecipada prevista nesta clausula em caso de concurso público, tão logo preenchida vaga por servidor efetivo regularmente aprovado aplicando-se na hipótese deste artigo as regras da Lei mencionada no caput.

Art.3° Todas as demais cláusulas do Contrato Principal permanecerão em vigor, as quais haverão de ser interpretadas à luz das modificações introduzidas pelo presente aditivo.

Art.4° Por estarem, assim, justas e contratadas, assinam o presente em vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo.

Cáceres, 05 de Dezembro de 2018

_____

_____

Antônia Eliene Liberato Dias

Contratado (a) Secretária Municipal de Educação

TESTEMUNHAS:

NOME: _____ NO-ME:_____

RG Nº: _____ RG Nº:_____

CPF Nº: _____ CPF Nº: _____

GESTÃO DE PESSOAS/SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO ADITIVO Nº 258 ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO TEMPORÁRIO DEZEMBRO 2018/SME EMENTA: ADITIVO CONTRATUAL – PROCESSOS SELETIVO SIMPLIFICADO DE PROVAS E TÍTULOS N° 005/2015; 006/2017 E 001/2018

Celebram as partes o presente Aditivo de Prorrogação do Contrato nº **202**, firmado entre o Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n° 03.214.145/0001-83, neste ato representado pela Secretária Municipal de Educação, Antônia Eliene Liberato Dias, ora denominada contratante, e senhor(a) **ALEXANDER DA SILVA GOMES,** denominado(a) contratado(a), no cargo de **GUARDA,** para exercer sua função na Escola Municipal Jardim Guanabara, cobrindo férias dos servidores efetivos, que se regerá pelas Clausulas a seguir:

Art. 1º) Fica o presente Contrato Temporário de Prestação de Serviço prorrogado a partir de 01/01/2019 até 31/03/2019 e poderá extinguir com fundamentos previsto na Lei 1931/2005.

Art.2° O presente Aditivo Contratual poderá ser rescindido a qualquer tempo por interesse da administração pública com fundamento na Lei 1931/2005, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.

Parágrafo único- Haverá a rescisão antecipada prevista nesta clausula em caso de concurso público, tão logo preenchida vaga por servidor efetivo regularmente aprovado aplicando-se na hipótese deste artigo as regras da Lei mencionada no caput.

Art.3° Todas as demais cláusulas do Contrato Principal permanecerão em vigor, as quais haverão de ser interpretadas à luz das modificações introduzidas pelo presente aditivo.

Art.4° Por estarem, assim, justas e contratadas, assinam o presente em vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo.

Cáceres, 05 de Dezembro de 2018

_____

_____

Antônia Eliene Liberato Dias

Contratado (a) Secretária Municipal de Educação

TESTEMUNHAS:

NOME: _____ NO-ME:_____

RG Nº: _____ RG Nº:_____

CPF Nº: _____ CPF Nº: _____

GESTÃO DE PESSOAS/SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO ADITIVO Nº 259 ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO TEMPORÁRIO DEZEMBRO 2018/SME EMENTA: ADITIVO CONTRATUAL – PROCESSOS SELETIVO SIMPLIFICADO DE PROVAS E TÍTULOS N° 005/2015; 006/2017 E 001/2018

Celebram as partes o presente Aditivo de Prorrogação do Contrato nº **055**, firmado entre o Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n° 03.214.145/0001-83, neste ato representado pela Secretária Municipal de Educação, Antônia Eliene Liberato Dias, ora denominada contratante, e senhor(a) **JAQUELINE TAMIRES DE CAMPOS SILVA,** denominado(a) contratado(a), no cargo de **PROFESSORA LICENCIADA EM MATEMÁTICA,** para exercer sua função na Escola Municipal Buriti, considerando a obrigatoriedade do cumprimento do calendário escolar conforme a Lei de Diretrizes e Base - LDB para o termino do ano letivo, que se regerá pelas Clausulas a seguir:

Art. 1º) Fica o presente Contrato Temporário de Prestação de Serviço prorrogado a partir de 22/12/2018 até 18/01/2019 e poderá extinguir com fundamentos previsto na Lei 1931/2005.

Art.2° O presente Aditivo Contratual poderá ser rescindido a qualquer tempo por interesse da administração pública com fundamento na Lei 1931/2005, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.

Parágrafo único- Haverá a rescisão antecipada prevista nesta clausula em caso de concurso público, tão logo preenchida vaga por servidor efetivo regularmente aprovado aplicando-se na hipótese deste artigo as regras da Lei mencionada no caput.

Art.3° Todas as demais cláusulas do Contrato Principal permanecerão em vigor, as quais haverão de ser interpretadas à luz das modificações introduzidas pelo presente aditivo.

Art.4° Por estarem, assim, justas e contratadas, assinam o presente em vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo.

Cáceres, 05 de Dezembro de 2018

_____
_____

Antônia Eliene Liberato Dias

Contratado (a) Secretária Municipal de Educação

TESTEMUNHAS:

NOME: _____ NOME:_____

RG Nº: _____ RG Nº:_____

CPF Nº: _____ CPF Nº: _____

GESTÃO DE PESSOAS/SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO ADITIVO Nº 260 ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO TEMPORÁRIO DEZEMBRO 2018/SME EMENTA: ADITIVO CONTRATUAL – PROCESSOS SELETIVO SIMPLIFICADO DE PROVAS E TÍTULOS N° 005/2015; 006/2017 E 001/2018

Celebram as partes o presente Aditivo de Prorrogação do Contrato nº **137**, firmado entre o Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n° 03.214.145/0001-83, neste ato representado pela Secretária Municipal de Educação, Antônia Eliene Liberato Dias, ora denominada contratante, e senhor(a) **MARIA ERCILIA DONATO,** denominado(a) contratado(a), no cargo de **AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS,** para exercer sua função na Escola Municipal Santos Dumont, considerando a obrigatoriedade do cumprimento do calendário escolar conforme a Lei de Diretrizes e Base - LDB para o termino do ano letivo, que se regerá pelas Clausulas a seguir:

Art. 1º) Fica o presente Contrato Temporário de Prestação de Serviço prorrogado a partir de 01/01/2019 até 28/02/2019 e poderá extinguir com fundamentos previsto na Lei 1931/2005.

Art.2° O presente Aditivo Contratual poderá ser rescindido a qualquer tempo por interesse da administração pública com fundamento na Lei 1931/2005, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.

Parágrafo único- Haverá a rescisão antecipada prevista nesta clausula em caso de concurso público, tão logo preenchida vaga por servidor efetivo regularmente aprovado aplicando-se na hipótese deste artigo as regras da Lei mencionada no caput.

Art.3° Todas as demais cláusulas do Contrato Principal permanecerão em vigor, as quais haverão de ser interpretadas à luz das modificações introduzidas pelo presente aditivo.

Art.4° Por estarem, assim, justas e contratadas, assinam o presente em vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo.

Cáceres, 05 de Dezembro de 2018

_____
_____

Antônia Eliene Liberato Dias

Contratado (a) Secretária Municipal de Educação

TESTEMUNHAS:

NOME: _____ NOME:_____

RG Nº: _____ RG Nº:_____

CPF Nº: _____ CPF Nº: _____

GESTÃO DE PESSOAS/SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO ADITIVO Nº 261 ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO TEMPORÁRIO DEZEMBRO 2018/SME EMENTA: ADITIVO CONTRATUAL – PROCESSOS SELETIVO SIMPLIFICADO DE PROVAS E TÍTULOS N° 005/2015; 006/2017 E 001/2018

Celebram as partes o presente Aditivo de Prorrogação do Contrato nº **437**, firmado entre o Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n° 03.214.145/0001-83, neste ato representado pela Secretária Municipal de Educação, Antônia Eliene Liberato Dias, ora denominada contratante, e senhor(a) **ANDREIA AVELINA DA SILVA,** denominado(a) contratado(a), no cargo de **AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL,** para exercer sua função na Escola Municipal Prof. Erenice Simão Alvarenga, considerando a obrigatoriedade do cumprimento do calendário escolar conforme a Lei de Diretrizes e Base - LDB para o termino do ano letivo, que se regerá pelas Clausulas a seguir:

Art. 1º) Fica o presente Contrato Temporário de Prestação de Serviço prorrogado a partir de 22/12/2018 até 23/01/2019 e poderá extinguir com fundamentos previsto na Lei 1931/2005.

Art.2° O presente Aditivo Contratual poderá ser rescindido a qualquer tempo por interesse da administração pública com fundamento na Lei 1931/2005, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.

Parágrafo único- Haverá a rescisão antecipada prevista nesta clausula em caso de concurso público, tão logo preenchida vaga por servidor efetivo regularmente aprovado aplicando-se na hipótese deste artigo as regras da Lei mencionada no caput.

Art.3° Todas as demais cláusulas do Contrato Principal permanecerão em vigor, as quais haverão de ser interpretadas à luz das modificações introduzidas pelo presente aditivo.

Art.4° Por estarem, assim, justas e contratadas, assinam o presente em vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo.

Cáceres, 05 de Dezembro de 2018

_____
_____

Antônia Eliene Liberato Dias

Contratado (a) Secretária Municipal de Educação

TESTEMUNHAS:

NOME: _____ NOME:_____

RG Nº: _____ RG Nº:_____

CPF Nº: _____ CPF Nº: _____

GESTÃO DE PESSOAS/SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO ADITIVO Nº 262 ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO TEMPORÁRIO DEZEMBRO 2018/SME EMENTA: ADITIVO CONTRATUAL – PROCESSOS SELETIVO SIMPLIFICADO DE PROVAS E TÍTULOS N° 005/2015; 006/2017 E 001/2018

Celebram as partes o presente Aditivo de Prorrogação do Contrato nº **144/2017**, firmado entre o Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n° 03.214.145/0001-83, neste ato representado pela Secretária Municipal de Educação, Antônia Eliene Liberato Dias, ora denominada contratante, e senhor(a) **FABIANE ARAUJO DE QUEIROZ,** denominado(a) contratado(a), no cargo de **PROFESSORA LICENCIADA EM PEDAGOGIA,** para exercer sua função na Escola Municipal Santos Dumont, considerando direito a Licença Maternidade, que se regerá pelas Clausulas a seguir:

Art. 1º) Fica o presente Contrato Temporário de Prestação de Serviço prorrogado a partir de 01/01/2019 até 03/02/2019 e poderá extinguir com fundamentos previsto na Lei 1931/2005.

Art.2° O presente Aditivo Contratual poderá ser rescindido a qualquer tempo por interesse da administração pública com fundamento na Lei 1931/2005, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.

Parágrafo único- Haverá a rescisão antecipada prevista nesta clausula em caso de concurso público, tão logo preenchida vaga por servidor efetivo regularmente aprovado aplicando-se na hipótese deste artigo as regras da Lei mencionada no caput.

Art.3° Todas as demais cláusulas do Contrato Principal permanecerão em vigor, as quais haverão de ser interpretadas à luz das modificações introduzidas pelo presente aditivo.

Art.4° Por estarem, assim, justas e contratadas, assinam o presente em vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo.

Cáceres, 05 de Dezembro de 2018

_____
_____

Antônia Eliene Liberato Dias

Contratado (a) Secretária Municipal de Educação

TESTEMUNHAS:

NOME: _____ NOME:_____

RG Nº: _____ RG Nº:_____

CPF Nº: _____ CPF Nº: _____

GESTÃO DE PESSOAS/SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO ADITIVO Nº 263 ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO TEMPORÁRIO DEZEMBRO 2018/SME EMENTA: ADITIVO CONTRATUAL – PROCESSOS SELETIVO SIMPLIFICADO DE PROVAS E TÍTULOS N° 005/2015; 006/2017 E 001/2018

Celebram as partes o presente Aditivo de Prorrogação do Contrato nº **278**, firmado entre o Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n° 03.214.145/0001-83, neste ato representado pela Secretária Municipal de Educação, Antônia Eliene Liberato Dias, ora denominada contratante, e senhor(a) **CARLA DE FÁTIMA DA SILVA BARROS,** denominado(a) contratado(a), no cargo de **AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS,** para exercer sua função na Escola Municipal Vila Irene, considerando a obrigatoriedade do cumprimento do calendário escolar conforme a Lei de Diretrizes e Base - LDB para o termino do ano letivo, que se regerá pelas Clausulas a seguir:

Art. 1º) Fica o presente Contrato Temporário de Prestação de Serviço prorrogado a partir de 01/01/2019 até 28/02/2019 e poderá extinguir com fundamentos previsto na Lei 1931/2005.

Art.2° O presente Aditivo Contratual poderá ser rescindido a qualquer tempo por interesse da administração pública com fundamento na Lei 1931/2005, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.

Parágrafo único- Haverá a rescisão antecipada prevista nesta clausula em caso de concurso público, tão logo preenchida vaga por servidor efetivo regularmente aprovado aplicando-se na hipótese deste artigo as regras da Lei mencionada no caput.

Art.3° Todas as demais cláusulas do Contrato Principal permanecerão em vigor, as quais haverão de ser interpretadas à luz das modificações introduzidas pelo presente aditivo.

Art.4° Por estarem, assim, justas e contratadas, assinam o presente em vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo.

Cáceres, 05 de Dezembro de 2018

_____
_____

Antônia Eliene Liberato Dias

Contratado (a) Secretária Municipal de Educação

TESTEMUNHAS:

NOME: _____ NOME:_____

RG Nº: _____ RG Nº:_____

CPF Nº: _____ CPF Nº: _____

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - SETOR DE LICITAÇÃO EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 120-2018 PREGÃO ELETRÔNICO N° 85-2018 -REGISTRO DE PREÇO POR MENOR PREÇO POR ITEM

Interessada: Secretaria Municipal de Infraestrutura e Logística.

Para atendimento do disposto no § 2º do artigo 15 da Lei Federal nº 8.666/93, a Prefeitura de Cáceres, através da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Logística torna públicos os preços registrados na ata abaixo discriminada, bem como, as respectivas empresas detentoras, conforme segue:

Interessado: Secretaria Municipal de Infraestrutura e Logística.

Objeto: Registro de Preços para aquisição de Retroescavadeiras para ampliação do apoio logístico da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Logística em manutenções de estradas, das vias públicas do Município de Cáceres/MT, Distritos Caramujo, Vila Aparecida, Horizonte do Oeste, Nova Cáceres e Comunidades Rurais

Empresa Vencedora: DEFANT E DEFANT LTDA – CNPJ: 03.320.937/0010-23

ITEM	QUANT.	DESCRIÇÃO	Valor Unitário	Valor Total
01	04 JCB	. Máquina–tipo Retroescavadeira,4x4 turbo, Zero hora, Motor Diesel, Certificados PROCONVE MAR-1 ou similar, mínimo 4cc turboalimentado, potência mínima 85HP;Peso operacional mínimo 6.300kg; Transmissão sincronizada mínimo 4 marchas à frente e mínimo 3 à ré; Conversor de torque, inversor hidráulico; Chassi monobloco integralmente soldado peça única com numeração de acordo CTB; Cabine de acordo ABNT; Assento giratório multiajustável com suspensão regulável; Para-brisa de vidro laminado limpador/esguicho de água; Faróis dianteiros e traseiros; Sistema retro centrada com profundidade de escavação mínima 4.300mm, força de escavação mínima 3.400Kgf;Caçamba/concha mínimo 30" reforçada com chapas de desgaste nas laterais e no fundo, com dentes; Sistema de carregamento frontal com altura de descarga mí-	R$240.000,00	R$ 960.000,00

		nima 2.450mm com caçamba reforçada com no mínimo 4 chapas de desgaste no fundo; Caçamba/concha mínimo 80" reforçada; Fornecer manual de peças da Retro-escavadeira para a solicitação de peças de reposição.		

Valor Total R$ 960.000,00 (Novecentos e Sessenta Mil Reais)

Prefeitura Municipal de Cáceres, 10 de dezembro de 2018.

MUNICÍPIO DE CÁCERES/MT

Secretário Municipal de Infraestrutura e Logística

WESLEY DE SOUSA LOPES,

RG nº 1286662 SSP/TO. e do CPF nº 002.188.401-36.

CONTRATADA:

DEFANT E DEFANT LTDA

CNPJ Nº 03.320.937/0010-23

Representante: Pedro Defant

RG: 6010251376 SSP/RS

CPF: 275.782.910-68

GESTÃO DE PESSOAS/SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO ADITIVO Nº 264 ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO TEMPORÁRIO DEZEMBRO 2018/SME EMENTA: ADITIVO CONTRATUAL – PROCESSOS SELETIVO SIMPLIFICADO DE PROVAS E TÍTULOS N° 005/2015; 006/2017 E 001/2018

Celebram as partes o presente Aditivo de Prorrogação do Contrato nº **314/2017**, firmado entre o Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n° 03.214.145/0001-83, neste ato representado pela Secretária Municipal de Educação, Antônia Eliene Liberato Dias, ora denominada contratante, e senhor(a) **ADÃO DA CONCEIÇÃO FIGUEIREDO,** denominado(a) contratado(a), no cargo de **GUARDA,** para exercer sua função na Escola Municipal Vila Irene, cobrindo férias de servidores efetivos, que se regerá pelas Clausulas a seguir:

Art. 1º) Fica o presente Contrato Temporário de Prestação de Serviço prorrogado a partir de 01/01/2019 até 31/03/2019 e poderá extinguir com fundamentos previsto na Lei 1931/2005.

Art.2° O presente Aditivo Contratual poderá ser rescindido a qualquer tempo por interesse da administração pública com fundamento na Lei 1931/2005, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.

Parágrafo único- Haverá a rescisão antecipada prevista nesta clausula em caso de concurso público, tão logo preenchida vaga por servidor efetivo regularmente aprovado aplicando-se na hipótese deste artigo as regras da Lei mencionada no caput.

Art.3° Todas as demais cláusulas do Contrato Principal permanecerão em vigor, as quais haverão de ser interpretadas à luz das modificações introduzidas pelo presente aditivo.

Art.4° Por estarem, assim, justas e contratadas, assinam o presente em vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo.

Cáceres, 05 de Dezembro de 2018

_____

_____

Antônia Eliene Liberato Dias

Contratado (a) Secretária Municipal de Educação

TESTEMUNHAS:

NOME: _____ NOME:_____

RG Nº: _____ RG Nº:_____

CPF Nº: _____ CPF Nº: _____

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO

O MUNICÍPIO DE CÁCERES, convida Vossa Senhoria para participar da 3ª Audiência Pública sobre o **PLANO DE MOBILIDADE URBANA**, em conformidade com a Lei Federal 12.587/2012, que institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana.

A referida Audiência Pública tem por finalidade apresentar ao público propostas de mudanças inerentes ao Plano de Mobilidade Urbana, que faz parte do convênio formado entre esta Prefeitura e a Universidade do Estado de Mato Grosso - UNEMAT, com a intermediação da Fundação de Apoio ao Ensino Superior Público Estadual (FAESPE).

Data: 12/12/2018 (quarta-feira)Horário: 19h30minLocal: Plenária da Câmara Municipal de Cáceres - Rua Cel. José Dulce, esq. c/ a Rua General Osório, Centro, Cáceres-MT.

A vossa presença será de grande importância para que alcancemos o objetivo do evento.

FRANCIS MARIS CRUZ

Prefeito de Cáceres

GESTÃO DE PESSOAS/SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO ADITIVO Nº 265 ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO TEMPORÁRIO DEZEMBRO 2018/SME EMENTA: ADITIVO CONTRATUAL – PROCESSOS SELETIVO SIMPLIFICADO DE PROVAS E TÍTULOS N° 005/2015; 006/2017 E 001/2018

Celebram as partes o presente Aditivo de Prorrogação do Contrato nº **177**, firmado entre o Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n° 03.214.145/0001-83, neste ato representado pela Secretária Municipal de Educação, Antônia Eliene Liberato Dias, ora denominada contratante, e senhor(a) **IANETE MENEZES RODRIGUES,** denominado(a) contratado(a), no cargo de **AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS,** para exercer sua função na Escola Municipal Vila Real, considerando a obrigatoriedade do cumprimento do calendário escolar conforme a Lei de Diretrizes e Base - LDB para o termino do ano letivo, que se regerá pelas Clausulas a seguir:

Art. 1º) Fica o presente Contrato Temporário de Prestação de Serviço prorrogado a partir de 01/01/2019 até 28/02/2019 e poderá extinguir com fundamentos previsto na Lei 1931/2005.

Art.2° O presente Aditivo Contratual poderá ser rescindido a qualquer tempo por interesse da administração pública com fundamento na Lei 1931/2005, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.

Parágrafo único- Haverá a rescisão antecipada prevista nesta clausula em caso de concurso público, tão logo preenchida vaga por servidor efetivo regularmente aprovado aplicando-se na hipótese deste artigo as regras da Lei mencionada no caput.

Art.3° Todas as demais cláusulas do Contrato Principal permanecerão em vigor, as quais haverão de ser interpretadas à luz das modificações introduzidas pelo presente aditivo.

Art.4° Por estarem, assim, justas e contratadas, assinam o presente em vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo.

Cáceres, 05 de Dezembro de 2018

_____

_____

Antônia Eliene Liberato Dias

Contratado (a) Secretária Municipal de Educação

TESTEMUNHAS:

NOME: _____ NOME:_____

RG Nº: _____ RG Nº:_____

CPF Nº: _____ CPF Nº: _____

GESTÃO DE PESSOAS/SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO ADITIVO Nº 266 ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO TEMPORÁRIO DEZEMBRO 2018/SME EMENTA: ADITIVO CONTRATUAL – PROCESSOS SELETIVO SIMPLIFICADO DE PROVAS E TÍTULOS N° 005/2015; 006/2017 E 001/2018

Celebram as partes o presente Aditivo de Prorrogação do Contrato nº **145**, firmado entre o Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n° 03.214.145/0001-83, neste ato representado pela Secretária Municipal de Educação, Antônia Eliene Liberato Dias, ora denominada contratante, e senhor(a) **SIMONE CORREIA BUENO,** denominado(a) contratado(a), no cargo de **PROFESSORA LICENCIADA EM BIOLOGIA,** para exercer sua função na Escola Municipal Buriti, considerando direito a Licença Maternidade, que se regerá pelas Clausulas a seguir:

Art. 1º) Fica o presente Contrato Temporário de Prestação de Serviço prorrogado a partir de 22/12/2018 até 18/08/2019 e poderá extinguir com fundamentos previsto na Lei 1931/2005.

Art.2° O presente Aditivo Contratual poderá ser rescindido a qualquer tempo por interesse da administração pública com fundamento na Lei 1931/2005, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.

Parágrafo único- Haverá a rescisão antecipada prevista nesta clausula em caso de concurso público, tão logo preenchida vaga por servidor efetivo regularmente aprovado aplicando-se na hipótese deste artigo as regras da Lei mencionada no caput.

Art.3° Todas as demais cláusulas do Contrato Principal permanecerão em vigor, as quais haverão de ser interpretadas à luz das modificações introduzidas pelo presente aditivo.

Art.4° Por estarem, assim, justas e contratadas, assinam o presente em vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo.

Cáceres, 05 de Dezembro de 2018

_____

_____

Antônia Eliene Liberato Dias

Contratado (a) Secretária Municipal de Educação

TESTEMUNHAS:

NOME: _____ NOME:_____

RG Nº: _____ RG Nº:_____

CPF Nº: _____ CPF Nº: _____

GESTÃO DE PESSOAS/SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO ADITIVO Nº 267 ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO TEMPORÁRIO DEZEMBRO 2018/SME EMENTA: ADITIVO CONTRATUAL – PROCESSOS SELETIVO SIMPLIFICADO DE PROVAS E TÍTULOS N° 005/2015; 006/2017 E 001/2018

Celebram as partes o presente Aditivo de Prorrogação do Contrato nº **181**, firmado entre o Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n° 03.214.145/0001-83, neste ato representado pela Secretária Municipal de Educação, Antônia Eliene Liberato Dias, ora denominada contratante, e senhor(a) **WELMA SOARES DE JESUS,** denominado(a) contratado(a), no cargo de **PROFESSORA LICENCIADA EM PEDAGOGIA,** para exercer sua função na Escola Municipal Paulo Freire, considerando o direito a Licença Maternidade, que se regerá pelas Clausulas a seguir:

Art. 1º) Fica o presente Contrato Temporário de Prestação de Serviço prorrogado a partir de 22/12/2018 até 14/11/2019 e poderá extinguir com fundamentos previsto na Lei 1931/2005.

Art.2° O presente Aditivo Contratual poderá ser rescindido a qualquer tempo por interesse da administração pública com fundamento na Lei 1931/2005, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.

Parágrafo único- Haverá a rescisão antecipada prevista nesta clausula em caso de concurso público, tão logo preenchida vaga por servidor efetivo regularmente aprovado aplicando-se na hipótese deste artigo as regras da Lei mencionada no caput.

Art.3° Todas as demais cláusulas do Contrato Principal permanecerão em vigor, as quais haverão de ser interpretadas à luz das modificações introduzidas pelo presente aditivo.

Art.4° Por estarem, assim, justas e contratadas, assinam o presente em vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo.

Cáceres, 05 de Dezembro de 2018

_____

_____

Antônia Eliene Liberato Dias

Contratado (a) Secretária Municipal de Educação

TESTEMUNHAS:

NOME: _____ NOME:_____

RG Nº: _____ RG Nº:_____

CPF Nº: _____ CPF Nº: _____

GESTÃO DE PESSOAS/SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO ADITIVO Nº 268 ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO TEMPORÁRIO DEZEMBRO 2018/SME EMENTA: ADITIVO CONTRATUAL – PROCESSOS SELETIVO SIMPLIFICADO DE PROVAS E TÍTULOS N° 005/2015; 006/2017 E 001/2018

Celebram as partes o presente Aditivo de Prorrogação do Contrato nº **451**, firmado entre o Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n° 03.214.145/0001-83, neste ato representado pela Secretária Municipal de Educação, Antônia Eliene Liberato Dias, ora denominada contratante, e senhor(a) **ANA MARIA CRUZ SILVA,** denominado(a) contratado(a), no cargo de **PROFESSORA LICENCIADA EM PEDAGOGIA,** para exercer sua função na Escola Municipal Prof. Eduardo Benevides Lindote, considerando a obrigatoriedade do cumprimento do calendário escolar conforme a Lei de Diretrizes e Base - LDB para o termino do ano letivo, que se regerá pelas Clausulas a seguir:

Art. 1º) Fica o presente Contrato Temporário de Prestação de Serviço prorrogado a partir de 22/12/2018 até 31/01/2019 e poderá extinguir com fundamentos previsto na Lei 1931/2005.

Art.2° O presente Aditivo Contratual poderá ser rescindido a qualquer tempo por interesse da administração pública com fundamento na Lei 1931/2005, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.

Parágrafo único- Haverá a rescisão antecipada prevista nesta clausula em caso de concurso público, tão logo preenchida vaga por servidor efetivo

regularmente aprovado aplicando-se na hipótese deste artigo as regras da Lei mencionada no caput.

Art.3° Todas as demais cláusulas do Contrato Principal permanecerão em vigor, as quais haverão de ser interpretadas à luz das modificações introduzidas pelo presente aditivo.

Art.4° Por estarem, assim, justas e contratadas, assinam o presente em vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo.

Cáceres, 05 de Dezembro de 2018

_____
_____

Antônia Eliene Liberato Dias

Contratado (a) Secretária Municipal de Educação

TESTEMUNHAS:

NOME: _____ NOME:_____

RG Nº: _____ RG Nº:_____

CPF Nº: _____ CPF Nº: _____

GESTÃO DE PESSOAS/SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO ADITIVO Nº 269 ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO TEMPORÁRIO DEZEMBRO 2018/SME EMENTA: ADITIVO CONTRATUAL – PROCESSOS SELETIVO SIMPLIFICADO DE PROVAS E TÍTULOS N° 005/2015; 006/2017 E 001/2018

Celebram as partes o presente Aditivo de Prorrogação do Contrato nº **343**, firmado entre o Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n° 03.214. 145/0001-83, neste ato representado pela Secretária Municipal de Educação, Antônia Eliene Liberato Dias, ora denominada contratante, e senhor(a) **ANGELA MARIA DE ANDRADE,** denominado(a) contratado(a), no cargo de **PROFESSORA LICENCIADA EM PEDAGOGIA,** para exercer sua função na Escola Municipal Prof. Eduardo Benevides Lindote, considerando a obrigatoriedade do cumprimento do calendário escolar conforme a Lei de Diretrizes e Base - LDB para o termino do ano letivo, que se regerá pelas Clausulas a seguir:

Art. 1º) Fica o presente Contrato Temporário de Prestação de Serviço prorrogado a partir de 22/12/2018 até 31/01/2019 e poderá extinguir com fundamentos previsto na Lei 1931/2005.

Art.2° O presente Aditivo Contratual poderá ser rescindido a qualquer tempo por interesse da administração pública com fundamento na Lei 1931/ 2005, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.

Parágrafo único- Haverá a rescisão antecipada prevista nesta clausula em caso de concurso público, tão logo preenchida vaga por servidor efetivo regularmente aprovado aplicando-se na hipótese deste artigo as regras da Lei mencionada no caput.

Art.3° Todas as demais cláusulas do Contrato Principal permanecerão em vigor, as quais haverão de ser interpretadas à luz das modificações introduzidas pelo presente aditivo.

Art.4° Por estarem, assim, justas e contratadas, assinam o presente em vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo.

Cáceres, 05 de Dezembro de 2018

_____
_____

Antônia Eliene Liberato Dias

Contratado (a) Secretária Municipal de Educação

TESTEMUNHAS:

NOME: _____ NOME:_____

RG Nº: _____ RG Nº:_____

CPF Nº: _____ CPF Nº: _____

GESTÃO DE PESSOAS/SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO ADITIVO Nº 270 ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO TEMPORÁRIO DEZEMBRO 2018/SME EMENTA: ADITIVO CONTRATUAL – PROCESSOS SELETIVO SIMPLIFICADO DE PROVAS E TÍTULOS N° 005/2015; 006/2017 E 001/2018

Celebram as partes o presente Aditivo de Prorrogação do Contrato nº **193**, firmado entre o Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n° 03.214. 145/0001-83, neste ato representado pela Secretária Municipal de Educação, Antônia Eliene Liberato Dias, ora denominada contratante, e senhor(a) **CAROLINA PACHURI,** denominado(a) contratado(a), no cargo de **PROFESSORA LICENCIADA EM PEDAGOGIA,** para exercer sua função na Escola Municipal Prof. Eduardo Benevides Lindote, considerando a obrigatoriedade do cumprimento do calendário escolar conforme a Lei de Diretrizes e Base - LDB para o termino do ano letivo, que se regerá pelas Clausulas a seguir:

Art. 1º) Fica o presente Contrato Temporário de Prestação de Serviço prorrogado a partir de 22/12/2018 até 31/01/2019 e poderá extinguir com fundamentos previsto na Lei 1931/2005.

Art.2° O presente Aditivo Contratual poderá ser rescindido a qualquer tempo por interesse da administração pública com fundamento na Lei 1931/ 2005, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.

Parágrafo único- Haverá a rescisão antecipada prevista nesta clausula em caso de concurso público, tão logo preenchida vaga por servidor efetivo regularmente aprovado aplicando-se na hipótese deste artigo as regras da Lei mencionada no caput.

Art.3° Todas as demais cláusulas do Contrato Principal permanecerão em vigor, as quais haverão de ser interpretadas à luz das modificações introduzidas pelo presente aditivo.

Art.4° Por estarem, assim, justas e contratadas, assinam o presente em vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo.

Cáceres, 05 de Dezembro de 2018

_____
_____

Antônia Eliene Liberato Dias

Contratado (a) Secretária Municipal de Educação

TESTEMUNHAS:

NOME: _____ NOME:_____

RG Nº: _____ RG Nº:_____

CPF Nº: _____ CPF Nº: _____

GESTÃO DE PESSOAS/SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO ADITIVO Nº 271 ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO TEMPORÁRIO DEZEMBRO 2018/SME EMENTA: ADITIVO CONTRATUAL – PROCESSOS SELETIVO SIMPLIFICADO DE PROVAS E TÍTULOS N° 005/2015; 006/2017 E 001/2018

Celebram as partes o presente Aditivo de Prorrogação do Contrato nº **240**, firmado entre o Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n° 03.214. 145/0001-83, neste ato representado pela Secretária Municipal de Edu-

cação, Antônia Eliene Liberato Dias, ora denominada contratante, e senhor(a) **IVETE CAMARGO DE CARVALHO MELO,** denominado(a) contratado(a), no cargo de **PROFESSORA LICENCIADA EM PEDAGOGIA,** para exercer sua função na Escola Municipal Prof. Eduardo Benevides Lindote, considerando a obrigatoriedade do cumprimento do calendário escolar conforme a Lei de Diretrizes e Base - LDB para o termino do ano letivo, que se regerá pelas Clausulas a seguir:

Art. 1º) Fica o presente Contrato Temporário de Prestação de Serviço prorrogado a partir de 22/12/2018 até 31/01/2019 e poderá extinguir com fundamentos previsto na Lei 1931/2005.

Art.2° O presente Aditivo Contratual poderá ser rescindido a qualquer tempo por interesse da administração pública com fundamento na Lei 1931/2005, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.

Parágrafo único- Haverá a rescisão antecipada prevista nesta clausula em caso de concurso público, tão logo preenchida vaga por servidor efetivo regularmente aprovado aplicando-se na hipótese deste artigo as regras da Lei mencionada no caput.

Art.3° Todas as demais cláusulas do Contrato Principal permanecerão em vigor, as quais haverão de ser interpretadas à luz das modificações introduzidas pelo presente aditivo.

Art.4° Por estarem, assim, justas e contratadas, assinam o presente em vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo.

Cáceres, 05 de Dezembro de 2018

_____
_____

Antônia Eliene Liberato Dias

Contratado (a) Secretária Municipal de Educação

TESTEMUNHAS:

NOME: _____ NOME:_____

RG Nº: _____ RG Nº:_____

CPF Nº: _____ CPF Nº: _____

GESTÃO DE PESSOAS/SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO ADITIVO Nº 272 ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO TEMPORÁRIO DEZEMBRO 2018/SME EMENTA: ADITIVO CONTRATUAL – PROCESSOS SELETIVO SIMPLIFICADO DE PROVAS E TÍTULOS N° 005/2015; 006/2017 E 001/2018

Celebram as partes o presente Aditivo de Prorrogação do Contrato nº **268**, firmado entre o Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n° 03.214.145/0001-83, neste ato representado pela Secretária Municipal de Educação, Antônia Eliene Liberato Dias, ora denominada contratante, e senhor(a) **PEDROSA FRANCISCA DA SILVA,** denominado(a) contratado(a), no cargo de **PROFESSORA LICENCIADA EM PEDAGOGIA,** para exercer sua função na Escola Municipal Prof. Eduardo Benevides Lindote, considerando a obrigatoriedade do cumprimento do calendário escolar conforme a Lei de Diretrizes e Base - LDB para o termino do ano letivo, que se regerá pelas Clausulas a seguir:

Art. 1º) Fica o presente Contrato Temporário de Prestação de Serviço prorrogado a partir de 22/12/2018 até 31/01/2019 e poderá extinguir com fundamentos previsto na Lei 1931/2005.

Art.2° O presente Aditivo Contratual poderá ser rescindido a qualquer tempo por interesse da administração pública com fundamento na Lei 1931/2005, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.

Parágrafo único- Haverá a rescisão antecipada prevista nesta clausula em caso de concurso público, tão logo preenchida vaga por servidor efetivo regularmente aprovado aplicando-se na hipótese deste artigo as regras da Lei mencionada no caput.

Art.3° Todas as demais cláusulas do Contrato Principal permanecerão em vigor, as quais haverão de ser interpretadas à luz das modificações introduzidas pelo presente aditivo.

Art.4° Por estarem, assim, justas e contratadas, assinam o presente em vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo.

Cáceres, 05 de Dezembro de 2018

_____
_____

Antônia Eliene Liberato Dias

Contratado (a) Secretária Municipal de Educação

TESTEMUNHAS:

NOME: _____ NOME:_____

RG Nº: _____ RG Nº:_____

CPF Nº: _____ CPF Nº: _____

GESTÃO DE PESSOAS/SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO ADITIVO Nº 273 ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO TEMPORÁRIO DEZEMBRO 2018/SME EMENTA: ADITIVO CONTRATUAL – PROCESSOS SELETIVO SIMPLIFICADO DE PROVAS E TÍTULOS N° 005/2015; 006/2017 E 001/2018

Celebram as partes o presente Aditivo de Prorrogação do Contrato nº **207**, firmado entre o Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n° 03.214.145/0001-83, neste ato representado pela Secretária Municipal de Educação, Antônia Eliene Liberato Dias, ora denominada contratante, e senhor(a) **SANDRA DE OLIVEIRA LEITE,** denominado(a) contratado(a), no cargo de **PROFESSORA LICENCIADA EM PEDAGOGIA,** para exercer sua função na Escola Municipal Prof. Eduardo Benevides Lindote, considerando a obrigatoriedade do cumprimento do calendário escolar conforme a Lei de Diretrizes e Base - LDB para o termino do ano letivo, que se regerá pelas Clausulas a seguir:

Art. 1º) Fica o presente Contrato Temporário de Prestação de Serviço prorrogado a partir de 15/12/2018 até 31/01/2019 e poderá extinguir com fundamentos previsto na Lei 1931/2005.

Art.2° O presente Aditivo Contratual poderá ser rescindido a qualquer tempo por interesse da administração pública com fundamento na Lei 1931/2005, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.

Parágrafo único- Haverá a rescisão antecipada prevista nesta clausula em caso de concurso público, tão logo preenchida vaga por servidor efetivo regularmente aprovado aplicando-se na hipótese deste artigo as regras da Lei mencionada no caput.

Art.3° Todas as demais cláusulas do Contrato Principal permanecerão em vigor, as quais haverão de ser interpretadas à luz das modificações introduzidas pelo presente aditivo.

Art.4° Por estarem, assim, justas e contratadas, assinam o presente em vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo.

Cáceres, 05 de Dezembro de 2018

_____
_____

Antônia Eliene Liberato Dias

Contratado (a) Secretária Municipal de Educação

TESTEMUNHAS:

NOME: _____ NO-ME:_____

RG Nº: _____ RG Nº:_____

CPF Nº: _____ CPF Nº: _____

GESTÃO DE PESSOAS/SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO ADITIVO Nº 274 ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO TEMPORÁRIO DEZEMBRO 2018/SME EMENTA: ADITIVO CONTRATUAL – PROCESSOS SELETIVO SIMPLIFICADO DE PROVAS E TÍTULOS N° 005/2015; 006/2017 E 001/2018

Celebram as partes o presente Aditivo de Prorrogação do Contrato nº **424**, firmado entre o Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n° 03.214. 145/0001-83, neste ato representado pela Secretária Municipal de Educação, Antônia Eliene Liberato Dias, ora denominada contratante, e senhor(a) **VALDEIR IESENCO,** denominado(a) contratado(a), no cargo de **PROF. GEOGRAFIA,** para exercer sua função na Escola Municipal Dom Maximo Biennes, considerando a obrigatoriedade do cumprimento do calendário escolar conforme a Lei de Diretrizes e Base - LDB para o termino do ano letivo, que se regerá pelas Clausulas a seguir:

Art. 1º) Fica o presente Contrato Temporário de Prestação de Serviço prorrogado a partir de 22/12/2018 até 18/01/2019 e poderá extinguir com fundamentos previsto na Lei 1931/2005.

Art.2° O presente Aditivo Contratual poderá ser rescindido a qualquer tempo por interesse da administração pública com fundamento na Lei 1931/ 2005, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.

Parágrafo único- Haverá a rescisão antecipada prevista nesta clausula em caso de concurso público, tão logo preenchida vaga por servidor efetivo regularmente aprovado aplicando-se na hipótese deste artigo as regras da Lei mencionada no caput.

Art.3° Todas as demais cláusulas do Contrato Principal permanecerão em vigor, as quais haverão de ser interpretadas à luz das modificações introduzidas pelo presente aditivo.

Art.4° Por estarem, assim, justas e contratadas, assinam o presente em vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo.

Cáceres, 05 de Dezembro de 2018

_____

_____

Antônia Eliene Liberato Dias

Contratado (a) Secretária Municipal de Educação

TESTEMUNHAS:

NOME: _____ NO-ME:_____

RG Nº: _____ RG Nº:_____

CPF Nº: _____ CPF Nº: _____

GESTÃO DE PESSOAS/SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO ADITIVO Nº 275 ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO TEMPORÁRIO DEZEMBRO 2018/SME EMENTA: ADITIVO CONTRATUAL – PROCESSOS SELETIVO SIMPLIFICADO DE PROVAS E TÍTULOS N° 005/2015; 006/2017 E 001/2018

Celebram as partes o presente Aditivo de Prorrogação do Contrato nº **030**, firmado entre o Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n° 03.214. 145/0001-83, neste ato representado pela Secretária Municipal de Educação, Antônia Eliene Liberato Dias, ora denominada contratante, e senhor(a) **SOLANGE REGINA DE OLIVEIRA,** denominado(a) contratado(a), no cargo de **AUX. SERV. GERAIS,** para exercer sua função na Escola Municipal Duque de Caxias, considerando a obrigatoriedade do cumprimento do calendário escolar conforme a Lei de Diretrizes e Base - LDB para o termino do ano letivo, que se regerá pelas Clausulas a seguir:

Art. 1º) Fica o presente Contrato Temporário de Prestação de Serviço prorrogado a partir de 22/12/2018 até 28/02/2019 e poderá extinguir com fundamentos previsto na Lei 1931/2005.

Art.2° O presente Aditivo Contratual poderá ser rescindido a qualquer tempo por interesse da administração pública com fundamento na Lei 1931/ 2005, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.

Parágrafo único- Haverá a rescisão antecipada prevista nesta clausula em caso de concurso público, tão logo preenchida vaga por servidor efetivo regularmente aprovado aplicando-se na hipótese deste artigo as regras da Lei mencionada no caput.

Art.3° Todas as demais cláusulas do Contrato Principal permanecerão em vigor, as quais haverão de ser interpretadas à luz das modificações introduzidas pelo presente aditivo.

Art.4° Por estarem, assim, justas e contratadas, assinam o presente em vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo.

Cáceres, 05 de Dezembro de 2018

_____

_____

Antônia Eliene Liberato Dias

Contratado (a) Secretária Municipal de Educação

TESTEMUNHAS:

NOME: _____ NO-ME:_____

RG Nº: _____ RG Nº:_____

CPF Nº: _____ CPF Nº: _____

GESTÃO DE PESSOAS/SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO ADITIVO Nº 276 ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO TEMPORÁRIO DEZEMBRO 2018/SME EMENTA: ADITIVO CONTRATUAL – PROCESSOS SELETIVO SIMPLIFICADO DE PROVAS E TÍTULOS N° 005/2015; 006/2017 E 001/2018

Celebram as partes o presente Aditivo de Prorrogação do Contrato nº **247**, firmado entre o Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n° 03.214.145/ 0001-83, neste ato representado pela Secretária Municipal de Educação, Antônia Eliene Liberato Dias, ora denominada contratante, e senhor(a) **JOSIANE INES DE SOUZA,** denominado(a) contratado(a), no cargo de **AUX. SERV. GERAIS,** para exercer sua função na Escola Municipal Frei Grignion, considerando a obrigatoriedade do cumprimento do calendário escolar conforme a Lei de Diretrizes e Base - LDB para o termino do ano letivo, que se regerá pelas Clausulas a seguir:

Art. 1º) Fica o presente Contrato Temporário de Prestação de Serviço prorrogado a partir de 22/12/2018 até 28/02/2019 e poderá extinguir com fundamentos previsto na Lei 1931/2005.

Art.2° O presente Aditivo Contratual poderá ser rescindido a qualquer tempo por interesse da administração pública com fundamento na Lei 1931/2005, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.

Parágrafo único- Haverá a rescisão antecipada prevista nesta clausula em caso de concurso público, tão logo preenchida vaga por servidor efetivo regularmente aprovado aplicando-se na hipótese deste artigo as regras da Lei mencionada no caput.

Art.3° Todas as demais cláusulas do Contrato Principal permanecerão em vigor, as quais haverão de ser interpretadas à luz das modificações introduzidas pelo presente aditivo.

Art.4° Por estarem, assim, justas e contratadas, assinam o presente em vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo.

Cáceres, 05 de Dezembro de 2018

_____
_____

Antônia Eliene Liberato Dias

Contratado (a) Secretária Municipal de Educação

TESTEMUNHAS:

NOME: _____ NOME:_____

RG Nº: _____ RG Nº:_____

CPF Nº: _____ CPF Nº: _____

GESTÃO DE PESSOAS/SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO ADITIVO Nº 277 ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO TEMPORÁRIO DEZEMBRO 2018/SME EMENTA: ADITIVO CONTRATUAL – PROCESSOS SELETIVO SIMPLIFICADO DE PROVAS E TÍTULOS N° 005/2015; 006/2017 E 001/2018

Celebram as partes o presente Aditivo de Prorrogação do Contrato nº **266**, firmado entre o Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n° 03.214.145/0001-83, neste ato representado pela Secretária Municipal de Educação, Antônia Eliene Liberato Dias, ora denominada contratante, e senhor(a) **TATIANE FERREIRA DA SILVA,** denominado(a) contratado(a), no cargo de **AUX. DESENV. INFANTIL,** para exercer sua função na Escola Municipal Pequeno Sábio, considerando a obrigatoriedade do cumprimento do calendário escolar conforme a Lei de Diretrizes e Base - LDB para o termino do ano letivo, que se regerá pelas Clausulas a seguir:

Art. 1º) Fica o presente Contrato Temporário de Prestação de Serviço prorrogado a partir de 22/12/2018 até 11/01/2019 e poderá extinguir com fundamentos previsto na Lei 1931/2005.

Art.2° O presente Aditivo Contratual poderá ser rescindido a qualquer tempo por interesse da administração pública com fundamento na Lei 1931/2005, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.

Parágrafo único- Haverá a rescisão antecipada prevista nesta clausula em caso de concurso público, tão logo preenchida vaga por servidor efetivo regularmente aprovado aplicando-se na hipótese deste artigo as regras da Lei mencionada no caput.

Art.3° Todas as demais cláusulas do Contrato Principal permanecerão em vigor, as quais haverão de ser interpretadas à luz das modificações introduzidas pelo presente aditivo.

Art.4° Por estarem, assim, justas e contratadas, assinam o presente em vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo.

Cáceres, 05 de Dezembro de 2018

_____
_____

Antônia Eliene Liberato Dias

Contratado (a) Secretária Municipal de Educação

TESTEMUNHAS:

NOME: _____ NOME:_____

RG Nº: _____ RG Nº:_____

CPF Nº: _____ CPF Nº: _____

EXTRATO PROCESSO DE SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA 022/2018

PROCESSO DE SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA 022/2018 – PROTOCOLO 10466 DE 06/03/2018 , PORTARIA Nº315 DE 29/07/2018

- RELATÓRIO FINAL DA COMISSÃO PERMANENTE DE SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA, CONCLUIU QUE **NÃO HOUVE** O COMETIMENTO DE INFRAÇÃO ADMINISTRATIVA PRATICADA PELOS SERVIDORES PÚBLICOS

JOSÉ CARLOS GONZALES DO NASCIMENTO E CLÁUDIO DONIZETE BRUNERI NO DESENVOLVIMENTO DE SUAS FUNÇÕES DE MOTORISTA, OBJETO DE INVESTIGAÇÃO NARRADO NO MEMORANDO Nº 123/2018-RH/SMS, DA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

- JULGAMENTO, ACATAMENTO E HOMOLOGAÇÃO DO RELATÓRIO DA COMISSÃO PERMANENTE DE SINDICANCIA ADMINISTRATIVA, PELO SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE.

- APÓS PROVIDÊNCIAS – ENCERRAMENTO E ARQUIVAMENTO DO PROCESSO.

- DESTA FORMA – ENCERRAMENTO DOS TRABLHOS JUNTO COMISSÃO PERMANENTE DE SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA, E ENVIO AO SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO.

Cáceres-MT., 10 de dezembro de 2018.

Elivania Martins de Souza

Presidente

SERVIÇO DE SANEAMENTO AMBIENTAL ÁGUAS DO PANTANAL EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO DE PRAZO E VALOR AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 032/2016-SSAAP N°.

O Serviço de Saneamento Ambiental Aguas do Pantanal, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ 22.794.608/0001-78, comunica:

CONTRATO Nº 32/2016-SSAAP

CONTRATANTE: **SERVIÇO DE SANEAMENTO AMBIENTAL AGUAS DO PANTANAL**

CONTRATADO: RLZ INFORMÁTICA LTDA.

OBJETO: – Aditar o **PRAZO DA VIGÊNCIA AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 032/2016-** celebrado entre o **SERVIÇO DE SANEAMENTO AMBIENTAL ÁGUAS DO PANTANAL,** e a empresa **RLZ INFORMÁTICA LTDA**, **PARA MAIS 12 (DOZE) MESES E REAJUSTAR O VALOR COM BASE NO INPC, REFERENTE AO PERÍODO DE NOVEMBRO/2017 A OUTUBRO/2018, COM O ÍNDICE ACUMULADO DE 4,00% (quatro por cento), ALTERANDO-SE O VALOR MENSAL PARA R$ 4.553,84 (quatro mil, quinhentos e cinquenta e três reais e oitenta e quatro cen-**

tavos), perfazendo o total anual de R$ 54.646,08 (cinquenta e quatro mil, seiscentos e quarenta e seis reais e oito centavos).

ÓRGÃO UNIDADE: 18.001

FUNÇÃO PROGRAMATICA:17.512.2211.0000

NATUREZA DA DESPESA: 33.90.39.00

FONTE: 100 – REC ORDINÁRIOS

Cáceres - MT, 22 de Novembro de 2018.

PAULO DONIZETE DA COSTA

Diretor Executivo

SERVIÇO DE SANEAMENTO AMBIENTAL ÁGUAS DO PANTANAL EXTRATO DO 3º TERMO ADITIVO DE PRAZO E VALOR AO CONTRATO DE SUB-ROGAÇÃO DE DIREITOS E OBRIGAÇÕES Nº 004/2016-PGM.

O Serviço de Saneamento Ambiental Aguas do Pantanal, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ 22.794.608/0001-78, comunica:

CONTRATO Nº 04/2016-SSAAP

CONTRATANTE: **SERVIÇO DE SANEAMENTO AMBIENTAL AGUAS DO PANTANAL**

CONTRATADO: HIDROGERON PRESTADORA DE SERVIÇOS E CONSULTORIAS ESPECIALIZADAS LTDA-ME.

OBJETO: – Aditar o **PRAZO DA VIGÊNCIA AO CONTRATO DE SUB-ROGAÇÃO DE DIREITOS E OBRIGAÇÕES Nº 004/2016-PGM** celebrado entre o Município de Cáceres/MT, através da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos sendo esta SUB-ROGANTE/CEDENTE, tendo como SUB-ROGADO/CESSIONÁRIO o Serviço Municipal de Água e Esgoto, Drenagem e Resíduos Sólidos do Município de Cáceres/MT-SAEC, que em conformidade com a Lei N.º 2.520 de 12 de Fevereiro de 2016, alterou a denominação para **SERVIÇO DE SANEAMENTO AMBIENTAL ÁGUAS DO PANTANAL,** e Interveniente Anuente a Empresa HIDROGERON PRESTADORA DE SERVIÇOS E CONSULTORIAS ESPECIALIZADAS LTDA-ME, referente ao CONTRATO DE SUB-ROGAÇÃO DE DIREITOS E OBRIGAÇÕES Nº 004/2016-PGM, **PARA MAIS 12 (DOZE) MESES E REAJUSTAR O VALOR COM BASE NO IGPM, REFERENTE AO PERÍODO DE NOVEMBRO/2017 À OUTUBRO DE 2018, COM O ÍNDICE ACUMULADO DE 8,29% (oito inteiros e vinte e nove centésimos por cento), ALTERANDO-SE O VALOR MENSAL DE R$ 14.535,05 (quatorze mil, quinhentos e trinta e cinco reais e cinco centavos), para R$ 15. 740,00 (Quinze mil, setecentos e quarenta reais), perfazendo o total anual de R$ 188.880,00 (Cento e oitenta e oito mil e oitocentos e oitenta reais).**

ÓRGÃO UNIDADE: 18.001

FUNÇÃO PROGRAMATICA:17.512.2211.0000

NATUREZA DA DESPESA: 33.90.39.00

FONTE: 100 – REC ORDINÁRIOS

Cáceres - MT, 08 de Novembro de 2018.

PAULO DONIZETE DA COSTA

Diretor Executivo

GESTÃO DE PESSOAS/SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO ADITIVO Nº 221 ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO TEMPORÁRIO DEZEMBRO 2018/SME EMENTA: ADITIVO CONTRATUAL – PROCESSOS SELETIVO SIMPLIFICADO DE PROVAS E TÍTULOS N° 005/2015; 006/2017 E 001/2018

Celebram as partes o presente Aditivo de Prorrogação do Contrato nº **370**, firmado entre o Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n° 03.214. 145/0001-83, neste ato representado pela Secretária Municipal de Educação, Antônia Eliene Liberato Dias, ora denominada contratante, e senhor(a) **SERGENILDO FELICISSIMO DE MIRANDA,** denominado(a) contratado(a), no cargo de **GUARDA,** para exercer sua função na Escola Municipal Tancredo Neves, cobrindo férias de servidores efetivos, que se regerá pelas Clausulas a seguir:

Art. 1º) Fica o presente Contrato Temporário de Prestação de Serviço prorrogado a partir de 01/01/2019 até 31/03/2019 e poderá extinguir com fundamentos previsto na Lei 1931/2005.

Art.2° O presente Aditivo Contratual poderá ser rescindido a qualquer tempo por interesse da administração pública com fundamento na Lei 1931/ 2005, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.

Parágrafo único- Haverá a rescisão antecipada prevista nesta clausula em caso de concurso público, tão logo preenchida vaga por servidor efetivo regularmente aprovado aplicando-se na hipótese deste artigo as regras da Lei mencionada no caput.

Art.3° Todas as demais cláusulas do Contrato Principal permanecerão em vigor, as quais haverão de ser interpretadas à luz das modificações introduzidas pelo presente aditivo.

Art.4° Por estarem, assim, justas e contratadas, assinam o presente em vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo.

Cáceres, 05 de Dezembro de 2018

_____
_____

Antônia Eliene Liberato Dias

Contratado (a) Secretária Municipal de Educação

TESTEMUNHAS:

NOME: _____ NOME:_____

RG Nº: _____ RG Nº:_____

CPF Nº: _____ CPF Nº: _____

GESTÃO DE PESSOAS/SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO ADITIVO Nº 222 ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO TEMPORÁRIO DEZEMBRO 2018/SME EMENTA: ADITIVO CONTRATUAL – PROCESSOS SELETIVO SIMPLIFICADO DE PROVAS E TÍTULOS N° 005/2015; 006/2017 E 001/2018

Celebram as partes o presente Aditivo de Prorrogação do Contrato nº **243**, firmado entre o Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n° 03.214. 145/0001-83, neste ato representado pela Secretária Municipal de Educação, Antônia Eliene Liberato Dias, ora denominada contratante, e senhor(a) **ROSILENE DA SILVA AMANCIO,** denominado(a) contratado(a), no cargo de **AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL,** para exercer sua função na Escola Municipal Tancredo Neves, considerando a obrigatoriedade do cumprimento do calendário escolar conforme a Lei de Diretrizes e Base - LDB para o termino do ano letivo, que se regerá pelas Clausulas a seguir:

Art. 1º) Fica o presente Contrato Temporário de Prestação de Serviço prorrogado a partir de 22/12/2018 até 23/01/2019 e poderá extinguir com fundamentos previsto na Lei 1931/2005.

Art.2° O presente Aditivo Contratual poderá ser rescindido a qualquer tempo por interesse da administração pública com fundamento na Lei 1931/ 2005, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.

Parágrafo único- Haverá a rescisão antecipada prevista nesta clausula em caso de concurso público, tão logo preenchida vaga por servidor efetivo

regularmente aprovado aplicando-se na hipótese deste artigo as regras da Lei mencionada no caput.

Art.3° Todas as demais cláusulas do Contrato Principal permanecerão em vigor, as quais haverão de ser interpretadas à luz das modificações introduzidas pelo presente aditivo.

Art.4° Por estarem, assim, justas e contratadas, assinam o presente em vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo.

Cáceres, 05 de Dezembro de 2018

_____
_____

Antônia Eliene Liberato Dias

Contratado (a) Secretária Municipal de Educação

TESTEMUNHAS:

NOME: _____ NOME:_____

RG Nº: _____ RG Nº:_____

CPF Nº: _____ CPF Nº: _____

GESTÃO DE PESSOAS/SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO ADITIVO Nº 223 ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO TEMPORÁRIO DEZEMBRO 2018/SME EMENTA: ADITIVO CONTRATUAL – PROCESSOS SELETIVO SIMPLIFICADO DE PROVAS E TÍTULOS N° 005/2015; 006/2017 E 001/2018

Celebram as partes o presente Aditivo de Prorrogação do Contrato nº **463**, firmado entre o Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n° 03.214. 145/0001-83, neste ato representado pela Secretária Municipal de Educação, Antônia Eliene Liberato Dias, ora denominada contratante, e senhor(a) **DEIZIANE DUARTE DA SILVA,** denominado(a) contratado(a), no cargo de **PROFESSORA LICENCIADA EM LETRAS,** para exercer sua função na Escola Municipal Buriti, considerando a obrigatoriedade do cumprimento do calendário escolar conforme a Lei de Diretrizes e Base - LDB para o termino do ano letivo, que se regerá pelas Clausulas a seguir:

Art. 1º) Fica o presente Contrato Temporário de Prestação de Serviço prorrogado a partir de 22/12/2018 até 18/01/2019 e poderá extinguir com fundamentos previsto na Lei 1931/2005.

Art.2° O presente Aditivo Contratual poderá ser rescindido a qualquer tempo por interesse da administração pública com fundamento na Lei 1931/ 2005, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.

Parágrafo único- Haverá a rescisão antecipada prevista nesta clausula em caso de concurso público, tão logo preenchida vaga por servidor efetivo regularmente aprovado aplicando-se na hipótese deste artigo as regras da Lei mencionada no caput.

Art.3° Todas as demais cláusulas do Contrato Principal permanecerão em vigor, as quais haverão de ser interpretadas à luz das modificações introduzidas pelo presente aditivo.

Art.4° Por estarem, assim, justas e contratadas, assinam o presente em vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo.

Cáceres, 05 de Dezembro de 2018

_____
_____

Antônia Eliene Liberato Dias

Contratado (a) Secretária Municipal de Educação

TESTEMUNHAS:

NOME: _____ NOME:_____

RG Nº: _____ RG Nº:_____

CPF Nº: _____ CPF Nº: _____

GESTÃO DE PESSOAS/SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO ADITIVO Nº 224 ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO TEMPORÁRIO DEZEMBRO 2018/SME EMENTA: ADITIVO CONTRATUAL – PROCESSOS SELETIVO SIMPLIFICADO DE PROVAS E TÍTULOS N° 005/2015; 006/2017 E 001/2018

Celebram as partes o presente Aditivo de Prorrogação do Contrato nº **344**, firmado entre o Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n° 03.214. 145/0001-83, neste ato representado pela Secretária Municipal de Educação, Antônia Eliene Liberato Dias, ora denominada contratante, e senhor(a) **ALESSANDRA RIBEIRO,** denominado(a) contratado(a), no cargo de **PROFESSORA LICENCIADA EM HISTÓRIA,** para exercer sua função na Escola Municipal Tancredo Neves, considerando a obrigatoriedade do cumprimento do calendário escolar conforme a Lei de Diretrizes e Base - LDB para o termino do ano letivo, que se regerá pelas Clausulas a seguir:

Art. 1º) Fica o presente Contrato Temporário de Prestação de Serviço prorrogado a partir de 22/12/2018 até 23/01/2019 e poderá extinguir com fundamentos previsto na Lei 1931/2005.

Art.2° O presente Aditivo Contratual poderá ser rescindido a qualquer tempo por interesse da administração pública com fundamento na Lei 1931/ 2005, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.

Parágrafo único- Haverá a rescisão antecipada prevista nesta clausula em caso de concurso público, tão logo preenchida vaga por servidor efetivo regularmente aprovado aplicando-se na hipótese deste artigo as regras da Lei mencionada no caput.

Art.3° Todas as demais cláusulas do Contrato Principal permanecerão em vigor, as quais haverão de ser interpretadas à luz das modificações introduzidas pelo presente aditivo.

Art.4° Por estarem, assim, justas e contratadas, assinam o presente em vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo.

Cáceres, 05 de Dezembro de 2018

_____
_____

Antônia Eliene Liberato Dias

Contratado (a) Secretária Municipal de Educação

TESTEMUNHAS:

NOME: _____ NOME:_____

RG Nº: _____ RG Nº:_____

CPF Nº: _____ CPF Nº: _____

GESTÃO DE PESSOAS/SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO ADITIVO Nº 225 ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO TEMPORÁRIO DEZEMBRO 2018/SME EMENTA: ADITIVO CONTRATUAL – PROCESSOS SELETIVO SIMPLIFICADO DE PROVAS E TÍTULOS N° 005/2015; 006/2017 E 001/2018

Celebram as partes o presente Aditivo de Prorrogação do Contrato nº **106**, firmado entre o Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n° 03.214. 145/0001-83, neste ato representado pela Secretária Municipal de Educação, Antônia Eliene Liberato Dias, ora denominada contratante, e se-

nhor(a) **MARIOZILDA CAMPOS DE MORAIS ALMEIDA,** denominado(a) contratado(a), no cargo de **PROFESSORA LICENCIADA EM PEDAGOGIA,** para exercer sua função na Escola Municipal Tancredo Neves, considerando a obrigatoriedade do cumprimento do calendário escolar conforme a Lei de Diretrizes e Base - LDB para o termino do ano letivo, que se regerá pelas Clausulas a seguir:

Art. 1º) Fica o presente Contrato Temporário de Prestação de Serviço prorrogado a partir de 22/12/2018 até 23/01/2019 e poderá extinguir com fundamentos previsto na Lei 1931/2005.

Art.2° O presente Aditivo Contratual poderá ser rescindido a qualquer tempo por interesse da administração pública com fundamento na Lei 1931/2005, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.

Parágrafo único- Haverá a rescisão antecipada prevista nesta clausula em caso de concurso público, tão logo preenchida vaga por servidor efetivo regularmente aprovado aplicando-se na hipótese deste artigo as regras da Lei mencionada no caput.

Art.3° Todas as demais cláusulas do Contrato Principal permanecerão em vigor, as quais haverão de ser interpretadas à luz das modificações introduzidas pelo presente aditivo.

Art.4° Por estarem, assim, justas e contratadas, assinam o presente em vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo.

Cáceres, 05 de Dezembro de 2018

_____
_____

Antônia Eliene Liberato Dias

Contratado (a) Secretária Municipal de Educação

TESTEMUNHAS:

NOME: _____ NOME:_____

RG Nº: _____ RG Nº:_____

CPF Nº: _____ CPF Nº: _____

GESTÃO DE PESSOAS/SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO ADITIVO Nº 226 ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO TEMPORÁRIO DEZEMBRO 2018/SME EMENTA: ADITIVO CONTRATUAL – PROCESSOS SELETIVO SIMPLIFICADO DE PROVAS E TÍTULOS N° 005/2015; 006/2017 E 001/2018

Celebram as partes o presente Aditivo de Prorrogação do Contrato nº **365**, firmado entre o Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n° 03.214.145/0001-83, neste ato representado pela Secretária Municipal de Educação, Antônia Eliene Liberato Dias, ora denominada contratante, e senhor(a) **VANDERLÉIA MENDES DA SILVA,** denominado(a) contratado(a), no cargo de **PROFESSORA LICENCIADA EM PEDAGOGIA,** para exercer sua função na Escola Municipal Tancredo Neves, considerando a obrigatoriedade do cumprimento do calendário escolar conforme a Lei de Diretrizes e Base - LDB para o termino do ano letivo, que se regerá pelas Clausulas a seguir:

Art. 1º) Fica o presente Contrato Temporário de Prestação de Serviço prorrogado a partir de 22/12/2018 até 23/01/2019 e poderá extinguir com fundamentos previsto na Lei 1931/2005.

Art.2° O presente Aditivo Contratual poderá ser rescindido a qualquer tempo por interesse da administração pública com fundamento na Lei 1931/2005, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.

Parágrafo único- Haverá a rescisão antecipada prevista nesta clausula em caso de concurso público, tão logo preenchida vaga por servidor efetivo regularmente aprovado aplicando-se na hipótese deste artigo as regras da Lei mencionada no caput.

Art.3° Todas as demais cláusulas do Contrato Principal permanecerão em vigor, as quais haverão de ser interpretadas à luz das modificações introduzidas pelo presente aditivo.

Art.4° Por estarem, assim, justas e contratadas, assinam o presente em vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo.

Cáceres, 05 de Dezembro de 2018

_____
_____

Antônia Eliene Liberato Dias

Contratado (a) Secretária Municipal de Educação

TESTEMUNHAS:

NOME: _____ NOME:_____

RG Nº: _____ RG Nº:_____

CPF Nº: _____ CPF Nº: _____

GESTÃO DE PESSOAS/SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO ADITIVO Nº 227 ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO TEMPORÁRIO DEZEMBRO 2018/SME EMENTA: ADITIVO CONTRATUAL – PROCESSOS SELETIVO SIMPLIFICADO DE PROVAS E TÍTULOS N° 005/2015; 006/2017 E 001/2018

Celebram as partes o presente Aditivo de Prorrogação do Contrato nº **176**, firmado entre o Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n° 03.214.145/0001-83, neste ato representado pela Secretária Municipal de Educação, Antônia Eliene Liberato Dias, ora denominada contratante, e senhor(a) **MIRIAM RAQUEL DA SILVA MIRANDA,** denominado(a) contratado(a), no cargo de **PROFESSORA LICENCIADA EM GEOGRAFIA,** para exercer sua função na Escola Municipal Tancredo Neves, considerando a obrigatoriedade do cumprimento do calendário escolar conforme a Lei de Diretrizes e Base - LDB para o termino do ano letivo, que se regerá pelas Clausulas a seguir:

Art. 1º) Fica o presente Contrato Temporário de Prestação de Serviço prorrogado a partir de 22/12/2018 até 23/01/2019 e poderá extinguir com fundamentos previsto na Lei 1931/2005.

Art.2° O presente Aditivo Contratual poderá ser rescindido a qualquer tempo por interesse da administração pública com fundamento na Lei 1931/2005, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.

Parágrafo único- Haverá a rescisão antecipada prevista nesta clausula em caso de concurso público, tão logo preenchida vaga por servidor efetivo regularmente aprovado aplicando-se na hipótese deste artigo as regras da Lei mencionada no caput.

Art.3° Todas as demais cláusulas do Contrato Principal permanecerão em vigor, as quais haverão de ser interpretadas à luz das modificações introduzidas pelo presente aditivo.

Art.4° Por estarem, assim, justas e contratadas, assinam o presente em vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo.

Cáceres, 05 de Dezembro de 2018

_____
_____

Antônia Eliene Liberato Dias

Contratado (a) Secretária Municipal de Educação

TESTEMUNHAS:

NOME: _____ NOME:_____

RG Nº: _____ RG Nº:_____

CPF Nº: _____ CPF Nº: _____

DECRETO Nº 673 DE 05 DE DEZEMBRO DE 2018.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 74, Inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal e o **SECRETÁRIO MUNICIPAL INTERINO DE SAÚDE,** no uso das atribuições, que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153 de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o que consta submetido ao Protocolo Geral sob nº 48774 de 29 de novembro de 2018,

R E S O L V E:

Art. 1º Nomear o senhor **DOUGLAS SILVA MARCACINI** – Gerente de Planejamento e Projetos, para responder pela Coordenadoria de Gestão Administrativa em substituição a titular **Silvana Maria de Souza,** que estará de férias no período de 03 de dezembro de 2018 a 01 de janeiro de 2019.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 05 de dezembro de 2018.

FRANCIS MARIS CRUZ

Prefeito Municipal de Cáceres

ANTONIO CARLOS DE JESUS MENDES

Secretário Municipal Interino de Saúde

Afixado em: 05.12.18

GESTÃO DE PESSOAS/SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO ADITIVO Nº 228 ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO TEMPORÁRIO DEZEMBRO 2018/SME EMENTA: ADITIVO CONTRATUAL – PROCESSOS SELETIVO SIMPLIFICADO DE PROVAS E TÍTULOS N° 005/2015; 006/2017 E 001/2018

Celebram as partes o presente Aditivo de Prorrogação do Contrato nº **460**, firmado entre o Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n° 03.214. 145/0001-83, neste ato representado pela Secretária Municipal de Educação, Antônia Eliene Liberato Dias, ora denominada contratante, e senhor(a) **MARIA AUXILIADORA DA SILVA RODRIGUES,** denominado(a) contratado(a), no cargo de **PROFESSORA LICENCIADA EM MATEMÁTICA,** para exercer sua função na Escola Municipal Buriti, considerando a obrigatoriedade do cumprimento do calendário escolar conforme a Lei de Diretrizes e Base - LDB para o termino do ano letivo, que se regerá pelas Clausulas a seguir:

Art. 1º) Fica o presente Contrato Temporário de Prestação de Serviço prorrogado a partir de 15/12/2018 até 18/01/2019 e poderá extinguir com fundamentos previsto na Lei 1931/2005.

Art.2° O presente Aditivo Contratual poderá ser rescindido a qualquer tempo por interesse da administração pública com fundamento na Lei 1931/ 2005, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.

Parágrafo único- Haverá a rescisão antecipada prevista nesta clausula em caso de concurso público, tão logo preenchida vaga por servidor efetivo regularmente aprovado aplicando-se na hipótese deste artigo as regras da Lei mencionada no caput.

Art.3° Todas as demais cláusulas do Contrato Principal permanecerão em vigor, as quais haverão de ser interpretadas à luz das modificações introduzidas pelo presente aditivo.

Art.4° Por estarem, assim, justas e contratadas, assinam o presente em vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo.

Cáceres, 05 de Dezembro de 2018

_____

_____

Antônia Eliene Liberato Dias

Contratado (a) Secretária Municipal de Educação

TESTEMUNHAS:

NOME: _____ NOME:_____

RG Nº: _____ RG Nº:_____

CPF Nº: _____ CPF Nº: _____

DECRETO Nº. 672 DE 05 DE DEZEMBRO DE 2018.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 74, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal e o **SECRETÁRIO MUNICIPAL INTERINO DE SAÚDE,** no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Protocolo Geral nº 49131 de 03 de dezembro de 2018,

RESOLVE:

Art. 1º- Exonerar o servidor **VICENTE DE PAULO MOREIRA NUNES** – Odontólogo, do cargo de Gerência de Odontológica, concebido através do Decreto nº 565 de 21 de setembro de 2018 da Secretaria de Saúde, do Município de Cáceres, Estado de Mato Grosso, a partir desta data.

Art. 2º-Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 05 de dezembro de 2018.

FRANCIS MARIS CRUZ

Prefeito Municipal de Cáceres

ANTONIO CARLOS DE JESUS MENDES

Secretário Municipal Interino de Saúde

Afixado em: 05.12.18

GESTÃO DE PESSOAS/SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO ADITIVO Nº 229 ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO TEMPORÁRIO DEZEMBRO 2018/SME EMENTA: ADITIVO CONTRATUAL – PROCESSOS SELETIVO SIMPLIFICADO DE PROVAS E TÍTULOS N° 005/2015; 006/2017 E 001/2018

Celebram as partes o presente Aditivo de Prorrogação do Contrato nº **253**, firmado entre o Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n° 03.214. 145/0001-83, neste ato representado pela Secretária Municipal de Educação, Antônia Eliene Liberato Dias, ora denominada contratante, e senhor(a) **CRISTIANE DE JESUS EGUES DE SOUZA,** denominado(a) contratado(a), no cargo de **AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS,** para exercer sua função na Escola Municipal Vitória Régia, considerando a obrigatoriedade do cumprimento do calendário escolar conforme a Lei de Diretrizes e

Base - LDB para o termino do ano letivo, que se regerá pelas Clausulas a seguir:

Art. 1º) Fica o presente Contrato Temporário de Prestação de Serviço prorrogado a partir de 01/01/2019 até 11/01/2019 e poderá extinguir com fundamentos previsto na Lei 1931/2005.

Art.2° O presente Aditivo Contratual poderá ser rescindido a qualquer tempo por interesse da administração pública com fundamento na Lei 1931/2005, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.

Parágrafo único- Haverá a rescisão antecipada prevista nesta clausula em caso de concurso público, tão logo preenchida vaga por servidor efetivo regularmente aprovado aplicando-se na hipótese deste artigo as regras da Lei mencionada no caput.

Art.3° Todas as demais cláusulas do Contrato Principal permanecerão em vigor, as quais haverão de ser interpretadas à luz das modificações introduzidas pelo presente aditivo.

Art.4° Por estarem, assim, justas e contratadas, assinam o presente em vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo.

Cáceres, 05 de Dezembro de 2018

_____
_____

Antônia Eliene Liberato Dias

Contratado (a) Secretária Municipal de Educação

TESTEMUNHAS:

NOME: _____ NOME:_____

RG Nº: _____ RG Nº:_____

CPF Nº: _____ CPF Nº: _____

LEI N° 2.715 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2018

"Dispõe sobre denominação de Creche Municipal localizada na Avenida Nossa Senhora do Carmo, s/n°, Bairro do Junco, que se denominará "Professora Izabel da Cruz Pinheiro".

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO: no uso das prerrogativas que lhe são estabelecidas pelo Artigo 74, Inciso VII, faço saber que a Câmara Municipal de Cáceres aprovou, nos termos dos artigos 22 e 25, ambos da Lei Orgânica do Município, e eu sanciono a presente Lei.

Art. 1° A Creche Municipal que está sendo construída na Avenida Nossa Senhora do Carmo, s/n°, Bairro do Junco, nesta cidade de Cáceres/MT, passa a denominar-se **"CRECHE MUNICIPAL PROFESSORA IZABEL DA CRUZ PINHEIRO**".

Art. 2° Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Cáceres-MT, 07 de dezembro de 2018.

FRANCIS MARIS CRUZ

PREFEITO MUNICIPAL

GESTÃO DE PESSOAS/SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO ADITIVO Nº 230 ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO TEMPORÁRIO DEZEMBRO 2018/SME EMENTA: ADITIVO CONTRATUAL – PROCESSOS SELETIVO SIMPLIFICADO DE PROVAS E TÍTULOS N° 005/2015; 006/2017 E 001/2018

Celebram as partes o presente Aditivo de Prorrogação do Contrato nº **252**, firmado entre o Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n° 03.214.145/0001-83, neste ato representado pela Secretária Municipal de Educação, Antônia Eliene Liberato Dias, ora denominada contratante, e senhor(a) **JOSIANE DE ARAUJO SILVA,** denominado(a) contratado(a), no cargo de **AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS,** para exercer sua função na Escola Municipal Vitória Régia, considerando o direito a Licença Maternidade, que se regerá pelas Clausulas a seguir:

Art. 1º) Fica o presente Contrato Temporário de Prestação de Serviço prorrogado a partir de 01/01/2019 até 25/11/2019 e poderá extinguir com fundamentos previsto na Lei 1931/2005.

Art.2° O presente Aditivo Contratual poderá ser rescindido a qualquer tempo por interesse da administração pública com fundamento na Lei 1931/2005, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.

Parágrafo único- Haverá a rescisão antecipada prevista nesta clausula em caso de concurso público, tão logo preenchida vaga por servidor efetivo regularmente aprovado aplicando-se na hipótese deste artigo as regras da Lei mencionada no caput.

Art.3° Todas as demais cláusulas do Contrato Principal permanecerão em vigor, as quais haverão de ser interpretadas à luz das modificações introduzidas pelo presente aditivo.

Art.4° Por estarem, assim, justas e contratadas, assinam o presente em vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo.

Cáceres, 05 de Dezembro de 2018

_____
_____

Antônia Eliene Liberato Dias

Contratado (a) Secretária Municipal de Educação

TESTEMUNHAS:

NOME: _____ NOME:_____

RG Nº: _____ RG Nº:_____

CPF Nº: _____ CPF Nº: _____

GESTÃO DE PESSOAS/SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO ADITIVO Nº 231 ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO TEMPORÁRIO DEZEMBRO 2018/SME EMENTA: ADITIVO CONTRATUAL – PROCESSOS SELETIVO SIMPLIFICADO DE PROVAS E TÍTULOS N° 005/2015; 006/2017 E 001/2018

Celebram as partes o presente Aditivo de Prorrogação do Contrato nº **439**, firmado entre o Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n° 03.214.145/0001-83, neste ato representado pela Secretária Municipal de Educação, Antônia Eliene Liberato Dias, ora denominada contratante, e senhor(a) **GLAUCIO BENEDITO DA SILVA,** denominado(a) contratado(a), no cargo de **GUARDA,** para exercer sua função na Escola Municipal Vitória Régia, cobrindo férias de servidores efetivos, que se regerá pelas Clausulas a seguir:

Art. 1º) Fica o presente Contrato Temporário de Prestação de Serviço prorrogado a partir de 04/12/2018 até 31/03/2019 e poderá extinguir com fundamentos previsto na Lei 1931/2005.

Art.2° O presente Aditivo Contratual poderá ser rescindido a qualquer tempo por interesse da administração pública com fundamento na Lei 1931/2005, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.

Parágrafo único- Haverá a rescisão antecipada prevista nesta clausula em caso de concurso público, tão logo preenchida vaga por servidor efetivo

regularmente aprovado aplicando-se na hipótese deste artigo as regras da Lei mencionada no caput.

Art.3° Todas as demais cláusulas do Contrato Principal permanecerão em vigor, as quais haverão de ser interpretadas à luz das modificações introduzidas pelo presente aditivo.

Art.4° Por estarem, assim, justas e contratadas, assinam o presente em vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo.

Cáceres, 05 de Dezembro de 2018

_____

_____

Antônia Eliene Liberato Dias

Contratado (a) Secretária Municipal de Educação

TESTEMUNHAS:

NOME: _____ NOME:_____

RG Nº: _____ RG Nº:_____

CPF Nº: _____ CPF Nº: _____

GESTÃO DE PESSOAS/SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO ADITIVO Nº 232 ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO TEMPORÁRIO DEZEMBRO 2018/SME EMENTA: ADITIVO CONTRATUAL – PROCESSOS SELETIVO SIMPLIFICADO DE PROVAS E TÍTULOS N° 005/2015; 006/2017 E 001/2018

Celebram as partes o presente Aditivo de Prorrogação do Contrato nº **307**, firmado entre o Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n° 03.214. 145/0001-83, neste ato representado pela Secretária Municipal de Educação, Antônia Eliene Liberato Dias, ora denominada contratante, e senhor (a) **PABLO RODRIGO MENDES,** denominado (a) contratado (a), no cargo de **GUARDA,** para exercer sua função na Escola Municipal Vitória Régia, cobrindo férias de servidores efetivos, que se regerá pelas Clausulas a seguir:

Art. 1º) Fica o presente Contrato Temporário de Prestação de Serviço prorrogado a partir de 01/01/2019 até 31/03/2019 e poderá extinguir com fundamentos previsto na Lei 1931/2005.

Art.2° O presente Aditivo Contratual poderá ser rescindido a qualquer tempo por interesse da administração pública com fundamento na Lei 1931/ 2005, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.

Parágrafo único- Haverá a rescisão antecipada prevista nesta clausula em caso de concurso público, tão logo preenchida vaga por servidor efetivo regularmente aprovado aplicando-se na hipótese deste artigo as regras da Lei mencionada no caput.

Art.3° Todas as demais cláusulas do Contrato Principal permanecerão em vigor, as quais haverão de ser interpretadas à luz das modificações introduzidas pelo presente aditivo.

Art.4° Por estarem, assim, justas e contratadas, assinam o presente em vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo.

Cáceres, 05 de Dezembro de 2018

_____

_____

Antônia Eliene Liberato Dias

Contratado (a) Secretária Municipal de Educação

TESTEMUNHAS:

NOME: _____ NOME:_____

RG Nº: _____ RG Nº:_____

CPF Nº: _____ CPF Nº: _____

DECRETO Nº. 659 DE 03 DE DEZEMBRO DE 2018.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 74, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal e o **SECRETÁRIO MUNICIPAL INTERINO DE SAÚDE,** no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Protocolo Geral nº 48758 de 03 de novembro de 2018,

RESOLVEM:

Art. 1º- Nomear o servidor **LENILTON CARLOS DE SOUZA CAMPOS** – Assistente Administrativo, para exercer o cargo de Gerência de Avaliação e Controle do Sistema Operacional e-SUS, da Secretaria de Saúde, do Município de Cáceres, Estado de Mato Grosso, a partir desta data.

Art. 2º-Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 03 de dezembro de 2018.

FRANCIS MARIS CRUZ

Prefeito Municipal de Cáceres

ANTONIO CARLOS DE JESUS MENDES

Secretário Municipal Interino de Saúde

Afixado em: 03.12.18

GESTÃO DE PESSOAS/SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO ADITIVO Nº 233 ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO TEMPORÁRIO DEZEMBRO 2018/SME EMENTA: ADITIVO CONTRATUAL – PROCESSOS SELETIVO SIMPLIFICADO DE PROVAS E TÍTULOS N° 005/2015; 006/2017 E 001/2018

Celebram as partes o presente Aditivo de Prorrogação do Contrato nº **318**, firmado entre o Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n° 03.214. 145/0001-83, neste ato representado pela Secretária Municipal de Educação, Antônia Eliene Liberato Dias, ora denominada contratante, e senhor(a) **KAROLINA MARTINS DE MIRANDA,** denominado(a) contratado(a), no cargo de **AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL,** para exercer sua função na Escola Municipal Vitória Régia, considerando a obrigatoriedade do cumprimento do calendário escolar conforme a Lei de Diretrizes e Base - LDB para o termino do ano letivo, que se regerá pelas Clausulas a seguir:

Art. 1º) Fica o presente Contrato Temporário de Prestação de Serviço prorrogado a partir de 22/12/2018 até 11/01/2019 e poderá extinguir com fundamentos previsto na Lei 1931/2005.

Art.2° O presente Aditivo Contratual poderá ser rescindido a qualquer tempo por interesse da administração pública com fundamento na Lei 1931/ 2005, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.

Parágrafo único- Haverá a rescisão antecipada prevista nesta clausula em caso de concurso público, tão logo preenchida vaga por servidor efetivo regularmente aprovado aplicando-se na hipótese deste artigo as regras da Lei mencionada no caput.

Art.3° Todas as demais cláusulas do Contrato Principal permanecerão em vigor, as quais haverão de ser interpretadas à luz das modificações introduzidas pelo presente aditivo.

Art.4° Por estarem, assim, justas e contratadas, assinam o presente em vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo.

Cáceres, 05 de Dezembro de 2018

_____

_____

Antônia Eliene Liberato Dias

Contratado (a) Secretária Municipal de Educação

TESTEMUNHAS:

NOME: _____ NO-ME:_____

RG Nº: _____ RG Nº:_____

CPF Nº: _____ CPF Nº: _____

DECRETO Nº. 658 DE 03 DE DEZEMBRO DE 2018.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 74, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal e o **SECRETÁRIO MUNICIPAL INTERINO DE SAÚDE,** no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Protocolo Geral nº 48779 de 29 de novembro de 2018,

RESOLVE:

Art. 1º- Exonerar o servidor **VALDRIANO EVANGELISTA DOS SANTOS** – Assistente Administrativo, do cargo de Gerência de Avaliação e Controle do Sistema Operacional E-SUS, concebido através do Decreto nº 597 de 17 de outubro de 2018 da Secretaria de Saúde, do Município de Cáceres, Estado de Mato Grosso, a partir desta data.

Art. 2º-Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 03 de dezembro de 2018.

FRANCIS MARIS CRUZ

Prefeito Municipal de Cáceres

ANTONIO CARLOS DE JESUS MENDES

Secretário Municipal Interino de Saúde

Afixado em: 03.12.18

DECRETO Nº. 657 DE 03 DE DEZEMBRO DE 2018.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 74, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal e o **SECRETÁRIO MUNICIPAL INTERINO DE SAÚDE,** no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Protocolo Geral nº 48772 de 29 de novembro de 2018,

RESOLVEM:

Art. 1º- Nomear a servidora **ADALBIANA AUXILIADORA DE JESUS OLIVEIRA RANGEL SOARES** – Assistente Administrativo, para exercer o cargo de Gerência de Gestão de Pessoas, da Secretaria Municipal de Saúde, do Município de Cáceres, Estado de Mato Grosso, a partir desta data.

Art. 2º-Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 03 de dezembro de 2018.

FRANCIS MARIS CRUZ

Prefeito Municipal de Cáceres

ANTONIO CARLOS DE JESUS MENDES

Secretário Municipal Interino de Saúde

Afixado em: 03.12.18

DECRETO Nº. 656 DE 03 DE DEZEMBRO DE 2018.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 74, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal e o **SECRETÁRIO MUNICIPAL INTERINO DE SAÚDE,** no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Protocolo Geral nº 48769 de 29 de novembro de 2018,

RESOLVE:

Art. 1º- Exonerar o servidor **ARLAN MARTINS DA SILVA** – Assistente Administrativo, do cargo de Gerência de Gestão de Pessoas, concebido através do Decreto nº 223 de 13 de abril de 2018 da Secretaria de Saúde, do Município de Cáceres, Estado de Mato Grosso, a partir desta data.

Art. 2º-Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 03 de dezembro de 2018.

FRANCIS MARIS CRUZ

Prefeito Municipal de Cáceres

ANTONIO CARLOS DE JESUS MENDES

Secretário Municipal Interino de Saúde

Afixado em: 03.12.18

GESTÃO DE PESSOAS/SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO ADITIVO Nº 234 ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO TEMPORÁRIO DEZEMBRO 2018/SME EMENTA: ADITIVO CONTRATUAL – PROCESSOS SELETIVO SIMPLIFICADO DE PROVAS E TÍTULOS N° 005/2015; 006/2017 E 001/2018

Celebram as partes o presente Aditivo de Prorrogação do Contrato nº **382**, firmado entre o Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n° 03.214. 145/0001-83, neste ato representado pela Secretária Municipal de Educação, Antônia Eliene Liberato Dias, ora denominada contratante, e senhor(a) **KÁSSIA HELLEN RODRIGUES DO NASCIMENTO,** denominado(a) contratado(a), no cargo de **AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL,** para exercer sua função na Escola Municipal Vitória Régia, considerando a obrigatoriedade do cumprimento do calendário escolar conforme a Lei de Diretrizes e Base - LDB para o termino do ano letivo, que se regerá pelas Clausulas a seguir:

Art. 1º) Fica o presente Contrato Temporário de Prestação de Serviço prorrogado a partir de 22/12/2018 até 11/01/2019 e poderá extinguir com fundamentos previsto na Lei 1931/2005.

Art.2° O presente Aditivo Contratual poderá ser rescindido a qualquer tempo por interesse da administração pública com fundamento na Lei 1931/ 2005, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.

Parágrafo único- Haverá a rescisão antecipada prevista nesta clausula em caso de concurso público, tão logo preenchida vaga por servidor efetivo

regularmente aprovado aplicando-se na hipótese deste artigo as regras da Lei mencionada no caput.

Art.3° Todas as demais cláusulas do Contrato Principal permanecerão em vigor, as quais haverão de ser interpretadas à luz das modificações introduzidas pelo presente aditivo.

Art.4° Por estarem, assim, justas e contratadas, assinam o presente em vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo.

Cáceres, 05 de Dezembro de 2018

_____

_____

Antônia Eliene Liberato Dias

Contratado (a) Secretária Municipal de Educação

TESTEMUNHAS:

NOME: _____ NOME:_____

RG Nº: _____ RG Nº:_____

CPF Nº: _____ CPF Nº: _____

PORTARIA Nº 556 DE 05 DE DEZEMBRO DE 2018.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL INTERINO DE SAÚDE, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o Artigo 101 da Lei Complementar nº. 025 de 27 de novembro de 1997 e o Artigo 40 da Lei Complementar nº. 48, de 05 de setembro de 2003;

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Protocolo Geral nº 49399 de 05 de dezembro de 2018,

RESOLVE:

Art.1º Conceder à servidora **JACQUELINE SOUTO FARIA NAVARRO** lotada na Secretaria Municipal de Saúde, 03 (três) meses de **Licença-Prêmio**, referente ao quinquênio 2007/2012, no período de 03 de dezembro de 2018 a 02 de março de 2019.

Art.2º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 05 de dezembro de 2018.

ANTONIO CARLOS DE JESUS MENDES

Secretário Municipal Interino de Saúde

Afixado em: 05.12.18

GESTÃO DE PESSOAS/SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO ADITIVO Nº 235 ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO TEMPORÁRIO DEZEMBRO 2018/SME EMENTA: ADITIVO CONTRATUAL – PROCESSOS SELETIVO SIMPLIFICADO DE PROVAS E TÍTULOS N° 005/2015; 006/2017 E 001/2018

Celebram as partes o presente Aditivo de Prorrogação do Contrato nº **248**, firmado entre o Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n° 03.214.145/0001-83, neste ato representado pela Secretária Municipal de Educação, Antônia Eliene Liberato Dias, ora denominada contratante, e senhor(a) **LUDIMILLA FERNANDA COUTO DA COSTA LOUSADA CRUZ,** denominado(a) contratado(a), no cargo de **AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL,** para exercer sua função na Escola Municipal de Educação Infantil Frei Grignion, considerando a obrigatoriedade do cumprimento do calendário escolar conforme a Lei de Diretrizes e Base - LDB para o termino do ano letivo, que se regerá pelas Clausulas a seguir:

Art. 1º) Fica o presente Contrato Temporário de Prestação de Serviço prorrogado a partir de 22/12/2018 até 18/01/2019 e poderá extinguir com fundamentos previsto na Lei 1931/2005.

Art.2° O presente Aditivo Contratual poderá ser rescindido a qualquer tempo por interesse da administração pública com fundamento na Lei 1931/2005, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.

Parágrafo único- Haverá a rescisão antecipada prevista nesta clausula em caso de concurso público, tão logo preenchida vaga por servidor efetivo regularmente aprovado aplicando-se na hipótese deste artigo as regras da Lei mencionada no caput.

Art.3° Todas as demais cláusulas do Contrato Principal permanecerão em vigor, as quais haverão de ser interpretadas à luz das modificações introduzidas pelo presente aditivo.

Art.4° Por estarem, assim, justas e contratadas, assinam o presente em vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo.

Cáceres, 05 de Dezembro de 2018

_____

_____

Antônia Eliene Liberato Dias

Contratado (a) Secretária Municipal de Educação

TESTEMUNHAS:

NOME: _____ NOME:_____

RG Nº: _____ RG Nº:_____

CPF Nº: _____ CPF Nº: _____

GESTÃO DE PESSOAS/SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO ADITIVO Nº 236 ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO TEMPORÁRIO DEZEMBRO 2018/SME EMENTA: ADITIVO CONTRATUAL – PROCESSOS SELETIVO SIMPLIFICADO DE PROVAS E TÍTULOS N° 005/2015; 006/2017 E 001/2018

Celebram as partes o presente Aditivo de Prorrogação do Contrato nº **255**, firmado entre o Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n° 03.214.145/0001-83, neste ato representado pela Secretária Municipal de Educação, Antônia Eliene Liberato Dias, ora denominada contratante, e senhor(a) **NATANE RODRIGUES DA GRAÇA,** denominado(a) contratado(a), no cargo de **AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL,** para exercer sua função na Escola Municipal Vitória Régia, considerando a obrigatoriedade do cumprimento do calendário escolar conforme a Lei de Diretrizes e Base - LDB para o termino do ano letivo, que se regerá pelas Clausulas a seguir:

Art. 1º) Fica o presente Contrato Temporário de Prestação de Serviço prorrogado a partir de 22/12/2018 até 11/01/2019 e poderá extinguir com fundamentos previsto na Lei 1931/2005.

Art.2° O presente Aditivo Contratual poderá ser rescindido a qualquer tempo por interesse da administração pública com fundamento na Lei 1931/2005, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.

Parágrafo único- Haverá a rescisão antecipada prevista nesta clausula em caso de concurso público, tão logo preenchida vaga por servidor efetivo regularmente aprovado aplicando-se na hipótese deste artigo as regras da Lei mencionada no caput.

Art.3° Todas as demais cláusulas do Contrato Principal permanecerão em vigor, as quais haverão de ser interpretadas à luz das modificações introduzidas pelo presente aditivo.

Art.4° Por estarem, assim, justas e contratadas, assinam o presente em vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo.

Cáceres, 05 de Dezembro de 2018

_____
_____

Antônia Eliene Liberato Dias

Contratado (a) Secretária Municipal de Educação

TESTEMUNHAS:

NOME: _____ NOME:_____

RG Nº: _____ RG Nº:_____

CPF Nº: _____ CPF Nº: _____

GESTÃO DE PESSOAS/SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO ADITIVO Nº 237 ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO TEMPORÁRIO DEZEMBRO 2018/SME EMENTA: ADITIVO CONTRATUAL – PROCESSOS SELETIVO SIMPLIFICADO DE PROVAS E TÍTULOS N° 005/2015; 006/2017 E 001/2018

Celebram as partes o presente Aditivo de Prorrogação do Contrato nº **452**, firmado entre o Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n° 03.214.145/0001-83, neste ato representado pela Secretária Municipal de Educação, Antônia Eliene Liberato Dias, ora denominada contratante, e senhor(a) **VIVIANE LIRA MOTA NEVES,** denominado(a) contratado(a), no cargo de **PROFESSORA LICENCIADA EM EDUCAÇÃO FÍSICA,** para exercer sua função na Escola Municipal Vitória Régia, considerando a obrigatoriedade do cumprimento do calendário escolar conforme a Lei de Diretrizes e Base - LDB para o termino do ano letivo, que se regerá pelas Clausulas a seguir:

Art. 1º) Fica o presente Contrato Temporário de Prestação de Serviço prorrogado a partir de 22/12/2018 até 11/01/2019 e poderá extinguir com fundamentos previsto na Lei 1931/2005.

Art.2° O presente Aditivo Contratual poderá ser rescindido a qualquer tempo por interesse da administração pública com fundamento na Lei 1931/2005, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.

Parágrafo único- Haverá a rescisão antecipada prevista nesta clausula em caso de concurso público, tão logo preenchida vaga por servidor efetivo regularmente aprovado aplicando-se na hipótese deste artigo as regras da Lei mencionada no caput.

Art.3° Todas as demais cláusulas do Contrato Principal permanecerão em vigor, as quais haverão de ser interpretadas à luz das modificações introduzidas pelo presente aditivo.

Art.4° Por estarem, assim, justas e contratadas, assinam o presente em vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo.

Cáceres, 05 de Dezembro de 2018

_____
_____

Antônia Eliene Liberato Dias

Contratado (a) Secretária Municipal de Educação

TESTEMUNHAS:

NOME: _____ NOME:_____

RG Nº: _____ RG Nº:_____

CPF Nº: _____ CPF Nº: _____

GESTÃO DE PESSOAS/SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO ADITIVO Nº 238 ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO TEMPORÁRIO DEZEMBRO 2018/SME EMENTA: ADITIVO CONTRATUAL – PROCESSOS SELETIVO SIMPLIFICADO DE PROVAS E TÍTULOS N° 005/2015; 006/2017 E 001/2018

Celebram as partes o presente Aditivo de Prorrogação do Contrato nº **236**, firmado entre o Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n° 03.214.145/0001-83, neste ato representado pela Secretária Municipal de Educação, Antônia Eliene Liberato Dias, ora denominada contratante, e senhor(a) **PATRÍCIA APARECIDA DA SILVA,** denominado(a) contratado(a), no cargo de **PROFESSORA LICENCIADA EM LETRAS,** para exercer sua função na Escola Municipal Vitória Régia, considerando a obrigatoriedade do cumprimento do calendário escolar conforme a Lei de Diretrizes e Base - LDB para o termino do ano letivo, que se regerá pelas Clausulas a seguir:

Art. 1º) Fica o presente Contrato Temporário de Prestação de Serviço prorrogado a partir de 22/12/2018 até 11/01/2019 e poderá extinguir com fundamentos previsto na Lei 1931/2005.

Art.2° O presente Aditivo Contratual poderá ser rescindido a qualquer tempo por interesse da administração pública com fundamento na Lei 1931/2005, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.

Parágrafo único- Haverá a rescisão antecipada prevista nesta clausula em caso de concurso público, tão logo preenchida vaga por servidor efetivo regularmente aprovado aplicando-se na hipótese deste artigo as regras da Lei mencionada no caput.

Art.3° Todas as demais cláusulas do Contrato Principal permanecerão em vigor, as quais haverão de ser interpretadas à luz das modificações introduzidas pelo presente aditivo.

Art.4° Por estarem, assim, justas e contratadas, assinam o presente em vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo.

Cáceres, 05 de Dezembro de 2018

_____
_____

Antônia Eliene Liberato Dias

Contratado (a) Secretária Municipal de Educação

TESTEMUNHAS:

NOME: _____ NOME:_____

RG Nº: _____ RG Nº:_____

CPF Nº: _____ CPF Nº: _____

GESTÃO DE PESSOAS/SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO ADITIVO Nº 239 ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO TEMPORÁRIO DEZEMBRO 2018/SME EMENTA: ADITIVO CONTRATUAL – PROCESSOS SELETIVO SIMPLIFICADO DE PROVAS E TÍTULOS N° 005/2015; 006/2017 E 001/2018

Celebram as partes o presente Aditivo de Prorrogação do Contrato nº **374**, firmado entre o Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n° 03.214.145/0001-83, neste ato representado pela Secretária Municipal de Educação, Antônia Eliene Liberato Dias, ora denominada contratante, e senhor(a) **APARECIDA SANTANA DOS SANTOS SILVA,** denominado(a) contratado(a), no cargo de **PROFESSORA LICENCIADA EM PEDAGO-**

GIA, para exercer sua função na Escola Municipal Vitória Régia, considerando a obrigatoriedade do cumprimento do calendário escolar conforme a Lei de Diretrizes e Base - LDB para o termino do ano letivo, que se regerá pelas Clausulas a seguir:

Art. 1º) Fica o presente Contrato Temporário de Prestação de Serviço prorrogado a partir de 22/12/2018 até 11/01/2019 e poderá extinguir com fundamentos previsto na Lei 1931/2005.

Art.2° O presente Aditivo Contratual poderá ser rescindido a qualquer tempo por interesse da administração pública com fundamento na Lei 1931/2005, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.

Parágrafo único- Haverá a rescisão antecipada prevista nesta clausula em caso de concurso público, tão logo preenchida vaga por servidor efetivo regularmente aprovado aplicando-se na hipótese deste artigo as regras da Lei mencionada no caput.

Art.3° Todas as demais cláusulas do Contrato Principal permanecerão em vigor, as quais haverão de ser interpretadas à luz das modificações introduzidas pelo presente aditivo.

Art.4° Por estarem, assim, justas e contratadas, assinam o presente em vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo.

Cáceres, 05 de Dezembro de 2018

_____
_____

Antônia Eliene Liberato Dias

Contratado (a) Secretária Municipal de Educação

TESTEMUNHAS:

NOME: _____ NOME:_____

RG Nº: _____ RG Nº:_____

CPF Nº: _____ CPF Nº: _____

GESTÃO DE PESSOAS/SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO ADITIVO Nº 240 ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO TEMPORÁRIO DEZEMBRO 2018/SME EMENTA: ADITIVO CONTRATUAL – PROCESSOS SELETIVO SIMPLIFICADO DE PROVAS E TÍTULOS N° 005/2015; 006/2017 E 001/2018

Celebram as partes o presente Aditivo de Prorrogação do Contrato nº **054**, firmado entre o Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n° 03.214.145/0001-83, neste ato representado pela Secretária Municipal de Educação, Antônia Eliene Liberato Dias, ora denominada contratante, e senhor(a) **IRÍS DE LIMA SILVA,** denominado(a) contratado(a), no cargo de **PROFESSORA LICENCIADA EM PEDAGOGIA,** para exercer sua função na Escola Municipal Vitória Régia, considerando a obrigatoriedade do cumprimento do calendário escolar conforme a Lei de Diretrizes e Base - LDB para o termino do ano letivo, que se regerá pelas Clausulas a seguir:

Art. 1º) Fica o presente Contrato Temporário de Prestação de Serviço prorrogado a partir de 22/12/2018 até 15/01/2019 e poderá extinguir com fundamentos previsto na Lei 1931/2005.

Art.2° O presente Aditivo Contratual poderá ser rescindido a qualquer tempo por interesse da administração pública com fundamento na Lei 1931/2005, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.

Parágrafo único- Haverá a rescisão antecipada prevista nesta clausula em caso de concurso público, tão logo preenchida vaga por servidor efetivo regularmente aprovado aplicando-se na hipótese deste artigo as regras da Lei mencionada no caput.

Art.3° Todas as demais cláusulas do Contrato Principal permanecerão em vigor, as quais haverão de ser interpretadas à luz das modificações introduzidas pelo presente aditivo.

Art.4° Por estarem, assim, justas e contratadas, assinam o presente em vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo.

Cáceres, 05 de Dezembro de 2018

_____
_____

Antônia Eliene Liberato Dias

Contratado (a) Secretária Municipal de Educação

TESTEMUNHAS:

NOME: _____ NOME:_____

RG Nº: _____ RG Nº:_____

CPF Nº: _____ CPF Nº: _____

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - SETOR DE LICITAÇÃO AVISO DE SUSPENSÃO PREGÃO ELETRONICO Nº 81/2018 COM REGISTRO DE PREÇO POR MENOR PREÇO POR ITEM

Interessa: Todas as Secretaria

Objeto: Registro de Preço para futura e eventual contratação de empresa especializada em confecção de material gráfico com garantia e qualidade, visando atender à Prefeitura de Cáceres, conforme descrição e quantitativos no Anexo I.

Fica **SUSPENSO** o certame que estava marcado para o dia 11 de dezembro de 2018 às 09:00 horário de Brasília.- DF. Tão logo redefinida, será designada uma nova data

Observação: A pasta contendo o Edital e seus anexos poderão ser obtidos, na Prefeitura de Cáceres-MT, situada à Av. Brasil nº 119, CEP: 78200.000, ou baixadas no portal http://www.caceres.mt.gov/licitacao/ e na plataforma http://bll.org.br/

Local e Data: Prefeitura de Cáceres-MT, 10 de dezembro de 2018.

CRISTIANE CEBALHO DE OLIVEIRA

PREGOEIRO OFICIAL

Portaria nº 503/2018

SERVIÇO DE SANEAMENTO AMBIENTAL ÁGUAS DO PANTANAL AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO N° 18/2018 PROC.ADMINISTR/PROTOCOLO N° 130/2018

PROMOTORA:

ÁGUAS DO PANTANAL–Serviços de Saneamento Ambiental de Cáceres-MT

OBJETO: Pregão Eletrônico tendo por objeto a aquisição de CONCRETO ASFÁLTICO FRIO (CAF) DOSADO COM CAP 50/70 – CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE (CBUQ) A GRANEL na quantidade e especificações detalhadas no item 2.1- DESCRIÇÃO E QUANTITATIVOS DO OBJETO do Termo de Referência, parte integrante do Edital (Anexo I), atendendo as necessidades do setor operacional do **SERVIÇO DE SANEAMENTO AMBIENTAL ÁGUAS DO PANTANAL** e do município, em prover a manutenção da infraestrutura em saneamento básico no município de Cáceres-MT.

DATA DE REALIZAÇÃO: **21 de dezembro de 2018, às 09:30 horas, horário de Brasília-DF**

PLATAFORMA:

BLL-BOLSA DE LICITAÇÕES E LEILÕES - www.bllcompras.org.br

OBSERVAÇÃO:

A pasta contendo o Edital norteador e seus Anexos poderão ser obtidos na Autarquia Municipal **ÁGUAS DO PANTANAL – Serviços de Saneamento Ambiental** de Cáceres, Estado de Mato Grosso, em sua sede, localizada na Rua Antônio João, nº 100 - Centro - CEP 78200-000 – Fones (65) 3223-6900 – 3223-6500, na cidade de CÁCERES-MT, ou baixada nos sites www.aguasdopantanal.eco.br **ou** www.bllcompras.org.br**.**

LOCAL E DATA:

Cáceres, 10 de dezembro de 2018.

PAULO DONIZETE DA COSTA

Diretor Executivo

GESTÃO DE PESSOAS/SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO ADITIVO Nº 241 ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO TEMPORÁRIO DEZEMBRO 2018/SME EMENTA: ADITIVO CONTRATUAL – PROCESSOS SELETIVO SIMPLIFICADO DE PROVAS E TÍTULOS N° 005/2015; 006/2017 E 001/2018

Celebram as partes o presente Aditivo de Prorrogação do Contrato nº **006**, firmado entre o Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n° 03.214.145/0001-83, neste ato representado pela Secretária Municipal de Educação, Antônia Eliene Liberato Dias, ora denominada contratante, e senhor(a) **JOSIANE APARECIDA NASCIMENTO PADOVANI,** denominado(a) contratado(a), no cargo de **PROFESSORA LICENCIADA EM PEDAGOGIA,** para exercer sua função na Escola Municipal Vitória Régia, considerando a obrigatoriedade do cumprimento do calendário escolar conforme a Lei de Diretrizes e Base - LDB para o termino do ano letivo, que se regerá pelas Clausulas a seguir:

Art. 1º) Fica o presente Contrato Temporário de Prestação de Serviço prorrogado a partir de 22/12/2018 até 11/01/2019 e poderá extinguir com fundamentos previsto na Lei 1931/2005.

Art.2° O presente Aditivo Contratual poderá ser rescindido a qualquer tempo por interesse da administração pública com fundamento na Lei 1931/2005, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.

Parágrafo único- Haverá a rescisão antecipada prevista nesta clausula em caso de concurso público, tão logo preenchida vaga por servidor efetivo regularmente aprovado aplicando-se na hipótese deste artigo as regras da Lei mencionada no caput.

Art.3° Todas as demais cláusulas do Contrato Principal permanecerão em vigor, as quais haverão de ser interpretadas à luz das modificações introduzidas pelo presente aditivo.

Art.4° Por estarem, assim, justas e contratadas, assinam o presente em vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo.

Cáceres, 05 de Dezembro de 2018

_____

_____

Antônia Eliene Liberato Dias

Contratado (a) Secretária Municipal de Educação

TESTEMUNHAS:

NOME: _____ NOME:_____

RG Nº: _____ RG Nº:_____

CPF Nº: _____ CPF Nº: _____

GESTÃO DE PESSOAS/SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO ADITIVO Nº 242 ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO TEMPORÁRIO DEZEMBRO 2018/SME EMENTA: ADITIVO CONTRATUAL – PROCESSOS SELETIVO SIMPLIFICADO DE PROVAS E TÍTULOS N° 005/2015; 006/2017 E 001/2018

Celebram as partes o presente Aditivo de Prorrogação do Contrato nº **196**, firmado entre o Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n° 03.214.145/0001-83, neste ato representado pela Secretária Municipal de Educação, Antônia Eliene Liberato Dias, ora denominada contratante, e senhor(a) **MARIA EDNETE ARRUDA DA SILVA,** denominado(a) contratado(a), no cargo de **PROFESSORA LICENCIADA EM PEDAGOGIA,** para exercer sua função na Escola Municipal Vitória Régia, considerando a obrigatoriedade do cumprimento do calendário escolar conforme a Lei de Diretrizes e Base - LDB para o termino do ano letivo, que se regerá pelas Clausulas a seguir:

Art. 1º) Fica o presente Contrato Temporário de Prestação de Serviço prorrogado a partir de 22/12/2018 até 11/01/2019 e poderá extinguir com fundamentos previsto na Lei 1931/2005.

Art.2° O presente Aditivo Contratual poderá ser rescindido a qualquer tempo por interesse da administração pública com fundamento na Lei 1931/2005, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.

Parágrafo único- Haverá a rescisão antecipada prevista nesta clausula em caso de concurso público, tão logo preenchida vaga por servidor efetivo regularmente aprovado aplicando-se na hipótese deste artigo as regras da Lei mencionada no caput.

Art.3° Todas as demais cláusulas do Contrato Principal permanecerão em vigor, as quais haverão de ser interpretadas à luz das modificações introduzidas pelo presente aditivo.

Art.4° Por estarem, assim, justas e contratadas, assinam o presente em vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo.

Cáceres, 05 de Dezembro de 2018

_____

_____

Antônia Eliene Liberato Dias

Contratado (a) Secretária Municipal de Educação

TESTEMUNHAS:

NOME: _____ NOME:_____

RG Nº: _____ RG Nº:_____

CPF Nº: _____ CPF Nº: _____

GESTÃO DE PESSOAS/SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO ADITIVO Nº 243 ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO TEMPORÁRIO DEZEMBRO 2018/SME EMENTA: ADITIVO CONTRATUAL – PROCESSOS SELETIVO SIMPLIFICADO DE PROVAS E TÍTULOS N° 005/2015; 006/2017 E 001/2018

Celebram as partes o presente Aditivo de Prorrogação do Contrato nº **002**, firmado entre o Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n° 03.214.145/0001-83, neste ato representado pela Secretária Municipal de Educação, Antônia Eliene Liberato Dias, ora denominada contratante, e senhor(a) **LUIZ MAGNO DE MIRANDA BARBOSA,** denominado(a) contratado(a), no cargo de **PROFESSORA LICENCIADA EM MATEMÁTICA,** para exercer sua função na Escola Municipal Buriti, considerando a obrigatoriedade do cumprimento do calendário escolar conforme a Lei de Diretrizes e Base - LDB para o termino do ano letivo, que se regerá pelas Clausulas a seguir:

Art. 1º) Fica o presente Contrato Temporário de Prestação de Serviço prorrogado a partir de 22/12/2018 até 18/01/2019 e poderá extinguir com fundamentos previsto na Lei 1931/2005.

Art.2° O presente Aditivo Contratual poderá ser rescindido a qualquer tempo por interesse da administração pública com fundamento na Lei 1931/2005, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.

Parágrafo único- Haverá a rescisão antecipada prevista nesta clausula em caso de concurso público, tão logo preenchida vaga por servidor efetivo regularmente aprovado aplicando-se na hipótese deste artigo as regras da Lei mencionada no caput.

Art.3° Todas as demais cláusulas do Contrato Principal permanecerão em vigor, as quais haverão de ser interpretadas à luz das modificações introduzidas pelo presente aditivo.

Art.4° Por estarem, assim, justas e contratadas, assinam o presente em vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo.

Cáceres, 05 de Dezembro de 2018

_____
_____

Antônia Eliene Liberato Dias

Contratado (a) Secretária Municipal de Educação

TESTEMUNHAS:

NOME: _____ NOME:_____

RG Nº: _____ RG Nº:_____

CPF Nº: _____ CPF Nº: _____

GESTÃO DE PESSOAS/SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO ADITIVO Nº 244 ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO TEMPORÁRIO DEZEMBRO 2018/SME EMENTA: ADITIVO CONTRATUAL – PROCESSOS SELETIVO SIMPLIFICADO DE PROVAS E TÍTULOS N° 005/2015; 006/2017 E 001/2018

Celebram as partes o presente Aditivo de Prorrogação do Contrato nº **026**, firmado entre o Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n° 03.214.145/0001-83, neste ato representado pela Secretária Municipal de Educação, Antônia Eliene Liberato Dias, ora denominada contratante, e senhor(a) **ROSILENE DA SILVA CONCEIÇÃO,** denominado(a) contratado(a), no cargo de **AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS,** para exercer sua função na Escola Municipal Garcês, considerando a obrigatoriedade do cumprimento do calendário escolar conforme a Lei de Diretrizes e Base - LDB para o termino do ano letivo, que se regerá pelas Clausulas a seguir:

Art. 1º) Fica o presente Contrato Temporário de Prestação de Serviço prorrogado a partir de 22/12/2018 até 30/01/2019 e poderá extinguir com fundamentos previsto na Lei 1931/2005.

Art.2° O presente Aditivo Contratual poderá ser rescindido a qualquer tempo por interesse da administração pública com fundamento na Lei 1931/2005, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.

Parágrafo único- Haverá a rescisão antecipada prevista nesta clausula em caso de concurso público, tão logo preenchida vaga por servidor efetivo regularmente aprovado aplicando-se na hipótese deste artigo as regras da Lei mencionada no caput.

Art.3° Todas as demais cláusulas do Contrato Principal permanecerão em vigor, as quais haverão de ser interpretadas à luz das modificações introduzidas pelo presente aditivo.

Art.4° Por estarem, assim, justas e contratadas, assinam o presente em vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo.

Cáceres, 05 de Dezembro de 2018

_____
_____

Antônia Eliene Liberato Dias

Contratado (a) Secretária Municipal de Educação

TESTEMUNHAS:

NOME: _____ NOME:_____

RG Nº: _____ RG Nº:_____

CPF Nº: _____ CPF Nº: _____

GESTÃO DE PESSOAS/SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO ADITIVO Nº 245 ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO TEMPORÁRIO DEZEMBRO 2018/SME EMENTA: ADITIVO CONTRATUAL – PROCESSOS SELETIVO SIMPLIFICADO DE PROVAS E TÍTULOS N° 005/2015; 006/2017 E 001/2018

Celebram as partes o presente Aditivo de Prorrogação do Contrato nº **254**, firmado entre o Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n° 03.214.145/0001-83, neste ato representado pela Secretária Municipal de Educação, Antônia Eliene Liberato Dias, ora denominada contratante, e senhor(a) **PAULO ROGÉRIO DOMENES GERALDES,** denominado(a) contratado(a), no cargo de **GUARDA,** para exercer sua função na Escola Municipal Garcês, considerando a obrigatoriedade do cumprimento do calendário escolar conforme a Lei de Diretrizes e Base - LDB para o termino do ano letivo, que se regerá pelas Clausulas a seguir:

Art. 1º) Fica o presente Contrato Temporário de Prestação de Serviço prorrogado a partir de 01/01/2019 até 30/01/2019 e poderá extinguir com fundamentos previsto na Lei 1931/2005.

Art.2° O presente Aditivo Contratual poderá ser rescindido a qualquer tempo por interesse da administração pública com fundamento na Lei 1931/2005, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.

Parágrafo único- Haverá a rescisão antecipada prevista nesta clausula em caso de concurso público, tão logo preenchida vaga por servidor efetivo regularmente aprovado aplicando-se na hipótese deste artigo as regras da Lei mencionada no caput.

Art.3° Todas as demais cláusulas do Contrato Principal permanecerão em vigor, as quais haverão de ser interpretadas à luz das modificações introduzidas pelo presente aditivo.

Art.4° Por estarem, assim, justas e contratadas, assinam o presente em vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo.

Cáceres, 05 de Dezembro de 2018

_____
_____

Antônia Eliene Liberato Dias

Contratado (a) Secretária Municipal de Educação

TESTEMUNHAS:

NOME: _____ NOME:_____

RG Nº: _____ RG Nº:_____

CPF Nº: _____ CPF Nº: _____

EXTRATO DO ADITIVO DO CONTRATO N° 188/2018

001 TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 188/2018

DATA: 24/10/2018

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Cáceres/MT

CONTRATADA: N. A. VIANA EIRELI-ME.

OBJETO: O valor do item do Contrato Administrativo nº 188/2018-PGM fica reajustado em 8,95%, correspondendo ao valor de R$ 15,20 (quinze reais e vinte centavos), conforme planilha de cálculo anexa ao processo, que baseou-se nas notas fiscais apresentadas pela contratada.

PRODUTO	VALOR CONTRATUAL	VALOR A SER ACRESCIDO	PERCENTUAL DO REALINHAMENTO	VALOR REALINHADO
PAPEL SULFITE COR BRANCO. FORMATOS: A4 (210 X 297 MM). GRAMATURA: 75GR/M². EMBALAGEM CONTENDO 500 FOLHAS.	R$ 13,96	R$ 1,24	8,95%	R$ 15,20

GESTÃO DE PESSOAS/SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO ADITIVO Nº 246 ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO TEMPORÁRIO DEZEMBRO 2018/SME EMENTA: ADITIVO CONTRATUAL – PROCESSOS SELETIVO SIMPLIFICADO DE PROVAS E TÍTULOS N° 005/2015; 006/2017 E 001/2018

Celebram as partes o presente Aditivo de Prorrogação do Contrato nº **205**, firmado entre o Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n° 03.214.145/0001-83, neste ato representado pela Secretária Municipal de Educação, Antônia Eliene Liberato Dias, ora denominada contratante, e senhor(a) **LUCIANE DO PRADO,** denominado(a) contratado(a), no cargo de **PROFESSORA LICENCIADA EM PEDAGOGIA,** para exercer sua função na Escola Municipal Garcês, considerando a obrigatoriedade do cumprimento do calendário escolar conforme a Lei de Diretrizes e Base - LDB para o termino do ano letivo, que se regerá pelas Clausulas a seguir:

Art. 1º) Fica o presente Contrato Temporário de Prestação de Serviço prorrogado a partir de 22/12/2018 até 30/01/2019 e poderá extinguir com fundamentos previsto na Lei 1931/2005.

Art.2° O presente Aditivo Contratual poderá ser rescindido a qualquer tempo por interesse da administração pública com fundamento na Lei 1931/2005, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.

Parágrafo único- Haverá a rescisão antecipada prevista nesta clausula em caso de concurso público, tão logo preenchida vaga por servidor efetivo regularmente aprovado aplicando-se na hipótese deste artigo as regras da Lei mencionada no caput.

Art.3° Todas as demais cláusulas do Contrato Principal permanecerão em vigor, as quais haverão de ser interpretadas à luz das modificações introduzidas pelo presente aditivo.

Art.4° Por estarem, assim, justas e contratadas, assinam o presente em vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo.

Cáceres, 05 de Dezembro de 2018

_____

_____

Antônia Eliene Liberato Dias

Contratado (a) Secretária Municipal de Educação

TESTEMUNHAS:

NOME: _____ NOME:_____

RG Nº: _____ RG Nº:_____

CPF Nº: _____ CPF Nº: _____

GESTÃO DE PESSOAS/SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO ADITIVO Nº 247 ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO TEMPORÁRIO DEZEMBRO 2018/SME EMENTA: ADITIVO CONTRATUAL – PROCESSOS SELETIVO SIMPLIFICADO DE PROVAS E TÍTULOS N° 005/2015; 006/2017 E 001/2018

Celebram as partes o presente Aditivo de Prorrogação do Contrato nº **027**, firmado entre o Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n° 03.214.145/0001-83, neste ato representado pela Secretária Municipal de Educação, Antônia Eliene Liberato Dias, ora denominada contratante, e senhor(a) **FABIANA DA CRUZ RODRIGUES,** denominado(a) contratado(a), no cargo de **AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS,** para exercer sua função na Escola Municipal Prof. Erenice Simão Alvarenga, considerando a obrigatoriedade do cumprimento do calendário escolar conforme a Lei de Diretrizes e Base - LDB para o termino do ano letivo, que se regerá pelas Clausulas a seguir:

Art. 1º) Fica o presente Contrato Temporário de Prestação de Serviço prorrogado a partir de 22/12/2018 até 28/02/2019 e poderá extinguir com fundamentos previsto na Lei 1931/2005.

Art.2° O presente Aditivo Contratual poderá ser rescindido a qualquer tempo por interesse da administração pública com fundamento na Lei 1931/2005, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.

Parágrafo único- Haverá a rescisão antecipada prevista nesta clausula em caso de concurso público, tão logo preenchida vaga por servidor efetivo regularmente aprovado aplicando-se na hipótese deste artigo as regras da Lei mencionada no caput.

Art.3° Todas as demais cláusulas do Contrato Principal permanecerão em vigor, as quais haverão de ser interpretadas à luz das modificações introduzidas pelo presente aditivo.

Art.4° Por estarem, assim, justas e contratadas, assinam o presente em vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo.

Cáceres, 05 de Dezembro de 2018

_____

_____

Antônia Eliene Liberato Dias

Contratado (a) Secretária Municipal de Educação

TESTEMUNHAS:

NOME: _____ NOME:_____

RG Nº: _____ RG Nº:_____

CPF Nº: _____ CPF Nº: _____

GESTÃO DE PESSOAS/SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO ADITIVO Nº 248 ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO TEMPORÁRIO DEZEMBRO 2018/SME EMENTA: ADITIVO CONTRATUAL – PROCESSOS SELETIVO SIMPLIFICADO DE PROVAS E TÍTULOS N° 005/2015; 006/2017 E 001/2018

Celebram as partes o presente Aditivo de Prorrogação do Contrato nº **435**, firmado entre o Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n° 03.214.145/0001-83, neste ato representado pela Secretária Municipal de Educação, Antônia Eliene Liberato Dias, ora denominada contratante, e senhor(a) **MARIA EDNA SOUZA LEAL,** denominado(a) contratado(a), no cargo de **PROFESSORA LICENCIADA EM PEDAGOGIA,** para exercer sua função na Escola Municipal Prof. Erenice Simão Alvarenga, considerando a obrigatoriedade do cumprimento do calendário escolar conforme a Lei de Diretrizes e Base - LDB para o termino do ano letivo, que se regerá pelas Clausulas a seguir:

Art. 1º) Fica o presente Contrato Temporário de Prestação de Serviço prorrogado a partir de 22/12/2018 até 25/01/2019 e poderá extinguir com fundamentos previsto na Lei 1931/2005.

Art.2° O presente Aditivo Contratual poderá ser rescindido a qualquer tempo por interesse da administração pública com fundamento na Lei 1931/2005, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.

Parágrafo único- Haverá a rescisão antecipada prevista nesta clausula em caso de concurso público, tão logo preenchida vaga por servidor efetivo regularmente aprovado aplicando-se na hipótese deste artigo as regras da Lei mencionada no caput.

Art.3° Todas as demais cláusulas do Contrato Principal permanecerão em vigor, as quais haverão de ser interpretadas à luz das modificações introduzidas pelo presente aditivo.

Art.4° Por estarem, assim, justas e contratadas, assinam o presente em vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo.

Cáceres, 05 de Dezembro de 2018

_____
_____

Antônia Eliene Liberato Dias

Contratado (a) Secretária Municipal de Educação

TESTEMUNHAS:

NOME: _____ NOME:_____

RG Nº: _____ RG Nº:_____

CPF Nº: _____ CPF Nº: _____

GESTÃO DE PESSOAS/SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO ADITIVO Nº 249 ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO TEMPORÁRIO DEZEMBRO 2018/SME EMENTA: ADITIVO CONTRATUAL – PROCESSOS SELETIVO SIMPLIFICADO DE PROVAS E TÍTULOS N° 005/2015; 006/2017 E 001/2018

Celebram as partes o presente Aditivo de Prorrogação do Contrato nº **113**, firmado entre o Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n° 03.214.145/0001-83, neste ato representado pela Secretária Municipal de Educação, Antônia Eliene Liberato Dias, ora denominada contratante, e senhor(a) **ROSALI DA SILVA,** denominado(a) contratado(a), no cargo de **PROFESSORA LICENCIADA EM PEDAGOGIA,** para exercer sua função na Escola Municipal Prof. Erenice Simão Alvarenga, considerando a obrigatoriedade do cumprimento do calendário escolar conforme a Lei de Diretrizes e Base - LDB para o termino do ano letivo, que se regerá pelas Clausulas a seguir:

Art. 1º) Fica o presente Contrato Temporário de Prestação de Serviço prorrogado a partir de 22/12/2018 até 25/01/2019 e poderá extinguir com fundamentos previsto na Lei 1931/2005.

Art.2° O presente Aditivo Contratual poderá ser rescindido a qualquer tempo por interesse da administração pública com fundamento na Lei 1931/2005, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.

Parágrafo único- Haverá a rescisão antecipada prevista nesta clausula em caso de concurso público, tão logo preenchida vaga por servidor efetivo regularmente aprovado aplicando-se na hipótese deste artigo as regras da Lei mencionada no caput.

Art.3° Todas as demais cláusulas do Contrato Principal permanecerão em vigor, as quais haverão de ser interpretadas à luz das modificações introduzidas pelo presente aditivo.

Art.4° Por estarem, assim, justas e contratadas, assinam o presente em vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo.

Cáceres, 05 de Dezembro de 2018

_____
_____

Antônia Eliene Liberato Dias

Contratado (a) Secretária Municipal de Educação

TESTEMUNHAS:

NOME: _____ NOME:_____

RG Nº: _____ RG Nº:_____

CPF Nº: _____ CPF Nº: _____

GESTÃO DE PESSOAS/SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO ADITIVO Nº 250 ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO TEMPORÁRIO DEZEMBRO 2018/SME EMENTA: ADITIVO CONTRATUAL – PROCESSOS SELETIVO SIMPLIFICADO DE PROVAS E TÍTULOS N° 005/2015; 006/2017 E 001/2018

Celebram as partes o presente Aditivo de Prorrogação do Contrato nº **334**, firmado entre o Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n° 03.214.145/0001-83, neste ato representado pela Secretária Municipal de Educação, Antônia Eliene Liberato Dias, ora denominada contratante, e senhor(a) **MAYSA LUZIA PERES,** denominado(a) contratado(a), no cargo de **AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS,** para exercer sua função na Secretaria Municipal de Educação, considerando a obrigatoriedade do cumprimento do calendário escolar conforme a Lei de Diretrizes e Base - LDB para o termino do ano letivo, que se regerá pelas Clausulas a seguir:

Art. 1º) Fica o presente Contrato Temporário de Prestação de Serviço prorrogado a partir de 01/01/2019 até 28/02/2019 e poderá extinguir com fundamentos previsto na Lei 1931/2005.

Art.2° O presente Aditivo Contratual poderá ser rescindido a qualquer tempo por interesse da administração pública com fundamento na Lei 1931/2005, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.

Parágrafo único- Haverá a rescisão antecipada prevista nesta clausula em caso de concurso público, tão logo preenchida vaga por servidor efetivo regularmente aprovado aplicando-se na hipótese deste artigo as regras da Lei mencionada no caput.

Art.3° Todas as demais cláusulas do Contrato Principal permanecerão em vigor, as quais haverão de ser interpretadas à luz das modificações introduzidas pelo presente aditivo.

Art.4° Por estarem, assim, justas e contratadas, assinam o presente em vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo.

Cáceres, 05 de Dezembro de 2018

_____

_____

Antônia Eliene Liberato Dias

Contratado (a) Secretária Municipal de Educação

TESTEMUNHAS:

NOME: _____ NOME:_____

RG Nº: _____ RG Nº:_____

CPF Nº: _____ CPF Nº: _____

GESTÃO DE PESSOAS/SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO ADITIVO Nº 251 ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO TEMPORÁRIO DEZEMBRO 2018/SME EMENTA: ADITIVO CONTRATUAL – PROCESSOS SELETIVO SIMPLIFICADO DE PROVAS E TÍTULOS N° 005/2015; 006/2017 E 001/2018

Celebram as partes o presente Aditivo de Prorrogação do Contrato nº **200**, firmado entre o Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n° 03.214.145/0001-83, neste ato representado pela Secretária Municipal de Educação, Antônia Eliene Liberato Dias, ora denominada contratante, e senhor(a) **JANIA MARIA GOMES DA SILVA COSTA,** denominado(a) contratado(a), no cargo de **ASSISTENTE ADMINISTRATIVO,** para exercer sua função na Escola Municipal Gotinhas do Saber, considerando a obrigatoriedade do cumprimento do calendário escolar conforme a Lei de Diretrizes e Base - LDB para o termino do ano letivo, que se regerá pelas Clausulas a seguir:

Art. 1º) Fica o presente Contrato Temporário de Prestação de Serviço prorrogado a partir de 01/01/2019 até 31/01/2019 e poderá extinguir com fundamentos previsto na Lei 1931/2005.

Art.2° O presente Aditivo Contratual poderá ser rescindido a qualquer tempo por interesse da administração pública com fundamento na Lei 1931/2005, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.

Parágrafo único- Haverá a rescisão antecipada prevista nesta clausula em caso de concurso público, tão logo preenchida vaga por servidor efetivo regularmente aprovado aplicando-se na hipótese deste artigo as regras da Lei mencionada no caput.

Art.3° Todas as demais cláusulas do Contrato Principal permanecerão em vigor, as quais haverão de ser interpretadas à luz das modificações introduzidas pelo presente aditivo.

Art.4° Por estarem, assim, justas e contratadas, assinam o presente em vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo.

Cáceres, 05 de Dezembro de 2018

_____

_____

Antônia Eliene Liberato Dias

Contratado (a) Secretária Municipal de Educação

TESTEMUNHAS:

NOME: _____ NOME:_____

RG Nº: _____ RG Nº:_____

CPF Nº: _____ CPF Nº: _____

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - SETOR DE LICITAÇÃO AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO N° 89 -2018 REGISTRO DE PREÇO POR MENOR PREÇO POR ITEM

Interessada: Secretarias Municipal de Infraestrutura e Logística

Objeto: Registro de Preço para eventual e futura contratação de Empresa especializada para serviços de poda de árvores de médio e grande porte próximo de redes energizadas, postes de baixa tensão e luminárias da Iluminação Pública com destinação final de forma regular dos resíduos produzidos conforme preestabelecido pelo Núcleo Permanente de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos – NPGIRS na Lei Municipal nº 2.367 de 20.05.2013, por unidade de árvore.

Realização: 27 de dezembro de 2018, às 09:00 horário de Brasília.

Observação: Observação: A pasta contendo o Edital e seus anexos poderão ser obtidos, na Prefeitura de Cáceres-MT, situada à Av. Brasil nº 119, CEP: 78200.000, ou baixadas no portal http://www.caceres.mt.gov/licitacao/ e na plataforma http://bll.org.br/.

Local e Data: Prefeitura de Cáceres-MT, 10 de dezembro de 2018

Cristiane Cebalho de Oliveira

PREGOEIRA OFICIAL

Portaria nº 503/2018

GESTÃO DE PESSOAS/SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO ADITIVO Nº 252 ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO TEMPORÁRIO DEZEMBRO 2018/SME EMENTA: ADITIVO CONTRATUAL – PROCESSOS SELETIVO SIMPLIFICADO DE PROVAS E TÍTULOS N° 005/2015; 006/2017 E 001/2018

Celebram as partes o presente Aditivo de Prorrogação do Contrato nº **156**, firmado entre o Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n° 03.214.145/0001-83, neste ato representado pela Secretária Municipal de Educação, Antônia Eliene Liberato Dias, ora denominada contratante, e senhor(a) **CLAUDIA APARECIDA RIBEIRO DE OLIVEIRA,** denominado(a) contratado(a), no cargo de **PROFESSORA LICENCIADA EM PEDAGOGIA,** para exercer sua função na Escola Municipal Isabel Campos, considerando a obrigatoriedade do cumprimento do calendário escolar conforme a Lei de Diretrizes e Base - LDB para o termino do ano letivo, que se regerá pelas Clausulas a seguir:

Art. 1º) Fica o presente Contrato Temporário de Prestação de Serviço prorrogado a partir de 22/12/2018 até 25/01/2019 e poderá extinguir com fundamentos previsto na Lei 1931/2005.

Art.2° O presente Aditivo Contratual poderá ser rescindido a qualquer tempo por interesse da administração pública com fundamento na Lei 1931/2005, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.

Parágrafo único- Haverá a rescisão antecipada prevista nesta clausula em caso de concurso público, tão logo preenchida vaga por servidor efetivo regularmente aprovado aplicando-se na hipótese deste artigo as regras da Lei mencionada no caput.

Art.3° Todas as demais cláusulas do Contrato Principal permanecerão em vigor, as quais haverão de ser interpretadas à luz das modificações introduzidas pelo presente aditivo.

Art.4° Por estarem, assim, justas e contratadas, assinam o presente em vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo.

Cáceres, 05 de Dezembro de 2018

_____

_____

Antônia Eliene Liberato Dias

Contratado (a) Secretária Municipal de Educação

TESTEMUNHAS:

NOME: _____ NOME:_____

RG Nº: _____ RG Nº:_____

CPF Nº: _____ CPF Nº: _____

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
PORTARIA Nº 606 , DE 06 DE DEZEMBRO DE 2018.

AUTORIZA O SERVIDOR RONAI APARECIDO SOARES FRANCA A CONDUZIR VEÍCULOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E MEIO AMBIENTE.

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
PORTARIA Nº 607 DE 06 DE DEZEMBRO DE 2018.

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA

KEULLY CIANY BATISTA GOMES.

AVISO DE RESULTADO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS, através do seu Pregoeiro, torna público para conhecimento dos interessados que na licitação com modalidade PREGÃO PRESENCIAL 135/2018, destinado à REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição de produtos de serralheria, rufos e calhas com sua devida instalação para atender as necessidades das secretarias municipais, teve como vencedoras as empresas: NATHANN L PERINI, com o valor total de R$ 574.800,00 (quinhentos e setenta e quatro mil e oitocentos reais), ARTTELA INDÚSTRIA E COMERCIO DE TELAS EIRELI-ME, com o valor total de R$ 157.890,00 (cento e cinquenta e sete mil, oitocentos e noventa reais).

Campo Novo do Parecis - MT, 10 de dezembro de 2018.

_____

Leandro Nery Varaschin

Pregoeiro

AVISO DE RESULTADO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS, através do seu Pregoeiro, torna público para conhecimento dos interessados que na licitação com modalidade PREGÃO PRESENCIAL 139/2018, destinado à Contração de pessoa jurídica para prestação de serviços na área de seguros para veículos a fim de atender as necessidades das Secretarias Municipais de Educação e Infraestrutura, teve como vencedora a empresa: GENTE SEGURADORA S/A, com o valor total de R$ 37.400,00 (trinta e sete mil e quatrocentos reais).

Campo Novo do Parecis-MT, 10 de dezembro de 2018.

_____

Leandro Nery Varaschin

Pregoeiro

AVISO DE RESULTADO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS, através do seu Pregoeiro, torna público para conhecimento dos interessados que na licitação com modalidade PREGÃO ELETRÔNICO 015/2018, destinada à REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição de materiais laboratoriais e hospitalares para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, teve como vencedoras as empresas: HIPER DENTAL PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES, com o valor total de R$ 58.084,60 (cinquenta e oito mil e oitenta e quatro reais e sessenta centavos), CQC TECNOLOGIA EM SISTEMAS DIAGNÓSTICOS, com o valor total de R$ 11.500,00 (onze mil e quinhentos reais), PRESTOMEDI DISTRIBUUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, com o valor total de R$ 1.185,00 (hum mil cento e oitenta e cinco reais), INJEX INDUSTRIAS CIRURGICAS LTDA, com o valor total de R$ 397.720,00 (trezentos e noventa e sete mil, setecentos e vinte reais), OBJETIVA PRODUTOS E SERVIÇOS P/ LABORATORIOS LTDA - ME, com o valor total de R$ 22.984,00 (vinte e dois mil, novecentos e oitenta e quatro reais), GOLDENPLUS - COMERCIO DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARE, com o valor total de R$ 235.455,00 (duzentos e trinta e cinco mil, quatrocentos e cinquenta e cinco reais), FEMAP COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA-ME, com o valor total de R$ 57.739,10 (cinquenta e sete mil, setecentos e trinta e nove reais e dez centavos), LUVERMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME, com o valor total de R$ 237. 391,50 (duzentos e trinta e sete mil, trezentos e noventa e um reais e cinquenta centavos), SALVI E LOPES E CIA LTDA, com o valor total de R$ 24.545,20 (vinte e quatro mil, quinhentos e quarenta e cinco reais e vinte centavos).

Campo Novo do Parecis-MT, 10 de dezembro de 2018.

_____

Leandro Nery Varaschin

Pregoeiro

RETIFICAÇÃO

Pregão Presencial nº 140/2018

O Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis torna público aos interessados a Retificação do Edital de Pregão Presencial nº 140/2018, que tem por objeto Contratação de Instituição Financeira Bancária, para prestação de serviços financeiros e processamento e gerenciamento de créditos provenientes da folha de pagamento do Município de Campo Novo do Parecis - MT**. Que terá sua abertura no dia 12 de dezembro as 14h00min. conforme publicações**

Informamos a supressão do item 4.3 do Termo de Referencia Anexo I do Edital.

As demais disposições permanecem sem alteração. Não se altera a data de tendo em vista que tal alteração não influencia na elaboração das propostas dos Licitantes. Suprimi-se o item 4.3 do Termo de referencia para o mesmo ficar em consonância com o Edital e Minuta de Contrato.

O edital com as retificações pode ser obtido junto ao site:

http://www.camponovodoparecis.mt.gov.br/Licitacoes....

Campo Novo do Parecis, 10 de dezembro de 2018.

Leandro Nery Varaschin

Pregoeiro

FUNDO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE CAMPO NOVO DO PARECIS - MT
PORTARIA 245/2018

PORTARIA Nº 245/2018

"Dispõe sobre o recesso de final de ano".

O Diretor Executivo do FUNSEM – Fundo de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Campo Novo do Parecis, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1ª Instituir o recesso no âmbito do FUNSEM – Fundo de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Campo Novo do Parecis-MT no período de 24 de dezembro de 2018 a 06 de janeiro de 2019.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre, publique e cumpra-se.

Campo Novo do Parecis, 10 de Dezembro de 2018.

WILSON LEAL MIRANDA

Diretor Executivo –FUNSEM

Portaria 1.115/2017

EXTRATO DO CONTRATO Nº 198/2018 – DEPTO. R.H.

Contrato nº. 198/2018

Partes: Município de Campo Novo do Parecis x Anna Paula da Costa Neto

Objeto: O objeto do presente é a contratação temporária de prestação de serviço por excepcional interesse público para o cargo de **CIRURGIÃO DENTISTA,** lotado na Secretaria Municipal de **Saúde deste município – USF ITANORTE.**

Classificação Orçamentária: 10.001.10.301.0009.20089 3.1.90.04.00.00

Valor Mensal: R$ 4.220,84 correspondente a 40 horas/semana.

Prazo: 03/12/2018 a 02/12/2019

Data: 03/12/2018

Procedimento: A presente contratação, considerada de excepcional interesse público, tem como fundamento legal o disposto no art. 37, inciso IX, e art. 197 da Constituição Federal; art. 2º, inciso II, da Lei Municipal nº 1. 544, de 19 de dezembro de 2012, com alterações dadas pela Lei Municipal nº 1.873, de 14 de junho de 2017; Decreto Municipal 114, de 13 de setembro de 2017, o qual homologa o "Processo Seletivo Simplificado nº001/2017; o Edital de Convocação nº 026 de 01 de Novembro de 2018; e o Memorando nº 808/2018, datado de 31 de Outubro de 2018, expedido pela Secretaria Municipal de Saúde e demais legislações aplicáveis à matéria.

Secretaria: **Saúde.**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 197/2018 – DEPTO. R.H.

Contrato nº. 197/2018

Partes: Município de Campo Novo do Parecis x Anderson Abrahão de Matos Araujo

Objeto: O objeto do presente é a contratação temporária de prestação de serviço por excepcional interesse público para o cargo de **MÉDICO USF-CENTRO,** lotado na Secretaria Municipal de **Saúde deste município – *Campo Novo do Parecis*.**

Classificação Orçamentária: 10.002.10.301.0006.2093 3.1.90.04.00.00

Valor Mensal: R$ 18.755,81 correspondente a 40 horas/semana.

Prazo: 26/11/2018 a 25/11/2018

Data: 26/11/2018

Procedimento: A presente contratação, considerada de excepcional interesse público, tem como fundamento legal o disposto no art. 37, inciso IX, e art. 197 da Constituição Federal; art. 2º, inciso II, da Lei Municipal nº 1. 544, de 19 de dezembro de 2012, com alterações dadas pela Lei Municipal nº 1.873, de 14 de junho de 2017; Decreto Municipal 114, de 13 de setembro de 2017, o qual homologa o "Processo Seletivo Simplificado nº001/2017; o Edital de Convocação nº 025/2018; e o Memorando nº 793/2018, datado de 26 de Outubro de 2018, expedido pela Secretaria Municipal de Saúde e demais legislações aplicáveis à matéria.

Secretaria: **Saúde.**

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
LEI Nº 1.964, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2018

Autoria: Poder Executivo Municipal

ALTERA O ART. 28, DA LEI 1.915, DE 15 DE MARÇO DE 2018

O PREFEITO MUNICIPAL de Campo Novo do Parecis, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica alterado o art. 28 da Lei 1.915, de 15 de março de 2018, para constar a seguinte redação:

"*Art. 1º O prefeito Municipal nomeará o Diretor do SAAM ou DAAE." (NR)*

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, aos 05 dias do mês de dezembro de 2018.

RAFAEL MACHADO

Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

GIRLEI AUGUSTO PEZ BOLZAN

Secretário Municipal de Administração

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
PORTARIA Nº 605 DE 06 DE DEZEMBRO DE 2018.

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO AO SERVIDOR

NILSON CAMARGO DA VEIGA.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 068 - CONCURSO PÚBLICO N° 001/2015

CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2015

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 068

FÁBIO SCHROETER, Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o Edital de Concurso Público nº 001/2015, homologado em 09 de Abril de 2015, RESOLVE:

I - **CONVOCAR** o(s) candidato(s) abaixo relacionado(s), aprovado(s) no Concurso Público 001/2015, para comparecer(em), no prazo de **30 (trinta) dias** na Sede da Prefeitura Municipal de Campo Verde-MT, situada na Praça dos Três Poderes, nº 03, Centro, junto a Supervisão de Recursos Humanos, a fim de:

a) Apresentar(em) os documentos exigidos para efetiva nomeação e posse, conforme Edital de Abertura e ANEXO I deste Edital;

b) Agendar o Exame Médico Pericial, na forma do item 17.7 do Edital de Abertura.

II - O(s) candidato(s) que deixar(em) de comparecer no prazo acima indicado será preterido do direito de posse, implicando na desistência da vaga.

Campo Verde/MT, 11 de Dezembro de 2018.

Cargo: **025 - Enfermeiro**

Colocação	Inscrição	Nome	Data de Nasc.	Nota Final
14	0000000246	**SILVANYA PEREIRA CRUZ**	09/09/1990	82

FÁBIO SCHROETER

PREFEITO MUNICIPAL

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 335/2018

ÓRGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE-MT

FORNECEDOR: LANNER & PASQUALOTTO LTDA, CNPJ Nº 04.028.931/0001-59

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE CÂMARAS DE AR, PROTETORES DE PNEU E PNEUS VEICULARES Nº 119/2018.

DATA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO: 10/12/2018

VIGÊNCIA: 12 MESES

LOTE	DESCRIÇÃO	QTDE/UND	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
04	CÂMARA DE AR 17.5X25 BICO CURTO	04 UND	RS	R$ 205,00	R$ 820,00
08	CÂMARA DE AR 12X16-5 BICO CURTO	04 UND	RS	R$ 75,00	R$ 300,00
10	CÂMARA DE AR 110/90 R17 (MOTO)	10 UND	IRA	R$ 22,50	R$ 225,00
14	PROTETOR ARO 25	04 UND	ABC	R$ 140,00	R$ 560,00
15	PNEU 90/90 R18 (MOTO)	10 UND	IRA	R$ 85,00	R$ 850,00
16	PNEU 90X90 R19 (MOTO)	20 UND	IRA	R$ 142,50	R$ 2.850,00
17	PNEU 110/90 R17 (MOTO)	10 UND	IRA	R$ 187,50	R$ 1.875,00
23	PNEU 18.4X30 12 LONAS (TRATOR)	04 UND	FIRESTONE	R$ 2.203,81	R$ 8.815,24
25	PNEU 175/70 R13 RADIAL	100 UND	BRIDGESTONE	R$ 146,33	R$ 14.633,00
26	PNEU 175/70 R14 RADIAL	150 UND	BRIDGESTONE	R$ 202,94	R$ 30.441,00
27	PNEU 185/65 R15 RADIAL	50 UND	BRIDGESTONE	R$ 289,15	R$ 14.457,50
28	PNEU 185/65 R14 RADIAL	30 UND	BRIDGESTONE	R$ 234,96	R$ 7.048,80
31	PNEU 205/70 R15 RADIAL	08 UND	BRIDGESTONE	R$ 393,75	R$ 3.150,00
32	PNEU 205/75 R16 RADIAL	100 UND	BRIDGESTONE	R$ 403,16	R$ 40.136,00
35	PNEU 225/75 R16 RADIAL	20 UND	BRIDGESTONE	R$ 452,53	R$ 9.050,60
36	PNEU 235/70 R16 RADIAL	50 UND	FIRESTONE	R$ 471,08	R$ 23.554,00
37	PNEU 235/75 R15 RADIAL	20 UND	FIRESTONE	R$ 425,00	R$ 8.500,00
39	PNEU 255/75 R15 RADIAL	08 UND	FIRESTONE	R$ 472,84	R$ 3.782,72
41	PNEU 275/80 R22,5 RADIAL BORRACHUDO	70 UND	BRIDGESTONE	R$ 1.185,70	R$ 82.999,00
43	PNEU 295/80 R22,5 LISO	08 UND	BRIDGESTONE	R$ 1.262,00	R$ 10.096,00
47	PNEU 1000X20 R20 BORRACHUDO RADIAL	50 UND	FIRESTONE	R$ 1.244,81	R$ 62.240,50
49	PNEU 1100 R22 BORRACHUDO RADIAL	10 UND	FIRESTONE	R$ 1.462,91	R$ 14.629,10
50	PNEU 1100 R22 LISO RADIAL	10 UND	FIRESTONE	R$ 1.400,00	R$ 14.000,00
52	CÂMARA DE AR 80/100 R14 (MOTO)	10 UND	IRA	R$ 15,00	R$ 150,00
53	CÂMARA DE AR 80/100 R18 (MOTO)	10 UND	IRA	R$ 21,25	R4 212,50
54	CÂMARA DE AR 90/90 R19 (MOTO)	10 UND	IRA	R$ 21,25	R$ 212,50
56	PNEUS 1300X24 16 LONAS (MOTONIVELADORA KOMATSU)	10 UND	FIRESTONE	R$ 1.783,18	R$ 17.831,80
58	PNEU 225/50 R17 RADIAL	10 UND	BRIDGESTONE	R$ 342,09	R$ 3.420,90
60	PNEU 265/75 R16 RADIAL	40 UND	FIRESTONE	R$ 558,63	R$ 22.345,20
61	PNEU 31X10.5 R15 RADIAL	12 UND	FIRESTONE	R$ 466,11	R$ 5.593,32
62	PNEU 80/100 R14 (BIZ)	10 UND	IRA	R$ 83,75	R$ 837,50

VALOR TOTAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO: R$ 405.797,18 (QUATROCENTOS E CINCO MIL SETECENTOS E NOVENTA E SETE REAIS E DEZOITO CENTAVOS).

A ÍNTEGRA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ESTÁ DISPONÍVEL NO SITE DA PREFEITURA: WWW.CAMPOVERDE.MT.GOV.BR

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DAS PORTARIAS 676 A 731 DE 2018

EXTRATO DA PORTARIA N°676/2018

PORTARIA Nº 676, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2018.

EXONERA A SENHORA SABY VANESSA VARGAS ROMERO DO CARGO DE GERENTE DE SERVICOS MEDICOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

EXTRATO DA PORTARIA N°677/2018

PORTARIA Nº 677, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2018.

EXONERA A SENHORA CARRIE DE LIMA MACHADO DO CARGO DE CHEFE DE NÚCLEO DE ATENDIMENTO AO TURISTA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO.

EXTRATO DA PORTARIA N°678/2018

PORTARIA Nº 678, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2018.

NOMEIA A SENHORA CARRIE DE LIMA MACHADO PARA EXERCER O CARGO DE COORDENADORA DE TURISMO E EVENTOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO.

EXTRATO DA PORTARIA N°679/2018

PORTARIA Nº 679, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2018.

NOMEIA EM ESTÁGIO PROBATÓRIO A SENHORA INGRID BERGAMAN RIBEIRO OLIVEIRA PARA EXERCER O CARGO DE AUXILIAR ADMINISTRATIVO, JUNTO A PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE-MT.

EXTRATO DA PORTARIA N°680/2018

PORTARIA Nº 680, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2018.

REINTEGRA O SENHOR ALMIR JOSE OLIVEIRA DA SILVA AO CARGO DE AUXILIAR ADMINISTRATIVO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE.

EXTRATO DA PORTARIA N°681/2018

PORTARIA Nº 681, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2018.

CONCEDE LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA A SERVIDORA MUNICIPAL ELIENY APARECIDA SOUZA SANTOS PELO PERÍODO DE 63(SESSENTA E TRÊS) DIAS.

EXTRATO DA PORTARIA N°682/2018

PORTARIA Nº 682, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2018.

NOMEIA EM ESTÁGIO PROBATÓRIO O SENHOR LEONARDO ALVES DOS SANTOS SILVA PARA EXERCER O CARGO DE AUXILIAR ADMINISTRATIVO, JUNTO A PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE-MT.

EXTRATO DA PORTARIA N°683/2018

PORTARIA Nº 683, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2018.

NOMEIA EM ESTÁGIO PROBATÓRIO A SENHORA ELAINE MARQUES NASCIMENTO PARA EXERCER O CARGO DE AUXILIAR ADMINISTRATIVO, JUNTO A PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE-MT.

EXTRATO DA PORTARIA N°684/2018

PORTARIA Nº 684, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2018.

NOMEIA EM ESTÁGIO PROBATÓRIO A SENHORA PAULA GABRIELLE DE CASTRO TRIGUEIRO PARA EXERCER O CARGO DE DENTISTA, JUNTO A PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE-MT.

EXTRATO DA PORTARIA N°685/2018

PORTARIA Nº 685, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2018.

NOMEIA EM ESTÁGIO PROBATÓRIO O SENHOR ADRIEL BULHOES CORREA PARA EXERCER O CARGO DE AUXILIAR ADMINISTRATIVO, JUNTO A PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE-MT.

EXTRATO DA PORTARIA N°686/2018

PORTARIA Nº 686, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2018.

NOMEIA O SENHOR GILMAR ZITO PRATI PARA EXERCER INTERINAMENTE O CARGO DE SECRETÁRIO MUNICIPAL DE OBRAS, VIAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS.

EXTRATO DA PORTARIA N°687/2018

PORTARIA Nº 687, DE 05 DE NOVEMBRO DE 2018.

CONCEDE AUTORIZAÇÃO AO SERVIDOR MUNICIPAL ALMIR JOSE OLIVEIRA DA SILVA PARA DIRIGIR VEÍCULO OFICIAL DESTE MUNICÍPIO DE CAMPO VERDE-MT.

EXTRATO DA PORTARIA N°688/2018

PORTARIA Nº 688, DE 05 DE NOVEMBRO DE 2018.

NOMEIA A SENHORA THALITA MESQUITA FIUZA PARA EXERCER O CARGO DE GERENTE DE SERVIÇOS MÉDICOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

EXTRATO DA PORTARIA N°689/2018

PORTARIA Nº 689, DE 05 DE NOVEMBRO DE 2018.

NOMEIA EM ESTÁGIO PROBATÓRIO A SENHORA NAARA ZANATTO SANTOS PARA EXERCER O CARGO DE AUXILIAR ADMINISTRATIVO, JUNTO A PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE-MT.

EXTRATO DA PORTARIA N°690/2018

PORTARIA Nº 690, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2018.

EXONERA A SENHORA STEFANY SPIGUEL REAMI DO CARGO DE CHEFE DE NÚCLEO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

EXTRATO DA PORTARIA N°691/2018

PORTARIA Nº 691, DE 06 DE OUTUBRO DE 2018.

CONCEDE LICENÇA MÉDICA A SERVIDORA MUNICIPAL MARCIA RODRIGUES ALMEIDA LOPES BARBOZA A PARTIR DO DIA 04 DE OUTUBRO DE 2018.

EXTRATO DA PORTARIA N°692/2018

EXTRATO DA PORTARIA N°693/2018

PORTARIA Nº 693, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2018.

EXONERA A SENHORA ROZANGELA DE FATIMA GONCALVES DA SILVA DO CARGO DE CHEFE DE NÚCLEO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

EXTRATO DA PORTARIA N°694/2018

PORTARIA Nº 694, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2018.

NOMEIA EM ESTÁGIO PROBATÓRIO A SENHORA DANDARA CRISTINA COSTACURTA PARA EXERCER O CARGO DE AUXILIAR ADMINISTRATIVO, JUNTO A PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE-MT.

EXTRATO DA PORTARIA N°695/2018

PORTARIA Nº 695, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2018.

CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE À SERVIDORA MUNICIPAL CLARICE CARDOSO LIMA PAPA PELO PERÍODO DE CENTO E VINTE DIAS.

EXTRATO DA PORTARIA N°696/2018

PORTARIA Nº 696, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2018.

NOMEIA EM ESTÁGIO PROBATÓRIO A SENHORA DAIANE CAMARGO FERREIRA PARA EXERCER O CARGO DE AUXILIAR ADMINISTRATIVO, JUNTO A PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE-MT.

EXTRATO DA PORTARIA N°697/2018

PORTARIA Nº 697, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2018.

EXONERA A SENHORA ELAINE MARQUES NASCIMENTO DO CARGO DE AUXILIAR ADMINISTRATIVO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

EXTRATO DA PORTARIA N°705/2018

PORTARIA Nº 705, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2018.

NOMEIA EM ESTÁGIO PROBATÓRIO A SENHORA NATÁLIA DE FATIMA VASCONCELOS LOPES PARA EXERCER O CARGO DE AUXILIAR ADMINISTRATIVO, JUNTO A PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE-MT.

EXTRATO DA PORTARIA N°706/2018

PORTARIA Nº 706, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2018.

NOMEIA EM ESTÁGIO PROBATÓRIO A SENHORA FRANCIELE LIPPE PARA EXERCER O CARGO DE AUXILIAR ADMINISTRATIVO, JUNTO A PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE-MT.

EXTRATO DA PORTARIA N°707/2018

PORTARIA Nº 707, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2018.

CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE À SERVIDORA MUNICIPAL DIELLY CAROLINA FIDELES NOGUEIRA PELO PERÍODO DE CENTO E VINTE DIAS.

EXTRATO DA PORTARIA N°708/2018

PORTARIA Nº 708, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2018.

NOMEIA EM ESTÁGIO PROBATÓRIO A SENHORA CLEIDEMAR FATIMA COMUNELLO SELLER PARA EXERCER O CARGO DE AUXILIAR ADMINISTRATIVO, JUNTO A PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE-MT.

EXTRATO DA PORTARIA N°709/2018

PORTARIA Nº 709, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2018.

EXONERA O SENHOR CARLOS EDUARDO DE FRANCA BORGES DO CARGO DE DIRETOR DE IMPRENSA DO GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL.

EXTRATO DA PORTARIA N°710/2018

PORTARIA Nº 710, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2018.

NOMEIA A SENHORA NADIR DO PRADO COSTA MATEUS PARA EXERCER O CARGO DE CHEFE DE NÚCLEO DE ATENDIMENTO AO TURISTA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO.

EXTRATO DA PORTARIA N°711/2018

PORTARIA Nº 711, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2018.

EXONERA A SENHORA DIVINA DE OLIVEIRA DO CARGO DE CHEFE DE DIVISÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

EXTRATO DA PORTARIA N°712/2018

PORTARIA Nº 712, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2018.

EXONERA O SENHOR ANDRE LUIZ RODRIGUES CAMPOS DO CARGO DE CHEFE DE NÚCLEO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER.

EXTRATO DA PORTARIA N°713/2018

PORTARIA Nº 713, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2018.

NOMEIA EM ESTÁGIO PROBATÓRIO A SENHORA STEFANY SPIGUEL REAMI PARA EXERCER O CARGO DE AUXILIAR ADMINISTRATIVO, JUNTO A PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE-MT.

EXTRATO DA PORTARIA N°714/2018

PORTARIA Nº 714, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2018.

EXONERA O SENHOR DOUGLAS HENRIQUE ADIB NOGUEIRA DO CARGO DE COORDENADOR DE EVENTOS E ESPAÇOS ESPORTIVOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER.

EXTRATO DA PORTARIA N°715/2018

PORTARIA Nº 715, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2018.

EXONERA O SENHOR GEOVANY AMBROSIO BARRETO PEREIRA DO CARGO DE ASSESSOR DE GABINETE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER.

EXTRATO DA PORTARIA N°716/2018

PORTARIA Nº 716, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2018.

EXONERA O SENHOR JOSE RAMOS DE CASTRO DO CARGO DE COORDENADOR DE DESENVOLVIMENTO DO ESPORTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER.

EXTRATO DA PORTARIA N°717/2018

PORTARIA Nº 717, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2018.

EXONERA O SENHOR LEONARDO WILLERS LORENZATTO DO CARGO DE COORDENADOR DE ASSISTÊNCIA DESPORTIVA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER.

EXTRATO DA PORTARIA N°718/2018

PORTARIA Nº 718, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2018.

EXONERA O SENHOR MARCOS JOSE DE SOUZA DO CARGO DE COORDENADOR DAS ESCOLINHAS ESPORTIVAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER.

EXTRATO DA PORTARIA N°719/2018

PORTARIA Nº 719, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2018.

EXONERA A SENHORA SANDEAMARA LOBELEIN DO CARGO DE DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO DO ESPORTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER.

EXTRATO DA PORTARIA N°720/2018

PORTARIA Nº 720, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2018.

EXONERA A SENHORA ADRIANA REGINA GARBUGIO SERON DO CARGO DE FARMACEUTICO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

EXTRATO DA PORTARIA N°721/2018

PORTARIA Nº 721, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2018.

CONCEDE LICENÇA/AFASTAMENTO, SEM REMUNERAÇÃO, A SERVIDORA MUNICIPAL MARLENE MOREIRA GALHARDO PELO PERÍODO DE DOIS ANOS.

EXTRATO DA PORTARIA N°722/2018

PORTARIA Nº 722, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2018.

CONCEDE LICENÇA/AFASTAMENTO, SEM REMUNERAÇÃO, A SERVIDORA MUNICIPAL ELZIANE DOS SANTOS PEREIRA PELO PERÍODO DE DOIS ANOS.

EXTRATO DA PORTARIA N°723/2018

PORTARIA Nº 723, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2018.

NOMEIA A SENHORA SIMONE GUEDES DE FREITAS MATA PARA EXERCER O CARGO DE CHEFE DE DIVISÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

EXTRATO DA PORTARIA N°727/2018

PORTARIA Nº 727, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2018.

NOMEIA EM ESTÁGIO PROBATÓRIO O SENHOR VANDERSON DE SOUZA OLIVEIRA COSTA PARA EXERCER O CARGO DE LUBRIFICADOR, JUNTO A PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE-MT.

EXTRATO DA PORTARIA N°729/2018

PORTARIA Nº 729, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2018.

EXONERA O SENHOR GILMAR ZITO PRATI DO CARGO DE SECRETÁRIO MUNICIPAL DE OBRAS, VIAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE.

EXTRATO DA PORTARIA N°730/2018

PORTARIA Nº 730, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2018.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORES MUNICIPAIS.

EXTRATO DA PORTARIA N°731/2018

PORTARIA Nº 731, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2018.

EXONERA A SENHORA FRANCIELE LIPPE DO CARGO DE AUXILIAR ADMINISTRATIVO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 698 E 699 DE 2018

PORTARIA Nº 698, 08 DE NOVEMBRO DE 2018.

NOMEIA MEMBROS PARA COMPOR O CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANÍSTICO DE CAMPO VERDE – MT

FÁBIO SCHROETER, Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

Considerando o que estabelece a Lei Complementar nº 019/2010, de 17 de fevereiro de 2010;

RESOLVE:

ARTIGO 1º - Nomear os membros do Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico de Campo Verde – MT.

ARTIGO 2º - O referido Conselho será composto pelos representantes abaixo citados pelo mandato de quatro anos, podendo o mesmo ser prorrogado por mais dois anos.

REPRESENTANTE DA SECRETARIA DE FAZENDA.

Titular: MARIA CLARA FONQUETE SCACCHETTI

CPF: 317.314.008-70

Endereço: Ave Marino Cattani nº 1379 – Estação da Luz

Fone: (66)9.9602-2311

E-mail: mariaclarafonquete@gmail.com

ARTIGO 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Verde, aos 08 dias do mês de Novembro de 2018.

FÁBIO SCHROETER

Prefeito Municipal

Cumpra-se, Registra-se e Publique-se

GILMAR ZITO PRATI

Secretário De Administração

PORTARIA Nº 699, 08 DE NOVEMBRO DE 2018.

NOMEIA MEMBROS PARA COMPOR O CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE CAMPO VERDE – MT.

FÁBIO SCHROETER, Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

Considerando o que estabelece a Lei Complementar nº 004/2005, de 23 de junho de 2005;

RESOLVE:

ARTIGO 1º - Nomear os membros do Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico de Campo Verde – MT.

ARTIGO 2º - O referido Conselho será composto pelos representantes abaixo citados pelo mandato de quatro anos, podendo o mesmo ser prorrogado por mais dois anos.

REPRESENTANTE DA SECRETARIA DE FAZENDA.

Titular: MARIA CLARA FONQUETE SCACCHETTI

CPF: 317.314.008-70

Endereço: Ave Marino Cattani nº 1379 – Estação da Luz

Fone: (66)9.9602-2311

E-mail: mariaclarafonquete@gmail.com

ARTIGO 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Verde, aos 8 dias do mês de novembro de 2018.

FÁBIO SCHROETER

Prefeito Municipal

Registre-se. Publique-se.

GILMAR ZITO PRATI

Secretário De Administração

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 728 DE 2018

PORTARIA Nº 728, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2018.

NOMEIA MEMBRO PARA COMPOR O CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE CAMPO VERDE – MT.

FÁBIO SCHROETER, Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

Considerando o que estabelece a Lei Complementar nº 004/2005, de 23 de junho de 2005;

RESOLVE:

ARTIGO 1º - Nomear os membros do Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico de Campo Verde – MT.

ARTIGO 2º - O referido Conselho será composto pelos representantes abaixo citados pelo mandato de quatro anos, podendo o mesmo ser prorrogado por mais dois anos.

REPRESENTANTE DA SECRETARIA DE FAZENDA.

Titular: MARIA CLARA FONQUETE SCACCHETTI

CPF: 317.314.008-70

Endereço: Ave Marino Cattani nº 1379 – Est. da Luz

Fone: (66)9.9602-2311

E-mail: mariaclarafonquete@gmail.com

ARTIGO 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Verde, aos 22 dias do mês de Novembro de 2018.

FÁBIO SCHROETER

Prefeito Municipal

Cumpra-se, registra-se e publique.

GILMAR ZITO PRATI

Secretário Municipal De Administração

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 732 DE 2018

PORTARIA N° 732, 26 DE NOVEMBRO DE 2018.

NOMEIA MEMBROS PARA COMPOR O CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANÍTICO DE CAMPO VERDE – MT.

FÁBIO SCHROETER, Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

Considerando o que estabelece a Lei Complementar nº 019/2010, de 17 de fevereiro de 2010;

RESOLVE:

ARTIGO 1º - Nomear os membros do Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico de Campo Verde – MT.

ARTIGO 2º - O referido Conselho será composto pelos representantes abaixo citados pelo mandato de quatro anos, podendo o mesmo ser prorrogado por mais dois anos.

REPRESENTANTE DA CÂMARA DE DIRIGENTES LOJISTAS DE CAMPO VERDE - CDL

Titular: MARCOS GENTILIN

CPF: 019.521.461-78

Endereço: Faz. Morada do Sol, BR 070 – KM 382, Zona Rural.

Fone: (66)99901.5590

E-mail: marcosgentilin@hotmail.com

ARTIGO 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Verde, aos 26 dias do mês de Novembro de 2018.

FÁBIO SCHROETER

Prefeito Municipal

Cumpra-se, Registre-se e Publique-se.

GILMAR ZITO PRATI

Secretário De Administração

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
RESULTADO DO PREGÃO Nº 119/2018

A Prefeitura Municipal de Campo Verde torna público o resultado do PREGÃO nº 119/2018 – REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE CÂMARAS DE AR, PROTETORES DE PNEU E PNEUS VEICULARES*,* no qual sagraram-se vencedoras as empresas*:* LANNER & PASQUALOTTO LTDA, CNPJ nº 04.028.931/0001-59, que totalizou R$ 405.797,18 (quatrocentos e cinco mil setecentos e noventa e sete reais e dezoito centavos); PNEUAR COMÉRCIO DE PNEUS LTDA, CNPJ nº 03.532.991.0001-41, total de R$ 316.258,42 (trezentos e dezesseis mil duzentos e cinquenta e oito reais e quarenta e dois centavos); PNEUS VIA NOBRE LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 01.976.860/0048-91, total de R$ 281.345,58 (duzentos e oitenta e um mil, trezentos e quarenta e cinco reais e cinquenta e oito centavos). Os lotes 45 e 46 resultaram em fracassados. Campo Verde, 10 de dezembro de 2018. Leila Gubert – Pregoeira.

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 022 - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº. 001/2017

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº. 001/2017

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 022

FÁBIO SCHROETER, Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o Edital de Processo Seletivo Simplificado nº 001/2017, homologado em 29 de Janeiro de 2018, RESOLVE:

I - **CONVOCAR** o(s) candidato(s) abaixo relacionado(s), aprovado(s) no Processo Seletivo Simplificado nº 001/2017, para comparecer(em), no prazo de **05 (cinco) dias** na Sede da Prefeitura Municipal de Campo Verde/MT, situada na Praça dos Três Poderes, nº 03, Centro, junto a Supervisão de Recursos Humanos, a fim de apresentar(em) os documentos exigidos para a efetiva contratação, conforme Edital de Abertura e ANEXO I deste Edital;

II - As contratações dos candidatos convocados abaixo terão prazo determinado de **01 (um) ano**, podendo ser prorrogados por igual período, a critério da administração, em conformidade com a Lei Municipal N.º 2.317 de 09 de Novembro de 2017, que autorizou a realização do Processo Seletivo;

III - O distrato das contratações originadas desta convocação dar-se-ão por solicitação do CANDIDATO ou da PREFEITURA MUNICIPAL, de forma expressa, com antecedência previa de 15 (quinze) dias. A rescisão efetuar-se-á imediatamente: a) quando terminados os motivos que fundamentam a contratação; b) em hipótese de inadimplemento de qualquer cláusula e/ou condição contratual; c) quando houver paralisação sem justa causa das atividades profissionais por mais de 2 (dois) dias consecutivamente, considerando-se uma única vez dentro do período de vigência do contrato; d) por conveniência ou necessidade da PREFEITURA MUNICIPAL; e) a anulação acontecerá quando o instrumento estiver em desacordo com a legislação que fundamenta as contratações;

IV - O(s) candidato(s) que deixar(em) de comparecer no prazo acima indicado será preterido do direito de posse, implicando na desistência da vaga.

Campo Verde/MT, 11 de Dezembro de 2018.

Cargo:**020 - Auxiliar Administrativo**

Colocação	Inscrição	Nome	Data de Nasc.	Nota Final
13	0000002317	ALDENI FRANCISCA DE OLIVEIRA	20/05/1967	72,00
14	0000002115	MILTON DE OLIVEIRA PORTO	03/12/1987	71,00
15	0000002093	CARLOS ROSA DE LIMA	12/02/1974	70,00
16	0000002123	CICERO APARECIDO NOGUEIRA	22/03/1957	68,00

FÁBIO SCHROETER

PREFEITO MUNICIPAL

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 336/2018

ÓRGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE-MT

FORNECEDOR: PNEUAR COMÉRCIO DE PNEUS LTDA, CNPJ Nº 03.532.991.0001-41

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE CÂMARAS DE AR, PROTETORES DE PNEU E PNEUS VEICULARES Nº 119/2018.

DATA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO: 10/12/2018

VIGÊNCIA: 12 MESES

LOTE	DESCRIÇÃO	QTDE/UND	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
02	CÂMARA DE AR 1300X24 BICO CURTO	06 UND	XBRI	R$ 165,83	R$ 994,98
03	CÂMARA DE AR 1400X24 BICO CURTO	06 UND	XBRI	R$ 165,83	R$ 994,98
05	CÂMARA DE AR 7.5X16 BICO LONGO	06 UND	XBRI	R$ 45,00	R$ 270,00
06	CÂMARA DE AR 18.4X30 BICO CURTO	04 UND	XBRI	R$ 197,75	R$ 791,00
07	CÂMARA DE AR 12.4X24 BICO CURTO	04 UND	XBRI	R$ 100,00	R$ 400,00
11	PROTETOR ARO 16	06 UND	RUZZI	R$ 24,00	R$ 144,00
12	PROTETOR ARO 20 (PARA PNEUS 900)	150 UND	RUZZI	R$ 33,00	R$ 4.950,00
13	PROTETOR ARO 24	12 UND	CARRETERO	R$ 87,08	R$ 1.044,96
18	PNEU 7.50X16 DIAGONAL	20 UND	GOODYEAR	R$ 558,50	R$ 11.170,00
19	PNEU 7.50X18 (AGRÍCOLA)	08 UND	GOODYEAR	R$ 507,50	R$ 4.060,00
20	PNEU 12.4X24 08 LONAS (TRATOR)	04 UND	TITAN	R$ 1.225,00	R$ 4.900,00
22	PNEU 17.5X25 16 LONAS	20 UND	TITAN	R$ 2.679,50	R$ 53.590,00
24	PNEU 18.4X34 12 LONAS	04 UND	TITAN	R$ 2.812,25	R$ 11.249,00
30	PNEU 195/75 R16	30 UND	FATE	R$ 431,33	R$ 12.939,90
33	PNEU 215/75 R17,5 BORRACHUDO RADIAL	80 UND	DURATURN	R$ 699,87	R$ 55.989,60

34	PNEU 215/75 R17,5 LISO RADIAL	100 UND	DURATURN	R$ 599,90	R$ 59.990,00
42	PNEU 275/80 R22,5 RADIAL LISO	50 UND	FATE	R$ 1.396,80	R$ 69.840,00
44	PNEU 295/80 R22,5 BORRACHUDO	12 UND	FATE	R$ 1.382,50	R$ 16.590,00
63	PNEU 9.00-16 AGRÍCOLA	10 UND	TITAN	R$ 635,00	R$ 6.350,00

VALOR TOTAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO: R$ 316.258,42 (TREZENTOS E DEZESSEIS MIL DUZENTOS E CINQUENTA E OITO REAIS E QUARENTA E DOIS CENTAVOS).

A ÍNTEGRA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ESTÁ DISPONÍVEL NO SITE DA PREFEITURA: WWW.CAMPOVERDE.MT.GOV.BR

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 337/2018

ÓRGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE-MT

FORNECEDOR: PNEUS VIA NOBRE LTDA, CNPJ Nº 01.976.860/0048-91

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE CÂMARAS DE AR, PROTETORES DE PNEU E PNEUS VEICULARES Nº 119/2018.

DATA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO: 10/12/2018

VIGÊNCIA: 12 MESES

LOTE	DESCRIÇÃO	QTDE/UND	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	CÂMARA DE AR 900X20 BICO LONGO	100 UND	MAGNUM	R$ 78,95	R$ 7.895,00
09	CÂMARA DE AR 1000X20	100 UND	MAGNUM	R$ 93,65	R$ 9.365,00
21	PNEU 12X16.5 RADIAL 12 LONAS (RETROESCAVADEIRA)	06 UND	PIRELLI	R$ 945,83	R$ 5.674,98
29	PNEU 185/70 R14 RADIAL	50 UND	PIRELLI	R$ 245,96	R$ 12.298,00
38	PNEU 245/75 R16 RADIAL	10 UND	PIRELLI	R$ 524,50	R$ 5.245,00
40	PNEU 265/65 R17 RADIAL	40 UND	PIRELLI	R$ 632,12	R$ 25.284,80
48	PNEU 1000X20 R20 LISO RADIAL	50 UND	PIRELLI FORMULA	R$ 1.193,90	R$ 59.695,00
51	PNEU 1400X24 16 LONAS	30 UND	PIRELLI	R$ 2.183,16	R$ 65.494,80
55	PNEU 12.5/80 R18 RADIAL	10 UND	PIRELLI	R$ 1.054,90	R$ 10.549,00
57	PNEU 205/75 R15 RADIAL	10 UND	PIRELLI	R$ 535,90	R$ 5.359,00
59	PNEU 23.5X25	10 UND	PIRELLI	R$ 7.448,50	R$ 74.485,00

VALOR TOTAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO: R$ 281.345,58 (DUZENTOS E OITENTA E UM MIL, TREZENTOS E QUARENTA E CINCO REAIS E CINQUENTA E OITO CENTAVOS).

A ÍNTEGRA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ESTÁ DISPONÍVEL NO SITE DA PREFEITURA: WWW.CAMPOVERDE.MT.GOV.BR

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DE JÚLIO

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO 3º TERMO ADITIVO "DE SUPRESSÃO" DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 18/2018.

DA ESPÉCIE: Manutenção do Equilíbrio econômico-financeiro/Supressão do valor do litro.

DO OBJETO: Aquisição de Combustível, conforme pregão presencial 19/2018.

DO VALOR: o valor unitário (litro) do item 02 (Diesel Comum) passará de R$ 33,68 (três reais e sessenta e oito centavos). para R$ 3,53 (três reais e cinquenta e três centavos).

Percentual de supressão: 15% aproximadamente.

ASSINAM:– JOSE ODIL DA SILVA Prefeito Municipal / CONTRATANTE, e a empresa MT Comercio de Combustível Ltda. CNPJ: 04.275.611/0002-84 / CONTRATADA.

TERMO DE RETIFICAÇÃO DA PORTARIA Nº. 228, DE 3 DE DEZEMBRO DE 2018.

JOSÉ ODIL DA SILVA, Prefeito do Município de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições previstas em legais torna público que fica retificado o período de vigência constante do artigo 2º da sobredita portaria, para constar que surtirá efeitos a partir do dia 21 de dezembro de 2018.

Acrescenta-se ainda que ficam revogados os efeitos da Portaria nº. 060, de 15 de março de 2018, permanecendo inalterados os demais dispositivos da sobredita portaria.

Registre-se e publique-se.

Campos de Júlio, 10 de dezembro de 2018.

JOSÉ ODIL DA SILVA

Prefeito de Campos de Júlio

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO AO CONTRATO Nº 93.2017

DA ESPÉCIE: Credenciamento de Prestadores de Serviços de Arbitragem Esportiva - Pessoas Físicas.

DO OBJETO: Rescinde o Contrato Administrativo de nº 93.2017, amigavelmente a partir de 06.12.2018

ASSINAM: JOSÉ ODIL DA SILVA – Prefeito Municipal / RESCINDENTE e **SAMUEL SATOSHI YOSHIDA** R / RESCINDIDO.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
ANEXO I - PORTARIA Nº. 06/2018/SME, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2018.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO CAMPOS DE JÚLIO-MT

FICHA DE INSCRIÇÃO DO CANDIDATO

À COORDENADOR PEDAGÓGICO – PERÍODO DE 01.02.2019 a 31.12.2019

Nome da Escola para qual se candidata:.....
.....

Número da ordem de inscrição na Escola:.....
.....

DADOS PESSOAIS

Nome:.....
.....

Título de Eleitor:..... Zona..... Seção.....
.....

RG:..... Expedido em...../...
...../.....

CPF:..... Data de Nascimento...../..
...../.....

Sexo:..... Estado Civil:.....
.....

Filiação:.....
.....

.....
.....

Endereço completo:.....
.....

Email..... Telefone.....
.....

DADOS PROFISSIONAIS

Graduação/Curso:.....
.....

Pós–graduação/Curso:.....
.....

Tempo de serviço na Unidade Escolar que se candidata:.....
.....

Situação Funcional:.....
.....

Cópia autenticada do Certificado de Conclusão do Curso de graduação ( ) em anexo

Possui outro cargo efetivo? ( ) SIM ( ) NÃO

Qual?

_____
_____

Obs.: O (A) candidato (a) fica ciente que, se for eleito e for detentor de outro cargo diferente do cargo de professor deverá se licenciar desse cargo, durante o período eletivo, para exercer a função de Coordenador Pedagógico com dedicação exclusiva conforme prevê o Artigo 63 da Lei Municipal nº 512/2012.

Campos de Júlio, MT., ... de .....de 2018.

_____ _____

Assinatura do Candidato Comissão Eleitoral

PORTARIA Nº. 231, DE 3 DE DEZEMBRO DE 2018.

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE AOS SERVIDORES PÚBLICOS QUE ESPECIFICA.

JOSÉ ODIL DA SILVA, Prefeito do Município de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais previstas no artigo 148, inciso II, alínea “a” da Lei Orgânica Municipal (LOM);

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença para tratamento de saúde aos servidores abaixo nominados, lotados na Secretaria Municipal de Finanças, relativo aos períodos que menciona:

NOME	PERÍODO
ROSINÉIA RODRIGUES RAMOS SILVA	7/11/2018 a 8/11/2018
SÔNIA MARIA ANZILAGO PERSON	12/11/2018 a 15/11/2018
LIANE ZONATTO	26/11/2018 a 27/11/2018
PRISCILA ZANETTI FAGUNDES CECHINEL	5/11/2018 a 7/11/2018
JONATAS SAMPAIO DE LARA OLIVEIRA	26/11/2018 a 27/11/2018
ESTEFÂNIA NOVAIS GONÇALVES	30/11/2018

Art. 2º Conceder licença para tratamento de saúde à servidora abaixo nominada, lotada na Secretaria Municipal de Administração, relativo ao período que menciona:

NOME	PERÍODO
ANA PAULA DOS SANTOS	26/11/2018 a 27/11/2018

Art. 3º Conceder licença para tratamento de saúde aos servidores abaixo nominados, lotados na Secretaria Municipal de Viação, Obras Públicas e Serviços Urbanos, relativo ao período que menciona:

NOME	PERÍODO
ANTÔNIO JOSÉ DE OLIVEIRA	26/11/2018 a 27/11/2018
ANDRE LUIZ PETTER	01/11/2018 a 02/11/2018

Art. 4º Conceder licença para tratamento de saúde aos servidores abaixo nominados, lotados na Secretaria Municipal de Saúde, relativo aos períodos que menciona:

NOME	PERÍODO
JOSIANE RIBEIRO DA SILVA	7/11/2018 a 8/11/2018
ZILDA LEMES	8/11/2018 a 9/11/2018
DALVA DE OLIVEIRA LOPES ANDRADE	22/11/2018 a 23/11/2018
VININA MARIA DE ALMEIDA	22/11/2018 a 24/11/2018
GIULIANA FERNANDES	26/11/2018
FABÍULA JAQUELINE PIRES	21/11/2018 a 22/11/2018
ELETICE RODRIGUES DOS SANTOS	26/11/2018 a 27/11/2018
EDENIR HELENA DE SOUZA	23/11/2018 a 24/11/2018
LUCIMAR VERÍSSIMO MIOTTO	9/11/2018 a 10/11/2018
ANDRELINA SOQUEIRA DOS SANTOS	9/11/2018 a 10/11/2018
ROSIANE FRANCISCA DE MIRANDA	21/11/2018 a 24/11/2018
NELCI MARIA DANIEL CAVALLI	22/11/2018 a 23/11/2018
AOZEMIRA OLIVEIRA ANTÔNIO GUIMARÃES	22/11/2018 a 23/11/2018
ELISANGELA ROGÉRIO SOUSA	6/11/2018 a 7/11/2018 12/11/2018 a 15/11/2018 22/11/2018 a 24/11/2018
DANYELA SAMIA GUIMARÃES	23/11/2018 a 24/11/2018
JAQUELINE DELLATORRE	01/11/2018 a 02/11/2018 26/11/2018 a 27/11/2018
MARIA INES GOLFETTO ZANELLA	26/11/2018 a 27/11/2018
MONA CARLA DAVEL NASCIMENTO	8/11/018 a 9/11/2018
ENAILY GEGICA MARTINS DE ASSIS	12/11/2018 a 13/11/2018
NATALIA MACHADO DE OLIVEIRA	14/11/2018 a 15/11/2018
JUSSARA APARECIDA NOVINSKI	28/11/2018
ROZANGELA TEIXEIRA DE OLIVEIRA	29/11/2018 a 30/11/2018
LUCIANE APARECIDA TOLOTTI	01/11/2018 a 5/11/2018
TATIANE SILVERIO	01/11/2018 a 02/11/2018 9/11/2018 a 10/11/2018
GISLAINE PAMELA MARQUES	5/11/2018 a 15/11/2018
JUSSIARA ZAIACZKOSKI	5/11/2018 a 8/11/2018 14/11/2018 a 15/11/2018
ELIANI APARECIDA SILVA	21/11/2018 a 22/11/2018
ROGER WILLIAN CARVALHO	26/11/2018 a 27/11/2018
EMERSON RODRIGES ANTUNES	23/11/2018 a 27/11/2018

Art. 5º Conceder licença para tratamento de saúde aos servidores abaixo nominados, lotados na Secretaria Municipal de Assistência Social, relativo aos períodos que menciona:

NOME	PERÍODO
ADELAR ANTUNES DOS SANTOS	5/11/2018 a 7/11/2018
MARLI TERESINES PIRES	21/11/2018 a 22/11/2018
ROSENILDA APARECIDA DE OLIVEIRA	13/11/2018 a 28/11/2018

Art. 6º Conceder licença para tratamento de saúde aos servidores abaixo nominados, lotados na Secretaria Municipal de Educação, relativo aos períodos que menciona:

NOME	PERÍODO
ESTELA MARI DANELUZ	23/11/2018 a 24/11/2018
ALBERTO RAMPANELLI	14/11/2018 a 15/11/2018 21/11/2018 a 22/11/2018
SÉRGIO CARDOSO DE OLIVEIRA	12/11/2018 a 13/11/2018
IRONE SALETE DA SILVA VERDI	9/11/2018 a 10/11/2018
JOSEANE LUIZ BARBOSA	5/11/2018 a 6/11/2018 16/11/2018 a 17/11/2018
AURICEIA FERNANDES DOS SANTOS OLIVEIRA	5/11/2018 a 6/11/2018 29/11/2018 a 30/11/2018
LUCICLEIA RIBEIRO BATISTA	12/11/2018 a 13/11/2018
LISIANE DA SILVA MENDES	9/11/2018 a 10/11/2018
JANE REGINA PIZZI CELSO	5/11/2018 a 7/11/2018 12/11/2018 a 19/11/2018 21/11/2018 a 28/11/2018
ERENIR DA COSTA DA SILVA	8/11/2018 a 10/11/2018
LUCINEIA RAMOS	5/11/2018 a 6/11/2018
CELITA DONAT	19/11/2018 a 26/11/2018
BENEDITA FÁTIMA DE CAMARGO	8/11/2018 a 9/11/2018 16/11/2018 a 17/11/2018 22/11/2018 a 23/11/2018
SIRLENE GOMES FERREIRA GRAVA	01/11/2018 a 02/11/2018
ROSELI DE OLIVEIRA	12/11/2018 a 14/11/2018
ELISANGELA APARECIDA RODRIGUES DA SILVA	9/11/2018 a 10/11/2018 12/11/2018 a 24/11/2018
DAYANE MIRANDA ROMEIRA	01/11/2018 a 02/11/2018 8/11/2018 a 10/11/2018 16/11/2018 a 17/11/2018 26/11/2018 a 27/11/2018
ELOITA TEREZA DE ARRUDA	16/11/2018 a 20/11/2018
MARCIA OLIVEIRA DE MELLO	22/11/2018 a 24/11/2018
OLINDA TEREZINHA RAUTA	16/11/2018 a 18/11/2018
LEIDIANA CASTELANS VIEIRA EVANGELISTA	7/11/2018 a 10/11/2018
JULIANA FERREIRA DE CASTRO	01/11/2018 a 02/11/2018
CLAUDIA INES KAIM PIENIZ	31/11/2018 a 02/11/2018 16/11/2018 a 20/11/2018
GIOMARA CAMARGO DOS SANTOS	29/11/2018
MARIA HELENA DA SILVA	12/11/2018 a 14/11/2018
CLENILDA FILOMENA LOPES	23/11/2018 a 24/11/2018
JOSIANE LUIZ BARBOSA	5/11/2018 a 6/11/2018
VERONEIDE SANTANA	23/11/2018 a 24/11/2018
EDIJANE AVELINO DOS SANTOS	22/11/2018 a 23/11/2018
JOCELIA DUARTE ARAUJO CARDOSO	9/11/2018 a 11/11/2018
ELIANE RAMOS DA SILVA	01/11/2018 7/11/2018 a 8/11/2018 23/11/2018 a 24/11/2018
GERALDA PEREIRA	01/11/2018 a 02/11/2018 23/11/2018 a 24/11/2018 26/11/2018 a 27/11/2018
ELIANE MARTINS MEDEIROS	16/11/2018 a 23/11/2018
MARIA DO CARMO SOUZA	14/11/2018 a 17/11/2018 21/11/2018 a 22/11/2018
MAVIANE RAMALHO MACHADO SOUZA	8/11/2018 a 10/11/2018
QUEILA MATHEUS	5/11/2018 a 6/11/2018
CARLINA DOS SANTOS CRUZ	01/11/2018 a 02/11/2018 6/11/2018 a 20/11/2018
TAMARA CRISTINA HELIODODO POMPEO DA SILVA	7/11/2018 a 9/11/2018 16/11/2018
JULIANA DE FÁTIMA DE PAULA HORBACH	12/11/2018 a 21/11/2018
VERA LÚCIA PINHEIRO	01/11/2018 a 02/11/2018
THIARA DA SILVA NUNES	30/11/2018
NADIR MORARA	01/11/2018 a 02/11/2018 14/11/2018 a 15/11/2018
IDONETE RODRIGUES DE FRANÇA	22/11/2018 a 23/11/2018
VANILDA RODRIGUES PINTO EVANGELISTA	12/11/2018 a 14/11/2018
MARCIA ALVES DE SOUSA LARA	5/11/2018 a 10/11/2018 12/11/2018 a 15/11/2018
ANDREIA CRISTINA DE CARVALHO DE SOUZA	9/11/2018 a 10/11/2018
DIANA SILVA DE MELLO	8/11/2018 a 10/11/2018
LAURA MELO MACHADO JESUS	19/11/2018 a 20/11/2018
JOSIANE AVILA HENRIQUE	7/11/2018 a 8/11/2018 23/11/2018 a 24/11/2018

Art. 7º Conceder licença para tratamento de saúde ao servidor abaixo nominado, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Institucional, relativo ao período que menciona:

NOME	PERÍODO
LUIZ CARLOS CORREIA DE OLIVEIRA	16/11/2018

Art. 8º Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Campos de Júlio, 3 de dezembro de 2018.

JOSÉ ODIL DA SILVA

Prefeito de Campos de Júlio

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
PORTARIA Nº. 06/2018/SME, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2018.

Dispõe sobre o Processo de Eleição 'Suplementar' para a função de Coordenador Pedagógico, no exercício de suas atribuições e compe-

tências na gestão de resultados, para a Creche Municipal Pequeno Príncipe da Rede Municipal de Educação de Campos de Júlio – MT.

A SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CAMPOS DE JÚLIO, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, da Lei Federal nº 9.394/1996, da Lei Municipal nº 512/2012 – Plano de Cargos, Carreira dos Profissionais do Magistério Público de Campos de Júlio - MT, e demais leis educacionais vigentes;

CONSIDERANDO, a renúncia à função de Coordenador Pedagógico da Coordenadora da Creche Municipal Pequeno Príncipe eleita para o Biênio 2018/2019;

RESOLVE:

Art. 1°. Determinar a abertura do processo suplementar de escolha de Coordenador Pedagógico na Creche Municipal Pequeno Príncipe da Rede Municipal de Ensino para o período do 01.02.2019 a 31.12.2019. Os critérios para escolha de coordenador têm como referência clara os campos do conhecimento, da competência e da liderança, na perspectiva de assegurar o compromisso com a Proposta Pedagógica, com o PPP- Projeto Político Pedagógico da Unidade Escolar e as diretrizes do Plano Municipal de Educação.

Art. 2º. Os (As) candidatos (as) do Processo de Seleção Suplementar para coordenador (a) da unidade escolar, deverão preencher os seguintes requisitos:

I – Ser ocupante do cargo efetivo do quadro dos Professores da Educação Básica;

II – Ser habilitado em licenciatura plena com experiência de três anos em sala de aula ou com especialização em supervisão, coordenação e orientação escolar;

III- Apresentar a Proposta de Trabalho ao corpo docente da unidade escolar em Assembleia Geral, de acordo com as orientações e diretrizes apresentadas por esta Secretaria;

IV – Não ter sido advertido, suspenso ou responder processo administrativo, apresentar declaração emitida pelo Departamento de Recursos Humanos (RH).

Art. 3º. Para exercer a função de coordenador pedagógico, exigir-se-á, exclusivamente, professor efetivo estável com licenciatura plena, o qual, será escolhido pelos seus pares por meio de eleição suplementar para o período de 01.02.2019 a 31.12.2019, podendo haver reeleição.

§ 1º. Não poderá concorrer à função de coordenador o professor que se encontre nas seguintes situações:

I – Em licenças médicas constantes e/ou readaptação;

II – Com previsão de licença gestacional no decorrer do exercício letivo;

III - Em processo de aposentadoria;

IV – Com licença prêmio agendada para o decorrer do ano letivo;

V – Profissional que tenha vínculo com outras redes pública e/ou privada.

§ 2º. No caso do (a) candidato (a) se enquadrar no inciso IV do Artigo 3º, este poderá exercer a função, se e somente se, cancelar os agendamentos, desde que não tenham sido publicados e comprovar a compatibilidade de horário para atendimento nos turnos de funcionamento da escola.

§ 3º. Caso não haja profissional da educação habilitado, conforme prevê o Art. 2º, na unidade escolar, poderá inscrever-se o profissional que tenha no mínimo um ano de serviço prestado na unidade escolar.

Art. 4º. Os (As) candidatos (as) que se inscreverem para a função de coordenador deverão assinar Termo de Compromisso de Dedicação Exclusiva (DE) no ato da inscrição, ficando obrigados a atender em todos os turnos de funcionamento da unidade escolar.

Art. 5º. O processo eleitoral suplementar será conduzido pela Comissão de Atribuição de Classes e/ou Aulas e Regime Jornada de Trabalho dos Profissionais de Educação da Rede Municipal de Ensino de Campos de Júlio - MT para o Ano Letivo de 2019 da Creche Municipal Pequeno Príncipe.

Parágrafo Único. A Comissão para acompanhamento do processo eleitoral suplementar deverá possibilitar o acompanhamento de 01 (um) representante do SINTEP- Sindicato dos Trabalhadores no Ensino Público de Mato Grosso, mediante solicitação oficial no processo suplementar de escolha dos (as) candidatos (as) à Coordenação da Creche Municipal Pequeno Príncipe da Rede Municipal de Ensino de Campos de Júlio – MT.

Art. 6º. A comissão terá entre outras, as atribuições de:

I – Planejar, organizar, coordenar e presidir o processo de seleção suplementar;

II – Analisar as inscrições dos (as) candidatos (as), deferindo-as ou não;

III – Coordenar a Assembleia Geral para a exposição das propostas de trabalho;

IV – Coordenar o Processo de votação e apuração dos votos;

V – Divulgar o resultado final do processo;

VI – Lavrar e assinar as atas.

Art. 7º. Para concorrer à função de Coordenador (a) Pedagógico (a), o (a) professor (a) candidato (a), deverá realizar sua inscrição com a Comissão de Atribuição de Classes e/ou Aulas e Regime Jornada de Trabalho, em dia e local especificado no Artigo 13 desta Portaria. No ato da Inscrição o (a) candidato (a) deverá:

I – Entregar a ficha de inscrição preenchida a próprio punho;

II – Comprovar formação mínima, Licenciatura Plena, através de Cópia autenticada do Certificado de Conclusão do Curso de graduação;

III – Ser habilitado em licenciatura plena com experiência de três anos em sala de aula ou comprovar especialização em supervisão, coordenação e orientação escolar;

IV – Não ter sido advertido, suspenso ou responder processo administrativo, apresentar declaração emitida pelo Departamento de Recursos Humanos (RH).

V – Entregar o Termo de Compromisso de dedicação exclusiva independente dos turnos de funcionamento da unidade escolar, devidamente preenchido e assinado.

Parágrafo Único. É vedado ao (a) candidato (a) a inscrição por procuração.

Art. 8º. Caso o (a) candidato (a) for detentor de outro cargo diferente do cargo de PROFESSOR e for eleito, deverá se licenciar do cargo em questão, durante o período do mandato eletivo, para exercer a função de coordenador pedagógico com dedicação exclusiva, conforme prevê o Artigo 63 da Lei Municipal nº 512/2012.

Art. 9º. O (A) Diretor (a) no exercício da função deverá providenciar a organização do estabelecimento de ensino, em conformidade com as determinações da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 10. A direção da escola fica encarregada de providenciar a listagem dos votantes, bem como a divulgação desta portaria junto ao corpo docente da unidade escolar.

Art. 11. Será designado para a função gratificada de coordenador conforme segue:

I - Creche Municipal Pequeno Príncipe, será eleito (01) um coordenador para a Educação Infantil.

Art. 12. A eleição do coordenador pedagógico será feita numa única etapa.

Art. 13. O Processo de Eleição Suplementar se fará por escolha dos (as) candidatos (as) pelo corpo docente da Creche Municipal Pequeno Príncipe, levando-se em consideração a Proposta de Trabalho do (a) candidato (a), que deverá conter:

a) Objetivos e metas do ensino em consonância com a Política Educacional do Município e com o Projeto Político Pedagógico da Escola; b) Objetivos e metas para o monitoramento da aprendizagem dos alunos; c) Estratégias para a formação continuada dos professores; d) Objetivos e metas para a Reunião Semanal com os professores para o acompanhamento e avaliação das ações pedagógicas. e) Plano de reavaliação e intervenção pedagógica com vista à melhoria da qualidade do ensino.

Parágrafo Único. O Coordenador Pedagógico deve ter como proposta principal de seu trabalho a construção de uma educação de qualidade, onde o objetivo maior é o desenvolvimento integral de todos os estudantes e a contribuição no processo de uma gestão escolar democrática; onde se perceba que a escola é uma instituição social, que tem como uma de suas atribuições fazer com que o estudante amplie seus saberes e adquira hábitos saudáveis enquanto valores integrantes da vida humana, bem como a formação do educando para o mundo do trabalho. Sendo assim, o coordenador deverá apresentar um perfil baseado em saberes constitutivos como conhecimentos teóricos e práticos necessários para o exercício de sua função, viabilizando a melhoria do processo de ensino aprendizagem.

Art. 14. O Processo de EleiçãoSuplementarserá realizada conforme cronograma abaixo:

I - Na Creche Municipal Pequeno Príncipe - **Dia 17/12/2018**

• Das 7:00 às 7:30 horas - inscrição do (a) candidato (a); • 7:30 horas - Apresentação da Proposta e Eleição; • 8:00 horas - Contagem de pontos.

Parágrafo Único. Cada candidato (a) à coordenação terá até 10 minutos para apresentação da Proposta.

Art. 15. O (A) candidato (a) que não se submeter à apresentação da Proposta em Assembleia Geral, em data e horário marcado pela Secretaria Municipal de Educação, será automaticamente desclassificado (a).

Art. 16. Na Assembleia Geral com os professores, deverá ser concedido a cada candidato (a) à mesma fração de tempo para exposição e debate de sua Proposta de Trabalho.

Art. 17. Podem votar:

I - Professores efetivos, na unidade escolar em que realizaram a contagem de pontos para a atribuição de aulas no ano de 2018.

Parágrafo Único. Não é permitido voto por procuração.

Art. 18. O voto será secreto.

Art. 19. O voto será dado em cédula única, devidamente identificada e assinada por um (01) membro da Comissão de Atribuição de Classes e/ou Aulas e Regime Jornada de Trabalho.

§ 1º. Será realizada a contagem dos votos, logo após o encerramento da votação, no próprio local em que a mesma ocorreu.

§ 2º. O processo de apuração será realizado pela Comissão de Atribuição de Classes e/ou Aulas e Regime Jornada de Trabalho, que efetuará a conferência do quantitativo de votantes, constantes na listagem, verificando se está compatível com a quantidade de cédulas da respectiva urna, para então realizar a contagem dos votos.

Art. 20. O secretário da Comissão de Atribuição de Classes e/ou Aulas e Regime Jornada de Trabalho deverá lavrar a ata circunstanciada dos trabalhos realizados, a qual deverá ser assinada por todos os membros e acompanhada pela lista de assinaturas dos votantes.

Art. 21. Os votos em branco e nulo não serão computados a nenhum (a) candidato (a) e nem mesmo entram no cômputo dos votos válidos.

Parágrafo Único. Será considerada nula a cédula que constar mais votos que o número de vagas.

Art. 22. Havendo empate entre os (as) candidatos (as), o desempate se dará levando se em conta os critérios na ordem relacionada abaixo:

I - Maior tempo de serviço na unidade escolar;

II - Maior tempo de serviço efetivo na rede municipal de ensino;

III - Maior idade.

Art. 23. O (A) candidato(a) único só será considerado(a) escolhido(a) quando obtiver 50% (cinquenta por cento) mais um dos votos válidos.

Parágrafo Único. Caso não obtendo o percentual mínimo de votos, a Secretaria Municipal de Educação, designará um profissional da educação para exercer esta função.

Art. 24. Não havendo candidato (a) ao cargo de Coordenador Pedagógico caberá a Secretaria Municipal de Educação a indicação do professor ao chefe do executivo para nomeação e suprimento da vaga.

Art. 25. O Coordenador Pedagógico eleito receberá orientações da Assessoria Pedagógica da Secretaria Municipal de Educação para melhor desempenho de suas funções e deverá cumprir as atribuições constantes e descritas na Lei Municipal nº 512/2012, de 08 de março de 2012.

Art. 26. Será excluído do processo de escolha suplementar, o (a) candidato (a) que prestar declaração falsa ou inexata sobre a documentação exigida.

Art. 27. As inscrições que não atenderem os requisitos exigidos para a função de Coordenador Pedagógico serão indeferidas, pela Comissão de Atribuição de Classes e/ou aulas e Regime Jornada de Trabalho.

Art. 28. O (A) candidato (a) eleito (a) para o período de 01.02.2019 a 31. 12.2019 deverá entregar o seu Plano de Trabalho na Secretaria Municipal de Educação do dia 01 a 08/02/2019.

Art. 29. Faz parte integrante desta Portaria os Anexos I e II.

Art. 30. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão, em única instância.

Art. 31. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogando- se as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se

Campos de Júlio/MT, 10 de dezembro de 2018.

CLAIR ZAMO PAGLIARINI

Secretária Municipal de Educação

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
ANEXO II - PORTARIA Nº. 06/2018/SME, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2018.

TERMO DE COMPROMISSO

Eu, _____ _____, RG n.º _____, CPF n.º _____ residente e domiciliado na _____ do Município de Campos de Júlio - MT, lotado (a) na unidade escolar _____, ocupante do cargo de: _____, **DECLARO** estar ciente e de acordo com as condições previstas na Portaria nº 05/2018/ SME e Lei Municipal nº 512/2012 e firmo o compromisso de, no caso de ser eleito, assumir a função de Coordenador Pedagógico da unidade escolar em regime de Dedicação Exclusiva, não tendo outro vínculo empregatício.

Data: ____/ _____/ _____.

_____

Assinatura

LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL "SRP" Nº 054/2018

O Pregoeiro Oficial da Prefeitura Municipal de Campos de Júlio - MT, nomeado pelo Decreto Municipal nº 006/2018, vem a público divulgar, para conhecimento dos interessados, o resultado do Pregão Presencial "SRP" nº 054/2018, do tipo menor preço por lote, com abertura no dia 06/12/2018, às 08h00, horário local, com a finalidade de **registrar preços para aquisições parceladas de materiais esportivos**, sendo declaradas vencedoras do certame as licitantes CLARO COMUNICAÇÃO VISUAL EIRELI - EPP, CNPJ/MF nº 08.349.487/0001-24, vencedora dos itens (98 e 154), com valor total de R$ 60.561,00(sessenta mil, quinhentos e sessenta e um reais), GERAÇÃO 2000 CALÇADOS, CONFECÇÕES E MATERIAIS ESPORTIVOS LTDA – EPP, CNPJ/MF nº 03.449.844/0001-02, vencedora dos itens (05, 11, 12, 14, 17, 20, 23, 27, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 69, 77, 84, 87, 91, 93, 94, 97, 102, 106, 109, 114, 117, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152 e 153), com valor total de R$ 262.262,55 (duzentos e sessenta e dois mil, duzentos e sessenta e dois reais e cinquenta e cinco centavos), LEIDE INDUSTRIA E COMÉRCIO DE CONFECÇÕES EIRELI, CNPJ/MF nº 12.309.536/0001-72, vencedora do item (33), com o valor total de R$ 31.825,00 (trinta e um mil, oitocentos e vinte e cinco reais), OLÍMPICA ESPORTES E PAPELARIA LTDA, CNPJ/MF nº 12.843.878/0001-78, vencedora dos itens (01, 02, 03, 06, 09, 16, 18, 21, 31, 64, 66, 67, 70, 71, 72, 73, 78, 79, 83, 92, 101, 104, 107, 110, 116, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133,134, 135 e 136), com valor total de R$ 275.668,50 (duzentos e setenta e cinco mil, seiscentos e sessenta e oito reais e cinquenta centavos) e P. MOREIRA LIMA COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI – ME, CNPJ/MF nº 21.395.275/0001-41, vencedora dos itens (04, 07, 08, 10, 13, 15, 19, 22, 24, 26, 28, 29, 34, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 65, 68, 74, 75, 76, 82, 85, 88, 89, 95, 96, 100, 103, 105, 108, 111, 112, 113, 115 e 156), com valor total de R$ 256..910,66 (duzentos e cinquenta e seis mil, novecentos e dez reais e sessenta e seis centavos). Os itens (25, 30, 32, 80, 81, 86, 90 e 99), foram fracassados.

Campos de Júlio - MT, 10 de dezembro de 2018.

Marcelo José Batista dos Santos Lino

Pregoeiro Oficial

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 34/2018.

DO OBJETO: Alterar CLÁUSULA VIII – DA VIGENCIA E ALTERAÇÕES do contrato original.

DO OBJETO ADITADO: Fica aditado mais 30 (Trinta) Dias.

DA VIGENCIA: Aditada ate 14.01.2018.

ASSINAM:JOSE ODIL DA SILVA – Prefeito Municipal / CONTRATANTE e GISELE FERNANDA FRANCO - MEI, CNPJ/MF Nº 23.969.313/0001-58 / CONTRATADA.

PORTARIA Nº. 234, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2018.

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA OCUPAR CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DE AGENTE ADMINISTRATIVO.

JOSÉ ODIL DA SILVA, Prefeito do Município de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e,

CONSIDERANDO *as disposições preconizadas no artigo 8º e do § 2º do artigo 17 do Estatuto dos Servidores Públicos, instituído pela Lei Complementar nº. 001, de 15 de julho de 2008,*

CONSIDERANDO *o disposto no artigo 2º e artigo 4º do edital de convocação nº. 062, de 10 de dezembro do fluente ano e do edital do certame nº 001/2016;*

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o décimo primeiro candidato na ordem de classificação do certame regido pelo edital nº 001/2016, **ELIELSON REGINALDO PEREIRA** ao cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, para tomar posse no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da publicação da presente portaria.

Art. 2º O servidor deverá preencher todos os requisitos necessários a posse no prazo previsto no artigo primeiro, sob pena de ser tornado sem efeito o presente ato de nomeação, na forma do § 6º do artigo 27 do Estatuto dos Servidores Públicos de Campos de Júlio, instituído pela Lei Complementar nº 001, de 15 de julho de 2008.

Art. 3º. A inexatidão das afirmativas e/ou irregularidades na apresentação dos documentos exigidos no edital do certame, verificadas a qualquer tempo, acarretará na nulidade de pleno direito do ato de nomeação do candidato ora convocado.

Art. 4º Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Campos de Júlio,10 de dezembro de 2018.

JOSÉ ODIL DA SILVA

Prefeito de Campos de Júlio

PORTARIA Nº. 233 DE 7 DE DEZEMBRO DE 2018.

EXONERA OCUPANTE DE CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DE AGENTE ADMINISTRATIVO.

JOSÉ ODIL DA SILVA, Prefeito do Município de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e;

CONSIDERANDO *o disposto no artigo 74 da Lei Complementar nº. 001, de 15 de julho de 2008,*

CONSIDERANDO *a solicitação contida no requerimento protocolado sob n°. 5614/2018,*

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a pedido, o funcionário **MARCELO SAMPAIO DE LARA**, admitido na forma do artigo 37, inciso II da Constituição Federal e nomeado em caráter efetivo para o cargo de Agente Administrativo, através da Portaria nº. 131, de 16 de março de 2004.

Art. 2º Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições contidas na Portaria nº. 131, de 16 de março de 2004, declarando-se a vacância do cargo mencionado no artigo 1º, nos termos do inciso I do artigo 73 da Lei Complementar nº. 001, de 15 de julho de 2008.

Registre-se e publique-se.

Campos de Júlio, 7 de dezembro de 2018.

JOSÉ ODIL DA SILVA

Prefeito de Campos de Júlio

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº. 062, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2018.

JOSÉ ODIL DA SILVA, Prefeito de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais previstas no artigo 58, inciso XI, da Lei Orgânica Municipal (LOM*) e;*

CONSIDERANDO *a classificação do (s) candidato (s) mencionado(s) no artigo primeiro desse edital no concurso público para preenchimento de vagas do quadro efetivo da administração pública municipal; regido pelo*

*edital nº 001, de 01 de dezembro de 2016, homologado através do Decreto nº.*022, de 13 de março de 2017;

***CONSIDERANDO** a estrita observância à regra prevista no artigo 37, II da Constituição Federal;*

RESOLVE:

Art. 1º. Fica(m) convocado(s) o(s) candidato(s) aprovado/classificado(s) no Concurso Público 001/2016, de 01/12/2016, abaixo nominado(s), para comparecer (em) ao Departamento de Recursos Humanos dessa municipalidade, a fim de apresentar os documentos exigidos conforme o item 7. 4 do Edital nº 001/2016 para a efetiva nomeação.

CARGO	CANDIDATO(A)	CLASSIFICAÇÃO
AGENTE ADMINISTRATIVO	ELIELSON REGINALDO PEREIRA	11º

Art. 2º. Para tomar posse, o (a) candidato(a) deverá apresentar documentação no original e fotocópia autenticada em cartório, que comprove os requisitos exigidos no item 7.4 do edital 001/2016, a seguir elencados:

I- Cédula de Identidade comprovando a idade igual ou superior a 18 (dezoito) anos;

II- Ser brasileiro ou estrangeiro nos termos da lei (arts. 12 e 37, I da CF/88);

III- Certidão de Casamento ou Nascimento;

IV- Certidão de Nascimento dos filhos menores de 14 anos (se for o caso);

V-Carteira de Vacinação dos filhos menores de 05 anos (se for o caso);

VI- Cartão de Identificação do Contribuinte (CPF);

VII-Cartão do PIS/PASEP;

VIII-Comprovante de votação nas duas últimas eleições que antecederem à posse;

IX- Título de Eleitor;

X-Certidão Negativa fornecida pelo Cartório Distribuidor da Comarca do domicílio dos últimos cinco anos, relativa à existência ou inexistência de ações criminais (com trânsito em julgado);

XI-Certidão Negativa de Débitos para com o município de posse;

XII-Atestado de Saúde Física e Mental (Pré-Admissional) expedido pela Junta Médica Oficial do Município;

XIII-. duas fotos 3x4, coloridas e recentes;

XIV-Registro no conselho da respectiva categoria quando se tratar de profissão regulamentada, incluindo-se comprovante de quitação de anuidade e certidão de regularidade;

XV- Certidão de Reservista, se do sexo masculino;

XVI- Comprovante de Escolaridade, através de histórico escolar, diploma, conforme exigência do cargo ao qual concorre, devidamente registrado pelo MEC;

XVII- Declaração contendo endereço residencial;

XVIII-Declaração negativa de acúmulo de cargo público;

XIX- Declaração de Bens;

XX-. Declaração de disponibilidade para cumprimento da carga horária do cargo em que exercerá sua função.

Parágrafo único. O(s) candidato(s) ora convocado (s) deverá(ão) submeter-se a exame médico admissional que será realizado por uma junta médica do município,na forma prevista no item 7.5 e seguintes do edital nº.001/2016.

Art. 3º. A inexatidão das afirmativas e/ou irregularidades na apresentação dos documentos exigidos no edital do certame, verificadas a qualquer tempo, acarretará na nulidade de pleno direito do ato de nomeação do(s) candidato(s) ora convocado (s).

Art. 4º Será considerado desistente e, portanto, eliminado do concurso público o(s) candidato(s) que não se apresentar a administração para a posse no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da publicação desse edital.

Art. 5º A publicação do presente edital de convocação será tornada pública por meio da Imprensa Oficial do Município, considerada essa o Jornal da Associação dos Municípios Mato-grossenses (www.amm.org.br), sendo de responsabilidade do(s) candidato(s) o acompanhamento de tais publicações, na forma do item 9.10.1 do edital nº 001/2062.

Registre-se e publique-se.

Campos de Júlio, 10 de dezembro de 2018.

JOSÉ ODIL DA SILVA

Prefeito de Campos de Júlio

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANABRAVA DO NORTE

RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 050/2018

A Prefeitura de Canabrava do Norte-MT, através do Pregoeiro designado, torna público o resultado do Pregão Presencial 050/2018, cujo objeto é o Registro de preços para futura e eventual aquisição de patrulha mecanizada composta por Trator Agrícola, Grade Aradora e Carreta Agrícola para atender o Municipio de Canabrava do Norte-MT**,** onde a empresa **L. Guilherme Hoffmann**, inscrita no CNPJ sob o nº 28.553.978/0001-08**, foi vencedora com o Valor Global de R$ 329.000,00:**

Canabrava do Norte-MT, 10 de Dezembro de 2018.

Iranizo Matos Rodrigues

Pregoeiro

ADMINISTRAÇÃO
EDITAL Nº 019/2018 DE: 28 DE SETEMBRO DE 2018

EDITAL Nº 019/2018 DE: 28 DE SETEMBRO DE 2018

"A Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte-MT, em cumprimento ao que determina o Art. 166º Inc. III da Res. TCE nº 14/2007"

T O R N A P Ú B L I C O

A Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, representado pelo Sr. **JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS** Prefeito Municipal, **TORNA PÚBLICO** o Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO), referente ao **4º Bimestre** do RREO – do Exercício Financeiro de 2018.

O Relatório de Execução Orçamentária ficará a disposição de qualquer contribuinte do Município de **Canabrava do Norte - MT**, para exame e apreciação, o qual poderá questionar-lhe a legitimidade nos termos da Lei. Após o prazo previsto em Lei, o mesmo será encaminhado ao Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, para fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial.

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRE-SE.

_____

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 055/2018

A Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte-MT, por meio da **COMISSÃO PREGOEIRA** - CP, torna público para conhecimento de todos os

interessados, que se encontra-se instaurada a Licitação na Modalidade **PREGÃO PRESENCIAL**, tipo será o **MENOR PREÇO POR ITEM.**

DO OBJETO: Registro de preços para futura e eventual aquisição parceladas de materiais permanente para atender o Município de Canabrava do Norte-MT.

DA SESSÃO DE ABERTURA: A entrega e abertura dos envelopes será realizada no dia 24 de Dezembro de 2018, às 14h00min (Horário Local), na sede da Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte, Sala de Licitações e Contratos, no endereço: Avenida Áurea Tavares Amorim – S/Nº, Setor Vila São João, nesta cidade.

DA RETIRADA DO EDITAL: O Edital poderá ser adquirido na sede da Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte, Sala de Licitações e Contratos, no endereço: Avenida Áurea Tavares Amorim – S/Nº, Setor Vila São João, nesta cidade ou no site da Prefeitura Municipal http://www.canabavadonorte.mt.gov.br.

DAS INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: Para esclarecimento de dúvidas ou informações complementares deverá ser utilizado o endereço eletrônico licitação.cbn@gmail.com e/ou pelo telefone (66) 3577-1152 citando o nº do edital em questão.

Canabrava do Norte-MT, 10 de Dezembro de 2018.

Iranizo Matos Rodrigues

Pregoeiro.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA

GABINETE
AUTO DE INFRAÇÃO E NOTIFICAÇÃO

N° 013 /2018

Nome: JOSINA NOGUEIRA DE JESUS Quadra: 97 Lote:013

CPF: 495.637.421-68

Endereço: R. PRESIDENTE PRUDENTE N°774 Bairro: NOVA CANARANA

DATA: 26/11/2018 HORAS: 15:45 Canarana-MT

A Prefeitura Municipal de Canarana através Secretaria de Viação e Obras Públicas, por meios da fiscalização de Obras e Posturas NOTIFICAR vossa (s) senhoria (s), que;

Seja efetuada a(s) limpeza(s) dos terrenos de sua Propriedade, ou uso de domicilio, no Perímetro Urbano, conforme preceitua a Lei Municipal n°1.389 de 07 de agosto de 2018, para que no Prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar do recebimento deste, sendo o mesmo improrrogável.

O não cumprimento no prazo estipulado na Notificação e Auto de Infração sujeitar-se-á as penalidades legais previstas Art.7 e 11 da Lei n°1.389 de 07 de agosto 2018, e as penalidades do código tributário n°163/2017 de 03 outubro 2017.

Canarana,MT 26 de Novembro 2018.

Secretaria de Viação e Obras Publicas

GABINETE
DECRETO Nº2939/2018

De 04 de dezembro de 2018

Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Suplementar, por anulação parcial ou total de dotações orçamentárias de acordo com Artigo 43 da Lei nº 4.320/64.

O Prefeito Municipal de Canarana - MT, **Sr. Fábio Marcos Pereira de Faria**, no uso de suas atribuições legais, autorizado pela Lei Municipal nº 1. 327/2017 de 22 de novembro de 2017.

D E C R E T A:

Artigo 1º - Fica aberto no Orçamento Anual da Câmara Municipal de Canarana, no Exercício Financeiro de 2018, Crédito Adicional Suplementar no valor total de R$ 20.000,00 (vinte mil reais) destinados a atender a seguinte dotação:

Órgão: CAMARA MUNICIPAL

Unidade: CAMARA MUNICIPAL

01.01.01.031.0001.2.002-3.3.90.30.00.–Material de Consumo R$ 10. 000,00

T O T A L R$ 10.000,00

Artigo 2º - Para cobertura da suplementação que trata o artigo anterior será utilizado recursos provenientes da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: CAMARA MUNICIPAL

Unidade: CAMARA MUNICIPAL

01.01.01.031.0001.2.002-3.3.90.35.00– Serviços de Consultoria R$ 10. 000,00

T O T A L R$ 10.000,00

Artigo 3º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação e ou afixação, revogando as disposições em contrário, em especial o Decreto 2938/2018.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 04 de dezembro de 2018.

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito Municipal

GABINETE
DECRETO Nº2940/2018

De 10 de dezembro de 2018.

"Decreta Luto Oficial no âmbito do Município de Canarana, e dá outras providências".

Fábio Marcos Pereira de Faria, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

Considerando o elevado caráter, honestidade, dedicação, honradez e vida pública pautada pelo trabalho, simplicidade e amizade com as pessoas da sociedade canaranense;

DECRETA:

Art. 1º - Fica decretado **luto oficial** por três dias no âmbito do Município de Canarana em virtude do falecimento do Sr. Laurindo Schwartz.

Art. 2º - Oficialmente pêsames a todos os familiares.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, 10 de dezembro de 2018.

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito Municipal

GABINETE
AUTO DE INFRAÇÃO E NOTIFICAÇÃO

N° 01 /2018

Nome: ASSOCIAÇÃO RACION CULTIVO AMAZON Quadra: 037 Lote (S): 02 E 03

CPF/CNPJ: 01.240.674/0001/26

Endereço: AVENIDA BRASILIA N°857 E N°867 Bairro: MORADA DO SOL

DATA: 14/11/2018 HORAS: 16:30 Canarana-MT

A Prefeitura Municipal de Canarana através Secretaria de Viação e Obras Públicas, por meios da fiscalização de Obras e Posturas NOTIFICAR vossa (s) senhoria (s), que;

Seja efetuada a(s) limpeza(s) dos terrenos de sua Propriedade, ou uso de domicilio, no Perímetro Urbano, conforme preceitua a Lei Municipal n°1.389 de 07 de agosto de 2018, para que no Prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar do recebimento deste, sendo o mesmo improrrogável.

O não cumprimento no prazo estipulado na Notificação e Auto de Infração sujeitar-se-á as penalidades legais previstas Art.7 e 11 da Lei n°1.389 de 07 de agosto 2018, e as penalidades do código tributário n°163/2017 de 03 outubro 2017.

Canarana,MT 14 de Novembro 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA

CAMARA MUNICIPAL
CÂMARA MUNICIPAL DE CARLINDA

PREÂMBULO

NÓS, REPRESENTANTES DO POVO, ELEITOS DIRETAMENTE PARA A CÂMARA MUNICIPAL, INVESTIDOS DA MAIS ALTA RESPONSABILIDADE PARA COM O ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO, DO COMPROMISSO COM O PROGRESSO E ELIMINAÇÃO DAS DESIGUALDADES SOCIAIS, REUNIDOS EM ASSEMBLÉIA MUNICIPAL CONSTITUINTE, EM OBSERVÂNCIA À CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, SOB A PROTEÇÃO DE DEUS, DECRETAMOS E PROMULGAMOS A PRESENTE LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE CARLINDA-MT.

TÍTULO I

DA ORGANIZAÇÃO DO MUNICÍPIO

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. O Município de Carlinda, Estado do Mato Grosso, entidade integrante da Federação Brasileira, é pessoa jurídica de direito público interno, com autonomia política, administrativa e financeira, nos termos da Constituição Federal, da Constituição Estadual e desta Lei Orgânica.

Art. 2º. O Município promoverá a integração da organização, do planejamento e da execução das funções públicas de interesse do povo de Carlinda, mediante convênio firmado com os demais Municípios.

Art. 3º. O Município de Carlinda poderá firmar convênios ou consórcios com a União, Estados ou Municípios para a execução de lei, serviço ou decisão.

Art. 4º. Ao Município incumbe, na sua órbita de atuação, concretizar os objetivos expressos na Constituição da República Federativa do Brasil, devendo pautar sua ação pelo respeito aos princípios dela e da Constituição do Estado do Mato Grosso, em especial os da democracia e da república, implicando, necessariamente, a eleição de representantes para o Legislativo e para o Executivo, em responsabilidade e transparência de ação, garantidos amplo acesso dos meios de comunicação aos atos e informações, bem como a participação, fiscalização e controle populares, nos termos da Constituição Federal e desta Lei Orgânica.

Art. 5º. São assegurados, na sua ação normativa e no âmbito de jurisdição do Município a observância e o exercício dos princípios da liberdade, legalidade, igualdade e justa distribuição dos benefícios e encargos públicos.

Art. 6º. Os direitos e as garantias expressos nesta Lei Orgânica não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios adotados pela Constituição Federal e por ela própria.

Art. 7º. Todo Poder emana do povo, que o exerce com liberdade e organização por meio de seus representantes eleitos, ou diretamente.

Parágrafo único. A soberania popular será exercida:

I. Indiretamente, pelo Prefeito e pelos Vereadores eleitos para a Câmara Municipal, por sufrágio universal e pelo voto direto e secreto.

II. Diretamente, nos termos da lei, em especial, mediante:

a) iniciativa popular;

b) referendo;

c) plebiscito.

Art. 8º. É mantido o território do Município, cujos limites só poderão ser alterados, atendidas a Constituição Federal e a legislação estadual.

Art. 9º. São símbolos do Município de Carlinda o brasão, a bandeira, o hino e outros, estabelecidos em lei municipal.

SEÇÃO I

DOS DISTRITOS

Art. 10. O Município poderá dividir-se para fins administrativos, em distritos a serem criados, organizados, suprimidos ou fundidos por lei, após consulta plebiscitaria à população diretamente interessada, observada a legislação estadual, e o atendimento aos requisitos estabelecidos no artigo seguinte desta Lei Orgânica.

§ 1º - A criação do distrito poderá efetuar-se, mediante fusão de dois ou mais distritos, que suprimidos, sendo dispensada, nessa hipótese, a verificação dos requisitos do artigo seguinte desta Lei Orgânica.

§ 2º - A extinção do distrito somente se efetuará mediante consulta plebiscitaria à população da área interessada.

§ 3º - O distrito terá o nome da respectiva sede, cuja categoria será a de vila.

Art. 11. São requisitos para criação do distrito:

I. população, eleitorado e arrecadação não inferior a quinta parte exigida para a criação do município;

II. existência na povoação sede de cinqüenta moradias, escola pública, posto de saúde e posto policial.

Parágrafo Único - A comprovação do atendimento às exigências enumeradas neste artigo far-se-á mediante:

a) declaração emitida pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e estatística de estimativa da população;

b) certidão emitida pelo Tribunal Regional Eleitoral, certificando o número de eleitores;

c) certidão emitida pelo agente municipal de estatística ou pela repartição fiscal do município, certificando o número de moradias;

d) certidão do órgão fazendário estadual e municipal, certificando a arrecadação na respectiva área territorial;

e) certidão emitida pela Prefeitura ou pelas secretarias de educação, de Saúde e de segurança Pública do estado, certificando a existência de escola pública, posto de saúde e posto policial na povoação-sede.

Art. 12. na fixação de divisas distritais observar-se-ão as seguintes normas:

I. evitar-se-ão tanto quanto possível, para delimitação, estrangulamentos exagerados;

II. dar-se-á preferência para a delimitação às linhas naturais facilmente identificáveis;

III. na inexistência de linhas naturais, utilizar-se-á a linha reta, cujos extremos, pontos naturais ou não, sejam facilmente identificáveis e tenham condições de fixidez;

IV. é vedada a interrupção de continuidade territorial do município ou distrito de origem.

Parágrafo Único - As divisas distritais, serão descritas trecho a trecho, salvo para evitar duplicidade, nos trechos que coincidirem com os limites municipais.

CAPÍTULO II

DA COMPETÊNCIA DO MUNICÍPIO

Art. 13. Compete ao Município, no exercício de sua autonomia, a organização, o governo, a administração e a legislação próprios, mediante a:

I. Edição da Lei Orgânica.

II. Eleição do Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores.

III. Organização e execução dos serviços públicos locais.

IV. Edição das normas relativas às matérias de sua competência.

Art. l4. Compete ao Município prover a tudo quanto respeita ao seu interesse e ao bem-estar de sua população, cabendo-lhe, em especial:

I. Instituir e arrecadar os tributos de sua competência, bem como aplicar suas rendas, sem prejuízo da obrigatoriedade de prestar contas e publicar balancetes nos prazos fixados em lei.

II. Elaborar o Plano Plurianual, as Diretrizes Orçamentárias e o Orçamento Anual, estimando a receita e fixando a despesa.

III. Organizar e prestar diretamente, ou submeter ao regime de concessão ou permissão, mediante licitação, os serviços públicos de interesse local, incluindo o transporte coletivo, que tem caráter Essencial.

IV. Manter, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, programas de educação pré-escolar e de ensino fundamental.

V. Prestar, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, serviços de atendimento à saúde da população.

VI. Elaborar o seu Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado.

VII. Promover o adequado ordenamento territorial, mediante o controle do uso e ocupação do solo, dispondo sobre parcelamento, zoneamento e edificações, fixando as limitações urbanísticas, podendo, quanto aos estabelecimentos e às atividades industriais, comerciais, de diversões e de prestação de serviços:

a) conceder ou renovar a autorização ou a licença, conforme o caso, para a sua construção ou funcionamento;

b) conceder a licença de ocupação ou "habite-se", após a vistoria de conclusão de obras, que ateste a sua conformidade com o projeto e o cumprimento das condições especificadas em lei;

c) revogar ou cassar a autorização ou a licença, conforme o caso, daqueles cujas atividades se tornarem prejudiciais à saúde, à higiene, ao bem-estar, à recreação, ao sossego ou aos bons costumes, ou se mostrarem danosas ao meio ambiente;

d) promover o fechamento daqueles que estejam funcionando sem autorização ou licença, ou depois de sua revogação, anulação ou cassação, podendo interditar atividades, determinar ou proceder a demolição de construção ou edificação, nos casos e de acordo com a lei.

VIII. Prover sobre a limpeza dos logradouros públicos, o transporte e o destino do lixo domiciliar e de outros resíduos.

IX. Dispor sobre os serviços funerários, e administração dos cemitérios públicos.

X. Dispor sobre a publicidade externa, em especial sobre a exibição de cartazes e anúncios, ou quaisquer outros meios de publicidade e propaganda em logradouros públicos ou visíveis destes, ou em locais de acesso ao público, respeitado o disposto no art. 220 da Constituição Federal.

XI. Dispor sobre a apreensão, depósito e destino de animais e mercadorias apreendidas em decorrência de transgressão da legislação municipal.

XII. Dispor sobre o controle da poluição ambiental.

XIII. Dispor sobre espetáculos e diversões públicas.

XIV. Dispor sobre a utilização dos logradouros públicos, disciplinando:

a) os locais de estacionamento;

b) os itinerários e pontos de parada dos veículos de transporte coletivo;

c) os limites e a sinalização das áreas de silêncio;

d) os serviços de carga e descarga, e a tonelagem máxima permitida;

e) a realização e a sinalização de obras e serviços nas vias e logradouros públicos.

XV. Disciplinar o trânsito local, sinalizando as vias urbanas e estradas municipais, instituindo penalidades e dispondo sobre a arrecadação das multas, especialmente as relativas ao trânsito urbano.

XVI. Dispor sobre a administração, a utilização e a alienação de bens do Município.

XVII. Dispor sobre os seus servidores.

XVIII. Dispor sobre as atividades urbanas, fixando o horário de funcionamento dos estabelecimentos industriais, comerciais, de diversões e de prestação de serviços.

XIX. Estabelecer o sistema estatístico, cartográfico e de geologia municipal.

XX. Dispor sobre o comércio ambulante.

XXI. Desapropriar bens por necessidade, utilidade pública ou por interesse social.

XXII. Estabelecer servidões administrativas e usar a propriedade particular nos casos de perigo iminente ou calamidade pública, assegurada indenização ulterior, ocorrendo dano.

XXIII. Instituir, por lei, e aplicar as penalidades por infrações das suas leis e regulamentos.

Art. 15. Compete ao Município suplementar a legislação federal e estadual, no que couber.

Parágrafo único. O município no exercício da competência suplementar:

I. Legislará sobre as matérias sujeitas a normas gerais da União e do Estado, respeitadas apenas as que se ativerem aos respectivos campos materiais de competência reservados às normas gerais.

II. Poderá legislar complementarmente, nos casos de matérias de competência privativa da União e do Estado, nas hipóteses em que houver repercussão no âmbito local e justificado interesse.

Art. 16. Compete ao Município, respeitadas as normas de cooperação fixadas em lei complementar, de forma concorrente-cumulativa com a União e o Estado:

I. Zelar pela guarda da Constituição, das leis e das instituições democráticas.

II. Cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência.

III. Proteger os documentos, os monumentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos.

IV. Impedir a evasão, a destruição e a descaracterização de obras de arte e de outros bens de valor histórico, artístico ou cultural.

V. Proporcionar meios de acesso à cultura, à educação e à ciência.

VI. Proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas.

VII. Preservar florestas, a fauna e a flora.

VIII. Fomentar a produção agropecuária e organizar o abastecimento alimentar.

IX. Promover programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico.

X. Combater as causas da pobreza e os fatores de marginalização, promovendo a integração social dos setores desfavorecidos.

XI. Registrar, acompanhar e fiscalizar as concessões de direitos de pesquisa e exploração de recursos hídricos e minerais em seu território.

XII. Estabelecer e implantar política de educação para a segurança do trânsito.

Art. 17. Ao Município é vedado:

I. Estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse público.

II. Recusar fé aos documentos públicos.

III. Criar distinções entre brasileiros ou preferências entre pessoas políticas.

TÍTULO II

DA ORGANIZAÇÃO DOS PODERES

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 18. São Poderes do Município, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo e o Executivo.

Parágrafo único. É vedado a qualquer dos Poderes delegar atribuições; quem estiver investido na função de um deles não pode exercer a de outro.

Art. 19. Têm os Poderes do Município as seguintes funções, que são exercidas prevalentemente:

I. Pelo Legislativo, as funções legislativas, de fiscalização e controle.

II. Pelo executivo, as funções executivas, compreendidas as de governo e de administração.

Parágrafo único. O exercício prevalente das funções do Legislativo e do Executivo não impede os atos de colaboração e a prática de atos compreendidos em uma e outra função, nos termos da Constituição Federal e desta Lei Orgânica.

CAPÍTULO II

DO PODER LEGISLATIVO

SEÇÃO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 20. O Poder Legislativo é exercido pela Câmara Municipal, composta de Vereadores, eleitos na forma da Constituição Federal.

Art. 21. O número de Vereadores será proporcional à população do Município e fixado, para cada Legislatura, pela Câmara Municipal, atendidos os limites estabelecidos pelas Constituições Federal e Estadual.

SEÇÃO II

DA COMPETÊNCIA DA CÂMARA MUNICIPAL

Art. 22 . Compete à Câmara Municipal deliberar, sob forma de projetos de lei, sujeitos à sanção do Prefeito, sobre as matérias de competência do Município, especialmente sobre:

I. Matéria financeira, tributária e orçamentária; Plano Plurianual, Diretrizes Orçamentárias e Orçamento Anual; abertura de créditos especiais e suplementares, remissão de dívidas, concessão de isenções e anistias fiscais, auxílios e subvenções.

II. Matéria Urbanística, especialmente o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado, matéria relativa ao uso e ocupação do solo, parcelamento, edificações, denominação de logradouros públicos e estabelecimento do perímetro urbano e dos bairros.

III. Regime jurídico dos servidores municipais, criação, transformação e extinção de cargos, empregos e funções públicas, planos de carreira, fixação e aumento de remuneração dos servidores municipais, da administração direta e indireta.

IV. Organização dos serviços municipais e sua forma de prestação.

V. Bens públicos, aquisição e alienação de bens imóveis, outorga de direito real, concessão e permissão administrativa de uso.

VI. Criação, estruturação e atribuições dos órgãos da administração direta e das entidades da administração indireta.

Art. 23. Compete privativamente à Câmara Municipal :

I. Eleger sua Mesa e destituí-la.

II. Votar o seu Regimento Interno.

III. Tomar o compromisso e dar posse ao Prefeito e ao Vice-Prefeito.

IV. Representar contra o Prefeito.

V. Fixar a remuneração do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Vereadores, em cada Legislatura, para a subseqüente, até sessenta dias antes das eleições municipais, observado o que dispõem os artigos. 37, XI, 39 § 4º, 150, II; 153, III e 153, § 2º, I, da Constituição Federal. (ELOM Nº 03/00)

VI. Julgar os Vereadores nos casos especificados nesta Lei.

VII. Conceder licença ao Prefeito, ao Vice-Prefeito e aos Vereadores.

VIII. Criar comissões de inquérito sobre fatos determinado e por prazo certo, mediante requerimento de um terço dos seus membros.

IX. Solicitar informações ao Prefeito sobre assuntos referentes à Administração.

X. Apreciar vetos.

XI. Conceder honrarias a pessoas que, reconhecida comprovadamente, tenham prestado serviços relevantes ao Município.

XII. Julgar as contas do Prefeito, incluídas as da administração indireta e da Mesa da Câmara Municipal, na forma da lei.

XIII. Convocar os titulares dos órgãos e entidades da administração direta e indireta para prestarem informações sobre matéria da sua competência.

XIV. Julgar o Prefeito e os Secretários municipais nas infrações político-administrativas.

XV. Conhecer da renúncia do Prefeito e do Vice-Prefeito.

XVI. Destituir do cargo o Prefeito e o Vice-Prefeito após condenação por crime comum ou de responsabilidade.

XVII. Referendar convênios e consórcios com entidades de direito público ou privado, firmados pelo Executivo no interesse público, que deverão ser encaminhados à Câmara Municipal no prazo máximo de dez dias.

XVIII. Convocar plebiscito e autorizar referendo.

XIX. Sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar.

XX. Fiscalizar e controlar os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta.

XXI. Zelar pela preservação de sua competência legislativa em face da atribuição normativa do Prefeito.

Parágrafo único. As deliberações da Câmara sobre matéria de sua competência privativa tomarão forma de resolução, quando se tratar de matéria de sua economia interna, e de decreto legislativo, nos demais casos, com observância dos Incisos V e XXII deste artigo. (ELOM Nº 03/00)

XXII- Fixar por meio de Lei Municipal os subsídios dos Secretários Municipais.

SEÇÃO III

DOS VEREADORES

Art. 24. Os Vereadores não poderão:

I. Desde a expedição do diploma:

a) celebrar e manter contrato com o Município, autarquias, sociedades de economia mista, empresas públicas, fundações e empresas concessionárias de serviço público municipal, salvo quando o contrato obedecer a cláusulas uniformes;

b) aceitar ou exercer cargo, função ou emprego remunerado inclusive os de que sejam demissíveis "ad nutum", nas entidades constantes da alínea anterior;

II. Desde a posse:

a) ser proprietário, controlador ou diretor de empresa que goze de favor decorrente de contrato com o Município, ou nele exerce função remunerada;

b) ocupar cargo ou função de que sejam demissíveis "ad nutum", nas entidades referidas no inciso I, "a";

c) patrocinar causa em que seja interessada qualquer das entidades a que se refere o inciso I, "a";

d) ser titular de mais de um cargo ou mandato público eletivo.

Art. 25. Perderá o mandato o Vereador:

I. Que infringir qualquer das proibições estabelecidas no artigo anterior.

II. Cujo procedimento for declarado incompatível com o decoro parlamentar.

III. Que deixar de comparecer, em cada Sessão Legislativa, à terça parte das sessões ordinárias, salvo se em licença ou missão autorizada pela Câmara Municipal.

IV. Que perder ou tiver suspensos os direitos políticos.

V. Quando o decretar a Justiça Eleitoral, nos casos previstos na Constituição Federal.

VI. Que sofrer condenação criminal em sentença transitada em julgado.

§ 1° Caberá ao Regimento Interno da Câmara definir os procedimentos incompatíveis com o decoro parlamentar.

§ 2° Nos casos dos incisos I, II e VI, a perda do mandato será decidida pela Câmara de Vereadores, mediante iniciativa da Mesa ou de partido político com representação na Casa, assegurada ampla defesa.

§ 3° Nos casos dos incisos III, IV e V, a perda será declarada pela Mesa, de ofício, ou mediante iniciativa de qualquer de seus membros, ou partido político representado na Câmara, assegurada ampla defesa.

Art. 26. Não perderá o mandato o Vereador:

I. Investido em cargo de Ministro de Estado, Secretário Municipal, Estadual e Nacional, Presidente, Superintendente ou Diretor de entidade da administração pública indireta do Município, Estado e União, ou na chefia de missão temporária de caráter cultural ou de interesse do Município.

II. Licenciado pela Câmara por motivo de doença sem prejuízo de remuneração, ou sem remuneração no interesse particular, desde que, neste caso, o afastamento não ultrapasse cento e vinte dias por Sessão Legislativa.

III. A Vereadora gestante licenciada pela Câmara, pelo prazo de cento e vinte dias, sem prejuízo da remuneração.

§ 1° O suplente será convocado nos casos de vaga, de investidura em função prevista neste artigo ou de licença superior a cento e vinte dias.

§ 2° Na hipótese do inciso I, o Vereador poderá optar pela remuneração do mandato.

Art. 27. É proibido ao Vereador fixar residência fora do Município.

Art. 28. O Vereador é inviolável, no exercício do mandato e na circunscrição do Município, por suas opiniões, palavras e votos.

Art. 29. É livre ao Vereador renunciar ao mandato.

Parágrafo único. A renúncia far-se-á por ofício autenticado e dirigido ao Presidente da Câmara Municipal.

Art. 30. O Vereador que faltar às sessões ordinárias mensais terá sua remuneração reduzida proporcionalmente na forma especificada no Regimento Interno.

Art. 31. Antes da posse e ao término do mandato, os Vereadores deverão apresentar declaração de bens.

SEÇÃO IV

DAS REUNIÕES

Art. 32. A Legislatura, que terá duração de quatro anos, dividir-se-á em quatro Sessões Legislativas.

§ lº Cada Sessão Legislativa compreende dois períodos legislativos: de 15 de fevereiro a 30 de junho e de lº de agosto a 15 dezembro.

§ 2º As sessões marcadas para essas datas serão transferidas para o primeiro dia útil subseqüente quando recaírem em sábados, domingos e feriados.

§ 3º As sessões da Câmara Municipal serão ordinárias e extraordinárias, na forma regulada no Regimento Interno.

Art. 33. A Câmara reunir-se-á extraordinariamente em caso de urgência ou de interesse público relevante, por convocação:

I. Do Prefeito.

II. Do Presidente da Câmara, por sua iniciativa ou a requerimento da maioria absoluta dos membros da Casa.

§ 1º As sessões extraordinárias serão convocadas com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro horas), e nelas não se tratará de matéria estranha à convocação.

§ 2º O Presidente da Câmara Municipal dará ciência da convocação aos Vereadores, por meio de comunicação pessoal e escrita.

Art. 34. É garantida a tribuna livre, na forma do Regimento Interno.

SEÇÃO V

DA INSTALAÇÃO

Art. 35. No primeiro ano de cada Legislatura, no dia 1º de janeiro, às 09:00h, em sessão de instalação, independentemente de número, sob a presidência do mais votado entre os presentes, os Vereadores prestarão compromisso e tomarão posse.

Art. 36. O Presidente prestará o seguinte compromisso:

"PROMETO CUMPRIR A CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, A CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO MATO GROSSO, A LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE CARLINDA E AS DEMAIS LEIS, DESEMPENHAR, COM LEALDADE, O MANDATO QUE ME FOI OUTORGADO, E PROMOVER O BEM GERAL DO POVO E DE CARLINDA, EXERCENDO, COM PATRIOTISMO AS FUNÇÕES DO MEU CARGO." Em seguida, o secretário designado para este fim fará a chamada de cada Vereador, que declarará : "ASSIM O PROMETO".

Art. 37. O Vereador que não tomar posse na sessão prevista no artigo 35 poderá faze-lo até quinze dias depois da primeira sessão ordinária da Legislatura. (ELOM Nº05/00)

SEÇÃO VI

DA MESA DIRETORA

SUBSEÇÃO I

DA ELEIÇÃO

Art. 38. Na sessão de instalação, os vereadores reunir-se-ão sob a presidência do mais votado entre os presentes, havendo maioria absoluta dos seus membros, elegerão os componentes da Mesa Diretora, por escrutínio secreto e maioria simples de votos, considerando-se automaticamente empossados os eleitos que prestarão compromisso de posse.

§ lº Em caso de empate, será convocada nova sessão com intervalo de 24 (vinte e quatro) horas, persistindo o empate na segunda sessão, considerar-se-á eleita e assumirá a chapa registrada que tiver o Presidente mais idoso.

§ 2º Não havendo número legal, o Vereador que estiver investido nas funções de Presidente dos trabalhos convocará sessões diárias até que haja o "quorum" exigido e seja eleita a Mesa.

SUBSEÇÃO II

DA COMPOSIÇÃO E COMPETÊNCIA

Art. 39. A Mesa Diretora, será composta de um Presidente, um Vice-Presidente, um lº Secretário, um 2º Secretário.

Art. 40. Na composição da Mesa, será assegurada, tanto quanto possível, a representação proporcional dos partidos com assento na Casa.

Art. 41. Os membros da Mesa isoladamente ou em conjunto são passíveis de destituição, desde que exorbitem de suas atribuições, ou delas se omitam, mediante resolução aprovada por dois terços dos membros da Câmara, assegurado o direito de ampla defesa.

§ 1º O início do processo de destituição dependerá de representação subscrita pela maioria absoluta dos Vereadores, necessariamente lida em plenário por qualquer de seus signatários, com denúncia e circunstanciada fundamentação sobre as irregularidade imputadas.

§ 2º Oferecida a representação, constituir-se-á Comissão Processante, nos termos regimentais.

Art. 42. São atribuições da Mesa, entre outras:

I. Tomar todas as providências necessárias à regularidade dos trabalhos legislativos.

II. Designar Vereadores para a missão de representação da Câmara Municipal.

III. Propor ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo municipal.

Art. 43. O mandato da Mesa será de dois anos, vedada a reeleição para o mesmo cargo na eleição imediatamente subseqüente.

SUBSEÇÃO III

DO PRESIDENTE

Art. 44. Compete ao Presidente da Câmara Municipal, entre outras atribuições:

I. Representar a Câmara Municipal em juízo ou fora dele.

II. Baixar as resoluções e decretos legislativos aprovados pela Câmara Municipal.

III. Promulgar as leis não sancionadas ou não promulgadas pelo Prefeito.

IV. Encaminhar pedido de intervenção no Município, nos casos previstos pela Constituição Federal.

SEÇÃO VII

DAS COMISSÕES

Art. 45. Na composição das Comissões, constituídas na forma do Regimento Interno, assegurar-se-á, tanto quanto possível, a representação proporcional dos partidos políticos.

Art. 46. As Comissões Parlamentares de Inquérito, que terão poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos no Regimento Interno, serão criadas mediante requerimento de um terço dos Vereadores, para apuração de fato determinado e por prazo certo, sendo suas conclusões, se for o caso, encaminhadas ao Ministério Público, para que promova a responsabilidade civil ou criminal dos infratores.

SEÇÃO VIII

DAS DELIBERAÇÕES

Art. 47. As deliberações da Câmara Municipal serão tomadas por maioria simples de votos, por maioria absoluta, e por dois terços, na forma prevista no Regimento Interno.

Parágrafo único. Os vetos e os requerimentos terão uma discussão e uma votação.

Art. 48. A discussão e a votação da matéria constante da ordem do dia serão realizadas com a presença da maioria absoluta dos membros da Casa.

§ 1º O voto será público, salvo as exceções previstas em Regimento.

§ 2º Dependerá de voto favorável de dois terços dos membros da Câmara:

I. A deliberação sobre as contas do Município contra o parecer prévio do Tribunal de Contas.

II. A destituição de componente da Mesa.

III. A representação contra o Prefeito Municipal.

IV. A aprovação de emenda à Lei Orgânica.

V. A aprovação de proposta para mudança do nome do Município.

VI. A aprovação do Regimento Interno da Câmara Municipal.

VII. O Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado.

§ 3º Dependerá de voto favorável da maioria absoluta dos membros da Câmara:

I. A rejeição do veto prefeitural.

II. A mudança de local de funcionamento da Câmara Municipal.

III. A aprovação de leis complementares.

Art. 49. Salvo disposição em contrário desta Lei Orgânica, as deliberações serão tomadas por maioria simples de votos, presente a maioria absoluta dos Vereadores.

Art. 50. Será nula a votação que não for processada nos termos desta Lei.

SEÇÃO IX

DO PROCESSO LEGISLATIVO

SUBSEÇÃO I

DISPOSIÇÃO GERAL

Art. 51. O processo legislativo compreende a elaboração de:

I. Emendas à Lei Orgânica.

II. Leis complementares.

III. Leis ordinárias.

IV. Decretos legislativos.

V. Resoluções.

Parágrafo único. Lei complementar disporá sobre a elaboração, redação, alteração e consolidação de leis.

SUBSEÇÃO II

DA EMENDA À LEI ORGÂNICA

Art. 52. A Lei Orgânica poderá ser emendada mediante proposta:

I-De um terço, no mínimo, dos membros da Câmara Municipal.

II. Do Prefeito.

III. Da população, subscrita por cinco por cento do eleitorado do Município.

§ lº A Lei Orgânica não poderá sofrer emendas na vigência de estado de sítio ou estado de defesa ou ainda no caso de o Município estar sob intervenção estadual.

§ 2º A proposta de emenda será dirigida à Mesa da Câmara Municipal e publicada no órgão oficial do Município, ou em jornal da Capital de grande circulação.

§ 3º A proposta de emenda será discutida e votada em dois turnos, com interstício mínimo de dez dias, considerando-se aprovada se obtiver dois terços dos votos dos membros da Câmara Municipal, em ambos os turnos.

§ 4º É assegurada a sustentação de emenda por representante dos signatários de sua propositura.

§ 5º A emenda fica sujeita a referendo facultativo, que será realizado, se requerido no prazo de sessenta dias, pela maioria dos membros da Câmara ou por cinco por cento do eleitorado do Município, ficando a promulgação sob condição suspensiva.

§ 6º A emenda à Lei Orgânica aprovada será promulgada pela Mesa da Câmara Municipal, com o respectivo número de ordem.

§ 7º A matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou prejudicada não poderá ser objeto de nova proposta na mesma Sessão Legislativa, salvo quando reapresentada pela maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal ou por dez por cento do eleitorado do Município.

SUBSEÇÃO III

DAS LEIS

Art. 53. A iniciativa de leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Câmara Municipal, ao Prefeito e aos cidadãos, mediante iniciativa popular, na forma e nos casos previstos nesta Lei Orgânica.

Art. 54. São de iniciativa privativa do Executivo, entre outras previstas nesta Lei Orgânica, leis que disponham sobre:

I. Criação de cargos, funções ou empregos públicos e aumento de vencimentos dos servidores, observado o disposto no Inciso XXII do artigo 23, desta Lei Orgânica.

II. Servidores do Município, seu regime jurídico, plano de carreira, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria.

III. Criação, estruturação e atribuições dos órgãos e entidades da Administração Municipal.

IV. Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado.

§ 1º O Prefeito, havendo interesse público relevante devidamente justificado, pode solicitar urgência para a apreciação de projetos de sua iniciativa, desde que esta Lei Orgânica não estabeleça os prazos para deliberação da Câmara Municipal.

§ 2º No caso do § 1º, se a Câmara Municipal não se manifestar em até quarenta e cinco dias sobre a proposição, será esta incluída na ordem do dia, suspendendo-se a deliberação quanto aos demais assuntos, para que se ultime a votação.

§ 3º O prazo do parágrafo anterior não corre no período de recesso da Câmara Municipal, nem se aplica aos projetos de código.

Art. 55. O projeto de lei que implique em despesa deverá ser acompanhado de indicação das fontes de recursos.

Parágrafo único. Não é admitido aumento de despesa prevista:

I. Nos projetos de iniciativa privativa do Prefeito, ressalvadas as emendas aos projetos previstos nos incisos I, II, III do art., 128, desta Lei Orgânica, observado disposto no art. 132.

II. Nos projetos sobre a organização dos serviços administrativos da Câmara Municipal.

Art. 56. A iniciativa popular de projetos de lei de interesse específico do Município, da cidade ou de bairros poderá ser exercida por cinco por cento, pelo menos, do eleitorado.

Art. 57. A matéria constante de projeto de lei rejeitado somente pode constituir objeto de novo projeto, na mesma Sessão Legislativa, mediante proposta da maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal ou de dez por cento do eleitorado do Município.

Art. 58. Concluída a votação, a Câmara Municipal, no prazo de dez dias, enviará o projeto de lei aprovado ao Prefeito, que, aquiescendo, o sancionará.

§ 1º. Se o Prefeito julgar, no todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, no prazo de quinze dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará dentro de quarenta e oito horas, ao Presidente da Câmara Municipal os motivos do veto.

§ 2º. O veto parcial somente abrangerá texto integral de artigo, parágrafo, inciso ou alínea.

§ 3º. Decorrido o prazo de quinze dias úteis, o silêncio do Prefeito implicará em sanção.

§ 4º. O veto será apreciado em sessão única, dentro de trinta dias a contar do seu recebimento, só podendo ser rejeitado pelo voto da maioria absoluta dos integrantes da Câmara Municipal, em escrutínio secreto.

§ 5º. Esgotado, sem deliberação, o prazo estabelecido no § 4º, que não flui durante o recesso da Câmara Municipal, o veto será colocado na ordem do dia da sessão imediata, sobrestadas as demais proposições até a sua votação final.

§ 6º. Rejeitado o veto, será o projeto enviado ao Prefeito para promulgação.

§ 7º. Se a lei não for promulgada pelo Prefeito, dentro de quarenta e oito horas, nos casos dos §§ 3º e 6º, o Presidente da Câmara Municipal a promulgará, e, se este não o fizer, em igual prazo, competirá ao Vice-Presidente fazê-lo.

§ 8º. No caso de veto parcial; à parte de projeto de lei aprovado com a rejeição do veto será promulgada sob o mesmo número da lei original e só vigorará a partir da publicação.

Art. 59. A elaboração de resoluções e decretos legislativos obedecerá ao disposto no Regimento Interno da Câmara Municipal.

SEÇÃO X

DA FISCALIZAÇÃO CONTÁBIL, FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Art. 60. A fiscalização sobre os órgãos da administração direta, das entidades da administração indireta e inclusive sobre pessoas físicas, quando for o caso, dar-se-á sob as modalidades e quanto aos aspectos previstos no art. 70 e seu parágrafo único da Constituição Federal.

Art. 61. O controle externo da Câmara Municipal será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado.

Parágrafo único. O parecer prévio, emitido pelo Tribunal, sobre as contas que o Prefeito deve anualmente prestar, só deixará de prevalecer por decisão de dois terços dos membros da Câmara Municipal.

Art. 62. À Comissão Permanente de Fiscalização da Câmara Municipal, diante de indícios de despesas não autorizadas, ainda que sob a forma de investimentos não programados ou de subsídios não aprovados, incumbe solicitar à autoridade governamental responsável que, no prazo de cinco dias, preste os esclarecimentos necessários.

§ 1º Não prestados os esclarecimentos ou considerados insuficientes, a Comissão solicitará ao Tribunal de Contas pronunciamento conclusivo sobre a matéria.

§ 2º Entendendo o Tribunal que é irregular a despesa, a Comissão, se julgar que o fato pode causar dano irreparável ou grave lesão à economia pública, proporá à Câmara Municipal a sua sustação.

§ 3º No caso de contrato, o ato de sustação será adotado diretamente pela Câmara Municipal, que solicitará, de imediato, ao Poder Executivo as medidas cabíveis.

§ 4º Se a Câmara Municipal ou o Poder Executivo, no prazo de noventa dias, não efetivar as medidas cabíveis, o Tribunal decidirá a respeito, e as decisões de que resulte imputação de débito ou multa terão eficácia de titulo executivo.

Art. 63. Os Poderes Legislativo e Executivo do Município manterão, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de:

I. Avaliar o cumprimento das metas previstas no Plano Plurianual e a execução de programas de governo e do orçamento municipal.

II. Comprovar a legalidade e avaliar os resultados quanto à eficácia e eficiência da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da Administração Municipal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado.

III. Exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres do Município.

IV. Apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

Parágrafo único. Os responsáveis pelo controle interno, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darão ciência ao Tribunal de Contas, sob pena de responsabilidade solidária.

Art. 64. Qualquer cidadão, partido político, associação ou entidade sindical é parte legítima para, nos termos da lei, denunciar irregularidade ou ilegalidades ao Tribunal de Contas.

CAPÍTULO III

DO PODER EXECUTIVO

SEÇÃO I

DISPOSIÇÃO GERAL

Art. 65. O Poder Executivo é exercido pelo Prefeito.

SEÇÃO II

DO PREFEITO E DO VICE-PREFEITO

Art. 66. O Prefeito e o Vice-Prefeito tomarão posse em sessão solene, na Câmara Municipal, especialmente convocada para este fim.

§ 1º Ao prestar compromisso e ao deixar o cargo, o Prefeito apresentará declaração de seus bens à Câmara Municipal.

§ 2º O Prefeito prestará o seguinte compromisso:

"PROMETO DEFENDER E CUMPRIR A CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, A CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO MATO GROSSO, A LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE CARLINDA E AS DEMAIS LEIS, DESEMPENHANDO, COM LEALDADE, O MANDATO QUE ME FOI OUTORGADO E EXERCENDO, COM PATRIOTISMO, AS FUNÇÕES DO MEU CARGO".

§ 3º Se, decorridos dez dias da data fixada para a posse, o Prefeito ou o Vice-Prefeito, salvo motivo de força maior, não tiver assumido o cargo, este será declarado vago.

Art. 67. O Vice-Prefeito, além de outras atribuições que lhe forem conferidas por lei, auxiliará o Prefeito, sempre que por ele for convocado para missões especiais.

Art. 68. O Vice-Prefeito substituirá o Prefeito em caso de impedimento e sucedê-lo-á no de vaga.

Art. 69. Em caso de impedimento do Vice-Prefeito ou de vacância do cargo, será chamado ao exercício o Presidente da Câmara Municipal.

Parágrafo único. O Presidente da Câmara Municipal não poderá se recusar a assumir o cargo de Prefeito, sob pena de perda de seu cargo legislativo, salvo se do exercício resultar incompatibilidade eleitoral, caso em que, sendo candidato a outro cargo eletivo, terá que renunciar ao cargo da Mesa da Câmara, no mesmo prazo fixado em lei para desincompatibilização.

Art. 70. Vagando os cargos de Prefeito e Vice-Prefeito, proceder-se-á a nova eleição na forma da lei, noventa dias depois de aberta a última vaga, devendo os eleitos completarem o período de seus antecessores, exceto se a vacância ocorrer no último ano do mandato.

SEÇÃO III

DA LICENÇA

Art. 71. O Prefeito, sem autorização do Legislativo, não poderá se afastar:

I. Do Município, por mais de quinze dias consecutivos.

II. Do País, por qualquer tempo.

Parágrafo único. O Prefeito, regularmente licenciado, terá direito a perceber remuneração, quando:

I. Impossibilitado para o exercício do cargo por motivo de doença devidamente comprovada.

II. A serviço ou em missão de representação do Município.

SEÇÃO IV

DAS ATRIBUIÇÕES DO PREFEITO

Art. 72. Ao Prefeito compete:

I. Representar o Município em juízo ou fora dele.

II. Nomear e exonerar os Secretários Municipais.

III. Iniciar o processo legislativo, na forma e nos casos previstos nesta Lei.

IV. Sancionar, promulgar e fazer publicar as leis, e expedir decretos e regulamentos para a sua fiel execução.

V. Dispor sobre a organização e o funcionamento da Administração Municipal, na forma da lei.

VI. Vetar projeto de lei, total ou parcialmente, por inconstitucionalidade ou se considerá-lo contrário ao interesse público.

VII. Prestar à Câmara Municipal, dentro de quinze dias úteis, as informações solicitadas.

VIII. Comparecer à Câmara Municipal, por sua própria iniciativa.

IX. Solicitar a intervenção estadual no Município, nos termos da Constituição Estadual.

X. Remeter mensagem e plano de governo à Câmara Municipal por ocasião da abertura da Sessão Legislativa, expondo a situação do Município.

XI. Prestar contas, anualmente, à Câmara Municipal, até sessenta dias após o encerramento do exercício.

XII. Enviar à Câmara Plurianual, Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias e Proposta de Orçamento Anual.

XIII. Celebrar convênios com entidades públicas ou particulares, na forma desta Lei.

XIV. Convocar extraordinariamente a Câmara Municipal para deliberar sobre matéria de interesse público relevante e urgente.

XV. Alienar bens imóveis, mediante prévia e expressa autorização da Câmara Municipal.

XVI. Conceder, permitir ou autorizar o uso dos bens municipais por terceiros, nos termos da lei.

XVII. Conceder ou permitir, na forma da lei, a execução de serviços públicos por terceiros.

XVIII. Executar o orçamento.

XIX. Aplicar multas previstas em leis e contratos.

XX. Fixar os preços dos serviços públicos, observados os critérios estabelecidos em lei.

XXI. Contrair empréstimos e realizar operações de crédito, com prévia autorização da Câmara Municipal.

XXII. Remeter à Câmara Municipal, até o dia 20 de cada mês, as parcelas das dotações orçamentarias que devem ser despendidas por duodécimos.

XXIII. Abrir crédito extraordinário nos casos de calamidade pública, comunicando o fato à Câmara Municipal.

XXIV. Expedir os atos referentes à situação funcional dos servidores.

XXV. Nomear e demitir servidores, nos termos da lei.

XXVI. Determinar a abertura de sindicância e a instauração de inquérito administrativo.

XXVII. Aprovar projetos técnicos de edificação, de arruamento e de loteamento.

XXVIII. Desapropriar bens, mediante a expedição de atos de declaração de utilidade ou necessidade pública, ou de interesse social.

XXIX. Solicitar auxilio dos órgãos de segurança para o cumprimento de seus atos.

Art. 73. O Prefeito poderá delegar aos seus Secretários as atribuições referidas no artigo anterior, exceto as constantes dos incisos II, III, IV, V, VI, VII, IX, X, XI, XII, XIII, XIV, XV, XXI, XXIX.

Parágrafo único. Os titulares de atribuições delegadas incorrerão nos mesmos impedimentos do Prefeito.

Art. 74. O exercício da representação do Município em juízo dar-se-á mediante a Procuradoria-Geral do Município, órgão ao qual competem as atividades de consultoria do Executivo e a execução da dívida ativa.

SEÇÃO V

DA RESPONSABILIDADE E DAS INFRAÇÕES POLÍTICO-ADMINISTRATIVAS DO PREFEITO E DOS SECRETÁRIOS MUNICIPAIS

Art. 75. Os crimes de responsabilidade e as infrações político-administrativas do Prefeito e dos Secretários Municipais, e as respectivas sanções, normas e processo de julgamento serão estabelecidos em lei complementar e no Regimento Interno da Câmara Municipal.

Parágrafo único. Nas infrações político-administrativas, essas autoridades serão submetidas a julgamento pela Câmara Municipal.

CAPÍTULO IV

DA ORGANIZAÇÃO DO GOVERNO MUNICIPAL

SEÇÃO I

DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

SUBSEÇÃO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 76. O governo do Município é exercido pelo Prefeito, a quem incumbe, com o auxilio dos Secretários Municipais e Presidentes das entidades da administração indireta, a direção superior da Administração Municipal.

§ 1º Compete aos Secretários Municipais e Presidentes das entidades da administração indireta exercer a orientação, coordenação e supervisão dos órgãos e entidades da Administração Municipal nas respectivas áreas de competência.

§ 2º Compete aos Secretários Municipais referendar os atos e decretos do Prefeito Municipal.

Art. 77. O Município, na ordenação de sua estrutura orgânica e funcional, atenderá aos princípios da desconcentração e descentralização.

§ 1º A administração direta estrutura-se a partir de Secretarias Municipais, podendo ser criadas administrações regionais.

§ 2º A administração indireta compreende as seguintes entidades:

I. Autarquias.

II. Fundações públicas.

III. Sociedades de economia mista.

IV. Empresas públicas.

Art. 78. Os órgãos da administração direta vinculam-se ao chefe do Executivo por linha de subordinação hierárquica, e as entidades da administração indireta por linha de tutela, mantendo o Executivo sobre as entidades com personalidade de direito público o controle político e de legalidade, e sobre as entidades com personalidade de direito privado o controle político, de legalidade e de mérito.

Art. 79. O Município, na sua atuação, atenderá aos princípios da democracia participativa, dispondo, mediante lei, sobre a criação dos Conselhos Municipais nas diversas áreas, integrados por representantes populares dos usuários dos serviços públicos, disciplinando a sua composição e funcionamento, compreendidas nas suas prerrogativas, entre outras:

I. A participação, mediante propostas e discussões, de planos, programas e projetos, a partir do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado, do Plano Plurianual, das Diretrizes Orçamentárias e do Orçamento Anual.

II. O acompanhamento da execução dos programas e a fiscalização da aplicação dos recursos.

Parágrafo único. Os Conselhos Municipais funcionarão de forma independente da Administração Municipal, com apoio técnico do Executivo para o seu funcionamento, sendo que a participação nos mesmos será gratuita e considerada de caráter público relevante.

SUBSEÇÃO II

DOS PRINCÍPIOS E PRECEITOS APLICÁVEIS

À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Art. 80. A Administração Municipal direta e indireta do Poder Executivo e o Poder Legislativo obedecerão aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, razoabilidade e também ao seguinte:

I. Os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei.

II. A investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, com a participação dos servidores na sua fiscalização, respeitada a ordem de classificação e ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração.

III. A Administração Municipal realizará, nas áreas onde houver necessidade, concursos públicos.

IV. Durante o prazo de validade previsto no edital de convocação, os aprovados em concurso público serão convocados com prioridade sobre os novos concursados para assumir cargo ou emprego na carreira.

V. Os cargos de Secretário e de Presidente das entidades da administração indireta, os de assessoramento direto dos gabinetes do Prefeito, do Vice-Prefeito, da Mesa e dos gabinetes dos Vereadores serão exercidos preferencialmente por servidores ocupantes de cargo de carreira técnica ou profissional, nos casos e condições previstos em lei.

VI. Os demais cargos em comissão e as funções gratificadas serão exercidos preferencialmente por servidores ocupantes de cargo de carreira técnica ou profissional.

VII. É garantido ao servidor municipal o direito de livre associação sindical.

VIII. O direito de greve será exercido nos termos e limites definidos em lei.

IX. A lei reservará percentual dos cargos e empregos públicos às pessoas portadoras de deficiência e definirá os critérios de sua admissão.

X. A lei estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, observada as seguintes normas:

a) realização de teste seletivo, ressalvados os casos de calamidade pública;

b) contrato improrrogável, com prazo máximo de um ano, vedada a recontratação;

c) proibição de contratação de serviços para realização de atividades que possam ser regularmente exercidas por servidores públicos.

XI. A lei fixará o limite máximo e a relação de valores entre a maior e a menor remuneração dos servidores públicos, observados, como limite máximo, os valores percebidos como remuneração, em espécie, pelo Prefeito.

XII. A lei assegurará aos servidores municipais isonomia de vencimentos para os cargos de atribuições iguais ou assemelhados do mesmo Poder ou entre os servidores dos Poderes Executivo e Legislativo, ressalvadas as vantagens de caráter individual e as relativas à natureza ou ao local de trabalho.

XIII. Os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público não serão computados nem acumulados para fins de concessão de acréscimos ulteriores, sob o mesmo título ou idêntico fundamento.

XIV. Os salários dos servidores são irredutíveis, salvo o disposto em convenção ou acordo coletivo de trabalho.

XV. É vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto, quando houver compatibilidade de horários:

a) a de dois cargos de professor;

b) a de um cargo de professor com outro técnico ou científico;

c) a de dois cargos privativos de médico.

XVI. A proibição de acumular estende-se a empregos e funções, e abrange autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações mantidas pelo Poder Público.

XVII. Somente por lei específica poderão ser criadas empresas públicas, sociedades de economia mista, autarquias e fundações públicas.

XVIII. Dependem de autorização legislativa a transformação, fusão, cisão, incorporação, extinção e privatização e, em cada caso, a criação de subsidiárias das entidades mencionadas no inciso anterior, assim como a participação de qualquer delas em empresa privada.

XIX. Ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação que assegure igualdade de condições aos concorrentes, com cláusulas que estabeleçam as obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta nos termos da lei, e com exigências apenas de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

§ 1º A Administração Municipal fica obrigada, nas licitações sob as modalidades de tomadas de preço e concorrência, a fixar preços teto ou preços base, devendo manter serviço adequado para o acompanhamento permanente dos preços e pessoal apto para projetar e orçar os custos reais das obras e serviços a serem executados.

§ 2º A publicidade os atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, guardando o sentido de prestação de contas, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos, ainda que custeada por entidade privada.

§ 3º Semestralmente, a administração direta e indireta publicará, no órgão oficial no Município, relatórios das despesas realizadas com a propaganda e publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas, especificando os nomes dos veículos de divulgação.

§ 4º A não observância do disposto nos incisos II e III do artigo 37 da Constituição Federal implica a nulidade do ato e a punição da autoridade responsável, nos termos da lei.

§ 5º As reclamações relativas à prestação de serviços públicos serão disciplinadas em lei.

§ 6º Os atos de improbidade administrativa importarão na suspensão dos direitos políticos, na perda da função pública, na indisponibilidade de bens e no ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível.

§ 7º A lei estabelecerá prazos de prescrição para ilícitos administrativos que causem danos financeiros ou econômicos ao erário, praticados por qualquer agente, servidor ou não, sem prejuízo da respectiva ação penal e de ressarcimento.

§ 8º As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos, responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.

Art. 81. Observadas as demais normas desta Lei Orgânica, cada entidade da administração indireta terá uma de suas diretorias ou órgão equivalente, na área administrativa e de pessoal, ocupada por servidor com pelo menos, doze meses de vínculo.

Art. 82. Todo tem direito a receber dos órgãos e entidades municipais informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo máximo de trinta dias, sob pena de responsabilidade da autoridade ou servidor que retardar, sonegar ou prestar informação incompleta, incorreta ou falsa.

Art. 83. São a todos assegurados, independentemente do pagamento de taxas:

I. O direito de petição aos Poderes Públicos do Município em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder.

II.A obtenção de certidões em quaisquer repartições públicas, para defesa de direitos e esclarecimentos de situação de interesse pessoal, no prazo máximo de trinta dias, sob pena de responsabilidade da autoridade ou servidor. No mesmo prazo, se outro não for fixado pela autoridade ou requisitante, deverão ser atendidas as requisições judiciais.

Art. 84. As contas da Administração Municipal direta, fundações, autarquias, empresas públicas e sociedades de economia mista, com a discriminação das despesas, ficarão, durante sessenta dias, anualmente, em local próprio da Câmara Municipal, à disposição para exame e apreciação de qualquer contribuinte que poderá questionar-lhe a legitimidade nos termos da lei.

Art. 85. Os atos administrativos deverão ser, obrigatoriamente, motivados, como condição de sua validade, considerando-se os motivos indicados relativamente a cada um, como determinantes de sua produção.

Art. 86. Os atos administrativos de efeitos extremos deverão ser obrigatoriamente publicados no órgão oficial do Município, como condição de eficácia.

Art. 87. A Administração Municipal direta e indireta manterá, na forma da lei, as suas contas e fará movimentação e as aplicações financeiras em estabelecimentos ou bancos estatais, ressalvadas as hipóteses previstas.

SUBSEÇÃO III

DOS SERVIDORES PÚBLICOS

Art. 88. O Município instituirá regime jurídico único e planos de carreira para os servidores da Administração Pública direta, das autarquias e das fundações públicas.

Art. 89. São direitos dos servidores públicos, entre outros:

I. Vencimentos ou proventos não inferiores ao salário mínimo, que devem ser pagos até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente.

II. Irredutibilidade dos vencimentos.

III. Garantia de vencimento nunca inferior ao salário mínimo para os que percebem remuneração variável.

IV. Décimo terceiro vencimento com base na remuneração integral ou no valor da aposentadoria.

V. Remuneração do trabalho noturno superior à do diurno.

VI. Salário-família para os dependentes, no mínimo, de cinco por cento do valor do salário mínimo.

VII. Duração da jornada de trabalho normal não superior a oito horas diárias e quarenta horas semanais, facultadas a compensação de horário e a redução de jornada.

VIII. Repouso semanal remunerado.

IX. Remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em cinqüenta por cento à do normal.

X. Gozo de férias anuais remuneradas, pelo menos, com um terço a mais do que a remuneração normal, vedada a contagem em dobro.

XI. Licença à gestante, sem prejuízo do emprego e dos vencimentos e com duração de cento e vinte dias.

XII. Licença-paternidade, nos termos fixados em lei.

XIII. Proteção do trabalho da mulher, nos termos da lei.

XIV. Redução dos riscos inerentes ao trabalho por meio de normas de saúde, higiene e segurança.

XV. Adicional de remuneração para atividades penosas, insalubres ou perigosas, na forma da lei.

XVI. Proibição de diferença de vencimentos, de exercício de funções e de critérios de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil.

XVII. Adicionais por tempo de serviço, na forma que a lei estabelecer.

XVIII. Licença-prêmio, licença sem vencimento, licença para tratamento de saúde e licença por motivo de doença de pessoa da família, na forma da lei.

XIX. Assistência e previdência sociais, extensivas aos dependentes e ao cônjuge.

Parágrafo único. O direito previsto no inciso XI deste artigo também será exercido pela mãe adotiva, nos termos da lei.

Art. 90. É garantido aos servidores a participação na elaboração do estatuto do servidor Público, obedecidas as normas estabelecidas pelas constituições estadual e federal.

Art. 91. Ao servidor municipal em exercício de mandato eletivo aplicam-se as disposições do art. 38 da Constituição Federal.

Art. 92. O servidor público será aposentado:

I. Por invalidez permanente, sendo os proventos integrais, quando ela for decorrente de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, especificadas em lei, e proporcionais nos demais casos.

II. Voluntariamente:

a) após trinta anos de serviço, se mulher, e após trinta e cinco, se homem, com proventos integrais;

b) após trinta anos de efetivo exercício em função de magistério se professor, e após vinte e cinco anos, se professora, com proventos integrais ;

c) após trinta anos de serviço, se homem, e após vinte e cinco anos, se mulher, com proventos proporcionais a esse tempo;

d) após sessenta e cinco anos de idade, se homem, e após sessenta anos, se mulher, com proventos proporcionais ao tempo de serviço.

e) após vinte e cinco anos de efetivo exercício em função de magistério, se professor, e após vinte anos, se professora, com proventos proporcionais a esse tempo.

III. Compulsoriamente, aos setenta anos de idade, com proventos proporcionais ao tempo de serviço.

§ lº A lei disporá sobre a aposentadoria em cargos ou empregos temporários.

§ 2º O tempo de serviço público federal, estadual, municipal ou privado será computado integralmente para efeitos de aposentadoria e disponibilidade, computando-se o tempo de serviço prestado ao Município para os demais efeitos legais.

§ 3º Os proventos da aposentadoria ou inatividade serão revistos na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade, sendo estendidos aos inativos quaisquer benefício ou vantagens posteriormente concedidos aos servidores em atividade, inclusive quando decorrente da transformação ou reclassificação do cargo ou função em que se deu a aposentadoria, na forma da lei.

Art. 93. Ao servidor público eleito para o cargo de direção sindical são assegurados todos os direitos inerentes ao cargo, vedada a dispensa a partir do registro da candidatura até um ano após o término do mandato, ainda que na condição de suplente, salvo se ocorrer exoneração nos termos da lei.

Parágrafo único. São assegurados os mesmos direitos, até um ano após a eleição, aos candidatos não eleitos.

Art. 94. Cabe ao Município a implantação de sistema de previdência social, atendendo aos princípios previstos na Constituição Federal, garantida a participação dos servidores na gestão e no controle.

§ lº A inscrição na entidade de previdência do Município é compulsória, seja no caso de cargo de provimento efetivo, seja no cargo de provimento em comissão, sendo facultativa no caso de ocupante de cargo em comissão, não servidor municipal, desde que comprove ser segurado de outro sistema de previdência.

§ 2º O cônjuge ou companheiro de servidora e o cônjuge ou companheira de servidores segurados são considerados seus dependentes e terão direito à pensão previdenciária, na forma da lei.

§ 3º A contribuição social do Município e a de seus servidores para o sistema de previdência e assistência serão devidas na forma e percentual fixados em lei.

Art. 95. É garantida assistência gratuita aos filhos e dependentes do servidor municipal, desde o nascimento até seis anos de idade em creches e pré-escola.

Parágrafo único. SUPRIMIDO.

Art. 96. Fica assegurado à servidora gestante o exercício de outras funções que não as próprias de seu cargo, sem prejuízo de sua remuneração, quando houver nesse sentido determinação médica expressa do órgão competente da entidade de previdência do Município.

Art. 97. Ao servidor municipal é assegurada a percepção de auxílio para alimentação e transporte, nas condições que a lei estabelecer.

Art. 98. Nenhum servidor poderá ser diretor ou integrar conselho de empresa fornecedora ou que realize qualquer modalidade de contrato com o Município, sob pena de demissão.

Art. 99. É vedada a participação de servidor público no produto de arrecadação de tributos e multas, dívida ativa e ônus da sucumbência.

Art. 100. A Lei de Diretrizes Orçamentárias disporá sobre a política salarial aplicável aos servidores municipais, com obrigatória previsão da periodicidade dos reajustes com índices nunca inferiores aos da inflação.

Art.101. É assegurada a participação dos servidores nos colegiados dos órgãos públicos em que seus interesses profissionais e previdenciários sejam objeto de discussão e deliberação.

Art.102. O Município manterá uma guarda municipal para a proteção de seus bens, serviços e instalações, conforme disposto em lei.

SUBSEÇÃO IV

DAS OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS MUNICIPAIS

Art.103. As obras públicas municipais serão executadas pela Prefeitura Municipal, por administração direta ou por administração indireta, sempre na conformidade com o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado.

Art.104. O Município prestará diretamente, ou sob regime de permissão ou concessão, sempre por meio de licitação, os serviços públicos de sua competência, disciplinando e organizando-os mediante lei que disporá sobre:

I. O regime das empresas concessionárias e permissionárias de serviços públicos, o caráter especial de seu contrato e de sua prorrogação, bem como as condições de caducidade, fiscalização e rescisão de concessão ou permissão.

II. Os direitos dos usuários.

III. A política tarifária.

IV. A obrigação de manter serviço adequado.

V. A reversão dos bens vinculados ao serviço público, objeto de concessão ou permissão.

Art. 105. É garantida a gratuidade do transporte coletivo urbano aos maiores de sessenta e cinco anos, e, comprovadamente carentes, aos portadores de deficiência e aos aposentados por invalidez.

Art. 106. Os preços dos serviços públicos e de utilidade pública serão fixados pelo Prefeito, nos termos da lei.

Art. 107. É vedada à administração direta e à indireta a contratação de serviços e obras com empresas que não atendam às normas relativas à saúde, segurança do trabalho e proteção do meio ambiente, nos termos da lei.

Art. 108. Os contratos de concessão e permissão de serviços públicos serão firmados pelo prazo máximo de 10 (dez) anos.

Art. 109. O Município retomará os serviços públicos municipais permitidos ou concedidos, se executados em desconformidade com a lei, ato ou contrato.

Art. 110. A cassação da concessão e permissão de serviço público inabilitará, em qualquer hipótese, a participação do concessionário ou permissionário em nova concorrência pública, para serviços da mesma natureza.

Art. 111. As obras e serviços de grande vulto, que envolvam endividamento considerável e impliquem em significativa alteração do aspecto da cidade, com reflexos sobre a vida e os interesses da população, serão submetidos a plebiscito, a critério da Câmara. Municipal, por deliberação da maioria absoluta dos Vereadores.

Art. 112. O Conselho Municipal de Transportes será criado por lei que disporá sobre sua composição e funcionamento, terá caráter consultivo, e seus membros não serão remunerados.

Art. 113. O transporte coletivo como serviço essencial do município afora outros exigidos por normas específicas, subordina-se as seguintes condições:

I - valor da tarifa;

II - freqüência;

III - tipo de veículo;

IV- intinerário e uso de terminais;

V - padrões de segurança e manutenção;

VI - normas relativas ao conforto e saúde dos passageiros.

§ 1º - As empresas que disponham de transporte coletivo próprio, para seus empregados, inclusive trabalhadores rurais, subordinam-se as normas municipais, no que se refere este artigo.

§ 2º - É obrigatório o uso do terminal rodoviário e obediência aos locais de embarque e desembarque inclusive pelos transportes intermunicipais e interestaduais.

SUBSEÇÃO V

DOS BENS MUNICIPAIS

Art. I14. Constituem bens municipais todos os que, a qualquer título, pertençam ao Município.

Parágrafo único. É obrigatório o cadastramento de todos os bens móveis e imóveis do Município.

Art. 115. Classificam-se os bens públicos em:

I. De uso comum do povo.

II. De uso especial.

III. Dominais.

Parágrafo único. O uso dos bens públicos pode ser gratuito ou oneroso, conforme disposto em lei.

Art. I16. Compete ao Prefeito a administração dos bens municipais, ressalvada a competência da Câmara Municipal em relação aos seus bens.

Art. I17. A alienação e a aquisição dos bens municipais, subordinadas à existência de interesse público devidamente justificado, serão precedidas de avaliação e obedecerão às seguintes normas:

I. Quando imóveis, dependerão de autorização legislativa e de licitação, dispensada:

a) a licitação, no caso de permuta;

b) a licitação e a autorização legislativa, na aquisição por doação sem encargo e na reaquisição do domínio útil de imóvel sob o regime enfitêutico.

II. Quando móveis, dependerão de licitação, dispensada esta nos seguintes casos:

a) doação daqueles inservíveis para o serviço pública, permitida exclusivamente para fins de interesse social;

b) permuta;

Art. 118. O Município, preferencialmente à Venda de bens imóveis, outorgará concessão de direito real de uso, mediante prévia autorização legislativa e concorrência, dispensada esta quando houver relevante interesse público, devidamente justificado.

Art. II9. A venda a proprietários lindeiros de imóveis remanescentes, resultantes de obras públicas ou de modificação de alinhamentos, inaproveitáveis para edificações, dependerá de prévia avaliação e autorização legislativa.

Art. I20. O uso de bens municipais por terceiros poderá ser outorgado mediante concessão, permissão ou autorização, quando houver interesse público, devidamente justificado.

§ 1º A concessão administrativa dos bens públicos de uso especial ou dominial dependerá de autorização legislativa e de concorrência, dispensada esta quando houver interesse público devidamente justificado.

§ 2º A concessão administrativa de bens de uso comum do povo somente será outorgada mediante autorização legislativa.

§ 3º A permissão, que poderá incidir sobre qualquer bem público, será outorgada a título precário, por decreto.

§ 4º A autorização, que poderá incidir sobre qualquer bem público, será outorgada para atividades específicas e transitórias, por prazo não superior a sessenta dias.

Art. I21. As avaliações previstas neste capítulo serão apresentadas em forma de laudo técnico elaborado:

I. Pelo órgão competente da Administração Municipal.

II. Por comissão designada pelo Legislativo para este fim especifico.

III. Por terceiro devidamente cadastrado para este fim.

Art. I22. Os bens considerados inservíveis deverão ser protegidos da ação do tempo ou levados a leilão o mais rápido possível, visando à obtenção do melhor preço, em função de seu estado e utilidade.

Parágrafo único. O bem, para ser considerado inservível, será submetido a vistoria com expedição de laudo, o qual indicará o seu estado e, em se tratando de veículos e equipamentos, também os seus componentes e acessórios.

Art. 123. O Município facilitará a utilização dos bens municipais pela população para atividades culturais, educacionais e esportivas, na forma da lei.

TÍTULO III

DA TRIBUTAÇÃO E DOS ORÇAMENTOS

CAPÍTULO I

DA TRIBUTAÇÃO

Art. 124. Compete ao Município instituir:

I. Impostos previstos na Constituição Federal, observado, no que couber, o disposto no seu art. 145, § lº.

II. Taxas, em razão do exercício do poder de polícia ou pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ou postos à disposição do contribuinte.

III. Contribuição de melhoria, decorrente de obras públicas.

IV. Contribuição social, cobrada de seus servidores para custeio, em benefício destes, do sistema de previdência e assistência social.

Art. 125. Lei complementar estabelecerá:

I. As hipóteses de incidência, base de cálculo e sujeitos passivos da obrigação tributária.

II. O lançamento e a forma de sua notificação.

III. Os casos de exclusão, suspensão e extinção de créditos tributários.

IV. A progressividade dos impostos.

Parágrafo único. O lançamento tributário observará o devido processo legal.

Art. 126. É vedada qualquer anistia ou remissão que envolva matéria tributária, exceto em caso de calamidade pública ou grande relevância social, mediante lei.

Art. 127. O Município poderá celebrar convênios com a União, o Estado e outros Municípios, sobre matéria tributária.

CAPÍTULO II

DOS ORÇAMENTOS

Art. 128. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

I. O Plano Plurianual.

II. As Diretrizes Orçamentárias.

III. Os Orçamentos Anuais.

§ 1º A lei que instituir o Plano Plurianual estabelecerá as diretrizes, objetivos e metas da Administração Municipal direta e indireta, abrangendo os programas de manutenção e expansão das ações de governo, e nenhum investimento, cuja execução ultrapasse o exercício financeiro, poderá ser iniciado sem prévia inclusão no Plano Plurianual ou sem lei que autorize a inclusão.

§ 2º A Lei de Diretrizes Orçamentárias, de caráter anual, compreenderá:

I. As prioridades e metas da Administração Municipal.

II. As orientações para elaboração da Lei Orçamentária Anual.

III. Os ajustamentos do Plano Plurianual decorrentes de reavaliação da realidade econômica e social do Município.

IV. As disposições sobre a alteração da legislação tributaria.

V. As aplicações dos agentes financeiros de fomento, com a apresentação de prioridades.

VI. A projeção das despesas de capital para o exercício financeiro subseqüente.

§ 3º A Lei Orçamentária Anual compreenderá:

I. O orçamento fiscal, fixando as despesas referentes aos órgãos e entidades da administração direta e indireta, instituídos e mantidos pelo Poder Público Municipal, estimando as receitas do Tesouro Municipal.

II. O orçamento de investimento das empresas em que o Município, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto.

III. O programa analítico de obras, especificando as Secretarias e os Departamentos.

§ 4º A Lei Orçamentária Anual não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação das despesas, não se incluindo na proibição a autorização para abertura de créditos suplementares e a contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita, nos termos da lei.

Art. 129. Revogado.

Art. 130. O projeto de Lei Orçamentária será acompanhado de demonstrativos dos efeitos sobre as receitas e despesas públicas decorrentes de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia concedidos pela Administração Municipal.

Art. 131. Caberá à comissão técnica respectiva, da Câmara Municipal, examinar e emitir parecer sobre os projetos e sobre as contas apresentadas anualmente pelo Prefeito.

§ 1º - A Câmara Municipal apreciará os instrumentos de planejamento referidos no Art. 128 e no Art. 6º Dos Atos das Disposições Transitórias, devolvendo-os ao Executivo devidamente aprovados nos seguintes prazos:

a) Plano Plurianual: até o dia 10 de setembro do primeiro do mandato;

b) Lei de Diretrizes Orçamentárias: até 20 de novembro de cada exercício;

c) Lei Orçamentária Anual: até o dia 15 de dezembro de cada exercício.

§ 2º - Vencidos quaisquer dos prazos estabelecidos no parágrafo anterior sem que tenha concluído a votação, a Câmara passará a realizar sessões diárias até concluir a votação da matéria objeto da discussão, sobrestando todas as outras matérias em tramitação.

Art. 132. As emendas serão apresentadas à comissão técnica competente que, sobre elas, emitirá parecer para apreciação, na forma regimental, pelo plenário da Câmara Municipal.

§ 1º As emendas ao projeto de Lei Orçamentária Anual e os projetos que a modifiquem somente poderão ser aprovados caso:

I. Sejam compatíveis com o Plano Plurianual e com a Lei das Diretrizes Orçamentárias.

II. Indiquem os recursos necessários, admitidos apenas os provenientes de anulação de despesas, excluídas as que incidem sobre:

a) dotações para pessoal e seus encargos;

b) serviço da dívida; ou

III. Sejam relacionadas com:

a) a correção de erros ou omissões;

b) os dispositivos do texto do projeto de lei.

§ 2º As emendas ao projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias não poderão ser aprovadas, quando incompatíveis com o Plano Plurianual.

§ 3º O Prefeito poderá enviar mensagem à Câmara Municipal, para propor modificação de qualquer dos projetos a que se refere este artigo, enquanto não tiver sido iniciada a votação, na comissão técnica, da parte cuja alteração é proposta.

Art. 133. Aplicam-se aos projetos mencionados no art., 128 e aos créditos adicionais que não contrariem o disposto neste capítulo, as demais normas relativas ao processo legislativo e aos créditos adicionais.

Art. 134. Os recursos que, em decorrência de veto, emenda ou rejeição do projeto de Lei Orçamentária Anual, ficarem sem despesas correspondentes, poderão ser utilizados, conforme o caso, mediante créditos especiais ou suplementares, com prévia e especifica autorização do Legislativo.

Art. 135. São vedados:

I. O início de programas ou projetos não incluídos na Lei Orçamentária Anual.

II. A realização de despesas ou a assunção de obrigações diretas que excedam os créditos orçamentários ou adicionais.

III. A realização de operações de crédito que excedam o montante das despesas de capital, com ressalva das autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais, com finalidade precisa, aprovada pela Câmara Municipal, por maioria absoluta.

IV. A vinculação da receita de impostos a órgão, fundo ou despesa, ressalvadas as previstas na Constituição Federal.

V. A abertura de crédito suplementar ou especial, sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes.

VI. A transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, sem prévia autorização legislativa.

VII. A concessão ou utilização de créditos ilimitados.

VIII. A utilização, sem autorização legislativa, dos recursos do orçamento fiscal e da seguridade social para suprir necessidades ou cobrir despesas superiores à receita de empresas, fundações ou fundos.

IX. A instituição de fundo sem prévia autorização legislativa.

Art. 136. Os créditos adicionais terão vigência adstrita ao exercício financeiro em que forem autorizados, salvo os especiais e extraordinários, quando o ato autorizatório for publicado nos últimos quatro meses daquele exercício, e os reabertos nos limites de seus saldos, que serão incorporados ao orçamento do exercício financeiro subsequente.

Parágrafo único. A abertura de crédito extraordinário somente será admitida para atender às despesas imprevistas e urgentes, como as decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública.

Art. 137. Os recursos correspondentes às dotações orçamentarias, compreendidos os créditos suplementares especiais, destinados ao Poder Legislativo, ser-lhe-ão entregues até o dia vinte de cada mês.

Art. 138. A despesa com o pessoal ativo e inativo do Município não poderá exceder os limites estabelecidos em lei complementar federal.

Parágrafo único. A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargos ou alteração de estrutura de carreiras, bem como a admissão de pessoal, a qualquer título, pelos órgãos e entidades da administração direta ou indireta, mantidas pelo Município, só poderão ser feitas se:

I. Houver prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes.

II. Houver autorização específica na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Art. 139. O Executivo e o Legislativo municipais, até trinta dias após o encerramento de cada bimestre, publicarão no órgão oficial do Município relatórios resumidos da execução orçamentária.

Art. 140. O Município divulgará, até o último dia do mês subseqüente ao da arrecadação, os montantes de cada um dos tributos arrecadados e os recursos recebidos.

TÍTULO IV

DA ORDEM ECONÔMICA E SOCIAL

CAPÍTULO I

DA ORDEM ECONÔMICA

SEÇÃO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 141. Como agente normativo e regulador da atividade econômica, o Município exercerá, na forma da lei, as funções de fiscalização, incentivo e planejamento, sendo este determinante para o setor público e indicativo para o setor privado.

Art. 142. A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho e da livre iniciativa, tem por fim assegurar existência digna a todos, observados o princípio da função social da propriedade, a defesa do consumidor, a defesa do meio ambiente e a busca do pleno emprego.

Parágrafo único. O Município, no exercício do seu poder de polícia relativo às atividades que, em algum aspecto, dependam da sua regulamentação e fiscalização, imporá restrições, instituindo sanções àquelas que, em seu exercício, se opuserem ou se tornarem contrárias aos princípios previstos neste artigo.

Art. 143. A lei apoiará o cooperativismo e outras formas de associativismo.

Art. 144. É assegurado o exercício de atividades aos vendedores ambulantes e artesãos nos espaços públicos disponíveis, em conformidade com a lei e o regulamento.

Art. 145. A microempresa e a de pequeno porte, assim definidas em lei, receberão do Município tratamento jurídico diferenciado, visando ao incentivo de sua criação, pela simplificação de suas obrigações administrativas e tributárias, podendo estas ser reduzidas ou eliminadas por lei.

Art. 146. O Município poderá, em caso de relevante interesse coletivo, por meio de empresa pública, sociedade de economia mista ou outra entidade, explorar atividade econômica, nos termos da lei.

Art. 147. O Município promoverá e incentivará o turismo como fator de desenvolvimento econômico e social.

SEÇÃO II

DA POLÍTICA URBANA

Art. 148. A política de desenvolvimento urbano, conforme diretrizes fixadas no Plano Diretor, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes.

§ lº A propriedade urbana cumpre a função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no Plano Diretor.

§ 2º É facultado ao Município, mediante lei específica para área incluída no Plano Diretor, exigir, nos termos da lei federal, do proprietário do solo urbano não edificado, subtilizado ou não utilizado, que promova seu adequado aproveitamento, sob pena de, sucessivamente:

I. Parcelamento ou edificação compulsórios.

II. Imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana, progressivo no tempo.

III. Desapropriação com pagamento mediante títulos da dívida pública, de emissão previamente aprovada pelo Senado Federal, com prazo de resgate de dez anos, em parcelas anuais, iguais e sucessivas, assegurados o valor real da indenização e os juros legais.

Art. 149. O Município deverá organizar sua administração e exercer suas atividades dentro de um processo de planejamento permanente.

Art. 150. A política de desenvolvimento urbano visa a assegurar, entre outros, os seguintes objetivos:

I.A urbanização e regularização de loteamentos.

II.O estímulo à preservação de áreas periféricas de produção agrícola e pecuária.

III. A preservação, a proteção e a recuperação do meio ambiente e da cultura.

IV. A criação e a manutenção de parques de interesse urbanístico, social, ambiental, turístico e de utilização pública.

V. A utilização racional do território e dos recursos naturais, mediante controle da implantação e funcionamento de atividades industriais, comerciais, residenciais e viárias.

Art. 151. O Plano Diretor disporá, entre outras matérias, sobre:

I. Normas relativas ao desenvolvimento urbano.

II. Política de formulação de planos setoriais.

III. Critério de parcelamento, uso e ocupação do solo, e zoneamento, prevendo áreas destinadas a moradias populares, com facilidade de acesso aos locais de trabalho, serviços e lazer.

IV. Proteção ambiental.

Parágrafo único. O controle do uso e ocupação do solo urbano implica, entre outras, nas seguintes medidas:

I. Regulamentação do zoneamento.

II. Especificação dos usos do solo, permitidos ou permissíveis em relação a cada área, zona ou bairro da cidade.

III. Aprovação ou restrição de loteamentos.

IV. Controle das construções urbanas.

V. Proteção da estética da cidade.

VI. Preservação das paisagens, dos monumentos, da história e da cultura da cidade.

VII. Controle da poluição.

Art. 152. Para a elaboração das partes que compõem o Plano Diretor, em especial as relativas à delimitação das zonas - urbana e agrícola -, sistema viário, zoneamento, loteamentos, preservação, renovação urbana, equipamentos, deverão, obrigatoriamente, ser levadas em consideração, entre outras, as seguintes diretrizes:

I. O planejamento global do Município, com vistas:

a) à integração cidade-campo, direcionando-se as diversas áreas e regiões, segundo critérios recomendáveis de ocupação, e, na medida do possível, a sua vocação natural, impondo-se restrições de uso e coibindo-se o adensamento, na faixa do território municipal ao longo das divisas com os demais Municípios, destinando-a à produção agrícola e demais atividades compatíveis, de forma a constituir um cinturão verde à sua volta;

b) à integração regional, em especial, relativamente às funções de interesse comum, para facilitar a integração da organização, do planejamento e da execução dessas funções, mediante convênios, nos quais se procurará estipular os usos e atividades recomendáveis para as diversas regiões, tendo-se em vista, principalmente, evitar a conturbação aberta, com uma ocupação e adensamento desordenado.

II. A preservação do meio ambiente, em especial:

a) pela projeção recomendada das novas ligações viárias;

b) pela liberação e implantação ordenada de novos loteamentos, de conjuntos habitacionais e assentamentos populares;

c) pela exploração controlada das atividades de mineração, especialmente ao longo dos rios Teles Pires e rio Carlinda, impondo-se a obrigação da recomposição ou recuperação das áreas atingidas, ou ainda o seu adequado aproveitamento alternativo.

III. A economia de custos, a funcionalidade e a comodidade urbanas, em especial, pelo planejamento e regulamentação de:

a) sistemas viários ou vias novas em determinadas regiões, com liberação concomitante de loteamentos, com projeção coincidente de vias e com a cobrança obrigatória da contribuição de melhoria;

b) loteamentos com a implantação de infra-estrutura recomendável a cada região e tipo de loteamento;

c) conjuntos habitacionais, com a implantação de infra-estrutura e equipamentos urbanos e comunitários, a cargo dos responsáveis;

d) condomínios, com limitação de sua dimensão em até um quarteirão, entendido este como a área compreendida dentro dos segmentos de quatro quadras, ressalvados os casos indicados em lei, no interesse da preservação ambiental.

IV. A aplicação, conforme o caso, entre outros, na forma da lei, dos seguintes institutos e instrumentos jurídicos :

a) contribuição de melhoria;

b) desapropriação para reorganização;

c) pagamento, nas desapropriações amigáveis, mediante concessão de índices construtivos;

d) concessão de índices construtivos aos proprietários de imóveis tombados, aos que sofrerem limitação em razão do tombamento, ou aos que cederem ao Município imóveis sob preservação.

V. A regularização fundiária, mediante estabelecimento de normas especiais de urbanização.

Art. 153. Entre os setores especiais incluir-se-ão os de produção científica e cultural, localizados em regiões onde se concentrem instituições voltadas à ciência, à cultura e às artes, para os quais serão traçadas diretrizes peculiares de uso e ocupação do solo.

Art. 154. O Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado definirá o sistema, diretrizes e bases do planejamento municipal equilibrado, harmonizando-o com o planejamento estadual e nacional.

Art. 155. A promulgação do Plano Diretor se fará por lei municipal específica, aprovada por maioria de dois terços dos votos dos membros da Câmara Municipal, em duas votações, intervaladas de dez dias.

Art. 156. O Município, por iniciativa própria, ou com a colaboração do Estado, providenciará o estabelecimento de um sistema estatístico, cartográfico e de geologia, que servirá como base para o planejamento.

Art. 157. O planejamento municipal será realizado, na forma da lei, por entidade municipal, que sistematizará as informações básicas, coordenará os estudos, elaborará os planos e projetos relativos ao Plano Diretor e supervisionará a sua implantação.

Art. 158. Será criado um Conselho Municipal de Planejamento, formado por representantes de distintas entidades da sociedade civil, que terão parte na elaboração e execução do Plano Diretor do Município.

Parágrafo único - O Conselho Municipal de Planejamento, deverá ser composto de pelo menos 30% (trinta por cento) de profissionais capacitados em áreas específicas de abrangência do Plano Diretor.

CAPÍTULO II

DA ORDEM SOCIAL

SEÇÃO I

DISPOSIÇÃO GERAL

Art. 159. O Município de Carlinda, em ação conjunta e integrada com a União e o Estado, assegurará os direitos relativos à educação, à saúde, à alimentação, à cultura, à capacitação ao trabalho, à assistência social, à segurança pública, ao lazer, ao desporto e ao meio ambiente equilibrado, priorizando a pessoa humana.

SEÇÃO II

DA SAÚDE

Art. 160. A saúde é direito de todos os cidadãos e o Município, como integrante do Sistema Único de Saúde, implementará políticas sociais e econômicas que visem à prevenção, à redução, à eliminação do risco de doenças e de outros agravos, bem como ao acesso geral e igualitário às ações e serviços para promoção, proteção e recuperação da saúde.

Parágrafo único - O município, implementará uma política epidemiológica e sanitária ambiental de vetores, e das doenças infecto-contagiosas.

Art. 161. As ações e serviços de saúde pública são de relevância pública, prestados por meio do Sistema Único de Saúde - SUS, nos termos da lei, que disporá sobre a:

I. Sua regulamentação, fiscalização e controle.

II. Preferência de execução através dos serviços públicos oficiais.

III. Universalização dos serviços.

IV. Permissibilidade de prestação de serviços por terceiros.

V. Hierarquização do Sistema.

VI. Integração dos serviços que desenvolvam ações preventivas e curativas, adequadas às realidades epidemiológicas.

VII. Participação da comunidade.

Art. 162. O Município manterá um Fundo de Saúde, regulamentado na forma da lei, financiado com recursos orçamentários da seguridade social da União, do Estado e do Município, além de outras fontes.

§ lº O volume de recursos destinados ao Fundo de Saúde será definido na Lei Orçamentária.

§ 2º É vedada a destinação de recursos para auxílio ou subvenção a instituições privadas com fins lucrativos.

Art. 163. As instituições privadas poderão participar, de forma suplementar, do Sistema Único de Saúde, mediante contrato de direito público ou convênio, tendo preferência as entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos, podendo a lei conceder isenções, em especial, às que prestem serviços de atendimento aos portadores de deficiência.

Art. 164. A lei criará, no âmbito do Município, duas instâncias colegiadas de caráter deliberativo: a Conferência Municipal de Saúde e, outra, o Conselho Municipal de Saúde.

SEÇÃO III

DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

Art. 165. A assistência social será prestada a quem dela necessitar, sem discriminação de sexo, cor, religião, ou preferência política, independentemente de contribuição à seguridade social, e terá por objetivo:

I. A proteção à família, à infância, à adolescência e à velhice.

II. O amparo às crianças e aos adolescentes carentes.

III. A promoção da integração ao mercado de trabalho.

IV. A reabilitação e habilitação das pessoas portadoras de excepcionalidade, e sua integração à vida comunitária.

Art. 166. As ações na área social serão custeadas na forma do art. 195 da Constituição Federal e organizadas com base nos seguintes princípios:

I. Coordenação e execução dos programas de sua esfera pelo Município.

II. Participação do povo na formulação das políticas e no controle das ações.

SEÇÃO IV

DO ABASTECIMENTO E DEFESA DO CONSUMIDOR

Art. 167. O Município atuará na área do abastecimento e defesa do consumidor:

I. Criando mecanismos de apoio à comercialização da produção e incrementando ações junto aos estabelecimentos de distribuição de alimentos básicos com controle de preços e qualidade.

II- Promovendo ações especificas, visando à orientação ao consumidor e à educação alimentar.

III. Organizando e atendendo um sistema de abastecimento alimentar à população carente.

IV. Fomentando a produção agrícola e adotando política de plantio de produtos básicos ou hortigranjeiros em áreas ociosas.

V. Criando, mediante lei, fundos específicos para o desenvolvimento e fiscalização da área de produção e distribuição de alimentos à população.

VI. Definindo critérios para controle e fiscalização da pesca profissional e esportiva no âmbito do município, com política voltada para o abastecimento, obedecidas às disposições da legislação estadual.

Art. 168. O Município criará os Conselhos de Defesa do Consumidor, e de Desenvolvimento Rural, com atribuições e composição que a Lei estabelecer.

SEÇÃO V

DA POLÍTICA AGRÍCOLA E FUNDIÁRIA

Art. 169. A política agrícola visando a fixação do homem no campo, ao incremento da produção e produtividade, e melhoria das condições sócio-econômicas e culturais, do rurícola, terá sua coordenação unificada, com prioridade para os pequenos e médios produtores.

§ 1º - Será assegurada a participação de produtores rurais, trabalhadores rurais, sindicatos rurais e de profissionais da área de ciências agrárias, representados por associações de classe, na elaboração planejamento e execução da política agrícola e fundiária do município, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Agricultura.

§ 2º - Incluem-se no planejamento agrícola as atividades agro-industriais, agropecuárias, pesqueiras, florestais, inclusive o extrativismo natural.

Art. 170. As ações do poder público, de apoio a produção primária, atenderão preferencialmente, aos beneficiários de projetos de assentamento e de posse consolidada, observado o requisito de cumprimento da função social da propriedade conforme dispõe os artigos 184 e 186, da Constituição Federal.

Art. 171. O município poderá destinar suas terras devolutas de acordo com a política agrícola da união e o plano nacional de reforma agrária, observados o disposto nos artigos 188 e 191 da Constituição Federal.

§ 1º - A destinação dos imóveis será feita através do instituto jurídico da concessão de direito real de uso, negociáveis os títulos pelo prazo de dez anos.

§ 2º - Os imóveis públicos do município não serão adquiridos por usucapião.

Art. 172. As operações de venda direta de produtos agrícolas do produtor ao consumidor em feiras livres ou entrepostos, mantidos pelas associações de produtores-consumidores, são isentas de tributação, conforme preceitua o artigo 338, § 5º da Constituição Estadual.

SEÇÃO VI

DO COOPERATIVISMO

Art. 173. O município apoiará o cooperativismo, como instrumento de desenvolvimento e eliminação das diferenças sociais.

Art. 174. Fica assegurada a participação de representantes cooperativistas e associações de profissionais especializados em conselhos municipais, direto ou indiretamente ligados às atividades inerentes à sua área de ação.

Art. 175. O município planejará e executará a política agrária e fundiária com efetiva participação do sistema cooperativo, na área de insumos, produção, armazenamento, seguros, distribuição, agro-industrial, transporte, crédito, eletrificação, habitação, irrigação, colonização, pesquisas e assistência técnica.

SEÇÃO VII

DO SANEAMENTO BÁSICO

Art. 176. O Município, juntamente com o Estado ou a União, é responsável pela fiscalização do esgoto sanitário e água tratada, pelo abastecimento desta e pela coleta do lixo, para a população.

Art. 177. Será elaborado programa anual de saneamento básico, de responsabilidade do Poder Público Municipal, com auxilio do Estado e da União.

Parágrafo único. Nos planos sob responsabilidade do Poder Público Municipal, devem constar metas e dotações orçamentarias para a solução dos problemas decorrentes da falta de saneamento básico.

Art. 178. O Poder Público Municipal organizará serviço de tratamento dos rejeitos e resíduos variados, como forma de evitar a poluição dos mananciais de água e do meio ambiente.

SEÇÃO VIII

DA HABITAÇÃO

Art. 179. A política habitacional do Município, integrada à da União e à do Estado, objetivará a solução da carência habitacional de acordo com os seguintes princípios:

I. Ofertas de lotes urbanizados.

II. Estímulos e incentivos à formação de cooperativas populares de habitação.

III. Atendimento prioritário à família carente.

IV. Formação de programas habitacionais pelo sistema de mutirão e auto-construção.

Art. 180. As entidades da administração direta e indireta, responsáveis pelo setor habitacional, contarão com recursos orçamentários próprios e específicos à implantação da política habitacional do Município.

Art. 181. O Poder Público manterá, entre outros, o Fundo Municipal de Habitação (F.M.H.) para angariar recursos e implementar sua política habitacional.

CAPÍTULO III

DA EDUCAÇÃO, DA CULTURA E DO DESPORTO

SEÇÃO I

DA EDUCAÇÃO

Art. 182. Compete ao município, elaborar o Plano Municipal de Educação, consultando a sociedade civil, respeitadas as diretrizes e normas gerais estabelecidas pelos planos Nacional e estadual de educação, com fixação de prioridades e metas para o setor.

Art. 183. A educação, cujas prioridades residirão no ensino fundamental e no pré-escolar, será promovida com a colaboração da sociedade, objetivando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho, para tanto o município se responsabilizará por:

I. Organizar, manter e desenvolver os órgão e instituições dos seus sistemas de ensino, integrando-os as políticas e planos educacionais da união e do estado;

II. exercer ação redistributiva em relação as suas escolas;

III. Baixar normas complementares para o seu sistema de ensino;

IV. Autorizar, credenciar e supervisionar os núcleos existentes no município;

V. Observar o cumprimento da lei que dá direito as crianças e adolescentes de 1ª a 4ª série, estudarem na escola mais próxima de sua residência.

Art. 184. O Município aplicará anualmente na manutenção e desenvolvimento do ensino nunca menos de vinte e cinco por cento da receita resultante dos impostos, compreendida a proveniente de transferências.

Art. 185. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I. Igualdade para acesso e permanência na escola.

II. Garantia de pleno exercício dos direitos culturais, com acesso às fontes da cultura regional e apoio à difusão e às manifestações culturais.

III. Gratuidade do ensino público em estabelecimentos mantidos pelo Poder Público Municipal, com isenção de taxas e contribuições de qualquer natureza.

IV. Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a realidade social, a arte e o saber.

V. Valorização dos profissionais do ensino.

VI. Garantia de padrão de qualidade do ensino.

VII. Pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino.

VIII. Gestão democrática e colegiada das instituições de ensino e pesquisa, na forma da lei.

IX. Atendimento ao educando, no ensino pré-escolar e fundamental, mediante programas suplementares de material didático-escolar, de alimentação e de saúde.

X. Erradicação do analfabetismo, incluindo programa especial de alfabetização do idoso.

XI. Formação para o trabalho.

XII. Atendimento, em creche e pré-escola, das crianças de zero a seis anos de idade, inclusive dos portadores de deficiência.

XIII. Atendimento educacional especializado aos portadores de excepcionalidade, preferencialmente na rede regular de ensino, ou em escolas especiais, ou ainda em escolas particulares com o apoio do Município.

XIV. Oferta de ensino noturno regular e supletivo, adequado às condições do educando.

XV. Ampliação de oferta do ensino supletivo para todos os que não possam ingressar no ensino regular, na idade apropriada.

XVI. Informação sobre as condições do ambiente, visando à preservação dos recursos naturais.

Art. 186. O Poder Executivo favorecerá a implantação do ensino de informática, na rede pública municipal.

Art. 187. O não oferecimento do ensino fundamental obrigatório, regular, importa em responsabilidade da autoridade competente.

Art. 188. O Município deverá instituir obrigatoriamente os Conselhos Municipais de Educação e o de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério.

SEÇÃO II

DA CULTURA

Art. 189. O acesso aos bens da cultura e às condições objetivas para produzi-la é direito do cidadão e dos grupos sociais.

Parágrafo único. Todo cidadão é um agente cultural e o Poder Público incentivará de forma democrática os diferentes tipos de manifestação cultural.

Art. 190. A lei estabelecerá:

I. A administração, a gestão da documentação e as providências para franquear a consulta a quantos dela necessitem.

II. Incentivos para a produção e o conhecimento de bens e valores culturais.

III. A forma de proteção e promoção do patrimônio cultural do Município, e a participação da comunidade neste processo.

IV. O processo de tratamento dos documentos, edificações e sítios detentores de reminiscências históricas.

V. A fixação de datas comemorativas de significação cultural.

Art. 191. O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural municipal, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento, desapropriação e outras formas de acautelamento e preservação.

§ 1º os danos e ameaças ao patrimônio cultural serão punidos na forma da lei.

§ 2º As iniciativas para a proteção do patrimônio histórico-cultural serão estabelecidas em lei.

Art. 192. o Município se obriga a construir e manter arquivo público próprio, bibliotecas públicas e museus, em número compatível com a densidade populacional, destinando-lhes verbas suficientes para aquisição e reposição de acervos e manutenção de recursos humanos especializados.

Art. 193. o Município instituirá e manterá programas de incentivo à leitura, à pesquisa científica, a manifestações culturais e artísticas, de promoção de eventos culturais, feiras científicas e de divulgação da cultura local, dos seus vários grupos étnicos, todos voltados ao incremento da cultura popular.

Art. 194. O Poder Público consultará as associações de artistas e grupos culturais diversos para:

I. Estabelecer calendário cultural de cada período;

II. Desenvolvimento de projetos culturais;

III. Contratação de profissionais especializados.

Art. 195. Os cargos públicos ligados à cultura serão reservados a profissionais com formação e experiência comprovada na área.

Parágrafo Único - Quando não houverem profissionais especializados, é dever do município, promover a formação de candidatos à vaga.

SEÇÃO III

DO DESPORTO

Art. 196. O Município fomentará as práticas esportivas formais e não formais, como direito de cada um, observados:

I. A autonomia das entidades desportivas e educacionais quanto à sua organização e funcionamento.

II. O lazer ativo como forma de bem-estar e promoção social, saúde, higiene e educação de todas as faixas etárias e sociais da população.

III. O estímulo à construção, manutenção e aproveitamento de instalações e equipamentos desportivos, com destinação de área para atividades desportivas, nos projetos de urbanização, habitacionais e de construção de escolas.

IV. Instalação de equipamentos adequados à prática de exercícios físicos pelos portadores de deficiência física ou mental, em centros de criatividade ou em escolas especiais, públicas ou conveniadas.

SEÇÃO IV

DOS DIREITOS ESPECIAIS DO GRUPO MAGISTÉRIO

Art. 197. São direitos especiais do grupo magistério:

I. remuneração condigna, tendo em vista a maior qualificação em curso ou estágio de formação e aperfeiçoamento, especialização, sem distinção dos graus escolares em que atuem;

II. possibilidade efetiva e garantida pelo estado, de qualificação crescente, mediante cursos e estágios de aperfeiçoamento, especialização e atualização tecnico-pedagógica;

III. dispor no ambiente de trabalho, de materiais didáticos suficientes e adequados para o eficaz exercício de sua função;

IV. liberdade nas escolhas dos processos didáticos e nos de avaliação de aprendizagem, respeitados os planos e programas oficialmente prescritos;

V. participação na elaboração do planejamento, promover currículos em conselhos ou comissões do estabelecimento de sua lotação.

VI. apoio da municipalidade em seus pleitos e organização visando o bem estar do grupo e o ideal desenvolvimento dos seus trabalhos.

CAPÍTULO IV

DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Art. 198. O Município, com a participação da sociedade, romoverá e incentivará a pesquisa, o desenvolvimento científico e a capacitação tecnológica, visando a solução dos problemas sociais, ao bem comum e ao desenvolvimento integrado da população.

Art. 199. A Lei disporá sobre a criação de Instituto de Pesquisas e Planejamento Urbano do Município de Carlinda -IPPUC, que será responsável pelo desenvolvimento de estudos e pesquisas de tecnologias apropriadas ao homem.

CAPÍTULO V

DA COMUNICAÇÃO SOCIAL

Art. 200. Observados os princípios da Constituição Federal, o Município promoverá e incentivará a manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo, priorizando a cultura regional.

Art. 201. Lei ou ação do Poder Público Municipal não poderá constituir embaraço à liberdade e ao direito de informação.

Art. 202. É vedada toda e qualquer censura de natureza política, ideológica ou artística.

CAPÍTULO VI

DO MEIO AMBIENTE

Art. 203. O meio ambiente ecologicamente equilibrado é bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, devendo o Município e a coletividade defendê-lo e preservá-lo para as gerações presentes e futuras.

Art. 204. O Município, na sua função reguladora, criará limitações e imporá exigências que visem à proteção e recuperação do meio ambiente, especialmente por meio de normas de zoneamento, de uso do solo e de edificações.

Art. 205. O dever do Município com o meio ambiente será efetivado mediante a garantia de:

I- Estabelecer uma política municipal do meio ambiente, objetivando a preservação e o manejo dos recursos naturais, de acordo com o interesse social.

II. Promover a educação ambiental, visando à conscientização pública para a preservação do meio ambiente.

III. Exigir a realização de estudo prévio de impacto ambiental para construção, instalação, reforma, recuperação, ampliação e operação de atividades ou obras potencialmente causadoras de degradação do meio ambiente, do qual se dará publicidade.

IV. Controlar a produção, comercialização e emprego de técnicas, métodos ou substâncias que comportem riscos para a vida, para a qualidade de vida e para o meio ambiente.

V. Proteger o patrimônio cultural, artístico, histórico, estético, paisagístico, faunístico, turístico, ecológico e científico, provendo a sua utilização em condições que assegurem a sua conservação.

VI. Promover o controle das cheias, definindo parâmetros para o uso do solo.

VII. Incentivar as atividades de conservação ambiental.

VIII. Estabelecer a obrigatoriedade de reposição da flora nativa, quando necessária à preservação ecológica.

§ 1º Aquele que explorar recursos naturais fica obrigado a recuperar o meio ambiente, se o degradar, de acordo com a solução técnica estabelecida pelo órgão competente, na forma da lei.

§ 2º As condutas e atividades lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores às sanções administrativas, estabelecidas em lei, e com multas diárias e progressivas no caso de continuidade da infração ou reincidência, incluídas a redução do nível de atividade e a interdição, independente da obrigação de os infratores restaurarem os danos causados, e sem prejuízo da sanção penal cabível.

§ 3º Os recursos oriundos de multas administrativas e condenações judiciais por atos lesivos ao meio ambiente e das taxas incidentes sobre a utilização de recursos ambientais, serão destinados a um fundo gerido pelo Conselho Municipal do Meio Ambiente, na forma da lei.

Art. 206. O Relatório de impacto Ambiental poderá sofrer questionamento por qualquer pessoa, devendo o Poder Público Municipal sempre decidir pelo interesse da preservação ambiental no confronto com outros aspectos, compreendido o econômico.

Art. 207. Não é permitido o uso de agrotóxicos não autorizados pela entidade competente.

Parágrafo único. O Poder Público controlará e fiscalizará a produção, a estocagem, o transporte, a comercialização, a utilização de técnicas e métodos, e as instalações relativas a substâncias que comportem risco efetivo ou potencial para a saudável qualidade de vida, de trabalho e do meio ambiente natural, incluídos os materiais geneticamente alterados pela ação humana, os resíduos químicos e as fontes de radioatividade.

Art. 208. Fica o Poder Público Municipal autorizado a promover intercâmbio com os Municípios vizinhos objetivando a utilização de recursos naturais em forma de consórcio, proporcionando-lhes o ressarcimento dos recursos utilizados.

Art. 209. O Município editará, no prazo de seis meses após a promulgação desta Lei Orgânica, lei de defesa do meio ambiente, que estabelecerá critérios de proteção ambiental e de manutenção do equilíbrio ecológico, com previsão de infrações e respectivas sanções.

Art. 210. o Município criará o conselho Municipal do Meio Ambiente, com atribuições e composição que a lei estabelecer.

CAPÍTULO VII

DA FAMÍLIA, DA MULHER, DA CRIANÇA, DO ADOLESCENTE E DO IDOSO

Art. 211. A família, base da sociedade tem especial proteção do Município, na forma da Constituição Federal e da Estadual.

§ lº Cabe ao Município executar programas de planejamento familiar, nos termos da Constituição Federal.

§ 2º O planejamento familiar será baseado em métodos que respeitem a fisiologia e a psicologia humanas, e a liberdade de escolha do casal, cabendo ao Município divulga-los expondo suas vantagens, desvantagens ou limitações.

Art. 212. O Conselho Municipal da Condição Feminina é órgão governamental de assessoramento, instituído por lei, com o objetivo de promover e zelar pelos direitos da mulher, propondo estudos, projetos, programas e iniciativas que visem a eliminar a discriminação contra a mulher em todos os aspectos, em integração com os demais órgãos do Governo.

Art. 213. A lei disporá sobre o Conselho Municipal de Defesa da Criança, do Adolescente, do Idoso e do Deficiente.

Art. 214. A família, a sociedade e o Município têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo-lhes o bem-estar e o direito a vida digna.

Art. 215. O Município incentivará as entidades particulares sem fins lucrativos, atuantes na política do bem-estar da criança, do adolescentes, da pessoa portadora de excepcionalidade e do idoso, e devidamente registradas nos órgãos competentes, subvencionando-as com auxilio financeiro e amparo técnico.

Art. 216. Lei municipal disporá sobre a construção de logradouros e de edifícios de uso público, a adaptação de veículos de transporte coletivo, a sonorização de sinais luminosos de trânsito, a fim de permitir o seu uso adequado por pessoas portadoras de deficiência.

§ 1º O Município promoverá o apoio necessário aos idosos e deficientes para fins de recebimento do salário mínimo mensal, previsto no art. 203, inciso V, da Constituição Federal.

§ 2º Os programas de amparo aos idosos serão executados preferencialmente em seus lares.

Art. 217. Compete ao Município, em consonância com a Constituição Federal, criar mecanismos para garantir a execução de uma política de combate e prevenção à violência contra a mulher, assegurando-se, em colaboração com o Estado, assistência médica, social e psicológica, a criação e a manutenção de abrigo às mulheres vítimas de violência.

Art. 218. O Município criará programas de atendimento especializado para os portadores de excepcionalidade, bem como de deficiência, e de integração dos portadores desta, mediante treinamento, dos que forem adolescentes, para o trabalho, a convivência e a facilitação do acesso aos bens e serviços coletivos, com eliminação de preconceitos e obstáculos arquitetônicos.

TÍTULO V

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 219. O Município publicará anualmente, no mês de março, a relação completa dos servidores lotados por órgão ou entidade, em cada um dos Poderes, indicando o cargo, a função e o local de sua atividade, para fins de recenseamento e controle, inclusive dos ocupantes de cargo de provimento em comissão.

Art. 220. Lei municipal disporá sobre a adaptação dos logradouros, dos edifícios de uso público e dos veículos de transporte coletivo atualmente existentes, a fim de garantir acesso adequado às pessoas portadoras de deficiência, conforme disposto no art. 244 da Constituição Federal.

Art. 221. É vedada:

I. A alteração de nomes de próprios municipais que contenham nome de pessoa, fatos históricos ou geográficos, salvo para correção ou adequação aos termos de lei.

II. A inscrição de símbolo ou nome de autoridade ou administrador em placas indicadoras de obras ou em veículos de propriedade ou a serviço da administração direta ou indireta.

III. A atribuição de nome de pessoa viva a bem público de qualquer natureza, pertencente ao Município.

Art. 222. A lei preverá, na estrutura da Administração Municipal, órgão de medicina e segurança do trabalho, onde melhor atender aos interesses dos servidores.

Art. 223. São vedadas, no território municipal, a produção e a distribuição de aerosóis que contenham clorofluorcarbono.

Art. 224. O Município estimulará e apoiará o desenvolvimento de programas voltados para o esclarecimento, prevenção e tratamento dos malefícios provocados por substâncias capazes de gerar dependência no organismo humano.

Art. 225. Poderá o Município de Carlinda criar ou participar de programas, planos ou obras, destinados à preservação de mananciais que abasteçam Carlinda, mesmo os localizados em outros municípios da Região.

Art. 226. A Câmara Municipal de Carlinda, no prazo máximo de noventa dias após a promulgação da presente Lei Orgânica, elaborará, discutirá e aprovará Regimento Interno, estabelecendo adequações necessárias a esta lei Orgânica.

Art.227. O município promoverá fórum anual dos conselhos municipais constituídos, para avaliação dos trabalhos realizados, cujo funcionamento será disciplinado em Lei Complementar.

Art. 228. Os conselhos municipais de que trata esta Lei Orgânica deverão ser regulamentados no prazo de cento e oitenta dias da sua promulgação.

Art. 229. Continuam em vigor as normas da legislação ordinária compatível com o texto desta Lei Orgânica.

ATOS DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 1º. O Prefeito e os Vereadores, no ato e na data da promulgação desta Lei, prestarão compromisso de manter, defender e cumprir a Lei Orgânica do Município de Carlinda.

Art. 2º. A revisão da Lei Orgânica será realizada após as revisões das Constituições Federal e Estadual.

Art. 3º. Os vencimentos, a remuneração, as vantagens e adicionais, bem como os proventos de aposentadoria que estejam sendo percebidos em desacordo com as Constituições Federal e Estadual e com esta Lei Orgânica serão imediatamente reduzidos aos limites delas decorrentes, não se admitindo, neste caso, invocação de direito adquirido, ou percepção em excesso a qualquer título.

Art. 4º. O Município, no prazo máximo de dois anos a partir da promulgação desta Lei, adotará as medidas administrativas necessárias á identificação e delimitação de seus imóveis, inclusive na área rural, participando do processo a Comissão Permanente de Obras, Viação e Urbanismo, da Câmara Municipal.

Art. 5º. o Município não poderá despender, com pessoal, mais de (60%) sessenta por cento do valor das receitas correntes.

Parágrafo único. Caso a despesa de pessoal venha a exceder o limite previsto neste artigo, o Município deverá retornar àquele limite, reduzindo o percentual excedente à razão de um quinto por ano.

Art. 6º Até a entrada em vigor da lei complementar a que se refere o art. 165, § 9º, incisos I e II, da Constituição Federal, serão obedecidos os seguintes prazos para encaminhamento à Câmara Municipal:

I – Projeto de Lei do Plano Plurianual: até o dia 31 de julho, do primeiro ano de mandato;

II – Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias: até o dia 20 de setembro de cada exercício;

III – Projeto de Lei Orçamentária Anual: até 15 de outubro de cada exercício.

Art. 7º. A Câmara Municipal criará, dentro de noventa dias contados da promulgação desta Lei, uma comissão pluripartidária, para apresentar estudos sobre as implicações da nova Lei Orgânica e anteprojetos de legislação complementar.

Parágrafo único. A comissão de que trata este artigo ouvirá, solicitando pareceres, se julgar necessário, cidadãos de notórios conhecimentos pertinentes às matérias objeto dos estudos dela.

Art. 8º. O Município promoverá, no prazo de cento e oitenta dias contados da promulgação desta Lei, o recenseamento escolar.

Art. 9º. O número de Vereadores na Legislatura vigente sempre será observado o disposto no art. 182, da Constituição Estadual e na forma da diplomação efetuada pela Justiça Eleitoral.

Art. 10. As leis a que se refere esta Lei Orgânica sem prazo definido para sua elaboração, devem ser votadas até o final da Sessão Legislativa de 1998.

Art. 11. O Município promoverá edição popular do texto da Lei Orgânica, com distribuição gratuita às escolas municipais, bibliotecas, universidades, demais órgãos e entidades públicas, sindicatos, associações e outras instituições.

Art. 230. Esta Lei Orgânica entra em vigor na data de sua publicação no órgão oficial da Comarca.

Câmara Municipal de Carlinda-MT, 31 de Dezembro de 1997.

Adalmir José Piovesan Guido Bensone Donizete Evangelista de Souza Presidente Vice-presidente 1º Secretário

Antônio Parra Almir Antônio Figueiredo Carlos Tadachi Mizukami

2º Secretário Vereador Vereador

Inácio Silvério dos Anjos José Alcides Linjardi Leonardo alves dos Santos

Vereador Vereador Vereador

VEREADORES CONSTITUINTES DO MUNICÍPIO DE CARLINDA-MT

ADALMIR JOSÉ PIOVESAN

ALMIR ANTONIO FIGUEIREDO

ANTONIO PARRA

CARLOS TADACHI MIZUKAMI

DONIZETE EVANGELISTA DE SOUZA

GUIDO BENSONE

INACIO SILVÉRIO DOS ANJOS

LEONARDO ALVES DOS SANTOS

JOSÉ ALCIDES LINJARDI

COMISSÃO GERAL PLURIPARTIDÁRIA

GUIDO BENSONE – PRESIDENTE

ANTONIO PARRA- VICE-PRESIDENTE

DONIZETE EVANGELISTA DE SOUZA- 1º SECRETÁRIO

ALMIR ANTONIO FIGUEIREDO –MEMBRO

JOSÉ ALCIDES LINJARDI –MEMBRO

MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL

ADALMIR JOSÉ PIOVESAN –PRESIDENTE

GUIDO BENSONE- VICE-PRESIDENTE

DONIZETE EVANGELISTA DE SOUZA- 1º SECRETÁRIO

ANTONIO PARRA-2º SECRETÁRIO

Carlinda-MT, 31 de Dezembro de 1997.

Câmara Municipal de Carlinda-MT

Rua das Adálias - CEP: 78587-000 – Carlinda-MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADA DOS GUIMARÃES

LEI Nº 1.785 DE 03 DE DEZEMBRO DE 2018

LEI Nº 1.785 DE 03 DE DEZEMBRO DE 2018

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL DE CHAPADA DOS GUIMARÃES A REGULAMENTAR O QUE TRATA DA AUTONOMIA DOS RECURSOS FINANCEIROS REPASSADOS ÀS UNIDADES ESCOLARES MUNICIPAIS PELO PODER EXECUTIVO, ATRAVÉS DE TRANSFERÊNCIA AUTOMÁTICA E SISTEMÁTICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA, Prefeita Municipal de Chapada dos Guimarães, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar repasse de valores às Escolas Municipais, CMEI – Centro Municipal de Educação Infantil e Creche Municipal através do Programa Municipal Dinheiro Direto na Escola - PDDE - Municipal, com os critérios de repasse e execução na forma desta Lei.

Art. 2º. Os recursos transferidos serão creditados em contas bancárias específicas abertas pelos Conselhos Deliberativos Escolares – CDE (Unidade Executora Própria – UEX) na agência do Banco do Brasil do município de Chapada dos Guimarães/MT, devendo os saques serem realizados mediante cheque ou transferência ao credor.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Chapada dos Guimarães/MT, 03 de dezembro de 2018.

Thelma Pimentel Figueiredo de Oliveira

Prefeito Municipal

SETOR DE LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL N° 032/2018

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 3676/2018

O MUNICIPIO DE CHAPADA DOS GUIMARÃES, por meio da Pregoeira abaixo assinado, torna público para conhecimento dos interessados, que a Licitação Modalidade, **PREGÃO PRESENCIAL N° 032/2018,** que tem por objeto o ***Contratação de empresa para fornecimento de camisetas malha fria de PV, gola arredondada, manga curta, sem punho, com impressão sublimada, frente e costa, tamanhos variados do PP ao GG,*** **teve como Resultado Final a Empresa abaixo:**

EMPRESA: JEREMIAS FERREIRA ROSA

CNPJ: 00.699.211/0001-64

VALOR: R$ 2.990,00(dois mil e novecentos reais)

.

Chapada dos Guimarães/MT, 10 de dezembro de 2018**.**

Maili da Silva Matoso

Pregoeira

SETOR DE LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL N° 033/2018

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 2747/2018

O MUNICIPIO DE CHAPADA DOS GUIMARÃES, por meio da Pregoeira abaixo assinado, torna público para conhecimento dos interessados, que a Licitação Modalidade, **PREGÃO PRESENCIAL N° 033/2018,** que tem por objeto o ***Registro de Preços para futura e eventual aquisição de 200 (duzentos) KIT CESTA BÁSICA para atender a demanda da Secretaria Municipal de Assistência Social, de acordo com as condições e demais especificações contidas no Edital e seus Anexos,*** teve como Resultado Final **a Empresa abaixo:**

EMPRESA: FLOR DE MAIO COMERCIO VAREJISTA DE PRODUTOS ALIMENTICIOS

CNPJ: 26.511.522/0001-41

VALOR: R$ 14.620,00 (quatorze mil seiscentos e vinte reais)

.

Chapada dos Guimarães/MT, 10 de dezembro de 2018**.**

Maili da Silva Matoso

Pregoeira

SETOR DE LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL N° 034/2018

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 4230/2018

O MUNICIPIO DE CHAPADA DOS GUIMARÃES, por meio da Pregoeira abaixo assinado, torna público para conhecimento dos interessados, que a Licitação Modalidade, **PREGÃO PRESENCIAL N° 034/2018,** que tem por objeto o ***Registro de Preços para Futura e Eventual Contratação de serviço de locação e uso de licenças para módulo de sistema de amparo a fiscalização tributária municipal bem como, horas técnicas especializadas no acompanhamento e suporte técnico as áreas afins para adequação das legislações tributárias, treinamento e capacitação de corpo técnico fisco-tributário municipal e ainda, suporte e acompanhamento com emissão de pareceres técnicos nos processos e procedimentos de alta complexidade tributária em instância administrativa do ente visando atender às necessidades das Secretarias e Departamentos envolvidos,*** **teve como Resultado Final DESERTA, tendo em vista que não compareceram interessados.**

Chapada dos Guimarães/MT, 10 de dezembro de 2018**.**

Maili da Silva Matoso

Pregoeira

SETOR DE LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL N° 029/2018

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 2678/2018

O MUNICIPIO DE CHAPADA DOS GUIMARÃES, por meio da Pregoeira abaixo assinado, torna público para conhecimento dos interessados, que a Licitação Modalidade, **PREGÃO PRESENCIAL N° 029/2018,** que tem por objeto o **Registro de Preços para Futura e Eventual Contratação de empresa especializada na prestação de serviços voltados à orientação na elaboração de Defesas Administrativas da Prefeitura de Chapada dos Guimarães/MT, perante os Órgãos de Controle Externo, nas esferas Municipal, Estadual e Federal, de acordo com as condições e demais especificações contidas no Edital e seus Anexos,teve como Resultado Final como vencedor a Empresa abaixo qualificada.**

EMPRESA: NILTON MURAI-SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA

CNPJ: 10.534.985/0001-99

VALOR MENSAL: R$ 3.790,00 (Três Mil Setecentos E Noventa Reais)

Chapada dos Guimarães/MT, 10 de dezembro de 2018**.**

Maili da Silva Matoso

Pregoeira

GABINETE
ATO Nº.: 082/2018

ATO Nº.: 082/2018.

DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA, Prefeita Municipal de Chapada dos Guimarães/MT, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

I – **EXONERAR** à Sra**. HELLEN CRISTINA XAVIER MOREIRA,** do cargo em comissão de Secretária Municipal de Educação do Município de Chapada dos Guimarães/MT.

II – Este ato entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

III – REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita Municipal de Chapada dos Guimarães/MT, 10 de dezembro de 2018.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA

Prefeita Municipal

GABINETE
ATO Nº.: 081/2018

ATO Nº.: 081/2018.

DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO A PEDIDO DO SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FINANÇAS DO MUNICÍPIO.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA, Prefeita Municipal de Chapada dos Guimarães/MT, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

I – **EXONERAR A PEDIDO** o Sr. **HERMES EDUARDO DE SOUZA E SILVA,** do cargo em comissão de Secretário Municipal de Finanças do Município de Chapada dos Guimarães/MT.

II – Este ato entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

III – REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita Municipal de Chapada dos Guimarães/MT, 10 de dezembro de 2018.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA

Prefeita Municipal

LEI Nº 1.784 DE 03 DE DEZEMBRO DE 2018

LEI Nº 1.784 DE 03 DE DEZEMBRO DE 2018

DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO E CRITÉRIOS DE REPASSE E EXECUÇÃO DO PROGRAMA MUNICIPAL DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA – PDDE MUNICIPAL E, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA, Prefeita Municipal de Chapada dos Guimarães, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DO OBJETO

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar repasse de valores às Escolas Municipais, CMEI – Centro Municipal de Educação Infantil e Creche Municipal através do Programa Municipal Dinheiro Direto na Escola – PDDE Municipal, com os critérios de repasse e execução na forma desta Lei.

CAPÍTULO II

DA DEFINIÇÃO E DOS BENEFICIÁRIOS DO PDDE

Art. 2º. O Programa Municipal Dinheiro Direto na Escola Municipal – PDDE Municipal consiste na destinação anual, pelo Município, de recursos financeiros, em caráter suplementar, às Escolas Públicas Municipais, CMEI – Centro Municipal de Educação Infantil e Creche Municipal com o propósito de contribuir para o provimento das necessidades prioritárias dos Estabelecimentos Educacionais beneficiários que concorram para a garantia de seu funcionamento e para a promoção de melhorias em sua infraestrutura física e pedagógica, bem como incentivar a autogestão escolar e a participação da comunidade no controle social.

Art. 3º. Os recursos financeiros do PDDE Municipal destinam-se a beneficiar as Escolas Públicas Municipais, CMEI – Centro Municipal de Educação Infantil e Creche Municipal.

CAPÍTULO III

DA DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

Art. 4º. Os recursos do Programa destinam-se à cobertura de despesas de custeio, manutenção e pequenos investimentos que concorram para a garantia do funcionamento e melhoria da infraestrutura física e pedagógica dos estabelecimentos de ensino beneficiários, devendo ser empregados:

I - na realização de pequenos reparos, adequações e serviços necessários à manutenção, conservação e melhoria da estrutura física da Unidade Escolar;

II – na aquisição de material de consumo;

III – na avaliação de aprendizagem;

IV – na implementação de projeto pedagógico;

V – no desenvolvimento de atividades educacionais.

§ 1º. É vedada a aplicação dos recursos do PDDE Municipal em:

I – implementação de outras ações que estejam sendo objeto de financiamento por outros programas executados pelo Município;

II – gastos com pessoal para exercerem suas atividades diretamente na escola;

III - cobertura de despesas com tarifas bancárias.

IV – pagamento, a qualquer título, a:

a) agente público da ativa por serviços prestados, inclusive consultoria, assistência técnica ou assemelhados;

b) empresas privadas que tenham em seu quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista, por serviços prestados, inclusive consultoria, assistência técnica ou assemelhados;

c) pagamentos de multas, impostos, serviços de contador, aquisição de gêneros alimentícios, medicamentos, combustível, transporte, energia elétrica e taxas de qualquer natureza.

§ 2º. Os recursos do PDDE Municipal, liberados na categoria de custeio, poderão ser utilizados também, para cobrir despesas cartorárias decorrentes de alterações nos estatutos das Escolas, bem como as relativas a recomposições de seus membros, devendo tais desembolsos ser registrados nas correspondentes prestações de contas.

CAPÍTULO IV

DA TRANSFERÊNCIA E VALORES DOS RECURSOS

Art. 5º. A transferência de recursos financeiros do PDDE Municipal será realizada sem a necessidade de celebração de convênio, acordo, contrato, ajuste ou instrumento congênere, nos termos facultados pela Lei nº 11. 947, de 16 de junho de 2009, que trata do PDDE.

Art. 6º. Os recursos financeiros do PDDE Municipal serão repassados, em 03 (três) parcelas anuais, mediante depósito em conta corrente do Conselho Deliberativo Escolar – CDE, com a vinculação da prestação de contas serem devidamente prestada junto a Secretaria de Educação para então ser liberada a parcela subsequente.

§ 1º. O valor repassado em conta corrente aberta especificamente para essa finalidade.

§ 2º. A assistência financeira de que trata esta lei correrá por conta de dotação orçamentária, constante da Lei Orçamentária Anual.

Art. 7º. Será repassado o valor anual de R$ 5,00 (cinco) reais por aluno matriculado no Censo Escolar do ano anterior, para as Unidades Escolares, distribuídos na forma de Decreto, expedido pelo Prefeito Municipal.

§ 1º. O valor constante no presente artigo será repassado em dobro às unidades Escolares que funcionem em período integral.

CAPÍTULO V

DAS CONDIÇÕES NECESSÁRIAS AO RECEBIMENTO DOS RECURSOS

Art. 8º. Constituem condições para a efetivação dos repasses dos recursos do Programa:

I – adesão ao Programa Municipal Dinheiro Direto na Escola - PDDE Municipal, pelas Unidades Escolares até 20 de fevereiro, por intermédio de pedido direcionado à Secretaria Municipal de Educação, por meio do formulário específico, desde que não haja pendências com prestação de contas de recursos do PDDE Municipal recebidos em exercícios anteriores;

II – o pedido deverá conter a qualificação da Escola e de seu representante legal, com cópia dos documentos de identificação, número de conta corrente do CDE da Escola para depósito dos valores, declaração de ciência que a ausência de prestação de contas poderá ensejar as medidas administrativas e judiciais cabíveis.

CAPÍTULO VI

DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS

Art. 9º. As prestações de contas dos recursos recebidos por intermédio do PDDE Municipal deverão ser elaboradas de forma semelhante com normas especificas definidas pelo Conselho Deliberativo do FNDE, conforme orientativo e modelo de relatórios disponíveis na Secretaria Municipal de Educação.

§ 1º. O encaminhamento das prestações de contas do PDDE Municipal deverá ser realizado até o dia 15 de junho, 15 de setembro e 15 de dezembro do ano da efetivação do crédito nas correspondentes contas correntes.

§ 2º. Os saldos financeiros não utilizados deverão ser devolvidos ao Município.

CAPÍTULO VII

DA SUSPENSÃO E RESTABELECIMENTO DE REPASSES

Art. 10. Fica o Município autorizado a suspender o repasse dos recursos do PDDE - Municipal nas seguintes hipóteses:

I – omissão na prestação de contas;

II – irregularidade na prestação de contas; e

III – utilização dos recursos em desacordo com os critérios estabelecidos para a execução do PDDE - Municipal, conforme constatado por análise documental ou de auditoria.

Parágrafo único. Serão restabelecidas as condições para repasse dos recursos do PDDE - Municipal às Escolas, após a regularização das pendências referidas nos incisos I a III deste artigo.

CAPÍTULO VIII

DA DEVOLUÇÃO, ESTORNO OU BLOQUEIO DOS RECURSOS

Art. 11. O Município poderá exigir a devolução de recursos, mediante notificação direta à Escola, de cuja notificação constará os valores a serem restituídos:

I – ocorrência de depósitos indevidos, na conta corrente do Programa;

II – paralisação das atividades ou extinção de escola;

III – determinação do Poder Judiciário ou requisição do Ministério Público;

IV – verificação de irregularidades na execução do Programa.

CAPÍTULO IX

DA FISCALIZAÇÃO

Art. 12. A fiscalização da aplicação dos recursos financeiros, relativos ao Programa Municipal Dinheiro Direto na Escola – PDDE Municipal, é de competência do Município, da Controladoria Geral do Município, mediante a realização de auditorias, de inspeção e de análise das prestações de contas.

CAPÍTULO X

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 13. Os recursos serão transferidos somente para as Escolas que possuem UEX - Unidade Executiva Própria - Conselhos Deliberativos Escolares legalmente constituídos.

Art. 14. Os valores constantes desta Lei poderão ser reajustados de acordo com o IGP-M (Índice Geral de Preços do Mercado) acumulado nos últimos 12 (doze) meses, em fevereiro de cada ano.

Art. 15. As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta da dotação orçamentária consignada na Lei Orçamentária Anual.

Art. 16. Os recursos serão repassados após a sanção da presente Lei, a partir do exercício de 2019.

Art. 17. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 18. Revogam-se as disposições em contrário.

Chapada dos Guimarães/MT, 03 de dezembro de 2018.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA

Prefeita Municipal

LEI Nº 1.783 DE 03 DE DEZEMBRO DE 2018

LEI Nº 1.783 DE 03 DE DEZEMBRO DE 2018

Autoria: Vereadora Aline Muniz - PT

DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DOS ESTABELICIMENTOS LOCALIZADOS NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE CHAPADA DOS GUIMARÃES-MT, AFIXAREM PLACA EM LOCAL VISÍVEL, PARA DIVULGAÇÃO DO NÚMERO DO DISQUE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER (DISQUE 180).

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA, Prefeita Municipal de Chapada dos Guimarães, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art.1º - Fica obrigatória no âmbito do município de Chapada dos Guimarães, a divulgação do serviço Disque Denúncia da Violência Contra a Mulher, nos seguintes estabelecimentos:

I - hotéis, motéis, pensões, pousadas e outros que prestem serviços de hospedagem;

II - bares, restaurantes, lanchonetes e similares;

III - casas noturnas de qualquer natureza;

IV - clubes sociais e associações recreativas ou desportivas, cujo quadro de associados seja de livre acesso ou promovam eventos com entrada paga;

V - agências de viagens e locais de transportes de massa;

VI - salões de beleza, casas de massagem, academias de dança, de ginástica e atividades correlatas;

VII - postos de serviço de autoatendimento e abastecimento de veículos e demais locais de acesso público;

VIII – prédios comerciais e ocupados por órgãos e serviços públicos, incluindo autarquias.

Parágrafo Primeiro - A obrigatoriedade de que trata esta Lei, deve ser estendida a todos aos veículos em geral destinados ao transporte publico municipal e a eventos públicos em que o município previamente deva conceder alvará aos particulares.

Art.2º - fica assegurado ao cidadão a publicidade do numero de telefone do disque denúncia de violência contra a mulher por meio de placa informativa, afixadas em locais de fácil acesso, de visualização nítida de fácil leitura, que permitam aos usuários dos estabelecimentos a compreensão do seu significado.

Art.3º- Os estabelecimentos especificados nesta Lei, deverão afixar placas ou informativos contendo o seguinte teor:

VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

DENUNCIE - DISQUE 180

CENTRAL DE ATENDIMENTO À MULHER

Art.4º - O descumprimento da obrigação contida nesta Lei sujeitará o estabelecimento infrator à seguinte penalidade.

I – Multa no valor e 1 (um) salário mínimo por infração, dobrada a cada reincidência:

Art.5º - Os valores arrecadados através das multas aplicadas em decorrência do descumprimento desta Lei serão aplicadas em programa de prevenção à violência contra a mulher.

Art.6º - Os estabelecimentos especificados no artigo 1º, para se adaptarem às determinações desta Lei, terão o prazo de 90 (noventa) dias, a contar de sua publicação.

Art.7º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Pedro Reindel em Chapada dos Guimarães, 03 de dezembro de 2018.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA

Prefeita Municipal de Chapada dos Guimarães

PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA

AVISO DE PRORROGAÇÃO DE LICITAÇÃO MODALIDADE – CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 002/2018

AVISO DE PRORROGAÇÃO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE – CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 002/2018

Objeto: Alienação de Imóveis Urbanos, de propriedade do Município de Cláudia-MT, localizado no Perímetro Urbano.

A Prefeitura Municipal de Cláudia - MT torna público através de sua Presidente que, considerando não haver interessados no certame, fica prorrogada para o dia **14 de Janeiro de 2019, às 08H00min,** o recebimento das propostas e abertura da referente licitação, para a alienação supracitada. O Edital poderá ser obtido junto à Secretaria de Administração, durante o horário de expediente e também estará disponível no site WWW.CLAUDIA.MT.GOV.BR. Maiores informações poderão ser obtidas junto à Comissão Permanente de Licitação, na Prefeitura Municipal, em horário de expediente, através do telefone (66) 3546-3100.

Cláudia - MT, 10 de Dezembro de 2018.

ALTAMIR KURTEN

Prefeito Municipal

ALINE MASS SERAFIM HOFFMANN

Presidente da C.P.L.

PREFEITURA MUNICIPAL DE COCALINHO

LEI MUNICIPAL Nº 850, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2.018.

LEI MUNICIPAL Nº 850, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2.018.

"Dispõe sobre o Programa de Recuperação Fiscal do Município e dá outras providências".

A **PREFEITA MUNICIPAL DE COCALINHO,** Estado de Mato Grosso, no uso e gozo de suas atribuições que lhe são conferidas, especialmente **Lei Orgânica Municipal**, FAZ SABER que a Câmara Municipal por seus Representantes APROVOU e eu **SANCIONO** a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica instituído no Município de Cocalinho, o Programa de Recuperação Fiscal – REFIS, que constitui medidas facilitadoras para quitação de débitos com o município, nos termos desta, que se destina a promover a regularização de crédito e, incrementar o ingresso de receitas municipais decorrentes de débitos de contribuintes, pessoas físicas e jurídicas, relativos à IPTU, ITU, ISS, Tarifa de Água - DAE, Taxas de Expedição de Alvara de Funcionamento, Contribuições de Melhoria, Multas decorrentes de Autuação Fiscal de qualquer natureza e demais Tributos e/ou Taxas cobradas pela Administração Pública.

Art. 2º - O REFIS alcança todos os créditos tributários cujo o fato gerador tenha ocorrido até 30 de Novembro de 2.018, decorrentes de obrigação própria ou resultantes de responsabilidade tributaria, inclusive:

I – Inscrito na dívida ativa;

II – Ajuizados;

III – objeto de parcelamento anterior;

IV – Decorrentes de aplicação de penas pecuniárias;

V – Constituídos por meio de procedimento de fiscalização tributária em face procedimental administrativa;

VI – Não constituídos desde que venha ser confessado espontaneamente.

Parágrafo Único – Os benefícios concedidos nesta Lei não alcançam os créditos da Fazenda Pública Municipal com a retenção na fonte, não autoriza compensações de créditos e não implicara em restituições de quantias pagas.

Art. 3º - As medidas facilitadoras compreendem:

I – Redução da multa, inclusive de caráter moratório, dos juros de mora e para pagamento do credito tributário a vista ou em parcelas mensais, iguais e sucessivas;

II – Remissão total dos créditos constituídos até 31/12/2013.

Art. 4º - O valor da multa, dos juros e do credito tributário serão reduzidos da seguinte forma, para quantificação do credito tributário favorecido:

I – 100% (cem por cento) das multas, dos juros moratórios e correção monetária para o pagamento a vista, até 22 de dezembro de 2.018;

II – 80% (oitenta por cento) das multas dos juros moratórios e correção monetária para pagamento em até 12 (doze) parcelas mensais iguais e consecutivas. No pagamento parcelado, o valor da parcela não poderá ser inferior a R$ 100,00 (cem reais).

Art. 5º - Fica concedida remissão total dos débitos constituído até 31/12/2.013, não inscrito na dívida ativa ou, se inscrito, não ajuizado até 05 (cinco) anos após a inscrição, aí incluído o valor principal, multa, juros de mora e correção monetária, mediante despacho fundamento pela Fazenda Pública Municipal.

Art. 6º - O sujeito passivo, para usufruir dos benefícios do REFIS deve fazer sua adesão até o dia 31 de Março de 2.019;

§ 1º - A adesão considera-se formalizada com o pagamento do credito tributário favorecido a vista ou, se parcelado, de sua primeira parcela.

§ 2º - A falta de pagamento de qualquer parcela vencida a mais de 90 (noventa) dias o parcelamento ficará automaticamente extinto, situação em que o sujeito passivo perde, a partir da extinção, o direito aos benefícios autorizados nesta Lei, relativamente ao saldo devedor remanescente. Extinto o parcelamento, o pagamento efetuado deve ser utilizado para extinção do credito tributário de forma proporcional ao credito consolidado.

§ 3º - A adesão ao REFIS implica confissão irretratável de dívida por parte do sujeito passivo e a expressa renuncia a qualquer defesa ou recurso, bem como por desistência em relação aos já interpostos, ficando a administração pública obrigada a declarar, no procedimento próprio, a perda do objeto da impugnação e/ou do recurso pendente de julgamento.

Art. 7º - O programa REFIS será gerido pela Secretária Municipal de Administração e Divisão de Cadastro e Tributos.

Art. 8º - Expirando o prazo final para adesão ao programa, fica o Poder Executivo a celebrar convenio com o competente cartório de protesto de títulos e documentos, com os órgãos de proteção ao credito, promover protestos ou a inclusão dos devedores inadimplentes de tributos devidamente inscritos na dívida ativa e efetivar a execução fiscal.

Parágrafo único – A regulamentação do art. 8ª será por meio de DECRETO do Poder Executivo.

Art. 9º - Os efeitos da presente Lei passam a integrar as disposições concernentes às metas fiscais, no que tange à renúncia de receitas e despesas obrigatórias de caráter continuado, prevista na Lei de Diretrizes Orçamentárias, para o exercício de 2.018.

Art. 10º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Cocalinho, Estado de Mato Grosso, aos 10 dias do mês de dezembro de 2.018.

DALVA MARIA DE LIMA PERES

PREFEITA MUNICIPAL

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 005/2018

Objeto	**Prestação de serviço de assessoria para enquadramento do Município de Cocalinho, junto ao PMCMV – objetivando a construção de 200 Unidades Habitacionais para a população com renda familiar de até 1.800,00 mensais, sem ônus para qualquer dos beneficiários, exceto as prestações mensais que vierem a ser consignadas pela Caixa Econômica Federal.**
Favorecido	Dinâmica Brasil soluções em informática Ltda - ME
Valor global	R$ 17.000,00 (dezessete mil reais)
Fundamento Legal	Artº. 3º "a" e 5º da Lei Municipal nº 741/2015 c/c Artigo 24, Inciso I da Lei nº 8.666/93.
Justificativa	Anexa nos autos do processo.

Ratifico a Dispensa de Licitação nº 005/2018 em consonância com a justificativa apresentada pela Comissão Permanente de Licitação e Parecer Jurídico, nos termos do artigo 26 da Lei nº 8.666/93 e suas atualizações.

Cocalinho – MT, 10 de dezembro de 2018.

DALVA MARIA DE LIMA PERES

Prefeita Municipal

CONTRATO DE PRESTAÇAO DE SERVIÇOS Nº 058/2018 N P LOPES

CONTRATO DE PRESTAÇAO DE SERVIÇOS Nº 058/2018

O MUNICÍPIO DE COCALINHO, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa à Avenida Araguaia n° 676, CEP: 78680-000, devidamente inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ sob o N2 00.965.145/0001-27, neste ato representado, na forma de sua Lei Orgânica, pela Prefeita Municipal Senhora Dalva Maria de Lima Peres, portador da Cédula de Identidade — Registro Geral Nº 2 1.982.506 SSP-GO e inscrito no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda sob o Nº 2 556.892.561-53, residente e domiciliado à Av. Araguaia, doravante denominada simplesmente de **CONTRATANTE**, e a empresa **N.P. LOPES** INSCRITA CNPJ SOB Nº 10.915.237/0001-56, situado na R QUATORZE, s/n bairro Bela Vista, Cep. 78.678-000 Bom Jesus do Araguaia — MT. Com seu representante legal **Sr° Nilson Pereira Lopes**, Brasileiro, divorciado, empresário, natural de Santa Fé de Goiás — GO, portador do CPF 822.984.161-68, residente e domiciliado na Rua Quatorze, qd 106 lt 01 fundos, Bairro Bela Vista, — CEP -78.678-000, chamado simplesmente de **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente contrato, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas, e, aplica-se a Lei n° 8.666, de 21/06/1993 com suas alterações posteriores e o Código Civil Brasileiro ao presente contrato e em especial aos seus casos omissos.

1 - CLÁUSULA PRIMEIRA — DO OBJETO

Consiste o objeto do presente contrato: prestação de Serviços de Mão de Obra na montagem e pintura de 549,00 MT Alambrado do **Campo Society** ao lado da rodoviária velha, Ref. Ao processo de dispensa de licitação 04/2018.

1.1- O regime de execução dos serviços é o de empreitada por preço global, nos termos da Lei n° 8.666/93.

2 - CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR, DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E DO REAJUSTAMENTO DO PREÇO.

2.1 O valor para a execução do presente contrato é de R$ 15. 500,00(quinze mil e quinhentos reais) sendo montagem R$. 13.000,00 (treze mil) e pintura R$. 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais) O pagamento será feito em duas parcelas uma de R$. 7.200,00 (sete mil e duzentos reais), e a 2º parcela no valor de R$. 8.300,00 (oito mil e trezentos reais) na conclusão dos serviços, após a emissão de nota fiscal.

4.1 - As despesas decorrentes desta licitação correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 11 secretaria municipal Esporte e Lazer

Unidade: 001 Gabinete do Secretario

Função: 27 Desporto e Lazer

Sub - Função: 812 Desporto Comunitário

Programa: 0044 Incentivo ao desporto Amador e Lazer

Projeto/Atividade: 1.070 Campo de Futebol Society

Elem. de Despesa: 4.4.90.51.00.00.00 obras e instalações

Cocalinho – MT, 05 de dezembro de 2018.

_____

Prefeitura Municipio de Cocalinho – MT

Dalva Maria de Lima Peres

Prefeita Municipal

Contratante

_____

N P LOPES

Contratada

PORTARIA Nº 016/2018, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2018. DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE COMISSÃO DE SINDICÂNCIA E PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR.

Portaria nº 016/2018, de 10 de dezembro de 2018.

Dispõe sobre nomeação de Comissão de sindicância e Processo Administrativo Disciplinar.

DALVA MARIA DE LIMA PERES Prefeita do Município de Cocalinho, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais de seu cargo, e considerando a determinação do Ministério Público Estadual constante do oficio nº. 0406 determinando a instauração de Processo Administrativo Disciplinar para investigar as possíveis transgressões funcionais de Conselheiros Tutelares no evento ocorrido no dia 19/08/2018.

R E S O L V E:

1 - Ficam nomeados os servidores abaixo relacionados para a formação da Comissão Processante para instauração de Sindicância ou Processo Administrativo Disciplinar, destinada a apurar as possíveis irregularidades cometidas pelos Conselheiros Tutelares e o motorista do conselho no evento ocorrido no dia 19/08/2018 na fazenda Roncador, afim de que as providencias cabíveis sejam devidamente adotadas.

Presidente – Sr.ª. **RENATA MORAIS BRESCIANI**, portador (a) da CI RG 9461693-0 SESP-GO e inscrito (a) no CPF nº 009.599.701-69 lotado (a) LOTADA NO CARGO EFETIVO de **OPERADOR DE MICROCOMPUTADOR**

Secretaria - MARIA DO DISTERRO EVARISTO DOS SANTOS: portadora da CI/RG nº. 1291027-9 SSP/MT, e inscrita no CPF sob o nº. CPF nº 883.963.041-02 LOTADA NO CARGO EFETIVO **Técnico Administrativo Educacional** – **TAE**.

Membro - Ana Paula Alves Soares Gonçalves, portadora da CI RG nº 1291048-1 SSP-MT e **CPF nº 005.997.731-03**, LOTADA NO CARGO EFETIVO de agente de serviços urbanos.

2 - O Presidente da Comissão Processante deverá autuar a presente Portaria, que dará inicio ao procedimento disciplinar, instruindo-se com todos

os documentos encaminhados a esta Municipalidade, em especial os of. do Ministério Público que determina a instauração do presente procedimento:

3 - Notifique-se os sindicados para acompanhamento do presente procedimento, em homenagem os Princípios Constitucionais da Ampla defesa e Contraditório cientificando-a, ainda, que poderá acompanhar todos os atos processuais pessoalmente ou, se desejar, acompanhado com advogado-procurador.

4 - A comissão terá o prazo de 60 (sessenta) dias para a conclusão do processo administrativo, prorrogáveis por igual período, se necessário, conforme prevê o artigo 167, da Lei Municipal 056/91

5 - Após a apresentação da defesa, da instrução e das alegações finais, a comissão processante deverá apresentar relatório circunstanciado, remetendo os autos para a autoridade competente para julgamento.

6 - A Comissão Processante terá como sede as dependências do Paço Municipal, sito a Rua Araguaia, 676, centro, nesta cidade de Cocalinho - MT.

7 - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação,

DALVA MARIA DE LIMA PERES

Prefeito Municipal

LEI MUNICIPAL Nº 849, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2.018.

LEI MUNICIPAL Nº 849, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2.018.

SUMULA: "DISPOE SOBRE ABERTURA DE CREDITO ADICIONAL ESPECIAL E DA OUTRAS PROVIDENCIAS"

DALVA MARIA DE LIMA PERES, Prefeita Municipal de Cocalinho, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que à Câmara Municipal de Vereadores aprovou e EU sanciono a seguinte:

Artigo 1 – Fica aberto no Orçamento Programa vigente, Lei Municipal nº **810/2017 – Lei Orçamentária Anual**, um Credito Adicional Especial no valor de **R$ 236.143,75 (Duzentos e Trinta e Seis Mil, Cento e Quarenta e Três Reais e Setenta e Cinco Centavos)** a ser consignado nas seguintes Dotações Orçamentárias:

Órgão	10 – Secretaria Municipal de Turismo e Meio Ambiente
Unid. Orç.	001 – Gabinete do Secretario
Função	23 – Comercio e Serviços
Sub-Função	782 – Transporte Rodoviário
Programa	0073 – Apoio ao Desenvolvimento do Turismo
Proj. /Ativ.	1.125 – Construção do Terminal Rodoviário
Elemento	4.4.90.51.00.00 - Obras e Instalações
Valor R$	**224.057,71**
Fonte	**3.24**
Valor R$	**12.086,04**
Fonte	**1.00**

Artigo 2 – Para amparar o Crédito aberto no artigo anterior, serão utilizados os recursos provenientes de Superavit Financeiro, nos termos do artigo 43, § 1º, Inciso I da Lei 4.320/64, no valor de R$ 224.057,71 (Duzentos e Vinte e Quatro Mil, Cinquenta e Sete Reais e Setenta e Um Centavos) conforme vinculação no quadro a baixo, e R$ 12.086,04 (Doze Mil, Oitenta e Seis Reais e Quatro Centavos) provenientes de Anulaçao parcial ou total de Dotações com Saldo Orçamentário Disponivel no Orçamento 2018.

Convenio/Contrato de Repasse	Objeto	Recurso	Valor R$
807.504/2014 - MINISTERIO DO TURISMO	CONSTRUÇÃO DO TERMINAL RODOVIÁRIO	SUPERÁVIT FINANCEIRO	224.057,71
TOTAL			**224.057,71**

Artigo 3 - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a proceder os ajustes das Metas Físicas/Financeiras ao Anexo de Metas e Prioridades da Lei Municipal n°. 806/2017, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2018 - LDO, e na Lei Municipal nº. 810/2017, Plano Plurianual 2018/2021, garantindo assim sua compatibilização.

Artigo 4 – Esta Lei entrara em vigor na data da sua publicação, tendo efeitos retroativos a 20 de abril de 2018.

Cocalinho – MT, em 10 de dezembro de 2018.

DALVA MARIA DE LIMA PERES

PREFEITA MUNICIPAL

LEI MUNICIPAL Nº 848, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2.018.

LEI MUNICIPAL Nº 848, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2.018.

SUMULA: "DISPOE SOBRE ABERTURA DE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DA OUTRAS PROVIDENCIAS"

Dalva Maria de Lima Peres, Prefeita Municipal de Cocalinho, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que à Câmara Municipal de Vereadores aprovou e EU sanciono a seguinte:

Artigo 1 – Fica aberto no Orçamento Programa vigente, Lei Municipal nº **810/2017 – Lei Orçamentária Anual**, um Credito Adicional Suplementar no valor de **R$ 174.886,98 (Cento e Setenta e Quatro Mil, Oitocentos e Oitenta e Seis Reais e Noventa e Oito Centavos)** a ser consignado nas seguintes Dotações Orçamentárias:

Órgão	09 – Secretaria Municipal de Agricultura
Unid. Orç.	001 – Gabinete do Secretário
Função	20 - Agricultura
Sub-Função	605 - Abastecimento
Programa	0016 - Abastecimento
Proj. /Ativ.	1.054 – Construção da Feira
Elemento	4.4.90.51.00.00 - Obras e Instalações
Valor R$	**174.886,98**
Fonte	**3.24**

Artigo 2 – Para amparar o Crédito aberto no artigo anterior, serão utilizados os recursos provenientes de Superavit Financeiro, nos termos do artigo 43, § 1º, Inciso I da Lei 4.320/64, no valor de **R$ 174.886,98 (Cento e Setenta e Quatro Mil, Oitocentos e Oitenta e Seis Reais e Noventa e Oito Centavos),** conforme detalhamento:

Convenio/Contrato de Repasse	Objeto	Recurso	Valor R$
804.765/2014 – MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO	CONSTRUÇÃO DA FEIRA DO PEQUENO PRODUTOR RURAL	SUPERÁVIT FINANCEIRO	174.886,98
TOTAL			**174.886,98**

Artigo 3 - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a proceder os ajustes das Metas Físicas-Financeiras ao Anexo de Metas e Prioridades da Lei Municipal n°. 806/2017, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2018 - LDO, e na Lei Municipal nº. 810/2017, Plano Plurianual 2018/2021, garantindo assim sua compatibilização.

Artigo 4 – Esta Lei entrara em vigor na data da sua publicação, tendo efeitos retroativos a 20 de abril de 2018.

Cocalinho – MT, em 10 de dezembro de 2018.

DALVA MARIA DE LIMA PERES

PREFEITA MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÍDER

DEPARTAMENTO DE PROJETOS
LEI Nº 3021/2018 SÚMULA: DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DO EXERCÍCIO DE 2019, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Projeto de Lei nº.117/2018

Autoria: Poder Executivo

O Sr. **NOBORU TOMIYOSHI**, PREFEITO MUNICIPAL DE COLÍDER, ESTADO DE MATO GROSSO, FAZ SABER QUE A **CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES** APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

CAPÍTULO I

Das Disposições Iniciais

Art. 1º - São estabelecidas em cumprimento ao disposto no artigo 165, § 2º da Constituição Federal combinado com a Lei Orgânica do Município, e no que couber, as disposições contidas na Lei Federal 4.320, de 17 de março de 1964, e na Lei Complementar Federal nº. 101, de 04 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal, as Diretrizes para a Elaboração e Execução dos Orçamentos do Município para o Exercício de 2019.

CAPÍTULO II

Das Metas e Prioridades da Administração Pública

Art. 2º - As metas e as prioridades para o exercício financeiro de 2019, serão especificadas no Anexo de Metas e Prioridades, Anexo I, que integra esta lei, a serem observadas na elaboração da execução da Lei Orçamentária e de seus créditos adicionais, definidas em perfeita compatibilidade com o Plano Plurianual relativo ao período de 2018 a 2021, e devem observar as seguintes estratégias:

I – promover o desenvolvimento econômico sustentável voltado para a geração de empregos e oportunidades de renda;

II – valorização dos direitos e da cidadania do cidadão Colidense.

III – promover a satisfação plena dos munícipes através dos serviços públicos.

IV – implementar o governo participativo, através da descentralização das ações e gestão pública voltada para resultados.

V – As obras em execução e despesas com manutenção do patrimônio público terão prioridade sobre novos projetos;

VI – As despesas com pagamento de dívida pública e de pessoal e Encargos Sociais terão prioridade sobre as ações de expansão dos serviços públicos.

§ 1º - As metas e as prioridades do anexo a que se refere o caput integrarão o Projeto de Lei Orçamentária para o Exercício Financeiro de 2019.

§ 2º - A execução das ações vinculadas às metas e às prioridades estarão condicionadas ao equilíbrio entre receitas e despesas, conforme Anexo de Metas Fiscais, **Anexo II**, e Anexo de Riscos Fiscais, **Anexo III**, que integram a presente lei.

§ 3º - Na elaboração do projeto, na aprovação e na execução da lei orçamentária não poderão ser estabelecidas prioridades diferentes das definidas no Anexo a que se refere o caput deste artigo.

CAPÍTULO III

Da Estrutura e Organização dos Orçamentos

Art. 3º - A Lei Orçamentária compor-se-á de:

I – Orçamento Fiscal;

II – Orçamento da Seguridade Social.

Art. 4º - Os orçamentos fiscal e da seguridade social discriminarão a despesa obedecendo a classificação funcional programática por categoria de programação, ou seja, projeto/atividade, indicando-se, pelo menos para cada uma, no seu menor nível:

I – O orçamento a que pertence, e,

II – A natureza da despesa classificada conforme a Lei nº. 4.320/64 e atualizações posteriores.

Art. 5º - A Lei Orçamentária Anual apresentará, conjuntamente, a programação dos orçamentos fiscal e da seguridade social, na qual a discriminação da despesa far-se-á de acordo com a Portaria nº. 42, de 14/04/1999, do Ministério de Orçamento e Gestão, Portaria interministerial 163 de 04 de maio de 2001, **Portaria nº 495, de 06 de Junho de 2017**, e alterações posteriores.

§ 1º - A Reserva de Contingência será identificada pelo dígito 9 (nove), no que se refere ao grupo de natureza da despesa.

Art. 6º - A proposta orçamentária, que não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, nos termos da Constituição Federal e da Lei de Responsabilidade Fiscal, atenderá a um sistema de planejamento permanente e à participação comunitária, e compreenderá:

I – O orçamento fiscal referente aos Poderes Executivo e Legislativo Municipal, seus fundos e entidades das Administrações diretas e indiretas, inclusive fundações mantidas pelo Poder Público Municipal.

II – O orçamento da seguridade social compreenderá as dotações destinadas a atender às ações de saúde, previdência e assistência social, obedecerá ao disposto na Constituição Federal e contará, dentre outros, com recursos provenientes de receitas próprias dos órgãos, fundos e entidades que integram exclusivamente este orçamento.

Parágrafo Único – O orçamento anual do Fundo de Previdência constará da proposta orçamentária do Município, devendo ser, após apreciação do Poder Legislativo, aprovado por Decreto do Poder Executivo Municipal, nos termos do Art. 107, da Lei Federal nº. 4.320/64.

Art. 7º - O projeto de lei orçamentária anual que o Poder Executivo encaminhará ao Poder Legislativo será constituído de:

I – Mensagem;

II – Texto da Lei;

III – Demonstrativo da Evolução da Receita e Despesa referente aos três últimos exercícios, de acordo com a classificação constante do Anexo III da lei nº. 4.320/64, e suas alterações.

§ 1º - A mensagem que encaminhar o Projeto de Lei orçamentária anual conterá:

I – Situação Econômico-Financeira do Município;

II – Demonstrativo da Divida Fundada e Flutuante, Saldos de Créditos Especiais, Restos a Pagar e Outros Compromissos Exigíveis;

III – Exposição da Receita e da Despesa;

§ 2º - Integrarão a Lei Orçamentária Anual, incluindo os complementos referenciados no art. 22, III, da Lei Federal nº. 4.320/64, os seguintes demonstrativos:

I - Quadro demonstrativo da Receita e Despesa segundo as Categorias Econômicas, na forma do Anexo I, da Lei 4.320/64;

II – Quadros Demonstrativos das receitas e Despesas, segundo as categorias Econômicas, na forma do Anexo 2, da Lei nº. 4.320/64;

III – Quadro Demonstrativo por programa de Trabalho, das dotações por órgão do governo e da administração, Anexo 6 da Lei 4.320/64;

IV – Quadro demonstrativo de Função, Subfunção e Programa, por Projetos, Atividades e Operações Especiais, Anexo 7, da Lei nº. 4.320/64;

V – Quadro demonstrativo de Função, Subfunção e Programa, conforme vinculo com os recursos, Anexo 8, da Lei nº. 4.320/64;

VI – Quadro Demonstrativo por Órgão e Função, Anexo IX, da Lei nº. 4. 320/64;

VII – Quadro Demonstrativo da realização de Obras e Prestação de Serviços;

VIII – Tabela explicativa da Evolução da Receita e Despesa, Art. 22, III, da Lei nº. 4.320/64;

IX – Quadro Demonstrativo da Receita por Fontes e Respectiva Legislação;

X – Sumário Geral da Receita por Fontes e Despesa por Funções de Governo;

XI – Quadro Detalhamento de Despesas.

§ 3º - Acompanharão o projeto de lei orçamentária, além dos definidos no parágrafo 1º deste artigo, os demonstrativos contendo as seguintes informações complementares:

I – programação dos recursos destinados à manutenção e ao desenvolvimento do ensino, de forma a evidenciar o cumprimento ao disposto no Artigo 212 da Constituição Federal, da Emenda Constitucional nº. 14, de 12 de setembro de 1996, e da Lei 11.494, de 20 de junho de 2007 do FUNDEB;

II – programação dos recursos destinados às ações e serviços públicos de saúde, de modo a evidenciar o cumprimento do disposto no Artigo 198, § 2º da Constituição Federal na forma da Emenda Constitucional nº. 29, de 13 de setembro de 2000.

CAPÍTULO IV

Das Diretrizes Gerais para a Elaboração e Execução dos Orçamentos do Município e suas Alterações

Art. 8º - No projeto de lei orçamentária para o exercício de 2019 as receitas serão estimadas tomando-se por base o comportamento da arrecadação no último exercício e a tendência para o exercício em curso, conforme determina o Art. 12 da Lei complementar nº. 101/2000. As despesas fixadas de acordo com as metas e prioridades da administração, compatíveis com o Plano Plurianual e a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

§ 1º - O Poder Executivo poderá propor a inclusão na lei orçamentária, de dispositivo que estabeleça critérios e forma para atualização dos valores orçados.

§ 2º - Fica a Chefe do Poder Executivo autorizado a consignar na proposta orçamentária a receita e despesa decorrente de convênios a serem celebrados pelo município no âmbito do Governo Federal ou Estadual, desde que protocolados os referidos convênios até 31 de agosto de 2018, considerando-se ainda os projetos protocolados em 2017, e que até o envio da proposta orçamentária para o exercício de 2019 não tenham sido liberados, bem como os saldos de convênios de exercícios anteriores ainda não liberados integralmente.

Art. 9º - As receitas e despesas serão estimadas tomando-se por base o comportamento da arrecadação no último exercício e a tendência para o exercício em curso, utilizando-se como parâmetro o período de até 31 de julho de 2018.

§ 1º - Na estimativa da receita serão consideradas as modificações da legislação tributária e ainda, o seguinte:

I – atualização dos elementos físicos das unidades imobiliárias;

II - atualização da planta genérica de valores;

III – a expansão do número de contribuintes;

§ 2º - As taxas de fiscalização pelo exercício do poder de polícia e de prestação de serviços deverão remunerar a atividade municipal de maneira a equilibrar as respectivas despesas.

§ 3º - Nenhum compromisso será assumido sem que exista dotação orçamentária e recursos financeiros previstos no cronograma de desembolso.

Art. 10º – A lei orçamentária dispensará na estimativa da receita e na fixação da despesa atenção aos seguintes princípios:

I – prioridade de investimentos para as áreas sociais;

II – modernização da ação governamental;

III – equilíbrio na gestão dos recursos públicos.

IV – Austeridade na gestão dos recursos públicos.

Art. 11 – A proposta orçamentária para 2019 a ser apresentada ao Poder Legislativo obedecerá as seguintes diretrizes especiais:

I - as obras em execução terão prioridade sobre novos projetos;

II – As despesas com o pagamento da dívida pública, com pessoal e seus reflexos, bem como com a contrapartida de financiamento, terão prioridade sobre as despesas decorrentes de ações de expansão de serviços públicos.

III – a criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento de despesas será acompanhada de:

1 – estimativa de impacto orçamentário-financeiro no ano em que deva entrar em vigor e nos dois seguintes;

2 – declaração do Ordenador da Despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual e compatibilidade com o Plano Plurianual e com a LDO.

IV – o Poder Executivo poderá conceder ou ampliar incentivo ou benefício de Natureza Tributária da qual decorra renúncia de receita, desde que atendido os requisitos do Artigo 4º da Lei Complementar Federal 101/00.

V – (VETADO)

VI – Fica o Poder executivo autorizado a proceder à abertura de crédito adicional à conta de recursos provenientes de convênios, mediante assinatura do competente instrumento.

Art. 12 – A proposta orçamentária do Poder Legislativo será encaminhada ao Poder Executivo até o dia 30 de julho, na forma da Emenda Constitucional nº. 58, de 23 de setembro de 2009, para fins de consolidação do Projeto de Lei Orçamentária Anual.

Art. 13 – Ficam vedados quaisquer procedimentos pelos ordenadores de despesas que viabilizem a execução de despesas sem comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária e financeira.

Art. 14 - É vedada a inclusão de dotações, na lei orçamentária e seus créditos adicionais, a título de “auxílios” para entidades privadas, ressalvadas as sem fins lucrativos.

Parágrafo Único – No caso de Entidades sem Fins lucrativos, deverá ser cumprido o disposto no Artigo 26, da Lei Complementar 101/00 e as exigências contidas na Instrução normativa nº. 001/97 – STN e alterações posteriores.

Art. 15 – Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a contribuir para o custeio de despesas de competência do Estado de Mato Grosso, nos termos do Art. 62, da Lei Complementar 101/2000, bem como a realizar transferências voluntárias aquele ente, nos casos de relevante interesse municipal, devendo o favorecido atender ao disposto no Art. 25, da Lei Complementar nº. 101/2000.

Art. 16 - O município aplicará no mínimo, os percentuais constitucionais, na manutenção e no desenvolvimento do ensino, bem como nas ações e serviços de saúde, nos termos dos artigos 198, § 2º e 212º, da Constituição Federal.

Art. 17 – Além de observar as demais diretrizes estabelecidas nesta Lei, a alocação dos recursos na lei orçamentária e em seus créditos adicionais será feita de modo a propiciar o controle dos custos das ações e a avaliação dos resultados dos programas de governo.

Art. 18 - O controle dos custos das ações desenvolvidas pelo Poder Público Municipal de que trata o artigo anterior, serão desenvolvidos de forma a apurar os custos dos serviços, tais como: custos dos programas, das ações, do m2 das construções, do m2 das pavimentações, do aluno/ano do ensino fundamental, do aluno/ano do transporte escolar, do aluno/ano do ensino infantil, do aluno/ano com merenda escolar, da destinação final da tonelada de lixo, do atendimento das unidades de saúde, ou de outros itens de controle, conforme determina o Art. 4º, I, “e” da Lei Complementar 101/2000.

§ 1º - Os custos serão apurados através das operações orçamentárias, tomando-se por base as metas físicas previstas nas planilhas das despesas e nas metas físicas realizadas e apuradas ao final do exercício, de modo a atender o disposto, no art. 4º. I “e” da Lei Complementar 101/2000.

§ 2º - O Poder Executivo deverá desenvolver sistema gerencial de apropriação de gastos, com objetivo de demonstrar o custo de cada ação orçamentária.

Art. 19 – Os programas priorizados por esta lei e contemplados na Lei Orçamentária de 2018, serão objetos de avaliação permanente pelos responsáveis, de modo a acompanhar o cumprimento de seus objetivos, corrigirem desvios, avaliar seus custos e cumprimento das metas físicas estabelecidas, em cumprimento ao citado art. 4º, I, "e" da lei Complementar 101/00.

Art. 20 – A lei orçamentária conterá, no âmbito do orçamento fiscal, dotação consignada à Reserva de Contingência, constituída por valor correspondente de até 1% (um por cento) da receita corrente líquida e se destinará ao atendimento de passivos contingentes e de outros riscos e eventos fiscais não previstos.

Art. 21 – O Poder Judiciário encaminhará a Secretaria Municipal de Planejamento e Cidade, e aos referidos órgãos e entidades devedoras, na parte que lhes couberem, a relação de débitos constantes de precatórios judiciários, a serem incluídos na proposta orçamentária para 2019, conforme determina o Art. 100, § 1º da Constituição Federal, e a Constituição Estadual, discriminando:

A) Órgão Devedor;

B) Numero de processos;

C) Numero do Precatório

D) Data de Expedição do Precatório;

E) Nome do Beneficiário;

F) Valor do Precatório a ser pago.

CAPÍTULO V

Das Disposições Relativas às Despesas com Pessoal e Encargos Sociais

Art. 22 – Os Poderes Legislativo e Executivo observarão, na fixação das despesas de pessoal, as limitações estabelecidas na Lei Complementar Federal nº. 101/2000.

Art. 23 - Na criação de quaisquer despesas obrigatórias de caráter continuado, bem como em situações excepcionais para contratação de hora extra, deverá ser observado os critérios e limites dispostos na Lei Complementar 101/00.

§ 1º - Na execução orçamentária de 2019, caso a despesa de pessoal extrapolar noventa e cinco por cento do limite permitido pela Lei de Responsabilidade Fiscal, fica vedada a contratação de horas extras, excetuadas aquelas no âmbito dos setores da educação e saúde, ou quando destinadas ao atendimento de situações emergenciais de risco ou de prejuízo para a coletividade.

Art. 24 – Na fixação das despesas com pessoal serão alocadas dotações especificas para atender a despesas decorrentes da criação de cargos, em atendimento ao disposto na Lei Orgânica, desde que compatíveis com o equilíbrio das contas públicas.

Parágrafo Único – Para atender o disposto no artigo acima, fica o Poder Executivo autorizado a promover a alteração na Estrutura Organizacional e de Cargos e Carreiras da Prefeitura Municipal, através de Lei Específica nos termos da Lei Orgânica, podendo para isso, extinguir ou transformar cargos, criar novos cargos, e também realizar Concurso Público de provas e títulos, Teste Seletivo Público Completo e ou Simplificado, visando ao preenchimento dos cargos e funções.

Art. 25 – No decorrer da execução orçamentária do exercício de 2019, fica autorizada a fixação de um índice de aumento de vencimento dos servidores públicos, caso seja constatado excesso efetivo de arrecadação que eleve a receita corrente líquida, observado os limites estabelecidos no Art. 71 da Lei Complementar Federal nº. 101/00.

Parágrafo único – Fica autorizado para o Poder Legislativo, o aumento salarial para implantação (adequação) do Plano de Cargos e Carreiras – PCCS, bem como reajuste salarial respeitado os limites da Lei Complementar 101/00 – Lei de Responsabilidade Fiscal, e também realizar Concurso Público de provas e títulos, Teste Seletivo Completo e ou simplificado, visando ao preenchimento dos cargos e funções.

Art. 26 – As despesas decorrentes de aperfeiçoamento da ação governamental classificam-se em relevantes e irrelevantes.

Parágrafo Único – Entende-se por despesas relevantes aquelas que ultrapassarem o valor máximo da dispensa da licitação, na forma estabelecida pela Lei Federal nº. 8.666, de 27 de junho de 1993, e como irrelevantes aquelas que não ultrapassarem o valor máximo da dispensa de licitação da citada lei.

CAPÍTULO VI

Das Disposições sobre Alterações Na Legislação Tributária

Art. 27 – O Município poderá rever e atualizar sua Legislação Tributária anualmente.

Art. 28 – Ocorrendo alterações na legislação tributária, bem como nos índices inflacionários da política monetária nacional, fica o Poder Executivo autorizado a proceder aos devidos ajustes orçamentários na mesma proporção.

Parágrafo único – Os recursos eventualmente decorrentes das alterações previstas neste artigo serão incorporados aos orçamentos do município, mediante abertura de créditos adicionais, no decorrer do exercício, observada a legislação vigente.

CAPÍTULO VII

Das Disposições Finais

Art. 29 – O Prefeito Municipal encaminhará até o dia 15/10/2018 o Projeto de Lei do Orçamento Anual de 2019, à Câmara Municipal para apreciação e conclusão da votação nos termos da Lei Orgânica do Município de Colíder.

Art. 30 – O Prefeito Municipal poderá enviar mensagem ao poder Legislativo para propor modificações ao presente projeto, bem como ao Projeto do Plano Plurianual e do Orçamento Anual, em conformidade com o parágrafo 5º do Art. 166 da Constituição Federal.

Art. 31 – Para os casos de renúncia de receita e condições para concessão de benefícios fiscais, será elaborado estimativa de impacto orçamentário-financeiro, independentemente de seu valor, deverá ainda, ser incluso recursos para instituição de normas de controle de custos e avaliação de resultados dos programas, bem como dependerão de lei especifica, em cumprimento ao artigo 14, da Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 32 – Até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária de 2019, o Poder Executivo estabelecerá a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso, observando, em relação ás despesas constantes desse cronograma, a abrangência necessária à obtenção das metas fiscais.

§ 1º - O Poder Executivo publicará, até 30 dias após o encerramento do bimestre, o Relatório Resumido da Execução orçamentária, na forma do Art. 52, da Lei Complementar Federal nº. 101/2000.

§ 2º - O Relatório da Gestão Fiscal será emitido pelo Chefe do Poder Executivo e será publicado até 30 dias após o encerramento de cada semestre, com amplo acesso ao público, inclusive por meio eletrônico, em consonância com o art. 63 da LC 101/2000.

§ 3º - Até o final dos meses de maio e setembro de 2019, e de fevereiro de 2020, o Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre, em audiência pública.

Art. 33 – O Poder Executivo adotará, durante o exercício de 2019, as medidas que se fizerem necessárias, observados os dispositivos legais, para dinamizar, operacionalizar e equilibrar a execução da lei orçamentária.

§ 1º - Caso seja necessária à limitação do empenho das dotações orçamentárias e da movimentação financeira para atingir as metas fiscais previstas no Anexo de que trata o § 2º do Artigo 2º, desta Lei, essa será feita de forma proporcional ao montante dos recursos alocados para o atendimento de "Outras Despesas Correntes", "Investimentos" e "Inversões Financeiras" de cada Poder.

§ 2º - Na hipótese da ocorrência do disposto no parágrafo anterior, o Poder Executivo comunicará o fato ao Poder Legislativo do montante que caberá a cada um tornar indisponível para empenho e movimentação financeira.

§ 3º - O Chefe de cada Poder, com base na comunicação de que trata o parágrafo anterior, publicará ato estabelecendo os montantes que cada unidade do respectivo Poder terá como limite de movimentação e empenho.

Art. 34 – Na hipótese de, até 31 de dezembro de 2018, o autógrafo da Lei orçamentária para o exercício de 2019, não ser devolvido ao Poder Executivo, fica este autorizado a executar a programação constante do Projeto de Lei por ele elaborado, em cada mês e até o mês seguinte a sua aprovação e remessa pelo Poder Legislativo, nos seguintes limites:

I – no montante necessário para cobertura das despesas com pessoal e encargos sociais e com o serviço da dívida;

II – 1/12 (um doze avos) das dotações relativas às demais despesas.

Art. 35 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 36 - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Colíder-MT, em 10 de dezembro de 2018.

NOBORU TOMIYOSHI

Prefeito Municipal de Colíder-MT

DEPARTAMENTO DE PROJETOS
DECRETO Nº 063/2018 DECRETA LUTO OFICIAL NO MUNICÍPIO DE COLÍDER-MT.

O Excelentíssimo Senhor **NOBORU TOMIYOSHI**, Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais considerando a consternação da família pelo falecimento do médico e pioneiro **Masamitsu Takano**, que atuou por mais de 45 anos na medicina com muita seriedade e dedicação a população Colidense.

DECRETA:

Artigo 1º - Fica decretado Luto Oficial de três dias em razão do falecimento do médico **Masamitsu Takano.**

Artigo 2º. - Os serviços públicos não serão afetados por este decreto.

Artigo 3º. - Este Decreto entra em vigor na data de 08 de dezembro, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Colíder-MT, em 08 de dezembro de 2018.

NOBORU TOMIYOSHI

Prefeito Municipal de Colíder-MT

PREFEITURA DE COLIDER/RH
EXTRATO DE TERMO ADITIVO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2017

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. **083/2018**

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Colíder - MT

CONTRATADO: **SANDRA TEREZA DE PAULA TSUKAMOTO**

MOTIVO: Fica prorrogado o prazo e alterado o valor do contrato nº **083/2018**, celebrado entre as partes acima mencionadas, por motivo de **Licença Médica**, pelo período de **22 de dezembro de 2018 a 02 de janeiro de 2019,** permanecendo inalteradas as demais cláusulas.

VALOR ESTIMADO DO TERMO ADITIVO R$: 921,13 (novecentos e vinte e um reais e treze centavos)

DATA: 10 de dezembro de 2018

SECRETARIA: Municipal de Educação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

EXTRATO DE ADITIVO Nº 238/2018

PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº. 238/2018 AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS Nº 082/2018

DATA: 04/12/2018

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

CONTRATADA: ILOISIO NEVES DE NASCIMENTO 02430416166 - ME

OBJETO: CONSTITUI OBJETO O ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO E VALOR DO CONTRATO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº. 082/2018, REFERENTE À CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM 04 (QUATRO) CONSULTÓRIOS ODONTOLÓGICOS E SEUS PERIFÉRICOS, SENDO, PROCESSADORA DE RAIOS-X CENTRÍFUGAS DE LABORATÓRIO, BALANÇAS ANTROPOMÉTRICAS, SONARES DIGITAIS, ETC E MANUTENÇÕES DOS APARELHOS NO CENTRO DE REABILITAÇÃO, PELO PERÍODO DE MAIS 06 (SEIS) MESES, VIGORANDO DE 05/12/2018 À 05/06/2019, NO VALOR DE R$16.440,00 (DEZESSEIS MIL QUATROCENTOS E QUARENTA REAIS).

DOTAÇÃO: 07.06.2.122.3.3.90.39 (707)

PORTARIA Nº 046/2018 DE 10/12/2018

PORTARIA Nº 046/2018 DE 10/12/2018

ANTONIO CARMOS PINHEIRO DE OLIVEIRA, Presidente da Câmara Municipal de Comodoro, Estado de Mato Grosso, Biênio 2017/2018, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei,

Considerando que na Portaria nº 043/2018 de 05/12/2018 o nome da candidata aprovada JOSIANE GONÇALVES MENDES foi publicado erroneamente como nome de solteiro, JOSIANE GONÇALVES TEIXEIRA, RETIFICA-SE como consta abaixo:

R E S O L V E

Art. 1º. Nomear **JOSIANE GONÇALVES MENDES**, para o cargo de **AGENTE LEGISLATIVO DE COPA E LIMPEZA**, em razão da aprovação do Concurso Público nº 001/2018, homologado através da Portaria nº 035/2018 de 18/09/2018.

Art. 2º. Fica a nomeada **Josiane Gonçalves Mendes**, **CONVOCADA PARA POSSE EM ATÉ 30 (TRINTA) DIAS,** nos termos do Estatuto dos Servidores Públicos do Município e PCCV dos Servidores do Poder Legislativo.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos retroativos a 07/12/2018.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Comodoro, Estado de Mato Grosso, aos dez dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezoito.

Antonio Carmos Pinheiro de Oliveira - **Presidente**

Registre-se e Publique-se:

Aparecida de Almeida Dias de Sá **-** 1ª Secretária

EXTRATO DE ADITIVO Nº 233/2018

PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº. 233/2018 AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS Nº 013/2018

DATA: CONTRATANTE: 04/12/2018

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

CONTRATADA: AUTO MECANICA COLORADO LTDA-ME

OBJETO: CONSTITUI OBJETO O ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO DO CONTRATO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº. 013/2018 REFERENTE À CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO SERVIÇOS DE MECÂNICA PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE VEÍCULOS E MÁQUINAS DA FROTA MUNICIPAL, PELO PERÍODO DE MAIS 10 (DEZ) MESES, VIGORANDO DE 05/12/2018 À 05/10/2019.

EXTRATO DE ADITIVO Nº 240/2018

TERCEIRO TERMO ADITIVO Nº. 240/2018 AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS Nº 065/2017 E ADITIVO Nº 171/2017 E 084/2018

DATA: 04/12/2018

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

CONTRATADA: F. DE ALMEIDA TORNEARIA LTDA - ME

OBJETO: CONSTITUI OBJETO O ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO DOS SERVIÇOS DE TORNO E SOLDA PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE VEÍCULOS E MAQUINAS DA FROTA MUNICIPAL, REFERENTE AO CONTRATO Nº 065/2017 E ADITIVO Nº 171/2017 E 084/2018, POR MAIS 06 (SEIS) MESES, VIGORANDO DE 05/12/2018 À 05/06/2019.

EXTRATO DE ADITIVO Nº 239/2018

PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº. 239/2018 AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS Nº 016/2018

DATA: 04/12/2018

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

CONTRATADA: MARCIA ROSA DE SOUZA - 02430416166 MEI

OBJETO: CONSTITUI OBJETO O ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO DO CONTRATO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº. 016/2018 REFERENTE À CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DO SISTEMA DE AR CONDICIONADO DE VEÍCULOS E MAQUINAS DA FROTA MUNICIPAL, ATENDENDO A DIVERSAS SECRETARIAS, PELO PERÍODO DE MAIS 10 (DEZ) MESES, VIGORANDO DE 05/12/2018 À 05/10/2019.

EXTRATO DE ADITIVO Nº 232/2018

PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº. 232/2018 AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS Nº 012/2018

DATA: 04/12/2018

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

CONTRATADA: BUIU AUTO PEÇAS E SERVIÇOS LTDA-ME

OBJETO: O ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO DO CONTRATO Nº. 012/2018, DE PRESTAÇÃO SERVIÇOS DE MECÂNICA PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE VEÍCULOS E MAQUINAS DA FROTA MUNICIPAL, POR MAIS 10 (DEZ) MESES, VIGORANDO DE 05/12/2018 A 05/10/2019.

EXTRATO DE ADITIVO Nº 234/2018

PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº. 234/2018 AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS Nº 032/2018

DATA: 04/12/2018

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

CONTRATADA: PORTAL DA AMAZÔNIA LTDA

OBJETO: CONSTITUI OBJETO O ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO E VALOR DO CONTRATO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº. 032/2018, REFERENTE À PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ÁUDIO VISUAL SENDO COBERTURA JORNALÍSTICA DE TODAS AS AÇÕES DE INTERESSE PÚBLICO, VEICULAÇÃO DE CHAMADAS DE INTERESSE DE NOSSA COMUNIDADE PARA PARTICIPAÇÃO DE AÇÕES SOCIAIS PERTINENTES AO DESENVOLVIMENTO DA CIDADE COMODORO-MT, PELO PERÍODO DE MAIS 09 (NOVE) MESES, VIGORANDO DE 05/12/2018 À 11/09/2019 NO VALOR DE R$31.500,00 (TRINTA E UM MIL E QUINHENTOS REAIS).

DOTAÇÃO: 02.07.2092.3.3.90.39 (885)

EXTRATO DE ADITIVO Nº 229/2018

PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº. 229/2018 AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS Nº 031/2018

DATA: 30/11/2018

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

CONTRATADA: GARCIA DE ALMEIDA & ALMEIDA LTDA - ME

OBJETO: O ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO DO CONTRATO Nº. 031/2018, DE PRESTAÇÃO SERVIÇOS DE MECÂNICA PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE VEÍCULOS E MAQUINAS DA FROTA MUNICIPAL, POR MAIS 09 (NOVE) MESES, VIGORANDO DE 02/12/2018 A 02/09/2019.

EXTRATO DE ADITIVO Nº 235/2018

PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº. 235/2018 AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS Nº 009/2018

DATA: 04/12/2018

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

CONTRATADA: MARCIA ROSA DE SOUZA - 02430416166 MEI

OBJETO: CONSTITUI OBJETO O ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO DO CONTRATO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº. 009/2018 REFERENTE À CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO SERVIÇOS DE AUTO ELÉTRICA PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DOS VEÍCULOS DA FROTA MUNICIPAL, PELO PERÍODO DE MAIS 10 (DEZ) MESES, VIGORANDO DE 05/12/2018 À 05/10/2019.

EXTRATO DE ADITIVO Nº 231/2018

TERMO ADITIVO Nº. 231/2018 - CANCELADO

PORTARIA Nº 047/2018 DE 10/12/2018

PORTARIA Nº 047/2018 DE 10/12/2018

ANTONIO CARMOS PINHEIRO DE OLIVEIRA, Presidente da Câmara Municipal de Comodoro, Estado de Mato Grosso, Biênio 2017/2018, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei,

Considerando a nomeação e posse dos servidores aprovados no Concurso Público nº 001/2018 para os Cargos de Provimento Efetivo de Procurador Jurídico Legislativo e Contador;

Considerando a necessidade de continuidade dos serviços públicos e eficiência,

R E S O L V E

Art. 1º. Designar os servidores abaixo relacionados para compor a ***Comissão de Transição de Cargos do Poder Legislativo Municipal:***

Aline Queiroz dos Santos Rios – Controlador Interno

Ariane Steica Rodrigues Peres – Procurador Jurídico Legislativo

Clemerson Luiz Martins – Chefe da Procuradoria Legislativa

Elisson Sanches de Lima – Contador

Roselaine Belussi – Assessor Contábil

Art. 2º. Ficará a cargo da Comissão, a emissão de Relatório das Atividades desenvolvidas pelo Setor de Contabilidade e da Procuradoria Jurídica Legislativa.

Art. 3º. O atual ocupante do cargo de provimento em comissão deverá realizar entrega dos documentos do setor correspondente, bem como deverá informar todos os andamentos pendentes ou em fase de conclusão ao novo ocupante do cargo de provimento efetivo, até o dia 31/12/2018.

Art. 4º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Comodoro, Estado de Mato Grosso, aos dez dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezoito.

Antonio Carmos Pinheiro de Oliveira - **Presidente**

Registre-se e Publique-se:

Aparecida de Almeida Dias de Sá - 1ª Secretária

EXTRATO DE ADITIVO Nº 228/2018

PRIMEIRO TERMO ADITIVO N° 228/2018 AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 115/2018

DATA: 30/11/2018

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

CONTRATADA: PELEGRINO & ALMEIDA LTDA - ME

OBJETO: O ADITIVO DE PRAZO E VALOR BEM COMO A SUPRESSÃO DO ITEM 02 (DOIS), DO CONTRATO Nº. 115/2018, REFERENTE O CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ASSESSORIA, CONSULTORIA E SOFTWERES DE GESTÃO ADMINISTRATIVA EDUCACIONAL DE TRANSPORTE ESCOLAR, SENDO QUE SERÁ SUPRIMIDO O VALOR DE R$6.250,00 (SEIS MIL DUZENTOS E CINQUENTA REAIS), VIGORANDO DE R$ 01/12/2018 À 01/05/2019.

DOTAÇÃO: 06.02.2.019.33.90.39 (229)

EXTRATO DE ADITIVO Nº 236/2018

PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº. 236/2018 AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS Nº 008/2018

DATA: 04/12/2018

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

CONTRATADA: AUTO ELETRICA PAULINO- ME

OBJETO: CONSTITUI OBJETO O ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO DO CONTRATO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº. 008/2018 REFERENTE À CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO SERVIÇOS DE AUTO ELÉTRICA PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DOS VEÍCULOS DA FROTA MUNICIPAL, PELO PERÍODO DE MAIS 10 (DEZ) MESES, VIGORANDO DE 05/12/2018 À 05/10/2019.

EXTRATO DE ADITIVO Nº 237/2018

PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº. 237/2018 AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS Nº 014/2018

DATA: 04/12/2018

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

CONTRATADA: LEIDE APARECIDA MIOTTO 00990292193

OBJETO: CONSTITUI OBJETO O ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO DO CONTRATO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº. 014/2018 REFERENTE À CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO SERVIÇOS DE BORRACHARIA PARA ATENDER DIVERSAS SECRETARIAS, PELO PERÍODO DE MAIS 10 (DEZ) MESES, VIGORANDO DE 05/12/2018 À 05/10/2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL 053- TRIBUTOS

EDITAL 053/2018

Pelo presente dá-se publicidade ao requerimento da Sr (a) **CLARO FRANCISCO DE OLIVEIRA** – CPF: 898.078.391-49; no cadastramento de titularidade de imóvel com respeito ao Imóvel LOTE 35 – QUADRA 02 – Rua Santa Inês – Bairro Genoveva, sendo que qualquer interessado em impugnar o citado requerimento deverá fazê-lo num prazo de 15 (quinze) dias junto ao setor de Tributos da Prefeitura Municipal de Confresa.

Confresa, 10 de Dezembro de 2018.

_____ _____

Juliana M. Festi Murano Rônia Maria. C. B. Milhomem

Chefe Departamento de Tributos Secretaria de Finanças

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES
CONTRATO N°60/2018

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CONFRESA/MT E GEODADOS GEOPROCESSAMENTO E SERVIÇOS AEREOS ESPECIALIZADOS – LTDA, PARA PRESTAÇÃO DESERVIÇOS DE ATUALIZAÇÃO DE BASES DE DADOS URBANOS VOLTADOS À GESTÃO TERRITORIAL, FISCAL E TRIBUTÁRIA.

O Município de Confresa, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa a Av. Centro Oeste nº 286, Centro, nesta cidade, inscrita no CNPJ/MF sob o n° 37.464.716/0001-50, representado neste ato pelo seu Prefeito Municipal, Sr. **Ronio Condão Barros Milhomem**, brasileiro, casado, médico, residente e domiciliado na Rua: Tancredo Neves Nº 50 Setor Pavilhão, nesta cidade, portador da Carteira de Identidade RG n. 0875190-0 SSP-MT e inscrito no CPF sob o n. 535.561.191-53, doravante denominado de **CONTRATANTE** e a empresa **GEODADOS GEOPROCESSAMENTO E SERVIÇOS AEREOS ESPECIALIZADOS – LTDA**, CNPJ nº 03.338.574/0001-62, sediada no Endereço Rua Inglaterra n° 840 Vila Nossa Senhora de Fatima – CEP: 15.015-510, na cidade de São José do Rio Preto – SP, telefone: (17) 2139-0800 e-mail: geodados@geodados.com.br, neste ato representada pelo, Sr. **Flavio Gonçalves Boskovitz**, brasileiro, casado, geólogo, domiciliado e residente na cidade de São José do Rio Preto/SP, na Rua Célia Novaes Moreira, n° 90 casa 15 Jardim Moyses Miguel Haddad, portador da Carteira de Identidade, RG. n.º 3942981-7 SSP/SP e inscrito no CPF/MF nº.:462.336.601-49, neste ato denominada simplesmente de **CONTRATADA**.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E REGIME DE EXECUÇÃO

1. O objeto do presente contrato é a Contratação de Empresa Especializada em Serviços de Atualização de Bases de Dados Urbanos, voltados a Gestão Territorial, Fiscal e Tributária do Município**,** composto por:

I. Da Base de Geoprocessamento

6. Treinamentos e assessorias em geoprocessamento 6.1. Utilização do sistema 6.1.2 Treinamento para utilização do sistema **6.1.3** Assessoria técnica para utilização do sistema

6.2. Configuração do sistema

6.2.3 Assessoria técnica para configuração do sistema

7. Legislação Municipal

7.1. Análise e adequação do Código Tributário Municipal.

II. Da Gestão das Finanças

1. Cadastro imobiliário urbano (12.348 unidades imobiliárias).

1.2 Atualização do valor venal territorial (12.348 unidades imobiliárias).

1.2.2 Atualização da planta de valores genéricos (PVG).

1.2.2.2 Base de dados georreferenciados – planta de valores genéricos atualizada.

1.2.3 Elaboração, impressão, dobramento, colagem e serrilhamento das cartas de notificação.

1.2.4 Arquivo digital – relatório dos resultados e exportação dos dados prediais para cálculo do IPTU.

1.3 Cadastramento de novas unidades imobiliárias para regularização fiscal (5.000 unidades imobiliárias).

1.3.1 Base de dados georreferenciados – mapa base e base dados cadastrais contendo entidades espaciais e tabulares de logradouros, quadras, lotes, unidades imobiliárias.

1.3.2 Base de dados georreferenciados – área construída atualizada.

1.3.3 Base de dados georreferenciados – padrão construtivo atualizado.

1.3.4 Elaboração, impressão, dobramento, colagem e serrilhamento das cartas de notificação.

1.3.5 Arquivo digital – relatório dos resultados e exportação dos dados prediais para cálculo do IPTU.

1.4 Análise das posturas imobiliárias

1.4.1 Projetos de construção ou plantas baixas (croquis – BIC)

1.4.1.1 Base de dados georreferenciados – arquivos digitalizados denominados de projetos de construção ou plantas baixas (croqui – BIC)

1.4.1.2 Base de dados georreferenciados – imóveis que possuem o projeto de construção ou planta baixa (croqui – BIC)

1.4.1.3 Base de dados georreferenciados – imóveis regulares e irregulares.

1.4.2 Alvará de construção ou reforma

1.4.2.1 Base de dados georreferenciados – arquivos digitalizados denominados de alvarás de construção

1.4.2.2 Base de dados georreferenciados – imóveis que possuem o alvará de construção

1.4.2.3 Base de dados georreferenciados – imóveis regulares e irregulares.

1.4.3 Habite-se

1.4.3.1 Base de dados georreferenciados – arquivos digitalizados denominados de habite-se.

1.4.3.2 Base de dados georreferenciados – imóveis que possuem o habite-se

1.4.3.3 Base de dados georreferenciados – imóveis regulares e irregulares.

1.5 Cadastro dos imóveis submetidos ao IPTU progressivo no tempo

1.5.1 Base dados georreferenciados – imóveis submetidos ao IPTU progressivo no tempo

1.5.2 Elaboração, impressão, dobramento, colagem e serrilhamento das cartas de notificação.

1.6 Cadastro dos imóveis submetidos a outorga onerosa do direito de construir e/ou alteração de uso do solo urbano.

1.6.1 Base dados georreferenciados – imóveis submetidos ao IPTU progressivo no tempo.

1.6.2 Elaboração, impressão, dobramento, colagem e serrilhamento das cartas de notificação.

2. Cadastro mobiliário urbano

2.1. Atualização para fiscalização de posturas

2.1.1. Base de dados georreferenciados – estabelecimentos comerciais, industriais e prestadores de serviços regulares

2.1.2. Base de dados georreferenciados – estabelecimentos que apresentaram divergências

2.1.3. Base de dados georreferenciados – novos estabelecimentos comerciais, industriais e prestadores de serviços.

2.2. Atualização para fiscalização de rendas

2.2.1. Base de dados georreferenciados – estabelecimentos comerciais, industriais e prestadores de serviços organizados por ramo de atividade

2.2.2. Base de dados georreferenciados – estabelecimentos classificados de acordo com o potencial de contribuição do ISSQN

2.2.3. Base de dados georreferenciados – estabelecimentos comerciais, industriais e prestadores de serviços com discrepâncias na contribuição do ISSQN.

2.3. Elaboração, impressão, dobramento, colagem e serrilhamento das cartas de notificação

3. Ordenamento Territorial

3.1. Bairros

3.1.1. Base de dados georreferenciados, denominada de bairros

3.1.2. Base de dados georreferenciados – memorial descritivo atualizado dos bairros

3.1.3. Arquivo digital – relatório dos bairros para nomeação pelo legislativo.

3.2. Logradouros públicos

3.2.1. Base de dados georreferenciados – logradouros com inconsistências de nomenclatura

3.2.2. Base de dados georreferenciados – memorial descritivo dos logradouros.

3.3. Numeração imobiliária

3.3.1. Base de dados georreferenciados – imóveis com inconsistências de numeração

3.3.2. Arquivo digital – plano de numeração imobiliária.

4. Atualização permanente – (2018 e 2019)

4.1. Levantamento fotográfico multidirecional - 360°

4.1.1. Arquivo digital – plano do levantamento fotográfico multidirecional - 360°

4.1.2. Base de dados georreferenciados – pontos de captação

4.1.3. Base de dados georreferenciados – fotos multidirecionais fusionadas vinculadas aos pontos de captação.

4.2. Do cadastro imobiliário

4.2.1. Base de dados georreferenciados – imóveis com alteração de área construída

4.2.2. Base de dados georreferenciados – imóveis com alteração de padrão construtivo.

4.3. Do cadastro mobiliário

4.3.1. Base de dados georreferenciados – novos estabelecimentos

4.3.2. Base de dados georreferenciados – estabelecimentos com discrepâncias do ramo de atividade, publicidade ou estrutura física.

4.4. Das posturas imobiliárias

4.4.1. Base de dados georreferenciados – imóveis com alteração de área construída ou padrão sem alvará de construção ou alvará com data expirada

4.4.2. Base de dados georreferenciados – imóveis com alteração de calçadas e muros de divisa

4.4.3. Base de dados georreferenciados – imóveis com alteração de uso.

4.5. Elaboração, impressão, dobramento, colagem e serrilhamento das cartas de notificação

III. Gestão da Assistência Social

1. Cadastro dos programas sociais

1.1. Base de dados georreferenciados – famílias cadastradas nos programas sociais

1.2. Base de dados georreferenciados – famílias beneficiárias dos programas sociais.

IV Da Gestão da Mineração

1. Cadastro das áreas com potencial de exploração mineral

1.1. Pesquisa – requerimento e concessão

1.1.1. Base de dados georreferenciados – áreas com requerimento e concessão de pesquisa

1.1.2. Arquivo digital – dados dos processos (pesquisa).

1.2. Lavra – requerimento e concessão

1.2.1. Base de dados georreferenciados – áreas com requerimento e concessão de lavra

1.2.2. Arquivo digital – dados dos processos (lavra).

1.3. Licenciamento – requerimento e concessão

1.3.1. Base de dados georreferenciados – áreas com requerimento e concessão de licenciamento

1.3.2. Arquivo digital – dados dos processos (licenciamento).

1.4. Lavra garimpeira – requerimento e concessão

1.4.1. Base de dados georreferenciados – áreas com requerimento e concessão de lavra garimpira

1.4.2. Arquivo digital – dados dos processos (lavra garimpeira).

1.5. Registro de extração – requerimento e concessão

1.5.1. Base de dados georreferenciados – áreas com requerimento e concessão de registro de extração

1.5.2. Arquivo digital – dados dos processos (registro de extração).

1.6. Áreas em disponibilidade

1.6.1. Base de dados georreferenciados – áreas em disponibilidade.

V. Da Gestão da Comunicação

1. Sistema de controle e rastreamento geográfico de chamadas telefônicas

1.1. Cópia e instalação do sistema no computador–servidor de dados da PREFEITURA

1.2. Base de dados georreferenciados – pontos de telefone na área urbana

1.3. Treinamentos e assessorias em geoprocessamento

1.3.1. Utilização do sistema

1.3.1.1 Treinamento para utilização do sistema de geoprocessamento

1.3.1.2 Assessoria para utilização do sistema de geoprocessamento

1.3.2 Configuração do sistema

1.3.2.1 Arquivo digital – manuais de treinamento

1.3.2.2 Treinamento para configuração do sistema de geoprocessamento

1.3.2.3 Assessoria para configuração do sistema de geoprocessamento.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

2. Para garantir o cumprimento do presente Contrato, a **CONTRATANTE** se obriga a:

2.1. Efetuar o pagamento na forma convencionada neste instrumento;

2.2. Permitir à **CONTRATADA** o acesso aos locais, dados e informações necessários à execução dos serviços;

2.3. Fiscalizar a execução dos serviços, através do Gestor do Contrato, que terá competência para proceder à fiscalização, esclarecimentos, notificações e demais cominações previstas neste instrumento;

2.4. Acompanhar a execução do serviço e suas medições, por intermédio do Gestor do Contrato, somente atestando os documentos de despesa quando comprovada a execução total, fiel e correta do serviço ou da parcela a que se referirem;

2.5. Emitir os respectivos termos de recebimento provisório e definitivo dos serviços, nos termos do art. 73 da Lei Federal n.º 8.666/93;

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

3. Visando à execução dos serviços, a **CONTRATADA** se obriga a:

3.1. Cumprir fielmente o presente contrato de modo que, no prazo estabelecido os serviços sejam entregues em perfeitas condições de uso e funcionamento;

3.2. Fornecer e utilizar, na execução dos serviços, apenas equipamentos e materiais adequados, além de mão-de-obra qualificada e em situação legal devidamente regular perante os órgãos públicos competentes;

3.3. Realizar as despesas com mão-de-obra, inclusive as decorrentes de obrigações previstas na legislação fiscal, social e trabalhista, apresentando à **CONTRATANTE**, quando exigida, cópia dos documentos de quitação;

3.4. Responder por todos os ônus referentes aos serviços, desde os salários do pessoal neles empregados, como também os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, que venham a incidir sobre o presente contrato;

3.5. Responder pelos danos, de qualquer natureza, que venham a sofrer seus empregados, terceiros ou a **CONTRATANTE**, em razão de acidentes, de ação ou de omissão, dolosa ou culposa, de prepostos da **CONTRATADA** ou de quem em seu nome responder pelos danos, de qualquer natureza, que venham a sofrer seus empregados, terceiros ou a **CONTRATANTE**, em razão de acidentes, de ação ou de omissão, dolosa ou culposa, de prepostos da **CONTRATADA** ou de quem em seu nome agir;

3.6. Responsabilizar-se:

a) por quaisquer danos causados por seus empregados, dentro da área e das dependências dos locais onde serão executados os serviços;

b) pelo pagamento de seguros, impostos, taxas e serviços, encargos sociais e trabalhistas, e quaisquer despesas referentes à obra e/ou serviço, registros, publicações e autenticações do contrato e dos documentos a ele relativos, se necessário;

c) pela correção dos defeitos notificados pela **CONTRATANTE** ou pela Fiscalização, no prazo de 90 (noventa) dias úteis;

d) manter, durante a execução do contrato, todas as condições da Habilitação e da Proposta;

e) informar à **CONTRATANTE** o nome, endereço e telefone do responsável pelo gerenciamento deste contrato, no prazo de 20 (vinte) dias úteis, contados de sua assinatura;

CLÁUSULA QUARTA - DOS PREÇOS E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

4. Pela prestação de serviços a que alude este contrato, a **CONTRATADA** receberá os valores unitários constantes da Planilha de Preços Unitários apresentada em sua Proposta.

4.1. Os preços permanecerão inalterados pelo período de vigência do contrato, não incidindo sobre eles juros ou atualização monetária.

O valor total da presente é de **R$ 1.336.500,00 (Um milhão, trezentos e trinta e seis mil e quinhentos reais).**

4.2. Para cobrir as despesas oriundas deste contrato, todas as despesas decorrentes da execução, correrão por conta de recursos próprios consignados no Orçamento Anual do Município 2019. Serão oneradas a seguinte dotação orçamentária:

Unidade administrativa: 03.001 – gestão administrativa

Projeto atividade: 2007 – manute enc/ com sec. administração

Fonte: 000 - recursos ordinários

Elemento: 3.3.90.39.00.00.00.00

Valor Global: **R$ 1.336.500,00 (um milhão trezentos e trinta e seis mil e quinhentos reais).**

CLÁUSULA QUINTA - DOS PAGAMENTOS

5. Os pagamentos de responsabilidade da **CONTRATANTE** serão efetuados até 10 dias úteis após a apresentação da Nota Fiscal/Fatura, e serão colocados à disposição da empresa mediante transferência bancária.

5.1. Em caso de atraso de pagamento, da parte que couber à **CONTRATANTE** e por responsabilidade comprovada desta, caberá exclusivamente a correção monetária pela variação do INPC do IBGE e multa no valor de 1% ao mês, calculado sobre o valor da fatura em atraso.

5.2. O ISSQN decorrente da prestação de serviços, objeto deste contrato, será recolhido pela **CONTRATADA** ao município sede desta, quando o serviço for projetado e executado na sede da **CONTRATADA**, nos termos do Art. 3º da Lei Complementar nº 116, de 31 de Julho de 2003.

CLÁUSULA SEXTA - DOS PRAZOS CONTRATUAIS

6. O prazo de vigência do contrato decorrente desta licitação será de **12 meses** e prorrogável conforme a legislação vigente. Iniciando no dia **08/12/2018 a 08/12/2019**.

6.1 O prazo de Execução dos itens relacionados na Cláusula 1°será de acordo com o CRONOGRAMA ANEXO.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7. Pelo atraso injustificado na execução dos serviços, pela execução em desacordo com o que neste termo de contrato foi pactuado, pelo descumprimento de quaisquer de suas cláusulas, condições ou parte delas, ou ainda, pela inexecução total ou parcial do contrato, a **CONTRATADA** estará sujeita às seguintes sanções:

advertência;

multa;

suspensão temporária do direito de participar de Licitação e impedimento de contratar com a Administração;

declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

7.1. A **CONTRATANTE** poderá aplicar multa de 1% (um por cento) sobre o valor da fatura do período imediatamente anterior ao que se referir a infração, por dia em que, sem justa causa, a **CONTRATADA** não suprir as obrigações assumidas ou cumpri-las em desacordo com o estabelecido neste Contrato, enquanto perdurar a inadimplência, até o limite de 10 % (dez por cento) sobre o valor total do contrato.

7.2. As penalidades previstas neste instrumento poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.3. Será facultada e garantida, em qualquer caso, a defesa prévia, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

7.4. A inexecução total ou parcial do contrato, por culpa da **CONTRATADA**, e a aplicação de multas que superem 10 % (dez por cento) do valor total do contrato, ensejarão a sua rescisão.

7.5. A lentidão ou o atraso injustificado na execução do contrato sujeitará a **CONTRATADA** à multa de mora na forma do item 7.1 desta Cláusula.

7.6. A multa será recolhida via depósito à conta da **CONTRATANTE**. Se a **CONTRATADA** não fizer prova, dentro do prazo de cinco dias, de que recolheu o valor da multa, o valor correspondente será retido dos seus créditos.

7.7. As infrações serão relevadas, a juízo da **CONTRATANTE**, desde que, na apuração, reste provada a ausência de culpa da **CONTRATADA**.

CLÁUSULA OITAVA - DA FISCALIZAÇÃO

8. A **PREFEITURA** fiscalizará a execução dos serviços através do Gestor do Contrato, servidora Sra.**Juliana Melo Festi Murano** Portaria **101/2018**, competindo-lhe, ainda, dirimir e/ou discutir eventuais dúvidas técnicas quanto à execução dos serviços contratados.

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO

9. O Contrato poderá ser rescindido nos seguintes casos:

a) decretação de falência, pedido de concordata ou dissolução da **CONTRATADA**;

b) alteração do Contrato Social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da **CONTRATADA**, que, a juízo da **CONTRATANTE**, prejudique a execução deste pacto;

c) transferência dos direitos e/ou obrigações pertinentes a este Contrato, sem prévia e expressa autorização da **CONTRATANTE**;

d) cometimento reiterado de faltas, anotadas no Diário de Ocorrências;

e) em caso de interesse público da **CONTRATANTE**, devidamente justificado, mediante comunicação com antecedência de 30 (trinta) dias, com o pagamento dos serviços realizados até a data comunicada no aviso de rescisão;

9.1. Em caso de rescisão administrativa, ambas as partes reconhecem seus direitos previstos no art. 80 da Lei Federal n.º 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO E SUPORTE LEGAL

10. O Foro do presente contrato é o da Comarca DE CONFRESA/MT, preferencialmente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

10.1. A simples tolerância das partes não implica em novação das obrigações assumidas neste instrumento.

10.2. O presente contrato é firmado com fulcro no procedimento licitatório do **Pregão Presencial n.º 132/2017** e reger-se-á pelas disposições da Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações subseqüentes.

E, por assim estarem de pleno acordo, assinam o presente Instrumento, em 03 (três) vias, de igual teor e forma, para todos os fins de direito.

Confresa/MT, 05 de Dezembro de 2018.

_____

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

_____

GEODADOS GEOPROCESSAMENTO E SERVIÇOS AEREOS ESPECIALIZADOS – LTDA

CNPJ:03.338.574/0001-62

Representante Legal: Flavio Gonçalves Boskovitz CPF: 462.336.601-49

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL 053- TRIBUTOS

EDITAL 053/2018

Pelo presente dá-se publicidade ao requerimento da Sr (a) **CLARO FRANCISCO DE OLIVEIRA** – CPF: 898.078.391-49; no cadastramento de titularidade de imóvel com respeito ao Imóvel LOTE 35 – QUADRA 02 – Rua Santa Inês – Bairro Genoveva, sendo que qualquer interessado em impugnar o citado requerimento deverá fazê-lo num prazo de 15 (quinze) dias junto ao setor de Tributos da Prefeitura Municipal de Confresa.

Confresa, 10 de Dezembro de 2018.

_____ _____

Juliana M. Festi Murano Rônia Maria. C. B. Milhomem

Chefe Departamento de Tributos Secretaria de Finanças

GABINETE DO PREFEITO
RESOLUÇÃO 008-2018 CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E TRABALHO

CONSELHO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

RESOLUÇÃO Nº 008/2018

Aprovação do Demonstrativo Financeiro 2017

O Conselho Municipal da Assistência Social de Confresa, Estado de Mato Grosso, de Acordo com suas competências estabelecidas na Lei Municipal 318/2008.

Considerando a Assembleia Ordinária do CMAS realizada em 07 de DEZEMBRO de 2018 e apreciação pelos membros do Conselho.

RESOLVE:

Art. 1° - Aprovar o Demonstrativo Financeiro 2017

1. Aprova o Demonstrativo Financeiro, dos Repasses Referente Exercício 2017.

Art. 2°- Esta Resolução entra em vigor a partir de sua publicação.

Confresa-MT, 07 de dezembro de 2018

_____

Danilo Fernando Luz Oliveira

Presidente do CMAS

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA 034/2018 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

PORTARIA Nº. 034/2018/SMEEL

Dispõe sobre os critérios para Composição de Turmas das Unidades Escolares da Rede Pública Municipal de Ensino

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**,** no uso de suas atribuições legais e, Considerando a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nº. 9. 394 de dezembro de 1996, a LC 49/98 e as resoluções 06/2012/CME e 02/2007/CME; a Lei Municipal 684/2015 que institui o Plano Municipal de Educação, e a Lei 11.274/06 que institui o Ensino Fundamental de Nove Anos.

RESOLVE:

Art. 1° - Estabelecer que seja de competência do Diretor, Secretário Escolar e Técnico Administrativo Educacional da unidade escolar a composição das turmas, mediante o número de matrículas existentes, modalidades oferecidas, etapas de ensino e turnos de funcionamento da escola.

§ 1º – O número de alunos por turma obedecerá:

I – Na Educação Infantil:

a - Creche – Maternal, 02 (dois) anos completos até 31 de março, e 03 (três) anos completos após 31 de março; 15 (quinze) crianças por turma, 01 (um) professor e 01 (um) Técnico em Desenvolvimento Infantil;

b - Creche – Jardim, 03 (três) anos completos até 31 de março e 04 (quatro) anos completos após o dia 31 de março; 20 (vinte) crianças por turma, 01 (um) professor e 01 (um) Técnico em Desenvolvimento Infantil;

c - Pré escola – I – 04 (quatro) anos completos até 31 de março e 05 (cinco) anos completos após 31 de março, 20 (vinte) a 25 (vinte e cinco) alunos por turma, 01 (um) professor;

Pré escola– II – 05 (cinco) anos completos até 31 de março e 06 (seis) anos completos após 31 de março, 20 (vinte) a 25 (vinte e cinco) alunos por turma, 01 (um) professor;

II - Ensino Fundamental:

a- Ensino Fundamental: Anos iniciais (1º ao 5º ano) 20 (vinte) a 25 (Vinte e cinco) alunos por turma;

b- Ensino Fundamental: Anos finais (6º ao 9º ano) 25 (vinte e cinco) a 30 (trinta) alunos por turma.

§2º - As Escolas Municipais do Campo, com número inferior de alunos do que o previsto no inciso I, alínea b, inciso II alíneas ***a*** e ***b***, comporão as turmas observando os seguintes critérios:

I- Educação Infantil Pré Escola I e II de 15 a 20 alunos;

II - Ensino Fundamental – (1º ao 5º ano), 15 (quinze) a 29 (vinte e nove) alunos por turma;

III - Ensino Fundamental – (6º ao 9º ano), 20 (vinte) a 30 (trinta) alunos por turma.

§3º – nas escolas onde o número de alunos não atender o disposto no **parágrafo 2º**, deverão se organizar em salas multiclasses.

§4º – as escolas de Ensino Regular, que atender aluno que necessita de Atendimento Educacional Especializado**, deverão abrir as turmas (sala de recurso) depois de levantamento de demanda conforme resolução 004/2015/CME/Confresa/MT, e só depois a**tribuir aulas ao professor.

I - As Escolas deverão encaminhar até o dia **12 de março de 2019** a demanda de Atendimento Educacional Especializado – AEE para que se proceda à atribuição do professor.

Art. 2º- A Assessoria de Gestão da SMEEL e a Comissão de Elaboração de Portarias acompanharão o cumprimento desta Portaria, e resolverão os casos nela omissos.

Art. 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Confresa-MT, 04 de dezembro de 2018

Agenora Moraes da Silva Miranda

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA 033/2018 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

PORTARIA Nº. 033/2018/SMEEL

Dispõe sobre critérios e procedimentos a serem adotados para o processo *de atribuição de classes e/ou aulas do Professor, bem como do regime/jornada de trabalho do Técnico Administrativo Educacional, Técnico de Desenvolvimento Infantil e Apoio Administrativo Educaci-*

onal, pertencentes ao quadro das Unidades Escolares da Rede Municipal para o ano letivo de 2019.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO no uso de suas atribuições legais e, considerando: A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº. 9.394/96; Lei Complementar Municipal nº. 046/08 que trata da Carreira dos Profissionais da Educação Básica da rede municipal de Confresa; Lei nº. 11.494/2007 – FUNDEB – que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação; as Políticas da Secretaria Municipal de Educação para Valorização dos Profissionais da Educação assegurando formação, acompanhamento e avaliação sistemática da prática educativa dos Profissionais, de modo a promover avanços contínuos na melhoria da qualidade de ensino e, a importância de garantir o quadro permanente dos profissionais efetivos nas escolas municipais assegurando o compromisso para com os interesses e objetivos fundamentais da Educação Básica,

RESOLVE,

Art. 1º - Orientar e estabelecer critérios a serem observados no processo de atribuição de classes e/ou aulas e regime/jornada de trabalho, do quadro de pessoal, para fins de atendimento às demandas das unidades escolares, em consonância com a previsão orçamentária da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º - Para o processo de atribuição de classes e/ou aulas e regime/jornada de trabalho, as unidades escolares deverão considerar as matrículas no ano letivo de 2019.

Art. 3º - A realização da contagem de pontos e atribuição de classes e/ou aulas e regime/jornada de trabalho serão processadas nas unidades escolares, nos dias 19 e 20 **de dezembro de 2019.**

Parágrafo Único - A ficha de pontuação/classificação, quadro de aulas livres e/ou substituição, cargos/funções e o quadro de pessoal da unidade escolar (após conclusão do processo de atribuição) deverão ser afixados em local público e de fácil acesso.

Art. 4º - Para contagem de pontos referente à FORMAÇÃO/TITULAÇÃO deverá ser considerado apenas o ponto da maior titulação.

I – para o processo de contagem de pontos será necessário preencher a ficha de dados pessoais, atualizando todas as informações inerentes a formação do profissional cabendo à escola manter em arquivo cópia dos documentos apresentados para atualização dos dados referentes à escolaridade (histórico escolar, certificados e diploma).

Art. 5º - Para comprovação da pontuação referente aos anos trabalhados será exigida a apresentação pelo profissional da Educação efetivo, de declaração emitida pelo diretor da unidade escolar de sua última lotação, que se responsabilizará pelas informações constantes no documento.

Art. 6º - Para efeito de pontuação quanto a Assiduidade (horas aulas efetivas, horas atividades, horas de formação continuada e regime/jornada de trabalho) não deverá ser considerada as ausências que são amparadas pela Lei Complementar 046/2008.

Parágrafo Único - Para efeito de pontuação quanto a assiduidade, o profissional da Educação apresentará declaração por escrito emitida pelo Diretor (a) e validada pela Comissão de Atribuição.

Art. 7º - Quando da apuração final dos pontos, os profissionais da educação deverão ser classificados por ordem decrescente de acordo com a pontuação obtida e, em caso de empate, para efeito de desempate, serão observados os seguintes critérios:

I– maior titulação;

II – maior tempo de serviço na unidade escolar;

III – maior tempo de serviço na Rede Pública de Ensino;

IV – maior idade.

Art. 8º - Os profissionais da educação, efetivos, quando do retorno, deverão apresentar-se, para fins de atribuição de classes e/ou aulas e regime/jornada de trabalho na unidade escolar de lotação.

Parágrafo Único – Os professores dos anos iniciais (1º, 2º ano), obrigar-se-ão, via assinatura de Termo de Compromisso, a participar das formações continuada que forem ofertadas especificamente para esta fase.

Art. 9º - A Equipe Gestora da unidade escolar deverá informar à Secretaria Municipal de Educação, até o dia **08/02/2018**, o nome dos profissionais efetivos que constam na folha de pagamento e que não compareceram para a atribuição da jornada de trabalho, nem apresentaram documento legal autorizando o afastamento daquela unidade.

Parágrafo Único – O profissional da educação que estiver impossibilitado de comparecer à unidade escolar, na data prevista no caput deste Artigo, deverá deixar representante legal mediante procuração. O descumprimento do previsto neste Parágrafo implicará, ao profissional, ser atribuído no quadro de remanescentes.

Art. 10º - Para atribuição de professores efetivos em aulas livres ou em substituição, deverá ser observada a contagem de pontos para 2019.

§ 1º - No ato da atribuição, o professor efetivo comprometer-se-á, mediante assinatura de termo de compromisso, em participar das atividades realizadas na unidade escolar (reuniões, formações e eventos), e o seu descumprimento resultará em advertência e nas penalidades dela decorrentes, conforme previsto no Estatuto do Servidor Público Municipal.

§ 2º - As aulas livres dos anos finais serão atribuídas respeitando a titulação na área ou áreas afins consecutivamente, exceto para a disciplina de língua estrangeira, que o professor deverá apresentar titulação específica ou certificado (s) que somem no mínimo quatrocentas horas de cursos na área.

I – Os professores efetivos candidatos a aulas adicionais serão atribuídos antes dos candidatos interinos.

Art. 11º - Para atribuição de professores interinos em aulas livres ou em substituição, deverá ser observada, além da aprovação/ordem de classificação em processo seletivo, a contagem de pontos para 2019.

§ 1º - No ato da atribuição, o professor interino comprometer-se-á, mediante assinatura de termo de compromisso, em participar das atividades realizadas na unidade escolar (reuniões, formações e eventos), e o seu descumprimento resultará em advertência e nas penalidades dela decorrentes, conforme previsto no Estatuto do Servidor Público Municipal.

I – Após a atribuição dos professores interinos sem vínculo com outras redes de ensino (pública ou privada), será feita a atribuição aos professores interinos com vínculo com outras redes, desde que apresentem declaração de compatibilidade de horário e que a soma da carga horária nos dois vínculos não ultrapasse 50 horas semanais.

Art. 12º - Os contratos temporários de Professores para aulas adicionais, aulas livres ou substituição e os contratos temporários para os cargos de Técnico Administrativo Educacional, Técnico em Desenvolvimento Infantil e Apoio Administrativo Educacional, serão ***rescindidos*** no decorrer do ano, nas seguintes situações:

I - a pedido;

II - no caso de nomeação de concursado;

III - quando do retorno do Professor, Técnico Administrativo Educacional e Apoio Administrativo Educacional em condições de assumir a função do cargo efetivo;

IV - em caso de junção de turmas;

V - em caso de remoção de Professor, Técnico em Desenvolvimento Infantil, Técnico Administrativo Educacional e Apoio Administrativo Escolar efetivo, fora do período de férias, amparada por lei;

a) – Diante das situações previstas nos incisos II, III, IV e V a rescisão contratual será feita obedecendo ao critério de menor pontuação.

VI– quando o Professor, Técnico em Desenvolvimento Infantil, Técnico Administrativo Educacional e Apoio Administrativo Educacional apresentarem 30 dias consecutivos de faltas injustificadas;

VII– quando o Professor, Técnico em Desenvolvimento Infantil, Técnico Administrativo Educacional e Apoio Administrativo Educacional descumprirem as atribuições legais inerentes aos respectivos cargos;

VIII– por prática educativa que contrarie os princípios balizadores do Projeto Político Pedagógico da escola;

IX - por geração de subemprego;

X - quando o professor efetivo, detentor de aulas adicionais, afastar-se por motivo diverso;

XI – Quando for constatada prática de **NEPOTISMO,** por parte da Equipe Gestora da unidade escolar, Assessoria Pedagógica e de Gestão;

Art. 13º - Nas hipóteses previstas nos incisos VI ao XI, do Artigo 12º desta Portaria, a rescisão do contrato será efetuada com base em relatório circunstanciado, elaborado pela Equipe Gestora, validado pelo Conselho Deliberativo da Comunidade Escolar e Secretaria Municipal de Educação.

Art. 14º - Fica sob a responsabilidade da Equipe Gestora a verificação e a comunicação, primeiramente à Secretaria Municipal de Educação, da ocorrência das situações constantes do Artigo 12º e seus incisos, desta Portaria, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.

Art. 15º - Não poderão ser contratados para aulas adicionais, contratos temporários de aulas livres e/ou substituição e contratos temporários para os cargos de Técnico em Desenvolvimento Infantil, Técnico Administrativo Educacional e Apoio Administrativo Educacional, profissionais que se encontrem nas seguintes situações, sucessivamente e salvaguardando as funções pertinentes de acordo com a LC 046/2008.

I–O Professor, Técnico em Desenvolvimento Infantil, Técnico Administrativo Educacional e Apoio Administrativo Educacional exercendo função em regime de Dedicação Exclusiva (Diretor, Coordenador Pedagógico, Assessor Pedagógico, Assessor de Gestão, Secretário Escolar, ou em qualquer outra esfera da administração pública);

II - O Professor, Técnico em Desenvolvimento Infantil, Técnico Administrativo Educacional e Apoio Administrativo Educacional em situação de cedência;

III - O Professor, Técnico em Desenvolvimento Infantil, Técnico Administrativo Educacional e Apoio Administrativo Educacional que estiverem em gozo de licença de qualquer natureza;

IV – O Professor, Técnico em Desenvolvimento Infantil, Técnico Administrativo Educacional e Apoio Administrativo Educacional que no decorrer do ano anterior apresentou 10% (dez por cento) de faltas injustificadas, que tenha sofrido mais que 01 advertência e que descumpriu o calendário de reposição de greve;

V– O Professor, Técnico em Desenvolvimento Infantil, Técnico Administrativo Educacional e Apoio Administrativo Educacional incluso em Termo de Cooperação Técnica;

VI – O Professor, Técnico em Desenvolvimento Infantil, Técnico Administrativo Educacional e Apoio Administrativo Educacional que tiveram histórico de registros oficialmente comprovados de prática de geração de subemprego;

VII–O Professor, Técnico em Desenvolvimento Infantil, Técnico Administrativo Educacional e Apoio Administrativo Educacional *que tenham sido penalizados com enquadramento no Código de Ética do Servidor Público e com suspensão de mais de 30 (trinta) dias;*

VIII – O Professor que no ano de 2018 não entregou os registros escolares dos alunos na data definida pela SMEEL.

Art. 16º - O profissional da educação, interino, após atribuição de classes e/ou aulas e/ou regime/jornada de trabalho deverá apresentar-se, no dia **11 de fevereiro de 2019**, para participação do Encontro Pedagógico, sob pena das aulas, cargos e/ou cargos/funções serem atribuídas a outro Professor, Técnico em Desenvolvimento Infantil, Técnico Administrativo Educacional, Apoio Administrativo Educacional.

Art. 17º - Em caso de surgimento de vagas nas unidades escolares após o início do ano letivo, essas serão preenchidas obedecendo a ordem de classificação do profissional na contagem de pontos.

Parágrafo Único – Se o candidato convocado para o preenchimento da vaga não comparecer, respeitar-se-á a sequência geral de classificados por unidade escolar.

Art. 18º - Caberá à Secretaria Municipal de Educação proceder a lotação, onde houver vaga, do profissional efetivo que deixar de participar das etapas do processo de atribuição de classes e/ou aulas, regime/jornada de trabalho, constantes nesta Portaria.

Art. 19º - O profissional da educação investido no mandato eletivo participará do processo de atribuição de classes e/ou aulas e regime/jornada de trabalho, e havendo incompatibilidade de horário, deverá optar por uma das remunerações, nos termos do inciso II, artigo 38, da Constituição Federal.

Art. 20º - Nos casos em que o profissional da educação se sentir prejudicado, quando do processo de atribuição, caberá recurso à Comissão de Atribuição do Regime/Jornada de Trabalho, desde que o mesmo tenha participado da etapa correspondente à sua condição.

Parágrafo Único – O recurso referido no "caput" deste artigo não terá efeito suspensivo do processo, devendo ser interposto até 24 (vinte e quatro) horas após cada sessão, tendo a Comissão de Atribuição do Regime/Jornada de Trabalho o mesmo prazo para emitir parecer.

Art. 21º - O profissional da educação em **READAPTAÇÃO** será designado pela Direção da Escola e CDCE para auxiliar em uma ou mais atividades, cumprindo o **regime/jornada de trabalho integral, isto é, 30 horas semanais**, de acordo com suas possibilidades de atuação, conforme reza o Artigo 24º da Lei Complementar 046/2008.

Art. 22º- O candidato a **COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA será** eleito pelos professores da instituição para exercer as atribuições previstas na Lei Complementar nº 046/08 **na vigência do ano letivo/2019, e** será Professor Licenciado, efetivo e/ou Técnico em Desenvolvimento Infantil, Licenciado e efetivo da Unidade Escolar. Não havendo interesse por parte dos profissionais acima referidos ou não havendo licenciados nessas funções, poderá concorrer professor efetivo com Magistério e, na ausência desse último, poderá concorrer o professor licenciado contratado, com no mínimo 2 (dois) anos de serviço na unidade escolar.

Parágrafo Único –A quantidade de Coordenadores Pedagógicos por unidades escolares será conforme o **Anexo I desta portaria.**

I – O candidato a Coordenação Escolar deverá:

a) - Entregar plano de trabalho por escrito à gestão escolar;

b) - Passar por arguição dos professores da instituição;

c) - Entregar declaração de participação assídua nas formações continuadas;

Art. 23º - As Comissões responsáveis pelo processo de atribuição, para dar cumprimento a datas e prazos das Etapas e Fases do processo de atribuição de classes e/ou aulas, regime/jornada de trabalho e redistribuição dos profissionais da educação remanescentes, deverão seguir rigorosamente o calendário estabelecido na Instrução Normativa nº. 02/2018/ SMEEL.

Art. 24º - O registro e acompanhamento do cumprimento da jornada de trabalho dos Profissionais da Educação ficarão sob a responsabilidade da

Equipe Gestora (Diretor, Secretário e Coordenador Pedagógico) da unidade escolar e da Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo Único - O não cumprimento da jornada de trabalho do Professor (horas aulas ou horas atividades) e do regime/jornada de trabalho do *Técnico Administrativo Educacional,* Técnico em Desenvolvimento Infantil e Apoio Administrativo Educacional será comunicado pela unidade escolar à Secretaria Municipal de Educação e implicará em desconto em folha.

Art. 25º - Os casos omissos nesta Portaria deverão ser solucionados em primeira instância pelas comissões de atribuições de classes e/ou aulas e regime/jornada de trabalho e, em caso de impossibilidade, deverão ser encaminhados à Assessoria de Gestão/SMEEL e à Comissão de elaboração das portarias, para conhecimento, análise e parecer.

Art. 26º - Esta Portaria aplica-se a todas as Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino de Confresa.

Art. 27º - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Confresa – MT, 04 de dezembro de 2018

Agenora Moraes da Silva Miranda

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Anexo I

Portaria 033/2018/SMEEL

1. Determina-se que o número de Coordenadores nas Unidades Escolares, será de acordo com a tabela abaixo:

QUANTIDADE DE TURMAS	Nº DE CORDENADORES
Até 10	01
De 11 a 20 De 21 a 32	02 03

Confresa-MT, 04 de dezembro de 2018

AGENORA MORAES DA SILVA MIRANDA

Secretária Municipal de Educação

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA 032/2018 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

PORTARIA Nº 032/2018/SMEEL

Dispõe sobre o calendário escolar e matrículas de alunos das unidades escolares pertencentes à Rede Municipal de Ensino para o ano letivo de 2019

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhes são conferidas por Lei, considerando a necessidade de garantir o cumprimento do disposto no artigo 24, inciso I, da Lei nº 9.394/96, e ainda, a necessidade de normatizar o início e término do ano letivo de 2019 nas unidades escolares da rede municipal de ensino,

R E S O L V E:

Art. 1º- Determinar que o Calendário Escolar para o Ensino Fundamental deverá ter, no mínimo, 200 (duzentos) dias letivos, sendo a matriz curricular com a carga horária mínima de 800 horas anual, respeitando a especificidade de cada etapa e modalidade de ensino.

Art. 2º- Estabelecer o ano letivo de **18/02/2019** a **20/12/2019**

§ 1º - Fica determinado que para a realização das matrículas, os pais e/ou responsáveis devem entregar toda a documentação exigida nesta portaria em cópia legível:

1 – Certidão de Nascimento;

2 – Comprovante de endereço residencial;

3 – RG;

4 – CPF;

5 – Transferência/Histórico Escolar e/ou declaração provisória de transferência de até no máximo 30 dias;

6 – Cartão do SUS;

7 – Cartão do Bolsa Família. (se beneficiário)

8 – Cartão de Vacina.

§ 2º - No caso de matrículas de alunos transferidos de outras unidades escolares, os pais e/ou responsáveis terão o período de 30 (trinta) dias para apresentar toda a documentação exigida, caso contrário, a unidade escolar deverá acionar o Conselho Tutelar ou o Ministério Público para as devidas providências;

Art. 4º- Determinar que as férias regulamentares dos professores da Educação Básica, nos termos da Lei Complementar nº. 046/08 sejam nos seguintes períodos:

§1º - Após o término do 1º semestre letivo, de 2019, no período de **15/07/2019** a **29/07/2019.**

§ 2º - No encerramento do ano letivo, conforme o calendário escolar, as férias regulamentares de 30 dias terão início após o dia 31 de dezembro de 2019.

Art. 5º- Determinar que no 1º dia útil, após o término das férias coletivas referente ao ano de 2018, o profissional da educação básica, efetivo, deverá retornar as suas atribuições funcionais, na sua unidade escolar de lotação, para revisão do PPP e Regimento da Unidade Escolar e planejamento das atividades escolares referentes ao ano letivo de 2019 e auxiliar a Comissão de Atribuição de Classes e/ou Aulas e Regime/Jornada de Trabalho, no processo de atribuição e demais atividades pertinentes.

§ 1º – O período para a rematrícula será de **10/12/2018 a 12/01/2019;**

§ 2º - O período para **novas matrículas** compreenderá de **14/01 a 30/01/2019;**

§ 3º - O Encontro Pedagógico será realizado no período de 11 a 15**/02/2019;**

§ 4º - Os alunos deficientes serão matriculados nas classes comuns de ensino regular das escolas municipais.

Art. 6º - A inscrição dos profissionais efetivos da Rede Municipal de ensino, será nos dias **14,17 e 18/12/2018 .**

Art. 7º. A contagem de pontos será realizada nos dias 19 e 20/12**/2018**

Parágrafo único - A atribuição de classes e/ou aulas e jornada de trabalho será:

I – **01/02/2019,** no período matutino aos professores efetivos e, no período vespertino aos técnicos e apoios efetivos;

II – **04/02/2019,** no período matutino aos professores remanescentes e, no período vespertino aos técnicos e apoios remanescentes;

III – **06/02/2019,** no período matutino, aos professores interinos e, no período vespertino aos técnicos e apoio interinos.

Art. 8º - Compete a Assessoria de Gestão e a Comissão de Elaboração das Portarias acompanhar e fazer cumprir esta Portaria.

Art. 9º - Os casos omissos desta Portaria serão solucionados pela Assessoria de Gestão da SMEEL e pela Comissão de Elaboração das Portarias.

Art. 10º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Confresa-MT, 04 de dezembro de 2018

AGENORA MORAES DA SILVA MIRANDA

Secretária Municipal de Educação

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA 031/2018 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

PORTARIA Nº 31/2018/SMEEL

Dispõe sobre o registro de Assiduidade dos Profissionais da Rede Municipal de Ensino de Confresa no ano de 2019.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Federal 11.738/2008, Lei Federal 9.394/96, Lei Complementar Municipal 046/2008 e Lei Complementar 022/2005.

RESOLVE,

Art. 1º - Disciplinar o registro de assiduidade dos Profissionais da Educação Básica lotados nas unidades escolares e Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer.

§ 1º - O registro de assiduidade deverá ser feito na folha controle de ponto e/ou ponto eletrônico com lançamento das faltas não justificadas, encaminhada para Secretaria Municipal de Educação.

§ 2º - As folhas controle de ponto deverão ser datadas de acordo com a execução das atividades devidamente rubricadas pelo Diretor e Secretário da Unidade, e o registro de entrada e saída do profissional, observando sua jornada diária de trabalho.

§ 3º - A assinatura da folha controle de ponto de assiduidade será permitida somente ao profissional detentor do cargo.

§ 4º - O registro da assiduidade deve ser feito diariamente, não sendo permitido o registro antecipado, nem posterior e nem o registro de ressalvas por pessoas não autorizadas.

Art. 2º - Determinar que o servidor cumpra integralmente a carga horária do respectivo cargo e/ou da contratação.

§ 1º - O controle do cumprimento da jornada de trabalho do servidor ficará sob a responsabilidade da Equipe Gestora da Unidade e supervisionada pela Assessoria de Gestão da SMEEL.

§ 2º - No caso de profissional detentor de dois cargos acumuláveis na forma da lei, este deverá cumprir jornada de trabalho integral referente a cada um dos cargos.

§ 3º - O Professor em efetivo exercício da docência deverá cumprir as horas atividades no âmbito da unidade escolar, conforme estabelecido na Lei Complementar 046/2008.

§ 4º - Ao Professor efetivo que se ausentar das atividades do cargo, da docência ou das horas atividades, sem justificativa legal será atribuída falta injustificada.

Art. 3º - Determinar o cumprimento da jornada de trabalho/carga horária do profissional da educação da rede municipal sendo o **Regime/Jornada de Trabalho**: para o Professor, será de 30 (trinta) horas semanais, sendo 20 (vinte) horas em sala de aula e 10 (dez) horas atividades semanais e, para Técnicos e Apoio Administrativo será de 06 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais.

Parágrafo Único - A jornada de trabalho do Professor nas funções de coordenação, direção escolar e assessorias e do Técnico Administrativo Educacional na função de secretário escolar, será de 30 horas semanais, mais atendimento em regime de dedicação exclusiva.

I - Os profissionais em regime de dedicação exclusiva terão que observar a Lei Complementar 046/2008.

Art. 4º - Garantir que a licença para tratamento de saúde (atestado médico) igual ou inferior a 03 (três) dias, consecutivos ou não, independerá de laudo médico emitido pela Perícia Médica Municipal, concedida pelo superior hierárquico, de ofício ou a pedido do servidor.

§ 1º - A licença tratada no caput deste artigo poderá ser renovada mediante laudo médico.

§ 2º - O servidor terá o prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, após o término do tratamento de que trata o caput deste artigo, para apresentação do respectivo atestado médico ao seu superior hierárquico.

§ 3º - A não apresentação do atestado médico pelo servidor, no prazo estabelecido no parágrafo anterior, caracterizará falta injustificada ao serviço.

Art. 5º - Determinar que as faltas injustificadas, além do registro na folha controle de ponto, deverão ser enviadas a SMEEL até o 16º (décimo sexto) dia de cada mês.

§1º - A unidade escolar e a unidade administrativa deverão encaminhar à SMEEL, até o 16º (décimo sexto) dia de cada mês o processo contendo o relatório mensal de faltas registradas na FOLHA CONTROLE DE PONTO, a qual deverá ser assinado pelo Diretor, Coordenador Pedagógico e Secretário da Unidade.

§ 2º - A unidade escolar e a unidade administrativa deverão manter em arquivo próprio, relatório mensal de faltas injustificadas registradas na folha controle de ponto, devidamente assinado pelo Diretor, Coordenador Pedagógico e Secretário da Unidade.

§ 3º - O desconto das faltas injustificadas observará os seguintes procedimentos:

I. Professor em sala de aula: será utilizado como parâmetro, para a regência e a hora atividade, a hora aula;

II. Professor em situação de Dedicação Exclusiva, em readaptação profissional ou no exercício de outras funções: será utilizado como parâmetro o dia de registro da ausência;

III. Servidor Administrativo: será utilizado como parâmetro o dia de registro da ausência;

Art. 6º – Determinar que a escola encaminhe, até o 5º (quinto) dia útil de cada mês, a agenda de cumprimento da hora atividade de cada professor bem como o respectivo registro de presença seguido de relatório sucinto, de desenvolvimento das atividades planejadas, emitido pelo coordenador pedagógico.

Art. 7º - Determinar que a unidade escolar e a unidade administrativa mantenham em arquivo próprio, relatório mensal, impresso, do controle da jornada dos servidores, e assinado pelo Diretor, Coordenador Pedagógico e Secretário Escolar.

Art. 8º - Os casos omissos nesta Portaria serão resolvidos pela Assessoria de Gestão da SMEEL e pela Comissão de Elaboração das Portarias.

Art. 9º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Confresa-MT, 18 de dezembro de 2017

Agenora Moraes da Silva Miranda

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA 030/2018 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Portaria nº030/2018/SMEEL - ESTA PORTARIA SERA RETOMADA PARA REUNIÃO ESPECIFICA COM EQUIPE DE GESTÃO, DIRETORES DAS UNIDADES ESCOLARES, CONTROLADOR INTERNO DA PREFEITURA, SINTEP.

Dispõe sobre o processo de distribuição da hora atividade do Professor efetivo, nas Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino, para o ano de 2019.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO no uso de suas atribuições legais e, Considerando a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº. 9.394/96 Resolução 006/2015 CME,e a Lei Complementar Municipal 046/2008;

RESOLVE,

Art. 1º - Regulamentar o processo de distribuição da hora atividade dos professores efetivos da Rede Municipal de Ensino para o ano letivo de **2019.**

Art. 2º - Todos os professores efetivos da Rede Municipal de Ensino deverão observar o processo de distribuição do regime/jornada de trabalho, garantido na **LC 046/2008**, **Art. 40 parágrafo 1º,** conforme exposição direcionada à função e organizar com antecedência de no mínimo 12 horas do início do ano letivo, o seu cronograma anual da hora atividade, contendo dias e horários definidos para o cumprimento da carga horária do:Planejamento Pedagógico,Formação Continuada *in loco* e Acompanhamento Pedagógico Individualizado.

§ 1º – O gestor da unidade escolar deverá fixar horário para os professores efetivos,cumprirem a hora atividade respeitando o horário de funcionamento das atividades pedagógicas da unidade, sob a supervisão do coordenador pedagógico.

I - No caso previsto no Parágrafo 1º deste Artigo, a gestão escolar deverá organizar a carga horária do coordenador com vistas a contemplar o horário estabelecido para cumprimento da hora atividade do professor com vínculo duplo.

§ 2º- As 10 horas semanais destinadas às horas atividades serão distribuídas conforme quadro abaixo, sendo que o planejamento será feito com a presença da coordenação pedagógica.

Planejamento,Reuniões pedagógicas e/ou administrativas e articulação com a comunidade na escola	Formação Continuada"Espaço de Diálogo e Aprendizagens"	Acompanhamento Pedagógico individualizado ao aluno
6h	2h	2h

§ 2º - O registro dos cronogramas de cada professor bem como o acompanhamento e o cumprimento da hora atividade será feito pelo coordenador pedagógico, lavrado em Livro Ata específico, validado pela coordenação e direção.

Art. 3º - A direção da Unidade Escolar enviará, mensalmente, à Assessoria de Gestão da SMEEL, documento contendo a lista nominal dos professores, acompanhado do registro acumulado de horas atividades cumpridas de acordo com a distribuição definida nesta portaria,até o 5º dia útil do mês subsequente.

Art. 4º - Aplica-se esta Portaria a todas as unidades escolares da Rede Municipal de Ensino, a partir do ano letivo de 2019.

Art. 5º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Confresa, 04 de dezembro de 2018

Agenora Moraes da Silva Miranda

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA 029/2018 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

PORTARIA Nº. 29/2018/SMEEL

Dispõe sobre o Período de gozo de Férias Coletivas para os funcionários efetivos do quadro da Educação no Município de Confresa-MTreferente ao ano 2018, no ano de 2019

A Secretária Municipal de Educação no uso de suas atribuições e competências com base nos princípios da Constituição Federal Art. 7º Inciso XVII e Art. 38 Lei Complementar Municipal Nº. 022/2005 de 30 de Dezembro de 2005 e LC 046/2008.

RESOLVE:

Art. 1º - Determinar o período para gozo de férias dos profissionais da educação (Diretor, Professor, Técnico Administrativo Educacional, Técnico em Desenvolvimento Infantil e Apoio Administrativo Educacional nas funções de motorista, vigilante, nutrição e limpeza) referente ao ano letivo de 2018, e o recesso letivo referente ao ano de 2019.

§ 1º - do dia 02/01 a 31/01/2019 os profissionais da educação na função de Diretor, Professor, Técnico em Desenvolvimento Infantil, Apoio Administrativo Educacional, composto de atribuições inerentes às atividades de nutrição, infraestrutura e motorista escolar gozarão de férias coletivas referente ao ano de 2018.

§ 2° - Os Funcionários na função de Vigilante e Técnico Administrativo Educacional gozarão de férias anuais de trinta (30) dias de acordo com a Escala organizada pela Unidade Escolar e encaminhada à Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer, e publicada pelo Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Confresa.

Art. 2° - Na Secretaria Municipal de Educação e nas Escolas Municipais: Vila Tapiraguaia, Vida e Esperança, Central, Governador Agamenon Sérgio Godoy Magalhães, Vereador Valdemiro Nunes de Araújo, Creche Municipal Profª. Lucinara Aparecida de Lima e Silva, Centro Municipal de Educação Infantil Sarah Jhenyffer Barbosa de Freitas, Escola Jacaré Valente e Centro Municipal de Educação Infantil Angelina Fernandes Fonseca, o Secretário Escolar e pelo menos 01 (um) Apoio infraestrutura, trabalharão no mês janeiro, e gozarão de férias em outro período de acordo com a escala das respectivas instituições deferidas pelo Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Confresa.

§ 1º - No Departamento de Esportes, os funcionários gozarão de férias de **02/01 a 31/01/2019.**

Art. 3° - As férias coletivas dos profissionais da educação na função de docência e coordenação pedagógica, compreenderá o período de **15/07/2019 a 29/07/2019.**

Art. 4º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Confresa-MT, 04 de dezembro de 2018

Agenora Moraes da Silva Miranda

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA 028/2018 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

PORTARIA Nº. 028/2018/SMEEL

Dispõe sobre a instituição da Comissão de Portarias para o ano letivo de 2019

A Secretária Municipal de Educação, Esportes e Lazer, no uso de suas atribuições e competências, com base nos princípios da Constituição Federal Art. 7º Inciso XVII e Art. 38 LC Municipal Nº. 022/2005 de 30 de Dezembro de 2005 e LC Municipal 046/2008,

RESOLVE:

Art. 1º - Criar a Comissão de estudo e elaboração das Portarias para as atividades do ano letivo de 2019, conforme consta na relação de nomes e respectivos seguimentos abaixo:

Jalis Alves Oliveira – SMEEL – Ass. Gestão;

Florinda Abadia de Souza – SMEEL – Ass. Pedagógica;

Maria de Lurdes Sousa Batista – SMEEL – Ass. Pedagógica;

Zilda Maria Gabriel de Melo– SMEEL – Ass. Pedagógica

Keli Luz Custódio – SMEEL – Administrativo

Weslene Barbosa de Souza Freitas - SMEEL – Administrativo

Adilson Vital da Silva – SMEEL – Ass.Pedagógica

Gleiton Mendes pereira – SMEEL – Ass.Pedagógica

Edelaine Mendes da Silva – Conselho Municipal de Educação

Gelson Sousa Silva – Diretor – Escola Municipal Central

José Humberto Ferreira– Diretor – Escola Mun. Vida e Esperança

Antonia Pereira de Sousa Lopes – Escola Municipal Vila Tapiraguaia

Margarida Lorcheiter– Diretora – Escola M Gov. Sergio Agamenon de Godoy Magalhães

Maria de Lurdes Coelho Lima – Diretora – CMEI – Sarah Jhenyffer B. Freitas;

Francinny Clair do Nascimento- Diretora- Escola. M Jacaré Valente

Tatiane de Souza Amorim Diretora - CMEI – Angelina Fernandes Fonseca;

Ana Claudia de Lima Fernandes – Diretora – Escola Mun. Vereador Valdemiro Nunes de Araújo;

Naira Cristina Pereira Lopes- Diretora- Creche Municipal Profº. Lucinara

Neilane Telma de Oliveira Assis – diretora – Escola Municipal Nova Bridão.

Deyvid Nery de Oliveira- diretor- Escola Municipal Branca de Neve.

Késia Gonçalves Rodrigues da Silva– SINTEP

Art. 2º - Determinar que a Comissão de Portarias elabore o Calendário, as Portarias e Instruções Normativas, necessárias ao regulamento das atividades do ano letivo de 2019, e faça o acompanhamento do processo de contagem de pontos e atribuição de classes e/ou aulas e regime/jornada de trabalho, do quadro de pessoal, para fins de atendimento às demandas das unidades escolares da rede municipal referente ao ano letivo de 2019.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Confresa-MT, 04 de dezembro de 2018

Agenora Moraes da Silva Miranda

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA 027/2018 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

PORTARIA Nº. 027/2018/SMEEL

Dispõe sobre os critérios para Remoção dos Profissionais da Educação Básica da Rede Municipal de Ensino para o ano de 2019 e dá outras providências.

A **SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO,** no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei e:

Considerando o Art.45 da Lei Complementar nº 046 de 04 de abril de 2008; e Estatuto do Servidor 2005/2008, considerando a necessidade de organizar o processo de remoção dos Profissionais da Educação Básica, para o ano letivo de 2019.

RESOLVE:

Art. 1° - Estabelecer que, para os Profissionais da Educação Básica que pleiteiam remoção para outra Unidade Escolar da rede para o ano letivo de 2019, deverão solicitá-lo no período de **20/12/2018 a 30/01/2019.**

Parágrafo único: A remoção será efetuada através de requerimento conforme modelo expedido pela Secretaria Municipal de Educação, Esportes e Lazer, condicionada a existência de vagas.

Art.2º O processo de remoção será organizado, observando os seguintes procedimentos:

I. Preenchimento do requerimento de remoção por parte do interessado e entrega do documento na Secretaria Municipal de Educação, informando a instituição para onde pretende ser removido; **II.** A Secretaria Municipal de Educação analisará as solicitações de acordo com as normas legais; **III.** O deferimento do pedido de remoção será de acordo com as vagas disponibilizadas. **IV.** Caso o requerimento seja deferido, o processo será efetuado anterior a atribuição dos contratados. **Parágrafo único:** A remoção para o ano de 2019 não se aplica ao servidor que foi removido nos dois (2) últimos anos e também aqueles que estão em período probatório.

Art.3º A classificação para o processo de remoção obedecerá ao TOTAL DE PONTO obtidos na contagem de pontos para o ano letivo de 2019.

Art 4º Em caso de empate no processo de remoção para profissional com a mesma habilitação ou cargo/função concorrendo para a mesma unidade escolar será considerado os seguintes critérios:

I- Assiduidade no ano letivo de 2018; II- Cumprimento da hora atividade; III- Hora e data no protocolo na SMEEL; IV- Maior tempo de serviço na Rede Municipal; V- Maior idade.

Art. 5º- O período de remoção do profissional ocupante do cargo de Professor será validado pela Secretaria Municipal de Educação no período de **01/02/2019 a 05/02/2019,** desde que o mesmo esteja com todos os lançamentos anteriores efetuados no Sistema Diário de classe e validados pelo gestor escolar.

Art.6º - Os profissionais da Educação Básica que se inscreveram para o processo de **REMOÇAO/2019** e os responsáveis pela validação do pedido deverão ficar atentos as datas estabelecidas nesta Portaria para não alegar desconhecimento quando da validação.

Parágrafo único – O pedido de remoção que não for validado na data prevista nesta Portaria será automaticamente cancelado.

Art 7º- O profissional que se encontrar afastado em licença ou respondendo a Processo Administrativo Disciplinar, não poderá se inscrever para o processo de remoção, **exceto** servidor em usufruto de Licença Prêmio e ou gestante.

Art 8º- Em caso do profissional solicitar **desistência de remoção,** deverá protocolar junto a Secretaria Municipal de Educação, solicitação de desistência impreterivelmente até **20/01/2019**.

Parágrafo único- O profissional que desistir da remoção deverá seguir rigorosamente a data estabelecida no caput deste artigo, para não prejudicar os candidatos concorrentes sob pena de ser impedido de nova solicitação de remoção no ano subseqüente.

Art 10º- O resultado do pedido de remoção será disponibilizado no dia 05/02/2019 na Secretaria Municipal de Educação de acordo com a classificação. Caso deferido, o profissional deverá pegar cópia do documento e apresentar na unidade escolar de seu destino,no dia **06/01/2019** conforme calendário de atribuição de aulas de 2019.

Art.11º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Confresa-MT, 04 de dezembro de 2018

Agenora Moraes da Silva Miranda

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

PEDIDO DE REMOÇAO ANO LETIVO 2019
Nome:_____
Endereço:_____
Número da matrícula: _____ **CPF** _____
RG _____**Órgão expedidor:**_____
Data de nascimento: _____
Instituição de origem _____
Instituição para onde deseja remoção _____
Tempo de serviço na unidade escolar _____
Tempo de serviço no município _____
Motivo do pedido: _____
_____
_____
Justificativa: _____
_____
_____
_____
Assinatura do funcionário (a) Assinatura do diretor (a)
Data do recebimento na Secretaria Municipal de Educação: ____/_____/_____
Horário de recebimento: _____ **horas.**

GABINETE DO PREFEITO
INSTRUÇÃO NORMATIVA 02/2018 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

INSTRUÇÃO NORMATIVA 02/ 2018/**SMEEL**

Dispõe sobre o processo de atribuição de classes e/ou aulas do Professor e do regime/jornada de trabalho do Técnico Administrativo Educacional, Técnico em Desenvolvimento Infantil e Apoio Administrativo Educacional, pertencentes ao quadro efetivo e interino nas Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino e demais providências para o ano de 2019.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO no uso de suas atribuições legais e, Considerando a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº. 9.394/96, e a Lei Complementar Municipal 046/2008;

Considerando a Lei nº. 11.494/2007 – FUNDEB – que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação;

Considerando as Resoluções do Conselho Nacional de Educação e do Conselho Municipal de Educação de Confresa que regulamentam as etapas e modalidades da Educação Básica;

Considerando que a melhoria dos indicadores educacionais, ajustada a uma concepção de humanização, deverá, preponderantemente, constituir o alvo do esforço de todas as escolas, tanto na esfera individual de cada profissional como também, coletiva;

Considerando as Políticas da Secretaria Municipal de Educação para Valorização dos Profissionais da Educação assegurando formação, acompanhamento e avaliação sistemática da prática educativa dos Profissionais, de modo a promover avanços contínuos na melhoria da qualidade do ensino;

Considerando a importância de garantir o quadro permanente dos profissionais efetivos nas unidades escolares municipais assegurando o compromisso para com os interesses e objetivos fundamentais da Educação Básica;

Considerando a necessidade de fixar critérios para atribuição de classes e/ou aulas e regime/jornada de trabalho nas unidades escolares da Educação Básica da Rede Municipal de Ensino,

RESOLVE,

SEÇÃO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - Regulamentar o processo de atribuição de classes e/ou aulas dos professores e regime/jornada de trabalho do Técnico Administrativo Educacional, do Técnico em Desenvolvimento Infantil e Apoio Administrativo Educacional, efetivos e interinos, da Educação Básica da Rede Municipal de Ensino para o ano letivo de **2019.**

Art. 2º - Todos os profissionais da educação, efetivos que integram o quadro de pessoal da Rede Municipal de Ensino, deverão participar do processo de atribuição de classes e/ou aulas e regime/jornada de trabalho nas unidades escolares, conforme disciplinado nesta Instrução Normativa, exceto os profissionais nas situações funcionais abaixo:

I – em afastamento por licença de acordo com **Lei Complementar 046/ 2008;**

Parágrafo Único - Incluem-se no caput deste artigo, devendo fazer atribuição de classes e/ou aulas e regime/jornada de trabalho, os profissionais da educação cedidos, para Entidades conveniadas com a Prefeitura Municipal de Confresa/SMEEL, mandato sindical, em atividade no órgão central e os que se encontram em cooperação técnica.

Art.3º - Os profissionais da Educação que se encontram em regime de cooperação técnica, permutados e cedidos devem fazer atribuição de classes e/ou aulas e regime/jornada de trabalho, e só poderão afastar das funções da unidade escolar quando o cargo for disponibilizado pela Secretaria Municipal de Educação.

Art. 4º - Havendo disponibilidade de vagas serão admitidos profissionais temporários na Rede Municipal de Ensino, que tenham sido aprovados em processo seletivo, específico, para o ano de 2019, a exercer o cargo de Professor, Técnico em Desenvolvimento Infantil, Técnico Administrativo Educacional e Apoio Administrativo Educacional (manutenção da infraestrutura/limpeza, nutrição escolar, motoristas e vigilantes).

Art. 5º - A realização da atribuição da jornada de trabalho será fixada no mural de cada Unidade Escolar por Comissões que conduzirão o processo em etapas distintas:

Parágrafo Único - A Comissão de Atribuição de classes e/ou aulas e regime/jornada de trabalho, na unidade escolar serão compostas de:

I - diretor da escola;

II - secretário escolar;

III - presidente do Conselho Deliberativo da Comunidade Escolar;

IV - 03 (três) Profissionais da Educação escolhidos pela unidade escolar (Professor, Técnico Administrativo Educacional e Apoio Administrativo Educacional);

V – 01 representante do SINTEP/MT subsede de Confresa;

VI – 01 representante da Secretaria Municipal de Educação;

VII – 01 (um) representante do Conselho Municipal de Educação de Confresa.

Art. 6º Para a realização da atribuição de classes e/ou aulas e regime/jornada de trabalho as Comissões deverão seguir os procedimentos abaixo:

I – Divulgar até **10 dezembro de 2018** por meio de Edital de Convocação do Professor, Técnico Administrativo Educacional, Técnico em Desenvolvimento Infantil e Apoio Administrativo Educacional, expedido pela direção de cada unidade escolar, conforme normas estabelecidas nesta Instrução Normativa, contendo todas as informações necessárias ao processo de atribuição de classes e/ou aulas e regime/jornada de trabalho, a saber:

a) - a contagem de pontos dos profissionais efetivos da educação conforme, critérios estabelecidos, nesta Instrução Normativa, serão no dia **19 e 20 de dezembro de 2018**;

b) - afixar para divulgação, em local de fácil visualização, a relação nominal de Professores, Técnico Administrativo Educacional, Técnico em Desenvolvimento Infantil e Apoio Administrativo Educacional por ordem decrescente de contagem de pontos obtidos, por habilitação, constante do quadro demonstrativo, com um mínimo de **16**(dezesseis) horas de antecedência;

c) - realizar sessão pública (reunião formal para divulgação e apresentação da atribuição) na unidade escolar com a participação de todos os profissionais da educação, interessados e envolvidos no processo de atribuição de classes e/ou aulas e regime/jornada de trabalho;

d) - elaborar atas ao término de cada fase e etapa do processo de atribuição da jornada de trabalho, discriminando classes e/ou aulas, cargos/funções administrativas atribuídas ou não atribuídas, Professores, Técnico em Desenvolvimento Infantil, Técnico Administrativo Educacional e Apoio Administrativo Educacional que ficaram remanescentes e, eventuais recursos interpostos, com assinatura de todos os membros da Comissão de Trabalho.

II - realizar ciclos de estudo das Portarias nº028/2018/SMEEL, Portaria nº029/2018/SMEEL, Portaria nº 030/2018/SMEEL, Portaria nº 031/2018/SMEEL, Portaria nº 032/2018/SMEEL, Portaria 033/2018/SMEEL, 034/2018/SMEEL e desta Instrução Normativa 002/2018/SMEEL com os profissionais da educação a ser realizada no dia 10 de dezembro de 2018.

SEÇÃO II

DA ATRIBUIÇÃO DE CLASSES E/OU AULAS DO PROFESSOR EFETIVO

Art. 7º - Para efeito desta Instrução Normativa, considerar-se-á jornada de trabalho do professor efetivo, as horas destinadas ao desenvolvimento do processo didático pedagógico e as horas atividades previstas no **Artigo 40 da LC 046/2008,** sendo a distribuição das horas atividades definida na Portaria 025/2018/SMEEL.

Art. 8º - A atribuição da jornada de trabalho, compreendida como atividades de sala de aula e horas atividades, serão consideradas a carga horária do professor definida na **LC 046/2008 conforme quadro abaixo:**

Regime/Jornada de Trabalho	Em sala de aula	Em hora atividade
30 horas	**20 horas**	**10 horas**

Parágrafo Único - A atribuição de classes e/ou aulas do professor efetivo é de caráter permanente na respectiva unidade escolar, considerando ainda, as particularidades previstas na **Lei Complementar 046/2008**.

Art. 9º - Para a **CONTAGEM DE PONTOS/CLASSIFICAÇÃO** da atribuição de classes e/ou aulas dos professores efetivos, as Comissões de Atribuição do Regime/Jornada de Trabalho previstas nesta Instrução Normativa, deverão proceder ao registro da pontuação e o processo de atribuição a ser fixado no mural das Unidades Escolar.

Art. 10º - A **PRIMEIRA ETAPA** de atribuição de classes e/ou aulas será iniciada no dia **01 fevereiro de 2019** e ocorrerá na **unidade escolar**:

I -1ª Fase - dia **01 de fevereiro de 2019**, período matutino, para os professores efetivos, lotados na unidade escolar.

II- **2ª Fase** – Ainda no período matutino, escolha dos professores do quadro efetivo da unidade escolar, para exercerem a função de Coordenador Pedagógico, observando critérios constantes na Portaria nº 024/2018/SMEEL.

II – 2ª Fase – dia **01 de fevereiro de 2019** – período vespertino, entrega do quadro de aulas livres e/ou em substituição, bem como do quadro de professores remanescentes, por habilitação, na Secretaria Municipal de Educação;

III - 3ª fase - dia **04 de fevereiro de 2019** – Período matutino, às 08h, na Secretaria Municipal de Educação, para os professores remanescentes para atribuir carga horária na sua área de formação ou por áreas afins desde que não haja em qualquer turno, na unidade escolar, aulas livres em sua habilitação e, apresentar-se-ão, ainda no período matutino, na unidade escolar em que forem atribuídos.

a) Devolução do quadro de aulas livres para as unidades escolares;

IV - 4ª fase – dia **05 de fevereiro de 2019**, período matutino, nas unidades escolares, atribuição de aulas livres, para os professores efetivos da Rede Municipal sem vínculos com outras redes;

V – 5ªfase – Quanto a situação dos interinos, a contagem de pontos será feita após o processo seletivo e só então será feita a atribuição, de aulas livres respectivamente, observando o **Art. 10º** da Portaria nº 024/2017:

a) Para professores interinos sem vínculos com outras instituições;

b) Para professores interinos com vínculo com outras instituições.

VII – 7ª fase – **08 de fevereiro de 2019,** no período vespertino, entrega do quadro demonstrativo para o Assessor de Gestão da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 11º - A atribuição de classes e/ou aulas dos professores nas etapas, nas modalidades e ou especificidades da Educação Básica, dar-se-á observando:

Parágrafo Único - Para atuar nas escolas de **EDUCAÇÃO INFANTIL** e **ENSINO FUNDAMENTAL**, priorizando a seguinte ordem:

I–Educação Infantil:

a) Licenciatura Plena em Pedagogia com habilitação para Educação Infantil;

b) Licenciatura em Pedagogia;

c) Ensino Médio Profissionalizante Magistério.

II – Anos Iniciais:

a) Licenciatura em Pedagogia

b) Licenciatura em Áreas Específicas;

c) Ensino Médio Profissionalizante Magistério

III - Nos Anos Finais:

a) Licenciatura Plena em áreas específicas;

b) Licenciatura em Pedagogia.

SEÇÃO III

DA ATRIBUIÇÃO DO REGIME/JORNADA DE TRABALHO DO TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL E APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL

Art. 12º - Na atribuição do regime/jornada de trabalho do Técnico Administrativo Educacional, Técnico em Desenvolvimento Infantil e Apoio Administrativo Educacional será considerada a carga horária de 30 horas semanais.

Art. 13º -O Quadro Administrativo das Unidades Escolares será composto, conforme prevê o Art. 38 da LC nº 046/2008, das seguintes funções:

I - **Técnico Administrativo Educacional:**

a) administração escolar;

b) multimeios didáticos.

II – **Técnico em Desenvolvimento Infantil:**

a) Monitoria nas atividades pedagógicas.

III – **Apoio Administrativo Educacional:**

a) nutrição escolar;

b) vigilante;

c) manutenção de infraestrutura.

Art. 14º - Para a contagem de pontos/classificação do regime/jornada de trabalho do **Técnico Administrativo Educacional e Técnico em Desenvolvimento Infantil** e Apoio Administrativo Educacional, as Comissões de Atribuição do Regime/Jornada de Trabalho previstas nesta Instrução Normativa, deverão proceder ao registro da pontuação e o processo de atribuição:

I – para Técnico Administrativo Educacional, Apoio Administrativo Educacional e Técnico em Desenvolvimento Infantil, considerar os critérios:

a) Profissionalização específica;

b) Habilitação em Licenciatura Plena;

c) Cursando Licenciatura Plena a partir do 7º período;

d) Ensino médio;

e) Ensino Fundamental.

Art. 15º A **ETAPA** de atribuição dos Técnicos Administrativo Educacional, Técnico em Desenvolvimento Infantil e Apoio Administrativo Educacional, ocorrerá na **unidade escolar compreendendo as fases:**

I - **1ª Fase** - será realizada no dia **01 de fevereiro de 2019**, no período vespertino - para os efetivos nos cargos de Técnico Administrativo Educacional, Técnico em Desenvolvimento Infantil e Apoio Administrativo Educacional, para os cargos/funções às quais concorrem na unidade escolar;

II - **2ª fase** – dia **04 de fevereiro de 2019** – Período matutino para **Técnico Administrativo Educacional**, **Apoio Administrativo Educacional e Técnico em Desenvolvimento Infantil que tiveram os pedidos de remoção deferidos pela Secretaria Municipal de Educação;**

III - **3ª fase** - dia **04 de fevereiro de 2019** – às 14h na Secretaria Municipal de Educação, para Técnico Administrativo Educacional e Técnico em Desenvolvimento Infantil e Apoios Administrativos Educacionais pertencentes ao quadro efetivo, remanescentes;

IV – **4ª fase** – Quanto a situação dos interinos para o exercício no ano de 2019, a contagem de pontos será feita por meio do processo seletivo para Professor, Técnico Administrativo Educacional, **Técnico em Desenvolvimento Infantil, Apoio Administrativo Educacional.**

SEÇÃO IV

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 16º - As demandas adicionais para provimento de pessoal no cargo de Apoio Administrativo Educacional, além do quantitativo aqui estabelecido, ficam condicionadas a análise e aprovação da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 17º - Aos profissionais efetivos que estiverem exercendo função, prestando serviços em órgão da Secretaria Municipal de Educação, e Entidades conveniadas, será garantida a pontuação constante, no que se refere à titulação, tempo de serviço e assiduidade\jornada de trabalho e quanto à qualificação profissional, mediante apresentação de documentação.

Art. 18º - Compete à **Assessoria de Gestão,** orientar e acompanhar o processo de execução de atribuição de classes e/ou aulas e regime/jornada de trabalho das unidades escolares da Rede Municipal de Ensino.

Art. 19º - A Equipe Gestora da unidade escolar e o Assessor de Gestão que descumprirem as orientações normativas em qualquer momento do ano letivo, omitindo classes e/ou aulas e/ou acrescentando, desconsiderando a lista de classificação de professores substitutos, dados ou informações, praticando nepotismo ou atos que venham comprometer a legalidade e a transparência no processo de atribuição, serão responsabilizados pelos seus atos.

Art. 20º - A Secretaria Municipal de Educação/SMEEL, a qualquer momento, poderá designar Equipe de Supervisão Técnica para desenvolver atividades inerentes ao cumprimento das Portarias e Instrução Normativa, que estabelecem critérios para o processo de atribuição de classes e/ou aulas e regime/jornada de trabalho, nas unidades escolares da Rede Municipal de Ensino.

Art. 21º - Os casos omissos deverão ser solucionados em primeira instância pelas Comissões de Atribuição de classes e/ou aulas e regime/jornada de trabalho e, em caso de impossibilidade, deverão ser encaminhados à Assessoria de Gestão.

Art. 22º - Aplica-se esta Instrução Normativa a todas as unidades escolares da Rede Municipal de Ensino.

Art. 23º – Esta Instrução Normativa entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Confresa-MT, 4 de dezembro de 2018

Agenora Moraes da Silva Miranda

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES
RETIFICAÇÃO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 103/2018

NA PUBLICAÇÃO

11 de Outubro de 2018 • Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso • ANO XIII | N° 3.083 páginas 119, 120, 121, 122 e 123.

Objeto: O MUNICÍPIO DE CONFRESA-MT e a EMPRESA: **EDUCA FÁCIL DISTRIBUIDORA DE LIVROS E PEDAGÓGICOS LTDA ME,** CNPJ: 15.644.619/0001-06. O objeto IMEDIATO do presente instrumento e o REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DIDATICO E PEDAGOGICO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. O registro de preços constante desta Ata terá validade pelo prazo de 12 (doze) meses, 10//10/2018 a 10/10/2019.

LEIA-SE:

CLÁUSULA NONA – DA DOTAÇÃO

Órgão: 05 – Secretaria Mun. De Educação e Desporto

Unid: 04 – Ensino Fundamental

Proj. ativ.: 1.134 – Aquisição de Material Didático e Pedagógico

Cód Red: 210

Fonte: 0015 – Transferência de Recurso FNDE

Elemento: 3.3.90.30.00.00.00 – Material de Consumo

ONDE SE LÊ:

CLÁUSULA NONA – DA DOTAÇÃO

Órgão: 05 – Secretaria Mun. De Educação e Desporto

Unid: 04 – Ensino Fundamental

Proj. ativ.: 1.134 – Aquisição de Material Didático e Pedagógico

Cód Red: 210

Fonte: 0015 – Transferência de Recurso FNDE

Elemento: 3.3.90.30.00.00.00.00 – Material de Consumo

Órgão: 05 – Secretaria Mun. De Educação e Desporto

Unid: 04 – Ensino Fundamental

Proj. ativ.: 1.134 – Aquisição de Material Didático e Pedagógico

Cód Red: 209

Fonte: 0001

Elemento: 3.3.90.30.00.00.00.00 – Material de Consumo

Confresa/MT, em 10 de Outubro de 2018.

_____

Ronio Condão Barros Milhomem

Prefeito do Município.

ADMINISTRAÇÃO / LICITAÇÕES
AVISO DE ABERTURA DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 134/2018
PREGÃO PRESENCIAL - SRP Nº 106/2018

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 134/2018

PREGÃO PRESENCIAL – SRP Nº 106/2018

A Prefeitura de Confresa, Estado de Mato Grosso, através do Pregoeiro, torna público que fará realizar no dia **26 de dezembro de 2018, às 08:00** hs (horário local), na sala da Comissão Permanente de Licitações, situada na Av. Centro Oeste, nº286, Centro na cidade de Confresa-MT, a Reunião para realização do **PREGÃO PRESENCIAL - SRP Nº 106/2018 do tipo Menor Preço por Item** de acordo com as Leis em vigência. O Edital e seus anexos estarão disponíveis na sala do Departamento de Licitações e Contratos no endereço citado acima e no site Confresa.org no link do Portal da Transparência, de segunda à sexta-feira, tel. Contato (66) 3564-1818/2014.

OBJETO: PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE **INSUMOS HOSPITALAR, SUPLEMENTO ALIMENTAR, INSTRUMENTAIS, SOROS E CORRELATOS** PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA DE SAÚDE, JUNTO AO MUNICÍPIO DE CONFRESA - MT**.**

Confresa-MT, 10 de dezembro de 2018.

Reinaldo Heverton Ferraz de Oliveira

Pregoeiro

ADMINISTRAÇÃO / LICITAÇÕES
AVISO DE ABERTURA DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 135/2018
PREGÃO PRESENCIAL - SRP Nº 107/2018

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 135/2018

PREGÃO PRESENCIAL – SRP Nº 107/2018

A Prefeitura de Confresa, Estado de Mato Grosso, através do Pregoeiro, torna público que fará realizar no dia **27 de dezembro de 2018, às 08:00** hs (horário local), na sala da Comissão Permanente de Licitações, situada na Av. Centro Oeste, nº286, Centro na cidade de Confresa-MT, a Reunião para realização do **PREGÃO PRESENCIAL - SRP Nº 107/2018 do tipo Menor Preço por Item** de acordo com as Leis em vigência. O Edital e seus anexos estarão disponíveis na sala do Departamento de Licitações e Contratos no endereço citado acima e no site Confresa.org no link do Portal da Transparência, de segunda à sexta-feira, tel. Contato (66) 3564-1818/2014.

OBJETO: PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE TENDAS,** PARA ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIAS DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, JUNTO AO MUNICÍPIO DE CONFRESA - MT**.**

Confresa-MT, 10 de dezembro de 2018.

Reinaldo Heverton Ferraz de Oliveira

Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA D`OESTE

CONTRATO
CONTRATO Nº 162/2018

"Contrato de prestação de serviço que entre si fazem, de um lado o **MUNICÍPIO DE CONQUISTA D´OESTE** e de outro lado **FERNANDA DE C. L. QUEIROZ - ME**".

O **MUNICÍPIO DE CONQUISTA D'OESTE,** com sede na Avenida dos Oitis, nº 1200, Centro, Conquista D'Oeste/MT, inscrito no CNPJ n.º 04.219.688/0001-56, neste ato representado por sua Prefeita Municipal, MARIA LÚCIA DE OLIVEIRA PORTO, brasileira, divorciada, portadora da cédula de identidade nº 000844464 SSP/MS e do CPF nº 607.752.031-49, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE** e a empresa **FERNANDA DE C. L. QUEIROZ– ME**com sede na Av. Uirapuru nº 800, Centro, na cidade de Nova Lacerda, Estado de Mato Grosso, inscrita no CNPJ sob nº 24.527.518/0001-46, neste ato representada por **Fernanda de Cássia Leal Queiroz,** portador da cédula de identidade RG nº 2328385-8 expedida pela SSP/MT, inscrito no CPF sob o nº 035.947.631-70, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA,** ,resolvem celebrar o presente termo de Contrato de Prestação de Serviços nos termos do Processo Administrativo 2205/2018, dispensado de Licitação em decorrência do valor, e em concordância com a lei8.666/93 e suas alterações, e em conformidade com as disposições a seguir.

CLÁUSULA PRIMEIRA-DOOBJETO

1.1 Constitui objeto do presente termo a contratação de empresa da área de saúde para prestação de serviços de pericia médica da demanda de saúde ocupacional para readaptação funcional provisória ou permanente para servidores que se afastarem de suas atividades por motivo de doença

CLÁUSULA SEGUNDA–DOFUNDAMENTOLEGAL

2.1 O presente contrato é celebrado com base na lei nº 8.666/93, dispensado de licitação em razão de seu valor, conforme disposto no inciso II do artigo 24.

CLÁUSULA TERCEIRA–DA EXECUÇÃO DO SERVIÇO

3.1 O médico vinculado a CONTRATADA prestará serviço em consultório profissional próprio, em dia e horário comercial, conforme a necessidade do CONTRATANTE.

3.2 A fiscalização dos serviços da execução dos serviços será exercida por servidor nomeado pela administração, a quem competirá dirimir as duvidas que surgirem do curso da execução do presente contrato (art. 67 da Lei nº 8.666/93).

CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR

4.1. O valor deste contrato é de R$400,00(quatrocentos reais), fixado nos serviços médicos de duas(2) perícias médicas, efetivamente realizadas;

I Atendimento médico em perícia para a readaptação funcional, autorizado pela CONTRATANTE, através de ofício de encaminhamento, fixado o valor unitário de R$ 200,00(duzentos reais).

CLÁUSULA QUINTA - DASOBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

5.1 A Contratante se obriga a:

I - fornecer ao beneficiário o ofício de encaminhamento, a fim de que o mesmo possa se valer dos serviços junto a Contratada, que será apresentado na ocasião do atendimento;

II - pagar os serviços prestados na forma e condições ajustadas neste instrumento;

III - informar previamente a Contratada sobre toda e qualquer anormalidade e/ou mudança no sistema que possa influir no atendimento aos beneficiários.

CLÁUSULA SEXTA - DASOBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1 A Contratada se obriga a:

I - atender o beneficiário encaminhado pela Contratante, com observância de suas necessidades de acordo com as normas gerais editadas pelo Ministério da Saúde, Agencia Nacional de Saúde Suplementar e Conselho Federal de Medicina;

II - encaminhar documento fiscal dos serviços prestados dentro do mês da prestação dos serviços.

CLÁUSULA SETIMA-DA FORMA DE PAGAMENTO

7.1 O pagamento do valor que se refere a clausula quarta será efetuada até o décimo dia útil do mês subseqüente a prestação dos serviços, de acordo com a emissão e apresentação da nota fiscal emitida pela Contratada.

CLÁUSULAS OITAVA–DAVIGÊNCIA

8.1 O presente Termo terá vigência até 31 de dezembro de 2018, iniciando-se na assinatura do contrato.

CLÁUSULA NONA-DA DOTAÇÃO

9.1 para fazer face ao pagamento das despesas decorrentes deste contrato, utilizar-se a da seguinte dotação do orçamento vigente:

Cód. Reduzido: 065/2018

CLÁUSULA DECIMA-DA RESCISÃO

10.1 Constitui motivos para rescisão do presente contrato o não cumprimento de quaisquer de suas cláusulas e condições, bem como os motivos previstos na legislação referente a Contratos Administrativos.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA–DO FORO

11.1 Para dirimir as questões oriundas deste TERMO, não resolvidas administrativamente, será competente o Foro da Comarca de Pontes e Lacerda–MT, preterindo outros por mais privilegiados que sejam. E, por estarem de acordo, firmam as partes o presente instrumento em 02(duas)vias de igual teor e forma, para um só efeito, na presença de duas testemunhas.

Conquista D'Oeste – MT, 21 de novembro de 2018.

Maria Lucia de Oliveira Porto Fernanda de Cássia Leal Queiroz

Prefeita Municipal Medica Clinica Geral

Representante Legal da Contratante Representante Legal da Contratada

Testemunhas:

Nome: Nome:

RG: RG:

CONTRATO
CONTRATO N.º 163/2018

Termo de Contrato de Prestação de Serviços, que entre si celebram o MUNICÍPIO DE CONQUISTA D'OESTE e a empresa TELEFÔNICA BRASIL S.A.

O **MUNICÍPIO DE CONQUISTA D'OESTE**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob n.º 04.219.688/0001-56, com sede na Av. dos Oitis nº 1200, na cidade de CONQUISTA D'OESTE, Estado de Mato Grosso, neste ato representado pela sua Prefeita Municipal, a Senhora **MARIA LÚCIA DE OLIVEIRA PORTO**, brasileira, divorciada, portadora da cédula de identidade nº 000844464 SSP/MS e do CPF nº 607.752.031-49, doravante denominado **CONTRATANTE,** e a empresa **TELEFÔNICA BRASIL S.A**., pessoa jurídica de direito privado, com sede na Av.Engenheiro Luiz Carlos Berrini, 1376 – B. Cidade Monções – São Paulo , Estado de SP – Cep 04571-936, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.558.157/0001-62 , representada neste Ato por seus representantes legais **CARLOTA BRAGA DE ASSIS LIMA,** Administradora, casada, CPF Nº 613.174.201-44, RG: 630.486 SSP/DF, com endereço comercial no SCS Quadra 02 Bloco C Lj 206 e 226 P/ PAV. 1º ao 7º, Asa Sul, Brasília/DF - Cep. 70302-916 e **WELLINGTON XAVIER DA COSTA,** Administrador de empresas, solteiro, portador do documento de identidade nº 3516308, expedido pela SSP/GO, e inscrito no CPF/MF sob o nº 887.321.001-59 com endereço comercial no SCS Quadra 02 Bloco C Lj 206 e 226 P/ PAV. 1º ao 7º, Asa Sul, Brasília/DF - Cep. 70302-916, doravante denominada **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente termo de contrato em decorrência do Processo Administrativo nº 3282/2018, mediante as cláusulas e condições a seguir delineadas:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1 O presente instrumento de contrato tem como objeto a contratação deserviços de telecomunicações para a prestação de **Serviço de Telefonia Móvel Pessoal - SMP**, de acordo com as condições estabelecidas neste Termo e seus Anexos.

1.1.1 Os serviços consistem no fornecimento de 5 (cinco) acessos telefônicos digitais, com pacote de dados, com a cessão de 5 (cinco) dispositivos móveis, em regime de comodato, para atender a Prefeitura Municipal de Conquista D'Oeste.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Processo Administrativo de Dispensa de Licitação em razão do valor, capitulado no artigo 24, II, da Lei 8.666/93, identificado no preâmbulo e à Proposta de Preço da CONTRATADA, independentemente de transcrição.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é de **12 meses, contados a partir de sua assinatura**, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, desde que haja autorização formal da autoridade competente e observados os seguintes requisitos:

2.1.1. Os serviços tenham sido prestados regularmente;

2.1.2. A CONTRATANTE mantenha interesse na realização do serviço;

2.1.3 A contratada manifeste expressamente interesse na prorrogação; e

2.1.4. O valor deste Contrato permaneça economicamente vantajoso para a CONTRATANTE.

2.2 A CONTRATADA não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.3 A eventual prorrogação deste Contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

3.1. O valor mensal estimado da contratação é de **R$ 969,45** (novecentos e sessenta e nove reais e quarenta e cinco centavos), perfazendo o valor global estimado de **R$ 11.633,40** (onze mil e seiscentos e trinta e três reais e quarenta centavos), conforme planilha a seguir:

Item	Especificações	Unidade de Medida	Quantidade	Valor Unitário	Valor Global Estimado [Mensal]
1	Assinatura Básica Mensal	Unidade	5	10,00	50,00
2	Serviço Tarifa Zero Intra Grupo Local	Unidade	5	10,00	50,00
3	Ferramenta de Gestão On-line	Unidade	5	2,99	14,95
4	VC1 Móvel-Fixo	Minuto	300	0,20	60,00
5	VC1 Móvel-Móvel (mesma operadora)	Minuto	300	0,20	60,00
6	VC1 Móvel-Móvel (outra operadora)	Minuto	300	0,20	60,00
7	VC2 Móvel- Fixo	Minuto	100	0,70	70,00
8	VC2 Móvel-Móvel (mesma operadora)	Minuto	100	0,70	70,00
9	VC2 Móvel-Móvel (outra operadora)	Minuto	100	0,70	70,00
10	VC3 Móvel-Fixo	Minuto	50	0,70	35,00
11	VC3 Móvel-Móvel (mesma operadora)	Minuto	50	0,70	35,00
12	VC3 Móvel-Móvel (outra operadora)	Minuto	50	0,70	35,00
13	AD1 (Adicional p/ chamada)	Chamada	10	0,00	0,00
14	AD2 (Adicional p/ chamada)	Chamada	10	0,00	0,00
15	DSL1	Minuto	10	0,00	0,00
16	DSL2	Minuto	10	0,00	0,00
17	Torpedo (SMS)	Unidade	300	0,20	60,00
18	Serviço de Transmissão de Dados 4G (3G/2G/GPRS) para Smartphone – Pacote mínimo de 3GB Limitado	Unidade	5	59,90	299,50
TOTAL					**969,45**

3.1.1 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do Município, para o exercício de 2018, na classificação abaixo:

0065 - 03.001.04.122.0005.2006.33.90.39.00.00.00 – Manutenção e encargos da Administração.

4.2. No(s) exercício(s) seguinte(s), correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

5. CLÁUSULA QUINTA – LOCAL DE ENTREGA E EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

5.1 O local de entrega e execução dos serviços será na Sede do CONTRATANTE, localizada na Avenida dos Oitis, nº 1.200, Centro, Conquista D'Oeste/MT, CEP: 78.254-000.

6. CLÁUSULA SEXTA – PRAZO DE EXECUÇÃO

6.1. A CONTRATADA deverá observar os seguintes prazos de entrega:

Descrição	Prazo de Execução
Entrega dos Dispositivos Móveis e chips	Em até 15 (quinze) dias corridos, contados da assinatura do contrato.
Ativação dos Chips	Em até 10 (dez) dias corridos, contados da solicitação.

6.1.1. Na hipótese de eventuais atrasos na entrega dos aparelhos/chips, a CONTRATADA deverá informar e solicitar novo prazo de entrega à CONTRATANTE, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias corridos, contados a partir da abertura da solicitação, mediante o envio de documentos comprobatórios para análise pelo Fiscal deste Contrato, de forma a comprovar a justificativa para concessão ou não de novo prazo de entrega.

6.1.1.1. Para as solicitações de ativação dos serviços, o prazo mínimo para a solicitação de novo prazo de ativação deverá ser de até 02 (dois) dias corridos, contados a partir da abertura da solicitação.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – MODELO DE EXECUÇÃO

7.1 O serviço deverá ser prestado pela CONTRATADA em conformidade com as seguintes especificações abaixo enumeradas:

7.1.1 Características pós-pago, com tecnologia digital e pacote de dados de, no mínimo, 3GB limitado, permitindo a redução da velocidade do serviço de comunicação de dados após o consumo total da franquia de tráfego de dados contratado, sem o bloqueio do serviço e sem cobrança em território nacional;

7.2 Os aparelhos celulares fornecidos em comodato deverão utilizar a tecnologia GSM/GPRS/EDGE, HSPA/UMTS e a LTE (4G).

7.3 A CONTRATADA se obriga a garantir a disponibilização de ferramentas de autenticação que garantam a segurança dos serviços prestados e inviolabilidade dos dados trafegados.

7.4 O serviço deverá ser executado com base nos parâmetros mínimos a seguir estabelecidos:

7.4.1. Os aparelhos e chips deverão ser entregues à CONTRATANTE no prazo máximo de **15 (quinze) dias corridos**, contados da assinatura do contrato.

7.4.2 No momento do recebimento dos aparelhos e chips será verificada sua correspondência com as especificações da Proposta de Preços.

7.4.3 Será verificada a disponibilidade de sinal e a qualidade no atendimento das demandas.

7.4.4 Será verificada a efetiva prestação, no período faturado, de todos os

serviços constantes do pacote contratado.

8. CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1 São obrigações do CONTRATANTE, além de outras previstas no teor deste contrato, as seguintes:

I. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta; II. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis; III. Notificar a CONTRATADA por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção; IV. Pagar à CONTRATADA o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste instrumento; V. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela CONTRATADA; VI. Designar representante para a função de Fiscal deste Contrato, conforme prevê a legislação vigente. VII. Encaminhar formalmente as demandas, preferencialmente por meio de Ordem de Serviço; VIII. Receber o objeto da contratação, atestando sua conformidade com a proposta aceita e condições descritas no Processo Licitatório; IX. Aplicar à CONTRATADA as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis.

9. CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1 São obrigações da CONTRATADA:

I. Executar os serviços conforme especificações da Proposta de Preços, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade especificadas em sua proposta; II. Apresentar fatura/nota fiscal consolidada de cobrança de serviços, contendo o valor total do serviço, a quantidade total do serviço, o tempo total das chamadas, o histórico dos valores totais dos serviços prestados, e o tempo total das chamadas relativas a cada mês;

a) A referida fatura/nota fiscal deverá ser apresentada com um prazo não inferior a 10 (dez) dias antecedentes à data do vencimento;

b) Apresentar detalhamento, por acesso, dos serviços mensais prestados em todas as chamadas;

III. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo Gestor deste Contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados; IV. Reparar quaisquer danos diretamente causados ao CONTRATANTE ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou acompanhamento da execução dos serviços pela CONTRATANTE; V. Indicar formalmente preposto apto a representá-la junto ao CONTRATANTE, que deverá responder pela fiel execução deste Contrato; VI. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando o CONTRATANTE autorizado a descontar dos pagamentos devidos à CONTRATADA, o valor correspondente aos danos sofridos; VII. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor; VIII. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade para o CONTRATANTE; IX. Relatar ao CONTRATANTE toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços; X. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre; XI. Manter durante toda a vigência deste Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação; XII. Adotar práticas de sustentabilidade ambiental na execução do objeto, quando couber; XIII. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento deste Contrato; XIV. Responder pelo cumprimento dos postulados legais vigentes no âmbito federal, estadual ou municipal, bem como, assegurar os direitos e cumprimento de todas as obrigações estabelecidas por regulamentação da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – PAGAMENTO

10.1 O pagamento será efetuado pelo CONTRATANTE no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da apresentação da Nota Fiscal/Fatura contendo o detalhamento dos serviços executados, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela CONTRATADA ou por meio de fatura com utilização do código de barras.

10.2 A apresentação da Nota Fiscal/Fatura deverá ocorrer no prazo de 10 (dez) dias, contados da data final do período de adimplemento da parcela da contratação a que aquela se referir.

10.3 O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” pelo servidor competente, condicionado este ato à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada em relação aos serviços efetivamente prestados e aos materiais entregues.

10.4 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE.

10.5 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

10.6 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

10.7 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela CONTRATANTE, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX) I = (6 / 100) I = 0,00016438

365 TX = Percentual da taxa anual

= 6%

10.8 Havendo situação de inadimplência a prestadora pode tomar as seguintes providências:

I. Transcorridos 15 (quinze) dias do vencimento da conta de serviços: suspender parcialmente o provimento do serviço, com bloqueio das chamadas originadas e das chamadas terminadas que importem em débito para o usuário. II. Transcorridos 30 (trinta) dias desde a suspensão parcial: suspender totalmente o provimento de serviço, inabilitando-o a originar e receber chamadas. III. Transcorridos 45 (quarenta e cinco) dias da suspensão total do provimento do serviço: desativar definitivamente a Estação Móvel do Usuário e rescindir o Contrato de Prestação do SMP.

10.9 Havendo contestação do valor constante na fatura apresentada, o CONTRATANTE suspenderá o pagamento da parcela impugnada e procederá ao pagamento da parte incontroversa. A impugnação de valor deverá ser verificada pela CONTRATADA no prazo de até 30 (trinta) dias da contestação.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

11.1 No momento da contratação será realizada a nomeação, pelo CONTRATANTE, de servidor do quadro para exercer a fiscalização deste Contrato.

11.2 A execução dos serviços em desacordo com o objeto deste documento sujeitará a aplicação das sanções legais cabíveis.

11.3 Aplicar-se-ão à fiscalização e acompanhamento deste Contrato todas as disposições constantes do art. 67 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

11.4 A fiscalização, exercida por profissionais designados pelo CONTRATANTE nos termos do Art. 67 da Lei nº 8.666/93, não implica em corresponsabilidade, nem exime a CONTRATADA de responsabilidade.

11.5 O representante do CONTRATANTE anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução deste Contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

11.6 As decisões e providências que ultrapassarem a competência do fiscal deste Contrato deverão ser solicitadas aos seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

11.7 É assegurado à fiscalização o direito de ordenar a suspensão dos serviços sem prejuízo das penalidades a que fica sujeito a CONTRATADA e sem que esta tenha direito a indenização, no caso de não ser atendida em até 4 (quatro) horas, a contar da comunicação pelo gestor deste Contrato, qualquer reclamação sobre defeito em serviço executado.

11.8 Caberá a fiscalização atestar os serviços que forem efetivamente executados e aprovados.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– ALTERAÇÕES

12.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.2 A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado deste Contrato.

12.3 As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado deste Contrato.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – REAJUSTE

13.1 Os preços dos serviços serão fixos e irreajustáveis durante o período de 12 (doze) meses, após o qual poderão ser atualizados, anualmente, visando a sua adequação aos novos preços de mercado, mediante aplicação da variação nominal do Índice de Serviços de Telecomunicações (IST), normatizado pela Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL) através da Resolução n° 532, de 3 de agosto de 2009, ou outro índice que venha a substituí-lo no setor de telecomunicações, tomando-se como referências o mês da apresentação da proposta de preços e o mês anterior ao reajuste, compreendendo sempre o período de 12 (doze) meses, de acordo com a seguinte fórmula:

PR ?IST_ACUM × PA, onde:

PR ? Preço Reajustado

IST_ACUM ? Índice do IST, ou outro divulgado pela ANATEL, acumulado dos últimos 12 (doze) meses, a partir do mês de referência relativo à apresentação da proposta de preços, até o mês anterior ao da aplicação do reajuste

PA ? Preço Anterior (a ser reajustado)

13.2 O reajuste somente será concedido após análise pelo setor competente e mediante motivação e comprovação, por parte da CONTRATADA.

13.3 A qualquer tempo durante a vigência deste Contrato, poderá a Administração promover a revisão dos preços contratados, caso constate que houve variação de custos/insumos que acarretem redução do valor contratual.

13.3.1 Nessa hipótese, a CONTRATADA será notificada para manifestação

acerca das informações coletadas pelo CONTRATANTE utilizadas para o cálculo da variação alegada, possibilitando a negociação entre as partes.

13.4 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1 A inexecução total ou parcial do objeto deste contrato resultará na aplicação de sanções administrativas para a CONTRATADA, na forma prevista pelo art. 87 da Lei 8.666/93.

14.2 O inadimplemento das obrigações previstas no presente Contrato, ou a ocorrência de quaisquer das situações descritas no Art. 78, da Lei 8.666/93, será comunicado pela parte prejudicada à outra, mediante notificação por escrito, entregue diretamente ou por via postal, com Aviso de Recebimento, para que a parte inadimplente, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou apresente sua defesa.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – RESCISÃO

15.1 O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas neste Contrato.

15.2 Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

15.3 A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.4 O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

I. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos; II. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos; III. Indenizações e multas.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – CASOS OMISSOS

16.1 Os casos omissos serão decididos pelos CONTRATANTES, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993 e demais normas aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1 Ocorrendo problema de ordem técnica no aparelho disponibilizado durante o prazo de garantia, deverá o usuário encaminhá-lo, acompanhado da respectiva nota fiscal, para a assistência técnica autorizada.

17.1.1 Será obrigação do CONTRATANTE o ônus sobre a substituição dos aparelhos nos casos de roubo, furto e quando comprovado o mau uso;

17.3 No caso de perda ou roubo, o usuário deverá efetuar o bloqueio imediato da linha e encaminhar o respectivo boletim de ocorrência.

17.4 Os documentos de cobrança apresentados pela CONTRATADA e não aprovados pelo CONTRATANTE, serão devolvidos com a devida indicação quanto às correções a serem efetuadas e, neste caso, o dia da sua reapresentação será a data de inicio para contagem de tempo que a mesma disporá para efetuar o respectivo pagamento.

17.5 A CONTRATADA não poderá ceder ou transferir, no todo ou em parte, os direitos e obrigações pertinentes ao objeto do presente contrato, salvo com autorização prévia e por escrito do CONTRATANTE.

17.6 Na ocorrência de eventos extraordinários, imprevistos e impeditivos, tais como: força maior, caso fortuito, fato da administração, que possam comprometer a execução do objeto contratual, tanto nos prazos como nas demais condições, as partes poderão, de comum acordo, revisar o presente instrumento.

13.7 Todo e qualquer documento que importe em alteração de qualquer condição contratual, somente passará a ser aplicável ao presente termo de ajuste, quando assinado pelos representantes legais das partes e, quaisquer alterações que modifiquem o objeto contratual e/ou suas cláusulas, deverão ser consubstanciadas através de termos aditivos.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - **PUBLICAÇÃO**

18.1Incumbirá ao **CONTRATANTE** providenciar a publicação do extrato deste Termo de Contrato e de seus eventuais aditivos na imprensa oficial do Município, que é condição indispensável para sua eficácia, nos prazos previstos na Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – FORO

19.1 Fica eleito o foro da Comarca de Pontes e Lacerda, como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente instrumento, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem justos e contratados, **CONTRATANTE** e **CONTRATADA**, mutuamente assinam o presente instrumento contratual em 03 (três) vias de igual teor para todos os efeitos legais, na presença de 02 (duas) testemunhas idôneas e civilmente capazes.

Conquista D'oeste/MT, 30 de novembro de 2018.

MARIA LÚCIA DE OLIVEIRA PORTO

Prefeita Municipal

Representante Legal do CONTRATANTE

HÉLIO JOSÉ GARCIA MENDES

Secretário Municipal de Administração

CARLOTA BRAGA DE ASSIS LIMA

Representante Legal da CONTRATADA

WELINGTON XAVIER DA COSTA

Representante Legal da CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Nome: _____

RG nº:_____

CPF: _____

Nome: _____

RG nº:_____ CPF: ____

LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 006/2018

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 3413/2018

RESULTADO DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Conquista D'Oeste, através da Comissão Permanente de Licitação, torna público para conhecimento dos interessados, que a licitação promovida pela TOMADA DE PREÇOS Nº 006/2018, com data de abertura prevista para 10 de dezembro de 2018 às 11:00 (onze) horas, tendo como objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE REFORMA DA UNIDADE EDUCACIONAL INDÍGENA SARARÉ SERRA DA BORDA, apesar de o processo ter sido amplamente divulgado nenhuma empresa manifestou-se interessada em participar do certame, sendo considerada DESERTA. Conquista D'Oeste, 10 de Dezembro de 2018.

Eronaldo Mendes T. Junior

Presidente - CPL

Portaria 001/2018

CONTRATO
PORTARIA 187/2018

"Declara a Vacância do cargo efetivo por aposentadoria de servidor."

MARIA LUCIA OLIVEIRA PORTO,Prefeita Municipal de Conquista D'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Fica declarada a VACÂNCIA do cargo efetivo de **SERVIÇOS GERAIS**, pelaaposentadoria porInvalidez Permanente, da servidora**IVONE LIMIRIA DA SILVA**, matricula 136, portador do RG2790062-2 SESP/MT e do CPF 572.152.941-53, a partir de 09 de Outubro de 2018.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, em 25 de Outubro de 2018.

Maria Lucia Oliveira Porto

PrefeitaMunicipal

CONTRATO
PORTARIA 188/2018

"Dispõe sobre Elevação de Referência de Vencimento de servidores da Carreira da Administração e dos profissionais do magistério do Município de Conquista D'Oeste."

MARIA LÚCIA DE OLIVEIRA PORTO, Prefeita Municipal de Conquista D'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e,considerando a Lei Complementar nº 001/2001 e a Lei Complementar nº 002/2001 e 003/2001.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder **Elevação de Referência de Vencimento** aos servidores da Carreira da Administração e dos profissionais do magistério do Município de Conquista D'Oeste, nos termos do artigo 60, II, da Lei Complementar nº 002/2001, enos termos do artigo 41, da Lei Complementar nº 003/2001, conforme quadro a seguir:

Cargo	Servidor	Matrícula	Ingresso	Classe Atual	Nova Classe	Efeito Financeiro
AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE	KATIA DA SILVA	674	09/02/2009	"B" (01)	"C" (02)	30/10/2018
MOTORISTA	NOEL DE SOUZA	349	22/10/2003	"B" (01)	"C" (02)	30/10/2018
MOTORISTA	ALCELY EVANGELISTA MARTINS	864	23/07/2012	"A" (01)	"B" (02)	30/10/2018
MOTORISTA	SINOMAR VAZ DE SOUZA	649	16/10/2008	"B" (02)	"C" (03)	30/10/2018
OPERADOR DE MAQUINAS	LUCIO DIVINO GOMES	356	01/10/2003	"C" (03)	"D" (04)	30/10/2018
MONITOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	NARIA MARIA GRASSIOTI	351	16/10/2003	"C" (03)	"D" (04)	30/10/2018

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Registre-se.

Publique-se

Cumpra-se.

Gabinete da Prefeita, em 25 de Outubro de 2018.

Maria Lúcia de Oliveira Porto

PREFEITA MUNICIPAL

CONTRATO
PORTARIA 189/2018

"Dispõe sobre a Convocação de Servidor em gozo de férias para retorno ao trabalho nos dias que menciona.**"**

MARIA LUCIA DE OLIVEIRA PORTO, Prefeita do Município de Conquista D'Oeste, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições legais e especialmente as contidas na Lei Municipal nº 002/2001,

RESOLVE:

Art. 1º. Convocar, o servidor Mauricio Silva Guedes, matricula: 1161 Secretário de Obras, lotado na Secretaria de Municipal de Obras e Serviços Públicos, em gozo de férias, para retorno ao trabalho de 05 a 30 de novembro do corrente ano, prorrogando-se a licença por igual prazo da convocação.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, em 05 de novembro de 2018.

Maria Lucia de Oliveira Porto

Prefeita Municipal

LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 064/2018

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 3321/2018

PUBLICAÇÃO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA D'OESTE torna público, para conhecimentos dos interessados, que a licitação promovida pelo PREGÃO PRESENCIAL Nº 064/2018, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO RAMO DE OFICINA MECÂNICA PARA FORNECIMENTO DE PEÇAS COM APLICAÇÃO DOS SERVIÇOS EM VEICULO AMAROK - PLACA QBY 0166, LOTADO NO GABINETE DA PREFEITA, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES E OBRIGAÇÕES DESCRITAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS, que julgou vencedora a empresa AUTO ELETRICA MARISTA LTDA - ME, CNPJ sob nº 15.348.451/0001-91, que ofertou menor preço ao LOTE 01 – PEÇAS E SERVIÇOS EM AR CONDICIONADO – VEICULO AMAROK PLACA QBY-0166, totalizando o valor de R$ 5.910,55 (cinco mil novecentos e dez reais e cinquenta e cinco centavos) e ao LOTE 02 – PEÇAS E SERVIÇOS DE SUSPENSÃO – VEICULO AMAROK PLACA QBY-0166, totalizando o valor de R$ 11.811,99 (onze mil oitocentos e onze reais e noventa e nove centavos), totalizando o valor da licitação em R$ 17.722,54 (dezessete mil setecentos e vinte e dois reais e cinquenta e quatro centavos). Conquista D'Oeste, 10 de Dezembro de 2018.

Eronaldo Mendes Teixeira Junior

Pregoeiro

CONTRATO
PORTARIA Nº 178/2018

"Dispõe sobrea prorrogação para a conclusão de Processo Administrativo Disciplinar que especifica". .

MARIA LÚCIA DE OLIVEIRA PORTO, Prefeita Municipal de Conquista D'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe confere o artigo 63, VI,da Lei Orgânica do Município,e, considerando a solicitação da Senhora Presidente da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, instituída pela Portaria nº 144/2018, publicada em 15/08/2018; e

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, por mais 60 (sessenta) dias, a contar de **15/10/2018**, o prazo para a conclusão do Processo Administrativo Disciplinar instaurado pela Portaria acima citada, com base no item 1.3 da Instrução Normativa – SJU nº 001/2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Gabinete da Prefeita, em 03 de outubro de 2018.

MARIA LÚCIA DE OLIVEIRA PORTO

Prefeita Municipal

CONTRATO
PORTARIA Nº 190/2018

"Retifica a Portaria nº 179/2018 de 09 de outubro de 2018, que nomeou membros para compor o Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social – FUNDEB(Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de valorização dos Profissionais da Educação)"

MARIA LUCIA DE OLIVEIRA PORTO, Prefeita Municipal de Conquista D'Oeste, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições legais, e com base no artigo 63 inciso IX da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica retificado a Portaria nº 179/2018 de 09 de outubro de 2018, que nomeou membros para compor o Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social – FUNDEB(Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de valorização dos Profissionais da Educação), conforme segue:

Na Representação dos Diretores das escolas Básicas Públicas:

Suplente: onde se lê Rose Meire Valderrama da silva, **leia-se** Rose Meire Valderrama

Representante dos Estudantes da educação básica pública

Suplente: onde se lê Dheyson Rodrigues Andrade **leia-se** Dheison Rodrigues Andrade

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogados as disposições em contrario.

Registre-se,

Publique-se e

Cumpra-se.

Gabinete da Prefeita, em 05 de novembro de 2018.

MARIA LUCIA DE OLIVEIRA PORTO

Prefeita Municipal

CONTRATO
PORTARIA 192/2018

"Dispõe sobre a Convocação de Servidor em gozo de férias para retorno ao trabalho nos dias que menciona.**"**

MARIA LUCIA DE OLIVEIRA PORTO, Prefeita do Município de Conquista D'Oeste, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições legais e especialmente as contidas na Lei Municipal nº 002/2001,

RESOLVE:

Art. 1º. Convocar, A servidora ELIANE APARECIDA DE FREITAS, matricula: 274, Coordenadora Projetos Especiais, lotado no Gabinete do Prefeito Municipal, em gozo de férias, para retorno ao trabalho do dia 21 a 30 de novembro do corrente ano, prorrogando-se a licença por igual prazo da convocação.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, em 21 de novembro de 2018.

Maria Lucia de Oliveira Porto

Prefeita Municipal

CONTRATO
PORTARIA 193/2018

"Dispõe sobre a exoneração de servidor em cargo comissionado que especifica.**"**

MARIA LUCIA DE OLIVEIRA PORTO, Prefeita do Município deConquista D'Oeste, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições legais e especialmente as contidas na Lei Municipal nº 002/2001,

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar, a pedido, do cargo de **Coordenadora de Unidade Básica de Saúde**, a servidora **ANGELA HELENA DE AQUINO COSTA,** portadora da Cédula de Identidade nº RG. 1160973-7 SJ/MT e do CPF nº 973. 858.241-53, a partir de 01 de Novembro de 2018.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, em 21 de Novembro de 2018.

Maria Lucia de Oliveira Porto

Prefeita Municipal

CONTRATO
PORTARIA 194/2018

"Dispõe sobre a exoneração de servidor em cargo comissionado que especifica.**"**

MARIA LUCIA DE OLIVEIRA PORTO, Prefeita do Município deConquista D'Oeste, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições legais e especialmente as contidas na Lei Municipal nº 002/2001,

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar, a pedido, do cargo de**Secretario de Desenvolvimento Sustentado**, o servidor **EDILSON DUTRA PEREIRA,** portadora da Cédula de Identidade nº RG. 18014896 IIRG/SP e do CPF nº 063.625.018-02, a partir de 01 de Dezembro de 2018.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, em 30 de Novembro de 2018.

Maria Lucia de Oliveira Porto

Prefeita Municipal

CONTRATO
PORTARIA Nº 195/2018

"Designar servidor para responder cumulativamente pela Secretaria de Desenvolvimento Sustentado."

MARIA LUCIA OLIVEIRA PORTO, Prefeita de Conquista D'Oeste, Estado de Mato Grosso, e com base no artigo 63 inciso IX da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE**:**

Art. 1º - Designar o servidor **WARLEI ADRIANO DOS SANTOS**, Secretário Municipal de Fazenda, referência CC-III, para responder interinamente pelo cargo de Secretario de desenvolvimento Sustentado a partir de 03 de dezembro de 2018.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, em 03de Dezembro de 2018.

Maria Lucia de Oliveira Porto

Prefeita Municipal

CONTRATO
PORTARIA 196/2018

"Dispõe sobre Elevação de Referência de Vencimento de servidores da Carreira da Administração e dos profissionais do magistério do Município de Conquista D'Oeste."

MARIA LÚCIA DE OLIVEIRA PORTO, Prefeita Municipal de Conquista D'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e,considerando a Lei Complementar nº 001/2001 e a Lei Complementar nº 002/2001 e 003/2001.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder **Elevação de Referência de Vencimento** aos servidores da Carreira da Administração e dos profissionais do magistério do Município de Conquista D'Oeste, nos termos do artigo 60, II, da Lei Complementar nº 002/2001, enos termos do artigo 41, da Lei Complementar nº 003/2001, conforme quadro a seguir:

Cargo	Servidor	Matrícula	Ingresso	Classe Atual	Nova Classe	Efeito Financeiro
ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	VANDERLUCIA MARCELINO MIRANDA	651	03/11/2012	"B" (02)	"C" (03)	30/11/2018

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 30 de novembro de 2018.

Registre-se.

Publique-se

Cumpra-se.

Gabinete da Prefeita, em03 de Dezembro de 2018.

Maria Lúcia de Oliveira Porto

PREFEITA MUNICIPAL

CONTRATO
PORTARIA Nº 197/2018

"Dispõe sobre Progressãode Classede servidoresda Carreira da Administração do Município de Conquista D'Oeste."

MARIA LÚCIA DE OLIVEIRA PORTO, Prefeita Municipal de Conquista D'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e,considerando a Lei Complementar nº 001/2001 e a Lei Complementar nº 002/2001,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder **Progressão de Classe**aos servidores da Carreira da Administração do Município de Conquista D'Oeste, nos termos do artigo60,I, da Lei Complementar nº 002/2001,conforme quadro a seguir:

Cargo	Processo	Servidor	Matrícula	Referência de Vencimento Atual	Nova Referência de Vencimento	Efeito Financeiro
TECNICO EM HIGIENE BUCAL	3333/2018	SANDRA MERLO CORREIA RAMOS	963	"V-01" (A)	"V-03" (C)	30/11/2018
AUXILIAR DE ENFERMAGEM	3351/2018	RIVELINO FERNANDES LEITE	304	"V-02" (B)	"V-04" (D)	30/11/2018
SERVIÇOS GERAIS	3361/2018	CLEIDE CEZAR GAMERO DOS SANTOS	301	"V-01" (A)	"V-04" (D)	30/11/2018
SERVIÇOS GARAIS	177/2018	MARINEZE ARAUJO	219	"V-02" (B)	"V-03" (C)	30/11/2018

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 30 de novembro de 2018.

Registre-se.

Publique-se

Cumpra-se.

Gabinete da Prefeita, em 03 de Dezembrode 2018.

Maria Lúcia de Oliveira Porto

PREFEITA MUNICIPAL

CONTRATO
PORTARIA 198/2018

"Dispõe sobre a Convocação de Servidor em gozo de férias para retorno ao trabalho nos dias que menciona.**"**

MARIA LUCIA DE OLIVEIRA PORTO, Prefeita do Município de Conquista D'Oeste, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições legais e especialmente as contidas na Lei Municipal nº 002/2001,

RESOLVE:

Art. 1º. Convocar, o servidor LUCIO DIVINO GOMES, matricula: 356, Coordenador de Obras Publicas, lotado na Secretaria Municipal de Obras, em gozo de férias, para retorno ao trabalho do dia 05 a 14 de dezembro do corrente ano, prorrogando-se a licença por igual prazo da convocação.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, em 03 de dezembro de 2018.

Maria Lucia de Oliveira Porto

Prefeita Municipal

CONTRATO
PORTARIA 199/2018

"Dispõe sobre a Convocação de Servidor em gozo de férias para retorno ao trabalho nos dias que menciona.**"**

MARIA LUCIA DE OLIVEIRA PORTO, Prefeita do Município de Conquista D'Oeste, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições legais e especialmente as contidas na Lei Municipal nº 002/2001,

RESOLVE:

Art. 1º. Convocar, o servidor LEONARDO DE FREITAS TEIXEIRA, matricula: 1051, Motorista, lotado na Secretaria Municipal de Obras, em gozo de férias, para retorno ao trabalho do dia 04 a 30 de dezembro do corrente ano, prorrogando-se a licença por igual prazo da convocação.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, em 03 de dezembro de 2018.

Maria Lucia de Oliveira Porto

Prefeita Municipal

CONTRATO
PORTARIA 200/2018

"Dispõe sobre a Convocação de Servidor em gozo de férias para retorno ao trabalho nos dias que menciona.**"**

MARIA LUCIA DE OLIVEIRA PORTO, Prefeita do Município de Conquista D'Oeste, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições legais e especialmente as contidas na Lei Municipal nº 002/2001,

RESOLVE:

Art. 1º. Convocar, o servidor MARCELINO BARBOSA PRATES, matricula: 881, Operador de Maquinas, lotado na Secretaria Municipal de Obras, em gozo de férias, para retorno ao trabalho do dia 04 a 30 de dezembro do corrente ano, prorrogando-se a licença por igual prazo da convocação.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, em 03 de dezembro de 2018.

Maria Lucia de Oliveira Porto

Prefeita Municipal

CONTRATO
PORTARIA 201/2018

"Dispõe sobre a exoneração de servidor em cargo que especifica."

MARIA LUCIA DE OLIVEIRA PORTO, Prefeita do Município deConquista D'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município; e

Considerando o teor do Termo Circunstanciado/PGM, datado de 30 de novembro de 2018,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar,*a pedido*, a servidora **SHIRLEY FRANCO LEMES DE SOUZA,** portadora da Cédula de Identidade nº RG. 480.295 SSP/MS e do CPF nº 447.950.921-68,do cargo de **Professor,a partir de 01 de setembro de 2011.**

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos retroativos à **01/09/2011.**

Registre-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Gabinete da Prefeita, em 03 de dezembro de 2018.

Maria Lucia de Oliveira Porto

Prefeita Municipal

CONTRATO
PORTARIA Nº 202/2018

"Designa Fiscal de Contrato Administrativo."

MARIA LUCIA DE OLIVEIRA PORTO, Prefeita Municipal de Conquista D'Oeste, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições definidas no artigo 63, inciso IX, da Lei Orgânica do Município,

Considerando o disposto no artigo 67, da lei 8.666/93,

Considerando as disposições contidas no Decreto Municipal 038/2013, e;

Considerando os princípios que regem a Administração Pública;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a servidora **MARINA DA GAMA SOUZA** portadora da Cédula de Identidade RG nº 0597468-2 SJ/MT e do CPF: 572.279.771-53, lotadanaSecretaria Municipal de Saúde, para atuar como fiscal do contrato administrativo n° **153/2018**.

Art. 2º - Fica o fiscal obrigado a comunicar a administração todas às ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário a regularização das faltas ou defeitos eventualmente observados.

Parágrafo Único – As decisões e providencias que ultrapassem a competência do fiscal deverão ser solicitado, à administração, em tempo hábil, para a adoção das medidas saneadoras.

Art. 3º - Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir da assinatura do contrato.

Cumpra-se

Gabinete do Prefeito, em 03 de dezembro de 2018.

Maria Lucia de Oliveira Porto

Prefeita Municipal

Certifico que este ato foi publicado mediante afixação no mural desta Prefeitura Orgânica do Município e no site www.conquistadoeste.mt.gov.br

CONTRATO
PORTARIA Nº203/2018

"Designa Fiscal de Contrato Administrativo."

MARIA LUCIA DE OLIVEIRA PORTO, Prefeita Municipal de Conquista D'Oeste, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições definidas no artigo 63, inciso IX, da Lei Orgânica do Município,

Considerando o disposto no artigo 67, da lei 8.666/93,

Considerando as disposições contidas no Decreto Municipal 038/2013, e;

Considerando os princípios que regem a Administração Pública;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o servidor **FELIPE PEREIRA MUNHOZ**, portador da cédula de identidade RG nº 1755868-9, expedida pela SSP/MT e do CPF 009.353.641-02, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Publicos, para atuar como fiscal do contrato administrativo n° **154/2018**.

Art. 2º - Fica o fiscal obrigado a comunicar a administração todas às ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário a regularização das faltas ou defeitos eventualmente observados.

Parágrafo Único – As decisões e providencias que ultrapassem a competência do fiscal deverão ser solicitado, à administração, em tempo hábil, para a adoção das medidas saneadoras.

Art. 3º - Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir da assinatura do contrato.

Cumpra-se

Gabinete do Prefeito, em 03 de dezembro de 2018.

Maria Lucia de Oliveira Porto

PrefeitaMunicipal

CONTRATO
PORTARIA Nº 204/2018

"Designa Fiscal de Contrato Administrativo."

MARIA LUCIA DE OLIVEIRA PORTO, Prefeita Municipalde Conquista D'Oeste, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições definidas no artigo 63, inciso IX, da Lei Orgânica do Município,

Considerando o disposto no artigo 67, da lei 8.666/93,

Considerando as disposições contidas no Decreto Municipal 038/2013, e;

Considerando os princípios que regem a Administração Pública;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o servidor EMERSON RODRIGUES, portador da cédula de identidade sob o nº 10625925, expedida pela SJ/MT e do CPF: 793.

168.401-04, lotado na Secretaria Municipal de Obras, para atuar como fiscal do contrato administrativo n° **155/2018.**

Art. 2º - Fica o fiscal obrigado a comunicar a administração todas às ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário a regularização das faltas ou defeitos eventualmente observados.

Parágrafo Único – As decisões e providencias que ultrapassem a competência do fiscal deverão ser solicitado, à administração, em tempo hábil, para a adoção das medidas saneadoras.

Art. 3º - Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir da assinatura do contrato.

Cumpra-se

Gabinete do Prefeito, em 03 de dezembro de 2018.

Maria Lucia de Oliveira Porto

Prefeita Municipal

CONTRATO
PORTARIA Nº 205/2018

"Designa Fiscal de Contrato Administrativo."

MARIA LUCIA DE OLIVEIRA PORTO, Prefeita Municipal de Conquista D'Oeste, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições definidas no artigo 63, inciso IX, da Lei Orgânica do Município,

Considerando o disposto no artigo 67, da lei 8.666/93,

Considerando as disposições contidas no Decreto Municipal 038/2013, e;

Considerando os princípios que regem a Administração Pública;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o servidor **FELIPE PEREIRA MUNHOZ**, portador da cédula de identidade RG nº 1755868-9, expedida pela SSP/MT e do CPF 009.353.641-02, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Publicos, para atuar como fiscal do contrato administrativo n° **156/2018**.

Art. 2º - Fica o fiscal obrigado a comunicar a administração todas às ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário a regularização das faltas ou defeitos eventualmente observados.

Parágrafo Único – As decisões e providencias que ultrapassem a competência do fiscal deverão ser solicitado, à administração, em tempo hábil, para a adoção das medidas saneadoras.

Art. 3º - Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir da assinatura do contrato.

Cumpra-se

Gabinete do Prefeito, em 03 de dezembro de 2018.

Maria Lucia de Oliveira Porto

PrefeitaMunicipal

CONTRATO
PORTARIA Nº 206/2018

"Designa Fiscal de Contrato Administrativo."

MARIA LUCIA DE OLIVEIRA PORTO, Prefeita Municipal de Conquista D'Oeste, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições definidas no artigo 63, inciso IX, da Lei Orgânica do Município,

Considerando o disposto no artigo 67, da lei 8.666/93,

Considerando as disposições contidas no Decreto Municipal 038/2013, e;

Considerando os princípios que regem a Administração Pública;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a servidora **MARINA DA GAMA SOUZA** portadora da Cédula de Identidade RG nº 0597468-2 SJ/MT e do CPF: 572.279.771-53, lotadanaSecretaria Municipal de Saúde, para atuar como fiscal do contrato administrativo n° **157/2018**.

Art. 2º - Fica o fiscal obrigado a comunicar a administração todas às ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário a regularização das faltas ou defeitos eventualmente observados.

Parágrafo Único – As decisões e providencias que ultrapassem a competência do fiscal deverão ser solicitado, à administração, em tempo hábil, para a adoção das medidas saneadoras.

Art. 3º - Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir da assinatura do contrato.

Cumpra-se

Gabinete do Prefeito, em 03 de dezembro de 2018.

Maria Lucia de Oliveira Porto

Prefeita Municipal

CONTRATO
CONTRATO Nº 159/2018

Termo de Contrato que entre si celebram O MUNICÍPIO DE CONQUISTA D'OESTE e a Empresa MARCIO DE SOUZA FARIA EIRELI.

O **MUNICÍPIO DE CONQUISTA D'OESTE,** com sede na Avenida dos Oitis, nº 1200, Centro, Conquista D'Oeste/MT, inscrito no CNPJ n.º 04.219.688/0001-56, neste ato representado por sua Prefeita Municipal, MARIA LÚCIA DE OLIVEIRA PORTO, brasileira, divorciada, portadora da cédula de identidade nº 000844464 SSP/MS e do CPF nº 607.752.031-49, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE** e empresa MARCIO DE SOUZA FARIA EIRELI, com sede na Rua PC Conde de Azambuja, 61- sala 03, Centro na cidade de Cuiabá, Estado de Mato Grosso, inscrita no CNPJ sob nº 20.151.547/001-03, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por Marcio Souza Faria, portador da Carteira de Identidade nº 06777430, expedida pela SSP-MT, e CPF nº 569.802.481-20, tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº **3331/2018** e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e demais normas aplicáveis à matéria, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato decorrente do Processo de Dispensa de Licitação nº 020/2018, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 A **CONTRATADA** prestará para o **CONTRATANTE** Serviços de Assessoria e Consultoria Técnica em Engenharia, referente ao Processo nº 25180.141/2009 – 13 – TC/PAC 1020/2009 – FUNASA, consistentes em :

I - atender as pendências referente ao Parecer Técnico nº 127/2017/NA;

II - promover auditoria dos serviços realizados e encerramento do contrato nº 097/2010, entre o Município e a Empresa Base Dupla,

III – efetuar adequações do projeto técnico e planilhas para a realização de novo procedimento licitatório; e

IV – emissão de ART dos serviços elaborados.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS FUNDAMENTOS LEGAIS

2.1 O presente contrato deriva-se do processo administrativo nº 3331/2018 e processo licitatório na modalidade DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 020/2018, que ficam fazendo parte integrante deste instrumento, independente de sua transcrição.

2.2 O presente instrumento se acha vinculado ao TC/PAC nº 1020/2009 /FUNASA.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGIME DE EXECUÇÃO

3.1 O regime de execução do presente termo é a execução indireta, com empreitada por preço global, nos termos dos incisos VIII letra “a” do artigo 6º da Lei 8.666/93

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO DE EXECUÇÃO/VIGENCIA

4.1 O prazo para a execução dos serviços e da vigência é até 31 de dezembro de 2018, a contar da data de emissão da ordem de serviço.

CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR CONTRATUAL

5.1 O valor do presente Termo de Contrato é de **R$14.900,00(quatorze mil e novecentos reais**), que será pago mediante a conclusão dos serviços;

5.2 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SEXTA – DA FORMA DE PAGAMENTO

6.1 Os pagamentos serão efetuados mediante apresentação de Boletim de Medição dos serviços executados, devidamente atestado seu recebimento por servidor especialmente designado, em até 30 dias corridos de sua entrega, acompanhado pela respectiva Nota Fiscal

6.2 O pagamento deverá ser efetuado através de depósito em qualquer agência da rede bancária, para crédito da **CONTRATADA** em conta corrente de sua titularidade.

6.3 O pagamento somente será efetuado mediante prova de regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede da contratada, através de Certidões expedidas pelos órgãos competentes, que estejam dentro do prazo de validade expresso na própria certidão, composta de: Certidão de Quitação de Tributos Federais, neles abrangidos as contribuições sociais, administrados pela Secretaria da Receita Federal; Certidão Quanto à Dívida Ativa da União, expedida pela Procuradoria da Fazenda Nacional-Ministério da Fazenda; Certidão expedida pela Secretaria da Fazenda do Estado ou Distrito Federal e Certidão Expedida pela Prefeitura Municipal, da sede da empresa quando couber;

a) Prova de situação regular perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS (art. 27, a, Lei n° 8.036/90), através da apresentação do CRF – Certificado de Regularidade do FGTS; e,

b) Prova de situação regular perante o Instituto Nacional de Seguridade Social-INSS (art. 195, § 3°, da Constituição Federal), através da apresentação da CND – Certidão Negativa de Débito.

6.4 O não cumprimento do previsto neste Termo de Contrato permitirá à **CONTRATANTE** a retenção do valor devido constante de documento fiscal até que seja sanada a irregularidade.

CLÁUSULA SETIMA – DO REAJUSTAMENTO E ALTERAÇÕES

7.1 O valor contratado é fixo e irreajustável.

7.2 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, quando

a) Solicitada pela **CONTRATADA**, junto a **CONTRATANTE**, devidamente justificado e protocolado;

b) Solicitada pelo **CONTRATANTE,** junto à **CONTRATADA**, devidamente justificado e protocolado.

7.3 A **CONTRATADA** é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessária, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

7.4 As supressões resultantes de acordo celebrados entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

CLÁUSULA OITAVA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

8.1 As despesas decorrentes da aquisição, objeto desta Licitação, correrão à conta dos recursos específicos consignados no orçamento, na dotação:

09 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

09.003 – DIVISÃO SERVIÇOS DE ÁGUA E ESGOTO

17.512..0042.2078 – MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE ÁGUA E ESGOTO

33.90.39.00.00.00 – (615) OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIRO PJ

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1 São obrigações da **CONTRATANTE:**

a) Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos e na Proposta da licitante vendedora;

b) Emitir as autorizações de fornecimento e realizar seu controle efetivo;

c) Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto contratado recebido provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo, quando for o caso;

d) Comunicar à **CONTRATADA**, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto contratado, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

e) Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da **CONTRATADA,** através de comissão/servidor especialmente designado; e

f) Efetuar o pagamento à **CONTRATADA** no valor correspondente à execução do objeto contratado, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos.

9.2 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela **CONTRATADA** com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da **CONTRATADA**, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1 A **CONTRATADA** deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus, os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

a) Efetuar a entrega do objeto contratado conforme as condições, especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos.

c) Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado pela **CONTRATANTE**, o objeto contratado que apresente vícios, avarias ou defeitos;

d) Comunicar à **CONTRATANTE,** no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

e) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação; e

f) Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

10.2 A **CONTRATADA** ainda obriga-se a:

a) Aceitar as alterações que se fizerem necessárias, conforme disposto no artigo 65 da Lei nº 8.666/93;

b) Não transferir, no todo ou em parte, o objeto deste contrato, sem prévia e expressa anuência da **CONTRATANTE**;

c) Responsabilizar-se pela entrega do objeto contratado, inclusive no que se referir a não observância da legislação em vigor;

d) Arcar com todos os ônus necessários à completa entrega do objeto deste Termo de Contrato, inclusive no que se referir à qualidade dos recursos materiais empregados e seleção e treinamento dos recursos humanos necessários ao seu desenvolvimento;

e) Responder integralmente, por quaisquer perdas e danos que vier a causar à **CONTRATANTE** ou à terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;

f) Responder, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes do fornecimento dos materiais, tais como: salários, seguros de acidente, taxas, impostos e contribuições, indenizações, encargos trabalhistas, acidentes de trabalho; e

g) Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-las na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA INEXECUÇÃO E RESCISÃO

11.1 A inexecução total ou parcial do CONTRATO enseja a sua rescisão, e ficará o contrato rescindido de pleno direito, de uma das situações prescritas nos artigos 77, 78, 79, 80 e seguintes independentemente de aviso ou interpelação judicial ou extrajudicial, se houver ocorrência da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores.

11.2 O presente CONTRATO poderá, ainda, ser rescindido por ato unilateral da administração, por acordo entre as partes, desde que haja conveniência da Administração, desde que justificado, a qualquer tempo, mediante aviso prévio de 30 (trinta) dias, ou ainda judicialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1 Atrasos por parte da **CONTRATADA** na assinatura do contrato e a não apresentação da situação regular na forma exigida nas alíneas a, b e c do Item 7.4 deste instrumento, incidirá na aplicação da multa de 0,5 % (zero vírgula cinco por cento) ao dia, sobre o valor adjudicado, sendo que, se a situação perdurar até o 11º dia, será caracterizado inexecução total da obrigação.

12.2 Sem prejuízo das sanções cominadas no art. 87, I, III e IV, da Lei 8. 666/93, pela inexecução total ou parcial do objeto adjudicado, o Município de Conquista D'Oeste poderá, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à Contratada multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total adjudicado, e

a) Suspensão temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com o Município de Conquista D'Oeste, por prazo de até 02 (dois) anos, e,

b) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

c) A licitante, adjudicatária ou contratada que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantida prévia e ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com a Prefeitura Municipal de Conquista D'Oeste pelo prazo de até cinco anos e, se for o caso, será descredenciada do Cadastro Geral de Fornecedores por igual período, sem prejuízo da ação penal correspondente na forma da lei.

12.3 A multa, eventualmente imposta à contratada, será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus, acrescida de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês. Caso a contratada não tenha nenhum valor a receber da **CONTRATANTE**, ser-lhe-á concedido o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados de sua intimação, para efetuar o pagamento da multa. Após esse prazo, não sendo efetuado o pagamento, seus dados serão encaminhados ao Órgão competente para que seja inscrita na dívida ativa do município, podendo, ainda o Município de Conquista D'Oeste proceder a cobrança judicial da multa.

12.4 As multas previstas nesta seção não eximem a adjudicatária da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar ao Município de Conquista D'Oeste.

12.5 Além das penalidades citadas, a licitante vencedora ficará sujeita, ainda, ao cancelamento de sua inscrição no Cadastro Geral de Fornecedores, e, no que couber, às demais penalidades referidas no Capítulo IV da Lei n.º 8.666/93.

12.6 As sanções de suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com o Município de Conquista D'Oeste, e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas à licitante vencedora concomitantemente com as de multa, que poderão ser descontadas dos pagamentos a serem efetuados ou cobradas judicialmente.

12.7 A multa prevista no item 13.1 tem caráter de sanção e será cobrada por compensação financeira dos créditos que a contratada tiver a receber.

12.8 Das decisões proferidas pela Administração cabem:

a) Recurso por escrito, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, nos casos previstos no art. 109, § 4º da Lei Federal nº 8.666/93;

b) Representação ao Município de Conquista D'Oeste, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação da decisão relacionada com o objeto do Contrato, de que não caiba recurso hierárquico.

c) Pedido de reconsideração da decisão do Município de Conquista D'Oeste nos casos de declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da intimação do ato.

CLÁUSULA DECIMA TERCEIRA - DA FISCALIZAÇÃO

13.1 O **CONTRATANTE** procederá à fiscalização das obras, por intermédio de servidor designado ou de terceiros, na forma do art. 67 da Lei 8666/ 93, em todos seus aspectos, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos a, que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da 13.2 O **CONTRATANTE** poderá designar uma equipe técnica para proceder à fiscalização acima mencionada, que será comunicada a **CONTRATADA** após a assinatura do presente contrato.

13.3 As comunicações entre a **CONTRATADA** e o **CONTRATANTE**, ou vice versa, serão feitas sempre por escrito.

13.4 A **CONTRATADA** permitirá o acesso da fiscalização aos locais onde se realizarem os trabalhos, atendendo aos pedidos de esclarecimentos e comparecerá, por meio de pessoas credenciadas, às reuniões convocadas pelo **CONTRATANTE**, para discussão e tomadas de decisões sobre matéria pertinente ao presente contrato.

13.5 A fiscalização e acompanhamento de que trata esta Cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da **CONTRATADA,** inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica co-responsabilidade do **CONTRATANTE** ou de seus agentes e prepostos (art. 70 da Lei nº 8.666/93).

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - VALIDADE E EFICÁCIA

14.1 Incumbirá o **CONTRATANTE** providenciar a publicação do extrato deste Contrato e de seus eventuais aditivos na imprensa oficial, que é condição indispensável para sua eficácia, até o quinto dia útil do mês seguinte ao da sua assinatura, nos termos do artigo 61, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – FORO

15.1 Fica eleito o foro da Comarca de Pontes e Lacerda, Estado de Mato Grosso, como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do

presente instrumento, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

15.2 Os casos omissos serão resolvidos amigavelmente entre as partes e em observância a legislação pertinente.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em 3 (três) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado na presença de 2 (duas) testemunhas idôneas e civilmente capazes.

Conquista D'Oeste, 09 de novembro de 2018.

Maria Lucia de Oliveira Porto Marcio de Souza Faria EIRELI

Prefeita Municipal Representante Legal da CONTRATADA

Representante do CONTRATANTE

TESTEMUNHAS:

Nome: Nome: RG: RG:

CONTRATO
PORTARIA Nº 186/2018

"Designa Fiscal de Contrato Administrativo."

MARIA LUCIA DE OLIVEIRA PORTO, Prefeita Municipal de Conquista D'Oeste, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições definidas no artigo 63, inciso IX, da Lei Orgânica do Município,

Considerando o disposto no artigo 67, da lei 8.666/93,

Considerando as disposições contidas no Decreto Municipal 038/2013, e;

Considerando os princípios que regem a Administração Pública;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o servidor **LUCIO DIVINO GOMES**, portador da cédula de identidade sob o nº M-6908833, expedida pela SSP/MT e do CPF 031. 805.137-05, lotado na Secretaria Municipal de Obras, para atuar como fiscal do contrato administrativo n° **115/2018, 116/2018; 117/2018 e 118/ 2018**.

Art. 2º - Fica o fiscal obrigado a comunicar a administração todas às ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário a regularização das faltas ou defeitos eventualmente observados.

Parágrafo Único – As decisões e providencias que ultrapassem a competência do fiscal deverão ser solicitado, à administração, em tempo hábil, para a adoção das medidas saneadoras.

Art. 3º - Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir da assinatura do contrato.

Cumpra-se

Gabinete do Prefeito, em 15 de Outubro de 2018.

Maria Lucia de Oliveira Porto

Prefeita Municipal

Certifico que este ato foi publicado mediante afixação no mural desta Prefeitura Orgânica do Município e no site www.conquistadoeste.mt.gov.br

CONTRATO
CONTRATO Nº 161/2018

"Contrato de prestação de serviço que entre si fazem, de um lado o MUNICÍPIO DE CONQUISTA D´OESTE e de outro lado **W GARCIA FREITAS**".

O MUNICÍPIO DE CONQUISTA D'OESTE, com sede na Avenida dos Oitis, nº 1200, Centro, Conquista D'Oeste/MT, inscrito no CNPJ n.º 04.219. 688/0001-56, neste ato representado por sua Prefeita Municipal, **MARIA LÚCIA DE OLIVEIRA PORTO**, brasileira, divorciada, portadora da cédula de identidade nº 000844464 SSP/MS e do CPF nº 607.752.031-49, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE e a empresa **W GARCIA FREITAS** com sede na Rua das Laranjeiras, nº 1413 sala B, Centro, na cidade de Conquista D'Oeste, Estado de Mato Grosso, inscrita no CNPJ sob nº 31.446.528.598/0001-10, neste ato representada por Wesley Garcia Freitas, portador da cédula de identidade RG nº MG-15.745.519 expedida pela SSP/MG, inscrito no CPF sob o nº 089.357.356-63, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, resolvem celebrar o presente contrato nos termos do Processo Administrativo **2980/2018** e Inexigibilidade de Licitação nº 005/2018, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas, em concordância com a lei 8.666/93 e suas alterações, e em conformidade com as disposições a seguir.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO FUNDAMENTO LEGAL

1.1 O presente termo regula-se mediante as disposições da Lei nº.8.666/ 93, em sua redação atual, juntamente com os elementos integrantes do Edital de Credenciamento.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

2.1 O presente termo tem por objeto o credenciamento de pessoas jurídicas especializadas em prestação de serviços médicos, a serem realizados nos termos da Cláusula Terceira.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO E LOCAL PARA EXECUÇÃO DO SERVIÇO

3.1 O prazo para execução dos serviços será em conformidade com as solicitações da Secretaria Municipal de Saúde, conforme tabela abaixo:

ITEM	LOCAL DE PRESTAÇÃO DOSERVIÇO	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	VALOR(R$)
47233	PRONTO ATENDIMENTO MUNICIPAL	Serviço de enfermagem para realização de plantões de 12 horas ininterruptas (período noturno e diurno, conforme escala); Permanecer no local e atender toda a demanda de urgências e emergências; Se for o caso, acompanhar paciente em transporte inter-hospitalar, com suporte básico e/ou avançado, quando solicitado pela Central Estadual de Regulação de Urgência 'e Emergência.	R$ 250,00 (por plantão)

D

E

J

U

L

I

O

C

A

M

P

O

S

Parágrafo único – Os serviços que forem executados com vício ou defeito em virtude da ação ou omissão voluntária, negligência ou imperícia, serão repostos sobexclusiva e integral responsabilidade do CREDENCIADO, sem ônus para o CREDENCIANTE.

CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO

4.1. Os valores dos serviços prestados estão estabelecidos na Cláusula Terceira, deste Termo.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. CREDENCIADO obriga-se a:

a) Atender aos eventos/ações previstos no presente termo, conforme ordem de serviço;

D

E

J

U

L

I

O

C

A

M

P

O

S

b) Comparecer sem atrasos aos dias e horários estabelecidos pela Secretaria Municipal de Saúde para a prestação de serviços, cumprindo integralmente a jornada/horas estabelecidos para cada um;

c) Informar, no caso de impossibilidade de atendimento, com 05 (dias) dias de antecedência, de forma a nãocomprometer a realização do serviço;

5.2. A CREDENCIANTE obriga-se a:

a) Efetuar os pagamentos das Notas Fiscais do Credenciado, de acordo com a proposta apresentada e após atesto pelo servidor ou comissão responsável pelo acompanhamento/fiscalização do serviço;

b) Informar ao Credenciado com 05 (cinco) dias de antecedência da realização do evento.

Parágrafo segundo - A ação da Fiscalização não exonera o credenciado de suas responsabilidades contratuais.

CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO

6.1. O pagamento será efetuado se atendidas às seguintes condições:

a) Atestado do recibo ou fatura;

6.2. Não será permitido o pagamento de eventos sem a prévia e formal autorização da Secretaria Municipal de Saúde;

6.3. O prazo de pagamento é o estabelecido no art.5º, §3º e art.40, XIV, “a”da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA

7.1 **O presente Termo terá vigência até 31 de dezembro de 2018, iniciando-se na assinatura do contrato, podendo ser prorrogado na forma da Lei.**

CLÁUSULA OITAVA – DAS PENALIDADES

8.1. O credenciado ficará sujeito a multa de 0,3% (três décimos por cento) por dia de atraso no fornecimento do objeto deste TERMO, incorrendo ainda, na multa de 1,5% (um inteiro e cinco décimos por cento), ambas sobre o valor global do TERMO, no caso do atraso ser igual ou superior a 15 (quinze) dias observando-se também, neste caso, as demais sanções previstas na legislação pertinente, no caso de, sem justa causa e já advertida não cumprira contendo com as obrigações assumidas, ressalvados os casos fortuitos e de força maior devidamente justificado e aceitos a juízo do CREDENCIANTE.

D

E

J

U

L

I

O

C

A

M

P

O

S

§1º-Após a comunicação por escrito de que será aplicada a multa mencionada no “Caput” desta cláusula, o contratado terá um prazo de 05 (cinco) dias úteis para sanar as irregularidades, caso contrário o CREDENCIANTE ficará no direito de rescindir este TERMO.

§2º- A multa, que porventura for aplicada será descontada do primeiro faturamento seguinte à data da notificação, discriminada na respectiva Nota Fiscal/Fatura.

§3º- Pela inexecução total ou parcial deste TERMO, o CREDENCIANTE poderá, garantindo a prévia defesa, aplicar ao credenciado as seguintes sanções:

I- Advertência;

II- Multa;

III- Suspensão temporária em participação de licitação e impedimento de contratar com o CREDENCIANTE, por um prazo não superior a 02(dois) anos.

CLÁUSULA NONA- DA RESCISÃO

9.1 A inexecução total ou parcial deste TERMO enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas na Lei nº.8.666/93,em sua redação atual, ocorrendo os seguintes motivos:

A) O não cumprimento ou o cumprimento irregular das cláusulas contratuais;

B) Razões de interesse público de alta relevância e pleno conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa do CREDENCIANTE;

C) O atraso superior de 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pelo CREDENCIANTE, decorrente dos serviços já prestados, salvo no caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao CREDENCIADO o direito de optar pela suspensão temporária do cumprimento de suas obrigações até quê seja normalizada a situação;

D) A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada impeditiva da execução do Termo por parte do CREDENCIADO.

§1º-Está assegurado o direito a rescisão contratual para ambas as partes, conforme preceituam os artigos 78 a 80 da Lei n.º8.666/93, em sua redação atual.

CLÁUSULADÉCIMA–DADOTAÇÃOORÇAMENTÁRIA

*(**356/2018**) 3.3.90.39.00.00.00.00.102 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.*

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAPUBLICAÇÃO

11.1. O presente Termo será publicado em forma de extrato, no Jornal Oficial dos Municípios, no prazo estabelecido pelo Parágrafo Único do Art.61 da Lei nº.8.666/93, em sua redação atual.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO

12.1 Para dirimir as questões oriundas deste TERMO, não resolvidas administrativamente, será competente o Foro da Comarca de Pontes e Lacerda–MT, preterindo outros por mais privilegiados que sejam. E, por estarem de acordo, firmam as partes o presente instrumento em 02(duas) vias de igual teor e forma, para um só efeito, na presença de duas testemunhas.

Conquista D'Oeste – MT, 14 de novembro de 2018.

Maria Lucia de Oliveira Porto Wesley Garcia Freitas

Prefeita Municipal Credenciado

Representante Legal da Contratante Representante Legal da Contratada

Testemunhas:

Nome: Nome:

RG: RG:

CONTRATO
CONTRATO Nº 157/2018

termo de Contrato que entre si celebram O MUNICÍPIO DE Conquista D'OESTE E a Empresa **AUTO ELÉTRICA MARISTA LTDA - ME.**

O **MUNICÍPIO DE CONQUISTA D'OESTE,** com sede na Avenida dos Oitis, nº 1200, Centro, Conquista D'Oeste/MT, inscrito no CNPJ n.º 04.219. 688/0001-56, neste ato representado por sua Prefeita Municipal, MARIA LÚCIA DE OLIVEIRA PORTO, brasileira, divorciada, portadora da cédula de identidade nº 000844464 SSP/MS e do CPF nº 607.752.031-49, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE** e empresa **AUTO ELÉTRICA MARISTA LTDA - ME**, com sede na Av. Tancredo Neves, na cidade de Pontes e Lacerda, Estado de Mato Grosso, inscrita no CNPJ sob nº 15.348.451/0001-91, doravante denominada **CONTRATADA,** neste ato representada pelo(a) Sr.(a) Aldejunho Ferreira de Queiroz, portador(a) da Carteira de Identidade nº 03102408, expedida pelo(a) SSP/MT, e CPF nº 177.906.541-87, tendo em vista o que consta do **Processo Administrativo nº 3191/2018** e em observância às disposições e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e demais normas aplicáveis à matéria, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do **Pregão Presencial nº 051/2018**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1 O objeto do presente Termo de Contrato é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA NO RAMO DE OFICINA MECÂNICA PARA FORNECIMENTO DE PEÇAS COM APLICAÇÃO DOS SERVIÇOS EM VEICULO DA SECRETARIA DE SAÚDE – PLACAS QBQ-3265 E QBU-2735, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES E OBRIGAÇÕES DESCRITAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Edital de Pregão identificado no preâmbulo e na proposta vencedora, os quais integram o presente instrumento, independente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é de 31 de dezembro de 2018, contados a partir da data de sua assinatura, prorrogável na forma do art. 57, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA - VALOR CONTRATUAL

3.1. O valor do presente Termo de Contrato é de **R$ 2.275,00(Dois mil duzentos e setenta e cinco reais).**

3.2 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA QUARTA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

4.1 São obrigações da CONTRATANTE:

a) receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos e na Proposta da licitante vendedora;

b) Emitiras autorizações de fornecimento e realizar seu controle efetivo;

c) verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto contratado recebido provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo, quando for o caso;

d) comunicar à CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto contratado, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

e) acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da CONTRATADA, através de comissão/servidor especialmente designado; e

f) efetuar o pagamento à CONTRATADAno valor correspondente à execução do objeto contratado, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos.

4.2 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA QUINTA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1 A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus, os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

a) efetuar a entrega do objeto contratado conforme as condições, especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal;

b) responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

c) substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado pela CONTRATANTE, o objeto contratado que apresente vícios, avarias ou defeitos;

d) comunicar à CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

e) manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação; e

f) indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

5.2. A **CONTRATADA** ainda obriga-se a:

a) aceitar as alterações que se fizerem necessárias, conforme disposto no artigo 65 da Lei nº 8.666/93;

b) não transferir, no todo ou em parte, o objeto deste contrato, sem prévia e expressa anuência da CONTRATANTE;

c) responsabilizar-se pela entrega do objeto contratado, inclusive no que se referir a não observância da legislação em vigor;

d) arcar com todos os ônus necessários à completa entrega do objeto deste Termo de Contrato, inclusive no que se referir à qualidade dos recursos materiais empregados e seleção e treinamento dos recursos humanos necessários ao seu desenvolvimento;

e) responder integralmente, por quaisquer perdas e danos que vier a causar à CONTRATANTE ou à terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;

f) responder, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes da execução do contrato, tais como: salários, seguros de acidente, taxas, impostos e contribuições, indenizações, encargos trabalhistas, acidentes de trabalho; e

g) assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-las na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a CONTRATANTE.

CLÁUSULA SEXTA - DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

6.1 As despesas decorrentes da aquisição, objeto desta Licitação, correrão à conta dos recursos específicos consignados no orçamento, distribuídos da seguinte forma:

Cód. Reduzido: 374

Cód. Reduzido: 375

CLÁUSULA SÉTIMA - PAGAMENTO

7.1 O PAGAMENTO SERÁ EFETUADO EM ATÉ 30 (TRINTA) DIAS CORRIDOS DA **ENTREGA** DAS PEÇAS/SERVIÇOS CORRESPONDENTES À CADA NOTA FISCAL EMITIDA, **MEDIANTE A APRESENTAÇÃO** DO RESPECTIVO DOCUMENTO FISCAL ATESTADA POR SERVIDOR DESIGNADO PELA CONTRATANTE.

7.2.Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplemento contratual.

7.3. O pagamento poderá ser efetuado através de depósito em qualquer agência da rede bancária, para crédito da CONTRATADA em conta corrente de sua titularidade.

7.4. O pagamento somente será efetuado mediante:

a) prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede da contratada, através de Certidões expedidas pelos órgãos competentes, que estejam dentro do prazo de validade expresso na própria certidão, composta de: Certidão de Quitação de Tributos Federais, neles abrangidos as contribuições sociais, administrados pela Secretaria da Receita Federal; Certidão Quanto à Dívida Ativa da União, expedida pela Procuradoria da Fazenda Nacional-Ministério da Fazenda; Certidão expedida pela Secretaria da Fazenda do Estado ou Distrito Federal e Certidão Expedida pela Prefeitura Municipal, da sede da empresa quando couber;

b) prova de situação regular perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS (art. 27, a, Lei n° 8.036/90), através da apresentação do CRF – Certificado de Regularidade do FGTS; e

c) prova de situação regular perante o Instituto Nacional de Seguridade Social-INSS (art. 195, § 3°, da Constituição Federal), através da apresentação da CND – Certidão Negativa de Débito.

7.5. O não cumprimento do previsto neste Termo de Contrato permitirá à CONTRATANTE a retenção do valor devido constante de documento fiscal até que seja sanada a irregularidade.

CLÁUSULA OITAVA – REAJUSTE E ALTERAÇÕES

8.1. O preço contratado é fixo e irreajustável.

8.2 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, quando:

a) solicitada pela **CONTRATADA**, junto ao setor competente do ÓRGÃO, devidamente justificado e protocolado;

b) solicitada pelo ÓRGÃO, junto à **CONTRATADA**, devidamente justificado e protocolado.

8.3 A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

8.4 As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

CLÁUSULA NONA - FISCALIZAÇÃO

9.1 Exercer, por intermédio de servidor designado na forma do artigo 67 da Lei Federal nº 8.666/93, o acompanhamento e fiscalização da execução do contrato, sob todos os seus aspectos, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da CONTRATADA.

9.1.1. A fiscalização e acompanhamento de que trata esta Cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da **CONTRATADA**, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica co-responsabilidade do **CONTRATANTE** ou de seus agentes e prepostos (art. 70 da Lei nº 8.666/93).

CLÁUSULA DÉCIMA - INEXECUÇÃO E RESCISÃO DO CONTRATO

10.1. A inexecução total ou parcial do **CONTRATO** enseja a sua rescisão, e ficará o contrato rescindido de pleno direito, independentemente de aviso ou interpelação judicial ou extrajudicial, se houver ocorrência de uma das situações prescritas nos artigos 77, 78, 79, 80 e seguintes da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores.

10.2. O presente **CONTRATO** poderá, ainda, ser rescindido por ato unilateral da administração, por acordo entre as partes, desde que haja conveniência da Administração, desde que justificado, a qualquer tempo, mediante aviso prévio de 30 (trinta) dias, ou ainda judicialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1 Atraso por parte da CONTRATADA na assinatura do contrato e a não apresentação da situação regular na forma exigida nas alíneas a, b e c do Item 8.4 do Contrato, incidirá na aplicação da multa de 0,5 % (zero vírgula cinco por cento) ao dia, sobre o valor adjudicado, sendo que, se a situação perdurar até o 11º dia, será caracterizado inexecução total da obrigação.

11.2 Sem prejuízo das sanções cominadas no art. 87, I, III e IV, da Lei 8. 666/93, pela inexecução total ou parcial do objeto adjudicado, o Município de Conquista D'Oeste poderá, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à Contratada multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total adjudicado.

11.2.1 Suspensão temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com o Município de Conquista D'Oeste, por prazo de até 02 (dois) anos, e,

11.2.2 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

11.2.3 A licitante, adjudicatária ou contratada que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantida prévia e ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com a Prefeitura Municipal de Conquista D'Oeste pelo prazo de até cinco anos e, se for o caso, será descredenciada do Cadastro Geral de Fornecedores por igual período, sem prejuízo da ação penal correspondente na forma da lei.

11.3 A multa, eventualmente imposta à contratada, será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus, acrescida de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês. Caso a contratada não tenha nenhum valor a receber da Prefeitura Municipal de Conquista D'Oeste, ser-lhe-á concedido o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados de sua intimação, para efetuar o pagamento da multa. Após esse prazo, não sendo efetuado o pagamento, seus dados serão encaminhados ao Órgão competente para que seja inscrita na dívida ativa do município, podendo, ainda o Município de Conquista D'Oeste proceder a cobrança judicial da multa.

11.4 As multas previstas nesta seção não eximem a adjudicatária da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar ao Município de Conquista D'Oeste.

11.5 Além das penalidades citadas, a licitante vencedora ficará sujeita, ainda, ao cancelamento de sua inscrição no Cadastro Geral de Fornecedores, e, no que couber, às demais penalidades referidas no Capítulo IV da Lei n.º 8.666/93.

11.6 As sanções de suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com o Município **de Conquista D'Oeste**, e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas à licitante vencedora concomitantemente com as de multa, que poderão ser descontadas dos pagamentos a serem efetuados ou cobradas judicialmente.

11.7 A multa prevista no item 11.1 tem caráter de sanção e será cobrada por compensação financeira dos créditos que a contratada tiver a receber.

11.8 Das decisões proferidas pela Administração cabem:

a) Recurso por escrito, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, nos casos previstos no art. 109, § 4º da Lei Federal nº 8.666/93;

b) Representação ao Município de Conquista D'Oeste, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação da decisão relacionada com o objeto do Contrato, de que não caiba recurso hierárquico.

c) Pedido de reconsideração da decisão do Município de Conquista D'Oeste nos casos de declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da intimação do ato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - VALIDADE E EFICÁCIA

12.1 Incumbirá à **CONTRATANTE** providenciar a publicação do extrato deste Termo de Contrato e de seus eventuais aditivos na imprensa oficial, que é condição indispensável para sua eficácia, até o quinto dia útil do mês seguinte ao da sua assinatura, para ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias daquela data, nos termos do artigo 61, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – FORO

13.1 Fica eleito o foro da Comarca de Pontes e Lacerda, Estado de Mato Grosso, como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente instrumento, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

13.2 Os casos omissos serão resolvidos amigavelmente entre as partes e em observância a legislação pertinente.

13.3 Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em 3 (três) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes e 3 (três) testemunhas idôneas e civilmente capazes.

Conquista D'Oeste/ MT, 09 de novembro de 2018.

Maria Lúcia de Oliveira Porto Prefeita Municipal Representante Legal CONTRATANTE	AUTO ELÉTRICA MARISTA LTDA - ME Representante Legal CONTRATADA
TESTEMUNHAS: Nome: RG:	Nome: RG:

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU

TERMO DE DECLARAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 201/2018 PARA CERTAME DESERTO – PREGÃO PRESENCIAL Nº. 136/2018.

O Prefeito Municipal de Cotriguaçu/MT usando de suas atribuições legais de acordo com a lei 8.666/93, DECLARA DESERTO o processo licitatório 201-2018 Pregão Presencial 136-2018, referente à "FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE VEICULO PICK-UP UTILITARIO PELO CONTRATO DE REPASSE MDA 0327527-71/2010, SINCONV-7361717, CONSTRUÇÃO DE USINA DE BENEFICIAMENTO DE LEITE E SEUS DERIVADOS, PARA DAR SUPORTE ASO TRABALHOS DO LATICÍNIO MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU". A sessão foi iniciada as 08:30 horas do dia 05/11/2018 pela comissão especial de licitação, onde não compareceram interessados em participar do certame. A primeira chamada do deu-se dia 21/11/2018, não havendo interessados nessa data a mesma foi prorrogada conforme demanda a lei 8.666/93 para a presente data de 04/12/2018, onde também não compareceu interessados em participar da licitação. Nesses termos DECLARO a licitação DESERTA.

Cotriguaçu/MT, 05 de Dezembro de 2018.

JULIANO MATEUS DE ALMEIDA

Pregoeiro

SEC. GOVERNO
ANEXO LEI Nº 1.065/2018 - QUADRO DEMONSTRATIVO RECEITA E DESPESA

Natureza Jurídica não encontrada
PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUACU

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2019

Demonstrativo da Receita e Despesa segundo as Categorias Econômicas (Anexo 1 da Lei nº 4.320/64)

Receitas	Valor	Despesas	Valor
Receitas Correntes	38.685.478,12	DESPESAS CORRENTES	28.608.997,11
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1.718.640,00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	13.437.886,06
Contribuições	97.000,00	JUROS E ENCARDGS DA DIVIDA	45.000,00
Receita Patrimonial	453.000,00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	15.126.111,05
Receita de Serviços	21.000,00		
Transferências Correntes	36.375.838,12		
Outras Receitas Correntes	20.000,00		
DEDUÇÕES DA RECEITA	-4.520.000,00		
DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	-4.520.000,00		
		Superavit	5.556.481,01
Total	34.165.478,12	Total	34.165.478,12
Superavit do orçamento corrente	5.556.481,01		
Receitas de Capital	2.117.391,88	DESPESAS DE CAPITAL	5.148.215,49
Alienação de Bens	10.000,00	INVESTIMENTOS	5.113.830,49
Transferências de Capital	2.107.391,88	AMORTIZACAO DE DIVIDA	34.385,00
Deficit	3.030.823,61		
Total	5.148.215,49	Total	5.148.215,49

Resumo

Receitas Correntes	38.685.478,12	106,62 %	DESPESAS CORRENTES	28.608.997,11	78,85 %
Receitas de Capital	2.117.391,88	5,84 %	DESPESAS DE CAPITAL	5.148.215,49	14,19 %
DEDUÇÕES DA RECEITA	-4.520.000,00	-12,46 %	RESERVA DE CONTINGENCIA	725.657,40	2,00 %
			TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	1.800.000,00	4,96 %
Total	36.282.870,00	100,00 %	Total	36.282.870,00	100,00 %

AVISO DE EDITAL LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL - Nº 144/2018
PROCESSO 213/2018

A prefeitura Municipal de Cotriguaçu AV. 20 de Dezembro, n° 725 – Centro – Cotriguaçu/MT, Torna público a abertura de LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL nº 144/2018 forma de julgamento**: Menor preço por item,** com a finalidade de selecionar propostas para: **"FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE BRINQUEDOS DIDÁTICOS PARA ATENDER A DEMANDA DAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE COTRIGUAÇU/MT EM CUMPRIMENTO DO TERMO DE COMPROMISSO PAR Nº 201400177",** cujas especificações detalhadas encontram-se no Edital da Licitação. Regem a presente licitação, a Lei nº 8.666/93, 10.520/02 e demais legislações aplicáveis. A abertura desta licitação ocorrerá no dia **27 (vinte e sete) de Dezembro de 2018, às 08:30 (oito horas e trinta minutos)**, na Sala de Reuniões da Comissão Permanente de Licitação. Poderão participar da licitação pessoas jurídicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições constantes do edital. O Edital completo poderá ser solicitado pelos interessados de segunda a sexta-feira pelo e-mail licitacao@cotriguacu.mt.gov.br ou no site da Prefeitura www.cotriguacu.mt.gov.br, (Portal da Transparência).

Cotriguaçu-MT, 10 de Dezembro de 2018.

JULIANO MATEUS DE ALMEIDA

Pregoeiro da Comissão Especial de Licitação.

PORTARIA N.º 059/2018

PORTARIA N.º 059/2018

A Diretora Executiva do PREVI COTRI –Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores de Cotriguaçu/MT, no uso de suas atribuições e competências que lhe são conferidas pela Lei nº 692/2011. „

CONSIDERANDO a necessidade de se realizar conferência dos bens móveis do PREVI- COTRI;

RESOLVE:

Art. 1º. Fica criada a Comissão de Avaliação, Reavaliação, baixa e inventário dos bens do PREVI COTRI –Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores de Cotriguaçu/MT.

Parágrafo Único. A comissão de que trata este artigo é composta dos seguintes membros:

Walquiria Souza Domingos Pereira - Presidente

Guilherme Oliveira Souza – Membro

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Cotriguaçu-MT, 10 de Dezembro de 2018

Sandra Parmejane

Diretora Executiva do PREVI-COTRI

Portaria nº 112/2018

TERMO HOMOLOGAÇÃO PROCESSO 208/2018 - PREGÃO PRESENCIAL 140/2018

O Prefeito Municipal, JAIR KLASNER, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

a) Processo Nr.: 208/2018

b) Licitação Nr.: 140/2018-PR

c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

d) Data Homologação: 10/12/2018

e) Objeto da Licitação: **"REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE NITROGÊNIO LÍQUIDO, PARA O FORTALECIMENTO DA CADEIA LEITERA NO MUNICÍPIO E ACONDICIONAMENTO DAS DOSES DE SÊMEM AOS PRODUTORES QUE BUSCAM O MELHORAMENTO GENÉTICO E PRODUTIVO DO SEU REBANHO ASSOCIADOS PELA SECRETARIA DE AGRICULTURA"**

f) Fornecedor e Itens declarados Vencedores (cfe. Cotação):

012911 – FREITAS E FREITAS LTDA (01 ITEM) totalizando (01) item no valor global de **R$ 18.000,00** (DEZOITO MIL REAIS).

JAIR KLASNER

PREFEITO MUNICIPAL

RESULTADO DO PREGÃO 140/2018 PROCESSO 208/2018

A Prefeitura Municipal de Cotriguaçu/MT, torna público o resultado da Licitação, para conhecimento dos interessados que o Pregão Presencial - SRP nº 140/2018 obteve os seguintes resultados:

A empresa **FREITAS E FREITAS LTDA,** CNPJ 23.482.163/0001-53, foi vencedor do item **01,** com valor global de **R$ 18.000,00** (DEZOITO MIL REAIS).

O Processo Administrativo referente à licitação acima se encontra a disposição dos interessados na sala de licitações da referida Prefeitura, localizada na av. 20 de Dezembro, nº 725, Centro, neste município de Cotriguaçu/MT, 10 de Dezembro de 2018.

JAIR KLASNER

PREFEITO MUNICIPAL

SEC. GOVERNO
RESOLUÇÃO Nº. 010 DE 04 DEZEMBRO DE 2018

Dispõe sobre a Análise e aprovação do Demonstrativo Anual 2017 Gestão Suas.

O Pleno do CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS de Cotriguaçu/MT, no uso de suas obrigações que lhe conferem a Lei nº. 115/96 de 16/12/1996 e em reunião ordinária realizada em 04 de Dezembro de 2018,

Resolve:

Art. 1º - Aprovar por unanimidade a análise e aprovação do Demonstrativo Anual 2017 Gestão do Suas.

Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação;

Publique-se, Registre-se;

_____

Vanilda Aparecida Pinto

Presidente do Conselho Municipal de

Assistência Social de

Cotriguaçu/MT

SEC. GOVERNO
RESOLUÇÃO Nº. 009 DE 04 DEZEMBRO DE 2018

Dispõe sobre a Análise e aprovação do Demonstrativo Anual 2017 Gestão Programa Bolsa Família.

O Pleno do CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS de Cotriguaçu/MT, no uso de suas obrigações que lhe conferem a Lei nº. 115/96 de 16/12/1996 e em reunião ordinária realizada em 04 de Dezembro de 2018,

Resolve:

Art. 1º - Aprovar por unanimidade a análise e aprovação do Demonstrativo Anual 2017 Gestão Programa Bolsa Família.

Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação;

Publique-se, Registre-se;

_____

Vanilda Aparecida Pinto

Presidente do Conselho Municipal de

Assistência Social de

Cotriguaçu/MT

SEC. GOVERNO
RESOLUÇÃO Nº. 008 DE 04 DEZEMBRO DE 2018

Dispõe sobre a Análise e aprovação do Demonstrativo Anual 2017 Serviços e programas.

O Pleno do CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS de Cotriguaçu/MT, no uso de suas obrigações que lhe conferem a Lei nº. 115/96 de 16/12/1996 e em reunião ordinária realizada em 04 de Dezembro de 2018,

Resolve:

Art. 1º - Aprovar por unanimidade a análise e aprovação do Demonstrativo Anual 2017 Serviços e Programas.

Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação;

Publique-se, Registre-se;

_____

Vanilda Aparecida Pinto

Presidente do Conselho Municipal de

Assistência Social de

Cotriguaçu/MT

TERMO DE APOSTILAMENTO Nº 015/2018

TERMO DE APOSTILAMENTO Nº 015/2018 Nº 015/2018 ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 014/2018 parte integrante do Pregão Presencial nº. 06/2018 Processo 011-2018.O presente Termo de Apostilamento **015/2018 tem como objetivo TRANSFERIR SALDO PARCIAL DO ITEM 01 (COMBUSTIVEL - DIESEL, COMUM), amodificação foi solicitada pela secretaria de Municipal de Infraestrutura, conforme ofício nº 303/2018, para suprir a sua demanda da secretaria, os itens transferidos passarão do saldo existente na Secretaria Municipal de Cidades, autorizado através do ofício Nº 304/2018.**

CLÁUSULA SEGUNDA – DO ITEM

Para que possa supri a necessidade de atendimento da Secretaria Municipal de Infraestrutura valor de:

ITEM	QUANT.	UNIDA.	DESCRIÇÃO	VALOR UNI.	VALOR TOTAL
1	3.822,001	LT	COMBUSTIVEL - DIESEL, COMUM	R$ 4,57	R$ 17.466,54

R$: 17.466,54 (Dezessete mil e quatrocentos e sessenta e seis reais e cinquenta e quatro centavos)

JAIR KLASNER

PREFEITO MUNICIPAL

TERCEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO N° 016/2016

Pelo presente SEGUNDO ADITIVO, fica alterada a Cláusula terceira (Do Valor) e, referente ao Contrato nº 016/2016, datado de 20 de abril de 2016, objetivando a: "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA EDIFICAÇÃO E AMPLIAÇÃO DE : "SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA", SENDO NA SEDE DO MUNICÍPIO DE COTRIGUAÇU: AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE ETA- (ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUA)DE 15 L/S, URBANIZAÇÃO DA ETA E RESERVATÓRIO DE 500 M3 ; E NO DISTRITO DE NOVA UNIAO: A CAPTAÇÃO SUPERFICIAL, ADUTORA DE ÁGUA BRUTA, ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUA , URBANIZAÇÃO DA ETA, RESERVATÓRIO APOIADO METÁLICO DE 400 M3 , REDE DE DISTRIBUIÇÃO, LIGAÇÕES DOMICILIARES E HIDROMETROS E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES PERMENORIZADAS E CONTIDAS NA PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, CRONOGRAMA FÍSICO/FINANCEIRO, MEMORIAL DESCRITIVO E PROJETO, ANEXO A ESTE EDITAL, NO VALOR DE ATÉ R$ 4.351.925,47", NO MUNICÍPIO DE COTRIGUAÇU-MT", DE ACORDO COM O TC/PAC 0416/2014.CLÁUSULA PRIMEIRA – DO ADITIVO – DO PREÇO - O Contratante resolve aditar à Cláusula Terceira do Contrato, concedendo o reajuste de R$ 139.356,68 (Cento e trinta e nove mil, trezentos e cinquenta e reais e sessenta e oito centavos), acrescendo-se ao valor contratado de R$ 4.141.925,00, o que perfaz um reajuste de 3,75% (três inteiros e setenta e cinco décimos porcento) ao valor contratado.

PARAGRAFO PRIMEIRO – O valor reajustado será arcado exclusivamente com recursos próprios do Contratante.

PARAGRAFO SEGUNDO – O valor reajustado terá eficácia e será empenhado no orçamento de 2019.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS- Permanecem inalteradas as demais cláusulas constantes do Contrato nº 016/2016 objetivando a: "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA EDIFICAÇÃO E AMPLIAÇÃO DE : "SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA", SENDO NA SEDE DO MUNICÍPIO DE COTRIGUAÇU: AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE ETA- (ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUA)DE 15 L/S, URBANIZAÇÃO DA ETA E RESERVATÓRIO DE 500 M3 ; E NO DISTRITO DE NOVA UNIAO: A CAPTAÇÃO SUPERFICIAL, ADUTORA DE ÁGUA BRUTA, ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUA , URBANIZAÇÃO DA ETA, RESERVATÓRIO APOIADO METÁLICO DE 400 M3 , REDE DE DISTRIBUIÇÃO, LIGAÇÕES DOMICILIARES E HIDROMETROS E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES PERMENORIZADAS E CONTIDAS NA PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, CRONOGRAMA FÍSICO/FINANCEIRO, MEMORIAL DESCRITIVO E PROJETO, ANEXO A ESTE EDITAL, NO VALOR DE ATÉ R$ 4.351.925,47", NO MUNICÍPIO DE COTRIGUAÇU-MT", DE ACORDO COM O TC/PAC 0416/2014", as quais serão respeitadas pelas partes. E por estarem justos e acordados, ambas as partes assinam o presente, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas. Cotriguaçu/MT, 10 de Dezembro de 2018.

JULIANO MATEUS DE ALMEIDA

PREGOEIRO

SEC. GOVERNO
RESOLUÇÃO Nº. 011 DE 04 DEZEMBRO DE 2018

Dispõe sobre a Análise e aprovação do CENSO SUAS 2018 FUNDO MUNICIPAL E CENSO SUAS 2018 CONSELHO MUNICIPAL.

O Pleno do CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS de Cotriguaçu/MT, no uso de suas obrigações que lhe conferem a Lei nº. 115/96 de 16/12/1996 e em reunião ordinária realizada em 04 de dezembro de 2018,

Resolve:

Art. 1º - Aprovar por unanimidade a análise e aprovação do Censo Suas 2018 Fundo Municipal.

Art.2º - Aprovar por unanimidade a análise e aprovação do Censo Suas 2018 Conselho Municipal

Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação;

Publique-se, Registre-se;

_____

Vanilda Aparecida Pinto

Presidente do Conselho Municipal de

Assistência Social de

Cotriguaçu/MT

SEC. GOVERNO
RESOLUÇÃO Nº. 012 DE 04 DEZEMBRO DE 2018.

Dispõe sobre a Análise e aprovação do Relatório Anual 2018 Gestão Municipal, Serviço de Acolhimento, CRAS/PAIF, Cadastro Único e Bolsa Família.

O Pleno do CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS de Cotriguaçu/MT, no uso de suas obrigações que lhe conferem a Lei nº. 115/96 de 16/12/1996 e em reunião ordinária realizada em 04 de Dezembro de 2018,

Resolve:

Art. 1º - Aprovar por unanimidade a análise e aprovação do Relatório Anual 2018 Gestão Municipal de Assistência Social.

Art. 2º - Aprovar por unanimidade a análise e aprovação do Relatório Anual 2018 Serviço de Acolhimento.

Art. 3º - Aprovar por unanimidade a análise e aprovação do Relatório Anual 2018 CRAS/ PAIF.

Art. 4º - Aprovar por unanimidade a análise e aprovação do Relatório Anual 2018 Cadastro Único e Bolsa Família.

Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação;

Publique-se, Registre-se;

_____

Vanilda Aparecida Pinto

Presidente do Conselho Municipal de

Assistência Social de

Cotriguaçu/MT

SEC. GOVERNO
LEI Nº 1.066/2018

"Abre crédito especial por conta do superávit financeiro do exercício anterior no orçamento vigente no valor de até R$ 3.094.000,00(Três Milhões e noventa e quatro mil reais) e dá outras providências".

JAIR KLASNER, Prefeito Municipal de Cotriguaçu MT, no uso de suas atribuições legais, e nos termos das diretrizes para a elaboração da lei orçamentária de 2018 – LDO e das outras providências, inciso I, artigo 41, artigo 42 e inciso II e III do § 1˚ do artigo 43 da Lei 4.320/64 faz saber a todos os habitantes do Município que o Poder Legislativo aprova e Ele sanciona e promulga a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir o seguinte crédito especial do Orçamento do Município no valor de R$ 3.094.000,00(Três Milhões e noventa e quatro mil reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 04- Secretaria Municipal de Administração

Órgão Unidade: 01-Divisao Administrativa

Projeto/ atividade: 2061- Gestão e Manutenção da Administração

Dotação Orçamentária: 3190.11.00 Vencimentos e Vantagens Fixas ------ R$ 50.000,00

Dotação Orçamentária: 3190.13.00 Obrigações Patronais ----------R$ 10. 000,00

Dotação Orçamentária: 3191.13.00 Obrigações Patronais ----------R$ 10. 000,00

Fonte de Recurso: 1000- Recursos Ordinários

Sub- Total----------R$ 70. 000,00

Órgão: 05- Secretaria Municipal de Finanças

Órgão Unidade: 01-Divisao Financeira

Projeto/ atividade: 2062- Gestão e Manutenção de Finanças

Dotação Orçamentária: 3190.11.00 Vencimentos e Vantagens Fixas ------ R$ 90.000,00

Dotação Orçamentária: 3190.13.00 Obrigações Patronais ----------R$ 15. 000,00

Dotação Orçamentária: 3191.13.00 Obrigações Patronais ----------R$ 15. 000,00

Fonte de Recurso: 1000- Recursos Ordinários

Sub- Total----------R$ 120.000,00

Órgão: 06- Secretaria Municipal de Educação e Cultura

Órgão Unidade: 01-Divisao de Educação Fundamental e Especial

Projeto/ atividade: 2066- Gestão e Manutenção da Educação e Cultura

Dotação Orçamentária: 3190.11.00 Vencimentos e Vantagens Fixas ------ R$ 70 .000,00

Dotação Orçamentária: 3190.13.00 Obrigações Patronais ----------R$ 10. 000,00

Dotação Orçamentária: 3191.13.00 Obrigações Patronais ----------R$ 8. 000,00

Fonte de Recurso: 1000- Recursos Ordinários

Sub- Total----------R$ 88. 000,00

Órgão: 06- Secretaria Municipal de Educação e Cultura

Órgão Unidade: 02-Fundeb 60%

Projeto/ atividade: 2045- Gestão e Manutenção do Fundeb 60%

Dotação Orçamentária: 3190.11.00 Vencimentos e Vantagens Fixas ------ R$ 450.000,00

Dotação Orçamentária: 3190.13.00 Obrigações Patronais ----------R$ 15. 000,00

Dotação Orçamentária: 3190.13.00 Obrigações Patronais ----------R$ 50.000,00

Fonte de Recurso: 1000- Recursos Ordinários

Sub- Total----------R$ 515.000,00

Órgão: 06- Secretaria Municipal de Educação e Cultura

Órgão Unidade: 02-Fundeb 60%

Projeto/ atividade: 2045- Gestão e Manutenção do Fundeb 60%

Dotação Orçamentária: 3190.11.00 Vencimentos e Vantagens Fixas ---------R$ 120.000,00

Fonte de Recurso:0018- Transferência Fundeb 60%

Sub- Total----------R$ 120.000,00

Órgão: 06- Secretaria Municipal de Educação e Cultura

Órgão Unidade: 03-Fundeb 40%

Projeto/ atividade: 2046- Gestão e Manutenção do Fundeb 40%

Dotação Orçamentária: 3190.11.00 Vencimentos e Vantagens Fixas ---------R$ 300.000,00

Dotação Orçamentária: 3191.13.00 Obrigações Patronais ----------R$ 36.000,00

Dotação Orçamentária: 3390.30.00 Material de Consumo ----------R$ 60.000,00

Dotação Orçamentária: 3390.39.00 Outros Serviços Pessoa Jurídica --- R$120.000,00

Fonte de Recurso: 1000- Recursos Ordinários

Sub- Total----------R$ 516.000,00

Órgão: 07- Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento Básico

Órgão Unidade: 01-Secretaria Municipal de Saúde

Projeto/ atividade: 2067- Gestão e Manutenção da Saúde e Saneamento Básico

Dotação Orçamentária: 3190.11.00 Vencimentos e Vantagens Fixas ---------R$ 90.000,00

Dotação Orçamentária: 3190.13.00 Obrigações Patronais ----------R$ 10.000,00

Dotação Orçamentária: 3191.13.00 Obrigações Patronais ----------R$ 10.000,00

Dotação Orçamentária: 3390.30.00 Material de Consumo ----------R$ 50.000,00

Fonte de Recurso: 0014- Transferência de Recurso do Sistema Único de Saúde – SUS- União

Sub- Total----------R$ 160.000,00

Órgão: 07- Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento Básico

Órgão Unidade: 01-Secretaria Municipal de Saúde

Projeto/ atividade: 2067- Gestão e Manutenção da Saúde e Saneamento Básico

Dotação Orçamentária: 3190.11.00 Vencimentos e Vantagens Fixas ----------R$ 90.000,00

Dotação Orçamentária: 3190.13.00 Obrigações Patronais ----------R$ 10.000,00

Dotação Orçamentária: 3191.13.00 Obrigações Patronais ----------R$ 10.000,00

Dotação Orçamentária: 3390.30.00 Material de Consumo ----------R$ 50.000,00

Dotação Orçamentária: 3390.39.00 Outros Serviços Pessoa Jurídica --R$120.000,00

Fonte de Recurso: 1000- Recurso Ordinários

Sub- Total----------R$ 160.000,00

Órgão : 07- Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento Básico

Órgão Unidade: 02- Fundo Municipal de Saúde

Projeto/ atividade: 2027- Atenção Básica Municipal BL ATB 01

Dotação Orçamentária: 3190.11.00 Vencimentos e Vantagens Fixas ------ R$ 250.000,00

Dotação Orçamentária: 3190.13.00 Obrigações Patronais ----------R$ 15. 000,00

Dotação Orçamentária: 3191.13.00 Obrigações Patronais ----------R$ 15. 000,00

Dotação Orçamentária: 3390.30.00 Material de Consumo ----------R$ 50. 000,00

Fonte de Recurso: 0014- Transferência de Recurso do Sistema Único de Saúde – SUS- União

Sub- Total----------R$ 330.000,00

Órgão: 07- Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento Básico

Órgão Unidade: 02-Fundo Municipal de Saúde

Projeto/ atividade: 2088- Gestão e Manutenção PACS- Agente Comunitário de Saúde

Dotação Orçamentária: 3190.11.00 Vencimentos e Vantagens Fixas ------ R$ 50.000,00

Dotação Orçamentária: 3190.13.00 Obrigações Patronais ----------R$ 5. 000,00

Dotação Orçamentária: 3191.13.00 Obrigações Patronais ----------R$ 15. 000,00

Fonte de Recurso: 0014- Transferência de Recurso do Sistema Único de Saúde – SUS- União

Sub- Total----------R$ 70.000,00

Órgão: 07- Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento Básico

Órgão Unidade: 02-Fundo Municipal de Saúde

Projeto/ atividade: 2128- Gestão da Atenção Básica, Média e Alta Complexidade (MAC)

Dotação Orçamentária: 3190.11.00 Vencimentos e Vantagens Fixas ----- R$ 120.000,00

Dotação Orçamentária: 3190.13.00 Obrigações Patronais ----------R$ 5. 000,00

Dotação Orçamentária: 3191.13.00 Obrigações Patronais ----------R$ 15. 000,00

Dotação Orçamentária: 3390.30.00 Material de Consumo ----------R$ 15. 000,00

Fonte de Recurso: 0014- Recursos Ordinários

Sub- Total----------R$ 140.000,00

Órgão: 07- Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento Básico

Órgão Unidade: 02-Fundo Municipal de Saúde

Projeto/ atividade: 2128- Gestão da Atenção Básica, Média e Alta Complexidade (MAC)

Dotação Orçamentária: 3190.11.00 Vencimentos e Vantagens Fixas ----- R$ 150.000,00

Dotação Orçamentária: 3190.13.00 Obrigações Patronais ----------R$ 5. 000,00

Dotação Orçamentária: 3191.13.00 Obrigações Patronais ----------R$ 15. 000,00

Dotação Orçamentária: 3390.30.00 Material de Consumo ----------R$ 15. 000,00

Fonte de Recurso: 1000- Recursos Ordinários

Sub- Total----------R$ 170.000,00

Órgão: 08- Secretaria Municipal de Gestão Social e Trabalho

Órgão Unidade: 03-Fundo Municipal de Assistência Social

Projeto/ atividade: 2068- Gestão e Manutenção da Assistência Social e Trabalho

Dotação Orçamentária: 3190.11.00 Vencimentos e Vantagens Fixas ------ R$ 80.000,00

Dotação Orçamentária: 3190.13.00 Obrigações Patronais ----------R$ 10. 000,00

Dotação Orçamentária: 3191.13.00 Obrigações Patronais ----------R$ 10. 000,00

Dotação Orçamentária: 3390.30.00 Material de Consumo---------- R$ 15.000,00

Fonte de Recurso: 1000- Recursos Ordinários

Sub- Total----------R$ 115.000,00

Órgão: 09- Secretaria Municipal de Infraestrutura e Transito Rodoviário

Órgão Unidade: 04-Divisao de Infraestrutura

Projeto/ atividade: 2065- Gestão e Manutenção da Infraestrutura

Dotação Orçamentária: 3190.11.00 Vencimentos e Vantagens Fixas ------ R$ 230.000,00

Dotação Orçamentária: 3190.13.00 Obrigações Patronais ----------R$ 15. 000,00

Dotação Orçamentária: 3191.13.00 Obrigações Patronais ----------R$ 15. 000,00

Dotação Orçamentária: 3390.30.00 Material de Consumo---------- R$ 80.000,00

Fonte de Recurso: 1000- Recursos Ordinários

Sub- Total----------R$ 340.000,00

Órgão: 14- Secretaria Municipal de Cidades

Órgão Unidade: 01-Divisão da Secretaria de Cidade

Projeto/ atividade: 2102- Gestão e Manutenção das Atividades da Secretaria de Cidades

Dotação Orçamentária: 3190.11.00 Vencimentos e Vantagens Fixas ------ R$ 80.000,00

Dotação Orçamentária: 3190.13.00 Obrigações Patronais ----------R$ 10. 000,00

Dotação Orçamentária: 3191.13.00 Obrigações Patronais ----------R$ 10. 000,00

Dotação Orçamentária: 3390.30.00 Material de Consumo---------- R$ 80.000,00

Fonte de Recurso: 1000- Recursos Ordinários

Sub- Total----------R$ 180.000,00

Art. 2° Para o atendimento da Suplementação que trata o Artigo 1º, serão utilizados recursos provenientes do superávit financeiro apurado por fonte de recurso na seguinte fonte de recursos:

Superávit Financeiro apurado por fonte de recursos Fonte de Recursos – 0.1.0000 – Recursos Ordinários – Superávit Financeiro

R$ 2.274.000,00 (Dois milhões duzentos e setenta e quatro mil reais)

Superávit Financeiro apurado por fonte de recursos Fonte de Recursos – 0018- Transferência Fundeb 60% R$ 120.000,00 (Cento e vinte e mil reais)

Superávit Financeiro apurado por fonte de recursos Fonte de Recursos – 0014- Transferência Recursos do Sistema Único de saúde R$ 700.000,00 (Setecentos mil reais)

Art. 3° Pela abertura do crédito suplementar previsto nos artigos da presente lei fica o Poder Executivo Municipal autorizado a adequar os anexos da Lei 989/2017, que dispõe sobre as Diretrizes para a Elaboração da Lei Orçamentária de 2018 – LDO e dá outras providências, nos limites da modalidade de aplicação e fonte de recursos.

Art. 4° Pela abertura do crédito suplementar previsto nos artigos da presente lei fica o Poder Executivo Municipal autorizado a acrescer o valor na respectiva ação da Lei Nº 1010/2017, e alterações posteriores, que dispõe sobre o Plano Plurianual para o Quadriênio 2018/2021 e dá outras providências.

Art. 5° A presente lei entrará em vigor, na data retroativo a 01 de novembro de 2018, de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cotriguaçu, aos 04 de Dezembro de 2018.

JAIR KLASNER

Prefeito Municipal

SEC. GOVERNO
LEI Nº 1.065/2018

SUMULA: ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICIPIO DE COTRIGUAÇU PARA O EXERCICIO FINANCEIRO DE 2019 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CAPITULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º-Esta lei Estima a Receita e Fixa a despesa do **Município de Cotriguaçu- MT, para o Exercício Financeiro de 2019 em R$ 38.994.870,00 (trinta e oito milhões, novecentos e noventa e quatro mil e oitocentos e setenta reais)**, compreendendo:

I- O Orçamento Fiscal referente aos Poderes do Município, seus fundos Especiais, Órgãos e Entidades da Administração Direta e Indireta.

II- O Orçamento da Seguridade Social do Município, seus Fundos Especiais, Órgãos e Entidades da Administração Direta e Indireta

Parágrafo Único: O orçamento do Instituto de Previdência do Servidor Municipal, e integrante do Orçamento da Seguridade Social, foi fixado em **R$ 2.712.000,00 (dois milhões e setecentos e doze mil reais)**

CAPITULO II

DA PREVISAO DA RECEITA

Art. 2º - O Orçamento do Município de Cotriguaçu para o exercício financeiro de 2018, discriminados pelos anexos integrantes desta lei, estima a Receita Bruta em **R$ 41.706.870,00 (quarenta e um milhões, setecentos e seis mil, e oitocentos e setenta reais),** realizadas as deduções para formação do FUNDEB no valor **R$ 4.520.000,00 (quatro milhões e quinhentos e vinte mil reais)** , totalizando uma Receita Liquida de **R$ 38. 994.870,00 (trinta e oito milhões, novecentos e noventa e quatro mil e oitocentos e setenta reais)**.

I- A receita será realizada mediante arrecadação de tributos, rendas e outras fontes de receitas correntes e de capital, na forma de legislação em vigor e das especificações constantes dos anexos integrantes desta lei, com o seguinte desdobramento:

1 - POR CATEGORIA ECONÔMICA	***FISCAL***	***TOTAL***
1 - RECEITAS CORRENTES	*38.685.478,12*	*38.685.478,12*
2 - RECEITAS DE CAPITAL	*2.117.391,88*	*2.117.391,88*
9 - DEDUÇÕES DAS RECEITAS CORRENTES		*-4.520.000,00*
TOTAL	*-4.520.000,00*	***36.282.870,00***
2 - POR FONTES		
1 – RECEITAS CORRENTES	*38.685.478,12*	*38.685.478,12*
1.1 - Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1.718.640,00	1.718.640,00
1.2 – Receita de Contribuições	97.000,00	97.000,00
1.3 - Receita Patrimonial	453.000,00	453.000,00
1.6 - Receitas de Serviços	21.000,00	21.000,00
1.7 - Transferências Correntes	36.375. 838,12	36.375. 838,12
1.9 - Outras Receitas Correntes	20.000,00	20.000,00
2 – RECEITAS DE CAPITAL	***R$ 2.117. 391,88***	***R$ 2.117. 391,88***
2.2 – Alienação de Bens	R$ 10.000,00	R$ 10.000,00
2.4 – Transferências de Capital	R$ 2.107. 391,88	R$ 2.107. 391,88
9 -DEDUÇÕES DAS RECEITAS CORRENTES	*-4.520.000,00*	*-4.520.000,00*
9.7 - Retenção para o FUNDEB	***-4.520.000,00***	***-4.520.000,00***
TOTAL	***36.282.870,00***	***36.282.870,00***

CAPITULO III

DA FIXAÇÃO DA DESPESA

Art. 3º A despesa do Município de Cotriguaçu e fixada na forma da Lei em **R$ 38.994.870,00 (trinta e oito milhões, novecentos e noventa e quatro mil e oitocentos e setenta reais),** para Administração Direta e Indireta e será realizada segundo a discriminação dos quadros por órgãos, por

categoria econômica, por funções e programas integrantes desta lei, com os seguintes desdobramentos:

I- Por Categoria Econômica:

Administração Direta:

ESPECIFICAÇÃ0	*TOTAL*
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	28.611.682,11
DESPESAS CORRENTES	28.611.682,11
Pessoal e Encargos sociais	13.520.571,06
Juros e Encargos da Divida	45.000,00
Outras Despesas Correntes	15.046.111,05
DESPESA DE CAPITAL	**5.145.530,49**
Investimentos	5.111.145,49
Amortização da Divida	34.385,00
RESERVA DE CONTIGENCIA	**725.657,40**
TOTAL DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA	**36.282.870,00**

Administração Indireta:

ESPECIFICAÇÃ0	*TOTAL*
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	***2.606.760,00***
DESPESAS CORRENTES	***2.606.760,00***
Pessoal e Encargos sociais	1.656.760,00
Juros e Encargos da Divida	0,00
Outras Despesas Correntes	950.000,00
DESPESA DE CAPITAL	***51.000,00***
Investimentos	50.000,00
Amortização da Divida	1.000,00
RESERVA DE CONTIGENCIA	***54.240,00***
TOTAL DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	**2.712.000,00**
TOTAL DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E IINDIRETA	**38.994.870,00**

II- Por Órgãos do Governo:

1 - DESPESA POR ÓRGÃO DA ADMINISTRAÇÃO	*FISCAL*	*SEGURIDADE SOCIAL*	*TOTAL*
01 - Câmara Municipal	1.800.000,00		1.800.000,00
02 - Gabinete do Prefeito	984.500,00		984.500,00
04 – Secretaria de Municipal de Administração	2.317.877,60		2.317.877,60
05 – Secretaria de Finanças	2.202.436,40		2.202.436,40
06 - Secretaria de Educação e Cultura	10.616.750,00		10.616.750,00
07 - Secretaria de Saúde		8.371.211,15	8.371.211,15
08 - Secretaria Municipal De Gestão Social E Trabalho		1.341.334,85	1.341.334,85
09 –Secretaria Municipal De Infra Estrutura E Transito Rodoviário	3.727.480,00		3.727.480,00
12 – Secretaria Municipal De Desenv. Econômico, Agricultura	981.940,00		981.940,00
13 – Secretaria de Municipal de Meio Ambiente	1.308.500,00		1.308.500,00
14 – Secretaria Municipal De Cidade	2.630.840,00		2.630.840,00
11 –Fundo de Previdência Social dos Servidores de Cotriguaçu		2.712.000,00	2.712.000,00
99 – Reserva de Contingência	725.657,40		725.657,40
TOTAL	**26.570.324,00**	**12.424.546,00**	**38.994.870,00**

III- Por Funções:

3 - DESPESA POR FUNÇÃO DE GOVERNO	*FISCAL*	*SEGURIDADE SOCIAL*	*TOTAL*
01 – Legislativo	1.800.000,00		1.800.000,00
04 – Administração	4.273.156,60		4.273.156,60
08 – Assistência Social		1.341.334,85	1.341.334,85
09 – Previdência Social		2.712.000,00	2.712.000,00
10 – Saúde		8.371.211,15	8.371.211,15
12 – Educação	10.561.750,00		10.561.750,00
13 – Cultura	55.000,00		55.000,00
15 - Urbanismo	1.811.000,00		1.811.000,00
17 – Saneamento	652.840,00		652.840,00
18 - Gestão Ambiental	1.349.500,00		1.349.500,00
20 – Agricultura	806.940,00		806.940,00
26 – Transportes	3.727.480,00		3.727.480,00
27 – Desporto e Lazer	301.000,00		301.000,00
28 – Encargos Especiais	506.000,00		506.000,00
99 – Reserva de Contingência	725.657,40		725.657,40
TOTAL	**26.570.324,00**	**12.424.546,00**	**38.994.870,00**

Art. 4º O Orçamento Fiscal e Seguridade Social do Município, abrangendo todas as entidades da Administração Direta ficam assim distribuídos:

DESCRICAO	TOTAL
Orçamento Fiscal	**26.570.324,00**
Orçamento da Seguridade Social	**12.424.546,00**
Assistência Social	1.341.334,85
Saúde	8.371.211,15
Previdência Social	2.712.000,00
ORCAMENTO TOTAL	**38.994.870,00**

Art. 5º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir créditos adicionais suplementares em obediência ao que dispõe o Art. 167, incisos V e VI, da Constituição Federal, combinado com o disposto no Art. 43, parágrafo 1º, incisos I, II, III e IV, da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1.964, observando-se as seguintes condições:

I - até o limite de 35% (trinta e cinco por cento) da despesa fixada no Art. 1º desta lei, para os casos de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias, podendo para tanto, realizar a transposição, o remanejamento ou transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, desde que não haja prejuízos a execução orçamentária do projeto/atividade e/ou órgão unidade de origem.

II - até o limite do total apurado no Balanço Patrimonial, para abertura de créditos suplementares à conta de recursos provenientes de superávit financeiro;

III - até o limite do efetivamente ocorrido para abertura de créditos suplementares à conta de recursos provenientes de excesso de arrecadação de recursos vinculados à educação, saúde, assistência social, ou de obras de infraestrutura não previstos na receita do Orçamento, desde que respeitados os objetivos e metas da programação aprovada nesta Lei;

IV – no montante do produto de operações de crédito autorizadas em forma que juridicamente possibilite ao Poder Executivo realizá-las.

§ 1º. O limite autorizado não será onerado quando se tratar de transferência ou remanejamentos de recursos decorrentes de anulação parcial ou total de dotações, dentro do mesmo projeto ou atividade, no limite dos mesmos, bem como, para suplementar insuficiência de dotações no Grupo de Despesas de Pessoal e Encargos.

§ 2º. A fim de agilizar o cumprimento da programação aprovada nesta lei, fica o Poder Executivo autorizado a remanejar recursos entre elementos do mesmo grupo de despesa, bem como, entre fontes de recursos do mesmo projeto ou atividade, sem onerar o limite estabelecido no inciso I, do *caput.*

Art. 6º. Farão parte integrante da Lei, os anexos e demonstrativos previstos na Lei Federal nº 4320/64 e Lei Complementar nº 101/2000 referente a Administração Direta.

Art. 7°. Durante a execução da presente Lei, observar-se-ão as disposições constantes da Lei de Diretrizes Orçamentarias para 2019.

Art. 8º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir 1º de janeiro de 2019.

Art. 9º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cotriguaçu/MT, aos 04 dias do mês de Dezembro do ano de dois mil e dezoito.

JAIR KLASNER

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ

AVISO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO

CONCORRÊNCIA Nº. 025/2018

(PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 124.868/2017)

A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – SMS, por meio da Comissão Permanente de Licitação, nomeada pela Portaria nº 1.991/2018 de 1º de outubro de 2018, torna público para conhecimento dos interessados, que a licitação na modalidade Concorrência nº 025/2018 que tem por objeto a **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ALTA COMPLEXIDADE EM CONFECÇÃO, DESINFECÇÃO/HIGIENIZAÇÃO E ESTERILIZAÇÃO TÊXTIL EM LAVANDERIA HOSPITALAR, NA MODALIDADE INTRA-HOSPITALAR, CONTEMPLANDO A CONFECÇÃO, FORNECIMENTO E REPOSIÇÃO DA REFERIDA HOTELARIA HOSPITALAR, MEDIANTE CESSÃO TEMPORÁRIA DE MAQUINÁRIOS, EQUIPAMENTOS E, SE NECESSÁRIO, ADEQUAÇÕES FÍSICAS PARA A INSTALAÇÃO DESTES, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E CONDIÇÕES DESCRITAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS, foi SUSPENSA para análise das IMPUGNAÇÕES. A nova data para reabertura do certame será divulgada oportunamente.**

INFORMAÇÕES: Diretoria Especial de Licitações e Contratos/Secretaria Municipal de Gestão – DELC/SMGe - Fone: (65) 3645-6156/6252 e/ou no e-mail: cpl@cuiaba.mt.gov.br Atendimento: das 8:00h às 12:00h e das 14:00h às 18:00h.

Cuiabá, 10 de dezembro de 2018.

Luciana Carla Pirani Nascimento

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

Agmar Divino Lara De Siqueira

Diretor Especial de Licitações e Contratos

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELÂNDIA

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA MUNICIPAL Nº 377/2018

*EXONERA **GESTOR DA UNIDADE MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO "MONUMENTO NATURAL DA CAVERNA DO JABUTI"**, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.*

SIDINEI CUSTÓDIO DA SILVA - Prefeito Municipal de Curvelândia-MT, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas em Lei,

RESOLVE,

Art. 1º - Exonerar o Senhor **ARNON VITORAZZI FRADES**, matrícula funcional N° 1731, lotado na Secretaria de Turismo e Meio Ambiente do cargo de **GESTOR DA UNIDADE MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO "MONUMENTO NATURAL DA CAVERNA DO JABUTI",** a partir de 06 de dezembro de 2018.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogada as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Curvelândia - MT, 06 de dezembro de 2018.

SIDINEI CUSTÓDIO DA SILVA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO

GABINETE
PORTARIA Nº 220/2018

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Diamantino, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a Senhora **MYLENE WIRGES PAESE ,** brasileira, divorciada, portadora do RG N.° 0211115-2 SSP/MT e CPF N.º 206.735.581-34 como Fiscal do Contrato nº **117/2018**, cujo OBJETO é: Locação de Imóvel Residencial para Secretaria Municipal de Educação para Atender os Professores da Escola Municipal Décio Furigo Localizado no Bairro de Deciolandia, no Município de Diamantino/MT.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.

Diamantino/MT, 06 de dezembro de 2018.

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 078/2018/SRP

A Prefeitura Municipal de DIAMANTINO /MT torna público que ás 08:00 horas do dia de 21 Dezembro de 2018, estará abrindo o pregão presencial, para o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EMULSÃO ASFALTICA RL 1C, MASSA ASFALTICA PRÉ MISTURADOA FRIO (PMF) E CONCRETO BETUMINOSO USINADO QUENTE (CBUQ), PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS DO MUNICIPIO DE DIAMANTINO-MT.** O Edital poderá ser obtido junto ao Setor de Licitação do Poder Executivo de Diamantino, durante o horário de expediente e também estará disponível no site www.diamantino.mt.gov.br Maiores informações poderão ser solicitadas em horário de expediente através do telefone (65) 3336-6400/6423.

Diamantino /MT, 11 de Dezembro de 2018.

NICHOLAS DA COSTA MACHADO

Pregoeiro Oficial

LICITAÇÃO
TERMO DE RATIFICAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 047/2018

Considerando as informações prestadas pela Comissão Permanente de Licitação, bem como pelo contido no presente Processo de Dispensa de Licitação, com todos seus documentos, juntamente com o parecer da Assessoria Jurídica, **RATIFICO** todos os atos do presente Processo de Dispensa nº 047/2018, e autorizo a contratação direta da empresa **FRANCIELE CONCEIÇÃO RONDONI - ME.,** inscritos nos **CNPJ n° 31.187.943/0001-07,** objetivando a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇOS DE REFORMAS DE PLACAS DE SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO PARA O MUNICIPIO DE DIAMANTINO-MT,** no valor de **R$ 18.800,00 (Dezoito Mil e Oitocentos reais)**. A presente Dispensa de Licitação esta enquadrada no inciso II do artigo 24, da Lei Federal nº 8.666/93, e suas alterações posteriores.

Publique-se, para os fins do artigo 26 da Lei nº 8.666/93.

Diamantino-MT, 10 de Dezembro de 2018.

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 075/2018, COM REGISTRO DE PREÇOS

A PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO - MT, C.N.P.J. nº 03. 648.540/0001-74, com sede na Av. Joaquim Pereira Ferreira Mendes, 2287 - Jardim Eldorado, Diamantino - MT, CEP: 78400-000 Fone: (065) 3336-6400/6423, TORNA PÚBLICO, o resultado de procedimento licitatório, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL com REGISTRO DE PREÇOS, do tipo "Menor por lote", tendo como objetivo: **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE CESTAS BÁSICAS TIPO 01 PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICIPIO DE DIAMANTINO-MT**, que se deu no dia 07/12/2018, onde sagrou-se vencedora do único item de nº 01, a empresa **MOREIRA COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA-EPP**, CNPJ Nº 08.436.811/0001-41, perfazendo um valor total de lote **R$ 252.350,00 (Duzentos e cinqüenta e dois mil e trezentos e cinqüenta reais).** A ata encontra-se disponível no setor de licitação.

Diamantino – MT, 07 de Dezembro de 2018.

NICHOLAS DA COSTA MACHADO

Pregoeiro

LICITAÇÃO
TERMO DE RATIFICAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 048/2018

Considerando as informações prestadas pela Comissão Permanente de Licitação, bem como pelo contido no presente Processo de Dispensa de Licitação, com todos seus documentos, juntamente com o parecer da Assessoria Jurídica, **RATIFICO** todos os atos do presente Processo de Dispensa nº 048/2018, e autorizo a contratação direta da empresa **P. R. GRÁFICA E IMPRESSÕES DIGITAIS EIRELI - ME,** inscrito nos **CNPJ n° 09. 538.122/0001-00,** objetivando a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS GRÁFICOS PARA CONFECÇÃO DE PLACAS DE INAUGURAÇÃO, ENVELOPAMENTO DE VEICULOS, ADESIVOS PARA VEICULOS E MATERIAIS PARA DIVULGAÇÃO DAS AÇOES DAS SECRETARIA MUNICIPAIS DO MUNICIPIO DE DIAMANTINO-MT,** no valor de **R$ 18.050,00 (DEZOITO MIL E CINQUENTA REAIS)**. A presente Dispensa de Licitação esta enquadrada no inciso II do artigo 24, da Lei Federal nº 8.666/93, e suas alterações posteriores.

Publique-se, para os fins do artigo 26 da Lei nº 8.666/93.

Diamantino-MT, 10 de Dezembro de 2018.

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

LICITAÇÃO
AVISO DE CONTINUAÇÃO DO PROCESSO TOMADA DE PREÇOS Nº 005/2018

A Prefeitura Municipal de DIAMANTINO /MT, vem por meio deste informar aos interessados que ás 14:00 horas do dia 21 de Dezembro de 2018, ocorrerá a sessão de continuação do processo supracitado, cujo objeto é a **TOMADA DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA RECOMPOSIÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO TIPO CALÇAMENTO E GUIAS (MEIO FIO) EM DIVERSAS RUAS NO MUNICIPIO DE DIAMANTINO-MT. Onde devem ser entregues novos documentos de habilitação dos interessados para fins de cumprimento do artigo 48, parágrafo 3º da Lei 8.666/93, uma vez que todos os licitantes haviam sido inabilitados na primeira sessão.**

Diamantino /MT, 10 de Dezembro de 2018.

NICHOLAS DA COSTA MACHADO

Presidente da CPL.

GABINETE
PORTARIA Nº 221/2018

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Diamantino, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a Senhora **EMANOELLE DE CAMPOS DIAS,** brasileira, casada, portadora do RG N.° 1825758-5 SSP/MT e CPF N.º 033.119. 731-60 como Fiscal do Contrato nº **114/2018 e 115/2018**, cujo OBJETO é: Credenciamento para Contratação de Pessoas Jurídicas Especializadas na Prestação de Serviços Médicos para Plantões no Município de Diamantino/MT.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.

Diamantino/MT, 06 de dezembro de 2018.

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

GABINETE
1ª ADITIVO AO TERMO DE FOMENTO 02/2018

1º Aditivo ao Termo de Fomento nº 02/2018 que entre si celebram o MUNICÍPIO DE DIAMANTINO/MT e a ONG – TRANSFORMAÇÃO, na forma abaixo:

O **MUNICÍPIO DE DIAMANTINO ESTADO DE MATO GROSSO,** Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ/MT sob o nº 03.648. 540/0001-74, com sede administrativa nesta cidade de Diamantino sito à Av. Desembargador Joaquim Pereira Ferreira Mendes, nº 2.341, através do Prefeito Municipal, Excelentíssimo Srº **EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA**, brasileiro, casado, advogado, portador da cédula de identidade civil nº 1158486-6 SSP/MT e inscrito no CPF sob nº 937.368.431-00, residente na Avenida Diamantino, nº 570, bairro Centro, nesta cidade, doravante denominado simplesmente de **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA** e a **ONG - TRANSFORMAÇÃO**, organização não governamental, sem fins lucrativos, com sede na Rua Diamantino, s/n°, Município de Diamantino, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 21.611.004/0001-86, neste ato representada por seu Presidente Sr. **CARLOS FERNANDO PEREIRA**, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade RG nº 765.561, SSP/SC, inscrito no CPF sob o nº 304.145.479-34, doravante denominada **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL**, têm justo e acordado entre si o presente aditivo de prazo, na forma da Cláusula Sétima do Termo de Fomento nº 02/2018, nos seguintes termos:

CLAUSULA PRIMEIRA - DA PRORROGAÇÃO

A vigência do Termo de Fomento nº 02/2018 fica prorrogada para o dia 31 de dezembro de 2019.

CLAUSULA SEGUNDA - DO VALOR MENSAL DOS REPASSES

De acordo com a Cláusula Quarta do termo, o valor permanece o de R$ 46.200,00 (quarenta e seis mil e duzentos reais). Assim sendo, o valor mensal a ser repassado entre os meses de janeiro e dezembro de 2019, será de **R$ 3.850,00 (três mil, oitocentos e cinquenta reais)**.

CLAUSULA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Permanecem inalteradas as demais disposições do termo de origem.

E por estarem entre si justos e ajustados, de pleno acordo, assinam o presente aditivo de prazo em 3 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo nomeadas a tudo presente, para todos os efeitos legais.

Diamantino-MT, 06 de dezembro de 2018.

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: MUNICÍPIO DE DIAMANTINO

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL: ONG - TRANSFORMAÇÃO

CARLOS FERNANDO PEREIRA

Presidente

TESTEMUNHAS:

Nome: TÂNIA MARA MARUCHI

RG: 1153985-2 SSP/MT

CPF: 771.399.689-34

Nome: DINÁ BENEDITA C. DE ARAÚJO

RG: 0129508-0 SJ/MT

CPF: 172.762.331-20

GABINETE
1ª ADITIVO AO TERMO DE FOMENTO 01/2018

1º Aditivo ao Termo de Fomento nº 01/2018 celebrado entre o MUNICÍPIO DE DIAMANTINO/MT e a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAISDE DIAMANTINO– APAE, na forma abaixo:

O **MUNICÍPIO DE DIAMANTINO ESTADO DE MATO GROSSO,** pessoa jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ/MT sob o nº 03.648. 540/0001-74, com sede administrativa nesta cidade de Diamantino sito à Av. Desembargador Joaquim Pereira Ferreira Mendes, nº 2.341, neste ato representado pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito **EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA**, brasileiro, casado, advogado, portador da cédula de identidade civil nº 1158486-6 SSP/MT e inscrito no CPF sob nº 937. 368.431-00, residente na Avenida Diamantino, nº 570, bairro Centro, nesta cidade, doravante denominado simplesmente de **CONVENENTE** e a **ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE DIAMANTINO – APAE**, entidade civil sem fins lucrativos, com sede à Praça Francisco Ferreira Mendes, s/n, Bairro da Ponte, em Diamantino/MT, inscrita no CNPJ sob o nº15.061.765/0001-09, neste ato representado por seu Presidente Sr. **BENUTE FARIA DA SILVA JÚNIOR**, brasileiro, casado, professor, portador da cédula de identidade RG n 624 496 SSP/MT e inscrito no CPF/MF sob o nº 503 069 951-15, residente na Rua 03 de Dezembro, s/n. , Bairro Centro, nesta cidade, doravante denominada **CONVENIADA**, têm justo e acordado entre si o presente aditivo de prazo, na forma da Cláusula Quarta do Termo de Fomento nº 01/2018, nos seguintes termos:

CLAUSULA PRIMEIRA - DA PRORROGAÇÃO

A vigência do Termo de Fomento nº 01/2018 fica prorrogada para o dia 31 de dezembro de 2019.

CLAUSULA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Permanecem inalteradas as demais disposições do termo de origem.

E por estarem entre si justos e ajustados, de pleno acordo, assinam o presente aditivo de prazo em 3 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo nomeadas a tudo presente, para todos os efeitos legais.

Diamantino-MT, 06 de dezembro de 2018.

CONVENENTE: MUNICÍPIO DE DIAMANTINO ESTADO DE MATO GROSSO

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

CONVENIADA: ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE DIAMANTINO – APAE

BENUTE FARIA DA SILVA JÚNIOR

Presidente

TESTEMUNHAS:

Nome: TÂNIA MARA MARUCHI

RG: 1153985-2 SSP/MT

CPF: 771.399.689-34

Nome: DINÁ BENEDITA C. DE ARAÚJO

RG: 0129508-0 SJ/MT

CPF: 172.762.331-20

LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 074/2018, COM REGISTRO DE PREÇOS

A PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO - MT, C.N.P.J. nº 03. 648.540/0001-74, com sede na Av. Joaquim Pereira Ferreira Mendes, 2287 - Jardim Eldorado, Diamantino - MT, CEP: 78400-000 Fone: (065) 3336-6400/6423, TORNA PÚBLICO, o resultado de procedimento licitatório, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL com REGISTRO DE PREÇOS, do tipo “Menor por item”, tendo como objetivo: **REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PINTURAS E SINALIZAÇÃO VIARIA HORIZONTAL MECANICA E MANUAL, PARA ATENDER O MUNICIPIO DE DIAMANTINO-MT**, que se deu no dia 07/12/2018, onde sagrou-se vencedora do único item de nº 47861 e 47862, a empresa M A COMERCIO E SERVIÇOS EIRELLI, CNPJ Nº 04.398.282/0001-88, perfazendo um valor total de **R$ 202.191,12 (Duzentos e dois mil e cento e noventa e um reais e doze centavos).** A ata encontra-se disponível no setor de licitação.

Diamantino – MT, 07 de Dezembro de 2018.

NICHOLAS DA COSTA MACHADO

Pregoeiro

GABINETE
PORTARIA Nº 222/2018

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Diamantino, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a Senhora **EMANOELLE DE CAMPOS DIAS,** brasileira, casada, portadora do RG N.° 1825758-5 SSP/MT e CPF N.º 033.119. 731-60 como Fiscal do Contrato nº **116/82018**, cujo OBJETO é: Prestação de Serviços Médicos Clínico Geral, na Especialidade de Psiquiatria e Plantonistas para Atendimento nas Unidades Básicas de Saúde, no Centro de Atenção Psicossocial SAE/CTA no Município de Diamantino/MT.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.

Diamantino/MT, 06 de dezembro de 2018.

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

GABINETE
PORTARIA Nº 223/2018

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Diamantino, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o Senhor**, GIILIAN CESAR DE SOUZA ALVES,** brasileiro, solteiro, portador do RG N. º 1542356-5 SSP/MT e CPF N.º 005.889. 011-48, como Fiscal do Contrato **nº 111/2018; 112/2018 e 113/2018**, cujo OBJETO é: Credenciamento para Contratação de Pessoas Jurídicas Especializadas na Prestação de Serviços Médicos para Plantões no Município de Diamantino/MT.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.

Diamantino/MT, 06 de dezembro de 2018.

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE DOM AQUINO

GABINETE, ADMINISTRAÇÃO, LICITAÇÃO, EDUCAÇÃO E FINANCEIRO
LEI Nº 1.578/2018 DE 05 DE DEZEMBRO DE 2018.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CONFESSAR E PARCELAR DÉBITOS ORIUNDOS DO CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA JUNTO A ENERGISA S.A. E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDÉCIO LUIZ DA COSTA, Prefeito Municipal de Dom Aquino-MT, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Considerando a existência de débitos do Município de Dom Aquino-MT, oriundo do consumo de energia elétrica fornecida pela ENERGISA MATO GROSSO – DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A., desde o exercício de 2016.

Considerando as condições favoráveis para o parcelamento de débito oferecido pela ENERGISA, resolve:

Artigo 1° –Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Termo de Confissão e Parcelamento dos débitos oriundos do consumo de energia elétrica, vencidos até setembro de 2018 e Parcelamentos de Acordos firmados anteriormente, junto a ENERGISA MATO GROSSO – DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A., no valor de R$ 1.174.712,38 (um milhão, cento e setenta e quatro mil, setecentos e doze reais e trinta e oito centavos).

Artigo 2° - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a parcelar a totalidade do débito confessado, em 80 (oitenta) parcelas mensais de R$ 17.138,06 (dezessete mil, cento e trinta e oito reais e seis centavos), acrescendo-se ao débito multas, juros e correções, de acordo com que determina o setor elétrico, sendo que a primeira parcela será paga em novembro de 2018.

Parágrafo Primeiro – Os juros sobre o saldo devedor será de 0,5 (meio por cento) ao mês.

Parágrafo Segundo – O valor de R$ 46.988,50 (quarenta e seis mil, novecentos e oitenta e oito reais e cinquenta centavos), correspondente a entrada, será pago dia 31 de outubro de 2018.

Artigo 3° - As despesas oriundas com o parcelamento do débito correrão por conta de rubrica própria consignada no orçamento do Município.

Artigo 4° - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a anular todos os empenhos a pagar, vencidos até o dia 30 de setembro de 2018, em nome da ENERGISA MATO GROSSO – DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.

Artigo 5° - Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições ao contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Dom Aquino-MT, em 05 de dezembro de 2018.

VALDÉCIO LUIZ DA COSTA

Prefeito Municipal

GABINETE, ADMINISTRAÇÃO, LICITAÇÃO, EDUCAÇÃO E FINANCEIRO
DECRETO Nº 105/2018/2018 DE 05 DE DEZEMBRO DE 2018.

DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDÉCIO LUIZ DA COSTA, Prefeito do Município de Dom Aquino, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições que lhes são conferidas pela lei nº 1.579/2018 de 05 de dezembro de 2018.

DECRETA:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente exercício um crédito adicional especial no valor de 150.000,00 (cento e cinqüenta mil reais) conforme abaixo:

05.000.00.000.0000.0.000.				SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
05.002.00.000.0000.0.000.				FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
05.002.10.000.0000.0.000.				Saúde	
05.002.10.302.0000.0.000.				Assistência Hospitalar e Ambulatorial	
05.002.10.302.0083.0.000.				EXPANSÃO E MELHORIA DA REDE FÍSICA DE SAÚDE	
05.002.10.302.0083.1.094.				Reforma e equipamento do Centro de Reabilitação Ariston Delmondes	
506	-	4.4.90.52.00.00	54	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	150.000,00
Total Suplementação:					**150.000,00**

Artigo 2º - Para cobertura do crédito citado no artigo 1º, serão utilizados recursos de repasse do Ministério da Saúde, através do Fundo a Fundo – Bloco de Investimentos.

Artigo 3° - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 05 de dezembro de 2018.

VALDÉCIO LUIZ DA COSTA

Prefeito Municipal

GABINETE, ADMINISTRAÇÃO, LICITAÇÃO, EDUCAÇÃO E FINANCEIRO
DECRETO N.º 104/2018 DE 05 DE DEZEMBRO DE 2018.

DISPÕE SOBRE O FUNCIONAMENTO E RECESSO DE FINAL DE ANO NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Dom Aquino, Estado de Mato Grosso, **Sr. VALDÉCIO LUIZ DA COSTA**, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

Artigo 1° - Fica decretado recesso na Administração Pública Municipal, a partir de **24/12/2018 à 04/01/2019.**

Parágrafo primeiro – No período em questão funcionarão, exclusivamente, os serviços administrativos internos necessários para o encerramento das atividades do exercício.

Parágrafo segundo – O disposto neste artigo não se aplica nas Secretarias Municipais que exijam plantão permanente (Secretaria de Saúde - Hospital, DAE (Departamento de Água e Esgoto), Setor de Tributos e atividades essenciais como a Coleta de Lixo.

Artigo 2° - Este decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Artigo 3° - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Dom Aquino-MT, em 05 de Dezembro de 2018.

VALDÉCIO LUIZ DA COSTA

Prefeito Municipal

Registrado na Chefia de Gabinete e publicado por afixação no local público e de costume, conforme Legislação em vigor.

Data Supra.

LUIZ CASTRO DE SOUZA

Chefe de Gabinete

GABINETE, ADMINISTRAÇÃO, LICITAÇÃO, EDUCAÇÃO E FINANCEIRO
LEI Nº 1.583/2018 DE 05 DE DEZEMBRO DE 2018.

"AUTORIZA A CRIAÇÃO DO CADASTRO MUNICIPAL DE DOADORES DE SANGUE E MEDULA ÓSSEA JUNTO A SECRETARIA DE SAÚDE MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

VALDÉCIO LUIZ DA COSTA Prefeito do Município de Dom Aquino, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições que lhes são conferidas por lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º - Fica autorizada a criação do cadastro municipal de doadores voluntários de sangue e de medula óssea junto a Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - Deverão ser identificados os doadores voluntários, relacionando-se e informando o tipo sanguíneo, endereço, o número de telefone para contato, e-mail ou outro meio de comunicação ou correspondência, mantendo-os atualizados.

§ 1° – Os Poderes Públicos constituídos deverão manter a promoção de campanhas periódicas de conscientização da população sobre a importância da doação de sangue e de medula óssea.

§ 2° - Os agentes de saúde deverão divulgar a campanha, colher todas as informações e informar a Secretaria Municipal de Saúde dos possíveis voluntários.

§ 3º - Os voluntários que não sabem seu tipo sanguíneo deverão procurar o Agente de Saúde de sua região ou a Secretária Municipal de Saúde para determinar um meio para o conhecimento de seu tipo sanguíneo e posteriormente seu cadastro.

Art. 3° - Para a doação de medula óssea, o voluntário deverá comparecer ao local indicado pela Secretaria Municipal de Saúde, onde lhe será apresentado um termo de consentimento e colherá uma amostra de sangue para ser verificada sua compatibilidade.

Art. 4° - O cadastro de Doadores voluntários de Sangue e de Medula Óssea deverá estar disponível no site da Prefeitura e divulgado em toda a rede de atendimento à saúde, com amplo acesso para quem necessitar, no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da vigência da Lei.

Art. 5° - Fica determinado que a Prefeitura dê suporte necessário a Secretaria Municipal de Saúde para que seja criado e armazenado o bando de dados dos voluntários e também a divulgação de sua criação.

Art. 6° - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Dom Aquino-MT, em 05 de dezembro de 2018.

VALDÉCIO LUIZ DA COSTA

Prefeito Municipal

GABINETE, ADMINISTRAÇÃO, LICITAÇÃO, EDUCAÇÃO E FINANCEIRO
LEI Nº 1.582/2018 DE 05 DE DEZEMBRO DE 2018.

PROÍBE A INAUGURAÇÃO E A ENTREGA DE OBRAS PÚBLICAS MUNICIPAIS INCOMPLETAS, SEM CONDIÇÕES DE ATENDER AOS FINS A QUE SE DESTINAM OU IMPOSSIBILITADAS DE ENTRAR EM FUNCIONAMENTO IMEDIATO.

VALDÉCIO LUIZ DA COSTA Prefeito do Município de Dom Aquino, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições que lhes são conferidas por lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte lei:

Art. 1º Ficam proibidas a inauguração e a entrega de obras públicas municipais:

I. Incompletas; II. Sem condições de atender aos fins a que se destinam; ou III. Impossibilitadas de entrar em funcionamento imediato.

Parágrafo único. Serão passíveis de entrega as obras públicas cujas etapas parciais tenham sido executadas e estejam em condições de utilização pela população, sendo vedadas solenidades para esse fim.

Art. 2º Para os fins desta Lei, consideram-se obras públicas municipais:

I. Incompletas aquelas cujas etapas de construção e especificações técnicas previstas em seu projeto não estejam completamente concluídas; II. Sem condições de atender aos fins a que se destinam aquelas que não possuam quantidade mínima de profissionais e materiais necessários para prestar o serviço; e III. Impossibilitadas de entrar em funcionamento imediato aquelas para as quais haja impedimento legal.

Art. 3º -Para os fins desta lei entende-se por:

I. obras públicas: pavimentação de vias públicas, hospitais, escolas, centros de educação infantil, unidades básicas de saúde, unidades de pronto atendimento e estabelecimentos similares a estes; II. obras públicas incompletas: aquelas que não estão aptas a entrarem em funcionamento por não preencherem todas as exigências técnicas e de qualidade previstas na legislação vigente; III. obras públicas que não atendam ao fim a que se destinam: obras que, embora completas, exista algum fator que impeça a sua entrega e o seu uso pela população por falta de servidores profissionais da respectiva área, de materiais de expediente e de equipamentos afins ou situações similares.

Art. 4º - Antes de realizar a inauguração da obra, o responsável técnico e o gestor do órgão executor deverão atestar, por escrito, que a obra se

encontra em condições de uso e segurança, tendo obedecido todas as exigências legais, sob pena de responsabilidade administrativa.

Art. 5º-O Chefe do Poder Executivo poderá regulamentar a presente lei para o seu fiel cumprimento, mediante Decreto.

Art. 6º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Dom Aquino-MT, em 05 de dezembro de 2018.

VALDÉCIO LUIZ DA COSTA

Prefeito Municipal

GABINETE, ADMINISTRAÇÃO, LICITAÇÃO, EDUCAÇÃO E FINANCEIRO
LEI Nº 1.581/2018 DE 05 DE DEZEMBRO DE 2018.

AUTORIZA O MUNICÍPIO DE DOM AQUINO, ESTADO DE MATO GROSSO, A DOAR TERRENOS PARA CONSTRUÇÃO DE CASAS POPULARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Dom Aquino, Estado de Mato Grosso faz saber que a Câmara Municipal aprovou, e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º - Fica autorizado o Município de Dom Aquino, Estado de Mato Grosso, **DOAR 20 LOTES NO BAIRRO FERREIRA MENDES E 04 LOTES NO BAIRRO JARDIM DOS ESTADOS PARA A CONSTRUÇÃO DE CASAS POPULARES**.

Art. 2º O Município poderá outorgar titulo definitivo, depois de estudo social devidamente realizado e seguindo os critérios a seguir do Programa de Regularização Fundiária do Município:

I- Não sejam os cônjuges beneficiários de legitimação de posse concedida anteriormente; **II-** Não sejam concessionários foreiros ou proprietários de outro imóvel urbano ou rural. **Parágrafo único**: Fica expressamente proibido qualquer tipo de comercialização dos lotes doados até a entrega dos títulos definitivos.

Art. 3º A presente lei tem o objetivo de atender as necessidades da população de baixa renda na área urbana do município, garantindo o acesso à moradia digna.

Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Dom Aquino - MT, em 05 de dezembro 2018.

VALDÉCIO LUIZ DA COSTA

Prefeito Municipal

GABINETE, ADMINISTRAÇÃO, LICITAÇÃO, EDUCAÇÃO E FINANCEIRO
DECRETO Nº 107/2018 DE 05 DEZEMBRO DE 2018

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Dom Aquino, Estado do Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 1540/2018 de 17/01/2018.

DECRETA:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de 25.017,00 (vinte e cinco mil e dezessete reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação					
01.000.00.000.0000.0.000.				CAMARA MUNICIPAL	
01.001.00.000.0000.0.000.				CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	
01.001.01.000.0000.0.000.				Legislativa	
01.001.01.031.0000.0.000.				Ação Legislativa	
01.001.01.031.0001.0.000.				PROCESSO LEGISLATIVO	
01.001.01.031.0001.2.001.				Manutenção e encargos com a Câmara Municipal	
6	-	3.3.90.30.00.00	100000	MATERIAL DE CONSUMO	4.000,00
01.000.00.000.0000.0.000.				CAMARA MUNICIPAL	
01.001.00.000.0000.0.000.				CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	
01.001.01.000.0000.0.000.				Legislativa	
01.001.01.031.0000.0.000.				Ação Legislativa	
01.001.01.031.0001.0.000.				PROCESSO LEGISLATIVO	
01.001.01.031.0001.2.001.				Manutenção e encargos com a Câmara Municipal	
7	-	3.3.90.36.00.00	100000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	1.000,00
01.000.00.000.0000.0.000.				CAMARA MUNICIPAL	
01.001.00.000.0000.0.000.				CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	
01.001.01.000.0000.0.000.				Legislativa	
01.001.01.031.0000.0.000.				Ação Legislativa	
01.001.01.031.0001.0.000.				PROCESSO LEGISLATIVO	
01.001.01.031.0001.2.001.				Manutenção e encargos com a Câmara Municipal	
8	-	3.3.90.39.00.00	100000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	3.117,00
01.000.00.000.0000.0.000.				CAMARA MUNICIPAL	
01.001.00.000.0000.0.000.				CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	
01.001.01.000.0000.0.000.				Legislativa	
01.001.01.031.0000.0.000.				Ação Legislativa	
01.001.01.031.0001.0.000.				PROCESSO LEGISLATIVO	
01.001.01.031.0001.2.038.				Pagamento de Pessoal e encargos com a Câmara Municipal	
11	-	3.1.90.11.00.00	100000	VENC. E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	16.900,00
Total Suplementação:					**25.017,00**

Artigo 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Decreto, servirá como recurso o Cancelamento de Dotações Orçamentárias, conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320/64.

Redução			

01.000.00.000.0000.0.000.	CAMARA MUNICIPAL			
01.001.00.000.0000.0.000.	CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES			
01.001.01.000.0000.0.000.	Legislativa			
01.001.01.031.0000.0.000.	Ação Legislativa			
01.001.01.031.0001.0.000.	PROCESSO LEGISLATIVO			
01.001.01.031.0001.1.002.	Conservação, reforma e ampliação do prédio da Câmara Municipal			
2	-	3.3.90.30.00.00	100000	MATERIAL DE CONSUMO	7.067,00
01.000.00.000.0000.0.000.	CAMARA MUNICIPAL			
01.001.00.000.0000.0.000.	CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES			
01.001.01.000.0000.0.000.	Legislativa			
01.001.01.031.0000.0.000.	Ação Legislativa			
01.001.01.031.0001.0.000.	PROCESSO LEGISLATIVO			
01.001.01.031.0001.1.002.	Conservação, reforma e ampliação do prédio da Câmara Municipal			
3	-	3.3.90.36.00.00	100000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	7.000,00
01.000.00.000.0000.0.000.	CAMARA MUNICIPAL			
01.001.00.000.0000.0.000.	CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES			
01.001.01.000.0000.0.000.	Legislativa			
01.001.01.031.0000.0.000.	Ação Legislativa			
01.001.01.031.0001.0.000.	PROCESSO LEGISLATIVO			
01.001.01.031.0001.1.002.	Conservação, reforma e ampliação do prédio da Câmara Municipal			
4	-	3.3.90.39.00.00	100000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - P. JURÍDICA	6.500,00
01.000.00.000.0000.0.000.	CAMARA MUNICIPAL			
01.001.00.000.0000.0.000.	CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES			
01.001.01.000.0000.0.000.	Legislativa			
01.001.01.031.0000.0.000.	Ação Legislativa			
01.001.01.031.0001.0.000.	PROCESSO LEGISLATIVO			
01.001.01.031.0001.2.001.	Manutenção e encargos com a Câmara Municipal			
5	-	3.3.90.14.00.00	100000	DIÁRIAS - PESSOAL CIVIL	4.450,00
Total Redução:					**25.017,00**

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 05 de dezembro de 2018.

VALDÉCIO LUIZ DA COSTA

Prefeito Municipal

Registrado na Chefia de Gabinete e publicado por afixação no local público e de costume, conforme Legislação em vigor.

Data Supra.

LUIZ CASTRO DE SOUZA

Chefe de Gabinete

GABINETE, ADMINISTRAÇÃO, LICITAÇÃO, EDUCAÇÃO E FINANCEIRO
LEI Nº 1.580/2018 DE 05 DE DEZEMBRO DE 2018.

DESAFETA IMÓVEIS QUE ESPECIFICA E AUTORIZA SUAS DOAÇÕES PELO CHEFE DO PODER EXECUTIVO E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE DOM AQUINO, VALDÉCIO LUIZ DA COSTA, Faz saber que o Poder Legislativo Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Ficam devidamente desafetadas da característica de inalienabilidade inerentes aos bens públicos, passando a categoria de bens disponíveis do Município as seguintes áreas de terrenos pertencentes ao patrimônio público municipal:

a- *Imóvel Urbano. Lote 01 da quadra 08, loteamento denominado "Jardim dos Estados". Sob Registro: 11.440 – 02/12/2009, folha 198.*

Área 465.00 m² (quatrocentos e sessenta e cinco metros quadrados) Limites: ao norte com a Avenida Pedro Celestino, ao sul com lote nº 17; a leste com lote nº 02, oeste com a Rua 20, neste município de Dom Aquino.

b- *Imóvel urbano. Lote nº 02, na quadra 08 do Loteamento denominado "Jardim dos Estados", sob registro 11.441 – 02/12/2009, folha 199, com 360,00 m² (trezentos e sessenta metros quadrados). Limites ao norte com a Avenida Pedro Celestino; ao sul com lote nº 14; leste com lote nº 03; oeste com lote 01, neste município de Dom Aquino.*

c- *Imóvel urbano. Lote nº 03 da quadra nº 08, do loteamento denominado "Jardim dos Estados" sob registro 11.442 – 02/12/2009, folha 200. Área de 360,00 m² (trezentos e sessenta metros quadrados), forma retangular.Limites: ao norte com a Avenida Pedro Celestino, ao sul com o lote nº 04; leste com lote nº 04, oeste com lote nº 02, neste município de Dom Aquino-MT.*

d- *Imóvel urbano. Lote n 04, na quadra 08 do loteamento denominado " Jardim dos Estados", sob registro 11.444 – 02/12/2009 – folha 002. Area 360,00 m² (trezentos e sessenta metros quadrados), forma: Retângulo. Limites: ao norte com a Avenida Pedro Celestino, ao Sul com lote n 07, ao Leste com o lote n 05, ao Oeste com o lote n 03, neste municipio de Dom Aquino-MT.*

e- *Imóvel urbano. Lote nº 05, na quadra 08 do loteamento denominado "Jardim dos Estados", sob registro 11.444 – 02/12/2009 – folha 003. Área 360,00 m² (trezentos e sessenta metros quadrados), forma: retângulo. Limites: ao norte com Avenida Pedro Celestino; ao sul com lote nº 0; leste com o lote nº 06; oeste com lote nº 04, neste município de Dom Aquino-MT.*

f- *Imóvel urbano. Lote nº 06, na quadra 08 do loteamento "Jardim dos Estados", sob registro 11.445 – 02/12/2009,folha 004. Área 360,00 m² (trezentos e sessenta metros quadrados), forma: retangular. Limites: ao norte com a avenida Pedro Celestino; ao sul com o lote nº 07; leste com lote nº 19; oeste com lote nº 05, neste município de Dom Aquino-MT*

g- *Imóvel urbano. Lote nº 15 da quadra 08 do loteamento denominado "Jardim dos Estados", sob registro 11.446 – 02/12/2009, folha 005. Área 528,00 m² (quinhentos e vinte e oito metros quadrados), forma: trapézio retângulo. Limites: ao norte com lote nº 16; ao sul com lote nº 14; leste com*

com o lote nº 09; oeste com lote nº 020, neste município de Dom Aquino-MT

***h-** Imóvel urbano. Lote nº 16 da quadra 08 do loteamento denominado "Jardim dos estados", sob registro. 11.447, 02/12/2009, folha 006. Área: 513,60 m² (quinhentos e treze metros e sessenta centímetros quadrados), forma: trapézio retângulo. Limites: ao norte com o lote nº 17; ao sul com lote nº 15; leste com lote nº 08; oeste com a Rua 20, neste município de Dom Aquino-MT.*

***i-** Imóvel urbano. Lote nº 17 da quadra 08 do loteamento denominado "Jardim dos estados", sob regisro 11.448, 02/12/2009, folha 007. Área: 449,20 m² (quatrocentos e quarenta e nove metros e vinte centímetros quadrados), forma: tra´´ezio retângulo. Limites: ao norte com os lotes nºs 01, 02 e 03; ao sul com o lote nº 16; leste com o lote nº 07; oeste com a Rua nº 20, nesta cidade de Dom Aquino-MT.*

***j-** Imóvel urbano.Uma área contendo 5,7072 has (cinco hectares setenta ares e setenta e dois centiares), que foi desmembrada de uma área de 8. 0000 has, sob registro 2.243, 13/09/2012, folha 073. Limites: a demarcação teve início na margem direita do córrego Mutum, onde foi cravado o marco nº 01, divisório com terras de aristeu Pereira de Souza, cuja referência geográfica está assim determinada 721532.4662 e 8252043,9871. Confrontações: ao norte com terras de Aristeu Pereira de Souza; ao Sul com terrras da Prefeitura de Dom Aquino; Leste com terras do Córrego Mutum e ao Oeste com terras de Antonio Joaquim da Silva, tudo conforme mapa, memorial descritivo, ART. Nº 1430100, devidamente recolhida no valor de R$ 40,00. (denominado loteamento Joaquim Rosa)*

***k-** Imóvel Urbano, com área de 10.000m² (dez mil metros quadrados), quadra nº 09 completa, matrícula 6.543, folha 198 (antigo Campo do japonês).*

Art. 2º - Fica o chefe do poder executivo autorizado a doar as respectivas áreas mencionadas nas alíneas a, b, c, d, e, f, g, h, i, j e k do Artigo. 1º, às famílias carentes do Município, bem como, para programa específico, os quais serão beneficiadas através de cadastramento prévio junto a Secretaria de Assistência Social do Município de Dom Aquino, após os desmembramentos dos respectivos lotes, caso ainda não efetivado.

Art. 3º - O imóvel ora doado destinar-se-á exclusivamente para finalidade da doação, sendo ainda vedado ceder ou transferir o imóvel a terceiros em qualquer hipótese.

Parágrafo único - Aplica-se à doação estabelecida na presente Lei, o instituto da Dispensa Licitatória, previsto na Lei Federal nº 8.666/93, alterada pelas Leis nºs 8.883/94 e 9.648/98, assim como as demais disposições legais do referido normativo.

Art. 4º - Para cumprimento dos termos da presente Lei fica o Prefeito Municipal autorizado a assinar a escritura pública de doação.

Art. 5º - Em caso de descumprimento das condições previstas no artigo 3º desta Lei, ou desvio de destinação do objeto da doação, o bem reverterá ao município, após comprovação em processo administrativo, com as benfeitorias até então realizadas, independente de notificação, interpelação judicial ou anuência do (a) donatário (a), bem como, sem que caiba a este (a) o direito a qualquer indenização, seja a qual título for.

Art. 6º - As despesas decorrentes desta Lei correrão á conta de dotação própria do orçamento municipal.

Art. 7º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 05 de dezembro de 2018.

VALDÉCIO LUIZ DA COSTA

Prefeito Municipal

GABINETE, ADMINISTRAÇÃO, LICITAÇÃO, EDUCAÇÃO E FINANCEIRO
LEI Nº 1.579/2018 DE 05 DE DEZEMBRO DE 2018.

DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDÉCIO LUIZ DA COSTA, Prefeito do Município de Dom Aquino, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições que lhes são conferidas por lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de 150.000,00 (cento e cinqüenta mil reais) conforme abaixo:

05.000.00.000.0000.0.000.				SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
05.002.00.000.0000.0.000.				FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
05.002.10.000.0000.0.000.				Saúde	
05.002.10.302.0000.0.000.				Assistência Hospitalar e Ambulatorial	
05.002.10.302.0083.0.000.				EXPANSÃO E MELHORIA DA REDE FÍSICA DE SAÚDE	
05.002.10.302.0083.1.094.				Reforma e equipamento do Centro de Reabilitação Ariston Delmondes	
506	-	4.4.90.52.00.00	54	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	150.000,00
Total Suplementação:					**150.000,00**

Artigo 2º - Para cobertura do crédito citado no artigo 1º, serão utilizados recursos de repasse do Ministério da Saúde, através do Fundo a Fundo – Bloco de Investimentos.

Artigo 3° - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 05 de dezembro de 2018.

VALDÉCIO LUIZ DA COSTA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIZ NATAL

CONTABILIDADE
DECRETO MUNICIPAL N.º 071/2018.

DECRETO MUNICIPAL N.º 071/2018.

DATA: 01 DE NOVEMBRO DE 2018.

SÚMULA: ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO VALOR DE R$ 79. 658,23 (SETENTA E NOVE MIL, SEISCENTOS E CINQUENTA E OITO REAIS E VINTE E TRÊS CENTAVOS), PARA COBERTURA DE DESPESAS DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RAFAEL PAVEI, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento do Município um Crédito Suplementar no valor de R$ 79.658,23 (setenta e nove mil, seiscentos e cinquenta e oito reais e vinte e três centavos), para atender as seguintes dotações orçamentárias:

02.000.0.1.04.122.0002.2.002.3.3.90.39.00.00 0100000000 R$ 1.000,00

04.000.0.2.12.361.0005.2.007.3.3.90.39.00.00 0115000000 R$ 23.952,13

04.000.0.2.12.361.0005.2.008.3.3.90.30.00.00 0101000000 R$ 19.300,00

04.000.0.2.12.361.0005.2.008.3.3.90.39.00.00 0101000000 R$ 500,00

04.000.0.4.27.813.0007.1.024.3.3.90.39.00.00 0100000000 R$ 4.213,50

05.000.0.1.08.243.0009.2.026.3.3.90.39.00.00 0100000000 R$ 50,00

05.000.0.1.08.244.0009.1.032.3.3.90.30.00.00 0329000000 R$ 1.125,00

05.000.0.2.08.244.0009.2.022.3.3.90.30.00.00 0129000000 R$ 1,00

05.000.0.2.08.244.0009.2.022.3.3.90.36.00.00 0129000000 R$ 2.500,00

06.000.0.1.10.122.0002.2.027.3.3.90.39.00.00 0102000000 R$ 600,00

06.000.0.2.10.301.0011.2.030.3.3.90.30.00.00 0102000000 R$ 2.700,00

06.000.0.2.10.301.0011.2.030.3.3.90.36.00.00 0102000000 R$ 2.917,60

06.000.0.2.10.301.0012.1.048.3.3.90.39.00.00 0323000000 R$ 199,00

07.000.0.1.15.451.0013.2.037.3.3.90.39.00.00 0100000000 R$ 2.000,00

07.000.0.3.15.451.0013.2.039.3.3.90.39.00.00 0100000000 R$ 2.100,00

08.000.0.1.20.606.0014.1.043.3.3.90.39.00.00 0100000000 R$ 15.000,00

08.000.0.2.18.541.0014.2.054.3.3.90.39.00.00 0182000000 R$ 1.500,00

Total da Suplementação: R$ 79.658,23

Art. 2º - Para cumprimento do artigo anterior e de acordo com o art. 43, parágrafo 1º inciso III da Lei Federal nº 4.320/64 ficam parcialmente anuladas as seguintes dotações orçamentárias:

02.000.0.1.04.122.0002.2.002.3.3.90.14.00.00 0100000000 R$ 1.000,00

04.000.0.2.12.361.0005.2.007.3.3.90.36.00.00 0115000000 R$ 2.700,00

04.000.0.2.12.361.0005.2.007.4.4.90.51.00.00 0115000000 R$ 21.252,13

04.000.0.2.12.361.0005.2.008.3.3.90.30.00.00 0130000000 R$ 19.300,00

04.000.0.2.12.361.0005.2.008.3.3.90.39.00.00 0122000000 R$ 500,00

04.000.0.4.27.813.0007.1.024.3.3.90.30.00.00 0100000000 R$ 1.091,59

04.000.0.4.27.813.0007.1.024.3.3.90.31.00.00 0100000000 R$ 641,91

04.000.0.4.27.813.0007.1.024.3.3.90.36.00.00 0100000000 R$ 2.480,00

05.000.0.1.08.243.0009.2.026.3.3.90.30.00.00 0100000000 R$ 50,00

05.000.0.1.08.244.0009.1.032.3.3.90.39.00.00 0329000000 R$ 1.125,00

05.000.0.2.08.244.0009.2.022.3.3.90.39.00.00 0129000000 R$ 1,00

05.000.0.2.08.244.0009.2.022.3.3.90.39.00.00 0143000000 R$ 2.500,00

06.000.0.1.10.122.0002.2.027.3.3.90.14.00.00 0102000000 R$ 600,00

06.000.0.2.10.301.0011.2.030.3.3.90.14.00.00 0102000000 R$ 500,00

06.000.0.2.10.301.0011.2.030.3.3.90.36.00.00 0114000000 R$ 5.117,60

06.000.0.2.10.301.0012.1.048.3.3.90.30.00.00 0323000000 R$ 199,00

07.000.0.1.15.451.0013.2.037.3.3.90.30.00.00 0100000000 R$ 2.000,00

07.000.0.3.15.451.0013.2.039.4.4.90.52.00.00 0100000000 R$ 2.100,00

08.000.0.1.20.606.0014.1.043.3.3.90.30.00.00 0100000000 R$ 15.000,00

08.000.0.2.18.541.0014.2.054.3.3.90.30.00.00 0182000000 R$ 1.500,00

Total da Redução: R$ 79.658,23

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL ESTADO DE MATO GROSSO, AO 1º DIA DO MÊS DE OUTUBRO DE 2018.

Rafael Pavei

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

CONTABILIDADE
DECRETO MUNICIPAL N.º 072/2018.

DECRETO MUNICIPAL N.º 072/2018.

DATA: 01 DE NOVEMBRO DE 2018.

SÚMULA: ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO VALOR DE 924.300,00 (NOVECENTOS E VINTE E QUATRO MIL E TREZENTOS REAIS), PARA COBERTURA DE DESPESAS DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RAFAEL PAVEI, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento do Município um Crédito Suplementar no valor de 924.300,00 (novecentos e vinte e quatro mil e trezentos reais), para atender as seguintes dotações orçamentárias:

02.000.0.1.04.122.0002.2.002.3.1.90.13.00.00 0100000000 R$ 6.000,00

02.000.0.2.04.124.0002.2.003.3.1.90.11.00.00 0100000000 R$ 1.300,00

03.000.0.1.04.122.0002.2.004.3.1.90.04.00.00 0100000000 R$ 20.000,00

03.000.0.1.04.122.0002.2.004.3.1.90.11.00.00 0100000000 R$ 27.000,00

03.000.0.1.04.122.0002.2.004.3.1.90.13.00.00 0100000000 R$ 10.000,00

04.000.0.3.12.361.0005.2.011.3.1.90.11.00.00 0118000000 R$ 20.000,00

04.000.0.3.12.361.0005.2.012.3.1.90.11.00.00 0118000000 R$ 30.000,00

04.000.0.3.12.361.0005.2.012.3.1.91.13.00.00 0118000000 R$ 4.000,00

04.000.0.3.12.361.0005.2.016.3.1.90.04.00.00 0119000000 R$ 47.000,00

04.000.0.3.12.361.0005.2.016.3.1.90.11.00.00 0119000000 R$ 308.000,00

04.000.0.3.12.361.0005.2.016.3.1.90.13.00.00 0119000000 R$ 10.000,00

04.000.0.3.12.361.0005.2.016.3.1.91.13.00.00 0119000000 R$ 26.000,00

04.000.0.3.12.365.0005.2.014.3.1.90.04.00.00 0118000000 R$ 2.000,00

04.000.0.3.12.365.0005.2.015.3.1.90.04.00.00 0118000000 R$ 8.000,00

04.000.0.3.12.365.0005.2.015.3.1.90.11.00.00 0118000000 R$ 88.000,00

04.000.0.3.12.365.0005.2.017.3.1.90.04.00.00 0119000000 R$ 21.000,00

04.000.0.3.12.365.0005.2.017.3.1.90.11.00.00 0119000000 R$ 80.000,00

04.000.0.3.12.365.0005.2.017.3.1.91.13.00.00 0119000000 R$ 14.000,00

04.000.0.3.12.365.0005.2.047.3.1.90.04.00.00 0119000000 R$ 10.000,00

04.000.0.4.27.813.0007.2.018.3.1.90.11.00.00 0100000000 R$ 10.000,00

05.000.0.1.08.122.0002.2.021.3.1.90.11.00.00 0100000000 R$ 35.000,00

05.000.0.1.08.122.0002.2.021.3.1.90.13.00.00 0100000000 R$ 5.000,00

05.000.0.2.08.244.0009.2.022.3.1.90.11.00.00 0129000000 R$ 19.000,00

05.000.0.2.08.244.0009.2.022.3.1.91.13.00.00 0129000000 R$ 4.000,00

05.000.0.2.08.244.0009.2.024.3.1.90.04.00.00 0100000000 R$ 31.000,00

07.000.0.3.15.451.0013.2.039.3.1.90.11.00.00 0100000000 R$ 68.000,00

07.000.0.4.17.512.0013.2.040.3.1.90.11.00.00 0100000000 R$ 10.000,00

08.000.0.1.20.608.0014.2.041.3.1.90.11.00.00 0100000000 R$ 10.000,00

Total da Suplementação: 924.300,00

Art. 2º - Para cumprimento do artigo anterior e de acordo com o art. 43, parágrafo 1º inciso III da Lei Federal nº 4.320/64 ficam parcialmente anuladas as seguintes dotações orçamentárias:

02.000.0.1.04.122.0002.2.002.3.1.91.13.00.00 0100000000 R$ 6.000,00

02.000.0.2.04.124.0002.2.003.3.1.91.13.00.00 0100000000 R$ 1.300,00

03.000.0.1.04.122.0002.2.004.3.1.91.13.00.00 0100000000 R$ 27.000,00

04.000.0.1.12.122.0002.2.005.3.1.90.11.00.00 0101000000 R$ 38.000,00

04.000.0.1.12.122.0002.2.005.3.1.91.13.00.00 0101000000 R$ 30.000,00

04.000.0.3.12.361.0005.2.011.3.1.90.04.00.00 0118000000 R$ 142.000,00

04.000.0.3.12.361.0005.2.011.3.1.90.13.00.00 0118000000 R$ 125.000,00

04.000.0.3.12.361.0005.2.011.3.1.91.13.00.00 0118000000 R$ 260.000,00

04.000.0.3.12.361.0005.2.011.3.1.91.13.00.00 0118036000 R$ 17.000,00

04.000.0.3.12.361.0005.2.012.3.1.90.13.00.00 0118000000 R$ 5.000,00

04.000.0.3.12.365.0005.2.014.3.1.90.11.00.00 0118000000 R$ 40.000,00

04.000.0.3.12.365.0005.2.014.3.1.90.13.00.00 0118000000 R$ 2.000,00

04.000.0.3.12.365.0005.2.014.3.1.91.13.00.00 0118000000 R$ 13.000,00

04.000.0.3.12.365.0005.2.015.3.1.90.13.00.00 0118000000 R$ 2.000,00

04.000.0.3.12.365.0005.2.015.3.1.91.13.00.00 0118000000 R$ 6.000,00

04.000.0.3.12.365.0005.2.017.3.1.90.13.00.00 0119000000 R$ 10.000,00

04.000.0.3.12.365.0005.2.047.3.1.90.11.00.00 0119000000 R$ 8.000,00

04.000.0.4.27.813.0007.2.018.3.1.91.13.00.00 0100000000 R$ 10.000,00

05.000.0.1.08.122.0002.2.021.3.1.90.04.00.00 0100000000 R$ 35.000,00

05.000.0.1.08.122.0002.2.021.3.1.91.13.00.00 0100000000 R$ 5.000,00

05.000.0.2.08.244.0009.2.024.3.1.90.11.00.00 0100000000 R$ 20.000,00

05.000.0.2.08.244.0009.2.024.3.1.90.11.00.00 0129000000 R$ 23.000,00

05.000.0.2.08.244.0009.2.024.3.1.90.13.00.00 0100000000 R$ 11.000,00

07.000.0.1.15.122.0002.2.036.3.1.90.11.00.00 0100000000 R$ 15.000,00

07.000.0.1.15.122.0002.2.036.3.1.91.13.00.00 0100000000 R$ 23.000,00

07.000.0.3.15.451.0013.2.039.3.1.91.13.00.00 0100000000 R$ 30.000,00

07.000.0.4.17.512.0013.2.040.3.1.91.13.00.00 0100000000 R$ 10.000,00

08.000.0.1.20.608.0014.2.041.3.1.91.13.00.00 0100000000 R$ 10.000,00

Total da Redução: 924.300,00

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL ESTADO DE MATO GROSSO, AO 1º DIA DO MÊS DE NOVEMBRO DE 2018.

Rafael Pavei

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

CONTABILIDADE
DECRETO MUNICIPAL N.º 070/2018.

DECRETO MUNICIPAL N.º 070/2018.

DATA: 01 DE NOVEMBRO DE 2018.

SÚMULA: ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO VALOR DE R$ 402.881,66(QUATROCENTOS E DOIS MIL, OITOCENTOS E OITENTA E UM REAIS E SESSENTA E SEIS CENTAVOS), PARA COBERTURA DE DESPESAS DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RAFAEL PAVEI, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas legais e especialmente a Lei nº 0629/2018.

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento do Município um Crédito Suplementar no valor de R$ 402.881,66(quatrocentos e dois mil, oitocentos e oitenta e um reais e sessenta e seis centavos), para atender as seguintes dotações orçamentárias:

02.000.0.1.04.122.0002.2.002.3.1.90.11.00.00 0100000000 R$ 29.297,98

03.000.0.1.04.122.0002.2.004.3.3.90.36.00.00 0100000000 R$ 4.280,00

04.000.0.3.12.361.0005.2.011.3.1.90.04.00.00 0118000000 R$ 8.400,00

04.000.0.4.27.813.0007.2.018.3.1.90.13.00.00 0100000000 R$ 1.191,66

04.000.0.4.27.813.0007.2.018.3.3.90.36.00.00 0100000000 R$ 5.939,37

04.000.0.5.13.392.0008.2.019.3.3.90.36.00.00 0100000000 R$ 14.252,61

05.000.0.3.08.243.0009.2.060.3.3.90.36.00.00 0100000000 R$ 4.000,00

06.000.0.1.10.122.0002.2.027.3.1.90.11.00.00 0102000000 R$ 29.291,72

06.000.0.1.10.122.0002.2.027.3.3.90.36.00.00 0102000000 R$ 3.600,00

06.000.0.2.10.301.0011.2.030.3.1.90.04.00.00 0102000000 R$ 51.000,00

06.000.0.2.10.301.0011.2.030.3.1.90.11.00.00 0102000000 R$ 197.195,05

06.000.0.2.10.301.0011.2.030.3.1.91.13.00.00 0102000000 R$ 26.536,05

06.000.0.2.10.301.0011.2.030.3.3.90.36.00.00 0102000000 R$ 4.872,10

07.000.0.3.15.451.0013.2.039.3.1.90.04.00.00 0100000000 R$ 9.000,00

07.000.0.3.15.451.0013.2.039.3.3.90.36.00.00 0100000000 R$ 2.191,21

08.000.0.1.20.608.0014.2.041.3.1.90.13.00.00 0100000000 R$ 1.763,91

08.000.0.1.20.608.0014.2.041.3.3.90.36.00.00 0100000000 R$ 10.070,00

Total da Suplementação: R$ 402.881,66

Art. 2º - Para cumprimento do artigo anterior serão utilizados os recursos provenientes do excesso provável de arrecadação, no valor de R$ 402.881,66(quatrocentos e dois mil, oitocentos e oitenta e um reais e sessenta e seis centavos), calculado por linha de tendência, de conformidade com o disposto no Inciso II, do § 1º, do Art.43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL ESTADO DE MATO GROSSO, AO 1º DIA DO MÊS DE NOVEMBRO DE 2018.

Rafael Pavei

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

CONTABILIDADE
DECRETO MUNICIPAL N.º 069/2018.

DECRETO MUNICIPAL N.º 069/2018.

DATA: 01 DE NOVEMBRO DE 2018.

SÚMULA: ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO VALOR DE 226.694,56 (DUZENTOS E VINTE E SEIS MIL, SEISCENTOS E NOVENTA E QUATRO REAIS E CINQUENTA E SEIS CENTAVOS), PARA COBERTURA

DE DESPESAS DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RAFAEL PAVEI, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento do Município um Crédito Suplementar no valor de 226.694,56 (duzentos e vinte e seis mil, seiscentos e noventa e quatro reais e cinquenta e seis centavos), para atender as seguintes dotações orçamentárias:

02.000.0.1.04.122.0002.2.002.3.3.90.30.00.00 0100000000 R$ 6.138,83 02.000.0.1.04.122.0002.2.002.3.3.90.39.00.00 0100000000 R$ 1.790,07 03.000.0.1.04.122.0002.2.004.3.3.90.30.00.00 0100000000 R$ 5.449,99 03.000.0.1.04.122.0002.2.004.3.3.90.36.00.00 0100000000 R$ 1.200,00 03.000.0.1.04.122.0002.2.004.3.3.90.39.00.00 0100000000 R$ 15.120,00 03.000.0.1.04.122.0002.2.004.4.4.90.52.00.00 0100000000 R$ 1.300,00

04.000.0.2.12.122.0005.2.006.3.3.90.30.00.00 0101000000 R$ 685,94 04.000.0.2.12.122.0005.2.006.3.3.90.30.00.00 0301000000 R$ 3.000,00 04.000.0.2.12.306.0005.2.049.3.3.90.30.00.00 0101000000 R$ 14.000,00 04.000.0.2.12.306.0005.2.049.3.3.90.30.00.00 0115000000 R$ 4.800,00 04.000.0.2.12.365.0005.2.053.3.3.90.30.00.00 0100000000 R$ 1.200,00 04.000.0.4.27.813.0007.1.023.3.3.90.30.00.00 0100000000 R$ 919,07 04.000.0.4.27.813.0007.1.024.3.3.90.39.00.00 0100000000 R$ 4.613,92 04.000.0.5.13.392.0008.1.026.3.3.90.36.00.00 0100000000 R$ 2.000,00 05.000.0.1.08.243.0009.2.026.3.3.90.14.00.00 0100000000 R$ 600,00 05.000.0.2.08.122.0009.2.056.3.3.90.30.00.00 0329000000 R$ 4.420,00 05.000.0.2.08.122.0009.2.056.4.4.90.52.00.00 0329000000 R$ 3.414,00 05.000.0.2.08.122.0009.2.057.3.3.90.39.00.00 0329000000 R$ 3.500,00 05.000.0.2.08.244.0009.2.022.3.3.90.30.00.00 0100000000 R$ 4.185,00 05.000.0.2.08.244.0009.2.022.3.3.90.36.00.00 0100000000 R$ 600,00 05.000.0.2.08.244.0009.2.024.3.3.90.30.00.00 0100000000 R$ 1.295,26 05.000.0.2.08.244.0009.2.024.3.3.90.39.00.00 0100000000 R$ 4.652,76

06.000.0.1.10.122.0002.2.027.3.3.90.39.00.00 0102000000 R$ 244,39 06.000.0.2.10.301.0011.2.030.3.3.90.30.00.00 0102000000 R$ 22.778,14 06.000.0.2.10.301.0011.2.030.3.3.90.37.00.00 0102000000 R$ 5.761,56 06.000.0.2.10.301.0011.2.030.3.3.90.39.00.00 0102000000 R$ 7.771,77 06.000.0.2.10.301.0011.2.030.4.4.90.52.00.00 0102000000 R$ 2.784,00 07.000.0.1.15.451.0013.1.040.3.3.90.39.00.00 0100000000 R$ 331,57 07.000.0.2.26.782.0013.1.041.3.3.90.30.00.00 0130000000 R$ 27.100,00 07.000.0.2.26.782.0013.1.041.3.3.90.39.00.00 0130000000 R$ 17.256,00 07.000.0.3.15.451.0013.2.039.3.3.90.30.00.00 0100000000 R$ 27.008,63 07.000.0.3.15.451.0013.2.039.3.3.90.36.00.00 0300000000 R$ 4.143,32 07.000.0.3.15.451.0013.2.039.3.3.90.39.00.00 0100000000 R$ 850,00 07.000.0.4.17.512.0013.2.040.3.3.90.39.00.00 0100000000 R$ 22.679,13 08.000.0.1.20.608.0014.2.041.3.3.90.30.00.00 0100000000 R$ 2.550,91 08.000.0.1.20.608.0014.2.041.3.3.90.39.00.00 0100000000 R$ 550,30

Total da Suplementação: 226.694,56

Art. 2º - Para cumprimento do artigo anterior e de acordo com o art. 43, parágrafo 1º inciso III da Lei Federal nº 4.320/64 ficam parcialmente anuladas as seguintes dotações orçamentárias:

03.000.0.1.04.122.0002.1.007.3.3.90.39.00.00 0100000000 R$ 1.717,09 04.000.0.2.12.361.0005.2.008.4.4.90.52.00.00 0101000000 R$ 59.999,99 04.000.0.2.12.361.0005.2.009.4.4.90.52.00.00 0301000000 R$ 3.000,00 04.000.0.2.12.365.0005.1.018.3.3.90.30.00.00 0101000000 R$ 272,31 04.000.0.2.12.365.0005.1.018.3.3.90.39.00.00 0101000000 R$ 15.508,29 04.000.0.2.12.365.0005.2.052.3.3.90.30.00.00 0115000000 R$ 16.000,00 04.000.0.2.12.365.0005.2.053.3.3.90.30.00.00 0115000000 R$ 4.000,00 04.000.0.4.27.813.0007.1.023.3.3.90.36.00.00 0100000000 R$ 1.000,00 04.000.0.4.27.813.0007.1.023.3.3.90.39.00.00 0100000000 R$ 176,00 04.000.0.4.27.813.0007.1.023.4.4.90.51.00.00 0100000000 R$ 2.000,00 04.000.0.4.27.813.0007.1.024.3.3.90.30.00.00 0100000000 R$ 619,07 04.000.0.4.27.813.0007.2.018.3.3.90.14.00.00 0100000000 R$ 555,00 04.000.0.4.27.813.0007.2.018.3.3.90.36.00.00 0100000000 R$ 42,00 04.000.0.4.27.813.0007.2.018.4.4.90.52.00.00 0100000000 R$ 140,92 04.000.0.5.13.392.0008.2.019.3.3.90.30.00.00 0100000000 R$ 2.000,00 04.000.0.5.13.392.0008.2.019.4.4.90.52.00.00 0100000000 R$ 1.000,00 05.000.0.2.08.244.0009.2.022.3.3.90.30.00.00 0329000000 R$ 11.334,00 05.000.0.2.08.244.0009.2.024.3.3.90.14.00.00 0100000000 R$ 1.200,00 06.000.0.1.10.122.0002.2.027.3.3.90.14.00.00 0102000000 R$ 1.000,00 06.000.0.1.10.301.0011.1.034.4.4.90.52.00.00 0102000000 R$ 12.000,00 06.000.0.2.10.301.0011.2.029.3.3.90.30.00.00 0114000000 R$ 3.000,00 06.000.0.2.10.304.0012.1.045.4.4.90.52.00.00 0102000000 R$ 605,00 06.000.0.2.10.305.0011.2.035.3.3.90.30.00.00 0114000000 R$ 5.000,00 07.000.0.3.15.451.0013.2.039.4.4.90.52.00.00 0100000000 R$ 331,57 07.000.0.4.17.512.0013.2.040.4.4.90.52.00.00 0300000000 R$ 4.143,32 99.999.9.9.99.999.9999.9.999.9.9.99.99.00.00 0100000000 R$ 80.050,00

Total da Redução: 226.694,56

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL ESTADO DE MATO GROSSO, AO 1º DIA DO MÊS DE NOVEMBRO DE 2018.

Rafael Pavei

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO

GABARITO OFICIAL

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 001/2018 - E

Art. 1º - O Prefeito Municipal de General Carneiro - MT, no uso de suas atribuições legais **DIVULGA** o gabarito oficial das provas escritas objetivas aplicadas no dia 25 de novembro de 2018, referente ao Processo Seletivo Público aberto através do Edital de Processo Seletivo Público nº 001/2018, conforme segue:

QUESTÕES	AGENTE ADMINISTRATIVO	AGENTE DE SAÚDE	AGENTE SANITÁRIO	APOIO
1.	A	A	A	A
2.	C	C	C	B
3.	C	C	C	D
4.	D	D	D	D
5.	D	D	D	A
6.	C	C	C	A
7.	C	C	C	B
8.	B	B	B	A
9.	NULA*	NULA*	NULA*	D
10.	A	A	A	C
11.	B	B	B	C
12.	B	B	B	B
13.	B	B	B	D
14.	D	A	A	C
15.	B	B	D	NULA
16.	D	D	D	B
17.	A	A	A	A
18.	B	B	B	B
19.	B	B	B	B
20.	B	B	B	C
21.	D	B	B	
22.	B	C	C	
23.	D	D	D	
24.	C	B	D	
25.	A	B	B	
26.	A	A	A	
27.	D	D	C	
28.	B	A	A	
29.	C	A	B	
30.	D	D	A	
31.				
32.				

33.				
34.				
35.				
36.				
37.				
38.				
39.				
40.				

QUESTÕES	ASSISTENTE SOCIAL	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	CONTADOR	DENTISTA
1.	A	A	A	A
2.	D	B	D	D
3.	C	D	C	C
4.	C	D	C	C
5.	A	A	A	A
6.	B	A	B	B
7.	D	B	D	D
8.	A	A	A	A
9.	B	D	B	B
10.	C	C	C	C
11.	C	C	C	C
12.	C	B	C	C
13.	B	D	B	B
14.	A	C	A	A
15.	D	NULA	D	D
16.	B	B	B	B
17.	C	A	C	C
18.	A	B	A	A
19.	B	B	B	B
20.	D	C	D	D
21.	D		D	D
22.	A		A	A
23.	B		B	B
24.	B		B	B
25.	B		B	B
26.	B		B	B
27.	C		C	C
28.	D		D	D
29.	B		C	B
30.	B		C	B
31.	A		A	D
32.	C		C	D
33.	D		A	D
34.	B		B	A
35.	C		D	A
36.	C		C	A
37.	D		D	A
38.	A		A	C
39.	C		A	B
40.	B		D	A

QUESTÕES	ENFERMEIRO	ENGENHEIRO CIVIL	FARMACÊUTICO/ BIOQUÍMICO	FISCAL DE TRIBUTOS
1.	A	A	A	A
2.	D	D	D	C
3.	C	C	C	C
4.	C	C	C	D
5.	A	A	A	D
6.	B	B	B	C
7.	D	D	D	C
8.	A	A	A	B
9.	B	B	B	NULA*
10.	C	C	C	A
11.	C	C	C	B
12.	C	C	C	B
13.	B	B	B	B
14.	A	A	A	A
15.	D	D	D	B
16.	B	B	B	D
17.	C	C	C	A
18.	A	A	A	B
19.	B	B	B	B
20.	D	D	D	B
21.	D	D	D	B
22.	A	A	A	C
23.	B	B	B	D
24.	B	B	B	A
25.	B	B	B	B

26.	B	B	B	B
27.	C	C	C	A
28.	D	D	D	C
29.	B	C	B	B
30.	B	C	B	C
31.	C	B	D	
32.	C	A	B	
33.	B	C	C	
34.	A	C	D	
35.	D	C	C	
36.	C	A	B	
37.	B	D	B	
38.	A	A	B	
39.	D	D	D	
40.	D	C	D	

QUESTÕES	GARI	MERENDEIRA	MONITOR	MOTORISTA
1.	A	A	A	A
2.	B	C	C	C
3.	D	C	C	C
4.	D	D	D	D
5.	A	D	D	D
6.	A	B	C	B
7.	B	B	C	B
8.	A	D	B	D
9.	D	NULA*	NULA*	NULA*
10.	C	A	A	A
11.	C	C	B	C
12.	B	C	B	C
13.	D	B	B	B
14.	C	D	A	D
15.	NULA	A	D	A
16.	B	B	D	B
17.	A	B	A	B
18.	B	A	B	A
19.	B	D	B	D
20.	C	B	B	B
21.			B	
22.			C	
23.			D	
24.			C	
25.			C	
26.			C	
27.			D	
28.			A	
29.			B	
30.			C	
31.				
32.				
33.				
34.				
35.				
36.				
37.				
38.				
39.				
40.				

QUESTÕES	NUTRICIONISTA	ORIENTADOR SOCIAL	PROFESSOR DE CAPOEIRA	PROFESSOR LEIGO (INDÍGENA)
1.	A	A	A	A
2.	D	C	B	B
3.	C	C	D	D
4.	C	D	C	C
5.	A	D	B	B
6.	B	C	C	C
7.	D	C	C	C
8.	A	B	A	A
9.	B	NULA*	C	C
10.	C	A	B	B
11.	C	B	C	C
12.	C	B	A	A
13.	B	B	B	B
14.	A	A	D	D
15.	D	D	C	C
16.	B	D	B	B
17.	C	A	B	B
18.	A	B	B	B

19.	B	B	D	D
20.	D	B	D	D
21.	D	B	B	B
22.	A	C	B	C
23.	B	D	D	B
24.	B	C	A	C
25.	B	C	C	D
26.	B	C		
27.	C	A		
28.	D	B		
29.	B	C		
30.	B	C		
31.	D			
32.	A			
33.	B			
34.	B			
35.	C			
36.	C			
37.	A			
38.	A			
39.	A			
40.	B			

QUESTÕES	PROFESSOR	PSICÓLOGO	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	VIGILANTE DE ENDEMIAS
1.	A	A	A	A
2.	D	D	C	C
3.	C	C	C	C
4.	C	C	D	D
5.	A	A	D	D
6.	B	B	C	C
7.	D	D	C	C
8.	A	A	B	B
9.	B	B	NULA*	NULA*
10.	C	C	A	A
11.	C	C	B	B
12.	C	C	B	B
13.	B	B	B	B
14.	A	A	A	A
15.	D	D	D	D
16.	B	B	D	D
17.	C	C	A	A
18.	A	A	B	B
19.	B	B	B	B
20.	D	D	B	B
21.	D	D	B	B
22.	A	A	C	C
23.	B	B	D	D
24.	B	B	B	B
25.	B	B	A	B
26.	B	B	A	A
27.	C	C	A	D
28.	D	D	B	A
29.	C	B	D	D
30.	B	B	C	C
31.	B	D		
32.	C	A		
33.	A	A		
34.	D	A		
35.	A	A		
36.	B	C		
37.	C	D		
38.	C	B		
39.	C	C		
40.	D	C		

*** ALTERADO**

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

General Carneiro – MT, 07 de dezembro de 2018.

MARCELO AQUINO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE

RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 086/2018

O município de Guarantã do Norte/MT representado pela Prefeitura Municipal torna público para conhecimento dos interessados que o Pregão Presencial nº **086/2018** obteve o seguinte resultado: A empresa **EDVALDO A. DE OLIVEIRA ME** sagrou-se vencedora com o valor de **R$ 441.000,00 (quatrocentos e quarenta e um mil reais).** O processo Administrativo referente à licitação acima se encontra a disposição dos interessados na sala de licitações da referida Prefeitura, localizada na Rua das Oliveiras, 135, Bairro Jardim Vitória. Guarantã do Norte/MT, 10 de dezembro de 2018. **Gislaine Ascanio/Pregoeira**.

PREFEITURA MUNICIPAL DE INDIAVAÍ

DEFERIMENTO

Eu, **VALTEIR QUIRINO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Indiavaí**, casado, brasileiro, residente e domiciliado a Rua Getúlio Vargas, S/Nº. – Centro, Indiavaí, Estado de Mato Grosso, portador da cédula de identidade RG. Nº. 535872 e CPF Nº. 384.260.561.72, ante ao pedido apresentado pelo servidor, o qual se manifestou interesse na exoneração do cargo de Vigia, **DEFIRO** o pedido de exoneração do funcionário **ANTONIO CRISTIANO DE SOUZA ANDRADE,** portador do RG: 0880473-7 e CPF: 694.903. 171-87, do **Cargo de Vigia,** a partir do dia **10/12/2018,** registra-se, publica-se na forma requerida.

Ao setor de pessoal para providenciar a rescisão e homologação da exoneração.

Indiavaí –MT, 10 de Dezembro de 2018

_____

VALTEIR QUIRINO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

_____

ANTONIO CRISTIANO DE SOUZA ANDREDE

Vigia

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL COMPLEMENTAR 010/2018 DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 002/2018

EDITAL COMPLEMENTAR 010/2018 DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 002/2018

Art. 1º - O Prefeito Municipal de Itanhangá - MT, no uso de suas atribuições legais DIVULGA o resultado final das provas (escritas objetivas + títulos), referente ao Processo Seletivo Público aberto através do Edital de Processo Seletivo Público Nº 002/2018, conforme segue:

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - MICRO ÁREA 1

NOME	DATA DE NASCIMENTO	L.P.	MT.	C.G.	NOTA PROVA OBJETIVA	NOTA PROVA DE TÍTULOS	NOTA FINAL	RESULTADO
GERCINA BATISTA OLIVEIRA DE JESUS	05.09.73				NC		NC	Desclassificado
MARIA APARECIDA DA SILVA	22.02.74	5,0	10,0	10,0	25,0		25,0	Não aprovado

VALDIRENE APARECIDA CORDEIRO DOS SANTOS	03.05.75	20,0	5,0	10,0	35,0		35,0	Não aprovado

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - MICRO ÁREA 10

NOME	DATA DE NASCIMENTO	L.P.	MT.	C.G.	NOTA PROVA OBJETIVA	NOTA PROVA DE TÍTULOS	NOTA FINAL	RESULTADO
ELIENE BATISTA COSTA BATISTA COSTA	02.07.67				NC		NC	Desclassificado

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - MICRO ÁREA 11

NOME	DATA DE NASCIMENTO	L.P.	MT.	C.G.	NOTA PROVA OBJETIVA	NOTA PROVA DE TÍTULOS	NOTA FINAL	RESULTADO
FRANCIELE APARECIDA POMOCENE RIBEIRO	01.10.89	35,0	5,0	20,0	60,0		60,0	1.
JANAINA LOURENÇO DE OLIVEIRA	23.12.90	30,0	5,0	15,0	50,0	1,0	51,0	2.
BRUNA ARIESSA ANHAIA BLOS	16.09.94				NC		NC	Desclassificado

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - MICRO ÁREA 2

NOME	DATA DE NASCIMENTO	L.P.	MT.	C.G.	NOTA PROVA OBJETIVA	NOTA PROVA DE TÍTULOS	NOTA FINAL	RESULTADO
KELLI ALVES RODRIGUES	01.03.91	30,0	10,0	15,0	55,0		55,0	1.

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - MICRO ÁREA 5

NOME	DATA DE NASCIMENTO	L.P.	MT.	C.G.	NOTA PROVA OBJETIVA	NOTA PROVA DE TÍTULOS	NOTA FINAL	RESULTADO
NAIR PIRES DOPP HAYASHI	29.04.68	15,0	10,0	15,0	40,0		40,0	Não aprovado
PAULA BLAN TENORIO	23.04.85	0,0	5,0	10,0	15,0		15,0	Não aprovado
ROSILEIDE RIMAR WEBER	05.11.68	20,0	5,0	20,0	45,0		45,0	Não aprovado

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - MICRO ÁREA 6

NOME	DATA DE NASCIMENTO	L.P.	MT.	C.G.	NOTA PROVA OBJETIVA	NOTA PROVA DE TÍTULOS	NOTA FINAL	RESULTADO
AUDREY SABRINA DELF	14.10.96				NC		NC	Desclassificado
LEÇANDRA SOARES DA SILVA LIZIER	22.02.89				NC		NC	Desclassificado

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - MICRO ÁREA 8

NOME	DATA DE NASCIMENTO	L.P.	MT.	C.G.	NOTA PROVA OBJETIVA	NOTA PROVA DE TÍTULOS	NOTA FINAL	RESULTADO
GLADIS BEATRIZ COGO	06.10.65	35,0	10,0	15,0	60,0		60,0	1.
ARELITA VEBER ZAMPIERI	10.03.78	25,0	5,0	15,0	45,0		45,0	Não aprovado

AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS

NOME	DATA DE NASCIMENTO	L.P.	MT.	C.G.	NOTA PROVA OBJETIVA	NOTA PROVA DE TÍTULOS	NOTA FINAL	RESULTADO
FRANCIELE CAROLINE GERMANO DOS SANTOS	31.08.90	25,0	15,0	10,0	50,0		50,0	1.
ADRIANA LAURETH	25.07.85	25,0	10,0	15,0	50,0		50,0	2.
LEIDIAME GODINHO DA SILVA	27.08.90	15,0	5,0	20,0	40,0		40,0	Não aprovado
EDUARDO PEDROSO CARDOSO	27.11.92				NC		NC	Desclassificado

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Itanhangá - MT, 10 de dezembro de 2018.

EDU LAUDI PASCOSKI **Prefeito Municipal**	SIMONE MENDES PEREIRA **Presidente da Comissão Examinadora do Processo Seletivo Simplificado**

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL COMPLEMENTAR 009/2018 DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 002/2018

EDITAL COMPLEMENTAR 009/2018 DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 002/2018

O Prefeito Municipal de Itanhangá- MT, no uso de suas atribuições legais, INFORMA aos interessados que não houve interposição de recurso contra o edital complementar 008/2018 – resultado preliminar – referente ao Processo Seletivo Público aberto através do Edital Nº 002/2018.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Itanhangá - MT, 06 de dezembro de 2018.

EDU LAUDI PASCOSKI **Prefeito Municipal**	SIMONE MENDES PEREIRA **Presidente da Comissão Examinadora do Processo Seletivo Simplificado**

CÂMARA MUNICIPAL
EDITAL COMPLEMENTAR 010/2018 - CONCURSO PÚBLICO 01/2018

EDITAL COMPLEMENTAR 010/2018

A Presidente da Comissão Organizadora do Concurso Público da Câmara Municipal de Itanhanga – MT, nos termos dos itens 9.9 e 9.10 do Edital nº. 001/2018, visando atender ao princípio da publicidade, e;

RESOLVE:

I – Divulgar o gabarito oficial da prova do Concurso Público n° 001/2018, conforme anexo único que integra este Edital Complementar;

II – Comunicar aos candidatos que os demais itens do Edital 001/2018, permanecem inalterados.

Itanhangá, 07 de Dezembro de 2018.

Maria Fabiana Hammel

Presidente da Comissão Organizadora do Concurso Público 001/2018

GABARITO OFICIAL

NÍVEL SUPERIOR

PROCURADOR JURÍDICO																			
LÍNGUA PORTUGUESA											***DIREITO ADMINISTRATIVO***								
01	**02**	**03**	**04**	**05**	**06**	**07**	**08**	**09**	**10**		**11**	**12**	**13**	**14**	**15**	**16**	**17**	**18**	**19**	**20**
B	**D**	**A**	**C**	**A**	**B**	**C**	**D**	**D**	**NULA**		**C**	**B**	**D**	**A**	**D**	**A**	**C**	**B**	**C**	**A**
DIREITO CONSTITUCIONAL											***CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS***								
21	**22**	**23**	**24**	**25**	**26**	**27**	**28**	**29**	**30**		**31**	**32**	**33**	**34**	**35**	**36**	**37**	**38**	**39**	**40**
B	**C**	**D**	**A**	**NULA**	**B**	**C**	**C**	**A**	**D**		**D**	**C**	**B**	**B**	**C**	**A**	**D**	**D**	**NULA**	**A**

NÍVEL MÉDIO

AGENTE ADMINISTRATIVO																			
LÍNGUA PORTUGUESA										***MATEMÁTICA***					***INFORMÁTICA***					
01	**02**	**03**	**04**	**05**	**06**	**07**	**08**	**09**	**10**	**11**	**12**	**13**	**14**	**15**	**16**	**17**	**18**	**19**	**20**
A	**B**	**NULA**	**D**	**B**	**C**	**B**	**D**	**A**	**C**	**B**	**D**	**A**	**B**	**C**	**C**	**C**	**B**	**D**	**A**
CONHECIMENTOS GERAIS										***CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS***									
21	**22**	**23**	**24**	**25**	**26**	**27**	**28**	**29**	**30**	**31**	**32**	**33**	**34**	**35**	**36**	**37**	**38**	**39**	**40**
C	**B**	**A**	**D**	**A**	**D**	**B**	**C**	**B**	**D**	**B**	**A**	**C**	**NULA**	**C**	**A**	**A**	**D**	**B**	**C**

CÂMARA MUNICIPAL
EDITAL COMPLEMENTAR Nº 09/2018 - CONCURSO PÚBLICO 01/ 2018

EDITAL COMPLEMENTAR Nº 09/2018

A Presidente da Comissão Organizadora do Concurso Público da Câmara Municipal de Itanhangá – MT, nos termos dos itens 9.9 e 9.10 do Edital nº. 001/2018, visando atender ao princípio da publicidade, e;

Considerando a análise dos recursos impetrados pelos candidatos com relação à prova objetiva;

RESOLVE:

I – Divulgar aos candidatos as respostas aos recursos impetrados conforme análise da banca examinadora.

CARGO: PROCURADORJURÍDICO

Disciplina:	Língua Portuguesa
Questão Nº	01
Resultado da Análise:	Indeferido
Justificativa:	A alternativa B é a correta, houve erro de digitação conteúdo, não implica na resposta porque na nota de rodapé há um indicio de resposta que se bem analisada pelo candidato ficaria evidente a resposta. Portanto a fica mantida a referida questão.

Disciplina:	Língua Portuguesa
Questão Nº	03
Resultado da Análise:	Indeferido
Justificativa:	A questão apresenta erro de digitação na alternativa B em uma palavra, no entanto não prejudica na análise da questão, sendo que a alternativa correta é a letra A. Portanto a fica mantida a referida questão.

Disciplina:	Língua Portuguesa
Questão Nº	05
Resultado da Análise:	Indeferido
Justificativa:	Analise a questão ficou constatado que a única alternativa incorreta na questão é a letra A. O termo destacado exerce a função de adjunto adverbial (de lugar) e não de objeto indireto , portanto existe um erro na alternativa A. Diante disso fica mantida a referida questão.

Disciplina:	Língua Portuguesa
Questão Nº	10
Resultado da Análise:	Deferido
Justificativa:	Em resposta ao recurso interposto para esta questão, temos a esclarecer que o mesmo é procedente. Questão Anulada, atribuída pontuação a todos os candidatos concorrentes ao cargo, por apresentar erro na sua formulação.

Disciplina:	Conhecimentos Específicos
Questão Nº	11
Resultado da Análise:	Indeferido
Justificativa:	A redação da alternativa C foi revogada pela Lei nº 8.883/94, a qual trouxe uma nova redação para o § 2º do art. 41 da Lei nº 8.666/93, vejamos: § 2o Decairá do direito de impugnar os termos do edital de licitação perante a administração o licitante que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes de habilitação em concorrência, a abertura dos envelopes com as propostas em convite, tomada de preços ou concurso, ou a realização de leilão, as falhas ou irregularidades que viciariam esse edital, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso. A redação atual fala de prazos e modalidades licitatórias, o que torna a redação da questão incorreta. Recurso INDEFERIDO, questão mantida.

Disciplina:	Conhecimentos Específicos
Questão Nº	14
Resultado da Análise:	Indeferido
Justificativa:	Maria Sylvia Zanella di Pietro conceitua autarquia como: Pessoa jurídica de direito público, criada por lei, com capacidade de auto-administração, para o desempenho de serviço público descentralizado, mediante controle administrativo exercido nos limites da lei.

	Pois bem, a decisão do egrégio Supremo Tribunal federal – STF na ADIN - Ação Direta de Inconstitucionalidade - nº 3. 026/DF, decidiu que a OAB é uma exceção, configurando como entidade "ímpar", "sui generis", sendo um serviço público independente, sem enquadramento nas categorias existentes em nosso ordenamento, muito menos integrante da Administração Indireta ou Descentralizada. Imperioso é a transcrição de parte da ementa da referida ADIN, cuja relatoria foi do Ministro Eros Grau: Não procede a alegação de que a OAB sujeita-se aos ditames impostos à Administração Pública Direta e Indireta. A OAB não é uma entidade da Administração Indireta da União. A Ordem é um serviço público independente, categoria ímpar no elenco das personalidades jurídicas existentes no direito brasileiro. A OAB não está incluída na categoria na qual se inserem essas que se tem referido como "autarquias especiais" para pretender-se afirmar equivocada independência das hoje chamadas "agências". Por não consubstanciar uma entidade da Administração Indireta, a OAB não está sujeita a controle da Administração, nem a qualquer das suas partes está vinculada. (DISTRITO FEDERAL, STF ADI 3.026, Rel. Ministro Eros Grau, 2006). Por este motivo a OAB ainda não é considerada como Autarquia definida pelo Direito Administrativo, e, portanto a banca não a considera como tal em consonância com a ADI nº 306/DF. Recurso INDEFERIDO, **questão mantida.**

Disciplina:	Conhecimentos Específicos
Questão Nº	18
Resultado da Análise:	Indeferido
Justificativa:	Quando falamos em serviço público, abordamos todas as suas formas, inclusive forma de extinção. Recurso INDEFERIDO, questão mantida.

Disciplina:	Conhecimentos Específicos
Questão Nº	24
Resultado da Análise:	Indeferido
Justificativa:	A alternativa B que a candidata diz estar correta traz a redação que foi revogada pela Emenda Constitucional de Revisão nº 04/94, portanto não mais em vigor, o que a torna incorreta. Recurso INDEFERIDO, questão mantida.

Disciplina:	Conhecimentos Específicos
Questão Nº	25
Resultado da Análise:	Deferido
Justificativa:	Em resposta ao recurso interposto para esta questão, temos a esclarecer que o mesmo é procedente. Questão Anulada, atribuída pontuação a todos os candidatos concorrentes ao cargo, por apresentar erro na sua formulação.

Disciplina:	Conhecimentos Específicos
Questão Nº	29
Resultado da Análise:	Indeferido
Justificativa:	O Congresso Nacional aprovou a Lei nº 13.364/2016, que elevou o Rodeio e a Vaquejada, bem como as respectivas expressões artístico-culturais, à condição de manifestações da cultura nacional e de patrimônio cultural imaterial. E também promulgou a emenda constitucional nº 96/2017, que acrescentou o §7º ao artigo 225 da Carta Magna, nos termos a seguir: § 7º Para fins do disposto na parte final do inciso VII do § 1º deste artigo, não se consideram cruéis as práticas desportivas que utilizem animais, desde que sejam manifestações culturais, conforme o § 1º do art. 215 desta Constituição Federal, registradas como bem de natureza imaterial integrante do patrimônio cultural brasileiro, devendo ser regulamentadas por lei específica que assegure o bem-estar dos animais envolvidos. Desta forma a única alternativa que traz exceção ao § 7º do art. 225 da CF é a alternativa A. **Recurso INDEFERIDO, questão mantida.**

Disciplina:	Conhecimentos Específicos
Questão Nº	34
Resultado da Análise:	Indeferido
Justificativa:	A questão trata da Terceirização no Serviço Público, desta forma está atendendo ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório, não prospera o recurso sendo a mesmo INDEFERIDA questão mantida.

Disciplina:	Conhecimentos Específicos
Questão Nº	39
Resultado da Análise:	Deferido
Justificativa:	Em resposta ao recurso interposto para esta questão, temos a esclarecer que o mesmo é procedente. Questão Anulada, atribuída pontuação a todos os candidatos concorrentes ao cargo, por apresentar erro na sua formulação.

CARGO: AGENTE ADMINISTRATIVO

Disciplina:	Língua Portuguesa
Questão Nº	02
Resultado da Análise:	Deferido
Justificativa:	Em resposta aos recursos interpostos para esta questão, temos a esclarecer que os mesmos são procedentes, em virtude de erro de digitação da alternativa correta. Portanto fica alterado o gabarito para a letra B.

Disciplina:	Língua Portuguesa
Questão Nº	03
Resultado da Análise:	Deferido
Justificativa:	Em resposta ao recurso interposto para esta questão, temos a esclarecer que o mesmo é procedente. Questão Anulada, atribuída pontuação a todos os candidatos concorrentes ao cargo, por apresentar erro na sua formulação.

Disciplina:	Matemática
Questão Nº	11
Resultado da Análise:	Indeferido
Justificativa:	O recurso não apresenta a resolução da questão, logo não sabendo como chegaram ao resultado não é possível apontar qual o equívoco cometido. Os juros compostos são somados ao capital para o cálculo de novos juros nos tempos posteriores, o chamado juros sobre juros. (Fonte: https://mundoeducacao.bol.uol.com.br/matematica/aplicacao-juros-compostos.htm) Abaixo, segue a tabela contendo a resolução do exercício e a resposta da questão.  Ante o exposto, a questão não deve ser anulada e o gabarito não deve ser alterado.

Disciplina:	Conhecimentos Gerais
Questão Nº	27
Resultado da Análise:	Indeferido
Justificativa:	O Incra é o órgão do governo federal responsável por executar a reforma agrária no País. A candidata poderá se informar melhor acessando o link . A questão está mantida.

Disciplina:	Conhecimentos Gerais
Questão Nº	29
Resultado da Análise:	Indeferido
Justificativa:	O Brasão do Município de Itanhangá traz a inscrição: 'ITANHANGÁ-MT 29-03-2000", mas sem qualquer indicação do significado daquela data, muito menos de que se trata de um feriado municipal. A alegação da candidata, portanto, não procede e a questão está mantida.

Disciplina:	Conhecimentos Específicos
Questão Nº	34
Resultado da Análise:	Deferido
Justificativa:	Houve um equívoco com a redação anterior do Parágrafo Único o qual foi revogado, e, portanto a questão está correta, acarretando assim o deferimento do Recurso, tornando a questão ANULADA.

II – Comunicar aos candidatos que não há mais prazo para recurso administrativo contra gabarito preliminar.

Itanhangá, 07 de Dezembro de 2018.

Maria Fabiana Hammel

Presidente da Comissão Organizadora do Concurso Público 001/2018

CÂMARA MUNICIPAL
EDITAL COMPLEMENTAR 011-2018 - CONCURSO PÚBLICO 001-2018

A Presidente da Comissão Organizadora do Concurso Público da Câmara Municipal de Itanhanga – MT, nos termos dos itens 9.9 e 9.10 do Edital nº. 001/2018, visando atender ao princípio da publicidade, e;

RESOLVE:

I – Divulgar Lista dos candidatos Classificados e Eliminados do Concurso Público n° 001/2018, conforme Itens 5.3. Da desclassificação 5.3.1. Será considerado desclassificado no concurso público o candidato que:

a) Obtiver um percentual menor que **40% (quarenta por cento)** em cada uma das provas objetivas não específicas;

b) Obtiver um percentual menor que **50% (cinquenta por cento)** na prova de Conhecimentos Específicos;

c) Obtiver um percentual menor que **50% (cinquenta por cento)** na média final, que será mensurado após o calculo da média aritmética da soma das provas objetivas não específicas e de conhecimento específico. Exemplo para os cargos com prova composta de 40 questões: P1+P2+P3+P4 = XX / 4, média final conforme o caso.

d) Lista em anexo único que integra este Edital Complementar.

II – Comunicar aos candidatos que o prazo de recurso contra a Classificação Geral, é os dias 11 e 12 de Dezembro de 2018.

III - Comunicar aos candidatos que poderão consultora o desempenho através do (LINK DE ACESSO PARA CONSULTA DE DESEMPENHO)

IV – Comunicar aos candidatos que os demais itens do Edital 001/2018, permanecem inalterados.

Itanhangá, 10 de Dezembro de 2018.

Maria Fabiana Hammel

Presidente da Comissão Organizadora do Concurso Público 001/2018

CAMARA MUNICIPAL DA ITANHANGÁ

LISTA DE APROVADO E CLASSIFICADOS E ELIMINADOS

CONCURSO PÚBLICO 01/2018

Inscrição	Candidato	Pontuação	Situação
	CARGO: AGENTE ADMINISTRATIVO		
22345	LEIDERVAN BARALDI	31,00	Classificado
22435	GABRIEL LUIS SOL VEIT VARGAS	31,00	Classificado
22743	EDUARDO ROGÉRIO DA SILVA DIAS	30,00	Classificado
22763	FRANCIELE LAZAROTTO DE SOUSA	29,00	Classificado
22810	BRUNO HENRIQUE ASCARI FELIX	29,00	Classificado
22837	SANDRA TOMASI TOSI LOPES	29,00	Classificado
22560	CAMILA MARIA RIMAR WEBER	28,00	Eliminado
22574	RENATA TEREZA ZINI	28,00	Eliminado
22452	LEONARDO DE SIQUEIRA LIBANO SOARES	27,00	Eliminado
22481	TATIANE OLIVEIRA DE LIMA	27,00	Classificado
22641	CAROLINE DE ASSUNÇÃO GARCETE	27,00	Classificado
22390	LEIDIANE ALVES DOS SANTOS BARBOSA	26,00	Classificado
22722	ANA CLAUDIA GERMANO ALVES	26,00	Classificado
22307	CAMILA BRUNA MORESCO	25,00	Eliminado
22321	GILBERTO MOREIRA	25,00	Classificado
22338	VÂNIA DE FÁTIMA GALDINO	25,00	Eliminado
22350	ANA PAULA OLIVEIRA NUNES	25,00	Classificado
22375	JHONNY GOMES DO AMARAL	24,00	Classificado
22403	LILLIAN CONCEIÇÃO DA SILVA MENDES	24,00	Classificado
22416	BRUNA DANIELI GEHM	24,00	Classificado
22353	THAIS MOREIRA HOINASKI	23,00	Classificado
22647	FERNANDA CARLA ARAGAO	23,00	Eliminado
22823	ANDRESSA ZAMPIERI	23,00	Classificado
22383	ROSIMEIRE MORAIS DOS SANTOS	22,00	Eliminado
22407	TATIANE ALVES DOS SANTOS	22,00	Eliminado
22653	ANALICE BARBOSA	22,00	Eliminado
22686	MARILZA LOPES DE SOUZA GASPARIN	22,00	Eliminado
22712	KATHRIN MAIARA VIANA TRIZZI DE FIGUEIREDO	22,00	Eliminado
22351	AMANDA ANDRADE GALVÃO	21,00	Eliminado
22389	VANKLEI DALLA NORA	21,00	Eliminado
22790	JOSE LUIZ FERREIRA E PORTO FILHO	21,00	Eliminado
22334	PATRICIA KAMINSKI MOREIRA	20,00	Eliminado
22344	TATIANE GONÇALVES DA SILVA	20,00	Eliminado
22394	LEIDIMAR ALVES DOS SANTOS BARBOSA	20,00	Classificado

CAMARA MUNICIPAL DA ITANHANGÁ

LISTA DE APROVADO E CLASSIFICADOS E ELIMINADOS

CONCURSO PÚBLICO 01/2018

Inscrição	Candidato	Pontuação	Situação
22427	ADRIANA LAURETH	20,00	Eliminado
22521	FABIANA LENZ DA SILVA	20,00	Eliminado
22388	SANDRA BORGES BRIZOLA	19,00	Eliminado
22410	JANAINA FARIAS GUIMARAES	19,00	Eliminado
22426	LEIDIANE GODINHO DA SILVA	19,00	Eliminado
22622	THAYS SEMENSATO MENDONÇA DA SILVA	19,00	Eliminado
22326	LUZIA DE OLIVEIRA	18,00	Eliminado
22400	RODNEI TEODORO SOUSA DA SILVA	17,00	Eliminado
22421	SILVANA MATTER	17,00	Eliminado
22679	DOMINIQUE JUNIOR VAIS	17,00	Eliminado
22808	MARLI DE FATIMA DA ROCHA	16,00	Eliminado
22816	LARISSA APARECIDA RATTI	16,00	Eliminado
22796	JOÃO LUCIANO ALENCAR DA SILVA	15,00	Eliminado
22817	JOSY SOFIA SILVA DE SOUZA BARBOSA	13,00	Eliminado
22316	ALINE FAGUNDES MEDEIROS	0,00	Eliminado
22319	NELSON KLAUS FOPPA	0,00	Eliminado
22363	PAULA BLAN TENORIO	0,00	Eliminado
22369	DANIELI RIBEIRO DA ROSA	0,00	Eliminado
22387	MARIA DAS VITORIAS DOS SANTOS GUILHERME	0,00	Eliminado
22401	ALBERT EINSTEIN DE OLIVEIRA	0,00	Eliminado
22805	DOMITILA ISADORA CHRISTOFOLO DE MELLO	0,00	Eliminado
22819	MATEUS RONALDO SOARES	0,00	Eliminado
22821	HELENA REGINA DALA' COSTA	0,00	Eliminado
22828	STEPHANY CARMO FARIAS MENDES	0,00	Eliminado
22852	VIVIANE DA SILVA SANTOS	0,00	Eliminado

CAMARA MUNICIPAL DA ITANHANGÁ

LISTA DE APROVADO E CLASSIFICADOS E ELIMINADOS

CONCURSO PÚBLICO 01/2018

Inscrição	Candidato	Pontuação	Situação
	CARGO: PROCURADOR JURÍDICO		
22849	JOHNNY LUCAS TAQUES DE MIRANDA	37,00	Classificado
22836	RAFAEL RODRIGUES RAMOS	36,00	Classificado
22833	RAFAEL TERRABUIO MOREIRA	35,00	Classificado
22714	LUCIANA SIQUEIRA TAMIOZZO	32,00	Classificado
22308	GUERIQUE BARALDI	31,00	Classificado
22396	REGINALDO DE SOUZA SILVA	29,00	Classificado
22436	HENRIQUE JOVINIO DA SILVA	28,00	Classificado
22362	RAFAEL ALEXANDRE DOS SANTOS	27,00	Classificado
22417	ANDRESA SANTOS DE OLIVEIRA	27,00	Classificado
22818	THARCILLA PINHEIRO CUSTÓDIO	27,00	Classificado
22824	JOABE PEREIRA MENDES	27,00	Classificado
22325	ELISA MARIA DINIZ	26,00	Classificado
22575	DIONE HERVESON MENDES DOS SANTOS	26,00	Classificado
22657	ANDRESSA PEREIRA ANDROCHESKI	26,00	Classificado
22670	FÁBIO CLEBER DO PRADO OLIVEIRA	26,00	Classificado
22759	GUSTAVO MIGUEL PEREIRA	26,00	Classificado
22312	LUIZ FERNANDO NOMINATO IGLESIAS	25,00	Eliminado
22370	FRANCINE VERON RUSSO	25,00	Classificado
22402	JHONATAN RODRIGUES SOUSA	25,00	Classificado
22850	EDMUNDO LEITE XAVIER NETO	25,00	Classificado
22320	JAQUELINE MIRANDA MORAES DE FARIAS	24,00	Classificado
22336	PAULO ROBERTO JANNER DE ABREU	24,00	Classificado
22382	MAÍSA PAULA DA SILVA DIAS	24,00	Classificado
22440	DIEGO CHAVES FREIRE	24,00	Classificado
22756	IARA BANDEIRA DE ARAUJO	24,00	Eliminado
22807	ERIKA PEREIRA DOS SANTOS	24,00	Classificado
22415	GEIZIANE APARECIDA DE ALMEIDA	23,00	Eliminado
22806	RAUL WASNIESKI	23,00	Classificado
22330	RAIMUNDO MORIMAN DE GOES JUNIOR	22,00	Classificado
22354	THAIS AUXILIADORA DE ALMEIDA CAMPOS	22,00	Eliminado
22430	SUÉLEN DOROTI DENICOLÓ	22,00	Eliminado
22347	JOSÉ RONALDO PEREIRA DE JESUS	21,00	Eliminado
22673	CLAYTON OLIMPIO PINTO	21,00	Eliminado
22820	ATALICE BARBOSA	21,00	Eliminado

CAMARA MUNICIPAL DA ITANHANGÁ

LISTA DE APROVADO E CLASSIFICADOS E ELIMINADOS

CONCURSO PÚBLICO 01/2018

Inscrição	Candidato	Pontuação	Situação
22803	JEKSON DA SILVA SANTOS MONTEIRO	20,00	Eliminado
22422	TIAGO HENRIQUE PEREIRA SOUSA	18,00	Eliminado
22696	WILLIAM SCHULZ BÄR	17,00	Eliminado
22637	ELIEZER JOSÉ TEIXEIRA	16,00	Eliminado
22309	GABRIEL SILVA SOUZA	0,00	Eliminado
22310	RICARDO NOGUEIRA MORAIS	0,00	Eliminado
22337	ORLANDO CAMARGO DO NASCIMENTO FILHO	0,00	Eliminado
22343	WELLINGTON JÚNIOR OLIVEIRA SILVA	0,00	Eliminado
22358	ANTONIO CARLOS RUFINO DE SOUZA	0,00	Eliminado
22359	SERGIO ROGERIO BERNARDI	0,00	Eliminado
22360	JOÃO VITOR ALMEIDA EVANGELISTA	0,00	Eliminado
22376	UILIAM ALVES STOPA	0,00	Eliminado
22398	GABRIEL MARTINS SALVADOR DE CARVALHO	0,00	Eliminado
22404	STEFÂNIA PEREIRA DA SILVA	0,00	Eliminado
22405	ELISVANDRO MENDES DA COSTA	0,00	Eliminado
22414	JODSON ANTÔNIO CUTRIM DOS SANTOS	0,00	Eliminado
22425	ELLEN XIMENA BAPTISTA DE CARVALHO DIER	0,00	Eliminado
22438	EDSON LUIZ COSTA PEREIRA	0,00	Eliminado
22546	BRUNO ZARDO BUENO	0,00	Eliminado
22550	JOSILENE NIZA DE SOUZA	0,00	Eliminado
22718	MATILDE MOREIRA CARDOZO	0,00	Eliminado
22814	LIGIA IRACEMA CHRISTOFOLO DE MELLO	0,00	Eliminado
22826	JAQUELINE COELHO	0,00	Eliminado
22848	DIONE MAIKON QUINTÃO SILVA	0,00	Eliminado
22851	ALISSON CARLI DE DEUS DA SILVA	0,00	Eliminado
22853	LEANDRO GOUVEIA DE ASSIS	0,00	Eliminado

CAMARA MUNICIPAL DA ITANHANGÁ

DETALHAMENTO DO RESULTADO

CONCURSO PÚBLICO 01/2018

Classificação	Candidato	Inscrição	Idade	Data Nasc.	Prova Prática	Objetiva	Prática	Títulos	Outras	**Nota Final**	**Resultado**
	CARGO: AGENTE ADMINISTRATIVO										
1	**LEIDERVAN BARALDI**	**22345**	22	15/02/1996	Não	31,00	0,00	0,00	0,00	**6,20**	**Classificado**

DESEMPENHO:

Disciplina		Acertos	Nota
1	LÍNGUA PORTUGUESA	7	7,00
2	MATEMÁTICA	4	4,00
3	INFORMÁTICA	4	4,00
4	CONHECIMENTO GERAIS	10	10,00
5	CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS	6	6,00

2	**GABRIEL LUIS SOL VEIT VARGAS**	**22435**	20	15/05/1998	Não	31,00	0,00	0,00	0,00	**6,20**	**Classificado**

DESEMPENHO:

Disciplina		Acertos	Nota
1	LÍNGUA PORTUGUESA	10	10,00
2	MATEMÁTICA	4	4,00
3	INFORMÁTICA	5	5,00
4	CONHECIMENTO GERAIS	7	7,00
5	CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS	5	5,00

3	**EDUARDO ROGÉRIO DA SILVA DIAS**	**22743**	38	31/10/1980	Não	30,00	0,00	0,00	0,00	**6,00**	**Classificado**

DESEMPENHO:

Disciplina		Acertos	Nota
1	LÍNGUA PORTUGUESA	9	9,00
2	MATEMÁTICA	3	3,00
3	INFORMÁTICA	5	5,00
4	CONHECIMENTO GERAIS	8	8,00
5	CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS	5	5,00

4	**BRUNO HENRIQUE ASCARI FELIX**	**22810**	26	28/02/1992	Não	29,00	0,00	0,00	0,00	**5,80**	**Classificado**

DESEMPENHO:

Disciplina		Acertos	Nota
1	LÍNGUA PORTUGUESA	5	5,00
2	MATEMÁTICA	5	5,00
3	INFORMÁTICA	3	3,00

CAMARA MUNICIPAL DA ITANHANGÁ

DETALHAMENTO DO RESULTADO

CONCURSO PÚBLICO 01/2018

Classificação	Candidato	Inscrição	Idade	Data Nasc.	Prova Prática	Objetiva	Prática	Títulos	Outras	**Nota Final**	**Resultado**
4	CONHECIMENTO GERAIS	8	8,00								
5	CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS	8	8,00								
5	**FRANCIELE LAZAROTTO DE SOUSA**	**22763**	28	24/05/1990	Não	29,00	0,00	0,00	0,00	**5,80**	**Classificado**

DESEMPENHO:

Disciplina		Acertos	Nota
1	LÍNGUA PORTUGUESA	8	8,00
2	MATEMÁTICA	4	4,00
3	INFORMÁTICA	3	3,00
4	CONHECIMENTO GERAIS	7	7,00
5	CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS	7	7,00

6	**SANDRA TOMASI TOSI LOPES**	**22837**	39	14/10/1979	Não	29,00	0,00	0,00	0,00	**5,80**	**Classificado**

DESEMPENHO:

Disciplina		Acertos	Nota
1	LÍNGUA PORTUGUESA	9	9,00
2	MATEMÁTICA	2	2,00
3	INFORMÁTICA	5	5,00
4	CONHECIMENTO GERAIS	8	8,00
5	CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS	5	5,00

7	**TATIANE OLIVEIRA DE LIMA**	**22481**	22	30/12/1995	Não	27,00	0,00	0,00	0,00	**5,40**	**Classificado**

DESEMPENHO:

Disciplina		Acertos	Nota
1	LÍNGUA PORTUGUESA	6	6,00
2	MATEMÁTICA	2	2,00
3	INFORMÁTICA	4	4,00
4	CONHECIMENTO GERAIS	9	9,00
5	CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS	6	6,00

8	**CAROLINE DE ASSUNÇÃO GARCETE**	**22641**	23	19/08/1995	Não	27,00	0,00	0,00	0,00	**5,40**	**Classificado**

DESEMPENHO:

Disciplina		Acertos	Nota
1	LÍNGUA PORTUGUESA	8	8,00
2	MATEMÁTICA	3	3,00
3	INFORMÁTICA	4	4,00

CAMARA MUNICIPAL DA ITANHANGÁ

DETALHAMENTO DO RESULTADO

CONCURSO PÚBLICO 01/2018

Classificação	Candidato	Inscrição	Idade	Data Nasc.	Prova Prática	Objetiva	Prática	Títulos	Outras	**Nota Final**	**Resultado**
4	CONHECIMENTO GERAIS	7		7,00							
5	CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS	5		5,00							
9	**LEIDIANE ALVES DOS SANTOS BARBOSA**	**22390**	22	27/04/1996	Não	26,00	0,00	0,00	0,00	**5,20**	**Classificado**

DESEMPENHO:

Disciplina		Acertos	Nota
1	LÍNGUA PORTUGUESA	6	6,00
2	MATEMÁTICA	3	3,00
3	INFORMÁTICA	4	4,00
4	CONHECIMENTO GERAIS	7	7,00
5	CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS	6	6,00

10	**ANA CLAUDIA GERMANO ALVES**	**22722**	21	29/06/1997	Não	26,00	0,00	0,00	0,00	**5,20**	**Classificado**

DESEMPENHO:

Disciplina		Acertos	Nota
1	LÍNGUA PORTUGUESA	7	7,00
2	MATEMÁTICA	2	2,00
3	INFORMÁTICA	4	4,00
4	CONHECIMENTO GERAIS	8	8,00
5	CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS	5	5,00

11	**GILBERTO MOREIRA**	**22321**	38	28/12/1979	Não	25,00	0,00	0,00	0,00	**5,00**	**Classificado**

DESEMPENHO:

Disciplina		Acertos	Nota
1	LÍNGUA PORTUGUESA	8	8,00
2	MATEMÁTICA	2	2,00
3	INFORMÁTICA	2	2,00
4	CONHECIMENTO GERAIS	8	8,00
5	CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS	5	5,00

12	**ANA PAULA OLIVEIRA NUNES**	**22350**	23	02/06/1995	Não	25,00	0,00	0,00	0,00	**5,00**	**Classificado**

DESEMPENHO:

Disciplina		Acertos	Nota
1	LÍNGUA PORTUGUESA	6	6,00
2	MATEMÁTICA	2	2,00
3	INFORMÁTICA	4	4,00

CAMARA MUNICIPAL DA ITANHANGÁ

DETALHAMENTO DO RESULTADO

CONCURSO PÚBLICO 01/2018

Classificação	Candidato	Inscrição	Idade	Data Nasc.	Prova Prática	Objetiva	Prática	Títulos	Outras	**Nota Final**	**Resultado**
4	CONHECIMENTO GERAIS	8		8,00							
5	CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS	5		5,00							
13	**LILLIAN CONCEIÇÃO DA SILVA MENDES**	**22403**	29	07/04/1989	Não	24,00	0,00	0,00	0,00	**4,80**	**Classificado**

DESEMPENHO:

Disciplina		Acertos	Nota
1	LÍNGUA PORTUGUESA	5	5,00
2	MATEMÁTICA	2	2,00
3	INFORMÁTICA	4	4,00
4	CONHECIMENTO GERAIS	7	7,00
5	CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS	6	6,00

14	**JHONNY GOMES DO AMARAL**	**22375**	19	03/02/1999	Não	24,00	0,00	0,00	0,00	**4,80**	**Classificado**

DESEMPENHO:

Disciplina		Acertos	Nota
1	LÍNGUA PORTUGUESA	7	7,00
2	MATEMÁTICA	3	3,00
3	INFORMÁTICA	3	3,00
4	CONHECIMENTO GERAIS	6	6,00
5	CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS	5	5,00

15	**BRUNA DANIELI GEHM**	**22416**	18	06/04/2000	Não	24,00	0,00	0,00	0,00	**4,80**	**Classificado**

DESEMPENHO:

Disciplina		Acertos	Nota
1	LÍNGUA PORTUGUESA	6	6,00
2	MATEMÁTICA	2	2,00
3	INFORMÁTICA	3	3,00
4	CONHECIMENTO GERAIS	8	8,00
5	CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS	5	5,00

16	**ANDRESSA ZAMPIERI**	**22823**	19	02/11/1999	Não	23,00	0,00	0,00	0,00	**4,60**	**Classificado**

DESEMPENHO:

Disciplina		Acertos	Nota
1	LÍNGUA PORTUGUESA	4	4,00
2	MATEMÁTICA	2	2,00
3	INFORMÁTICA	3	3,00

CAMARA MUNICIPAL DA ITANHANGÁ

DETALHAMENTO DO RESULTADO

CONCURSO PÚBLICO 01/2018

Classificação	Candidato	Inscrição	Idade	Data Nasc.	Prova Prática	Objetiva	Prática	Títulos	Outras	**Nota Final**	**Resultado**
4	CONHECIMENTO GERAIS	8		8,00							
5	CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS	6		6,00							
17	**THAIS MOREIRA HOINASKI**	**22353**	31	01/12/1987	Não	23,00	0,00	0,00	0,00	**4,60**	**Classificado**

DESEMPENHO:

Disciplina		Acertos	Nota
1	LÍNGUA PORTUGUESA	8	8,00
2	MATEMÁTICA	2	2,00
3	INFORMÁTICA	2	2,00
4	CONHECIMENTO GERAIS	6	6,00
5	CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS	5	5,00

18	**LEIDIMAR ALVES DOS SANTOS BARBOSA**	**22394**	22	27/04/1996	Não	20,00	0,00	0,00	0,00	**4,00**	**Classificado**

DESEMPENHO:

Disciplina		Acertos	Nota
1	LÍNGUA PORTUGUESA	5	5,00
2	MATEMÁTICA	4	4,00
3	INFORMÁTICA	2	2,00
4	CONHECIMENTO GERAIS	4	4,00
5	CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS	5	5,00

19	**KATHRIN MAIARA VIANA TRIZZI DE FIGUEIREDO**	**22712**	25	05/01/1993	Não	22,00	0,00	0,00	0,00	**4,40**	**Desclassificado**

DESEMPENHO:

Disciplina		Acertos	Nota
1	LÍNGUA PORTUGUESA	8	8,00
2	MATEMÁTICA	2	2,00
3	INFORMÁTICA	2	2,00
4	CONHECIMENTO GERAIS	6	6,00
5	CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS	4	4,00

20	**MARILZA LOPES DE SOUZA GASPARIN**	**22686**	38	27/05/1980	Não	22,00	0,00	0,00	0,00	**4,40**	**Desclassificado**

DESEMPENHO:

Disciplina		Acertos	Nota
1	LÍNGUA PORTUGUESA	6	6,00
2	MATEMÁTICA	2	2,00
3	INFORMÁTICA	4	4,00

CAMARA MUNICIPAL DA ITANHANGÁ

DETALHAMENTO DO RESULTADO

CONCURSO PÚBLICO 01/2018

Classificação	Candidato	Inscrição	Idade	Data Nasc.	Prova Prática	Objetiva	Prática	Títulos	Outras	**Nota Final**	**Resultado**
4	CONHECIMENTO GERAIS	6	6,00								
5	CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS	4	4,00								
21	**TATIANE ALVES DOS SANTOS**	**22407**	35	04/02/1983	Não	22,00	0,00	0,00	0,00	**4,40**	**Desclassificado**

DESEMPENHO:

Disciplina		Acertos	Nota
1	LÍNGUA PORTUGUESA	6	6,00
2	MATEMÁTICA	2	2,00
3	INFORMÁTICA	4	4,00
4	CONHECIMENTO GERAIS	6	6,00
5	CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS	4	4,00

22	**ROSIMEIRE MORAIS DOS SANTOS**	**22383**	30	18/04/1988	Não	22,00	0,00	0,00	0,00	**4,40**	**Desclassificado**

DESEMPENHO:

Disciplina		Acertos	Nota
1	LÍNGUA PORTUGUESA	5	5,00
2	MATEMÁTICA	4	4,00
3	INFORMÁTICA	2	2,00
4	CONHECIMENTO GERAIS	7	7,00
5	CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS	4	4,00

23	**CAMILA MARIA RIMAR WEBER**	**22560**	22	12/10/1996	Não	28,00	0,00	0,00	0,00	**5,60**	**Desclassificado**

DESEMPENHO:

Disciplina		Acertos	Nota
1	LÍNGUA PORTUGUESA	6	6,00
2	MATEMÁTICA	1	1,00
3	INFORMÁTICA	4	4,00
4	CONHECIMENTO GERAIS	10	10,00
5	CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS	7	7,00

24	**RENATA TEREZA ZINI**	**22574**	31	23/07/1987	Não	28,00	0,00	0,00	0,00	**5,60**	**Desclassificado**

DESEMPENHO:

Disciplina		Acertos	Nota
1	LÍNGUA PORTUGUESA	7	7,00
2	MATEMÁTICA	1	1,00
3	INFORMÁTICA	4	4,00

CAMARA MUNICIPAL DA ITANHANGÁ

DETALHAMENTO DO RESULTADO

CONCURSO PÚBLICO 01/2018

Classificação	Candidato	Inscrição	Idade	Data Nasc.	Prova Prática	Objetiva	Prática	Títulos	Outras	**Nota Final**	**Resultado**
4	CONHECIMENTO GERAIS	10	10,00								
5	CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS	6	6,00								
25	**LEONARDO DE SIQUEIRA LIBANO SOARES**	**22452**	32	29/05/1986	Não	27,00	0,00	0,00	0,00	**5,40**	**Desclassificado**

DESEMPENHO:

Disciplina		Acertos	Nota
1	LÍNGUA PORTUGUESA	8	8,00
2	MATEMÁTICA	1	1,00
3	INFORMÁTICA	5	5,00
4	CONHECIMENTO GERAIS	7	7,00
5	CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS	6	6,00

26	**VÂNIA DE FÁTIMA GALDINO**	**22338**	38	28/05/1980	Não	25,00	0,00	0,00	0,00	**5,00**	**Desclassificado**

DESEMPENHO:

Disciplina		Acertos	Nota
1	LÍNGUA PORTUGUESA	6	6,00
2	MATEMÁTICA	3	3,00
3	INFORMÁTICA	1	1,00
4	CONHECIMENTO GERAIS	8	8,00
5	CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS	7	7,00

27	**CAMILA BRUNA MORESCO**	**22307**	29	29/05/1989	Não	25,00	0,00	0,00	0,00	**5,00**	**Desclassificado**

DESEMPENHO:

Disciplina		Acertos	Nota
1	LÍNGUA PORTUGUESA	6	6,00
2	MATEMÁTICA	1	1,00
3	INFORMÁTICA	4	4,00
4	CONHECIMENTO GERAIS	8	8,00
5	CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS	6	6,00

28	**ANALICE BARBOSA**	**22653**	27	15/03/1991	Não	22,00	0,00	0,00	0,00	**4,40**	**Desclassificado**

DESEMPENHO:

Disciplina		Acertos	Nota
1	LÍNGUA PORTUGUESA	7	7,00
2	MATEMÁTICA	1	1,00
3	INFORMÁTICA	2	2,00

CAMARA MUNICIPAL DA ITANHANGÁ

DETALHAMENTO DO RESULTADO

CONCURSO PÚBLICO 01/2018

Classificação	Candidato	Inscrição	Idade	Data Nasc.	Prova Prática	Objetiva	Prática	Títulos	Outras	**Nota Final**	**Resultado**
4	CONHECIMENTO GERAIS	7		7,00							
5	CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS	5		5,00							
29	**AMANDA ANDRADE GALVÃO**	**22351**	22	10/10/1996	Não	21,00	0,00	0,00	0,00	**4,20**	**Desclassificado**

DESEMPENHO:

Disciplina		Acertos	Nota
1	LÍNGUA PORTUGUESA	3	3,00
2	MATEMÁTICA	2	2,00
3	INFORMÁTICA	2	2,00
4	CONHECIMENTO GERAIS	9	9,00
5	CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS	5	5,00

30	**VANKLEI DALLA NORA**	**22389**	26	22/12/1991	Não	21,00	0,00	0,00	0,00	**4,20**	**Desclassificado**

DESEMPENHO:

Disciplina		Acertos	Nota
1	LÍNGUA PORTUGUESA	5	5,00
2	MATEMÁTICA	1	1,00
3	INFORMÁTICA	3	3,00
4	CONHECIMENTO GERAIS	8	8,00
5	CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS	4	4,00

31	**PATRICIA KAMINSKI MOREIRA**	**22334**	20	24/12/1997	Não	20,00	0,00	0,00	0,00	**4,00**	**Desclassificado**

DESEMPENHO:

Disciplina		Acertos	Nota
1	LÍNGUA PORTUGUESA	5	5,00
2	MATEMÁTICA	1	1,00
3	INFORMÁTICA	3	3,00
4	CONHECIMENTO GERAIS	6	6,00
5	CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS	5	5,00

32	**FABIANA LENZ DA SILVA**	**22521**	38	20/09/1980	Não	20,00	0,00	0,00	0,00	**4,00**	**Desclassificado**

DESEMPENHO:

Disciplina		Acertos	Nota
1	LÍNGUA PORTUGUESA	5	5,00
2	MATEMÁTICA	1	1,00
3	INFORMÁTICA	1	1,00

CAMARA MUNICIPAL DA ITANHANGÁ

DETALHAMENTO DO RESULTADO

CONCURSO PÚBLICO 01/2018

Classificação	Candidato	Inscrição	Idade	Data Nasc.	Prova Prática	Objetiva	Prática	Títulos	Outras	**Nota Final**	**Resultado**
4	CONHECIMENTO GERAIS	9		9,00							
5	CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS	4		4,00							
33	**TATIANE GONÇALVES DA SILVA**	**22344**	22	06/05/1996	Não	20,00	0,00	0,00	0,00	**4,00**	**Desclassificado**

DESEMPENHO:

Disciplina		Acertos	Nota
1	LÍNGUA PORTUGUESA	5	5,00
2	MATEMÁTICA	1	1,00
3	INFORMÁTICA	3	3,00
4	CONHECIMENTO GERAIS	7	7,00
5	CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS	4	4,00

34	**FERNANDA CARLA ARAGAO**	**22647**	20	01/03/1998	Não	23,00	0,00	0,00	0,00	**4,60**	**Desclassificado**

DESEMPENHO:

Disciplina		Acertos	Nota
1	LÍNGUA PORTUGUESA	8	8,00
2	MATEMÁTICA	0	0,00
3	INFORMÁTICA	3	3,00
4	CONHECIMENTO GERAIS	7	7,00
5	CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS	5	5,00

35	**JOSE LUIZ FERREIRA E PORTO FILHO**	**22790**	29	21/01/1989	Não	21,00	0,00	0,00	0,00	**4,20**	**Desclassificado**

DESEMPENHO:

Disciplina		Acertos	Nota
1	LÍNGUA PORTUGUESA	6	6,00
2	MATEMÁTICA	0	0,00
3	INFORMÁTICA	2	2,00
4	CONHECIMENTO GERAIS	8	8,00
5	CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS	5	5,00

36	**ADRIANA LAURETH**	**22427**	33	25/07/1985	Não	20,00	0,00	0,00	0,00	**4,00**	**Desclassificado**

DESEMPENHO:

Disciplina		Acertos	Nota
1	LÍNGUA PORTUGUESA	7	7,00
2	MATEMÁTICA	0	0,00
3	INFORMÁTICA	2	2,00

CAMARA MUNICIPAL DA ITANHANGÁ

DETALHAMENTO DO RESULTADO

CONCURSO PÚBLICO 01/2018

Classificação	Candidato	Inscrição	Idade	Data Nasc.	Prova Prática	Objetiva	Prática	Títulos	Outras	**Nota Final**	**Resultado**
4	CONHECIMENTO GERAIS	6		6,00							
5	CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS	5		5,00							
37	**JANAINA FARIAS GUIMARAES**	**22410**	30	26/05/1988	Não	19,00	0,00	0,00	0,00	**3,80**	**Desclassificado**

DESEMPENHO:

Disciplina		Acertos	Nota
1	LÍNGUA PORTUGUESA	4	4,00
2	MATEMÁTICA	3	3,00
3	INFORMÁTICA	3	3,00
4	CONHECIMENTO GERAIS	6	6,00
5	CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS	3	3,00

38	**THAYS SEMENSATO MENDONÇA DA SILVA**	**22622**	26	22/10/1992	Não	19,00	0,00	0,00	0,00	**3,80**	**Desclassificado**

DESEMPENHO:

Disciplina		Acertos	Nota
1	LÍNGUA PORTUGUESA	6	6,00
2	MATEMÁTICA	1	1,00
3	INFORMÁTICA	0	0,00
4	CONHECIMENTO GERAIS	7	7,00
5	CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS	5	5,00

39	**LEIDIANE GODINHO DA SILVA**	**22426**	28	27/08/1990	Não	19,00	0,00	0,00	0,00	**3,80**	**Desclassificado**

DESEMPENHO:

Disciplina		Acertos	Nota
1	LÍNGUA PORTUGUESA	6	6,00
2	MATEMÁTICA	1	1,00
3	INFORMÁTICA	1	1,00
4	CONHECIMENTO GERAIS	8	8,00
5	CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS	3	3,00

40	**SANDRA BORGES BRIZOLA**	**22388**	28	23/03/1990	Não	19,00	0,00	0,00	0,00	**3,80**	**Desclassificado**

DESEMPENHO:

Disciplina		Acertos	Nota
1	LÍNGUA PORTUGUESA	6	6,00
2	MATEMÁTICA	1	1,00
3	INFORMÁTICA	2	2,00

CAMARA MUNICIPAL DA ITANHANGÁ

DETALHAMENTO DO RESULTADO

CONCURSO PÚBLICO 01/2018

Classificação	Candidato	Inscrição	Idade	Data Nasc.	Prova Prática	Objetiva	Prática	Títulos	Outras	**Nota Final**	**Resultado**
4	CONHECIMENTO GERAIS	7		7,00							
5	CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS	3		3,00							
41	**LUZIA DE OLIVEIRA**	**22326**	43	07/04/1975	Não	18,00	0,00	0,00	0,00	**3,60**	**Desclassificado**

DESEMPENHO:

Disciplina		Acertos	Nota
1	LÍNGUA PORTUGUESA	4	4,00
2	MATEMÁTICA	2	2,00
3	INFORMÁTICA	2	2,00
4	CONHECIMENTO GERAIS	6	6,00
5	CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS	4	4,00

42	**SILVANA MATTER**	**22421**	34	16/02/1984	Não	17,00	0,00	0,00	0,00	**3,40**	**Desclassificado**

DESEMPENHO:

Disciplina		Acertos	Nota
1	LÍNGUA PORTUGUESA	4	4,00
2	MATEMÁTICA	1	1,00
3	INFORMÁTICA	1	1,00
4	CONHECIMENTO GERAIS	5	5,00
5	CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS	6	6,00

43	**DOMINIQUE JUNIOR VAIS**	**22679**	19	16/12/1998	Não	17,00	0,00	0,00	0,00	**3,40**	**Desclassificado**

DESEMPENHO:

Disciplina		Acertos	Nota
1	LÍNGUA PORTUGUESA	3	3,00
2	MATEMÁTICA	2	2,00
3	INFORMÁTICA	3	3,00
4	CONHECIMENTO GERAIS	7	7,00
5	CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS	2	2,00

44	**RODNEI TEODORO SOUSA DA SILVA**	**22400**	28	17/11/1990	Não	17,00	0,00	0,00	0,00	**3,40**	**Desclassificado**

DESEMPENHO:

Disciplina		Acertos	Nota
1	LÍNGUA PORTUGUESA	3	3,00
2	MATEMÁTICA	2	2,00
3	INFORMÁTICA	2	2,00

CAMARA MUNICIPAL DA ITANHANGÁ

DETALHAMENTO DO RESULTADO

CONCURSO PÚBLICO 01/2018

Classificação	Candidato	Inscrição	Idade	Data Nasc.	Prova Prática	Objetiva	Prática	Títulos	Outras	Nota Final	Resultado
4	CONHECIMENTO GERAIS	5		5,00							
5	CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS	5		5,00							
45	**LARISSA APARECIDA RATTI**	**22816**	22	13/04/1996	Não	16,00	0,00	0,00	0,00	**3,20**	**Desclassificado**

DESEMPENHO:

Disciplina		Acertos	Nota
1	LÍNGUA PORTUGUESA	5	5,00
2	MATEMÁTICA	1	1,00
3	INFORMÁTICA	0	0,00
4	CONHECIMENTO GERAIS	8	8,00
5	CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS	2	2,00

46	**MARLI DE FATIMA DA ROCHA**	**22808**	35	25/04/1983	Não	16,00	0,00	0,00	0,00	**3,20**	**Desclassificado**

DESEMPENHO:

Disciplina		Acertos	Nota
1	LÍNGUA PORTUGUESA	5	5,00
2	MATEMÁTICA	0	0,00
3	INFORMÁTICA	2	2,00
4	CONHECIMENTO GERAIS	5	5,00
5	CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS	4	4,00

47	**JOÃO LUCIANO ALENCAR DA SILVA**	**22796**	43	24/06/1975	Não	15,00	0,00	0,00	0,00	**3,00**	**Desclassificado**

DESEMPENHO:

Disciplina		Acertos	Nota
1	LÍNGUA PORTUGUESA	3	3,00
2	MATEMÁTICA	1	1,00
3	INFORMÁTICA	2	2,00
4	CONHECIMENTO GERAIS	6	6,00
5	CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS	3	3,00

48	**JOSY SOFIA SILVA DE SOUZA BARBOSA**	**22817**	37	23/04/1981	Não	13,00	0,00	0,00	0,00	**2,60**	**Desclassificado**

DESEMPENHO:

Disciplina		Acertos	Nota
1	LÍNGUA PORTUGUESA	3	3,00
2	MATEMÁTICA	0	0,00
3	INFORMÁTICA	1	1,00

CAMARA MUNICIPAL DA ITANHANGÁ

DETALHAMENTO DO RESULTADO

CONCURSO PÚBLICO 01/2018

Classificação	Candidato	Inscrição	Idade	Data Nasc.	Prova Prática	Objetiva	Prática	Títulos	Outras	Nota Final	Resultado
4	CONHECIMENTO GERAIS	6		6,00							
5	CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS	3		3,00							
49	**HELENA REGINA DALA' COSTA**	**22821**	38	24/05/1980	Não	0,00	0,00	0,00	0,00	**0,00**	**Desclassificado**

DESEMPENHO:

Disciplina	Acertos	Nota

50	**MATEUS RONALDO SOARES**	**22819**	19	12/05/1999	Não	0,00	0,00	0,00	0,00	**0,00**	**Desclassificado**

DESEMPENHO:

Disciplina	Acertos	Nota

51	**NELSON KLAUS FOPPA**	**22319**	26	19/10/1992	Não	0,00	0,00	0,00	0,00	**0,00**	**Desclassificado**

DESEMPENHO:

Disciplina	Acertos	Nota

52	**STEPHANY CARMO FARIAS MENDES**	**22828**	24	19/01/1994	Não	0,00	0,00	0,00	0,00	**0,00**	**Desclassificado**

DESEMPENHO:

Disciplina	Acertos	Nota

53	**ALINE FAGUNDES MEDEIROS**	**22316**	36	25/07/1982	Não	0,00	0,00	0,00	0,00	**0,00**	**Desclassificado**

DESEMPENHO:

Disciplina	Acertos	Nota

54	**DOMITILA ISADORA CHRISTOFOLO DE MELLO**	**22805**	30	08/08/1988	Não	0,00	0,00	0,00	0,00	**0,00**	**Desclassificado**

DESEMPENHO:

Disciplina	Acertos	Nota

55	**ALBERT EINSTEIN DE OLIVEIRA**	**22401**	19	13/09/1999	Não	0,00	0,00	0,00	0,00	**0,00**	**Desclassificado**

DESEMPENHO:

Disciplina	Acertos	Nota

CAMARA MUNICIPAL DA ITANHANGÁ

DETALHAMENTO DO RESULTADO

CONCURSO PÚBLICO 01/2018

Classificação	Candidato	Inscrição	Idade	Data Nasc.	Prova Prática	Objetiva	Prática	Títulos	Outras	Nota Final	Resultado
56	**PAULA BLAN TENORIO**	**22363**	33	23/04/1985	Não	0,00	0,00	0,00	0,00	**0,00**	**Desclassificado**

DESEMPENHO:

Disciplina		Acertos	Nota

57	**DANIELI RIBEIRO DA ROSA**	**22369**	22	17/12/1995	Não	0,00	0,00	0,00	0,00	**0,00**	**Desclassificado**

DESEMPENHO:

Disciplina		Acertos	Nota

58	**MARIA DAS VITORIAS DOS SANTOS GUILHERME**	**22387**	34	08/02/1984	Não	0,00	0,00	0,00	0,00	**0,00**	**Desclassificado**

DESEMPENHO:

Disciplina		Acertos	Nota

59	**VIVIANE DA SILVA SANTOS**	**22852**	33	13/01/1985	Não	0,00	0,00	0,00	0,00	**0,00**	**Desclassificado**

DESEMPENHO:

Disciplina		Acertos	Nota

CAMARA MUNICIPAL DA ITANHANGÁ

DETALHAMENTO DO RESULTADO

CONCURSO PÚBLICO 01/2018

Classificação	Candidato	Inscrição	Idade	Data Nasc.	Prova Prática	Objetiva	Prática	Títulos	Outras	Nota Final	Resultado

CARGO: PROCURADOR JURÍDICO

1	**JOHNNY LUCAS TAQUES DE MIRANDA**	**22849**	30	26/05/1988	Não	37,00	0,00	0,00	0,00	**9,25**	**Aprovado**

DESEMPENHO:

Disciplina		Acertos	Nota
1	LÍNGUA PORTUGUESA	9	9,00
5	CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS	9	9,00
6	DIREITO ADMINISTRATIVO	9	9,00
7	DIREITO CONSTITUCIONAL	10	10,00

2	**RAFAEL RODRIGUES RAMOS**	**22836**	29	21/04/1989	Não	36,00	0,00	0,00	0,00	**9,00**	**Classificado**

DESEMPENHO:

Disciplina		Acertos	Nota
1	LÍNGUA PORTUGUESA	9	9,00
5	CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS	8	8,00
6	DIREITO ADMINISTRATIVO	10	10,00
7	DIREITO CONSTITUCIONAL	9	9,00

3	**RAFAEL TERRABUIO MOREIRA**	**22833**	30	03/03/1988	Não	35,00	0,00	0,00	0,00	**8,75**	**Classificado**

DESEMPENHO:

Disciplina		Acertos	Nota
1	LÍNGUA PORTUGUESA	9	9,00
5	CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS	8	8,00
6	DIREITO ADMINISTRATIVO	9	9,00
7	DIREITO CONSTITUCIONAL	9	9,00

4	**LUCIANA SIQUEIRA TAMIOZZO**	**22714**	31	07/09/1987	Não	32,00	0,00	0,00	0,00	**8,00**	**Classificado**

DESEMPENHO:

Disciplina		Acertos	Nota
1	LÍNGUA PORTUGUESA	9	9,00
5	CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS	8	8,00
6	DIREITO ADMINISTRATIVO	8	8,00
7	DIREITO CONSTITUCIONAL	7	7,00

CAMARA MUNICIPAL DA ITANHANGÁ

DETALHAMENTO DO RESULTADO

CONCURSO PÚBLICO 01/2018

Classificação	Candidato	Inscrição	Idade	Data Nasc.	Prova Prática	Objetiva	Prática	Títulos	Outras	Nota Final	Resultado
5	**GUERIQUE BARALDI**	**22308**	26	12/12/1991	Não	31,00	0,00	0,00	0,00	**7,75**	**Classificado**

DESEMPENHO:

Disciplina		Acertos	Nota
1	LÍNGUA PORTUGUESA	9	9,00
5	CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS	7	7,00
6	DIREITO ADMINISTRATIVO	8	8,00
7	DIREITO CONSTITUCIONAL	7	7,00

6	**REGINALDO DE SOUZA SILVA**	**22396**	25	04/04/1993	Não	29,00	0,00	0,00	0,00	**7,25**	**Classificado**

DESEMPENHO:

Disciplina		Acertos	Nota
1	LÍNGUA PORTUGUESA	7	7,00
5	CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS	9	9,00
6	DIREITO ADMINISTRATIVO	8	8,00
7	DIREITO CONSTITUCIONAL	5	5,00

7	**HENRIQUE JOVINIO DA SILVA**	**22436**	25	16/07/1993	Não	28,00	0,00	0,00	0,00	**7,00**	**Classificado**

DESEMPENHO:

Disciplina		Acertos	Nota
1	LÍNGUA PORTUGUESA	7	7,00
5	CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS	7	7,00
6	DIREITO ADMINISTRATIVO	7	7,00
7	DIREITO CONSTITUCIONAL	7	7,00

8	**ANDRESA SANTOS DE OLIVEIRA**	**22417**	24	25/01/1994	Não	27,00	0,00	0,00	0,00	**6,75**	**Classificado**

DESEMPENHO:

Disciplina		Acertos	Nota
1	LÍNGUA PORTUGUESA	5	5,00
5	CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS	8	8,00
6	DIREITO ADMINISTRATIVO	7	7,00
7	DIREITO CONSTITUCIONAL	7	7,00

CAMARA MUNICIPAL DA ITANHANGÁ

DETALHAMENTO DO RESULTADO

CONCURSO PÚBLICO 01/2018

Classificação	Candidato	Inscrição	Idade	Data Nasc.	Prova Prática	Objetiva	Prática	Títulos	Outras	Nota Final	Resultado
9	**RAFAEL ALEXANDRE DOS SANTOS**	**22362**	26	04/03/1992	Não	27,00	0,00	0,00	0,00	**6,75**	**Classificado**

DESEMPENHO:

Disciplina		Acertos	Nota
1	LÍNGUA PORTUGUESA	7	7,00
5	CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS	7	7,00
6	DIREITO ADMINISTRATIVO	8	8,00
7	DIREITO CONSTITUCIONAL	5	5,00

10	**EDMUNDO LEITE XAVIER NETO**	**22850**	25	10/05/1993	Não	25,00	0,00	0,50	0,00	**6,75**	**Classificado**

DESEMPENHO:

Disciplina		Acertos	Nota
1	LÍNGUA PORTUGUESA	7	7,00
5	CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS	7	7,00
6	DIREITO ADMINISTRATIVO	6	6,00
7	DIREITO CONSTITUCIONAL	5	5,00

11	**JOABE PEREIRA MENDES**	**22824**	33	22/02/1985	Não	27,00	0,00	0,00	0,00	**6,75**	**Classificado**

DESEMPENHO:

Disciplina		Acertos	Nota
1	LÍNGUA PORTUGUESA	7	7,00
5	CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS	6	6,00
6	DIREITO ADMINISTRATIVO	6	6,00
7	DIREITO CONSTITUCIONAL	8	8,00

12	**THARCILLA PINHEIRO CUSTÓDIO**	**22818**	27	22/07/1991	Não	27,00	0,00	0,00	0,00	**6,75**	**Classificado**

DESEMPENHO:

Disciplina		Acertos	Nota
1	LÍNGUA PORTUGUESA	5	5,00
5	CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS	6	6,00
6	DIREITO ADMINISTRATIVO	8	8,00
7	DIREITO CONSTITUCIONAL	8	8,00

CAMARA MUNICIPAL DA ITANHANGÁ

DETALHAMENTO DO RESULTADO

CONCURSO PÚBLICO 01/2018

Classificação	Candidato	Inscrição	Idade	Data Nasc.	Prova Prática	Objetiva	Prática	Títulos	Outras	Nota Final	Resultado
13	**DIONE HERVESON MENDES DOS SANTOS**	**22575**	29	24/09/1989	Não	26,00	0,00	0,00	0,00	**6,50**	**Classificado**

DESEMPENHO:

Disciplina		Acertos	Nota
1	LÍNGUA PORTUGUESA	5	5,00
5	CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS	8	8,00
6	DIREITO ADMINISTRATIVO	6	6,00
7	DIREITO CONSTITUCIONAL	7	7,00

14	**GUSTAVO MIGUEL PEREIRA**	**22759**	25	04/07/1993	Não	26,00	0,00	0,00	0,00	**6,50**	**Classificado**

DESEMPENHO:

Disciplina		Acertos	Nota
1	LÍNGUA PORTUGUESA	5	5,00
5	CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS	8	8,00
6	DIREITO ADMINISTRATIVO	7	7,00
7	DIREITO CONSTITUCIONAL	6	6,00

15	**ANDRESSA PEREIRA ANDROCHESKI**	**22657**	23	20/09/1995	Não	26,00	0,00	0,00	0,00	**6,50**	**Classificado**

DESEMPENHO:

Disciplina		Acertos	Nota
1	LÍNGUA PORTUGUESA	7	7,00
5	CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS	6	6,00
6	DIREITO ADMINISTRATIVO	5	5,00
7	DIREITO CONSTITUCIONAL	8	8,00

16	**ELISA MARIA DINIZ**	**22325**	33	02/01/1985	Não	26,00	0,00	0,00	0,00	**6,50**	**Classificado**

DESEMPENHO:

Disciplina		Acertos	Nota
1	LÍNGUA PORTUGUESA	6	6,00
5	CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS	6	6,00
6	DIREITO ADMINISTRATIVO	6	6,00
7	DIREITO CONSTITUCIONAL	8	8,00

CAMARA MUNICIPAL DA ITANHANGÁ

DETALHAMENTO DO RESULTADO

CONCURSO PÚBLICO 01/2018

Classificação	Candidato	Inscrição	Idade	Data Nasc.	Prova Prática	Objetiva	Prática	Títulos	Outras	Nota Final	Resultado
17	**FÁBIO CLEBER DO PRADO OLIVEIRA**	**22670**	26	01/03/1992	Não	26,00	0,00	0,00	0,00	**6,50**	**Classificado**

DESEMPENHO:

Disciplina		Acertos	Nota
1	LÍNGUA PORTUGUESA	6	6,00
5	CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS	6	6,00
6	DIREITO ADMINISTRATIVO	8	8,00
7	DIREITO CONSTITUCIONAL	6	6,00

18	**JAQUELINE MIRANDA MORAES DE FARIAS**	**22320**	32	26/01/1986	Não	24,00	0,00	0,50	0,00	**6,50**	**Classificado**

DESEMPENHO:

Disciplina		Acertos	Nota
1	LÍNGUA PORTUGUESA	6	6,00
5	CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS	5	5,00
6	DIREITO ADMINISTRATIVO	8	8,00
7	DIREITO CONSTITUCIONAL	5	5,00

19	**JHONATAN RODRIGUES SOUSA**	**22402**	24	30/05/1994	Não	25,00	0,00	0,00	0,00	**6,25**	**Classificado**

DESEMPENHO:

Disciplina		Acertos	Nota
1	LÍNGUA PORTUGUESA	7	7,00
5	CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS	5	5,00
6	DIREITO ADMINISTRATIVO	8	8,00
7	DIREITO CONSTITUCIONAL	5	5,00

20	**FRANCINE VERON RUSSO**	**22370**	27	27/03/1991	Não	25,00	0,00	0,00	0,00	**6,25**	**Classificado**

DESEMPENHO:

Disciplina		Acertos	Nota
1	LÍNGUA PORTUGUESA	4	4,00
5	CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS	5	5,00
6	DIREITO ADMINISTRATIVO	9	9,00
7	DIREITO CONSTITUCIONAL	7	7,00

CAMARA MUNICIPAL DA ITANHANGÁ

DETALHAMENTO DO RESULTADO

CONCURSO PÚBLICO 01/2018

Classificação	Candidato	Inscrição	Idade	Data Nasc.	Prova Prática	Objetiva	Prática	Títulos	Outras	Nota Final	Resultado
21	**PAULO ROBERTO JANNER DE ABREU**	**22336**	26	15/07/1992	Não	24,00	0,00	0,00	0,00	**6,00**	**Classificado**

DESEMPENHO:

Disciplina		Acertos	Nota
1	LÍNGUA PORTUGUESA	6	6,00
5	CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS	7	7,00
6	DIREITO ADMINISTRATIVO	7	7,00
7	DIREITO CONSTITUCIONAL	4	4,00

22	**DIEGO CHAVES FREIRE**	**22440**	27	27/06/1991	Não	24,00	0,00	0,00	0,00	**6,00**	**Classificado**

DESEMPENHO:

Disciplina		Acertos	Nota
1	LÍNGUA PORTUGUESA	5	5,00
5	CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS	7	7,00
6	DIREITO ADMINISTRATIVO	6	6,00
7	DIREITO CONSTITUCIONAL	6	6,00

23	**ERIKA PEREIRA DOS SANTOS**	**22807**	34	09/03/1984	Não	24,00	0,00	0,00	0,00	**6,00**	**Classificado**

DESEMPENHO:

Disciplina		Acertos	Nota
1	LÍNGUA PORTUGUESA	6	6,00
5	CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS	6	6,00
6	DIREITO ADMINISTRATIVO	6	6,00
7	DIREITO CONSTITUCIONAL	6	6,00

24	**MAÍSA PAULA DA SILVA DIAS**	**22382**	29	31/03/1989	Não	24,00	0,00	0,00	0,00	**6,00**	**Classificado**

DESEMPENHO:

Disciplina		Acertos	Nota
1	LÍNGUA PORTUGUESA	8	8,00
5	CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS	5	5,00
6	DIREITO ADMINISTRATIVO	6	6,00
7	DIREITO CONSTITUCIONAL	5	5,00

CAMARA MUNICIPAL DA ITANHANGÁ

DETALHAMENTO DO RESULTADO

CONCURSO PÚBLICO 01/2018

Classificação	Candidato	Inscrição	Idade	Data Nasc.	Prova Prática	Objetiva	Prática	Títulos	Outras	Nota Final	Resultado
25	**RAUL WASNIESKI**	**22806**	31	16/07/1987	Não	23,00	0,00	0,00	0,00	**5,75**	**Classificado**

DESEMPENHO:

Disciplina		Acertos	Nota
1	LÍNGUA PORTUGUESA	5	5,00
5	CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS	6	6,00
6	DIREITO ADMINISTRATIVO	7	7,00
7	DIREITO CONSTITUCIONAL	5	5,00

26	**RAIMUNDO MORIMAN DE GOES JUNIOR**	**22330**	26	14/01/1992	Não	22,00	0,00	0,00	0,00	**5,50**	**Classificado**

DESEMPENHO:

Disciplina		Acertos	Nota
1	LÍNGUA PORTUGUESA	7	7,00
5	CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS	6	6,00
6	DIREITO ADMINISTRATIVO	4	4,00
7	DIREITO CONSTITUCIONAL	5	5,00

27	**IARA BANDEIRA DE ARAUJO**	**22756**	26	11/09/1992	Não	24,00	0,00	0,00	0,00	**6,00**	**Desclassificado**

DESEMPENHO:

Disciplina		Acertos	Nota
1	LÍNGUA PORTUGUESA	5	5,00
5	CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS	4	4,00
6	DIREITO ADMINISTRATIVO	8	8,00
7	DIREITO CONSTITUCIONAL	7	7,00

28	**GEIZIANE APARECIDA DE ALMEIDA**	**22415**	26	28/09/1992	Não	23,00	0,00	0,00	0,00	**5,75**	**Desclassificado**

DESEMPENHO:

Disciplina		Acertos	Nota
1	LÍNGUA PORTUGUESA	7	7,00
5	CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS	4	4,00
6	DIREITO ADMINISTRATIVO	6	6,00
7	DIREITO CONSTITUCIONAL	6	6,00

CAMARA MUNICIPAL DA ITANHANGÁ

DETALHAMENTO DO RESULTADO

CONCURSO PÚBLICO 01/2018

Classificação	Candidato	Inscrição	Idade	Data Nasc.	Prova Prática	Objetiva	Prática	Títulos	Outras	Nota Final	Resultado
29	**CLAYTON OLIMPIO PINTO**	**22673**	33	01/06/1985	Não	21,00	0,00	0,00	0,00	**5,25**	**Desclassificado**

DESEMPENHO:

Disciplina		Acertos	Nota
1	LÍNGUA PORTUGUESA	7	7,00
5	CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS	4	4,00
6	DIREITO ADMINISTRATIVO	5	5,00
7	DIREITO CONSTITUCIONAL	5	5,00

30	**JOSÉ RONALDO PEREIRA DE JESUS**	**22347**	34	17/07/1984	Não	21,00	0,00	0,00	0,00	**5,25**	**Desclassificado**

DESEMPENHO:

Disciplina		Acertos	Nota
1	LÍNGUA PORTUGUESA	6	6,00
5	CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS	4	4,00
6	DIREITO ADMINISTRATIVO	6	6,00
7	DIREITO CONSTITUCIONAL	5	5,00

31	**ATALICE BARBOSA**	**22820**	31	25/02/1987	Não	21,00	0,00	0,00	0,00	**5,25**	**Desclassificado**

DESEMPENHO:

Disciplina		Acertos	Nota
1	LÍNGUA PORTUGUESA	4	4,00
5	CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS	4	4,00
6	DIREITO ADMINISTRATIVO	7	7,00
7	DIREITO CONSTITUCIONAL	6	6,00

32	**LUIZ FERNANDO NOMINATO IGLESIAS**	**22312**	24	08/07/1994	Não	25,00	0,00	0,00	0,00	**6,25**	**Desclassificado**

DESEMPENHO:

Disciplina		Acertos	Nota
1	LÍNGUA PORTUGUESA	8	8,00
5	CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS	6	6,00
6	DIREITO ADMINISTRATIVO	8	8,00
7	DIREITO CONSTITUCIONAL	3	3,00

CAMARA MUNICIPAL DA ITANHANGÁ

DETALHAMENTO DO RESULTADO

CONCURSO PÚBLICO 01/2018

Classificação	Candidato	Inscrição	Idade	Data Nasc.	Prova Prática	Objetiva	Prática	Títulos	Outras	Nota Final	Resultado
33	**SUÉLEN DOROTI DENICOLÓ**	**22430**	28	13/07/1990	Não	22,00	0,00	0,00	0,00	**5,50**	**Desclassificado**

DESEMPENHO:

Disciplina		Acertos	Nota
1	LÍNGUA PORTUGUESA	7	7,00
5	CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS	6	6,00
6	DIREITO ADMINISTRATIVO	6	6,00
7	DIREITO CONSTITUCIONAL	3	3,00

34	**THAIS AUXILIADORA DE ALMEIDA CAMPOS**	**22354**	32	03/05/1986	Não	22,00	0,00	0,00	0,00	**5,50**	**Desclassificado**

DESEMPENHO:

Disciplina		Acertos	Nota
1	LÍNGUA PORTUGUESA	6	6,00
5	CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS	3	3,00
6	DIREITO ADMINISTRATIVO	7	7,00
7	DIREITO CONSTITUCIONAL	6	6,00

35	**JEKSON DA SILVA SANTOS MONTEIRO**	**22803**	30	13/09/1988	Não	20,00	0,00	0,00	0,00	**5,00**	**Desclassificado**

DESEMPENHO:

Disciplina		Acertos	Nota
1	LÍNGUA PORTUGUESA	6	6,00
5	CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS	2	2,00
6	DIREITO ADMINISTRATIVO	7	7,00
7	DIREITO CONSTITUCIONAL	5	5,00

36	**TIAGO HENRIQUE PEREIRA SOUSA**	**22422**	31	14/10/1987	Não	18,00	0,00	0,00	0,00	**4,50**	**Desclassificado**

DESEMPENHO:

Disciplina		Acertos	Nota
1	LÍNGUA PORTUGUESA	6	6,00
5	CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS	3	3,00
6	DIREITO ADMINISTRATIVO	6	6,00
7	DIREITO CONSTITUCIONAL	3	3,00

CAMARA MUNICIPAL DA ITANHANGÁ

DETALHAMENTO DO RESULTADO

CONCURSO PÚBLICO 01/2018

Classificação	Candidato	Inscrição	Idade	Data Nasc.	Prova Prática	Objetiva	Prática	Títulos	Outras	Nota Final	Resultado
37	**WILLIAM SCHULZ BÄR**	**22696**	26	28/06/1992	Não	17,00	0,00	0,00	0,00	**4,25**	**Desclassificado**

DESEMPENHO:

Disciplina		Acertos	Nota
1	LÍNGUA PORTUGUESA	6	6,00
5	CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS	3	3,00
6	DIREITO ADMINISTRATIVO	4	4,00
7	DIREITO CONSTITUCIONAL	4	4,00

38	**ELIEZER JOSÉ TEIXEIRA**	**22637**	33	03/06/1985	Não	16,00	0,00	0,00	0,00	**4,00**	**Desclassificado**

DESEMPENHO:

Disciplina		Acertos	Nota
1	LÍNGUA PORTUGUESA	4	4,00
5	CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS	2	2,00
6	DIREITO ADMINISTRATIVO	4	4,00
7	DIREITO CONSTITUCIONAL	6	6,00

39	**LEANDRO GOUVEIA DE ASSIS**	**22853**	37	12/04/1981	Não	0,00	0,00	0,00	0,00	**0,00**	**Desclassificado**

DESEMPENHO:

Disciplina	Acertos	Nota

40	**ALISSON CARLI DE DEUS DA SILVA**	**22851**	26	14/09/1992	Não	0,00	0,00	0,00	0,00	**0,00**	**Desclassificado**

DESEMPENHO:

Disciplina	Acertos	Nota

41	**DIONE MAIKON QUINTÃO SILVA**	**22848**	26	13/04/1992	Não	0,00	0,00	0,00	0,00	**0,00**	**Desclassificado**

DESEMPENHO:

Disciplina	Acertos	Nota

42	**LIGIA IRACEMA CHRISTOFOLO DE MELLO**	**22814**	27	23/08/1991	Não	0,00	0,00	0,00	0,00	**0,00**	**Desclassificado**

DESEMPENHO:

Disciplina	Acertos	Nota

CAMARA MUNICIPAL DA ITANHANGÁ

DETALHAMENTO DO RESULTADO

CONCURSO PÚBLICO 01/2018

Classificação	Candidato	Inscrição	Idade	Data Nasc.	Prova Prática	Objetiva	Prática	Títulos	Outras	Nota Final	Resultado
43	**JAQUELINE COELHO**	**22826**	31	10/01/1987	Não	0,00	0,00	0,00	0,00	**0,00**	**Desclassificado**

DESEMPENHO:

Disciplina	Acertos	Nota

44	**MATILDE MOREIRA CARDOZO**	**22718**	23	02/08/1995	Não	0,00	0,00	0,00	0,00	**0,00**	**Desclassificado**

DESEMPENHO:

Disciplina	Acertos	Nota

45	**SERGIO ROGERIO BERNARDI**	**22359**	27	01/10/1991	Não	0,00	0,00	0,00	0,00	**0,00**	**Desclassificado**

DESEMPENHO:

Disciplina	Acertos	Nota

46	**JOÃO VITOR ALMEIDA EVANGELISTA**	**22360**	24	15/07/1994	Não	0,00	0,00	0,00	0,00	**0,00**	**Desclassificado**

DESEMPENHO:

Disciplina	Acertos	Nota

47	**UILIAM ALVES STOPA**	**22376**	29	06/02/1989	Não	0,00	0,00	0,00	0,00	**0,00**	**Desclassificado**

DESEMPENHO:

Disciplina	Acertos	Nota

48	**GABRIEL MARTINS SALVADOR DE CARVALHO**	**22398**	23	01/01/1995	Não	0,00	0,00	0,00	0,00	**0,00**	**Desclassificado**

DESEMPENHO:

Disciplina	Acertos	Nota

49	**STEFÂNIA PEREIRA DA SILVA**	**22404**	25	07/08/1993	Não	0,00	0,00	0,00	0,00	**0,00**	**Desclassificado**

DESEMPENHO:

Disciplina	Acertos	Nota

50	**JODSON ANTÔNIO CUTRIM DOS SANTOS**	**22414**	31	24/05/1987	Não	0,00	0,00	0,00	0,00	**0,00**	**Desclassificado**

DESEMPENHO:

Disciplina	Acertos	Nota

CAMARA MUNICIPAL DA ITANHANGÁ

DETALHAMENTO DO RESULTADO

CONCURSO PÚBLICO 01/2018

Classificação	Candidato	Inscrição	Idade	Data Nasc.	Prova Prática	Objetiva	Prática	Títulos	Outras	Nota Final	Resultado
51	**ELLEN XIMENA BAPTISTA DE CARVALHO DIER**	**22425**	33	05/06/1985	Não	0,00	0,00	0,00	0,00	**0,00**	**Desclassificado**
DESEMPENHO:											
Disciplina		Acertos		Nota							
52	**EDSON LUIZ COSTA PEREIRA**	**22438**	58	08/10/1960	Não	0,00	0,00	0,00	0,00	**0,00**	**Desclassificado**
DESEMPENHO:											
Disciplina		Acertos		Nota							
53	**WELLINGTON JÚNIOR OLIVEIRA SILVA**	**22343**	25	08/11/1993	Não	0,00	0,00	0,00	0,00	**0,00**	**Desclassificado**
DESEMPENHO:											
Disciplina		Acertos		Nota							
54	**BRUNO ZARDO BUENO**	**22546**	29	01/11/1989	Não	0,00	0,00	0,00	0,00	**0,00**	**Desclassificado**
DESEMPENHO:											
Disciplina		Acertos		Nota							
55	**JOSILENE NIZA DE SOUZA**	**22550**	28	28/10/1990	Não	0,00	0,00	0,00	0,00	**0,00**	**Desclassificado**
DESEMPENHO:											
Disciplina		Acertos		Nota							
56	**GABRIEL SILVA SOUZA**	**22309**	29	25/02/1989	Não	0,00	0,00	0,00	0,00	**0,00**	**Desclassificado**
DESEMPENHO:											
Disciplina		Acertos		Nota							

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIQUIRA

PROCURADORIA JURIDICA
PORTARIA N° 295, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2018.

Concede Auxílio Doença ao servidor que menciona, do quadro permanente do Poder Executivo, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITIQUIRA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 51, incisos I, combinado com o art. 95, inciso II da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO o atestado médico apresentado à unidade Administrativa competente do Poder Executivo, em cumprimento das atribuições estabelecidas na legislação pertinente em vigor;

R E S O L V E:

Art. 1º **-** Conceder o Auxílio Doença, ao servidor abaixo relacionado:

1. JAIRO DA SILVA, servidor público do quadro de servidores comissionados do Poder Executivo, nomeado no Cargo de COORDENADOR DE OBRAS, admitido em 16/08/2018, pelo período de **05/12/2018 à 05/02/2019, conforme atestado médico,** com o retorno aos trabalho no dia **06/02/2019.**

Art. 2° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à 05/12/2018.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Itiquira-MT., 07 de dezembro de 2018.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

HUMBERTO BORTOLINI

Prefeito Municipal

PROCURADORIA JURIDICA
PORTARIA N° 296, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2018.

"Institui a Comissão Organizadora e Avaliadora do Processo Seletivo Simplificado Nº 003/2018, para Contratação de Pessoal por Tempo Determinado, e dá outras providências."

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITIQUIRA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 51, incisos I, combinado com o art. 95, inciso II da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO a necessidade de contratação de pessoal em caráter temporário e de excepcional interesse público, nos termos do artigo 37, inciso IX da Constituição Federal, nas condições e prazos previstos nesta Lei;

CONSIDERANDO a Lei Municipal nº. 888 de 08 de abril de 2015 que autoriza o Poder Executivo Municipal para proceder à contratação de pessoal por tempo determinado, visando atender necessidades de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO a necessidade da instituição de Comissão *Organizadora do Processo Seletivo Simplificado para Contratação de Pessoal por Tempo Determinado*, objetivando o preenchimento das vagas que se encontram abertas conforme a lei supracitada, e em cumprimento à legislação;

R E S O L V E:

Art. 1º. Fica instituída a *Comissão Organizadora e Avaliadora do Processo Seletivo Simplificado Nº 003/2018, para Contratação de Pessoal por Tempo Determinado*, composta pelos seguintes membros:

ANA MARIA MORAES E SOUZA Matrícula : 425 Coordenadora de Administração CPF/MF: 107.734.361-20 Presidente **ROSANGELA CARVALHO FREDERICO** Matrícula: 584 Professora CPF/MF: 823.026.931-91 Membro **GILMAR GARCIA GALERIANI** Matrícula: 970 Motorista CPF-MF: 018.614.741-48 Membro

RAQUEL CAMPOS GONZAGA DE SOUZA Matrícula: 603 Auxiliar Administrativo

CPF-MF: 615.701.251-04

Membro

FLÁVIO ALEXANDRE DOS SANTOS

Matrícula nº 937

Fisioterapeuta

CPF/MF nº 090.885.936-80

Membro

Art. 2º. Caberá a *Comissão Organizadora e Avaliadora do Processo Seletivo Simplificado Nº 003/2018, para Contratação de Pessoal por Tempo Determinado* todos os atos para o normal processamento até o resultado classificatório final do Processo Seletivo para contratação dos aprovados constante no Edital especifico a ser publicado.

Parágrafo único: Os membros da *Comissão Organizadora e Avaliadora do Processo Seletivo Simplificado Nº 003/2018, para Contratação de Pessoal por Tempo Determinado* de que trata o *caput* deste artigo responderão solidariamente por todos os atos praticados pela Comissão, salvo se posição individual divergente estiver devidamente fundamentada e registrada em ata na reunião em que tiver sido tomada a decisão.

Art. 3° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Itiquira-MT., 07 de dezembro de 2018.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

HUMBERTO BORTOLINI

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 050/2018

PREGÃO PRESENCIAL Nº 024/2018

AVISO DE LICITAÇÃO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIQUIRA, através de sua pregoeira, torna público que realizará **ÀS 08h00 DO DIA 21 DE DEZEMBRO DE 2018**, na Prefeitura Municipal de Itiquira, situada na Avenida Lúcio Mendonça Primo, 621, Conjunto Habitacional Arco Íris II– Itiquira – MT, licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL Nº 024/2018**, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM** tendo por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE INSUMOS E REAGENTES, A FIM DE ATENDER O LABORATÓRIO MUNICIPAL,** conforme itens constantes no Termo de Referência, Anexo I do edital. Os envelopes contendo a proposta de preços e os documentos de habilitação serão recebidos até às **08h00 DO DIA 21 DE DEZEMBRO DE 2018.** O credenciamento será feito no início da sessão. Os interessados poderão ler ou obter a integra do edital e seus anexos na Prefeitura Municipal de Itiquira/MT, sito AVENIDA LÚCIO MENDONÇA PRIMO, 621, CONJUNTO HABITACIONAL ARCO ÍRIS II– ITIQUIRA – MT, no horário das 07h00 às 11h00 e das 13h00 às 17h00, nos dias úteis ou pelo e-mail: licitacao@itiquira.mt.gov.br, sendo que o mesmo encontra-se disponível ainda no site: www.itiquira.mt.gov.br.

Itiquira/MT, 10 de dezembro de 2018.

Juliane Presotto

Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE JANGADA

SEGUNDO TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO AO CONTRATO Nº 020/2017

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADO DE APOIO TÉCNICO, ASSESSORIA E CONSULTORIA VOLTADA A GESTÃO PÚBLICA, ENVOLVENDO ÁREA ADMINISTRATIVA, FINANCEIRA, ORÇAMENTO, PLANEJAMENTO E PRESTACAO DE CONTAS, LICITAÇÕES, CONTRATOS, PROCESSOS LEGISLATIVOS, RECURSOS HUMANOS, TRIBUTARIA, ORIENTAÇÕES TÉCNICAS DIVERSAS, BEM COMO, DEFESAS DOS INTERESSES DO MUNICIPIO JUNTO A ORGÃOS DE CONTROLE EXTERNO.

PRAZO: 10 (Dez) meses

CONTRATADO (a): TOTTUM ASSESSORIA E CONSULTORIA PÚBLICA E EMPRESARIAL LTDA-ME

CONTRATANTE: EDERZIO DE JESUS MENDES – PREFEITO MUNICIPAL

JANGADA/MT, 23 DE NOVEMBRO DE 2018.

PORTARIA N º 082/2018

Dispõe sobre a Designação do Senhor **FAGNER VIEIRA DE GODOES** para ser Fiscal dos Contratos.

O Prefeito Municipal de Jangada, Estado de Mato Grosso, **Srº EDERZIO DE JESUS MENDES**, no uso de suas atribuições legais, e considerando a necessidade de Fiscalizar os Contratos abaixo, resolve:

Art. 1º - Nomear o Senhor **FAGNER VIEIRA DE GODOES** , Coordenador de Licitação e Contratos , como fiscal dos Contratos conforme segue

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 047/2018

Objeto:**REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS PERMANENTE E MATERIAL DE CONSUMO DESTINADO A ATENDER AS UNIDADES DE SAÚDE DE JANGADA-MT, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES, QUANTIDADES ESTIMADAS E CONDIÇÕES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA EM ANEXO.**

Contratado:CIRURGICA GONÇALVES LTDA-EPP

CNPJ Nº 15.371.628/0001-70

Registra-se, Publica-se, Cumpra-se

Gabinete do Prefeito, em Jangada/MT 14/11/2018.

EDERZIO DE JESUS MENDES

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE JAURU

ATA

ATA DE NÚMERO 02 – COMITÊ GESTOR DO PROGRAMA PRÓ-FAMÍLIA

APRESENTAR O PROGRAMA PRÓ-FAMÍLIA DO GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO, ORGANIZAR O COMITÊ GESTOR E SEGUIR COM AS DELIBERAÇÕES

Aos 05 dias do mês de Julho de dois mil e dezessete as quinze horas, nas dependências da Plenária Iolanda Pavini, na Câmara Municipal, sito a Avenida Brasil, nº 743 - Centro deste município deu-se início a reunião do Comitê Gestor do Programa Pró-Família, Agentes Comunitários de Saúde, Equipe técnica de referência do CRAS, Coordenadora do CRAS e demais autoridades convidadas. A reunião iniciou presidida pela senhora Maria Aparecida Antunes de Souza que cumprimenta e agradece a todos pela presença, em seguida inicia a apresentação do Programa do Governo do Estado de Mato Grosso – Pró Família. Em seguida a presidente para a palavra para a Assistente Social a Sra. Uyara que apresenta um slides onde contextualiza o programa, na qual apresenta os dispositivos legais que o permeiam. Em seguida após a apresentação é posto em votação e o conselho aprova o Programa Pró – Família no município por unanimidade. Dando sequência a Sra Uyara enquanto presidente do CMAS orienta sobre a formação do Comitê Gestor, onde convoca os membros do Conselho Municipal de Assistência Social, por já possuírem representatividades sociais aprovam por unanimidade formar o Comitê do Programa e auxiliar no que for necessário. Dando continuidade a Sra. Uyara descreve as competências do Comitê, destaca o público prioritário do Programa, renda per capita, condicionalidades para permanência no Programa e orienta sobre o parecer unificado. Em seguida a mesma relata as atribuições dos Agentes Comunitários de Saúde e da Assistente Social, finalizando as ati-

vidades a Sra. Uyara abre espaço para perguntas, e determina o início das atividades para 10 de Julho de 2017, e ressalta a importância da busca pelo prêmio de “Melhores Práticas” nas atividades que serão desenvolvidas como forma de qualificar o trabalho realizado no município. Por fim a Sra. Uyara solicita 14 Agentes Comunitários de Saúde para a realização dos trabalhos, sendo 12 agentes para a cidade e 02 para a zona rural, na oportunidade agradece e solicita o apoio de todos nesse novo Projeto e passa a palavra para a secretária e Presidente do Comitê Gestor do Programa a senhora Maria Aparecida que elenca a importância do Comitê dentro da Secretaria de Assistência Social, enfatizando a importância desse programa para o município, finaliza a reunião agradecendo a presença de todos e desejando um ótimo trabalho. Não havendo nada mais a se tratar eu Keila Teles Ferreira secretária designada a este ato lavrei a presente Ata que após lida e aprovada será assinada por todos os presentes.

ATA

ATA DE NÚMERO 03 – COMITÊ GESTOR DO PROGRAMA PRÓ-FAMÍLIA

APRESENTAR AS FAMÍLIAS SELECIONADAS DO PROGRAMA PRÓ-FAMÍLIA DO GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO

Aos 13 dias do mês de Setembro de dois mil e dezessete as 8:20 horas, nas dependências da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, sito a Avenida Santos Dumont, nº 679 - Centro deste município deu-se inicio a reunião ordinária do Comitê Gestor do Programa Pró-Família, presidida pela senhora Maria Aparecida Antunes de Souza, que cumprimenta e agradece a todos pela presença, na oportunidade apresenta a Pauta: **INFORMAÇÃO SOBRE PRÓ FAMÍLIA.** A reunião iniciou presidida pela senhora Uyara Leal Ramos Zorzal que cumprimenta e agradece a todos pela presença, em seguida inicia a apresentação do Programa do Governo do Estado de Mato Grosso – Pró Família. Na oportunidade faz a leitura dos 70 (setenta) nomes dos beneficiários contemplados pelo programa e seus agentes de saúde, tais como os seguintes:

ACS	892	Antonio de Almeira	Sítio São José Comunidade São Miguel	S/Nº	Zona Rural
1	23792989596	Adriana Mendes	Assossiação São Miguel - Com s Miguel		Zona Rural
2	16370721183	Lira Pereira de Jesus	Rua Francisca Vitoria da Silva	S/Nº	Boa Esperança
3	23776502963	Edinilsa de Souza Lemos	Sítio Boa União		Zona Rural
4	16550433003	Hosana Duque de Siqueira	Com. São Miguel		Zona Rural
5	16544499928	Therezinha Lopes dos Santos	Rua da Agricultura	163	Centro
6	16449893460	Cleuza Teles da Costa	Altelândia		Zona Rural
7	16585820666	Roseli da Costa	Altelândia		Zona Rural
8	16546341817	Tereza Alves	Altelândia		Zona Rural
9	21236331879	Adriana dos Santos	Altelândia		Zona Rural
ACS	1007	Elisarda Alves de Araujo	Rua Francisca Vitoria da Silva		Boa Esperança
10	16585620446	Patrícia Alves Campos	Rua Amador Bueno	335	Boa Esperança
11	16477809916	Maria Aparecida Rodrigues de Souza	Av. dos Andradas	1677	Boa Esperança
12	16474799316	Marilene Natal de Oliveira	Av. Francisca Vitória da Silva	58	Boa Esperança
13	16544493369	Tatiane Navais de Caires	Av. Rui Barbosa	1679	Boa Esperança
14	12634049406	Silvestre Martins da Conceição	Av. Rui Barbosa	1678	Cruzeiro
ACS	908	Dailê Saldanha Carneiro	Rua Sete de Setembro	905	Centro
15	23780833413	Cleuzeni Souza Lima	Rua Amador Bueno	1169	Cruzeiro
16	13909905314	Elizete Fernanda dos Santos Fernandes	Rua das Orquídeas	110	Cruzeiro
17	20333948542	Aretuza Aparecida Marciano	Rua das Bromelias	51	Cruzeiro
18	20928683472	Josélia Machado Rodrigues	Rua das Bromélias	40	Cruzeiro
19	20419178966	Sabrina Lourenço da Silva	Rua Jacarandá	71	Cruzeiro
20	16587935266	Simoni Calixto	Rua das Ortências	1209	Cruzeiro
ACS	901	Dilmanete de Souza Matoso Oliveira	Rua das Nações	367	Boa esperança
21	16021654731	Elzi Alves de Araujo Moreira	Rua vinte e nove de abril	793	Cruzeiro
22	16236081876	Ilídia de Freitas Cunha	Rua Fernão Dias	184	Boa esperança
23	16368863553	Maria dos Anjos Leopoldino	Rua Amador Bueno	0	Boa esperança
24	16585573197	**Niceia Ferreira Amaral**	R Fernão Dias		Boa esperança
25	16625732444	Zelina do Nascimento Souza	Av. Rui Barbosa		Boa Esperança
ACS	684	Divina Mariana Pereira	Rua José Espanhol,	250	Vista Alegre
26	16587794514	Onilda Eufrásia Lopes Vieira	Rua José Espanhol	41	Vista Alegre
27	16544927784	Zilda Pedro	Av. Brasil		Vista Alegre
28	1658595900	Sonia Maria Silva Ferreira	Rua José Espanhol	1380	Vista Alegre
29	16371467876	Lucimar alvez Oliveira	Altelândia		Zona Rural
30	16574579598	Rosimere Cristina Ferreira do Nascimento	Rua José Espanhol		Vista Alegre
ACS	899	Dorvina Rodrigues de Souza	R. Pastor Benedito da Silva	1380	Vista Alegre
31	20424402313	Maria Moura da Silva	R Maria Helena Borim	444	Vista Alegre
32	20424400809	Cornélio Rapozo da Rocha	Rua José Espanhol	465	Vista Alegre
33	16221451191	Irene Rodrigues Pereira			Vista alegre
34	10744612660	Paulo Cezar Rodrigues	R. Marechal Deodoro		Vista Alegre
35	21225810134	Ana Lucia Gonçalves Santos	Av. Luiz de Albuquerque M. P Caceres	724	Centro
ACS	913	Joana Darc de Faria Lana	R. Sete de Setembro	906	Centro
36	16196646827	Claudia de Freitas	R Sete de Setembro	604	Vista Alegre
37	19020626240	Elisangela Aparecida Martins	Av. João Batista Junior	80	Boa Esperança
38	16625682056	Sirlete Cardoso Rodrigues	Av dos Andradas	1667	Boa Esperança
39	16691679610	Sandra Horlanda da Silva	Rua José de Alencar	508	Cruzeiro
40	12707698409	Eunice Alice de Souza Novais	Rua Tereza Rossetto Polizzeli	19	Boa Esperança
ACS	884	Natalina Pereira Justo	Rua da Agricultura	77	Boa Esperança
41	16370660397	Lauricena Gonçalves da Silva	Av. Barão do Rio Branco	757	Centro
42	16483676426	Maria de Fátima Oliveira	Av. Barão do Rio Branco	1685	Cruzeiro
43	20059104656	Adrielli Paula de Oliveira	Av. São Paulo	655	Boa Esperança
44	16602472985	Vera Lúcia Veríssimo de Moura	R. das Indústrias	213	Boa Esperança

45	16369221172	Maria Lina da Rocha Soares	Av. Luiz de Albuquerque		Centro
ACS		Rosilma da Guia Rodrigues	Rua Fernão Dias	0	
46	20721438258	Ericleide Messias Bispo dos Santos	Av. Barão do Rio Branco	1154	Cruzeiro
47	20424397883	Francisca da Conceição Santos	R. Castro Alves	250	Cruzeiro
48	21009394071	Soraya da Conceição dos Santos	Av. dos Andradas	1657	Cruzeiro
49	16372005183	Marinalda dos Santos Neves	Altelândia		Zona Rural
50	16558557972	Nilza da Silva	Altelândia		Zona Rural
51	16194567733	Jéssica de Melo	Rua Amador Bueno	801	Cruzeiro
ACS	1114	Sandra Silvana Vaz	R. Marechal Deodoro		Centro
52	16195579484	Francisca Maria de Azevedo	Av. Mato Grosso		Cruzeiro
53	16421306013	Clotilde Romão Reginaldo Gomes	R. Manoel da Nóbrega	1108	Cruzeiro
54	21018673271	Waldineia Antunes de Campos	R. Fernão Dias	1126	Cruzeiro
55	16409902361	Luciene Soares dos Santos	R. Fernão Dias		Cruzeiro
56	20419181649	Eni Martins dos Santos	R Marcílio Dias	1091	Cruzeiro
ACS		Sonia Aparecida Vieira	Av. Brasil	91	Centro
57	20928626363	Maria Bento Silva	R. Marechal Deodoro	106	Centro
58	12394765663	Sirlene Matias de Almeida	R Marechal Deodoro	106	Centro
59	21210103453	Angela Caetano dos Santos	Av. Rui Barbosa	500	Centro
60	16190299513	Kátia Regina Andrade dos Santos	Av. Mato Grosso	820	Centro
ACS		Simone do Pilar Barros	Av. Rui Barbosa	945	Centro
61	16096951083	Eliza Mendes da Costa	Av. Rui Barbosa		Centro
62	20928497997	Maria do Carmo Abreu	Av. Rui Barbosa	857	Centro
63	20062652006	Julieta Lemes dos Santos	R. Manoel da Nóbrega	509	Centro
64	16370914054	Maria Aparecida Belmiro de Castro	Av. Mato Grosso	552	Centro
65	20059100936	Laudiana Paula de Oliveira	Rua da Agricultura	S/Nº	Boa Esperança
ACS	917	Sirlene Rodrigues			
66	12295025747	Wantuil de Oliveira	Av. Padre Nazareno	1802	Cruzeiro
67	20059100499	Vanessa Ferreira da Silva	Av. Rui Barbosa	1698	Boa Esperança
68	16452628357	Maria Aparecida de Oliveira	Av. João Batista Junior		Cruzeiro
69	16019707874	Eva Ferreira Rodrigues	Av. dos Andradas	1697	Cruzeiro
70	16196306082	Geni Rosa Debrandes	Av. Rui Barbosa		Cruzeiro

Dando sequência orienta novamente sobre a formação do Comitê Gestor, onde acrescenta que o Comitê será presidido pela Gestora Maria Aparecida Antunes de Souza. Dando continuidade a Sra. Maria Aparecida Antunes de Souza reafirma as competências do Comitê, destaca o público prioritário do Programa, renda per capita, condicionalidades para permanência no Programa e orienta sobre o parecer unificado. Em seguida a mesma relata as atribuições dos Agentes Comunitários de Saúde e da Assistente Social que será a Sra. Uyara e informa que teve uma alteração no quadro dos Agentes comunitários de saúde que serão 13 Agentes Comunitários de Saúde que irão realizarem os trabalhos, sendo 12 agentes para a cidade e 01 para a zona rural. A presidente apresenta a Minuta de Regimento Interno do Comitê Gestor Municipal Pró-Família, fala também da importância desse programa no municipio, na qual contempla as famílias em estado de vulnerabilidade social. Após realizado a leitura dos nomes das 70 famílias selecionadas, foi posto em votação e aprovado por unanimidade pelo conselho. Na oportunidade agradece e solicita o apoio de todos nesse novo Projeto e passa a palavra para a presidente do CMAS que elenca a importância do Conselho dentro da Secretaria de Assistência Social, enfatizando a importância do programa para o município, finaliza a reunião agradecendo a presença de todos e desejando um ótimo trabalho. Não havendo nada mais a se tratar eu Keila Teles Ferreira secretária designada a este ato lavrei a presente Ata que após lida e aprovada será assinada por todos os presentes.

EXTRATO DE PORTARIAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE JAURU

EXTRATO DAS PORTARIAS DO MÊS DE NOVEMBRO 2018.

PORTARIA Nº 278 DE 05 NOVEMBRO DE 2018

Art. 1º NOMEAR:a partir do dia 05/11/2018 a Srta. GILVANE BICALHO VIERIA, Membro Suplente do Conselho Tutelar do Município de Jauru-MT, em substituição o Conselheiro Tutelar CELSON ELECIO DA SILVA, referente à LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA.

PORTARIA Nº 279 DE 07 NOVEMBRO DE 2018

CONCEDER, o pedido, a partir do dia 07 de novembro de 2018, 30 (trinta) dias de FÉRIAS regulamentares, referente ao período aquisitivo de 2017/ 2018, em conformidade a Lei Complementar nº 045/2006 de 06 de dezembro de 2006, o Servidor JOSE RODRIGUES DE FARIAS, brasileiro, servidor público municipal.

PORTARIA Nº 280 DE 07 NOVEMBRO DE 2018

CONCEDER, a pedido, a partir do dia 21 de novembro de 2018, 30 (trinta) dias de FÉRIAS regulamentares, referente ao período aquisitivo de 2012/ 2013, sendo 20 (vinte) dias de férias a serem gozadas e 10 (dez) dias de férias a ser transformada em pecúnia em conformidade a Lei Complementar nº 045/2006 de 06 de dezembro de 2006, o Servidor EDIVALDO ALVES BENTO, brasileira, servidor público municipal.

PORTARIA Nº 281 DE 08 NOVEMBRO DE 2018

CONCEDER, a partir do dia 01 de novembro do corrente ano, 90 (noventa) dias de Licença Prêmio, aos servidores abaixo relacionados, em conformidade com o art. 3° da Lei Complementar nº 077/2010 de 03 de junho de 2011.

Nome	Período	Gozo
ADÃO APARECIDO DE ALMEIDA	2012/2017	01/11/2018 à 29/01/2019
IVAN LOPES FERNANDES	2012/2017	01/11/2018 à 29/01/2019

VALDO ADÃO CASTEDO	2009/2014	01/11/2018 à 29/01/2019
UDANIA ERMISDORFF DE SOUZA OLIVEIRA	2012/2017	23/11/2018 à 20/02/2019

PORTARIA Nº 282 DE 08 NOVEMBRO DE 2018

CONCEDER, o pedido, a partir do dia 01 de novembro de 2018, 30 (trinta) dias de FÉRIAS regulamentares, referente ao período aquisitivo de 2017/ 2018, em conformidade a Lei Complementar nº 045/2006 de 06 de dezembro de 2006, a Servidora SIRLENE RODRIGUES, brasileira, servidora pública municipal.

PORTARIA Nº 283 DE 08 NOVEMBRO DE 2018

CONCEDER, a partir do dia 01 de novembro do corrente ano, 30 (trinta) dias de férias regulamentares, aos servidores abaixo relacionados, em conformidade a Lei Complementar nº 045/2006 de 06 de dezembro de 2006.

Nome	Período	Gozo
AGRICELIA SILVESTRE DE LANA	2014/2015	05/11/2018 à 04/12/2018
CLODOALDO MANSANO	2016/2017	01/11/2018 à 30/11/2018
ELICA NILFA DE SOUZA COIMBRA	2017/2018	01/11/2018 à 30/11/2018
JOÃO MARIA OLIVEIRA DA SILVERIA	2016/2017	01/11/2018 à 30/11/2018
NELSON CALISTO DA SILVA	2016/2017	01/11/2018 à 30/11/2018

PORTARIA Nº 286 DE 12 NOVEMBRO DE 2018

CONCEDER, conforme atestado médico concedido pelo Dr. **ALEXANDRE AUGUSTO S. CAMARGO**– CRM-MT 3737, que fica fazendo parte integrante desta Portaria, independentemente de sua transcrição **LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE,** a partir do dia 12/11/2018, a servidora **MARLUCINEIA FIRMINA DA SILVA,** em conformidade com o art. 145 a Lei Complementar nº 045/2006 de 06 de dezembro de 2006.

PORTARIA Nº 287 DE 23 NOVEMBRO DE 2018

CONCEDER, o pedido, a partir do dia 23 de novembro de 2018, 30 (trinta) dias de FÉRIAS regulamentares, referente ao período aquisitivo de 2017/ 2017, em conformidade a Lei Complementar nº 045/2006 de 06 de dezembro de 2006, o Servidor DORIVALDO RUFINO BENTO, brasileiro, servidor público municipal.

PORTARIA Nº 290 DE 29 NOVEMBRO DE 2018

CONCEDER, a partir do dia 29 de novembro do corrente ano, 90 (noventa) dias de Licença Prêmio, a servidora abaixo relacionada, em conformidade com o art. 3° da Lei Complementar nº 077/2010 de 03 de junho de 2011.

Nome	Período	Gozo
BEATRIZ PAVINI	2008/2013	29/11/2018 à 26/02/2019

PORTARIA Nº 291 DE 29 NOVEMBRO DE 2018

CONCEDER, conforme atestado médico concedido pela Dr. EMERSON MARTINS DE OLIVEIRA - CRM/MT 4501, que fica fazendo parte integrante desta Portaria, independentemente de sua transcrição, LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, a partir do dia 10/11/2018, a servidora IRENILDA PERES MADRONA PEREIRA, em conformidade com art**. 099 a Lei Complementar nº 068/2006 de 16 de dezembro de 2010.**

PORTARIA Nº 292 DE 30 NOVEMBRO DE 2018

CONCEDER, o pedido, a partir do dia 28 de novembro de 2018, 30 (trinta) dias de FÉRIAS regulamentares, referente ao período aquisitivo de 2017/ 2018, em conformidade a Lei Complementar nº 045/2006 de 06 de dezembro de 2006, a Servidora ROSILENE DIAS LOPES, brasileira, servidora pública municipal.

PORTARIA Nº 293 DE 30 NOVEMBRO DE 2018

CONCEDER, conforme atestado médico concedido pela Dra. PATRICE ZATTAR RIBEIRO - CRM/MT 3974, que fica fazendo parte integrante desta Portaria, independentemente de sua transcrição, LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, a partir do dia 07/11/2018, a servidora NILZA MARIA DA SILVA, em conformidade com art**. 099 a Lei Complementar nº 068/2006 de 16 de dezembro de 2010.**

PORTARIA Nº. 294 DE 30 DE NOVEMBRO DE 2018.

Artigo 1º. Efetuar o enquadramento dos servidores públicos municipais abaixo relacionados, por tempo de serviço prestado ao município e por obtenção de titulação, de acordo com os ditames legais estabelecidos na Lei Complementar nº. 117, de 01 de março de 2016, - Plano de Cargos Carreiras e Salários – PCCS, e Lei Complementar nº. 068/2010, conforme tabela a seguir, bem como as alterações introduzidas pela lei complementar nº. 132/2018:

NOME DO SERVIDOR	CARGO	ENQUADRAMENTO	
		CLASSE	NÍVEL
ADRIANO JOHNNY FIGUEROA PAES LANDIM	ENFERMEIRO	A	III
FABIO DA SILVA FREITAS	MOTORISTA II	C	III
LUCIANA SERAFIM DA SILVA	BIOQUIMICO/FARMACEUTICO (40hs)	B	III
MARIA JOSE JUSTO DA SILVA	ASSISTENTE SOCIAL	B	VII
RONILTON GLYCERIO RIBEIRO	MOTORISTA I	B	III

Artigo. 2º. Os efeitos financeiros do enquadramento mencionado no artigo anterior, ocorrerá a partir da competência de Novembro/2.018.**Artigo 4º.** Esta Portaria entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.Registre-se. Cumpra-se. Publique-se.Paço Municipal “José Perez”, Prefeitura Municipal de Jauru - MT, 30 de novembro de 2018.

ATA

ATA DE NÚMERO 01 – COMITÊ GESTOR DO PROGRAMA PRÓ-FAMÍLIA

APRESENTAR O PROGRAMA PRÓ-FAMÍLIA DO GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO, ORGANIZAR O COMITÊ GESTOR E SEGUIR COM AS DELIBERAÇÕES

Aos 05 dias do mês de Julho de dois mil e dezessete às quinze horas, nas dependências da Plenária Iolanda Pavini, na Câmara Municipal, sito a Avenida Brasil, nº 743 - Centro deste município deu-se início a reunião do Conselho Municipal de Assistência Social, Agentes Comunitários de Saúde, Equipe técnica de referência do CRAS, Coordenadora do CRAS e demais autoridades convidadas. A reunião iniciou presidida pela senhora Uyara Leal Ramos Zorzal, presidente do CMAS que cumprimenta e agradece a todos pela presença, em seguida inicia a apresentação do Programa do Governo do Estado de Mato Grosso – Pró Família. A Sra. Uyara relata que todos os Conselheiros Municipais da Assistência farão parte do "Comitê do Programa Pró-Família conforme Lei de Criança do Programa, e INSTRUÇÃO NORMATIVA SETAS Nº. 001 DE MAIO DE 2017. No início da atividade foi apresentada através de slides a contextualização do Programa apresentando seus dispositivos legais. Dando sequência os membros aprovam por unanimidade a formação do Comitê do Programa e auxiliar no que for necessário. Dando continuidade a Sra. Uyara, informa que a Presidência do Comitê não será a mesma do Conselho e sim a Gestora da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, Sra Maria Aparecida de Souza, e passa a palavra para a mesma que descreve as competências do Comitê, destacando o público prioritário do Programa, renda per capita, condicionalidades para permanência no Programa e orienta sobre o parecer unificado. Em seguida a mesma relata as atribuições dos Agentes Comunitários de Saúde e da Assistente Social, finalizando as atividades a presidente abre espaço para perguntas, e determina o início das atividades para 10 de Julho de 2017, e ressalta a importância da busca pelo prêmio de "Melhores Práticas" nas atividades que serão desenvolvidas como forma de qualificar o trabalho realizado no município. Por fim a Sra. Uyara solicita 13 Agentes Comunitários de Saúde para a realização dos trabalhos, sendo 12 agentes para a cidade e 01 para a zona rural, na oportunidade agradece e solicita o apoio de todos nesse novo Projeto e passa a palavra para a secretária senhora Maria Aparecida que elenca a importância do Conselho dentro da Secretaria de Assistência Social, enfatizando a importância desse programa para o município, finaliza a reunião agradecendo a presença de todos e desejando um ótimo trabalho. Não havendo nada mais a se tratar eu Nivanir Gonçalves Ramos secretária designada a este ato lavrei a presente Ata que após lida e aprovada será assinada por todos os presentes.

PORTARIA 289/2018

PORTARIA Nº 289, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2018.

PEDRO FERREIRA DE SOUZA, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JAURU, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

RESOLVE:

READAPTAR, nos moldes do artigo 53 e seguintes da Lei Complementar 045/2006, a partir de 23 de novembro de 2018, o servidor Sr. ILDEU GOMES DE OLIVEIRA, nomeado conforme portaria nº 015/1998 de 09 de fevereiro de 1998, no cargo de MOTORISTA II, para exercer à função de *Motorista de Ambulância* na Secretaria Municipal de Saúde.

Gabinete do Prefeito, Paço Municipal José Peres, Jauru-MT, 23 de novembro de 2018.

_____

PEDRO FERREIRA DE SOUZA Prefeito Municipal

PORTARIA 301/2018

PORTARIA Nº. 301 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2018.

"EFETUAR O ENQUADRAMENTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS CONFORME ESTABELECIDO NA LEI COMPLEMENTAR Nº. 117, DE 01 DE MARÇO DE 2016 – PLANOS DE CARGOS CARREIRAS E SALÁRIOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

PEDRO FERREIRA DE SOUZA, Prefeito Municipal de Jauru, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Considerando a Lei Complementar 117, de 01 de março de 2016, que reestrutura o Plano de Cargos Carreiras e Salários – PCCS dos servidores públicos municipais da Prefeitura Municipal de Jauru-MT, com exceção dos servidores públicos municipais do quadro da Secretaria Municipal de Educação abrangidos por outro Plano de Cargos Carreiras e Salários – PCCS, qual seja, Lei Complementar nº. 068/2010.

R E S O L V E:

Artigo 1º. Efetuar o enquadramento dos servidores públicos municipais abaixo relacionados, por tempo de serviço prestado ao município e por obtenção de titulação, de acordo com os ditames legais estabelecidos na Lei Complementar nº. 117, de 01 de março de 2016, - Plano de Cargos Carreiras e Salários – PCCS, e Lei Complementar nº. 068/2010, conforme tabela a seguir, bem como as alterações introduzidas pela lei complementar nº. 132/2018:

NOME DO SERVIDOR	CARGO	ENQUADRAMENTO	
		CLASSE	NÍVEL
INDIARA SEABRA BRASIL	TECNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL	A	III

Artigo. 2º. Os efeitos financeiros do enquadramento mencionado no artigo anterior, com efeito retroativo a competência de Novembro/2.018.

Artigo 4º. Esta Portaria entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se. Cumpra-se. Publique-se.

Paço Municipal "José Perez", Prefeitura Municipal de Jauru - MT, 10 de dezembro de 2018.

_____

PEDRO FERREIRA DE SOUZA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUARA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 056-A/2018 ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°. 056-A/2018 ORIGEM: PREGÃO ELETRÔNICO N°. 076/2018 ASSINATURA: 10 DE DEZEMBRO DE 2018. VALIDADE: 10 DE DEZEMBRO DE 2019.

Pelo presente instrumento, A PREFEITURA MUNICIPAL DE JUARA – ESTADO DE MATO GROSSO, inscrita com o CNPJ sob o **15.072.663/0001-99**, com sede administrativa na Rua Niterói, 81N, Centro, na cidade de Juara-MT, neste ato representada pelo Prefeito Municipal o **Sr. Carlos Amadeu Sirena**, brasileiro, casado, empresário, Prefeita Municipal Interino, portador da Cédula de Identidade n.º **2.181.389-3 SSP/MT** e inscrito no **CPF/MF** sob o n.º **578.160.189-91**, residente e domiciliado neste município de Juara/MT, RESOLVE REGISTRAR OS PREÇOS da empresa abaixo relacionada, nas quantidades estimadas e indicadas abaixo, de acordo com a classificação obtida em cada item, atendendo as condições, as especificações técnicas e as propostas oferecidas na licitação regulamentada pelo edital do PREGÃO PRESENCIAL nº 076/2018 e anexos, do tipo MENOR VALOR POR ITEM, independentemente de transcrições, constituindo esta ATA DE REGISTRO DE PREÇOS documento vinculativo e obrigacional às partes.

EMPRESA:	**MAXLAB PRODUTOS PARA DIAGNOSTICOS E PESQUISAS LTDA - EPP.**
CNPJ:	04.724.729/0001-61
ENDEREÇO:	**Rua Presidente Rodrigues Alves, 435, Qd. 14, Lt. 20 - Setor FAiçalville II - Goiânia/GO - CEP: 74.350-115.**
REPRESENTANTE:	**Nome: Cleuber Acerly de Oliveira - Diretor Comercial** **CPF: 394.522.801-82** RG: 4.432.702 SSP/GO
CONTATO (FONE)	**(62) 3945-0350**
E-MAIL:	**maxlab@terra.com.br**

Sujeitam-se as partes às normas constantes da Constituição Federal de 1988, nos Decretos Estaduais: n° 840/2017, n° 7.218/2006, e nº 8.199/2006, Decretos Federais: nº 5.450/2005 e nº 7.892/2013, Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, Lei Estadual nº 7.696/2002, Lei Federal nº 10.520/2002, Lei Complementar nº 10.442/2016 e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, sem prejuízo de outras normas aplicáveis.

1 CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1. O presente instrumento tem como objeto a "**Registro de Preços para Futura e Eventual Aquisição de Materiais de Expediente Hospitalar (Cânulas e Sondas) em Atendimento a Secretaria Municipal de Saúde,**conforme especificações e condições técnicas constantes neste edital e em seus anexos**.**

1.1 A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do Registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

1.2 Este instrumento guarda inteira conformidade com os termos do Edital de Pregão n. 076/2018 e seus Anexos, do qual é parte integrante e complementar, vinculando-se, ainda à proposta do Fornecedor Registrado.

2 DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS.

2.1 Os preços registrados, as especificações do objeto, as quantidades, o fornecedor e as demais condições ofertadas nas propostas são as que seguem no Anexo I, deste instrumento.

2.2 O preço unitário de cada lote englobará todas as despesas relativas ao objeto compromisso, bem como os respectivos custos diretos e indiretos, incluindo seguro, tributos, remunerações, despesas fiscais e financeiras, benefícios e despesas indiretas (BDI), transporte, todas as taxas, impostos e quaisquer outras necessárias ao cumprimento do objeto deste registro, de modo que nenhuma reivindicação adicional de pagamento ou reajustamento de preços será considerada por tais razões,inclusive instalação dos equipamentos.

3 DA EXPECTATIVA DE FORNECIMENTO

3.1 Esta Ata de Registro de Preço, não gera a obrigação ao órgão participante do Registro de Preços, de contratar, possuindo característica de futura e eventual contratação de acordo com os preços, fornecedores beneficiários e condições relacionadas na licitação e propostas apresentadas.

3.2 Considera-se participante da Ata de Registro de Preços a Secretaria Municipal de Saúde - SMS.

3.3 Órgãos/Entidades do Poder Executivo Municipal não participantes e demais adesos (na forma de Adesão Carona) na forma prevista no Decreto federal nº 7.892/2013 e Decreto estadual nº. 840/2017 e alterações.

3.4 A utilização dos quantitativos registrados nesta Ata, pelo órgão participante, será restrita ao quantitativo informado no edital.

4 DA FORMA DE EXECUÇÃO

4.1 A Fornecedora deverá realizar a entrega dos produtos para atender as necessidades dos órgãos adesos conforme especificado no edital e seus anexos, no termo de referência e na proposta de preços.

4.2 Após a publicação desta Ata no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso ou no Jornal Oficial dos Municípios, as empresas registradas ficam obrigadas a atender todos os pedidos feitos pelos órgãos participantes.

5 DAS ADESÕES DOS ÓRGÃOS NÃO PARTICIPANTES – ADESÃO CARONA

5.1 Esta Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão/entidade da administração pública, não participante do registro, que manifeste o interesse junto ao Órgão Gerenciador – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, desde que sejam cumpridas as seguintes condições:

5.1.1 A Ata ainda esteja vigente e não tenha esgotado o quantitativo registrado;

5.1.2 O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem;

5.1.3 O pedido de adesão carona seja instruído com os seguintes documentos:

a) Solicitação formal de utilização, com a indicação dos produtos ou serviços e quantitativos demandados; **b)** Comprovação mediante documentação idônea, pelo órgão ou entidade solicitante, da vantagem da respectiva adesão; **c)** Comprovação da concordância da empresa registrada em fornecer os produtos ou prestar os serviços registrados, sem prejuízo ao cumprimento das obrigações pactuadas com os órgãos e entidades participantes, independente da utilização ou não do quantitativo registrado;

5.2 O órgão ou entidade não participante, interessado na adesão carona, deverá encaminhar a solicitação à Coordenadoria Municipal de Licitações e Contratos por ofício assinado pelo seu representante, com todos os documentos indicados no item anterior.

5.3 Caberá ao fornecedor beneficiário desta Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que não prejudique as obrigações assumidas com o participante desta Ata.

5.4 Cumprida as exigências para a adesão carona, a SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, por seu Secretário Municipal ou o próprio Gestor Municipal ou outra autoridade a quem os poderes tenham sido delegados, emitirá a respectiva autorização formal.

5.5 A autorização de adesão carona terá validade de 90 (noventa) dias, findo o qual será necessária nova autorização, atendidas todas as condições exigidas anteriormente.

5.6 Caso o órgão ou entidade não possua mais interesse na adesão autorizada, deverá enviar à SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO cópia da autorização e do pedido de cancelamento, com indicação do número autorizado.

5.7 É de exclusiva responsabilidade do órgão ou entidade carona o controle sobre a execução e fiscalização contratual, inclusive quanto ao pagamento e aplicação de sanções, observada a legislação aplicável, a ampla defesa e o contraditório, informando à SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO as eventuais sanções aplicadas.

5.8 As contratações decorrentes de adesão carona a esta Ata de Registro de Preços não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) do quantitativo registrado.

6 DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1 O gerenciamento desta Ata caberá a SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, competindo-lhe, ainda:

a) Conduzir eventuais renegociações dos preços registrados; **b)** Coordenar as formalidades e fiscalizar o cumprimento da Ata de acordo com as condições ajustadas no edital e anexos; **c)** Aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as sanções decorrentes de descumprimento da Ata de Registro de Preços; **d)** Autorizar a adesão de órgãos e entidades não participantes deste Registro de Preços; **e)** Promover a publicação desta Ata, após assinatura das empresas vencedoras da licitação, de acordo com a ordem de classificação, e da autoridade competente municipal; **f)** Arquivar a Ata de Registro de Preços em pasta própria e disponibilizá-la em meio eletrônico.

6.2 Todas as eventuais alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a Ata de Registro de Preços, exceto quanto ao apostilamento do reajuste.

6.3 Os procedimentos administrativos e operacionais necessários ao exercício das atribuições e competências definidas no item 6.1 serão praticados pela Divisão de Licitações e Contratos, sem prejuízo da atuação de outras unidades quando houver necessidade.

7 DA VIGÊNCIA

7.1 O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços **será de 12 (doze) meses** a partir da data de sua publicação Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, sendo que durante este período a fornecedora deverá manter as condições de habilitação exigidas na licitação.

7.2 O prazo para assinatura da Ata de Registro de Preços é de 03 (três) dias úteis, contados da convocação formal do adjudicatário.

7.3 A critério da administração, o prazo para assinatura da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado, desde que ocorra motivo justificado, mediante solicitação formal do adjudicatário e aceito pela SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO.

7.4 A partir da vigência da Ata de Registro de Preços, o fornecedor se obriga a cumprir, na integra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeito, inclusive, as penalidades pelo descumprimento de qualquer de suas clausulas.

7.5 A Ata de Registro de Preços deverá ser assinada pelo representante legal do adjudicatário, mediante apresentação do contrato social ou documento que comprove os poderes para tal investidura e cédula de identidade do representante, caso esses documentos não constem dos autos do processo licitatório, e uma vez atendidas às exigências do subitem anterior.

8 DA EFICÁCIA

8.1 O presente Registro de Preços somente terá eficácia após publicação do respectivo extrato no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, na forma preconizada do parágrafo único do Art. 61, da Lei Federal n. 8666/93.

9 DAS REVISÕES DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1 A Ata de Registro de Preços poderá ser alterada nas hipóteses do art. 65, inciso II, da Lei n. 8.666/1993.

9.2 Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, a fornecedora poderá solicitar a revisão ou repactuação dos preços para manter o equilíbrio econômico-financeiro obtido na licitação, mediante a comprovação dos fatos previstos no art. 65, inciso II, alínea 'd', da Lei n. 8.666/1993, inclusive com demonstração em planilhas de custos.

9.3 Conforme o art. 3º da Lei n. 10.192/2001, poderá ser concedido o reajuste do preço registrado, a requerimento da fornecedora e depois de transcorrido um ano da data limite para apresentação da proposta atualizada do certame licitatório, de acordo com o índice de correção monetária geral ou setorial aplicável, neste caso o INPC-FGV.

9.4 Os pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro ou reajuste dos preços registrados, de que tratam os itens 9.2 e 9.3, passarão por análise contábil e jurídica, cabendo ao Gestor Municipal a decisão sobre o pedido.

9.5 Os preços registrados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado e pela Administração Pública, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro e o vigente.

9.6 Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado ou pela Administração Pública a Administração solicitará formalmente a fornecedora à redução do preço registrado, de forma a adequá-lo ao praticado no mercado.

9.7 Fracassada a negociação com o primeiro colocado, a SECRETARIA DE MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO poderá rescindir esta Ata e convocar, nos termos da legislação vigente e pelo preço do 1º (primeiro) colocado, as demais empresas classificadas, de acordo com a ordem de classificação obtida no certame, cabendo rescisão desta Ata de Registro de Preços e nova licitação em caso de fracasso na negociação.

9.8 Serão considerados compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo setor competente, na pesquisa de estimativa de preços.

9.9 Alterados os preços registrados, oriundos de revisão ou reajuste, os órgãos e entidades que utilizaram ou aderiram à Ata de Registro de Preços serão comunicados para que apliquem a revisão em seus contratos.

9.10 Nos preços registrados estão incluídas todas as despesas relativas ao objeto contratado (tributos, seguros, encargos sociais, eventuais instalações, etc.).

9.11 Os preços alterados oriundos de revisão ou reajuste deverão ser publicados no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso.

10 DO CANCELAMENTO OU SUSPENSÃO DO REGISTRO DE PREÇOS

10.1 A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado e a empresa se recusar a adequá-los; **b)** Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas. **c)** Se a fornecedora perder qualquer condição de habilitação ou qualificação técnica exigida no processo licitatório; **d)** Quando a fornecedora sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, ou no art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002. **e)** Quando a fornecedora requerer, desde que mediante justificativa comprovada e aceita pela Administração.

10.2 O cancelamento do registro nas hipóteses previstas, assegurado o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por decisão da SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO.

10.3 Ocorrendo cancelamento do preço registrado, a Fornecedora será informado formalmente, mediante publicação no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso.

10.4 A solicitação da Fornecedora para cancelamento dos preços registrados será analisado pela SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO.

10.5 Havendo o cancelamento do preço registrado, permanecerá o compromisso da garantia e assistência técnica dos itens entregues/serviços executados, anteriormente ao cancelamento.

10.6 Caso a SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO não se utilize da prerrogativa de cancelar a Ata de Registro de Preços, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que a Fornecedora cumpra integralmente a condição contratual infringida.

10.7 O cancelamento do registro de preços será comunicado aos órgãos e entidades que o utilizaram.

11 DISPOSIÇÕES DO CONTRATO ADMINISTRATIVO

11.1 As contratações serão formalizadas pelos órgãos e entidades participantes ou os que vierem a aderir, conforme disposto no artigo 62, da Lei 8.666/93;

11.2 Por tratar-se de Registro de Preços, os recursos financeiros para fazer face às despesas da contratação correrão por conta dos órgãos e entidade aderentes, cujo elemento de despesas e nota de empenho constarão nos respectivos contratos, observado as condições estabelecidas nesta Ata de Registro de Preço;

11.3 Comparecer quando convocado no prazo máximo de **03 (três) dias úteis**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar o instrumento equivalente, conforme o caso, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas nesta Ata.

11.4 Os valores dos contratos deverão ser autorizados pela Secretaria Municipal de Finanças, por meio de Ordem de Utilização da Ata, até o limite do valor registrado na Ata de Registro de Preço para o Órgão/Entidade Contratante.

12 DAS VEDAÇÕES

12.1 É vedado caucionar ou utilizar a ata decorrente do registro de preços para qualquer operação financeira sem a prévia e expressa autorização da Prefeitura Municipal de Juara.

12.2 É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93.

12.3 É vedada a prorrogação da Ata de Registro de Preços, além do limite de vigência legalmente estabelecido.

13 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1 As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e local de recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL e demais ANEXOS.

13.2 Mediante decisão escrita e devidamente fundamentada, esta Ata de Registro de Preços será anulada se ocorrer ilegalidade em seu processamento ou nas fases que lhe deu origem, e suspensa ou revogada por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta.

13.2.1 A anulação do procedimento licitatório afetará a Ata de Registro de Preços e o Contrato decorrente.

13.3 As condições desta Ata de Registro de Preços somam-se às obrigações das partes previstas no Edital e seus anexos, disponível no site Portal de Aquisições, no mesmo link onde é retirado o Edital.

13.4 Aos casos omissos aplicam-se as disposições constantes da Lei Federal n° 10.520/2002, da Lei n° 8.666/93 e demais normas pertinentes.

14 DO FORO

14.1 Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, será assinada pelas partes;

14.2 As partes contratantes elegem o foro de Juara-MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas da presente Ata de Registro de Preço, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Juara - MT, 10 de dezembro de 2018.

CARLOS AMADEU SIRENA

Prefeito do Município de Juara/MT

MAXLAB PRODUTOS PARA DIAGNOSTICOS E PESQUISAS LTDA - EPP

CNPJ: 04.724.729/0001-61

Cleuber Acerly de Oliveira - Diretor Comercial

RG: 4.432.702 SSP/GO e CPF: 394.522.801-82

Promitente Fornecedora

ANEXO I

DOS ITENS E VALORES REGISTRADOS

Item	Guard.	Descrição	Quant.	Unidade	V. Unt.	V. Total	Marca
11	**95204**	CONJUNTO DRENAGEM TÓRAX, FRASCO PVC RÍGIDO TRANSPARENTE,TAMPA ROSCA C/3VIAS, CONECTOR DRENO-TUBO, 2.000 ML, GRADUAÇÃO DE 100 EM 100ML, TUBO EXTENSOR PVC C/ PINÇA CLAMP, **DRENO TÓRAX Nº 30**, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL	**50**	**Unidade**	36,850	1.842,500	MEDSHARP
28	**95435**	**SONDA RETAL,** PVC-ATÓXICO, **Nº 14,** SILICONIZADA COM ORIFÍO ÚNICO DISTAL, CONEXÃO LÁTEX ADAPTÁVEL À FRASCOS SORO, DESCARTÁVEL,ESTÉRIL,APIROGÊNICA,EMB.INDIVIDUAL(MS)	**100**	**Unidade**	0,770	77,000	MEDSONDA
29	**95436**	**SONDA RETAL**, PVC-ATÓXICO, **Nº 16**, SILICONIZADA COM ORIFÍO ÚNICO DISTAL, CONEXÃO LÁTEX ADAPTÁVEL À FRASCOS SORO, DESCARTÁVEL,ESTÉRIL,APIROGÊNICA,EMB.INDIVIDUAL(MS)	**100**	**Unidade**	0,900	90,000	MEDSONDA
44	**95451**	**TUBO ENDOTRAQUEAL, POLIVINIL, 3,0**, RADIOPACO,PONTA ARREDONDADA,BALÃO PILOTO C/VÁLVULA, CONECTOR ADAPTÁVEL,SUPERFÍCIE LISA, BALÃO DE ALTO VOLUME E BAIXA PRESSÃO, DESCARTÁVEL, ESTÉRIL	**50**	**Unidade**	4,680	234,000	TOP MED
45	**95452**	**TUBO ENDOTRAQUEAL, POLIVINIL, 4,0,** RADIOPACO,PONTA ARREDONDADA,BALÃO PILOTO C/VÁLVULA, CONECTOR ADAPTÁVEL,SUPERFÍCIE LISA, BALÃO DE ALTO VOLUME E BAIXA PRESSÃO, DESCARTÁVEL, ESTÉRIL	**40**	**Unidade**	4,670	186,800	TOP MED
46	**95456**	**DRENO CIRÚRGICO**, DE SUCÇÃO CONTÍNUA, TB ASPIRAÇÃO E DRENAGEM - PVC ATÓXICO SILICONIZADO, TRANSPARENTE, FOLE SANFONADO COM ALÇA EM PVC, COM AGULHA EM AÇO INOX, **3,2 MM** (1/8"), DESCARTÁVEL, ESTÉRIL	**10**	**Unidade**	47,520	475,200	MEDSHARP
94	**96800**	**SONDA FOLEY 2 VIAS Nº. 10** - FÁCIL INSERÇÃO NO CANAL URETRAL, PROPORCIONANDO MAIOR CONFORTO AO PACIENTE, EMBALAGEM INDIVIDUAL, TIPO BLISTER, DE FÁCIL ABERTURA, EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO, FAVORECENDO ABERTURA PETALA, FEITO DE LÁTEX DE BORRACHA 100% NATURAL, COM PONTA DISTAL TRAUMÁTICA, MODELO DE 2 VIAS, BALÃO RESISTENTE À ALTA PRESSÃO, FÁCIL INSUFLAÇÃO E ENCHIMENTO SIMÉTRICO, ATÓXICO E ESTERILIZADO EM ÓXIDO DE ETILENO.	**220**	**Unidade**	3,500	770,000	TOP MED
106	**102106**	CONJUNTO DRENAGEM TÓRAX, FRASCO PVC RÍGIDO TRANSPARENTE,TAMPA ROSCA C/3VIAS, CONECTOR DRENO-TUBO, 1.500 ML, GRADUAÇÃO DE 100 EM 100ML, TUBO EXTENSOR PVC C/ PINÇA CLAMP, **DRENO TÓRAX Nº 24**, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL	**50**	**Unidade**	61,400	3.070,000	MEDSHARP
Valor Total Registrado: R$ 6.745,50 (seis mil, setecentos e quarenta e cinco reais e cinquenta centavos)							

Juara/MT, em 10 de dezembro de 2018.

CARLOS AMADEU SIRENA

Prefeito do Município

MAXLAB PRODUTOS PARA DIAGNOSTICOS E PESQUISAS LTDA - EPP

CNPJ: 04.724.729/0001-61

Cleuber Acerly de Oliveira - Diretor Comercial

RG: 4.432.702 SSP/GO e CPF: 394.522.801-82

Promitente Fornecedora

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 056-B/2018 ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°. 056-B/2018 ORIGEM: PREGÃO ELETRÔNICO N°. 076/2018 ASSINATURA: 10 DE DEZEMBRO DE 2018. VALIDADE: 10 DE DEZEMBRO DE 2019.

Pelo presente instrumento, A PREFEITURA MUNICIPAL DE JUARA – ESTADO DE MATO GROSSO, inscrita com o CNPJ sob o **15.072.663/0001-99**, com sede administrativa na Rua Niterói, 81N, Centro, na cidade de Juara-MT, neste ato representada pelo Prefeito Municipal o **Sr. Carlos Amadeu Sirena**, brasileiro, casado, empresário, Prefeita Municipal Interino, portador da Cédula de Identidade n.º **2.181.389-3 SSP/MT** e inscrito no **CPF/MF** sob o n.º **578.160.189-91**, residente e domiciliado neste município de Juara/MT, RESOLVE REGISTRAR OS PREÇOS da empresa abaixo relacionada, nas quantidades estimadas e indicadas abaixo, de acordo com a classificação obtida em cada item, atendendo as condições, as especificações técnicas e as propostas oferecidas na licitação regulamentada pelo edital do PREGÃO PRESENCIAL nº 076/2018 e anexos, do tipo MENOR VALOR POR ITEM, independentemente de transcrições, constituindo esta ATA DE REGISTRO DE PREÇOS documento vinculativo e obrigacional às partes.

EMPRESA:	*REALMED HOSPITALAR EIRELI - ME*
CNPJ:	*04.847.959/0001-18*
ENDEREÇO:	*Rua Capitão Breno n.º 196 - Vila Rosa - CEP: 74.345-060 - Goiânia/GO.*
REPRESENTANTE:	*Marcelo Gomes da Rocha - Procurador* *CPF: 950.785.501-78* *RG: 4169642 SSP/GO*
CONTATO (FONE):	*(62) 3922-6110*
E-MAIL:	*contato@marcelorepresentante.com*

Sujeitam-se as partes às normas constantes da Constituição Federal de 1988, nos Decretos Estaduais: n° 840/2017, n° 7.218/2006, e nº 8.199/2006, Decretos Federais: nº 5.450/2005 e nº 7.892/2013, Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, Lei Estadual nº 7.696/2002, Lei Federal nº 10.520/2002, Lei Complementar nº 10.442/2016 e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, sem prejuízo de outras normas aplicáveis.

1 CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1. O presente instrumento tem como objeto a "**Registro de Preços para Futura e Eventual Aquisição de Materiais de Expediente Hospitalar (Cânulas e Sondas) em Atendimento a Secretaria Municipal de Saúde,**conforme especificações e condições técnicas constantes neste edital e em seus anexos**.**

1.1 A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do Registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

1.2 Este instrumento guarda inteira conformidade com os termos do Edital de Pregão n. 076/2018 e seus Anexos, do qual é parte integrante e complementar, vinculando-se, ainda à proposta do Fornecedor Registrado.

2 DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS.

2.1 Os preços registrados, as especificações do objeto, as quantidades, o fornecedor e as demais condições ofertadas nas propostas são as que seguem no Anexo I, deste instrumento.

2.2 O preço unitário de cada lote englobará todas as despesas relativas ao objeto compromisso, bem como os respectivos custos diretos e indiretos, incluindo seguro, tributos, remunerações, despesas fiscais e financeiras, benefícios e despesas indiretas (BDI), transporte, todas as taxas, impostos e quaisquer outras necessárias ao cumprimento do objeto deste registro, de modo que nenhuma reivindicação adicional de pagamento ou reajustamento de preços será considerada por tais razões,inclusive instalação dos equipamentos.

3 DA EXPECTATIVA DE FORNECIMENTO

3.1 Esta Ata de Registro de Preço, não gera a obrigação ao órgão participante do Registro de Preços, de contratar, possuindo característica de futura e eventual contratação de acordo com os preços, fornecedores beneficiários e condições relacionadas na licitação e propostas apresentadas.

3.2 Considera-se participante da Ata de Registro de Preços a Secretaria Municipal de Saúde - SMS.

3.3 Órgãos/Entidades do Poder Executivo Municipal não participantes e demais adesos (na forma de Adesão Carona) na forma prevista no Decreto federal nº 7.892/2013 e Decreto estadual nº. 840/2017 e alterações.

3.4 A utilização dos quantitativos registrados nesta Ata, pelo órgão participante, será restrita ao quantitativo informado no edital.

4 DA FORMA DE EXECUÇÃO

4.1 A Fornecedora deverá realizar a entrega dos produtos para atender as necessidades dos órgãos adesos conforme especificado no edital e seus anexos, no termo de referência e na proposta de preços.

4.2 Após a publicação desta Ata no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso ou no Jornal Oficial dos Municípios, as empresas registradas ficam obrigadas a atender todos os pedidos feitos pelos órgãos participantes.

5 DAS ADESÕES DOS ÓRGÃOS NÃO PARTICIPANTES – ADESÃO CARONA

5.1 Esta Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão/entidade da administração pública, não participante do registro, que manifeste o interesse junto ao Órgão Gerenciador – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, desde que sejam cumpridas as seguintes condições:

5.1.1 A Ata ainda esteja vigente e não tenha esgotado o quantitativo registrado;

5.1.2 O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem;

5.1.3 O pedido de adesão carona seja instruído com os seguintes documentos:

a) Solicitação formal de utilização, com a indicação dos produtos ou serviços e quantitativos demandados; **b)** Comprovação mediante documentação idônea, pelo órgão ou entidade solicitante, da vantagem da respectiva adesão; **c)** Comprovação da concordância da empresa registrada em fornecer os produtos ou prestar os serviços registrados, sem prejuízo ao cumprimento das obrigações pactuadas com os órgãos e entidades participantes, independente da utilização ou não do quantitativo registrado;

5.2 O órgão ou entidade não participante, interessado na adesão carona, deverá encaminhar a solicitação à Coordenadoria Municipal de Licitações e Contratos por ofício assinado pelo seu representante, com todos os documentos indicados no item anterior.

5.3 Caberá ao fornecedor beneficiário desta Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que não prejudique as obrigações assumidas com o participante desta Ata.

5.4 Cumprida as exigências para a adesão carona, a SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, por seu Secretário Municipal ou o próprio Gestor Municipal ou outra autoridade a quem os poderes tenham sido delegados, emitirá a respectiva autorização formal.

5.5 A autorização de adesão carona terá validade de 90 (noventa) dias, findo o qual será necessária nova autorização, atendidas todas as condições exigidas anteriormente.

5.6 Caso o órgão ou entidade não possua mais interesse na adesão autorizada, deverá enviar à SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO cópia da autorização e do pedido de cancelamento, com indicação do número autorizado.

5.7 É de exclusiva responsabilidade do órgão ou entidade carona o controle sobre a execução e fiscalização contratual, inclusive quanto ao pagamento e aplicação de sanções, observada a legislação aplicável, a ampla defesa e o contraditório, informando à SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO as eventuais sanções aplicadas.

5.8 As contratações decorrentes de adesão carona a esta Ata de Registro de Preços não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) do quantitativo registrado.

6 DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1 O gerenciamento desta Ata caberá a SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, competindo-lhe, ainda:

a) Conduzir eventuais renegociações dos preços registrados; **b)** Coordenar as formalidades e fiscalizar o cumprimento da Ata de acordo com as condições ajustadas no edital e anexos; **c)** Aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as sanções decorrentes de descumprimento da Ata de Registro de Preços; **d)** Autorizar a adesão de órgãos e entidades não participantes deste Registro de Preços; **e)** Promover a publicação desta Ata, após assinatura das empresas vencedoras da licitação, de acordo com a ordem de classificação, e da autoridade competente municipal; **f)** Arquivar a Ata de Registro de Preços em pasta própria e disponibilizá-la em meio eletrônico.

6.2 Todas as eventuais alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a Ata de Registro de Preços, exceto quanto ao apostilamento do reajuste.

6.3 Os procedimentos administrativos e operacionais necessários ao exercício das atribuições e competências definidas no item 6.1 serão praticados pela Divisão de Licitações e Contratos, sem prejuízo da atuação de outras unidades quando houver necessidade.

7 DA VIGÊNCIA

7.1 O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços **será de 12 (doze) meses** a partir da data de sua publicação Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, sendo que durante este período a fornecedora deverá manter as condições de habilitação exigidas na licitação.

7.2 O prazo para assinatura da Ata de Registro de Preços é de 03 (três) dias úteis, contados da convocação formal do adjudicatário.

7.3 A critério da administração, o prazo para assinatura da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado, desde que ocorra motivo justificado, mediante solicitação formal do adjudicatário e aceito pela SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO.

7.4 A partir da vigência da Ata de Registro de Preços, o fornecedor se obriga a cumprir, na integra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeito, inclusive, as penalidades pelo descumprimento de qualquer de suas clausulas.

7.5 A Ata de Registro de Preços deverá ser assinada pelo representante legal do adjudicatário, mediante apresentação do contrato social ou documento que comprove os poderes para tal investidura e cédula de identidade do representante, caso esses documentos não constem dos autos do processo licitatório, e uma vez atendidas às exigências do subitem anterior.

8 DA EFICÁCIA

8.1 O presente Registro de Preços somente terá eficácia após publicação do respectivo extrato no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, na forma preconizada do parágrafo único do Art. 61, da Lei Federal n. 8666/93.

9 DAS REVISÕES DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1 A Ata de Registro de Preços poderá ser alterada nas hipóteses do art. 65, inciso II, da Lei n. 8.666/1993.

9.2 Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, a fornecedora poderá solicitar a revisão ou repactuação dos preços para manter o equilíbrio econômico-financeiro obtido na licitação, mediante a comprovação dos fatos previstos no art. 65, inciso II, alínea 'd', da Lei n. 8.666/1993, inclusive com demonstração em planilhas de custos.

9.3 Conforme o art. 3º da Lei n. 10.192/2001, poderá ser concedido o reajuste do preço registrado, a requerimento da fornecedora e depois de transcorrido um ano da data limite para apresentação da proposta atualizada do certame licitatório, de acordo com o índice de correção monetária geral ou setorial aplicável, neste caso o INPC-FGV.

9.4 Os pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro ou reajuste dos preços registrados, de que tratam os itens 9.2 e 9.3, passarão por análise contábil e jurídica, cabendo ao Gestor Municipal a decisão sobre o pedido.

9.5 Os preços registrados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado e pela Administração Pública, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro e o vigente.

9.6 Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado ou pela Administração Pública a Administração solicitará formalmente a fornecedora à redução do preço registrado, de forma a adequá-lo ao praticado no mercado.

9.7 Fracassada a negociação com o primeiro colocado, a SECRETARIA DE MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO poderá rescindir esta Ata e convocar, nos termos da legislação vigente e pelo preço do 1º (primeiro) colocado, as demais empresas classificadas, de acordo com a ordem de classificação obtida no certame, cabendo rescisão desta Ata de Registro de Preços e nova licitação em caso de fracasso na negociação.

9.8 Serão considerados compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo setor competente, na pesquisa de estimativa de preços.

9.9 Alterados os preços registrados, oriundos de revisão ou reajuste, os órgãos e entidades que utilizaram ou aderiram à Ata de Registro de Preços serão comunicados para que apliquem a revisão em seus contratos.

9.10 Nos preços registrados estão incluídas todas as despesas relativas ao objeto contratado (tributos, seguros, encargos sociais, eventuais instalações, etc.).

9.11 Os preços alterados oriundos de revisão ou reajuste deverão ser publicados no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso.

10 DO CANCELAMENTO OU SUSPENSÃO DO REGISTRO DE PREÇOS

10.1 A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado e a empresa se recusar a adequá-los; **b)** Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas. **c)** Se a fornecedora perder qualquer condição de habilitação ou qualificação técnica exigida no processo licitatório; **d)** Quando a fornecedora sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, ou no art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002. **e)** Quando a fornecedora requerer, desde que mediante justificativa comprovada e aceita pela Administração.

10.2 O cancelamento do registro nas hipóteses previstas, assegurado o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por decisão da SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO.

10.3 Ocorrendo cancelamento do preço registrado, a Fornecedora será informado formalmente, mediante publicação no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso.

10.4 A solicitação da Fornecedora para cancelamento dos preços registrados será analisado pela SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO.

10.5 Havendo o cancelamento do preço registrado, permanecerá o compromisso da garantia e assistência técnica dos itens entregues/serviços executados, anteriormente ao cancelamento.

10.6 Caso a SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO não se utilize da prerrogativa de cancelar a Ata de Registro de Preços, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que a Fornecedora cumpra integralmente a condição contratual infringida.

10.7 O cancelamento do registro de preços será comunicado aos órgãos e entidades que o utilizaram.

11 DISPOSIÇÕES DO CONTRATO ADMINISTRATIVO

11.1 As contratações serão formalizadas pelos órgãos e entidades participantes ou os que vierem a aderir, conforme disposto no artigo 62, da Lei 8.666/93;

11.2 Por tratar-se de Registro de Preços, os recursos financeiros para fazer face às despesas da contratação correrão por conta dos órgãos e entidade aderentes, cujo elemento de despesas e nota de empenho constarão nos respectivos contratos, observado as condições estabelecidas nesta Ata de Registro de Preço;

11.3 Comparecer quando convocado no prazo máximo de **03 (três) dias úteis**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar o instrumento equivalente, conforme o caso, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas nesta Ata.

11.4 Os valores dos contratos deverão ser autorizados pela Secretaria Municipal de Finanças, por meio de Ordem de Utilização da Ata, até o limite do valor registrado na Ata de Registro de Preço para o Órgão/Entidade Contratante.

12 DAS VEDAÇÕES

12.1 É vedado caucionar ou utilizar a ata decorrente do registro de preços para qualquer operação financeira sem a prévia e expressa autorização da Prefeitura Municipal de Juara.

12.2 É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93.

12.3 É vedada a prorrogação da Ata de Registro de Preços, além do limite de vigência legalmente estabelecido.

13 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1 As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e local de recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL e demais ANEXOS.

13.2 Mediante decisão escrita e devidamente fundamentada, esta Ata de Registro de Preços será anulada se ocorrer ilegalidade em seu processamento ou nas fases que lhe deu origem, e suspensa ou revogada por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta.

13.2.1 A anulação do procedimento licitatório afetará a Ata de Registro de Preços e o Contrato decorrente.

13.3 As condições desta Ata de Registro de Preços somam-se às obrigações das partes previstas no Edital e seus anexos, disponível no site Portal de Aquisições, no mesmo link onde é retirado o Edital.

13.4 Aos casos omissos aplicam-se as disposições constantes da Lei Federal n° 10.520/2002, da Lei n° 8.666/93 e demais normas pertinentes.

14 DO FORO

14.1 Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, será assinada pelas partes;

14.2 As partes contratantes elegem o foro de Juara-MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas da presente Ata de Registro de Preço, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Juara - MT, 10 de dezembro de 2018.

CARLOS AMADEU SIRENA

Prefeito do Município de Juara/MT

REALMED HOSPITALAR EIRELI - ME

CNPJ: 04.847.959/0001-18

Marcelo Gomes da Rocha - Procurador

CPF: 950.785.501-78 e RG: 4169642 SSP/GO

Promitente Fornecedor

ANEXO I

DOS ITENS E VALORES REGISTRADOS

Item	Guard.	Descrição	Quant.	Unidade	V. Unt.	V. Total	Marca
03	59063	**TUBO ENDOTRAQUEAL, POLIVINIL, 2,0**, RADIOPACO,PONTA ARREDONDADA,BALÃO PILOTO C/VÁLVULA, CONECTOR ADAPTÁVEL,SUPERFÍCIE LISA, BALÃO DE ALTO VOLUME E BAIXA PRESSÃO, DESCARTÁVEL, ESTÉRIL	50	Unidade	7,500	375,000	CPL
06	86334	**CONJUNTO DRENAGEM TÓRAX**, FRASCO PVC RÍGIDO TRANSPARENTE,TAMPA ROSCA C/3VIAS, CONECTOR DRENO-TUBO, 2.000 ML, GRADUAÇÃO DE 100 EM 100ML, TUBO EXTENSOR PVC C/ PINÇA CLAMP, **DRENO TÓRAX Nº36**, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL	30	Unidade	38,740	1.162,200	CPL
08	95159	**CATETER OXIGENOTERAPIA**, PVC FLEXÍVEL GRAU MÉDICO, TIPO ÓCULOS,PRONGA SILICONE CONTORNO ARREDONDADO, DESCARTÁVEL, ESTÉRIL, **INFANTIL**, A PROVA DE DEFORMAÇÃO E TORÇÃO,2,10M, CONECTOR UNIVERSAL	371	Unidade	9,900	3.672,900	GOODCOME
09	95160	**CATETER OXIGENOTERAPIA**, PVC FLEXÍVEL GRAU MÉDICO, TIPO ÓCULOS,PRONGA SILICONE CONTORNO ARREDONDADO, DESCARTÁVEL, ESTÉRIL, **NEONATAL**/INFANTIL, A PROVA DE DEFORMAÇÃO E TORÇÃO,2,10M, CONECTOR UNIVERSAL	231	Unidade	9,900	2.286,900	GOODCOME
10	95203	CONJUNTO DRENAGEM TÓRAX, FRASCO PVC RÍGIDO TRANSPARENTE,TAMPA ROSCA C/3VIAS, CONECTOR DRENO-TUBO, 1.500 ML, GRADUAÇÃO DE 100 EM 100ML, TUBO EXTENSOR PVC C/ PINÇA CLAMP, **DRENO TÓRAX Nº 28**, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL	50	Unidade	38,390	1.919,500	CPL
15	95422	**CATETER ASPIRAÇÃO TRAQUEAL,** PVC ATÓXICO FLEXÍVEL, DESCARTÁVEL, PONTA ATRAUMÁTICA, ORIFÍCIOS DISTAIS,LATERALIZADOS, ESTÉRIL, EMBALAGEM INDIVIDUAL, **Nº 10**, SILICONIZADA, COM VÁLVULA INTERMITENTE	400	Unidade	4,020	1.608,000	CPL
17	95424	**CATETER ASPIRAÇÃO TRAQUEAL**, PVC ATÓXICO FLEXÍVEL, DESCARTÁVEL, PONTA ATRAUMÁTICA, ORIFÍCIOS DISTAIS,LATERALIZADOS, ESTÉRIL, EMBALAGEM INDIVIDUAL, **Nº 14**, SILICONIZADA, COM VÁLVULA INTERMITENTE	150	Unidade	4,400	660,000	CPL
22	95429	**SONDA FOLEY 3 VIAS Nº. 14** - FÁCIL INSERÇÃO NO CANAL URETRAL, PROPORCIONANDO MAIOR CONFORTO AO PACIENTE, EMBALAGEM INDIVIDUAL, TIPO BLISTER, DE FÁCIL ABERTURA, EM PAPEL GRAU CIRURGICO, FAVORECENDO ABERTURA PÉTALA, FEITO DE LÁTEX DE BORRACHA 100% NATURAL, COM PONTA DISTAL TRAUMÁTICA, MODELO DE 2 VIAS, BALÃO RESISTENTE À ALTA PRESSÃO, FÁCIL INSUFLAÇÃO E ENCHIMENTO SIMÉTRICO, ATÓXICO E ESTERILIZADO EM ÓXIDO DE ETILENO.	210	Unidade	8,500	1.785,00	TOP MED
23	95430	**SONDA FOLEY 3 VIAS Nº. 18** - FÁCIL INSERÇÃO NO CANAL URETRAL, PROPORCIONANDO MAIOR CONFORTO AO PACIENTE, EMBALAGEM INDIVIDUAL, TIPO BLISTER, DE FÁCIL ABERTURA, EM PAPEL GRAU CIRURGICO, FAVORECENDO ABERTURA PÉTALA, FEITO DE LÁTEX DE BORRACHA 100% NATURAL, COM PONTA DISTAL TRAUMÁTICA, MODELO DE 2 VIAS, BALÃO RESISTENTE À ALTA PRESSÃO, FÁCIL INSUFLAÇÃO E ENCHIMENTO SIMÉTRICO, ATÓXICO E ESTERILIZADO EM ÓXIDO DE ETILENO.	220	Unidade	3,599	791,780	TOP MED
24	95431	**SONDA FOLEY 3 VIAS Nº. 20** - FÁCIL INSERÇÃO NO CANAL URETRAL, PROPORCIONANDO MAIOR CONFORTO AO PACIENTE, EMBALAGEM INDIVIDUAL, TIPO BLISTER, DE FÁCIL ABERTURA, EM PAPEL GRAU CIRURGICO, FAVORECENDO ABERTURA PÉTALA, FEITO DE LÁTEX DE BORRACHA 100% NATURAL, COM PONTA DISTAL TRAUMÁTICA, MODELO DE 2 VIAS, BALÃO RESISTENTE À ALTA PRESSÃO, FÁCIL INSUFLAÇÃO E ENCHIMENTO SIMÉTRICO, ATÓXICO E ESTERILIZADO EM ÓXIDO DE ETILENO.	230	Unidade	4,499	1.034,770	TOP MED
25	95432	**SONDA FOLEY 3 VIAS Nº. 22** - FÁCIL INSERÇÃO NO CANAL URETRAL, PROPORCIONANDO MAIOR CONFORTO AO PACIENTE, EMBALAGEM INDIVIDUAL, TIPO BLISTER, DE FÁCIL ABERTURA, EM PAPEL GRAU CIRURGICO, FAVORECENDO ABERTURA PÉTALA, FEITO DE LÁTEX DE BORRACHA 100% NATURAL, COM PONTA DISTAL TRAUMÁTICA, MODELO DE 2 VIAS, BALÃO RESISTENTE À ALTA PRESSÃO, FÁCIL INSUFLAÇÃO E ENCHIMENTO SIMÉTRICO, ATÓXICO E ESTERILIZADO EM ÓXIDO DE ETILENO.	220	Unidade	4,749	1.044,780	TOP MED
64	95747	**SONDA RETAL**, PVC-ATÓXICO, **Nº 10**, SILICONIZADA COM ORIFÍO ÚNICO DISTAL, CONEXÃO LÁTEX ADAPTÁVEL À FRASCOS SORO, DESCARTÁVEL,ESTÉRIL,APIROGÊNICA,EMB.INDIVIDUAL(MS)	100	Unidade	0,930	93,000	CPL

67	95751	**TUBO ENDOTRAQUEAL, POLIVINIL, 3,5**, RADIOPACO,PONTA ARREDONDADA,BALÃO PILOTO C/VÁLVULA, CONECTOR ADAPTÁVEL,SUPERFÍCIE LISA, BALÃO DE ALTO VOLUME E BAIXA PRESSÃO, DESCARTÁVEL, ESTÉRIL	40	Unidade	4,688	187,520	TOP MED
68	95752	**TUBO ENDOTRAQUEAL 5,0 MM**, PVC, OROTRAQUEAL/NASOTRAQUEAL, CURVA DE MARGILL, CONECTOR PADRÃO, GRADUADO, BALÃO DE ALTO VOLUME E BAIXA PRESSÃO, ORIFÍCIO MURPHY, MARCADOR RADIOPACO, GUIA DE POLIETILENO, DESCARTÁVEL, ESTÉRIL, EMBALAGEM INDIVIDUAL	50	Unidade	3,830	191,500	TOP MED
69	95753	**TUBO ENDOTRAQUEAL 4,5 MM**, PVC FLEXÍVEL TRANSPARENTE, ARREDONDADO, PONTA E OLHO DE MURPHY, CURVA DE MAGI, BALÃO DE ALTO VOLUME E BAIXA PRESSÃO, DESCARTÁVEL, ESTÉRIL	40	Unidade	4,990	199,600	TOP MED
70	95754	**TUBO ENDOTRAQUEAL 5,5 MM**, PVC, OROTRAQUEAL/NASOTRAQUEAL, CURVA DE MARGILL, CONECTOR PADRÃO, GRADUADO, BALÃO DE ALTO VOLUME E BAIXA PRESSÃO, ORIFÍCIO MURPHY, MARCADOR RADIOPACO, GUIA DE POLIETILENO, DESCARTÁVEL, ESTÉRIL, EMBALAGEM INDIVIDUAL	50	Unidade	3,820	191,000	TOP MED
71	95755	**TUBO ENDOTRAQUEAL 6,0 MM**, PVC, OROTRAQUEAL/NASOTRAQUEAL, CURVA DE MARGILL, CONECTOR PADRÃO, GRADUADO, BALÃO DE ALTO VOLUME E BAIXA PRESSÃO, ORIFÍCIO MURPHY, MARCADOR RADIOPACO, GUIA DE POLIETILENO, DESCARTÁVEL, ESTÉRIL, EMBALAGEM INDIVIDUAL	50	Unidade	3,828	191,400	TOP MED
74	95758	**TUBO ENDOTRAQUEAL, 7,5 MM**, PVC, OROTRAQUEAL/NASOTRAQUEAL, CURVA DE MARGILL, CONECTOR PADRÃO, GRADUADO, BALÃO DE ALTO VOLUME E BAIXA PRESSÃO, ORIFÍCIO MURPHY, MARCADOR RADIOPACO, GUIA DE POLIETILENO, DESCARTÁVEL, ESTÉRIL, EMBALAGEM INDIVIDUAL	300	Unidade	3,828	1.148,400	TOP MED
78	95763	**CÂNULA DE TRAQUEOSTOMIA**, POLÍMERO, RADIOPACO, CERCA DE **7,0 MM**, SUPERFÍCIE LISA PONTA ARREDONDADA, CONECTOR UNIVERSAL, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, EMBALAGEM INDIVIDUAL	20	Unidade	84,700	1.694,000	TOP MED
79	95764	**CÂNULA DE TRAQUEOSTOMIA**, POLÍMERO, RADIOPACO, CERCA DE **7,5 MM**, SUPERFÍCIE LISA PONTA ARREDONDADA, CONECTOR UNIVERSAL, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, EMBALAGEM INDIVIDUAL	20	Unidade	84,700	1.694,000	TOP MED
80	95765	**CÂNULA DE TRAQUEOSTOMIA**, POLÍMERO, RADIOPACO, CERCA DE **8,0 MM**, SUPERFÍCIE LISA PONTA ARREDONDADA, CONECTOR UNIVERSAL, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, EMBALAGEM INDIVIDUAL	20	Unidade	84,700	1.694,000	TOP MED
81	95766	**CÂNULA DE TRAQUEOSTOMIA,** POLÍMERO, RADIOPACO, CERCA DE **8,5 MM**, SUPERFÍCIE LISA PONTA ARREDONDADA, CONECTOR UNIVERSAL, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, EMBALAGEM INDIVIDUAL	20	Unidade	24,399	487,980	TOP MED
82	95770	**MICRONEBULIZADOR**, ADULTO E PEDIÁTRICO, MÁSCARA EM PVC ATÓXICO,COPO ADAPTÁVEL, EXTENSOR C/ CONEXÃO UNIVERSAL A REDE DE O2	200	Unidade	10,200	2.040,000	DARU
83	95772	**CATETER CENTRAL**, ESTÉRIL, USO ÚNICO, POLIURETANO, **DUPLO LÚMEN**, RADIOPACO, 7FR COM LUMENS 14G/18G, KIT C/ AGULHA INTRODUTORA E DILATADOR, CERCA DE 20 CM, FIO GUIA C/ SUPORTE, SERINGA, ÊMBOLO VAZADO E VALVULADO, ABA P/ SUTURA	80	Unidade	41,500	3.320,000	SMITHS MEDICAL
84	95855	**CÂNULA OROFARÍNGEA**, POLÍMERO, **TAMANHO Nº 0**, ESTÉRIL, EMBALAGEM INDIVIDUAL - GUEDELL	22	Unidade	3,500	77,000	ADVANTIVE
85	95856	**CÂNULA OROFARÍNGEA**, POLIURETANO FLEXÍVEL, **Nº 1**, GUEDEL	22	Unidade	2,469	54,318	ADVANTIVE
86	95857	**CÂNULA OROFARÍNGEA**, POLIURETANO FLEXÍVEL, **Nº 2**, GUEDEL	22	Unidade	2,469	54,318	ADVANTIVE
87	95858	**CÂNULA OROFARÍNGEA**, POLIURETANO FLEXÍVEL, **Nº 3**, GUEDEL	22	Unidade	2,460	54,120	ADVANTIVE
88	95859	**CÂNULA OROFARÍNGEA**, POLIURETANO FLEXÍVEL, **Nº 4**, GUEDEL	22	Unidade	2,460	54,120	ADVANTIVE
89	95860	**CÂNULA OROFARÍNGEA**, POLIURETANO FLEXÍVEL, **Nº 5**, GUEDEL	22	Unidade	2,770	60,940	ADVANTIVE
90	95861	**CÂNULA OROFARÍNGEA,** POLIURETANO FLEXÍVEL, **Nº 6,** GUEDEL	22	Unidade	3,399	74,778	ADVANTIVE
91	95864	**DRENO CIRÚRGICO**, DE SUCÇÃO CONTÍNUA, TB ASPIRAÇÃO E DRENAGEM - PVC ATÓXICO SILICONIZADO, TRANSPARENTE, FOLE SANFONADO COM ALÇA EM PVC, COM AGULHA EM AÇO INOX, **4,8 MM** (3/16"), DESCARTÁVEL, ESTÉRIL	10	Unidade	30,000	300,000	WILTEX
92	95865	**DRENO CIRÚRGICO**, DE SUCÇÃO CONTÍNUA, TB ASPIRAÇÃO E DRENAGEM - PVC ATÓXICO SILICONIZADO, TRANSPARENTE, FOLE SANFONADO COM ALÇA EM PVC, COM AGULHA EM AÇO INOX, **6,4 MM** (1/4"), DESCARTÁVEL, ESTÉRIL	10	Unidade	30,000	300,000	WILTEX
93	96797	**SONDA FOLEY 2 VIAS Nº. 08** - FÁCIL INSERÇÃO NO CANAL URETRAL, PROPORCIONANDO MAIOR CONFORTO AO PACIENTE, EMBALAGEM INDIVIDUAL, TIPO BLISTER, DE FÁCIL ABERTURA, EM PAPEL GRAU CIRURGICO, FAVORECENDO ABERTURA PÉTALA, FEITO DE LÁTEX DE BORRACHA 100% NATURAL, COM PONTA DISTAL TRAUMÁTICA, MODELO DE 2 VIAS, BALÃO RESISTENTE À ALTA PRESSÃO, FÁCIL INSUFLAÇÃO E ENCHIMENTO SIMÉTRICO, ATÓXICO E ESTERILIZADO EM ÓXIDO DE ETILENO.	200	Unidade	3,800	760,000	TOP MED
95	96803	**SONDA FOLEY 2 VIAS Nº. 12** - FÁCIL INSERÇÃO NO CANAL URETRAL, PROPORCIONANDO MAIOR CONFORTO AO PACIENTE, EMBALAGEM INDIVIDUAL, TIPO BLISTER, DE FÁCIL ABERTURA, EM PAPEL GRAU CIRURGICO, FAVORECENDO ABERTURA PÉTALA, FEITO DE LÁTEX DE BORRACHA 100% NATURAL, COM PONTA DISTAL TRAUMÁTICA, MODELO DE 2 VIAS, BALÃO RESISTENTE À ALTA PRESSÃO, FÁCIL INSUFLAÇÃO E ENCHIMENTO SIMÉTRICO, ATÓXICO E ESTERILIZADO EM ÓXIDO DE ETILENO.	320	Unidade	2,729	873,280	TOP MED
96	96811	**SONDA FOLEY 2 VIAS Nº. 14** - FÁCIL INSERÇÃO NO CANAL URETRAL, PROPORCIONANDO MAIOR CONFORTO AO PACIENTE, EMBALAGEM INDIVIDUAL, TIPO BLISTER, DE FÁCIL ABERTURA, EM PAPEL GRAU CIRURGICO, FAVORECENDO ABERTURA PÉTALA, FEITO DE LÁTEX DE BORRACHA 100% NATURAL, COM PONTA DISTAL TRAUMÁTICA, MODELO DE 2 VIAS, BALÃO RESISTENTE À ALTA PRESSÃO, FÁCIL INSUFLAÇÃO E ENCHIMENTO SIMÉTRICO, ATÓXICO E ESTERILIZADO EM ÓXIDO DE ETILENO.	330	Unidade	2,680	884,400	TOP MED
97	96815	**SONDA FOLEY 2 VIAS Nº. 16** - FÁCIL INSERÇÃO NO CANAL URETRAL, PROPORCIONANDO MAIOR CONFORTO AO PACIENTE, EMBALAGEM INDIVIDUAL, TIPO BLISTER, DE FÁCIL ABERTURA, EM PAPEL GRAU CIRURGICO, FAVORECENDO ABERTURA PÉTALA, FEITO DE LÁTEX DE BORRACHA 100% NATURAL, COM PONTA DISTAL TRAUMÁTICA, MODELO DE 2 VIAS, BALÃO RESISTENTE À ALTA PRESSÃO, FÁCIL INSUFLAÇÃO E ENCHIMENTO SIMÉTRICO, ATÓXICO E ESTERILIZADO EM ÓXIDO DE ETILENO.	1040	Unidade	2,689	2.796,560	TOP MED
98	96816	**ONDA FOLEY 2 VIAS Nº. 16** - FÁCIL INSERÇÃO NO CANAL URETRAL, PROPORCIONANDO MAIOR CONFORTO AO PACIENTE, EMBALAGEM INDIVIDUAL, TIPO BLISTER, DE FÁCIL ABERTURA, EM PAPEL GRAU CIRURGICO, FAVORECENDO ABERTURA PÉTALA, FEITO DE LÁTEX DE BORRACHA 100% NATURAL, COM PONTA DISTAL TRAUMÁTICA, MODELO DE 2 VIAS, BALÃO RESISTENTE À ALTA PRESSÃO, FÁCIL INSUFLAÇÃO E ENCHIMENTO SIMÉTRICO, ATÓXICO E ESTERILIZADO EM ÓXIDO DE ETILENO.	220	Unidade	2,880	633,600	TOP MED
99	96817	**SONDA FOLEY 2 VIAS Nº. 18** - FÁCIL INSERÇÃO NO CANAL URETRAL, PROPORCIONANDO MAIOR CONFORTO AO PACIENTE, EMBALAGEM INDIVIDUAL, TIPO BLISTER, DE FÁCIL ABERTURA, EM PAPEL GRAU CIRURGICO, FAVORECENDO ABERTURA PÉTALA, FEITO DE LÁTEX DE BORRACHA 100% NATURAL, COM PONTA DISTAL TRAUMÁTICA, MODELO DE 2 VIAS, BALÃO RESISTENTE À ALTA PRESSÃO, FÁCIL INSUFLAÇÃO E ENCHIMENTO SIMÉTRICO, ATÓXICO E ESTERILIZADO EM ÓXIDO DE ETILENO.	940	Unidade	2,749	2.584,060	TOP MED

100	**96818**	**SONDA FOLEY 2 VIAS Nº. 20** - FÁCIL INSERÇÃO NO CANAL URETRAL, PROPORCIONANDO MAIOR CONFORTO AO PACIENTE, EMBALAGEM INDIVIDUAL, TIPO BLISTER, DE FÁCIL ABERTURA, EM PAPEL GRAU CIRURGICO, FAVORECENDO ABERTURA PÉTALA, FEITO DE LÁTEX DE BORRACHA 100% NATURAL, COM PONTA DISTAL TRAUMÁTICA, MODELO DE 2 VIAS, BALÃO RESISTENTE À ALTA PRESSÃO, FÁCIL INSUFLAÇÃO E ENCHIMENTO SIMÉTRICO, ATÓXICO E ESTERILIZADO EM ÓXIDO DE ETILENO.	**590**	**Unidade**	2,789	1.645,510	TOP MED
101	**96819**	**SONDA FOLEY 2 VIAS Nº. 22** - FÁCIL INSERÇÃO NO CANAL URETRAL, PROPORCIONANDO MAIOR CONFORTO AO PACIENTE, EMBALAGEM INDIVIDUAL, TIPO BLISTER, DE FÁCIL ABERTURA, EM PAPEL GRAU CIRURGICO, FAVORECENDO ABERTURA PÉTALA, FEITO DE LÁTEX DE BORRACHA 100% NATURAL, COM PONTA DISTAL TRAUMÁTICA, MODELO DE 2 VIAS, BALÃO RESISTENTE À ALTA PRESSÃO, FÁCIL INSUFLAÇÃO E ENCHIMENTO SIMÉTRICO, ATÓXICO E ESTERILIZADO EM ÓXIDO DE ETILENO.	**540**	**Unidade**	2,689	1.452,060	TOP MED
102	**96820**	**SONDA FOLEY 2 VIAS Nº. 24** - FÁCIL INSERÇÃO NO CANAL URETRAL, PROPORCIONANDO MAIOR CONFORTO AO PACIENTE, EMBALAGEM INDIVIDUAL, TIPO BLISTER, DE FÁCIL ABERTURA, EM PAPEL GRAU CIRURGICO, FAVORECENDO ABERTURA PÉTALA, FEITO DE LÁTEX DE BORRACHA 100% NATURAL, COM PONTA DISTAL TRAUMÁTICA, MODELO DE 2 VIAS, BALÃO RESISTENTE À ALTA PRESSÃO, FÁCIL INSUFLAÇÃO E ENCHIMENTO SIMÉTRICO, ATÓXICO E ESTERILIZADO EM ÓXIDO DE ETILENO.	**270**	**Unidade**	2,670	720,900	TOP MED
103	**96874**	**SONDA NUTRIENTERL DUBOF N.º 12** - SONDA TRATO DIGESTIVO, NASOENTERAL, POLIURETANO N.º 12, CERCA DE 120 CM, CONECTOR EM Y C/TAMPA, GRADUADA, PONTA DISTAL FECHADA, C/ORIFICIOS LATERAIS, C/FIO GUIA, PESO METALICO, RADIOPACA, ESTERIL, DESCARTAVEL, EMBALAGEM INDIVIDUAL.	**200**	**Unidade**	18,599	3.719,800	CPL
104	**102103**	CONJUNTO DRENAGEM TÓRAX, FRASCO PVC RÍGIDO TRANSPARENTE,TAMPA ROSCA C/3VIAS, CONECTOR DRENO-TUBO, 1.500 ML, GRADUAÇÃO DE 100 EM 100ML, TUBO EXTENSOR PVC C/ PINÇA CLAMP, **DRENO TÓRAX Nº 14**, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL	**20**	**Unidade**	64,690	1.293,800	CPL
105	**102105**	CONJUNTO DRENAGEM TÓRAX, FRASCO PVC RÍGIDO TRANSPARENTE,TAMPA ROSCA C/3VIAS, CONECTOR DRENO-TUBO, 1.500 ML, GRADUAÇÃO DE 100 EM 100ML, TUBO EXTENSOR PVC C/ PINÇA CLAMP, **DRENO TÓRAX Nº 22**, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL	**40**	**Unidade**	62,340	2.493,600	CPL
107	**102109**	CONJUNTO DRENAGEM TÓRAX, FRASCO PVC RÍGIDO TRANSPARENTE,TAMPA ROSCA C/3VIAS, CONECTOR DRENO-TUBO, 2.000 ML, GRADUAÇÃO DE 100 EM 100ML, TUBO EXTENSOR PVC C/ PINÇA CLAMP, **DRENO TÓRAX Nº38**, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL	**20**	**Unidade**	61,840	1.236,800	CPL
109	**107820**	**CATETER UMBILICAL MONO LUMEN 4 FR** - CATETER PARA SER INSERIDO NA ARTERIA UMBILICAL DOS RECEM-NASCIDOS CRITICAMENTE DOENTES INTERNADOS EM UNIDADE DE TERAPIA INTENSIVA NEONATAL; USADO PARA EXTRACOES DE AMOSTRAS DE SANGUE PARA LABORATORIO E EM PACIENTES COM INCOMPATIBILIDADE SANGUINEA QUE REQUEREM TRATAMENTO EXSANGUINEO TRANSFUSAO; EM POLIURETANO RADIOPACO; MARCADO CADA CENTIMETRO DESDE OS 4 CM ATR OS 24 CM; EXTREMO ABERTO E ARREDONDADO; NO SEU EXTREMO PROXIMAL HA UM PLUG ADAPTADOR LUER LOCK.	**30**	**Unidade**	24,130	723,900	VITAGOLD
110	**107821**	**CATETER UMBILICAL MONO LUMEN 6 FR** - CATETER PARA SER INSERIDO NA ARTERIA UMBILICAL DOS RECEM-NASCIDOS CRITICAMENTE DOENTES INTERNADOS EM UNIDADE DE TERAPIA INTENSIVA NEONATAL; USADO PARA EXTRACOES DE AMOSTRAS DE SANGUE PARA LABORATORIO E EM PACIENTES COM INCOMPATIBILIDADE SANGUINEA QUE REQUEREM TRATAMENTO EXSANGUINEO TRANSFUSAO; EM POLIURETANO RADIOPACO; MARCADO CADA CENTIMETRO DESDE OS 4 CM ATR OS 24 CM; EXTREMO ABERTO E ARREDONDADO; NO SEU EXTREMO PROXIMAL HA UM PLUG ADAPTADOR LUER LOCK.	**30**	**Unidade**	24,130	723,900	VITAGOLD
Valor Total Registrado: R$ 53.044,994 (cinqüenta e três mil. quarenta e quatro reais e novecentos e noventa e quatro milésimos de centavos).								

Juara/MT, em 10 de dezembro de 2018.

CARLOS AMADEU SIRENA

Prefeito do Município

REALMED HOSPITALAR EIRELI - ME

CNPJ: 04.847.959/0001-18

Marcelo Gomes da Rocha - Procurador

CPF: 950.785.501-78 e RG: 4169642 SSP/GO

Promitente Fornecedor

TERMO DE APOSTILAMENTO APOSTILAMENTO N.º 01 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 167/2018 PROCESSO LICITATÓRIO: TOMADA DE PREÇOS N.º 002/2018

Trata o presente do 1º Termo de Apostilamento ao Contrato Administrativo n.º 167/2018, firmado entre o município de Juara, Estado de Mato Grosso e a empresa **AGRIMAT ENGENHARIA E EMPREENDIMENTOS LTDA**, de acordo com o constante nos autos, em observância às normas legais aplicáveis, às quais as partes sujeitam-se a cumprir.

CLÁUSULA PRIMEIRA

1.1. O presente apostilamento tem como objeto a readequação de dotação orçamentária dos valores do contrato em epígrafe com efeitos a partir de 30.10.2018.

CLÁUSULA SEGUNDA

2.1. A apostila, como instrumento próprio para formalização de readequações contratuais, está prevista no §8º do Artigo 65 da Lei Federal n.º 8. 666/93:

Art. 65 (...)

§8º A variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços previsto no próprio contrato, as atualizações, compensações ou penalizações financeiras decorrentes das condições de pagamento nele previstas, bem como o empenho das dotações orçamentárias suplementares até o limite do seu valor corrigido, não caracterizam alterações do mesmo, podendo ser registrado por simples apostila, dispensando a celebração de aditamento.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS VALORES READEQUADOS

3.1. Em vista da presente readequação de dotação orçamentária do contrato, onde o valor de R$ 46.273,10, passará a ser empenhado em fonte ordinária do município à título de contrapartida.

CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes do presente apostilamento, correrão à conta dos créditos orçamentários destinados à Secretaria Municipal de Cidade, para o exercício financeiro de 2018 sob as seguintes classificações orçamentárias:

Fonte de Recursos: Recursos Ordinários

Código Reduzido: 159

Valor R$ 46.273,10

4.1. As despesas dos exercícios subseqüentes correrão à conta da Dotação Orçamentária consignada para essa atividade no respectivo exercício, ficando condicionada à previsão na LOA e à disponibilidade suficiente de caixa, de acordo com o artigo 42, da Lei Complementar n.º 101/05/2000.

CLÁUSULA QUINTA - DA RATIFICAÇÃO DAS DEMAIS CLÁUSULAS CONTRATUAIS

5.1. Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato não atingidas pelo presente Termo de Apostilamento.

O presente Termo de Apostilamento segue assinado pelo Ordenador de Despesas do município, bem como pela contratada.

Juara/MT, em 31 de outubro de 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUARA/MT

CARLOS AMADEU SIRENA

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

AGRIMAT ENGENHARIA E EMPREENDIMENTOS LTDA

CNPJ: 07.095.509/0001-04

Sr. Alexandre Uecker - Representante Legal

CPF/MF sob o n.º 020.231.180-50

CONTRATADA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 056/2018 ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°. 056/2018 ORIGEM: PREGÃO ELETRÔNICO N°. 076/2018 ASSINATURA: 10 DE DEZEMBRO DE 2018. VALIDADE: 10 DE DEZEMBRO DE 2019.

Pelo presente instrumento, A PREFEITURA MUNICIPAL DE JUARA – ESTADO DE MATO GROSSO, inscrita com o CNPJ sob o **15.072.663/0001-99**, com sede administrativa na Rua Niterói, 81N, Centro, na cidade de Juara-MT, neste ato representada pelo Prefeito Municipal o **Sr. Carlos Amadeu Sirena**, brasileiro, casado, empresário, Prefeita Municipal Interino, portador da Cédula de Identidade n.º **2.181.389-3 SSP/MT** e inscrito no **CPF/MF** sob o n.º **578.160.189-91**, residente e domiciliado neste município de Juara/MT, RESOLVE REGISTRAR OS PREÇOS da empresa abaixo relacionada, nas quantidades estimadas e indicadas abaixo, de acordo com a classificação obtida em cada item, atendendo as condições, as especificações técnicas e as propostas oferecidas na licitação regulamentada pelo edital do PREGÃO PRESENCIAL nº 076/2018 e anexos, do tipo MENOR VALOR POR ITEM, independentemente de transcrições, constituindo esta ATA DE REGISTRO DE PREÇOS documento vinculativo e obrigacional às partes.

EMPRESA	CMC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - ME
CNPJ	**13.470.384/0001-58**
ENDEREÇO	Avenida Zoroastro Artiaga, Qd. 09, Lt. 47 - Vila Cruzeiro do Sul - CEP: 74.917-196 - Aparecida de Goiânia/GO.
REPRESENTANTE:	*Nome: Camile Prado de Azevedo Vieira - Sócia Proprietária* *CPF: 863.011.871-72* *RG: 377571-0 2ª Via, SSP/GO*
CONTATO (FONE)	*(62) 3942-7141*
E-MAIL:	*licitacao@cmchospitalar.com.br;vendascmchospitalar@hotmail.com*

Sujeitam-se as partes às normas constantes da Constituição Federal de 1988, nos Decretos Estaduais: n° 840/2017, n° 7.218/2006, e nº 8.199/2006, Decretos Federais: nº 5.450/2005 e nº 7.892/2013, Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, Lei Estadual nº 7.696/2002, Lei Federal nº 10.520/2002, Lei Complementar nº 10.442/2016 e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, sem prejuízo de outras normas aplicáveis.

1 CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1. O presente instrumento tem como objeto a "**Registro de Preços para Futura e Eventual Aquisição de Materiais de Expediente Hospitalar (Cânulas e Sondas) em Atendimento a Secretaria Municipal de Saúde,**conforme especificações e condições técnicas constantes neste edital e em seus anexos**.**

1.1 A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do Registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

1.2 Este instrumento guarda inteira conformidade com os termos do Edital de Pregão n. 076/2018 e seus Anexos, do qual é parte integrante e complementar, vinculando-se, ainda à proposta do Fornecedor Registrado.

2 DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS.

2.1 Os preços registrados, as especificações do objeto, as quantidades, o fornecedor e as demais condições ofertadas nas propostas são as que seguem no Anexo I, deste instrumento.

2.2 O preço unitário de cada lote englobará todas as despesas relativas ao objeto compromisso, bem como os respectivos custos diretos e indiretos, incluindo seguro, tributos, remunerações, despesas fiscais e financeiras, benefícios e despesas indiretas (BDI), transporte, todas as taxas, impostos e quaisquer outras necessárias ao cumprimento do objeto deste registro, de modo que nenhuma reivindicação adicional de pagamento ou reajustamento de preços será considerada por tais razões,inclusive instalação dos equipamentos.

3 DA EXPECTATIVA DE FORNECIMENTO

3.1 Esta Ata de Registro de Preço, não gera a obrigação ao órgão participante do Registro de Preços, de contratar, possuindo característica de futura e eventual contratação de acordo com os preços, fornecedores beneficiários e condições relacionadas na licitação e propostas apresentadas.

3.2 Considera-se participante da Ata de Registro de Preços a Secretaria Municipal de Saúde - SMS.

3.3 Órgãos/Entidades do Poder Executivo Municipal não participantes e demais adesos (na forma de Adesão Carona) na forma prevista no Decreto federal nº 7.892/2013 e Decreto estadual nº. 840/2017 e alterações.

3.4 A utilização dos quantitativos registrados nesta Ata, pelo órgão participante, será restrita ao quantitativo informado no edital.

4 DA FORMA DE EXECUÇÃO

4.1 A Fornecedora deverá realizar a entrega dos produtos para atender as necessidades dos órgãos adesos conforme especificado no edital e seus anexos, no termo de referência e na proposta de preços.

4.2 Após a publicação desta Ata no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso ou no Jornal Oficial dos Municípios, as empresas registradas ficam obrigadas a atender todos os pedidos feitos pelos órgãos participantes.

5 DAS ADESÕES DOS ÓRGÃOS NÃO PARTICIPANTES – ADESÃO CARONA

5.1 Esta Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão/entidade da administração pública, não participante do registro, que manifeste o interesse junto ao Órgão Gerenciador – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, desde que sejam cumpridas as seguintes condições:

5.1.1 A Ata ainda esteja vigente e não tenha esgotado o quantitativo registrado;

5.1.2 O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem;

5.1.3 O pedido de adesão carona seja instruído com os seguintes documentos:

a) Solicitação formal de utilização, com a indicação dos produtos ou serviços e quantitativos demandados; **b)** Comprovação mediante documentação idônea, pelo órgão ou entidade solicitante, da vantagem da respectiva adesão; **c)** Comprovação da concordância da empresa registrada em fornecer os produtos ou prestar os serviços registrados, sem prejuízo ao cumprimento das obrigações pactuadas com os órgãos e entidades participantes, independente da utilização ou não do quantitativo registrado;

5.2 O órgão ou entidade não participante, interessado na adesão carona, deverá encaminhar a solicitação à Coordenadoria Municipal de Licitações e Contratos por ofício assinado pelo seu representante, com todos os documentos indicados no item anterior.

5.3 Caberá ao fornecedor beneficiário desta Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que não prejudique as obrigações assumidas com o participante desta Ata.

5.4 Cumprida as exigências para a adesão carona, a SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, por seu Secretário Municipal ou o próprio Gestor Municipal ou outra autoridade a quem os poderes tenham sido delegados, emitirá a respectiva autorização formal.

5.5 A autorização de adesão carona terá validade de 90 (noventa) dias, findo o qual será necessária nova autorização, atendidas todas as condições exigidas anteriormente.

5.6 Caso o órgão ou entidade não possua mais interesse na adesão autorizada, deverá enviar à SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO cópia da autorização e do pedido de cancelamento, com indicação do número autorizado.

5.7 É de exclusiva responsabilidade do órgão ou entidade carona o controle sobre a execução e fiscalização contratual, inclusive quanto ao pagamento e aplicação de sanções, observada a legislação aplicável, a ampla defesa e o contraditório, informando à SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO as eventuais sanções aplicadas.

5.8 As contratações decorrentes de adesão carona a esta Ata de Registro de Preços não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) do quantitativo registrado.

6 DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1 O gerenciamento desta Ata caberá a SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, competindo-lhe, ainda:

a) Conduzir eventuais renegociações dos preços registrados; **b)** Coordenar as formalidades e fiscalizar o cumprimento da Ata de acordo com as condições ajustadas no edital e anexos; **c)** Aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as sanções decorrentes de descumprimento da Ata de Registro de Preços; **d)** Autorizar a adesão de órgãos e entidades não participantes deste Registro de Preços; **e)** Promover a publicação desta Ata, após assinatura das empresas vencedoras da licitação, de acordo com a ordem de classificação, e da autoridade competente municipal; **f)** Arquivar a Ata de Registro de Preços em pasta própria e disponibilizá-la em meio eletrônico.

6.2 Todas as eventuais alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a Ata de Registro de Preços, exceto quanto ao apostilamento do reajuste.

6.3 Os procedimentos administrativos e operacionais necessários ao exercício das atribuições e competências definidas no item 6.1 serão praticados pela Divisão de Licitações e Contratos, sem prejuízo da atuação de outras unidades quando houver necessidade.

7 DA VIGÊNCIA

7.1 O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços **será de 12 (doze) meses** a partir da data de sua publicação Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, sendo que durante este período a fornecedora deverá manter as condições de habilitação exigidas na licitação.

7.2 O prazo para assinatura da Ata de Registro de Preços é de 03 (três) dias úteis, contados da convocação formal do adjudicatário.

7.3 A critério da administração, o prazo para assinatura da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado, desde que ocorra motivo justificado, mediante solicitação formal do adjudicatário e aceito pela SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO.

7.4 A partir da vigência da Ata de Registro de Preços, o fornecedor se obriga a cumprir, na integra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeito, inclusive, as penalidades pelo descumprimento de qualquer de suas clausulas.

7.5 A Ata de Registro de Preços deverá ser assinada pelo representante legal do adjudicatário, mediante apresentação do contrato social ou documento que comprove os poderes para tal investidura e cédula de identidade do representante, caso esses documentos não constem dos autos do processo licitatório, e uma vez atendidas às exigências do subitem anterior.

8 DA EFICÁCIA

8.1 O presente Registro de Preços somente terá eficácia após publicação do respectivo extrato no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, na forma preconizada do parágrafo único do Art. 61, da Lei Federal n. 8666/93.

9 DAS REVISÕES DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1 A Ata de Registro de Preços poderá ser alterada nas hipóteses do art. 65, inciso II, da Lei n. 8.666/1993.

9.2 Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, a fornecedora poderá solicitar a revisão ou repactuação dos preços para manter o equilíbrio econômico-financeiro obtido na licitação, mediante a comprovação dos fatos previstos no art. 65, inciso II, alínea 'd', da Lei n. 8.666/1993, inclusive com demonstração em planilhas de custos.

9.3 Conforme o art. 3º da Lei n. 10.192/2001, poderá ser concedido o reajuste do preço registrado, a requerimento da fornecedora e depois de transcorrido um ano da data limite para apresentação da proposta atualizada do certame licitatório, de acordo com o índice de correção monetária geral ou setorial aplicável, neste caso o INPC-FGV.

9.4 Os pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro ou reajuste dos preços registrados, de que tratam os itens 9.2 e 9.3, passarão por análise contábil e jurídica, cabendo ao Gestor Municipal a decisão sobre o pedido.

9.5 Os preços registrados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado e pela Administração Pública, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro e o vigente.

9.6 Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado ou pela Administração Pública a Administração solicitará formalmente a fornecedora à redução do preço registrado, de forma a adequá-lo ao praticado no mercado.

9.7 Fracassada a negociação com o primeiro colocado, a SECRETARIA DE MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO poderá rescindir esta Ata e convocar, nos termos da legislação vigente e pelo preço do 1º (primeiro) colocado, as demais empresas classificadas, de acordo com a ordem de classificação obtida no certame, cabendo rescisão desta Ata de Registro de Preços e nova licitação em caso de fracasso na negociação.

9.8 Serão considerados compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo setor competente, na pesquisa de estimativa de preços.

9.9 Alterados os preços registrados, oriundos de revisão ou reajuste, os órgãos e entidades que utilizaram ou aderiram à Ata de Registro de Preços serão comunicados para que apliquem a revisão em seus contratos.

9.10 Nos preços registrados estão incluídas todas as despesas relativas ao objeto contratado (tributos, seguros, encargos sociais, eventuais instalações, etc.).

9.11 Os preços alterados oriundos de revisão ou reajuste deverão ser publicados no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso.

10 DO CANCELAMENTO OU SUSPENSÃO DO REGISTRO DE PREÇOS

10.1 A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado e a empresa se recusar a adequá-los; **b)** Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas. **c)** Se a fornecedora perder qualquer condição de habilitação ou qualificação técnica exigida no processo licitatório; **d)** Quando a fornecedora sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, ou no art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002. **e)** Quando a fornecedora requerer, desde que mediante justificativa comprovada e aceita pela Administração.

10.2 O cancelamento do registro nas hipóteses previstas, assegurado o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por decisão da SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO.

10.3 Ocorrendo cancelamento do preço registrado, a Fornecedora será informado formalmente, mediante publicação no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso.

10.4 A solicitação da Fornecedora para cancelamento dos preços registrados será analisado pela SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO.

10.5 Havendo o cancelamento do preço registrado, permanecerá o compromisso da garantia e assistência técnica dos itens entregues/serviços executados, anteriormente ao cancelamento.

10.6 Caso a SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO não se utilize da prerrogativa de cancelar a Ata de Registro de Preços, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que a Fornecedora cumpra integralmente a condição contratual infringida.

10.7 O cancelamento do registro de preços será comunicado aos órgãos e entidades que o utilizaram.

11 DISPOSIÇÕES DO CONTRATO ADMINISTRATIVO

11.1 As contratações serão formalizadas pelos órgãos e entidades participantes ou os que vierem a aderir, conforme disposto no artigo 62, da Lei 8.666/93;

11.2 Por tratar-se de Registro de Preços, os recursos financeiros para fazer face às despesas da contratação correrão por conta dos órgãos e entidade aderentes, cujo elemento de despesas e nota de empenho constarão nos respectivos contratos, observado as condições estabelecidas nesta Ata de Registro de Preço;

11.3 Comparecer quando convocado no prazo máximo de **03 (três) dias úteis**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar o instrumento equivalente, conforme o caso, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas nesta Ata.

11.4 Os valores dos contratos deverão ser autorizados pela Secretaria Municipal de Finanças, por meio de Ordem de Utilização da Ata, até o limite do valor registrado na Ata de Registro de Preço para o Órgão/Entidade Contratante.

12 DAS VEDAÇÕES

12.1 É vedado caucionar ou utilizar a ata decorrente do registro de preços para qualquer operação financeira sem a prévia e expressa autorização da Prefeitura Municipal de Juara.

12.2 É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93.

12.3 É vedada a prorrogação da Ata de Registro de Preços, além do limite de vigência legalmente estabelecido.

13 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1 As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e local de recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL e demais ANEXOS.

13.2 Mediante decisão escrita e devidamente fundamentada, esta Ata de Registro de Preços será anulada se ocorrer ilegalidade em seu processamento ou nas fases que lhe deu origem, e suspensa ou revogada por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta.

13.2.1 A anulação do procedimento licitatório afetará a Ata de Registro de Preços e o Contrato decorrente.

13.3 As condições desta Ata de Registro de Preços somam-se às obrigações das partes previstas no Edital e seus anexos, disponível no site Portal de Aquisições, no mesmo link onde é retirado o Edital.

13.4 Aos casos omissos aplicam-se as disposições constantes da Lei Federal n° 10.520/2002, da Lei n° 8.666/93 e demais normas pertinentes.

14 DO FORO

14.1 Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, será assinada pelas partes;

14.2 As partes contratantes elegem o foro de Juara-MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas da presente Ata de Registro de Preço, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Juara - MT, 10 de dezembro de 2018.

CARLOS AMADEU SIRENA

Prefeito do Município de Juara/MT

CMC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - ME

CNPJ: 13.470.384/0001-58

Camile Prado de Azevedo Vieira - Sócia Proprietária

RG: 377571-0 2ª Via, SSP/GO e CPF: 863.011.871-72

Promitente Fornecedora

ANEXO I

DOS ITENS E VALORES REGISTRADOS

Item	Guard.	Descrição	Quant.	Unidade	V. Unt.	V. Total	Marca
01	8428	**TUBO ENDOTRAQUEAL, POLIVINIL, 2,5**, RADIOPACO,PONTA ARREDONDADA,BALÃO PILOTO C/VÁLVULA, CONECTOR ADAPTÁVEL,SUPERFÍCIE LISA, BALÃO DE ALTO VOLUME E BAIXA PRESSÃO, DESCARTÁVEL, ESTÉRIL	40	Unidade	4,861	194,440	TOP MED
02	11444	**SONDA NASOGÁSTRICA (CURTA)**, PVC FLEXÍVEL, C/ORIFÍCIO NA EXTREMIDADE DISTAL, **Nº18** ATÓXICA,ATRAUMÁTICA,ESTÉRIL E DESCARTÁVEL, SILICONIZADA, EMBALAGEM INDIVIDUAL (MS)	200	Unidade	0,940	188,000	BIOBASE
04	72722	**SONDA NASOGÁSTRICA (CURTA)**, PVC FLEXÍVEL, C/ORIFÍCIO NA EXTREMIDADE DISTAL, **Nº16**, ATÓXICA,ATRAUMÁTICA,ESTÉRIL E DESCARTÁVEL, SILICONIZADA, EMBALAGEM INDIVIDUAL (MS)	200	Unidade	0,790	158,00	BIOBASE
05	72724	**SONDA NASOGÁSTRICA (CURTA)**, PVC FLEXÍVEL, CURTA, C/ORIFÍCIO NA EXTREMIDADE DISTAL, **Nº20**, ATÓXICA,ATRAUMÁTICA,ESTÉRIL E DESCARTÁVEL, SILICONIZADA, EMBALAGEM INDIVIDUAL (MS)	200	Unidade	0,796	159,200	BIOBASE
07	95158	**CATETER OXIGENOTERAPIA,** PVC FLEXÍVEL GRAU MÉDICO, TIPO ÓCULOS,PRONGA SILICONE CONTORNO ARREDONDADO, DESCARTÁVEL, ESTÉRIL, **ADULTO**, À PROVA DE DEFORMAÇÃO E TORÇÃO,2,10M, CONECTOR UNIVERSAL	1721	Unidade	1,1200	1.927,520	BIOBASE
12	95419	**CATETER ASPIRACAO TRAQUEAL,** PVC ATÓXICO FLEXÍVEL, DESCARTÁVEL, PONTA ATRAUMÁTICA, ORIFÍCIOS DISTAIS LATERALIZADOS, ESTÉRIL, EMBALAGEM INDIVIDUAL, **Nº 4**, SILICONIZADA, COM VÁLVULA INTERMITENTE	200	Unidade	0,630	126,000	MEDSONDA
13	95420	**CATETER ASPIRAÇÃO TRAQUEA**L, PVC ATÓXICO FLEXÍVEL, DESCARTÁVEL, PONTA ATRAUMÁTICA, ORIFÍCIOS DISTAIS LATERALIZADOS, ESTÉRIL, EMBALAGEM INDIVIDUAL, **Nº 6**, SILICONIZADA, COM VÁLVULA INTERMITENTE	300	Unidade	0,750	225,000	MEDSONDA
14	95421	**CATETER ASPIRAÇÃO TRAQUEAL,** PVC ATÓXICO FLEXÍVEL, DESCARTÁVEL, PONTA ATRAUMÁTICA, ORIFÍCIOS DISTAIS LATERALIZADOS, ESTÉRIL, EMBALAGEM INDIVIDUAL, **Nº 8**, SILICONIZADA, COM VÁLVULA INTERMITENTE	700	Unidade	0,690	483,000	MEDSONDA
16	95423	**CATETER ASPIRAÇÃO TRAQUEAL**, PVC ATÓXICO FLEXÍVEL, DESCARTÁVEL, PONTA ATRAUMÁTICA, ORIFÍCIOS DISTAIS LATERALIZADOS, ESTÉRIL, EMBALAGEM INDIVIDUAL, **Nº 12**, SILICONIZADA, COM VÁLVULA INTERMITENTE	250	Unidade	0,765	191,250	MEDSONDA
18	95425	**CATETER ASPIRAÇÃO TRAQUEAL**, PVC ATÓXICO FLEXÍVEL, DESCARTÁVEL, PONTA ATRAUMÁTICA, ORIFÍCIOS DISTAIS LATERALIZADOS, ESTÉRIL, EMBALAGEM INDIVIDUAL, **Nº 16,** SILICONIZADA, COM VÁLVULA INTERMITENTE	150	Unidade	0,819	122,850	MEDSONDA

19	95426	**CATETER ASPIRAÇÃO TRAQUEAL**, PVC ATÓXICO FLEXÍVEL, DESCARTÁVEL, PONTA ATRAUMÁTICA, ORIFÍCIOS DISTAIS LATERALIZADOS, ESTÉRIL, EMBALAGEM INDIVIDUAL, **Nº 18**, SILICONIZADA, COM VÁLVULA INTERMITENTE	**150**	**Unidade**	0,937	140,550	MEDSONDA
20	95427	**CATETER ASPIRAÇÃO TRAQUEAL**, PVC ATÓXICO FLEXÍVEL, DESCARTÁVEL, PONTA ATRAUMÁTICA, ORIFÍCIOS DISTAIS LATERALIZADOS, ESTÉRIL, EMBALAGEM INDIVIDUAL, **N° 20**, SILICONIZADA, COM VÁLVULA INTERMITENTE	**150**	**Unidade**	0,996	149,400	MEDSONDA
21	95428	**CATETER ASPIRAÇÃO TRAQUEAL**, PVC ATÓXICO FLEXÍVEL, DESCARTÁVEL, PONTA ATRAUMÁTICA, ORIFÍCIOS DISTAIS LATERALIZADOS, ESTÉRIL, EMBALAGEM INDIVIDUAL, **Nº 22**, SILICONIZADA, COM VÁLVULA INTERMITENTE	**50**	**Unidade**	1,059	52,950	BIOBASE
26	95433	**SONDA FOLEY 3 VIAS Nº. 24** - FÁCIL INSERÇÃO NO CANAL URETRAL, PROPORCIONANDO MAIOR CONFORTO AO PACIENTE, EMBALAGEM INDIVIDUAL, TIPO BLISTER, DE FÁCIL ABERTURA, EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO, FAVORECENDO ABERTURA PÉTALA, FEITO DE LÁTEX DE BORRACHA 100% NATURAL, COM PONTA DISTAL TRAUMÁTICA, MODELO DE 2 VIAS, BALÃO RESISTENTE À ALTA PRESSÃO, FÁCIL INSUFLAÇÃO E ENCHIMENTO SIMÉTRICO, ATÓXICO E ESTERILIZADO EM ÓXIDO DE ETILENO.	**210**	**Unidade**	4,050	850,500	ADVANTIVE
27	95434	**SONDA RETAL**, PVC-ATÓXICO, **Nº 12**, SILICONIZADA COM ORIFÍCIO ÚNICO DISTAL, CONEXÃO LÁTEX ADAPTÁVEL À FRASCOS SORO, DESCARTÁVEL,ESTÉRIL,APIROGÊNICA,EMB.INDIVIDUAL(MS)	**100**	**Unidade**	0,730	73,000	MARK MED
30	95437	**SONDA RETAL**, PVC FLEXÍVEL, , **Nº 18**, SILICONIZADA COM ORIFÍO ÚNICO DISTAL, CONEXÃO LÁTEX ADAPTÁVEL À FRASCOS SORO, DESCARTÁVEL,ESTÉRIL,APIROGÊNICA,EMB.INDIVIDUAL(MS)	**200**	**Unidade**	0,949	189,800	MARK MED
31	95438	**SONDA RETAL**, PVC FLEXÍVEL, **Nº 20**, SILICONIZADA COM ORIFÍO ÚNICO DISTAL, CONEXÃO LÁTEX ADAPTÁVEL À FRASCOS SORO, DESCARTÁVEL,ESTÉRIL,APIROGÊNICA,EMB.INDIVIDUAL(MS)	**200**	**Unidade**	0,996	199,200	MARK MED
32	95439	**SONDA RETAL**, PVC FLEXÍVEL, **Nº 22**, SILICONIZADA COM ORIFÍO ÚNICO DISTAL, CONEXÃO LÁTEX ADAPTÁVEL À FRASCOS SORO, DESCARTÁVEL,ESTÉRIL,APIROGÊNICA,EMB.INDIVIDUAL(MS)	**120**	**Unidade**	1,020	122,400	MARK MED
33	95440	**SONDA RETAL**, PVC-ATÓXICO, **Nº 24**, SILICONIZADA COM ORIFÍO ÚNICO DISTAL, CONEXÃO LÁTEX ADAPTÁVEL À FRASCOS SORO, DESCARTÁVEL,ESTÉRIL,APIROGÊNICA,EMB.INDIVIDUAL(MS)	**60**	**Unidade**	2,170	130,200	MARK MED
34	95441	**SONDA RETAL**, PVC FLEXÍVEL, **Nº 30**, SILICONIZADA COM ORIFÍO ÚNICO DISTAL, CONEXÃO LÁTEX ADAPTÁVEL À FRASCOS SORO, DESCARTÁVEL,ESTÉRIL,APIROGÊNICA,EMB.INDIVIDUAL(MS)	**60**	**Unidade**	1,499	89,940	MARK MED
35	95442	**SONDA URETRAL**, PVC ATÓXICO SILICONIZADO, **Nº 04**, MALEÁVEL,TRANSPARENTE,ATRAUMÁTICA, DESCARTÁVEL, ESTÉRIL, EMBALAGEM INDIVIDUAL	**2850**	**unidade**	0,550	1.567,500	BIOBASE
36	95443	**SONDA URETRAL**, PVC ATÓXICO SILICONIZADO, **Nº 6**, MALEÁVEL,TRANSPARENTE,ATRAUMÁTICA, DESCARTÁVEL, ESTÉRIL, EMBALAGEM INDIVIDUAL	**2900**	**Unidade**	0,550	1.595,000	BIOBASE
37	95444	**SONDA URETRAL**, PVC ATÓXICO SILICONIZADO, **Nº 8**, MALEÁVEL,TRANSPARENTE,ATRAUMÁTICA, DESCARTÁVEL, ESTÉRIL, EMBALAGEM INDIVIDUAL	**6000**	**Unidade**	0,595	3.570,000	BIOBASE
38	95445	**SONDA URETRAL**, PVC ATÓXICO SILICONIZADO, **Nº 10**, MALEÁVEL,TRANSPARENTE,ATRAUMÁTICA, DESCARTÁVEL, ESTÉRIL, EMBALAGEM INDIVIDUAL	**26500**	**Unidade**	0,674	17.861,000	BIOBASE
39	95446	**SONDA URETRAL**, PVC ATÓXICO SILICONIZADO, **Nº 12**, MALEÁVEL,TRANSPARENTE,ATRAUMÁTICA, DESCARTÁVEL, ESTÉRIL, EMBALAGEM INDIVIDUAL	**61200**	**Unidade**	0,710	43.452,000	BIOBASE
40	95447	**SONDA URETRAL**, PVC ATÓXICO SILICONIZADO, **Nº 14**, MALEÁVEL,TRANSPARENTE,ATRAUMÁTICA, DESCARTÁVEL, ESTÉRIL, EMBALAGEM INDIVIDUAL	**26300**	**Unidade**	0,741	19.488,300	BIOBASE
41	95448	**SONDA URETRAL**, PVC ATÓXICO SILICONIZADO, **Nº 16**, MALEÁVEL,TRANSPARENTE,ATRAUMÁTICA, DESCARTÁVEL, ESTÉRIL, EMBALAGEM INDIVIDUAL	**6600**	**Unidade**	0,820	5.412,000	BIOBASE
42	95449	**SONDA URETRAL**, PVC ATÓXICO SILICONIZADO, **Nº 18**, MALEÁVEL,TRANSPARENTE,ATRAUMÁTICA, DESCARTÁVEL, ESTÉRIL, EMBALAGEM INDIVIDUAL	**150**	**Unidade**	0,948	142,200	BIOBASE
43	95450	**SONDA URETRAL**, PVC ATÓXICO SILICONIZADO, **Nº 20**, MALEÁVEL,TRANSPARENTE,ATRAUMÁTICA, DESCARTÁVEL, ESTÉRIL, EMBALAGEM INDIVIDUAL	**150**	**Unidade**	1,250	187,500	BIOBASE
47	95722	**SONDA NASOGÁSTRICA (CURTA)**, POLIVINIL FLEXÍVEL, TRANSPARENTE, **Nº 08**, ATÓXICA,ATRAUMÁTICA,ESTÉRIL E DESCARTÁVEL, 40 CM	**570**	**Unidade**	0,605	344,850	BIOBASE
48	95723	**SONDA NASOGÁSTRICA (CURTA)**, POLIVINIL FLEXÍVEL, TRANSPARENTE, **Nº 10**, ATÓXICA,ATRAUMÁTICA,ESTÉRIL E DESCARTÁVEL, 40 CM	**200**	**Unidade**	0,570	114,000	BIOBASE
49	95724	**SONDA NASOGÁSTRICA (CURTA)** , PVC FLEXÍVEL, C/ORIFÍCIO NA EXTREMIDADE DISTAL, **Nº 12**, ATÓXICA,ATRAUMÁTICA,ESTÉRIL E DESCARTÁVEL	**200**	**Unidade**	0,620	124,000	BIOBASE
50	95725	**SONDA NASOGÁSTRICA (CURTA)**, PVC FLEXÍVEL, C/ORIFÍCIO NA EXTREMIDADE DISTAL, **Nº14**, ATÓXICA,ATRAUMÁTICA,ESTÉRIL E DESCARTÁVEL, SILICONIZADA, EMBALAGEM INDIVIDUAL (MS)	**200**	**Unidade**	0,730	146,000	BIOBASE
51	95734	**SONDA NASOGÁSTRICA (longa)**, PVC, LEVINE, C/ORIFICIO LATERAL,CONECTOR C/TAMPA PRESA AO TUBO, **Nº 4**, ATÓXICA,ATRAUMÁTICA,ESTÉRIL E DESCARTÁVEL, SILICONIZADA, EMBALAGEM INDIVIDUAL (MS)	**200**	**Unidade**	0,860	172,000	BIOBASE
52	95735	**SONDA NASOGÁSTRICA (longa)**, PVC, LEVINE, C/ORIFICIO LATERAL,CONECTOR C/TAMPA PRESA AO TUBO, **Nº 6**, ATÓXICA,ATRAUMÁTICA,ESTÉRIL E DESCARTÁVEL, SILICONIZADA, EMBALAGEM INDIVIDUAL (MS)	**200**	**Unidade**	0,840	168,000	BIOBASE
53	95736	**SONDA NASOGÁSTRICA (longa)**, PVC FLEXÍVEL, LEVINE, C/ORIFÍCIO NA EXTREMIDADE DISTAL, **Nº 08**, ATÓXICA,ATRAUMÁTICA,ESTÉRIL E DESCARTÁVEL, SILICONIZADA, EMBALAGEM INDIVIDUAL (MS)	**200**	**Unidade**	0,960	192,000	BIOBASE
54	95737	**SONDA NASOGÁSTRICA (LONGA)**, POLIVINIL FLEXÍVEL, TRANSPARENTE, **Nº 10**, ATÓXICA,ATRAUMÁTICA,ESTÉRIL E DESCARTÁVEL, 105 CM	**200**	**Unidade**	0,910	182,000	BIOBASE
55	95738	**SONDA NASOGÁSTRICA (LONGA)**, POLIVINIL FLEXÍVEL, TRANSPARENTE, **Nº 12**, ATÓXICA,ATRAUMÁTICA,ESTÉRIL E DESCARTÁVEL, 105 CM	**570**	**unidade**	1,100	627,000	BIOBASE
56	95739	**SONDA NASOGÁSTRICA (LONGA)**, POLIVINIL FLEXÍVEL, TRANSPARENTE, **Nº14**, ATÓXICA,ATRAUMÁTICA,ESTÉRIL E DESCARTÁVEL, 105 CM	**200**	**Unidade**	1,030	206,000	BIOBASE
57	95740	**SONDA NASOGÁSTRICA (LONGA)**, POLIVINIL FLEXÍVEL, TRANSPARENTE, **Nº 16**, ATÓXICA,ATRAUMÁTICA,ESTÉRIL E DESCARTÁVEL, 105 CM	**200**	**Unidade**	1,000	200,000	BIOBASE
58	95741	**SONDA NASOGÁSTRICA (LONGA)**, POLIVINIL FLEXÍVEL, TRANSPARENTE, **Nº 18**, ATÓXICA,ATRAUMÁTICA,ESTÉRIL E DESCARTÁVEL, 105 CM	**570**	**Unidade**	0,950	541,500	BIOBASE

59	95742	**SONDA NASOGÁSTRICA(LONGA)**, POLIVINIL FLEXÍVEL, TRANSPARENTE, **Nº20**, ATÓXICA,ATRAUMÁTICA,ESTÉRIL E DESCARTÁVEL, 105 CM	200	Unidade	1,345	269,000	BIOBASE
60	95743	**SONDA NASOGÁSTRICA (longa)**, PVC FLEXÍVEL, LEVINE, C/ORIFÍCIO NA EXTREMIDADE DISTAL, **Nº22**, ATÓXICA,ATRAUMÁTICA,ESTÉRIL E DESCARTÁVEL, SILICONIZADA, EMBALAGEM INDIVIDUAL (MS)	200	Unidade	1,490	298,000	BIOBASE
61	95744	**SONDA RETAL**, PVC FLEXÍVEL, **Nº 4**, SILICONIZADA COM ORIFÍO ÚNICO DISTAL, CONEXÃO LÁTEX ADAPTÁVEL À FRASCOS SORO, DESCARTÁVEL,ESTÉRIL,APIROGÊNICA,EMB.INDIVIDUAL(MS)	100	Unidade	0,760	76,000	MARK MED
62	95745	**SONDA RETAL**, PVC FLEXÍVEL, **Nº 6**, SILICONIZADA COM ORIFÍO ÚNICO DISTAL, CONEXÃO LÁTEX ADAPTÁVEL À FRASCOS SORO, DESCARTÁVEL,ESTÉRIL,APIROGÊNICA,EMB.INDIVIDUAL(MS)	100	Unidade	0,650	65,000	MARK MED
63	95746	**SONDA RETAL**, PVC FLEXÍVEL, **Nº 8**, SILICONIZADA COM ORIFÍO ÚNICO DISTAL, CONEXÃO LÁTEX ADAPTÁVEL À FRASCOS SORO, DESCARTÁVEL,ESTÉRIL,APIROGÊNICA,EMB.INDIVIDUAL(MS)	100	Unidade	0,900	90,000	MARK MED
65	95748	**SONDA RETAL**, PVC FLEXÍVEL, **Nº 28**, SILICONIZADA COM ORIFÍO ÚNICO DISTAL, CONEXÃO LÁTEX ADAPTÁVEL À FRASCOS SORO, DESCARTÁVEL,ESTÉRIL,APIROGÊNICA,EMB.INDIVIDUAL(MS)	60	Unidade	1,400	84,000	MARK MED
66	95749	**SONDA URETRAL**, PVC ATÓXICO SILICONIZADO, **Nº 22**, DESCARTÁVEL, NELATON, ESTÉRIL	150	Unidade	1,670	250,500	BIOBASE
72	95756	**TUBO ENDOTRAQUEAL 6,5 MM,** PVC, OROTRAQUEAL/NASOTRAQUEAL, CURVA DE MARGILL, CONECTOR PADRÃO, GRADUADO, BALÃO DE ALTO VOLUME E BAIXA PRESSÃO, ORIFÍCIO MURPHY, MARCADOR RADIOPACO, GUIA DE POLIETILENO, DESCARTÁVEL, ESTÉRIL, EMBALAGEM INDIVIDUAL	100	Unidade	3,840	384,000	VITAGOLD
73	95757	**TUBO ENDOTRAQUEAL 7,0MM,** PVC, OROTRAQUEAL/NASOTRAQUEAL, CURVA DE MARGILL, CONECTOR PADRÃO, GRADUADO, BALÃO DE ALTO VOLUME E BAIXA PRESSÃO, ORIFÍCIO MURPHY, MARCADOR RADIOPACO, GUIA DE POLIETILENO, DESCARTÁVEL, ESTÉRIL, EMBALAGEM INDIVIDUAL	200	Unidade	3,839	767,800	VITAGOLD
75	95759	**TUBO ENDOTRAQUEAL, 8,0 MM**, PVC, OROTRAQUEAL/NASOTRAQUEAL, CURVA DE MARGILL, CONECTOR PADRÃO, GRADUADO, BALÃO DE ALTO VOLUME E BAIXA PRESSÃO, ORIFÍCIO MURPHY, MARCADOR RADIOPACO, GUIA DE POLIETILENO, DESCARTÁVEL, ESTÉRIL, EMBALAGEM INDIVIDUAL	100	Unidade	3,840	384,000	VITAGOLD
76	95760	**TUBO ENDOTRAQUEAL, 8,5 MM,** PVC, OROTRAQUEAL/NASOTRAQUEAL, CURVA DE MARGILL,CONECTOR PADRÃO, GRADUADO, BALÃO DE ALTO VOLUME E BAIXA PRESSÃO, ORIFÍCIO MURPHY, MARCADOR RADIOPACO, GUIA DE POLIETILENO, DESCARTÁVEL, ESTÉRIL, EMBALAGEM INDIVIDUAL	50	Unidade	3,860	193,000	VITAGOLD
77	95761	**TUBO ENDOTRAQUEAL, 9,0 MM,** PVC, OROTRAQUEAL/NASOTRAQUEAL, CURVA DE MARGILL, CONECTOR PADRÃO, GRADUADO, BALÃO DE ALTO VOLUME E BAIXA PRESSÃO, ORIFÍCIO MURPHY, MARCADOR RADIOPACO, GUIA DE POLIETILENO, DESCARTÁVEL, ESTÉRIL, EMBALAGEM INDIVIDUAL	40	Unidade	4,450	178,000	VITAGOLD
Valor Total Registrado: R$ 105.105,35 (cento e cinco mil, cinco e cinco reais e trinta e cinco centavos)							

Juara/MT, em 10 de dezembro de 2018.

CARLOS AMADEU SIRENA

Prefeito do Município

CMC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - ME

CNPJ: 13.470.384/0001-58

Camile Prado de Azevedo Vieira - Sócia Proprietária

RG: 377571-0 2ª Via, SSP/GO e CPF: 863.011.871-72

Promitente Fornecedora

PREFEITURA MUNICIPAL DE JURUENA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Juruena - MT, por intermédio do Pregoeiro Oficial, designado pela Portaria nº. 60/2016, em cumprimento à Lei Federal nº. 10.520/2002 e demais normas complementares, torna público para conhecimento dos interessados, que o Pregão Presencial SRP n° 049/2018, Processo Administrativo n° 073/2018, cujo objeto é cujo objeto é o Registro de Preços para Futura e Eventual Contratação de Empresa para Fornecimento de Brinquedos para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Assistência Social, foi declarado **DESERTO**, devido à ausência de participantes na licitação ocorrida na presente data.

Juruena – MT, 10 de dezembro de 2018

Nelson Coutinho de Menezes Pregoeiro Oficial

DECRETO N.° 2823, DE 03 DE DEZEMBRO DE 2018.

DECRETA RECESSO ADMINISTRATIVO.

SANDRA JOSY LOPES DE SOUZA, Prefeita Municipal de Juruena, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município no seu Artigo 85, inciso III,

CONSIDERANDO, as festividades natalinas e final de ano;

CONSIDERANDO, a necessidade de encerramento do exercício financeiro.

CONSIDERANDO, a necessidade de redução de custeio da Administração;

D E C R E T A:

ARTIGO 1º - Fica Decretado recesso administrativo na Prefeitura Municipal de Juruena no período de **17 de dezembro de 2018 a 04 de janeiro de 2019.**

Parágrafo Único: O funcionamento da Prefeitura Municipal, em caráter excepcional, nos dias 17 à 21 de dezembro, apenas para expediente interno, sem prejuízo da análise de questões urgentes e inadiáveis.

ARTIGO 2º - Serão mantidos os seguintes serviços públicos essenciais para o atendimento à população:

I – Atendimento à saúde;

II – Limpeza urbana;

III – Atendimento na Secretaria de Obras Públicas e Serviços Urbanos, sob regime de plantão, inclusive serviço de cemitério;

IV – Serviços de Abastecimento de Água;

V – Serviços Administrativos internos considerados necessários para o encerramento do exercício financeiro.

ARTIGO 3º - As férias solicitadas durante o período de recesso administrativo serão validadas como férias, bem como as férias requeridas imediatamente após esse período serão deferidas conforme o interesse da administração.

ARTIGO 4º - Os tributos que tiverem seu prazo, de vencimento no período acima determinado, serão recebidos no 1º (primeiro) dia útil subsequente ao reinício das atividades, sem incidência de juros, multas ou correção.

ARTIGO 5º - Este Decreto entra em vigor a partir desta data, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Juruena/MT, 03 de Dezembro de 2018.

SANDRA JOSY LOPES DE SOUZA

Prefeita Municipal de Juruena/MT

Registrada e publicada por afixação em local público de costume, conforme Lei Municipal nº. 484, de 04 de março de 2002.

RODOLFO PEREIRA DIAS

Secretário Municipal de Administração e

Finanças

DECRETO Nº. 2825, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2018.

REVOGA O DECRETO 2776/2018 E NOMEIA NOVOS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA, GESTÃO 2018/2020.

SANDRA JOSY LOPES DE SOUZA, Prefeita Municipal de Juruena, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

ARTIGO 1º - Ficam nomeados os Conselheiros para comporem o "**CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA"**, gestão 2018/2020 de acordo com a Lei nº. 1172, de 16/05/2018, sem ônus para os cofres públicos municipais, como seguem abaixo:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA:

Titular: Marluce Guedes de Lima

CPF: 888.987.334-53

RG: 225.434 SSP/AL

Suplente: Geovanna Brandão Pereira de Lima

CPF: 054.006.711-36

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE E SANEAMENTO:

Presidente: Maria Janinha Muller

CPF: 007.407.441-51

RG: 1151479-5 SSP/MT

Suplente: Francisco Reis dos Santos

CPF: 287.965.602-82

RG: 383.882 SSP/RO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL:

PRESIDENTE: **Manoel Roberto Teixeira**

CPF: 419.881.081-87

RG: 4175974-7 SSP/PR

Suplente: Elizabete Backes

CPF: 567.555.531-87

RG: 908.589 SSP/MT

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

Titular: Ana Camila de Jesus

CPF: 046.001.391-27

RG: 2288885-3 SSP/MT

Suplente: Adriana Tavares de Amorim Bordim

CPF: 021.612.881-13

RG: 2015163-2 SSP/MT

IGREJA CATÓLICA - PARÓQUIA SÃO PEDRO:

Titular: Neuza Socreppa Nazatto

CPF: 961.593.089-04

RG: 2369747-4 SSP/MT

Suplente: Sandra Regina Lopes

CPF: 896.462.231-68

RG: 769.127 SSP/MT

REPRESENTANTE DO GRUPO TERCEIRA IDADE:

Titular: Vanir Dalmolin Bratkoski

CPF: 792.829.201-78

RG: 3.903.374-7 SSP/MT

Suplente: Galileu Maziero

CPF: 141.450.619-00

RG: 1059903-7 SSP/MT

REPRESENTAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DO IDOSO:

Titular: Irma Ana Hoffmann

CPF: 916.522.914-04

RG: 615.899SSP/MT

Suplente: Angelina Ana Fauro

CPF: 939.860.250-49

RG: 1051747085 SSP/RS

IGREJA ASSEMBLEIA DE DEUS:

Titular: Carme Olivo Vendrame

CPF: 408.845.089-68

RG: 213157-4 SSP/PR

Suplente: Jequelia Antonia dos Santos

CPF: 631.573.062-00

RG:000689130 SSP/MT

ARTIGO 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário em especial o Decreto nº. 2776, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2018.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura Municipal de Juruena/MT, 10 de Dezembro de 2018.

SANDRA JOSY LOPES DE SOUZA

Prefeita de Juruena

Registrado e publicado por afixação em local publico de costume, conforme Lei Municipal nº 484 de 04 de março de 2002.

RODOLFO PEREIRA DIAS

Sec. Mun. de Adm. e Finanças

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAMBARI D´OESTE

AVISO DE HOMOLOGAÇAO DA DISPENSA DE LICITAÇAO 046/2018

AVISO DE HOMOLOGAÇAO DA DISPENSA DE LICITAÇAO 046/2018

A prefeitura municipal de Lambari D´Oeste –MT, no uso de suas atribuições legais, torna público os interessados que a dispensa de licitação nº 046/2018 cujo certame se deu as 09:00 horas do dia 06 de dezembro de 2018 com objeto: "**AQUISIÇÃO DE MÓVEIS DE MADEIRA PARA O REFEITORIODA ESCOLA MUNICIPAL LUIZ CARLOS DE LAMBARI D´OESTE".** Fica homologado o objeto a favor da empresa GIVANILDO PINTO DAS NEVES CNPJ:29.013.234/0001-55 , localizada na Rua Das Flores Nº 227, Bairro Nortelândia CEP: 78278-000 , Lambari D´Oeste -MT, sagrou se vencedora com o seguinte R$ 6.400,00 (seis mil e quatrocentos reais) preço final.

Lambari D´Oeste –MT, 11 de dezembro 2018.

Edimar Aparecido Dos Santos

Presidente Da C.P.L

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUCIARA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO SEGUNDO ADITIVO AO CONTRATO N.º 001/2017

EXTRATO DO SEGUNDO ADITIVO AO CONTRATO N.º 001/2017

PROCESSO N.º 001/2017

MODALIDADE: INEXIGIBILIDADE 001/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUCIARA-MT

FORNECEDOR: RICARDO PEREIRA ARAÚJO – CRM/MT 5283

OBJETO CONTRATAÇÃO DE PESSOAL ÁREA DE SAÚDE – **MÉDICO**

O PRESENTE TERMO ADITIVO TEM POR OBJETO: PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO E DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS POR MAIS 10 (DEZ) MESES, PRORROGADO ATÉ O DIA 03 DE OUTUBRO DE 2019.

VALOR: R$ 349.500,00 (trezentos quarenta e nove mil e quinhentos reais).

Comissão de Pregão da Prefeitura Municipal de Luciara-MT, em 26 de novembro de 2018.

FAUSTO AQUINO DE AZAMBUJA FILHO

Prefeito Municipal de Luciara

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCELÂNDIA

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 011/2018

OBJETO: Pelo presente Termo Aditivo, as partes supra identificadas, de comum acordo, resolvem **ADITAR** o valor mencionado na Cláusula terceira do Contrato Administrativo de Execução de Obra nº 011/2018, que tem como o objeto o seguinte: **"Execução das obras de Construção da sede da Secretaria de Obras, Transportes e Serviços Urbanos no Município de Marcelândia/MT".**

CONTRATADA: J.J. CONSTRUÇÕES METÁLICAS LTDA ME

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MARCELÂNDIA - MT

VALOR DA ADIÇÃO: R$ 13.302,97 (treze mil, trezentos e dois reais e noventa e sete centavos)

DATA ASSINATURA: 10/12/2018

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 011/2018

OBJETO: Pelo presente Termo Aditivo, as partes supra identificadas, de comum acordo, resolvem **SUPRIMIR** o valor mencionado na Cláusula terceira do Contrato Administrativo de Execução de Obra nº 011/2018, que tem como o objeto o seguinte: **"Execução das obras de Construção da sede da Secretaria de Obras, Transportes e Serviços Urbanos no Município de Marcelândia/MT".**

CONTRATADA: J.J. CONSTRUÇÕES METÁLICAS LTDA ME

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MARCELÂNDIA - MT

VALOR DA SUPRESSÃO: R$ 13.584,89 (treze mil, quinhentos e oitenta e quatro reais e oitenta e nove centavos)

DATA ASSINATURA: 10/12/2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ
LEI Nº 1084, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2018.

AUTOR DO PROJETO DE LEI: PODER EXECUTIVO MUNICIPAL.

PROJETO DE LEI N° 963/2018.

VALTER MIOTTO FERREIRA, PREFEITO MUNICIPAL DE MATUPÁ, ESTADO DE MATO GROSSO, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir crédito adicional suplementar no valor de até R$ 3.579.102,77 (Três milhões, quinhentos e setenta e nove mil, cento e dois reais, setenta e sete centavos), nos termos do Artigo 43, Parágrafo 1º, II 2º da Lei Federal nº 4.320/64, para reforço das dotações consignadas no Orçamento vigente para o presente exercício, provenientes do Excesso de Arrecadação.

Art. 2º Para fazer face ao crédito Adicional Suplementar autorizado no Artigo anterior desta Lei serão utilizados os recursos em conformidade com o artigo 43, II, da Lei 4.320/1964, excesso de arrecadação, conforme demonstrado no cálculo de tendência de excesso de arrecadação até o dia 23/11/2018, nas seguintes Fontes:

0100000000 Recursos Ordinários Próprios

0101000000 Recursos de Impostos Educação

0102000000 Recursos de Impostos - Saúde

0114000000 Transf. Rec. SUS – União - Sem Detalhamento

0114017000 Transf. de Rec. SUS – Média e Alta Complexidade

0115049000 FNDE – Salário Educação

0118000000 Transf. do FUNDEB – (Remuneração dos Prof. do Magistério)

0119000000 Transf. do FUNDEB – (Aplicação em Outras Despesas da Educação)

Parágrafo Único – Faz parte da presente Lei a planilha de Demonstrativo de Excesso de Arrecadação.

Art. 3º O Crédito Especial referido no artigo 1º será desdobrado ao nível de elemento de despesa segundo a modalidade de aplicação e recurso, através de Decreto Municipal.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Senador Jonas Pinheiro, aos dez dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezoito.

VALTER MIOTTO FERREIRA

Prefeito Municipal

ANEXO CÁLCULO DE TENDÊNCIA DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO						
FONTE	**DESCRIÇÃO**	**RECEITA ORÇADA**	**ARRECADADO ATÉ 23/ 11/ 2018**	**PROJETADO**	**EXCESSO PROVÁVEL**	**UTILIZADO**
0100000000	Recursos Ordinários Próprios	24.262. 657,00	23.558.884,43	25.700. 601,20	1.437.944,20	-
0101000000	Recursos de Impostos Educação	3.065.515,00	2.950.424,33	3.268. 644,72	203.129,72	-
0102000000	Recursos de Impostos - Saúde	5.161.965,00	5.205.056,02	5.678. 242,93	516.277,93	-
0114000000	Transf. Rec. SUS – União - Sem Detalhamento	469.800,00	633.169,57	690.730,44	220.930,44	-
0114017000	Transf. Rec. SUS – Média Alta Complexidade	655.570,00	1.183.111,33	1.290. 666,91	635.096,91	-
0115049000	FNDE – Salário Educação	380.000,00	394.624,90	430.499,89	50.499,89	-
0118000000	Transf. do FUNDEB – (Remuneração dos Prof. Do Magistério)	4.177.000,00	4.047.847,08	4.415. 833,18	238.833,18	-
0119000000	Transf. do FUNDEB (Aplicação em Outras Despesas da Educação)	1.793.000,00	1.896.941,29	2.069. 390,50	276.390,50	-
TOTAL		**39.965.507,00**	**39.870.058,95**	**43.544. 609,77**	**3.579.102,77**	-

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ
LEI Nº 1083, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2018.

AUTOR DO PROJETO DE LEI: PODER EXECUTIVO MUNICIPAL.

PROJETO DE LEI N° 962/2018.

"Altera a Lei nº 856/2013, que dispõe sobre autorização e concessão de diárias e indenização para deslocamento de pacientes**, e dá outras providências**".

VALTER MIOTTO FERREIRA, Prefeito Municipal de Matupá – Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

FAÇO SABER, que a Câmara Municipal de Vereadores Aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º Altera a tabela de Indenização para deslocamento com pacientes do Anexo I, permanecendo inalterada a tabela referente Diárias, da Lei nº 856, de 19 de setembro de 2013, que passa a vigorar com a redação constante no anexo desta Lei.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Paço Municipal Senador Jonas Pinheiro, aos sete dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezoito.

VALTER MIOTTO FERREIRA

Prefeito Municipal

ANEXO I

NÍVEL (Indenização para Deslocamento)	**ALÍNEA**	**RONDONÓPOLIS/ PRIMAVERA DO LESTE/ CÁCERES/ TANGARÁ DA SERRA**	**CUIABÁ/ VARZEA GRANDE / CHAPADA DOS GUIMARÃES**	**COLÍDER / SINOP/SORRISO/ ALTA FLORESTA**	**LUCAS DO RIO VERDE/ NOVA MUTUM**	**ESPECIAL**
Servidores da Saúde em Deslocamento com pacientes	**INDENIZAÇÃO (Motoristas / Técnicos / Auxiliar)**	**R$ 340,00**	**R$ 300,00**	**R$ 100,00**	**175,00**	**NA***
	INDENIZAÇÃO (Enfermeiro)	**R$ 680,00**	**R$ 600,00**	**R$ 200,00**	**350,00**	**NA***

NÍVEL (Diárias)	**ALÍNEA**	**NO ESTADO**	**FORA ESTADO**	**ESPECIAL**
Prefeito / Vice Prefeito	**A**	_____	_____	_____
Secretários	**B**	_____ ____	_____	_____

Cargos de Provimento em Comissão/ Provimento Inicial com Graduação em Nível Superior	**C**	_____	_____	_____
Demais Servidores	**D**	_____	_____	_____

(*) Não se **A**plica

PREFEITURA MUNICIPAL
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL - Nº. 088/2018

A Prefeitura Municipal de Matupá, através da equipe de pregoeiro (a), comunica a todos os interessados que realizará no próximo dia 27 de dezembro de 2018 às 07h30min na sede da Prefeitura Municipal, a "PREGÃO PRESENCIAL SISTEMA REGISTRO DE PREÇO PARA FUTUROS E EVENTUAIS SERVIÇOS POR HORA TRABALHADA DE SERVIÇOS MECÂNICOS, ELÉTRICOS E AR CONDICIONADO EM ATENDIMENTO A FROTA DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE MATUPÁ". Maiores informações através do Edital nº. 0128/2018, que está disponível no site http://www.matupa.mt.gov.br/Administracao/Portais/ e pode ser solicitado pelo e-mail atendimento@matupa.mt.gov.br ou junto à sede da Prefeitura Municipal localizada da Av. Hermínio Ometto, 101, ZE-022, fones (66) 3595-3100 das 07h00min às 11h00min. Matupá – MT, 10 de dezembro de 2018. ALEXSANDRA TOSTA BATISTA - Pregoeira Oficial –

PREFEITURA MUNICIPAL
AVISO DE RESULTADO - CARTA CONVITE Nº. 01/2018

A Prefeitura Municipal de Matupá, através da Comissão Permanente de Licitação comunica a todos os interessados que realizou no dia 28 de novembro de 2018 às 10h00min na sede da Prefeitura Municipal, a CARTA CONVITE para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRODUTORA DE EVENTOS ESPECIALIZADA NA PRODUÇÃO DOS SHOWS ARTÍSTICOS E FORNECIMENTO DA INFRA ESTRUTURA EM COMEMORAÇÃO AO RÉVEILLON 2019 A SER REALIZADO NO MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT NOS DIAS 31/12/2018 E 01/01/2019 aonde sagrou-se vencedor o Licitante V. FERRI – PRODUÇÕES ARTISTICAS, inscrita no CNPJ sob o nº 07.778.669/0001-58, com valor total de R$ 127.900,00. Matupá – MT, 10 de dezembro de 2018. CRISTIANA PEREIRA SERRA LOPES - Presidente da Comissão Permanente de Licitação -

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ
LEI Nº 1085, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2018.

AUTOR DO PROJETO DE LEI: PODER EXECUTIVO MUNICIPAL.

PROJETO DE LEI N° 964/2018.

VALTER MIOTTO FERREIRA, Prefeito Municipal de Matupá - Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

FAÇO SABER, que a Câmara Municipal de Vereadores Aprovou e Sanciono a seguinte Lei.

Art. 1° - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Especial, na Lei Orçamentária do Exercício Financeiro de 2018, nos termos do art. 41, II da Lei 4.320/64, no valor de até R$ 390.000,00 (Trezentos e noventa mil reais), incluir na natureza da despesa já fixada, fonte e destinação de recursos, a seguir:

Fonte e destinação de recursos:

15– SECRETARIA MUNICIPAL DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO

15.002 – FUNDO DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL

15.002.23 – Comércio e Serviços

15.002.23.695 – Turismo

15.002.23.695.0043– Acessibilidade e Desenvolvimento do Turismo

15.002.23.695.0043.**1146 – Incentivo ao Complexo Turístico dos Lagos**

4490.51.00 – Obras e Instalações – R$ 390.000,00

Fonte: 0.124.05.40 Transferência de Convênios Outras União R$ 390. 000,00

Art. 2º - Para cobertura do Crédito Adicional Especial autorizado no artigo 1º desta Lei, fica o Poder Executivo autorizado a anular igual importância, nos termos do art. 43, § 1º, III da Lei Federal nº 4.320/64, das seguintes dotações orçamentárias:

10– SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E TRANSPORTE
10.002 – DEPARTAMENTO DE OBRAS E URBANISMO
10.002.15 – Urbanismo
10.002.15.452 – Serviços Urbanos
10.002.15.452.0003– Paisagismo e Urbanização com Planej. – Belezas de Matupá
10.002.15.452.0003.**10035-Instal./Ampl. de Elementos Complementares Lago III Complexo Centrais (Playground, Acad. ao Ar Livre, Banheiros)**
4490.51.00 – Obras e Instalações – R$ 127.000,00
Fonte: 0.124.05.40 Transferência de Convênios Outras União– R$ 127. 000,00
06– SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA
06.001 – GABINETE DO SECRETARIO
06.001.20 – Agricultura
06.001.20.606 – Extensão Rural
06.001.20.606.0023– Desenvolvimento da Agricultura
06.001.20.606.0023.**10002-Aquisição de Patrulha Mecanizada**
4490.52.00 – Equipamentos e Material Permanente – R$ 34.000,00
Fonte: 0.124.05.40 Transferência de Convênios Outras União– R$ 34. 000,00
07– SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DESPORTO
07.005 – DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO FISICA, DESPORTO E LAZER
07.005.27 – Desporto e Lazer
07.005.27.812– Desporto Comunitário
07.005.27.812.0047 – Desporto Comunitário
07.005.27.812.0047.**10152 – Reforma e Ampliação do Estádio Municipal Fidelão**
4490.51.00 – Obras e Instalações – R$ 229.000,00
Fonte: 0.124.05.40 Transferência de Convênios Outras União– R$ 229. 000,00
Total.....R$ 390. 000,00
Art. 3º - Fica vedado ao Poder Executivo utilizar os recursos do crédito ora autorizado para suplementação de dotações orçamentárias diferentes da autorizada no artigo 1º desta Lei.
Art. 4º - Fica inclusa na Lei Orçamentária do Exercício Financeiro de 2018, a fonte e destinação de recursos criada que trata o artigo 1º desta Lei.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Senador Jonas Pinheiro, aos dez dias do mês de dezembro de 2018.

VALTER MIOTTO FERREIRA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASSOL D´OESTE

COORDENADORIA ADMINISTRATIVA
PORTARIA

PORTARIA Nº 592 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2018.

NOMEIA ENGENHEIRO RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO DE OBRAS QUE ESPECIFICA.

EUCLIDES DA SILVA PAIXÃO, Prefeito do Município de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo de suas legais atribuições;

R E S O L V E

Artigo 1º - Nomear **ENGENHEIRO** para responder pela fiscalização da execução das obras de Pavimentação Asfáltica - Programa PROPAP - Bairro Alvorada, conforme Contrato 054/2014-1.

MARCUS VINICIUS GRANADO PERPINELLI

Engº. Civil CREA-MT 037359 - Matricula nº 27533.

RG: 1932626-2 SSP/MT CPF: 038.442.511-97

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrario.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito do Município de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, sede provisória do Paço Municipal à Av. Tancredo Neves 5659, em 10 de dezembro de 2018.

EUCLIDES DA SILVA PAIXÃO

Prefeito

COORDENADORIA ADMINISTRATIVA
PORTARIA

PORTARIA Nº 591 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2018.

NOMEIA ENGENHEIRO RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO DE OBRAS QUE ESPECIFICA.

EUCLIDES DA SILVA PAIXÃO, Prefeito do Município de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo de suas legais atribuições;

R E S O L V E

Artigo 1º - Nomear **ENGENHEIRO** para responder pela fiscalização da execução das obras de Praça Publica no Parque Morumbi, conforme Contrato 032/2016-1.

MARCUS VINICIUS GRANADO PERPINELLI

Engº. Civil CREA-MT 037359 - Matricula nº 27533.

RG: 1932626-2 SSP/MT CPF: 038.442.511-97

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrario.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito do Município de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, sede provisória do Paço Municipal à Av. Tancredo Neves 5659, em 10 de dezembro de 2018.

EUCLIDES DA SILVA PAIXÃO

Prefeito

COORDENADORIA ADMINISTRATIVA
PORTARIA

PORTARIA Nº 590 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2018.

NOMEIA ENGENHEIRO RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO DE OBRAS QUE ESPECIFICA.

EUCLIDES DA SILVA PAIXÃO, Prefeito do Município de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo de suas legais atribuições;

R E S O L V E

Artigo 1º - Nomear ENGENHEIRO para responder pela fiscalização da execução das obras Prédio do Centro de Educação Infantil Chapeuzinho Vermelho, conforme Contrato 040/2016-1.

MARCUS VINICIUS GRANADO PERPINELLI

Engº. Civil CREA-MT 037359 - Matricula nº 27533.

RG: 1932626-2 SSP/MT CPF: 038.442.511-97

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrario.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito do Município de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, sede provisória do Paço Municipal à Av. Tancredo Neves 5659, em 10 de dezembro de 2018.

EUCLIDES DA SILVA PAIXÃO

Prefeito

COORDENADORIA ADMINISTRATIVA
PORTARIA

PORTARIA Nº 589 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2018.

NOMEIA ENGENHEIRO RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO DE OBRAS QUE ESPECIFICA.

EUCLIDES DA SILVA PAIXÃO, Prefeito do Município de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo de suas legais atribuições;

R E S O L V E

Artigo 1º - Nomear **ENGENHEIRO** para responder pela fiscalização da execução das obras de reconstrução de ponte de concreto armado extensão 22mx5m de largura no córrego Pneuzinho, na comunidade do Pneuzinho, conforme RDC 01.2017 - Contrato 034/2017-1.

MARCUS VINICIUS GRANADO PERPINELLI

Engº. Civil CREA-MT 037359 - Matricula nº 27533.

RG: 1932626-2 SSP/MT CPF: 038.442.511-97

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrario.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito do Município de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, sede provisória do Paço Municipal à Av. Tancredo Neves 5659, em 10 de dezembro de 2018.

EUCLIDES DA SILVA PAIXÃO

Prefeito

COORDENADORIA ADMINISTRATIVA
PORTARIA

PORTARIA Nº 588 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2018.

NOMEIA ENGENHEIRO RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO DE OBRAS QUE ESPECIFICA.

EUCLIDES DA SILVA PAIXÃO, Prefeito do Município de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo de suas legais atribuições;

R E S O L V E

Artigo 1º - Nomear **ENGENHEIRO** para responder pela fiscalização da execução das obras de reconstrução de ponte de concreto armado classe 45 toneladas extensão 15mx5m de largura no córrego Pneuzinho, na comunidade do Pneuzinho, conforme RDC 01.2017 - Contrato 034/2017-2.

MARCUS VINICIUS GRANADO PERPINELLI

Engº. Civil CREA-MT 037359 - Matricula nº 27533.

RG: 1932626-2 SSP/MT CPF: 038.442.511-97

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrario.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito do Município de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, sede provisória do Paço Municipal à Av. Tancredo Neves 5659, em 10 de dezembro de 2018.

EUCLIDES DA SILVA PAIXÃO

Prefeito

PREFEITURA DE MIRASSOL D'OESTE/RH
RESCISÃO DE CONTRATO

RESCISÃO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PESSOAL POR TEMPO DETERMINADO nº 262/2018

Pelo presente termo de Rescisão Contratual, de um lado o município de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, detentor do CNPJ n. 03.755. 477/0001-75 neste ato representado pelo Sr. **EUCLIDES DA SILVA PAIXÃO**, portador do RG 579262 SSP/MT e CPF 415.991.521-34, a seguir denominado **CONTRATANTE** e o Sr**.** ***JODINEY ANTONIO DA SILVA,*** brasileiro, casado, residente e domiciliado na Cidade de Mirassol D'Oeste - MT, portador do RG 16942493 SSP/MT e CPF 011.987.521-73, neste ato denominado contratado, resolvem de comum acordo, por iniciativa do contratante, rescindir a partir 07/12/2018 o contrato de Prestação de Serviços de Pessoal Por Tempo Determinado nº 262/2018, do contratado ao cargo de **MOTORISTA**, ficando assim resolvido e não percebendo ambas as partes quaisquer ônus ou direitos posteriores.

E por estarem de pleno acordo, firmam o presente instrumento em 03 (três) vias, de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas.

Mirassol D'Oeste, 07 de Dezembro de 2018.

EUCLIDES DA SILVA PAIXÃO

CONTRATANTE

JODINEY ANTONIO DA SILVA

CONTRATADO

Testemunhas:

ALCILENA C. QUEIROZ BOTELHO

RG: 375911 SSP/MT

CPF 303.820.681-49

RODRIGO DONIZETE TERRADAS

RG: 1982516-1 SSP/MT

CPF: 024.713.901-70

PREFEITURA DE MIRASSOL D'OESTE/RH
RESCISÃO DE CONTRATO

RESCISÃO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PESSOAL POR TEMPO DETERMINADO nº 259/2018

Pelo presente termo de Rescisão Contratual, de um lado o município de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, detentor do CNPJ n. 03.755. 477/0001-75 neste ato representado pelo Sr. **EUCLIDES DA SILVA PAIXÃO**, portador do RG 579262 SSP/MT e CPF 415.991.521-34, a seguir denominado **CONTRATANTE** e a Sra**.** ***KARLA BERNARDELLI,*** brasileira, solteira, residente e domiciliada na Cidade de Mirassol D'Oeste - MT, portadora do RG 1575145-7 SSP/MT e CPF 006.103.281-66, neste ato denominada contratada, resolvem de comum acordo, por iniciativa da contratada, rescindir a partir 03/01/2019 o contrato de Prestação de Serviços de Pessoal Por Tempo Determinado nº 259/2018, da contratada ao cargo de **ARQUITETO URBANISTA**, ficando assim resolvido e não percebendo ambas as partes quaisquer ônus ou direitos posteriores.

E por estarem de pleno acordo, firmam o presente instrumento em 03 (três) vias, de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas.

Mirassol D'Oeste, 10 de Dezembro de 2018.

EUCLIDES DA SILVA PAIXÃO

CONTRATANTE

KARLA BERNARDELLI

CONTRATADA

Testemunhas:

ALCILENA C. QUEIROZ BOTELHO

RG: 375911 SSP/MT

CPF 303.820.681-49

RODRIGO DONIZETE TERRADAS

RG: 1982516-1 SSP/MT

CPF: 024.713.901-70

MIRASSOL PREVI
CONTRATO ADM.002/2018- PERITO MIRASSOL PREVI

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 002/2018- firmado entre **O MIRASSOL PREVI** - FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DO MUNICIPIO DE MIRASSOL D'OESTE-MT e,a empresa **ROSANGELA LOPES TRINDADE ME,**nome de fantasia CLINICA LOPES, inscrita no CNPJ sob n.25.191.260/0001-12. OBJETO: CREDENCIAMENTO DE PROFISSIONAIS MÉDICOS E EMPRESAS PARA REALIZAR SERVIÇOS DE PERÍCIA MÉDICA AOS SEGURADOS ENCAMINHADOS PELOMIRASSOL PREV. VIGÊNCIA: 12(doze)MESES. VALOR UNITÁRIO R$ 220,00(duzentos e vinte reais) por perícia. DATA DA ASSINATURA: 04/12/2018.

COORDENADORIA ADMINISTRATIVA
LEI COMPLEMENTAR

LEI COMPLEMENTAR Nº 182 DE 26 DE NOVEMBRO DE 2018.

INSTITUI GRATIFICAÇÃO DE CARÁTER *PRO LABORE FACIENDO*, PARA SERVIDORES DO PODER LEGISLATIVO, EM PARTICIPAÇÃO EM COMISSÕES QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EUCLIDES DA SILVA PAIXÃO, Prefeito do Município de Mirassol D´Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e, com fulcro no disposto no Artigo 61 e 84 da Lei Orgânica do Município,

FAZ SABER que o Plenário das Deliberações da Câmara Municipal de Mirassol D´Oeste, Estado de Mato Grosso **APROVOU** em Sessão Ordinária realizada no dia 21 de Novembro de 2018, a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Fica instituído o Índice de Gratificação (IG), correspondente R$ 105,04 (cento e cinco reais e quatro centavos) o qual será utilizado, exclusivamente, como forma de cálculo do pagamento de gratificação ao servidor que participar de:

a) Comissão de Concurso e ou Processos Seletivos;

b) Comissão de Sindicância ou Processo Administrativo Disciplinar;

c) Comissão Permanente de Inventário e Avaliação de Bens;

d) Comissão Permanente de Avaliação de Desempenho.

§ 1º - A gratificação não integrará a remuneração salarial do servidor.

§ 2º - Cessada a função cessará a gratificação.

§ 3º - A gratificação por sua natureza excepcional, poderá ser cumulativa com eventuais gratificações de natureza ordinária e inerentes a cargos ocupados.

§ 4º - A gratificação, será reajustada anualmente nos mesmos índices e datas do reajuste dos servidores públicos de que trata a art. 1º da Lei nº 1. 306, de 26 de maio de 2015.

§ 5º - A gratificação se aplica a todos os servidores do Poder Legislativo.

§6º - A gratificação somente será paga se as atividades referidas nas alíneas 'a', 'b', 'c' e 'd' do caput deste artigo forem exercidas sem prejuízo das atribuições do cargo de que o servidor for titular, devendo ser objeto

de compensação de carga horária quando desempenhadas durante a jornada de trabalho.

Art. 2º - Para as Comissões de que trata a alínea "b" do Artigo 1º, o Gestor nomeará os componentes da comissão dentre os servidores integrantes do quadro de provimento efetivo detentores de curso de nível médio e superior.

Parágrafo Único - A repetição de nomeação somente poderá ocorrer quando exauridos os servidores de que trata o *caput* deste artigo.

Art. 3º - Os membros suplentes da Comissão somente terão direito a percepção da gratificação de que trata esta Lei, quando substituírem os titulares, em seus impedimentos legais e na proporção de sua efetiva participação.

Art. 4º - Para os casos de participação nas comissões de que tratam o incisos I, II e III do anexo único desta lei a gratificação será paga em uma única vez inclusa na folha de pagamento do mês posterior a entrega do Relatório Final.

Art. 5º - Fica assegurado o pagamento do IG aos membros das comissões de que trata o Art. 1º, que no ato da aprovação desta Lei estejam em curso.

Art. 6º - As despesas oriundas desta lei, correrá a conta de dotações orçamentárias próprias.

Art. 7º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sede Provisória do Paço Municipal de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, em 26 de Novembro de 2018.

EUCLIDES DA SILVA PAIXÃO

PREFEITO

ANEXO ÚNICO

ATIVIDADE	IG
I - COMISSÃO DE CONCURSO PÚBLICO (atuação por concurso)	6
II - COMISSÃO DE SINDICÂNCIA (atuação por processo)	6
III - COMISSÃO DE PROCESSO DISCIPLINAR (atuação por processo)	
Atuação como Presidente	10
Atuação como Membro	6
IV - COMISSÃO PERMANENTE (para cada mês de efetiva participação - titular)	1

COORDENADORIA ADMINISTRATIVA
PORTARIA

PORTARIA Nº 594 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2018.

NOMEIA ENGENHEIRO RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO DE OBRAS QUE ESPECIFICA.

EUCLIDES DA SILVA PAIXÃO, Prefeito do Município de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo de suas legais atribuições;

R E S O L V E

Artigo 1º - Nomear **ENGENHEIRO** para responder pela fiscalização da execução das obras de construção de 13 unidades habitacionais rurais pelo PNHR, conforme Contrato 083/2013-1.

MARCUS VINICIUS GRANADO PERPINELLI

Engº. Civil CREA-MT 037359 - Matricula nº 27533.

RG: 1932626-2 SSP/MT CPF: 038.442.511-97

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrario.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito do Município de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, sede provisória do Paço Municipal à Av. Tancredo Neves 5659, em 10 de dezembro de 2018.

EUCLIDES DA SILVA PAIXÃO

Prefeito

COORDENADORIA ADMINISTRATIVA
PORTARIA

PORTARIA Nº 593 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2018.

NOMEIA ENGENHEIRO RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO DE OBRAS QUE ESPECIFICA.

EUCLIDES DA SILVA PAIXÃO, Prefeito do Município de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo de suas legais atribuições;

R E S O L V E

Artigo 1º - Nomear **ENGENHEIRO** para responder pela fiscalização da execução das obras de ampliação do Centro de Educação Municipal Ver. Edson A. A. Tamandaré, conforme Contrato 043/2015-1.

MARCUS VINICIUS GRANADO PERPINELLI

Engº. Civil CREA-MT 037359 - Matricula nº 27533.

RG: 1932626-2 SSP/MT CPF: 038.442.511-97

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrario.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito do Município de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, sede provisória do Paço Municipal à Av. Tancredo Neves 5659, em 10 de dezembro de 2018.

EUCLIDES DA SILVA PAIXÃO

Prefeito

PREFEITURA DE MIRASSOL D'OESTE/RH
TERMO ADITIVO

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO TEMPORÁRIO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PESSOAL POR PRAZO DETERMINADO Nº 211/2018

TERCEIRO TERMO ADITIVO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE MIRASSOL D'OESTE e **MARIA APARECIDA GONÇALVES GONZAGA,** com permissivo constitucional (artigo 37, inciso X) e a teor do disposto na LC n. 157/2016, LC nº 087/2009 e alterações e Lei autorizativa nº 1397 de 21 de dezembro de 2016, 1445/2017 e 1449/2018.

Pelo presente instrumento, o Município de Mirassol D'Oeste - MT, representado pelo Prefeito Sr. **EUCLIDES DA SILVA PAIXÃO**, portador do RG 579262 SSP/MT e CPF 415.991.521-34, a seguir denominado **CONTRATANTE** e a Sra**.** ***MARIA APARECIDA GONÇALVES GONZAGA*****,** brasileira, casada, residente e domiciliada na cidade de Mirassol D'Oeste - MT, portador do RG 2211963-9 SSP/MT e CPF 035.677.971-82, denominada contratada, resolvem celebrar o Terceiro Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços de Pessoal Por Prazo Determinado nº 211/2018, contratada para o cargo de **AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - INTERNO*,*** pela necessidade da continuidade da prestação de serviços, tendo em vista que a servidora titular do cargo Jandira da Silva, continuará afastada em gozo de licença férias, no período de 12/12/2018 a 09/02/2019, conforme requerimento.

CLÁUSULA PRIMEIRA: **Do Objeto**

O presente termo aditivo tem por objeto prorrogar o prazo de que trata a cláusula Sexta do Contrato temporário de Prestação de Serviços de Pessoal Por Prazo Determinado, firmado em 02 de maio de 2018.

CLÁUSULA SEGUNDA: Da Prorrogação

Fica prorrogado até 09 de Fevereiro de 2019 o prazo de que trata a cláusula sexta do contrato nº 211/2018.

CLÁUSULA TERCEIRA: Da Ratificação

Continuam em pleno vigor, as demais cláusulas e condições do Contrato de Prestação de Serviços de Pessoal Por Prazo Determinado que não conflitarem com o presente instrumento.

E por estarem ambas as partes de pleno acordo, assinam o presente, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de duas (02) testemunhas.

Mirassol D'Oeste, 10 de Dezembro de 2018.

EUCLIDES DA SILVA PAIXÃO

PREFEITO MUNICIPAL

MARIA APARECIDA GONÇALVES GONZAGA

CONTRATADA

Testemunhas:

ALCILENA C. QUEIROZ BOTELHO

RG: 375911 SSP/MT

CPF 303.820.681-49

RODRIGO DONIZETE TERRADAS

RG: 1982516-1 SSP/MT

CPF: 024.713.901-70

COORDENADORIA ADMINISTRATIVA
PORTARIA

PORTARIA Nº 587 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2018.

NOMEIA ENGENHEIRO RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO DE OBRAS QUE ESPECIFICA.

EUCLIDES DA SILVA PAIXÃO, Prefeito do Município de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo de suas legais atribuições;

R E S O L V E

Artigo 1º - Nomear **ENGENHEIRO** para responder pela fiscalização da execução das obras de reconstrução de ponte de concreto armado classe 45 toneladas extensão 15mx5m de largura no córrego escondido, na comunidade do escondido, conforme RDC 01.2017 - Contrato 034/2017-3.

MARCUS VINICIUS GRANADO PERPINELLI

Engº. Civil CREA-MT 037359 - Matricula nº 27533.

RG: 1932626-2 SSP/MT CPF: 038.442.511-97

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrario.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito do Município de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, sede provisória do Paço Municipal à Av. Tancredo Neves 5659, em 10 de dezembro de 2018.

EUCLIDES DA SILVA PAIXÃO

Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES

LICITAÇÃO
PREGAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES

ALTERAÇÃO DO HORARIO DE ABERTURA LICITAÇÃO

Pregão Presencial SRP Nº 071/2018

A Pregoeira Sra. Nadir da Silva, nomeada pela Portaria nº 122/2018, faz saber aos interessados que fica alterado o horário de abertura do **PREGÃO PRESENCIAL SRP N° 71/2018**, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, Objeto: ***CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO DE AR CONDICIONADO, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DE DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS, conforme termo de referência,*** cuja abertura ocorrerá no dia 21/12/2018 as 13:30hs, **PARA 08:00H DA MANHÃ DO DIA 21/12/2018**, na sede da Prefeitura Municipal de Nobres situada à Rua Ludgardes Hoffmann Riedi, s/nº, Jardim Paraná, Nobres-MT. Os interessados poderão retirar o edital completo, na sede da Prefeitura Municipal de Nobres, das 07:00 às 11:00h e das 13:00 as 17:00hs, ou através do site http://www.nobres.mt.gov.br/. Maiores informações (65) 3376-4200 – Ramal 4218 ou 4219.

Nobres, 10 de Dezembro de 2018.

NADIR DA SILVA

Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE NORTELÂNDIA

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
DECLARAÇÃO

DECLARAMOS, para os devidos fins e que surjam os efeitos legais, que **NÃO HOUVE CONTRATAÇÃO DE EMPRESA** responsável para a realização do **PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO**, para contratação temporária de **PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO E PROFISSIONAIS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL** que irão substituir os Assistentes Sociais, Professores e demais profissionais da educação não docentes efetivos e estáveis que encontram-se exercendo as funções de direção, articulação, coordenação pedagógica, cooperação técnica, assessoria técnica pedagógica, os de férias, os de desvios de função e readaptação, licenças diversas, além das vagas livres nos diversos cargo para o **EXERCÍCIO DE 2019**.

Para a realização do Processo Seletivo Público Simplificado foi nomeado pelo Executivo Municipal uma Comissão Organizadora através do Decreto nº 250/2018, de 06 de Dezembro de 2018.

Nortelândia – MT, 10 de Dezembro de 2018.

JOSSIMAR JOSÉ FERNANDES

PREFEITO MUNICIPAL

MARLENE JULIA DE OLIVEIRA SCARPAT

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,

PLANEJAMENTO E FINANÇAS

FLORINDO DE OLIVEIRA ALMEIDA

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E LAZER

MÁRCIA DEÚNGARO FERNANDES

SECRETÁRIA MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO

PORTARIA N° 512/2018

PORTARIA N° 512/2018

Silmar de Souza Gonçalves, Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento-MT, no uso de suas atribuições legais, que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, exonera a Senhora **Beatriz Evangelista da Costa,** do Cargo em Comissão de Diretora da EM Waldez Teixeira – Comunidade de Lavrinha, a partir de 31/12/2018.

Nossa Senhora do Livramento-MT, em 10 de Dezembro de 2018.

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

PORTARIA N° 511/2018

PORTARIA N° 511/2018

Silmar de Souza Gonçalves, Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento-MT, no uso de suas atribuições legais, que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, exonera a Senhora **Elza Maria de Arruda,** do Cargo em Comissão de Diretora da EM Profª Eliete Pedrosa da Costa – Comunidade de Pedro, com seu efeito a partir de 31/12/2018.

Nossa Senhora do Livramento-MT, em 10 de Dezembro de 2018.

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

PORTARIA N° 510/2018

PORTARIA N° 510/2018

Silmar de Souza Gonçalves, Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento-MT, no uso de suas atribuições legais, que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, exonera o Senhor **Maximiliano Alonso do Nascimento,** do Cargo em Comissão de Diretor da EM Profª Délia Galdina Duarte - Morro da Boa Vista - Sede, com seu efeito a partir de 31/12/2018.

Nossa Senhora do Livramento-MT, em 10 de Dezembro de 2018.

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

PORTARIA N° 507/2018

PORTARIA N° 507/2018

Silmar de Souza Gonçalves, Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento-MT, no uso de suas atribuições legais, que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, exonera a Senhora **Militina Maria da Silva,** do Cargo em Comissão de Diretora da EM Benedito Pereira Leite - Comunidade de Rio dos Peixes, com seu efeito a partir de 31/12/2018.

Nossa Senhora do Livramento-MT, em 10 de Dezembro de 2018.

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

PORTARIA N° 506/2018

PORTARIA N° 506/2018

Silmar de Souza Gonçalves, Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento-MT, no uso de suas atribuições legais, que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, exonera o Senhor **Vanderley Santana de Campos,** do Cargo em Comissão de Diretor da EM José Desidério de Pinho – Comunidade de Cristal, com seu efeito a partir de 31/12/2018.

Nossa Senhora do Livramento-MT, em 10 de Dezembro de 2018.

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

PORTARIA N° 505/2018

PORTARIA N° 505/2018

Silmar de Souza Gonçalves, Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento-MT, no uso de suas atribuições legais, que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, exonera **Marços André Rufino Borges,** do Cargo em Comissão de Coordenador Escolar na Secretaria de Educação, Esporte e Lazer – DAS- 3, com seu efeito a partir de 31/12/2018.

Nossa Senhora do Livramento-MT, em 10 de Dezembro de 2018.

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

PORTARIA N° 504/2018

PORTARIA N° 504/2018

Silmar de Souza Gonçalves, Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento-MT, no uso de suas atribuições legais, que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, exonera **Mario Roberto Duarte,** do Cargo em Comissão de Coordenador Escolar na Secretaria de Educação, Esporte e Lazer – DAS- 3, com seu efeito a partir de 31/12/2018.

Nossa Senhora do Livramento-MT, em 10 de Dezembro de 2018.

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

PORTARIA N° 503/2018

PORTARIA N° 503/2018

Silmar de Souza Gonçalves, Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento-MT, no uso de suas atribuições legais, que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, exonera **Eduardo Savio de Oliveira,** do Cargo em Comissão de Coordenador Escolar na Secretaria de Educação, Esporte e Lazer – DAS- 3, com seu efeito a partir de 31/12/2018.

Nossa Senhora do Livramento-MT, em 10 de Dezembro de 2018.

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

PORTARIA N° 502/2018

PORTARIA N° 502/2018

Silmar de Souza Gonçalves, Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento-MT, no uso de suas atribuições legais, que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, exonera a Senhora **Neocy Francisca dos Santos,** do Cargo em Comissão de Diretora do CMEI Nilce Gomes de Miranda – Comunidade de Ribeirão dos Cocais, com seu efeito a partir de 31/12/2018.

Nossa Senhora do Livramento-MT, em 10 de Dezembro de 2018.

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

PORTARIA N° 501/2018

PORTARIA N° 501/2018

Silmar de Souza Gonçalves, Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento-MT, no uso de suas atribuições legais, que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, exonera o Senhor **Arilson Aparecido de Barros,** do Cargo em Comissão de Coordenador Escolar da EM Manoel Santana da Silva – Comunidade de Coxos, com seu efeito a partir de 31/12/2018.

Nossa Senhora do Livramento-MT, em 10 de Dezembro de 2018.

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

PORTARIA N° 500/2018

PORTARIA N° 500/2018

Silmar de Souza Gonçalves, Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento-MT, no uso de suas atribuições legais, que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, exonera o Senhor **Aquino Ferreira de Jesus,** do Cargo em Comissão de Diretor da EM Profª Betina Tavares da Silva Taques - Comunidade de Figueiral, com seu efeito a partir de 31/12/2018.

Nossa Senhora do Livramento-MT, em 10 de Dezembro de 2018.

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

PORTARIA N° 499/2018

PORTARIA N° 499/2018

Silmar de Souza Gonçalves, Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento-MT, no uso de suas atribuições legais, que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, exonera a Senhora **Josiane Aparecida do Prado,** do Cargo em Comissão de Diretora da EM Ana Antonia Almeida Leite – Comunidade de Tanque Fundo, com seu efeito a partir de 31/12/2018.

Nossa Senhora do Livramento-MT, em 10 de Dezembro de 2018.

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

PORTARIA N° 515/2018

PORTARIA N° 515/2018

Silmar de Souza Gonçalves, Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento-MT, no uso de suas atribuições legais, que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, exonera a Senhora **Waldesávia Barbosa Santos Guimarães,** do cargo de Diretora do CMEI Alice Viegas de Pinho – Comunidade de Pirizal, com seu efeito a partir de 31/12/2018..

Nossa Senhora do Livramento-MT, em 10 de Dezembro de 2018.

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

PORTARIA N° 516/2018

PORTARIA N° 516/2018

Silmar de Souza Gonçalves, Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento-MT, no uso de suas atribuições legais, que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, exonera o Senhor **Vauir Multa de Alcântara,** do Cargo em Comissão de Coordenador Escolar da EM Venceslau da Silva Barros – Comunidade de Quilombo, com seu efeito a partir de 31/12/2018.

Nossa Senhora do Livramento-MT, em 10 de Dezembro de 2018.

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

PORTARIA N° 498/2018

PORTARIA N° 498/2018

Silmar de Souza Gonçalves, Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento-MT, no uso de suas atribuições legais, que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, exonera a Senhora **Ronize Gusmão de França,** do Cargo em Comissão de Coordenadora Escolar da EM Agrícola Gerônimo de Souza – Comunidade de Cabocla, com seu efeito a partir de 31/12/2018.

Nossa Senhora do Livramento-MT, em 10 de Dezembro de 2018.

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

PORTARIA N° 497/2018

PORTARIA N° 497/2018

Silmar de Souza Gonçalves, Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento-MT, no uso de suas atribuições legais, que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, exonera a Senhora **Isolina Eneide Leite,** do Cargo em Comissão de Coordenadora Escolar da EM Henriqueta Rainha de França – Comunidade de Laginha de Cima, com seu efeito a partir de 31/12/2018.

Nossa Senhora do Livramento-MT, em 10 de Dezembro de 2018.

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

PORTARIA N° 496/2018

PORTARIA N° 496/2018

Silmar de Souza Gonçalves, Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento-MT, no uso de suas atribuições legais, que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, exonera o Senhor **José Luis da Silva Leite,** do Cargo em Comissão de Coordenador de Almoxarifado DAS - 3 com seu efeito a partir de 31/12/2018.

Nossa Senhora do Livramento-MT, em 10 de Dezembro de 2018.

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

PORTARIA N° 495/2018

PORTARIA N° 495/2018

Silmar de Souza Gonçalves, Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento-MT, no uso de suas atribuições legais, que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, exonera **Erivelto Roberto de Assis,** do Cargo em Comissão de Coordenador do DAE, **DAS – 3,** com seu efeito a partir de 31/12/2018.

Nossa Senhora do Livramento-MT, em 10 de Dezembro de 2018.

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

PORTARIA N° 494/2018

PORTARIA N° 494/2018

Silmar de Souza Gonçalves, Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento-MT, no uso de suas atribuições legais, que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, exonera o Senhor **Bruno José Assunção da Silva,** do Cargo em Comissão de Gerente – DAS - 1, com seu efeito a partir de 31/12/2018.

Nossa Senhora do Livramento-MT, em 10 de Dezembro de 2018.

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

PORTARIA N° 493/2018

PORTARIA N° 493/2018

Silmar de Souza Gonçalves, Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento-MT, no uso de suas atribuições legais, que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, exonera **Marco Antonio de Figueiredo Silva,** do Cargo em Comissão de Coordenador de Obras, **DAS – 3,** com seu efeitoa partir de 31/12/2018.

Nossa Senhora do Livramento-MT, em 10 de Dezembro de 2018.

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

PORTARIA N° 492/2018

PORTARIA N° 492/2018

Silmar de Souza Gonçalves, Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento-MT, no uso de suas atribuições legais, que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, exonera o Senhor **André Luis de Morais e Silva, do Cargo em Comissão de Assessor Especial**, **DAS – 4, na Secretaria Municipal de Assistência Social,** com seu efeitoa partir de 31/12/2018.

Nossa Senhora do Livramento-MT, em 10 de Dezembro de 2018.

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

PORTARIA N° 490/2018

PORTARIA N° 490/2018

Silmar de Souza Gonçalves, Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento-MT, no uso de suas atribuições legais, que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, exonera a Senhora **Walquiria Conceição de Medeiros,** do Cargo em Comissão de Gerente – DAS - 1, na Secretaria Municipal de Administração e Planejamento, setor Procuradoria com seu efeito a partir de 31/12/2018.

Nossa Senhora do Livramento-MT, em 10 de Dezembro de 2018.

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

PORTARIA N° 489/2018

PORTARIA N° 489/2018

Silmar de Souza Gonçalves, Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento-MT, no uso de suas atribuições legais, que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, exonera **Raquel Rosa da Silva Rosário,** do cargo em Comissão de Coordenadora Contábil – DAS 3, na Secretaria Municipal de Finança, com seu efeito **a partir de 31/12/2018**.

Nossa Senhora do Livramento-MT, em 10 de Dezembro de 2018.

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

PORTARIA N° 488/2018

PORTARIA N° 488/2018

Silmar de Souza Gonçalves, Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento-MT, no uso de suas atribuições legais, que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, exonera **Nathalia Gomes da Silva,** do Cargo em Comissão de Coordenadora de Sistemas, **DAS – 3,** na Secretaria Municipal de Finanças, com seu efeito a partir de 31/12/2018.

Nossa Senhora do Livramento-MT, em 10 de Dezembro de 2018.

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

PORTARIA N° 487/2018

PORTARIA N° 487/2018

Silmar de Souza Gonçalves, Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento-MT, no uso de suas atribuições legais, que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, exonera **Jodirce Gonçalina Faria Miranda,** do Cargo em Comissão de Assessora Especial, **DAS – 4,** com seu efeito a partir de 31/12/2018.

Nossa Senhora do Livramento-MT, em 10 de Dezembro de 2018.

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRONICO Nº 038/2018

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRONICO Nº 038/2018

A Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento-MT, no exercício das atribuições que lhe confere a Portaria nº 001/2018, de 02/01/2018, torna público, para conhecimento dos interessados, que encontra-se aberta a Licitação na modalidade Pregão Eletrônico N.038/2018, cujo objeto **Contratação de empresa especializada para execução de obras e serviços de engenharia para Recuperação do pavimento com CBUQ em diversas ruas do município de Nossa Senhora do Livramento-MT, obedecendo rigorosamente os termos, instruções, condições, projetos e especificações técnicas contidas neste instrumento, conforme projeto em anexo, objeto do Termo de Convênio nº 1410/2018 firmado com a Secretaria de Estado das Cidades,** constantes no **Anexo I,** do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**, que será realizada no dia:

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Á Partir do dia 11/12/2018 às 10:00 horas. (HORÁRIO DE BRASÍLIA - DF);

DO ENCERRAMENTO DAS PROPOSTAS: Á partir do dia 21/12/2018 às 09:00 horas. (HORÁRIO DE BRASÍLIA - DF);

DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS: 21/12/2018 às 09:30 horas. (HORÁRIO DE BRASÍLIA - DF);

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 21/12/2018 às 10:30 horas (HORÁRIO DE BRASÍLIA - DF).

Conforme especificado no Edital de Licitação Pregão Eletrônico nº **038/2018**, Processo Administrativo nº 002064/2018-1. Informamos que o Edital encontra-se disponível nos sites www.bll.org.br e https://www.nossasenhoradolivramento.mt.gov.br/. Maiores informações pelo telefone (65) 3351-1200.

Nossa Senhora do Livramento-MT., 07 de dezembro de 2018.

Leonildes Fátima da S. Benevides

Pregoeira 01/2018

PORTARIA N° 509/2018

PORTARIA N° 509/2018

Silmar de Souza Gonçalves, Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento-MT, no uso de suas atribuições legais, que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, exonera a Senhora **Jocilda Maciel Muniz,** do Cargo em Comissão de Diretora da EM Luis Mandes da Silva – Comunidade de Estrela do Oriente, com seu efeito a partir de 31/12/2018.

Nossa Senhora do Livramento-MT, em 10 de Dezembro de 2018.

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

PORTARIA N° 508/2018

PORTARIA N° 508/2018

Silmar de Souza Gonçalves, Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento-MT, no uso de suas atribuições legais, que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, exonera a Senhora **Maria Elena de Campos,** do Cargo em Comissão de Diretora da EM Monte Hermon - Comunidade de Ninho das Aguias, com seu efeito a partir de 31/12/2018.

Nossa Senhora do Livramento-MT, em 10 de Dezembro de 2018.

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

PORTARIA N° 514/2018

PORTARIA N° 514/2018

Silmar de Souza Gonçalves, Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento-MT, no uso de suas atribuições legais, que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, exonera a Senhora **Karolina Aparecida de Figueiredo - Professora,** do Cargo em Comissão de Diretora do CMEI Iracilda Monteiro de Arruda – Sede, com seu efeito a partir de 31/12/2018.

Nossa Senhora do Livramento-MT, em 10 de Dezembro de 2018.

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

PORTARIA N° 513/2018

PORTARIA N° 513/2018

Silmar de Souza Gonçalves, Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento-MT, no uso de suas atribuições legais, que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, exonera a Senhora **Darlene Lessa Nogueira,** do Cargo em Comissão de Diretora da EM Vera Pereira do Nascimento – Comunidade de Capão das Antas, com seu efeito a partir de 31/12/2018.

Nossa Senhora do Livramento-MT, em 10 de Dezembro de 2018.

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES

ADMINISTRAÇÃO/RH
PORTARIA N.º 169/2018

Ementa: Designa servidora para responder interinamente pela ouvidoria, desta prefeitura dá outras providências,

Considerando a necessidade de que as atividades realizadas pela ouvidoria da prefeitura municipal não sofram solução de continuidade;

RESOLVE:

Artigo 1º- Designar a servidora **REGINA DE SOUZA MENDONCA**, para responder pelas atividades da ouvidoria desta Prefeitura, no período de 17.12.2018 a 17.01.2019, visando que a OUVIDORA **SUELEN MOURA RAMPAZZO** entrará de férias no período de 17.12.2018 a 17.01.2019.

Artigo 2º- Para o atendimento das necessidades do departamento, a servidora ora designada poderá utilizar do telefone ou atendimento interno.

Artigo 3º- Esta Portaria entra em vigor na data acima citada.

Artigo 4º- Revogam-se as disposições em contrário.

Nova Bandeirantes- MT, 03 de dezembro de 2018.

_____

VALDIR PEREIRA DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL

ADMINISTRAÇÃO/RH
PORTARIA Nº 160/2018

Ementa: Dispõe sobre a licença saúde, e dá outras providências,

O Prefeito Municipal de Nova Bandeirantes, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º- Fica CONCEDIDO licença saúde a servidora abaixo relacionado;

ROSENILDA DE FRABÇA MOREIRA, 01/12/2018 A 15/12/2018.

Artigo 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se Publique-se Cumpra-se.

Nova Bandeirantes- MT, 22 de novembro de 2018.

_____

VALDIR PEREIRA DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL

DEPARTAMENTO DE LICITAÇAO E CONTRATOS
LICENÇA DE INSTALAÇÃO Nº 006/2018

LICENÇA DE INSTALAÇÃO		
LI n°: 006/2018	**Válida até: 10/12/2021**	
Processo n°: 006/2018	Data de protocolo: 21/11/2018	
A SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE DO MUNICÍPIO DE NOVA BANDEIRANTES, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela portaria n°397 de 22 de maio de 2018 SEMA, pela Lei Municipal nº 935/2015, que dispõe sobre o Código de Proteção Ambiental do Município de Nova Bandeirantes, pela portaria 049/2018 PMNB, pela Resolução Consema nº 85/2014 e Lei Complementar nº 140/2011, concede a presente licença.		
DENOMINAÇÃO DA PROPRIEDADE OU EMPREENDIMENTO: VIVEIRO DE MUDAS MUNICIPAL		
ATIVIDADE LICENCIADA: CONSTRUÇÃO DO VIVEIRO DE MUDAS MUNICIPAL		
LOCALIZAÇÃO: ESTRADA CASTRO, ESQUINA COM A ITAMARACÁ, SETOR INDUSTRIAL Lat: 09°52'31.09''S Long: 57°48'.05.87''O	**MUNICÍPIO: Nova Bandeirantes - MT**	
NOME/RAZÃO INTERESSADO: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES CNPJ: 33.683.822/0001-73		
ATIVIDADE PRINCIPAL: ADMINISTRAÇAO PUBLICA		
RESTRIÇÕES: As contidas neste processo de licenciamento e ou na Legislação em vigor. É obrigatória a manutenção do parecer técnico no local da atividade licenciada juntamente com a licença emitida, bem como a comprovação do cumprimento das condicionantes e solicitações existentes, caso haja. Salientamos que a Licença Ambiental não dispensa e nem substitui Alvará ou Certidão de qualquer natureza exigida pela Legislação.		
DOCUMENTOS ANEXOS E CONDIÇÕES GERAIS DE VALIDADE: - Conforme parecer técnico n° 006/2018		
LOCAL E DATA: Nova Bandeirantes MT 10/12/2018	**Valdir Pereira dos Santos Prefeito Municipal**	**Euclides Bezerra da Silva Secretário Municipal de Agricultura, Meio Ambiente e Saneamento**

DEPTO LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 077/2018

O Município de Nova Bandeirantes, Estado de Mato Grosso, através da Pregoeira Oficial, comunica aos interessados que será aberta licitação na modalidade

Pregão Presencial 077/2018 No dia 21/12/2018 **às 10:30 horas,** (Horário de Mato Grosso).

Este pregão será regido pela Lei Federal 10.520/2002, com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/93, suas alterações e demais disposições Legais aplicáveis.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICO-PROFISSIONAL ESPECIALIZADO PARA A REALIZAÇÃO DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO MUNICIPAL, COMPREENDIDO TODOS ATOS PREPARATÓRIOS: ELABORAÇÃO E APLICAÇÃO DE PROVAS, CORREÇÃO E DEMAIS ATOS CORRELATOS ATÉ A ENTREGA DO RESULTADO FINAL PARA HOMOLOGAÇÃO, conforme especificações técnicas constantes neste instrumento.

O Edital contendo as instruções estará à disposição dos interessados na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes – MT. Informações pelo telefone (66) 3572-1950 ou através de solicitação pelo e-mail: licitação@novabandeirantes.mt.gov.br ou poderá ser retirado no site da prefeitura: www.novabandeirantes.mt.gov.br

Nova Bandeirantes/MT, 11 de dezembro de 2018.

_____

Bruna Neiverth

Pregoeira Oficial

Decreto nº 250/2017

CAMARA MUNICIPAL
CONTRATO N. 008/2018

CONTRATO N. 008/2018 QUE CELEBRAM A CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTESE A EMPRESA S.O.S ASSESSORIA CONTÁBIL E ADMINISTRATIVA LTDA – ME, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

A **Câmara Municipal de Vereadores de Nova Bandeirantes – Estado de Mato Grosso**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ 33.683.798/0001-72 com sede administrativa na Av. Comendador Luis Meneghel nº 55, Bairro Centro, Nova Bandeirantes – MT, neste ato representada pelo Vereador Presidente **Sr. Adelino Schmoller,** brasileiro, casado, agente político, portador do RG. N. º 1.598.242- SSP/PR e inscrito no CPF sob n.º 300.261.139-53, residente e domiciliado à Rua Piauí nº 560, bairro Centro, Nova Bandeirantes - MT, doravante denominado **CONTRATANTE**, e, de outro lado a empresa **S.O.S Assessoria Contábil e Administrativa Ltda - ME**, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o n. 03. 190.857.0001-00, estabelecida à Rua Presidente Epitacio Pessoa, nº 306, sala 01, Setor C, na Cidade de Alta Floresta, Estado de Mato Grosso, representada neste ato por seu Sócio Administrador Senhor Sidney Oribes da Silva, portador da Cédula de Identidade n. .62931 SSP/MT e CPF n. 275.723,151-00, chamado simplesmente de **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente contrato nos termos do processo licitatório realizado na modalidade de Pregão Presencial nº 002/2018, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO SUPORTE LEGAL

1.1. Deu origem ao presente contrato o resultado da licitação na modalidade de **PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2018**, a qual as partes encontram-se vinculadas ao seu edital e à proposta do adjudicatário.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO E FORMA DE EXECUÇÃO

2.1. O objeto do presente instrumento contratual é a Contratação de empresa especializada na realização de processo de Concurso Público para o cargo efetivo de Procurador Jurídico da Câmara Municipal de Vereadores de Nova Bandeirantes, com carga horária de 20 (vinte) horas, com as seguintes atribuições:

a) Elaborar o Edital de abertura e complementares, bem como seus anexos em conformidade com a legislação que rege a matéria, inclusive, contemplando, as exigências, regulamentos e Resoluções editadas pelo Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso – TCE/MT; b) Capacitar a Comissão Organizadora, visando total transparência e lisura do processo de concurso público; c) Elaborar resumo dos Editais para publicação na imprensa; d) Processamento e emissão das inscrições e boletos via *internet*; e) Elaboração, Aplicação e Correção de provas (escrita, prática, de títulos, quando necessário); f) Estima-se para o referido concurso aproximadamente 50 (cinquenta inscrições) inscrições . g) Instruir os fiscais das provas escritas e práticas, garantindo, no mínimo, um fiscal por sala; h) **Garantir fiscais de corredores suficientes para atender a demanda dos candidatos no dia da prova;** i) Emissão de relação de classificados; j) Manter os registros necessários ao bom desempenho do concurso, com listas de candidatos homologados, listas de presenças e resultados prévios, promovendo a ampla possibilidade de atendimento de eventuais recursos; k) Emitir relatórios contendo notas individuais em cada disciplina por cargo e por candidato; l) Subsidiar a Contratante em eventuais interposições recursais administrativas, seja em qual estágio for; m) Confecção dos cadernos de provas escritas conforme o número de candidatos inscritos; n) Emitir pareceres referentes a possíveis recursos administrativos; o) Elaboração de relatório final do processo. p) A empresa contratada deve fornecer arquivo de importação tanto dos candidatos do concurso como os aprovados do concurso via arquivo capaz de atender às exigências do Tribunal de Contas do Estado. **2.2.** O licitante vencedor será responsável por todas as obrigações sociais de proteção aos seus trabalhadores, bem como todas as despesas necessárias para a execução dos serviços contratados, incluindo despesas com deslocamentos, estadia, alimentação, salários, encargos sociais, previdenciários, comerciais, trabalhistas, equipamentos de proteção individual e quaisquer outros que se fizerem necessários ao cumprimento das obrigações decorrentes deste contrato, isentando integralmente o Município. **2.3.** Os serviços deverão ser concluídos no prazo máximo de 100 (cem) dias, contados da data da assinatura contratual, sendo considerado como concluído, a data da entrega do resultado final para homologação.

2.4. A forma de execução será indireta por empreitada.

2.5. O prazo de vigência será de 100 (cem) dias, contados da assinatura do contrato e expedição da ordem de serviço, prorrogado no interesse e necessidade das partes até o máximo previsto em Lei.

2.6. Consta no Anexo I deste Edital a relação dos cargos para o referido Concurso Público.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA

3.1. A vigência total do presente contrato será de 100 (cem) dias, contados da data da assinatura contratual, sendo considerado como concluído, a data da entrega do resultado final para homologação.

3.2. O prazo de vigência poderá ser prorrogado no interesse das partes até o máximo previsto em lei, respeitando-se o limite do valor para Carta Convite e o prazo máximo de 60(sessenta) meses.

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR E FORMA DE PAGAMENTO

4.1. O valor do presente contrato é de R$ 8.000,00. (oito mil reais) e o pagamento será efetuado mediante a comprovação da disponibilização dos serviços e da confirmação da Nota Fiscal dos serviços prestados, atestada pelo fiscal de contrato, conforme cronograma a seguir:

a) 50% na homologação das Inscrições;

b) 30% após a aplicação das provas objetivas e subjetivas e;

c) 20% na entrega do Resultado Final.

4.1.1. O pagamento ficará condicionado à apresentação da competente nota fiscal e do respectivo relatório das etapas do concurso.

4.1.2. ***Neste valor estão*** *incluídos todos os impostos, despesas com hospedagem, alimentação, combustível, deslocamento, fiscais, sendo tais custos de inteira responsabilidade da empresa contratada, caso houverem.*

4.2. O valor do contrato é fixo e irreajustável pelo seu prazo inicial, salvo por motivos de alteração na legislação econômica do país, que autorize a correção nos contratos com a administração pública.

4.3. É condição do pagamento a apresentação da competente nota fiscal, que deverá estar corretamente preenchida, sem rasuras ou entrelinhas e ainda, com as retenções de impostos incidentes sobre o valor do serviço.

4.4. Havendo erro na nota fiscal esta será devolvida e o pagamento suspenso até a sua regularização.

CLÁUSULA QUINTA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL A ESTE CONTRATO E AOS CASOS OMISSOS

5.1. As partes declaram-se sujeitas às disposições das Leis Federal nº 10. 520 e 8.666 e todas as suas alterações, que será aplicada em sua plenitude a este Contrato, bem como aos casos omissos resultantes deste pacto.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES

6.1. DO CONTRATANTE:

6.1.1. Efetuar os pagamentos pela prestação do serviço conforme o disposto na Cláusula Quarta.

6.1.2. Fiscalizar a execução do contrato e a eficácia dos trabalhos;

6.2. DO CONTRATADO:

6.2.1. Cumprir com proficiência, zelo, probidade e lealdade os serviços contratados e dentro dos prazos estipulados;

6.2.2. Prestar os serviços em conformidade com o disposto na Clausula segunda deste Contrato e manter o CONTRATANTE informado sobre o andamento dos trabalhos, encaminhando relatórios mensais dos serviços executados;

6.2.3. Manter as mesmas condições de habilitação, durante toda a vigência do contrato, especialmente quanto à regularidade para com a União, Estado e a Municipalidade.

6.2.4. Aceitar os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratual.

6.2.5. Cumprir fielmente todas as atribuições descritas nos itens “a” à “o” da Cláusula segunda deste Contrato.

CLÁUSULA SETIMA – DA RESCISÃO

7.0. O presente instrumento poderá ser rescindido por iniciativa de qualquer uma das partes, mediante notificação de no mínimo 30 (trinta) dias de antecedência.

7.1. Constituem motivos para rescisão sem indenização:

7.1.1. O descumprimento de qualquer das cláusulas deste Contrato;

7.1.2. A subcontratação total ou parcial do seu objeto;

7.1.3. O cometimento reiterado de falta na sua execução;

7.1.4. Razões de interesse público de alta relevância e amplo conhecimento, devidamente justificado pela máxima autoridade da Administração e exarado no processo administrativo a que se refere o Contrato;

7.1.5. Ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada impeditiva da execução do contrato.

7.2. É direito da Administração, em caso de rescisão administrativa, usar das prerrogativas do art. 77 da Lei 8.666/93.

7.3. É direito do CONTRATADO o contraditório e a ampla defesa nos caso de rescisão prevista nos itens 7.1, da clausula 7.0, deste contrato.

CLÁUSULA OITAVA – DAS SANÇÕES

8.1. Pela inexecução total ou parcial deste contrato, a Administração poderá garantida a prévia defesa, aplicar a CONTRATADA as seguintes sanções:

8.1.1. Advertência;

8.1.2. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Câmara Municipal de Nova Bandeirantes - MT, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

CLÁUSULA NONA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

9.1. Os recursos financeiros serão atendidos pela dotação do orçamento classificado e codificado sinteticamente sob o número: 01.001.01.031. 0001.2.001.3.390-39 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO

10.1. O foro da Comarca de Nova Monte Verde - Estado de Mato Grosso, é o competente para dirimir eventuais pendências acerca deste contrato, na forma da Lei Nacional de licitações, art. 55, § 2º.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1. É parte integrante deste Contrato, independente de transcrição o edital do Pregão Presencial nº 002/2018e a proposta da CONTRATADA.

11.2. Este contrato sujeita-se ainda, às Leis municipais inerentes ao assunto.

E, por estarem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Nova Bandeirantes - MT, em 10 de dezembro de 2.018.

Câmara Municipal de Nova Bandeirantes

Sr. Adelino Schmoller

Presidente da Câmara Municipal de Nova Bandeirantes

Contratante

S.O.S Assessoria Contábil e Administrativa Ltda – ME

Sidney Oribes da Silva

Sócio Administrador

Contratada

Claudirene Menin

ASSESSORIA JURÍDICA

OAB/MT 18421

TESTEMUNHAS:

Nome: Andréia Cristina da Silva Della Rosa Nome: Joaquim Schmoeller

CPF: 916.214.701-30 CPF409.691.779.68

DEPARTAMENTO DE LICITAÇAO E CONTRATOS
LICENÇA PRÉVIA N°: 006/2018

Licença PRÉVIA	
LP n°: 006/2018	**Válida até: 21/11/2021**
Processo n°: 006/2018	Data de protocolo: 21/11/2018
A SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE DO MUNICÍPIO DE NOVA BANDEIRANTES, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela portaria n°397 de 22 de maio de 2018 SEMA, pela Lei Municipal nº 935/2015, que dispõe sobre o Código de Proteção Ambiental do Município de Nova Bandeirantes, pela portaria 049/2018 PMNB, pela Resolução Consema nº 85/2014 e Lei Complementar nº 140/2011, concede a presente licença.	
DENOMINAÇÃO DA PROPRIEDADE OU EMPREENDIMENTO: VIVEIRO DE MUDAS MUNICIPAL	
ATIVIDADE LICENCIADA: CONSTRUÇÃO DO VIVEIRO DE MUDAS MUNICIPAL	
LOCALIZAÇÃO: ESTRADA CASTRO, ESQUINA COM A ITAMARACÁ, SETOR INDUSTRIAL Lat: 09°52’31.09’’S Long: 57°48’.05.87”O	**MUNICÍPIO: Nova Bandeirantes MT**
NOME/RAZÃO INTERESSADO: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES CNPJ: 33.683.822/0001-73	
ATIVIDADE PRINCIPAL: ADMINISTRAÇAO PUBLICA	
RESTRIÇÕES: As contidas neste processo de licenciamento e ou na Legislação em vigor. É obrigatória a manutenção do parecer técnico no local da atividade	

licenciada juntamente com a licença emitida, bem como a comprovação do cumprimento das condicionantes e solicitações existentes, caso haja. Salientamos que a Licença Ambiental não dispensa e nem substitui Alvará ou Certidão de qualquer natureza exigida pela Legislação.		
DOCUMENTOS ANEXOS E CONDIÇÕES GERAIS DE VALIDADE: - Conforme parecer técnico n° 006/2018		
LOCAL E DATA: Nova Bandeirantes MT 10/12/2018	**Valdir Pereira dos Santos** **Prefeito Municipal**	**Euclides Bezerra da Silva** **Secretário Municipal de Agricultura, Meio Ambiente e Saneamento**

DEPTO LICITAÇÃO/ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 126/2018
PREGÃO Nº. 002/2018 – MODALIDADE: ELETRÔNICO

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS HOSPITALARES PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE NOVA BANDEIRANTES - MT. ESTA SOLICITAÇÃO SERÁ LICITADA POR ITENS, VISANDO A COMPETITIVIDADE E ECONOMICIDADE EM BUSCA DO MELHOR E MENOR PREÇO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES, observado as especificações contidas no Termo de Referência deste edital e em seus anexos.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: à partir do dia 11/12/2018 ate 21/12/2018 7.30h de Brasília

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: Dia 21/12/2018, às 8:30 horas. (HORÁRIO DE BRASÍLIA - DF).

ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.bllcompras.org.br

LOCAL: O Pregão Eletrônico será realizado por meio do endereço eletrônico acima mencionado, através do Pregoeiro (a) e equipe de apoio. Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).

EDITAL: O Instrumento Convocatório e todos os elementos integrantes encontram-se disponíveis para consulta e retirada no endereço eletrônico acima mencionado. Maiores informações e esclarecimentos sobre o certame serão prestados pelo Pregoeiro (a) e Equipe de Apoio no Departamento de Licitações, situado Avenida Comendador Luiz Meneghel, nº. 62, Centro, Nova Bandeirantes/MT, de segunda a sexta-feira, das 07:00 as 13:00 às (HORÁRIO DE MATO GROSSO), ou pelo Telefone: (0XX) 66-3572-1950 ou (66) 98437-1118 email: licitacao@novabandeirantes.mt.gov.br

DA RETIRADA: O Instrumento Convocatório e seus anexos poderão ser retirados, até a hora marcada para a abertura da sessão no endereço eletrônico acima mencionado.

Nova Bandeirantes/MT, 10 de dezembro de 2018.

_____

Bruna Neiverth

Pregoeira Oficial

Decreto nº 250/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA GUARITA

ADMINISTRATIVO
RESULTADO PRELIMINAR INEXIGIBILIDADE 03/2018 CHAMADA PÚBLICA

Facilitador de oficina de Artesanato:

Nome	Pontuação	Situação	Motivo
Rosane Ritter Lopes	9,5	Habilitada	Documentos ok

Facilitador de oficina para os grupos de Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo- SCVF:

Nome	Pontuação	Situação	Motivo
Lucila Aparecida Cruz Andrade	10,0	Habilitada	Documentos ok

Orientador Social:

Nome	Pontuação	Situação	Motivo
Eliane Dias dos Santos	10,0	Habilitada	Documentos ok

Professor de Música:

Nome	Pontuação	Situação	Motivo
Sidnei de Campos	8,5	Habilitado	Documentos ok

Professor de Artes Marciais:

Nome	Pontuação	Situação	Motivo
Leandro Alcântara Bordignom	9,5	Habilitado	Documentos ok

Instrutor de Dança:

Nome	Pontuação	Situação	Motivo
Ludimila dos Santos	9,5	Habilitada	Documentos ok
Maria de Fatima Dias Lima	4,0	Inabilitada	Documentação incompleta

Nova Guarita- MT, 07 de Dezembro de 2018.

Edilaine da Silva Pereira

Presidente da Comissão

Claudia Viviane Pereira Bezerra

Membro da Comissão

Claudenice Nascimento Ferreira Mileski

Membro da Comissão

Rosangela Groff

Membro da Comissão

ADMINISTRATIVO
RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL 29 / 2018

Na data de 03/12/2018 as 830 Horas, Foram abertas as propostas Referente a licitação supra citada, requisitada pelo(S) orgão(S):

03 001 GABINETE SEC, MUN. DE ADMINISTRACAO E FAZENDA

E devidamente acompanhada por esta comissão de licitação, estamos assim de acordo com as normas legais vigentes. Tendo como vencedor(es) o(s) listado(s) abaixo.

SELECAO DE MELHOR PROPOSTA OBJETIVANDO O REGISTRODE PRECO PARA AQUISICAO A PRONTA ENTREGA E FRACIONADA DE GENEROS ALIMENTICIOS E BEBIDAS PARA USO EM TODAS AS SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA GUARITA- MT.

2193 A. LEWINSKI & CIA LTDA - ME 08.157.652/0001-46

TOTAL DO VENCEDOR R$ 224.094,00

46 IVANETE BOERI - EPP 01.819.055/0001-90

TOTAL DO VENCEDOR R$ 191.259,00

NOVA GUARITA - MT,10 de Dezembro de 2018

Yana Maria Marcon

Pregoeira Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA MUNICIPAL Nº 224/2018

PORTARIA MUNICIPAL Nº 224/2018

Data: 07 de dezembro de 2018

EMENTA:NOMEIA FISCAL DA OBRA REFERENTE AO **CONTRATO Nº 027/2016** EA TOMADA DE PREÇO Nº 008/2016CUJO OBJETO É A CONTRATAÇÃO DE UMA EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS E

SERVIÇOS PARA CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE EVENTOS NO COMPLEXO TURISTICO NO MUNICIPIO DE NOVA MARILÂNDIA – MT, DE ACORDO COM O CONTRATO DE REPASSE Nº 792393/2013 – MINISTERIO DO TURISMO CAIXA ECONOMICA FEDERAL PROCESSO Nº 2628.1009628-09/20013.

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE NOVA MARILÂNDIA-MT, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE CONFERE A LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear a Sr.ª. **LUANA APARECIDA GOMES**, Engenheira Civil, **CREA - MT Nº 042867**, RG Nº 1982342-8 - SSP/MT, CPF N° 052.533. 591-92, para fiscalizar a obra referente ao **CONTRATO Nº 027/2016**REFERENTE A TOMADA DE PREÇO Nº 008/2016CUJO OBJETO É A CONTRATAÇÃO DE UMA EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS PARA CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE EVENTOS NO COMPLEXO TURISTICO NO MUNICIPIO DE NOVA MARILÂNDIA – MT, DE ACORDO COM O CONTRATO DE REPASSE Nº 792393/2013 – MINISTERIO DO TURISMO CAIXA ECONOMICA FEDERAL PROCESSO Nº 2628.1009658-09/20013, tendo como credor **PAULINI CONSTRUÇÕES EIRELI - ME – CNPJ Nº 03.155.687/0001-22**.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Nova Marilândia - MT, aos 07 dias do mês de dezembro do ano de 2018.

JUVENAL ALEXANDRE DA SILVA

PREFEITO DE NOVA MARILÂNDIA-MT

Registrado e Publicado pela Secretaria Municipal de Administração, na data supra e na forma da lei

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA MUNICIPAL Nº 226/2018

PORTARIA MUNICIPAL Nº 226/2018

Data: 10 de dezembro de 2018

EMENTA:SUBSTITUI FISCAL DA OBRA REFERENTE AO **CONTRATO Nº 038/2016 –** REFERENTE A **TOMADA DE PREÇO Nº 012/2016** CUJO OBJETO É A CONTRATAÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO COM CONSTRUÇÃO DE GUIAS E SARJETAS, CALÇADAS E DRENAGEM DE AGUAS PLUVIAIS NO MUNICIPIO DE NOVA MARILANDIA – MT, DE ACORDO COM O CONTRATO DE REPASSE Nº 782257/2012 MINISTERIO DAS CIDADES CAIXA PROCESSO Nº 26281003558-29/2012.

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE NOVA MARILÂNDIA-MT, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE CONFERE A LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear a Sr.ª. **LUANA APARECIDA GOMES**, Engenheira Civil, **CREA - MT Nº 042867**, RG Nº 1982342-8 - SSP/MT, CPF N° 052.533. 591-92,para fiscalizar a obra referente ao **CONTRATO Nº 038/2016 –** REFERENTE A **TOMADA DE PREÇO Nº 012/2016** CUJO OBJETO É A CONTRATAÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO COM CONSTRUÇÃO DE GUIAS E SARJETAS, CALÇADAS E DRENAGEM DE AGUAS PLUVIAIS NO MUNICIPIO DE NOVA MARILANDIA – MT, DE ACORDO COM O CONTRATO DE REPASSE Nº 782257/2012 MINISTERIO DAS CIDADES CAIXA PROCESSO Nº 26281003558-29/2012, tendo como credor a empresa **MC TERRAPLANAGEM TRANSPORTES E SERVIÇOS LTDA ME – CNPJ Nº 09.356.670/0001-10.**

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Nova Marilândia - MT, aos 10 dias do mês de dezembro do ano de 2018.

JUVENAL ALEXANDRE DA SILVA

PREFEITO DE NOVA MARILÂNDIA-MT

Registrado e Publicado pela Secretaria Municipal de Administração, na data supra e na forma da lei.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA MUNICIPAL Nº 228/2018

PORTARIA MUNICIPAL Nº 228/2018

Data: 10 de dezembro de 2018

EMENTA:SUBSTITUI FISCAL DA OBRA REFERENTE AO **CONTRATO Nº 053/2018 REFERENTE A TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2018,** CUJO OBJETO É CONTRATAÇÃO DE UMA EMPRESA NA EXECUÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DE REFORMA PARCIAL DA ESCOLA MUNICIPAL CRIANÇA ESPERANÇA DO MUNICIPIO DE NOVA MARILÂNDIA – MT, ATRAVES DO CONVÊNIO DE N° 1177/2017 DA SECRETARIA DE ESTADO E EDUCAÇÃO – SEDUC.

O PREFEITO DE NOVA MARILÂNDIA, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE CONFERE A LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear a Sr.ª. **LUANA APARECIDA GOMES**, Engenheira Civil, **CREA - MT Nº 042867**, RG Nº 1982342-8 - SSP/MT, CPF N° 052.533. 591-92, para fiscalizar a obra referente ao **CONTRATO Nº 053/2018 - TOMADA DE PREÇOS 001/2018,** CUJO OBJETOÉ CONTRATAÇÃO DE UMA EMPRESA NA EXECUÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DE REFORMA PARCIAL DA ESCOLA MUNICIPAL CRIANÇA ESPERANÇA DO MUNICIPIO DE NOVA MARILÂNDIA – MT, ATRAVES DO CONVÊNIO DE N° 1177/2017, DA SECRETARIA DE ESTADO E EDUCAÇÃO – SEDUC, tendo como credor **MC TERRAPLANAGEM, TRANSPORTES & SERVIÇOS LTDA - ME, CNPJ Nº 09.356.670/0001-10.**

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Registre-se; Publique-se; Cumpra-se.

Nova Marilândia - MT, aos 10 dias do mês dezembro do ano de 2018.

JUVENAL ALEXANDRE DA SILVA

PREFEITO DE NOVA MARILÂNDIA-MT

Registrado e Publicado pela Secretaria Municipal de Administração, na data supra e na forma da lei.

LICITAÇÃO E CONTRATOS
REQUERIMENTO DE LICENÇA JUNTO A SEMA

A **Prefeitura Municipal de Nova Marilândia/MT**, CNPJ nº **37.464.989/0001-02,** torna público que requereu junto a SEMA – Secretaria Estadual do Meio Ambiente, a Licença Prévia e Licença de Instalação (LP e LI), referente a Construção de Calçada no município de Nova Marilândia/MT.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA MUNICIPAL Nº 225/2018

PORTARIA MUNICIPAL Nº 225/2018

Data: 07 de dezembro de 2018

EMENTA:SUBSTITUI FISCAL DA OBRA REFERENTE AO **CONTRATO Nº 036/2016 –** REFERENTE A **TOMADA DE PREÇO Nº 010/2016** CUJO OBJETO É A CONTRATAÇÃO DE UMA EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS PARA A CONSTRUÇÃO DA 1ª ETAPA DA PRAÇA DO FRANGO NO MUNICIPIO DE NOVA MARILANDIA - MT, DE

ACORDO COM O CONTRATO DO REPASSE Nº 821071/2015 MINISTÉRIO DO TURISMO/CAIXA PROCESSO 2628.1025475-14/201.

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE NOVA MARILÂNDIA-MT, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE CONFERE A LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear a Sr.ª. **LUANA APARECIDA GOMES**, Engenheira Civil, **CREA - MT Nº 042867**, RG Nº 1982342-8 - SSP/MT, CPF N° 052.533. 591-92,para fiscalizar a obra referente ao **CONTRATO Nº 036/2016 –** REFERENTE A **TOMADA DE PREÇO Nº 010/2016** CUJO OBJETO É A CONTRATAÇÃO DE UMA EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS PARA A CONSTRUÇÃO DA 1ª ETAPA DA PRAÇA DO FRANGO NO MUNICIPIO DE NOVA MARILANDIA - MT, DE ACORDO COM O CONTRATO DO REPASSE Nº 821071/2015 MINISTÉRIO DO TURISMO/CAIXA PROCESSO 2628.1025475-14/2015, tendo como credor, **PAULINI CONSTRUÇÕES EIRELI - ME – CNPJ Nº 03.155.687/ 0001-22.**

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Registre-se; Publique-se e Cumpra-se.

Nova Marilândia - MT, aos 07 dias do mês de dezembro do ano de 2018.

JUVENAL ALEXANDRE DA SILVA

PREFEITO DE NOVA MARILÂNDIA-MT

Registrado e Publicado pela Secretaria Municipal de Administração, na data supra e na forma da lei.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA MUNICIPAL Nº 227/2018

PORTARIA MUNICIPAL Nº 227/2018

Data: 10 de dezembro de 2018

EMENTA:SUBSTITUI FISCAL DA OBRA REFERENTE AO **CONTRATO Nº 049/2017 – TOMADA DE PREÇO Nº 003/2017** CUJO OBJETO É A CONTRATAÇÃO DE UMA EMPRESA NA EXECUÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS PARA A CONSTRUÇÃO DE CALÇADAS E MEIO FIO E SINALIZAÇÃO, DE ACORDO COM O CONTRATO DE REPASSE Nº 0348601-22/2010 – MINISTÉRIO DO TURISMO.

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE NOVA MARILÂNDIA-MT, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE CONFERE A LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear a Sr.ª. **LUANA APARECIDA GOMES**, Engenheira Civil, **CREA - MT Nº 042867**, RG Nº 1982342-8 - SSP/MT, CPF N° 052.533. 591-92, para fiscalizar A OBRA REFERENTE AO **CONTRATO Nº 049/ 2017 – TOMADA DE PREÇO Nº 003/2017** CUJO OBJETO É A CONTRATAÇÃO DE UMA EMPRESA NA EXECUÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS PARA A CONSTRUÇÃO DE CALÇADAS E MEIO FIO E SINALIZAÇÃO, DE ACORDO COM O CONTRATO DE REPASSE Nº 0348601-22/ 2010 – MINISTÉRIO DO TURISMO, tendo como credor a empresa **ALMEIDA CONSTRUÇÕES & SERVIÇOS LTDA - ME – CNPJ Nº 14.050. 302/0001-89.**

Art. 2º -Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Nova Marilândia - MT, aos 10 dias do mês de dezembro do ano de 2018.

JUVENAL ALEXANDRE DA SILVA

PREFEITO DE NOVA MARILÂNDIA-MT

Registrado e Publicado pela Secretaria Municipal de Administração, na data supra e na forma da lei

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGÁ

LICITAÇÃO
CONTRATO Nº 037/2018

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE NOVA MARINGÁ E INSTALADORA SÃO JOSÉ COMERCIO DE PEÇAS LTDA - ME PARA CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURIDICA ESPECIALIZADA EM EXECUÇÃO DE OBRAS DE CONSTRUÇÃO DE REDE ELÉTRICA DE DISTRIBUIÇÃO URBANA – COMPACTA PROTEGIDA DE 20 METROS NO MUNICÍPIO DE NOVA MARINGÁ – MT.

Por este instrumento de Contrato e, na melhor forma de direito, de um lado o **MUNICÍPIO DE NOVA MARINGÁ/MT,** Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede na Avenida Amos Bernardino Zanchet, nº 50E, Centro, na cidade de Nova Maringá/MT, inscrito no CNPJ/MF sob nº 37.464. 831/0001-24, representado neste ato pelo Prefeito Municipal **JOÃO BRAGA NETO**, brasileiro, casado, portador do CPF: 424.993.729-15 e RG n.º 3026855 SESP-PR, filiação: Eugenio Braga e Jacira Orcese Braga, natural de Cianorte/PR, residente e domiciliado no município de Nova Maringá/ MT, doravante simplesmente denominado **CONTRATANTE,** e de outro lado **INSTALADORA SÃO JOSÉ COMERCIO DE PEÇAS LTDA - ME**, Pessoa Jurídica de Direito Privado, com sede na Rua Travessa 3, n°670-N, Bairro Seringal, inscrito no CNPJ/MF sob nº 01.273.045/0001-00 e no Estado sob n° 13.169.402-2, representado neste ato por José Carlos Gonçalves, inscrito no CPF/MF sob nº318.346.711-91, doravante simplesmente denominado **CONTRATADO**, pactuam conforme as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – SUPORTE LEGAL

01.1. Este Contrato se fundamenta nas disposições consubstanciadas pela Lei nº 8.666/93, atualizada pela Lei nº 8.883/94, alterações posteriores e pelas convenções estabelecidas no Edital da TOMADA DE PREÇOS 002/ 2018 e neste instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

02.1. O presente Contrato tem por **OBJETO: CONTRATAÇÃO SOB REGIME DE EMPREITADA GLOBAL, DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE CONSTRUÇÃO DE REDE ELÉTRICA DE DISTRIBUIÇÃO URBANA – COMPACTA PROTEGIDA DE 20 METROS NO MUNICÍPIO DE NOVA MARINGÁ – MT, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO EDITAL, PROJETOS ELÉTRICO, PLANILHAS ORÇAMENTARIAS E MEMORIAL DESCRITIVO**, conforme especificações e condições do edital.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO FATO GERADOR CONTRATUAL

03.1. O Presente Instrumento contratual foi firmado em decorrência de deferimento efetuado, consubstanciado nos argumentos do Secretário Municipal de Obras.

CLÁUSULA QUARTA – DO REGIME DE EXECUÇÃO

04.1. O regime de execução do contrato, na forma da Lei é de execução indireta, no regime de empreitada por preço global, nos termos estatuídos pelo art. 6º, inciso VIII, alínea a, da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR DOS SERVIÇOS

05.1. O valor da execução dos serviços, objeto do presente Contrato, importa em R$38.182,45(trinta e oito mil centos e oitenta e dois reais e quarenta e cinco centavos).

CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

06.1. As despesas decorrentes do presente Contrato correrão por conta de recursos do Orçamento Programa do Município à conta da seguinte rubrica orçamentária:

Dotação: 06.001.25.752.0018.1037.449051.000000-239 - Fonte 117

CLÁUSULA SÉTIMA – DO PRAZO E DA VIGÊNCIA

07.1. O prazo para execução do objeto do presente contrato será aquele constante da proposta da licitante vencedora, e terá como termo inicial o 5° dia após a data da assinatura do contrato e/ou recebimento da Ordem de Serviços não podendo ultrapassar 60 (sessenta) dias.

07.2. A Contratada deverá executar o objeto do contrato da forma e nos prazos discriminados no Cronograma Físico-financeiro que é de 60 (sessenta) dias com início dia 30/11/2018 ao 28/01/2019.

07.3. O prazo contratual só poderá ser prorrogado, a critério da Administração, desde que ocorra um dos motivos previstos no parágrafo primeiro do artigo 57 da Lei no 8.666/93, devidamente autuado em processo próprio e aprovado pela autoridade competente.

CLÁUSULA OITAVA – DAS FORMAS DE PAGAMENTOS

08.1. É condição de pagamento a apresentação da respectiva Nota Fiscal/ Fatura, corretamente preenchida sem rasuras ou entrelinhas.

08.2. Nenhum pagamento isentará o contratado das responsabilidades contratadas, quaisquer que sejam, nem implicará em aprovação definitiva dos serviços executados, totais ou parcialmente.

CLÁUSULA NONA – DAS SANÇÕES

09.1. Em caso de inexecução do contrato, erro de execução, execução imperfeita, mora de execução, inadimplemento contratual ou não veracidade das informações prestadas, a Contratada estará sujeita às sanções administrativas abaixo, garantida a prévia defesa:

I. Advertência;

II. Multas (que poderão ser recolhidas por meio de Documento de Documento de Arrecadação Municipal - DAM, a ser preenchido de acordo com instruções fornecidas pela Contratante):

a - de 0,5 % por dia de atraso na entrega da obra, calculada sobre o valor total das etapas não concluídas até o término do prazo de execução, limitada a 10% do mesmo valor;

b - de 2,0 % sobre o valor dos serviços não executados, no caso de inexecução parcial do contrato;

c - de 0,2 % sobre o valor total do Contrato, por infração a qualquer cláusula ou condição do contrato não especificada nas alíneas “a” e “b” deste inciso, aplicada em dobro na reincidência;

d - de 2,0 % sobre o valor total do Contrato, no caso de rescisão do contrato por ato unilateral da Administração, motivado por culpa da Contratada, não se eximindo a mesma das demais sanções cabíveis;

e - de 2,0 % sobre o valor total da proposta, no caso de recusa injustificada da licitante adjudicatária em firmar o termo de contrato.

III. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Contratante, por prazo não superior a dois anos;

IV. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a sanção.

a) O Contratado terá o limite de 5 (cinco) dias úteis, contados da data de aplicação da penalidade e por ele dado ciente, para recolher a multa aos cofres do Município.

b) Não efetuando o pagamento no prazo acima a multa a que se refere esta cláusula será descontada do pagamento que se seguir à sua aplicação.

09.2. Poderá o Contratante, cumulativamente com a multa, aplicar advertência, suspensão temporária de participação em licitação e impedimento em contratar com a Administração por prazo não superior a 02 (dois) anos e declarar a inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

09.3. Os recursos contra a advertência, suspensão temporária e multa aplicada deverão ser feitos no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, nas condições do art. 109, Inciso I, alínea “f“, da Lei n.º 8.666/93 e no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis da intimação do ato para o caso de declaração de inidoneidade.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESPONSABILIDADE PELA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

10.1. O contratado deverá prestar os serviços que lhe compete com presteza absoluta, dedicação e eficiência, ao Município.

10.2. A execução dos serviços contratados serão efetuados em caráter autônomo, “in loco”, não ensejando nenhum vínculo empregatício entre o Contratante e o Contratado.

10.3. O Contratado fornecerá todos os materiais de construção da obra, bem como, se responsabiliza pelos equipamentos pessoais para a execução.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

a) Executar os serviços objeto do presente contrato, com absoluta diligência e perfeição.

b) Permitir e facilitar à fiscalização da Prefeitura na inspeção dos serviços a qualquer dia e hora, devendo prestar as informações e esclarecimentos necessários.

c) Todos os tributos e encargos legais incidentes sobre a execução do presente contrato correrão por conta do Contratado, inclusive os inerentes a pessoal, e seus encargos.

d) Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE

a) Aplicar as penalidades regulamentares e contratuais no caso de inadimplemento das obrigações do Contratado;

b) Intervir na prestação do serviço, nos casos e condições previstos em lei;

c) Homologar reajustes e proceder à revisão dos valores propostas na forma da lei e do presente contrato;

d) Cumprir e fazer cumprir as disposições regulamentares do serviço e as cláusulas contratuais deste instrumento;

e) Fiscalizar a forma de execução dos serviços por intermédio do servidor responsável;

f) Cumprir e fazer cumprir os termos da Lei nº 8.666, de 21/06/93 e do presente instrumento, inclusive no que diz respeito ao equilíbrio econômico-financeiro durante a execução do contrato;

g) Efetuar os pagamentos devidos ao Contratado no prazo estipulado no contrato;

h) Aplicar e cobrar as multas pela inexecução total ou parcial do objeto ou pela inobservância de quaisquer das cláusulas deste contrato;

i) Efetuar a retenção do ISSQN, IR e demais tributos sobre as notas fiscais ou recibos de prestação de cada parcela no ato dos pagamentos;

j) Modificar o contrato, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitados os direitos do Contratado;

k) Rescindir o contrato em caso de sua inexecução total ou parcial do contrato nos termos do artigo 77 da Lei 8666/93. E se for o caso rescindir unilateralmente nas hipóteses especificadas no inciso I do artigo 79 da referida Lei.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXECUÇÃO E ALTERAÇÃO DO CONTRATO.

13.1. Sendo o presente contrato administrativo regido pela Lei nº 8.666 de 08.06.93, fica assegurada à Prefeitura a prerrogativa de:

I) Modificá-lo, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público respeitado os direitos do Contratado;

II) Reincidir, unilateralmente, nos casos especificados no inciso I do art. 79, com referência que faz aos incisos I a XII e XVII, do art. 78, da mesma Lei;

III) Fiscalizar-lhe a execução;

IV) Aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do contrato.

13.2. Quaisquer tributos ou encargos criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data da apresentação da proposta comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou menos, conforme o caso.

13.3. Em havendo alteração unilateral do contrato que aumente os encargos do Contratado, o Contratante deverá restabelecer, por aditamento, o equilíbrio econômico-financeiro inicial, nos termos preceituados pelo parágrafo 6º do Art. 65 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA RESCISÃO

14.1. A rescisão do presente contrato poderá ser:

a) Amigável – por acordo entre as partes, reduzida a termo, desde que haja conveniência para a Prefeitura.

b) Administrativa – por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do Art. 78 da Lei nº 8.666/93.

c) Judicial – nos termos da legislação processual.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA FISCALIZAÇÃO

15.1. A fiscalização do objeto deste contrato será efetuada pelo fiscal de contrato, **Venicius Evangelista Ribeiro** com o **CPF: 019.695.931-48** designado pelo Secretário de Administração, ao qual efetuará a conferência dos valores designados no nas Notas Fiscais e, estando em conformidade com o contratado, encaminhará à Contabilidade para Liquidação para que se proceda ao pagamento.

15.2. Caberá ao fiscal de contrato o acompanhamento do cumprimento das obrigações por parte do **CONTRATADO**.

15.3. No desempenho de suas atividades é assegurado ao órgão fiscalizador o direito de verificar a perfeita execução do presente ajuste em todos os termos e condições.

15.4. A fiscalização por parte do **MUNICÍPIO** não eximirá ou reduzirá, em nenhuma hipótese, as responsabilidades do **CONTRATADO** sobre eventuais faltas que venha a cometer, mesmo que não indicada pela fiscalização.

15.5. Caberá à fiscalização exercer rigoroso controle do cumprimento do contrato, fazendo cumprir a lei e as disposições do presente Contrato.

15.6. Todas as ocorrências que vierem a prejudicar a regular execução do objeto do presente contrato deverão ser comunicadas, imediatamente, através de ofício, ao Secretário de Administração, que tomará as providências cabíveis.

15.7. Antes de comunicar as ocorrências ao Secretário de Administração, o fiscal de Contratos a ser designado, poderá comunicar oficialmente o **CONTRATADO** sobre o problema ocorrido, estabelecendo prazo razoável para resposta. Findo esse prazo, apresentada ou não a resposta, enviará comunicação ao Secretário de Administração.

15.8. Caberá ao fiscal de contratos o acompanhamento da execução do contrato, *in loco*, e o apontamento das irregularidades verificadas, comunicando as mesmas ao Secretário de Administração. O fiscal do contrato considerará como execução de forma regular e satisfatória se não houver nenhuma manifestação contrária feita pela mesma.

15.9. Constatando-se que os serviços não atendem as finalidades ou caso haja necessidade de readequação, cuja responsabilidade seja do CONTRATADO, o fiscal de contrato, expedirá ofício à contratada, comunicando e justificando as razões e ainda notificando-a para que efetue as correções no prazo máximo de 03 (três) dias corridos, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO DOMICÍLIO E FÔRO

16.1. As partes elegem como domicílio legal, o FORO da Comarca de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, para dirimir quaisquer litígios decorrentes deste contrato, excluindo-se qualquer outro por mais privilegiado que seja.

16.2. E por estarem devidamente acordados, declaram as partes contratantes aceitar as disposições estabelecidas nas Cláusulas deste instrumento, sujeitando-se as normas contidas na Lei Federal nº 8.666/93, bem como as demais normas complementares.

Nova Maringá – MT, 30 de Novembro de 2018.

_____

_____

Município de Nova Maringá Instaladora São José Comer.de Peças LTDA

João Braga Neto CNPJ:01.273.045/0001-00

Prefeito Municipal Empresa

Contratante Contratada

_____

Venicius Evangelista Ribeiro

CPF:019.695.931-48

Fiscal do Contrato

TESTEMUNHAS:

_____ _____ **Rosangela Melo Golarte Rosimeire da Silva Souza**

CPF:036.132.621-18 CPF:017.985.851-38

LICITAÇÃO
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. CONTRATO Nº 036/2018

Termo de Contrato que entre si celebram a **Prefeitura Municipal de Nova Maringá/MT** e **Camyla de Souza Ferreira Silva,** objetivandoa **Contratação de profissional para prestação de serviços de orientação Social.**

PREÂMBULO
DAS PARTES E SEUS REPRESENTANTES
DA FINALIDADE E DO FUNDAMENTO LEGAL

DAS PARTES E SEUS REPRESENTANTES: O Município de Nova Maringá - MT, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob o número 37.424.831/0001-24, com sede na Av. Amos Bernardino Zanchet, 50E, nesta cidade, Estado de Mato Grosso, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr.ª **JOÃO BRAGA NETO**, brasileiro, casado, portador do CPF: 424.993.729-15 e RG n.º 3026855 SESP-PR, filiação: Eugenio Braga e Jacira Orcese Braga, natural de Cianorte/PR, residente e domiciliado no município de Nova Maringá/MT, doravante denominada CONTRATANTE e, do outro lado, **Camyla de Souza Ferreira Silva**, inscrito no CPF/MF sob o n.º 048.093.721-46, portador da Cédula de Identidade n.° 2379423-2 SSP/MT, residente e domiciliada na Zona Rural, Projeto Casulo no Município de Nova Maringá – MT, doravante simplesmente denominada CONTRATADA, pactuam conforme as seguintes clausulas e condições.

DA FINALIDADE: O presente Contrato tem por finalidade formalizar e disciplinar o relacionamento contratual com vistas à execução dos trabalhos definidos e especificados na CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO, conforme ato autorizativo expedido pelo Prefeito Municipal em 12/11/2018 e consubstanciado nos argumentos da Secretaria Municipal de Assistência Social.

DO FUNDAMENTO LEGAL: O presente Contrato encontra-se fundamentado no previsto pelo art. 24, II da Lei n.º 8.666/93 e suas posteriores alterações e pelo art. 2º, II da Lei Municipal nº 825/2015 submetendo-se as partes às disposições constantes destas Leis, às cláusulas e condições aqui estabelecidas e às normas vigentes.

CLÁUSULA PRIMEIRA

DO OBJETO

1.1. Constitui objeto deste Contrato a **Contratação de profissional para prestação de serviços de orientação social**, a ser prestado da seguinte forma:

1.2. O objeto deverá ser fielmente prestado ao contratante, nas mesmas condições das especificadas pela Prefeitura Municipal e pelo Plano de Trabalho, ao qual fica estritamente vinculada à contratada.

1.3. Nenhuma alteração, modificação, acréscimo ou decréscimo, variação, aumento ou diminuição de quantidade ou de valores, ou das especificações e disposições contratuais poderá ocorrer, inclusive quanto à habilitação e qualificação da contratada, salvo quando e segundo a forma e as condições previstas na Lei nº. 8.666/1993.

1.4. A execução dos serviços contratados será efetuada em caráter autônomo, não ensejando nenhum vínculo empregatício entre o contratante e contratada.

CLÁUSULA SEGUNDA

DO PRAZO CONTRATUAL

2.1. O prazo de vigência do presente Contrato será de 01 (um) mês, contados a partir da assinatura em 13/11/2018, podendo ser prorrogado de acordo com as especificações legais.

CLÁUSULA TERCEIRA

DO REGIME E DA FORMA DE EXECUÇÃO/FORNCECIMENTO DO OBJETO

3.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas constantes neste instrumento e demais especificações fornecidas pelo contratante.

3.2. Os serviços deverão ser prestados diariamente, na Secretaria de Assistência Social no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da notificação a contratada.

3.3. Os custos necessários à prestação dos serviços serão suportados pela Contratada.

3.3.1. Caberá à Secretaria Municipal de Assistência Social exercer plena e constante fiscalização do objeto contratado.

3.3.2. Fica designada a servidora **ROSANGELA SILENE ARAUJO DE SOUZA LEITE**, inscrita no CPF/MF nº. 206.770.731.00, para exercer a fiscalização e o acompanhamento do objeto deste Contrato, nos termos disciplinados nos art. 58, III e 67 da Lei federal n.º 8.666/93.

3.4. Insere-se, em especial, no âmbito da atividade fiscalizadora, o poder de rejeitar os serviços prestados se os mesmos não estiverem de acordo com o solicitado pela Prefeitura Municipal.

3.5. A ação de fiscalização não reduzirá a total responsabilidade da Contratada por erro, atrasos ou omissões das quais decorram prejuízos ao Contratante ou a terceiros.

CLÁUSULA QUARTA

DOS PREÇOS, CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. A contratante pag**ará à contratada, o valor de R$ 1.200,00 (um mil e duzentos reais)** mensais, perfazendo o valor global de **R$ 1.200,00 (um mil e duzentos reais),** em até 10 (dez) dias contados da apresentação do recibo **4.2.** O valor constante do item anterior será pago por cheque a ser retirado diretamente na Tesouraria da Prefeitura Municipal ou através de crédito em conta corrente da contratada.

4.3. O valor não sofrerá atualização financeira no período de vigência do Contrato, salvo no caso do previsto pelo art. 65, §§ 5º e 6º da Lei nº. 8.666/93.

4.4. Será admitido o reajuste do valor mensal, em contrato com prazo de vigência igual ou superior a doze meses, mediante a aplicação do (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA), ou outro que venha a substituí-lo, divulgado pelo IBGE, desde que seja observado o interregno mínimo de 01 (um) ano, contado da data da assinatura do contrato.

4.5. Do valor das faturas apresentadas para pagamento, serão deduzidas, de pleno direito, pela Contratante:

4.5.1 Multas previstas neste Contrato; **4.5.2** As multas, indenizações ou despesas devidas por ato de autoridade competente, em decorrência do descumprimento pela Contratada de leis ou regulamentos aplicáveis a espécies. **4.6.** Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária. **4.7.** Não haverá, em nenhuma hipótese, pagamento antecipado. **4.8.** Nenhum pagamento isentará a contratada das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento. **4.9.** As despesas bancárias decorrentes de transferências de valores para outras praças serão de responsabilidade da contratada. **4.10.** O Município não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de “factoring”.

4.11. Para pagamento das despesas deste Contrato a Prefeitura emitira empenho, sob o código orçamentário a seguir:

09.002.08.244.0029.2061.339036 – 390 - FONTE 129

CLÁUSULA QUINTA

DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1 São obrigações da Contratada, além daquelas estipuladas da Lei 8.666/93: **5.1.1.** Prestar os serviços contratados, atendendo fielmente as necessidades e padrões estabelecidos pela Secretaria Municipal de Assistência Social, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas; **5.1.2.** Pagar todos os tributos, despesas e custos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os serviços prestados; **5.1.3.** Manter, durante toda a contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para contratação; **5.1.4.** Dispor-se a toda e qualquer fiscalização realizada pela Prefeitura Municipal de Nova Maringá ou órgão solicitante relativa ao objeto contratado ou às obrigações assumidas e previstas neste contrato; **5.1.5.** Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade da prestação dos serviços, inclusive nos casos de greves ou paralisações de qualquer natureza; **5.1.6.** Comunicar imediatamente a Prefeitura Municipal de Nova Maringá – MT qualquer alteração de domicílio, conta bancária e outros dados julgados necessários para o recebimento de correspondência e pagamentos; **5.1.7.** Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela Prefeitura Municipal, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução dos atos de sua responsabilida-

de; **5.1.8.** Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes; **5.1.9.** Fiscalizar, a suas expensas, o perfeito cumprimento da prestação do produto a que se obrigou, independentemente da fiscalização a ser realizada pela Prefeitura Municipal; **5.1.10.** Indenizar terceiros e a Administração Municipal, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização desta, pelos danos causados por sua culpa ou dolo, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes; **5.1.11.** Responder exclusivamente por todo e qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência da prestação dos serviços, mesmo nos casos em que envolvam eventuais decisões judicias, ficando eximido o Município de Nova Maringá – MT de qualquer espécie de solidariedade e responsabilidade.

CLÁUSULA SEXTA

DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1. Além daquelas resultantes da observância da Lei 8.666/93, são obrigações da Administração Pública:

6.1.1. Aplicar à contratada, quando for o caso e depois de garantido o direito ao contraditório e ampla defesa, as devidas penalidades, bem como notificá-la de sua aplicação;

6.1.2. Prestar à contratada toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária ao preenchimento do recibo;

6.1.3. Efetuar o pagamento à contratada no prazo avençado, após a entrega do recibo, devidamente atestada no setor competente;

6.1.4. Emitir requisição/ordem de prestação dos serviços, estabelecendo a quantidade, local e todas as informações que julgar necessárias para o bom cumprimento do objeto;

6.1.5. Cooperar, naquilo que lhe for imputável, para o bom cumprimento do objeto;

6.1.6. Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços prestados em desacordo com as obrigações assumidas pelo fornecedor;

6.1.7. Notificar a contratada de qualquer irregularidade encontrada na prestação dos serviços;

6.1.8. Fiscalizar a execução das obrigações assumidas pela Contratada;

6.1.9. Cumprir e fazer cumprir as disposições regulamentares do serviço e as cláusulas deste contrato;

6.1.10. Homologar reajustes e proceder revisões de valores propostos na forma da lei e do presente contrato, primando pelo respeito ao equilíbrio econômico-financeiro deste instrumento durante todo o período de sua execução, observando-se, em qualquer caso, os limites estabelecidos pela Lei Municipal nº 825/2015;

6.1.11. Providenciar a publicação do extrato do presente contrato no órgão de imprensa oficial do município, na forma e em respeito ao disposto pelos artigos 26 e 61, parágrafo único da Lei nº. 8.666/93;

6.2. O contratante poderá modificar unilateralmente o presente contrato para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitados os direitos da contratada.

CLÁUSULA SÉTIMA

DA CESSÃO DO CONTRATO

7.1. A Contratada não poderá ceder ou transferir a terceiros os direitos e obrigações decorrentes deste Contrato, sem a prévia e expressa concordância do Contratante.

CLÁUSULA OITAVA

DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

8.1. O Presente Contrato poderá ser alterado unilateralmente pelo Contratante, ou por acordo entre as partes, nas hipóteses previstas nos incisos I e II, do art. 65, da Lei Federal n° 8.666/93.

8.2. A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessária, em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato, observando-se, em qualquer caso, os limites estabelecidos pela Lei Municipal nº 825/2015.

CLÁUSULA NONA

DAS PENALIDADES

9.1. Em caso de inexecução total ou parcial do objeto do presente contrato pela contratada, bem como pelo descumprimento de qualquer das obrigações elencadas pela cláusula 5.1 deste contrato, sujeitará a contratada as seguintes penalidades:

9.1.1 Advertência;

9.1.2. Multa de até 15% calculada sobre o valor do Contrato;

9.1.3. Suspensão temporária e Impedimento de licitar e contratar com o Município por período não superior a 02 (dois) anos;

9.1.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação pelo Município, que será concedida quando o contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item anterior.

24. 24.1.

9.2. As sanções previstas nos itens 9.1.1, 9.1.3. e 9.1.4. poderão ser aplicadas juntamente com a do item 9.1.2., facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

9.3. A multa prevista pelo item 9.1.2 não exime a contratada da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar a Prefeitura ou a terceiros;

9.4 Em observância ao princípio do contraditório e da ampla defesa, é licito à contratada apresentar recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis ou pedido de reconsideração no prazo de 10 (dez) dias úteis quanto as penalidades aplicadas, o qual deve ser dirigido ao Prefeito Municipal, que decidirá o recurso no prazo de 05 (cinco) dias corridos e o pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias corridos.

9.5. Uma vez decidido o recurso ou pedido de reconsideração referido pelo item anterior será intimado a contratada para tomar conhecimento da decisão e, se for o caso, recolher o valor da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

9.6. Caso o valor da multa não seja recolhido no prazo assinalado pelo item anterior, será descontado dos créditos que a contratada por ventura possua com o Município e, em não havendo ou em sendo insuficiente para a sua quitação, será o valor encaminhado à Procuradoria Jurídica para que esta proceda à sua execução.

9.7. Após o devido Processo Administrativo, a penalidade será obrigatoriamente registrada no Diário Oficial do Município e do Estado.

9.8. Em caso de cometimento de ilícitos penais tipificados pela Lei nº 8. 666/93, estes serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA

DA RESCISÃO CONTRATUAL

10.1. O presente contrato será rescindido unilateralmente pela Contratante, após garantida a ampla defesa e o contraditório, sem direito a indenização de qualquer espécie, se a Contratada:

10.1.1 Não cumprir ou cumprir irregularmente qualquer das obrigações deste Contrato, especificações, ou prazos;

10.1.2 Subcontratar, transferir ou ceder, total ou parcialmente o Contrato a terceiros, bem como na fusão, cisão ou incorporação com outrem, sem autorização do Município de Nova Maringá - MT, sem prejuízo da multa prevista no item 9.1.2;

10.1.3 Atrasar o cronograma, sem justa causa;

10.1.4 Demonstrar incapacidade, desaparelhamento, inidoneidade técnica ou má-fé;

10.1.5 Atrasar injustificadamente o início do serviço;

10.1.6 Descumprir o disposto no inciso V, do art. 27, da Lei n.º 8.666/93, alterada pela Lei n.º 9.854/99;

10.1.7 Em qualquer das hipóteses elencadas no artigo 78, incisos I a XII e XVII da Lei nº 8.666/93.

10.2. Este Contrato poderá ser rescindido por mútuo acordo, atendida a conveniência do Município, mediante termo próprio e medição rescisória, recebendo a Contratada o valor dos serviços já executados até o momento da rescisão.

10.3. Este Contrato poderá, igualmente, ser rescindido por via judicial, nos termos da legislação vigente.

10.4. Caso o Município não utilize a prerrogativa de rescindir o presente Contrato, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento da fatura até que a Contratada cumpra integralmente a condição contratual infringida.

10.5. A Contratada reconhece neste ato os direitos do Município nos casos de rescisão previstos nos art. 77 a 80, no que couber, da Lei n.º 8.666/93.

10.6. Nos casos de rescisão do Contrato, a Contratada ficará sujeita às penalidades previstas na Lei e neste instrumento, não tendo direito a qualquer indenização, ressalvando-se o artigo 79, § 2º, da Lei n.º 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

DA TRANSMISSÃO DE DOCUMENTOS

11.1. A troca eventual de documentos entre as partes será feita por meio de protocolo, não sendo aceita nenhuma outra forma como prova de entrega de documentos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

DOS CASOS OMISSOS

12.1. Os casos omissos serão resolvidos em conformidade com o disposto na Lei Federal nº 8.666/93 e com os Princípios Gerais de Direito Público.

12.2. A abstenção por parte do Contratante da utilização de quaisquer direitos ou faculdades que lhe assistam, em razão deste Contrato ou de leis, não importará em renúncia destes mesmos direitos ou faculdades, que poderão ser exercidos a qualquer tempo, a seu exclusivo juízo, sem gerar precedendo invocável.

12.3. O Presente Contrato regula-se pelas suas cláusulas e pelos preceitos do Direito Público, aplicando-se, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições do Direito privado, obrigando as partes ao seu fiel cumprimento e, em especial, ao das normas da Lei Federal nº 8.666/93, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

DO FORO

13.1. Para dirimir quaisquer litígios oriundo do presente vínculo contratual, as partes, de comum acordo, elegem o foro desta Comarca de São José do Rio Claro, Estado do Mato Grosso, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou se torne.

Estando justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um só efeito legal, juntamente com duas testemunhas, que também o subscrevem.

Nova Maringá, 13 de Novembro de 2018.

.....

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGÁ

João Braga Neto

Prefeito

CONTRATANTE

.....

CAMYLA DE SOUZA FERREIRA SILVA

CPF 048.093.721-46

CONTRATADA

.....

ROSANGELA SILENE ARAUJO DE SOUZA LEITE,

CPF 206.770.731.00

Fiscal de Contrato

Testemunhas:

A) KEZIA FREZ DE SOUZA

CPF: 041.249.221.08

B) IVANI DE SOUZA COUTO OLIVEIRA

CPF: 027.071.346.86

.

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO. PREGÃO PRESENCIAL 027/2018. REGISTRO DE PREÇO

A Prefeitura Municipal de Nova Maringá, Estado de Mato Grosso, através de sua Pregoeira e Equipe de Apoio, instituída pela Portaria nº 159/2018/ GAPRE de 02 de Maio de 2018, torna público para conhecimento de quantos possam interessar que fará realizar no dia **21/12/2018 as 09h00-min**(horário de Cuiabá/MT), em sua sede situada na Av. Amos Bernardino Zanchet, nº 50E, Centro, Fone: (66) 3537-1310, CEP 78445-000, na cidade de Nova Maringá-MT, Licitação na Modalidade de **PREGÃO PRESENCIAL** tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, com **OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E TRANSPORTE ESCOLAR PARA O DISTRITO DE BRIANORTE E MUNICIPIO DE NOVA MARINGÁ-MT,**com recebimento e abertura das documentações e proposta, conforme especificado no Edital de Licitação n° **027/2018.**

O pregão presencial, encontra-se disponível aos interessados junto a comissão permanente de licitação no endereço supra citado e site http://www.novamaringa.mt.gov.br/Transparencia .

Nova Maringá - MT, 10 de dezembro de 2018.

.....

ROSIMEIRE SILVA SOUZA

Pregoeira Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 001/2018/NMV- MT SÚMULA: "CONCEDE FÉRIAS COLETIVAS À SERVIDORES PÚBLICOS LOTADOS NA SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

PORTARIA Nº 001/2018/NMV- MT

Súmula: "CONCEDE FÉRIAS COLETIVAS À SERVIDORES PÚBLICOS LOTADOS NA SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DE NOVA MONTE VERDE, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, em especial as previstas no artigo 100 da Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO, os costumes locais e inclusive nacionais no sentido da diminuição das atividades econômicas, anterior e posterior a data em que se comemora o Natal, com a coincidência das férias escolares, o que possibilita a redução da intensidade da prestação de serviços públicos, sem maiores prejuízos à comunidade;

CONSIDERANDO, assim, a viabilidade de se fazer coincidir com aquele decréscimo nas atividades econômicas à contenção de despesas com os serviços públicos, o que será possível com a concessão de férias coletivas à determinados servidores públicos municipais;

CONSIDERANDO, inclusive, a edição do Decreto 90/2018 de 11 de outubro de 2018, que prioriza a aplicação dos recursos na manutenção dos serviços essenciais aos munícipes, além dos obrigatórios, segundo a Constituição Federal, além da necessidade de racionalizar gastos, compatibilizando as despesas em relação à receita;

CONSIDERANDO, a necessidade administrativa;

DECRETA:

Art. 1º. Fica concedida férias coletivas aos servidores públicos, identificados no anexo dessa portaria, lotados na Secretaria Municipal de Planejamento, Administração e Finanças de Nova Monte Verde, no período compreendido entre os dias 17 de dezembro de 2018 à 15 de janeiro de 2019, ressalvados os que por necessidade administrativa, em razão da natureza de suas funções não poderão sofrer paralisações.

§1º. As férias coletivas mencionadas no *"caput"* serão deduzidas quando da aquisição anual de cada servidor, caso a caso.

§2º. O pagamento do período de férias coletivas será efetuado juntamente com os dias trabalhados do mês, no caso do servidor já possuir período aquisitivo.

§3º. No caso daqueles que não possuem período aquisitivo, o pagamento de 1/3 (um terço), relativo ao período de férias coletivas, ocorrerá quando da aquisição anual das férias regulamentares do servidor.

§4º. Ao término do período aquisitivo ou rescisão contratual a antecipação prevista no *"caput"*, haverá compensação dos dias de férias coletivas gozados, com o total de dias de gozo ou a indenização que o servidor teria direito.

Art. 2º. O funcionamento dos serviços administrativos essenciais será disciplinado internamente em escala de forma a não sofrerem interrupção, de acordo com a necessidade do gestor da pasta.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação revogada as disposições em contrário. Nova Monte Verde, MT, 10 de Dezembro de 2018.

Josimar dos Santos

Secretário Municipal de Planejamento, Administração e Finanças

Decreto 054/2018

ANEXO I

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Nº.	Mat.	NOME	CARGO	PERÍODO ADQUIRIDO	PERIODO DE GOZO
01	1366	REGINA CÉLIA GOMES DE MORAES	GERENTE DE CONVÊNIOS	24/04/2015 a 23/04/2016	17/12/2018 a 15/01/2019
02	1644	ALCILENE UCELLO DE MOURA	ZELADORA	08/09/2015 a 07/09/2016	17/12/2018 a 15/01/2019
03	3215	ELIANA CRISTINA ALBANO	CONTROLADORA INTERNA	09/10/2016 a 08/10/2017	17/12/2018 a 15/01/2019
04	53	JOAQUIM AZEVEDO	FISCAL DE OBRAS E POSTURA	01/01/2016 a 31/12/2016	17/12/2018 a 15/01/2019
05	1412	ADAUTO MOREIRA DA SILVA	DIRETOR DE DEPARTAMENTO	29/04/2016 a 28/04/2017	17/12/2018 a 15/01/2019
06	2346	TANIA DA SILVA JUSTO	GERENTE DE TRIBUTOS	01/02/2016 a 31/01/2017	17/12/2018 a 15/01/2019
07	3119	ROZEMBERGUE ALVES ARRUDA	ASSESSOR ESPECIAL DE GABINETE	24/04/2016 a 23/04/2017	17/12/2018 a 15/01/2019
08	68	ROSELI SOUZA PORTO DE PAULA	ASS. DE CONTROLE ADMINISTRATIVO	17/05/2017 a 16/05/2018	17/12/2018 a 15/01/2019

CAMARA MUNICIPAL

COMUNICADO

O Presidente da Câmara de Vereadores de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, Excelentíssimo Senhor **Francisco Antonio Sevallo**, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto nos artigos 197 e 198, da Resolução nº: 015/1996 – Regimento Interno do Legislativo Municipal, informa que:

Recebeu o Ofício nº: 1639/2018/GABPRES-DN, do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, encaminhando cópia digitalizada dos processos, contendo relatórios técnicos e parecer prévio alusivos ao julgamento das **Contas Anuais de Governo da Prefeitura de Nova Monte Verde/MT, relativas ao exercício de 2017**, para adoção dos trâmites legais e desencadeamento das providências regimentais cabíveis.

Informamos que todo o processo está disponível na Câmara Municipal para consulta pública e exercício do controle social de quaisquer interessados, e uma cópia impressa foi disponibilizada para a Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária, que terá o prazo de 30 (trinta) dias para opinar sobre a aprovação ou rejeição do parecer

do Tribunal de Contas, visando propiciar aos responsáveis pelas contas o direito de apresentação das alegações possíveis em observância ao princípio do contraditório e da ampla defesa, previsto no artigo nº: 197, do Regimento Interno da Câmara de Vereadores de Nova Monte Verde/MT.

Publique-se, cumpra-se.

Nova Monte Verde-MT, em 10 de dezembro de 2.018.

FRANCISCO ANTONIO SEVALLO

Vereador Presidente

RECURSOS HUMANOS
RESUMO DOS CONTRATOS 43 E 44/2018

CONTRATO Nº. 043/2018

1. PARTES: Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde e MARIA LUIZA COLNAGHI

2. OBJETO: O PRESENTE CONTRATO TEM POR OBJETO A CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PROFESSORA DE PEDAGOGIA, CUJAS ATRIBUIÇÕES ESTÃO ELENCADAS NA LEI QUE DISCIPLINA O EXERCÍCIO DA PROFISSÃO.

3. DATA ASSINATURA: 14 de Novembro de 2018.

4. VIGÊNCIA: 21 de Dezembro de 2018.

5. VALOR: 4.720,13 (quatro mil setecentos e vinte reais e treze centavos)

6. BASE LEGAL: Lei 936/2017

CONTRATO Nº. 044/2018

1. PARTES: Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde e MANOEL LOPES

2. OBJETO: O PRESENTE CONTRATO TEM POR OBJETO A CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE OPERADOR DE PÉ CARREGADEIRA, CUJAS ATRIBUIÇÕES ESTÃO ELENCADAS NA LEI QUE DISCIPLINA O EXERCÍCIO DA PROFISSÃO.

3. DATA ASSINATURA: 03 de Dezembro de 2018.

4. VIGÊNCIA: 03 de Fevereiro de 2019.

5. VALOR: R$ 4.548,44 (quatro mil quinhentos e quarenta e oito reais e quarenta e quatro centavos)

6. BASE LEGAL: Lei 936/2017.

LICITAÇÃO
AVISO DE REDUÇÃO DE PREÇOS - G3 COM. E DERIV. PETRÓLEO

EDITAL DE PUBLICAÇÃO

AVISO DE REDUÇÃO DE PREÇOS

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 13/2018

PROCESSO Nº. 2206/2018

OBJETO: *REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS COM ENTREGA PARCELADA Á FIM DE ABASTECER A FROTA VEICULAR DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE – MT*.

A Comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde-MT, formada pelos servidores: Johnny Bernatzky - Pregoeiro, Vanuza Aparecida Onofre Tenfen, e Regina Célia Werle - Membros da Equipe de Apoio, devidamente instituída através do Decreto nº. 035/2018 de 19 de Abril de 2018, torna público aos interessados que fora **REDUZIDO** o valor do combustível abaixo relacionado registrado pela empresa **G3 COMÉCIO E DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA - EPP, CNPJ: 09.176.226/0003-84**, conforme mostra a tabela abaixo:

Seq.	Cod.	Descrição	UND	Valor Anterior	Valor Reduzido
03	18203	ÓLEO DIESEL COMUM	Litro	R$ 4,54	R$ 4,39

Nova Monte Verde-MT, 10 de Dezembro de 2018.

JOHNNY BERNATZKY

Pregoeiro

Decreto 042/2017

Vanuza Aparecida Onofre Tenfen Regina Célia Werle

Membro Equipe de Apoio Membro da Equipe de Apoio

G3 COMÉCIO E DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA – EPP

CNPJ: 09.176.226/0003-84

Publique-se

RECURSOS HUMANOS
RESUMO DO TERMO ADITIVO AOS CONTRATOS 06-35 E 36/2018

CONTRATO Nº. 006/2018

1. PARTES: Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde e **CONCEIÇÃO APARECIDA DOS SANTOS SANTANA**

2. Fica Alterada a Cláusula Segunda, Parágrafo Primeiro do Contrato 006/2018 onde a carga horária do presente contrato passa a ser de 34 (trinta e quatro) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, desenvolvendo suas atividades na Escola Municipal “Roberto José Ferreira” conforme escala respectiva.

3. Nova Monte Verde-MT, 09 de Novembro de 2018.

CONTRATO Nº. 035/2018

1. PARTES: Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde e **TAINARA PRISCILA SEZE DA SILVA**

2. Fica Alterada a Cláusula Segunda, Parágrafo Primeiro do Contrato 035/2018 onde a carga horária do presente contrato passa a ser de 29 (vinte e nove) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, desenvolvendo suas atividades Escola Municipal “Roberto José Ferreira” conforme escala respectiva.

3. Nova Monte Verde-MT, 09 de Novembro de 2018.

CONTRATO Nº. 036/2018

1. PARTES: Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde e **SIMONE PEREIRA SILVA SANTOS**

3. Fica Alterada a Cláusula Sétima do contrato 036/2018 onde prorroga a vigência do presente contrato por mais 90 (Noventa) dias, iniciando-se o cômputo a partir da data de 04/12/2018 e encerrando-se no dia 04/03/2019.

3. Nova Monte Verde-MT, 04 de Dezembro de 2018.

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 001/2018/NMV- MT SÚMULA: "CONCEDE FÉRIAS COLETIVAS À SERVIDORES PÚBLICOS LOTADOS NA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE E SANEAMENTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

PORTARIA Nº 001/2018/NMV- MT

Súmula: "CONCEDE FÉRIAS COLETIVAS À SERVIDORES PÚBLICOS LOTADOS NA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE E SANEAMENTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE E SANEAMENTO DE NOVA MONTE VERDE, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, em especial as previstas no artigo 100 da Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO, os costumes locais e inclusive nacionais no sentido da diminuição das atividades econômicas, anterior e posterior a data em que se comemora o Natal, com a coincidência das férias escolares, o que possibilita a redução da intensidade da prestação de serviços públicos, sem maiores prejuízos à comunidade;

CONSIDERANDO, assim, a viabilidade de se fazer coincidir com aquele decréscimo nas atividades econômicas à contenção de despesas com os serviços públicos, o que será possível com a concessão de férias coletivas à determinados servidores públicos municipais;

CONSIDERANDO, inclusive, a edição do Decreto 90/2018 de 11 de outubro de 2018, que prioriza a aplicação dos recursos na manutenção dos serviços essenciais aos munícipes, além dos obrigatórios, segundo a Constituição Federal, além da necessidade de racionalizar gastos, compatibilizando as despesas em relação à receita;

CONSIDERANDO, a necessidade administrativa;

DECRETA:

Art. 1º. Fica concedida férias coletivas aos servidores públicos, identificados no anexo dessa portaria, lotados na Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente e Saneamento de Nova Monte Verde, no período compreendido entre os dias 17 de dezembro de 2018 à 15 de janeiro de 2019, ressalvados os que por necessidade administrativa, em razão da natureza de suas funções não poderão sofrer paralisações.

§1º. As férias coletivas mencionadas no *"caput"* serão deduzidas quando da aquisição anual de cada servidor, caso a caso.

§2º. O pagamento do período de férias coletivas será efetuado juntamente com os dias trabalhados do mês, no caso do servidor já possuir período aquisitivo.

§3º. No caso daqueles que não possuem período aquisitivo, o pagamento de 1/3 (um terço), relativo ao período de férias coletivas, ocorrerá quando da aquisição anual das férias regulamentares do servidor.

§4º. Ao término do período aquisitivo ou rescisão contratual a antecipação prevista no *"caput"*, haverá compensação dos dias de férias coletivas gozados, com o total de dias de gozo ou a indenização que o servidor teria direito.

Art. 2º. O funcionamento dos serviços administrativos essenciais será disciplinado internamente em escala de forma a não sofrerem interrupção, de acordo com a necessidade do gestor da pasta.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação revogada as disposições em contrário. Nova Monte Verde, MT, 10 de Dezembro de 2018.

Mario Sergio do Nascimento

Secretario Municipal de Agricultura, Meio Ambiente e Saneamento

Decreto 005/2017

SECRETARIA DE AGRICULTURA

Nº.	Mat.	NOME	CARGO	PERÍODO ADQUIRIDO	PERIODO DE GOZO
01	1409	WELLINTON JEZUFINO DA SILVA	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	29/04/2017 a 28/04/2018	17/12/2018 a 15/01/2019
02	404	ANTONIO ALVES DOS REIS	ENG. AGRÔNOMO		17/12/2018 a 15/01/2019
03	3104	NATANOEL DE OLIVEIRA JUNIOR	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	17/04/2017 a 16/04/2018	17/12/2018 a 15/01/2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA NAZARÉ

PREFEITURA MUNICIPAL
PORTARIA Nº. 1384 DE 30 DE NOVEMBRO DE 2.018.

"Dispõe sobre a Exoneração da servidora pública, e dá outras providências".

O Senhor **João Teodoro Filho** Prefeito Municipal de Nova Nazaré, Estado de Mato Grosso no uso de suas atribuições legais;

Considerando o disposto no art. 24, inciso IV, da Lei Complementar Municipal n° 023 de 23 de agosto de 2007, que dispõe sobre a reestruturação do **Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Nova Nazaré-MT** e de suas Autarquias e Fundações e dá outras Providências;

Considerando o processo de aposentadoria por Invalidez da servidora concursada/efetiva *LEDA MARIA DA SILVA* do cargo de *AUXILIAR ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL*, para que ocorra a devida concessão do beneficio.

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a Servidora ***LEDA MARIA DA SILVA***, brasileira, inscrita sob o RG nº 1995951/GO e do CPF nº 291.926.091-04, residente e domiciliada no Município de Nova Nazaré - MT, do cargo efetivo de ***AUXI-***

LIAR ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação revogada as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeitura de Nova Nazaré, Estado de Mato Grosso, aos trinta dias do mês de Novembro de 2.018.

JOÃO TEODORO FILHO

Prefeito Municipal

CAMARA DE NOVA NAZARÉ
PORTARIA Nº 80/2018

PORTARIA Nº 80/2018

"CONVOCA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 27/2018 QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICIPIO DE NOVA NAZARÉ – MT, PARA O EXERCICIO DE 2019"

Reginaldo Martins Del Colle, Presidente da Câmara Municipal de Nova Nazaré, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e regimentais que lhe são conferidas:

RESOLVE:

Art. 1º – Convocar Audiência Pública com o objetivo de discutir as propostas orçamentária definidas para o exercício de 2019, objetivando a situação econômico-financeira de nosso município em conformidade com a Lei de Diretrizes Orçamentaria.

Art. 2º – A audiência pública será realizada no dia 28 de novembro do corrente ano, nas dependências do Plenário Domingos Pereira Salgado, com início às 19:00 horas, com duração de no máximo 2 horas, tendo término previsto para as 21:00 horas.

Art. 2º – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Registre - se,

Publique - se

Cumpra – se

Gabinete da Presidência, 23 de Novembro de 2018.

Reginaldo Martins Del Colle

Presidente

CAMARA DE NOVA NAZARÉ
PORTARIA Nº 081/2018

PORTARIA Nº 081/2018

"CONCEDER FÉRIAS AO SERVIDOR

PÚBLICO EFETIVO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS".

***REGINALDO MARTINS DEL COLLE*, Presidente da Câmara Municipal de Nova Nazaré/MT Estado de mato Grosso no uso de suas atribuições legais conferidas pela LEI orgânica Municipal e Regimento Interno da Câmara.**

RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias regulamentares ao período de 30 (trinta) dias referente ao exercício de 2017, a serem computados a partir do dia 01 de dezembro de 2018 a 30 de dezembro de 2018 ao servidor *Edson Iuen, portador do CPF: nº 604.328.881 - 87* e *RG: nº 935 848* SSP/MT, no cargo de Vigia, deste poder legislativo.

Art.2º Esta Portaria entre em vigor na data do dia 01 de dezembro de 2018, revogando as disposições em contrário.

Sala da presidência aos 30 dias do mês de novembro de 2018.

Publique-se,

Dê-se ciência,

Registre-se e cumpra-se.

Reginaldo Martins Del Colle

PRESIDENTE

CAMARA DE NOVA NAZARÉ
PORTARIA Nº 82/2018

PORTARIA Nº 82/2018

"ALTERA A DATA DA SESSÃO SOLENE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES E DA OUTRAS PROVIDENCIAS"

Reginaldo Martins Del Colle, Presidente da Câmara Municipal de Nova Nazaré, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e regimentais que lhe são conferidas:

RESOLVE:

Art. 1º – Fica alterado a data da Sessão Solene da Câmara Municipal de vereadores de Nova Nazaré, prevista para o dia 15 /12/2018, as 19 horas, para o dia 17/12/2018 as 20:30 horas.

Art. 2º – Conforme determina o Art. 12 do Regimento Interno, considerando que não foi apresentado nenhuma CHAPA para concorrer a mesa diretora da Câmara Municipal para o segundo biênio, fica prorrogado para o dia 14 de dezembro em horário de expediente, último prazo para apresentação de chapas.

Art. 2º – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Registre - se,

Publique - se

Cumpra – se

Gabinete da Presidência, 04 de Dezembro de 2018.

Reginaldo Martins Del Colle

Presidente

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE ADITIVO 024/2015

SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 024/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA-MT

CONTRATADA:**GENESIO F. DE SOUZA & CIA LTDA ME**

OBJETIVO O presente Termo Aditivo tem por objetivo prorrogar o prazo de vigência contratual e o prazo de execução, conforme previstos nas Cláusulas Quarta e Quinta, do Contrato nº 024/2015.

OBJETO:CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO EM EXECUÇÃO DA OBRA DE CONSTRUÇÃO DE QUADRA COBERTA MODELO FNDE COM VESTIÁRIO NA ESCOLA MUNICIPAL BRANCA DE NEVE, CONFORME PROJETO ANEXO

VIGÊNCIA: 30/11/2018 até 30/11/2019.

Ficam ratificadas e mantidas em plena vigência as demais cláusulas e condições do Contrato

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
NÃO HOUVE RECURSOS INTERPOSTOS CONTRA A HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 004/2018

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 0042018

A Presidente da Comissão do Processo Seletivo Simplificado nº. 004/2018 da Prefeitura Municipal Nova Santa Helena, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais determinadas pela **Portaria nº. 236 de 22 de outubro de 2018**, torna Público:

NÃO HOUVE RECURSOS INTERPOSTOS CONTRA A HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 004/2018

Nova Santa Helena/MT, 10 de dezembro de 2018.

Leila Pimenta Zaneti

Presidente da Comissão

Processo Seletivo Simplificado 004/2018

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE ADITIVO 029/2018

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 029/2018

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA-MT

CONTRATADA:**S.O.S. ASSESSORIA CONTABIL E ADMINISTRATIVA LTDA-ME**, inscrita no C.N.P.J./MF sob o nº 03.190.857/0001-00.

OBJETIVO: O presente Termo tem por objeto acrescer o valor do serviço, conforme previsto na Cláusula Quinta, do Contrato nº 029/2018.

OBJETO:. Contratação de Empresa para Prestação de Serviços Técnicos Profissionais Especializados para Planejamento, Organização e Execução de Concurso Público para provimento dos cargos vagos da Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena – MT.

VALOR: 3.391,50

Ficam ratificadas e mantidas em plena vigência as demais cláusulas e condições do Contrato.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UBIRATÃ

PREVIDENCIA MUNICIPAL
PORTARIA N.º 0118/2018

"Dispõe sobre a Retificação da Portaria 105/2018 que concede Aposentadoria por Tempo de Contribuição Especial em favor da Sra. ROSEMERI GRENZEL".

A Diretora Executiva do UBIRATÃ - PREVI - Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Nova Ubiratã, Estado de Mato Grosso no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 6º, incisos "I","II","III" e "IV", da Emenda Constitucional n.º 41/2003, de 19 de Dezembro de 2003; Art. 94 e Anexo III da Lei Municipal nº 018/2008, dispõe sobre o plano de carreira e remuneração dos profissionais do magistério público municipal e a reforma do estatuto do magistério do município de Nova Ubiratã - MT, alterada pela Lei 044/2011 de 28 de março de 2.011,atualizado o piso salarial dos Profissionais da Educação Básica através do Decreto 018/2017 , concedido recomposição salarial através da Lei Complementar 104/2018 e ainda combinado com o Art. 92, incisos "I","II", "III" e "IV" da Lei Municipal n.º 060 de 27 de maio de 2013, que rege o Regime Próprio de Previdência Social do Município de NOVA UBIRATÃ- MT.

Resolve,

Art. 1° Retificar a portaria 105/2018 que concede Aposentadoria por Tempo de Contribuição Especial em favor da Sra. ROSEMERI GRENZEL.

Onde se Lê:

Art. **1º -** Conceder o benefício de **APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO ESPECIAL,** em favor da Sra.ROSEMERI GRENZEL, portadora do RG. nº. 2063300-9 SSP/MT e CPF nº. 647.978.219-49, residente e domiciliada neste Município de Nova Ubiratã, devidamente matriculada sob n.º 128, efetiva no cargo de **Professor III-30 NIVEL PÓS GRADUADO, Classe D, Nível 21**, lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, a referida Servidora conta com 9.718 dias trabalhados, ou seja, 26 anos, 07 mês e 18 dias, com **Proventos Integrais**, conforme o processo do UBIRATÃ - PREVI n.º 2018.09.00000006.

Leia-se:

Art. **1º -** Conceder o benefício de **APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO ESPECIAL,** em favor da Sra.ROSEMERI GRENZEL, portadora do RG. nº. 2063300-9 SSP/MT e CPF nº. 647.978.219-49, residente e domiciliada neste Município de Nova Ubiratã, devidamente matriculada sob n.º 128, efetiva no cargo de **Professor III-30 NIVEL PÓS GRADUADO, Classe E, Nível 21**, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, a referida Servidora conta com 9.718 dias trabalhados, ou seja, 26 anos, 07 mês e 18 dias, com **Proventos Integrais**, conforme o processo do UBIRATÃ - PREVI n.º 2018.09.00000006.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre, publique e cumpra-se.

Nova Ubiratã/MT, 10 de dezembro de 2018.

_____

Nathana Simone Rusch **Diretora Executiva**

ATA DA LISTAGEM DOS BENEFICIÁRIOS DO PROGRAMA PRÓ – FAMÍLIA – COMPLEMENTAR 001. NÚMERO: 006/2018

ATA DA LISTAGEM DOS BENEFICIÁRIOS DO PROGRAMA PRÓ – FAMÍLIA – COMPLEMENTAR 001.

NÚMERO: 006/2018

AOS CINCO DIAS DO MÊS DE NOVEMBRO DO ANO DE DOIS MIL E DEZOITO AS SETE HORAS E TRINTA MINUTOS, NA SALA DE REUNIÕES DOS CONSELHOS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, LOCALIZADO NA AVENIDA TANCREDO NEVES NÚMERO 1551 CENTRO, REALIZOU-SE REUNIÃO PARA ATUALIZAÇÃO DE DADOS DOS BENEFICIÁRIOS, DOS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE – ACS, ASSISTENTE SOCIAL E PSICÓLOGO DO PROGRAMA PRÓ-FAMÍLIA REFERENTE A ATA 001/2017 DE NOVA UBIRATÃ ESTADO DE MATO GROSSO, ONDE ESTIVERAM PRESENTES PARA ESTA REUNIÃO O COMITÊ GESTOR DO PROGRAMA PRÓ-FAMILIA - MT: ATESTAMOS QUE AS FAMÍLIAS ABAIXO RELACIONADAS ATENDEM OS CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE E CONDICIONALIDADES DO PROGRAMA, ENCAMINHAMOS PARA ATUALIZAÇÃO, VALIDAÇÃO E PUBLICAÇÃO EM VEÍCULO OFICIAL. SEGUE ABAIXO EM ORDEM ALFABÉTICA RELAÇÃO DAS FAMÍLIAS: ADEMAR AUGUSTO BUCHNER, INSCRITO NO CPF:038.414.811-59, ADRIANA DE ASSUNÇÃO SILVA, INSCRITA NO CPF: 048.243.751-00, AIRAN TABOSA DOS SANTOS, INSCRITO NO CPF: 937.555.543-72, ANA MARIA LIMA SILVA, INSCRITA NO CPF: 948.131.671-87, ANA PAULA DOS SANTOS RODRIGUES, INSCRITA NO CPF: 045.326.311-90, ANDRÉ OLEGÁRIO DA ROCHA, INSCRITO NO CPF: 045.883.521-80, ANGELA ROMANA DA SILVA, INSCRITA NO CPF:004.766.911-09, CLAUDINEIA ALVES DOS SANTOS, INSCRITA NO CPF: 101.309.621-38, CLEDNA LOPES SOUZA, INSCRITA NO CPF: 014.221.821-93, DAIANE ANDRADE, INSCRITA NO CPF: 041.468.001-45, DALZA OLIVEIRA BEZERRA, INSCRITA NO CPF: 036.269.271-80, DÉBORA BOTELHO FEIJÓ, INSCRITA NO CPF: 014.046.661-41, ELENA DA SILVA INSCRITA NO CPF: 020.549.721-77, ELIELDA SILVA GOMES, INSCRITA NO CPF: 019.089.093-23, ELZA FERNANDES MACIEL, INSCRI-

TA NO CPF: 943.062.651-53, ENISSANDRA BARBOSA DIAS, INSCRITA NO CPF: 046.809.121-11, FRANCIELE MOREIRA LOPES, INSCRITA NO CPF: 095.531.849-10, GEDALVA GONÇALVES DA COSTA, INSCRITA NO CPF: 864.121.243-49, ILZEMAR WOLFART, INSCRITA NO CPF: 012.345.391-79, IVANEIA DA CONCEIÇÃO SOUSA, INSCRITA NO CPF: 067.904.943-67, JANETE KARLING, INSCRITA NO CPF: 017.217.961-00, JANETE PIRES DE GODOI COSTA, INSCRITA NO CPF: 013.709.741-75, JAQUELINE BOSCHETTI GOTARDO, INSCRITA NO CPF: 756.314.231-20, JHENIFFER HAYANE PATRÍCIO DA COSTA, INSCRITA NO CPF: 070.620.751-32, JOELMA SIMÃO, INSCRITA NO CPF: 043.348.053-02, LAUZELINA CANUTO DA ROCHA, INSCRITA NO CPF: 023.583.691-52, LUCILENE DA CONCEIÇÃO, INSCRITA NO CPF: 019.087.463-51, LOURDES DO ROSÁRIO ANDRADE SANTOS, INSCRITA NO CPF: 996.403.751-68, MARIA DO CARMO PIRES, INSCRITA NO CPF: 020.756.931-29, MARIA ILDA DA SILVA FIDALGO, INSCRITA NO CPF: 074.959.251-67, MARIA REGINA PEREIRA DA SILVA, INSCRITA NO CPF: 012.293.071-17, MARIA ROSANA SOARES, INSCRITA NO CPF: 016.852.721-93, ROSANE MACHADO, INSCRITA NO CPF: 035.730.921-95, ROSENIL DA SILVA FREITAS, INSCRITA NO CPF: 082.424.939-95, SALETE DOMINGOS, INSCRITA NO CPF: 007.823.401-80, SANDRA APARECIDA DA COSTA, INSCRITA NO CPF: 016.634.911-94, TANIA CRISTINA SOARES PATEIS, INSCRITA NO CPF: 043.762.471-46, TEREZA FERREIRA SALES, INSCRITA NO CPF: 012.844.491-65, VERONICA NEVES SANTOS, INSCRITA NO CPF: 036.248.331-03 E ZELINDA MARGARETE ESMOZISKI. CONSEGUINTE SEGUE ABAIXO A RELAÇÃO DOS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE – ACS: ADRIANA FLOR DA SILVA, INSCRITA NO CPF: 059.819.529-70, ANDREIA CRISTIANE BIRCK VISOLI, INSCRITA NO CPF: 031.250.191-92, JOSICREIA DOS SANTOS SILVA, 050.299.211-50, LUCIELLY DE FÁTIMA SPULDAR, INSCRITA NO CPF: 045.405.021-66, MIRIAN WIITTE ANTUNES, INSCRITA NO CPF: 050.552.111-30, TANIA MARA BETT FUGA, INSCRITA NO CPF: 005.235.541-17, VILAIDE SANTANA DE SOUSA , INSCRITA NO CPF: 016.814.013-63 E A ASSISTENTE SOCIAL MARTA TRINDADE CORRÊA INSCRITA NO CPF: 110.716.088-00. DESTACAMOS QUE AS AGENTES COMUNITARIAS DE SAÚDE **MIRIAN WILTTE ANTUNES, CPF: 050.552.111-30;** E **ANDREIA CRISTIANE BIRCK VISOLI, CPF: 031.250.191-92,** PEDIRAM **EXONERAÇÃO** DE SUAS ATIVIDADES LABORATIVAS CONFORME COMUNICANDO A SETAS NA DATA DE 08/11/2018 AS 10:04H, *E VIA E-MAIL, PARA* ***beneficiariosprofamilia@gmail.com.*** *CONTUDO AS FAMILIAS OS BENEFECIARIOS FORAM REORDENADAS E DIVIDIDAS ENTRE OS DEMAIS ACS. SEM MAIS PARA O* MOMENTO E DE TOTAL CONSENTIMENTO DE TODOS DO COMITÊ GESTOR, EU, DYENY ALDEANY ALMEIDA NERING, SECRETÁRIA EXECUTIVA DOS CONSELHOS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, LAVREI E SECRETARIEI A SEGUINTE ATA QUE VAI POR MIM E PELOS DEMAIS ASSINADA:

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 002/2018 EDITAL COMPLEMENTAR 04/2018 EDITAL DE DIVULGAÇÃO DOS GABARITOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UBIRATÃ

ESTADO DE MATO GROSSO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 002/2018

EDITAL COMPLEMENTAR 04/2018

EDITAL DE DIVULGAÇÃO DOS GABARITOS

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Nova Ubiratã Sr. **Valdenir José dos Santos**, através da Comissão Municipal de Elaboração e Aplicação do Processo Seletivo Simplificado Portaria nº 0551/2018, que no uso de suas atribuições, vem por meio deste Tornar Público os **GABARITOS DOS CARGOS/FUNÇÕES** do Processo Seletivo Simplificado 002/2018**.**

Art. 1º. – Fica Nula a questão nº. 17 do Cargo/Função de Apoio administrativo Educacional Limpeza, pelo motivo de resposta acertiva em duplicidade (A e D), para tanto dando pontuação a todos os candidatos que realizaram a prova objetiva neste cargo/função.

Nova Ubiratã, MT- 10 de Dezembro de 2018.

VALDENIR JOSÉ DOS SANTOS

Prefeito Municipal

ELISABETE WURZIUS

Presidente da Comissão de Elaboração

Teste Seletivo Simplificado nº. 002/18

ASSISTENTE SOCIAL

FOLHA DE RESPOSTAS

PROVAS OBJETIVA – REALIZADA EM 09/12/2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UBIRATÃ - MT

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL 002/2018

NOME DO CANDIDATO:

_____

CARGO INSCRITO:

_____

LOCAL:

_____

—

Observações:

Assinale com X a alternativa correta para cada questão.

Existe apenas uma opção correta por questão

Questões que contenham rasuras na folha de resposta serão anuladas.

QUESTÃO	A	B	C	D
			X	
				X
	X			
		X		
		X		
				X
				X
	X			
		X		
		X		
				X
				X
			X	
	X			
	X			
		X		
				X
				X
				X
	X			

_____

ASSINATURA DO CANDIDATO

PSICOLOGO

FOLHA DE RESPOSTAS

PROVAS OBJETIVA – REALIZADA EM 09/12/2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UBIRATÃ - MT

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL 002/2018

NOME DO CANDIDATO:

_____

CARGO **INSCRITO:**

_____

LOCAL:

_____

__

Observações:

Assinale com X a alternativa correta para cada questão.

Existe apenas uma opção correta por questão

Questões que contenham rasuras na folha de resposta serão anuladas.

QUESTÃO	A	B	C	D
			X	
				X
	X			
		X		
		X		
				X
				X
	X			
		X		
		X		
				X
				X
			X	
	X			
				X
				X
				X
			X	
			X	
		X		

_____

ASSINATURA DO CANDIDATO

PROFESSOR EDUCAÇÃO BÁSICA

FOLHA DE RESPOSTAS

PROVAS OBJETIVA – REALIZADA EM 09/12/2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UBIRATÃ - MT

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL 002/2018

NOME DO CANDIDATO:

_____

CARGO **INSCRITO:**

_____

LOCAL:

_____

__

Observações:

Assinale com X a alternativa correta para cada questão.

Existe apenas uma opção correta por questão

Questões que contenham rasuras na folha de resposta serão anuladas.

QUESTÃO	A	B	C	D
			X	
				X
	X			
		X		
		X		
				X
				X
	X			
		X		
		X		
				X
				X

_____

ASSINATURA DO CANDIDATO

PROFESSOR EDUCAÇÃO BÁSICA – NIVEL MAGISTÉRIO

FOLHA DE RESPOSTAS

PROVAS OBJETIVA – REALIZADA EM 09/12/2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UBIRATÃ - MT

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL 002/2018

NOME DO CANDIDATO:

_____

CARGO **INSCRITO:**

_____

LOCAL:

_____

__

Observações:

Assinale com X a alternativa correta para cada questão.

Existe apenas uma opção correta por questão

Questões que contenham rasuras na folha de resposta serão anuladas.

QUESTÃO	A	B	C	D
				X
	X			
	X			
			X	
		X		
		X		
			X	
				X
		X		
			X	
			X	
	X			
			X	
				X
	X			
				X
				X
		X		
		X		
		X		

_____

ASSINATURA DO CANDIDATO

TÉCNICO ADM. ED. SECRETÁRIO ESCOLAR

FOLHA DE RESPOSTAS

PROVAS OBJETIVA – REALIZADA EM 09/12/2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UBIRATÃ - MT

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL 002/2018

NOME DO CANDIDATO:

_____

CARGO **INSCRITO:**

_____

LOCAL:

_____

__

Observações:

Assinale com X a alternativa correta para cada questão.

Existe apenas uma opção correta por questão

Questões que contenham rasuras na folha de resposta serão anuladas.

QUESTÃO	A	B	C	D
				X
	X			
	X			
			X	
		X		
		X		
			X	
				X
		X		
			X	
			X	
	X			
				X
			X	
				X
		X		
			X	
		X		
				X
				X

_____

ASSINATURA DO CANDIDATO

TÉCNICO DES. e/ou AUXILIAR SALA

FOLHA DE RESPOSTAS

PROVAS OBJETIVA – REALIZADA EM 09/12/2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UBIRATÃ - MT

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL 002/2018

NOME DO CANDIDATO:

_____

CARGO INSCRITO:

_____

LOCAL:

_____

__

Observações:

Assinale com X a alternativa correta para cada questão.

Existe apenas uma opção correta por questão

Questões que contenham rasuras na folha de resposta serão anuladas.

QUESTÃO	A	B	C	D
				X
	X			
	X			
			X	
		X		
				X
			X	
				X
		X		
			X	
			X	
	X			
				X
			X	
				X

_____

ASSINATURA DO CANDIDATO

APOIO ADM. EDUC. LIMPEZA

FOLHA DE RESPOSTAS

PROVAS OBJETIVA – REALIZADA EM 09/12/2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UBIRATÃ - MT

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL 002/2018

NOME DO CANDIDATO:

_____

CARGO INSCRITO:

_____

LOCAL:

_____

__

Observações:

Assinale com X a alternativa correta para cada questão.

Existe apenas uma opção correta por questão

Questões que contenham rasuras na folha de resposta serão anuladas.

QUESTÃO	A	B	C	D
				X
				X
		X		
			X	
		X		
			X	
	X			
		X		
			X	
			X	
	X			
			X	
				X
	X			
		X		
			X	
				X
			X	
		X		
			X	

_____

ASSINATURA DO CANDIDATO

APOIO ADM. EDUC. NUTRIÇÃO

FOLHA DE RESPOSTAS

PROVAS OBJETIVA – REALIZADA EM 09/12/2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UBIRATÃ - MT

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL 002/2018

NOME DO CANDIDATO:

_____

CARGO INSCRITO:

_____

LOCAL:

_____

__

Observações:

Assinale com X a alternativa correta para cada questão.

Existe apenas uma opção correta por questão

Questões que contenham rasuras na folha de resposta serão anuladas.

QUESTÃO	A	B	C	D
				X
				X
		X		
			X	
		X		
			X	
	X			
		X		
			X	
			X	
	X			
			X	
	X			
		X		
			X	
	X			
				X
			X	
				X
			X	

_____

ASSINATURA DO CANDIDATO

APOIO ADM. EDUC. MOTORISTA

FOLHA DE RESPOSTAS

PROVAS OBJETIVA – REALIZADA EM 09/12/2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UBIRATÃ - MT

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL 002/2018

NOME DO CANDIDATO:

_____

CARGO INSCRITO:

_____

LOCAL:

_____

__

Observações:

Assinale com X a alternativa correta para cada questão.

Existe apenas uma opção correta por questão

Questões que contenham rasuras na folha de resposta serão anuladas.

QUESTÃO	A	B	C	D
				X
				X
		X		
			X	
		X		
			X	
	X			
		X		
			X	
			X	
	X			
			X	
				X
		X		
		X		
			X	
				X
	X			

			X

_____

ASSINATURA DO CANDIDATO

APOIO ADM. EDUC.VIGILÂNCIA

FOLHA DE RESPOSTAS

PROVAS OBJETIVA – REALIZADA EM 09/12/2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UBIRATÃ - MT

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL 002/2018

NOME DO CANDIDATO:

_____

CARGO INSCRITO:

_____

LOCAL:

_____

__

Observações:

Assinale com X a alternativa correta para cada questão.

Existe apenas uma opção correta por questão

Questões que contenham rasuras na folha de resposta serão anuladas.

QUESTÃO	A	B	C	D
				X
				X
		X		
			X	
		X		
			X	
	X			
			X	
		X		
			X	
			X	
	X			
			X	
				X
			X	
		X		
			X	

_____

ASSINATURA DO CANDIDATO

AUXILIAR ADMINISTRATIVO

FOLHA DE RESPOSTAS

PROVAS OBJETIVA – REALIZADA EM 09/12/2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UBIRATÃ - MT

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL 002/2018

NOME DO CANDIDATO:

_____

CARGO INSCRITO:

_____

LOCAL:

_____

__

Observações:

Assinale com X a alternativa correta para cada questão.

Existe apenas uma opção correta por questão

Questões que contenham rasuras na folha de resposta serão anuladas.

QUESTÃO	A	B	C	D
				X
				X
		X		
			X	
		X		
			X	
	X			
		X		
			X	
			X	
	X			
			X	
				X
	X			
			X	
			X	
				X
		X		
			X	
				X

ASSINATURA DO CANDIDATO

MENOR APRENDIZ

FOLHA DE RESPOSTAS

PROVAS OBJETIVA – REALIZADA EM 09/12/2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UBIRATÃ - MT

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL 002/2018

NOME DO CANDIDATO:

CARGO INSCRITO:

LOCAL:

Observações:

Assinale com X a alternativa correta para cada questão.

Existe apenas uma opção correta por questão

Questões que contenham rasuras na folha de resposta serão anuladas.

QUESTÃO	A	B	C	D
				X
				X
		X		
			X	
		X		
			X	
	X			
		X		
			X	
			X	
	X			
			X	
				X
			X	
				X
	X			
				X
		X		
	X			
				X

ASSINATURA DO CANDIDATO

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA

CONTRATO N.º 45/2018 1º TERMO ADITIVO

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 45/2018.

O MUNICÍPIO DE NOVA XAVANTINA Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de Direito Publico Interno, sediada no Paço Municipal, na Avenida Expedição Roncador Xingu, nº 249, inscrita no CNPJ 15.024.45/0001-73, representada pelo seu Prefeito Municipal Sr. **JOÃO BATISTA VAZ DA SILVA - CEBOLA**, brasileiro, casado, inscrito (a) no CPF/MF nº. 282.509. 151.00 e no RG nº. 1.392.532 SSP/GO, ora denominado CONTRATANTE e do outro lado (a) Sr(a) **CLARICE CARDOSO SILVA**,brasileiro(a), solteira**, matricula funcional nº 4240,** inscrito(a) no CPF/MF nº 033.668.335.99 e no RG n.º 1426189699 SSP/BA, matricula funcional 4240, neste ato denominado contratado(a), na qualidade de **TECNICO EDUC. EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL**, detentores do contrato celebrado entre si em **02 DE MAIO DE 2018**, resolvem celebrar o 1º Termo Aditivo ao contrato nº **45/2018:**

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA

1.1 Este Aditivo será por prazo determinado, com inicio no dia **15 de dezembro de 2018** e término dia **13 de dezembro de 2019, em razão de estar em gozo de licença maternidade**, comprometendo-se o (a) contratado (a) a cumprir 40 (quarenta) horas semanais, levando-se em conta o horário determinado para o exercício de sua função na respectiva Secretaria onde está lotado(a).

CLÁUSULA SEGUNDA – RATIFICAÇÕES

2.1. Ficam inteiramente ratificadas em todos os seus termos, cláusulas e condições, as disposições contratuais originais, no que não tiverem sido retificadas, alteradas ou modificadas pelo presente TERMO, que fica fazendo parte integrante e inseparável do Contrato nº **45/2018.**

E por estarem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

NOVA XAVANTINA-MT, 10 DE DEZEMBRO DE 2018.

JOÃO BATISTA VAZ DA SILVA - CEBOLA

Prefeito Municipal

CLARICE CARDOSO SILVA

Contratado(a)

SECRETARIA DE GABINETE
RESOLUÇÃO Nº 01/COMISSÃO DE TURISMO/2018

RESOLUÇÃO Nº 01/COMISSÃO DE TURISMO/2018

Dispõe sobre a formação de uma mesa diretora na Comissão de Turismo, criação de critérios para utilização de atrativos turísticos e encaminhamento de Licenciamento Ambiental.

A Comissão de Turismo, nomeada através da Portaria nº 10.106, de 1º de novembro de 2018, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas.

Considerando a finalidade de proceder aos trabalhos necessários e inerentes às ações referentes ao processo de licenciamento ambiental, instituição de regras de utilização dos pontos/atrativos turísticos do município.

RESOLVE:

I. Formar uma **mesa diretora**, composta pelos membros abaixo listados dentro da Comissão do Turismo, conforme segue:

a) Presidente: Edivaldo Celestino Barbosa; **b) Vice Presidente: Ricardo Viccario de Campos; c) 1ª Secretária:** Suzete Madair Rosa Miranda; **d) Suplente:** Abonízia Medrado Ferreira; **e) 1ª Tesoureira:** Rita Maria de Paula Garcia; **f) Suplente:** Henrique Scarabelle de Moraes.

II. Estabelecer **regras de utilização** para serem apreciadas e aprovadas pela Comissão do Turismo e pelo Conselho Municipal do Turismo, conforme segue:

a) Número de Visitantes; **b)** Período e tempo de visitação; **c)** Vias de acesso; **d)** Taxa de contribuição; **e)** Produção e destinação dos resíduos sólidos; **f)** Informação sobre o atrativo e suas peculiaridades; **g)** Orientação ao turista; **h)** Cuidados com a segurança; **i)** Consumo de bebidas alcoólicas; **j)** Presença de animais; **k)** Camping e preparo de alimentos; **l)** Fogo/ churrasco, lanches prontos; **m)** Tipos de utilização: passeio, mergulho, arpão, natação, flutuação, birdwatching (observação de pássaros), caminhada, corrida, fotografia, filmagens, etc.

III. Efetuar o inventário e diagnóstico do local, antes de implantar as respectivas regras específicas para cada atrativo turístico, em parceria com o SEBRAE e com o apoio da UNEMAT.

IV. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Nova Xavantina-MT, 12 de novembro de 2018.

EDIVALDO CELESTINO BARBOSA

Presidente da Comissão de Turismo

CONTRATO N.º 47/2018 - 1º TERMO ADITIVO

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 47/2018.

O MUNICÍPIO DE NOVA XAVANTINA Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de Direito Publico Interno, sediada no Paço Municipal, na Avenida Expedição Roncador Xingu, nº 249, inscrita no CNPJ 15.024.45/0001-73, representada pelo seu Prefeito Municipal Sr. **JOÃO BATISTA VAZ DA SILVA - CEBOLA**, brasileiro, casado, inscrito (a) no CPF/MF nº. 282.509. 151.00 e no RG nº. 1.392.532 SSP/GO, ora denominado CONTRATANTE e do outro lado (a) Sr(a) **NAYARA CRISTINA DAL BOSCO**,brasileiro(a), solteira**, matricula funcional nº 4242,** inscrito(a) no CPF/MF nº 061. 137.791.81 e no RG n.º 27314596 SSP/MT, neste ato denominado contratado(a), na qualidade de **TECNICO EDUC. EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL**, detentores do contrato celebrado entre si em **02 DE MAIO DE 2018**, resolvem celebrar o 1º Termo Aditivo ao contrato nº **47/2018:**

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA

1.1 Este Aditivo será por prazo determinado, com inicio no dia **15 de dezembro de 2018** e término dia **13 de dezembro de 2019, em razão de estar em gozo de licença maternidade**, comprometendo-se o (a) contratado (a) a cumprir 40 (quarenta) horas semanais, levando-se em conta o horário determinado para o exercício de sua função na respectiva Secretaria onde está lotado(a).

CLÁUSULA SEGUNDA – RATIFICAÇÕES

2.1. Ficam inteiramente ratificadas em todos os seus termos, cláusulas e condições, as disposições contratuais originais, no que não tiverem sido retificadas, alteradas ou modificadas pelo presente TERMO, que fica fazendo parte integrante e inseparável do Contrato nº **47/2018.**

E por estarem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

NOVA XAVANTINA-MT, 10 DE DEZEMBRO DE 2018.

JOÃO BATISTA VAZ DA SILVA - CEBOLA

Prefeito Municipal

NAYARA CRISTINA DAL BOSCO

Contratado(a)

CONTRATO N.º 56/2018 - 1º TERMO ADITIVO

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 56/2018.

O MUNICÍPIO DE NOVA XAVANTINA Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de Direito Publico Interno, sediada no Paço Municipal, na Avenida Expedição Roncador Xingu, nº 249, inscrita no CNPJ 15.024.45/0001-73, representada pelo seu Prefeito Municipal Sr. **JOÃO BATISTA VAZ DA SILVA - CEBOLA**, brasileiro, casado, inscrito (a) no CPF/MF nº. 282.509. 151.00 e no RG nº. 1.392.532 SSP/GO, ora denominado CONTRATANTE e do outro lado (a) Sr(a) **FLAVIO DOS PASSOS OLIVEIRA**,brasileiro(a), casado, **matricula funcional nº 4255,** inscrito(a) no CPF/MF nº 009.700. 207.08 e no RG n.º 941800-ES – SGPC/ES, neste ato denominado contratado(a), na qualidade de **FACILITADOR DE CAPOEIRA**, detentores do contrato celebrado entre si em **02 de maio de 2018**, resolvem celebrar o 1º Termo Aditivo ao contrato nº **56/2018:**

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA

1.1 Este Aditivo será por prazo determinado, com inicio no dia **15 de dezembro de 2018** e término dia **14 de dezembro de 2019,** comprometendo-se o (a) contratado (a) a cumprir 40 (quarenta) horas semanais, levando-se em conta o horário determinado para o exercício de sua função na respectiva Secretaria onde está lotado(a).

CLÁUSULA SEGUNDA – RATIFICAÇÕES

2.1. Ficam inteiramente ratificadas em todos os seus termos, cláusulas e condições, as disposições contratuais originais, no que não tiverem sido retificadas, alteradas ou modificadas pelo presente TERMO, que fica fazendo parte integrante e inseparável do Contrato nº **56/2018.**

E por estarem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

NOVA XAVANTINA-MT, 10 DE DEZEMBRO DE 2018.

JOÃO BATISTA VAZ DA SILVA - CEBOLA

Prefeito Municipal

FLAVIO DOS PASSOS OLIVEIRA

Contratado(a)

CONTRATO N.º 05/2018 - 1º TERMO ADITIVO

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 05/2018.

O MUNICÍPIO DE NOVA XAVANTINA Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de Direito Publico Interno, sediada no Paço Municipal, na Avenida Expedição Roncador Xingu, nº 249, inscrita no CNPJ 15.024.45/0001-73, representada pelo seu Prefeito Municipal Sr. **JOÃO BATISTA VAZ DA SILVA - CEBOLA**, brasileiro, casado, inscrito (a) no CPF/MF nº. 282.509. 151.00 e no RG nº. 1.392.532 SSP/GO, ora denominado CONTRATANTE e do outro lado (a) Sr(a) **GLAUCIA MAYSE VALERIA DE OLIVEIRA**,brasileiro(a), solteira**, matricula funcional nº 4240,** inscrito(a) no CPF/MF nº 052.836.031-05 e no **RG n.º 2543480-2 SEJUSP/MT, matricula funcional 4217**, neste ato denominado contratado(a), na qualidade de **APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - MANUTENÇÃO DE INFRAESTRUTURA**, detentores do contrato celebrado entre si em **01 DE FEVEREIRO DE 2018**, resolvem celebrar o 1º Termo Aditivo ao contrato nº **05/2018:**

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA

1.1 Este Aditivo será por prazo determinado, com inicio no dia **21 de dezembro de 2018** e término dia **20 de dezembro de 2019, em razão da**substituição a escala de férias e licença prêmio de servidores efetivos, comprometendo-se o (a) contratado (a) a cumprir 40 (quarenta) horas semanais, levando-se em conta o horário determinado para o exercício de sua função na respectiva Secretaria onde está lotado(a).

CLÁUSULA SEGUNDA – RATIFICAÇÕES

2.1. Ficam inteiramente ratificadas em todos os seus termos, cláusulas e condições, as disposições contratuais originais, no que não tiverem sido retificadas, alteradas ou modificadas pelo presente TERMO, que fica fazendo parte integrante e inseparável do Contrato nº **05/2018.**

E por estarem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

NOVA XAVANTINA-MT, 10 DE DEZEMBRO DE 2018.

JOÃO BATISTA VAZ DA SILVA - CEBOLA

Prefeito Municipal

GLAUCIA MAYSE VALERIA DE OLIVEIRA

Contratado(a)

CP Nº 001/2018 - EDITAL COMPLEMENTAR Nº 011

CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2018

EDITAL COMPLEMENTAR Nº 011

DIVULGA RESULTADO PRELIMINAR DO concurso público nº 001/2018 E julgamento de recursos.

A Senhora **Lilian da Rocha**, **Presidente da Comissão Interna para o Acompanhamento e Fiscalização do Concurso Público,** nomeada pela **Portaria nº 9597 de 03 de julho de 2018**, em cumprimento ao disposto no item 18.6 do Edital do Concurso Público nº 001/2018, torna público o que segue:

1. DIVULGA RESULTADO PRELIMINAR DO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2018, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL COMPLEMENTAR; 2. DIVULGA JULGAMENTO DE RECURSOS CONTRA PONTUAÇÃO DE PROVA PRÁTICA DE INFORMÁTICA – EXCEL E TÍTULOS, CONFORME ANEXO II DESTE EDITAL COMPLEMENTAR.

Fica aberto o prazo de recurso relativoà **DIVULGAÇÃO DO RESULTADO PRELIMINAR DO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2018**, a partir das 00h00 do dia **11/12/2018** até às 23h59 do dia **12/12/2018**, nos termos do Edital.

A íntegra deste Edital poderá ser consultada nos murais da Prefeitura Municipal de Nova Xavantina; no site oficial da Prefeitura - www.novaxavantinamt.com.br; e no site da empresa organizadora - ATAME - www.grupoatame.com.br/concurso/

Nova Xavantina/MT, 10 de dezembro de 2018.

LILIAN DA ROCHA

Presidente da Comissão Interna para o Acompanhamento e Fiscalização do Concurso Público

CP 01/2018 RELAÇÃO DE RECURSOS CONTRA PONTUAÇÃO DE PROVA PRÁTICA DE INFORMÁTICA – EXCEL ANEXO II

CARGO:	**02 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO**

CÓDIGO:	**0000000302**	NOME:	**CAROLINE BELUSSI CERANTO MIOTTI**
ENVIO:	**07/12/2018**	NRO QUESTÃO:	
RECURSO			
Venho respeitosamente por meio deste solicitar, conforme item 15.2 do edital, o motivo da perca de 1,0 ponto na prova prática de excel.			
DATA RESP.:	**09/12/2018**		
RESPOSTA			
Recurso indeferido para alteração de pontuação, conforme divulgado através do Anexo I do Edital Complementar nº 10. Pois, de acordo com a revisão da prova Prática de Informática - Excel (arquivos impresso e eletrônico) da requerente, fica ratificado por esta banca que a candidato cometeu apenas 01 (um) erro de FORMATAÇÃO, isto é, a candidata não cumpriu o que foi pedido na letra d) do Item 3 do Exercício - não centralizou os valores entre as respectivas colunas -, que ocasionou no desconto de 1,0 (um ponto), conforme estabelecido no Anexo II do Edital de Abertura, quanto aos critérios de avaliação da prova Prática de Informática - Excel. Sendo assim, indeferimos o recurso.			

CARGO:	**03 - FISCAL DE OBRAS E ENGENHARIA**

CÓDIGO:	0000000224	NOME:	LARISSA RIBEIRO ARAÚJO
ENVIO:	07/12/2018	NRO QUESTÃO:	▫
RECURSO			

Solicito pro meio deste recurso que seja dada nota máxima na minha prova prática de Excel. Fora descontado 0,5 pontos em virtude do alegado erro de digitação. No entando, entende-se por erro de digitação quando uma letra é trocada por outra causando alteração na palavra. No caso, fora descontado 0,5 pontos em virtude da Letra "S", constante na palavra "Mês", ter sido escrita em letra maiúscula. No entanto, não houve alteração da palavra, não configurando assim, erro de digitação. É neste sentido a Jurisprudência: EMENTA.EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. ERRO DE DIGITAÇÃO. TROCA DE UMA LETRA NA GRAFIA DA PALAVRA "EFETIVAMENTE".PRETENSÃO DE REDISCUSSÃO DA MATÉRIA. INOCORRÊNCIA DE CONTRADIÇÃO OU OMISSÃO NO ACÓRDÃO.EFEITO INFRINGENTE. DESCABIMENTO. (...) 2. É verdade que há um mero erro de digitação contido no acórdão, pois a palavra "efetivamente" constou grafada "afetivamente"... (TJ-RS -ED:70052973369 RS,Relator; Luiz Felipe Brasil Santos, Data do Julgamento:07/02/2013, Oitava Câmara Cível, Data de Publicação: Diário da Justiça do dia 15/02/2013). Nestes termos; Pede deferimento.

DATA RESP.:	09/12/2018
RESPOSTA	

Recurso indeferido para alteração de pontuação, conforme divulgado através do Anexo I do Edital Complementar nº 10. Pois, de acordo com a revisão da prova Prática de Informática - Excel (arquivos impresso e eletrônico) da requerente, fica ratificado por esta banca que a candidata cometeu de fato apenas 01 (um) erro de DIGITAÇÃO, que causou o desconto de 0,5 (meio ponto), conforme estabelecido no Anexo II do Edital de Abertura, quanto aos critérios de avaliação da prova Prática de Informática - Excel, e cópia da prova enviada ao e-mail da candidata, em resposta complementar a este recurso. A referida Avaliação constou de um Exercício em que a candidata deveria digitar um texto em uma planilha, exatamente como impresso no seu caderno de prova (para avaliação quanto à sua habilidade em digitação correta e na velocidade exigida de acordo com o tempo proposto de 07 minutos), bem como formatá-la, conforme ilustrações através das figuras 1.1. e 1.2. do exercício, isto, demostrando exatamente o antes e depois da planilha em questão, para que não houvesse dúvida quanto ao que seria exigido na avaliação. Além disso, antes de iniciar a contagem do tempo de 07 minutos, para a execução efetiva do exercício, foi concedido a todos os candidatos um tempo de 05 minutos, à parte ao da execução do exercício, para a assimilação do que estaria sendo cobrado na prova, através da leitura desde as instruções da capa da prova, bem como os enunciados do exercício. Diante do exposto, indeferimos o recurso.

CÓDIGO:	0000000224	NOME:	LARISSA RIBEIRO ARAÚJO
ENVIO:	06/12/2018	NRO QUESTÃO:	▫
RECURSO			

Solicito o envio do espelho da minha prova prática de Excel e o caderno da prova para analisar a possibilidade de recurso.

DATA RESP.:	09/12/2018
RESPOSTA	

Recurso indeferido para alteração de pontuação, conforme divulgado através do Anexo I do Edital Complementar nº 10. Pois, de acordo com a revisão da prova Prática de Informática - Excel (arquivos impresso e eletrônico) da requerente, fica ratificado por esta banca que a candidato cometeu apenas 01 (um) erro de DIGITAÇÃO, que ensejou no desconto de 0,5 (meio ponto), conforme estabelecido no Anexo II do Edital de Abertura, quanto aos critérios de avaliação da prova Prática de Informática - Excel, e cópia da prova enviada ao e-mail da candidata. Portanto, indeferimos o recurso.

CÓDIGO:	0000000109	NOME:	MARCELO GOMES FERREIRA
ENVIO:	07/12/2018	NRO QUESTÃO:	▫
RECURSO			

Bom dia. Sobre a prova prática de excel. Gostaria de saber se cometi mais erros e quais, além de não ter mudado a fonte para Arial tamanho 10, pois foram retirados 4,5 pontos então acredito que tenha cometido mais erros os quais não percebi.

DATA RESP.:	09/12/2018
RESPOSTA	

Recurso indeferido para alteração de pontuação, conforme divulgado através do Anexo I do Edital Complementar nº 10. Pois, de acordo com a revisão da prova Prática de Informática - Excel (arquivos impresso e eletrônico) do requerente, fica ratificado por esta banca que o candidato cometeu 01 (um) erro de DIGITAÇÃO, que motivou o desconto de 0,5 (meio ponto), bem como 04 (quatro) erros de FORMATAÇÃO, isto é, não utilizou a fonte Arial e não utilizou o tamanho da fonte 10, tanto no título quanto em outras parte da planilha, por isso, de acordo com o que pedia o enunciado do exercício, foram descontados mais 04 (quatro) pontos, conforme estabelecido no Anexo II do Edital de Abertura, quanto aos critérios de avaliação da prova Prática de Informática - Excel. Sendo assim, indeferimos o recurso.

CÓDIGO:	0000000661	NOME:	DIEGO RICARDO LIPPERT SCHEID
ENVIO:	06/12/2018	NRO QUESTÃO:	▫
RECURSO			

Entro com este recurso para questionar as faltas que cometi na execução da prova prática de Excel. Executei todos os comandos que a questão pediu. Fonte, estilo de fonte, tamanho, sombreamento, verificação ortográfica, bordas, alinhamentos e mesclas. Solicito revisão em minha prova, pois, como disse anteriormente, executei tudo o que me foi solicitado, e contudo minha nota, até então, foi 36,5. Obrigado.

DATA RESP.:	09/12/2018
RESPOSTA	

Recurso indeferido para alteração de pontuação, conforme divulgado através do Anexo I do Edital Complementar nº 10. Pois, de acordo com a revisão da prova Prática de Informática - Excel (arquivos impresso e eletrônico) do requerente, fica ratificado por esta banca que o candidato cometeu 03 (três) erros de DIGITAÇÃO, que ensejaram no desconto de 1,5 (um ponto e meio), bem como 02 (dois) erros de FORMATAÇÃO, isto é, não utilizou a fonte Arial e não utilizou o tamanho da fonte 10, ambos no título, de acordo com o que pedia o enunciado do exercício, por isso foram descontados mais 02 (dois) pontos, conforme estabelecido no Anexo II do Edital de Abertura, quanto aos critérios de avaliação da prova Prática de Informática - Excel. Sendo assim, indeferimos o recurso.

CÓDIGO:	0000000661	NOME:	DIEGO RICARDO LIPPERT SCHEID
ENVIO:	06/12/2018	NRO QUESTÃO:	▫

RECURSO								

Entro com este recurso para questionar as faltas que cometi na execução da prova prática de Excel. Executei todos os comandos que a questão pediu. Fonte, estilo de fonte, tamanho, sombreamento, verificação ortográfica, bordas, alinhamentos e mesclas. Solicito revisão em minha prova, pois, como disse anteriormente, executei tudo o que me foi solicitado, e contudo minha nota, até então, foi 36,5. Obrigado.

DATA RESP.:	**09/12/2018**						

RESPOSTA							

Recurso indeferido para alteração de pontuação, conforme divulgado através do Anexo I do Edital Complementar nº 10. Pois, de acordo com a revisão da prova Prática de Informática - Excel (arquivos impresso e eletrônico) do requerente, fica ratificado por esta banca que o candidato cometeu 03 (três) erros de DIGITAÇÃO, que ensejaram no desconto de 1,5 (um ponto e meio), bem como 02 (dois) erros de FORMATAÇÃO, isto é, não utilizou a fonte Arial e não utilizou o tamanho da fonte 10, ambos no título, de acordo com o que pedia o enunciado do exercício, por isso foram descontados mais 02 (dois) pontos, conforme estabelecido no Anexo II do Edital de Abertura, quanto aos critérios de avaliação da prova Prática de Informática - Excel. Sendo assim, indeferimos o recurso.

CP 01/2018 - RESULTADO PRELIMINAR ANEXO I

RESULTADO PRELIMINAR

ANEXO I

Cargo: 01 - Técnico de Imobilização											
Inscrição	**Nome**	**Nascimento**	**Col**	**E**	**P**	**A**	**G**	**PP**	**T**	**Total**	**Sit**
0000000147	TAIS ZERGER	22/02/1991	**1**	31.5	4	22.5	0	0		58	CL
Cargo: 02 - Assistente Administrativo											
Inscrição	**Nome**	**Nascimento**	**Col**	**E**	**P**	**A**	**G**	**PP**	**T**	**Total**	**Sit**
0000000213	PETROSSIAN BATISTA LESSA	13/09/1982	**1**	26	4.5	22.5	0	36		89	CL
0000000562	TELMA APARECIDA BORGES	05/12/1984	**2**	26	6	22.5	0	34		88.5	CL
0000000302	CAROLINE BELUSSI CERANTO MIOTTI	12/01/1992	**3**	24	3	19.5	0	39		85.5	CL
0000000010	ANA CECILIA DA SILVA FERREIRA	29/03/1989	**4**	22	3	19.5	0	38.5		83	CL
0000000138	CAROLLINE REZENDE MALVINA	10/04/1992	**5**	22	4.5	21	0	35.5		83	CL
0000000428	THALYS JUNIOR DE SOUZA LOPES	15/10/1997	**6**	24	1.5	18	0	37.5		81	CL
0000000625	KETTY RANNE ALVES MARQUES RIBEIRO	14/04/1990	**7**	22	4.5	22.5	0	30.5		79.5	CL
0000000354	CLAUDETE MARIA OLIVEIRA	06/06/1975	**8**	22	3	19.5	0	33.5		78	CL
0000000528	STELA ALDEBARAM	23/10/1983	**9**	26	1.5	21	0	28.5		77	CL
0000000709	ADRIANA STEFANI TRINDADE	05/03/1994	**10**	20	3	19.5	0	34		76.5	CL
0000000099	LUISMAR BERNARDES DA SILVA	21/01/1980	**11**	26	4.5	15	0	30.5		76	CL
0000000012	GABRIELA MEDRADO MESQUITA	26/11/1993	**12**	22	3	15	0	34		74	CL
0000000077	FERNANDA CRISTHINA MARTINS GANASSIN	17/09/1988	**13**	22	4.5	13.5	0	33.5		73.5	CL
0000000449	LEANDRO CESAR ESTEVES	28/08/1987	**14**	18	3	19.5	0	33		73.5	CL
0000000444	MARLENE MORAIS SILVANO	13/04/1986	**15**	20	4.5	18	0	29.5		72	CL
0000000164	DANILO FRANCISCO DA SILVA	22/07/1993	**16**	16	4.5	16.5	0	34.5		71.5	CL
0000000708	MAGNILIA MOREIRA NUNES	26/09/1987	**17**	18	4.5	16.5	0	32		71	CL
0000000751	ANA MARIA RODRIGUES DUARTE	29/06/1992	**18**	18	4.5	15	0	32		69.5	CL
0000000165	LUCAS RUFINO MOTA	08/05/1995	**19**	24	3	19.5	0	22.5		69	CL
0000000268	LUCIANA FILIZARDO GALVAO	19/06/1977	**20**	22	3	21	0	22		68	CL
0000000005	NARRIMAN BUENO DE MELO	25/07/1997	**21**	24	3	15	0	25.5		67.5	CL
0000000626	SIRLENE DIAS SOARES	26/05/1987	**22**	18	3	21	0	25		67	CL
0000000027	TALITA ANTONIA ZUCHETTO	14/06/1994	**23**	22	3	15	0	26		66	CL
0000000283	NAIARA CORREA SANTOS	25/07/1996	**24**	28	1.5	16.5	0	20		66	CL
0000000104	ANDRESSA MEDRADO MESQUITA	16/12/1994	**25**	18	3	13.5	0	31		65.5	CL

0000000190	ALICE FERNANDES BORGES	28/04/1993	**26**	20	1.5	19.5	0	23		64	CL
0000000602	WENIA RODRIGUES DOS SANTOS	17/02/1992	**27**	20	4.5	10.5	0	25		60	CL
0000000455	WTYALLA NATHANNE DE ARAUJO HESPPORTE	10/09/1990	**28**	22	3	13.5	0	20		58.5	CL
0000000373	HUTYALA NATANY LIMA	02/10/1992	**29**	18	3	15	0	22		58	CL
0000000618	ALESSANDRA FURQUIM LAURENTINO	09/04/1992	**30**	22	6	16.5	0	14		58.5	RE
0000000705	DENIS ELIAS ALCANTARA	25/01/1985	**31**	22	4.5	13.5	0	16		56	RE
0000000333	UILMA SILVA BORGES OLIVEIRA	19/04/1982	**32**	14	4.5	21	0	15.5		55	RE
0000000695	JOSELINA DIAS DE SOUSA	30/03/1987	**33**	24	4.5	19.5	0	7		55	RE
0000000079	ADRIANO DIAS DE SOUZA	28/12/1987	**34**	22	1.5	12	0	18		53.5	RE
0000000534	MARCIA REGINA MATEUS	03/02/1970	**35**	24	4.5	18	0	5		51.5	RE
0000000466	MARTA VICENTINI	10/12/1994	**36**	22	3	13.5	0	11		49.5	RE
0000000222	JULIANA PEIXOTO DA ROSA	20/11/1984	**37**	22	4.5	12	0	11		49.5	RE
0000000208	ELBE HENRIQUETA ANDREA WEHREN DE MORAES	06/05/1971	**38**	20	4.5	16.5	0	7		48	RE
0000000329	ADRIANA CRISTINA FERREIRA DE JESUS	08/02/1979	**39**	20	3	16.5	0	8		47.5	RE
0000000601	CARLA ANDREIA FLORES MACHADO	13/07/1979	**40**	14	3	19.5	0	10		46.5	RE
0000000032	ELOISA FERREIRA FORMIGA	19/09/1981	**41**	24	3	18	0	0		45	RE
0000000501	EDIRENE ALVES DE LIMA	12/05/1972	**42**	14	7.5	15	0	8		44.5	RE
0000000663	SIMIRAMI ALVES PEREIRA	20/03/1976	**43**	18	4.5	12	0	9		43.5	RE
0000000622	NAITTOM VINICIUS DA SILVA CANDIDO	25/08/1994	**44**	24	1.5	18	0	0		43.5	RE
0000000637	CINTHIA SILVA BORGES CAMPOS	11/05/1997	**45**	20	3	18	0	0		41	RE
0000000666	HIGOR SALATIEL SOUZA GOMES	15/03/1996	**46**	22	3	15	0	0		40	RE
0000000179	PAMELA GONCALVES FREITAS	13/07/1993	**47**	16	4.5	19.5	0	0		40	RE
0000000299	LUCIANA SABINO NUNES	09/11/1984	**48**	20	1.5	16.5	0	1		39	RE
0000000563	SUELI DE FATIMA RIBEIRO DA SILVA OLIVEIRA	28/08/1977	**49**	18	3	13.5	0	3		37.5	RE
0000000003	DENIA SILVA SANTOS	08/11/1996	**50**	18	1.5	15	0	2		36.5	RE
0000000697	ZENIA GONÇALVES BARROS	27/04/1973	**51**	16	3	16.5	0	0		35.5	RE
0000000187	JONATHAN ANGELO DE QUEIROZ	05/06/1992	**52**	20	4.5	10.5	0	0		35	RE
0000000491	ROSANGELA MARQUES PINTO NERES	14/05/1982	**53**	18	1.5	15	0	0		34.5	RE
0000000734	NARÔAH CAROLINE GONZAGA MOREIRA	03/08/1992	**54**	18	3	13.5	0	0		34.5	RE
Cargo: 03 - Fiscal de Obras e Engenharia											
Inscrição	**Nome**	**Nascimento**	**Col**	**E**	**P**	**A**	**G**	**PP**	**T**	**Total**	**Sit**
0000000224	LARISSA RIBEIRO ARAÚJO	01/03/1989	**1**	28	4.5	21	0	39.5		93	CL
0000000648	LUCAS RICHCIK BARROS	22/10/1994	**2**	30	3	21	0	39		93	CL
0000000661	DIEGO RICARDO LIPPERT SCHEID	17/03/1989	**3**	28	7.5	21	0	36.5		93	CL
0000000327	MARCOS KREUTZ	06/12/1990	**4**	28	4.5	19.5	0	39		91	CL
0000000041	THIAGO VINICIUS KONZEN	01/03/1992	**5**	30	3	18	0	39		90	CL
0000000116	LEONILSON ARI BARICHELLO	18/06/1992	**6**	26	3	21	0	39		89	CL
0000000246	DANIELA MARQUES SILVA	11/01/1996	**7**	28	7.5	16.5	0	36		88	CL
0000000600	STÊNIO FERREIRA SPANHOL	08/10/1996	**8**	28	4.5	19.5	0	34		86	CL
0000000556	NATALIA ALVES BUENO SOUSA	01/07/1996	**9**	24	6	18	0	37		85	CL
0000000109	MARCELO GOMES FERREIRA	24/06/1992	**10**	26	3	19.5	0	35.5		84	CL
0000000656	ERIKS MATOS DA SILVA	03/05/1995	**11**	28	4.5	19.5	0	31		83	CL
0000000620	LEONARDO PEREIRA OLIVEIRA	17/06/1985	**12**	24	6	21	0	28.5		79.5	CL
0000000148	EBER PEREIRA SOARES	12/02/1983	**13**	20	6	22.5	0	30.5		79	CL
0000000280	MELISSA TRINDADE QUINTILHAN	26/11/1994	**14**	28	6	13.5	0	28		75.5	CL
0000000094	LUCAS BENTO GUIMARAES	17/05/2000	**15**	22	3	22.5	0	24.5		72	CL
0000000524	DIELLY PEXE PLENS	07/10/1990	**16**	28	1.5	18	0	24		71.5	CL
0000000685	LUCILENE PEREIRA DA SILVA SANTOS	30/09/1988	**17**	24	4.5	22.5	0	17		68	RE
0000000219	DOMINGOS GOMES COSTA	15/05/1955	**18**	30	4.5	16.5	0	6		57	RE
0000000086	KARIN DAIANA ZINGLER TRICHES	05/03/1988	**19**	28	4.5	15	0	9.5		57	RE
0000000655	CLEDES PEREIRA RIBEIRO	06/08/1979	**20**	24	6	18	0	6		54	RE
Cargo: 04 - Fonoaudiólogo											
Inscrição	**Nome**	**Nascimento**	**Col**	**E**	**P**	**A**	**G**	**PP**	**T**	**Total**	**Sit**
0000000523	VITOR ARAÚJO LIMA	20/03/1996	**1**	49	6	15	0	0		70	CL
0000000170	LIVIA CANDIDA VASCONCELOS DE SÁ	02/02/1976	**2**	38.5	6	15	0	0	10	69.5	CL
0000000250	MARIZETE MOREIRA MAGALHAES	28/10/1990	**3**	42	6	13.5	0	0		61.5	CL
0000000472	ANDREIA KATIA DO NASCIMENTO	04/09/1972	**4**	42	4.5	12	0	0		58.5	CL
0000000259	RESSAN GABRIELLA SANTOS RESENDE	23/03/1992	**5**	35	3	13.5	0	0		51.5	CL
0000000142	LEIRY ROBERTA RODRIGUES CONCEIÇÃO	09/10/1993	**6**	35	4.5	10.5	0	0		50	CL
Cargo: 05 - Terapeuta Ocupacional											
Inscrição	**Nome**	**Nascimento**	**Col**	**E**	**P**	**A**	**G**	**PP**	**T**	**Total**	**Sit**
0000000749	VIVIANE RODRIGUES MACÁRIO	14/03/1983	**1**	42	3	18	0	0		63	CL
0000000506	PATRICIA RIBEIRO DE SOUSA	29/03/1988	**2**	35	3	13.5	0	0		51.5	CL

6º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 46/2017

O MUNICIPIO DE NOVA XAVANTINA, MT, pessoa jurídica de direito público interno, com sede a Avenida Expedição Roncador Xingu, 249, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 15.024.045/0001-73, doravante denominada CONTRATANTE e a empresa **Hercon Serviços EIRELLI EPP**, inscrita no CNPJ nº 14.020.137/0001-12, situada a Rua Campina Verde, 148, Centro, Nova Xavantina, MT adiante denominada, CONTRATADA, resolvem celebrar o sexto termo aditivo ao contrato nº 46/2017, de alteração de valor contratual, conforme TOMADA DE PREÇOS Nº 10/2017, com as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DAS ALTERAÇÕES

Fica inserida de comum acordo a redação do subitem 3.1 da Cláusula Terceira, que passa a ter a seguinte redação:

3.1 - De acordo com a proposta comercial apresentada no Processo Licitatório, o valor total da presente contratação é R$ 790.962,00 (setecentos e noventa mil novecentos e sessenta e dois reais), acrescidos R$ 74.772,59 (setenta e quatro mil, setecentos e setenta e dois reais e cinqüenta e nove centavos), totaliza R$ 865.734,59 (oitocentos e sessenta e cinco mil, setecentos e trinta e quatro reais e cinqüenta e nove centavos).

CLÁUSULA SEGUNDA – RATIFICAÇÕES

Ficam inteiramente ratificadas em todos os seus termos as cláusulas e condições contratuais originais, que não tiverem sido retificadas, alteradas ou modificadas pelo presente termo, que faz parte integrante e inseparável do contrato 46/2017.

E por estarem justos e contratados, assinam o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Nova Xavantina, MT, 10 de dezembro de 2018.

JOÃO BATISTA VAZ DA SILVA - Cebola

Prefeito Municipal

PARECER 04/2018 - RECURSOS IMPETRADOS

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 04/2018

PARECER Nº 004/2018

REF: RECURSOS IMPETRADOS

A Comissão Interna nomeada pela Portaria nº 9.965 de 17 de setembro de 2018, no uso de suas atribuições, concedidas pelo Edital do Processo Seletivo Simplificado 04/2018, após a verificação da regularidade, emite PARECER quanto aos recursos impetrados contra o resultado preliminar de inscrições deferidas e indeferidas, constatando:

Educador Social – Educação física

Recurso de	Alegação	Avaliação da Comissão	Justificativa da Comissão
Thassyo Henrique Martins Resende	Erro ou omissão na classificação	Indefere Recurso	Conforme declaração emitida pelo responsável das inscrições e ANEXO VIII do Edital em anexo à declaração, os títulos apresentados não estão previstos no Edital 4/2018 para fim de pontuação, pois são certificados de cursinhos. De acordo com o QUADRO IV do edital somente serão contabilizados os títulos de pós- graduação (especialização, mestrado e doutorado); A pós-graduação Lato Sensu “Educação Física Escolar e Atividade de Recreação” citada no recurso não foi apresentada no ato da inscrição, portanto **NÃO** será incluso na contagem dos títulos, por estar fora do prazo.

NOVA XAVANTINA-MT, 11 DE DEZEMBRO DE 2018.

Patrícia Fernandes Lima de Oliveira

PRESIDENTE DA COMISSÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO NORTE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
CONCESSÃO DE FERIAS COLETIVAS AOS PROFISSIONAIS DA ÁREA DA SAÚDE

ANEXO I

Profissionais lotados na Secretaria Municipal de Saúde em gozo de férias coletivas

Período: 07/12/2018 a 31/12/2018

Nº	PROFISSIONAIS	PERIODO AQUISITIVO
01	DAIANE DOS SANTOS PADOVAN	2017/2018
02	DERENICE DA SILVA RIBEIRO	2017/2018
03	RENATO DE OLIVEIRA	2017/2018
04	VANESSA LIMA DA SILVA	2017/2018

Novo Horizonte do Norte/MT, 07 de dezembro de 2018.

SILVANO PEREIRA NEVES

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO 11º TERMO ADITIVO DO CONTRATO N.º: 030/2014

Espécie: CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS;

Contratante: Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Norte/MT;

Contratado: FERREIRA AMORIM E RIBEIRO LTDA - EPP;

Objeto: Prorrogação de vigência contratual.

Base Legal: Lei Federal 8.666/93;

Data assinatura: 10/12/2018;

Vigência: 31/12/2019;

Signatários: Silvano Pereira Neves – Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte e o Sr. Gilmar Ferreira Amorim, representante legal da empresa;

Fiscal de Contrato: Darci Rene Gonçalves Monteiro.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO N.º: 011/2018

Espécie: CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS;

Contratante: Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Norte/MT;

Contratado: L.C. BACHEGA MB ASSESSORIA EIRELI - EPP;

Objeto: Prorrogação de vigência contratual.

Base Legal: Lei Federal 8.666/93;

Data assinatura: 10/12/2018;

Vigência: 31/12/2019;

Signatários: Silvano Pereira Neves – Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte e o Sr. Luiz Carlos Bachega, representante legal da empresa;

Fiscal de Contrato: Pedro Paulo Paulino.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO 3º TERMO ADITIVO DO CONTRATO N.º: 027/2016

Espécie: CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS;

Contratante: Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Norte/MT;

Contratado: L.C. BACHEGA MB ASSESSORIA EIRELI - EPP;

Objeto: Prorrogação de vigência contratual.

Base Legal: Lei Federal 8.666/93;

Data assinatura: 10/12/2018;

Vigência: 31/12/2019;

Signatários: Silvano Pereira Neves – Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte e o Sr. Luiz Carlos Bachega, representante legal da empresa;

Fiscal de Contrato: Pedro Paulo Paulino.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO MUNDO

LICITIÇÃO
NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL

CONTRATANTE: A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO MUNDO MT

CONTRATADA: CENTERMEDICA PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 21/2018 L

PROCESSO LICITATÓRIO N° 37/2018

PREGÃO ELETRÔNICO N° 02/2018

A Prefeitura Municipal de Novo Mundo – MT , representado pelo seu Prefeito Municipal, Sr. **Antonio Mafini**, Venho por meio desta, dentro dos preceitos legais da Lei Federal 8.666/93, Lei 10.520/2002,bem como do que consta as Cláusulas Contratuais da ARP acima identificada, NOTIFICAR, a empresa **MED FORT MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA** inscrita no CNPJ sob o nº 12.407.590.0001-50, localizada na Rua 09, S/N, Bairro Vila Brasília, cidade de Aparecida de Goiânia - GO , CEP 74.911-080, representada pelo seu Sócio administrador senhor JOSE MAURICIO DOS SANTOS, CPF nº 332.181.961-91, RG sob o nº 1264278 SSP/GO, para assinatura da Ata de Registro de Preços 21/2018 L referente ao pregão Eletrônico 02/2018. Cabe, por fim, enfatizar que, em não ocorrendo a assinatura no prazo de 05 (Cinco) dias, serão aplicadas as medidas impostas no art. 7° da Lei 10.520/2002.

Sem mais para o momento,

Novo Mundo – MT, 10 de dezembro de 2018.

Atenciosamente.

ANTONIO MAFINI

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SANTO ANTÔNIO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO QUINTO TERMO DE ADITIVO AO CONTRATO 007/2018

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

QUINTO TERMO DE ADITIVO AO CONTRATO 007/2018

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SANTO ANTÔNIO – MT.

CONTRATADO: AUTO POSTO ANDRADES LTDA – ME.

CNPJ: 03.857.011/0001-80

OBJETO: O PRESENTE TERMO ADITIVO TEM POR OBJETO A SUPRESSÃO DE PREÇO DO ITEM [01] DA RELAÇÃO CONSTANTE DA CLÁUSULA PRIMEIRA, PARA CONTINUIDADE DOS SERVIÇOS.

VIGÊNCIA: 20/02/2018 À 20/02/2019.

NOVO SANTO ANTÔNIO – MT, 14 NOVEMBRO DE 2018.

_____

ADÃO SOARES NOGUEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DE TERMO ADITIVO SEXTO TERMO DE ADITIVO AO CONTRATO 007/2018

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

SEXTO TERMO DE ADITIVO AO CONTRATO 007/2018

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SANTO ANTÔNIO – MT.

CONTRATADO: AUTO POSTO ANDRADES LTDA – ME.

CNPJ: 03.857.011/0001-80

OBJETO: O PRESENTE TERMO ADITIVO TEM POR OBJETO A SUPRESSÃO DE PREÇOS DOS ITENS [01], [02], [03], [04] DA RELAÇÃO CONSTANTE DA CLÁUSULA PRIMEIRA, PARA DA CONTINUIDADE DOS SERVIÇOS.

VIGÊNCIA: 20/02/2018 À 20/02/2019.

NOVO SANTO ANTÔNIO – MT, 10 DEZEMBRO DE 2018.

_____

ADÃO SOARES NOGUEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANATINGA

LICITAÇÃO
RESULTADO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL 78/2018

A Prefeitura Municipal de Paranatinga – MT, através dos pregoeiros nomeados pela portaria nº 126 de 20 de março de 2018, torna público para conhecimento dos interessados o resultado da Licitação pela modalidade **PREGÃO PRESENCIAL Nº. 78/2018**, regido pela lei 10.520/2002 e pelo Decreto Municipal n°1.005/2014, subsidiada pela Lei 8.666/93, tendo por Objeto: o Registro de Preços para Futura e Eventual Contratação de Empresa Especializada para **Aquisição de Camisetas e Bonés**, atendendo as necessidades das Secretarias solicitantes de Paranatinga-MT. Conforme especificações contidas no ANEXO I do respectivo Edital. Empresa Vencedora:

NOME DA EMPRESA	CNPJ DA EMPRESA	VALOR TOTAL
ALFAIATARIA DE UNIFORMES LTDA - ME	23.603.476/0001-12	R$ 260.480,00

Em 10 de dezembro de 2018. Pregoeiros Devenilson da Silva e Beatriz Elisa Behnen.

LICITAÇÃO
RETIFICAÇÃO DO TERMO ADITIVO DE PRAZO – VALOR

Onde-se lê

TERMO ADITIVO DE PRAZO/VALOR Nº 01 AO CONTRATO Nº 03/2017

Aditivo nº 01 ao Contrato 03/2017 – Locatária: Prefeitura Municipal de Paranatinga; Locador: **DOUGLAS DALLA VECHIA – CPF: 033.344.621-61.** Objeto: A Locação de Imóvel situado na MT 130, saída para Sorriso na cidade de Paranatinga, para instalação da **Garagem Municipal,** atendendo as necessidades da Secretaria Municipal de Obras. **Prazo: 30/11/2018 A 29/11/2019. Valor Mensal R$ 9.705,00** (Nove mil setecentos e cinco reais)**. Valor Global R$: 116.460,00 (cento e dezesseis mil e quatrocentos e sessenta reais)**.

Leia-se

TERMO ADITIVO DE PRAZO/VALOR Nº 02 AO CONTRATO Nº 03/2017

Aditivo nº 01 ao Contrato 03/2017 – Locatária: Prefeitura Municipal de Paranatinga; Locador: **DOUGLAS DALLA VECHIA – CPF: 033.344.621-61.** Objeto: A Locação de Imóvel situado na MT 130, saída para Sorriso na cidade de Paranatinga, para instalação da **Garagem Municipal,** atendendo as necessidades da Secretaria Municipal de Obras. **Prazo: 30/11/2018 A 29/11/2019. Valor Mensal R$ 9.705,00** (Nove mil setecentos e cinco reais)**. Valor Global R$: 116.460,00 (cento e dezesseis mil e quatrocentos e sessenta reais)**. Departamento de Licitações e Contratos, em 10 de novembro de 2018.

OUVIDORIA MUNICIPAL
PORTARIA N° 307 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2018.

PORTARIA N° 307 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2018.

O Prefeito Municipal de Paranatinga-MT, **Sr**. **JOSIMAR MARQUES BARBOSA**, no uso e gozo das suas atribuições legais:

RESOLVE:

I – Reconduzir a pedido, a servidora **Sra. ELZA MARIA TELES DA SILVA,** Matrícula 866, portadora do RG sob o nº 10225625 SJ/MT e inscrita no

CPF/MF sob o nº 841.155.801-00, ocupante do Cargo Efetivo de **"APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL I – AGENTE DE SERVIÇO GERAIS (D) ",** lotada na Secretaria de Educação e Cultura, a partir do dia 10 de dezembro de 2018**.**

II – Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

III – Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paranatinga-MT, 10 de dezembro de 2018.

JOSIMAR MARQUES BARBOSA

PREFEITO MUNICIPAL

LICITAÇÃO
PORTARIA N.º 100/SLC/2018

ATO DE DESIGNAÇÃO DE FISCAL DE CONTRATOS

FISCAL DE CONTRATOS

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Processo:O Presente Contrato é celebrado, tendo como base legal o Processo de **Dispensa de Licitação nº 29/2018**, a proposta adjudicada, tendo sido observadas as disposições contidas no art. 24, inciso XXII, da Lei no 8.666/93 e suas alterações posteriores.	**Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANATINGA**
Objeto: a Contratação de Empresa Especializada para **Fornecimento de Energia Elétrica de acordo com as normas regularizadoras da ANEEL**, suprindo as necessidades da **Iluminação Pública** a pedido da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos do Município de Paranatinga-MT, com fulcro no artigo 24, Inciso XXII da Lei 8.666/93.	
Vigência: 29/11/2018 A 02/02/2019.	
Contratado: **ENERGISA MATO GROSSO-DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A**, **CNPJ: 03.467.321/0001-99**	
Valor do Contrato: **R$ 242.247,32 (Duzentos e quarenta e dois mil cento e quarenta e sete e trinta e dois centavos).**	

O Senhor **Josimar Marques Barbosa**, Prefeito Municipal de Paranatinga Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

R E S O L V E:

I – NOMEAR, o Servidor **Vinicius Lima da Silva, Matrícula nº 3827**, lotado na Secretaria Municipal Obras e Serviços Urbanos. Fiscal do Contrato nº **85/2018,** que representará a Administração Municipal perante o contratado e zelará pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstas na Portaria, conforme **Instrução Normativa SCL nº 006/2011** de 07 de Outubro de 2011, devendo ainda:

DA FISCALIZAÇÃO:

Cada secretaria requisitante indicará no projeto básico/solicitação o servidor responsável pela gerência e fiscalização dos contratos pertinentes a sua pasta;

O servidor designado como fiscal deverá assinar no verso da nota fiscal, atestando e fiscalizando o recebimento do bem ou serviço e no caso de Obras a medição que deverá ser anexada a nota fiscal, e enviar relatório mensal ao setor de contratos, para análise do objeto pactuado no contrato.

OUTRAS LEGISLAÇÕES:

a) Anotar de forma organizada, em registro próprio e em ordem cronológica, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993;

b) Conferir o cumprimento do objeto e demais obrigações pactuadas, especialmente o atendimento às especificações atinentes ao objeto e sua garantia, bem como os prazos fixados no contrato, visitando o local onde o contrato esteja sendo executado e registrando os pontos críticos encontrados, inclusive com a produção de provas, datando, assinando e colhendo a assinatura do preposto da contratada para instruir possível procedimento de sanção contratual;

c) Comunicar ao Gestor do Contrato sobre o descumprimento, pela contratada, de quaisquer das obrigações passíveis de rescisão contratual e/ou aplicação de penalidades;

d) Exigir que a contratada substitua os equipamentos/produtos/bens que se apresentem defeituosos ou com prazo de validade vencido ou por vencer em curto prazo de tempo e que, por esses motivos, inviabilizem o recebimento definitivo, a guarda ou a utilização pelo contratante;

e) Recusar os serviços executados em desacordo com o pactuado e determinar desfazimento, ajustes ou correções;

f) Receber, provisória ou definitivamente, o objeto do contrato sob sua responsabilidade, mediante termo circunstanciado ou recibo, assinado pelas partes, de acordo com o art. 73 da Lei n.º 8.666, de 1993, recusando, de logo, objetos que não correspondam ao contratado;

g) Testar o funcionamento de equipamentos e registrar a conformidade em documento;

h) Analisar, conferir e atestar as notas fiscais;

i) Encaminhar a documentação à unidade correspondente para pagamento;

j) Comunicar à Administração eventual subcontratação da execução, sem previsão editalícia ou sem conhecimento da Administração;

k) Fiscalizar, pessoalmente, os registros dos empregados da contratada locados nos serviços, para verificar a regularidade trabalhista;

l) Verificar, por intermédio do preposto da contratada, a utilização pelos empregados da empresa dos equipamentos de proteção individual exigidos pela legislação pertinente, exigindo daquele a interdição do acesso ao local de trabalho, e na hipótese de descumprimento, comunicar à Administração para promoção do possível processo punitivo contratual;

m) Exigir, por intermédio do preposto da contratada, a utilização de crachá e de uniforme pelos empregados da contratada, quando for o caso, e conduta compatível com o serviço público, pautada pela ética e urbanidade no atendimento.

II - Na ausência do servidor supra designado, fica designado como suplente o Servidor **Wesley Vilela Teixeira**, **Matrícula nº 5673**, lotada na Secretaria Municipal Obras e Serviços Urbanos.

III – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com eficácia a partir de 29 de novembro de 2018, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PARANATINGA-MT, EM 10 DE DEZEMBRO DE 2018.

Josimar Marques Barbosa

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada na Secretaria de Gabinete e Publicada por afixação no local de costume, na data supra.

CIÊNCIA DO SERVIDOR DESIGNADO

Vinicius Lima da Silva e**Wesley Vilela Teixeira** declaram estar cientes da designação ora atribuídas, e das funções que são inerentes em razão da função.

Vinicius Lima da Silva

Fiscal de Contrato

Wesley Vilela Teixeira

suplente

LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE ADESÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 016/2018 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 025/2018.

A Prefeitura Municipal de Paranatinga – MT, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ nº **15.023.971/00001-24**, através da Comissão Per-

manente de Licitação - CPL, torna público, para conhecimento dos interessados, que formalizou o processo de ADESÃO À **ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 016/2018**, **PREGÃO PRESENCIAL Nº 025/2018**, cujo Objeto : AQUISIÇÃO DE 01 (UM) VEÍCULO ZERO KM TIPO CAMIONETE PICKUP 4X4 (IGUAL MELHOR OU SIMILAR) ADAPTADA PARA AMBULANCIA MODULO BASICO – TIPO A SIMPLES REMOÇÃO, CONFORME TERMO DE COMPROMISSO Nº 51063001712190916990 e Termos da especificação do veículo em anexo, realizado pelo município Gestor da ATA São Félix do Araguaia-MT, a pedido da secretaria de Saúde do Município de Paranatinga-MT, sendo a detentora a empresa **TATIANA CAPITÂNIO VEÍCULOS - ME**, inscrita no CNPJ nº **09.103.941/0001-25**, com Valor Total de **R$ 79.900,00 (Setenta e nove mil e novecentos reais)**. Presidente da CPL Devenilson da Silva, em 10 de Dezembro de 2018 - Paranatinga – MT.

OUVIDORIA MUNICIPAL
PORTARIA N° 308 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2018.

PORTARIA N° 308 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2018.

O Prefeito Municipal de Paranatinga-MT, SR. **JOSIMAR MARQUES BARBOSA**, no uso e gozo das suas atribuições legais:

RESOLVE:

I – Conceder, nos termos do Art. 60 e inciso I da Lei Municipal nº 533/2008, Licença para a servidora**Sra. ELIS REGINA FORGIARINI**, Matrícula 1882, portadora do RG sob o nº 887603 SSP/MT e inscrita no CPF/MF sob o nº 550.681.461-53, ocupante do Cargo Efetivo de PROFESSORA C, lotada na Secretaria de Educação e Cultura.

II – O afastamento concedido é sem ônus para o Município.

III – Esta Portaria entra em vigor com data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário e tornando sem efeito a Portaria de N° 306 de 07 de dezembro de 2018.

IV – Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paranatinga-MT, 10 de dezembro de 2018.

JOSIMAR MARQUES BARBOSA

PREFEITO MUNICIPAL

LICITAÇÃO
RESULTADO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL 93/2018

A Prefeitura Municipal de Paranatinga – MT, através dos pregoeiros nomeados pela portaria nº 126 de 20 de março de 2018, torna público para conhecimento dos interessados o resultado da Licitação pela modalidade **PREGÃO PRESENCIAL Nº. 93/2018**, regido pela lei 10.520/2002 e pelo Decreto Municipal n°1.005/2014, subsidiada pela Lei 8.666/93, tendo por Objeto: o Registro de Preços para Futura e Eventual **Aquisição de Recargas de Oxigênio Medicinal**, atendendo as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde. Conforme especificações contidas no ANEXO I do respectivo Edital. Empresa Vencedora:

NOME DA EMPRESA	CNPJ DA EMPRESA	VALOR TOTAL
GL OXIGENIO EIRELI	12.520.836/0001-04	R$ 184.400,00

Em 10 de dezembro de 2018. Pregoeiros Devenilson da Silva e Beatriz Elisa Behnen.

OUVIDORIA MUNICIPAL
D E C R E T O Nº 1556/2018.

D E C R E T O Nº 1556/2018.

"DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO E TRANSPOSIÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO E DAS OUTRAS PROVIDÊNCIAS. "

O Prefeito Municipal de Paranatinga – MT, Sr. Josimar Marques Barbosa, **no uso de suas atribuições legais, principalmente as conferidas pela Lei Municipal nº 1677/2018, de 14 de novembro de 2018, de conformidade com o Art. 167, Inciso V, da Constituição Federal e o artigo nº 41º da Lei Federal 4.320/64.**

D E C R E T A:

ARTIGO 1º – Fica aberto ao Orçamento Programa do Município de Paranatinga – MT, Crédito Adicional Suplementar por anulação e transposição parcial de dotação no valor de R$ 590.550,00 (Quinhentos e Noventa Mil e Quinhentos e Cinquenta Reais) no Orçamento da Prefeitura Municipal de Paranatinga - MT. **conforme segue abaixo:**

Parágrafo I – Credito Adicional Suplementar:

Fonte 0.1.00.000000 – Recursos Ordinários.

09.002.15.452.0001.2019.3190.04.00.00.....R$ 60.000,00

09.002.15.452.0001.2019.3190.13.00.00.....R$ 13.000,00

09.002.15.452.0001.2019.3390.39.00.00.....R$ 22.000,00

09.002.15.452.0001.2019.3390.30.00.00.....R$ 1.500,00

09.002.15.452.0001.2019.3390.36.00.00.....R$ 7.750,00

Fonte: 0.1.02.000000 – Rec. de Impostos e de Transf. de Impostos – Saúde.

05.001.10.302.0012.2076.3390.39.00.00.....R$ 11.000,00

05.001.10.301.0011.2062.3190.04.00.00.....R$ 23.500,00

05.001.10.302.0012.2069.3190.04.00.00.....R$ 28.000,00

05.001.10.301.0011.2061.3190.13.00.00.....R$ 3.000,00

05.001.10.302.0012.2069.3190.13.00.00.....R$ 4.000,00

05.001.10.306.0012.2075.3390.30.00.00.....R$ 1.500,00

05.001.10.122.0010.2058.3390.14.00.00.....R$ 2.000,00

05.001.10.302.0012.2073.3390.30.00.00.....R$ 3.700,00

05.001.10.302.0012.2069.3390.39.00.00.....R$ 52.000,00

Fonte: 0.1.14.000000 – Transf. de Recursos do Sistema Único de Saúde – União.

05.001.10.301.0011.2062.3190.04.00.00.....R$ 22.500,00

05.001.10.304.0014.2081.3390.30.00.00.....R$ 1.000,00

Fonte: 0.1.15.000000 – Transf. Rec. do Fundo Nac. de Desenv. da Educação – FNDE.

06.002.12.306.0005.2033.3390.30.00.00.....R$ 14.000,00

Fonte: 0.1.17.000000 – Cont. p/ Custeio dos Serviços de Iluminação Pública - COSIP .

09.002.15.452.0001.2019.3390.39.00.00.....R$ 221.400,00

Fonte: 0.1.30.000000 – Rec. do Fundo de Transporte e Habitação - FETHAB.

13.002.26.782.0004.2031.3390.30.00.00.....R$ 92.000,00

09.002.15.451.0003.1028.3390.30.00.00.....R$ 2.500,00

Fonte: 0.1.42.000000 – Transf. Rec. do Fundo Nac. Sistema Único de Saúde – SUS - Estado.

05.001.10.305.0014.1065.3390.30.00.00.....R$ 4.200,00

TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES.....R$ 590. 550,00

ARTIGO 2º - Para dar cobertura ao crédito suplementar aberto pelo artigo anterior serão utilizados os recursos provenientes da transposição, remanejamento, anulação total ou parcial de dotações orçamentárias, de um órgão para outro e de uma categoria econômica de despesa para outra.

Parágrafo II – Anulação de:

Fonte: 0.1.00.000000 – Recursos Ordinários.

09.002.15.451.0003.1028.3390.39.00.00.....R$ 297.750,00

Fonte: 0.1.02.000000 – Rec. de Impostos e de Transf. de Impostos – Saúde.

05.001.10.302.0012.2071.3390.30.00.00.....R$ 21.000,00

05.001.10.302.0012.2069.3390.30.00.00.....R$ 23.500,00

05.001.10.302.0012.2069.3350.43.00.00.....R$ 18.000,00

05.001.10.122.0010.2058.3390.30.00.00.....R$ 3.000,00

05.001.10.301.0011.2061.3390.14.00.00.....R$ 1.000,00

05.001.10.301.0011.2061.3390.36.00.00.....R$ 1.000,00

05.001.10.301.0011.2063.3190.13.00.00.....R$ 1.000,00

05.001.10.301.0011.2064.3390.39.00.00.....R$ 1.000,00

05.001.10.301.0011.1146.4490.52.00.00.....R$ 1.000,00

05.001.10.301.0011.1147.3390.32.00.00.....R$ 500,00

05.001.10.301.0011.1153.3390.30.00.00.....R$ 2.000,00

05.001.10.122.0010.1133.4490.52.00.00.....R$ 1.200,00

05.001.10.122.0010.2057.3390.39.00.00.....R$ 1.700,00

05.001.10.301.0011.1175.4490.51.00.00.....R$ 800,00

05.001.10.301.0011.1176.4490.51.00.00.....R$ 6.000,00

Fonte: 0.1.14.000000 – Transf. de Recursos do Sistema Único de Saúde – União.

05.001.10.303.0013.2080.3390.32.00.00.....R$ 22.500,00

05.001.10.301.0011.1184.4490.30.00.00.....R$ 1.000,00

05.001.10.302.0012.1178.4490.51.00.00.....R$ 46.000,00

Fonte: 0.1.15.000000 – Transf. de Rec. do Fundo Nac. do Desenv. da Educação - FNDE.

06.002.12.361.0005.2039.3390.30.00.00.....R$ 14.000,00

Fonte: 0.1.17.000000 – Contr. p/ Custeio dos Serviços de Iluminação - COSIP.

09.002.15.452.0003.2025.3390.30.00.00.....R$ 9.500,00

Fonte: 0.1.24.000000 – Transf. de Convênios – outros.

09.002.15.452.0003.1170.4490.52.00.00.....R$ 18.400,00

Fonte: 0.1.30.000000 – Rec. do Fundo de Transporte e Habitação - FETHAB.

13.002.26.782.0004.2031.3390.39.00.00.....R$ 94.500,00

Fonte: 0.1.42.000000 – Transf. de Rec. do Sistema Único de Saúde – SUS – Estado.

05.001.10.302.0012.2069.3390.36.00.00.....R$ 1.000,00

05.001.10.302.0012.2070.3390.30.00.00.....R$ 2.600,00

05.001.10.302.0012.2070.3390.39.00.00.....R$ 600,00

TOTAL DAS ANULAÇÕES.....R$ 590. 550,00

ARTIGO 3º – Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos à 01 de novembro de 2018, revogadas as disposições em contrário.

Paranatinga – MT, 26 de novembro de 2018.

Josimar Marques Barbosa

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM

26 / 11 / 2018.

_____

LICITAÇÃO
RESULTADO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL 90/2018

A Prefeitura Municipal de Paranatinga – MT, através dos pregoeiros nomeados pela portaria nº 126 de 20 de março de 2018, torna público para conhecimento dos interessados o resultado da Licitação pela modalidade **PREGÃO PRESENCIAL Nº. 90/2018**, regido pela lei 10.520/2002 e pelo Decreto Municipal n°1.005/2014, subsidiada pela Lei 8.666/93, tendo por Objeto: o Registro de Preços para Futura e EventualContratação de Em-

presa Especializada emPrestação de Serviços de Hospedagem e Fornecimento parcelado de refeição em embalagens individuais de alumínio (Marmitex) e Alimentação/Refeição por Kg no Distrito de Salto da Alegria e Comunidade de Santiago do Norte,atendendo as necessidades das Secretarias de Administração, Saúde, Assistência Social e Secretaria de Educação do Município de Paranatinga – MT. Conforme especificações contidas no ANEXO I do respectivo Edital. Homologada em 06/12/2018. Empresas Vencedoras:

NOME DA EMPRESA	CNPJ DA EMPRESA	VALOR TOTAL
T DELA JUSTINA EIRELI	12.648.213/0001-03	R$ 216.440,00
RICARDO R SIMOES- ME	26.033.955/0001-39	R$ 142.150,00

Em 10 de dezembro de 2018. Pregoeiros Devenilson da Silva e Beatriz Elisa Behnen.

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 179/2018

PREGÃO PRESENCIAL 85/2018

ARP Nº 179/2018 - Contratante: Prefeitura Municipal de Paranatinga; Contratada: **COMÉRCIO DE CALÇADOS MIAKI LTDA, CNPJ 11.967.067/0001-16,** tendo por objeto: o Registro de Preço para Futura e Eventual **Aquisição de Calçados, Vestuário e Acessórios,** atendendo as necessidades da Secretaria Municipal de Assistência Social de Paranatinga - MT. Conforme especificações contidas no ANEXO I e Termo de Referência do respectivo Edital. **Vigência: 30/11/2018 A 30/11/2019. Valor Total Global R$ 40.007,00 (Quarenta mil e sete reais). Preços Registrados:** Departamento de Licitações e Contratos, em 10 de dezembro de 2018.

Seq.	Cod.	Descrição	Un.	Qtde.	Valor Unit.	Total
1	492565	BABY LOOK TAMANHO P M G	UNIDADE	30,00	24,90	747,00
2	492568	BERMUDA DE COTTON TAMANHO P M G	UNIDADE	30,00	29,90	897,00
3	492561	BLUSAS DE INVERNO TAMANHO P M G	UNIDADE	30,00	77,00	2.310,00
4	492560	BLUSAS FEMENINA TAMANHO P M G	UNIDADE	30,00	44,90	1.347,00
5	492562	BLUSAS REGATA TAMANHO P M G	UNIDADE	30,00	19,90	597,00
6	492552	BODY INFANTIL O A 12 MESES	UNIDADE	20,00	15,00	300,00
7	492572	BOLSA FEMENINO DE COURO SINTETICO	UNIDADE	10,00	50,00	500,00
8	492559	CALCA JEANS 34 A 42	UNIDADE	30,00	79,90	2.397,00
9	492557	CALCA JEANS INFANTIL FEMENINO TAMANHO 2 A 12 ANOS	UNIDADE	30,00	68,90	2.067,00
10	492558	CALCA JEANS INFANTIL MASCULINO TAMANHO 2 A 12 ANOS	UNIDADE	30,00	68,90	2.067,00
11	492548	CALCINHA ADULTA P M G	UNIDADE	20,00	12,00	240,00
12	492547	CALCINHA INFANTIL P M G	UNIDADE	20,00	8,00	160,00
13	492564	CAMISETAS TAMANHO P M G	UNIDADE	30,00	29,90	897,00
14	492573	CINTO FEMENINO	UNIDADE	15,00	10,00	150,00
15	492574	CINTO MASCULINO	UNIDADE	15,00	10,00	150,00
16	492556	CONJUNTO INFANTIL FEMENINO P M G	UNIDADE	20,00	31,00	620,00
17	492555	CONJUNTO INFANTIL MASCULINO P M G	UNIDADE	20,00	37,00	740,00
18	492549	CUECAS INFANTIL P M G	UNIDADE	20,00	10,00	200,00
19	497811	JOGO DE LENCOL SOLTEIRO	UNIDADE	50,00	22,90	1.145,00
20	492566	LINGERIE TAMANHO P M G	UNIDADE	30,00	29,90	897,00
21	492551	MACACAO CURTO O A 12 MESES	UNIDADE	30,00	27,00	810,00
22	492550	MACACAO LONGO O A 12 MESES	UNIDADE	30,00	34,00	1.020,00
23	492546	MEIAS ADULTO P M G 35 A 40	PAR	20,00	5,00	100,00
24	492544	MEIAS INFANTIL P M G	PAR	20,00	5,00	100,00
25	492545	MEIAS JUVENIL P M G	PAR	20,00	5,00	100,00
26	497808	MOCHILAS ESCOLARES	UNIDADE	30,00	39,00	1.170,00
27	492575	OCULOS DE SOL	UNIDADE	10,00	30,00	300,00
28	492553	PAGAO INFANTIL O A 6 MESES	UNIDADE	20,00	24,90	498,00
29	497807	PRESILHAS DE CABELO	UNIDADE	20,00	2,00	40,00
30	497806	PULSEIRAS	UNIDADE	10,00	5,00	50,00
31	497817	RASTEIRINHAS Nº 35 AO 40	UNIDADE	30,00	29,90	897,00
32	492567	SAIA TAMANHO P M G	UNIDADE	30,00	59,90	1.797,00
33	492538	SANDALIAS INFANTIS TAMANHO 18 A 32 FEMENINO E MASCULINO	PAR	10,00	39,90	399,00
34	492540	SANDALIAS MASCULINO TAMANHO 34 A 40	PAR	30,00	59,90	1.797,00
35	497816	SAPATENIS Nº 35 AO 40	UNIDADE	30,00	49,00	1.470,00
36	497818	SAPATILHAS FEMENINO TAMANHO 30 A 40	PAR	30,00	39,90	1.197,00
37	497813	SAPATOS FEMININO Nº 35 AO 40	PAR	30,00	59,90	1.797,00
38	497814	SAPATOS INFANTIS MASCULINO E FEMININO ATE 12 MESES	PAR	30,00	27,50	825,00
39	497815	SAPATOS INFANTO JUVENIL MASCULINO Nº35 AO 40	PAR	30,00	39,90	1.197,00
40	492569	SHORTS FEMENINO TAMANHO P M G	UNIDADE	30,00	34,90	1.047,00
41	497812	TENIS TAMANHO 30 A 40	PAR	30,00	49,90	1.497,00
42	497809	TOALHAS DE BANHO 70 X 130 CM	UNIDADE	30,00	14,90	447,00
43	497810	TOALHAS DE ROSTO	UNIDADE	30,00	9,90	297,00
44	492571	VESTIDO ADULTO TAMANHO P M G	UNIDADE	30,00	59,90	1.797,00
45	497805	VESTIDO INFANTIL 1 A 10 ANOS	UNIDADE	30,00	31,00	930,00

LICITAÇÃO
PORTARIA N.º 99/SLC/2018

ATO DE DESIGNAÇÃO DE FISCAL DE CONTRATOS

FISCAL DE CONTRATOS

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Processo:O Presente Contrato é celebrado, tendo como base legal o Processo de **Dispensa de Licitação nº 27/2018**, a proposta adjudicada, tendo sido observadas as disposições contidas no artigo 2º, Inciso II da Lei Municipal nº 1450/2018.	**Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANATINGA**
Objeto: a Contratação de Empresa Especializada em **Prestação de Serviços de Clínica para tratamento de Dependência Química em Regime de Contenção (Internação Compulsória) para menor de idade do sexo Masculino,** a	

pedido da Secretaria Municipal de Saúde de Paranatinga-MT, com fulcro no artigo 2º, Inciso II da Lei Municipal nº 1450/2018.
Vigência: 23/11/2018 A 23/05/2019.
Contratado: **JANIO RIBEIRO DA SILVA – ME, CNPJ: 25.163.273/0001-88**
Valor do Contrato: **R$ 10.440,00 (Dez mil quatrocentos e quarenta reais)**.

O Senhor **Josimar Marques Barbosa**, Prefeito Municipal de Paranatinga Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

R E S O L V E:

I – NOMEAR, a Servidora **Maria Jose Pereira Saldanha, Matrícula nº 6301**, lotada na Secretaria Municipal de Saúde. Fiscal do Contrato nº **84/2018,** que representará a Administração Municipal perante o contratado e zelará pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstas na Portaria, conforme **Instrução Normativa SCL nº 006/2011** de 07 de Outubro de 2011, devendo ainda:

DA FISCALIZAÇÃO:

Cada secretaria requisitante indicará no projeto básico/solicitação o servidor responsável pela gerência e fiscalização dos contratos pertinentes a sua pasta;

O servidor designado como fiscal deverá assinar no verso da nota fiscal, atestando e fiscalizando o recebimento do bem ou serviço e no caso de Obras a medição que deverá ser anexada a nota fiscal, e enviar relatório mensal ao setor de contratos, para análise do objeto pactuado no contrato.

OUTRAS LEGISLAÇÕES:

a) Anotar de forma organizada, em registro próprio e em ordem cronológica, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993;

b) Conferir o cumprimento do objeto e demais obrigações pactuadas, especialmente o atendimento às especificações atinentes ao objeto e sua garantia, bem como os prazos fixados no contrato, visitando o local onde o contrato esteja sendo executado e registrando os pontos críticos encontrados, inclusive com a produção de provas, datando, assinando e colhendo a assinatura do preposto da contratada para instruir possível procedimento de sanção contratual;

c) Comunicar ao Gestor do Contrato sobre o descumprimento, pela contratada, de quaisquer das obrigações passíveis de rescisão contratual e/ou aplicação de penalidades;

d) Exigir que a contratada substitua os equipamentos/produtos/bens que se apresentem defeituosos ou com prazo de validade vencido ou por vencer em curto prazo de tempo e que, por esses motivos, inviabilizem o recebimento definitivo, a guarda ou a utilização pelo contratante;

e) Recusar os serviços executados em desacordo com o pactuado e determinar desfazimento, ajustes ou correções;

f) Receber, provisória ou definitivamente, o objeto do contrato sob sua responsabilidade, mediante termo circunstanciado ou recibo, assinado pelas partes, de acordo com o art. 73 da Lei n.º 8.666, de 1993, recusando, de logo, objetos que não correspondam ao contratado;

g) Testar o funcionamento de equipamentos e registrar a conformidade em documento;

h) Analisar, conferir e atestar as notas fiscais;

i) Encaminhar a documentação à unidade correspondente para pagamento;

j) Comunicar à Administração eventual subcontratação da execução, sem previsão editalícia ou sem conhecimento da Administração;

k) Fiscalizar, pessoalmente, os registros dos empregados da contratada locados nos serviços, para verificar a regularidade trabalhista;

l) Verificar, por intermédio do preposto da contratada, a utilização pelos empregados da empresa dos equipamentos de proteção individual exigidos pela legislação pertinente, exigindo daquele a interdição do acesso ao local de trabalho, e na hipótese de descumprimento, comunicar à Administração para promoção do possível processo punitivo contratual;

m) Exigir, por intermédio do preposto da contratada, a utilização de crachá e de uniforme pelos empregados da contratada, quando for o caso, e conduta compatível com o serviço público, pautada pela ética e urbanidade no atendimento.

II - Na ausência do servidor supra designado, fica designado como suplente a Servidora **Rozeli Almeida Da Silva**, **Matrícula nº 5681**, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

III – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com eficácia a partir de 23 de novembro de 2018, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PARANATINGA-MT, EM 10 DE DEZEMBRO DE 2018.

Josimar Marques Barbosa

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada na Secretaria de Gabinete e Publicada por afixação no local de costume, na data supra.

CIÊNCIA DO SERVIDOR DESIGNADO

Maria Jose Pereira Saldanha e **Rozeli Almeida Da Silva** declaram estar cientes da designação ora atribuídas, e das funções que são inerentes em razão da função.

Maria Jose Pereira Saldanha

Fiscal de Contrato

Rozeli Almeida Da Silva

suplente

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 178/2018

PREGÃO PRESENCIAL 82/2018

ARP Nº 178/2018 - Contratante: Prefeitura Municipal de Paranatinga; Contratada: **W. MARÇAL JUNIOR REFRIGERAÇÃO - ME**, **CNPJ 28.250.450/0001-51,** tendo por objeto: o Registro de Preços para Futura e Eventual Contratação de Empresa Especializada em **Prestação de Serviços de Manutenção, Revisão, Instalação, Limpeza, Reposição de Peças e Troca de Gás para Ar Condicionado Split e outros**, atendendo as necessidades da Secretaria Municipal de Administração e demais Secretarias de Paranatinga - MT. Conforme especificações contidas no ANEXO I e Termo de Referência do respectivo Edital. **Vigência: 29/11/2018 A 29/11/2019. Valor Total Global R$ 899.943,50 (oitocentos e noventa e nove mil e novecentos e quarenta e três reais e cinquenta centavos). Preços Registrados:** Departamento de Licitações e Contratos, em 10 de dezembro de 2018.

Seq.	Cod.	Descrição	Un.	Qtde.	Valor Unit.	Total
1	492761	SERVICO DE INSTALACAO DE AR CONDICIONADO - 18.000 BTUs a 24.000 BTUs.	UNIDADE	546,00	200,00	109.200,00

2	492762	SERVICO DE INSTALACAO DE AR CONDICIONADO - 30.000 BTUs a 60.000 BTUs.	UNIDADE	481,00	300,00	144.300,00
3	341688	SERVICO DE INSTALACAO DE AR CONDICIONADO - 9.000 BTUs a 12.000 BTUs.	UNIDADE	418,00	200,00	83.600,00
4	492763	SERVICO DE LIMPEZA DE AR CONDICIONADO - 18.000 BTUs a 24.000 BTUs.	UNIDADE	549,00	150,00	82.350,00
5	492764	SERVICO DE LIMPEZA DE AR CONDICIONADO - 30.000 BTUs a 60.000 BTUs.	UNIDADE	482,00	200,00	96.400,00
6	341689	SERVICO DE LIMPEZA DE AR CONDICIONADO - 9.000 BTUs a 12.000	UNIDADE	621,00	150,00	93.150,00
7	492765	SERVICO DE REVISAO DE AR CONDICIONADO - 18.000 BTUs a 24.000 BTUs.	UNIDADE	543,00	0,50	271,50
8	492766	SERVICO DE REVISAO DE AR CONDICIONADO - 30.000 BTUs a 60.000 BTUs.	UNIDADE	480,00	0,50	240,00
9	341686	SERVICO DE REVISAO DE AR CONDICIONADO - 9.000 BTUs a 12.000	UNIDADE	618,00	0,50	309,00
10	492767	SERVICO DE TROCA DE CAPACITOR DE AR CONDICIONADO - 18.000 BTUs a 24.000 BTUs.	UNIDADE	543,00	80,00	43.440,00
11	492768	SERVICO DE TROCA DE CAPACITOR DE AR CONDICIONADO - 30.000 BTUs a 60.000 BTUs.	UNIDADE	320,00	80,00	25.600,00
12	341691	SERVICO DE TROCA DE CAPACITOR DE AR CONDICIONADO - 9.000 BTUs a 12.000 BTUs.	UNIDADE	458,00	80,00	36.640,00
13	492759	SERVICO DE TROCA DE GAS PARA AR CONDICIONADO - 18.000 BTUs a 24.000 BTUs.	UNIDADE	539,00	115,00	61.985,00
14	492760	SERVICO DE TROCA DE GAS PARA AR CONDICIONADO - 30.000 BTUs a 60.000 BTUs.	UNIDADE	482,00	100,00	48.200,00
15	341687	SERVICO DE TROCA DE GAS PARA AR CONDICIONADO - 9.000 BTUs a 12000 BTUs.	UNIDADE	618,00	117,00	72.306,00
16	492769	SERVICO DE TROCA DE MOTOR DE AR CONDICIONADO - 18.000 BTUs a 24.000 BTUs.	UNIDADE	316,00	1,00	316,00
17	492770	SERVICO DE TROCA DE MOTOR DE AR CONDICIONADO - 30.000 BTUs a 60.000 BTUs.	UNIDADE	279,00	1,00	279,00
18	341690	SERVICO DE TROCA DE MOTOR DE AR CONDICIONADO - 9.000 BTUs a 12.000 BTUs.	UNIDADE	386,00	1,00	386,00
19	492771	SERVICO DE TROCA DE PLACA DE AR CONDICIONADO - 18.000 BTUs a 24.000 BTUs.	UNIDADE	307,00	1,00	307,00
20	492772	SERVICO DE TROCA DE PLACA DE AR CONDICIONADO - 30.000 BTUs a 60.000 BTUs.	UNIDADE	278,00	1,00	278,00
21	341692	SERVICO DE TROCA DE PLACA DE AR CONDICIONADO - 9.000 BTUs a 12.000 BTUs.	UNIDADE	386,00	1,00	386,00

OUVIDORIA MUNICIPAL
TERMO DE INTERDIÇÃO

TERMO DE INTERDIÇÃO

A Coordenadoria Municipal de Proteção Defesa Civil do Município de Paranatinga, através deste instrumento, ***INTERDITA,*** como mantém interditada a Escola Municipal 17 de Dezembro, situada a Rua Xavante, s/nº, Bairro União, neste município de Paranatinga pelos seguintes motivos:

Após avaliação de danos por equipe multidisciplinar composta pelo Srº Manoel Luiz Ferreira da Silva, Engenheiro Civil da Prefeitura Municipal de Paranatinga-MT, CREA nº 6467/D, Srª Rejane Marques, Coordenadora Municipal de Proteção e Defesa Civil, e Srº Marcelo Augusto Granja Fontes – Gerente de Operações e Assistência da Secretaria Adjunta de Proteção e Defesa Civil do Estado de Mato Grosso, e emissão de Laudo de Vistoria Técnica do Setor de Engenharia , tal ***TERMO DE INTERDIÇÃO*** faz-se necessário após ocorrência de enchente, com grave risco de alagamento e perigo iminente da vida.

Este **Termo de Interdição** é amparado pela ***Lei 12.608 de 10 de abril de 2012 que institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil,*** nos seguintes Artigos, Parágrafos e Incisos***:***

Art. 2o É dever da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios adotar as medidas necessárias à redução dos riscos de desastre.

§ 1o As medidas previstas no caput poderão ser adotadas com a colaboração de entidades públicas ou privadas e da sociedade em geral.

§ 2o A incerteza quanto ao risco de desastre não constituirá óbice para a adoção das medidas preventivas e mitigadoras da situação de risco.

Art. 4o São diretrizes da PNPDEC:

III - a prioridade às ações preventivas relacionadas à minimização de desastres;

Art. 5o São objetivos da PNPDEC:

I - reduzir os riscos de desastres;

VII - promover a identificação e avaliação das ameaças, suscetibilidades e vulnerabilidades a desastres, de modo a evitar ou reduzir sua ocorrência;

VIII - monitorar os eventos meteorológicos, hidrológicos, geológicos, biológicos, nucleares, químicos e outros potencialmente causadores de desastres;

IX - produzir alertas antecipados sobre a possibilidade de ocorrência de desastres naturais;

Art. 8o Compete aos Municípios:

I - executar a PNPDEC em âmbito local;

II - coordenar as ações do SINPDEC no âmbito local, em articulação com a União e os Estados;

IV - identificar e mapear as áreas de risco de desastres;

VII - vistoriar edificações e áreas de risco e promover, quando for o caso, a intervenção preventiva e a evacuação da população das áreas de alto risco ou das edificações vulneráveis;

IX - manter a população informada sobre áreas de risco e ocorrência de eventos extremos, bem como sobre protocolos de prevenção e alerta e sobre as ações emergenciais em circunstâncias de desastres;

Paranatinga, 06 de dezembro de 2018.

REJANE MARQUES ARRUDA

COORDENADORA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

TERMO DE RESPONSABILIDADE

Assumo total responsabilidade, por quaisquer danos de origem pessoal ou material que eu, meus familiares ou terceiros, viermos a sofrer decorrente de sinistros, durante nossa permanência no imóvel ora ***INTERDITADO*** pela **Defesa Civil**.

Para maior clareza, firmo o presente,

Declarante:

Arlinda Barbosa de Arruda Vian – Secretária Municipal de Educação

RG: 148.643 SSP/MT

CPF: 200.120.041-20

( ) Recusou-se a assinar.

Testemunha 01:

Marcelo Augusto Granja **Fontes** – **2º Sgt BM**

Gerente de Operações e Assistência

SAPDEC/MT

Testemunha 02:

Ribas Santana Fortes – 2º Ten BM RR

SAPDEC/MT

Paranatinga, 04 de dezembro de 2018.

REJANE MARQUES ARRUDA

COORDENADORA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA

RETIFICAÇÃO LEI N° 1.094/2018 - CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL

LEI N°. 1094/2018.

07 DE DEZEMBRO DE 2018.

"Autoriza o Poder Executivo Municipal a realizar abertura de Crédito Adicional Especial com Recurso do Custeio Educação – Apoio Financeiro aos Municípios - AFM".

JUVENAL PEREIRA BRITO, Prefeito Municipal de Pedra Preta, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei.

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a proceder, no orçamento vigente, abertura de **CREDITO ADICIONAL ESPECIAL até o montante de R$. 70.000,00 (setenta mil reais),** inserindo na LOA – Lei Orçamentária Anual nº 1020/2017, combinado com os arts. 42 e 43 da lei nº. 4.320/64, destinado à inclusão da fonte de recurso do AFM - Apoio Financeiro aos Municípios do Custeio da Educação, nas atividades e naturezas de despesas abaixo descritas, nas seguintes dotações:

07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

001 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

123610013.2029 – MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL

3390300000 – Material de Consumo R$. 25.000,00

3390390000 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica R$. 10.000,00

Fr: (60) 0115053000 – Transferência Rec. Fundo Nac.Des.Educação - FNDE

SOMA R$. 35.000,00

123650014.2034 – MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

3390300000 – Material de Consumo R$. 15.000,00

3390390000 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica R$. 20.000,00

Fr: (60) 0115053000 – Transferência Rec. Fundo Nac.Des.Educação - FNDE

SOMA R$. 35.000,00

TOTAL GERAL R$. 70.000,00

Artigo 2º - Para cobertura do crédito referido no artigo anterior será utilizado recurso do Custeio da Educação – Apoio Financeiro aos Municípios – AFM da Conta Bancaria nº 26.868-2, no valor de R$. 70.000,00 (setenta mil reais), de acordo com o disposto no ***art. 42 e 43*****;** para suplementar as dotações acima descrita no artigo 1º.

Artigo 3º - Esta lei entra em vigor na data da sua publicação, revogando as disposições em contrário.

JUVENAL PEREIRA BRITO

Prefeito.

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO - DISPENSA Nº 009/2018

O Prefeito Municipal de Pedra Preta - MT, no uso de suas atribuições legais, regimentais e com fundamento no inciso VI, do art.43, da Lei 8.666/1993 e suas alterações posteriores.

RESOLVE:

HOMOLOGAR: o procedimento licitatório na modalidade **DISPENSA N.º 009/2018**, que tem por objeto Locação de Imóvel Urbano para Instalação do Centro de Apoio Psicossocial (CAPS), localizado na Rua Fernando Correia da Costa, Centro, Cidade de Pedra Preta – MT. Conforme anexos.

ADJUDICAR o objeto licitado da Empresa abaixo relacionada, vencedora do certame acima mencionado.

Locatário **PEDRO FERNANDES DE CAMARGO,**inscrito no **CPF nº 847.449.528-87, RG nº 12.194.732-4 SSP/SP.**

Valor da Proposta: Sendo **R$ 1.200,00 (hum mil e duzentos reais), mensais, perfazendo o montante de R$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais).**

Proceda - se a contratação da empresa**: PEDRO FERNANDES DE CAMARGO.**

Pedra Preta - MT, 10 de Dezembro de 2018.

_____

JUVENAL PEREIRA BRITO

PREFEITO

RETIFICAÇÃO DA PORTARIA N° 599/2018 - FÉRIAS - MARIVALDA TELES GÓIS

PORTARIA Nº 599/2018.

DE 06 DE DEZEMBRO DE 2018.

Dispõe sobre Férias de servidora Pública Municipal para lotada na Secretária Municipal de Assistência Social.

JUVENAL PEREIRA BRITO, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PEDRA PRETA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

CONSIDERANDO que a Servidora Pública municipal, faz jus ao período de aquisição de 01/04/2014 a 01/04/2015.

RESOLVE:

ART. 1º - **Conceder** Férias a Servidora Pública Municipal **MARIVALVA TELES GÓIS**, concursada como *Contínua/Merendeira*, lotada na Secretaria de Assistência Social, a partir do 10/12/2018 à 08/01/2019.

ART. 2º- A presente Portaria entrará em vigor na data de 10/12/2018.

ART.3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PEDRA PRETA – MATO GROSSO.

AOS SEIS DIAS DO MÊS DE DEZEMBRO DO ANO DE 2018.

JUVENAL PEREIRA BRITO

Prefeito

Registrada nesta Secretaria e

Publicada no Diário Oficial.

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 025/2018.

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 025/2018, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2.018.

As partes contratantes, de um lado a ***PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA - MT*****,** e de outro lado a (o) Senhor (a) ***Ana Paula dos Santos Miranda,*** ambos qualificados no Contrato inicial, convencionam alterar a ***CLÁUSULA SEGUNDA***, do Contrato acima epigrafado, que passará a ter a seguinte redação:

CLÁUSULA PRIMEIRA –

Acrescenta-se o Item 1.3 da Cláusula Primeira e fica alterada a Cláusula Segunda do Contrato n.º 025/2018, de 19 de fevereiro de 2.018, como segue:

"CLÁUSULA PRIMEIRA

DO OBJETO

1.1 O (A) CONTRATADO(A) prestará ao CONTRATANTE, serviços por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público na função de Professor(a) de Pedagogia, lotado(a) junto à Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura Municipal, com as atribuições previstas na Lei Complementar nº 017/2014, devendo perfazer uma carga horária de 30 (trinta) horas/aulas semanais na Escola Mun. Ari Griesang, ficando submetido(a) ao Regime Jurídico Único e ao Regime Geral da Previdência Social.

1.2 O (A) CONTRATADO(A) se obriga a todos os deveres funcionais aplicáveis aos servidores municipais, submetendo-se inclusive, no que couber às sanções disciplinares.

1.3 O presente Termo Aditivo se dá pelo fato da CONTRATADA estar Gestante o que gera estabilidade junto ao Município.

CLÁUSULA SEGUNDA

DO PRAZO

Os serviços objetos deste contrato serão executados pelo (a) **CONTRATADO(A)** ao **CONTRATANTE** no período **de 19 de fevereiro de 2018 a 21 de junho de 2019.**"

CLÁUSULA SEGUNDA –

O presente Termo fará parte inseparável ao Contrato inicial. As demais cláusulas do contrato originário permanecem inalteradas. E assim, por estarem de acordo e devidamente contratadas, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias, juntamente com 02 (duas) testemunhas maiores, capazes e a tudo presente.

Pedra Preta - MT, 10 de dezembro de 2.018.

_____ _____

Juvenal Pereira Brito	*Ana Paula dos Santos Miranda*
= Prefeito Municipal == Contratante =	= Contratado(a) =
*TESTEMUNHAS:*1_____	2._____
Nome: Semy Mendes de Freitas DI.RG.SSP/MT.nº 123426CPF/MF nº 240.847.781-68End.: Av. Fernando C. Costa, 332	Nome: Eleine Carrijo Machado DI.RG.SSP/MT.nº 818610CPF/MF nº 537.220.601-25 End.: Rua João Candido dos Santos, 343

centro – Pedra Preta – MT Centro - Pedra Preta – MT

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 003/2018.

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 003/2018, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2.018.

As partes contratantes, de um lado a ***PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA - MT*****,** e de outro lado a (o) Senhor (a) ***Gabriela da Silva Marques Menegussi,*** ambos qualificados no Contrato inicial, convencionam alterar a ***CLÁUSULA SEGUNDA***, do Contrato acima epigrafado, que passará a ter a seguinte redação:

CLÁUSULA PRIMEIRA –

Acrescenta-se o Item 1.3 da Cláusula Primeira e fica alterada a Cláusula Segunda do Contrato n.º 003/2018, de 19 de fevereiro de 2.018, como segue:

***"*CLÁUSULA PRIMEIRA**

DO OBJETO

1.1 O (A) CONTRATADO(A) prestará ao CONTRATANTE, serviços por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público na função de Professor(a) de Pedagogia, lotado(a) junto à Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura Municipal, com as atribuições previstas na Lei Complementar nº 017/2014, devendo perfazer uma carga horária de 30 (trinta) horas/aulas semanais, em substituição a Professora Edineia Paiva de Souza, que encontra-se na Direção do Centro Educacional Antônia Aparecida Garcia, ficando submetido(a) ao Regime Jurídico Único e ao Regime Geral da Previdência Social.

1.2 O (A) CONTRATADO(A) se obriga a todos os deveres funcionais aplicáveis aos servidores municipais, submetendo-se inclusive, no que couber às sanções disciplinares.

1.3 O presente Termo Aditivo se dá pelo fato da Contratada estar Gestante o que gera estabilidade junto ao Município.

CLÁUSULA SEGUNDA

DO PRAZO

Os serviços objetos deste contrato serão executados pelo (a) **CONTRATADO(A)** ao **CONTRATANTE** no período **de 19 de fevereiro de 2018 a 21 de junho de 2019.**"

CLÁUSULA SEGUNDA –

O presente Termo fará parte inseparável ao Contrato inicial. As demais cláusulas do contrato originário permanecem inalteradas. E assim, por estarem de acordo e devidamente contratadas, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias, juntamente com 02 (duas) testemunhas maiores, capazes e a tudo presente.

Pedra Preta - MT, 10 de Dezembro de 2.018.

_____ _____

Juvenal Pereira Brito= Prefeito Municipal == Contratante =	*Gabriela da Silva Marques Menegussi = Contratado(a) =*
TESTEMUNHAS:1_____Nome: Semy Mendes de Freitas DI.RG.SSP/MT.nº 123426 CPF/MF nº 240.847.781-68End.: Av. Fernando C. Costa, 332	2._____Nome: Eleine Carrijo Machado-DI.RG.SSP/MT.nº 818610 CPF/MF nº 537.220.601-25 End.: Rua João Candido dos Santos, 343

Centro – Pedra Preta – MT Centro

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 100/2018.

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 100/2018, DE 14 DE MAIO DE 2.018.

As partes contratantes, de um lado a ***PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA - MT*****,** e de outro lado a (o) Senhor (a) ***Maria Jaimara Pinho Farias,*** ambos qualificados no Contrato inicial, convencionam alterar as ***CLÁUSULAS PRIMEIRA E SEGUNDA***, do Contrato acima epigrafado, que passará a ter a seguinte redação:

CLÁUSULA PRIMEIRA –

Acrescenta-se o Item 1.3 da Clausula Primeira e fica alterada a Cláusula Segunda do Contrato n.º 100/2018, de 14 de maio de 2.018, como segue:

"CLÁUSULA PRIMEIRA

DO OBJETO

1.1 O (A) CONTRATADO(A) prestará ao CONTRATANTE, serviços por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público na função de Contínua, lotado(a) junto à Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura Municipal, com as atribuições previstas na Lei Complementar nº 017/2014, devendo perfazer uma carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, em substituição a servidora Isabel Cristina de Oliveira B. Sabine que encontra-se de Licença sem Remuneração, ficando submetido(a) ao Regime Jurídico Único e ao Regime Geral da Previdência Social.

1.2 O (A) CONTRATADO(A) se obriga a todos os deveres funcionais aplicáveis aos servidores municipais, submetendo-se inclusive, no que couber às sanções disciplinares.

1.3 O presente Termo Aditivo se dá pelo fato da CONTRATADA estava de Licença Maternidade e gerou estabilidade de 30 dias após a referida Licença.

CLÁUSULA SEGUNDA

DO PRAZO

Os serviços objetos deste contrato serão executados pelo (a) **CONTRATADO(A)** ao **CONTRATANTE** no período **de 14 de maio de 2018 a 26 de dezembro de 2018."**

CLÁUSULA SEGUNDA –

O presente Termo fará parte inseparável ao Contrato inicial. As demais cláusulas do contrato originário permanecem inalteradas. E assim, por estarem de acordo e devidamente contratadas, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias, juntamente com 02 (duas) testemunhas maiores, capazes e a tudo presente.

Pedra Preta - MT, 10 de Dezembro de 2.018.

_____ _____

Juvenal Pereira Brito= Prefeito Municipal == Contratante =	*Maria Jaimar a Pinho Farias = Contratado(a) =*
TESTEMUNHAS:1_____Nome: Semy Mendes de FreitasDI.RG.SSP/MT.nº 123426CPF/MF nº 240.847.781-68End.: Av. Fernando C. Costa, 332	2._____Nome: Eleine Carrijo Machado DI.RG.SSP/MT.nº 818610 CPF/MF nº 537.220.601-25 End.: Rua João Candido dos Santos, 343

Centro – Pedra Preta – MT Centro - Pedra Preta – MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO

MINUTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 041/2018

ATA DE REGISTRO DE PREÇO (ARP) que entre si celebram o Município de Peixoto de Azevedo-MT, por intermédio da Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo e as empresas vencedoras do certame licitatório referente ao Pregão Presencial nº 041/2018, tendo por OBJETO**: "REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA HABILITADA NO RAMO DE ARBITRAGEM PARA ATUAR NO PROJETO "COPINHA PEIXOTENSE DE FUTSAL E DO FUTEBOL AMADOR MENINOS E MENINAS DE OURO", QUE SERÁ REALIZADO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER, CONFORME CONVENIO N° 855729/2017 E TERMO DE REFERÊNCIA".**

O MUNICÍPIO DE PEIXOTO DE AZEVEDO-MT, pessoa jurídica de direito interno público, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 03.238.631/0001-31, com sede administrativa à Rua Ministro César Cals, 226 – Centro – Peixoto de Azevedo-MT, doravante denominada simplesmente **CONTRATANTE**, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, o **Sr. Mauricio Ferreira de Souza**, brasileiro, casado, empresário, portador da Cédula de Identidade RG 3.462.

335-0 SSP/PR e CPF 408.557.409-49, residente e domiciliado a Rua Itamar Dias, nº 363, Bairro Centro Novo, nesta Cidade de Peixoto de Azevedo-MT em obediência geral a Lei nº 10.520 de 17/07/2002, pelo Decreto Municipal nº 006/2010 e subsidiariamente pela Lei nº 8.666 de 21/06/1993 (e suas alterações posteriores) e, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços nº 041/2018 Ata de julgamento de Preços, e homologada pelo ordenador de despesas desta Prefeitura, RESOLVEM registrar os preços da(s) empresa vencedora(s) que incidirá no valor do(s) SERVIÇO(S), nas quantidades estimadas anuais, de acordo com a classificação por ela alçada no item, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório, Termo de Referência e seus anexos e as constantes desta ARP, para formação do SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS – SRP destinado a contratações futuras sujeitando-se as partes normas constantes das Leis e Decretos supracitados e em conformidade com as disposições a seguir.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O objeto IMEDIATO do presente instrumento de registrar os preços UNITÁRIOS obtido na licitação PREGÃO PRESENCIAL - SRP nº 041/2018; enquanto o objeto MEDIATO será contratação futura da empresa **A. R. FARIAS EIRELI - ME,** com o **CNPJ N° 01.671.955/0001-33** visando o fornecimento do(s) SERVIÇO(S) constantes do aludido do anexo 1 que acompanhou o Edital da citada licitação e que ora o integra.

1.2. As quantidades a serem fornecidas, constantes do anexo 1 que acompanhou o Edital da licitação, poderá, nos limites do art. 65 da Lei v8666/93, serem acrescidas de conformidade com a demanda do período de vigência desta ARP.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VENCEDORA, DA ESPECIFICAÇÃO, QUANTIDADE, MARCA E PREÇO

2.1. A licitante vencedora, o item, quantidade, unidade, especificação, marca, fornecedor, e o preço unitário estão registrados nessa ARP, e encontram-se indicados na tabela abaixo:

2.2. Registro de Preço da **A. R. FARIAS EIRELI - ME,** com o CNPJ N° 01.671.955/0001-33, localizada na Rua das Araribas, 1589, Jardim Imperial na cidade de Sinop/MT CEP 78555-060 representada pelo seu procurador o Senhor Donizete de Souza CPF nº295.433.471-15 RG sob o nº4279909 SSPGO, residente e domiciliado na Av. Norberto Schawtz n° 1573 Bairro Centro cidade Terra Nova do Norte/MT.

Planilha demonstrativa dos preços:

1095 A. R. FARIAS EIRELI - ME

SEQ	ITEM	DESCRICAO	UND	QTD	VLR UNIT	VLR TOTAL
5	297181	SERVICO DE ARBITRAGEM PARA CAMPEONATO DE FUTEBOL DE CAMPO MASCULINO	PARTIDA	30	330,00	9.900,00
10	297183	SERVICO DE ARBITRAGEM PARA CAMPEONATO DE FUTSAL FEMININO	PARTIDA	10	200,00	2.000,00
11	297182	SERVICO DE ARBITRAGEM PARA CAMPEONATO DE FUTSAL MASCULINO	PARTIDA	30	210,00	6.300,00
12	304869	SERVICO DE ARBITRAGEM PARA CAMPEONATO DE FUTEBOL DE CAMPO FEMININO	PARTIDA	10	330,00	3.300,00
			TOTAL GERAL R$			**21.500,00**

TOTAL GERAL R$ 21.500,00 (Vinte e um mil e quinhentos reais).

CLAUSULA TERCEIRA – DA CONTRATAÇÃO

3.1. Para a presente contratação foi instaurado procedimento licitatório com fundamento nas Leis nº 10.520/02, Lei Federal nº 8.666/93 e Decreto Municipal nº 006/10.

3.2. Regularmente convocado para retirar a solicitação de empenho, o fornecedor cumprirá faze-lo no prazo mínimo de 03(três) dias úteis, prorrogáveis por uma única vez, se houver justificativa aceita pela Prefeitura, sujeitando-se as penalidades legalmente estabelecidas.

3.3. O fornecedor fica incumbido de apresentar procuração, contrato social, carta de preposição ou documento equivalente (original ou cópia autenticada), que designe expressamente o seu representante habilitado para retirada da solicitação de empenho.

CLÁUSULA QUARTA - DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - ARP

4.1. O registro de preço constante desta ARP firmada entre a Prefeitura e a empresa que apresentou a proposta classificada em 1º lugar em consequência do presente certame, terá validade pelo prazo de 12 (doze) meses contados a partir da data de assinatura da referida ARP.

4.2. O prazo máximo de validade do registro de preços será de 12 (doze) meses contados a partir da data de assinatura da respectiva ARP. As contratações decorrentes do SRP terão sua vigência estabelecida conforme as disposições contidas nos editais e respectivos instrumentos de contrato, observando o disposto no artigo 57 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993.

4.3. Durante o prazo de validade da ARP, o órgão gerenciador ou aderente não ficará obrigado a adquirir o(s) SERVIÇO(S) exclusivamente pelo SRP, podendo realizar nova licitação quando julgar oportuno e conveniente, ou mesmo proceder às aquisições por dispensa ou inexigibilidade, se for o caso, nos termos da legislação vigente, não cabendo qualquer tipo de recurso ou indenização à empresa signatária do SRP.

4.4. A partir da vigência da ARP, o fornecedor se obriga a cumprir, na integra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeito, inclusive, as penalidades pelo descumprimento de qualquer de suas clausulas.

CLÁUSULA QUINTA - DA ADMINISTRAÇÃO DA ARP E SUA UTILIZAÇÃO POR ÓRGÃOS NÃO PARTICIPANTES

5.1. A Gerencia da ARP ficará cargo da Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo/MT, nos termos das normas que regem a matéria e normalizações internas.

5.2. Poderão utilizar-se desta ARP órgãos ou entidades da Administração que não tenham participado do certame, desde que previamente autorizada pelo órgão gerenciador..

5.3. Caberá ao fornecedor detentor do registro na ARP, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que não seja prejudicial às obrigações anteriormente assumidas.

5.4. Os órgão ou entidades interessados na utilização da ARP deverão encaminhar solicitação previa ao órgão gerenciador/Departamento Administrativo da Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo-MT.

5.5. A utilização desta ARP por outro órgão ou entidade fica condicionada aos seguintes pressupostos:

a) Não comprometimento da capacidade operacional do fornecedor;

b) Anuência expressa do fornecedor.

5.6. Os Órgãos ou Entidades não participantes poderão utilizar até 50% dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços decorrentes deste certame, nos termos do § 3º do art. 22º do Decreto Federal nº 7892/2018.

5.7. O quantitativo decorrente das adesões à Ata de Registro de Preços, não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na Ata de Registro de Preços para órgãos ou Entidades não participantes, nos termos do § 4º do art. 22º do Decreto Federal nº 7892/2018.

CLÁUSULA SEXTA - DO PREÇO

6.1. O preço unitário registrado para a empresa signatária deste instrumento é aquele constante na Planilha Demonstrativa de Preços e Classificação.

6.2. Em cada fornecimento, o preço total será o valor unitário multiplicado pela quantidade de que se deseja do(s) SERVIÇO(S).

6.3. É vedado qualquer reajuste de preços exceto por força de legislação em vigor que assim o permita.

6.4. Caso reste frustrada também a negociação com as demais empresas, órgão gerenciador Cancelará total ou parcialmente esta ARP adotando as medidas cabíveis para a nova aquisição desejada.

6.5. Visando subsidiar eventuais revisões, o órgão gerenciador realizará nova Pesquisa de preços.

6.6. Nos preços unitários registrados estão incluídas todas as despesas e taxas de qualquer Espécie relativas ao objeto registrado (encargos sociais etc.).

CLÁUSULA SÉTIMA - MODO DE RECEBIMENTO

7.1. O recebimento provisório ocorrerá no momento da entrega ao Fiscal do Contrato que Verificará e confrontará qualidade do(s) SERVIÇO(S) executado(s) com o especificado no Termo de Referência.

7.2. O recebimento definitivo deverá ocorrer após a entrega do(s) SERVIÇO(S).

7.3. Em se verificando vícios no(s) SERVIÇO(S), o fornecedor será informado para corrigi-lo imediatamente, ficando nesse período interrompida a contagem do prazo para pagamento.

7.4. A informação ao fornecedor sobre vícios ou defeitos na entrega do(s) SERVIÇO(S) será realizada pelo Fiscal do Contrato.

7.5. Em relação a eventuais decréscimos, não se aplica a regra contida no artigo 65, inciso II, da Lei nº 8.666/93, podendo os órgão adquirirem quantidade inferior ao estimado, sem necessidade de anuência da signatária da ARP.

CLÁUSULA OITAVA - DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

8.1. A execução do(s) SERVIÇO(S) deverá ser na Vila Olímpica, Ginásio da Mãe de Deus, Estádio Morada do Ouro e Distrito União do Norte no Município de Peixoto de Azevedo-MT.

8.2. O serviço será solicitado de acordo com a demanda da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer com antecedência mínima de 15(quinze) dias, mediante Requisição ou Ordem de Serviços emitida pelo Setor de Compras, para que a contratada possa providenciar a relação dos envolvidos que farão parte do serviço solicitado.

8.3. Se a empresa com preço registrado em primeiro lugar não retirar ou se recusar a receber a Solicitação de Empenho/ordem de fornecimento, sem justificativa plausível e aceita pelo órgão gerenciador, este convocará empresa com preço registrado em segundo lugar para efetuar o fornecimento nas condições próximas do primeiro colocado, e assim por diante.

8.4. Caso a empresa, ao participar do certame, tenha apresentado proposta de fornecimento parcial do(s) SERVIÇO(S), o esgotamento do(s) SERVIÇO(S) será o limite mínimo de quantidade que a empresa se dispôs a fornecer.

8.5. Na hipótese do Item 8.4, órgão gerenciador ou aderente da ARP adquirirá restante do(s) SERVIÇO(S) das demais empresas classificadas em 2º ou 3º lugar para esse mesmo item.

8.6. O(s) SERVIÇO(S) serão recebidos provisoriamente para verificação de conformidade da quantidade e da qualidade;

8.7. O recebimento definitivo dar-se-á conforme apresentado no Termo de Referência;

8.7.1. Em se verificando problemas na execução do(s) SERVIÇO(S), a empresa será informada para corrigi-los, ficando nesse período interrompida a contagem do prazo para recebimento definitivo.

8.8. O(s) SERVIÇO(S), a cada requisição, deverão ser executados de uma só vez no local indicado no Item 8.1 desta Ata, todavia, na hipótese de ocorrência de fato superveniente á data de apresentação da proposta, ensejador da aplicação da Teoria da Imprevisão, devidamente comprovado e aceito pela Administração, a execução da entrega dos SERVIÇOS poderá ser fracionada e/ou prorrogada.

CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES GERAIS DO FORNECEDOR

9.1. Manter, durante a vigência da ARP, todas as condições de regularidade fiscal, trabalhista e Previdenciário exigidas no edital de licitação respectivo.

9.2. Executar fielmente o objeto desta ARP, comunicando, imediatamente, ao representante legal do órgão gerenciador ou aderente qualquer fato impeditivo de seu cumprimento.

9.3. Responder ás notificações no prazo estabelecido.

9.4. Não assumir obrigações que comprometam ou prejudiquem a capacidade de fornecimento ao órgão gerenciador e aos órgãos parceiros.

9.5. Efetuar a perfeita execução o do objeto licitado.

9.6. Manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação exigidas em Edital.

CLÁUSULA DECIMA - OBRIGAÇÕES ESPECIAIS DO ÓRGÃO GERENCIADOR

10.1. Gerenciar a ARP.

10.2. Notificar o fornecedor para verificar o seu aceite em caso de fornecimento para órgão aderente. (em casos de adesão).

10.3. Encaminhar cópias da ARP aos órgãos aderentes.

10.4. Conduzir o procedimento de sinalização ao fornecedor, responsabilizando-se, inclusive, pela sua aplicação, exceto quando se tratar de litígio entre órgão aderente e fornecedor.

10.4.1. Caberá órgão aderente à aplicação de penalidade ao fornecedor em caso de descumprimento das cláusulas desta ARP, devendo ser encaminhada copias para conhecimento das decisões de aplicação de penalidade ao fiscal da ARP.

10.5. Mediante solicitação do órgão aderente efetuar o devido termo aditivo de acréscimo quantitativo do objeto.

10.6. Cancelar, parcial ou totalmente, a ARP.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA FISCALIZAÇÃO

11.1. Órgão gerenciador ou aderente fiscalizará o exato cumprimento das cláusulas e condições estabelecidas no presente instrumento, cada qual na sua respectiva competência.

11.1.1. A omissão, total ou parcial, da fiscalização não eximirá o fornecedor da integral responsabilidade pelos encargos que são de sua competência.

11.2. Cada órgão aderente deverá indicar o fiscal-gestor do contrato.

11.3. Fica(m) designado(s) como Fiscal(is) do Contrato, através da **Portaria Nº _____/2018**, o(s) servidor(es) abaixo para assistir e subsidiar o gestor do contrato indicado na epígrafe:

	NOME	MATRÍCULA
TITULAR	JOSIAS SILVA OLIVEIRA	4958
SUPLENTE	ANDRESSA VARGAS APARECIDA ROCHA	6929

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - ARP

12.1. A ARP poderá ser cancelada, total ou parcialmente, de forma unilateral pelo órgão gerenciador, quando:

a) O fornecedor não dispuser a substituir o(s) SERVIÇO(S) que vierem a apresentar defeitos de qualidade;

b) O fornecedor não cumprir as obrigações constantes deste Instrumento;

c) O fornecedor não retirar a solicitação de empenho no prazo estabelecido, sem apresentar justificativa aceita pelo fiscal do contrato do órgão gerenciador ou órgão aderente;

d) O fornecedor, na execução do contrato, incorrer numa das hipóteses enumeradas no artigo 78 da Lei nº 8.666/93;

e) Por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado nos autos;

f) Demais sanções previstas no Edital e Termo de Referência.

12.2. O cancelamento da ARP, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório, será comunicado ao fornecedor e publicado na Imprensa Oficial.

12.3. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fatos supervenientes que venham a comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes da Teoria da Imprevisão, devidamente comprovados.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – RETENÇÃO DE IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

13.1. A Prefeitura efetuará retenção dos impostos e encargos legais sobre as Notas Fiscais, quando for ocaso;

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO PAGAMENTO

14.1. O pagamento será efetuado mediante ordem bancaria emitida em favor da empresa contratada, na estrita ordem cronológica da data de sua exigibilidade, a partir da data de entrega da Nota Fiscal ao DEPARTAMENTO FINANCEIRO, a ser processada em duas vias, com todos os campos preenchidos discriminando valores unitários e totais do item, sem rasuras e devidamente atestada pelo servidor responsável pelo recebimento do bem, constando, ainda, o número do banco, da agência e da conta- corrente onde deseja receber seu credito.

14.2. A cada pagamento será verificada a situação de validade dos documentos exigidos na habilitação.

14.3. Em existindo documento com prazo de validade vencido ou irregular, o fornecedor será notificado para regularizar.

14.4. O fornecedor, depois de notificado, terá prazo de 15 (quinze) dias para proceder à Regularização. Findo o prazo, em não se manifestando ou não regularizando, o fato deverá ser certificado e comunicado ao Departamento Administrativo do órgão gerenciador para as providencias cabíveis.

14.5. Caso a documentação esteja disponível na internet, o próprio órgão gerenciador ou aderente poderá baixa-la e carrear para os autos, sem necessidade de comunicar o fato ao fornecedor.

14.6. Junto ao corpo da Nota Fiscal é recomendado que o fornecedor faça constar, para fins de pagamento, o nome e número do banco, da agência e da conta corrente, telefone e, se disponível, o e-mail.

14.7. As despesas iniciais previstas no corrente exercício, oriundas da contratação, objeto desta Licitação, correrão à conta dos recursos específicos consignados no orçamento da **Secretaria Municipal**, conforme a seguir:

Dotação Orçamentária:

Órgão	13	SECRETARIA MUNICIPAL DEESPORTE E LAZER
Unidade	001	GABINETE DO SECRETARIO
Função	27	DESPORTO E LAZER
Subfunção	812	DESPORTO COMUNITÁRIO
Programa	0032	ESPORTE NO SEU BAIRRO
Proj./Ativ.	2103	APOIO A REALIZAÇÃO E PARTICIPAÇÃO DE EVENTOS
Dotação	878	3390.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURIDICA
FONTE DE RECURSOS/ SALDO DOTACAO ORCAMENTARIA DISPONIVEL:		
	100	Recursos Ordinários
		REGISTRO DE PREÇOS

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – CONDIÇÕES DE FATURAMENTO

15.1. O documento de cobrança (Nota Fiscal, Fatura, etc.) deverá ser encaminhado ao órgão comprador, que terá o prazo de até 30 (trinta) dias para dar a liquidação da despesa, na forma estatuída no art. 40, XIV, “a” da Lei nº 8.666/93, ou interromper o prazo, no caso de qualquer incorreção detectada.

15.2. O documento de cobrança será emitido em nome do órgão comprador, sem emendas ou rasuras, fazendo menção expressa ao número da Solicitação de Empenho e contendo todos os dados da mesma.

15.2.1. O número de inscrição no CNPJ da empresa deverá ser o mesmo da documentação apresentada para habilitação, da Proposta Comercial e do documento de cobrança, que serviu de base para emissão da Solicitação de ordem de fornecimento.

15.3. Todos os tributos incidentes sobre o(s) SERVIÇO(S) fornecido(s)/licitado(s) deverão estar inclusos no valor total do documento de cobrança, observada a legislação tributária aplicável á espécie.

15.4. No documento de cobrança deverá constar o nome e o número do banco, bem como o nome e número da agência e o número da conta corrente na qual se executará o deposito bancário para pagamento repetindo-se os dados contidos na Proposta Comercial.

15.5. Qualquer alteração de dados bancários somente será permitida desde que efetuada em papel timbrado da empresa, assinada por representante legal, devidamente comprovado por documento hábil e encaminhado ao órgão comprador, antes do processamento do respectivo pagamento.

15.6. No documento de cobrança não deverá constar descrição estranha ao constante da Solicitação de Empenho.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

(Artigo 7o da Lei no 10.520/2002 e Artigos 86, 87 e 88 da Lei nº 8.666/93)

16.1. O descumprimento injustificado das obrigações assumidas nos termos desta ARP, sujeita à contratada a multas, consoante o *caput* e §§ do art. 86 da Lei no8.666/93, incidentes sobre o valor da Nota de Empenho, na forma seguinte:

a) atraso até 05 (cinco) dias, multa de 2 % (dois por cento);

b) a partir do 6o (sexto) até o limite do 10o (décimo) dia, multa de 04 % (quatro por cento), caracterizando-se a inexecução total da obrigação a partir do 11o (décimo primeiro) dia de atraso.

16.2. Sem prejuízo das sanções cominadas no art. 87, I, III e IV, da Lei 8.666/93, pela inexecução total ou parcial do objeto adjudicado, o **Município de Peixoto de Azevedo-MT,** poderá garantido à prévia e ampla defesa, aplicar à **CONTRATADA** multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado,

Suspensão temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com o Município de Peixoto de Azevedo-MT, por prazo de até 02 (dois) anos, Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

16.3. A licitante, adjudicatária ou contratada que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ou ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantendo a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com o Administração Pública pelo prazo mínimo de 2 (dois) anos, se for o caso, o Município de Peixoto de Azevedo-MT solicitará o seu descredenciamento do Cadastro de Fornecedores do Estado por igual período, sem prejuízo da ação penal correspondente na forma da lei, e terá sua inidoneidade declarada, garantida prévia e ampla defesa;

16.4. A multa, eventualmente imposta à contratada, será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus, acrescida de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês. Caso a contratada não tenha nenhum valor a receber do Município de Peixoto de Azevedo-MT, ser-lhe-á concedido o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados de sua intimação, para efetuar o pagamento da multa. Após esse prazo, não sendo efetuado o pagamento, seus dados serão encaminhados ao Órgão competente para que seja inscrita na dívida ativa do Município, podendo, ainda o Município de Peixoto de Azevedo-MT, proceder à cobrança judicial da multa;

16.5. As multas previstas nesta seção não eximem a adjudicatária da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar ao Município de Peixoto de Azevedo-MT;

16.6. Se a **CONTRATADA** não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação por parte da Administração, o respectivo valor será descontado dos créditos que esta possuir com o Município de Peixoto de Azevedo-MT, e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para inscrição em Dívida Ativa e execução pelo Município;

16.7. Do ato que aplicar penalidade, caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência do ato através de notificação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão, ou nesse prazo encaminha-la devidamente informada para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

17.1 - Considerando o prazo de validade estabelecido na clausula quarta da ARP e, em atendimento ao órgão do artigo 28 da Lei Federal nº 9.069 de 29/06/1995, ao artigo 3º 1º da Lei Federal nº 10192/2001 e demais legislações pertinentes, é vedado qualquer reajustamento de preços, até que seja completado o período de 15 (doze) meses contados a partir da data de recebimento das propostas indicadas no preâmbulo do edital do Pregão Presencial nº 041/2018, que integra a presente ARP, observadas as disposições constantes do Decreto Municipal.

17.2 - Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições para a concessão de reajustes em face da superveniência de normas federais aplicáveis á espécie ou de alteração dos preços, comprovadamente, praticados no mercado, com a finalidade de manter o equilíbrio econômico e financeiro da avença.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DOCUMENTOS APLICÁVEIS

18.1 - Esta ARP vincula-se ás disposições contidas nos documentos a seguir especificados, cujos teores são conhecidos e acatados pelas partes:

a) Edital de Pregão Presencial nº 041/2018 e Termo de Referência;

b) Ata da Sessão Pública;

c) Proposta escrita do fornecedor ou recomposição de preço, caso houver.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DAS PRERROGATIVAS DO ÓRGÃO GERENCIADOR

19.1. O fornecedor reconhece os direitos do órgão gerenciador relativos ao presente instrumento:

a) Modifica-lo, unilateralmente, para melhor adequação ás finalidades do interesse público, nos termos do art. 65 da Lei nº 8.666/93, respeitados os direitos do Fornecedor;

b) Cancela-lo, total ou parcialmente, nos casos especificados no inciso I do art. 79 da Lei nº 8.666/93;

c) Aplicar as penalidades motivadas pela inexecução, total ou parcial, deste instrumento;

d) Fiscalizar o fornecimento do(s) SERVIÇO(S).

e) Os órgãos aderentes serão responsáveis pela sua fiscalização.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – COMUNICAÇÕES

20.1. As correspondências expedidas pelas partes signatárias deverão mencionar o número deste instrumento e o assunto específico da correspondência.

20.1.1. As comunicações feitas ao órgão gerenciador deverão ser endereçadas a:

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO

Rua Ministro César Cals nº 226 Centro- Peixoto de Azevedo-MT – CEP 78530-000

Secretaria Municipal de Administração

SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

20.2. Eventuais mudanças de endereço dos órgãos aderentes ou dos fornecedores deverão ser comunicadas por escrito ao órgão gerenciador.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

21.1. Todo instrumento de procuração deverá constar firma reconhecida do mandante, nos termos do art. 654, 2º do Código Civil.

21.2. O fornecedor obriga-se a manter em compatibilidade com as obrigações por ele assumida, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e a cumprir fielmente as Clausula ora avençadas, e ainda com as normas previstas na Lei nº 8.666/93 e legislação complementar, durante a vigência desta ARP.

21.3. Os casos omissos serão resolvidos em reuniões formais feito pelo Fiscal da ARP com a empresa contratada ou seu procurador e a quem interessar, lavrando-se, ao final da reunião, ata circunstanciada assinada por todos os presentes e encaminhando-a ao Prefeito para Homologação e Despacho.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DA PUBLICAÇÃO

22.1. Para eficácia do presente instrumento, a Contratante providenciará a publicação trimestralmente na Imprensa Oficial do Município e divulgação por meios eletrônicos, os preços registrados para utilização dos órgãos participantes em conformidade com o disposto no art. 4, inciso VII do Decreto Municipal 006/2010.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - DO FORO

23.1. Fica eleito o Foro de Peixoto de Azevedo-MT para dirimir quaisquer controvérsias advindas da execução desta ARP.

22.2. E por estarem de acordo, depois de lidos e assinados, ficando uma via arquivada na Gerencia Setorial de Licitação do órgão gerenciador, na forma do art. 60 da Lei nº 8.666/93.

Peixoto de Azevedo - MT, 10 de Dezembro de 2018

MAURICIO FERREIRA DE SOUZA
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO DA SERRA

PORTARIA N° 201/2018

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DO SENHOR JARBAS DE SOUZA PEREIRA, DO CARGO DE DIRETOR DO DAE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROSIMAR ALVES PEREIRA, Prefeito InterinodoMunicípio de Planalto da Serra- MT, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1° - EXONERAR o senhor **JARBAS DE SOUZA PEREIRA,** brasileiro, portador do RG n° 2469194-1 SSP/MT e do CPF n° 983.565.001-25, do cargo de Diretor do DAE.

Artigo 2° - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3°- Revogam as disposições em contrários.

Registra-se, Publica-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, 30 de novembro de 2018.

ROSIMAR ALVES PEREIRA

Prefeito Interino Municipal

PORTARIA N° 200/2018

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DO SENHOR MESSIAS FERREIRA NETO, DO CARGO DE SECRETARIO MUNICIPAL DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E MEIO AMBIENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROSIMAR ALVES PEREIRA, Prefeito InterinodoMunicípio de Planalto da Serra- MT, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1° - EXONERAR O senhor **MESSIAS FERREIRA NETO,** brasileiro, portador do RG n° 572964 SSP/MT e do CPF n° 009.820.186-73, do cargo de Secretário Municipal de Agricultura, Industria, Comercio e Meio Ambiente **no Município de Planalto da Serra – MT.**

Artigo 2° - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3°- Revogam as disposições em contrários.

Registra-se, Publica-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, 30 de novembro de 2018.

ROSIMAR ALVES PEREIRA

Prefeito Interino Municipal

PORTARIA N°006/2018

"DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA TRATAR DE ASSUNTOS PARTICULARES DO SERVIDOR JOSÉ SANTANA DE OLIVEIRA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

DÊNIO PEIXOTO RIBEIRO, Prefeito Municipal de Planalto da Serra, Estado de Mato Grosso no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei e considerando o Artigo 116, da lei 398/2012.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 2 (dois) anos e 1 (um) mês de licença sem ônus, para tratar de assuntos particulares ao servidor **JOSÉ SANTANA DE OLIVEIRA**, brasileiro, efetivo no cargo de Técnico em Contabilidade, lotado na Secretaria Municipal de Administração, portador do RG Nº 1635139-8 SSP/MT e CPF: 019.600.481-04, no período de 03/12/2018 a 02/01/2020, devendo apresentar-se para o trabalho no dia 03 de janeiro de 2020.

Art. 2º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registra-se, publique-se e cumpra-se.

Planalto da Serra – MT, em 03 de dezembro de 2018.

DÊNIO PEIXOTO RIBEIRO

Prefeito Municipal

PORTARIA ESPECIAL Nº. 199/2018

DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DA SENHORA ADEJIANE MARTINS FERREIRA ALVES DO CARGO DE SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL GESTÃO E TRABALHO DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL INTERINO DE PLANALTO DA SERRA, ROSIMAR ALVES PEREIRA, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Leis,

R E S O L V E:

Art. 1º -EXONERAR a Senhora **ADEJIANE MARTINS FERREIRA ALVES,** brasileira, portadora do RG 1355960-5 SSP/MT e CPF 923772201-00, docargo de Secretária Municipal de Assistência Social, Gestão e Trabalho do Município de Planalto da Serra-MT.

Art. 2° - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrários.

Publica-se, Registra-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, 30 de novembro de 2018.

ROSIMAR ALVES PEREIRA

Prefeito Interino

PORTARIA ESPECIAL Nº 003/2018

"DESIGNAR O RESPONSÁVEL PELA GESTÃO DOS RECURSOS DO IMPAS – FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DE PLANALTO DA SERRA."

DÊNIO PEIXOTO RIBEIRO, Prefeito Municipal de Planalto da Serra – MT,no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei:

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o servidor Sr **Salvador Massami Miyasak** inscrito no CPF sob o nº 347.286.277-72 como responsável pela gestão de recursos do IMPAS - Fundo Municipal de Previdência Social de Planalto da Serra/ MT, atendendo o disposto na Portaria MPS nº 519/2011.

Art. 2º - Revogar a Portaria nº 164/2018 que designa a Srº Rosimar Bittencourt Ferreira, inscrito no CPF sob o nº 581.180.041-04, como responsável pela gestão de recursos do IMPAS – Fundo Municipal de Previdência Social.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registra-se, publique-se e cumpra-se.

Planalto da Serra – MT, em 03 de Dezembro de 2018.

DÊNIO PEIXOTO RIBEIRO

Prefeito Municipal

PORTARIA N°005/2018

"DISPÕE SOBRE AS FÉRIAS DO SERVIDOR ROSIMAR BITTENCOURT FERREIRA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

DÊNIO PEIXOTO RIBEIRO, Prefeito Municipal de Planalto da Serra, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei e considerando o Artigo 64, da lei 398/2012:

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 30 (trinta) dias de Férias ao servidor **ROSIMAR BITTENCOURT FERREIRA**, brasileiro, efetivo no cargo de Técnico em Radiologia, lotado na Secretaria Municipal de Administração, portador do RG

Nº 0900608-7 SSP/MT e CPF 581.180.041-04, no período de 03/12/2018 a 01/01/2019, referente ao exercício 2017, devendo apresentar-se para o trabalho no dia 02 de janeiro de 2019.

Art. 2º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registra-se, publique-se e cumpra-se.

Planalto da Serra – MT, 03 de dezembro de 2018.

DÊNIO PEIXOTO RIBEIRO

Prefeito Municipal

PORTARIA N°004/2018

"DISPÕE SOBRE AS FÉRIAS DA SERVIDORA SUZIMARI ROSA DE SIQUEIRA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

DÊNIO PEIXOTO RIBEIRO, Prefeito Municipal de Planalto da Serra, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei e considerando o Artigo 64, da lei 398/2012:

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 30 (trinta) dias de Férias a servidora **SUZIMARI ROSA DE SIQUEIRA**, brasileira, efetiva no cargo de Agente de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal Saúde, portadora do RG Nº 18737536 SSP/MT e CPF: 027.017.591-10, no período de 03/12/2018 a 01/01/2019, referente ao exercício 2016, devendo apresentar-se para o trabalho no dia 02 de janeiro de 2019.

Art. 2º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registra-se, publique-se e cumpra-se.

Planalto da Serra – MT, em 03 de dezembro de 2018.

DÊNIO PEIXOTO RIBEIRO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONÉ

SETOR DE LICITAÇÕES
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N° 056/2018

A Comissão de Pregão, da Prefeitura Municipal de Poconé, no exercício das atribuições que lhe confere a Portaria n° 42/2018, de 06/02/2018, torna público, para conhecimento dos interessados, que a vencedora da presente licitação destinada para ***PREGÃO PRESENCIAL COM REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE IMPLANTAÇÃO E OPERAÇÃO DE GERENCIAMENTO DA FROTA DE VEICULOS, POR MEIO DE SISTEMA INFORMATIZADO, COM UTILIZAÇÃO DE TECNOLOGIA DE CARTÃO ELETRÔNICO, PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, INCLUINDO O FORNECIMENTO DE PEÇAS, LUBRIFICANTES, E BORRACHARIA.***

Foi a empresa:

BRASIL CARD CNPJ: 03.817.702/0001-50

Poconé-MT, 10 de Dezembro de 2018.

ERASMO PAULO DE LIMA

Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N° 065/2018

A Comissão de Pregão, da Prefeitura Municipal de Poconé, no exercício das atribuições que lhe confere a Portaria n° 42/2018, de 06/02/2018, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar no **dia 20/12/2018**, **às 10h00min**, na Sede da Prefeitura Municipal de Poconé, endereço: Praça da Matriz, s/n – Centro - Poconé/MT, para a reunião de recebimento e abertura das documentações e proposta, conforme especificado no Edital de Licitação n° **065/2018**, na Modalidade Pregão Presencial com Registro de Preços para Compras e Serviços. Informamos aos interessados que o Edital encontra-se disponível no site www.pmpocone.com.br.

Objeto da Licitação:

PREGÃO PRESENCIAL COM REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE REALIZAÇÃO DO ANIVERSARIO DE 238 ANOS DE POCONÉ.

DIA DA ABERTURA: 20/12/2018 às 10h00min.

Poconé-MT, 11 de DEZEMBRO de 2018.

ERASMO PAULO DE LIMA Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N° 064/2018

A Comissão de Pregão, da Prefeitura Municipal de Poconé, no exercício das atribuições que lhe confere a Portaria n° 42/2018, de 06/02/2018, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar no **dia 20/12/2018**, **às 08h00min**, na Sede da Prefeitura Municipal de Poconé, endereço: Praça da Matriz, s/n – Centro - Poconé/MT, para a reunião de recebimento e abertura das documentações e proposta, conforme especificado no Edital de Licitação n° **064/2018**, na Modalidade Pregão Presencial com Registro de Preços para Compras e Serviços. Informamos aos interessados que o Edital encontra-se disponível no site www.pmpocone.com.br.

Objeto da Licitação:

PREGÃO PRESENCIAL PARA SELEÇÃO DE INSTITUIÇÃO FINANCEIRA PARA OCUPAR E EXPLORAR, A TÍTULO PRECÁRIO, ATRAVES DE CONCESSÃO ONEROSA DE USO PELO PERÍODO DE 05 (CINCO) ANOS A GESTÃO DA FOLHA DE PAGAMENTOS DOS SERVIDORES ATIVOS, INATIVOS, DA FOLHA DE FORNECEDORES, DA ARRECADAÇÃO SECUNDÁRIA E CENTRALIZADA DE TRIBUTOS E PREÇOS PÚBLICOS MUNICIPAIS E DE EMPRÉSTIMOS CONSIGNADOS PARA SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE POCONÉ/MT.

DIA DA ABERTURA: 20/12/2018 às 08h00min.

Poconé-MT, 11 de Dezembro de 2018.

ERASMO PAULO DE LIMA Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO ARAGUAIA

SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
LEI MUNICIPAL Nº 900/2018

Lei Municipal nº 900/2018 Pontal do Araguaia/MT, 10 de Dezembro de 2018.

Dispõe sobre a criação da Diretoria Municipal de Trânsito de Pontal do Araguaia (DMT-PONTAL DO ARAGUAIA) da Junta Administrativa de Recursos de Infração – JARI e dá outras providências.

O Excelentíssimo Senhor Prefeito **GERSON ROSA DE MORAES CHEFE DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE PONTAL DO ARAGUAIA**, Estado do Mato Grosso, no uso de suas atribuições outorgadas pela LOM do Município de Pontal do Araguaia - MT; faz saber que a Câmara Municipal de Pontal do Araguaia - MT aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Artigo 1º. Fica criada na estrutura administrativa da Prefeitura Municipal de Pontal do Araguaia, vinculado a Secretaria Municipal de Administração, a Diretoria Municipal de Trânsito, órgão municipal executivo de trânsito e rodoviário.

Artigo 2º. Compete à DMTE-Pontal do Araguaia:

I - cumprir e fazer cumprir a legislação e as normas de trânsito, no âmbito de suas atribuições;

II - planejar, projetar, regulamentar e operar o trânsito de veículos, de pedestres e de animais, e promover o desenvolvimento da circulação e da segurança de ciclistas;

III - implantar, manter e operar o sistema de sinalização, os dispositivos e os equipamentos de controle viário;

IV - coletar dados estatísticos e elaborar estudos sobre os acidentes de trânsito e suas causas;

V - estabelecer, em conjunto com os órgãos de polícia ostensiva de trânsito, as diretrizes para o policiamento ostensivo de trânsito;

VI - executar a fiscalização de trânsito, autuar e aplicar as medidas administrativas cabíveis, por infrações de circulação, estacionamento e parada previstas na legislação, no exercício regular do Poder de Polícia de Trânsito;

VII - aplicar as penalidades de advertência por escrito e multa, por infrações de circulação, estacionamento e parada previstas na legislação, notificando os infratores e arrecadando as multas que aplicar;

VIII - fiscalizar, autuar e aplicar as penalidades e medidas administrativas cabíveis relativas a infrações por excesso de peso, dimensões e lotação dos veículos, bem como notificar e arrecadar as multas que aplicar;

IX - fiscalizar o cumprimento da norma contida no art. 95, aplicando as penalidades e arrecadando as multas nele previstas;

X - implantar, manter e operar sistema de estacionamento rotativo pago nas vias;

XI - arrecadar valores provenientes de estada e remoção de veículos e objetos e escolta de veículos de cargas superdimensionadas ou perigosas;

XII - credenciar os serviços de escolta, fiscalizar e adotar medidas de segurança relativas aos serviços de remoção de veículos, escolta e transporte de carga indivisível;

XIII - integrar-se a outros órgãos e entidades do Sistema Nacional de Trânsito para fins de arrecadação e compensação de multas impostas na área de sua competência, com vistas à unificação do licenciamento, à simplificação e à celeridade das transferências de veículos e de prontuários dos condutores de uma para outra unidade da Federação;

XIV - implantar as medidas da Política Nacional de Trânsito e do Programa Nacional de Trânsito;

XV - promover e participar de projetos e programas de educação e segurança de trânsito de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo CONTRAN;

XVI - planejar e implantar medidas para redução da circulação de veículos e reorientação do tráfego, com o objetivo de diminuir a emissão global de poluentes;

XVII - registrar e licenciar, na forma da legislação, ciclomotores, veículos de tração e propulsão humana e de tração animal, fiscalizando, autuando, aplicando penalidades e arrecadando multas decorrentes de infrações;

XVIII - conceder autorização para conduzir veículos de propulsão humana e de tração animal;

XIX - articular-se com os demais órgãos do Sistema Nacional de Trânsito no Estado, sob a coordenação do respectivo CETRAN;

XX - fiscalizar o nível de emissão de poluentes e ruído produzidos pelos veículos automotores ou pela sua carga, de acordo com o estabelecido no art. 66, além de dar apoio às ações específicas de órgão ambiental local, quando solicitado;

XXI - vistoriar veículos que necessitem de autorização especial para transitar e estabelecer os requisitos técnicos a serem observados para a circulação.

Artigo 3º. O DMT-Pontal do Araguaia terá a seguinte estrutura:

I. Coordenação de Engenharia e Sinalização;

II. Coordenação de Fiscalização, Tráfego e Administração;

III. Coordenação de Educação de Trânsito;

IV. Coordenação de Controle e Análise de Estatística de Trânsito;

V. Junta Administrativa de Recurso de Infração – JARI.

Artigo 4º. Ao Diretor Municipal de Trânsito compete:

I. a administração e gestão do DMT-Pontal do Araguaia, implementando planos, programas e projetos;

II. o planejamento, projeto, regulamentação, educação e operação do trânsito dos usuários das vias públicas nos limites do município.

Artigo 5º. À Coordenação de Engenharia e Sinalização compete:

I. planejar e elaborar projetos, bem como coordenar estratégias de estudos do sistema viários;

II. planejar o sistema de circulação viária do município;

III. dar início a estudos de viabilidade técnica para a implantação do projetos de trânsito;

IV. integrar-se com os diferentes órgãos públicos para estudos sobre o impacto no sistema viário para aprovação de novos projetos;

V. elaborar projetos de engenharia de tráfego, atendendo os padrões a serem praticados por todos os órgãos e entidades do Sistema Nacional de Trânsito, conforme normas do CONTRAN, DENATRAN e CETRAN;

VI. acompanhar a implantação dos projetos, bem como avaliar seus resultados.

Artigo 6º. À Coordenação de Fiscalização, Tráfego e Administração compete:

I. administrar o controle de utilização dos talões de multa, processamentos dos autos de infração e cobranças das respectivas multas;

II. administrar as multas aplicadas por equipamentos eletrônicos;

III. controlar as áreas de operação de campo, fiscalização e administração do pátio e veículos;

IV. controlar a implantação, manutenção e durabilidade da sinalização;

V. operar em segurança nas escolas;

VI. operar em rotas alternativas;

VII. operar em travessia de pedestres e locais de emergência sem a devida sinalização;

VIII. operar a sinalização (verificação ou deficiências na sinalização).

Artigo 7º. À Coordenação de Educação de Trânsito compete:

I. promover a Educação de Trânsito junto a Rede Municipal de Ensino, por meio de planejamento e ações coordenadas entre os órgãos e entidades do Sistema Nacional de Trânsito;

II. promover campanhas educativas e o funcionamento de escolas públicas de trânsito nos moldes e padrões estabelecidos pelo CONTRAN.

Artigo 8º. À Coordenação de Controle e Análise de Estatística de Trânsito compete:

I. coletar dados estatísticos para elaboração de estudos sobre acidentes de trânsito e suas causas;

II. controlar os dados estatísticos da frota circulante do município;

III. controlar os veículos registrados e licenciados no município;

IV. elaborar estudos sobre eventos e obras que possam perturbar ou interromper a livre circulação dos usuários do sistema viário.

Artigo 9º. O Poder Executivo fica autorizado a repassar o correspondente a 5% (cinco por cento) da arrecadação das multas de trânsito para o fundo de âmbito nacional destinado à segurança e educação de trânsito, nos termos do parágrafo único, do art. 320, da Lei Federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997.

Artigo 10º. Fica criado no Município de Pontal do Araguaia/MT uma Junta Administrativa de Recursos de Infrações – JARI, responsável pelo julgamento de recursos interpostos contra a penalidade imposta pela DMT-RIBE, criada nos termos desta lei, e na esfera de sua competência, (ver Resolução CONTRAN nº 357/10).

Artigo 11º. A JARI será composta por três membros titulares e respectivos suplentes, sendo:

I. 1 (um) integrante com conhecimento na área de trânsito com, no mínimo, nível médio de escolaridade;

II. 1 (um) representante servidor do órgão ou entidade que impôs a penalidade;

III. 1 (um) representante de entidade representativa da sociedade ligada à área de trânsito.

§1º. O presidente poderá ser qualquer um dos integrantes do colegiado, a critério da autoridade competente para designá-los;

§2º. É facultada à suplência;

§3º. É vedado ao integrante das JARI compor o Conselho Estadual de Trânsito – CETRAN ou o Conselho de Trânsito do Distrito Federal - CONTRANDIFE.

Artigo 12º. A nomeação dos integrantes das JARI que funcionam junto aos órgãos e entidades executivos de trânsito e/ou rodoviários estaduais e municipais será feita pelo respectivo chefe do Poder Executivo, facultada a delegação.

§1º. O mandato será, no mínimo, de um ano e, no máximo, de dois anos. O Regimento Interno poderá prever a recondução dos integrantes da JARI por períodos sucessivos.

Artigo 13º. A JARI deverá informar ao Conselho Estadual de Trânsito (CETRAN) a sua composição e encaminhará o seu regimento interno, observada a Resolução CONTRAN 357/10, que estabelece as diretrizes para elaboração do regimento interno da JARI.

Artigo 14º. Fica o Poder Executivo autorizado a firmar convênios com a União, Estados, Municípios, órgãos e demais entidades públicas e privadas, objetivando a perfeita aplicação desta lei.

Artigo 15º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Pontal do Araguaia - MT, 10 de Dezembro de 2018.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

GERSON ROSA DE MORAES

Prefeito Municipal

SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 166/GP/2018

PORTARIA Nº 166/GP/2018 De 11 de Outubro de 2018.

"Instituir a Comissão de Patrimônio para Reavaliação, Depreciação e Inventário dos bens móveis e imóveis do município de Pontal do Araguaia – MT".

GERSON ROSA DE MORAES, Prefeito Municipal de Pontal do Araguaia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei,

R E S O L V E:

Art. 1.º - Instituir a Comissão de Patrimônio para reavaliação, depreciação e inventário dos bens móveis e imóveis, composta pelos servidores: **Neivander Morais de Souza, Arnaldo Pereira de Lima** e **Thiago Johner Flores,** que sob a presidência do primeiro, constituirá a Comissão para os assuntos afins do exercício de **2018**.

Art. 2.º - No impedimento de um dos membros, o servidor **Roberto Carlos Francisco Rosa**, suplente, assumirá, automaticamente, a vaga deste, para que não haja descontinuidade dos serviços.

Art. 3.º - Para fins desta portaria considera-se:

I. **Patrimônio** – conjunto de bens, direitos e obrigações suscetíveis de apreciação econômica, obtida por meio de compra, doação, permuta ou por outra forma de aquisição, devidamente identificada e registrada;

II. **Bens Móveis** – aqueles que, pelas suas características e natureza, podem ser transportados sem perda de forma e valor, sendo classificados como materiais permanentes;

III. **Bens Inservíveis** – todo material que esteja em desuso, obsoleto ou irrecuperável para o serviço púbico municipal;

IV. **Alienação** – procedimento de transferência da posse e propriedade de bens móveis patrimoniais;

V. **Baixa de Bens** – procedimento de exclusão de bem do acervo patrimonial do Poder Executivo;

VI. **Descarte de Bens** – inutilização de bens móveis patrimoniais.

Art. 4.º - Compete à Comissão acima instituída:

Programar, coordenar, orientar, controlar e fiscalizar as atividades referentes ao Patrimônio da Prefeitura Municipal de Pontal do Araguaia;

Realizar levantamentos periódicos ou específicos no tocante ao uso e disponibilidade de bens integrantes do cadastro patrimonial;

Realizar o inventário anual do bens patrimoniais;

Verificação da existência física dos equipamentos e materiais permanentes em uso, fazendo assim o levantamento da situação e estado de conservação dos bens e suas necessidades de manutenção propondo seu reparo;

Apuração de qualquer irregularidade ocorrida com o bem permanente, de acordo com as normas legais pertinentes; e

Emitir relatório circunstanciado após realização de todos os trabalhos, além de auxiliar o Chefe de Setor de Patrimônio no levantamento detalhado de bens e no emplaquetamento dos mesmos com etiquetas adesivas para patrimônio, RFID ou Código de Barras.

Art. 5.º - ***Esta Portaria entra em vigor na data*** de ***sua*** assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal.

Pontal do Araguaia, 11 de Outubro de 2018.

GERSON ROSA DE MORAES

Prefeito Municipal

SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
LEI MUNICIPAL Nº 899/2018

LEI MUNICIPAL Nº 899/2018 DE 26 DE NOVEMBRO DE 2018

"Dispõe sobre a criação de campanha permanente de Conscientização da Depressão Infantil e na Adolescência no município de Pontal do Araguaia-MT e dá outras providências."

GERSON ROSA DE MORAES, Prefeito Municipal de Pontal do Araguaia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, Faço Saber, que a Câmara Municipal aprovou e Ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica instituída a Campanha Permanente de Conscientização da Depressão Infantil e na Adolescência no Município de Pontal do Araguaia-MT.

Art. 2º. A Campanha consiste na promoção de seminários, publicidade, propagandas e ações com objetivo de conscientizar, sensibilizar, envolver, mobilizar e orientar a sociedade sobre os maléficos causados pela Depressão Infantil e na Adolescência.

Parágrafo único – Fica facultada a colaboração de profissionais da área de psicologia de forma gratuita.

Art. 3º. As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 4º. O Poder Executivo Municipal regulamentará a presente Lei no que couber.

Art. 5º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Pontal do Araguaia/MT, em 26 de Novembro de 2018.

GERSON ROSA DE MORAES

Prefeito Municipal

SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
LEI MUNICIPAL N° 901/2018

Lei Municipal n° 901/2018 De 10 de Dezembro de 2018.

Dispõe sobre a Política Municipal de Saneamento Básico, cria o Conselho Municipal de Saneamento, cria o Fundo Municipal de Saneamento e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PONTAL DO ARAGUAIA, MATO GROSSO, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DA POLÍTICA MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO

Seção I

Das Disposições Preliminares

Art. 1º. A Política Municipal de Saneamento Básico reger-se-á pelas disposições desta lei, de seus regulamentos e das normas administrativas deles decorrentes e tem por finalidade assegurar a proteção da saúde da população e a salubridade do meio ambiente urbano e rural, além de disciplinar o planejamento e a execução das ações, obras e serviços de saneamento básico do Município.

Art. 2º. Para efeitos desta lei considera-se:

I – saneamento básico: conjunto de serviços e infraestruturas e instalações operacionais de:

a) abastecimento de água potável: constituído pelas atividades, infraestruturas e instalações necessárias ao abastecimento público de água potável, desde a captação até as ligações prediais e respectivos instrumentos de medição;

b) esgotamento sanitário: constituído pelas atividades, infraestruturas e instalações operacionais de coleta, transporte, tratamento e disposição final adequados dos esgotos sanitários, desde as ligações prediais até o seu lançamento final no meio ambiente;

c) limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos: conjunto de atividades, infraestruturas e instalações operacionais de coleta, transporte, transbordo, tratamento e destino final do lixo doméstico e do lixo originário da varrição e limpeza de logradouros e vias públicas;

d) drenagem e manejo das águas pluviais, limpeza e fiscalização preventiva das respectivas redes urbanas: conjunto de atividades, infraestruturas e instalações operacionais de drenagem urbana de águas pluviais, de transporte, detenção ou retenção para o amortecimento de vazões de cheias, tratamento e disposição final das águas pluviais drenadas nas áreas urbanas;

II - gestão associada: associação voluntária de entes federados, por convênio de cooperação ou consórcio público, conforme disposto no art. 241 da Constituição Federal;

III- universalização: ampliação progressiva do acesso de todos os domicílios ocupados ao saneamento básico;

IV - controle social: conjunto de mecanismos e procedimentos que garantem à sociedade informações, representações técnicas e participações nos processos de formulação de políticas, de planejamento e de avaliação relacionados aos serviços públicos de saneamento básico;

V - prestação regionalizada: aquela em que um único prestador atende a 2 (dois) ou mais titulares;

VI - subsídios: instrumento econômico de política social para garantir a universalização do acesso ao saneamento básico, especialmente para populações e localidades de baixa renda;

VII - localidade de pequeno porte: vilas, aglomerados rurais, povoados, núcleos, lugarejos e aldeias, assim definidos pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

Art. 3º. Os recursos hídricos não integram os serviços públicos de saneamento básico.

Parágrafo único. A utilização de recursos hídricos na prestação de serviços públicos de saneamento básico, inclusive para disposição ou diluição de esgotos e outros resíduos líquidos, é sujeita a outorga de direito de uso, nos termos da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997.

Art. 4º. Não constitui serviço público a ação de saneamento executada por meio de soluções individuais, desde que o usuário não dependa de terceiros para operar os serviços, bem como as ações de saneamento básico de responsabilidade privada, incluindo o manejo dos resíduos de responsabilidade do gerador.

Art. 5º. O lixo originário de atividades comerciais, industriais e de serviços cuja responsabilidade pelo manejo não seja atribuída ao gerador pode, por decisão do poder público, ser considerado resíduo sólido urbano.

Art. 6º. Para os efeitos desta Lei, o serviço público de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos urbanos é composto pelas seguintes atividades:

I - de coleta, transbordo e transporte dos resíduos relacionados na alínea c do inciso I do caput do art. 2o desta Lei;

II - de triagem para fins de reuso ou reciclagem, de tratamento, inclusive por compostagem, e de disposição final dos resíduos relacionados na alínea c do inciso I do caput do art. 2º desta Lei;

III - de varrição, capina e poda de árvores em vias e logradouros públicos e outros eventuais serviços pertinentes à limpeza pública urbana.

Seção II

Dos Princípios Fundamentais

Art. 7º. A Política Municipal de Saneamento Básico orientar-se-á pelos seguintes princípios:

I – universalização;

II - integralidade, compreendida como o conjunto de todas as atividades e componentes de cada um dos diversos serviços de saneamento básico, propiciando à população o acesso a conformidade de suas necessidades e maximizando a eficácia das ações e resultados;

III - abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos realizados de formas adequadas à saúde pública e à proteção do meio ambiente;

IV - disponibilidade, em todas as áreas urbanas, de serviços de drenagem e manejo das águas pluviais, limpeza e fiscalização das respectivas redes, adequados à saúde pública e à segurança da vida e do patrimônio público e privado;

V - adoção de métodos, técnicas e processos que considerem as peculiaridades locais e regionais, que não causem risco a saúde pública e promovam o uso racional da energia, conservação e racionalização do uso da água e dos demais recursos naturais;

VI - articulação com as políticas de desenvolvimento urbano e regional, de habitação, de combate à pobreza e de sua erradicação, de proteção ambiental e proteção dos recursos hídricos, de promoção da saúde e outras de relevante interesse social voltadas para a melhoria da qualidade de vida, para as quais o saneamento básico seja fator determinante;

VII - integração das infraestruturas e serviços com a gestão eficiente dos recursos hídricos;

VIII - adoção de medidas de fomento à moderação do consumo de água. IX - eficiência e sustentabilidade econômica;

X - utilização de tecnologias apropriadas, considerando a capacidade de pagamento dos usuários e a adoção de soluções graduais e progressivas;

XI - transparência das ações, baseada em sistemas de informações e processos decisórios institucionalizados;

XII - controle social;

XIII - segurança, qualidade e regularidade;

XIV – subsídio, com instrumentos econômicos de política social para viabilizar a manutenção e a continuidade dos serviços públicos, com o objetivo de universalizar o acesso ao saneamento básico, especialmente para populações e localidades de baixa renda, como vilas, aglomerados rurais, povoados, núcleos, lugarejos e aldeias, assim definidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

Seção III

Dos Objetivos

Art. 8º. São objetivos da Política Municipal de Saneamento Básico:

I - priorizar planos, programas e projetos que visem à implantação e ampliação dos serviços e ações de saneamento básico nas áreas ocupadas por populações de baixa renda, indígenas e tradicionais;

II - proporcionar condições adequadas de salubridade sanitária às populações rurais e de pequenos núcleos urbanos isolados;

III - assegurar que a aplicação dos recursos financeiros administrados pelo poder público dê-se segundo critérios de promoção da salubridade ambiental, de maximização da relação benefício-custo e de maior retorno social;

IV - incentivar a adoção de mecanismos de planejamento, regulação e fiscalização da prestação dos serviços de saneamento básico;

V - promover alternativas de gestão que viabilizem a auto sustentação econômica e financeira dos serviços de saneamento básico, com ênfase na cooperação com os governos estadual e federal, bem como com entidades municipalistas;

VI - minimizar os impactos ambientais relacionados à implantação e desenvolvimento das ações, obras e serviços de saneamento básico e assegurar que sejam executadas de acordo com as normas relativas à proteção dos recursos hídricos e do meio ambiente, ao uso e ocupação do solo e à saúde, desenvolvendo programas de:

a) preservação dos recursos hídricos e de bacias hidrográficas, com vistas ao alcance do desenvolvimento sustentável e preservação ambiental;

b) execução do manejo do solo e da água, com a recuperação de áreas degradadas, conservação e recuperação de matas ciliares e demais florestas de proteção;

c) execução de campanhas de educação sanitária e ambiental.

VII - promover o desenvolvimento institucional do saneamento básico, estabelecendo meios para a unidade e articulação das ações dos diferentes agentes, bem como do desenvolvimento de sua organização, capacidade técnica, gerencial, financeira e de recursos humanos contemplados as especificidades locais;

VIII - fomentar o desenvolvimento científico e tecnológico, a adoção de tecnologias apropriadas e a difusão dos conhecimentos gerados de interesse para o saneamento básico;

IX - contribuir para o desenvolvimento e a redução das desigualdades locais, a geração de emprego e de renda e a inclusão social;

Seção IV

Das Diretrizes Gerais

Art. 9º. A execução da política municipal de saneamento básico será de competência da Secretaria Municipal de Planejamento, que distribuirá, de forma transdisciplinar, à todas as Secretarias e órgãos da Administração Municipal, respeitadas as suas competências.

Art. 10. A formulação, implantação, funcionamento e aplicação dos instrumentos da Política Municipal de Saneamento Básico orientar-se-ão pelas seguintes diretrizes:

I - valorização do processo de planejamento e decisão sobre medidas preventivas ao crescimento caótico de qualquer tipo, objetivando resolver problemas de dificuldade de drenagem e disposição de esgotos, poluição e a ocupação territorial sem a devida observância das normas de saneamento básico previstas nesta lei, no Plano Municipal de Saneamento Básico e demais normas municipais;

II - adoção de critérios objetivos de elegibilidade e prioridade, levando em consideração fatores como nível de renda e cobertura, grau de urbanização, concentração populacional, disponibilidade hídrica, riscos sanitários, epidemiológicos e ambientais;

III - coordenação e integração das políticas, planos, programas e ações governamentais de saneamento, saúde, meio ambiente, recursos hídricos, desenvolvimento urbano e rural, habitação, uso e ocupação do solo;

IV - atuação integrada dos órgãos públicos municipais, estaduais e federais de saneamento básico;

V - consideração às exigências e características locais, à organização social e às demandas socioeconômicas da população;

VI - prestação dos serviços públicos de saneamento básico orientada pela busca permanente da universalidade e qualidade;

VII - ações, obras e serviços de saneamento básico planejados e executados de acordo com as normas relativas à proteção ao meio ambiente e à saúde pública, cabendo aos órgãos e entidades por elas responsáveis o licenciamento, a fiscalização e o controle dessas ações, obras e serviços, nos termos de sua competência legal;

VIII – adoção da bacia hidrográfica como unidade de planejamento para fins e elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico, compatibilizando-se com o Plano Municipal de Saúde e de Meio Ambiente, com o Plano Diretor Municipal e com o Plano Diretor de Recursos Hídricos da região, caso existam;

IX - incentivo ao desenvolvimento científico na área de saneamento básico, à capacitação tecnológica da área, à formação de recursos humanos e à busca de alternativas adaptadas às condições de cada local;

X - adoção de indicadores e parâmetros sanitários e epidemiológicos e do nível de vida da população como norteadores das ações de saneamento básico;

XI - promoção de programas de educação sanitária;

XII - estímulo ao estabelecimento de adequada regulação dos serviços;

XIII - garantia de meios adequados para o atendimento da população rural dispersa, inclusive mediante a utilização de soluções compatíveis com suas características econômicas e sociais peculiares;

Art. 11. No acondicionamento, coleta, transporte, tratamento e disposição final dos resíduos sólidos deverão ser observados, além de outros previstos, os seguintes procedimentos:

I - acondicionamento separado do resíduo sólido doméstico dos resíduos passíveis de reciclagem e a coleta seletiva destes;

II - acondicionamento, coleta e destinação própria dos resíduos hospitalares e dos serviços de saúde;

III - os resíduos industriais, da construção civil, agrícolas, entulhos e rejeitos nocivos à saúde, aos recursos hídricos e ao meio ambiente, bem como pilhas, baterias, acumuladores elétricos, lâmpadas fluorescentes e pneus, não poderão ser aterrados no aterro sanitário;

IV - utilização do processo de compostagem dos resíduos orgânicos, sempre que possível e viável;

V - manter o aterro sanitário dentro das normas da SEMA/MT, Resoluções do CONAMA e Normas da ABNT e demais legislações vigentes;

§ 1º A separação e o acondicionamento dos resíduos de que trata o inciso I é de responsabilidade do gerador, sendo a coleta, transporte e destino final de responsabilidade do Município (serviço terceirizado) de acordo com regulamentação específica.

§ 2º O acondicionamento, coleta, transporte e disposição final dos resíduos de que trata os incisos II e III é de responsabilidade do gerador.

§ 3º Os resíduos da poda de árvores e manutenção de jardins poderão ser coletados pela Prefeitura, quando não superior a 30 kg (trinta quilos) e dimensões de até 50 cm (cinquenta centímetros) e acondicionado separadamente dos demais resíduos.

§ 4º A disposição de qualquer espécie de resíduo gerado em um município, só poderá ser disposto em outro município, se autorizado pelo município depositário, observando que, no caso de consórcio intermunicipal de aterro sanitário, a autorização para a disposição final dos resíduos sólidos entre os municípios consorciados deverá atender as exigências legais.

CAPÍTULO II

DO SISTEMA DE SANEAMENTO BÁSICO

Seção I

Da composição

Art. 12. A Política Municipal de Saneamento Básico contará, para execução das ações dela decorrentes, com o Sistema Municipal de Saneamento Básico.

Art. 13. O Sistema Municipal de Saneamento Básico fica definido como o conjunto de agentes institucionais que no âmbito das respectivas competências, atribuições, prerrogativas e funções, integram-se, de modo articulado e cooperativo, para a formulação das políticas, definição de estratégias e execução das ações de saneamento básico.

Art. 14. O Sistema Municipal de Saneamento Básico é composto dos seguintes instrumentos:

I - Plano Municipal de Saneamento Básico;

II - Conselho Municipal de Saneamento Básico;

III - Fundo Municipal de Saneamento Básico;

IV - Sistema Municipal de Informações em Saneamento Básico;

V - Conferência Municipal de Saneamento Básico.

Seção II

Do Plano Municipal de Saneamento Básico

Art. 15. Fica instituído o Plano Municipal de Saneamento Básico, anexo único, documento destinado a articular, integrar e coordenar recursos tecnológicos, humanos, econômicos e financeiros, com vistas ao alcance de níveis crescentes de salubridade ambiental para a execução dos serviços públicos de saneamento básico, em conformidade com o estabelecido na Lei Federal nº 11.445/2007.

Art. 16. O Plano Municipal de Saneamento Básico contemplará um período de 20 (vinte) anos e contém, como principais elementos:

I - diagnóstico da situação atual e seus impactos nas condições de vida, com base em sistema de indicadores sanitários, epidemiológicos, ambientais, socioeconômicos e apontando as principais causas das deficiências detectadas;

II - objetivos e metas de curto, médio e longo prazo para a universalização, admitindo soluções graduais e progressivas, observando a compatibilidade com os demais planos setoriais;

III - programas, projetos e ações necessárias para atingir os objetivos e as metas, de modo compatível com os respectivos planos plurianuais, identificando possíveis fontes de financiamento;

IV - ações para emergências e contingências;

V - mecanismos e procedimentos para a avaliação sistemática da eficiência e eficácia das ações programadas;

VI - Adequação legislativa conforme legislação federal vigente.

Art. 17. O Plano Municipal de Saneamento Básico, instituído por esta lei, será avaliado anualmente e revisado em prazo não superior a 4 (quatro) anos.

§ 1º O Poder Executivo Municipal deverá encaminhar as alterações decorrentes da revisão prevista no caput à Câmara dos Vereadores, devendo constar as alterações, caso necessário, a atualização e a consolidação do plano anteriormente vigente.

§ 2º A proposta de revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico deverá seguir as diretrizes dos planos das bacias hidrográficas em que estiver inserido, bem como elaborada em articulação com a prestadora dos serviços.

§ 3º A delegação de serviço de saneamento básico não dispensa o cumprimento pelo prestador do respectivo Plano Municipal de Saneamento Básico em vigor à época da delegação.

§ 4º O Plano Municipal de Saneamento Básico, dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário deverá englobar integralmente o território do ente do município.

Art. 18. Na avaliação e revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico, tornar-se-á por base o relatório sobre a salubridade ambiental do município.

Art. 19. O processo de revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico dar-se-á com a participação da população e do Conselho Municipal de Saneamento.

Seção III

Do Conselho Municipal de Saneamento

Art. 20. Fica criado o Conselho Municipal de Saneamento como órgão superior de assessoramento e consulta da administração municipal, com funções fiscalizadoras e deliberativas no âmbito de sua competência, conforme dispõe esta lei.

Art. 21. São atribuições do Conselho Municipal de Saneamento:

I - elaborar e aprovar seu regimento interno;

II - dar encaminhamento às deliberações das Conferências Municipal, Regional, Estadual e Nacional de Saneamento Básico;

III - opinar sobre questões de caráter estratégico para o desenvolvimento da cidade e território municipal quando couber;

IV - deliberar e emitir pareceres sobre propostas de alteração da Lei do Plano Municipal de Saneamento Básico e dos Regulamentos;

V- acompanhar a execução do desenvolvimento de planos e projetos de interesse do desenvolvimento do Município quando afetar o âmbito do saneamento básico;

VI - deliberar sobre projetos de lei de interesse da política do saneamento municipal, antes do seu encaminhamento a Câmara;

VII - acompanhar a implementação do Plano Municipal de Saneamento Básico e sua revisão, devendo reunir-se pelo menos duas vezes ao ano com fins específicos de monitoramento do mesmo, e efetuar a sua revisão conforme previsto nesta lei;

VIII - apreciar e deliberar sobre casos não previstos na Lei do Plano Municipal de Saneamento Básico e na legislação municipal correlata;

IX - Deliberar sobre recursos de competência do FMSB, bem como acompanhar seu cronograma de aplicação.

Art. 22. O Conselho será composto em um modelo bipartite paritário, composto por no mínimo 5 (cinco) membros efetivos e por seus respectivos suplentes, com mandato de 2 (dois) anos, não admitida a recondução, nomeados por decreto do Prefeito, assegurada a representação:

I - dos titulares dos serviços;

II - de órgãos governamentais relacionados ao setor de saneamento básico;

III - dos prestadores de serviços públicos de saneamento básico;

IV - dos usuários de serviços de saneamento básico;

V - de entidades técnicas, organizações da sociedade civil e de defesa do consumidor relacionadas ao setor de saneamento básico.

§ 1º Os membros devem exercer seus mandatos de forma gratuita, vedada à percepção de qualquer vantagem de natureza pecuniária.

§ 2º O suporte técnico e administrativo necessário ao funcionamento do Conselho será prestado pela Prefeitura Municipal de Pontal do Araguaia-MT.

§ 3º As reuniões do Conselho são públicas, facultado aos munícipes solicitar, por escrito e com justificativa, que se inclua assunto de seu interesse na pauta da primeira reunião subsequente.

§ 4º As decisões do Conselho dar-se-ão, sempre, por maioria absoluta de seus membros.

§ 5º O Presidente do Conselho e seu Vice-Presidente, será eleito pelos Conselheiros dentre seus Membros.

Parágrafo único. As funções e competências dos órgãos colegiados a que se refere o caput deste artigo poderão ser exercidas por órgãos colegiados já existentes, com as devidas adaptações das leis que os criaram.

Art. 23. São atribuições do Presidente do Conselho:

I - convocar e presidir as reuniões do Conselho;

II - solicitar pareceres técnicos sobre temas de relevante na área de saneamento e nos processos submetidos ao Conselho;

III - firmar as atas das reuniões e homologar as resoluções e decisões.

Seção IV

Do Fundo Municipal de Saneamento Básico (FMSB)

Art. 24. Fica criado o Fundo Municipal de Saneamento Básico - FMSB, como órgão da Administração Municipal, vinculado ao DEMAE.

§1º Os recursos do FMSB serão aplicados exclusivamente em saneamento básico no espaço geopolítico do Município; após consulta ao Conselho Municipal de Saneamento.

§2º A supervisão do FMSB será exercida na forma da legislação própria e, em especial, pelo recebimento sistemático de relatórios, balanços e informações que permitam o acompanhamento das atividades do FMSB, da execução do orçamento anual e da programação financeira aprovados pelo Executivo Municipal.

Art. 25. Os recursos do FMSB serão provenientes de:

I - repasses de valores do Orçamento Geral do Município;

II - Percentuais da arrecadação relativa a tarifas e taxas decorrentes da prestação dos serviços de captação, tratamento e distribuição de água, de coleta e tratamento de esgotos, resíduos sólidos e serviços de drenagem urbana;

III - valores de financiamentos de instituições financeiras e organismos multilaterais públicos ou privados, nacionais ou estrangeiros;

IV - valores a Fundo Perdido, recebidos de pessoas jurídicas de direito privado ou público, nacionais ou estrangeiras;

V - doações e legados de qualquer ordem.

Parágrafo único. O resultado dos recolhimentos financeiros será depositado em conta bancária exclusiva e poderão ser aplicados no mercado financeiro ou de capitais de maior rentabilidade, sendo que tanto o capital como os rendimentos somente poderão ser usados para as finalidades específicas descritas nesta lei.

Art. 26. O Orçamento e a Contabilidade do FMSB obedecerão às normas estabelecidas pela Lei n° 4.320/64 e Lei Complementar 101/2000, bem como as instruções normativas do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso e as estabelecidas no Orçamento Geral do Município e de acordo com o princípio da unidade e universalidade.

Parágrafo único. Os procedimentos contábeis relativos ao FMS serão executados pela Contabilidade do DEMAE (Departamento Municipal de Água e Esgoto).

Art. 27. A administração executiva do FMS será de exclusiva responsabilidade do DEMAE (Departamento Municipal de Água e Esgoto).

Art. 28. O Presidente do DEMAE (Departamento Municipal de Água e Esgoto), por meio da Contadoria Geral do Município, enviará, mensalmente, o Balancete ao Tribunal de Contas do Estado, para fins legais.

Seção V

Sistema Municipal de Informações em Saneamento Básico

Art. 29. Fica instituído Sistema Municipal de Informações em Saneamento Básico, que possui como objetivos:

I - coletar e sistematizar dados relativos às condições da prestação dos serviços públicos de saneamento básico;

II - disponibilizar estatísticas, indicadores e outras informações relevantes para a caracterização da demanda e da oferta de serviços públicos de saneamento básico;

III - permitir e facilitar o monitoramento e avaliação da eficiência e da eficácia da prestação dos serviços de saneamento básico.

§ 1º As informações do Sistema Municipal de Informações em Saneamento Básico são públicas e acessíveis a todos, devendo ser publicadas por meio da internet.

§ 2º O Sistema Municipal de Informações em Saneamento Básico deverá ser regulamentado em um ano, contados da publicação desta lei.

Seção VI

Da Conferência Municipal de Saneamento Básico

Art. 30. A Conferência Municipal de Saneamento Básico, parte do processo de elaboração e revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico, contará com a representação dos vários segmentos sociais e será convo-

cada pelo Chefe do Poder Executivo ou pelo Conselho Municipal de Saneamento Básico.

§ 1º Preferencialmente serão realizadas pré-conferências de saneamento básico como parte do processo e contribuição para a Conferência Municipal de Saneamento Básico.

§ 2º A Conferência Municipal de Saneamento Básico terá sua organização e normas de funcionamento definidas em regimento próprio, proposta pelo Conselho Municipal de Saneamento Básico e aprovada pelo Chefe do Poder Executivo.

Capítulo III

DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO

Seção I

Do Exercício da Titularidade

Art. 31. Os serviços básicos de saneamento de que trata esta Lei poderão ser executados das seguintes formas:

I - de forma direta pela Prefeitura ou por órgãos de sua administração indireta;

II - por empresa contratada para a prestação dos serviços através de processo licitatório;

III - por empresa concessionária escolhida em processo licitatório de concessão, nos termos da Lei Federal nº 8.987/95;

IV - por gestão associada com órgãos da administração direita e indireta de entes públicos federados por convênio de cooperação ou em consórcio público, através de contrato de programa, nos termos do artigo 241 da Constituição Federal e da Lei Federal nº 11.107/05.

§ 1º A prestação de serviços públicos de saneamento básico por entidade que não integre a administração municipal depende de celebração de contrato, sendo vedada a sua disciplina mediante convênios, termos de parceria ou outros instrumentos de natureza precária.

§ 2º Excetuam do disposto no parágrafo anterior os serviços autorizados para usuários organizados em cooperativas, associações ou condomínios, desde que se limite a distrito ou comunidade rural.

§ 3º Da autorização prevista no parágrafo anterior deverá constar a obrigação de transferir ao titular os bens vinculados aos serviços por meio de termos específicos, com os respectivos cadastros técnicos.

Art. 32. São condições de validade dos contratos que tenham por objeto a prestação de serviços públicos de saneamento básico:

I- a existência do Plano de Saneamento Básico;

II - a existência de estudo comprovando a viabilidade técnica e econômico financeira da prestação universal e integral dos serviços;

III - a existência de normas de regulação que prevejam os meios para o cumprimento das diretrizes desta lei, incluindo a designação da entidade de regulação e de fiscalização;

IV - a realização prévia de audiência e de consulta públicas sobre o edital de licitação, no caso de concessão, e sobre a minuta do contrato.

Art. 33. Nos casos de serviços prestados mediante contratos de concessão ou de programa, as normas previstas no inciso III do artigo anterior deverão prever:

I - a autorização para a contratação dos serviços, indicando os respectivos prazos e a área a ser atendida;

II - inclusão no contrato das metas progressivas e graduais de expansão dos serviços, de qualidade, de eficiência e de uso racional da água, da energia e de outros recursos, em conformidade com os serviços a serem prestados;

III - as prioridades de ação, compatíveis com as metas estabelecidas;

IV - as condições de sustentabilidade e equilíbrio econômico-financeiro da prestação de serviços, em regime de eficiência, incluindo:

a) o sistema de cobrança e a composição de taxas e tarifas;

b) a sistemática de reajustes e de revisões de taxas e tarifas;

c) a política de subsídios;

V - mecanismos de controle social nas atividades de planejamento, regulação e fiscalização e transparência dos serviços;

VI - as hipóteses de intervenção, penalidades e de retomada dos serviços.

§ 1º Os contratos não poderão conter cláusulas que prejudiquem as atividades de regulação e de fiscalização ou de acesso às informações sobre serviços contratados.

§ 2º Na prestação regionalizada, o disposto neste artigo e no artigo anterior poderá se referir ao conjunto de municípios por ela abrangidos.

VII- Atender as legislações vigentes no que se refere à qualidade da água.

Art. 34. Nos serviços públicos de saneamento básico em que mais de um prestador execute atividade interdependente com outra, a relação entre elas deverá ser regulada por contrato e haverá órgão único encarregado das funções de regulação e de fiscalização.

Parágrafo único. A Entidade reguladora definirá, pelo menos:

I - as normas técnicas relativas à qualidade e regularidade dos serviços aos usuários e entre os diferentes prestadores envolvidos;

II - as normas econômicas e financeiras relativas às tarifas, aos subsídios e aos pagamentos por serviços prestados aos usuários e entre os diferentes prestadores dos serviços;

III - a garantia de pagamento de serviços prestados entre os diferentes prestadores dos serviços;

IV - os mecanismos de pagamento de diferenças relativas a inadimplemento dos usuários, perdas comerciais e físicas e outros créditos devidos, quando for o caso;

V - o sistema contábil específico para os prestadores que atuem em mais de um Município;

VI - a compensação sócio-ambiental por atividades causadoras de impacto.

Art. 35. O contrato a ser celebrado entre os prestadores de serviços a que se refere o artigo anterior deverá conter cláusulas que estabeleçam pelo menos:

I - as atividades ou insumos contratados;

II - as condições, e garantias recíprocas de fornecimento e de acesso às atividades ou insumos;

III - o prazo de vigência, compatível com as necessidades de amortização de investimentos, e as hipóteses de sua prorrogação;

IV - os procedimentos para a implantação, ampliação, melhoria e gestão operacional das atividades;

V - as regras para a fixação, o reajuste e a revisão das taxas, tarifas e outros preços públicos aplicáveis ao contrato;

VI - as condições e garantias de pagamento;

VII - os direitos e deveres sub-rogados ou os que autorizam a sub-rogação;

VIII - as hipóteses de extinção, inadmitida a alteração e a rescisão administrativas unilaterais;

IX - as penalidades a que estão sujeitas as partes em caso de inadimplemento;

X - a designação do órgão ou entidade responsável pela regulação e fiscalização das atividades ou insumos contratados.

Seção II

Da Prestação dos Serviços de Saneamento Básico

Art. 36. A prestação dos serviços de saneamento básico atenderá a requisitos mínimos de qualidade, incluindo a regularidade, a continuidade e aqueles relativos aos produtos oferecidos, ao atendimento dos usuários e às condições operacionais e de manutenção dos sistemas, de acordo com as normas regulamentares e contratuais.

Art. 37. Toda edificação permanente urbana será conectada às redes públicas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário disponíveis e sujeita ao pagamento das tarifas e de outros preços públicos decorrentes da conexão e do uso desses serviços.

§ 1º Na ausência de redes públicas de água e esgotos, serão admitidas soluções individuais de abastecimento de água e de tratamento e disposição final dos esgotos sanitários, observadas as normas editadas pela entidade reguladora e pelos órgãos responsáveis pelas políticas ambiental, sanitária e de recursos hídricos.

§ 2º A instalação hidráulica predial ligada à rede pública de abastecimento de água não poderá ser também alimentada por outras fontes.

§3º As edificações temporárias deverão dispor de meios específicos para conexão às redes públicas de água tratada e esgoto sanitário.

Art. 38. Em situação crítica de escassez ou contaminação de recursos hídricos que obrigue à adoção de racionamento, declarada pela autoridade gestora de recursos hídricos, o ente regulador poderá adotar mecanismos tarifários de contingência, com objetivo de cobrir custos adicionais decorrentes, garantindo o equilíbrio financeiro da prestação do serviço e a gestão da demanda.

Art. 39. Os prestadores de serviços de saneamento básico deverão elaborar manual de prestação de serviço e atendimento, assegurando acesso amplo e gratuito aos usuários dos sistemas.

Seção III

Dos Direitos e Deveres dos Usuários

Art. 40. São direitos dos usuários dos serviços de saneamento básico prestados:

I - a gradativa universalização dos serviços de saneamento básico e sua prestação de acordo com os padrões estabelecidos pelo órgão de regulação e fiscalização;

II - o amplo acesso às informações constantes no Sistema Municipal de Informações em Saneamento Básico;

III - a cobrança de taxas, tarifas e preços públicos compatíveis com a qualidade e quantidade do serviço prestado;

IV - o acesso direto e facilitado ao órgão regulador e fiscalizador;

V - ao ambiente salubre;

VI - o prévio conhecimento dos seus direitos e deveres e das penalidades a que podem estar sujeitos;

VII - a participação no processo de elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico, nos termos do artigo 19 desta lei;

VIII - o acesso gratuito ao manual de prestação do serviço e de atendimento ao usuário.

Art. 41. São deveres dos usuários dos serviços de saneamento básico prestados:

I - o pagamento das taxas, tarifas e preços públicos cobrados pela Administração Pública ou pelo prestador de serviços;

II - o uso racional da água e a manutenção adequada das instalações hidrossanitárias da edificação;

III - a ligação de toda edificação permanente urbana às redes públicas de abastecimento de água e esgotamento sanitário disponíveis;

IV - o correto manuseio, separação, armazenamento e disposição para coleta dos resíduos sólidos, de acordo com as normas estabelecidas pelo poder público municipal;

V - primar pela retenção das águas pluviais no imóvel, visando a sua infiltração no solo ou seu reúso;

VI - colaborar com a limpeza pública, zelando pela salubridade dos bens públicos e dos imóveis sob sua responsabilidade.

VII - participar de campanhas públicas de promoção do saneamento básico.

Parágrafo único. Nos locais não atendidos por rede coletora de esgotos, é dever do usuário a construção, implantação e manutenção de sistema individual de tratamento e disposição final de esgotos, conforme regulamentação do poder público municipal, promovendo seu reuso sempre que possível.

Seção IV

Da Participação Regionalizada Em Serviços de Saneamento Básico

Art. 42. O Município poderá participar de prestação regionalizada de serviços de saneamento básico que é caracterizada por:

I - um único prestador dos serviços para vários Municípios, contíguos ou não;

II - uniformidade de fiscalização e regulação dos serviços, inclusive sua remuneração;

III - compatibilidade de planejamento.

§ 1º Na prestação de serviços de que trata este artigo, as atividades de regulação e fiscalização poderão ser exercidas:

a) por órgão ou entidade de ente da Federação a que o titular tenha delegado o exercício dessas competências por meio de convênio de cooperação técnica entre entes da Federação, obedecido ao disposto no artigo 241 da Constituição Federal;

b) por consórcio público de direito público integrado pelos titulares dos serviços.

§ 2º No exercício das atividades de planejamento dos serviços a que se refere o "caput" deste artigo, o titular poderá receber cooperação técnica do Estado e basear-se em estudos técnicos fornecidos pelos prestadores.

Art. 43. A prestação regionalizada de serviços públicos de saneamento básico poderá ser realizada por:

I - órgão, autarquia, fundação de direito público, consórcio público, empresa pública ou sociedade de economia mista estadual ou municipal; na totalidade das atividades em sua parte como: Tratamento, Regulação, Normatização;

II - empresa a que se tenham concedido os serviços;

§ 1º O serviço regionalizado de saneamento básico poderá obedecer ao plano de saneamento básico elaborado para o conjunto dos municípios consorciados.

§ 2º Os prestadores deverão manter sistema contábil que permita registrar e demonstrar, separadamente, os custos e as receitas de cada serviço para cada um dos municípios atendidos.

§ 3º A empresa que se refere o inciso II deverá ser contratada através de processo licitatório.

Seção V

Dos Aspectos Econômicos e Sociais

Art. 44. Os serviços públicos de saneamento básico terão a sustentabilidade econômico-financeira assegurada, mediante remuneração pela cobrança dos serviços:

I - de abastecimento de água e esgotamento sanitário: preferencialmente na forma de tarifas e outros preços públicos, que poderão ser estabelecidos para cada um dos serviços ou para ambos conjuntamente;

II - de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos urbanos: taxas ou tarifas e outros preços públicos, em conformidade com o regime de prestação do serviço ou de suas atividades;

III - de manejo de águas pluviais urbanas: na forma de tributos, inclusive taxas, em conformidade com o regime de prestação do serviço ou de suas atividades.

§ 1º Observado o disposto nos incisos I a III do caput deste artigo, a instituição das tarifas, preços públicos e taxas para os serviços de saneamento básico observarão as seguintes diretrizes:

I - prioridade para atendimento das funções essenciais relacionadas à saúde pública;

II - ampliação do acesso dos cidadãos e localidades de baixa renda aos serviços;

III - geração dos recursos necessários para realização dos investimentos, objetivando o cumprimento das metas e objetivos do serviço;

IV - inibição do consumo supérfluo e do desperdício de recursos;

V - recuperação dos custos incorridos na prestação do serviço, em regime de eficiência;

VI - remuneração adequada do capital investido pelos prestadores dos serviços;

VII - estímulo ao uso de tecnologias modernas e eficientes, compatíveis com os níveis exigidos de qualidade, continuidade e segurança na prestação dos serviços;

VIII - incentivo à eficiência dos prestadores dos serviços.

§ 2º Poderão ser adotados subsídios tarifários e não tarifários para os usuários e localidades que não tenham capacidade de pagamento ou escala econômica suficiente para cobrir o custo integral dos serviços.

Art. 45. Observado o disposto no artigo anterior, a estrutura de remuneração e cobrança dos serviços públicos de saneamento básico poderá levar em consideração os seguintes fatores:

I - categorias de usuários, distribuídos por faixas ou quantidades crescentes de utilização ou de consumo;

II - padrões de uso ou de qualidade requeridos;

III - quantidade mínima de consumo ou de utilização do serviço, visando à garantia de objetivos sociais, como a preservação da saúde pública, o adequado atendimento dos usuários de menor renda e a proteção do meio ambiente;

IV - custo mínimo necessário para disponibilidade do serviço em quantidade e qualidade adequadas;

V - ciclos significativos de aumento de demanda dos serviços, em períodos distintos;

VI - capacidade de pagamento dos consumidores.

Art. 46. Os subsídios necessários ao atendimento de usuários e localidades de baixa renda poderão ser:

I - diretos: quando destinados a usuários determinados;

II - indiretos: quando destinados ao prestador dos serviços;

III - tarifários: quando integrarem a estrutura tarifária;

IV - fiscais: quando decorrerem da alocação de recursos orçamentários, inclusive por meio de subvenções;

V - internos a cada titular ou localidades: nas hipóteses de gestão associada e de prestação regional.

Art. 47. As taxas ou tarifas decorrentes da prestação de serviço público de coleta, tratamento e manejo de resíduos sólidos urbanos devem levar em conta a adequada destinação dos resíduos coletados e poderão considerar em conjunto ou separadamente:

I - o nível de renda da população da área atendida;

II - as características dos lotes urbanos, as áreas edificadas e a sua utilização;

III - o peso ou volume médio coletado por habitante ou por domicílio;

IV - tipo de resíduo gerado e a qualidade da segregação na origem.

Art. 48. A cobrança pela prestação do serviço público de drenagem e manejo de águas pluviais urbanas deve levar em conta, em cada lote, os percentuais de impermeabilização e existência de dispositivos de amortecimento ou de retenção de água de chuva, podendo considerar também:

I - o nível de renda da população da área atendida;

II - as características dos lotes urbanos, áreas edificadas e sua utilização.

Art. 49. O reajuste de tarifas de serviços públicos de saneamento básico será realizado observando se o intervalo mínimo de 12 (doze) meses, de acordo com as normas legais, regulamentares e contratuais.

Art. 50. As revisões tarifárias compreenderão a reavaliação das condições da prestação dos serviços e das tarifas praticadas e poderão ser:

I - periódicas, objetivando a distribuição dos ganhos de produtividade com os usuários e a reavaliação das condições de mercado;

II - extraordinárias, quando se verificar a ocorrência de fatos não previstos no contrato, fora do controle do prestador dos serviços, que alterem o seu equilíbrio econômico-financeiro.

§ 1º As revisões tarifárias terão suas pautas definidas pelo órgão ou entidade reguladora, ouvidos os usuários e os prestadores dos serviços.

§ 2º Poderão ser estabelecidos mecanismos tarifários de indução à eficiência, inclusive fatores de produtividade, assim como de antecipação de metas de expansão e qualidade dos serviços.

§ 3º O órgão ou entidade reguladora poderá autorizar o prestador dos serviços a repassar aos usuários custos e encargos tributários não previstos originalmente e por ele não administrados, nos termos da Lei Federal nº 8. 987/95.

Art. 51. As tarifas devem ser fixadas de forma clara e objetiva, devendo os reajustes e as revisões tornados públicos com antecedência mínima de 90 (noventa) dias com relação à sua aplicação.

Parágrafo único. A fatura a ser entregue ao usuário final deverá ter seu modelo aprovado pelo órgão ou entidade reguladora, que definirá os itens e custos a serem explicitados.

Art. 52. Os serviços poderão ser interrompidos pelo prestador nas seguintes hipóteses:

I - situações de emergência que atinjam a segurança de pessoas e bens;

II - necessidade de efetuar reparos, modificações ou melhorias de qualquer natureza no sistema;

III - negativa do usuário em permitir a instalação de dispositivo de leitura de água consumida, após ter sido previamente notificado a respeito;

IV - manipulação indevida de qualquer tubulação, medidor ou outra instalação;

V - inadimplência do usuário do serviço de abastecimento de água, do pagamento das tarifas, após ter sido formalmente notificado.

§ 1º As interrupções serão previamente comunicadas ao regulador e aos usuários.

§ 2º A suspensão dos serviços prevista nos incisos III e V deste artigo será precedida de prévio aviso ao usuário, não inferior a 30 (trinta) dias da data prevista para a suspensão.

§ 3º A interrupção ou a restrição do fornecimento de água por inadimplência a estabelecimentos de saúde, a instituições educacionais e de internação de pessoas e a usuário residencial de baixa renda beneficiário de tarifa social deverá obedecer a prazos e critérios que preservem condições mínimas de manutenção da saúde das pessoas atingidas.

Art. 53. Desde que previsto nas normas de regulação, grandes usuários poderão negociar suas tarifas com o prestador dos serviços, mediante contrato específico, ouvido previamente o regulador.

Art. 54. Os valores investidos em bens reversíveis pelos prestadores constituirão créditos perante o titular, a serem recuperados mediante a exploração dos serviços, nos termos das normas regulamentares e contratuais.

§ 1º Não gerarão crédito perante o titular os investimentos feitos sem ônus para o prestador, tais como os decorrentes de exigência legal aplicável à implantação de empreendimentos imobiliários e os provenientes de subvenções ou transferências fiscais voluntárias.

§ 2º Os investimentos realizados, os valores amortizados, a depreciação e os respectivos saldos serão anualmente auditados e certificados pelo órgão ou ente regulador e Tribunal de Contas do Estado.

§ 3º Os créditos decorrentes de investimentos devidamente certificados poderão constituir garantia de empréstimos aos delegatários, destinados exclusivamente a investimentos nos sistemas de saneamento objeto do respectivo contrato.

Capítulo IV

DA REGULAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

Art. 55. O município poderá prestar diretamente ou delegar a organização, a regulação, a fiscalização e a prestação dos serviços de saneamento básico, nos termos da Constituição Federal, da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993, da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, da Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005, da Lei nº 11.079 de 30 de dezembro de 2004 e da Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007.

Parágrafo único. As atividades de regulação e fiscalização dos serviços de saneamento básico poderão ser exercidas:

I - por autarquia com esta finalidade, pertencente à própria Administração Pública;

II - por órgão ou entidade de ente da Federação que o município tenha delegado o exercício dessas competências, obedecido ao disposto no art. 241 da Constituição Federal;

III - por consórcio público integrado pelos titulares dos serviços.

Art. 56. São objetivos da regulação:

I - estabelecer padrões e normas para a adequada prestação dos serviços e para a satisfação dos usuários;

II - garantir o cumprimento das condições e metas estabelecidas;

III - prevenir e reprimir o abuso do poder econômico, ressalvada a competência dos órgãos integrantes do sistema nacional de defesa da concorrência e defesa do consumidor;

IV - definir tarifas que assegurem tanto o equilíbrio econômico e financeiro dos contratos como a modicidade tarifária, mediante mecanismos que induzam a eficiência e eficácia dos serviços e que permitam a apropriação social dos ganhos de produtividade;

V - definir as penalidades.

Art. 57. A entidade reguladora editará normas relativas às dimensões técnica, econômica e social de prestação dos serviços, que abrangerão, pelo menos, os seguintes aspectos:

I - padrões e indicadores de qualidade da prestação dos serviços;

II - requisitos operacionais e de manutenção dos sistemas;

III - as metas progressivas de expansão e de qualidade dos serviços e os respectivos prazos;

IV - regime, estrutura e níveis tarifários, bem como os procedimentos e prazos de sua fixação, reajuste e revisão;

V - medição, faturamento e cobrança de serviços;

VI - monitoramento dos custos;

VII - avaliação da eficiência e eficácia dos serviços prestados;

VIII - plano de contas e mecanismos de informação, auditoria e certificação;

IX - subsídios tarifários e não tarifários;

X - padrões de atendimento ao público e mecanismos de participação e informação;

XI - medidas de contingências e de emergências, inclusive racionamento;

§ 1º As normas a que se refere o caput deste artigo fixarão prazo para os prestadores de serviços comunicarem aos usuários as providências adotadas em face de queixas ou de reclamações relativas aos serviços.

§ 2º As entidades fiscalizadoras deverão receber e se manifestar conclusivamente sobre as reclamações que, a juízo do interessado, não tenham sido suficientemente atendidas pelos prestadores dos serviços.

Art. 58. Em caso de gestão associada a prestação regionalizada dos serviços, poderão ser adotados os mesmos critérios econômicos, sociais e técnicos da regulação em toda a área de abrangência da associação e prestação.

Art. 59. Os prestadores dos serviços de saneamento básico deverão fornecer à entidade reguladora todos os dados e informações necessárias para o desempenho de suas atividades, na forma das normas legais, regulamentares e contratuais.

§ 1º Incluem-se entre os dados e informações a que se refere o caput deste artigo aquelas produzidas por empresas ou profissionais contratados para executar serviços ou fornecer materiais e equipamentos específicos.

§ 2º Compreendem-se nas atividades de regulação dos serviços de saneamento básico a interpretação e a fixação de critérios para a fiel execução dos contratos, dos serviços e para a correta administração de subsídios.

Art. 60. Devem ser dadas publicidade e transparência aos relatórios, estudos e decisões e instrumentos equivalentes que se refiram à regulação ou a fiscalização dos serviços, bem como aos direitos e deveres dos usuários e prestadores, a eles podendo ter acesso qualquer do povo, independentemente da existência de interesse direto.

§ 1º Excluem-se do disposto no "caput" deste artigo os documentos considerados sigilosos em razão de interesse público relevante, mediante prévia e motivada decisão.

§ 2º A publicidade e a transparência que se refere o "caput" deste artigo deverá se efetivar, preferencialmente, por meio de site na internet.

Art. 61. É assegurado aos usuários dos serviços públicos de saneamento básico:

I - amplo acesso a informações sobre os serviços prestados;

II - prévio conhecimento dos seus direitos e deveres e das penalidades a que podem estar sujeitos;

III - acesso ao manual de prestação do serviço e de atendimento ao usuário elaborado pelo prestador e aprovado pelo órgão ou entidade reguladora;

IV - acesso a relatório periódico sobre a qualidade da prestação dos serviços.

Capítulo V

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 62. A Prefeitura Municipal e seus órgãos da administração indireta compete promover a capacitação sistemática dos funcionários para garantir a aplicação e a eficácia desta lei e demais normas pertinentes.

Art. 63. O Plano Municipal de Saneamento Básico e sua implementação ficam sujeitos ao contínuo acompanhamento, revisão e adaptação às circunstâncias emergentes e serão revisto em até dois anos após a publicação dos resultados dos Censos Demográficos realizados e publicados pelo IBGE;

Art. 64. O Plano de Manejo, Recuperação, e ou Conservação de Mananciais Subterrâneos e/ou Superficiais para captação de abastecimento público de água potável, deverá estar concluído até três (3) anos após a aprovação e publicação desta Lei;

Parágrafo único. Até três (3) anos após a publicação desta Lei a Prefeitura Municipal deverá ter viveiro de mudas para promover a recuperação nas nascentes e matas ciliares do município.

Art. 65. Ao Poder Executivo Municipal compete dar ampla divulgação do PMSB e das demais normas municipais referentes ao saneamento básico.

Art. 66. A entidade ou o órgão regulador dos serviços de que trata esta lei será definido mediante lei específica.

Art. 67. Fica o Poder Executivo autorizado a contratar empresas, inclusive por concessão, para a execução dos serviços de que tratam as alíneas a, b, c e d contidas no inciso I do artigo 2º desta lei, no todo ou em parte.

Art. 68. Os regulamentos dos serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana, manejo de resíduos sólidos e drenagem e manejo das águas pluviais urbanas serão propostos pelo órgão regulador e baixados por decreto do Poder Executivo, após aprovação do Conselho Municipal de Saneamento Básico.

Art. 69. Enquanto não forem editados os regulamentos específicos, ficam em uso as atuais normas e procedimentos relativos aos serviços de água e esgotos sanitários, bem como as tarifas e preços públicos em vigor, que poderão ser reajustadas anualmente pelos IPCA (índice de preço ao consumidor ampliado).

Art. 70. Os serviços previstos no artigo anterior deverão ter sustentabilidade econômico-financeira através da cobrança de taxas, tarifas e outros preços públicos, em conformidade com o regime de prestação de serviços.

Art. 71. Esta lei entra em vigor da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Pontal do Araguaia-MT, 10 de Dezembro de 2018.

GERSON ROSA DE MORAES

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 029/2018

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 029/2018

DETENTORA DA ATA: TOTAL SEGURANÇA EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÂO E SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA – ME

FUNDAMENTO LEGAL: PREGÃO PRESENCIAL Nº 25/2018

VALOR: R$ 86.596,90 (Oitenta e Seis Mil; Quinhentos e Noventa e Seis Reais e Noventa Centavos)

DATA DA ASSINATURA: 06/12/2018

VIGÊNCIA : 06/12/2018 a 06/12/2019

OBJETO : REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO E MATERIAIS DE COPA E COZINHA DESTINADOS AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE PONTE BRANCA – MT.

RESULTADO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 025/2018

REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO E MATERIAIS DE COPA E COZINHA DESTINADOS AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE PONTE BRANCA – MT.

Prefeitura Municipal de Ponte Branca – MT torna público que, com base na Lei Federal 8.666, de 21 de Junho de 1993 e suas alterações, Lei Federal do Pregão nº 10.520 de 17-07-2002 e demais legislações correlatas, o **RESULTADO**, do Pregão Presencial nº 023/2018, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, realizado no dia 24/10/2018, às 08h00min, tendo como vencedora as licitante: empresa **LAURA BEATRIZ PEREIRA ROCHA EIRELI EPP CNPJ nº. 26.583.176/0001-07** para os itens 01, 04, 09, 10, 15, 20, 21, 22, 23, 24, 27, 28, 30, 31, 32, 33, 36, 37, 39, 40, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 54, 56, 57, 60, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 83, 84, 87, 88, 89, 90, 93 e **SEGURANÇA EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO E SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA CNPJ: 13.51.726/0001-8** para os itens 02, 05, 06, 07, 08, 11, 12, 13, 16, 17, 18, 19, 25, 26, 29, 34, 35, 38, 41, 53, 55, 59, 61, 62, 72, 81, 82, 85, 86, 91 e 92, os itens 03, e 14 foram FRACASSADOS.

Ponte Branca - MT, 03 de Dezembro de 2018.

Glimara Nogueira Gonçalves

Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA
EDITAL DE CONVOCAÇÃO 13/2018

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PONTE BRANCA**, **ESTADO DE MATO GROSSO**, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto no art. 37 da Constituição Federal, na Lei Orgânica Municipal e nas demais leis que regem a espécie e, considerando a homologação do Resultado do Concurso Público objeto do Edital 001/2015 e homologado pelo Decreto Municipal nº 04/2017 de 07 de fevereiro de 2017 e Lei n° 635/2018, **TORNA PÚBLICO A CONVOCAÇÃO DA CANDIDATA APROVADA**, relacionada no anexo II deste Edital, para o provimento de cargos do quadro efetivo da Prefeitura Municipal de Ponte Branca.

A candidata relacionada no Anexo II do presente Edital deveram comparecer a Secretaria Municipal de Administração, na sede da Prefeitura Municipal de PONTE BRANCA/MT, situada à Av. Coronel Belmiro Nogueira da Silva, Bairro Centro, nº 300, CEP 78.610-000, PONTE BRANCA/MT, no prazo de 30 (trinta) dias, iniciando a partir de 11 de dezembro de 2018, no horário das 07h00min às 11h00min horário local, para apresentação, entrega dos documentos e exames de saúde pré-admissionais constantes do anexo I deste Edital.

Em relação à apresentação dos exames de saúde pré-admissionais, o mesmo deverá ser apresentados juntamente com toda a documentação exigida na Secretaria Municipal de Administração, as candidatas será convocada a comparecer no Hospital Municipal de Ponte Branca, situado à Rua Presidente Dutra, s/n, Bairro Centro, Ponte Branca - MT, onde serão atendidos por médicos, para avaliação dos exames médicos.

Por fim, apresenta ao convocado os modelos de declaração que deverão ser preenchidas adequadamente pelos candidatos, com suas informações pessoais e deverão ser apresentadas no prazo acima descrito. Sendo que, as declarações dos anexos III e IV são obrigatórias e a do anexo V é facultativa, conforme decisão pessoal e espontânea do candidato.

PONTE BRANCA-MT, 10 de dezembro de 2018.

HUMBERTO LUIZ NOGUEIRA DE MENEZES

Prefeito de Ponte Branca - MT

ANEXO I

RELAÇÃO DE DOCUMENTOS NECESSÁRIOS A SEREM APRESENTADOS PELOS CANDIDATOS HABILITADOS E CONVOCADOS CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL Nº 001/2015

01 (uma) foto3X4; Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS); Cadastro do PIS/PASEP (ser cadastrado); Cédula de Identidade (RG); Comprovante de regularização do CPF; Comprovante de Residência atual; Certidão de Casamento (se casado for); Certidão de nascimento dos filhos até 14 anos (se filhos tiver)**:** v De 0 a 06 (seis) anos, apresentar cópia da Carteira de Vacina(atualizada); v A partir dos 07 (sete) anos, apresentar Atestado de Frequência Escolar (Decreto nº 3.048/99 –MPS). Cópia autenticada do Título de Eleitor e comprovante de votação na última eleição, se à época já possuía 18 (dezoito) anos; Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, em caso de candidato do sexo masculino; Documentação comprobatória da escolaridade mínima exigida: v Diploma no caso de conclusão de Curso Superior na área de inscrição do candidato, devidamente reconhecido pelo Ministério da Educação/MEC, e ser devidamente registrado em conselho de classe específico, se houver; v Certificado de conclusão de Nível Técnico na área de inscrição do candidato, devidamente reconhecido e registrado em conselho de classe específico, se houver; v Certificado de conclusão no caso de Ensino Médio ou Ensino Fundamental para os cargos que exigem apenas esta etapa da educação básica, acompanhados dos respectivos históricos escolares; Documento atestando regularidade com Conselho profissional; Preencher e comprovar todos os requisitos básicos para investidura no cargo público exigidos no Edital de abertura001/2015; Declaração de antecedentes criminais; Declaração de Desimpedimento (conforme modelo anexo III); Declaração de Bens (conforme modelo anexoIV); Apresentar outros documentos e declarações que se fizerem necessários, a época da posse, de acordo com o Edital de Convocação do candidato; Os candidatos aprovados deverão comparecer já com os seguintes exames: v Hemograma completo, Plaquetas, Velocidade de hemossedimentação (VHS), Creatinina, Glicemia de jejum, Gama glutamil transferase (GAMA GT), Tempo de tromboplastina total e Parcial ativado (TTPA), EAS, Raio X –Tórax; v O candidato convocado deverá submeter-se e apresentar os mencionados exames para avaliação médica pré-admissional e/ou realizar exame médico específico (portadores de deficiência), a serem analisados por médicos designados, cuja avaliação deste profissional de saúde terá cunho de decisão terminativa, após análise dos exames realizados pelo candidato convocado.

ANEXO II
RELACÃO DE CANDIDATOS HABILITADOS E CONVOCADOS CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL Nº 001/2015

1) CARGO – FARMACÊUTICO/BIOQUÍMICO

INSCRIÇÃO	CANDIDATO	CLASSIFICAÇÃO	PONTUAÇÃO
0095847	WARIKA BRUNA GONCALVES DE FARIA RIBEIRO	3°	56,00

DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO

(**NOME COMPLETO**), nacionalidade, estado civil, profissão, portador(a) da carteira de identidade RG n.º (**número de RG**), inscrito(a) no CPF sob n.º (**número de CPF**), (**qualificação completa, com endereço da residência e informações complementares e pertinentes a identificação do candidato**), DECLARA por livre e espontânea vontade, sob as penas da Lei de que não existe qualquer impedimento de ordem legal ou ética e inexiste qualquer incompatibilidade, para o exercício do cargo público de (**descrever o cargo em que foi aprovado**) referente a aprovação no Concurso Público 001/2015, realizado pela Prefeitura Municipal de Ponte Branca, Estado de Mato Grosso.

PONTE BRANCA, MT, (dia) de (mês) de (ano).

DECLARANTE

ANEXO IV
MODELO DE DECLARAÇÃO

DECLARAÇÃO DE BENS

(**NOME COMPLETO**), nacionalidade, estado civil, profissão, portador (a) da carteira de identidade RG n.º (**número de RG**), inscrito (a) no CPF sob n.º (**número de CPF**), (**qualificaçãocompleta, com endereço da residência e informaçõescomplementares e pertinentes a identificação do candidato**)**,** DECLARA para osdevido fins que:

( ) Não possui bens.

( ) Possui os bens e conforme discriminação e valor abaixo especificado:

DISCRIMINAÇÃO	VALOR EM R$

Para os devidos fins de direito, firma, data e assina. PONTE BRANCA, MT (dia) de (mês) de (ano).

DECLARANTE

ANEXO V
MODELO DE DECLARAÇÃO

DECLARAÇÃO DE DESISTÊNCIA

(**NOME COMPLETO**), nacionalidade, estado civil, profissão, portador (a) da carteira de identidade RG n.º (**número de RG**), inscrito (a) no CPF sob n.º (**número de CPF**), (**qualificaçãocompleta, com endereço da residência e informaçõescomplementares e pertinentes a identificação do candidato**), DECLARA por livre e espontâneavontade e semnenhumacoação, que desiste de tomar posse no cargo públicoem que houve a aprovação e convocação no Concurso Público 001/2015realizado pela Prefeitura Municipal de PONTE BRANCA, Estado de Mato Grosso; emvirtude de **terem vista emprego público em outro órgão, não podendo assim acumular mais um cargo (ou fundamentar a desistência).** Para maior clareza, firma a presente Declaração.

PONTE BRANCA, MT, (dia) de (mês) de (ano).

DECLARANTE

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 028/2018

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 028/2018

DETENTORA DA ATA: LAURA BEATRIZ PEREIRA ROCHA EIRELI EPP

FUNDAMENTO LEGAL: PREGÃO PRESENCIAL Nº 25/2018

VALOR: R$ 341.138,75 (Trezentos e Quarenta e um Mil; Cento e Trinta e Oito Reais e Setenta e Cinco Centavos)

DATA DA ASSINATURA: 06/12/2018

VIGÊNCIA : 06/12/2018 a 06/12/2019

OBJETO : REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO E MATERIAIS DE COPA E COZINHA DESTINADOS AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE PONTE BRANCA – MT.

PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉU

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 044/2018

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 033/2018

REGISTRO DE PREÇO Nº. 030/2018

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉU.

CONTRATADA: J. SODRÉ DOS SANTOS SILVA MÁXIMO-ME

OBJETO: AQUISIÇÃO FUTURA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA ATENDER AS ESCOLAS MUNICIPAIS, DA EDUCAÇÃO INFANTIL E FUNDAMENTAL, E PARA OS PROGRAMAS EDUCACIONAIS

DATA DA ASSINATURA: 03 DE JULHO DE 2018.

VALIDADE: 12 DE MESES.

VALOR GLOBAL: **R$ 39.298,00** (TRINTA E NOVE MIL DUZENTOS E NOVENTA E OITO

CLAUDINEY BARREIRA ARAUJO

PRESIDENTE CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CASCALHEIRA

GABINETE
DECRETO N°. 1771/2018 "DISPÕE SOBRE TAXA DE EMBARQUE RODOVIÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

DECRETO n°. 1771/2018

DATA: 07 DE DEZEMBRO 2018

"DISPÕE SOBRE TAXA DE EMBARQUE RODOVIÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

LUZIA NUNES BRANDÃO, Prefeita Municipal Interina de Ribeirão Cascalheira – Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, com base na lei orgânica do município.

DECRETA

Art. 1º - Fica decretado e fixada a taxa de embarque rodoviário no valor de 3,89 (três reais e oitenta e nove centavos), proveniente do embarque de passageiros no Terminal Rodoviário e na Sub-Estação.

Art. 2º - A base de calculo do reajuste da taxa de embarque segue o IPCA, acumulado nos últimos 12 Meses;

Art. 3º - A taxa de embarque somente será reajustada após transcorrido 01 (um) ano do ultimo reajuste, observando-se a base de calculo prevista no artigo anterior;

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando o decreto n° 1695 de 01 de dezembro de 2017, e as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

EM, 07 DE DEZEMBRO DE 2018.

LUZIA NUNES BRANDÃO

Prefeita Municipal Interina

PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLÂNDIA

GABINETE
HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

(Inc. VI, do Art. 43, da Lei nº 8.666/93 c/c inc. XXX, do art. 70 da LOM)

Proc. Administrativo N°: 0152/2017

Pregão Eletrônico N°: 078/2018

Adesão a Ata de Registro de Preço Nº: 038/2018

Pregão Eletrônico N°: 042/2018- Prefeitura Municipal de Colorado do Oeste -RO

OBJETO: Adesão a Ata de Registro de Preços n° 038/2018 do Processo n° 778/2018, Correspondente ao pregão eletrônico n° 42/2018, Originário da Prefeitura Municipal de Colorado do Oeste-RO**.**

O Prefeito Municipal de Rondolândia – MT, no uso das atribuições e com fundamento nas leis 10.520/2001, 8.666/93 e Decreto Federal Nº 7.892/13, e manifestação positiva através de parecer jurídico da Procuradoria municipal, resolve, HOMOLOGAR Adesão a Ata de Registro de Preços na condição "CARONA" que consiste o registro de preço Para Futura e Eventual aquisição de massa asfáltica Usinada a quente para aplicação a frio a base de CAP 50/70.

Para Atender As Necessidades do Município de Rondolândia - MT, objeto Adesão a Ata de Registro de Preços n° 038/2018 do Processo n° 778/2018, Correspondente ao pregão eletrônico n° 42/2018, Originário da Prefeitura Municipal de Colorado do Oeste-RO, tendo como vencedora a Empresa GEOPLUS INDUSTRIA E COMERCIO DE MASSA ASFALTICA LTDA, CNPJ Nº 24.311.168/0001-86, sendo o valor Global estimado de R$: 174.000,00, (Cento e setenta a quatro mil e reais).

Determino que sejam adotadas as medidas cabíveis para a contratação da referida empresa.

Dê-se ciência a Secretaria de origem para dar início aos serviços, devendo designar Comissão de fiscalização da execução.

Remeta os autos para CPL.

Rondolândia/MT, 10 de Dezembro de 2018.

RONALDO GARCIA DE BESSA

Prefeito Municipal

GABINETE
HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

(Inc. VI, do Art. 43, da Lei nº 8.666/93 c/c inc. XXX, do art. 70 da LOM)

Proc. Nº 0150/2018

Dispensa de licitação. Nº 057/2018

Objeto: Aquisição de peças e prestação de serviços para a manutenção corretiva da retroescavadeira e da pá carregadeira para atender necessidades da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos.

Em conformidade com o inciso VI, do Artigo 43 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações confirmam a adjudicação da dispensa de licitação realizada com fundamento no inc. II, do art. 24 da Lei nº 8.666/93, a CPL decide declarar vencedora dos itens licitados: 01,02,04 e 05 a empresa: **RET BOMBA LTDA**, **CNPJ: 02.997.386/0001-83,** perfazendo um valor total de**: R$:12.548,50 (Doze mil e quinhentos e quarenta e oito reais e cinquenta centavos),** e do item licitado: 03 a empresa: **G DOS SANTOS EIRELI- ME, CNPJ:17.836.109/0001-66**, perfazendo um valor total de **R$ 3,380,00(Três mil e trezentos e oitenta reais)**,perfazendo um valor global da licitação de **R$ 15.928,50, (quinze mil e novecentos e vinte oito reais e cinquenta centavos),** tudo conforme o mapa de resultado.

Para: Secretaria de Fazenda e Desenvolvimento.

Empenhe a despesa.

O empenho servira de contrato.

Dê-se ciência a Secretaria de origem para dar início aos serviços, devendo designar Comissão de fiscalização da execução.

Rondolândia – MT, 10 de Dezembro de 2018.

RONALDO GARCIA DE BESSA Prefeito Municipal

GABINETE
HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

(Inc. VI, do Art. 43, da Lei nº 8.666/93 c/c inc. XXX, do art. 70 da LOM)

Proc. Nº 0149/2018

Dispensa de licitação. Nº 056/2018

Objeto: Aquisição de materiais de segurança e consumo para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Obras e serviços Públicos.

Em conformidade com o inciso VI, do Artigo 43 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações confirmam a adjudicação da dispensa de licitação realizada com fundamento no inc. II, do art. 24 da Lei nº 8.666/93, a CPL

decide, declarar vencedora a empresa: **VR FERRAGENS LTDA, CNPJ: 15.004.613/0001-74**, com o fim de **HOMOLOGAR** em seu favor, ***o valor global da licitação de R$ 803,64 (oitocentos e três reais e sessenta e quatro centavos)***, tudo conforme ata e mapa de resultado.

Para: Secretaria de Fazenda e Desenvolvimento.

Empenhe a despesa.

O empenho servira de contrato.

Dê-se ciência a Secretaria de origem para dar início aos serviços, devendo designar Comissão de fiscalização da execução.

Rondolândia – MT, 10 de Dezembro de 2018.

RONALDO GARCIA DE BESSA Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO OESTE

PROCURADORIA MUNICIPAL
DECRETO 036 - 2018

DECRETO Nº. 036/2018

de 07 de Dezembro de 2018

"Dispõe sobre recesso no período natalino e festejos de final de ano, no âmbito da administração publica municipal, e da outras providencias".

O PREFEITO DE ROSARIO OESTE - MT, JOÃO ANTONIO DA SILVA BALBINO, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei,

Considerando os termos previstos na Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), que estabelece a Administração Publica uma gestão fiscal com ações planejadas;

Considerando a necessidade de firmar medidas de efetiva economia ao erário municipal visando o equilíbrio financeiro;

Considerando a necessidade de fechamento, de avaliação do Balanço Financeiro, Contábil e Administrativo do presente exercício;

Considerando a premente obrigação de fixar novas metas para o ano vindouro;

Considerando, ainda, as festividades alusivas às congratulações natalinas e de final de ano.

D E C R E T A

Art. 1º. Fica estabelecido recesso no âmbito da Administração Publica Municipal entre os dias **20 (vinte) de Dezembro de 2018 à 30 (trinta) de Janeiro de 2019**.

Art. 2º. Durante o período previsto no artigo 1º, serão mantidos os serviços administrativos internos, suspendo-se apenas o atendimento a população.

Parágrafo Primeiro – Ficam também mantidos sem prejuízos os serviços considerados essenciais, tais como coleta de lixo, limpeza publica, prestação de serviços de água e esgoto, e de atendimento à saúde da população.

Parágrafo Segundo – Excluem-se da medida prevista no artigo 1º o Departamento de Tributos Municipal, que terá seu funcionamento regular, bem como as Escolas Municipais em que não obtiverem o encerramento dos dias letivos no prazo assinalado, estando estes últimos vinculados ao encerramento dos dias letivos para o encerramento de suas atividades.

Parágrafo Terceiro – Fica determinado que o Secretário Municipal de Administração e Planejamento elaborará relação contendo escalas de serviços e de servidores que trabalharão durante o recesso em atividades consideradas essenciais, bem como relação de servidores que terão aplicação de férias coletivas durante o período assinalado.

Parágrafo Quarto – Fica determinada a suspensão a partir do dia **01.12.2018** de todos serviços prestados que não sejam considerados de natureza continua e/ou essenciais, sendo os respectivos contratos temporários firmados para tal fim rescindidos, retornado ao final do recesso.

Parágrafo Quinto – Ficam os Secretarios Municipais responsáveis pela redução de gastos com pessoal e demais despesas por conta do recesso e diminuição do fluxo de atendimento a população, devendo apresentar resultados por escrito diretamente ao Secretario de Administração e Planejamento.

Art. 3° - A partir do dia **10.12.2018** até o dia **20.12.2018**, data marcada como inicio do recesso administrativo, toda a administração publica, terá seu horário de atendimento ao publico fixado das 8hs às 11hs, ficando o restante do período de expediente reservado para trabalhos internos e fechamentos.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor a partir de sua publicação/afixação, revogando-se disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito, em Rosário Oeste – MT, 07 de Dezembro de 2018.

JOÃO ANTONIO DA SILVA BALBINO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTO DO CÉU

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
REVOGAÇÃO DE LICITAÇÃO

AVISO DE REVOGAÇÃO DE LICITAÇÃO

Modalidade: **PREGÃO PRESENCIAL Nº 033/2018**

Tipo: Maior Desconto

Critério de julgamento: MAIOR DESCONTO POR ITEM

OBJETO: Registro de preços para futura e eventual Contratação de Empresas Especializadas para fornecimento de peças (originais de 1ª linha e/ou genuínas), acessórios e demais materiais necessários para aplicação nos veículos leves/pesados como também para as máquinas e implementos da frota do patrimônio da Prefeitura de Salto do Céu – MT, do tipo MAIOR DESCONTO POR ITEM, conforme discriminado no Termo de Referência **ANEXO I**, deste Edital, por um período de 12 meses.

O MUNICÍPIO DE SALTO DO CÉU-MT, através de sua Comissão Permanente de Licitação, torna público a todos os interessados que o certame acima mencionado foi REVOGADO.

Outras informações, na sala de licitação da Prefeitura, com a Comissão Permanente de Licitação.

Salto do Céu - MT, 10 de Dezembro de 2018.

MARIA INÊS PEREIRA DA SILVA

Pregoeira Oficial

PORTARIA N.º 197/2018 DE 03 DE DEZEMBRO DE 2018

CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE A SERVIDORA LORRAINY LOBATO DE FARIA E, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SALTO DO CÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, exaradas no art. 49, inciso IV, da Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO: O Atestado Médico datado em 13/11/2018 e protocolado em 03/12/2018;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Licença Maternidade à Servidora **LORRAINY LOBATO DE FARIA,** de 180 (cento e oitenta) dias, a partir de 13/11/2018 a 12/05/2019, de acordo com a Legislação pertinente em vigor.

Art. 2º. Caberá aos órgãos competentes do Poder Executivo a providência quanto ao registro funcional, controle de pagamento, substituição e demais atos conseqüentes, na forma da legislação que disciplina a matéria.

Art. 3º. As despesas decorrentes da execução desta Portaria correrão à conta das correspondentes dotações Orçamentárias na Secretaria Municipal de Educação, no corrente exercício suplementado se necessárias, de acordo com a Legislação específica vigente.

Art. 4º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua Publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Salto do Céu, 03 de Dezembro de 2018.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

WEMERSON ADÃO PRATA PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA N.º 198/2018 DE 03 DE DEZEMBRO DE 2018.

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AOS SERVIDORES QUE MENCIONA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SALTO DO CÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, exaradas no art. 49 inciso IV, da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO: Os vencimentos dos respectivos períodos aquisitivos e os requerimentos dos servidores abaixo relacionados;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder férias regulamentares no mês de Dezembro/2018 aos servidores: **Adiel Ricardo dos Santos, Antonio Brum da Silva, Elias Martins da Costa Junior, Eulália Maria da Silva, Izabel da Silva Almeida, Marcilene Fialho de Oliveira, Luzenir Rodrigues Peres, Marlucia Rodrigues Marques, Regilaine Alves Garcia Santana, Vanuzia Jorge da Silva, Vilmar Padilha Colaço.**

Art. 2º - Caberá aos órgãos e unidades competentes do Poder Executivo proceder às anotações/registros pertinentes e, as providências na substituição dos Servidores acima citados, se forem imprescindíveis e inadiáveis bem como efetuar o pagamento devido, na forma da Legislação que disciplina a matéria em vigor, observando o disposto no art. 83 da Lei Municipal n.º 069, de 28 de maio de 1993, como seus parágrafos no que couber.

Art. 3º - As despesas decorrentes da execução desta Portaria correrão à conta das respectivas dotações orçamentárias no corrente exercício, suplementadas, se necessário, na forma da Legislação específica que rege a matéria em vigor.

Art. 4º - Está portaria entrará em vigor na data de sua Publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Salto do Céu - MT, 03 de Dezembro de 2018.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

WEMERSON ADÃO PRATA PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA N.º 204/2018 DE 06 DE DEZEMBRO DE 2018.

REMOVE O SERVIDOR JOSÉ CARLOS DA SILVA LOTADO NA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, PARA PRESTAR SERVIÇOS NA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SALTO DO CÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei 069/93, art.44.

RESOLVE:

Art. 1º. Remove o servidor: **JOSÉ CARLOS DA SILVA,** Cargo: **GUARDA NOTURNO,** Órgão Unidade: Secretaria Municipal de Assistência Social, para prestar os mesmos serviços na Secretaria Municipal de Planejamento e Administração.

Art. 2º. Ficam assegurados os direitos funcionais legalmente adquiridos pelo Servidor de que trata esta Portaria.

Art. 3º. Caberá aos órgãos e unidades competentes do Poder Executivo tomar providências pertinentes para o cumprimento desta Portaria, procedendo aos competentes registros.

Art. 4º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua Publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Salto do Céu, 06 de Dezembro de 2018.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

WEMERSON ADÃO PRATA PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA N.º 202/2018 DE 03 DE DEZEMBRO DE 2018

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO POR ASSIDUIDADE AO SERVIDOR QUE MENCIONA E, DÁ PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SALTO DO CÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, exaradas no art. 49, inciso IV, da Lei Orgânica do Município, e Art.95, § 4º da Lei 069/93 Estatuto dos Servidores públicos Municipais.

CONSIDERANDO o vencimento do período aquisitivo 2013/2018 e o requerimento do servidor de que se trata esta Portaria datado em 01/11/2018; RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença Prêmio por Assiduidade ao servidor: **BENJAMIM FERRAZ MEIRA,** Cargo: Motorista, Órgão Unidade: Sec. Municipal de Saúde, período de inicio do gozo: 01/12/2018 à 01/03/2019, período aquisitivo 2013/2018.

Art. 2º - Caberá aos órgãos e unidades competentes do Poder Executivo proceder às anotações/registros pertinentes e, as providências na substituição do Servidor acima citado, se for imprescindível e inadiável bem como efetuar o pagamento devido, na forma da Legislação que disciplina a matéria em vigor, observando o disposto no art. 83 da Lei Municipal n.º 069, de 28 de maio de 1993, como seus parágrafos no que couber.

Art. 3º - As despesas decorrentes da execução desta Portaria correrão à conta das respectivas dotações orçamentárias no corrente exercício, suplementadas, se necessário, na forma da Legislação específica que rege a matéria em vigor.

Art. 4º - Está portaria entrará em vigor na data de sua Publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Salto do Céu - MT, 03 de Dezembro de 2018.

REGISTRE – SE, PUBLIQUE – SE E CUMPRA – SE.

WEMERSON ADÃO PRATA

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA N.º 203/2018 DE 06 DE DEZEMBRO DE 2018.

REMOVE O SERVIDOR JOSIMAR SILVA DE OLIVEIRA, LOTADO NA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO, PARA PRESTAR SERVIÇOS NA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SALTO DO CÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei 069/93, art.44.

RESOLVE:

Art. 1º. Remove o servidor: **JOSIMAR SILVA DE OLIVEIRA,** Cargo: **GUARDA NOTURNO,** Órgão Unidade: Secretaria Municipal de Administração e Planejamento, para prestar os mesmos serviços na Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 2º. Ficam assegurados os direitos funcionais legalmente adquiridos pelo Servidor de que trata esta Portaria.

Art. 3º. Caberá aos órgãos e unidades competentes do Poder Executivo tomar providências pertinentes para o cumprimento desta Portaria, procedendo aos competentes registros.

Art. 4º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua Publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Salto do Céu, 06 de Dezembro de 2018.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

WEMERSON ADÃO PRATA PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA N.º 201/2018 DE 03 DE DEZEMBRO DE 2018

EXONERA A PEDIDO A Srª. SONIA MARIA DE OLIVEIRA MEROTTI, DO CARGO DE ASSISTENTE SOCIAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SALTO DO CÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

CONSIDERANDO: O Requerimento da Servidora supracitada, protocolado em 03 de Dezembro de 2018.

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar a pedido a **Srª. SONIA MARIA DE OLIVEIRA MEROTTI,** do cargo de **ASSISTENTE SOCIAL,** lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 2º. As despesas decorrentes da execução desta Portaria correrão à conta da rubrica orçamentária correspondente da Secretaria acima citada, suplementadas se necessário, na forma da legislação específica que disciplina a matéria.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Salto do Céu - MT, 03 de Dezembro de 2018.

REGISTRE – SE, PUBLIQUE – SE E CUMPRA – SE.

WEMERSON ADÃO PRATA PREFEITO MUNICIPAL

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
LICITAÇÃO DESERTA

AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA

Modalidade: **PREGÃO PRESENCIAL Nº 032/2018**

Tipo: Menor preço

Critério de julgamento: MENOR PREÇO/ITEM.

OBJETO: "Seleção de melhor proposta objetivando o **REGISTRO DE PREÇOS** para aquisição futura e fracionada de **MATERIAL PERMANENTE** exclusivo para a **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE (HOSPITAL MUNICIPAL) de Salto do Céu – MT";** do tipo**MENOR PREÇO/ITEM,** conforme discriminado no Termo de Referência **ANEXO I,** deste Edital por um período de 12 meses.

O MUNICÍPIO DE SALTO DO CÉU-MT, através de sua Comissão Permanente de Licitação, torna público a todos os interessados que o certame supra foi DESERTO.

Outras informações na sala de licitação da Prefeitura, com a Comissão Permanente de Licitação.

Salto do Céu - MT, 10 de Dezembro de 2018.

MARIA INÊS PEREIRA DA SILVA

Pregoeira Oficial

PORTARIA N.º 200/2018 DE 03 DE DEZEMBRO DE 2018

CONCEDE LICENÇA SEM REMUNERAÇÃO PARA TRATAR DE INTERESSE PARTICULAR, POR 02 (DOIS) ANOS A SERVIDORA QUE MENCIONA E, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SALTO DO CÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, exaradas no art. 49, inciso IV, da Lei orgânica do Município. Combinado com o Art.99, do inciso 1°, 2° 3° da Lei Municipal n°069 de 28 de maio de 1993.

CONSIDERANDO; O requerimento da Servidora que trata essa Portaria.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença de 02 (dois) anos, sem remuneração, para tratar de interesses particulares**,** pelo**período de 01/12/2018 a 01/12/2020 a servidora RENATA WEBER DA SILVA AZEVEDO FOCKINK,** Cargo: **ENFERMEIRA**, Órgão Unidade: Sec. Municipal de Saúde,

Art. 2º - Caberá aos órgãos competentes do Poder Executivo proceder às notações registros pertinentes e, as providências na substituição da servidora acima citada.

Art. 3º Fica assegurado os direitos funcionais legalmente adquiridos pela servidora de que trata esta portaria.

Art. 4º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua Publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Salto do Céu – MT, 03 de Dezembro de 2018.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

WEMERSON ADÃO PRATA PREFEITO MUNICIPAL

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
LICITAÇÃO DESERTA

AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA

Modalidade: **PREGÃO PRESENCIAL Nº 031/2018**

Tipo: Menor preço

Critério de julgamento: MENOR PREÇO POR ITEM.

OBJETO:"Contratação de Empresa Especializada, objetivando o **REGISTRO DE PREÇOS** para aquisição futura e fracionada de **MATERIAIS/ EQUIPAMENTOS HOSPITALARES**, para o Hospital Municipal de Salto do Céu – MT", meses, **do tipo MENOR PREÇO /ITEM,** conforme discriminado no Termo de Referência **ANEXO I**, deste Edital, por um período de 12 meses.

O MUNICÍPIO DE SALTO DO CÉU, através de sua Comissão Permanente de Licitação, torna público a todos os interessados que o certame supra, foi DESERTO.

Outras informações na sala de licitação da Prefeitura, com a Comissão Permanente de Licitação.

Salto do Céu - MT, 10 de Dezembro de 2018.

MARIA INÊS PEREIRA DA SILVA

Pregoeira Oficial

PORTARIA N.º 199/2018 DE 03 DE DEZEMBRO DE 2018.

DISPÕE DA CONTINUAÇÃO A PEDIDO DA SERVIDORA A LICENÇA PRÊMIO INTERROMPIDA PELA PORTARIA Nº 337/2013 DE 02 DE OUTUBRO DE 2018, E DÁ PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SALTO DO CÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, exaradas no art. 49, inciso IV, da Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO O requerimento com pedido de Continuação de Licença da servidora de que se trata esta Portaria; RESOLVE:

Art. 1º - Conceder continuidade de Licença Prêmio a pedido da servidora: **MARA ZELMA DA SILVA,** interrompida pela Portaria nº 337/2013 de 29 de Outubro de 2013, a mesma gozará 75 (setenta e cinco) dias, sendo de 05/12/2018 a 18/02/2019.

Art. 2º - Está portaria entrará em vigor na data de sua Publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Salto do Céu - MT, 03 de Dezembro de 2018.

REGISTRE – SE, PUBLIQUE – SE E CUMPRA – SE.

WEMERSON ADÃO PRATA PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 0385/2018, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2018.

PORTARIA Nº 0385/2018, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2018.

SÚMULA: "CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA LORECI ANA BASSE SALVALAIO".

O Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

Art. 1º. Concede Férias a servidora Loreci Ana Basse Salvalaio, portador do RG nº 975332 SSP/MT e inscrito no CPF/MF sob o nº 652.253.761-34, no período de 17/12/2018 a 31/12/2018.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Santa Rita do Trivelato – MT, 10 de Dezembro de 2018.

EGON HOEPERS

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 0388/2018, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2018.

PORTARIA Nº 0388/2018, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2018.

SÚMULA: "CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA CLEIDE ZAINI LEMOS DA SILVA RAMOS".

O Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

Art. 1º. Concede Férias a servidora Cleide Zaini Lemos da Silva Ramos, portadora do RG nº 17701783 SSP/MT e inscrito no CPF/MF sob o nº 736. 565.421-04, no período de 26/12/2018 a 24/01/2019.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Santa Rita do Trivelato – MT, 10 de Dezembro de 2018.

EGON HOEPERS

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 0384/2018, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2018.

PORTARIA Nº 0384/2018, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2018.

SÚMULA: "CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR OSVALDO CANDIDO PEREIRA SOBRINHO".

O Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

Art. 1º. Concede Férias ao servidor Efetivo Osvaldo Candido Pereira Sobrinho, portador do RG nº 1372905-5 SSP/MT e inscrito no CPF/MF sob o nº 000.243.731-76, no período de 26/12/2018 a 09/01/2019.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Santa Rita do Trivelato – MT, 10 de Dezembro de 2018.

EGON HOEPERS

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

PORTARIA Nº 0387/2018, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2018.

SÚMULA: DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA COMISSÃO EXAMINADORA DO CONCURSO PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Constituição Federal e pela Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear os servidores municipais, abaixo relacionados, para comporem a comissão examinadora do concurso público nº 001/2018, destinado ao provimento de cargos de seu quadro de pessoal, nos termos da legislação pertinente e das normas estabelecidas em edital, sendo os seguintes membros:

Presidente: Dieniffer Moura da Silva – CPF nº. 033.735.651-38;

Membro: João Ricardo Pereira de Andrade– CPF nº. 782.119.489-15;

Membro: Rogério Aparecido de Araujo – CPF nº. 034.167.211-44;

Membro: Eliezel Luiz Ramos Uruguay – CPF nº. 732.194.441-72;

Membro: Celma Regina Mendes dos Santos– CPF nº. 028.434.539-33.

Art. 2º A comissão examinadora do concurso deverá auxiliar no acompanhamento e fiscalização dos trabalhos referentes aos concursos públicos.

Art. 3º - Os trabalhos efetuados pela comissão examinadora serão considerados de relevância a Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato/ MT, porem sem ônus ao erário público.

Art. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 10 DE DEZEMBRO DE 2018.

_____

EGON HOEPERS

Prefeito municipal

Registre-se e publique-se.

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 0386/2018, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2018.

PORTARIA Nº 0386/2018, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2018.

SÚMULA: "CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR JUCELINO JONES SALVALAIO".

O Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

Art. 1º. Concede Férias ao servidor Jucelino Jones Salvalaio, portador do RG nº 13R1851966 SSP/MT e inscrito no CPF/MF sob o nº 582.918. 149-53, no período de 17/12/2018 a 31/12/2018.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Santa Rita do Trivelato – MT, 10 de Dezembro de 2018.

EGON HOEPERS

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 0389/2018, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2018.

PORTARIA Nº 0389/2018, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2018.

SÚMULA: "CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR ELIEZEL LUIZ RAMOS URUGUAY".

O Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

Art. 1º. Concede Férias ao servidor Eliezel Luiz Ramos Uruguay, portador do RG nº 1601984-9 SSP/MT e inscrito no CPF/MF sob o nº 732.194. 441-72, no período de 26/12/2018 a 26/01/2019.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Santa Rita do Trivelato – MT, 10 de Dezembro de 2018.

EGON HOEPERS

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 0390/2018, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2018.

PORTARIA Nº 0390/2018, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2018.

SÚMULA: "CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA MONIQUI EMANUELLA MARCANZONI GAJO".

O Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

Art. 1º. Concede Férias a servidora Monique Emanuella Marcanzoni Gajo, portadora do RG nº 15654290 SSP/MT e inscrito no CPF/MF sob o nº 019. 120.191-08, no período de 02/01/2019 a 17/01/2019.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Santa Rita do Trivelato – MT, 10 de Dezembro de 2018.

EGON HOEPERS

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 0391/2018, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2018.

PORTARIA Nº 0391/2018, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2018.

SÚMULA: "CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR JOÃO MARCIO ALMEIDA LOBO GAJO".

O Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

Art. 1º. Concede Férias ao servidor João Marcio Almeida Lobo Gajo, portador do RG nº 14841614 SSP/MT e inscrito no CPF/MF sob o nº 016.993. 761-58, no período de 02/01/2019 a 17/01/2019.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Santa Rita do Trivelato – MT, 10 de Dezembro de 2018.

EGON HOEPERS

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

PORTARIA Nº 0383/2018 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2018.

SÚMULA: DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO SERVIDOR PARA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO Nº 092/2018, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear o servidor Marco Antonio Soares de Lima, inscrito no CPF nº 014.924.641-20 como Fiscal do Contrato nº. 092/2018 cujo objeto é: aquisição de materiais para decoração natalina a fim de atender a secretaria de meio ambiente do municipio de Santa Rita do Trivelato/MT, conforme a Dispensa de Licitação nº 050/2018 – cuja vencedora do certame foi a D. C da Costa & CIA Ltda, inscrito no CNPJ sob nº. 70.493.804/0001-55.

Art. 2º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se demais disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 07 DE DEZEMBRO DE 2018.

_____

EGON HOEPERS

PREFEITO MUNICIPAL

Registre-se, Publique-se, afixe-se

Na data supra

CÂMARA MUNICIPAL
TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA SEM REPASSE DE RECURSOS N° 003/2018

Termo de Cooperação Técnica que entre si celebram a Prefeitura Municipal e a Câmara Municipal de Santa Rita do Trivelato - MT.

CONSIDERANDO que, nos termos do artigo 99, II do Código Civil, os bens públicos de uso especial, tais como os edifícios ou terrenos destinados a serviço ou estabelecimento da Administração Federal, estadual, territorial ou municipal, inclusive os de suas autarquias;

CONSIDERANDO a necessidade dos órgãos e entidades públicas utilizarem em conjunto o espaço que compreende o edifício da câmara municipal para a realização de atividades inerentes ao desenvolvimento das atividades e desempenho das funções administrativas (cursos, palestras, audiências públicas, etc.);

CONSIDERANDO que a Lei orgânica municipal dispõe no Art. 8º que: Ao município compete prover a tudo quanto diga respeito ao peculiar interesse e ao bem estar de sua população, cabendo-lhe, privativamente, entre outras, as seguintes atribuições: XXXIV – Executar obras de: e) edificação e **conservação de prédios públicos municipais**;

CONSIDERANDO que a prestação de serviços de manutenção do telhado da Câmara Municipal é emergencial em razão do período chuvoso, devido às infiltrações de água, está ocorrendo à deterioração do edifício e de sua mobília;

CONSIDERANDO que a manutenção preventiva de prédios públicos municipais, envolvendo os funcionários e usuários, ajuda a economizar recursos;

CONSIDERANDO que a Câmara Municipal não possui em seu quadro de servidores, pessoal habilitado para realizar manutenção do telhado;

CONSIDERANDO que o município possui junto à secretaria de obras pessoal para realizar os serviços de manutenção do telhado;

CONSIDERANDO que a cooperação mutua entre os órgãos do município contribuem para a eficiência da atuação estatal.

O MUNICIPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO - MT, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 04.253.983/0001-29, com sede na Av. Flávio Luís, 2202, Santa Rita do Trivelato - MT, 78453-000, neste representada pelo prefeito municipal, **EGON HOEP ERS**, no exercício de seu mandato, e de outro lado; **A CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO - MT,** pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 04.253.983/0001-29, com sede na Av. Flávio Luiz, 2060, centro, na cidade de Santa Rita do Trivelato/MT CEP 78.453-000 com endereço eletrônico: camara@santaritadotrivelato.mt.gov.br, neste representada pelo presidente, **JOÃO FRANCISCO BATISTELA,** ajustam entre si Termo de Cooperação Técnica, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETIVO

O presente termo tem por finalidade a cooperação técnica na cessão de servidores municipais do quadro do Executivo municipal para prestar serviços junto à Câmara Municipal, com vistas à execução de tarefas de natureza técnica e/ou administrativa namanutenção do telhado da câmara.

Parágrafo único - Fica a cargo dos servidores designados pelo Executivo municipal realizar a manutenção do telhado da Câmara Municipal, substituindo telhas e calhas com defeitos (furadas ou trincadas) e demais serviços que compreenderem a manutenção do edifício;

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS RECURSOS FINANCEIROS:

Para a execução deste Termo de cooperação, não haverá repasse de recursos financeiros às partes, sendo que os materiais que serão utilizados na manutenção foram obtidos pela câmara municipal, ou já existentes na secretaria de obras (telhas usadas).

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:

São obrigações da Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato/MT:

I – disponibilizar servidores capacitados a exercerem as atividades descritas na Cláusula Primeira e Parágrafo único, para que realize as atividades objeto do presente termo, quando solicitado no âmbito da Câmara Municipal;

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CÂMARA MUNICIPAL:

São obrigações da Câmara Municipal de Santa Rita do Trivelato/MT:

I – Solicitar ao Município o deslocamento até as imediações da Câmara Municipal nos termos deste Instrumento de Cooperação Técnica;

II – Encaminhar ao Município relatório/ficha da prestação de serviço, contendo a data da prestação do serviço, qual serviço foi prestado e assinatura servidor que realizou o serviço, conforme **Anexo I**.

CLÁUSULA QUINTA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA:

O prazo de vigência deste Termo de Cooperação Técnica inicia-se na data de sua assinatura, findando-se ao término da realização do serviço de manutenção, podendo ser renovado por vontade das partes, caso haja novos reparos a fazer.

CLÁUSULA SEXTA – DA PUBLICAÇÃO:

A publicação deste Instrumento, que é condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pela Câmara Municipal de Santa Rita do Trivelato/MT.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO CANCELAMENTO:

O Termo de Cooperação Técnica poderá ser cancelado por superveniência de norma legal ou evento que o torne material ou formalmente inexequível, ou por vontade das partes, bastante para tanto a notificação prévia de 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA OITAVA – DO FORO

As partes elegem o foro da Comarca de Nova Mutum, Estado de Mato Grosso, como competente para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Para validade do que pelas partes foi pactuado, forma-se este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo assinadas, para que surta efeitos jurídicos e legais.

Santa Rita do Trivelato – MT, 10 de Dezembro de 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO – MT

PREFEITO MUNICIPAL

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO – MT

PRESIDENTE

Testemunhas:

1. _____ 2. _____

Nome: Nome:

CPF: CPF:

ANEXO - I

Relatório de Serviços prestados à câmara Municipal - Termo de cooperação Técnica n° 003 /2018

Data	Descrição do serviço prestado	Assinatura do servidor

Santa Rita do Trivelato,_____ de _____ de_____

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO – MT

PRESIDENTE

CÂMARA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 049/2018 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2018.

PORTARIA Nº 049/2018

DE 10 DE DEZEMBRO DE 2018.

SÚMULA: "CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA **CLAUDETE MOREIRA FAGUNDES FERRON** E DÁ OUTRAS".

O Senhor **JOÃO FRANCISCO BATISTELA**, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Santa Rita do Trivelato, Estado do Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

R E S O L V E

Art. 1º - Conceder 20 dias de férias a servidora **CLAUDETE MOREIRA FAGUNDES FERRON** portadora do RG 22188509 SSP/MT CPF: 044. 538.659.29, a contar de 07/01/2019 à 26/01/2019, do período aquisitivo 2017/2018.

Art. 2º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação;

Art. 3º - Revoga a disposições em contrário.

Câmara de Vereadores de Santa Rita do Trivelato, 10 de dezembro de 2018.

João Francisco Batistela

Presidente

Registre-se, Publique-se e afixe-se

Na data supra de 10.12.2018.

CÂMARA MUNICIPAL
RETIFICAÇÃO

Retifica-se a publicação da **PORTARIA Nº 049/2018,** publicado em 07 de dezembro de 2018, ano XIII, por motivos de erro de digitação, passando a vigorar com a seguinte redação:

Onde se lê:

PORTARIA Nº 049/2018 DE 09 DE NOVEMBRO DE 2018.

Lê-se:

PORTARIA Nº 050/2018 DE 09 DE NOVEMBRO DE 2018.

As demais informações constantes na portaria n°049/2018 de em 07 de dezembro de 2018, permanecem inalteradas.

Câmara de Vereadores de Santa Rita do Trivelato, Aos 10 de dezembro de 2018.

JOÃO FRANCISCO BATISTELA

Presidente

Registre-se e Publique-se

Afixe no mural da Câmara

Na Data Supra de 10.12.2018.

COMPRAS E LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL Nº 069/2018

AVISO DE RESULTADO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 069/2018

OBJETO**Registro de preços para futura e eventual prestação de serviços para realização de exames laboratoriais, voltados a atender pacientes do Sistema Único de Saúde – SUS do município de Santa Rita do Trivelato – MT.**

Comunicamos que conforme Edital publicado em meios eletrônicos, referente ao Pregão Presencial nº 069/2018, Registro de Preços, tipo menor preço por Item, cuja abertura se deu em 07/12/2018, sagrou-se vencedora a empresa: **LABORATORIO BIOMÉDICA LTDA - ME**, devidamente cadastrada no **CNPJ Nº 09.000.532/0001-01, conforme segue abaixo:**

ITEM 1-BILIRRUBINAS TOTAIS E FRACOES							
Participante	**Proposta**	**1º Lance**	**2º Lance**	**3º Lance**	**Valor Adj.**		
Biomédica	**R$ 17,19**	R$ 15,00			**R$ 15,00**	**80**	R$ 1.200,00
ITEM 2 -SERVICO DE EXAME - DO TIPO SOROLOGIA PARA CHAGAS IGM E IGG							
Participante	**Proposta**	**1º Lance**	**2º Lance**	**3º Lance**	**Valor Adj.**		
Biomédica	**R$ 39,78**	R$ 35,00			**R$ 35,00**	**30**	R$ 1.050,00
ITEM 3- CITOMEGALOVIRUS IGG							
Participante	**Proposta**	**1º Lance**	**2º Lance**	**3º Lance**	**Valor Adj.**		
Biomédica	**R$ 31,99**	R$ 29,00			**R$ 29,00**	**50**	R$ 1.450,00
ITEM 4-CITOMEGALOVIRUS IGM							
Participante	**Proposta**	**1º Lance**	**2º Lance**	**3º Lance**	**Valor Adj.**		
Biomédica	**R$ 35,66**	R$ 31,10			**R$ 31,10**	**50**	R$ 1.555,00
ITEM 5 - COOMBS DIRETO							
Participante	**Proposta**	**1º Lance**	**2º Lance**	**3º Lance**	**Valor Adj.**		
Biomédica	**R$ 16,13**	R$ 13,10			**R$ 13,10**	**30**	R$ 393,00
ITEM 6 -COOMBS INDIRETO							
Participante	**Proposta**	**1º Lance**	**2º Lance**	**3º Lance**	**Valor Adj.**		
Biomédica	**R$ 17,23**	R$ 15,23			**R$ 15,23**	**50**	R$ 761,50
ITEM 7- CA125 (DO TIPO MARCADORES TUMORAIS)							
Participante	**Proposta**	**1º Lance**	**2º Lance**	**3º Lance**	**Valor Adj.**		
Biomédica	**R$ 40,70**	R$ 35,70			**R$ 35,70**	**30**	R$ 1.071,00
ITEM 8 - CA119(SERVICO DE EXAME - DO TIPO MARCADORES TUMORAIS)							
Participante	**Proposta**	**1º Lance**	**2º Lance**	**3º Lance**	**Valor Adj.**		
Biomédica	**R$ 40,41**	R$ 36,41			**R$ 36,41**	**30**	R$ 1.092,30
ITEM 9-ESTRADIOL							
Participante	**Proposta**	**1º Lance**	**2º Lance**	**3º Lance**	**Valor Adj.**		
Biomédica	**R$ 28,15**	R$ 25,15			**R$ 25,15**	**50**	R$ 1.257,50
ITEM 10 - FAN (FATOR ANTI NUCLEAR FAN)							
Participante	**Proposta**	**1º Lance**	**2º Lance**	**3º Lance**	**Valor Adj.**		
Biomédica	**R$ 25,25**	R$ 20,25			**R$ 20,25**	**60**	R$ 1.215,00
ITEM 11 -HORMONIO FOLICULO ESTIMULANTE FSH							
Participante	**Proposta**	**1º Lance**	**2º Lance**	**3º Lance**	**Valor Adj.**		
Biomédica	**R$ 24,09**	R$ 22,09			**R$ 22,09**	**80**	R$ 1.767,20
ITEM 12 - FOSFATASE ALCALINA							
Participante	**Proposta**	**1º Lance**	**2º Lance**	**3º Lance**	**Valor Adj.**		
Biomédica	**R$ 14,12**	R$ 12,10			**R$ 12,10**	**100**	R$ 1.210,00
ITEM 13 - SERVICO DE EXAME - DO TIPO FTA ABS IGG							

Participante	Proposta	1º Lance	2º Lance	3º Lance	Valor Adj.		
Biomédica	R$ 38,93	R$ 36,93			R$ 36,93	100	R$ 3.693,00
ITEM 14 - SERVICO DE EXAME - DO TIPO FTA ABS IGM							
Participante	Proposta	1º Lance	2º Lance	3º Lance	Valor Adj.		
Biomédica	R$ 34,89	R$ 30,89			R$ 30,89	100	R$ 3.089,00
ITEM 15 - GAMA GT							
Participante	Proposta	1º Lance	2º Lance	3º Lance	Valor Adj.		
Biomédica	R$ 13,36	R$ 10,36			R$ 10,36	100	R$ 1.036,00
ITEM 16 -HEMOGLOBINA GLICOSILADA							
Participante	Proposta	1º Lance	2º Lance	3º Lance	Valor Adj.		
Biomédica	R$ 23,32	R$ 20,32			R$ 20,32	220	R$ 4.470,40
ITEM 17 -HANTAVIROSE IGM/IGG							
Participante	Proposta	1º Lance	2º Lance	3º Lance	Valor Adj.		
Biomédica	R$ 732,67	R$ 509,00			R$ 509,00	40	R$ 20.360,00
ITEM 18 -ANTIGENO PROSTATICO ESPECIFICO PSA TOTAL (DOSAGEM)							
Participante	Proposta	1º Lance	2º Lance	3º Lance	Valor Adj.		
Biomédica	R$ 34,02	R$ 29,00			R$ 29,00	200	R$ 5.800,00
ITEM 19 - ANTIGENO PROSTATICO ESPECIFICO PSA LIVRE							
Participante	Proposta	1º Lance	2º Lance	3º Lance	Valor Adj.		
Biomédica	R$ 28,53	R$ 25,00			R$ 25,00	200	R$ 5.000,00
ITEM 20 - SOROLOGIA RUBEOLA IGG							
Participante	Proposta	1º Lance	2º Lance	3º Lance	Valor Adj.		
Biomédica	R$ 26,69	R$ 22,69			R$ 22,69	200	R$ 4.538,00
ITEM 21 - SOROLOGIA RUBEOLA IGM							
Participante	Proposta	1º Lance	2º Lance	3º Lance	Valor Adj.		
Biomédica	R$ 30,34	R$ 25,34			R$ 25,34	200	R$ 5.068,00
ITEM 22 -TIPAGEM SANGUINEA							
Participante	Proposta	1º Lance	2º Lance	3º Lance	Valor Adj.		
Biomédica	R$ 21,83	R$ 17,80			R$ 17,80	50	R$ 890,00
ITEM 23 -SOROLOGIA TOXOPLASMOSE IGG							
Participante	Proposta	1º Lance	2º Lance	3º Lance	Valor Adj.		
Biomédica	R$ 30,09	R$ 26,09			R$ 26,09	200	R$ 5.218,00
ITEM 24 -SOROLOGIA TOXOPLASMOSE IGM							
Participante	Proposta	1º Lance	2º Lance	3º Lance	Valor Adj.		
Biomédica	R$ 27,68	R$ 24,68			R$ 24,68	200	R$ 4.936,00
ITEM 25 - DOSAGEM DE HORMÔNIO TIROXINA LIVRE (T4L)							
Participante	Proposta	1º Lance	2º Lance	3º Lance	Valor Adj.		
Biomédica	R$ 29,59	R$ 22,59			R$ 22,59	320	R$ 7.228,80
ITEM 26 - DOSAGEM DE HORMÔNIO TIROXINA LIVRE (T4)							
Participante	Proposta	1º Lance	2º Lance	3º Lance	Valor Adj.		
Biomédica	R$ 27,92	R$ 22,59			R$ 22,59	80	R$ 1.807,20
ITEM 27 -DOSAGEM DE HORMÔNIO TRI-IODOTIRONINA LIVRE (T3L)							
Participante	Proposta	1º Lance	2º Lance	3º Lance	Valor Adj.		
Biomédica	R$ 29,48	R$ 22,59			R$ 22,59	80	R$ 1.807,20
ITEM 28 - DOSAGEM DE HORMÔNIO TRI-IODOTIRONINA LIVRE (T3)							
Participante	Proposta	1º Lance	2º Lance	3º Lance	Valor Adj.		
Biomédica	R$ 21,94	R$ 19,94			R$ 19,94	100	R$ 1.994,00
ITEM 29 - TSH PROVA DO TRH - TSH DOSAGEM DO TSH)							
Participante	Proposta	1º Lance	2º Lance	3º Lance	Valor Adj.		
Biomédica	R$ 22,62	R$ 19,62			R$ 19,62	280	R$ 5.493,60
ITEM 30-ANTI-HBS							
Participante	Proposta	1º Lance	2º Lance	3º Lance	Valor Adj.		
Biomédica	R$ 35,25	R$ 30,25			R$ 30,25	100	R$ 3.025,00
ITEM 31 -ANTI-HCV							
Participante	Proposta	1º Lance	2º Lance	3º Lance	Valor Adj.		
Biomédica	R$ 44,52	R$ 39,52			R$ 39,52	100	R$ 3.952,00
ITEM 32 - SOROLOGIA LEISHMANIOSE IGM							
Participante	Proposta	1º Lance	2º Lance	3º Lance	Valor Adj.		
Biomédica	R$ 53,67	R$ 43,67			R$ 43,67	50	R$ 2.183,50
ITEM 33 - SOROLOGIA LEISHMANIOSE IGG							
Participante	Proposta	1º Lance	2º Lance	3º Lance	Valor Adj.		
Biomédica	R$ 53,67	R$ 40,67			R$ 40,67	50	R$ 2.033,50
ITEM 34 -IGE ESPECÍFICO POEIRA HX2							
Participante	Proposta	1º Lance	2º Lance	3º Lance	Valor Adj.		
Biomédica	R$ 46,44	R$ 36,44			R$ 36,44	20	R$ 728,80
ITEM 35 -IGE ESPECÍFICO EX1							
Participante	Proposta	1º Lance	2º Lance	3º Lance	Valor Adj.		
Biomédica	R$ 46,44	R$ 36,44			R$ 36,44	20	R$ 728,80

ITEM 36 -IGE ESPECÍFICO GRAMA GX1							
Participante	**Proposta**	**1º Lance**	**2º Lance**	**3º Lance**	**Valor Adj.**		
Biomédica	**R$ 34,67**	R$ 30,67			**R$ 30,67**	**20**	R$ 613,40
ITEM 37 -IGE ESPECÍFICO FUNGOS MX1							
Participante	**Proposta**	**1º Lance**	**2º Lance**	**3º Lance**	**Valor Adj.**		
Biomédica	**R$ 46,44**	R$ 36,44			**R$ 36,44**	**20**	R$ 728,80
ITEM 38 -CPK CREATINA FOSFOQUINASE							
Participante	**Proposta**	**1º Lance**	**2º Lance**	**3º Lance**	**Valor Adj.**		
Biomédica	**R$ 19,52**	R$ 15,50			**R$ 15,50**	**20**	R$ 310,00
ITEM 39 - CKMB CREATINO FOSFOQUINASE DE FRACAO							
Participante	**Proposta**	**1º Lance**	**2º Lance**	**3º Lance**	**Valor Adj.**		
Biomédica	**R$ 21,77**	R$ 18,77			**R$ 18,77**	**20**	R$ 375,40
ITEM 40 - AMILASE							
Participante	**Proposta**	**1º Lance**	**2º Lance**	**3º Lance**	**Valor Adj.**		
Biomédica	**R$ 13,59**	R$ 10,59			**R$ 10,59**	**20**	R$ 211,80
ITEM 41 -LIPIDOGRAMA							
Participante	**Proposta**	**1º Lance**	**2º Lance**	**3º Lance**	**Valor Adj.**		
Biomédica	**R$ 47,30**	R$ 42,30			**R$ 42,30**	**700**	R$ 29.610,00
ITEM 42 -DOSAGEM DE LITIO							
Participante	**Proposta**	**1º Lance**	**2º Lance**	**3º Lance**	**Valor Adj.**		
Biomédica	**R$ 20,86**	R$ 15,82			**R$ 15,82**	**70**	R$ 1.107,40
ITEM 43 - DOSAGEM DE SÓDIO							
Participante	**Proposta**	**1º Lance**	**2º Lance**	**3º Lance**	**Valor Adj.**		
Biomédica	**R$ 14,07**	R$ 12,07			**R$ 12,07**	**50**	R$ 603,50
ITEM 44 -DOSAGEM DE POTÁSSIO							
Participante	**Proposta**	**1º Lance**	**2º Lance**	**3º Lance**	**Valor Adj.**		
Biomédica	**R$ 16,46**	R$ 13,46			**R$ 13,46**	**50**	R$ 673,00
ITEM 45 -DOSAGEM DE MAGNÉSIO							
Participante	**Proposta**	**1º Lance**	**2º Lance**	**3º Lance**	**Valor Adj.**		
Biomédica	**R$ 14,04**	R$ 12,04			**R$ 12,04**	**50**	R$ 602,00
ITEM 46 -DOSAGEM DE CÁLCIO							
Participante	**Proposta**	**1º Lance**	**2º Lance**	**3º Lance**	**Valor Adj.**		
Biomédica	**R$ 12,12**	R$ 10,12			**R$ 10,12**	**50**	R$ 506,00
ITEM 47 -CONTAGEM DE RETICULOCITOS							
Participante	**Proposta**	**1º Lance**	**2º Lance**	**3º Lance**	**Valor Adj.**		
Biomédica	**R$ 13,21**	R$ 10,21			**R$ 10,21**	**50**	R$ 510,50
ITEM 48 -FERRITINA							
Participante	**Proposta**	**1º Lance**	**2º Lance**	**3º Lance**	**Valor Adj.**		
Biomédica	**R$ 27,40**	R$ 22,40			**R$ 22,40**	**50**	R$ 1.120,00
ITEM 49 - FERRO SERICO							
Participante	**Proposta**	**1º Lance**	**2º Lance**	**3º Lance**	**Valor Adj.**		
Biomédica	**R$ 18,08**	R$ 15,08			**R$ 15,08**	**50**	R$ 754,00
ITEM 50 - PTH – HORMONIO PARATIREOIDE							
Participante	**Proposta**	**1º Lance**	**2º Lance**	**3º Lance**	**Valor Adj.**		
Biomédica	**R$ 35,81**	R$ 30,81			**R$ 30,81**	**50**	R$ 1.540,50
ITEM 51- ALBUMINA							
Participante	**Proposta**	**1º Lance**	**2º Lance**	**3º Lance**	**Valor Adj.**		
Biomédica	**R$ 13,66**	R$ 10,66			**R$ 10,66**	**50**	R$ 533,00
				Total	**R$ 148.902,60**		

Publique-se e afixe-se.

Santa Rita do Trivelato – MT, 07 de dezembro de 2018.

MARIA CILENE PEREIRA

Pregoeira Oficial

Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato - MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TEREZINHA

AVISO DE RESULTADO LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 34/2018, 35/2018, RDC 01/2018

PREGÃO PRESENCIAL – N.º 34/2018

O MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA Estado Mato Grosso, por intermédio de seu Pregoeiro GUSTAVO KOVALSKI designado pela portaria nº 075/17-GP de 06 de julho de 2017, torna público o resultado final do processo supra citado, cujo objeto: Aquisição de um Caminhão Basculante toco, peso bruto mínimo de 14300 kg, distancia mínima entre eixos 3,56 m, potencia mínima de 185 cv, com ar condicionado, com caçamba metálica basculante com capacidade de 8m³. para sec. Municipal de agricultura em execução de atividade de construção e conservação de estradas vicinais deste município de santa Terezinha-MT. O Pregoeiro declarar vencedor do certame a empresa EXTRA MAQUINAS S/A inscrito no CNPJ Nº 19. 293.041/0002-22. Não havendo interposição de recurso, o objeto da licitação fica adjudicado ao classificado conforme acima mencionado. Terezinha–MT, 10 de dezembro de 2018.GUSTAVO KOVALSKI-Pregoreiro.

PREGÃO PRESENCIAL – N.º 35/2018

O MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA Estado Mato Grosso, por intermédio de seu Pregoeiro GUSTAVO KOVALSKI designado pela portaria nº 075/17-GP de 06 de julho de 2017, torna público o resultado final do processo supra citado, cujo objeto: aquisição de um veículo pick-up cabine dupla 4x4,para transporte de passageiros motor turbo diesel, com as características aproximadas: motorização mínima de 140 CV , cambio manual, capacidade de cinco passageiros, ar condicionado, direção hidráulica, trio elétrico (trava,vidro,alarme)freios abs e airbg duplo, com protetor de caçamba e estribos laterais, para uso da Secretaria Municipal de Administração. O Pregoeiro declarar vencedor do certame a empresa TATIANA CAPITANIO-VEICULOS inscrito no CNPJ Nº 09.103.941/0001-25. Não havendo interposição de recurso, o objeto da licitação fica adjudicado ao classificado conforme acima mencionado. Terezinha–MT, 10 de dezembro de 2018.GUSTAVO KOVALSKI-Pregoeiro.

MODALIDADE: **RDC PRESENCIAL 01/2018.**

Tipo: Menor Preço por item

Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Santa Terezinha - MT, torna público aos interessados que na modalidade de RDC-PRESENCIAL N° 01/2018, cuja abertura ocorreu às 11:00 horas do dia 10/12/2018, na sede da Prefeituratendo como objeto: **Elaboração e execução de projetos para Construção de pontes de concreto armado, para atender a Secretaria Municipal de Viação e Obras Públicas, conforme condições e especificações estabelecidas no Edital e seus anexos. , S**agrou-se vencedora Empresa **CONSTRUTORA JURUENA LTDA,** inscrita no CNPJ Nº 04.292.274/0001-52, com o valor global do item 01 de R$ 482.300,00 (quatrocentos e oitenta e dois mil trezentos reais) e do item 02 de R$ 361.500,00 (trezentos e sessenta e um, quinhentos reais). e do item 03 de R$ 1.190.500,00 (hum milhão, cento e noventa mil, quinhentos reais). e do item 04 de R$ 723.500,00(setecentos e vinte e três mil, quinhentos reais). O valor orçado para os 04 itens era de R$ 2.778.973,22(dois milhões setecentos e setenta e oito mil, novecentos e setenta e três reais e vinte e dois sentavos) não havendo interposição de recurso, o objeto da licitação será adjudicado e homologado a proponente acima mencionada. Santa Terezinha – MT, em 10 de dezembro de 2018. JACKSON LUCENA BONILHA - Pres. da Com. P. de Licitação.

PORTARIA 01/SMEC/2018

PORTARIA Nº 001/ SMEC /2018

13 DE NOVEMBRO DE 2018

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA COMISSÃO COORDENADORA DO PROCESSO DE INSCRIÇÃO E CONTAGEM DE PONTOS 001/2018 ANÁLISE ESPECIFICAMENTE PARA OS SERVIDORES EFETIVOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE SANTA TEREZINHA-MT E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

A Sra. ALDACI DE FÁTIMA BRAMBILA, Secretária Municipal de Educação e Cultura do município de Santa Terezinha-MT, no uso de suas atribuições legais, conferidos na Portaria nº 095/2017,

Considerando o cumprimento do calendário escolar de no mínimo 200 dias letivos e que não pode ser prejudicado pelo atraso na disponibilidade de profissionais devidamente atribuídos nos cargos/função;

Considerando que o ano letivo terá inicio no dia 11 de fevereiro de 2019 Considerando a Lei Estadual Complementar nº 12/1992 e a resolução de consulta nº 14/2010 exarada pelo TCE que autoriza a seleção simplificada por analise curricular/contagem de pontos;

Considerando o levantamento de vagas para contratos temporários para o exercício do ano letivo de 2019

RESOLVE:

Art. 1º Nomear os membros abaixo descritos sob a presidência como se apresenta em ordem sequencial a comporem a Comissão Organizadora do Processo de Inscrição de Contagem de pontos conforme portaria nº 001/2018 – Analise Curricular, destinada à atribuição da jornada de trabalho dos profissionais efetivos: Professores, Técnico Administrativo Educacional, Apoio Administrativo Educacional da rede Pública Municipal de Ensino os seguintes membros:

1º Rosilene Ferreira Bezerra (Presidente) (Assessora Pedagógica) 2º Ivanelza Nascimento Santos Lopes(coordenadora da educação infantil) 3º Nilza Alves Santos Rodrigues (Técnica Administrativa)

4º Rodrigo Pereira Luz (representante da Secretaria Municipal de Educação)

5º Ronivon Costa de Souza (presidente do Sintep)

6 º José Maria Pereira Barros (representante da câmara de vereadores de Santa Terezinha-MT)

7 º Ruberley Gomes de Rezende (representante da Administração)

Art. 2º A presente Comissão ficará encarregada de tomar todas às providencias necessárias para a realização do Processo de Inscrição e Contagem de Pontos obedecendo fielmente aos ordenamentos legais pertinentes.

Art. 3º A comissão Organizadora o Processo de Contagem de Pontos deverá promover a divulgação e encarregar-se do recebimento das inscrições, avaliação dos títulos e publicação do resultado final, com encaminhamento às autoridades competentes.

Art. 4º É de competência do presidente desta Comissão solicitar junto ao poder executivo Municipal, todos os recursos materiais, humanos e financeiros necessários à consecução do objetivo desta Portaria, bem como se encarregar da organização do local onde serão realizadas as contagem de pontos e a definição de horário forma de atendimento aos profissionais.

Art. 5º A presente comissão deverá arquivar na Secretaria Municipal de Educação e Cultura toda a documental solicitados no Processo Inscrição e Contagem de Pontos, para fins de averiguações caso de façam necessários.

Art. 6º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação

Art. 7º Ficam revogadas as disposições em contrario.

Santa Terezinha-MT, 13 de novembro de 2018

_____

ALDACI DE FÁTIMA BRAMILA

Secretária Municipal de Educação

Portaria 095/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AFONSO

PORTARIA MUNICIPAL Nº 135/2018

EMENTA: DISPÕE SOBRE RESCISÃO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR TEMPO DETERMINADO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

*COM AS GRAÇAS DE **DEUS** E EM NOME DO INTERESSE PÚBLICO*,

JOABE ALMEIDA DOS SANTOS, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SANTO AFONSO, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, CONSOANTE AS NORMAS GERAIS DE DIREITO PÚBLICO, OBSERVADO O QUE DISPÕE O ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, A ESTRUTURA ADMINISTRATIVA E O PLANO DE CARGOS E SALÁRIOS, EXPEDE A SEGUINTE PORTARIA

R E S O L V E N D O

Art. 1º Tornar público o encerramento de CONTRATO ADMINISTRATIVO de Prestação de Serviços por tempo determinado, conforme relacionado a baixo:

Nº.	Vigência	Data da Rescisão	CONTRATADO	OBJETO
08	02/01/2018 A 31/12/2018	05/12/2018	GRACIELA LOPES DANIEL	EXECUÇÃO DE SERVIÇOS PESSOAIS E PROFISSIONAIS COMO PSICOLOGA, PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE COM 20 (VINTE) HORAS SEMANAIS, SENDO DE INTERESSE PÚBLICO DA MUNICIPALIDADE.
09	02/01/2018 A 31/12/2018	05/12/2018	EUNICE CAMARGO SCARPATT	EXECUÇÃO DE SERVIÇOS PESSOAIS E PROFISSIONAIS COMO ASSISTENTE SOCIAL, PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE 20 (VINTE) HORAS SEMANAIS, SENDO DE INTERESSE PÚBLICO DA MUNICIPALIDADE.

Art. 2º O encerramento ocorre por conveniência administrativa, e não haverá prejuízo para as partes.

Parágrafo Único: As despesas decorrentes da rescisão serão por conta da Municipalidade.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos em 05 de Dezembro de 2018.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTO AFONSO-MT, EM 10 DE DEZEMBRO DE 2018.

JOABE ALMEIDA DOS SANTOS

CPF/MF 567.930.141-53 **– RG** 865415 SSP/MT

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA MUNICIPAL N.º 136/2018

"DISPÕE SOBRE A CEDÊNCIA DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL PARA OUTRO ORGÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

JOABE ALMEIDA DOS SANTOS, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SANTO AFONSO, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS CONFERIDAS PELA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL, CONSTITUIÇÃO FEDERAL E DEMAIS DISPOSIÇÕES ATINENTES À MATÉRIA,

Resolve:

Art. 1º - Fica cedido, com ônus para o órgão de origem, o servidor público municipal ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Fiscalização, lotado na Secretaria Municipal de Fazenda Sr. **Valteir da Silva Neves**, brasileiro, portador do RG nº. 16687060 SSP/MT e CPF nº. 032.513.591-69, para prestar os seus serviços para a SEFAZ-MT (Secretaria de Estado de Fazenda de Mato Grosso) pela Unidade Municipal de Serviços Conveniada - USC.

Art. 2º -A Cedência prevista no artigo anterior, vigorará por um período de 01 (um) ano, podendo ser renovada mediante expedição de nova Portaria.

Art. 3º - Fica de responsabilidade pela a assiduidade, monitoramento e desempenho do servidor a Unidade Municipal de Serviços Conveniada - USC.

Art. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTO AFONSO-MT, EM 10 DE DEZEMBRO DE 2018.

JOABE ALMEIDA DOS SANTOS

CPF/MF 567.930.141-53 – RG 865415 SSP/MT

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

Registrado e Publicado na data supra, na forma da lei.

PORTARIA MUNICIPAL Nº 134/2018

EMENTA: EXONERA CHEFE DE DIVISÃO DE ATENÇÃO BÁSICA (PSF) DO MUNICÍPIO DE SANTO AFONSO-MT.

*COM AS GRAÇAS DE **DEUS** E EM NOME DO INTERESSE PÚBLICO*, **JOABE ALMEIDA DOS SANTOS**, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SANTO AFONSO, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, CONSOANTE AS NORMAS GERAIS DE DIREITO PÚBLICO, OBSERVADO O QUE DISPÕE O ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, A ESTRUTURA ADMINISTRATIVA E O PLANO DE CARGOS E SALÁRIOS, EXPEDE A SEGUINTE PORTARIA.

R E S O L V E N D O

Art. 1º Fica exonerada a **Sra. Ludmila Scarpatt Felisbino ,** brasileira, portadora da Cédula e Identidade RG nº 23924195 SSP/MT, inscrita no CPF/MF sob o nº 045.819.361-52, do cargo de provimento em comissão de **CHEFE DE DIVISÃO DE ATENÇÃO BÁSICA (PSF)**do Poder Executivo deste Município de Santo Afonso-MT.

Art. 2º A exoneração ocorre por conveniência administrativa, e os direitos decorrentes, se houverem, correrão por conta da municipalidade, de acordo com a lei.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos em 01 de Dezembro de 2018.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTO AFONSO-MT, EM 10 DE DEZEMBRO DE 2018.

JOABE ALMEIDA DOS SANTOS

CPF/MF 567.930.141-53 **– RG** 865415 SSP/MT

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

Registrado e Publicado na data supra, na forma da lei.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DE LEVERGER

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS
ATO Nº 148/GP/2018

ATO Nº 148/GP/2018

O Prefeito Municipal de Santo Antonio de Leverger-MT, Sr. **VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO**, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Nomear a Sra. **LEDA CRISTINA VITAL**, para exercer o cargo em Comissão de Secretária Executiva, lotando-a no Gabinete do Prefeito, com efeito retroativo, a partir de 22 de outubro de 2018.

Registra-se,

Publica-se,

Cumpra-se.

Paço Municipal “Marechal Rondon”, Santo Antonio de Leverger-MT, 01 de novembro de 2018.

VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 298/GP/2018

PORTARIA Nº 298/GP/2018

O Prefeito Municipal de Santo Antonio de Leverger-MT, Sr. **VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO**, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o artigo 82, inciso II, letra “a” da Lei Orgânica do Município e em

conformidade com o que dispõe na Lei nº 1.027/GP/2009 e Processo nº 1740/2018.

RESOLVE:

Enquadrar a Servidora Efetiva MARIA CAROLINA MANDÚ VILELA XAVIER, ocupante do cargo de Psicóloga, lotada na Secretaria Municipal de Assistência e Promoção Social, na Classe B, Referencia 02 do Anexo 02, com efeito retroativo a partir de 05 de setembro de 2018.

Registra-se,

Publica-se,

Cumpra-se.

Paço Municipal “Marechal Rondon”, Santo Antonio de Leverger-MT, 29 de outubro de 2018.

VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 306/GP/2018

PORTARIA Nº 306/GP/2018

O Prefeito Municipal de Santo Antonio de Leverger-MT, Sr. **VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO**, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Tornar sem efeito a Portaria nº 087/GP/2018, que designou a servidora efetiva **ESTELA EDLAINE DE OLIVEIRA**, Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação Esporte e Lazer, para responder como Coordenadora Pedagógica, das seguintes Unidades Escolares: EMEB Cisne Azul / Lixá, EMEB Pombinha Branca / Fronteira, EMEB Pingo de Ouro / Cohab Marechal Rondon, EMEB Lar Menino Jesus / Varginha e EMEB Antonio Ferreira da Silva Neto / Engenho Velho, com efeito retroativo, a partir de 03 de Junho de 2018.

Registra-se,

Publica-se,

Cumpra-se.

Paço Municipal “Marechal Rondon”, Santo Antonio de Leverger-MT, 21 de novembro de 2018.

VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 307/GP/2018

PORTARIA Nº 307/GP/2018

O Prefeito Municipal de Santo Antonio de Leverger-MT, Sr. **VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO**, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Artigo 1º - Designar a Servidora Efetiva **Estela Edlaine de Oliveira**, responder como Assessora Pedagógica de acordo com a Lei 1.131/GP/2014, Capítulo I, artigo 2º, inciso I, o assessoramento está centralizada no espaço da Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer.

Artigo 2º - A função de Assessora Pedagógica conforme Capítulo II, Seção I, Artigo 3º, inciso II, Letra c, tem a incumbência de fornecer orientação técnica e administrativa às Unidades Escolares públicas e privadas, assessorar técnica e administrativamente as Unidades Escolares da Secretaria Municipal de Educação, orientar e acompanhar a aplicação da legislação educacional e administrativa, aprovar, monitorar, manter sob seu controle o quantitativo de pessoal, emitir parecer, subsidiar, dar atendimento e resposta em tempo hábil às solicitações, encaminhar, articular, expedir, chancelar, elaborar, participar do processo de elaboração dos atos administrativos no que refere à atribuição de classes e/ou aulas.

Artigo 3º - Esta Portaria entrará em vigor, com efeito retroativo, a partir de 04 de Junho de 2018.

Registra-se, Publica-se, Cumpra-se.

Paço Municipal “Marechal Rondon”, Santo Antonio de Leverger-MT, 21 de novembro de 2018.

VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 308/GP/2018

PORTARIA Nº 308/GP/2018

O Prefeito Municipal de Santo Antonio de Leverger-MT, Sr. **VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO**, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Artigo 1º - Designar a Professora Efetiva **Harielle Fagma Aparecida de Oliveira Conceição**, responder como Coordenadora Pedagógica de acordo com a Lei 1.131/GP/2014, Capítulo I, artigo 2º, inciso I, o assessoramento está centralizada no espaço da Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer.

Artigo 2º - A função de Coordenadora Pedagógica conforme Capítulo II, Seção I, Artigo 3º, inciso II, Letra b, tem a incumbência de investigar, criar, proporcionar, participar, coordenar, articular, acompanhar, coletar, analisar, divulgar, desenvolver, avaliar, propor e incentivar a implantação e implementação de medidas e ações que contribuam para promover a melhoria da qualidade de ensino e o sucesso escolar dos alunos.

Artigo 3º - Esta Portaria entrará em vigor, com efeito retroativo, a partir de 01 de Agosto de 2018.

Registra-se, Publica-se, Cumpra-se.

Paço Municipal “Marechal Rondon”, Santo Antonio de Leverger-MT, 21 de novembro de 2018.

VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº 062/GP/2018

DECRETO Nº 062/GP/2018

“DECLARA LUTO EM SANTO ANTONIO DE LEVERGER PELO FALECIMENTO DA SENHORA ANA REGINA PAES DA ROSA”.

O Senhor **VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO,** Prefeito do Município de Santo Antonio de Leverger, no uso das atribuições que lhe são asseguradas pela legislação em vigor;

DECRETA:

Art. 1º Luto no Município de Santo Antonio de Leverger, por 03 (três) dias contados desta data, pelo falecimento da Senhora **ANA REGINA PAES DA ROSA**, ocorrido no dia 09/12/2018, que, em vida, prestou serviços públicos ao município de Santo Antonio de Leverger.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua afixação no átrio do Poder Executivo Municipal, e publicação simultânea no órgão de imprensa oficial do Município, aos moldes da Lei Orgânica Municipal.

Registrada, Publicada, Cumpra-se.

Santo Antonio de Leverger - MT, 10 de dezembro de 2018.

VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 309/GP/2018

PORTARIA Nº 309/GP/2018

O Prefeito Municipal de Santo Antônio de Leverger-MT, Sr. **VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO**, no uso de suas atribuições legais,

Considerando que na Emenda Constitucional nº 19, de 04 de junho de 1998, em seu artigo 6º, ficou assegurado aos servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público a estabilidade após 03 (três) anos de efetivo exercício;

Considerando que o período de estágio probatório de 03 (três) anos da servidora fora concluído em 23 de novembro de 2018;

Considerando o termo do artigo 10, parágrafo 1º do Decreto nº 49/GP/2016;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica declarado estável no serviço público municipal, nos termos do artigo 6º da Emenda Constitucional nº 19/98, a servidora **CAROLINE MARIA DE LIMA**, no cargo de Professora de Educação Física, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer.

Art. 2º - A estabilidade a que se refere o artigo anterior passa a contar com efeito retroativo a partir de 23 de novembro de 2018.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registra-se, Publica-se e Cumpra-se.

Paço Municipal “Marechal Rondon”, Santo Antônio de Leverger-MT, 23 de novembro de 2018.

VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 310/GP/2018

PORTARIA Nº 310/GP/2018

O Prefeito Municipal de Santo Antônio de Leverger-MT, Sr. **VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO**, no uso de suas atribuições legais,

Considerando que na Emenda Constitucional nº 19, de 04 de junho de 1998, em seu artigo 6º, ficou assegurado aos servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público a estabilidade após 03 (três) anos de efetivo exercício;

Considerando que o período de estágio probatório de 03 (três) anos da servidora fora concluído em 23 de novembro de 2018;

Considerando o termo do artigo 10, parágrafo 1º do Decreto nº 49/GP/2016;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica declarado estável no serviço público municipal, nos termos do artigo 6º da Emenda Constitucional nº 19/98, a servidora **JUCILÉIA PEREIRA DE AZEVEDO**, no cargo de Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer.

Art. 2º - A estabilidade a que se refere o artigo anterior passa a contar com efeito retroativo a partir de 23 de novembro de 2018.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registra-se, Publica-se e Cumpra-se.

Paço Municipal “Marechal Rondon”, Santo Antônio de Leverger-MT, 23 de novembro de 2018.

VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 312/GP/2018

PORTARIA Nº 312/GP/2018

O Prefeito Municipal de Santo Antonio de Leverger-MT, Sr. **VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO**, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o artigo 82, inciso II, letra “a” da Lei Orgânica do Município e em conformidade com o que dispõe no Processo nº 1.895/2018.

RESOLVE:

Enquadrar a Servidora Efetiva, LUCILA PATRICIA PINTO CORREA COSTA, ocupante do cargo de Agente de Saúde, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, no Anexo 04, Classe B, Referencia 09, com efeito retroativo a partir de 25 de setembro de 2018.

Registra-se,

Publica-se,

Cumpra-se.

Paço Municipal “Marechal Rondon”, Santo Antonio de Leverger-MT, 27 de novembro de 2018.

VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 315/GP/2018

PORTARIA Nº 315/GP/2018

O Prefeito Municipal de Santo Antonio de Leverger-MT, Sr. **VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO**, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o artigo 82, inciso II, letra “a” da Lei Orgânica do Município e em conformidade com o que dispõe na Lei nº 1.027/GP/2009 e Processo nº 1749/2018.

RESOLVE:

Enquadrar a Servidora Efetiva ROSINALVA PINTO DE MAGALHÃES, ocupante do cargo de Técnica em Enfermagem, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, na Classe B, Referencia 02 do Anexo 03, com efeito retroativo a partir de 11 de outubro de 2018.

Registra-se,

Publica-se,

Cumpra-se.

Paço Municipal “Marechal Rondon”, Santo Antonio de Leverger-MT, 30 de novembro de 2018.

VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 297/GP/2018

PORTARIA Nº 297/GP/2018

O Prefeito Municipal de Santo Antonio de Leverger-MT, Sr. **VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO**, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o artigo 82, inciso II, letra “a” da Lei Orgânica do Município e em conformidade com o que dispõe na Lei nº 1.027/GP/2009 e Processo nº 1. 870/2018.

RESOLVE:

Enquadrar o Servidor Efetivo, **ADRIANO DE LARA GIACUNO**, ocupante do cargo de Odontólogo, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, na Classe B, Referencia 02 do Anexo 02, com efeito retroativo a partir de 20 de setembro de 2018.

Registra-se,

Publica-se,

Cumpra-se.

Paço Municipal “Marechal Rondon”, Santo Antônio de Leverger-MT, 29 de outubro de 2018.

VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 318/GP/2018

PORTARIA Nº 318/GP/2018

O Prefeito Municipal de Santo Antonio de Leverger-MT, Sr. **VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO**, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o artigo 82, inciso II, letra “a” da Lei Orgânica do Município e em conformidade com o que dispõe na Lei nº 1.027/GP/2009 e Processo nº 2114/2018.

RESOLVE:

Enquadrar a Servidora Efetiva ANDREA GOMES DA COSTA E SILVA, ocupante do cargo de Fisioterapeuta, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, na Classe B, Referencia 01 do Anexo 02, com efeito retroativo a partir de 06 de novembro de 2018.

Registra-se,

Publica-se,

Cumpra-se.

Paço Municipal “Marechal Rondon”, Santo Antonio de Leverger-MT, 30 de novembro de 2018.

VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS
ATO Nº 145/GP/2018

ATO Nº 145/GP/2018

O Prefeito Municipal de Santo Antonio de Leverger-MT, Sr. **VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO**, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Exonerar o Sr. **WILSON QUEIROZ DAS NEVES**, do cargo em Comissão de Assessor de Gabinete, lotado na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Sustentável, Meio Ambiente e Regularização Fundiária, nomeado pelo Ato nº 080/GP/2018, a partir de 30 de outubro de 2018.

Registra-se,

Publica-se,

Cumpra-se.

Paço Municipal “Marechal Rondon”, Santo Antonio de Leverger-MT, 30 de outubro de 2018.

VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 316/GP/2018

PORTARIA Nº 316/GP/2018

O Prefeito Municipal de Santo Antonio de Leverger-MT, Sr. **VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO**, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o artigo 82, inciso II, letra “a” da Lei Orgânica do Município e em conformidade com o que dispõe na Lei nº 1.027/GP/2009 e Processo nº 1750/2018.

RESOLVE:

Enquadrar a Servidora Efetiva CLAUDETE MARIA PINTO DA SILVA, ocupante do cargo de Técnica de Higiêne Bucal, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, na Classe B, Referencia 02 do Anexo 03, com efeito retroativo a partir de 11 de outubro de 2018.

Registra-se,

Publica-se,

Cumpra-se.

Paço Municipal “Marechal Rondon”, Santo Antonio de Leverger-MT, 30 de novembro de 2018.

VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS
ATO Nº 144/GP/2018

ATO Nº 144/GP/2018

O Prefeito Municipal de Santo Antonio de Leverger-MT, Sr. **VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO**, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:

Exonerar o Sr. **MAURO DIAS DE AMORIM JUNIOR**, do cargo em Comissão de Assessor de Gabinete, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Econômico, nomeado pelo Ato nº 138/GP/2017, a partir de 30 de outubro de 2018.

Registra-se,

Publica-se,

Cumpra-se.

Paço Municipal “Marechal Rondon”, Santo Antonio de Leverger-MT, 30 de outubro de 2018.

VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS
ATO Nº 143/GP/2018

ATO Nº 143/GP/2018

O Prefeito Municipal de Santo Antonio de Leverger-MT, Sr. **VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO**, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Exonerar o Sr. **WALDIR DO CARMO MONTEIRO SILVA**, do cargo em Comissão de Orçamentista, lotado na Secretaria Municipal de Gestão, nomeado pelo Ato nº 114/GP/2018, a partir de 29 de outubro de 2018.

Registra-se,

Publica-se,

Cumpra-se.

Paço Municipal “Marechal Rondon”, Santo Antonio de Leverger-MT, 29 de outubro de 2018.

VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 314/GP/2018

PORTARIA Nº 314/GP/2018

O Prefeito Municipal de Santo Antonio de Leverger-MT, Sr. **VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO**, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:

Conceder 10 (dez) horas excedente, a servidora efetiva **Josanea Aparecida de Souza Oliveira**, Assistente Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer, com o recebimento de remuneração proporcional correspondente à carga horária trabalhada, a partir de 03 de dezembro de 2018.

Registra-se,

Publica-se,

Cumpra-se.

Paço Municipal “Marechal Rondon”, Santo Antonio de Leverger-MT, 29 de novembro de 2018.

VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 313/GP/2018

PORTARIA Nº 313/GP/2018

“CRIAR A COMISSÃO PERMANENTE DE SINDICÂNCIA E PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DE LEVERGER”

O Prefeito Municipal de Santo Antonio de Leverger-MT, Sr. **VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO**, no uso de suas atribuições legais,

Considerando a imperiosa necessidade da Administração Pública Municipal em apurar fatos relacionados às condutas de Servidores do Poder Executivo Municipal;

Considerando que a Administração Pública deve zelar pelo seu bom andamento, como também observar atentamente os dispositivos do Estatuto do Servidor Público Municipal e a própria Carta Magna em seu artigo 37 e seguintes.

RESOLVE:

Art. 1°. – Cria a Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar.

Art. 2°. – A Comissão Permanente será constituída pelos seguintes servidores efetivos estáveis, na condição de Titulares e Suplentes, sob a Presidência do 1°. Titular:

Titular 1: Josanea Aparecida de Souza Oliveira

Suplente: Adriano Garcia da Costa

Titular 2: Manoel Victor da Costa Campos

Suplente: Claudete Ferreira de Castro Santos

Titular 3: Thaysa Ferreira Brandão

Suplente: Ronaldo Benedito da Silva Almeida

Art. 3°. – A Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar será destinada a proceder suas atividades com independência e imparcialidade, assegurado o sigilo necessário a elucidação do fato exigido pelo interesse da Administração Pública.

Art. 4°. – Os Suplentes assumirão a condição de titular, em caráter excepcional e por motivos relevantes, devidamente justificados, sempre que necessário.

Art. 5°. – O mandato dos integrantes da Comissão Permanente ora instituída será de 02 (dois) anos, permitida uma prorrogação por igual período.

Art. 6°. – Para cada irregularidade a ser apurada será editada Portaria Instauradora de Sindicância ou Processo Administrativo Disciplinar.

Art. 7°. – Esta Portaria entrará em vigor a partir de 03 de dezembro de 2018, revogando-se as disposições em contrário, em especial a Portaria n°. 108/GP/2015, e Portaria n°. 18/GP/2016.

Registra-se,

Publica-se,

Cumpra-se.

Paço Municipal “Marechal Rondon”, em Santo Antonio de Leverger-MT, 29 de novembro de 2018.

VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS
ATO Nº 142/GP/2018

ATO Nº 142/GP/2018

O Prefeito Municipal de Santo Antonio de Leverger - MT, Sr. **VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO**, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:

Nomear o Sr. **RINALDO WAGNER RODRIGUES DE ALMEIDA**, para exercer o cargo em comissão de Assessor Especial, lotando-o no Gabinete do Prefeito, com efeito retroativo a partir de 09 de outubro de 2018.

Registra-se,

Publica-se,

Cumpra-se.

Paço Municipal “Marechal Rondon”, Santo Antonio de Leverger-MT, 18 de outubro de 2018.

VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 300/GP/2018

PORTARIA Nº 300/GP/2018

O Prefeito Municipal de Santo Antonio de Leverger-MT, Sr. **VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO**, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o artigo 82, inciso II, letra “a” da Lei Orgânica do Município e em conformidade com o que dispõe na Lei nº 1.131/GP/2014 e Processo nº 1. 966/2018.

RESOLVE:

Enquadrar a Servidora Efetiva JOANIR ELIAS PEREIRA DO NASCIMENTO, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer, na Classe B, Referencia 07 da Tabela 05, com efeito retroativo a partir de 11 de outubro de 2018.

Registra-se,

Publica-se,

Cumpra-se.

Paço Municipal “Marechal Rondon”, Santo Antonio de Leverger-MT, 29 de outubro de 2018.

VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 320/GP/2018

PORTARIA Nº 320/GP/2018

O Prefeito Municipal de Santo Antonio de Leverger-MT, Sr. **VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO**, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Artigo 1º - Designar a servidora efetiva **ISANIRA AMORIM PEREIRA RODRIGUES**, Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação Esporte e Lazer, para responder como Coordenadora Pedagógica, das seguintes Unidades Escolares: EMEB Barra do Aricá, EMEB Barranco Alto, EMEB Praia do Poço, EMEB Assentamento Nossa Senhora Aparecida, EMEB Barreirinho, EMEB Benjamina Maria de Amorim / Morro Grande, EMEB José Ferreira da Silva / Morrinho e EMEB Valo Verde e mediação entre os Conselhos da SMEEL, a coordenação está centralizada no espaço da Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer.

Artigo 2º - Esta Portaria terá seus efeitos retroativos, a partir de 01 de março de 2018, revogando a Portaria nº 088/GP/2018.

Registra-se,

Publica-se,

Cumpra-se.

Paço Municipal “Marechal Rondon”, Santo Antonio de Leverger-MT, 03 de dezembro de 2018.

VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 301/GP/2018

PORTARIA Nº 301/GP/2018

O Prefeito Municipal de Santo Antônio de Leverger-MT, Sr. **VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO**, no uso de suas atribuições legais,

Considerando que na Emenda Constitucional nº 19, de 04 de junho de 1998, em seu artigo 6º, ficou assegurado aos servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público a estabilidade após 03 (três) anos de efetivo exercício;

Considerando que o período de estágio probatório de 03 (três) anos da servidora fora concluído em 03 de novembro de 2018;

Considerando o termo do artigo 10, parágrafo 1º do Decreto nº 49/GP/2016;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica declarado estável no serviço público municipal, nos termos do artigo 6º da Emenda Constitucional nº 19/98, a servidora **ANDREA GOMES DA COSTA E SILVA**, no cargo de Fisioterapeuta, lotada na Unidade Descentralizada de Reabilitação, Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - A estabilidade a que se refere o artigo anterior passa a contar com efeito retroativo a partir de 03 de novembro de 2018.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registra-se, Publica-se e Cumpra-se.

Paço Municipal “Marechal Rondon”, Santo Antônio de Leverger-MT, 05 de novembro de 2018.

VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS
ATO Nº 150/GP/2018

ATO Nº 150/GP/2018

O Prefeito Municipal de Santo Antonio de Leverger-MT, Sr. **VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO**, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Nomear o Sr. **MARCOS MARCELO DA COSTA TEIXEIRA**, para exercer o cargo em Comissão de Diretor Administrativo do Hospital Municipal, lotando-o na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 27 de Novembro de 2018.

Registra-se,

Publica-se,

Cumpra-se.

Paço Municipal “Marechal Rondon”, Santo Antonio de Leverger-MT, 27 de Novembro de 2018.

VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº 061/GP/2018

DECRETO Nº 061/GP/2018

“Dispõe sobre a nomeação dos membros do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Conselho do FUNDEB e dá outras Providências”.

O Prefeito Municipal de Santo Antonio de Leverger-MT, Sr. **VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO**, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 67 inciso IV da Lei Orgânica Municipal, e de acordo com a Lei Federal nº 11.494 de 20 de Junho de 2007, e Lei Complementar nº 28/GP/2011, Portaria nº 481 de 11 de outubro de 2013.

RESOLVE:

Artigo 1° - Ficam nomeados os nomes abaixo relacionados para comporem o Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Conselho do FUNDEB**.**

- Representante do Poder Executivo Municipal

TITULAR – Otavio Augusto Teixeira Melhorança

RG: 1101451-2 SSP/MT

CPF: 988.686.911-91

SUPLENTE – Janeci Dias de Lima

RG: 1622288-1 SSP/MT

CPF: 029.644.831-16

TITULAR – Estela Edlaine de Oliveira

RG: 693325 SSP/MT

CPF: 569.785.611-34

SUPLENTE – Ronaldo Benedito da Silva Almeida

RG: 11601612 SSP/MT

CPF: 886.727.271-34

- Representante dos Professores de Escolas Públicas Municipais

TITULAR – Roberto Hilario da Cruz

RG: 697006 SSP/MT

CPF: 495.463.841-00

SUPLENTE –Denize Lopes de Oliveira

RG: 17018641 SSP/MT

CPF: 013.655.401-62

- Representante de Diretores das Escolas Públicas Municipais

TITULAR –Antonio João da Silva

RG: 0648848-0 SSP/MT

CPF: 654.274.081-34

SUPLENTE -Ana Aparecida da Costa

RG: 1003408-0 SSP/MT

CPF: 570.974.701-78

- Representante dos Servidores Técnicos Administrativos das Escolas Públicas Municipais

TITULAR – Josanea Aparecida de Souza Oliveira

RG: 0914365-3 SSP/MT

CPF: 569.716.131-04

SUPLENTE - Joircy Aparecida Taques

RG: 0509329-5 SSP/MT

CPF: 544.314.841-91

- Representante dos pais de alunos da Educação Públicas Municipais

TITULAR – Elizangela da Silva Barros

RG: 1630045-9 SSP/MT

CPF: 043.481.051-70

SUPLENTE –Lorraine Souza Mamede

RG: 27435180 SSP/MT

CPF: 062.576.891-47

TITULAR – Isanira Amorim Pereira Rodrigues

RG: 1027300-0 SSP/MT

CPF: 622.588.341-04

SUPLENTE – Harielle Fagma Apareceida de Oliveira Conceição

RG: 1881592-8 SSP/MT

CPF: 003.306.931-07

- Representante dos estudantes da Educação Pública Municipais

TITULAR – Thiago Felipe Galdino Carlos

RG: 28794095 SSP/MT

CPF: 069.213.391-73

SUPLENTE –Luis Gustavo Ribeiro Pedroso de Arruda

RG: 00840874 SSP/MT

CPF: 074.069.921-06

- Representantes do Conselho Tutelar

TITULAR – Mariltes Xavier da Silva

RG: 0605824-8 SSP/MT

CPF: 451.931.771-15

SUPLENTE –Leomar Augusto da Silva Miranda

RG: 2298750-9 SSP/MT

CPF: 039.764.421-35

Artigo 2° - Ficam nomeados os nomes abaixo relacionados para comporem a Presidência e Vice-Presidência do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Conselho do FUNDEB**.**

- Presidente: Roberto Hilario da Cruz

RG: 697006 SSP/MT

CPF: 495.463.841-00

- **Vice-Presidente: Elizangela da Silva Barros**

RG: 1630045-9 SSP/MT

CPF: 043.481.051-70

Artigo 3º - Os membros terão mandato de dois anos, podendo ser reeleitos de acordo com a indicação dos seus respectivos segmentos.

Artigo 4° - O Presidente e/ou o Vice-Presidente poderá(ão) ser destituído(s), em conformidade com o disposto no Regimento Interno do Conselho do FUNDEB, sendo imediatamente eleito(s) outro(s) membro(s) para completar o período restante do respectivo mandato do Conselho.

Artigo 5° - Após a nomeação dos membros do Conselho do FUNDEB, as substituições dar-se-ão somente nos seguintes casos:

I - mediante renúncia expressa do conselheiro;

II - por deliberação do segmento representado; e

III - pelo descumprimento das disposições previstas no Regimento Interno de cada Conselho, desde que aprovada em reunião convocada para discutir esta pauta específica.

Artigo 6° - O exercício do mandato de Conselheiro é considerado serviço público relevante e não será remunerado.

Artigo 7° - São atribuições do Conselho do FUNDEB, além das competências previstas na Lei 11.494 / 2007:

I - Acompanhar e controlar repartição, transferência e aplicação de recursos.

II - Supervisionar a realização Censo Educacional Anual.

III – Examinar os registros mensais e atualizados relativos aos recursos repassados ou retidos a conta do fundo.

Artigo 8º - Este Decreto entra em vigor, a partir de 06 de dezembro de 2018, revogando o Decreto nº 044/GP/2018.

Paço Municipal “Marechal Rondon”, em Santo Antonio de Leverger-MT, 06 de dezembro de 2018.

VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS
ATO Nº 146/GP/2018

ATO Nº 146/GP/2018

O Prefeito Municipal de Santo Antonio de Leverger-MT, Sr. **VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO**, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:

Nomear o Sr. **MAURO DIAS DE AMORIM JUNIOR**, para exercer o cargo em Comissão de Assessor Especial, lotando-o no Gabinete do Prefeito, a partir de 01 de novembro de 2018.

Registra-se,

Publica-se,

Cumpra-se.

Paço Municipal “Marechal Rondon”, Santo Antonio de Leverger-MT, 01 de novembro de 2018.

VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS
ATO Nº 147/GP/2018

ATO Nº 147/GP/2018

O Prefeito Municipal de Santo Antonio de Leverger-MT, Sr. **VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO**, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Nomear o Sr. **WILSON QUEIROZ DAS NEVES**, para exercer o cargo em Comissão de Orçamentista, lotando-o na Secretaria Municipal de Gestão, a partir de 01 de novembro de 2018.

Registra-se,

Publica-se,

Cumpra-se.

Paço Municipal “Marechal Rondon”, Santo Antonio de Leverger-MT, 01 de novembro de 2018.

VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 299/GP/2018

PORTARIA Nº 299/GP/2018

O Prefeito Municipal de Santo Antonio de Leverger-MT, Sr. **VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO**, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o artigo 82, inciso II, letra “a” da Lei Orgânica do Município e em conformidade com o que dispõe na Lei nº 1.027/GP/2009 e Processo nº 1741/2018.

RESOLVE:

Enquadrar a Servidora Efetiva THAYSA FERREIRA BRANDÃO, ocupante do cargo de Assistente Social, lotada na Secretaria Municipal de Assistência e Promoção Social, na Classe B, Referencia 02 do Anexo 02, com efeito retroativo a partir de 05 de setembro de 2018.

Registra-se,

Publica-se,

Cumpra-se.

Paço Municipal “Marechal Rondon”, Santo Antonio de Leverger-MT, 29 de outubro de 2018.

VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 317/GP/2018

PORTARIA Nº 317/GP/2018

O Prefeito Municipal de Santo Antonio de Leverger-MT, Sr. **VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO**, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o artigo 82, inciso II, letra “a” da Lei Orgânica do Município e em conformidade com o que dispõe na Lei nº 1.027/GP/2009 e Processo nº 2113/2018.

RESOLVE:

Enquadrar a Servidora Efetiva DANIELLE CAMARÃO PEREIRA, ocupante do cargo de Psicóloga, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, na Classe B, Referencia 01 do Anexo 02, com efeito retroativo a partir de 06 de novembro de 2018.

Registra-se,

Publica-se,

Cumpra-se.

Paço Municipal “Marechal Rondon”, Santo Antonio de Leverger-MT, 30 de novembro de 2018.

VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 302/GP/2018

PORTARIA Nº 302/GP/2018

O Prefeito Municipal de Santo Antônio de Leverger-MT, Sr. **VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO**, no uso de suas atribuições legais,

Considerando que na Emenda Constitucional nº 19, de 04 de junho de 1998, em seu artigo 6º, ficou assegurado aos servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público a estabilidade após 03 (três) anos de efetivo exercício;

Considerando que o período de estágio probatório de 03 (três) anos da servidora fora concluído em 03 de novembro de 2018;

Considerando o termo do artigo 10, parágrafo 1º do Decreto nº 49/GP/2016;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica declarado estável no serviço público municipal, nos termos do artigo 6º da Emenda Constitucional nº 19/98, a servidora **DANIELLE CAMARÃO PEREIRA**, no cargo de Fisioterapeuta, lotada na Unidade Descentralizada de Reabilitação, Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - A estabilidade a que se refere o artigo anterior passa a contar com efeito retroativo a partir de 03 de novembro de 2018.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registra-se, Publica-se e Cumpra-se.

Paço Municipal “Marechal Rondon”, Santo Antônio de Leverger-MT, 05 de novembro de 2018.

VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS
ATO Nº 149/GP/2018

ATO Nº 149/GP/2018

O Prefeito Municipal de Santo Antonio de Leverger-MT, Sr. **VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO**, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Exonerar o Sr.**LUIZ FELIPE TEIXEIRA LANA**, do cargo em Comissão de Diretor Administrativo do Hospital Municipal, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, nomeado pelo Ato nº 048/GP/2017, a partir de 26 de Novembro de 2018.

Registra-se,

Publica-se,

Cumpra-se.

Paço Municipal “Marechal Rondon”, Santo Antonio de Leverger-MT, 26 de Novembro de 2018.

VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 303/GP/2018

PORTARIA Nº 303/GP/2018

O Prefeito Municipal de Santo Antônio de Leverger-MT, Sr. **VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO**, no uso de suas atribuições legais,

Considerando que na Emenda Constitucional nº 19, de 04 de junho de 1998, em seu artigo 6º, ficou assegurado aos servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público a estabilidade após 03 (três) anos de efetivo exercício;

Considerando que o período de estágio probatório de 03 (três) anos da servidora fora concluído em 05 de novembro de 2018;

Considerando o termo do artigo 10, parágrafo 1º do Decreto nº 49/GP/2016;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica declarado estável no serviço público municipal, nos termos do artigo 6º da Emenda Constitucional nº 19/98, a servidora **FRANCIS AUXILIADORA CARVALHO E SILVA**, no cargo de Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer.

Art. 2º - A estabilidade a que se refere o artigo anterior passa a contar com efeito retroativo a partir de 05 de novembro de 2018.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registra-se, Publica-se e Cumpra-se.

Paço Municipal "Marechal Rondon", Santo Antônio de Leverger-MT, 05 de novembro de 2018.

VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 002/2017

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO TERMO DE CONTRATO Nº. 002/2017.

Pelo presente instrumento aditivo contratual regido pela Lei Federal nº. 8.666 de 21 de Junho de 1.993, e a Medida Provisória nº. 434 de 27 de fevereiro de 1.994 resolvem entre si, na melhor forma de direito, como partes:

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE-MT, inscrito no CNPJ sob o n.º 04.217.362/0001-90, com sede na Rua A, nº 367, Bairro Jardim Santa Inês, situado na cidade de Santo Antônio do Leste-MT, neste ato representado por seu Prefeito o Sr. Miguel José Brunetta, brasileiro, casado, portador do RG n.º 1.427.577 – SSP/PR e do CPF n. º 326.034.369-53, residente e domiciliado na cidade de Santo Antônio do Leste-MT.

CONTRATADA: GRAFFITE COMERCIO E SERVIÇOS DE INFORMATICA EIRELI, inscrita no CNPJ nº 22.063.815/0001-52, com sede na Av. Couto Magalhães, nº 1889 B, Centro Norte – Várzea Grande – MT – CEP: 78.110-400., doravante denominado **CONTRATADO,** de comum acordo,

Resolvem celebrar o presente Termo Aditivo ao Contrato nº 002/2017 de 02/01/2017 sujeitando-se às normas internas da Contratante, naquilo que couber independente de transição, mediante as cláusula e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto do presente Termo Aditivo a prorrogação de prazo de serviços a serem executados do Contrato original de nº 002/2017, a CLÁUSULA QUARTA, ante aos motivos de força maior, alheio à vontade das partes, conforme segue:

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS ALTERAÇÕES

Fica acrescentado à CLÁUSULA QUARTA – Do PRAZO – **fica prorrogado o prazo até 16 de dezembro de 2019**.

CLÁUSULA TERCEIRA - JUSTIFICATIVA E FUNDAMENTO LEGAL

A necessidade de implementação deste Termo Aditivo ao Contrato original, justifica-se pela prorrogação de prazo de serviços. Este aditivo encontra seu fulcro legal baseado no Art. 65 da Lei 8.666, de 21 de Junho de 1. 993.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA

O presente Termo Aditivo entrará em vigor na data de sua assinatura, vigendo concomitantemente ao Contrato originário.

E, por assim estarem justos e contratados CONTRATANTE E CONTRATADA, mutuamente assinam o presente Termo Aditivo, por si e seus sucessores, em 02 (duas) vias de igual forma e teor, rubricados para todos os fins de direito, em presença de 02 (duas) testemunhas.

Santo Antônio do Leste - MT, 07 de dezembro 2.018.

PELA CONTRATANTE:

MIGUEL JOSÉ BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

PELO CONTRATADO:

GRAFFITE COMERCIO E SERVIÇOS DE INFORMATICA EIRELI

CNPJ: 22.063.815/0001-52

T E S T E M U N H A S

1ª _____ **2ª** _____

Nome: Nome:

R.G.: R.G.:

C.P.F. C.P.F.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 060/2018 - PREGAO PRESENCIAL 028/2018

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: N° 060/2018

PREGÃO PRESENCIAL Nº 028/2018

VALIDADE 12 (DOZE) MESES

A presente licitação tem por objeto acontratação de empresa especializada no futuro e eventual fornecimento de pães do tipo francês e do tipo cachorro quente para as Secretarias Municipais de Educação, Saúde e Assistência Social**.**Pelo presente instrumento, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE/MT**, situada na Rua A, 367, Jardim Santa Inês, inscrita no CNPJ: 04.317.362/0001-90, neste ato representado pelo seu Prefeito, Sr. MIGUEL JOSE BRUNETTA, brasileiro, casado, residente e domiciliado a Rua das Araras, Lotes 10 e 11, Bairro Centro, CEP 78.628-000, nesta cidade de Santo Antônio do Leste – MT, portador da Cédula de Identidade – Registro Geral Nº 1.427.577 SSP/PR e inscrito no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda sob o Nº 326.034.369.53, doravante denominada GERENCIADORA e com a empresa abaixo relacionada, doravante denominada FORNECEDORA, ACORDAM procederem, nos termos do Edital de Pregão Presencial nº 028/2018, com seus respectivos preços unitários e totais nas quantidades estimadas, atendendo as condições previstas no Edital e as constantes desta Ata de Pregão Presencial, conforme as Leis nº. 10.520/2002 e 8.666/93 e suas alterações, e em conformidade com as disposições a seguir:

Fornecedora: ANTONIA RODRIGUES DOS SANTOS-ME, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ nº 01.288.557/0001-32, sediada na Av. Florianópolis, s/nº, Centro – Santo Antônio do Leste/MT – CEP: 78628-000 neste ato representado pela sua proprietária Sra. Antônia Rodrigues dos Santos, brasileira, Portadora da Carteira de Identidade nº 794922, expedida pela SSP/MT, CPF nº 621.157.401-06.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.0. Este instrumento tem por objeto o **Registro de Preços para contratação de empresa especializada no futuro e eventual fornecimento de pães do tipo francês e do tipo cachorro quente para as Secretarias Municipais de Educação, Saúde e Assistência Social,** não obrigando ao ORGÃO a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específica para aquisição do(s) objetos(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

Item	Cod. TCE	Descrição do Produto/Serviço	Unidade	Quantidade	Valor Médio	Valor Total
02	0000695	PAO - DO TIPO HOT-DOG / CACHORRO QUENTE, PAO DOCE COM MASSA LEVE DE FARINHA DE TRIGO, ACUCAR, OVOS, LEITE, FEERMENTO QUIMICO, ASSADO	KG	3.000	R$ 13,46	R$ 40. 380,00
		Total ->				**R$ 40. 380,00**

Para fins de Acréscimo s e supressões o valor da presente ata será de R$ 40.380,00 (quarenta mil trezentos e oitenta reais).

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

2.0. A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogada na forma da Lei.

2.1. Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, qualquer Órgão ou Entidade da Administração poderá utilizar a Ata, mesmo que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao Órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

3.0. O gerenciamento deste instrumento caberá a Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste, através da Secretaria Municipal de Administração.

CLÁUSULA QUARTA – DO(S) LOCAL (IS) E PRAZO(S) DE ATENDIMENTO.

4.0. Os materiais/produtos deverão ser entregues na Secretaria que solicitar da GERENCIADORA ou em outro local que esta indicar na ordem de fornecimento.

4.1. Os materiais/produtos contratados deverão ser entregues na cidade de Santo Antônio do Leste/MT em local a ser indicado pelo Órgão do Poder Executivo Municipal que aderirem a presente ATA, nos dias e horários estipulados na ordem de fornecimento.

4.2. O prazo de entrega do produto é conforme a solicitação.

4.2.1 Os Lotes que contém alimentos perecíveis serão entregues nas Unidades Solicitantes conforme cronograma de entrega fornecido pelo Almoxarifado Central.

CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.

5.0. As empresas detentoras dos preços registrados poderão ser convidadas a firmar contratações de fornecimento, observadas as condições fixadas neste instrumento, e seus Anexos, e na legislação pertinente.

5.1. As aquisições dos produtos registrados neste instrumento serão efetuadas através Nota de Empenho, emitida pela Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste, contendo: o nº da Ata, o nome da empresa, o objeto, a especificação, o endereço e a data de entrega.

5.2. A Nota de empenho será encaminhada ao fornecedor que deverá assiná-la e devolve-la à esta Prefeitura no prazo máximo de 02 (dois) dias a contar da data do seu recebimento.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

6.0. Como condição para emissão da Nota de Empenho e/ou assinatura da Ata de Registro de Preços, o fornecedor deverá estar com a documentação obrigatória válida e obrigatoriamente apresentar:

a) Certidão Negativa de Débito dos Tributos Municipais;

b) Certidão Negativa de Débito do FGTS e INSS;

6.1. A empresa se obrigará em um prazo máximo de dois dias corridos, a solucionar quaisquer problemas com os itens adquiridos, inclusive com reposição dos mesmos se porventura não estiverem atendendo as finalidades propostas, desde que a reclamação esteja devidamente documentada pela unidade e descartado o uso inadequado;

6.2. O fornecedor fica obrigado a aceitar nas mesmas condições de fornecimento acréscimos de até 25% do valor total da Ata de Registro de Preços;

6.3. São obrigações do fornecedor, além das demais previstas nesta Ata e no Edital:

I - executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela Prefeitura, de acordo com o especificado nesta Ata e nos Anexos, que faz parte deste instrumento, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida;

II - cumprir a data e horário da entrega, não sendo aceitos os materiais que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob o pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado.

III - prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo Órgão, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência a Prefeitura, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução da ATA;

IV - dispor-se a toda e qualquer fiscalização da Prefeitura, no tocante ao fornecimento do produto, assim como ao cumprimento das obrigações previstas nesta ATA;

V - prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

VI - a falta de quaisquer dos produtos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, objeto desta ATA e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas, salvo casos devidamente justificados;

VII - comunicar imediatamente à Prefeitura Municipal qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

VIII - respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

IX- fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pela Prefeitura;

X - indenizar terceiros e/ou ao Órgão, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo o fornecedor adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

XI – substituir em qualquer tempo e sem qualquer ônus toda ou parte da remessa devolvida pela mesma, no prazo de 3 (três) dias úteis, caso constatadas divergências nas especificações.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES DO FORNECEDOR

7.0. São responsabilidades do Fornecedor Contratado:

I - todo e qualquer dano que causar ao poder Público ou a terceiros, ainda que culposo, praticado por seus prepostos, empregados ou mandatário, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pela Prefeitura;

II - toda e qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência do fornecimento em questão, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo ao Órgão/Entidade de qualquer solidariedade ou responsabilidade;

III - toda e quaisquer multas, indenizações ou despesas impostas a Prefeitura por autoridade competente, em decorrência do descumprimento de lei ou de regulamento a ser observado na execução da ata, desde que devidas e pagas, as quais serão reembolsadas ao Órgão/Entidades, que ficará, de pleno direito, autorizada a descontar, de qualquer pagamento devido ao fornecedor, o valor correspondente.

7.1. O FORNECEDOR autoriza ao Poder Executivo Municipal, a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial, assegurada a prévia defesa.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA GERENCIADORA

8.0. A Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste obriga-se a:

I - indicar os locais e horários em que deverão ser entregues os produtos.

II - permitir ao pessoal do fornecedor, acesso ao local da entrega desde que observadas as normas de segurança;

III - notificar o fornecedor de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos produtos;

IV - Efetuar os pagamentos devidos, nas condições estabelecidas nesta ata.

8.1. Caberá à Prefeitura promover pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado.

CLÁUSULA NONA – DO PAGAMENTO

9.0. A GERENCIADORA efetuará o pagamento ao FORNECEDOR através de crédito em conta corrente mantida por esta, em até 30 (trinta) dias contados a partir da data da apresentação da nota fiscal/fatura discriminativa acompanhada da correspondente Ordem de Fornecimento, com o respectivo comprovante, de que o fornecimento foi realizado a contento.

9.1. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

9.2. Para cada Nota de Empenho, o fornecedor deverá emitir uma única nota fiscal/fatura.

9.3. Por ocasião do pagamento, será efetuada consulta “ONLINE” da situação do Fornecedor junto ao Cadastro Municipal de Fornecedores, para verificação de todas as condições de habilitação da Empresa e caso não seja cadastrado, deverá apresentar Certidão Negativa de Débito dos Tributos Federais, Estaduais e Municipais; Certidão Negativa de Débito do FGTS e INSS e CNPJ;

9.4. Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS.

10.0 Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento, desde que devidamente comprovado.

10.1 Os preços registrados que sofrerem revisão não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

10.2 Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, a Prefeitura solicitará a Fornecedora, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo.

10.3 Será considerado compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pela Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

11.0 A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) quando o Fornecedor não cumprir as obrigações constantes no Edital de Registro de Preços;

b) quando o Fornecedor não retirar a Nota de Empenho no prazo estabelecido;

c) quando o Fornecedor der causa a rescisão administrativa da Nota Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

d) em quaisquer hipóteses de inexecução total ou parcial da Nota Empenho decorrente deste Registro;

e) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

f) por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

11.1 Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

11.2 No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

11.3 A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Prefeitura Municipal, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

11.4 Havendo o cancelamento do preço registrado cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do ITEM.

11.5 Caso a Prefeitura não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

12.0. Correrão por conta exclusivas do FORNECEDOR:

I) todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência das contratações do objeto deste Edital.

II) as contribuições devidas à Previdência Social, encargos trabalhistas, prêmios de seguro e de acidentes de trabalho, emolumentos e outras despesas que se façam necessários ao cumprimento da entrega dos produtos.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS PENALIDADES

13.1. A licitante vencedora que descumprir quaisquer das condições deste instrumento ficará sujeita às penalidades previstas na Lei nº 10.520/2002, bem como nos art. 86 e 87 da Lei 8.666/93, quais sejam:

13.1.1 Por atraso injustificado na execução do objeto:

13.1.1.1 Atraso de até 10 (dez) dias, multa diária de 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento);

13.1.1.2 Atraso superior a 10 (dez) dias, multa diária de 0,50% (cinquenta centésimos por cento) sobre o total dos dias em atraso, sem prejuízo das demais cominações legais;

13.1.1.3. No caso de atraso no recolhimento da multa aplicada, incidirá nova multa sobre o valor devido, equivalente a 0,20% (vinte centésimos por cento) até 10 (dez) dias de atraso e 0,40% (quarenta centésimos por cento) acima desse prazo, calculado sobre o total dos dias em atraso.

13.1.2. Pela inexecução parcial ou total das condições estabelecidas neste ato convocatório, a Prefeitura poderá, garantida a prévia defesa, aplicar, também, as seguintes sanções:

13.1.2.1. advertência,

13.1.2.2. multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor homologado, atualizado, recolhida no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados da comunicação oficial, sem embargo de indenização dos prejuízos porventura causados a Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste;

13.1.2.3. suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Municipal, bem como o cancelamento de seu certificado de registro cadastral no cadastro de fornecedores da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste por prazo não superior a 02 (dois) anos;

13.1.2.4. declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do art. 87 da Lei 8.666/93.

13.2. As multas serão descontadas dos créditos da empresa detentora da ata ou cobradas administrativa ou judicialmente;

13.3. As penalidades previstas neste item têm caráter de sanção administrativa, consequentemente, a sua aplicação não exime a empresa detentora da ata, da reparação das eventuais perdas e danos que seu ato venha acarretar a Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste;

13.4. As penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui a das demais, quando cabíveis;

13.5. Nas hipóteses de apresentação de documentação inverossímil, cometimento de fraude ou comportamento de modo inidôneo, a licitante poderá sofrer, além dos procedimentos cabíveis de atribuição desta instituição e do previsto no art. 7º da Lei 10.520/02, quaisquer das sanções adiante previstas, que poderão ser aplicadas cumulativamente:

13.5.1. Desclassificação ou inabilitação caso o procedimento se encontre em fase de julgamento;

13.5.2. Cancelamento da ata de registro de preços, se esta já estiver assinada, procedendo-se a paralisação do fornecimento;

13.6. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF ou no Cadastro de Fornecedores da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste, e no caso de ficar impedida de licitar e contratar, a licitante deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.

13.7 - Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo;

13.8. A penalidade de declaração de inidoneidade, aplicada pela competente autoridade municipal, após a instrução do pertinente processo no qual fica assegurada a ampla defesa do FORNECEDOR, será lançada no Cadastro Municipal de Fornecedores, implicando a inativação do cadastro, impossibilitando o fornecedor ou interessado de relacionar-se com a Administração Municipal e demais órgãos/entidades integrantes do Cadastro Municipal.

13.9. A falta de material não poderá ser alegada como motivo de força maior e não eximirá ao FORNECEDOR das penalidades a que está sujeito pelo não cumprimento das obrigações estabelecidas nesta ATA.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS ILÍCITOS PENAIS

14.0. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

15.0. A despesa decorrente do objeto desta licitação ocorrerá à conta daDotação Orçamentária:

Secretaria Municipal de Saúde

Fundo Municipal de Saúde

02.05.02.10.301.5006.2033.0000.3.3.90.30 – Material de Consumo.

Secretaria Municipal de Educação e Cultura

Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Educação e Cultura

02.06.01.12.122.5007.2036.0000.3.3.90.30 – Material de Consumo.

Secretaria Municipal de Assistência e Ação Social

Fundo Municipal de Assistência Social

02.07.02.08.244.5009.2057.0000.3.3.90.30 – Material de Consumo

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.0 As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I - todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

II - integram esta Ata, o Edital de Pregão nº 028/2018 e seus anexos e as propostas da empresa classificada para cada grupo, por ITEM.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO

As partes contratantes elegem o Foro da Comarca de Primavera do Leste/MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas da presente ATA, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, as partes firmam a presente ATA, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da GERENCIADORA, na forma do art. 60 da Lei 8 666 de 21/06/93.

Santo Antônio do Leste - MT, 10 de dezembro de 2018.

_____

MIGUEL JOSE BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

_____

ANTONIA RODRIGUES DOS SANTOS-ME

CONTRATADA

CONTRATO 133/2018 - PREGAO PRESENCIAL 028/2018

CONTRATO Nº 133/2018

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE E A EMPRESA ANTONIA RODRIGUES DOS SANTOS-ME, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE**, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 04.217.362/0001-90, com sede administrativa na Rua Primavera, n° 959, Bairro Jardim Bem Viver, CEP: 78.628-000, Santo Antônio do Leste – MT, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. MIGUEL JOSE BRUNETTA, brasileiro, casado, residente e domiciliado a Rua das Araras, Nº ___, Bairro Centro, CEP 78.628-000, nesta cidade de Santo Antônio do Leste – MT, portador da Cédula de Identidade – Registro Geral Nº 1.427.577 SSP/PR e inscrito no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda sob o Nº 326.034.369.53,doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE e a **EMPRESA ANTONIA RODRIGUES DOS SANTOS-ME**, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - **CNPJ nº 01.288.557/0001-32, sediada na Av. Florianópolis, s/nº, Centro – Santo Antônio do Leste/MT – CEP: 78628-000**, chamado simplesmente de CONTRATADA, resolvem celebrar o presente contrato nos termos do Processo Licitatório N° 128/2018, realizado na modalidade de

Pregão Presencial Nº 028/2018, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – O OBJETO E SEUS ELEMENTOS CARACTERÍSTICOS.

1.1 – **Este contrato tem por objeto a contratação de empresa especializada no futuro e eventual fornecimento de pães do tipo francês e do tipo cachorro quente para as Secretarias Municipais de Educação, Saúde e Assistência Social,** consoante anexo I do edital de licitação Pregão Presencial nº 028/2018.

CLÁUSULA SEGUNDA – O REGIME DE EXECUÇÃO OU A FORMA DE FORNECIMENTO.

2.1 – O regime de execução é por empreitada por preço por item do artigo 6º inciso 8 alínea A da lei de Licitações.

CLÁUSULA TERCEIRA – O PREÇO E AS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO, OS CRITÉRIOS, DATA-BASE E PERIODICIDADE DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS, OS CRITÉRIOS DE ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA ENTRE A DATA DO ADIMPLEMENTO DAS OBRIGAÇÕES E A DO EFETIVO PAGAMENTO.

I) O PREÇO E AS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO.

3.1 – O valor total do presente contrato é de **R$ 40.380,00 (quarenta mil trezentos e oitenta reais).**

3.2 – O valor total fixado para o presente contrato será pago 30 (trinta) dias após emissão da nota fiscal, que deverão fazer acompanhadas das requisições de fornecimento.

II) DATA-BASE E PERIDIOCIDADE DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS, CRITÉRIOS DE ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA ENTRE A DATA DO ADIMPLEMENTO DAS OBRIGAÇÕES E A DO EFETIVO PAGAMENTO.

3.1 Objetivando a manutenção do equilíbrio econômico financeiro do contrato haverá reajuste nos preços dos materiais desde que comprovado aumento do custo pela contratada e aceito pela contratante, atendidas as seguintes condições:

3.2 Não serão concedidos reajustes cuja variação seja igual ou inferior a 2% (dois por cento).

3.3 Para comprovação do aumento do preço de custo, a contratada deverá apresentar, no mínimo, 2 (duas) notas fiscais com data de até 60 (sessenta) dias, contados da assinatura do contrato; juntamente com, no mínimo, 2 (duas) notas fiscais atuais.

3.4 Caso o aumento tenha ocorrido em componentes específicos do custo final, a contratada deverá apresentar planilha demonstrando o impacto no mesmo.

CLÁUSULA QUARTA - OS PRAZOS DE INÍCIO DE ETAPAS DE EXECUÇÃO, DE CONCLUSÃO, DE ENTREGA, DE OBSERVAÇÃO E DE RECEBIMENTO DEFINITIVO, CONFORME O CASO.

4.1 – O prazo de entrega dos materiais será conforme solicitação da secretaria.

4.2 – O prazo de início para entrega dos materiais será contado a partir da assinatura do presente contrato.

4.3 – O prazo de conclusão do presente contrato se dará no dia 10/12/2019 com o encerramento do contrato.

4.4 – O presente contrato poderá ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos até 60 (sessenta) meses se houver interesse público e conveniência econômico-financeira para o município, conforme preceitua o artigo 57, inciso II da Lei nº 8.666/93, lavrando-se o competente termo de aditamento.

4.5 – O termo aditivo para a prorrogação de prazo deverá ser firmado, quando houver interesse por parte da Contratante nos termos do item 4.4, no máximo, até 05 (cinco) dias da data do seu vencimento.

4.6 - Art. 73. Executado o contrato, o seu objeto será recebido:

I - em se tratando de obras e serviços:

a) provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do contratado;

b) definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação, ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, observado o disposto no art. 69 desta Lei;

CLÁUSULA QUINTA – O CRÉDITO PELO QUAL CORRERÁ A DESPESA, COM A INDICAÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA E DA CATEGORIA ECONÔMICA.

5.1 – As despesas oriundas da celebração da presente avença correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

Secretaria Municipal de Saúde

Fundo Municipal de Saúde

02.05.02.10.301.5006.2033.0000.3.3.90.30 – Material de Consumo.

Secretaria Municipal de Educação e Cultura

Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Educação e Cultura

02.06.01.12.122.5007.2036.0000.3.3.90.30 – Material de Consumo.

Secretaria Municipal de Assistência e Ação Social

Fundo Municipal de Assistência Social

02.07.02.08.244.5009.2057.0000.3.3.90.30 – Material de Consumo

CLÁUSULA SEXTA – OS DIREITOS E AS RESPONSABILIDADES DAS PARTES, AS PENALIDADES CABÍVEIS E OS VALORES DAS MULTAS.

6.1 – Da Contratante:

6.1.1 – Ter reservado o direito de não mais adquirir os materiais da Contratada caso a mesma não cumpra o estabelecido no presente Contrato;

6.1.2 – Efetuar os pagamentos devidos à Contratada pela entrega efetiva, após verificação da entrega e posterior liquidação das mesmas e de acordo com as disposições do presente Contrato;

6.1.3 – Rescindir o Contrato caso a Contratada não cumpra o estabelecido no presente Contrato.

6.2 – Da Contratada:

6.2.1 – Entregar os materiais de acordo com as especificações constantes neste edital;

6.2.2 – Entregar os materiais deste Contrato de acordo com a proposta de preço constante do edital de licitação;

6.2.3 – Entregar os materiais objeto deste Contrato dentro do prazo estipulado;

6.2.4 – Emitir Nota Fiscal relativo a entrega dos materiais fazendo discriminar no seu corpo a dedução dos impostos.

6.2.5 – Em caso de inadimplência, a contratada estará sujeita às seguintes penalidades:

a) Advertência, por escrito, sempre que verificadas pequenas irregularidades para as quais haja ocorrido;

b) multa de 0,1 % (um décimo por cento) ao dia, sobre o valor do objeto contratual não realizado, quando a contratada, sem justa causa, deixar de cumprir, dentro do prazo estabelecido, a obrigação assumida;

c)suspensão do direito de participar de licitações realizadas pelo Município, pelo prazo de até 02 (dois) anos, dependendo da gravidade da falta;

d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com o Município, por prazo não superior a dois anos;

e)rescisão do contrato, pelos motivos previstos no artigo 78 da Lei Nº 8. 666/93, conforme o caso.

CLÁUSULA SETIMA - OS CASOS DE RESCISÃO E ALTERAÇÕES CONTRATUAIS.

7.1 – O presente contrato poderá ser alterado de acordo com o art. 65 da Lei Nº 8.666/93, com as devidas justificativas conforme a seguir:

7.2 – Unilateralmente pela Administração nos seguintes casos:

a) Quando houver modificação do objeto ou das suas especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos;

b) Quando necessária à modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos por esta Lei;

7.3 – Por acordo das partes:

a) Quando necessária à modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes mantidos o valor inicial atualizado, vedada à antecipação do pagamento com relação ao cronograma financeiro fixado sem a correspondente entrega dos materiais objeto do presente contrato;

b) Outros casos previstos na Lei nº 8.666/93.

7.4 – O presente contrato poderá ser rescindido, devendo a parte que o desejar, comunicar a outra com antecedência de 30 (trinta) dias, sem a incidência de multa à parte notificante, pela ocorrência das seguintes situações:

a) Amigável – de um acordo entre as partes reduzidas a termo no processo de licitação, desde que haja conveniência técnica ou administrativa para a contratante;

b) Administrativa – por ato unilateral e escrito da Administração nos casos enumerados nos incisos I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei Nº 8.666/93;

c) Judicial – nos termos da legislação processual;

7.5 – Pelo descumprimento de qualquer de suas cláusulas, pelas partes contratantes, com pagamento de multa pela parte culpada no valor equivalente a 10% (dez por cento) do total do contrato;

CLÁUSULA OITAVA – O RECONHECIMENTO DOS DIREITOS DA ADMINISTRAÇÃO, EM CASO DE RESCISÃO ADMINISTRATIVA PREVISTA NO ART. 77 DESTA LEI.

8.1 – A contratada reconhece os direitos da Administração em caso de rescisão administrativa prevista no Artigo 77 da Lei Nº 8.666/93.

CLÁUSULA NONA– AVINCULAÇÃO AO EDITAL DE LICITAÇÃO OU AO TERMO QUE A DISPENSOU OU A INEXIGIU, AO CONVITE E À PROPOSTA DO LICITANTE VENCEDOR.

10.1 – Esse contrato é resultante da licitação modalidade pregão presencial nº 028/2018 de xxx de xxx de 2018, tipo menor preço por item e o regime do contrato é o de compra parcelada, nos termos do artigo 6º, inciso III da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA – A LEGISLAÇÃO APLICÁVEL À EXECUÇÃO DO CONTRATO E ESPECIALMENTE AOS CASOS OMISSOS.

10.1 – O presente contrato está vinculado em todos os seus termos ao Processo Licitatório Nº 128/2018, realizado na modalidade de Pregão Presencial Nº 028/2018 de xx de xxxx de 2018 e seus respectivos anexos, bem como à proposta de preços vencedora, que faz parte integrante deste contrato independentemente de sua transcrição.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – AOBRIGAÇÃO DO CONTRATADO DE MANTER, DURANTE TODA A EXECUÇÃO DO CONTRATO, EM COMPATIBILIDADE COM AS OBRIGAÇÕES POR ELE ASSUMIDAS, TODAS AS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO EXIGIDAS NA LICITAÇÃO.

11.1 – O contratado (a) deverá manter durante todo o contrato as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

12 - DO FORO

12.1. As partes elegem como domicilio legal, o foro da Comarca de Primavera do Leste, para dirimir quaisquer litígios decorrentes da aplicação deste contrato.

Este contrato regula-se pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, aplicando-se lhe, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

E por estarem devidamente acordados, decidiram as partes contratantes aqui estabelecidas, assinando o presente em 03 (três) vias de igual teor.

Santo Antônio do Leste/MT, 10 de dezembro de 2018.

_____

MIGUEL JOSÉ BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

_____

ANTONIA RODRIGUES DOS SANTOS-ME

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

01)_____.

NOME:

RG;

CPF;

02)_____.

NOME:

RG:

CPF

CONTRATO 134/2018 - PREGAO PRESENCIAL 028/2018

CONTRATO Nº 134/2018

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE E A EMPRESA ANTONIA RODRIGUES DOS SANTOS-ME, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE**, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 04.217.362/0001-90, com sede administrativa na Rua Primavera, n° 959, Bairro Jardim Bem Viver, CEP: 78.628-000, Santo Antônio do Leste – MT, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. MIGUEL JOSE BRUNETTA, brasileiro, casado, residente e domiciliado a Rua das Araras, Nº ___, Bairro Centro, CEP 78.628-000, nesta cidade de Santo Antônio do Leste – MT, portador da Cédula de Identidade – Registro Geral Nº 1.427.577 SSP/PR e inscrito no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda sob o Nº 326.034.369.53,doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE e a **EMPRESA OLIVEIRA & BERTUOL LTDA-ME,** devidamente inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ sob o Nº 03.080.215/0001-58, estabelecida à Rua Domingos Azzolini, s/nº, Bairro Centro– Santo Antônio do Leste – MT CEP: 78628-000, chamado simplesmente de CONTRATADA, resolvem celebrar o presente contrato nos termos do Processo Licitatório N° 128/2018, realizado na modalidade de Pregão Presencial Nº 028/2018, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – O OBJETO E SEUS ELEMENTOS CARACTERÍSTICOS.

1.1 – **Este contrato tem por objeto a contratação de empresa especializada no futuro e eventual fornecimento de pães do tipo francês e do tipo cachorro quente para as Secretarias Municipais de Educação, Saúde e Assistência Social,** consoante anexo I do edital de licitação Pregão Presencial nº 028/2018.

CLÁUSULA SEGUNDA – O REGIME DE EXECUÇÃO OU A FORMA DE FORNECIMENTO.

2.1 – O regime de execução é por empreitada por preço por item do artigo 6º inciso 8 alínea A da lei de Licitações.

CLÁUSULA TERCEIRA – O PREÇO E AS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO, OS CRITÉRIOS, DATA-BASE E PERIODICIDADE DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS, OS CRITÉRIOS DE ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA ENTRE A DATA DO ADIMPLEMENTO DAS OBRIGAÇÕES E A DO EFETIVO PAGAMENTO.

I) O PREÇO E AS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO.

3.1 – O valor total do presente contrato é de **R$ 36.180,00 (trinta e seis mil cento e oitenta reais).**

3.2 – O valor total fixado para o presente contrato será pago 30 (trinta) dias após emissão da nota fiscal, que deverão fazer acompanhadas das requisições de fornecimento.

II) DATA-BASE E PERIDIOCIDADE DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS, CRITÉRIOS DE ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA ENTRE A DATA DO ADIMPLEMENTO DAS OBRIGAÇÕES E A DO EFETIVO PAGAMENTO.

3.1 Objetivando a manutenção do equilíbrio econômico financeiro do contrato haverá reajuste nos preços dos materiais desde que comprovado aumento do custo pela contratada e aceito pela contratante, atendidas as seguintes condições:

3.2 Não serão concedidos reajustes cuja variação seja igual ou inferior a 2% (dois por cento).

3.3 Para comprovação do aumento do preço de custo, a contratada deverá apresentar, no mínimo, 2 (duas) notas fiscais com data de até 60 (sessenta) dias, contados da assinatura do contrato; juntamente com, no mínimo, 2 (duas) notas fiscais atuais.

3.4 Caso o aumento tenha ocorrido em componentes específicos do custo final, a contratada deverá apresentar planilha demonstrando o impacto no mesmo.

CLÁUSULA QUARTA - OS PRAZOS DE INÍCIO DE ETAPAS DE EXECUÇÃO, DE CONCLUSÃO, DE ENTREGA, DE OBSERVAÇÃO E DE RECEBIMENTO DEFINITIVO, CONFORME O CASO.

4.1 – O prazo de entrega dos materiais será conforme solicitação da secretaria.

4.2 – O prazo de início para entrega dos materiais será contado a partir da assinatura do presente contrato.

4.3 – O prazo de conclusão do presente contrato se dará no dia 10/12/2019 com o encerramento do contrato.

4.4 – O presente contrato poderá ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos até 60 (sessenta) meses se houver interesse público e conveniência econômico-financeira para o município, conforme preceitua o artigo 57, inciso II da Lei nº 8.666/93, lavrando-se o competente termo de aditamento.

4.5 – O termo aditivo para a prorrogação de prazo deverá ser firmado, quando houver interesse por parte da Contratante nos termos do item 4.4, no máximo, até 05 (cinco) dias da data do seu vencimento.

4.6 - Art. 73. Executado o contrato, o seu objeto será recebido:

I - em se tratando de obras e serviços:

a) provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do contratado;

b) definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação, ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, observado o disposto no art. 69 desta Lei;

CLÁUSULA QUINTA – O CRÉDITO PELO QUAL CORRERÁ A DESPESA, COM A INDICAÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA E DA CATEGORIA ECONÔMICA.

5.1 – As despesas oriundas da celebração da presente avença correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

Secretaria Municipal de Saúde

Fundo Municipal de Saúde

02.05.02.10.301.5006.2033.0000.3.3.90.30 – Material de Consumo.

Secretaria Municipal de Educação e Cultura

Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Educação e Cultura

02.06.01.12.122.5007.2036.0000.3.3.90.30 – Material de Consumo.

Secretaria Municipal de Assistência e Ação Social

Fundo Municipal de Assistência Social

02.07.02.08.244.5009.2057.0000.3.3.90.30 – Material de Consumo

CLÁUSULA SEXTA – OS DIREITOS E AS RESPONSABILIDADES DAS PARTES, AS PENALIDADES CABÍVEIS E OS VALORES DAS MULTAS.

6.1 – Da Contratante:

6.1.1 – Ter reservado o direito de não mais adquirir os materiais da Contratada caso a mesma não cumpra o estabelecido no presente Contrato;

6.1.2 – Efetuar os pagamentos devidos à Contratada pela entrega efetiva, após verificação da entrega e posterior liquidação das mesmas e de acordo com as disposições do presente Contrato;

6.1.3 – Rescindir o Contrato caso a Contratada não cumpra o estabelecido no presente Contrato.

6.2 – Da Contratada:

6.2.1 – Entregar os materiais de acordo com as especificações constantes neste edital;

6.2.2 – Entregar os materiais deste Contrato de acordo com a proposta de preço constante do edital de licitação;

6.2.3 – Entregar os materiais objeto deste Contrato dentro do prazo estipulado;

6.2.4 – Emitir Nota Fiscal relativo a entrega dos materiais fazendo discriminar no seu corpo a dedução dos impostos.

6.2.5 – Em caso de inadimplência, a contratada estará sujeita às seguintes penalidades:

a) Advertência, por escrito, sempre que verificadas pequenas irregularidades para as quais haja ocorrido;

b) multa de 0,1 % (um décimo por cento) ao dia, sobre o valor do objeto contratual não realizado, quando a contratada, sem justa causa, deixar de cumprir, dentro do prazo estabelecido, a obrigação assumida;

c) suspensão do direito de participar de licitações realizadas pelo Município, pelo prazo de até 02 (dois) anos, dependendo da gravidade da falta;

d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com o Município, por prazo não superior a dois anos;

e) rescisão do contrato, pelos motivos previstos no artigo 78 da Lei Nº 8. 666/93, conforme o caso.

CLÁUSULA SETIMA - OS CASOS DE RESCISÃO E ALTERAÇÕES CONTRATUAIS.

7.1 – O presente contrato poderá ser alterado de acordo com o art. 65 da Lei Nº 8.666/93, com as devidas justificativas conforme a seguir:

7.2 – Unilateralmente pela Administração nos seguintes casos:

a) Quando houver modificação do objeto ou das suas especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos;

b) Quando necessária à modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos por esta Lei;

7.3 – Por acordo das partes:

a) Quando necessária à modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes mantidos o valor inicial atualizado, vedada à antecipação do pagamento com relação ao cronograma financeiro fixado sem a correspondente entrega dos materiais objeto do presente contrato;

b) Outros casos previstos na Lei nº 8.666/93.

7.4 – O presente contrato poderá ser rescindido, devendo a parte que o desejar, comunicar a outra com antecedência de 30 (trinta) dias, sem a incidência de multa à parte notificante, pela ocorrência das seguintes situações:

a) Amigável – de um acordo entre as partes reduzidas a termo no processo de licitação, desde que haja conveniência técnica ou administrativa para a contratante;

b) Administrativa – por ato unilateral e escrito da Administração nos casos enumerados nos incisos I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei Nº 8.666/93;

c) Judicial – nos termos da legislação processual;

7.5 – Pelo descumprimento de qualquer de suas cláusulas, pelas partes contratantes, com pagamento de multa pela parte culpada no valor equivalente a 10% (dez por cento) do total do contrato;

CLÁUSULA OITAVA – O RECONHECIMENTO DOS DIREITOS DA ADMINISTRAÇÃO, EM CASO DE RESCISÃO ADMINISTRATIVA PREVISTA NO ART. 77 DESTA LEI.

8.1 – A contratada reconhece os direitos da Administração em caso de rescisão administrativa prevista no Artigo 77 da Lei Nº 8.666/93.

CLÁUSULA NONA– AVINCULAÇÃO AO EDITAL DE LICITAÇÃO OU AO TERMO QUE A DISPENSOU OU A INEXIGIU, AO CONVITE E À PROPOSTA DO LICITANTE VENCEDOR.

10.1 – Esse contrato é resultante da licitação modalidade pregão presencial nº 028/2018 de xxx de xxx de 2018, tipo menor preço por item e o regime do contrato é o de compra parcelada, nos termos do artigo 6º, inciso III da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA – A LEGISLAÇÃO APLICÁVEL À EXECUÇÃO DO CONTRATO E ESPECIALMENTE AOS CASOS OMISSOS.

10.1 – O presente contrato está vinculado em todos os seus termos ao Processo Licitatório Nº 128/2018, realizado na modalidade de Pregão Presencial Nº 028/2018 de xx de xxxx de 2018 e seus respectivos anexos, bem como à proposta de preços vencedora, que faz parte integrante deste contrato independentemente de sua transcrição.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – AOBRIGAÇÃO DO CONTRATADO DE MANTER, DURANTE TODA A EXECUÇÃO DO CONTRATO, EM COMPATIBILIDADE COM AS OBRIGAÇÕES POR ELE ASSUMIDAS, TODAS AS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO EXIGIDAS NA LICITAÇÃO.

11.1 – O contratado (a) deverá manter durante todo o contrato as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

12 - DO FORO

12.1. As partes elegem como domicilio legal, o foro da Comarca de Primavera do Leste, para dirimir quaisquer litígios decorrentes da aplicação deste contrato.

Este contrato regula-se pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, aplicando-se lhe, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

E por estarem devidamente acordados, decidiram as partes contratantes aqui estabelecidas, assinando o presente em 03 (três) vias de igual teor.

Santo Antônio do Leste/MT, 10 de dezembro de 2018.

_____

MIGUEL JOSÉ BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

_____

OLIVEIRA & BERTUOL LTDA-ME

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

01)_____.

NOME:

RG;

CPF;

02)_____.

NOME:

RG:

CPF

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 061/2018 - PREGAO PRESENCIAL 028/2018

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: N° 061/2018

PREGÃO PRESENCIAL Nº 028/2018

VALIDADE 12 (DOZE) MESES

A presente licitação tem por objeto acontratação de empresa especializada no futuro e eventual fornecimento de pães do tipo francês e do tipo cachorro quente para as Secretarias Municipais de Educação, Saúde e Assistência Social**.**Pelo presente instrumento, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE/MT**, situada na Rua A, 367, Jardim Santa Inês, inscrita no CNPJ: 04.317.362/0001-90, neste ato representado pelo seu Prefeito, Sr. MIGUEL JOSE BRUNETTA, brasileiro, casado, residente e domiciliado a Rua das Araras, Lotes 10 e 11, Bairro Centro, CEP 78.628-000, nesta cidade de Santo Antônio do Leste – MT, portador da Cédula de Identidade – Registro Geral Nº 1.427.577 SSP/PR e inscrito no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda sob o Nº 326.034.369.53, doravante denominada GERENCIADORA e com a empresa abaixo relacionada, doravante denominada FORNECEDORA, ACORDAM procederem, nos termos do Edital de Pregão Presencial nº 028/2018, com seus respectivos preços unitários

e totais nas quantidades estimadas, atendendo as condições previstas no Edital e as constantes desta Ata de Pregão Presencial, conforme as Leis nº. 10.520/2002 e 8.666/93 e suas alterações, e em conformidade com as disposições a seguir:

Fornecedora: OLIVEIRA & BERTUOL LTDA-ME, devidamente inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ sob o Nº 03.080.215/0001-58, estabelecida à Rua Domingos Azzolini, s/nº, Bairro Centro– Santo Antônio do Leste – MT CEP: 78628-000, neste ato representado pelo seu sócio proprietário Sr. Francisco Xavier da Rocha Oliveira, brasileiro, Portador da Carteira de Identidade nº 894880, expedida pela SSP/MT, CPF nº 550.591.551-53.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.0. Este instrumento tem por objeto o **Registro de Preços para contratação de empresa especializada no futuro e eventual fornecimento de pães do tipo francês e do tipo cachorro quente para as Secretarias Municipais de Educação, Saúde e Assistência Social,** não obrigando ao ORGÃO a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específica para aquisição do(s) objetos(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

Item	Cod. TCE	Descrição do Produto/Serviço	Unidade	Quantidade	Valor Médio	Valor Total
01	168348-9	PAO - TIPO FRANCES, COMPOSICAO MINIMA DA MASSA: FARINHA DE TRIGO, AGUA, FERMENTO BILOGICO, ACUCAR E SAL, PESANDO 100 GR, EMBALADO EM SACO PLASTICO	KG	3.000	R$ 12,06	R$ 36.180,00
		Total ->				**R$ 36.180,00**

Para fins de Acréscimo s e supressões o valor da presente ata será de R$ 36.180,00 (trinta e seis mil cento e oitenta reais).

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

2.0. A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogada na forma da Lei.

2.1. Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, qualquer Órgão ou Entidade da Administração poderá utilizar a Ata, mesmo que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao Órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

3.0. O gerenciamento deste instrumento caberá a Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste, através da Secretaria Municipal de Administração.

CLÁUSULA QUARTA – DO(S) LOCAL (IS) E PRAZO(S) DE ATENDIMENTO.

4.0. Os materiais/produtos deverão ser entregues na Secretaria que solicitar da GERENCIADORA ou em outro local que esta indicar na ordem de fornecimento.

4.1. Os materiais/produtos contratados deverão ser entregues na cidade de Santo Antônio do Leste/MT em local a ser indicado pelo Órgão do Poder Executivo Municipal que aderirem a presente ATA, nos dias e horários estipulados na ordem de fornecimento.

4.2. O prazo de entrega do produto é conforme a solicitação.

4.2.1 Os Lotes que contém alimentos perecíveis serão entregues nas Unidades Solicitantes conforme cronograma de entrega fornecido pelo Almoxarifado Central.

CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.

5.0. As empresas detentoras dos preços registrados poderão ser convidadas a firmar contratações de fornecimento, observadas as condições fixadas neste instrumento, e seus Anexos, e na legislação pertinente.

5.1. As aquisições dos produtos registrados neste instrumento serão efetuadas através Nota de Empenho, emitida pela Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste, contendo: o nº da Ata, o nome da empresa, o objeto, a especificação, o endereço e a data de entrega.

5.2. A Nota de empenho será encaminhada ao fornecedor que deverá assiná-la e devolve-la à esta Prefeitura no prazo máximo de 02 (dois) dias a contar da data do seu recebimento.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

6.0. Como condição para emissão da Nota de Empenho e/ou assinatura da Ata de Registro de Preços, o

fornecedor deverá estar com a documentação obrigatória válida e obrigatoriamente apresentar:

a) Certidão Negativa de Débito dos Tributos Municipais;

b) Certidão Negativa de Débito do FGTS e INSS;

6.1. A empresa se obrigará em um prazo máximo de dois dias corridos, a solucionar quaisquer problemas com os itens adquiridos, inclusive com reposição dos mesmos se porventura não estiverem atendendo as finalidades propostas, desde que a reclamação esteja devidamente documentada pela unidade e descartado o uso inadequado;

6.2. O fornecedor fica obrigado a aceitar nas mesmas condições de fornecimento acréscimos de até 25% do valor total da Ata de Registro de Preços;

6.3. São obrigações do fornecedor, além das demais previstas nesta Ata e no Edital:

I - executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela Prefeitura, de acordo com o especificado nesta Ata e nos Anexos, que faz parte deste instrumento, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida;

II - cumprir a data e horário da entrega, não sendo aceitos os materiais que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob o pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado.

III - prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo Órgão, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência a Prefeitura, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução da ATA;

IV - dispor-se a toda e qualquer fiscalização da Prefeitura, no tocante ao fornecimento do produto, assim como ao cumprimento das obrigações previstas nesta ATA;

V - prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

VI - a falta de quaisquer dos produtos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, objeto desta ATA e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas, salvo casos devidamente justificados;

VII - comunicar imediatamente à Prefeitura Municipal qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

VIII - respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

IX- fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pela Prefeitura;

X - indenizar terceiros e/ou ao Órgão, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo o fornecedor adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

XI – substituir em qualquer tempo e sem qualquer ônus toda ou parte da remessa devolvida pela mesma, no prazo de 3 (três) dias úteis, caso constatadas divergências nas especificações.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES DO FORNECEDOR

7.0. São responsabilidades do Fornecedor Contratado:

I - todo e qualquer dano que causar ao poder Público ou a terceiros, ainda que culposo, praticado por seus prepostos, empregados ou mandatário, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pela Prefeitura;

II - toda e qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência do fornecimento em questão, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo ao Órgão/Entidade de qualquer solidariedade ou responsabilidade;

III - toda e quaisquer multas, indenizações ou despesas impostas a Prefeitura por autoridade competente, em decorrência do descumprimento de lei ou de regulamento a ser observado na execução da ata, desde que devidas e pagas, as quais serão reembolsadas ao Órgão/Entidades, que ficará, de pleno direito, autorizada a descontar, de qualquer pagamento devido ao fornecedor, o valor correspondente.

7.1. O FORNECEDOR autoriza ao Poder Executivo Municipal, a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial, assegurada a prévia defesa.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA GERENCIADORA

8.0. A Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste obriga-se a:

I - indicar os locais e horários em que deverão ser entregues os produtos.

II - permitir ao pessoal do fornecedor, acesso ao local da entrega desde que observadas as normas de segurança;

III - notificar o fornecedor de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos produtos;

IV - Efetuar os pagamentos devidos, nas condições estabelecidas nesta ata.

8.1. Caberá à Prefeitura promover pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado.

CLÁUSULA NONA – DO PAGAMENTO

9.0. A GERENCIADORA efetuará o pagamento ao FORNECEDOR através de crédito em conta corrente mantida por esta, em até 30 (trinta) dias contados a partir da data da apresentação da nota fiscal/fatura discriminativa acompanhada da correspondente Ordem de Fornecimento, com o respectivo comprovante, de que o fornecimento foi realizado a contento.

9.1. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

9.2. Para cada Nota de Empenho, o fornecedor deverá emitir uma única nota fiscal/fatura.

9.3. Por ocasião do pagamento, será efetuada consulta “ONLINE” da situação do Fornecedor junto ao Cadastro Municipal de Fornecedores, para verificação de todas as condições de habilitação da Empresa e caso não seja cadastrado, deverá apresentar Certidão Negativa de Débito dos Tributos Federais, Estaduais e Municipais; Certidão Negativa de Débito do FGTS e INSS e CNPJ;

9.4. Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS.

10.0 Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento, desde que devidamente comprovado.

10.1 Os preços registrados que sofrerem revisão não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

10.2 Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, a Prefeitura solicitará a Fornecedora, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo.

10.3 Será considerado compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pela Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

11.0 A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) quando o Fornecedor não cumprir as obrigações constantes no Edital de Registro de Preços;

b) quando o Fornecedor não retirar a Nota de Empenho no prazo estabelecido;

c) quando o Fornecedor der causa a rescisão administrativa da Nota Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

d) em quaisquer hipóteses de inexecução total ou parcial da Nota Empenho decorrente deste Registro;

e) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

f) por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

11.1 Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

11.2 No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

11.3 A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Prefeitura Municipal, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

11.4 Havendo o cancelamento do preço registrado cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do ITEM.

11.5 Caso a Prefeitura não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

12.0. Correrão por conta exclusivas do FORNECEDOR:

I) todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência das contratações do objeto deste Edital.

II) as contribuições devidas à Previdência Social, encargos trabalhistas, prêmios de seguro e de acidentes de trabalho, emolumentos e outras despesas que se façam necessários ao cumprimento da entrega dos produtos.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS PENALIDADES

13.1. A licitante vencedora que descumprir quaisquer das condições deste instrumento ficará sujeita às penalidades previstas na Lei nº 10.520/2002, bem como nos art. 86 e 87 da Lei 8.666/93, quais sejam:

13.1.1 Por atraso injustificado na execução do objeto:

13.1.1.1 Atraso de até 10 (dez) dias, multa diária de 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento);

13.1.1.2 Atraso superior a 10 (dez) dias, multa diária de 0,50% (cinquenta centésimos por cento) sobre o total dos dias em atraso, sem prejuízo das demais cominações legais;

13.1.1.3. No caso de atraso no recolhimento da multa aplicada, incidirá nova multa sobre o valor devido, equivalente a 0,20% (vinte centésimos por cento) até 10 (dez) dias de atraso e 0,40% (quarenta centésimos por cento) acima desse prazo, calculado sobre o total dos dias em atraso.

13.1.2. Pela inexecução parcial ou total das condições estabelecidas neste ato convocatório, a Prefeitura poderá, garantida a prévia defesa, aplicar, também, as seguintes sanções:

13.1.2.1. advertência,

13.1.2.2. multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor homologado, atualizado, recolhida no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados da comunicação oficial, sem embargo de indenização dos prejuízos porventura causados a Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste;

13.1.2.3. suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Municipal, bem como o cancelamento de seu certificado de registro cadastral no cadastro de fornecedores da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste por prazo não superior a 02 (dois) anos;

13.1.2.4. declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do art. 87 da Lei 8.666/93.

13.2. As multas serão descontadas dos créditos da empresa detentora da ata ou cobradas administrativa ou judicialmente;

13.3. As penalidades previstas neste item têm caráter de sanção administrativa, consequentemente, a sua aplicação não exime a empresa detentora da ata, da reparação das eventuais perdas e danos que seu ato venha acarretar a Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste;

13.4. As penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui a das demais, quando cabíveis;

13.5. Nas hipóteses de apresentação de documentação inverossímil, cometimento de fraude ou comportamento de modo inidôneo, a licitante poderá sofrer, além dos procedimentos cabíveis de atribuição desta instituição e do previsto no art. 7º da Lei 10.520/02, quaisquer das sanções adiante previstas, que poderão ser aplicadas cumulativamente:

13.5.1. Desclassificação ou inabilitação caso o procedimento se encontre em fase de julgamento;

13.5.2. Cancelamento da ata de registro de preços, se esta já estiver assinada, procedendo-se a paralisação do fornecimento;

13.6. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF ou no Cadastro de Fornecedores da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste, e no caso de ficar impedida de licitar e contratar, a licitante deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.

13.7 - Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo;

13.8. A penalidade de declaração de inidoneidade, aplicada pela competente autoridade municipal, após a instrução do pertinente processo no qual fica assegurada a ampla defesa do FORNECEDOR, será lançada no Cadastro Municipal de Fornecedores, implicando a inativação do cadastro, impossibilitando o fornecedor ou interessado de relacionar-se com a Administração Municipal e demais órgãos/entidades integrantes do Cadastro Municipal.

13.9. A falta de material não poderá ser alegada como motivo de força maior e não eximirá ao FORNECEDOR das penalidades a que está sujeito pelo não cumprimento das obrigações estabelecidas nesta ATA.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS ILÍCITOS PENAIS

14.0. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

15.0. A despesa decorrente do objeto desta licitação ocorrerá à conta daDotação Orçamentária:

Secretaria Municipal de Saúde

Fundo Municipal de Saúde

02.05.02.10.301.5006.2033.0000.3.3.90.30 – Material de Consumo.

Secretaria Municipal de Educação e Cultura

Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Educação e Cultura

02.06.01.12.122.5007.2036.0000.3.3.90.30 – Material de Consumo.

Secretaria Municipal de Assistência e Ação Social

Fundo Municipal de Assistência Social

02.07.02.08.244.5009.2057.0000.3.3.90.30 – Material de Consumo

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.0 As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I - todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

II - integram esta Ata, o Edital de Pregão nº 028/2018 e seus anexos e as propostas da empresa classificada para cada grupo, por ITEM.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO

As partes contratantes elegem o Foro da Comarca de Primavera do Leste/MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas da presente ATA, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, as partes firmam a presente ATA, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da GERENCIADORA, na forma do art. 60 da Lei 8 666 de 21/06/93.

Santo Antônio do Leste - MT, 10 de dezembro de 2018.

_____

MIGUEL JOSE BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

_____

OLIVEIRA & BERTUOL LTDA-ME

CONTRATADA

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 073/2016

QUARTO TERMO ADITIVO AO TERMO DE CONTRATO Nº. 073/2016.

Pelo presente instrumento aditivo contratual regido pela Lei Federal nº. 8.666 de 21 de Junho de 1.993, e a Medida Provisória nº. 434 de 27

de fevereiro de 1.994 resolvem entre si, na melhor forma de direito, como partes:

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE-MT, inscrito no CNPJ sob o n.º 04.217.362/0001-90, com sede na Rua A, nº 367, Bairro Jardim Santa Inês, situado na cidade de Santo Antônio do Leste-MT, neste ato representado por seu Prefeito o Sr. Miguel José Brunetta, brasileiro, casado, portador do RG n.º 1.427.577 – SSP/PR e do CPF n. º 326.034.369-53, residente e domiciliado na cidade de Santo Antônio do Leste-MT.

CONTRATADA: APARECIDA ALVES DA SILVA - 03779686686, inscrita no CNPJ nº 24.588.100/0001-49, com sede na Rua Primavera, nº 1420, Jardim Bem Viver – Santo Antônio do Leste – MT – CEP: 78.628-000., doravante denominado **CONTRATADO,** de comum acordo,

Resolvem celebrar o presente Termo Aditivo ao Contrato nº **073/2016 de 20/09/2016** sujeitando-se às normas internas da Contratante, naquilo que couber independente de transição, mediante as cláusula e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto do presente Termo Aditivo a prorrogação de prazo de serviços a serem executados do Contrato original de nº 073/2016, a CLÁUSULA QUARTA, ante aos motivos de força maior, alheio à vontade das partes, conforme segue:

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS ALTERAÇÕES

Fica acrescentado à CLÁUSULA QUARTA – Do PRAZO – **fica prorrogado o prazo até 15 de dezembro de 2019**.

CLÁUSULA TERCEIRA - JUSTIFICATIVA E FUNDAMENTO LEGAL

A necessidade de implementação deste Termo Aditivo ao Contrato original, justifica-se pela prorrogação de prazo de serviços. Este aditivo encontra seu fulcro legal baseado no Art. 65 da Lei 8.666, de 21 de Junho de 1. 993.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA

O presente Termo Aditivo entrará em vigor na data de sua assinatura, vigendo concomitantemente ao Contrato originário.

E, por assim estarem justos e contratados CONTRATANTE E CONTRATADA, mutuamente assinam o presente Termo Aditivo, por si e seus sucessores, em 02 (duas) vias de igual forma e teor, rubricados para todos os fins de direito, em presença de 02 (duas) testemunhas.

Santo Antônio do Leste - MT, 07 de dezembro 2.018.

PELA CONTRATANTE:

MIGUEL JOSÉ BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

PELO CONTRATADO:

APARECIDA ALVES DA SILVA - 03779686686

CNPJ: 24.588.100/0001-49

T E S T E M U N H A S

1ª _____ **2ª** _____

Nome: Nome:

R.G.: R.G.:

C.P.F. C.P.F.

QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 047/2016

QUINTO TERMO ADITIVO AO TERMO DE CONTRATO Nº. 047/2016.

Pelo presente instrumento aditivo contratual regido pela Lei Federal nº. 8.666 de 21 de Dezembro de 1.993, e a Medida Provisória nº. 434 de 27 de fevereiro de 1.994 resolvem entre si, na melhor forma de direito, como partes:

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE-MT, inscrito no CNPJ sob o n.º 04.217.362/0001-90, com sede na Rua A, nº 367, Bairro Jardim Santa Inês, situado na cidade de Santo Antônio do Leste-MT, neste ato representado por seu Prefeito o Sr. Miguel José Brunetta, brasileiro, casado, portador do RG n.º 1.427.577 – SSP/PR e do CPF n. º 326.034.369-53, residente e domiciliado na cidade de Santo Antônio do Leste-MT.

CONTRATADA: LM LADEIRA & CIA LTDA, inscrita no CNPJ nº 06.926. 016/0001-06, com sede na Rua Doutor Lisimaco Ferreira da Costa, nº 225, Recreio – Londrina – PR – CEP: 86.025-090., doravante denominado **CONTRATADO,** de comum acordo,

Resolvem celebrar o presente Termo Aditivo ao Contrato nº 047/2016 de 01/07/2016 sujeitando-se às normas internas da Contratante, naquilo que couber independente de transição, mediante as cláusula e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto do presente Termo Aditivo a prorrogação de prazo de serviços a serem executados do Contrato original de nº 047/2016, a CLÁUSULA QUARTA, ante aos motivos de força maior, alheio à vontade das partes, conforme segue:

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS ALTERAÇÕES

Fica acrescentado à CLÁUSULA QUARTA – Do PRAZO – **fica prorrogado o prazo até 15 de dezembro de 2019**.

CLÁUSULA TERCEIRA - JUSTIFICATIVA E FUNDAMENTO LEGAL

A necessidade de implementação deste Termo Aditivo ao Contrato original, justifica-se pela prorrogação de prazo de serviços. Este aditivo encontra seu fulcro legal baseado no Art. 65 da Lei 8.666, de 21 de Dezembro de 1.993.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA

O presente Termo Aditivo entrará em vigor na data de sua assinatura, vigendo concomitantemente ao Contrato originário.

E, por assim estarem justos e contratados CONTRATANTE E CONTRATADA, mutuamente assinam o presente Termo Aditivo, por si e seus sucessores, em 02 (duas) vias de igual forma e teor, rubricados para todos os fins de direito, em presença de 02 (duas) testemunhas.

Santo Antônio do Leste - MT, 07 de dezembro 2.018.

PELA CONTRATANTE:

MIGUEL JOSÉ BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

PELO CONTRATADO:

LM LADEIRA & CIA LTDA

CNPJ: 06.926.016/0001-06

T E S T E M U N H A S

1ª _____ **2ª** _____

Nome: Nome:

R.G.: R.G.:

C.P.F. C.P.F.

SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 058/2016

SEXTO TERMO ADITIVO AO TERMO DE CONTRATO Nº. 058/2016.

Pelo presente instrumento aditivo contratual regido pela Lei Federal nº. 8.666 de 21 de Junho de 1.993, e a Medida Provisória nº. 434 de 27 de Agosto de 1.994 resolvem entre si, na melhor forma de direito, como partes:

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE-MT, inscrito no CNPJ sob o n.º 04.217.362/0001-90, com sede na Rua A, nº 367, Bairro Jardim Santa Inês, situado na cidade de Santo Antônio do Leste-MT, neste ato representado por seu Prefeito o Sr. Miguel José Brunetta, brasileiro, casado, portador do RG n.º 1.427.577 – SSP/PR e do CPF n. º 326.034.369-53, residente e domiciliado na cidade de Santo Antônio do Leste-MT;

CONTRATADA: CONSTRUTORA TRIPOLO LTDA, inscrita no CNPJ nº 04.879.275/0001-06, com sede na Rua Fernando Corrêa da Costa, nº 3787, sala B, Jardim Belo Horizonte – Rondonópolis – MT – CEP: 78. 705-600., doravante denominado **CONTRATADO,** de comum acordo,

Resolvem celebrar o presente Termo Aditivo ao Contrato nº 058/2016 de 19/07/2016 sujeitando-se às normas internas da Contratante, naquilo que couber independente de transição, mediante as cláusula e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto do presente Termo Aditivo a suplementação de serviços a serem trabalhadas do Contrato original de nº 058/2016, à CLÁUSULA SEGUNDA, ante aos motivos de força maior, alheio à vontade das partes, conforme segue:

CLÁUSULA SEGUNDA – ALTERAÇÃO

Fica acrescentado à CLÁUSULA SEGUNDA – Do prazo – **fica prorrogado o prazo de execução do contrato por mais 180 (cento e oitenta) dias, com o término em 18 de fevereiro de 2019.**

CLÁUSULA TERCEIRA - JUSTIFICATIVA E FUNDAMENTO LEGAL

A necessidade de implementação deste Termo Aditivo ao Contrato original, justifica-se pela necessidade da continuidade dos serviços constantes no objeto e decorre de autorização do Exmo. Sr. Prefeito Municipal. Este aditivo encontra amparo legal no artigo 57, II da Lei 8.666, de 21 de Junho de 1.993.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA

O presente Termo Aditivo entrará em vigor na data de sua assinatura, vigendo concomitantemente ao Contrato originário.

E, por assim estarem justos e contratados CONTRATANTE E CONTRATADA, mutuamente assinam o presente Termo Aditivo, por si e seus sucessores, em 02 (duas) vias de igual forma e teor, rubricados para todos os fins de direito, em presença de 02 (duas) testemunhas.

Santo Antônio do Leste - MT, 15 de agosto de 2.018.

PELA CONTRATANTE:

MIGUEL JOSÉ BRUNETTA

Prefeito Municipal

PELO CONTRATADO:

CONSTRUTORA TRIPOLO LTDA

CONTRATADA

T E S T E M U N H A S

1ª _____ **2ª** _____

Nome: Nome:

R.G.: R.G.:

C.P.F. C.P.F.

DECIMO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 030/2015

DÉCIMO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO TERMO DE CONTRATO Nº. 030/2015.

Pelo presente instrumento aditivo contratual regido pela Lei Federal nº. 8.666 de 21 de Junho de 1.993, e a Medida Provisória nº. 434 de 27 de Agosto de 1.994 resolvem entre si, na melhor forma de direito, como partes:

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE-MT, inscrito no CNPJ sob o n.º 04.217.362/0001-90, com sede na Rua A, nº 367, Bairro Jardim Santa Inês, situado na cidade de Santo Antônio do Leste-MT, neste ato representado por seu Prefeito o Sr. Miguel José Brunetta, brasileiro, casado, portador do RG n.º 1.427.577 – SSP/PR e do CPF n. º 326.034.369-53, residente e domiciliado na cidade de Santo Antônio do Leste-MT;

CONTRATADA: CONSTRUTORA TRIPOLO LTDA, inscrita no CNPJ nº 04.879.275/0001-06, com sede na Rua Fernando Corrêa da Costa, nº 3787, sala B, Jardim Belo Horizonte – Rondonópolis – MT – CEP: 78. 705-600., doravante denominado **CONTRATADO,** de comum acordo,

Resolvem celebrar o presente Termo Aditivo ao Contrato nº 030/2015 de 19/07/2016 sujeitando-se às normas internas da Contratante, naquilo que couber independente de transição, mediante as cláusula e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto do presente Termo Aditivo a suplementação de serviços a serem trabalhadas do Contrato original de nº 030/2015, à CLÁUSULA SEGUNDA, ante aos motivos de força maior, alheio à vontade das partes, conforme segue:

CLÁUSULA SEGUNDA – ALTERAÇÃO

Fica acrescentado à CLÁUSULA SEGUNDA – Do prazo – **fica prorrogado o prazo de execução do contrato por mais 180 (cento e oitenta) dias, com o término em 22 de fevereiro de 2019.**

CLÁUSULA TERCEIRA - JUSTIFICATIVA E FUNDAMENTO LEGAL

A necessidade de implementação deste Termo Aditivo ao Contrato original, justifica-se pela necessidade da continuidade dos serviços constantes no objeto e decorre de autorização do Exmo. Sr. Prefeito Municipal. Este aditivo encontra amparo legal no artigo 57, II da Lei 8.666, de 21 de Junho de 1.993.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA

O presente Termo Aditivo entrará em vigor na data de sua assinatura, vigendo concomitantemente ao Contrato originário.

E, por assim estarem justos e contratados CONTRATANTE E CONTRATADA, mutuamente assinam o presente Termo Aditivo, por si e seus sucessores, em 02 (duas) vias de igual forma e teor, rubricados para todos os fins de direito, em presença de 02 (duas) testemunhas.

Santo Antônio do Leste - MT, 20 de agosto de 2.018.

PELA CONTRATANTE:

MIGUEL JOSÉ BRUNETTA

Prefeito Municipal

PELO CONTRATADO:

CONSTRUTORA TRIPOLO LTDA

CONTRATADA

T E S T E M U N H A S

1ª _____ **2ª** _____

Nome: Nome:

R.G.: R.G.:

C.P.F. C.P.F.

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 001/2017

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO TERMO DE CONTRATO Nº. 001/2017.

Pelo presente instrumento aditivo contratual regido pela Lei Federal nº. 8.666 de 21 de Junho de 1.993, e a Medida Provisória nº. 434 de 27 de fevereiro de 1.994 resolvem entre si, na melhor forma de direito, como partes:

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE-MT, inscrito no CNPJ sob o n.º 04.217.362/0001-90, com sede na Rua A, nº 367, Bairro Jardim Santa Inês, situado na cidade de Santo Antônio do Leste-MT, neste ato representado por seu Prefeito o Sr. Miguel José Brunetta, brasileiro, casado, portador do RG n.º 1.427.577 – SSP/PR e do CPF n. º 326.034.369-53, residente e domiciliado na cidade de Santo Antônio do Leste-MT.

CONTRATADA: NELSO FAVARETTO & CIA LTDA, inscrita no CNPJ nº 17.553.753/0001-27, com sede na Rua Santo Antônio esq. Com Goiás, nº 380, Centro – Santo Antônio do Leste – MT – CEP: 78.628-000., doravante denominado **CONTRATADO,** de comum acordo,

Resolvem celebrar o presente Termo Aditivo ao Contrato nº 001/2017 de 02/01/2017 sujeitando-se às normas internas da Contratante, naquilo que couber independente de transição, mediante as cláusula e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto do presente Termo Aditivo a prorrogação de prazo de serviços a serem executados do Contrato original de nº 001/2017, a CLÁUSULA QUARTA, ante aos motivos de força maior, alheio à vontade das partes, conforme segue:

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS ALTERAÇÕES

Fica acrescentado à CLÁUSULA QUARTA – Do PRAZO – **fica prorrogado o prazo até 16 de dezembro de 2019**.

CLÁUSULA TERCEIRA - JUSTIFICATIVA E FUNDAMENTO LEGAL

A necessidade de implementação deste Termo Aditivo ao Contrato original, justifica-se pela prorrogação de prazo de serviços. Este aditivo encontra seu fulcro legal baseado no Art. 65 da Lei 8.666, de 21 de Junho de 1. 993.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA

O presente Termo Aditivo entrará em vigor na data de sua assinatura, vigendo concomitantemente ao Contrato originário.

E, por assim estarem justos e contratados CONTRATANTE E CONTRATADA, mutuamente assinam o presente Termo Aditivo, por si e seus sucessores, em 02 (duas) vias de igual forma e teor, rubricados para todos os fins de direito, em presença de 02 (duas) testemunhas.

Santo Antônio do Leste - MT, 07 de dezembro 2.018.

PELA CONTRATANTE:

MIGUEL JOSÉ BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

PELO CONTRATADO:

NELSO FAVARETTO & CIA LTDA

CNPJ: 17.553.753/0001-27

T E S T E M U N H A S

1ª _____ **2ª**

_____

Nome: Nome:

R.G.: R.G.:

C.P.F. C.P.F.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE PORTARIA N.º 523/2.018 DE: 07 DE DEZEMBRO DE 2.018

ALTERA A PORTARIA 272/2015 QUE NOMEIA CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL DE SANTO ANTONIO DO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MIGUEL JOSÉ BRUNETTA, Prefeito Municipal de Santo Antônio do Leste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no artigo 51da Lei Federal nº 8.666/93;

RESOLVE:

Artigo 1º- Altera o Artigo 2º que passa a conter a seguinte redação: "**Artigo 2º -** O Conselho Municipal terá a seguinte composição:

I – **REPRESENTANTES DA PREFEITURA MUNICIPAL:**

Titular: **Jeronimo Lemes de Siqueira.**

Suplente: **Vilmar de Souza**

II – **REPRESENTANTES DA CÂMARA DE VEREADORES:**

Titular: **Giovane Biff**

Suplente: **Euclides Cecatto**

III – **REPRESENTANTES DAS ASSOCIAÇÕES DE AGRICULTORES FAMILIARES:**

a) ASSOCIAÇÃO DE TRABALHADORES RURAIS DE SANTO ANTONIO DO LESTE Titulares: **Alison Rosa da Silva.** Suplente: **Nelson João da Silva. b) ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS DO ASSENTAMENTO MATRINCHÃ.** Titular: **Nelson Cândido Pereira.** Suplente: **Eronisa Costa de Castro. IV - REPRESENTANTE DO BANCO DO BRASIL** Titular: **Felipe Bastos Belizário** Suplente: **Loide Maria Moreira Maia V – REPRESENTANTE EMPAER/MT – ESCRITORIO SANTO ANTONIO DO LESTE** Titular: **Jonathan de Vasconcelos Barros VI – REPRESENTANTE DO INDEA/MT** Titular: **Alaessio Alves de Souza** Suplente: **Aristoteles Portela Neto**

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

EM: 07 DE DEZEMBRO DE 2.018

MIGUEL JOSÉ BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada na Secretaria Municipal de Administração e Planejamento e Publicada por afixação em local de costume, conforme disposto na Legislação em vigor.

RONALDO MARTINS DE AMORIM

GERENTE DE CIDADE

CONTRATO 132/2018 - TOMADA DE PREÇOS 011/2018

CONTRATO Nº 132/2018

TOMADA DE PREÇOS Nº 011/2018

"QUE ENTRE SI FAZEM, DE UM LADO O MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE - MT E DE OUTRO, A EMPRESA MARIA BRITO OLIVEIRA DA MATA-ME NAS CONDIÇÕES ABAIXO E SEGUINTES"

01- DAS PARTES

1.1-MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE - MT, inscrito no CNPJ sob o n.º 04.217.362/0001-90, com sede na Rua A, nº 367, Jardim Santa Inês, situado na cidade de Santo Antônio do Leste/MT, neste ato repre-

sentado por seu Prefeito o Sr. Miguel José Brunetta, brasileiro, casado, portador do RG n.º 1.427.577 – SSP/PR e do CPF n.º 326.034.369-53, residente e domiciliado na cidade de Santo Antônio do Leste/MT, doravante denominado, simplesmente, CONTRATANTE;

1.2- **MARIA BRITO OLIVEIRA DA MATA-ME**, jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob número 09.666.823/0001-25, com sede na Rua Piauí, s/nº, bairro Centro – Poxoréo/MT – CEP: 78.800-000, neste ato representada pela sua proprietária Sra. Maria Brito Oliveira da Mata, brasileira, viúva, portadora do RG sob o n. ° 116674 SSP/MT e inscrito no CPF sob o n. ° 062.116.231-00, doravante denominada simplesmente CONTRATADA.

02- DO SUPORTE LEGAL

2.1- Este Contrato de Prestação de Serviço se fundamenta nas disposições consubstanciadas pela Lei Federal n.º 8.666/93, atualizada pela Lei Federal n.º 8.883/94 e ainda Lei Complementar n.º 123/2006 e Licitação TOMADA DE PREÇOS N.º 011/2018 do tipo MENOR PREÇO, sob a forma de execução indireta, em regime de EMPREITA POR PREÇO GLOBAL, Processo Administrativo n.º 138/2018 e convenções estabelecidas neste Instrumento, bem como nas normas inerentes à matéria e ainda na homologação do Prefeito no dito certame, datada de 10/12/2018.

03- DO OBJETO

3.1- **Contratação de empresa especializada na execução de obra de ampliação e adequação do posto de saúde Indígena da Aldeia Agua Limpa (anexo alojamento),** CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NESTE EDITAL E SEUS ANEXOS, Planilha Orçamentária Padrão, cronograma físico-financeiro e Memorial Descritivo, constantes do Processo Licitatório TOMADA DE PREÇO N.°011/2018;

3.2- Para a prestação dos serviços, objeto deste Contrato, deverá a CONTRATADA obedecer.

Às instruções e normas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas), Ministério da Saúde.

04- DO REGIME DE EXECUÇÃO

4.1- Os serviços será executada de conformidade com os termos da Licitação, TOMADA DE PREÇO N.°011/2018, do tipo MENOR PREÇO, sob a forma de execução indireta, em regime de **EXECUÇÃO INDIRETA**, nos termos estatuídos pelo Artigo 6°, Inciso VIII, alínea "e" da Lei Federal n.º 8.666/93.

05- DO FATO GERADOR CONTRATUAL

5.1- O presente Instrumento Contratual foi firmado em decorrência do Despacho Homologatório e Adjudicatório pelo Prefeito Municipal de Santo Antônio do Leste -MT, em 10/12/2018, concernente à Licitação instaurada na modalidade TOMADA DE PREÇOS Nº. 011/2018, Processo Administrativo n.º 138/2018 e de conformidade com os ditames da Lei Federal n.º 8.666/93 e alterações posteriores.

06- DO VALOR

6.1- O menor preço para a execução dos serviços objeto deste Contrato corresponde ao valor de R$ 107.899,83 (cento e sete mil oitocentos e noventa e nove reais e oitenta e três centavos).

07- DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

7.1- As despesas decorrentes deste procedimento correrão à conta da seguinte Dotação Orçamentária da Secretaria Municipal de Saúde.

Secretaria Municipal de Saúde

Reforma, Ampliação e Adequação de Unidades de Saúde

02.05.10.301.5006.1121.4.4.90.51.91 – Obras em Andamento

Saldo Orçamentário: R$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais)

7.2- Se for o caso, nos exercícios subsequentes, as despesas, em referência, poderá correr à mesma conta ou àquela correspondente que for destinada a custear este tipo de despesa pela CONTRATANTE.

8.1- O PRAZO para a execução dos serviços, objeto deste Contrato, será de 120 (cento e vinte) dias, com início nesta data **(10/12/2018)** e término em **(08/04/2019)**, podendo ser prorrogado se necessário, somente mediante Aditivo Contratual, nos termos estabelecidos pela Lei Federal n.º 8. 666/93 e alterações posteriores;

8.2- O prazo para início dos serviços será de no máximo até 10 (dez) dias úteis após a data da emissão da respectiva Ordem de Serviço;

8.3- Os prazos de início de etapas de execução, de conclusão e de entrega admitem prorrogação mantida às demais Cláusulas do Contrato e assegurada à manutenção de seu equilíbrio econômico-financeiro, desde que ocorram alguns dos seguintes motivos, devidamente autuados em processo:

a) Alteração do projeto executivo dos serviços ou especificações, pela Administração;

b) Superveniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes que altere fundamentalmente as condições de execução do contrato;

c) Interrupção de execução do contrato ou diminuição do ritmo do trabalho por ordem e no interesse da Administração;

d) Aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos pela Lei;

e) Impedimento de execução do contrato por fato ou ato de terceiro reconhecido pela Administração em documento contemporâneo à sua ocorrência;

f) Omissão ou atraso de providências a cargo da administração, inclusive quanto aos pagamentos previstos de que resulte, diretamente, impedimento ou retardamento na execução do contrato, sem prejuízo das sanções legais aplicáveis aos responsáveis.

09- DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

9.1- Os pagamentos serão efetuados na Tesouraria da CONTRATANTE, sito à Rua A, nº 367, bairro Jardim Santa Inês, nesta cidade de Santo Antônio do Leste- MT, se outra não for à decisão ou através de conta bancária;

9.2- Os pagamentos serão realizados conforme medições, em até 10 (dez) dias contados da data de emissão da nota fiscal/fatura, condicionados a ORDEM DE SERVIÇOS e medições devidamente atestados pelo Departamento de Engenharia desta Prefeitura e comprovação do pagamento/regularidade com a Previdência Social e FGTS, sendo que o pagamento e recebimento definitivo serão condicionados à demonstração de regularidade da CONTRATADA perante os órgãos antes descritos e funcionários.

10- DO REAJUSTAMENTO

10.1- Os preços para a prestação dos serviços em referência serão fixos e não sofrerão reajuste durante a vigência deste Contrato, de acordo com os termos estabelecidos pela legislação vigente e atinente à matéria, ressalvados os casos estipulados neste contrato e se houver desequilíbrio econômico – financeiro do contrato devidamente justificado;

10.2- No caso de prorrogação do Contrato de Prestação de Serviço, só poderá haver reajuste, se existir acordo entre as partes, nunca contrariando, qualquer que for algum índice oficial estabelecido pelo Governo Federal.

11- DAS PENALIDADES

11.1- Pelo INADIMPLEMENTO TOTAL ou PARCIAL do presente Contrato, ficará a CONTRATADA sujeita às seguintes penalidades, a critério do CONTRATANTE, garantida a prévia defesa:

11.1.1- Advertência;

11.1.2- Multas;

11.1.3- Suspensão temporária de participação em Licitação e impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de 12 (doze) meses;

11.1.4- Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração enquanto perdurarem os motivos determinados da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a CONTRATANTE.

12- MULTAS

12.1- Ressalvados os casos fortuitos ou de força maior, devidamente comprovado, ou ainda situações que o CONTRATANTE caberia obviar, a CONTRATADA incorrerá nas seguintes multas:

a) Por dia que exceder o prazo de entrega dos serviços, 0,0l% (um centésimo por cento) do valor atualizado do contrato;

b) Multas variáveis de 1% (um por cento) do valor atualizado do contrato:

b.1) – Se a entrega dos serviços não atender o andamento de acordo com Cronograma;

b.2) - Se não efetuar a entrega do objeto deste instrumento, de acordo com as normas, manuais, instruções e especificações contidas no Memorial Descritivo;

12.2- As multas estabelecidas serão entendidas como independentes e cumulativas:

12.2.1- A CONTRATADA terá o limite de 03 (três) dias úteis, contados da data da publicação da penalidade no órgão oficial, para recolher a multa aos cofres do Município;

12.2.2- Os recursos contra a multa aplicada deverão ser feitos no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, nas condições do Artigo 109, Inciso I, alínea "f" da Lei Federal n.º 8.666/93.

13- DA RESCISÃO

13.1- Constitui motivo para rescisão deste Contrato os Incisos de I a XVII do Artigo 78 da Lei Federal n.º 8.666/93, atualizada pela Lei Federal n.º 8.883/94;

13.2. - A rescisão do presente Contrato poderá ser:

a) Amigável - por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo de licitação, desde que haja conveniência para o CONTRATANTE;

b) Administrativa - por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerado nos Incisos I a XII e XVII do Artigo 78 da Lei Federal n.º 8.666/93;

c) Judicial - nos termos da Legislação Processual.

14- DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

14.1- O Contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nos termos do Artigo 65 da Lei Federal n.º 8.666/93 e alterações, de comum acordo entre as partes e somente mediante aditivo contratual e, em especial nos casos abaixo:

I - Unilateralmente pela CONTRATANTE:

a) Quando houver modificação das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos;

b) Quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos pela Lei Federal n.º 8.666/93;

14.2- A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços, em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato;

14.3- Quaisquer tributos ou encargos criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data da apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou menos, conforme o caso;

14.4- Em havendo alteração unilateral do contrato que aumente os encargos da CONTRATADA, a CONTRATANTE deverá restabelecer, por aditamento, o equilíbrio econômico-financeiro inicial, nos termos preceituados pelo § 6° do Artigo 65 da Lei Federal n.º 8.666/93;

14.5- As alterações do valor do contrato, decorrente de modificação de quantitativos previstos, revisão de preços bem como a prorrogação de prazos e o seu desequilíbrio financeiro, serão formalizadas pôr lavraturas de Termo de Aditamento, pôr acordo das partes, conforme disposição legal contida no artigo 65 e seus incisos e parágrafos da Lei Federal n.º 8.666/93.

15- DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

15.1- O Contrato de Prestação de Serviço deverá ser executado fielmente de acordo com as cláusulas avençadas, sendo obrigações da CONTRATADA:

a) Prestar os serviços, objeto do presente Contrato, com absoluta diligencia e perfeição;

b) A CONTRATADA é obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da prestação dos serviços, objeto deste instrumento contratual;

c) A CONTRATADA é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.

15.2- Os acréscimos, supressões ou modificações que incorram em serviços complementares ou extraordinários, respeitados os limites da Legislação vigente, serão objetos de alterações unilateral do Contrato, e serão formalizados através de um único documento, quando do recebimento do objeto ora contratado;

15.3- A CONTRATADA é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciário, fiscais e comerciais, resultantes da execução deste Contrato;

15.4- A CONTRATADA responsabiliza-se pelo fiel cumprimento das obrigações pertinentes aos serviços objeto deste Contrato;

15.5- A CONTRATADA fica ciente e se responsabiliza pela prestação dos serviços de acordo com Projetos de arquitetura (planta baixa, cortes), quando for o caso, Cláusulas constantes do Edital de Licitação 011/2018, Planilha Orçamentária e Memorial Descritivo, com acompanhamento através do Departamento de Engenharia da Prefeitura, que se encarregará de repassar as orientações para a realização do mesmo;

15.6- Para assinar o contrato, deverá a CONTRATADA prestar caução de garantia de 1% (um por cento) do valor a ser contratado, a preços iniciais, em conformidade com o § 1° do artigo 56 da Lei Federal n.º 8.666/93, devendo permanecer sua validade durante a vigência do contrato, sob pena de decair o direito à contratação.

16-DAS RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE

16.1- A CONTRATANTE se responsabiliza pelo pagamento nas condições estabelecidas neste Instrumento;

16.2- Fica o Departamento de Engenharia da CONTRATANTE, responsável pelo acompanhamento, fiscalização e pela realização das medições dos serviços objeto deste Instrumento Contratual;

16.3 - Publicar o Extrato deste Instrumento na forma da Lei;

16.4 - Fornecer à CONTRATADA todas as orientações e subsídios necessários ao bom e fiel cumprimento do objeto deste Contrato;

16.5- Notificar a CONTRATADA no caso da existência de alguma contrariedade relacionada aos serviços prestados e andamento.

16.6 Responsabilizar-se pelas licenças necessárias, inclusive ao funcionamento dos equipamentos.

17- DA FISCALIZAÇÃO

17.1 Ficará responsável pela fiscalização deste Contrato servidor (a) público (a) municipal desta Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste/MT, Sr. Aminadalb Alves de Souza Junior – Engenheiro Civil designado para dirimir as dúvidas que surgirem no curso das aquisições, que de tudo dará ciência à Administração, conforme art. 67, da Lei nº 8.666/93, com suas ulteriores alterações.

18- DA VINCULAÇÃO

18.1- O presente Contrato de Prestação de Serviço vincula-se ao Processo Administrativo n.º 138/2018, TOMADA DE PREÇOS N.º 011/2018 e seus anexos, bem como a proposta apresentada, pelos vencedores do certame.

19- DO DOMICÍLIO E FORO

19.1- As partes elegem como domicílio legal, o Foro da Comarca de Primavera do Leste - MT, para dirimir quaisquer litígios decorrentes deste Contrato de Prestação de Serviço, excluindo-se qualquer outro por mais privilegiado que seja, desde que não possam ser resolvidas amigavelmente.

20- DA ASSINATURA

20.1- E, por estarem devidamente acordados, declaram as partes que aceitam as disposições estabelecidas nas Cláusulas deste Instrumento, sujeitando-se às normas contidas na Lei Federal n.º 8.666/93, atualizada pela Lei Federal n.º 8.883/94, bem como as demais normas complementares, assinando este Contrato n.º 132/2018 em 02 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com 02 (duas) testemunhas.

Santo Antônio do Leste– MT, 10 de dezembro de 2018.

_____

MIGUEL JOSE BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

_____

MARIA BRITO OLIVEIRA DA MATA-ME

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

01)_____.

NOME:

RG;

CPF;

02)_____.

NOME:

RG:

CPF:

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 008/2017

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO TERMO DE CONTRATO Nº. 008/2017.

Pelo presente instrumento aditivo contratual regido pela Lei Federal nº. 8.666 de 21 de Junho de 1.993, e a Medida Provisória nº. 434 de 27 de fevereiro de 1.994 resolvem entre si, na melhor forma de direito, como partes:

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE-MT, inscrito no CNPJ sob o n.º 04.217.362/0001-90, com sede na Rua A, nº 367, Bairro Jardim Santa Inês, situado na cidade de Santo Antônio do Leste-MT, neste ato representado por seu Prefeito o Sr. Miguel José Brunetta, brasileiro, casado, portador do RG n.º 1.427.577 – SSP/PR e do CPF n. º 326.034.369-53, residente e domiciliado na cidade de Santo Antônio do Leste-MT.

CONTRATADA: BIO RESIDUOS SOLUÇOES AMBIENTAIS LTDA, inscrita no CNPJ nº 22.096.126/0001-44, com sede na Mário Rossignolo, nº 406, Distrito Industrial – Rondonópolis – MT – CEP: 78.745-790., doravante denominado **CONTRATADO,** de comum acordo,

Resolvem celebrar o presente Termo Aditivo ao Contrato nº 008/2017 de 03/03/2017 sujeitando-se às normas internas da Contratante, naquilo que couber independente de transição, mediante as cláusula e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto do presente Termo Aditivo a prorrogação de prazo de serviços a serem executados do Contrato original de nº 008/2017, a CLÁUSULA QUARTA, ante aos motivos de força maior, alheio à vontade das partes, conforme segue:

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS ALTERAÇÕES

Fica acrescentado à CLÁUSULA QUARTA – Do PRAZO – **fica prorrogado o prazo até 16 de dezembro de 2019**.

CLÁUSULA TERCEIRA - JUSTIFICATIVA E FUNDAMENTO LEGAL

A necessidade de implementação deste Termo Aditivo ao Contrato original, justifica-se pela prorrogação de prazo de serviços. Este aditivo encontra seu fulcro legal baseado no Art. 65 da Lei 8.666, de 21 de Junho de 1. 993.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA

O presente Termo Aditivo entrará em vigor na data de sua assinatura, vigendo concomitantemente ao Contrato originário.

E, por assim estarem justos e contratados CONTRATANTE E CONTRATADA, mutuamente assinam o presente Termo Aditivo, por si e seus sucessores, em 02 (duas) vias de igual forma e teor, rubricados para todos os fins de direito, em presença de 02 (duas) testemunhas.

Santo Antônio do Leste - MT, 07 de dezembro 2.018.

PELA CONTRATANTE:

MIGUEL JOSÉ BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

PELO CONTRATADO:

BIO RESIDUOS SOLUÇOES AMBIENTAIS LTDA

CNPJ: 22.096.126/0001-44

T E S T E M U N H A S

1ª _____ **2ª** _____

Nome: Nome:

R.G.: R.G.:

C.P.F. C.P.F.

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 028/2017

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO TERMO DE CONTRATO Nº. 028/2017.

Pelo presente instrumento aditivo contratual regido pela Lei Federal nº. 8.666 de 21 de Junho de 1.993, e a Medida Provisória nº. 434 de 27 de fevereiro de 1.994 resolvem entre si, na melhor forma de direito, como partes:

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE-MT, inscrito no CNPJ sob o n.º 04.217.362/0001-90, com sede na Rua A, nº 367, Bairro Jardim Santa Inês, situado na cidade de Santo Antônio do Leste-MT, neste ato representado por seu Prefeito o Sr. Miguel José Brunetta, brasileiro, casado, portador do RG n.º 1.427.577 – SSP/PR e do CPF n. º 326.034.369-53, residente e domiciliado na cidade de Santo Antônio do Leste-MT.

CONTRATADA: ATIVA MATERIAIS ELETRICOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 06.110.817/0002-80, com sede na Rua do Comércio, nº 100, Parque Castelândia – Primavera do Leste – MT – CEP: 78.850-000., doravante denominado **CONTRATADO,** de comum acordo,

Resolvem celebrar o presente Termo Aditivo ao Contrato nº 028/2017 de 25/04/2017 sujeitando-se às normas internas da Contratante, naquilo que couber independente de transição, mediante as cláusula e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto do presente Termo Aditivo a prorrogação de prazo de serviços a serem executados do Contrato original de nº 028/2017, a CLÁUSULA QUARTA, ante aos motivos de força maior, alheio à vontade das partes, conforme segue:

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS ALTERAÇÕES

Fica acrescentado à CLÁUSULA QUARTA – Do PRAZO – **fica prorrogado o prazo até 15 de dezembro de 2019**.

CLÁUSULA TERCEIRA - JUSTIFICATIVA E FUNDAMENTO LEGAL

A necessidade de implementação deste Termo Aditivo ao Contrato original, justifica-se pela prorrogação de prazo de serviços. Este aditivo encontra seu fulcro legal baseado no Art. 65 da Lei 8.666, de 21 de Junho de 1. 993.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA

O presente Termo Aditivo entrará em vigor na data de sua assinatura, vigendo concomitantemente ao Contrato originário.

E, por assim estarem justos e contratados CONTRATANTE E CONTRATADA, mutuamente assinam o presente Termo Aditivo, por si e seus sucessores, em 02 (duas) vias de igual forma e teor, rubricados para todos os fins de direito, em presença de 02 (duas) testemunhas.

Santo Antônio do Leste - MT, 07 de dezembro 2.018.

PELA CONTRATANTE:

MIGUEL JOSÉ BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

PELO CONTRATADO:

ATIVA MATERIAIS ELETRICOS LTDA

CNPJ: 06.110.817/0002-80

T E S T E M U N H A S

1ª _____ **2ª** _____

Nome: Nome:

R.G.: R.G.:

C.P.F. C.P.F.

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 093/2017

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO TERMO DE CONTRATO Nº. 093/2017.

Pelo presente instrumento aditivo contratual regido pela Lei Federal nº. 8.666 de 21 de Junho de 1.993, e a Medida Provisória nº. 434 de 27 de fevereiro de 1.994 resolvem entre si, na melhor forma de direito, como partes:

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE-MT, inscrito no CNPJ sob o n.º 04.217.362/0001-90, com sede na Rua A, nº 367, Bairro Jardim Santa Inês, situado na cidade de Santo Antônio do Leste-MT, neste ato representado por seu Prefeito o Sr. Miguel José Brunetta, brasileiro, casado, portador do RG n.º 1.427.577 – SSP/PR e do CPF n. º 326.034.369-53, residente e domiciliado na cidade de Santo Antônio do Leste-MT.

CONTRATADA: FACILITA GESTAO PUBLICA BRASIL EIRELI, inscrita no CNPJ nº 17.286.917/0001-05, com sede na Rua das Dálias, nº 324, Jardim Cuiabá – Cuiabá – MT – CEP: 78.043-152., doravante denominado **CONTRATADO,** de comum acordo,

Resolvem celebrar o presente Termo Aditivo ao Contrato nº 093/2017 de 01/11/2017 sujeitando-se às normas internas da Contratante, naquilo que couber independente de transição, mediante as cláusula e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto do presente Termo Aditivo a prorrogação de prazo de serviços a serem executados do Contrato original de nº 093/2017, a CLÁUSULA OITAVA, ante aos motivos de força maior, alheio à vontade das partes, conforme segue:

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS ALTERAÇÕES

Fica acrescentado à CLÁUSULA OITAVA – Do PRAZO – **fica prorrogado o prazo até 16 de dezembro de 2019**.

CLÁUSULA TERCEIRA - JUSTIFICATIVA E FUNDAMENTO LEGAL

A necessidade de implementação deste Termo Aditivo ao Contrato original, justifica-se pela prorrogação de prazo de serviços. Este aditivo encontra seu fulcro legal baseado no Art. 65 da Lei 8.666, de 21 de Junho de 1. 993.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA

O presente Termo Aditivo entrará em vigor na data de sua assinatura, vigendo concomitantemente ao Contrato originário.

E, por assim estarem justos e contratados CONTRATANTE E CONTRATADA, mutuamente assinam o presente Termo Aditivo, por si e seus sucessores, em 02 (duas) vias de igual forma e teor, rubricados para todos os fins de direito, em presença de 02 (duas) testemunhas.

Santo Antônio do Leste - MT, 07 de dezembro 2.018.

PELA CONTRATANTE:

MIGUEL JOSÉ BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

PELO CONTRATADO:

FACILITA GESTAO PUBLICA BRASIL EIRELI

CNPJ: 17.286.917/0001-05

T E S T E M U N H A S

1ª _____ **2ª** _____

Nome: Nome:

R.G.: R.G.:

C.P.F. C.P.F.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - UNIDADE DE CONTROLE INTERNO
ITR - EDITAL DE TERMO DE CONSTATAÇÃO E INTIMAÇÃO N° 00004, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2018.

Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR)

Delegação de Atribuição - Lei nº 11.250, de 27 de dezembro de 2005 - EC nº 42/2003

MUNICÍPIO - SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - MT

EDITAL DE TERMO DE CONSTATAÇÃO E INTIMAÇÃO N° 00004, de 10 de Dezembro de 2018.

Intima o(s) sujeito(s) passivo(s) que menciona para comparecimento no local citado para tratar de assunto do seu interesse.

O Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR, nos termos do artigo 23, § 1º, inciso II, do Decreto nº 70.235/72, com redação dada pelas Leis nº 11.941/2009 e nº 11.196/2005, e tendo em vista o disposto na Lei nº 11.250/2005, INTIMA o[s] sujeito[s] passivo[s] abaixo relacionado [s], a comparecer[em], em dia útil, no horário normal de atendimento, à sede da administração tributária deste município para tomar ciência do[s] Termo[s] de Constatação e Intimação Fiscal [ITR] a seguir identificado[s].

Em caso de não comparecimento do sujeito passivo ou seu representante legal, considerar-se-á feita a intimação no 15º [décimo quinto] dia após a publicação deste Edital.

Sujeito(s) Passivo(s)		
Nome Completo / Razão Social	**CPF/CNPJ**	**Termo de Constatação e Intimação (ITR)**
ADALBERTO JOSE BENEZ	894.992.631-87	9183/00001/2018
ADALBERTO JOSE BENEZ	894.992.631-87	9183/00002/2018
JOSE BASSO BIAZON	181.313.951-20	9183/00023/2018
JOSE BASSO BIAZON	181.313.951-20	9183/00024/2018
MANOEL NOVAES	034.482.581-72	9183/00036/2018
MANOEL NOVAES	034.482.581-72	9183/00037/2018

Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR
Nome: EMIVALDO DE CASTRO E SILVA Matrícula: 00003504 Cargo/Portaria de Nomeação n° 104/2018 : SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FINANÇAS Nome: GILMAR BARREIRA DE ALMEIDA Matrícula: 881 Cargo Efetivo: Fiscal de Tributos Responsável pelo Convênio com a Receita Federal do Brasil (RFB) - Portaria nº 226/2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE DISTRATO

DISTRATO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 108/2016 – TOMADA DE PREÇO Nº 001/2016

CONTRATO (A): TRINDADE ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA - EPP

CLÁUSULA PRIMEIRA: A contratante e o contratado, em 23 de Novembro de 2016, firmaram presente Contrato tem por objeto " A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM CONSTRUÇÃO CIVIL PARA CONSTRUIR O CENTRO DE REFERENCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL-CRAS EM SÃO JOSÉ DO POVO – MT, REFERENTE A PROPOSTA DO SINCOV Nº 084428/2013 E CONTRATO DE REPASSE Nº 794611/2013 JUNTO A CAIXA ECONOMICA FEDERAL"

CLÁUSULA SEGUNDA: A contratante e o contratado decidem desistir da continuidade do contrato até agora vigente, atendendo as determinações da Caixa Econômica Federal em análise técnica preliminar, PA 189/2018 "**Devido a apresentação de nova planilha orçamentária (preços e quantitativos alterados), entendemos que se trata de uma reprogramação para nova licitação. Assim, a proponente deve apresentar uma cópia da publicação do distrato do contrato n° 108/2016**." E reiterando no PA GIGOV/CB 0446/2018, DE 30 de Maio de 2018.

CLÁUSULA TERCEIRA: O contratado, por força do instrumento ora distratado, não executou seus serviços.

CLÁUSULA QUARTA: A contratante não pagou a contratada por nenhum serviço.

CLÁUSULA QUINTA: A contratante outorga ao contratado plena, total e irrevogável quitação, para nada mais reclamar, a qualquer tempo e a que título for, em relação à avença distratada, bem como aos serviços profissionais prestados.

CLÁUSULA SEXTA: O contratado, após o recebimento dos serviços previstos, outorga à contratante plena, total e irrevogável quitação, para nada mais reclamar, a qualquer tempo e a que título for, em relação à avença distratada.

CLÁUSULA SÉTIMA: O presente distrato é firmado em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as partes, seus herdeiros e sucessores.

CLÁUSULA OITAVA: Os casos omissos serão resolvidos de comum acordo.

As partes elegem como domicílio legal o foro da Comarca de Rondonópolis para dirimir quaisquer litígios decorrentes da aplicação deste Contrato, excluindo-se qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, para firmeza e como prova de assim haverem rescindido o contrato, firmam este instrumento particular, impresso em duas vias de igual teor e forma, assinado pelas partes contratantes e pelas testemunhas abaixo.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃ JOSÉ DO RIO CLARO
PORTARIA Nº 256/2018, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2018

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SERVIDOR DE CARGO EFETIVO.

Valdomiro Lachovicz, Prefeito Municipal de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º - Exonerar o servidor de cargo efetivo abaixo, conforme discriminado:

NOME	CARGO	DATA EXON.	MOTIVO
Edivaldo Garcia	Odontólogo	10/11/2018	60- Falecimento

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal,

São José do Rio Claro(MT), 12 de novembro de 2018.

VALDOMIRO LACHOVICZ

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃ JOSÉ DO RIO CLARO
PORTARIA Nº 258/2018, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2018

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE À SERVIDOR.

Valdomiro Lachovicz, Prefeito Municipal de São José do Rio Claro – MT, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder Licença para Tratamento de Saúde à servidora abaixo, de acordo com o disposto no Art. 123, da Lei Municipal n° 991, de 23 de janeiro de 2014:

NOME	PERÍODO LICENÇA	A PARTIR DE
Eliane Pereira dos Santos	30 dias	13/11/2018

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal,

São José do Rio Claro – MT, 13 de novembro de 2018.

VALDOMIRO LACHOVICZ

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃ JOSÉ DO RIO CLARO
PORTARIA Nº 259/2018, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2018

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO DE ALMENTAÇÃO ESCOLAR – CAE.

VALDOMIRO LACHOVICZ, Prefeito Municipal de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, consoante com a Lei Municipal nº 537, de 1º de dezembro de 2003, alterada pela Lei nº 1. 152, de 27 de dezembro de 2017;

RESOLVE:

Art. 1º. Ficam nomeados para comporem o Conselho de Alimentação Escolar do Município de São José do Rio Claro-MT os seguintes membros:

Representante Poder Executivo	
Titular	**Suplente**
Roselaine Costa dos Santos CPF: 428003401-00	Ercilia Terezinha Timm Socoloski CPF: 531207361-04
REPRESENTANTES DAS ENTIDADES DE TRABALHADORES DA EDUCAÇÃO E DISCENTES	
Titular	**Suplente**
José Valdir de Paula Ferreira CPF: 361821411-15	Joana Carnavali Sanches CPF: 571165391-15
Rosimeire da Silva Trindade CPF: 002.745.951-92	Adila Geny Inácio dos Santos Souza CPF: 723038671-34
Representantes de Pais e Alunos	
Titular	**Suplente**
Maria Antonia Ferro Santos CPF: 900.258.491-15	Ana Lucia Augusta Cordeiro da Silva CPF: 017.036.751-77
Edna Rodrigues da Silva CPF: 004.192.691-93	Juliana Raquel Chrusczak CPF:167.018.234..981.-08
Representantes da Sociedade Civil	
Titular	Suplente
Adriano Marino CPF: 035.085.241-32	Aparecido Rodrigues CPF: 278.904.659.-04
Marino Wilbert CPF: 045.881.159.-95	Maria Aparecida Inaso CPF: 538.043.761-34

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal

São José do Rio Claro, 23 de novembro de 2018.

VALDOMIRO LACHOVICZ

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃ JOSÉ DO RIO CLARO
PORTARIA Nº 260/2018, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2018

DISPÕE SOBRE AVERBAÇÃO DE TEMPO DE SERVIÇO DO SERVIDOR JOAQUIM DE OLIVEIRA.

VALDOMIRO LACHOVICZ, Prefeito Municipal de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, que lhes são conferidas por Lei; e

Considerando os artigos 152 e 154 da Lei 991 de 23 de janeiro de 2014, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município; e

Considerando os art. 41 e 102 da Lei Complementar 963/2013 de 27 de Junho de 2013, que dispõe do Regime Próprio dos Servidores Municipais.

RESOLVE:

Art. 1º - Averbar o tempo de serviço/contribuição, conforme a Certidão de Tempo de contribuição do INSS do servidor **EDEMAR WINTER.**

Art. 2° - O período averbado totaliza 01 (um) ano, 03 (três) meses e 29 (vinte e nove) dias, conforme Parecer Jurídico.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal,

São José do Rio Claro-MT, 27 de novembro de 2018.

VALDOMIRO LACHOVICZ

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃ JOSÉ DO RIO CLARO
CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL-CMAS -
RESOLUÇÃO N° 07/CMAS/2018

DISPÕE SOBRE A APROVAÇÃO DAS CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2017 REFERENTE AOS RECURSOS DE CO-FINANCIAMENTO DO GOVERNO FEDERAL E OUTRAS PROVIDENCIAS.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, em Reunião Ordinária realizada no dia 04 de dezembro de 2018, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela legislação vigente; e

Considerando a Reunião Ordinária realizada no dia 08 de agosto de 2018, conforme Ata 016/2018/CMAS,

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar as contas do exercício de 2017, referente aos recursos de Co-financiamento do Governo Federal.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua emissão.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

São José do Rio Claro-MT, 05 de dezembro de 2018.

IRENE SOUZA POLIDORO

Presidente CMAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃ JOSÉ DO RIO CLARO
PORTARIA Nº 261/2018, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2018

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE PROGRESSÃO DE SERVIDORES DA ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO – MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Valdomiro Lachovicz, Prefeito Municipal de São José do Rio Claro – MT, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder Progressão Vertical aos servidores da Administração do Município de São José do Rio Claro-MT, no mês de novembro/2018, de acordo com a Lei n° 989, de 21 de janeiro de 2014, conforme discriminado:

PROGRESSÃO				
SERVIDOR	***CARGO***	**CLAS/ NIV ATUAL**	**CLAS/ NIV PROGREDIDA**	**A PARTIR DO MÊS DE:**
ELISANGELA CARMO GUSMÃO	**SERVIDOR BRAÇAL**	A2	A3	Retroativo à set/18
EVANDRO ALVES NEVES	**MOTORISTA**	A1	A2	-
FABIANA M. S. NASCIMENTO	ACS	A1	A2	-
JESSICA DA SILVA LARA	ACS	A1	A2	-
KARINE ISABELLA A. BRITO	ACS	A1	A2	-
LUCIANO CASADO DE LIMA	AUX. MECÂNICO	A1	A2	-

MEIRE REJANI DA S. RIZZATTO	AUX. ADM.	A1	A2	-
VALDIMARA KOLODZIEY	VIGIA	C4	C5	Retroativo à set/18

Art. 2º - Fica autorizado o pagamento aos servidores descritos n**o artigo primeiro da presente Portaria, referente ao período retroativo da respectiva proprogressão.**

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal,

São José do Rio Claro – MT, 28 de novembro de 2018.

Valdomiro Lachovicz

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃ JOSÉ DO RIO CLARO
PORTARIA Nº 264/2018, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2018

DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO NA COMPOSIÇÃO DOS MEMBROS DA COMISSÃO PERMANENTE DE CONTROLE PATRIMONIAL.

Valdomiro Lachovicz, Prefeito Municipal de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhes são conferidas por Lei

R E S O L V E:

Art. 1º. Alterar a composição dos membros da **COMISSÃO PERMANENTE DE CONTROLE PATRIMONIAL** da Prefeitura Municipal de São José do Rio Claro para o exercício de 2018, constituída pela Portaria nº 019/2018 de 17 de janeiro de 2018, nomeando como membro o Servidor MAURO SÉRGIO TOMAZ, em substiuição ao membro Lílian Rosa Tavares da Silva Bernardo, a partir da presente data.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal,

São José do Rio Claro-MT, 28 de novembro de 2018.

VALDOMIRO LACHOVICZ

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃ JOSÉ DO RIO CLARO
PORTARIA Nº 263/2018, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2018

DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO NA COMPOSIÇÃO DOS MEMBROS DA COMISSÃO PERMANENTE DE RECEBIMENTO DE BENS, MATERIAIS E SERVIÇOS.

Valdomiro Lachovicz, Prefeito Municipal de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhes são conferidas por Lei

R E S O L V E:

Art. 1º. Alterar a composição dos membros da **COMISSÃO PERMANENTE DE RECEBIMENTO DE BENS, MATERIAIS E SERVIÇOS** da Prefeitura Municipal de São José do Rio Claro para o exercício de 2018, constituída pela Portaria nº 020/2018 de 17 de janeiro de 2018, nomeando como membro integrante o Servidor Mauro Sérgio Tomaz, em substituição ao membro Lílian Rosa Tavares da Silva Bernardo, a partir da presente data.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal,

São José do Rio Claro-MT, 28 de novembro de 2018.

VALDOMIRO LACHOVICZ

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃ JOSÉ DO RIO CLARO
PORTARIA Nº 262/2018, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2018

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE PROGRESSÃO DE SERVIDOR DA EDUCAÇÃO BÁSICA DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO – MT., E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Valdomiro Lachovicz, Prefeito Municipal de São José do Rio Claro – MT, no uso de suas atribuições legais, e

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder Progressão ao servidor da Educação Básica do Município de São José do Rio Claro-MT, no mês de novembro/2018, de acordo com a Lei n° 831, de 22 de julho de 2010, conforme discriminado:

PROGRESSÃO				
SERVIDOR	***CARGO***	**CLAS/ NIV ATUAL**	**CLAS/ NIV PROGREDIDA**	**A PARTIR DE:**
ISMAEL CUEVAS GONCALVES	MOTORISTA TRANSP. ESC	A1	A2	-

Art. 2º - Fica autorizado o pagamento ao servidor descrito no artigo primeiro da presente Portaria, referente ao período retroativo da respectiva proprogressão.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal,

São José do Rio Claro – MT, 28 de novembro de 2018.

Valdomiro Lachovicz

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃ JOSÉ DO RIO CLARO
PORTARIA Nº 248/2018, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2018

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE À SERVIDORES.

Valdomiro Lachovicz, Prefeito Municipal de São José do Rio Claro – MT, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder Licença para Tratamento de Saúde aos servidores abaixo, de acordo com o disposto no Art. 123, da Lei Municipal n° 991, de 23 de janeiro de 2014:

NOME	**PERÍODO LICENÇA**	**A PARTIR DE**
Ailton Aparecido de Macena	Conforme Perícia Médica	1º/11/2018
Anizio Carvalho de Santana	Conforme Perícia Médica	1º/11/2018
Irene Maria Dias	Conforme Perícia Médica	1º/11/2018
Marli Maria Monteiro Progete	Conforme Perícia Médica	1º/11/2018

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal,

São José do Rio Claro – MT, 1º de novembro de 2018.

VALDOMIRO LACHOVICZ

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃ JOSÉ DO RIO CLARO
PORTARIA Nº 249/2018, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2018

DISPÕE SOBRE RETORNO DE SERVIDORES AS SUAS FUNÇÕES.

Valdomiro Lachovicz, Prefeito Municipal de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º - Autorizar os servidores abaixo o retorno as suas funções, conforme discrimina:

NOME	MOTIVO	A PARTIR DE
Amarilza Brito da Costa	Após cumprimento de licença para tratamento de saúde	1º/11/2018
Maria Araujo	Após cumprimento de licença para tratamento de saúde	1º/11/2018
Raimunda Cândida de Oliveira	Após cumprimento de licença para tratamento de saúde	2/11/2018
Karine Isabella Araujo Brito	Após cumprimento de licença à gestante	1º/11/2018

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal,

São José do Rio Claro-MT, 1º de novembro de 2018.

VALDOMIRO LACHOVICZ

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃ JOSÉ DO RIO CLARO
PORTARIA Nº 250/2018, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2018

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SERVIDOR DE CARGO EFETIVO.

Valdomiro Lachovicz, Prefeito Municipal de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º - Exonerar a servidora de cargo efetivo abaixo, conforme discriminado:

NOME	CARGO	DATA EXON.	MOTIVO
Amarilza Brito da Costa	Professor Magistério	1º/11/2018	60- Falecimento

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal,

São José do Rio Claro(MT), 1º de novembro de 2018.

VALDOMIRO LACHOVICZ

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃ JOSÉ DO RIO CLARO
PORTARIA Nº 251/2018, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2018

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE À SERVIDORES.

Valdomiro Lachovicz, Prefeito Municipal de São José do Rio Claro – MT, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder Licença para Tratamento de Saúde aos servidores abaixo, de acordo com o disposto no Art. 123, da Lei Municipal n° 991, de 23 de janeiro de 2014:

NOME	PERÍODO LICENÇA	A PARTIR DE
Keila Soares Toyama	23/10 a 7/11/2018	23/10/2018
Salete Minho Ribeiro	120 dias	16/10/2018

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal,

São José do Rio Claro – MT, 1º de novembro de 2018.

VALDOMIRO LACHOVICZ

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃ JOSÉ DO RIO CLARO
PORTARIA Nº 252/2018, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2018

DISPÕE SOBRE PRORROGAÇÃO DO PERÍODO DE READAPTAÇÃO DE CARGO/FUNÇÃO DE SERVIDOR.

Valdomiro Lachovicz, Prefeito Municipal de São José do Rio Claro – MT, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder prorrogação do período de Readaptação da Servidora **Leonilda Godoy**, na função de cozinheira, com lotação na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, concedendo-lhe limitações das suas atribuições, autorizado pela Portaria nº 239/2018, conforme sugere Laudo Médico Pericial, até 30/12/2018.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal,

São José do Rio Claro – MT, 1º de novembro de 2018.

VALDOMIRO LACHOVICZ

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃ JOSÉ DO RIO CLARO
PORTARIA Nº 253/2018, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2018

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE À SERVIDOR.

Valdomiro Lachovicz, Prefeito Municipal de São José do Rio Claro – MT, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder Licença para Tratamento de Saúde à servidora abaixo, de acordo com o disposto no Art. 123, da Lei Municipal n° 991, de 23 de janeiro de 2014:

NOME	PERÍODO LICENÇA	A PARTIR DE
Maria de Fátima Maschio	36 dias	7/11/2018

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal,

São José do Rio Claro – MT, 7 de novembro de 2018.

VALDOMIRO LACHOVICZ

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃ JOSÉ DO RIO CLARO
PORTARIA Nº 254/2018, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2018

DISPÕE SOBRE READAPTAÇÃO DE CARGO/FUNÇÃO DE SERVIDOR.

Valdomiro Lachovicz, Prefeito Municipal de São José do Rio Claro – MT, no uso de suas atribuições legais,

Considerando o artigo 32 da Lei nº 991 de 23 de janeiro de 2014, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município e o artigo 20 da Lei nº 963 de 23 de junho de 2013, que dispõe sobre a Reestruturação do Regime Próprio de Previdência Social do Município de São José do Rio Claro-MT, e dá outras providências;

R E S O L V E:

Art. 1º - Autorizar a Readaptação do Servidor **Roberto Bayer**, na função de Mecânico, com lotação na Secretaria Municipal de Infraestrutura, para a função de Motorista de Transporte Escolar na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, conforme sugere Laudo Médico Pericial, no período de 6/9/2018 à 31/12/2019.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal,

São José do Rio Claro – MT, 8 de novembro de 2018.

VALDOMIRO LACHOVICZ

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃ JOSÉ DO RIO CLARO
PORTARIA Nº 255/2018, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2018

DISPÕE SOBRE RETORNO DE SERVIDOR AS SUAS FUNÇÕES.

Valdomiro Lachovicz, Prefeito Municipal de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º - Autorizar a servidora abaixo o retorno as suas funções, conforme discrimina:

NOME	MOTIVO	A PARTIR DE
Keila Soares Toyama	Após cumprimento de licença para tratamento de saúde	10/11/2018

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal,

São José do Rio Claro-MT, 12 de novembro de 2018.

VALDOMIRO LACHOVICZ

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃ JOSÉ DO RIO CLARO
PORTARIA Nº 257/2018, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2018

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SERVIDOR DE CARGO EFETIVO.

Valdomiro Lachovicz, Prefeito Municipal de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º - Exonerar a servidora de cargo efetivo abaixo, conforme discriminado:

NOME	CARGO	DATA EXON.	MOTIVO
Luana Priscila Opencoski	Recepcionista	12/11/2018	21- Rescisão sem justa causa por iniciativa do empregado

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal,

São José do Rio Claro(MT), 12 de novembro de 2018.

VALDOMIRO LACHOVICZ

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO XINGU

PORTARIA Nº. 240/2018

PORTARIA Nº. 240/2018 DE 26 DE NOVEMBRO DE 2018.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA MATERNIDADE A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de São José do Xingu, Estado de Mato Grosso, Sr. Van

derley Soares da Silva, no uso de suas atribuições legais em conformidade com artigo 88 do Estatuto dos Servidores Municipais e Legislação em vigor, baixa a seguinte **PORTARIA**:

Art. 1° - Conceder Licença Maternidade, prevista no artigo 88,89, 90 e 91 da Lei complementar Municipal nº 007/2004, pelo prazo de 180 dias (cento e oitenta dias) a Servidora abaixo relacionada:

SERVIDORA	MATRICULA	CARGO	SECRETARIA	PERIODO DE GOZO
Elisângela Gomes Damasceno	9925	Agente de Combate as Endemias	Sec. Municipal de Saúde	26/11/2018 À 26/05/2019

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito

Em, 26 de Novembro de 2018.

Vanderley Soares da Silva

Prefeito Municipal

Registre-se, publique-se Cumpra-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO XINGU-MT
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 007/2018

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 007/2018

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO XINGU – MT

CONTRATADO: LIRA & COSTA -ME

VALOR GLOBAL: R$ 811.810,56 (OITOCENTOS E ONZE MIL, OITOCENTOS E DEZ REAIS E CINQUENTA E SEIS CENTAVOS)

PRAZO DE EXECUÇÃO: 02/11/2018 A 02/01/2019

OBJETO: O PRESENTE ADITIVO TEM POR OBJETIVO DE PRORROGAR O PRAZO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO PARA MAIS 60 DIAS QUE SERÃO CONTADOS A PARTIR DE 02/11/2018 A 02/01/2019

ORIGEM: TP 002/2018

DATA: 26/11/2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA CIPA

AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N.º 014/2018

A Prefeitura Municipal de São Pedro da Cipa-MT, através de Pregoeira nomeada, torna público que realizará licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS**, ao **MENOR VALOR POR**

ITEM, tendo por objeto: **"REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS, MATERIAIS DE HIGIENE E MATERIAL DE LIMPEZA PARA TODAS AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SÃO PEDRO DA CIPA",** nos termos da Lei 10. 520/02, a realizar-se no dia **27 de Dezembro de 2018 - 09:00 h -MT.** Os interessados poderão obter o Edital completo na Prefeitura, à Rua Rui Barbosa, n.º 335, das 13:00 às 18:00 horas ou pelo site WWW.saopedrodacipa.mt.gov.br . Informações: tel. (0**66)3418-1500. São Pedro da Cipa, 10 de dezembro de 2018. Marciana da Silva Cherubim Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPORÃ

RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº. 3.730/2018

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Artigo 1º. – NOMEAR, na data de 11/12/2018, o senhor **FABIO HENRIQUE DA SILVA,** brasileiro, solteiro, portador da Cédula de Identidade RG nº. 2.156.511-2 SSP/MT, residente e domiciliado neste Município, no cargo eletivo de **Conselheiro Tutelar substituto,** com lotação na Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania da Prefeitura Municipal de Tabaporã - MT, de acordo com as Leis Municipais nº. 787/2010 c/c 919/2013 e a 987/2015, e ainda de acordo com a Constituição Federal.

Artigo 2º. – O Conselheiro Tutelar Substituto, esta substituindo a senhora **KEILA ADRIANA BORGES**, Conselheira Tutelar, em razão se encontrar Licenciada por Auxilio Doença a partir de 30/11/2018, pelo período indeterminado.

Artigo 3º. - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE;

PUBLIQUE-SE;

CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 11 de Dezembro de 2018.

SIRINEU MOLETA PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA

DEPARTAMENTO PESSOA
EDITAL COMPLEMENTAR 133-2018 CONVOCAÇÃO 68º - SEMEC

EDITAL COMPLEMENTAR 133/2018

PROCESSO SELETIVO N.º 003/2017

O Município de Tangará da Serra/MT, através do Prefeito Municipal, Senhor **Fábio Martins Junqueira,** no uso de suas atribuições legais, **TORNA PÚBLICO o presente Edital para CONVOCAR os candidatos classificados e/ou aprovados no Processo Seletivo nº 003/2017**, destinado ao preenchimento de vagas eformação de cadastro de reserva**,** para o exercício funcional temporário na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, Secretaria Municipal de Assistência Social, Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Secretaria Municipal de Esportes, Secretaria Municipal de Infraestrutura e Secretaria Municipal de Administração.

1. Para que compareçam na Secretaria Municipal de Educação e Cultura no Departamento de Gestão de Pessoas e Processos (DGPP), situada a Avenida Brasil nº 2350-E no bairro Jardim Europa em Tangará da Serra-MT, conforme abaixo relacionados para **atribuição de local de trabalho e atribuição de horas aulas**:

1.1 – Para Atribuição: Dia 11/12/2018 às 08h00min para atribuição de local de trabalho e/ou atribuição de horas aulas para todos os cargos relacionados abaixo:

Cargo.:	792 -VIGIA SEMEC					
Nº	Insc. Nº	Nome	Data Nasc.	Acertos	Prova Objetiva	Resultado
25	2698	BENEDITA VALERIANA DA CRUZ	14/06/1968	23	79	Classificado
26	133	GERALDO VOLPATO MARTINS	31/10/1975	23	79	Classificado
27	4575	SILVIO ANTONIO DE SOUZA	25/09/1979	23	79	Classificado
28	3008	THIAGO JOSE DA SILVA	18/10/1986	23	79	Classificado
29	3838	JORGE MANOEL DA SILVA	25/11/1988	23	79	Classificado

2. Para entrega de documentos: Dia 11/12/2018 das 08:00 às 11h00 e 13h00 às 16h00 e no dia 12/12/2018 das 08:00 às 11h00 e 13h00 às 16h00.

2.1 Os documentos abaixo relacionados deverão ser entregues na Secretaria Municipal de Administração no Departamento de Pessoal situada à Avenida Brasil nº 2350-E no bairro Jardim Europa em Tangará da Serra-MT, nos dias relacionados no Item 2 para entrega de documentos, munidos com **ORIGINAIS E CÓPIAS** dos documentos abaixo relacionados:

2.2 No ato da contratação o candidato deverá comparecer pessoalmente ou por terceiro mediante apresentação de procuração original com firma reconhecida em cartório;

a) Comprovante de escolaridade:

a.1) Para os cargos de ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO e COMPLETO: histórico escolar ou atestado de escolaridade expedido pela instituição escolar;

a.2) Para os cargos de ENSINO MÉDIO COMPLETO: certificado de conclusão e/ou histórico escolar ou atestado de escolaridade expedido pela instituição escolar;

a.3) Para os cargos de CURSO TÉCNICO: certificado de conclusão do curso;

a.4) Para os cargos de ENSINO SUPERIOR COMPLETO: Diploma ou atestado de conclusão com comprovação da colação de grau, expedido em papel timbrado, com carimbo e assinatura do responsável legal da instituição;

b) Carteira de Registro Profissional e certidão negativa de débitos do respectivo Conselho de Classe ao qual pertence (quando for o caso);

c) Atestado Pré-admissional (APTIDÃO FÍSICA, MENTAL E PSICOLÓGICA), expedido por uma Clínica de Medicina do Trabalho, com data igual ou posterior a data de convocação;

c.1) Nos casos de candidatos que se inscreveram para a vaga de cargo como Pessoas com Deficiência, o atestado pré-admissional estará vinculado a perícia médica promovida pela Prefeitura Municipal, conforme o item 7.8 do edital.

d) Cédula de Identidade (RG) e Cadastro de Pessoa Física (CPF);

e) Título de Eleitor e Certidão de Quitação Eleitoral;

f) Certidão de Reservista (quando do sexo masculino);

g) Certidão de Casamento ou Nascimento (conforme o caso);

h) Os candidatos para o cargo de Motorista deveram apresentar:

h.1) Carteira Nacional de Habilitação – CNH definitiva categoria D ou E, exigida pelo cargo;

h.2) ter idade superior a 21 (vinte e um) anos;

h.3) possuir curso de transporte de passageiros (Movimento Operações de Produtor Especiais – MOPE) e Transporte Escolar;

h.4) não ter cometido falta grave ou gravíssima nos últimos 12 (doze) meses.

i) Cópia da Carteira de trabalho na página da foto e verso e Extrato do PIS/PASEP ou cópia do cartão cidadão (emitido pela Caixa Econômica Federal ou Ministério do Trabalho);

j) Comprovante de residência;

k) Certidão de nascimento de filhos menores de 21 anos (se dependente);

l) Atestado de Vacinação dos filhos menores de 05 anos (se for o caso);

m) Frequência escolar dos filhos menores de 14 anos (se for o caso);

n) CPF dos filhos maiores de 14 anos;

o) CPF do pai, mãe e cônjuge do candidato;

p) Certidão Negativa fornecida pelo Cartório Distribuidor da Comarca de Tangará da Serra-MT, relativo à existência ou inexistência de ações cíveis e criminais de 1º e 2º graus (com trânsito em julgado);

q) Certidão fornecida pela Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, relativo à existência ou inexistência de débitos Municipais (Setor de Tributação ou através do site www.tangaradaserra.mt.gov.br);

r) Declarações: de não acúmulo de cargo público, de bens, de parentesco e de ficha limpa, conforme modelo disponibilizado pelo site **www.tangaradaserra.mt.gov.br**;

s) Declaração de Imposto de Renda (Exercício 2017/Ano - Calendário 2016 ou mais recente);

t) Declaração emitida pela UPSPA – Unidade Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar, que não sofreu sanções disciplinares nos últimos 05 (cinco) anos, mediante processo administrativo devidamente instaurado, caso o mesmo já tenha servido ao Executivo Municipal em alguma função;

u) Cópia do cartão Banco Bradesco ou cópia de documento que especifique número da conta naquela Instituição Financeira;

v) Para o cargo da Zona Indígena, o candidato deverá apresentar uma autorização emitida pelas lideranças da Comunidade Indígena na qual fora oportunizado a vaga e/ou que pretende trabalhar;

3. Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Tangará da Serra – MT, 10 de dezembro de 2018

Prof. Fabio Martins Junqueira

Prefeito Municipal

Maria das Graças Souto

Secretária Municipal de Administração

Gilmar Utzig

Secretário Municipal de Educação e Cultura

CONTRATOS
EXTRATO DO CONTRATO Nº149/ADM/2018

O MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA-MT/**DATA MED LTDA – CLÍNICA DOYON /** O presente contrato tem por objeto o **CREDENCIAMENTO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS ESPECIALIZADOS PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES DE TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA, RESSONÂNCIA MAGNÉTICA, MAMOGRAFIA E DENSITOMETRIA ÓSSEA CONFORME TABELA SUS/R$524.748,22/ Data de Assinatura** 29.11.2018.

CONTRATOS
EXTRATO DO TERMO DE APOSTILAMENTO Nº121-ADM-2018

O MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA-MT / **SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE./** O presente Termo de Apostilamento tem por objeto alterar a **CLÁUSULA SEGUNDA - DA CONTRATAÇÃO, item 2.1** da **Secretaria Municipal de *Esportes*** conforme Memorando **nº 272/SME/2018**, passando a vigorar da seguinte forma:
Onde lia-se:
2.1. O CONTRATADO se compromete a fornecer os serviços de água e esgoto às unidades administrativas do município de Tangará da Serra – MT ao **CONTRATANTE**, para o exercício de 2018, conforme descrito abaixo:
Secretaria Municipal de Esportes:

LOCAL	VALOR ESTIMADO ANUAL	DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
VILA OLÍMPICA	24.618,50	2606-3391394400
MÓDULO ESPORTIVO	18.842,16	2605-3391394400
CAMPO DE FUTEBOL VILA ESMERALDA	1.500,00	2608-3391394400
44.960,66		

Leia-se:
2.1. O CONTRATADO se compromete a fornecer os serviços de água e esgoto às unidades administrativas do município de Tangará da Serra – MT ao **CONTRATANTE**, para o exercício de 2018, conforme descrito abaixo:
Secretaria Municipal de Esportes:

LOCAL	VALOR ESTIMADO ANUAL	DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
VILA OLÍMPICA	**10.618,50**	2606-3391394400
MÓDULO ESPORTIVO	**32.842,16**	2605-3391394400
CAMPO DE FUTEBOL VILA ESMERALDA	**1.500,00**	2608-3391394400
44.960,66		

Data da Assinatura 30.11.2018.

CONTRATOS
EXTRATO DO CONTRATO Nº142/ADM/2018

O MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA-MT/**GHALFI & GHALFI LTDA** / O presente contrato tem por objeto o **CREDENCIAMENTO DE PRESTADORES NA ÁREA DE SAÚDE, PARA PRESTAÇÃO DE EXAMES CITOPATOLOGICOS – CERVICO VAGINAL CONFORME ROL DE PROCEDIMENTOS DEFINIDOS EM TABELA MUNICIPAL**. /**R$ 33.848,64**/ **Data de Assinatura** 22.11.2018.

CONTRATOS
EXTRATO DO TERMO DE APOSTILAMENTO Nº125-ADM-2018

O MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA-MT / **COMERCIAL DE COMBUSTÍVEIS SHOPPING LTDA / O presente Termo de Apostilamento tem como fundamento legal o disposto no artigo 65,** § 8o da **Lei nº8.666/93 e suas alterações posteriores.**
CLÁUSULA TERCEIRA – DO OBJETO
3.1. O presente Termo de Apostilamento tem por objeto ALTERAR a **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS FISCALIZAÇÃO**, justifica-se pelo Memorando da Secretaria Municipal de Coordenação e Planejamento nº **933/2018/SEPLAN** de 04/12/2018 sob o Protocolo nº 36025/2018, passando a vigorar da seguinte forma:
"(...)
Onde se lia:
Portaria nº040/2018 da Secretaria Municipal de Coordenação e Planejamento:
Supervisor de contrato: **ELTON DA SILVA**, CPF Nº 014.977.111-85 e matrícula Nº 103744;
Fiscal de Contrato: **JOSÉ FURTADO**, CPF Nº 412.649.329-87 e matrícula Nº 199;
Suplente de Contrato: **MATHEUS DO BERÇO SILVA**, CPF Nº 042.628. 631-66 e matrícula Nº 105623;
Leia-se:
Portaria nº045/2018 da Secretaria Municipal de Coordenação e Planejamento:
Supervisor de contrato: **ELTON DA SILVA**, CPF Nº 014.977.111-85 e matrícula Nº 103744;
Fiscal de Contrato: **LEANDRO JOSÉ DE OLIVEIRA**, CPF Nº 001.997. 711-54 e matrícula Nº 106307;
Suplente de Contrato: **BRUNA DE SOUZA RAMOS BARROS**, CPF Nº 031. 241.961-98 e matrícula Nº 103997;
Data da Assinatura 06.12.2018.

CONTRATOS
EXTRATO DO CONTRATO Nº144/ADM/2018

O MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA-MT/**EMAM – EMULSÕES E TRANSPORTES LTDA** / O presente contrato tem por objeto a AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO CIVIL E PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA. /**R$199.498,20**/ **Data de Assinatura** 30.11.2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE

EXTRATO AO 01 ADITIVO AO CONTRATO 208/2018

EXTRATO AO 01 ADITIVO AO CONTRATO 208/2018

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TERRA NOVA DO NORTE-MT

CONTRATADO:ANDRIELI CARVALHO BENTO

OBJETO: O PRESENTE TERMO ADITIVO TEM POR OBJETO PRORROGAÇAO DE PRAZO PARA 10/01/2019

FUNDAMENTO: DE ACORDO COM A LEI Nº 8.666/93, DE 21 DE JUNHO DE 1993.

VALTER KUHN

PREFEITO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA GP Nº 260/2018

DATA: 10 DE DEZEMBRO DE 2018

SÚMULA: Dispõe Sobre a Nomeação dos Membros do Conselho Municipal do Direito do Idoso (CMDI), e dá outras providências.

O Sr. Valter Kuhn, Prefeito Municipal de Terra Nova do Norte Estado do Mato Grosso no uso de suas atribuições conferidas pela lei nº 128 de 13 de julho de 1990 e Lei Orgânica de 05 de Abril de 1990.

RESOLVE:

Art. 1º. – Nomear os Membros do Conselho Municipal do Direito do Idoso (CMDI)em conformidade com a Lei Municipal nº 987/2011.

Representante Governamental 1. Representante da Secretaria Municipal de Saúde: Odete Bianchet Felipetto (Titular) Fabiana Gracielle Couto Rosseto (Suplente) **2. Representante da Secretaria Municipal de Administração:** Talita Candiotti (Titular) Maria Elizete Pinheiro (Suplente)

3.Representante da Secretaria Municipal de Planejamento e Finanças:

Armando Dastch (Titular) Raul Agostinho Loureiro de Moraes (Suplente)

Representante Não Governamental

1. Representantes Casa da Amizade

Nayara Izabel Batista da Silva (Titular) Aline Katiuscia da Silva (Suplente)

2. Representante Serviço Social Da Igreja Adventista

Deni da Cruz (Titular) Saleistiano Pinto de Carvalho (Suplente)

3. Representante Albergue

Maria Luiza Limper (Titular) Vilma Felipetto (Suplente)

4. Representantes Rotary Club

Francisco de Carli Filho (Titular) Klayton Fidelex (Suplente)

5.Representante ATAP

Alciro Muller (Titular) Lourdes Travessini (Suplente)

Art. 2º - Os Membros Conselho Municipal do Direito do Idoso (CMDI), terão autonomia para atuar a seu juízo comum, respeitando sempre a legislação e os princípios que regem a administração pública, sendo a transparência no processo e as normas preponderantes.

Art. 3º - Esta Portaria entrara em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Terra Nova do Norte 10 de dezembro 2018.

VALTER KUHN

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO AO 01 ADITIVO DO CONTRATO 104/2018

EXTRATO AO 01 ADITIVO DO CONTRATO 104/2018

LOCADOR: MUNICÍPIO DE TERRA NOVA DO NORTE-MT

LOCATARIO: ELDEMIRO PEDROSO GOULART

OBJETO: O PRESENTE TERMO ADITIVO TEM POR OBJETO PRORROGAR E PRAZO DE VIGÊNCIA PARA O DIA 31/08/2019.

FUNDAMENTO: DE ACORDO COM A LEI Nº 8.666/93, DE 21 DE JUNHO DE 1993.

VALTER KUHN

PREFEITO

CONTRATOS
EXTRATO DO CONTRATO: 336/2018

EXTRATO DO CONTRATO: 336/2018

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TERRA NOVA DO NORTE-MT

***CONTRATADO:* A.S. VIEIRA DE MIRANDA – ME**

***OBJETO* : EXECUÇÃO DE OBRA DE CONSTRUÇÃO DE UMA CAPELA MORTUÁRIA CONFORME ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS APROVADAS CONTIDAS NO ÂMBITO DO CONVENIO N° 181/2018, FORMALIZADO ENTRE O MUNICÍPIO E A SECID, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO E PROJETOS .**

VALOR: 270.655,64

VIGÊNCIA: 10/12/2018 Á 10/07/2019

DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA: 271

FUNDAMENTO: DE ACORDO COM A LEI Nº 8.666/93, DE 21 DE JUNHO DE 1993.

VALTER KUHN

PREFEITO

EXTRATO AO 06 ADITIVO DO CONTRATO 273/2015

EXTRATO AO 06 ADITIVO DO CONTRATO 273/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TERRA NOVA DO NORTE-MT

CONTRATADO: SOLUTIONS CORP. ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA EPP

OBJETO: O presente termo aditivo tem por objeto prorrogar e prazo de vigência do dia 09/12/2018 para o dia 04/11/2019. e execução para 05/10/2019.

FUNDAMENTO: DE ACORDO COM A LEI Nº 8.666/93, DE 21 DE JUNHO DE 1993.

VALTER KUHN

PREFEITO

PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO SUL

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Espécie: II Termo Aditivo ao Contrato de Rateio sob nº 005/2018.

Vínculo Legal: Lei Municipal nº 008 de 30/01/1997 e Lei Municipal nº 672, de 19/12/2017.

Consorciado: Município de União do Sul - CNPJ nº 01.614.538/0001-59.

Consorciante: Consórcio Público de Saúde Vale do Teles Pires.

CNPJ: 23.019.551/0001-00.

Da Alteração: Fica alterado o Caput e o Parágrafo Terceiro da Cláusula Segunda do Contrato – "Do Valor" – a fim de reduzi-lo para R$ 162.773,07 (cento e sessenta e dois mil, setecentos e setenta e três reais e sete centavos) o valor a ser utilizado para a aquisição de medicamentos e materiais médicos e odontológicos, suprimindo-se em R$ 127.226,93 (cento e vinte e sete mil, duzentos e vinte e seis reais e noventa e três centavos) do valor constante do Contrato Originário, passando a viger com a seguinte redação:

"CLÁUSULA SEGUNDA: DO VALOR" - "O valor do presente Contrato será de R$ 370.141,03 (trezentos e setenta mil, cento e quarenta e um reais e três centavos) que será composto de acordo com as seguintes regras:"

"Parágrafo Primeiro: R$ 51.367,96 (cinquenta e um mil, trezentos e sessenta e sete reais e noventa e seis centavos) corresponde ao valor de rateio das despesas administrativas, conforme deliberação na Assembleia Geral, que será pago em 11 (onze) parcelas fixas, até o dia dez (10) de cada mês a que se referem, conforme estabelece o art. 26, I, do Estatuto Social do CONSORCIANTE."

"Parágrafo Segundo: R$ 156.000,00 (cento e cinquenta e seis mil reais) é o valor estimado para contratação de serviços médicos e serviços da casa de apoio, que será pago conforme a utilização pelo município, que será pago em 10 (dez) parcelas mensais fixas, até o dia 10 (dez) de cada mês a que se referem."

"Parágrafo Terceiro: R$ 162.773,07 (cento e sessenta e dois mil, setecentos e setenta e três reais e sete centavos) é o valor estimado para aquisição de medicamentos e materiais médicos e odontológicos através do CONSORCIANTE, que será pago conforme a utilização pelo município."

Da Ratificação: Ficam inalteradas e ratificadas todas as demais cláusulas contratuais constantes do Contrato Originário nº 005/2018 de 02 de fevereiro de 2018 e do I Termo Aditivo de 20 de setembro de 2018, que não tenham sido modificadas pelo presente Termo Aditivo.

Data de assinatura do II Termo Aditivo: 05/12/2018.

Signatários:

CLAUDIOMIRO J. DE QUEIROZ

Pelo Consorciado

ARI GENÉSIO LAFIN

Pelo Consorciante

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº. 001/2018 - CARGO: MOTORISTA

CARTÃO RESPOSTA

CARGO: MOTORISTA

LÍNGUA PORTUGUESA				
Questão	A	B	C	D
01		X		
02	X			
03	X			
04		X		
05	X			
06			X	
07		X		
08		X		
09	X			
10		X		
CONHECIMENTOS GERAIS				
Questão	A	B	C	D
21			X	
22	X			
23				X
24	X			
25	X			
26		X		
27			X	
28		X		
29	X			
30			X	

NOME DO CANDIDATO:_____
ASSINATURA:_____
DATA: ____/_____/_____.

MATEMÁTICA					
Questão	A	B	C	D	
11		X			
12			X		
13			X		
14	X				
15	X				
16		X			
17	X				
18	X				
19	X				
20	X				
CONHECIMENTOS GERAIS					
Questão	A	B	C	D	
31	X				
32				X	
33	X				
34			X		
35		X			
36			X		
37		X			
38				X	
39				X	
40				X	

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº. 001/2018 - CARGO: CONDUTOR DE VEÍCULO ESCOLAR

CARTÃO RESPOSTA

CARGO: CONDUTOR DE VEÍCULO ESCOLAR

LÍNGUA PORTUGUESA				
Questão	A	B	C	D
01	X			
02	X			
03				X
04		X		
05	X			
06				X

07			X	
08		X		
09				X
10			X	
CONHECIMENTOS GERAIS				
Questão	A	B	C	D
21		X		
22			X	
23		X		
24		X		
25	X			
26			X	
27			X	
28	X			
29		X		
30				X

NOME DO CANDIDATO:_____
ASSINATURA:_____
DATA: ____/_____/_____.

MATEMÁTICA				
Questão	A	B	C	D
11			X	
12	X			
13			X	
14		X		
15		X		
16				X
17				X
18			X	
19	X			
20		X		
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS				
Questão	A	B	C	D
31				X
32				X
33		X		
34			X	
35				X
36		X		
37			X	
38	X			
39			X	
40		X		

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº. 001/2018 - CARGO: OPERADOR DE MÁQUINAS

CARTÃO RESPOSTA

CARGO: OPERADOR DE MÁQUINAS

LÍNGUA PORTUGUESA				
Questão	A	B	C	D
01		X		
02	X			
03	X			
04		X		
05	X			
06			X	
07		X		
08		X		
09	X			
10		X		
CONHECIMENTOS GERAIS				
Questão	A	B	C	D
21			X	
22	X			
23				X
24	X			
25	X			
26		X		
27			X	
28		X		

29	X			
30			X	

NOME DO CANDIDATO:_____
ASSINATURA:_____
DATA: ____/_____/_____.

MATEMÁTICA				
Questão	A	B	C	D
11		X		
12			X	
13			X	
14	X			
15	X			
16		X		
17	X			
18	X			
19	X			
20	X			

CONHECIMENTOS GERAIS				
Questão	A	B	C	D
31	X			
32				X
33	X			
34			X	
35		X		
36			X	
37		X		
38				X
39				X
40				X

AVISO DE CANCELAMENTO DE PUBLICAÇÃO

Fica cancelada e tornada sem efeito a publicação efetuada no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios de Mato Grosso, edição de nº 3.121, do dia 10 de dezembro de 2018, páginas 590-591, do EXTRATO DE TERMO ADITIVO, referente ao II Termo Aditivo ao Contrato de Rateio sob nº 005/2018, por ter sido publicado contendo erros de redação (valores incorretos).

Republique-se o EXTRATO DE TERMO ADITIVO corrigido.

União do Sul, 10 de dezembro de 2018.

ERINEU DIESEL

Secretário Municipal de Administração.

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº. 001/2018 - CARGO: VIGIA

CARTÃO RESPOSTA

CARGO: VIGIA

LÍNGUA PORTUGUESA				
Questão	A	B	C	D
01		X		
02	X			
03	X			
04		X		
05	X			
06			X	
07		X		
08		X		
09	X			
10		X		

CONHECIMENTOS GERAIS				
Questão	A	B	C	D
21			X	
22	X			
23				X
24	X			
25	X			
26		X		
27			X	
28		X		
29	X			
30			X	

NOME DO CANDIDATO:_____
ASSINATURA:_____
DATA: ____/_____/_____.

MATEMÁTICA				
Questão	A	B	C	D
11		X		
12			X	
13			X	
14	X			
15	X			
16		X		
17	X			
18	X			
19	X			
20	X			

CONHECIMENTOS GERAIS				
Questão	A	B	C	D
31		X		
32				X
33				X
34			X	
35				X
36				X
37			X	
38	X			
39			X	
40	X			

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº. 001/2018 - CARGO: PROFESSOR PEGAGOGIA 20HRS

CARTÃO RESPOSTA

CARGO: PROFESSOR PEDAGOGIA 20HRS

LÍNGUA PORTUGUESA				
Questão	A	B	C	D
01			X	
02			X	
03		X		
04				X
05	X			
06	X			
07			X	
08		X		
09				X
10		X		

CONHECIMENTOS GERAIS				
Questão	A	B	C	D
21	X			
22	X			
23	X			
24		X		
25		X		
26	X			
27				X
28	X			
29			X	
30			X	

NOME DO CANDIDATO:_____
ASSINATURA:_____
DATA: ____/_____/_____.

MATEMÁTICA				
Questão	A	B	C	D
11		X		
12	X			
13				X
14		X		
15				X
16				X
17	X			

18	X				
19				X	
20	X				

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS				
Questão	A	B	C	D
31		X		
32		X		
33			X	
34	X			
35			X	
36		X		
37				X
38			X	
39			X	
40		X		

PREFEITURA MUNICIPAL DE VALE DE SÃO DOMINGOS

EXTRATO DA ATA DO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO 28-2018

. O pregoeiro da Prefeitura Municipal de Vale de São Domingos-MT, Torna Público que com referência do Pregão Presencial Registro de Preço 28-2018 fica registrado a ata de registro que teve como vencedores as empresas, J. FERREIRA LEMOS EMPREENDIMENTOS EIRELI-EPP, inscrito no CNPJ: 00.277.059/0001-21, vencedora do item, 1 no valor global de R$ 53.340,00 e a empresa JULIANO BALBINO DE OLIVEIRA-MEI, inscrito no CNPJ: 19.457.748/0001-46, vencedora do item, 2 no valor global de R$ 17.910,00, Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SONORIZAÇÃO, ILUMINAÇÃO, LOCAÇÃO DE PALCO, PARA USO DAS SECRETARIAS DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, JUNTO AO MUNICÍPIO DE VALE DE SÃO DOMINGOS- MT.. Vale de São Domingos – MT, 10 de Dezembro de 2018. EDINALDO FERREIRA DE SANTANA pregoeiro.

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 28/2018

A prefeitura municipal de Vale de São Domingos através do prefeito sr. Geraldo Martins da Silva, torna público aos interessados que homologou as seguintes licitação na modalidade **Pregão Presencial Registro de Preço nº 28/2018**, **objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SONORIZAÇÃO, ILUMINAÇÃO, LOCAÇÃO DE PALCO, PARA USO DAS SECRETARIAS DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, JUNTO AO MUNICÍPIO DE VALE DE SÃO DOMINGOS- MT.,** e sagrou vencedor a empresa J. FERREIRA LEMOS EMPREENDIMENTOS EIRELI-EPP, inscrito no CNPJ: 00.277.059/0001-21 e a empresa JULIANO BALBINO DE OLIVEIRA-MEI, inscrito no CNPJ: 19.457.748/0001-46. Vale de São Domingos-MT, 10 de Dezembro de 2018. Geraldo Martins da Silva – prefeito municipal.

LEI COMPLEMENTAR N.º 536/2018.

"Dispõe sobre alteração, ajustes de Vencimentos e Vantagens Fixas e dá outras providências".

GERALDO MARTINS DA SILVA, Prefeito Municipal de Vale de São Domingos, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições de seu cargo, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º Ficam instituídas as alterações constantes no Anexo I (Quadro Geral de Cargos de Provimento em Comissão), da Lei Complementar n° 009/2007, que passa a vigorar conforme o Anexo I da presente lei.

Art. 3° O cargo de Superintendente de Departamento de Correios, passará a ter o nomenclatura de Coordenadoria Geral de Correios.

ANEXO I

NOMENCLATURA DOS CARGOS
Coordenadoria Geral do Correio

Art. 4° As despesas com a execução da presente lei correrão à conta de dotação orçamentária própria .

Art. 5º Esta Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito de Vale de São Domingos/MT, em 10 de Dezembro de 2018.

GERALDO MARTINS DA SILVA Prefeito Municipal

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 22/2018

Objeto: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTO MANIPULADO CONFORME OFICIO DEFENSORIA PUBLICA Nº 218/2018 REFERENTE AO MENOR DEYVID WILKSON ROMAS SILVA.

Fundamento legal: Artigo 24, Inciso II da Lei Federal 8.666/93 com posteriores alterações e Lei Municipal 482/2017 de 22 de junho de 2017.

FORNECEDOR: CINTYA DO CARMO CARVALHO EIRELI - ME

CNPJ: 24.264.498/0001-68

Valor global dos produtos adquiridos para secretaria de saúde é de R$ 2.382,00 (Dois Mil, Trezentos e Oitenta e Dois Reais).

Ratifico a Dispensa de Licitação em consonância com o Parecer Jurídico desta Prefeitura DR. THUCYDIDES FRANCISCO CONCEIÇÃO ALVARES

PROCURADOR GERAL DO MUNICIPIO

OAB – MT Nº 4.552

PUBLIQUE-SE ARQUIVE-SE

Vale de São Domingos, MT, 10 de Dezembro de 2018.

_____

GERALDO MARTINS DA SILVA

Prefeito do Mun. De Vale de São Domingos/MT

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 22/2018

OBJETIVO: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTO MANIPULADO CONFORME OFICIO DEFENSORIA PUBLICA Nº 218/2018 REFERENTE AO MENOR DEYVID WILKSON ROMAS SILVA.

Fundamento legal: Artigo 24, Inciso II da Lei Federal 8.666/93 com posteriores alterações e Lei Municipal 482/2017 de 22 de junho de 2017.

FORNECEDOR: CINTYA DO CARMO CARVALHO EIRELI - ME

CNPJ: 24.264.498/0001-68

Valor global dos produtos adquiridos para secretaria de saúde é de R$ 2.382,00 (Dois Mil, Trezentos e Oitenta e Dois Reais).

Homologo a Dispensa de Licitação em consonância com o Parecer Jurídico desta

Prefeitura Dr. THUCYDIDES FRANCISCO CONCEIÇÃO ALVARES

PROCURADOR GERAL DO MUNICIPIO

OAB – MT Nº 4.552

.

Vale de São Domingos, MT, 10 de Dezembro de 2018

_____

GERALDO MARTINS DA SILVA

Prefeito do Mun. De Vale de São Domingos/MT

LEI N.º 535/2018 10 DE DEZEMBRO DE 2018

"ALTERAÇÃO DO ANEXO DA LEI 427/2015".

GERALDO MARTINS DA SILVA, prefeito do Município de Vale de São Domingos - MT, no uso das atribuições de seu cargo, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º – Fica alterado o anexo da Lei 427/2015 de 10 de junho de 2015, e as metas passarão a vigorar em consonância com as notas técnicas em anexo.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação revogando as disposição em contrário.

Gabinete do Prefeito de Vale de São Domingos - MT, em 10 de Dezembro de 2018.

GERALDO MARTINS DA SILVA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE

EXTRATO CONTRATO N. 0160/2018

PARTES INTERESSADAS: Secretaria Municipal de Saúde - Fundo Municipal de Saúde CNPJ nº 11.364.895/0001-60 e a Empresa ANDES COMERCIAL LTDA, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº. 10.242.040/0001-01, e sob o NIRE n°. 4220415103-6. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Este instrumento Contratual se encontra vinculado aos termos e condições da Lei nº. 8.666 de 21 de Junho de 1993, vinculados ao Edital e anexos do Processo Licitatório do tipo Pregão Eletrônico nº056/2018, do tipo menor preço por item, bem como na proposta da contratada, no Processo Administrativo nº 190/2018, na 1º Retificação ao Termo de Referência nº 035/2018 da Secretaria Municipal de Saúde/ SMSVG. GRESPO nº 535373/2018. OBJETO: Aquisição de equipamentos oftalmológicos para atender as necessidades do Centro de Especialidades em Saúde – CES da Secretaria Municipal de Saúde de Várzea Grande-MT. VALOR GLOBAL: Atribui-se o valor global no montante de R$ 14.739,00 (quatorze mil setecentos e trinta e nove reais). UO: SECRETARIA DE SAÚDE DO: 09.02.10.302.0012. P/A: 2.304. ND: 3.3.90.30.00.00. 00 – MATERIAL DE CONSUMO FONTE: 0114. DO: 09.02.10.122.0015. P/A: 2.305. ND: 3.3.90.30.00.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO FONTE: 0102. Terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura e respectiva publicação, sendo vedada a sua prorrogação.

DATA DE ASSINATURA: 10.12.2018.

DIOGENES MARCONDES

Secretária Municipal de Saúde – PMVG/MT

ANDES COMERCIAL LTDA

Contratada

DECRETO Nº 85 DE 03 DE DEZEMBRO DE 2.018.

Aprova o Regimento Interno do Conselho Municipal de Recursos Fiscais.

LUCIMAR SACRE DE CAMPOS, Prefeita Municipal de Várzea Grande/ MT, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, em seus artigos 69, inciso VI.

DECRETA:

Art. 1º Fica **aprovado e homologado** o Regimento Interno do Conselho Municipal de Recursos Fiscais.

Art. 2º O Regimento Interno faz parte, como anexo único, deste Decreto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Praça dos Três Poderes, Paço Municipal Couto Magalhães, Várzea Grande - MT, 03 de Dezembro de 2.018.

LUCIMAR SACRE DE CAMPOS

Prefeita Municipal

ANEXO ÚNICO

RESOLUÇÃO Nº 01/2.018 -CONSELHO MUNICIPAL DE RECURSOS FISCAIS

REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO MUNICIPAL DE RECURSOS FISCAIS

DO MUNICÍPIO DE VÁRZEA GRANDE/MATO GROSSO

TÍTULO I

CONSELHO MUNICIPAL DE RECURSOS FISCAIS

CAPÍTULO I

CONSELHO MUNICIPAL DE RECURSOS FISCAIS

Art. 1º O Conselho Municipal de Recursos Fiscais é órgão julgador de segunda instância, com a finalidade de distribuir a justiça fiscal na esfera administrativa, vinculado administrativamente ao órgão designado por Lei (Secretaria Municipal de Gestão Fazendária) encarregado da administração tributária.

§ 1º As estruturas físicas do Conselho Municipal de Recursos Fiscais serão mantidas junto ao órgão designado por Lei, encarregada da administração tributária (Secretaria Municipal de Gestão Fazendária).

§ 2º O Conselho Municipal de Recursos Fiscais rege-se pelo disposto neste Regimento e pelas demais disposições legais pertinentes.

CAPÍTULO II

COMPOSIÇÃO

Art. 2ºA composição do Conselho será de acordo com a Lei Municipal que dispõe sobre o sistema do contencioso administrativo tributário, às regras internas para processamento e análise de Recursos Voluntários.

§ 1º As nomeações dos Conselheiros, após a primeira investidura, processar-se-á antes do termino do mandato em vigência, no prazo de 30 (trinta) dias, sendo permitida uma recondução.

§ 2º Se ocorrer vacância de cargo antes de ser expirado o prazo do mandato de Conselheiro Titular, por renúncia ou a perda da situação de servidor público, o Conselheiro Suplente exercerá o mandato pelo restante do prazo.

§ 3º Publicado o ato de nomeação, a posse dos membros do Conselho será oficializada pelo (a) Prefeito(a) Municipal, mediante assinatura do termo de posse, lavrado em livro próprio.

§ 4º O Conselho Municipal de Recursos Fiscais terá 01 (uma) Secretaria para executar os serviços administrativos e os trabalhos de expediente, sendo conduzida por 01 (um) Secretário(a) Geral, escolhido pela Prefeito (a) Municipal, devendo ser servidor público estável.

§ 5º Funcionará junto ao Conselho Municipal de Recursos Fiscais Câmaras Técnicas, com o intuito de estudo de temas relevantes da área tributária, bem como, se for o caso, realizar mutirão para decidir excesso de processo, sendo divididas por tema, constituída pelo Presidente do Conselho, a quem caberá a designação de seus membros, formada por pelo menos 01 Conselheiro titular em exercício e no máximo 05 (cinco) membros, com prazo de validade até 60 (sessenta) dias, podendo este período ser prorrogado por um único período.

Art. 3º São atribuições gerais das Câmaras Técnicas:

I - preparar as discussões temáticas para apreciação e deliberação do Conselho;

II - promover a articulação com os órgãos e entidades promotoras de estudo, propostas e tecnologias relacionadas à política municipal de controle e melhoria fiscal; e

III - apresentar relatório conclusivo ao Plenário do Conselho sobre matérias submetidas a estudo, parecer, normas, resoluções ou recomendações, dentro do prazo fixado por este, acompanhado de todos os documentos que se fizerem necessários ao cumprimento de suas finalidades.

Art. 4º Se ocorrer vacância antes de expirado o mandato, o Conselheiro Suplente assumirá a titularidade, devendo ser nomeado um novo suplente.

Parágrafo Único Toda a substituição de Membros do Conselho Municipal de Recursos Fiscais deverá ser publicada no meio de publicação oficial do Município.

Art. 5º Os pedidos de renúncia de Membros do Conselho serão dirigidos a(o) Prefeita (o) Municipal por intermédio do Presidente do Conselho.

CAPÍTULO III

PRESIDÊNCIA

Art. 6º A Presidência do Conselho Municipal de Recursos Fiscais será exercida, entre um dos indicados pela Prefeita (o) Municipal que exerça a função de Auditor Fiscal Tributário da Receita Municipal, cabendo ao Chefe do Poder Executivo, determinar o nome de quem exercerá a Presidência do Conselho.

§ 1º O Presidente será substituído pelo Vice-Presidente nos seus impedimentos legais.

§ 2º No impedimento ou ausência do Presidente e do Vice-Presidente será o Conselho Municipal de Recursos Fiscais dirigido pelo servidor efetivo do município, vinculado a Secretaria responsável pela administração tributária (Secretaria Municipal de Gestão Fazendária), ocupante do cargo de Auditor Fiscal Tributário da Receita Municipal, mencionado no art. 2º, I, deste Regimento.

Art. 7º Compete ao Presidente do Conselho Municipal de Recursos Fiscais:

I – dirigir e representar o Conselho, mantendo a disciplina dos trabalhos, resolvendo as questões de ordem, apurando e proclamando as votações;

II – exercer o controle das presenças dos Conselheiros;

III – conceder licenças ou afastamentos aos Conselheiros;

IV – convocar os suplentes dos Conselheiros;

V – convocar as sessões extraordinárias, quando o volume de serviços assim exigir;

VI – distribuir os processos na forma estabelecida neste Regimento;

VII – requisitar as diligências requeridas pelos Conselheiros e Contribuintes;

VIII – deferir ou não a juntada de documentos aos processos, desde que antes da distribuição ao Relator;

IX – autorizar a retirada de fotocópias dos processos administrativos que se encontrarem no Conselho, através de requerimento escrito e assinado pelo interessado ou advogado devidamente habilitado no processo;

X – mandar excluir, por iniciativa de qualquer dos membros do Conselho, as expressões descorteses ou injuriosas constantes dos autos, quer de funcionários, quer das partes, de modo a torná-las ilegíveis, sem prejuízo de outras providências que o caso requeira;

XI – representar o Conselho judicial e extrajudicialmente;

XII – assinar os acórdãos do Conselho, juntamente com o Relator e Membros que tomarem parte nos julgamentos, bem como as atas das sessões, com os Conselheiros presentes;

XIII – determinar as providências que decorram das decisões do Conselho;

XIV – praticar todas as medidas de administração do Conselho, organizando relatório anual de sua atividade para o Prefeito (a) Municipal;

XV – apreciar pedidos de justificação de ausências às sessões por parte dos Conselheiros;

XVI – votar em todas as decisões submetidas ao Conselho, ressalvados os casos de impedimento e suspeição;

XVII – relatar os processos que lhe forem distribuídos, devolvendo-os à Secretaria do Conselho no prazo de 10 (dez) dias, a contar do seu recebimento e redigir acórdãos dos julgamentos de processos em que forem relatores, quando seu voto for vencedor;

XVIII – solicitar vista de processos, com adiamento do julgamento para a próxima reunião ordinária, para exame e apresentação de voto em separado;

XIX – designar membros para a Câmara Técnica;

XX – definir a pauta de julgamento das sessões; e

XXI – executar as demais atribuições inerentes ao cargo.

CAPÍTULO IV

VICE-PRESIDÊNCIA

Art. 8º O Vice-Presidente substitui o Presidente nas licenças, ausências e impedimentos legais.

Parágrafo único: Em caso de vaga, assume a presidência até a posse do novo titular.

CAPÍTULO V

CONSELHEIROS

Art. 9º Compete aos membros do Conselho:

I – comparecer às sessões ordinárias e extraordinárias, convocadas pelo Presidente;

II – relatar os processos que lhe forem distribuídos, devolvendo-os à Secretaria do Conselho no prazo de 10 (dez) dias, a contar do seu recebimento;

III – redigir acórdãos dos julgamentos de processos em que forem relatores, quando seu voto for vencedor;

IV – apresentar indicações e sugestões necessárias à instrução dos processos;

V – solicitar vista de processos, com adiamento do julgamento para a próxima reunião ordinária, para exame e apresentação de voto em separado;

VI – votar em todas as decisões submetidas ao Conselho, ressalvados os casos de impedimento e suspeição;

VII – sugerir medidas de interesse do Conselho, do Fisco e dos Contribuintes;

VIII – solicitar, por despacho, a conversão do julgamento em diligência, para o cumprimento de falhas e omissões sanáveis;

IX – cumprir e fazer cumprir as Leis, Decretos, regulamentos e quaisquer outros atos que tratem da organização e funcionamento do Conselho;

X – declarar-se impedido ou suspeito para participar do julgamento de processos, ocorrendo uma das hipóteses previstas na Lei Municipal Complementar n.º 4.354/2018; e

XI – praticar os demais atos inerentes às suas funções.

Parágrafo Único: Ao Conselheiro Suplente, em exercício, são atribuídos os mesmos direitos, deveres e competência do Conselheiro Titular.

CAPÍTULO VI

MATÉRIAS

Art. 10. As matérias submetidas à votação, enquadrar-se-ão:

I - **RESOLUÇÃO**: quando se tratar de aprovação ou alteração de Regimento Interno;

II -**PORTARIA**: casos omissos no Regimento Interno, mediante aprovação da maioria dos Conselheiros; e

III - **ACÓRDÃO**: decisão final proferida sobre um processo.

§ 1º As Resoluções, Portarias e Acórdãos serão publicadas no Diário Oficial e no *site* da Prefeitura Municipal de Várzea Grande.

§2º Tem direito a voto o Conselheiro, e, na sua ausência, o seu suplente, vedado o voto por procuração.

CAPÍTULO VII

SECRETARIA DO CONSELHO

Art. 11.À Secretaria do Conselho, por seus funcionários, incumbe prestar apoio administrativo ao órgão, especificamente:

I – registro, autuação e encaminhamento dos processos e documentos recebidos;

II – preparo e expedição de correspondência do órgão;

III – dar andamento nos processos, para a tramitação regular dos mesmos;

IV – preparo e remessa para publicação das matérias que dependam dessas formalidades;

V – aquisição, requisição, guarda e distribuição do material permanente e de consumo;

VI – organização do arquivo geral e, especificamente, dos acórdãos do Conselho;

VII – execução dos serviços de digitação; e

VIII – outras atribuições determinadas pela Presidência.

Art. 12. Ao Secretário Geral compete:

I – dirigir os serviços da Secretaria auxiliado pelo pessoal nela lotado;

II – organizar os processos em forma de autos, numerando e rubricando suas folhas e lavrando os respectivos termos;

III – assistir às sessões do Conselho, lavrando as atas dos trabalhos;

IV – providenciar a pauta de julgamento das sessões, após a definição da Presidência;

V – encaminhar para publicação no meio oficial do município, nos prazos determinados, todos os atos que dependam dessas formalidades;

VI – receber os processos assinados pelos Conselheiros Relatores e encaminhá-los ao Presidente para assinatura;

VII – expedir aos Conselheiros, de ordem do Presidente, o aviso de convocação para sessões extraordinárias;

VIII – exarar os despachos de distribuição, termo de vista e outros quaisquer destinados ao andamento dos processos;

IX – preparar os ofícios do Conselho, seu expediente e comunicações;

X – minutar o acórdão a ser baixado em razão de decisão do Conselho, quando incumbido dessas formalidades; e

XI – executar os demais serviços inerentes à Secretaria do Conselho e outros, quando designado pelo Presidente.

CAPÍTULO VIII

COMPETÊNCIA

Art. 13. Compete ao Conselho Municipal de Recursos Fiscais:

I – julgar os Recursos Voluntários e as remessas necessárias das decisões de primeira instância, pela via administrativa e forma contraditória, sobre lançamentos e incidência de tributos municipais e acréscimos legais, bem como, sobre a legitimidade da aplicação de multas decorrentes do poder de polícia do município por infração a legislação tributária;

II – julgar os embargos de declaração originário de decisões fiscais do município;

III – emitir parecer, quando solicitado pela (o) Prefeita (o) ou objeto de consulta, sobre matérias tributárias;

IV – sugerir à Prefeita (o), propondo a adoção de medidas tendentes ao aperfeiçoamento da legislação tributária;

V - elaborar o Regimento Interno no prazo de 60 (sessenta) dias, pendente de homologação, por meio de Decreto Municipal;

VI – elaborar Súmula, que terá caráter vinculante para todos os órgãos da Administração sobre matérias tributária, em conformidade com o art. 57 da Lei Municipal Complementar n.º 4.354/2.018; e

VII – resolver os casos omissos neste Regimento.

CAPÍTULO IX

IMPEDIMENTOS E SUSPEIÇÃO

Art. 14.É vedado o exercício da função de julgamento de membro do Conselho que se declarar impedido de ofício ou a requerimento, relativamente ao processo em que tenha:

I – atuado no exercício da fiscalização direta do tributo;

II – atuado na qualidade de mandatário ou perito;

III – interesse econômico ou financeiro, por si, por seu cônjuge ou por parente consanguíneo ou afim, em linha reta ou na colateral até o terceiro grau;

IV – vínculo, como sócio ou empregado, com a sociedade de advogados, contabilistas ou economistas, ou de empresa de assessoria fiscal ou tributária, a que esteja vinculado o mandatário constituído por quem figure como parte no processo; e

V – possua vínculo de parentesco com qualquer parte passiva ou seus representantes legais.

§ 1º Aplicar-se-á a suspeição quando o Conselheiro for amigo íntimo ou inimigo capital, credor ou devedor, herdeiro presuntivo ouliquidante.

§ 2º A parte interessada deverá arguir o impedimento ou suspeição, em petição devidamente fundamentada e instruída, na primeira oportunidade em que lhe couber falar nos autos.

§ 3º O incidente será decidido preliminarmente, ouvindo-se o arguido, se necessário.

§ 4º Verificando que a alegação de impedimento ou suspeição é improcedente, o Conselho rejeitá-la-á.

§ 5º Acolhida a alegação, o processo será retirado de pauta, redistribuído para outro Relator, na hipótese do impedimento ou suspeição recair sobre o relator.

§ 6º Será convocado Conselheiro Suplente, quando o impedimento ou suspeição recair sobre titular, incluindo-se na próxima pauta de julgamento.

§ 7º O membro do Conselho poderá declarar-se impedido por motivo de foro íntimo.

CAPÍTULO X

SUBSTITUIÇÕES

Art. 15. Toda a substituição de membros do Conselho Municipal de Recursos Fiscais deverá ser publicada no meio de publicação oficial do Município, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias.

Art. 16. O Conselheiro que tenha de afastar-se por prazo superior a 15 (quinze) dias devolverá à Secretaria os processos, a fim de serem encaminhados ao Suplente.

Art. 17. Cessada a substituição, o Suplente que tiver pronto o relatório ou voto em separado resultante de pedido de vista, será o competente para participar do julgamento ainda que presente o Conselheiro Titular.

§ 1º Na hipótese deste artigo, o Conselheiro Titular não tomará parte no julgamento em que intervier o seu Suplente.

§ 2º Os demais processos em poder do Suplente, ou a ele distribuídos, serão devolvidos à Secretaria do Conselho, que os encaminhará ao Conselheiro Titular.

CAPÍTULO XI

LICENÇAS

Art. 18. Aos membros do Conselho poderá ser concedida licença nos casos de doença ou de outros motivos relevantes.

Parágrafo único: Encerrada a licença, o licenciado deverá reassumir imediatamente.

TÍTULO II

RECURSOS

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 19. Ao Conselho Municipal de Recursos Fiscais poderão ser interpostos os seguintes Recursos:

I – Recurso Voluntário, e;

II – Embargos de Declaração.

Art. 20. Os recursos serão apresentados ao órgão que proferir a decisão contestada, por meio de petição escrita, onde se mencionará:

I - a autoridade julgadora a quem é dirigida;

II - a qualificação do impugnante;

III - a identificação da (s) notificação (ões) de lançamento, do (s) auto (s)

de infração ou do (s) termo (s) de apreensão de Bens Móveis, Mercadorias e Documentos;

IV - a completa identificação do imóvel a que se refere o lançamento impugnado, se for o caso;

V - os motivos de fato e de direito em que se fundamenta, os pontos de discordância e as razões e provas que possuir;

VI - as diligências que o impugnante pretenda sejam efetuadas, desde que justificada a sua necessidade, e;

VII - o objetivo visado, formulado de modo claro e preciso.

§ 1º A petição será protocolada, providenciando-se a junção ao expediente recorrido e o encaminhamento ao Conselho Municipal de Recursos Fiscais.

§ 2º A petição de que trata o *"caput"* poderá ser feita por meio eletrônico.

CAPÍTULO II

RECURSO VOLUNTÁRIO

Art. 21. Da decisão de primeira instância, contraria ao sujeito passivo, caberáinterposição de recurso voluntário, total ou parcial, com efeito suspensivodo Recurso encaminhado ao Conselho Municipal de Recursos Fiscais,dentro de 10 (dez) dias seguintes à ciência da decisão, sendo, emcaso excepcional e de forma fundamentada pelo relator, aplicado apenaso efeito devolutivo.

§ 1º A interposição de Recurso Voluntário implicará apreciação e julgamento de todas as questões suscitadas no expediente, ainda que a decisão de primeira instância não as tenha julgado por inteiro.

§ 2º As questões de fato, não alegadas em primeira instância, poderão ser suscitadas no Recurso Voluntário, se o recorrente provar que deixou de fazê-lo por algum dos seguintes motivos:

I - fique demonstrada a impossibilidade de sua apresentação oportuna por motivo de força maior devidamente comprovado;

II - refira-se a fato ou a direito superveniente, e;

III - destine-se a contrapor fatos ou razões posteriormente trazidas aos autos.

Art. 22. Sendo o recurso intempestivo, o Relator indeferirá monocraticamente.

Parágrafo único: Não cabe qualquer recurso do despacho denegatório de seguimento de impugnação ou recurso interpostos intempestivamente, ressalvado um único pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias, contados da data da intimação da decisão, dirigido à mesma autoridade julgadora e que verse exclusivamente sobre ausência ou inexistência de intimação ou contagem de prazo.

Art. 23. O ato da intempestividade será comunicado ao contribuinte.

CAPÍTULO III

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

Art. 24. Sendo a decisão omissa, obscura ou contraditória, as partes poderão recorrer, no prazo de 05 (cinco) dias, da ciência do acórdão, para que o Conselho sane a omissão, esclareça o ponto obscuro ou elimine a contradição.

§ 1º Os embargos de declaração não possuem efeito suspensivo.

§ 2º O relator intimará o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 05 (cinco) dias, para que manifeste sobre os embargos opostos, e, posteriormente, apresentará os embargos em mesa na sessão subsequente, proferindo voto, e, não havendo julgamento nessa sessão, será o recurso incluído em pauta automaticamente.

CAPÍTULO IV

REMESSA PARA REANÁLISE NECESSÁRIO

Art. 25. As decisões de primeira instância, contrárias, no todo ou em parte, à Fazenda Municipal, estão sujeitas a remessa, com efeito suspensivo, para o Conselho Municipal de Recursos Fiscais, no prazo de 10 (dez) dias, sempre que a importância em litígio exceder o valor de 10 (dez) Unidade Padrão Fiscal - UPF.

§ 1º A própria autoridade julgadora providenciará a remessa necessária.

§ 2º Não sendo providenciada a remessa necessária, o atuante ou o substituto designado para responder à impugnação ou ainda qualquer servidor que verificar o fato, representará a autoridade julgadora por intermédio de seu chefe imediato, no sentido de que seja executada aquela formalidade.

§ 3º Subindo o processo em grau de recurso voluntário, e sendo também, caso de remessa necessária, não interposta, tomará o Conselho de Recursos Fiscais conhecimento pleno do processo, como se estivesse havido tal recurso.

§ 4º Aplicar-se-á, no que couber, a remessa necessária o procedimento previsto para o recurso voluntário.

TÍTULO III

PROCEDIMENTO DE SEGUNDA INSTÂNCIA

CAPÍTULO I

ENTRADA, DISTRIBUIÇÃO E INSTRUÇÃO DOS PROCESSOS

Art. 26. Os processos serão organizados pela Secretaria do Conselho em forma de autos.

Art. 27. Dada a entrada no protocolo, a Secretaria promoverá a autuação, a numeração, o registro para fins de distribuição e o encaminhamento imediato para a autoridade fiscal municipal encarregada do lançamento do tributo para a elaboração de contrarrazões no prazo de 10 (dez) dias.

Art. 28. Após a elaboração das contrarrazões pela autoridade fiscal municipal encarregada do lançamento do tributo, os autos do processo serão devolvidos a Secretaria do Conselho.

Art. 29. A distribuição dos processos será feita pelo Presidente do Conselho, alternadamente, obedecida a ordem cronológica de entrada no protocolo da Secretaria entre os 05 (cinco) Conselheiros, de forma igualitária.

Art. 30. O Relator, sempre que julgar conveniente, poderá solicitar, dos órgãos da Administração Municipal e dos contribuintes, as providências, diligências e informações necessárias ao esclarecimento da questão.

Parágrafo único: As repartições municipais deverão atender, com a máxima presteza, os pedidos de informações que lhes forem formulados.

Art. 31. Instruído o processo, terá o relator o prazo de 10 (dez) dias para a apresentação do relatório e voto.

§ 1º Presume-se instruído o processo que não comportar pedido de providências, diligências ou informações adicionais.

§ 2º Exarado o relatório e voto, o recurso deverá ser apresentado a Secretaria do Conselho, para inclusão do processo em pauta de julgamento.

§ 3º O Conselheiro Relator disponibilizará, previamente ao início da sessão de julgamento, com a antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas, relatório, voto e ementa, para a Secretaria do Conselho, que os enviará via e-mail para os demais Conselheiros.

§ 4º A Secretaria do Conselho disponibilizará os autos, em seu próprio recinto, para vista até a sessão de julgamento ou em meio eletrônico com a antecedência mínima de 05 (cinco) dias da sessão de julgamento, para os demais Conselheiros.

§ 5º A definição da pauta de julgamento é de competência da Presidência do Conselho.

§ 6º As pautas de julgamento serão publicadas no meio de publicação oficial do Município, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias, indicando dia, hora e local da sessão, o nome do Conselheiro Relator, os números do processo e do recurso, o nome do Recorrente, e, caso possua, de qualquer um de seus advogados com o respectivo número de identificação profissional.

§ 7º Adiado o julgamento do recurso, o processo será incluído em pauta da sessão subsequente.

CAPÍTULO II

SESSÕES

Art. 32. O Conselho de Recursos Fiscais reunir-se-á ordinariamente, uma vez por mês.

Parágrafo único: Nos casos de comprovada necessidade, a critério e por convocação do Presidente, poderá o Conselho, mensalmente, realizar sessões extraordinárias em número igual ao fixado para as ordinárias.

Art. 33. As sessões do Conselho Municipal de Recursos Fiscais poderão ser assistidas pelos interessados.

Parágrafo único: Nenhum julgamento se fará sem a presença do relator.

Art. 34 Aberta a sessão, na hora determinada e não havendo número para deliberar, aguardar-se-á por 30 (trinta) minutos a formação do *quórum* e, se decorrido esse prazo e o número legal ainda não for atingido, mandar-se-á lavrar a respectiva ata, na qual serão mencionados os nomes dos presentes e a relação dos faltantes.

Parágrafo único: Não se considera comparecimento à sessão a apresentação de qualquer de seus membros, após os primeiros 15 (quinze) minutos do início dos trabalhos.

Art. 35. O Conselho de Recursos Fiscais somente deliberará pela maioria absoluta de seus Membros.

Art. 36.Retirando-se um ou mais Conselheiros antes do término da sessão, não haverá impedimento para o prosseguimento da mesma, desde que se mantenha o número previsto no artigo anterior, devendo, entretanto, tal fato constar da respectiva ata.

CAPÍTULO III

ORDEM DOS TRABALHOS

Art. 37. À hora designada para as sessões, com a tolerância de 15 (quinze) minutos, o Presidente ocupará a cabeceira da mesa, tendo a sua direita o(a) Secretário(a) Geral, ocupando os demais Membros do Conselho os demais lugares, sentando-se os Representantes classistas e os servidores do município alternadamente.

Art. 38. Declarado aberta a sessão, será observada no trabalho a seguinte ordem:

I – verificação do número legal de Conselheiros para deliberar;

II – leitura e apreciação dos acórdãos referentes a julgamentos anteriores;

III - leitura, discussão e votação da ata da sessão anterior;

IV – leitura do expediente;

V – apresentação de relatório;

VI – discussão e votação dos processos submetidos a julgamento; e

VII – distribuição dos processos aos Conselheiros.

Art. 39. Lida a ata da sessão anterior e submetida à discussão e aprovação, será permitido requerimento de retificação, que poderá ser feito se aprovado por maioria de votos dos Conselheiros presentes.

Art. 40. Após a ordem do dia, durante 30 (trinta) minutos, poderão ser tratados quaisquer assuntos estranhos à pauta, desde que interesse ao Conselho, sendo facultada a palavra, aos seus Membros.

CAPÍTULO IV

JULGAMENTO

Art. 41.O julgamento de cada processo inicia-se com a exposição do relatório pelo Relator e segue-se das sustentações orais, apresentação do voto do Relator e debates e finaliza-se com a votação.

§ 1º Cada uma das partes poderá dispor, para sustentação oral, de 05 (cinco) minutos, prorrogáveis por igual tempo.

§ 2º O não comparecimento da parte à sessão na data estipulada em pauta de julgamento implica renúncia à faculdade de apresentação da sustentação oral.

§ 3º Nenhum julgamento se fará sem a presença do relator.

§ 4º Produzida a sustentação oral, a qualquer dos Conselheiros é facultado requerer o adiamento do julgamento para a sessão seguinte, mediante pedido de vistas do processo.

§ 5º Poderá o Presidente advertir qualquer membro do Conselho ou interessado, que não guardar a exigível compostura de linguagem, caçando a palavra, se não for atendido.

§ 6º Igualmente, poderá o Presidente fazer retirar do recinto quem não guardar a compostura devida ou perturbar a ordem dos trabalhos, não permitindo práticas e costumes usualmente não admitidos nos tribunais.

§ 7º A autoridade julgadora competente não ficará adstrita às alegações das partes, devendo julgar de acordo com a convicção e a verdade real dos fatos, em face das provas produzidas no processo.

Art. 42. As questões preliminares serão julgadas antes do mérito, deste não se conhecendo quando incompatível com a decisão daquelas.

§ 1º Rejeitadas as preliminares, os Conselheiros vencidos votarão quanto ao mérito, mantida a ordem dos trabalhos, com a exposição do voto de mérito do Relator.

§ 2º Não será admitida a abstenção na votação.

Art. 43. Versando sobre nulidade sanável, o julgamento será convertido em diligência, a fim de que seja a falta suprida dentro do prazo estipulado pelo Presidente.

Parágrafo único: Cumprida a diligência os autos voltarão ao Relator para complementar o relatório, após o que, será incluída em pauta para um novo julgamento.

Art. 44. Encerrados os debates, serão tomados os votos dos Conselheiros, a serem proferidos verbalmente, de forma alternada entre os Representantes classistas e os servidores do município, votando por último o Conselheiro que presidiu o julgamento.

§ 1º No processo em que o Presidente da sessão é Relator, vota ele em primeiro lugar e, em seguida, os demais Conselheiros que participaram dos debates, na ordem estipulada no *caput*.

§ 2º Ressalvadas as hipóteses de impedimento, nenhum Conselheiro poderá eximir-se de votar.

Art. 45. Não se considerando suficientemente esclarecido sobre a matéria debatida, ou querendo melhor fundamentar seu voto, o Conselheiro poderá pedir vista do processo, até a próxima reunião ordinária, findando-se este prazo, o processo retornará a julgamento.

§ 1º O voto em separado devidamente fundamentado, resultante de pedido de vista, será juntado ao processo na sessão em que for proferido.

§ 2º Na hipótese do parágrafo anterior, a votação prosseguirá em seguida àquele que pedir vista, permitida a retificação de voto pelos presentes.

§ 3º Ao Relator originário é facultado também solicitar vista do processo, para reexame do voto.

Art. 46.A decisão será tomada por maioria de votos, terá forma de Acórdão, redigido de maneira clara e objetiva, devendo obrigatoriamente relatar os fatos e argumentos debatidos, apreciar as questões preliminares e incidentais pendentes e fundamentar as conclusões.

§ 1º Proclamada a decisão, não poderá o Conselheiro modificar o seu voto.

§ 2º O Acórdão será lavrado pelo Relator ou, se vencido, pelo Conselheiro que proferiu o primeiro votou no sentido que prevaleceu até a próxima sessão de julgamento, para conferência e assinatura dos demais Conselheiros.

§ 3º A ementa do voto vencedor e o acórdão serão juntados aos autos e disponibilizados em meio de publicação oficial do município.

§ 4º Os Conselheiros vencidos nas votações poderão assinar o julgado com essa declaração, aduzindo os motivos da sua discordância.

Art. 47. As inexatidões materiais, devidas ao lapso manifesto, e os erros de escritura ou de cálculo existentes na decisão, poderão ser corrigidos por despacho de ofício, ou a requerimento de qualquer funcionário.

Art. 48. De cada sessão será lavrada ata assinada pelo Presidente da sessão por todos os Conselheiros, que será arquivada na Secretaria, destacando os números dos recursos submetidos a julgamento, os respectivos números dos processos, o nome dos interessados, dos Conselheiros presentes e, resumidamente, o resultado da votação dos processos julgados e outros fatos relevantes.

Art. 49. A Secretaria do Conselho providenciará a intimação do sujeito passivo das decisões.

Parágrafo único:Considera-se intimado o sujeito passivo, alternativamente:

I - com o recebimento, por via postal, de cópia da decisão, com aviso de recebimento, a ser datado, firmado e devolvido pelo destinatário ou pessoa de seu domicílio;

II - pessoalmente, mediante entrega de cópia da decisão ao sujeito passivo, a seu representante legal, mandatário ou preposto, contra-assinatura datada no expediente em que foi prolatada a decisão;

III - com a publicação do extrato da decisão no meio de publicação oficial do município, ou;

IV - por meio eletrônico ou e-mail, com prova de recebimento.

CAPÍTULO V

CUMPRIMENTO DAS DECISÕES

Art. 50. Encerram definitivamente a instância administrativa:

I – quando as decisões proferidas pelo Conselho Municipal de Recursos Fiscais, em grau de recurso, transitada em julgado administrativamente,

ou;

II – quando, decisão puser fim ao processo fiscal, nos termos do art. 13 da Lei MunicipalComplementar n.º 4.354/2.018;

Art. 51. As decisões definitivas, ressalvada disposição expressa em contrário, serão cumpridas dentro do prazo de 10 (dez) dias, contados da data em que, tomando-se definitivas, hajam sido intimadas as partes no processo.

Art. 52. O cumprimento das decisões consistirá:

I – se favoráveis à Fazenda:

a. no pagamento da quantia fixada na decisão exequenda;

b. na satisfação de obrigação tributária acessória ou no cumprimento de

dever fiscal acessório;

c. no leilão ou outra destinação prevista em lei, de mercadorias ou de outros bens;

d. na conversão de depósito de renda, e/ou;

e. na inscrição, pelo órgão competente, como dívida ativa.

II – se favoráveis ao contribuinte:

a. no levantamento do depósito da garantia, observada a correção monetária;

b. no levantamento de título de garantia real ou fidejussória ou restituição de bens ou valores, dados em depósito pelo recorrente;

c. no cancelamento de qualquer ônus ou restrição patrimonial, constituído ou aposta a bem ou direito em decorrência do ato impugnado;

d. na restituição de importância, observada a lei específica sobre correção monetária, e/ou;

e. na declaração formal do direito do impugnante ou recorrente e, na prática de qualquer ato necessário à efetividade do respectivo exercício.

§ 1º Conforme o caso, o cumprimento das decisões poderá consistir na combinação de mais de uma das formas previstas nos incisos deste artigo.

§ 2º O recorrente terá direito à compensação de créditos e débitos, como forma de cumprimento total ou parcial das decisões definitivas.

TÍTULO IV

SÚMULA VINCULANTE

Art. 53. Por proposta de qualquer membro do Conselho Municipal de Recursos Fiscais, acolhida em deliberação tomada por votos da maioria ab-

soluta de Conselheiros, a jurisprudência firmada pelo colegiado será objeto de súmula, que terá caráter vinculante para todos os órgãos encarregados da administração tributária local.

§ 1º A proposta de súmula deverá estar instruída com, no mínimo, 05 (cinco) decisões emanadas do Conselho Municipal de Recursos Fiscais no mesmo sentido sobre a matéria a ser sumulada.

§ 2º As propostas de súmula serão encaminhadas pelo Presidente do Conselho Municipal de Recursos Fiscais para a Secretaria responsável pela administração tributária (Secretaria Municipal de Gestão Fazendária) e a Procuradoria Municipal, para conhecimento e manifestação, no prazo de 10 (dez) dias.

§ 3º A vinculação ao conteúdo da súmula dar-se-á a partir da publicação da súmula aprovada em meio de publicação oficial do Município.

§ 4º A revisão, a alteração e o cancelamento da súmula observarão o procedimento de origem da respectiva súmula.

TÍTULO V

CONSULTA TRIBUTÁRIA

Art. 54. O sujeito passivo da obrigação tributária, bem como as entidades representativas de categorias econômicas ou profissionais, poderão formular consulta sobre dispositivos da legislação tributária, aplicáveis a fato determinado.

Art. 55. A consulta deverá ser apresentada por escrito à Secretaria responsável pela administração tributária, devendo ser analisada e respondida pelo Conselho Municipal de Recursos Fiscais.

Art. 56. A consulta não suspende o prazo para recolhimento do tributo, antes ou depois de sua apresentação, nem o prazo para o cumprimento de obrigações acessórias a que esteja sujeito o consulente.

Art. 57. A consulta será arquivada de plano, quando:

I - não cumprir os requisitos da lei;

II - formulada por quem houver sido intimado a cumprir obrigação relativa ao fato objeto da consulta;

III - formulada depois de iniciado o procedimento fiscal contra o consulente;

IV - o fato já houver sido objeto de decisão anterior, proferida em consulta ou litígio em que tenha sido parte o consulente;

V - o fato estiver definido ou declarado em disposição literal de lei ou disciplinado em ato normativo, publicado antes de sua apresentação; e

VI - não descrever, completa e exatamente, a hipótese a que se referir ou não contiver os elementos necessários à sua solução, salvo se a inexatidão ou omissão for escusável, a critério da autoridade consultada.

Parágrafo único: compete à autoridade consultada declarar a ineficácia da consulta.

Art. 58. O parecer do Conselheiro Relator deverá ser acolhido em deliberação tomada por votos da maioria absoluta de Conselheiros.

Parágrafo único: A vinculação ao conteúdo da consulta dar-se-á a partir da publicação do parecer aprovado em meio de publicação oficial do Município.

TÍTULO VI

DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 59. O Conselho Municipal de Recursos Fiscais terá autonomia funcional e hierárquica, nos limites de sua competência.

Art. 60. Na contagem dos prazos fixados neste Regimento, serão computados somente os dias úteis, excluindo-se, na sua contagem, o dia de início e incluindo-se o de vencimento.

Art. 61. Inexistindo preceito legal diverso, será de 10 (dez) dias o prazo para a prática de ato processual.

Art. 62. É vedada qualquer forma de acesso ao processo administrativo a terceiro que não faça parte da ação.

Art. 63. Serão também observadas, subsidiariamente, na aplicação deste Regimento, as normas contidas na Lei Municipal Complementar n.º 4.354/2.018, no Código Tributário Municipal, no Código Tributário Nacional e no Código de Processo Civil, além dos Princípios Gerais de Direito, da Legislação esparsa Federal específica e a Jurisprudência dos Tribunais.

Art. 64. Os casos omissos neste Regimento serão decididos pelo Conselho Municipal de Recursos Fiscais, por meio de portarias, mediante aprovação da maioria dos Conselheiros.

Art. 65. O presente Regimento Interno deverá ser aprovado mediante maioria dos Conselhostitulares (ou na sua falta, seus suplentes), sendo conferida Resolução própria da sua aprovação, e, posteriormente sendo encaminhada para homologação do Chefe do Poder Executivo.

Parágrafo único: A mudança do regimento dependerá de maioria absoluta.

Art. 66. O presente Regimento entrará em vigor na data de sua publicação.

Praça dos Três Poderes, Paço Municipal Couto Magalhães, Várzea Grande - MT, 03 de Dezembro de 2.018.

LUCIMAR SACRE DE CAMPOS

Prefeita Municipal

DANIEL DA SILVA MARTINS NETO

Presidente do Conselho Municipal de Recursos Fiscais

JOÃO PAULO ALVES DE ARAÚJO

Vice-Presidente do Conselho Municipal de Recursos Fiscais

ADRIANA SCHLITTER

Conselheira

MÁRIO CEZAR DE LIMA

Conselheiro

CÁSSIA REGIS LOPES

Conselheira

DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO
AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 011/2018

O Departamento de Água e Esgoto de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, através de sua Pregoeira, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação na modalidade de **PREGÃO PRESENCIAL Nº. 011/2018,** que tem como objeto: Futura e eventual contratação de empresa especializada no fornecimento e instalação de Aparelho PABX e seus componentes, para atender a demanda do Departamento de Água e Esgoto do município de Várzea Grande – MT.

Fica marcada a data do Pregão para o **dia 20 de dezembro de 2018, às 09h00min (horário de Mato Grosso).** O Edital completo está à disposição dos interessados, gratuitamente, no Departamento de Água e Esgoto de Várzea Grande - Comissão de Licitação, situado na Av. Gov. Júlio Campos, 2.599, Jardim dos Estados – Várzea Grande/MT e no site: **www.daevg.com.br.**

Várzea Grande-MT, 10 de dezembro de 2018.

CRISTIANE PEREIRA MARTINS RICARDO AZEVEDO ARAÚJO

PREGOEIRA - DAE/VG DIRETOR PRESIDENTE - DAE/VG

PORTARIA Nº 1.358/2018

O Superintendente de Gestão de pessoas da Secretaria Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 1° da Portaria Interna n° 007/2017 de 04 de Janeiro de 2017.

RESOLVE

Conceder **Férias** regulamentares, referente ao mês de **Dezembro/2018**, de acordo com Estatuto dos Servidores Públicos de Várzea Grande, Lei Complementar nº. 1.164/1991 que dispõe em seu Art.85, aos servidores abaixo relacionados:

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE				
MAT.	**NOME DO SERVIDOR**	**VINCULO**	**PERIODO AQUISITIVO**	**PERIODO DE GOZO**
16215	FATIMA DIB HORTA	Efetivo	**2017/2018**	27.12.18 A 25.01.19 (30 dias)
101076	ROSIANE CONCEIÇÃO DA SILVA	Efetivo	**2015/2016**	01.12.18 A 30.12.18 (30 dias)

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 10 de Dezembro de 2018.

MARCOS RODRIGUES DA SILVA

Superintendente de Gestão de Pessoas/ SAD.

EXTRATO CONTRATO N. 154/2018

PARTES INTERESSADAS: Prefeitura Municipal de Várzea Grande/MT e a Empresa REGIANE GONÇALVES DE CARVALHO EIRELI, inscrita no CNPJ nº. 26.574.991/0001-00. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Encontra vinculado aos termos e condições da TOMADA DE PREÇOS nº. 10/2018 que passa a fazer parte integrante do presente Contrato, juntamente com a proposta da CONTRATADA, vinculado à Lei n. 8.666/93 e alterações, regulando suas cláusulas, bem assim nos casos omissos, pelos preceitos de direito público, aplicando-lhe, supletivamente, os princípios da teoria Geral dos contratos e as disposições de direito privado e as estabelecidas neste instrumento, bem como nos demais documentos acostados no PROCESSO GESPRO nº. 536563/2018. OBJETO: Tem por objeto a Contratação de empresa capacitada para reforma e aplicação de muro em gabião (dimensão total de 40m sendo 21m do lado direito e 19m do lado Esquerdo no córrego Água Limpa com a Rua Governador Pedro Pedrossian, conforme projeto e planilhas que seguem em anexo a este Projeto Básico. As coordenadas geográficas são 56º7’ 29,271”O e 15º 39’9,128”S (início) e 56º7’ 30,039”O e 15º 39’8,821”S VALOR GLOBAL: O valor global estimado do presente Contrato é de R$ 146.091,11 (cento e quarenta e seis mil, noventa e um reais e onze centos). SECRETARIA DE VIAÇÃO E OBRAS DO: 37.02.15.451.0002.000 P/A: 2.292. ND: 4.4.90.51.00.00.00 – OST - PJ. FONTE: 0100. . VIGÊNCIA: O prazo de vigência do presente Contrato será de 360 (trezentos e sessenta) dias, contatos a partir da assinatura. FISCAL DE CONTRATO: Fica designado pela Secretaria de Educação, para este ato, a Engenheira Civil EDNA MEIRE PINTO, inscrita no CREA/ME n. 2102/D.

DATA DE ASSINATURA: 04.12.2018.

LUIZ CELSO MORAIS DE OLIVEIRA

Secretaria de Viação e Obras- PMVG/MT

REGIANE GONÇALVES DE CARVALHO EIRELI

Contratada

TERMO DE POSSE

Aos vinte e três dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezoito, na Prefeitura Municipal de Várzea Grande – MT – Secretaria Municipal de Saúde, na presença da Srª Lucimar Sacre de Campos Prefeita Municipal e do Sr. Diógenes Marcondes, Secretário Municipal de Saúde, a Sr.(a) **JOSIANE BARBOSA CARABAJAL NEVES, RG n° 1726023-0 SESP/MT**, compareceu para tomar posse e prestar compromisso de bem e fielmente desempenhar as funções no cargo efetivo de **AGENTE TÉCNICO DO SUS – PERFIL TÉCNICO EM ENFERMAGEM - 40hs**, conforme ATO de nomeação 402/2018 publicada no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, no qual foram observadas todas as formalidades legais.

A investidura no cargo fica consignada a este Termo de Posse.

E, como assim prometeu, lavrou-se o presente termo que assinam.

JOSIANE BARBOSA CARABAJAL NEVES

Compromissado (a)

DIÓGENES MARCONDES

Secretário Municipal de Saúde

LUCIMAR SACRE DE CAMPOS

Prefeita Municipal

RETIFICAÇÃO DO AVISO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 16/2018

O Município de Várzea Grande/MT torna público para conhecimento dos interessados, a necessidade de **RETIFICAÇÃO DO AVISO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 16/2018,** publicado em **07/12/2018** em Jornal Oficial Eletrônico Dos Municípios Do Estado De Mato Grosso, na página 606 da edição 3.120, em Diário Oficial Contas na página 139 da edição 1500 e Jornal Diário de Cuiabá na página A10 classificados**. Tal necessidade decorre de erro material de digitação,** obedecendo aos princípios inerentes que regem a Administração Pública, assim resolve promover a seguinte CORREÇÃO: **ONDE SE LÊ:** “... **Pablo Gustavo Moraes Pereira - Secretário Municipal de Administração”. LEIA SE: Breno Gomes -** Secretario Municipal de Serviços Públicos e Mobilidade Urbana. **Ratificam-se as demais informações do AVISO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO.** Várzea Grande – MT, 07 de dezembro de 2018. **Breno Gomes -** Secretario Municipal de Serviços Públicos e Mobilidade Urbana**.**

EXTRATO CONTRATO N. 147/2018

PARTES INTERESSADAS: Prefeitura Municipal de Várzea Grande/MT e a ASSOCIAÇÃO DE CATADORES DE MATERIAIS REULITIZÁVEIS E RECICLÁVEIS MATO GROSSO SUSTENTÁVEL, inscrita no CNPJ nº. 24.342.022/0001-06. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Encontra vinculado aos termos e condições da Lei °. 8.666/93, no Comunicado de Inexigibilidade de Licitação nº. 11/2018, no edital e anexo do procedimento da CHAMA PÚBLICA Nº. 01/2018, bem como na proposta da compromissada, no Processo Administrativo nº. 287/2018, no Projeto Básico nº 01/2018 da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural Sustentável, bem como nos demais documentos acostados no PROCESSO GESPRO nº. 554324/2018. OBJETO: Tem por objeto a habilitação de associações e/ou cooperativas de Catadores de Materiais Recicláveis, visando à coleta de todos os resíduos descartados pela Prefeitura Municipal de Várzea Grande. VALOR GLOBAL: Não haverá transferência de recursos financeiros entre as partes para a execução do presente Termo de Compromisso. VIGÊNCIA: O prazo de vigência do termo de compromisso será de 06 (seis) meses, contados da data da assinatura do mesmo, podendo ser prorrogado por igual período. FISCAL DE CONTRATO: Fica designado pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural Sustentável, para este ato a servidora VIVIANE SOUZA NASCIMENTO, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 1220020-04 SSP/MT e CPF nº. 697.997.171-91

DATA DE ASSINATURA: 30.11.2018.

HELEN FARIAS FERREIRA

Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural Sustentável-PMVG/MT

ASSOCIAÇÃO DE CATADORES DE MATERIAIS REUTILIZÁVEIS E RECICLÁVEIS MATO GROSSO SUSTENTÁVEL

Contratada

EXTRATO CONTRATO N. 0159/2018

PARTES INTERESSADAS: Secretaria Municipal de Saúde - Fundo Municipal de Saúde CNPJ nº 11.364.895/0001-60 e a Empresa

HOSPLIFE COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA - EPP, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº. 03.952.368/0001-48, e sob o NIRE n°. 42202863951. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Este instrumento Contratual se encontra vinculado aos termos e condições da Lei nº. 8.666 de 21 de Junho de 1993, vinculados ao Edital e anexos do Processo Licitatório do tipo Pregão Eletrônico nº056/2018, do tipo menor preço por item, bem como na proposta da contratada, no Processo Administrativo nº 190/2018, na 1º Retificação ao Termo de Referência nº 035/2018 da Secretaria Municipal de Saúde/SMSVG. GRESPO nº 535373/2018. OBJETO: Aquisição de equipamentos oftalmológicos para atender as necessidades do Centro de Especialidades em Saúde – CES da Secretaria Municipal de Saúde de Várzea Grande-MT. VALOR GLOBAL: Atribui-se o valor global no montante de R$ 47.700,00 (quarenta e sete mil e setecentos).**UO: SECRETARIA DE SAÚDE DO: 09.02.10.302.0012. P/A: 2.304. ND: 3.3.90.30.00.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO FONTE: 0114. DO: 09.02.10.122.0015. P/A: 2.305. ND: 3.3.90.30.00.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO FONTE: 0102.** Terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura e respectiva publicação, sendo vedada a sua prorrogação.

DATA DE ASSINATURA: 10.12.2018.

DIOGENES MARCONDES

Secretária Municipal de Saúde – PMVG/MT

HOSPLIFE COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA - EPP

Contratada

EXTRATO CONTRATO N. 156/2018

PARTES INTERESSADAS: Prefeitura Municipal de Várzea Grande e a Empresa VM CONSTRUÇÕES EIRELI, devidamente inscrita no CNPJ sob o n°. 08.225.968/0001-28, FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Encontra-se vinculado aos termos e condições da TOMADA DE PREÇOS n. 06/2018 que passa a fazer parte integrante do presente Contrato, juntamente com a proposta da CONTRATADA, vinculada à Lei nº 8.666/93, e suas alterações, regulando suas cláusulas, bem assim nos casos omissos, pelos preceitos de direito público, aplicando-lhe, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições do direito privado e as estabelecidas neste instrumento, bem como nos demais documentos acostados no PROCESSO GESPRO Nº. 534148/2018. OBJETO: Tem por objeto a contratação de Empresa especializada para a execução das obras de pavimentação e drenagem das Ruas Edmaseno A. da Silva, Jordiana parte 1 e 2, Arabia, Manoel Rey da Silva, Palestina, Do Xá, Beija Flor, Bom Jesus, São Sebastião, Eroclito Monteiro parte 1 e 2, Radar, com uma extensão de 2.918,63m no Bairro VILA ARTUR e FIGUEIRINHA e TRAVESSA José Leite, com 247,98m no Bairro PONTE NOVA, perfazendo um total de 3.166,61 metros conforme projetos e planilhas e anexo a este Projeto Básico. VALOR GLOBAL: O valor global estimado do presente Contrato é de R$ 2.544.885,90 (Dois milhões, quinhentos e quarenta e quatro mil, oitocentos e oitenta e cinco reais e noventa centavos**UO: SECRETARIA VIAÇÃO E OBRAS DO: 37.02.15.451.0022. P/A: 1.559. ND: 4.4.90.51.00.00. 00 – OBRAS E INSTALAÇÕES. FONTE: 0190/0100.** VIGÊNCIA: O prazo de vigência do contrato será de 360 (trezentos e sessenta) dia, contados a partir da data de sua assinatura. FISCAL DE CONTRATO: Fica designado para este ato, o servidor CLÓVIS PEREIRA MENDES FILHO, inscrito no CPF n. 175.814.601-00.

DATA DE ASSINATURA: 05.12.2018.

LUIZ CELSO MORAIS DE OLIVEIRA

Secretário Municipal de Viação e Obras – PMVG/MT

VM CONSTRUÇÕES EIRELI

Contratada

AVISO DE SESSÃO PÚBLICA ABERTURA DE PROPOSTA DE PREÇOS TOMADA DE PREÇOS N. 16/2018

PROCESSO Nº 546938/2018 Contratação de Empresa Especializada para a Execução das Obras de pavimentação e Drenagem da Rua China – Parque Mangabeiras com uma extensão de 1.248,71 metros e uma área de 7.991,73 m², conforme projeto e planilhas anexa a este Projeto Básico, se dará no dia **13 de dezembro de 2018, às 08h30-min (hora local)**, na sala de licitação da Prefeitura Municipal de Várzea Grande-MT, situado na Av. Avenida Castelo Branco, 2500 – Várzea Grande/MT. **A Comissão de Licitação informa que foram decorridos os prazos recursais, e os julgados encontram-se disponibilizado no** site: www.varzeagrande.mt.gov.br. Várzea Grande-MT, 10 de dezembro de 2018. **Luiz Celso Morais de Oliveira. Secretario Municipal de Viação e Obras.**

EXTRATO CONTRATO N. 0162/2018

PARTES INTERESSADAS: Secretaria Municipal de Saúde - Fundo Municipal de Saúde CNPJ nº 11.364.895/0001-60 e a Empresa GIGANTE PRODUTOS MÉDICOS EIRELI - EPP, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº. 11.050.321/0001-17, e sob o NIRE n°. 35601298631. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Este instrumento Contratual se encontra vinculado aos termos e condições da Lei nº. 8.666 de 21 de Junho de 1993, vinculados ao Edital e anexos do Processo Licitatório do tipo Pregão Eletrônico nº056/2018, do tipo menor preço por item, bem como na proposta da contratada, no Processo Administrativo nº 190/2018, na 1º Retificação ao Termo de Referência nº 035/2018 da Secretaria Municipal de Saúde/SMSVG. GRESPO nº 535373/2018. OBJETO: Aquisição de equipamentos oftalmológicos para atender as necessidades do Centro de Especialidades em Saúde – CES da Secretaria Municipal de Saúde de Várzea Grande-MT. VALOR GLOBAL: Atribui-se o valor global no montante de R$ 12.145,00 (doze mil cento e quarenta e cinco reais). UO: SECRETARIA DE SAÚDE DO: 09.02.10.302.0012. P/A: 2.304. ND: 3.3.90.30.00.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO FONTE: 0114. DO: 09.02.10.122.0015. P/A: 2.305. ND: 3.3.90.30.00.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO FONTE: 0102. Terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura e respectiva publicação, sendo vedada a sua prorrogação.

DATA DE ASSINATURA: 10.12.2018.

DIOGENES MARCONDES

Secretária Municipal de Saúde – PMVG/MT

GIGANTE PRODUTOS MÉDICOS EIRELI - EPP

Contratada

PORTARIA Nº 1.359/2018

O Superintendente de Gestão de pessoas da Secretaria Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 1° da Portaria Interna n° 007/2017 de 04 de Janeiro de 2017.

RESOLVE

Conceder **Férias** regulamentares, referente ao mês de **Julho/2018** e **Janeiro/2019**, de acordo com Estatuto dos Servidores Públicos de Várzea Grande, Lei Complementar nº. 1.164/1991 que dispõe em seu Art.85, aos servidores abaixo relacionados:

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO, ECONOMICO E TURISMO				
MAT.	**NOME DO SERVIDOR**	**VINCULO**	**PERIODO AQUISITIVO**	**PERIODO DE GOZO**
22262	JOÃO CLIMACO VIANA FILHO	Efetivo/ Comissão	**2013/2014**	09.07.18 A 08.08.18 (30 dias)
22262	JOÃO CLIMACO VIANA FILHO	Efetivo/ Comissão	**2017/2018**	02.01.19 A 31.01.19 (30 dias)

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 10 de Dezembro de 2018.

MARCOS RODRIGUES DA SILVA

Superintendente de Gestão de Pessoas/ SAD.

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 82/2018 MENOR PREÇO LOTE, POR LOTE/ AMPLA CONCORRÊNCIA

PROCESSO Nº 557575/2018. Objeto: Registro de Preços para Futura e Eventual **Contratação de empresas capacitadas para prestação de serviços médicos especializados em cirurgia geral com progama de residência médica em formação continuada e cirurgia ginecológica e mastologia** para atendimento em caráter eletivo aos usuários do SUS da Rede Municipal de Saúde de Várzea Grande-MT. A realização esta prevista para **dia 27 de dezembro de 2018**, **às 10hs00 min.** horário de Brasília DF. O Edital completo está à disposição, na Prefeitura Municipal de Várzea Grande Superintendência de Gestão (Secretaria de Saúde), mediante a taxa de recolhimento de R$ 0,13 (treze) centavos por impressão - não restituível e gratuitamente no sitio: www.bllcompras.org.br e www.varzeagrande.mt.gov.br. Várzea Grande-MT, 10 de dezembro de 2018. **Diógenes Marcondes. Secretario Municipal de Saúde**

PORTARIA Nº 089/ CORREG. GERAL/ 2018.

O Corregedor Geral da Guarda Municipal de Várzea Grande, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº. 4.108/2015, de 12 de novembro de 2015, Lei Complementar nº. 4.180/2016, de 30 de dezembro de 2016, e pelo Decreto nº. 80 de 17 de dezembro de 2015;

Considerando o Requerimento de 07 de Dezembro de 2018 do Presidente da Comissão encarregado de apurar os atos e fatos constantes da Sindicância nº 008/2018 solicitando o sobrestamento do referido procedimento.

RESOLVE:

Art. 1º. DETERMINAR o SOBRESTAMENTO da Sindicância nº 008/18, em trâmite no âmbito da Corregedoria Geral, com a consequente SUSPENSÃO da contagem de prazo apartir do dia 05 de dezembro de 2018.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, Registre-se, Cumpra-se.

Várzea Grande-MT, 10 de dezembro de 2018.

Jackson Nunes Cunha

Corregedor Geral – GMVG

PORTARIA Nº 1.356/2018

O Superintendente de Gestão de pessoas da Secretaria Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 1° da Portaria Interna n° 007/2017 de 04 de Janeiro de 2017.

RESOLVE

Conceder **Férias** regulamentares, referente ao mês de **Dezembro/2018**, de acordo com Estatuto dos Servidores Públicos de Várzea Grande, Lei Complementar nº. 1.164/1991 que dispõe em seu Art.85, aos servidores abaixo relacionados:

PROCURADORIA GERAL				
MAT.	**NOME DO SERVIDOR**	**VINCULO**	**PERIODO AQUISITIVO**	**PERIODO DE GOZO**
109088	ADRIELLE CUNHA MARQUES	Comissão	**2017/2018**	10.12.18 A 14.12.18 (05 dias)
109080	EDNA DE SOUZA MELO	Comissão	**2017/2018**	06.12.18 A 07.12.18 (02 dias)

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 10 de Dezembro de 2018.

MARCOS RODRIGUES DA SILVA

Superintendente de Gestão de Pessoas/ SAD.

RESOLUÇÃO Nº 002, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2018

Retifica a Resolução nº 001/2018, do Conselho Curador do Instituto de Seguridade Social dos Servidores Municipais de Várzea Grande/MT - PREVIVAG PREVIVAG - Instituto de Seguridade Social dos Servidores Municipais de Várzea Grande/MT, no uso de suas atribuições e competências que lhe são conferidas pela Lei n.o 2.719, de 07 de Dezembro de 2004, por seu Regimento Interno, e

Considerando erro material na Resolução mencionada;

RESOLVE:

Art. 1o Retificar a Resolução nº 001/2018, publicada no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, a fim de que onde se lê: Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores do Município de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso; leia-se: PREVIVAG - Instituto de Seguridade Social dos Servidores Municipais de Várzea Grande/MT.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Várzea Grande/MT, 10 de dezembro de 2018.

Eroisa de Mello Schaustz

Presidente do Conselho Curador

MEMBROS:

_____

_____

_____

_____

_____

PORTARIA Nº 1.357/2018

O Superintendente de Gestão de pessoas da Secretaria Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 1° da Portaria Interna n° 007/2017 de 04 de janeiro de 2017.

RESOLVE

Art. 1°. Conceder 15 (quinze) dias de férias regulamentares referente ao período aquisitivo 2016/2017, a vigorar a partir de **21.11.2018 a 05.12.2018**, ao servidor **GUSTAVO LUIZ MESQUITA CORREA DA COSTA,** matrícula n° 18845, Efetivo, exercendo o cargo em Comissão de Coordenador Administrativo e Financeiro – DNS 04 , lotado na Secretaria Municipal de Governo.

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 10 de Dezembro de 2018.

MARCOS RODRIGUES DA SILVA

Superintendente de Gestão de Pessoas/ SAD.

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE TOMADA DE PREÇOS N. 09/2018

Processo n.536415/2018. Objeto: seleção e contratação de empresa de engenharia para execução da obra de Construção de Sistema de tratamento de esgoto (TANQUES SÉPTICOS, FILTROS ANAERÓBIOS E SUMIDOUROS) nas devidas unidades: EMEB “ANTONIO JOAQUIM DE ARRUDA” Localizada na Rua HI, Qd. 17 Bairro: Helio Ponce de Arruda - Cristo Rei, atende: 5 anos e do 1º ao 5º ano, EMEB JAYME VERÍSSIMO DE CAMPOS JUNIOR Localizada na Rua São Paulo, S/n°, Bairro: Nova Várzea Grande, atende: 5 anos e do 1º ao 5º ano, EMEB PROF.ª EURAIDE DE PAULA Localizada na Rua Principal, S/nº, Distrito: Limpo Grande, atende: 5 anos e do 1º ao 5º ano. EMEB DR. JOÃO PONCE DE ARRUDA Localizada na Av. Principal, Distrito: Passagem da Conceição, atende: 5 anos e do 1º ao 5º ano no Município de Várzea Grande/Mato Grosso de acordo com as especificações descritas neste termo e seus anexos**.** Observados os preceitos legais da lei n. 8666/93 e Constituição Federal de 1988, **HOMOLOGO** o presente certame e **ADJUDICO** seu objeto a empresa **ORGPLAN ENGENHARIA LTDA – ME CNPJ: 04.909.866/0001-70**, vencedora, sendo o valor global de **R$ 135.943,56** (Cento e Trinta e Cinco Mil Novecentos e Quarenta e Três Mil e Cinquenta e Seis Centavos), na forma do inciso VI do artigo 43 da lei 8666/93. Determino que sejam adotadas as medidas cabíveis para a contratação da referida licitante. Várzea Grande – MT, 10 de dezembro de 2018. **Silvio Aparecido Fidelis -** Secretário Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

PORTARIA Nº. 200/2018.

*“**Retifica a Portaria nº 222/2017**, que dispôs sobre a concessão do beneficio de Aposentadoria por Tempo de Contribuição a **Sra. JULIENE JARDIM PARENTE PEREIRA DOS SANTOS”.***

O Presidente do PREVIVAG – Instituto de Seguridade Social dos Servidores Municipais de Várzea Grande/MT, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o que consta no Processo nº 2016.04.15275P, **resolve:**

Art. 1º. RETIFICAR a Portaria nº 222/2017, que dispõe sobre a concessão do beneficio Aposentadoria por Tempo de Contribuição a Sra**. JULIENE JARDIM PARENTE PEREIRA DOS SANTOS**, que passa a vigorar com a seguinte redação:

*“Dispõe sobre a concessão do benefício Aposentadoria por Tempo de Contribuição à Sra. **JULIENE JARDIM PARENTE PEREIRA DOS SANTOS**.”*

***O Presidente do PREVIVAG** – Instituto de Seguridade Social dos Servidores Municipais de Várzea Grande - MT, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta no Processo n° 2016.04.15275P e;*

Considerando o preenchimento dos requisitos nos termos do art. 40,§1º, inciso III, alínea “a” da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/2003 c/c art. 12, inciso III, alínea “a” da Lei n° 2.719/2004, que rege a previdência municipal, c/c o artigo 195, inciso III, alínea “a” da Lei Complementar n° 1.164/91, que dispõe sobre Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Várzea, c/c Lei Complementar nº 3.507/2010, que dispõe sobre o Plano de Cargos, carreiras e vencimentos da Secretaria Municipal de Saúde e da fundação de Saúde de Várzea Grande, c/c Lei Complementar nº 4.011/2014, que autoriza a conceder a recomposição salarial no percentual de 10% aos servidores públicos da Administração Direta e Indireta de Várzea Grande, resolve:

***Art. 1º**. Conceder o benefício de Aposentadoria por Tempo de Contribuição a Sra. **JULIENE JARDIM PARENTE PEREIRA DOS SANTOS,** brasileira, casada, portadora da cédula de identidade RG n° 0460368-0 SESP/MT e inscrita no CPF n° 304.441.101-78, matriculada sob o nº 25489, efetiva no cargo de Agente Apoio dos Serviços do SUS- Perfil Agente de Segurança e Manutenção, Nível 05, Classe D, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, com proventos integrais calculados pela média contributiva.*

***Art. 2º -** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.”*

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Várzea Grande, 10 de dezembro de 2018.

JUAREZ TOLEDO PIZZA

PRESIDENTE

PREVIVAG

PORTARIA Nº 1.352/2018

O Superintendente de Gestão de pessoas da Secretaria Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 1° da Portaria Interna n° 007/2017 de 04 de Janeiro de 2017.

RESOLVE

Conceder **Férias** regulamentares, referente ao mês de **Dezembro/2018**, de acordo com Estatuto dos Servidores Públicos de Várzea Grande, Lei Complementar nº. 1.164/1991 que dispõe em seu Art.85, aos servidores abaixo relacionados:

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL				
MAT.	**NOME DO SERVIDOR**	**VINCULO**	**PERIODO AQUISITIVO**	**PERIODO DE GOZO**
111156	LUZIA INES DE CAMPOS LEMES	Efetivo	**2017/2018**	10.12.18 A 08.01.19 (30 dias)
31728	MARIA APARECIDA FRANCISCO FERREIRA	Efetivo	**2017/2018**	03.12.18 A 01.01.19 (30 dias)
37436	ODAIR JOEL CARVALHO MENDES	Efetivo	**2014/2015**	03.12.18 A 01.01.19 (30 dias)

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 10 de Dezembro de 2018.

MARCOS RODRIGUES DA SILVA

Superintendente de Gestão de Pessoas/ SAD.

PORTARIA Nº 1.353/2018

O Superintendente de Gestão de pessoas da Secretaria Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 1° da Portaria Interna n° 007/2017 de 04 de janeiro de 2017.

RESOLVE

Art. 1°. Conceder 30 (trinta) dias de férias regulamentares referente ao período aquisitivo 2016/2017, a vigorar a partir de **17.12.18 a 15.01.19,** a servidora **CRISTIANE APARECIDA BARROS**, matrícula n° 9232, exercendo o cargo Efetivo de Auxiliar de Desenvolvimento Econômico e Social, lotada na Secretaria Municipal de Gestão Fazendária.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 10 de Dezembro de 2018.

MARCOS RODRIGUES DA SILVA

Superintendente de Gestão de Pessoas/ SAD.

PORTARIA Nº 1.354/2018

O Superintendente de Gestão de pessoas da Secretaria Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 1° da Portaria Interna n° 007/2017 de 04 de janeiro de 2017.

RESOLVE

Art. 1°. Conceder 10 (dez) dias de férias regulamentares referente ao período aquisitivo 2017/2018, a vigorar a partir de **21.11.2018 a 30.11.2018,** ao servidor **GONÇALO SOARES DE LIMA FILHO**, matrícula n° 109110, exercendo o cargo em Comissão de Assistente Técnico – DNS 07, lotado na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, Econômico e Turismo.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 10 de Dezembro de 2018.

MARCOS RODRIGUES DA SILVA

Superintende de Gestão de Pessoas/ SAD.

AVISO DE PRORROGAÇÃO DE LICITAÇÃO CHAMAMENTO PUBLICO N. 06/2018

Processo nº 553196/2018. Objeto: Contratação De Grupos Formais E Informais Da Agricultura Familiar E Empreendedores Familiares Rurais E Suas Organizações, Interessados Em Apresentar Proposta Para Fornecimento De Gêneros Alimentícios Da Agricultura Familiar, Destinados À Elaboração De Merenda Escolar Para Os Alunos Da Rede Básica De Ensino Do Município De Várzea Grande/MT.Abertura prevista para dia 12 de dezembro de 2018, às 08h30min (horário de Mato Grosso), Foi **PRORROGADA** para dia **27/12/2018** às **08h30min** (horário de Mato Grosso).

Tal prorrogação faz-se necessária, tendo em a disponibilização da Errata I no site desta Municipalidade. Várzea Grande - MT, 10 de dezembro de 2018. **Silvio Aparecido Fidelis -** Secretário Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO REGISTRO DE PREÇO/MENOR PREÇO POR LOTE Nº 83/2018

PROCESSO Nº 559176/2018. Registro De Preços Para Futura E Eventual Contratação De Pessoa Jurídica Capacitada Para O Fornecimento De Materiais Elétricos Para Atender As Necessidades Da Prefeitura Municipal De Várzea Grande/MT**.** A realização está prevista para o dia **26** de **Dezembro** de **2018**, às **10h00min** (horário Brasília - DF). O Edital completo está à disposição dos interessados na Prefeitura Municipal de Várzea Grande – Superintendência de Licitação nos dias úteis das 08h00min às 12h00min e das 14h00min as 18h00min, sito à avenida Castelo Branco, 2500 – Várzea Grande/MT, mediante recolhimento da taxa de R$ 0,13 (treze) centavos por impressão - não restituível e gratuitamente, no sitio: www.bllcompras.org.br. Várzea Grande-MT, 10 de dezembro de 2018. **Pablo Gustavo Moraes Pereira. Secretario Municipal de Administração.**

PORTARIA Nº 1.355/2018

O Superintendente de Gestão de pessoas da Secretaria Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 1° da Portaria Interna n° 007/2017 de 04 de Janeiro de 2017.

RESOLVE

Art. 1°. Conceder 02 (dois) dias de férias regulamentares referente ao período aquisitivo 2013/2014, a vigorar a partir de **26.12.2018 a 27.12.2018,** a servidora **LINDALVA LEMES DA SILVA**, matrícula n° 27880**,** Efetiva, exercendo o Cargo em Comissão deCoordenador de Planejamento e Elaboração - PPA/LDO/LOA – DNS - 04, lotada na Secretaria Municipal de Planejamento.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 10 de Dezembro de 2018.

MARCOS RODRIGUES DA SILVA

Superintendente de Gestão de Pessoas/ SAD.

ATO N° 420/2018

A Prefeita Municipal de Várzea Grande - MT, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista a realização do Concurso Público Municipal para o preenchimento de cargos de provimento efetivo, conforme Edital de Abertura do Concurso Público nº. 002/2017 – DEMAIS CARGOS e do Edital de Homologação do resultado final do Concurso Público, de 02 de abril de 2018, ambos publicados no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios – MT,

RESOLVE:

Art. 1° - EXONERAR a pedido o candidato abaixo relacionado, no cargo de provimento efetivo para o qual foi aprovado:

CARGO: MÉDICO

PERFIL: CLÍNICO GERAL

NÍVEL: SUPERIOR COMPLETO

TIPO DE VAGA: AMPLA CONCORRÊNCIA

CLASS	PROTOCOLO	NOME	DOC.IDENT.	SITUAÇÃO
13	52910	GABRIELLA BASTOS DE CASTRO	20440901 - SSP/MT	APROVADO

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 30/11/2018.

Várzea Grande-MT, 05 de dezembro de 2018.

Publique-se, Registre-se, Cumpra-se.

Lucimar Sacre de Campos

Prefeita Municipal

PORTARIA N°. 193/2018/GAB/SMECEL/VG

"Dispõe sobre a nomeação do fiscal do Contrato n°. 08/2016"

O Secretário Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, no uso de suas atribuições legais:

Considerando o artigo 67 da Lei Federal n°. 8.666/93, prevê a designação de representante da Administração para acompanhar e fiscalizar o contrato;

Considerando o artigo 58, III, da Lei Federal n°. 8.666/93;

RESOLVE:

Art. 1° - DESIGNAR o servidor **LORHAYNE MIRIA BARBOSA WELCHEN** como fiscal do contrato nº. 008/2016 em conformidade com a cláusula décima segunda - da fiscalização.

Art. 2° - A designação do fiscal terá efeito a partir de 26/11/2018.

Art. 3° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação.

Registra-se. Publica-se. Cumpra-se

Várzea Grande, 10 de dezembro de 2018.

Profº Silvio Aparecido Fidelis

Secretário Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

ATO N° 402/2018

A Prefeita Municipal de Várzea Grande - MT, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista a realização do Concurso Público Municipal para o preenchimento de cargos de provimento efetivo, conforme Edital de Abertura do Concurso Público nº. 002/2017 – DEMAIS CARGOS e do Edital de Homologação do resultado final do Concurso Público, de 02 de abril de 2018, ambos publicados no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios – MT,

RESOLVE:

Art. 1° - NOMEAR o candidato abaixo relacionado, no cargo de provimento efetivo para o qual foi aprovado:

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

CARGO: AGENTE TÉCNICO DO SUS

PERFIL: TÉCNICO EM ENFERMAGEM

NÍVEL: MÉDIO/MÉDIO TÉCNICO COMPLETO

TIPO DE VAGA: AMPLA CONCORRÊNCIA

CLASS	PROTOCOLO	NOME	DOC.IDENT.	SITUAÇÃO
20	53576	JOSIANE BARBOSA CARABAJAL	17260230 - SSP/MT	APROVADO

Várzea Grande-MT, 23 de novembro de 2018.

Publique-se, Registre-se, Cumpra-se.

Lucimar Sacre de Campos

Prefeita Municipal

Diógenes Marcondes

Secretário Municipal de Saúde

PORTARIA Nº 192/2018/GAB/SMECEL/VG

Institui Comissão para revisão de Processo Administrativo.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER DE VÁRZEA GRANDE, no uso de suas atribuições legais:

Considerando o artigo 5º, LV da Constituição Federal; Considerando a Lei Federal n.º 8.666/93, que determina regras e procedimentos em contratos e licitações no âmbito de todos os entes federados;

Considerando o pedido de revisão da decisão do Processo Administrativo referente ao Contrato 09/2017, interposto pela requerida Ayra Engenharia e Construção LTDA;

Considerando a necessidade da aplicação dos princípios do contraditório e da ampla defesa, da publicidade e da legalidade, consubstanciados no artigo 5º, LV da Constituição Federal,

RESOLVE:

Artigo 1°- Designar os servidores abaixo relacionados, para, sob a presidência do primeiro, constituírem a comissão Revisora do Processo Administrativo oriundo da Portaria **Nº 135/2018/GAB/SMECEL/VG**, em desfavor da empresa Ayra Engenharia e Construção LTDA.

I- Rodolfo Cesar Correa da Costa;

II- Marcio de Almeida Silva, e;

III- Luciele Viviana de Campos.

Artigo 2º- A referida Comissão terá o prazo de 30 (trinta) dias, prorrogável por igual período se necessário, observando, no que couber, as normas e procedimentos próprios da Comissão de processo Administrativo.

Artigo 3º- Autuar a presente Portaria para instrução e apresentação do relatório.

Artigo 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registra se, publica se, cumpra se.

Várzea Grande – MT, 10 de dezembro de 2018.

Silvio Aparecido Fidelis

Secretário Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

PORTARIA Nº 191/2018/GAB/SMECEL/VG

Institui Comissão para revisão de Processo Administrativo.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER DE VÁRZEA GRANDE, no uso de suas atribuições legais:

Considerando o artigo 5º, LV da Constituição Federal; Considerando a Lei Federal n.º 8.666/93, que determina regras e procedimentos em contratos e licitações no âmbito de todos os entes federados;

Considerando o pedido de revisão da decisão do Processo Administrativo referente ao Contrato 11/2017, interposto pela requerida Ayra Engenharia e Construção LTDA;

Considerando a necessidade da aplicação dos princípios do contraditório e da ampla defesa, da publicidade e da legalidade, consubstanciados no artigo 5º, LV da Constituição Federal,

RESOLVE:

Artigo 1°- Designar os servidores abaixo relacionados, para, sob a presidência do primeiro, constituírem a comissão Revisora do Processo Administrativo oriundo da Portaria **Nº 125/2018/GAB/SMECEL/VG**, em desfavor da empresa Ayra Engenharia e Construção LTDA.

I- Rodolfo Cesar Correa da Costa;

II- Marcio de Almeida Silva, e;

III- Luciele Viviana de Campos.

Artigo 2º- A referida Comissão terá o prazo de 30 (trinta) dias, prorrogável por igual período se necessário, observando, no que couber, as normas e procedimentos próprios da Comissão de processo Administrativo.

Artigo 3º- Autuar a presente Portaria para instrução e apresentação do relatório.

Artigo 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registra se, publica se, cumpra se.

Várzea Grande – MT, 10 de dezembro de 2018.

Silvio Aparecido Fidelis

Secretário Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE

DECRETO N. 106/2018, DE 06 DE DEZEMBRO DE 2018.

"ALTERA ANEXO I DO DECRETO N. 104/2018 DE 04 DE DEZEMBRO DE 2018, NA FORMA QUE MENCIONA."

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade, Estado do Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO erro material constante do Anexo I, do Decreto n. 104/2018, de 04 de dezembro de 2018;

D E C R E T A:

Art. 1º. Fica retificado o Anexo I do Decreto n. 104/2018, de 04 de dezembro de 2018, para excluir da convocação do candidato Irineu Solis Junior, ao cargo de Técnico em Enfermagem - Distrito de Santa Clara.

***Art. 2º.*Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.**

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS SEIS DIAS do mês de DEZEMBRO DO ANO DE dois mil E DEZOITO.

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA N.300/2018

"SUBSTITUI fiscal de contrato para acompanhar e fiscalizar a execução de contratos e dá outras providências."

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA, prefeito municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade,Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o servidor **GILBERTO CAMPOS RAMOS DA ROSA** como fiscal de Contrato para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato n**. 140/2018** em substituição ao servidor **ALÉCIO DE SOUZA ARAGÃO** que fora nomeado através da Portaria n. 281/2018 de 22 de outubro de 2018.

Art. 2º - Esta Portaria produzirá seus efeitos legais retroativamente à data de 22 de outubro de 2018.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE VILA BELA DA SS. TRINDADE, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS DEZ DIAS DO MÊS DE DEZEMBRO DO ANO DE DOIS MIL E DEZOITO.

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA PREFEITO MUNICIPAL

PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 089/2018

A PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE, Estado de Mato Grosso, através de sua Comissão Permanente de Licitação, instituída pela Portaria n. 004, de 09 de janeiro de 2018 e alterações, tendo como objeto a aquisição de enfeites para decoração natalina 2018 , opina em efetuar a contratação da empresa: CASA DAS LINHAS COMERCIAL LTDA, CNPJ: 32.932.733/0001-50, com valor de: **R$ 20.516,37** (vinte mil, quinhentos e dezesseis reais e trinta e sete centavos) nos termos do artigo 24, inciso II, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1.993, com suas alterações posteriores. Vila Bela da Ss. Trindade - MT, 10 de dezembro de 2018 – ROSEMAR DA SILVA - PRESIDENTE C.P.L.

PORTARIA N.301/2018.

DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR A EXECUÇÃO DE CONTRATOS QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA, prefeito municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente em atendimento ao disposto no art. 67, da Lei nº 8.666/93, de 21 de Junho de 1993;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o servidor **RODOLPHO GONÇALVES DE PAULA**, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado na Rua Enio Fernandes Leite s/n, Centro – Vila Bela da Ss. Trindade - MT, CEP 78.245-000, portadora do RG.; 1569553-0 SSP/MT CPF: **019.082.651-75,**para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos da Administração Municipal de **Vila Bela da Santíssima Trindade** de **N. 152/2018.**

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE VILA BELA DA SS. TRINDADE, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS DEZ DIAS DO MÊS DE DEZEMBRO DO ANO DE DOIS MIL E DEZOITO.

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA RICA

PREFEITURA/LICITAÇÃO
RESULTADO PE 043/2018

RESULTADO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0100/2018

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 043/2018

Nº DE LICITAÇÃO NO BB: 744009

A Pregoeira Substituta, Srª Sergiane Pereira Nascimento designada pela Portaria nº. 413/2018, leva ao conhecimento dos interessados o Registro de Preço para futura e eventual aquisição de Kit sacolinha saúde bucal, contendo: Sacola em PVC maleável e transparente com botão de pressão, creme dental 50g, escova dentaria Infantil e fio dental 25 metros, para atender a Secretaria de Saúde, onde foi declarada vencedora a empresa:

EMPRESA DECLARADA VENCEDORA	VALOR TOTAL DO LOTE
MEDFIO INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ARTIGOS ODONTOLÓGICOS EIRELI (06.923.493/0001-18)	R$ 21.700,00

Vila Rica – MT, 10 de Dezembro de 2018.

SERGIANE PEREIRA NASCIMENTO

Pregoeira Substituta

Portaria nº 413/2018

PREFEITURA/LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 051/2018

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 051/2018

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 098/2018 PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2018

DO OBJETO: Registro de Preço para futura e eventual aquisição de combustíveis, filtros e lubrificantes para atender as necessidades das Secretarias de Ação Social, Administração, Agricultura, Cultura, Desporto e Lazer, Educação, Finanças, Gabinete do Prefeito, Saúde, Obras e Conselho Tutelar.

DO PAGAMENTO: O pagamento será efetuado à Contratada em até 10(Dez) dias úteis, contados do recebimento oficial da nota fiscal atestada pela Secretaria solicitante.

DATA: Vila Rica/MT, 10 de Dezembro de 2018.

ASSINANTES / VALOR:

ABMAEL BORGES DA SILVEIRA - Prefeitura Municipal de Vila Rica – Contratante.

POSTO BEGE LTDA (04.551.477/0001-16) – R$ 12.482.060,00 - Contratada.

BARBOSA & COELHO LTDA (01.051.506/0001-92) - R$ 1.328.219,10 - Contratada.

JC MOREIRA DA SILVA & CIA LTDA (01.501.665/0002-22) - R$ 178. 880,00 - Contratada.

PREFEITURA/LICITAÇÃO
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO SUPRESSÃO AO CONTRATO ORIGINAL Nº 065/2018

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO SUPRESSÃO AO CONTRATO ORIGINAL Nº 065/2018

O OBJETO: O presente aditivo tem por objeto a supressão de valor inicialmente pactuado no Processo Licitatório nº 101/2018 na modalidade Pregão Presencial nº 012/2018 de acordo com a planilha abaixo:

LOTE	DESCRIÇÃO	VALOR REGISTRADO	% DE REAJUSTE	VALOR FINAL
01	Trator Agrícola, combustível: diesel; numero de cilindros 04; potência mínima do motor 100 CV turbo ou intercooler, tração: 4x4; rodagem dianteira mínima: 14.9-26; rodagem traseiro mínimo: 23.1-30; cabine: simples; tipo de cabine: original de fabrica; transmissão com no mínimo 12 marchas a frente e no mínimo 4 marchas a ré; direção hidrostática; tomada de força independente TDP de 540/1000rpm controle remoto com no mínimo 02 válvulas de dupla ação centrada por mola; capacidade tanque de combustível de no mínimo 140 litros; sistema hidráulico com capacidade de levante de no mínimo 3.500kg; peso com lastro admissível no mínimo 5500kg, farol trabalho noturno: sim; zero quilometro: sim; ano e modelo do trator ofertado: devera ser do ano seguinte, caso haja lançamento e comercialização do fabricante de modelo superior; fabricação do trator: nacional; garantia: mínimo 12 meses; especificação complementar do item: luzes de freio, pisca alerta e direcional, sinais, sonoro e luz de ré sincronizados com a ré, buzina, espelhos retrovisores. Para-lama dianteiro, chave de emergência, acento com ajuste, apoio de braços e cinto de segurança, concessionária e assistência técnica num raio de até 160km do municipio.	**296.000,00**	4.9%	**281. 500,00**
02	Grade aradora controle remoto intermediário, 16 discos de 28" e espessura mínima de 8mm,mancais a graxa, espaçamento entre os discos de 270mm, com pneus para auxilio de deslocamento	**53.000,00**	8.9%	48. 300,00

DEMAIS CLÁUSULAS: Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato.

DATA: Vila Rica/MT, 07 de Dezembro de 2018.

ASSINANTES /Abmael Borges da Silveira - Prefeitura Municipal De Vila Rica – Contratante

AGRO OESTE COMERCIAL LTDA – Leandro Costa da Silva (881.357.721-49) - Contratada

PREFEITURA/LICITAÇÃO
RESULTADO PP Nº 011/2018

RESULTADO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 098/018

PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2018

A Pregoeira Substituta, Srª Sergiane Pereira Nascimento designada pela Portaria nº. 413/2018, leva ao conhecimento dos interessados o Resultado do Pregão Presencial nº 011/2018, **Registro de Preço para futura e eventual aquisição de combustíveis, filtros e lubrificantes para atender as necessidades das Secretarias de Ação Social, Administração, Agricultura, Cultura, Desporto e Lazer, Educação, Finanças, Gabinete do Prefeito, Saúde, Obras e Conselho Tutelar**, onde foram declaradas vencedoras as empresas:

EMPRESAS DECLARADAS VENCEDORAS	VALOR TOTAL DO LOTE
POSTO BEGE LTDA (04.551.477/0001-16)	R$ 12.482.060,00
BARBOSA & COELHO LTDA (01.051.506/0001-92)	R$ 1.328.219,10
JC MOREIRA DA SILVA & CIA LTDA (01.501.665/0002-22)	R$ 178.880,00

O lote 08 (FILTROS, LUBRIFICANTES, E DERIVADOS (PETROBRÁS, IPIRANGA, TEXACO, SHELL, CASTROL e MOBIL) foi cancelado.

Vila Rica – MT, 10 de Dezembro de 2018.

SERGIANE PEREIRA NASCIMENTO

Pregoeira Substituta

Portaria nº 413/2018

DECRETO Nº 146/2018 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2018

DISPÕE SOBRE O CANCELAMENTO DE SALDO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADO INSCRITO NO EXERCÍCIO DE 2016.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE VILA RICA, no Estado de Mato Grosso, no uso de suas legais atribuições, e com base no artigo 36 da Lei Federal nº 4320/64, artigos 42 e 43 da Lei Complementar n º 101/2000 e dos artigos 67 a 70 do Decreto nº 93.872/86;

CONSIDERANDO que a União em seu Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986, dispõem sobre a unificação dos recursos de caixa do Tesouro Nacional, atualiza e consolida a legislação pertinente e dá outras providências, estabelece no seu artigo 70, que: *"Art. 70. Prescreve em cinco anos*

a dívida passiva relativa aos Restos a Pagar Processados" e no "*Art. 68, estabelece o cancelamento de Restos a Pagar Não Processados até 31 de dezembro do exercício seguinte*":

CONSIDERANDO a necessidade do fiel cumprimento das normas estabelecidas na Lei Complementar 101/2000, especificamente no que diz respeito ao equilíbrio orçamentário entre receitas e despesas;

CONSIDERANDO que é fundamental que os demonstrativos contábeis informem saldos reais de dívidas flutuantes, extirpando aquelas registradas indevidamente;

CONSIDERANDO, a necessidade do Poder Executivo Municipal em aprovar por meio de decreto o cancelamento de restos a pagar prescritos conforme exposto nos considerados anteriores;

DECRETA:

Art. 1º - Os órgãos e unidades orçamentárias do Poder Executivo Municipal, constantes do Orçamento Fiscal deverão cancelar, integralmente, os ***Restos a Pagar Não Processado inscrito em 2016***, referentes a saldo não utilizado pelo município, constantes do anexo a este ato normativo, que não tiverem sido pagos até aquela data.

§ 1º O pagamento que vier a ser reclamado em decorrência das anulações estabelecidas, cujas despesas tenham sido liquidadas ou realizadas serão atendidos à conta de dotação orçamentária constante da lei orçamentária anual ou de créditos adicionais abertos no exercício em que se der a reclamação.

Art. 2º - Fica cancelado o saldo do Empenho inscrito em ***Restos a Pagar Não Processados no exercício de 2016***, no valor de *R$ 4.379.968,53 (Quatro milhões, trezentos e setenta e nove mil, novecentos e sessenta e oito reais e cinquenta e três centavos).*

Art. 3º - Fica fazendo parte integrante deste Decreto, o **anexo único** no qual discrimina o saldo dos Restos a Pagar Não Processado no exercício de 2016.

Art. 4º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 07 de dezembro de 2018.

ABMAEL BORGES DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

Gestão 2017/2020

ANEXO ÚNICO

RELAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADO

EXERCÌCIO DE 2016.

Data	Empenho	Fonte de Recurso	Credor	Saldo R$
28/12/2016	7920/16	0023	COEL Companhia de Obras de Engenharia Ltda.	4.379.968,53
			TOTAL	**4.379.968,53**

Vila Rica - MT, 07 de dezembro de 2018.

ABMAEL BORGES DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

Gestão 2017/2020

PREFEITURA/LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 052/2018

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 052/2018

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0100/2018 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 043/2018

DO OBJETO: Registro de Preço para futura e eventual aquisição de Kit sacolinha saúde bucal, contendo: Sacola em PVC maleável e transparente com botão de pressão, creme dental 50g, escova dentaria Infantil e fio dental 25 metros.

DO PAGAMENTO: O pagamento será efetuado à Contratada em até 10(Dez) dias úteis, contados do recebimento oficial da nota fiscal atestada pela Secretaria solicitante.

DATA: Vila Rica/MT, 10 de Dezembro de 2018.

ASSINANTES / VALOR:

ABMAEL BORGES DA SILVEIRA - Prefeitura Municipal de Vila Rica – Contratante.

MEDFIO INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ARTIGOS ODONTOLÓGICOS EIRELI (06.923.493/0001-18)– R$ 21.700,00- Contratada.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO N° 00014, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2018

Intima o(s) sujeito(s) passivo(s) que menciona para comparecimento no local citado para tratar de assunto do seu interesse.

O Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR, nos termos do artigo 23, § 1º, inciso II, do Decreto nº 70.235/72, com redação dada pelas Leis nº 11.941/2009 e nº 11.196/2005, e tendo em vista o disposto na Lei nº 11.250/2005, INTIMA o[s] sujeito[s] passivo[s] abaixo relacionado [s], a comparecer[em], em dia útil, no horário normal de atendimento, à sede da administração tributária deste município para tomar ciência da[s] Notificação[ões] de Lançamento [ITR] a seguir identificada[s].

Em caso de não comparecimento do sujeito passivo ou seu representante legal, considerar-se-á feita a intimação no 15º [décimo quinto] dia após a publicação deste Edital.

Sujeito(s) Passivo(s)		
Nome Completo / Razão Social	**CPF/CNPJ**	**Notificação de Lançamento (ITR)**

ANDREY RAGIO FARIAS MARTINS	347.459.041-34	9897 /00111/2018
ANDREY RAGIO FARIAS MARTINS	347.459.041-34	9897 /00112/2018
ANDREY RAGIO FARIAS MARTINS	347.459.041-34	9897 /00113/2018
ANDREY RAGIO FARIAS MARTINS	347.459.041-34	9897 /00114/2018
ANDREY RAGIO FARIAS MARTINS	347.459.041-34	9897 /00115/2018
ANDREY RAGIO FARIAS MARTINS	347.459.041-34	9897 /00116/2018
LIONIDIO BENEDITO DAS CHAGAS	026.118.991-34	9897 /00131/2018
SHIRLEY FARIA ANDRADE	243.345.961-34	9897 /00134/2018
SHIRLEY FARIA ANDRADE	243.345.961-34	9897 /00135/2018
MARCELO PAES DE BARROS	390.939.561-91	9897 /00142/2018
MARCELO PAES DE BARROS	390.939.561-91	9897 /00143/2018

Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR
Nome: Rui Barbosa Melo de Barros Matrícula: 00012016 Cargo/Portaria de Nomeação n° : SECRETARIO DE FINANÇAS Assinatura:

Data de afixação: 10/12/2018

Data de desafixação: 25/12/2018

PORTARIA N.º 414/2018 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2018

ABMAEL BORGES DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Vila Rica, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o disposto no artigo 73, inciso I, alínea “b” e inciso II, alíneas “a” e “b” da Lei 8.666/93 e os princípios que regem a Administração Pública;

R E S O L V E:

Art. 1º- Nomear o servidor **ANTONIO PINTO CORREIA** mat. 3334, portador do CI/RG sob o n.º 9344832 SSP/GO e do CPF sob o 024.442.291-50, com a atribuição de acompanhar e fiscalizar a correta execução do objeto dos termos contratuais realizados da Secretaria Municipal de Viação e Obras Públicas.

Art. 2º Compete ao fiscal de contrato, entre outras ações, a de:

§ 1º Registrar, formalmente e periodicamente, as ocorrência durante toda a vigência do contrato, positivas e negativas. No caso de ocorrências negativas, o fiscal do contrato deverá cientificar o gestor e sugerir as medidas necessárias para a regularização das faltas ou defeitos observados e, se necessário, sugerir as penalidades cabíveis, como a notificação da empresa contratada ou, ainda, a aplicação da multa correspondente.

§ 2º Exigir o fiel cumprimento do contrato e a qualidade nos bens ou serviços entregues, com base no termo de referência e nas cláusulas estabelecidas no contrato.

§ 3º Notificar o responsável indicado pela contratada, para a regularização, estabelecendo prazo para solução, e deve cientificar o gestor do cumprimento ou não da notificação apresentada, para que o gestor tome as devidas providências.

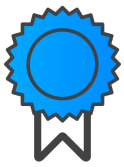
§ 4º Elaborar relatórios conclusivos quadrimestrais para envio no Aplic nos meses **de Abril, Agosto e Dezembro,** acerca das ocorrências relacionadas com a execução do contrato, cumprimento do objeto e demais obrigações pactuadas, especialmente o atendimento às especificações atinentes ao objeto e sua garantia, bem como os prazos fixados, registrando os pontos críticos encontrados, inclusive com a produção de provas;

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos retroagem a 01/08/2018.

ABMAEL BORGES DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

Esse documento foi assinado por

	**Signatário**	CN=ASSOCIACAO MATOGROSSENSE DOS MUNICIPIOS:00234260000121, OU=Certificado PJ A1, OU=AC SOLUTI Multipla, OU=AC SOLUTI, OU=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v2, O=ICP-Brasil, C=BR
	Data/Hora	Mon Dec 10 21:31:13 UTC 2018
	Emissor do Certificado	CN=AC SOLUTI Multipla, OU=AC SOLUTI, OU=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v2, O=ICP-Brasil, C=BR
	Número Serial.	1170115676103352402
	Método	urn:adobe.com:Adobe.PPKLite:adbe.pkcs7.sha1 (Adobe Signature)